

Jesus, o Cristo

por James E.
TALMAGE

JESUS, O CRISTO

Um estudo do Messias e Sua missão,
de acordo com as Santas Escrituras
antigas e modernas

por

JAMES E. TALMAGE

Um dos Doze Apóstolos de A Igreja de
Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

Versão formatada e transcrita por

SUDBR

2014

Título do Original em Inglês:
“Jesus the Christ”
Traduzido para o Português em 1971
80352 059

Copyright © 1964
A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
Todos os Direitos Reservados
Impresso no USA
Reimpresso em 5/98

SUDBR © 2014. Todos direitos reservados.

Versão digital formatada e transcrita por **SUDBR** (contato@sudbr.org) **www.sudbr.org**

A mudança de notas de rodapé para notas de fim, criação de sumário e links dos mesmos é de direito e inteira responsabilidade da Equipe SUDBR.

Este livro pode ser adquirido pelo Centro de Distribuição de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

SUDBR disponibiliza o livro com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade. Este conteúdo deve ser usado somente de forma digital e sem fins lucrativos, proibida a impressão, venda ou qualquer uso comercial do mesmo.

Obra disponibilizada, gratuitamente em formato digital, para atingir a *MISSÃO SUDBR* ([D&C 108:7-8](#)). Convidamos a todos que desejarem ser nosso colaborador nesse trabalho que entre em contato pelo link:

<http://www.sudbr.org/colaboradores> ou pelo email: contato@sudbr.org

SUDBR não é afiliado ou propriedade de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (conhecida por Mórmon, Igreja SUD ou LDSChurch).

PREFÁCIO

O objetivo da matéria apresentada neste trabalho está definido na página do título. Notar-se-á, prontamente, que o autor se afastou do curso usualmente seguido pelos escritores da vida de Jesus Cristo, curso este que, via de regra, tem início no nascimento do filho de Maria, terminando na ascensão do Senhor crucificado e ressuscitado do Monte das Oliveiras. Trata-se nestas páginas, além da narrativa da vida de Jesus na carne, da existência e das atividades pré-morais do Redentor do mundo, das revelações e manifestações pessoais do Filho de Deus glorificado e exaltado, durante o antigo período apostólico, assim como nos tempos modernos, da segura aproximação da segunda vinda do Senhor, e dos subsequentes eventos preditos — tudo isto à luz das Escrituras Sagradas.

É particularmente coerente e apropriado que A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias — a única Igreja que afirma possuir autoridade baseada em revelação e ordem específicas, para usar o Sagrado Nome do Senhor como designativo característico — declare suas doutrinas concernentes ao Messias e Sua missão.

O autor deste volume ocupou-se deste trabalho por solicitação e designação das autoridades presidentes da Igreja; e a obra completa foi lida e aprovada pela Primeira Presidência e pelo Conselho dos Doze. Ela também apresenta, entretanto, a crença pessoal e a mais profunda convicção do escritor, quanto à veracidade daquilo que escreveu. O livro é publicado pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Uma feição característica do trabalho é a orientação fornecida pelas Escrituras modernas, e a explicação das Escrituras Sagradas dos tempos antigos à luz de revelação atual, revelação essa que, como um raio poderoso e bem dirigido, ilumina muitas passagens obscuras de construção antiga.

O espírito de santidade inerente ao assunto foi um companheiro constante do escritor, durante a execução de sua agradável tarefa, e ele reverentemente invoca esse mesmo espírito como guia aos leitores do volume.

JAMES E. TALMAGE

Salt Lake City, Utah, Setembro, 1915.

PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO

A segunda edição desta obra apareceu em dezembro de 1915, e a terceira em março de 1916. Essa última edição apresentou diversas pequenas alterações na redação e continha notas e referências adicionais. Edições subseqüentes, inclusive a quinta, que foi impressa em papel da Índia, e a presente, são praticamente idênticas à terceira.

JAMES E. TALMAGE

Salt Lake City, Utah, Outubro, 1922.

NOTA DA DÉCIMA PRIMEIRA EDIÇÃO

Esta, a Décima Primeira Edição do excelente trabalho do Dr. James E. Talmage, foi impressa com as mesmas chapas usadas na edição anterior, sem alterações.

DESERET BOOK COMPANY

Junho, 1937.

A Décima Quinta Edição, publicada em julho de 1945, é exatamente igual à Décima Primeira Edição.

DESERET BOOK COMPANY

Sumário

PREFÁCIO	5	
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO	6	
NOTA DA DÉCIMA PRIMEIRA EDIÇÃO	6	
CONTEÚDO	15	
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	24	
CAPÍTULO 2 PREEXISTÊNCIA E PREORDENAÇÃO DO CRISTO	28	
NOTAS DO CAPÍTULO 2	32	
1. Diferentes Níveis das Inteligências no Estado Pré-Mortal		32
2. O Conselho Primevo nos Céus		33
3. Os Jareditas		34
CAPÍTULO 3 A NECESSIDADE DE UM REDENTOR	36	
NOTAS DO CAPÍTULO 3	43	
A presciência de Deus não é causa determinante.		43
2. O homem é livre para escolher por si mesmo		43
3. A queda, um processo de degeneração física		44
CAPÍTULO 4 A DIVINDADE PRÉ-MORTAL DE CRISTO	47	
NOTAS DO CAPÍTULO 4	51	
1. Nomes dados por Deus.		51
CAPÍTULO 5 PREDITO O ADVENTO TERRENO DE CRISTO	53	
NOTAS DO CAPÍTULO 5	58	
CAPÍTULO 6 O MERIDIANO DOS TEMPOS	63	
NOTAS DO CAPÍTULO 6	69	
CAPÍTULO 7 A ANUNCIAÇÃO DE JOÃO E JESUS POR GABRIEL	75	
João, o Precursor	75	
A Anunciação à Virgem	77	
A Visita de Maria a sua Prima Isabel	79	
Maria e José	80	
NOTAS DO CAPÍTULO 7	82	
CAPÍTULO 8 O INFANTE DE BELÉM	86	
O Nascimento de Jesus	86	
Observados Estritamente os Requisitos da Lei	88	
Os Sábios Procuram o Rei	90	
A Fuga para o Egito	91	
O Nascimento de Jesus Anunciado aos Nefitas	91	
A Época do Nascimento de Jesus	92	
NOTAS DO CAPÍTULO 8	94	

CAPÍTULO 9 O MENINO DE NAZARÉ	100
NOTAS DO CAPÍTULO 9	104
CAPÍTULO 10 NO DESERTO DA JUDÉIA	108
A Voz no deserto	108
O Batismo de Jesus — Para cumprir toda a Justiça	110
As Tentações de Cristo	111
NOTAS DO CAPÍTULO 10	116
CAPÍTULO 11 DA JUDÉIA PARA A GALILÉIA	119
O Testemunho de João Batista acerca de Jesus	119
Os primeiros discípulos de Jesus ⁹	120
“O Filho do Homem”	121
O Milagre de Caná na Galiléia	122
Milagres em Geral	124
NOTAS DO CAPÍTULO 11	125
CAPÍTULO 12 OS PRIMEIROS INCIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR ¹²⁹	
A Primeira Purificação do Templo	129
Jesus e Nicodemos ²²	132
Da Cidade ao Campo	135
NOTAS DO CAPÍTULO 12	136
CAPÍTULO 13 HONRADO POR ESTRANHOS, REJEITADO PELOS SEUS	143
Jesus e a Mulher Samaritana	143
Jesus Novamente na Galiléia: Em Caná e Nazaré	146
Em Capernaum	148
NOTAS DO CAPÍTULO 13	149
CAPÍTULO 14 CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA GALILÉIA	155
A Cura de um Leproso	155
Cura e Perdão de um Paralítico	156
Publicanos e Pecadores	158
O Velho e o Novo	159
Pescadores de Homens	160
NOTAS DO CAPÍTULO 14	161
CAPÍTULO 15 SENHOR DO SÁBADO	166
O Sábado Sagrado para Israel	166
A Cura de um Paralítico no Sábado	167
A Resposta do Senhor aos Judeus Acusadores	169
Os Discípulos Acusados de Profanar o Sábado	171
Um Complô Farisaico	172
NOTAS DO CAPÍTULO 15	173
CAPÍTULO 16 OS DOZE ESCOLHIDOS	175
Seu Chamado e Ordenação ¹	175
Os Doze Considerados Individualmente	175
Características Gerais dos Doze	180
Discípulos e Apóstolos	180
NOTAS DO CAPÍTULO 16	181
CAPÍTULO 17 O SERMÃO DA MONTANHA	183
As bem-aventuranças ⁵	183

Dignidade e Responsabilidade no Ministério ⁹	184
A Lei Substituída Pelo Evangelho ¹³	185
Sinceridade de Propósito ¹⁹	187
Tesouros da Terra e do Céu ²⁸	190
A Hipocrisia Condenada Mais Uma Vez ³¹	191
Promessa e Reafirmação ³³	192
Ouvir e Agir ³⁵	192
NOTAS DO CAPÍTULO 17	193
CAPÍTULO 18 COMO QUEM TEM AUTORIDADE	196
A Cura do Servo do Centurião ²	196
Levantado dentre os Mortos um Jovem de Naim ⁷	197
A Mensagem de João Batista a Jesus	198
Morte de João Batista	201
Na Casa de Simão, o Fariseu	202
A Autoridade de Cristo Atribuída a Belzebu ⁴⁴	205
Buscadores de Sinais ⁵¹	208
Cristo é Procurado por Sua Mãe e Seus Irmãos ⁵⁹	209
NOTAS DO CAPÍTULO 18	209
CAPÍTULO 19 “E DE MUITAS COISAS LHES FALOU POR PARÁBOLAS”	218
“Eis que o Semeador saiu a semear”	218
O Trigo e o Joio	221
A Semente Que Cresce Secretamente	222
O Grão de Mostarda	223
O Fermento	224
O Tesouro Escondido	224
A Pérola de Grande Valor	225
A Rede do Evangelho	226
O Propósito de Cristo no Uso de Parábolas	226
Parábolas em Geral	228
NOTAS DO CAPÍTULO 19	229
CAPÍTULO 20 “CALA-TE, AQUIETA-TE”	235
Incidentes que Antecederam a Viagem	235
Jesus Acalma a Tempestade ⁵	236
Cristo Aquieta os Demônios ¹⁰	238
Revive a Filha de Jairo ¹⁷	239
Restauração da Vida e Ressurreição	241
Uma Cura Memorável no Caminho ²⁶	242
Os Cegos Vêem e os Mudos Falam ³²	243
NOTAS DO CAPÍTULO 20	244
CAPÍTULO 21 A MISSÃO APOSTÓLICA E OS EVENTOS RELACIONADOS A ELA	250
Jesus Novamente em Nazaré ¹	250
Os Doze Designados e Enviados ⁶	250
A Volta dos Doze	252
Cinco Mil Alimentados no Deserto ¹⁹	253
“Sou Eu; Não Temais” ²²	255
Na Terra de Genesaré	256
Em Busca de Pães e Peixes ³²	256
Cristo, o Pão da Vida ³⁴	257
Um Teste Decisivo — Muitos Se Afastam ⁴⁰	259
NOTAS DO CAPÍTULO 21	260
CAPÍTULO 22 UM PERÍODO DE TENEBROSA OPOSIÇÃO	265

Lavamentos Cerimoniais e “Muitas Outras Coisas Semelhantes” ³	265
Dentro das Fronteiras de Tiro e Sidom ¹¹	267
Na Costa de Decápolis ²⁰	269
Outra Refeição no Deserto; Mais de Quatro Mil Alimentados ²²	270
Novamente Assediado por Pessoas Desejosas de Sinais ²³	270
O Fermento dos Fariseus e dos Saduceus ²⁷	271
“Tu És o Cristo” ²⁹	271
NOTAS DO CAPÍTULO 22	274
CAPÍTULO 23 A TRANSFIGURAÇÃO	280
NOTAS DO CAPÍTULO 23	283
CAPÍTULO 24 DA LUZ DO SOL PARA AS SOMBRAS	286
A Cura de um Jovem Endemoninhado	286
Novamente Preditas a Morte e a Ressurreição do Senhor ¹¹	288
O Dinheiro do Tributo — Suprido por um Milagre ¹²	288
Como uma Crianinha ¹⁷	290
A Parábola da Ovelha Perdida ²⁴	292
“Em Meu Nome” ²⁶	293
Meu Irmão e Eu ³⁰	293
Parábola do Credor Incompassivo	294
NOTAS DO CAPÍTULO 24	296
CAPÍTULO 25 JESUS NOVAMENTE EM JERUSALÉM	299
Partida da Galiléia ¹	299
Na Festa dos Tabernáculos ⁵	300
“Vai, e Não Peques Mais” ¹⁷	303
A Luz do Mundo ²⁴	304
“A Verdade Vos Libertará” ²⁸	304
Cegueira Física e Espiritual — Concedida a Visão a um Homem no Sábado ³⁴	307
Pastor e Mercenário ⁴⁰	309
NOTAS DO CAPÍTULO 25	311
CAPÍTULO 26 MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA PERÉIA E NA JUDÉIA	315
Sua Rejeição em Samaria ⁵	315
Os Setenta Comissionados e Enviados	316
Voltam os Setenta	317
Quem É Meu Próximo?	318
Marta e Maria ³³	320
“Pedi, e Dar-se-vos-á” ³⁶	321
Crítica aos Fariseus e Doutores da Lei ⁴⁰	323
Os Discípulos Admoestados e Encorajados ⁴⁴	323
“Se Vos Não Arrependerdes, Todos Igualmente Perecereis” ⁵⁴	325
A Mulher Que Foi Curada no Sábado ⁶⁰	327
Poucos ou Muitos Serão Salvos? ⁶³	327
Jesus Avisado sobre os Desígnios de Herodes ⁶⁶	328
NOTAS DO CAPÍTULO 26	329
CAPÍTULO 27 CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO NA PERÉIA E NA JUDÉIA	331
Na Casa de Um dos Principais Fariseus ¹	331
O Preço ⁷	333
Salvação para “Publicanos e Pecadores” — Parábolas Ilustrativas ¹¹	334
Os Discípulos Instruídos por meio de Parábolas	338
Enfrentando o Escárnio dos Fariseus; Outra Parábola Ilustrativa ²²	340
Servos Inúteis ²⁹	343
Dez Leprosos Curados ³²	343

O Fariseu e o Publicano ³⁵	344
Sobre o Casamento e o Divórcio ³⁸	345
Jesus e os Pequenin ⁴⁶	346
“Só uma Coisa Te Falta” ⁴⁹	346
Os Primeiros Poderão Ser Últimos, e os Últimos, Primeiros ⁵⁴	348
NOTAS DO CAPÍTULO 27	350
CAPÍTULO 28 O ÚLTIMO INVERNO	355
Na Festa da Dedicacão ¹	355
O Retiro de Nosso Senhor na Peréia ¹¹	356
Lázaro Restaurado à Vida ¹⁴	357
A Hierarquia Grandemente Agitada pelo Milagre ²⁴	360
O Retiro de Jesus em Efraim ²⁹	361
NOTAS DO CAPÍTULO 28	362
CAPÍTULO 29 A CAMINHO DE JERUSALÉM	365
Jesus Mais Uma Vez Prediz Sua Própria Morte e Ressurreicão” ¹	365
Novamente a Questão da Precedência” ³	365
Restaurada a Vista ao Cego Perto de Jericó ⁶	366
Zaqueu, o Maioral dos Publicanos ⁹	367
A Qualquer Que Tiver Ser-lhe-á Dado ¹³	368
Na Casa de Simão, O Leproso ¹⁸	370
A Entrada Triunfal de Cristo em Jerusalém ²⁷	372
Alguns Gregos Visitam a Cristo ³²	374
A Voz Vinda dos Céus ³⁶	375
NOTAS DO CAPÍTULO 29	376
CAPÍTULO 30 JESUS VOLTA DIARIAMENTE AO TEMPLO	379
Um Incidente Instrutivo na Viagem ¹	379
A Segunda Purificacão do Templo ⁶	381
A Autoridade de Cristo É Desafiada pelos Principais ⁹	382
NOTAS DO CAPÍTULO 30	389
CAPÍTULO 31 O ENCERRAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR	393
Conspiracão dos Fariseus e Herodianos ¹	393
A Pergunta dos Saduceus a Respeito da Ressurreicão” ⁸	395
O Grande Mandamento ¹³	396
Jesus Passa a Fazer Perguntas ¹⁸	397
Denunciados os Escribas e Fariseus Iníquos ²³	398
A Lamentacão do Senhor sobre Jerusalém ³⁷	402
A Dádiva de uma Viúva ³⁸	403
Retirada Final de Cristo do Templo	403
Predita a Destruicão do Templo ⁴³	404
NOTAS DO CAPÍTULO 31	404
CAPÍTULO 32 NOVAS INSTRUÇÕES AOS APÓSTOLOS	410
Profecias Relacionadas com a Destruicão de Jerusalém e o Futuro Advento do Senhor ¹	410
A Necessidade de Vigilância e Diligência Ilustrada por Parábolas	414
O Julgamento Inevitável ²⁵	419
Outra Predicão Específica da Morte do Senhor	420
NOTAS DO CAPÍTULO 32	420
CAPÍTULO 33 A ÚLTIMA CEIA E A TRAIÇÃO	425
Os Sacerdotes Conspiradores e o Traidor	425
A Última Ceia	426
A Ordenança do Lavamento dos Pés” ¹⁶	427

O Sacramento da Ceia do Senhor ¹⁹	428
O Traidor Parte no Meio da Noite ²⁴	428
Discurso Após a Ceia	429
A Oração Final	435
A Agonia do Senhor em Getsêmani ⁵³	436
A Traição e a Prisão ⁶²	438
NOTAS DO CAPÍTULO 33	440
CAPÍTULO 34 O JULGAMENTO E A CONDENAÇÃO	444
O Julgamento Judaico	444
Pedro Nega o Seu Senhor ²⁷	449
Primeira Apresentação de Cristo diante de Pilatos	450
Cristo Perante Herodes ³⁶	452
Cristo Novamente Perante Pilatos ⁴²	453
Judas Iscariotes ⁵⁰	456
NOTAS DO CAPÍTULO 34	457
CAPÍTULO 35 MORTE E SEPULTAMENTO	466
A Caminho do Calvário ¹	466
A Crucifixão ⁵	467
Ocorrências Importantes entre a Morte e o Sepultamento do Senhor	472
O Sepultamento ³⁴	473
O Sepulcro Guardado ³⁷	474
NOTAS DO CAPÍTULO 35	474
CAPÍTULO 36 NO MUNDO DOS ESPÍRITOS	478
NOTAS DO CAPÍTULO 36	482
CAPÍTULO 37 A RESSURREIÇÃO E A ASCENSÃO	484
Cristo Ressuscitou	484
Conspiração Sacerdotal de Falsidade ¹¹	487
Cristo Caminha e Conversa com Dois dos Discípulos ¹⁶	488
O Senhor Ressurreto Aparece aos Discípulos em Jerusalém e Come em Sua Presença ¹⁷	489
Tomé, o Que Duvidou ²³	490
No Mar da Galiléia ²⁵	491
Outras Manifestações do Senhor Ressuscitado na Galiléia ³³	493
Designação Final e Ascensão	494
NOTAS DO CAPÍTULO 37	495
CAPÍTULO 38 O MINISTÉRIO APOSTÓLICO	498
Matias Ordenado ao Apostolado ¹	498
A Descida do Espírito Santo ⁸	499
O Martírio de Estêvão e Sua Visão do Senhor ²³	503
Cristo Manifesta-se a Saulo de Tarso, Mais Tarde Conhecido como Paulo, O Apóstolo	505
Encerramento do Ministério Apostólico — A Revelação Dada a João	507
NOTAS DO CAPÍTULO 38	508
CAPÍTULO 39 MINISTÉRIO DO CRISTO RESSURRETO NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL	512
A Morte do Senhor Assinalada por Grandes Calamidades no Continente Americano	512
Primeira Visitação de Jesus Cristo aos Nefitas ¹⁰	514
Segunda Visitação de Cristo aos Nefitas ²⁷	518
Visitação de Cristo aos seus Doze Escolhidos entre os Nefitas ³⁸	520
Os Três Nefitas	522
Crescimento da Igreja Seguido pela Apostasia da Nação Nefita	523
NOTAS DO CAPÍTULO 39	524

CAPÍTULO 40 A LONGA NOITE DA APOSTASIA	527
NOTAS DO CAPÍTULO 40	533
CAPÍTULO 41 MANIFESTAÇÕES PESSOAIS DE DEUS, O PAI ETERNO, E DE SEU FILHO JESUS CRISTO EM TEMPOS MODERNOS	536
Uma Nova Dispensação	536
“Um Mensageiro Enviado da Presença de Deus”⁵	540
O Sacerdócio Aarônico Conferido por João Batista	542
O Sacerdócio de Melquisedeque conferido por Pedro, Tiago e João	543
Estabelecimento de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	543
Comunicações Subseqüentes entre os Céus e o Homem	545
Aparecimento Pessoal do Senhor Jesus Cristo no Templo de Kirtland	545
Jesus, O Cristo, Está Com Sua Igreja Atualmente	547
NOTAS DO CAPÍTULO 41	548
CAPÍTULO 42 JESUS CRISTO RETORNARÁ	551
O Segundo Advento do Senhor Predito nas Escrituras Antigas	551
A Vinda do Senhor Proclamada por Intermédio de Revelação Moderna	552
O Tempo e as Circunstâncias da Vinda do Senhor	554
O Reino dos Céus Que Há de Vir	555
O Milênio	556
A Consumação Celestial	558
NOTAS DO CAPÍTULO XLII	558

Conteúdo

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Historicidade de Jesus, o Cristo. — Escopo e propósito do presente tratado.

CAPÍTULO 2

PREEEXISTÊNCIA E PREORDENAÇÃO DO CRISTO

Existência antemortal dos espíritos. — Conselho primevo no céu. — Rebelião de Lúcifer. — Sua derrota e expulsão. — Assegurado o livre-arbítrio do homem. — O Filho Amado escolhido como Salvador e Redentor da humanidade.

CAPÍTULO 3

A NECESSIDADE DE UM REDENTOR

Espíritos de capacidades diferentes. — Prevista a entrada do pecado no mundo. — A presciência de Deus não é causa determinante. — Criação do homem na carne. — A queda do homem. — Necessária a expiação. — Jesus Cristo, o único Ser capaz de ser Redentor e Salvador. — Preparada a ressurreição universal.

CAPÍTULO 4

A DIVINDADE PRÉ-MORTAL DE CRISTO

A divindade. — Jesus Cristo, o Verbo de poder. — Jesus Cristo, O Criador. — Jeová. — O Eterno Eu Sou. — Proclamações de Jesus Cristo pelo Pai.

CAPÍTULO 5

PREDITO O ADVENTO TERRENO DE CRISTO

Profecias bíblicas. — Revelação a Enoque. — O profeta predito por Moisés. — Sacrifícios como protótipos. — Predições do Livro de Mórmon.

CAPÍTULO 6

O MERIDIANO DOS TEMPOS

Significado da designação. — Epítome da história de Israel. — Judeus em vassalagem a Roma. — Escribas e rabis. — Fariseus e Saduceus. — Outras seitas e partidos.

CAPÍTULO 7

A ANUNCIAÇÃO DE JOÃO E JESUS POR GABRIEL

Visitação angélica a Zacarias. — Nascimento de João, o precursor. - Anunciação à virgem Maria. — Maria e José. — Sua genealogia. — Jesus Cristo, herdeiro do trono de Davi.

CAPÍTULO 8

O INFANTE DE BELÉM

Nascimento de Jesus Cristo. — Sua apresentação no templo. — Visita dos magos. — Maus intentos de Herodes. — O menino levado para o Egito. — O nascimento de Cristo dado a conhecer aos nefitas. — Época do nascimento.

CAPÍTULO 9

O MENINO DE NAZARÉ

Jesus seria chamado nazareno. — No templo aos doze anos de idade. — Jesus e os doutores da Lei. — Jesus de Nazaré.

CAPÍTULO 10

NO DESERTO DA JUDÉIA

João Batista. — A voz no deserto. — O batismo de Jesus. — A proclamação do Pai. — Descida do Espírito Santo. — O sinal da pomba. — Tentações de Cristo.

CAPÍTULO 11

DA JUDÉIA PARA A GALILÉIA

Testemunho de João Batista sobre Cristo. — Primeiros discípulos. — O Filho do Homem, significado do título. — Milagre da transformação da água em vinho. — Milagres em geral.

CAPÍTULO 12

OS PRIMEIROS INCIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR

Primeira purificação do templo. — Jesus e Nicodemos. — Discípulos de João Batista em disputa. — Tributo e testemunho de João em referência a Cristo.

CAPÍTULO 13

HONRADO POR ESTRANHOS, REJEITADO PELOS SEUS

Jesus e a mulher samaritana. — Entre os samaritanos. — Enquanto em Caná, Cristo cura o filho de um nobre em Capernaum. — Cristo prega na sinagoga em Nazaré. — Os nazarenos tentam matá-lo. — Demônios subjugados em Capernaum. - Possessão demoníaca.

CAPÍTULO 14

CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA GALILÉIA

A cura de um leproso. — A lepra. — O aleijado curado e perdoado. — Imputação de blasfêmia. — Publicanos e pecadores. — Roupa velha, odres velhos e novos. — Chamada preliminar de discípulos. — Pescadores de homens.

CAPÍTULO 15

SENHOR DO SÁBADO

O sábado especialmente sagrado para Israel. — O paralítico curado em dia de sábado. — Acusações dos judeus e réplica do Senhor. — Os discípulos acusados de quebra do sábado. — Homem com a mão mirrada curado em dia de sábado.

CAPÍTULO 16

OS DOZE ESCOLHIDOS

Chamado e ordenação. — Os Doze considerados individualmente. — Suas características gerais. — Discípulos e apóstolos.

CAPÍTULO 17

O SERMÃO DA MONTANHA

As Bem-aventuranças. — Dignidade e responsabilidade do ministério. — A lei mosaica substituída pelo Evangelho de Cristo. — Sinceridade de propósito. — A

oração dominical. — A riqueza verdadeira. — Promessa e reafirmação. — Ouvir e praticar.

CAPÍTULO 18

COMO QUEM TEM AUTORIDADE

A cura do servo de um centurião. — Jovem de Naim levantado dentre os mortos. — Mensagem de João Batista a Jesus. — Comentário do Senhor a respeito. — Morte de João Batista. — Jesus em casa de Simão, o Fariseu. — Perdão de uma mulher arrependida. — Autoridade de Cristo atribuída a Belzebu. — O pecado contra o Espírito Santo. — Buscadores de sinais.

CAPÍTULO 19

“E DE MUITAS COISAS LHESS FALOU POR PARÁBOLAS”

O Semeador. — Trigo e Joio. A semente que cresce em segredo. — O grão de mostarda. — Fermento. — O tesouro escondido. — A pérola de grande valor. — A rede do Evangelho. — Propósito do Senhor ao ensinar por parábolas. — As parábolas em geral.

CAPÍTULO 20

“CALA-TE, AQUIETA-TE” Incidentes que Antecederam a Viagem

Candidatos ao discipulado. — Aquietando a tempestade. — Subjugando os demônios na região de Gadara. — Revivificação da filha de Jairo. — Restauração à vida e ressurreição. — Mulher curada no meio da multidão. — O cego vê e o mudo fala.

CAPÍTULO 21

A MISSÃO APOSTÓLICA E OS EVENTOS RELACIONADOS A ELA

Jesus novamente em Nazaré. — Os Doze designados e enviados. — Seu retorno. — Cinco mil pessoas miraculosamente alimentadas. — O milagre de caminhar sobre as águas. — O povo procura Jesus para receber mais pão e peixes. — Cristo, o pão da vida. — Muitos discípulos se afastam.

CAPÍTULO 22

UM PERÍODO DE TENEBROSA OPOSIÇÃO

Lavagens cerimoniais. — Fariseus repreendidos. — Jesus nas fronteiras de Tiro e Sidon. — A filha de uma mulher siro-fenícia é curada. — Milagres realizados nas

costas de Decápolis. — Quatro mil pessoas miraculosamente alimentadas. — Novos buscadores de sinais. — Fermento dos Fariseus, Saduceus e Herodianos. — A grande confissão de Pedro, “Tu és o Cristo”.

CAPÍTULO 23

A TRANSFIGURAÇÃO

Visitação de Moisés e Elias. — O Pai novamente proclama o Filho. — Os apóstolos temporariamente impedidos de testificar a respeito da transfiguração. — Elias, o profeta e Elias. — O Sacerdócio Menor e o Maior.

CAPÍTULO 24

DA LUZ DO SOL PARA AS SOMBRAS

Cura de um jovem endemoninhado. — Nova predição da morte e ressurreição de Cristo. — O dinheiro do tributo, suprido por milagre. — Humildade ilustrada por uma criancinha. — Parábola da Ovelha Perdida. — Em nome de Cristo. — Meu irmão e eu. — Parábola do Credor Incompassivo.

CAPÍTULO 25

JESUS NOVAMENTE EM JERUSALÉM

Partida da Galiléia. — Na Festa dos Tabernáculos. — Outra acusação de quebra do sábado. — Água viva para os sedentos espirituais. — Planos para a prisão de Jesus. — Protestos de Nicodemos. — A mulher surpreendida em adultério. Cristo, a luz do mundo. — A verdade fará livres os homens. — Superioridade de Cristo em relação a Abraão. — Visão restaurada em dia de sábado. — Cegueira física e espiritual. — Pastores e mercenários. — Cristo, o Bom Pastor. — Seu poder inerente sobre a vida e a morte. — Ovelhas de outro aprisco.

CAPÍTULO 26

MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA PERÉIA E NA JUDÉIA

Jesus rejeitado em Samaria. — Tiago e João repreendidos por seus desejos de vingança. — Os Setenta designados e enviados. — Seu retorno. — A pergunta de um doutor da lei. — Parábola do Bom Samaritano. — Marta e Maria. — Pedi e recebereis. — Parábola do Amigo à Meia-noite. — Crítica aos fariseus e doutores da lei. — Parábola do Rico Insensato. — Os que não se arrependerem perecerão. — Parábola da Figueira Estéril. — Mulher curada em sábado. — Muitos ou poucos serão salvos? — Jesus avisado dos intentos de Herodes.

CAPÍTULO 27

CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO NA PERÉIA E NA JUDÉIA

Na casa de um dos principais dos fariseus. — Parábola da Grande Ceia — O Preço. — Salvação até para publicanos e pecadores. — Repetida a parábola da Ovelha Perdida. — A Moeda Perdida. — O Filho Pródigo. — O Mordomo Infiel. — O Rico e Lázaro. — Os Servos inúteis. — Os leprosos curados. — Parábola do Fariseu e o Publicano. — Sobre casamento e divórcio. — Jesus e os pequeninos. — O jovem rico. — Os primeiros podem ser últimos e os últimos primeiros. — Parábola dos Trabalhadores.

CAPÍTULO 28

O ÚLTIMO INVERNO

Na Festa da Dedicção. — As ovelhas conhecem a voz do Pastor. — O Senhor retira-se para a Peréia. — Lázaro levantado dentre os mortos. — A hierarquia judaica agitada pelo milagre. — Profecia de Caifás, o sumo sacerdote. — Jesus repousa em Efraim.

CAPÍTULO 29

A CAMINHO DE JERUSALÉM

Jesus novamente prediz Sua morte e ressurreição. — O pedido de Tiago e João. — Visão restaurada perto de Jericó. — Zaqueu, o principal publicano. — Parábola das Minas. — Ceia na casa de Simão, o leproso. — Tributo de Maria ao unguir a Jesus. — O protesto do Iscariotes. — Entrada triunfal de Cristo em Jerusalém. — Alguns gregos procuram ver a Jesus. — A Voz dos céus.

CAPÍTULO 30

JESUS VOLTA DIARIAMENTE AO TEMPLO

Amaldiçoada uma figueira viçosa mas estéril. — Segunda purificação do templo. — As crianças clamam Hosana. — A autoridade de Cristo desafiada pelos governantes. — Parábola dos Dois Filhos. — Parábola dos Lavradores Maus. — A Pedra rejeitada deveria ser cabeça de esquina. — Parábolas das Bodas. — A falta de vestes nupciais.

CAPÍTULO 31

O ENCERRAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR

Fariseus e Herodianos em conspiração. — César deve receber o que lhe pertence. — A imagem da moeda. — Os saduceus e a ressurreição. — Casamentos de levirato.

— O grande mandamento. — Jesus passa a fazer perguntas. — Causticante denúncia dos escribas e fariseus hipócritas. — Lamentação sobre Jerusalém. — As moedas da viúva. — Retirada final de Jesus do templo. — Predita a destruição do templo.

CAPÍTULO 32

NOVAS INSTRUÇÕES AOS APÓSTOLOS

Profecias relativas à destruição de Jerusalém e futuro advento do Senhor. — Vigiai! — Parábola das Dez Virgem. — Parábola dos Talentos. — O julgamento inevitável. — Outra predição específica da morte iminente do Senhor.

CAPÍTULO 33

A ÚLTIMA CEIA E A TRAIÇÃO

Judas Iscariotes em conspiração com os judeus. — Preparações para a última Páscoa do Senhor. — A última ceia de Jesus com os Doze. - O traidor é apontado. — Ordenança do lavamento dos pés. — O sacramento da ceia do Senhor. — O traidor sai no meio da noite. — Discurso após a ceia. — A oração Sacerdotal. — A agonia do Senhor em Getsêmani. — A traição e o aprisionamento.

CAPÍTULO 34

O JULGAMENTO E A CONDENAÇÃO

O julgamento judaico. — Cristo diante de Anás e Caifás. — O ilegal julgamento noturno. — A sessão matutina. — Falsas testemunhas e condenação injusta. — Pedro nega a Jesus. — Primeira apresentação de Cristo diante de Pilatos. — Perante Herodes. — Segunda aparição ante Pilatos. — Pilatos vencido pelo clamor dos judeus. — A sentença de crucifixão. — Suicídio de Judas Iscariotes.

CAPÍTULO 35

MORTE E SEPULTAMENTO

A caminho do Calvário. — O Senhor dirige-se às filhas de Jerusalém. — A crucifixão. — Ocorrências entre a morte e o sepultamento do Senhor. — O sepultamento. — O sepulcro guardado.

CAPÍTULO 36

NO MUNDO DOS ESPÍRITOS

Realidade da morte do Senhor. — Condição dos espíritos entre a morte e a ressurreição. — O Salvador entre os mortos. — O evangelho pregado aos espíritos em prisão.

CAPÍTULO 37

A RESSURREIÇÃO E A ASCENSÃO

Cristo ressurgiu. — As mulheres no sepulcro. — Comunicações angélicas. — O Senhor Ressurreto é visto por Maria Madalena. — Igualmente por outras mulheres. — Uma conspiração sacerdotal de falsidade. — O Senhor e dois discípulos no caminho de Emaús. — Aparecimento aos discípulos em Jerusalém, o Senhor aparece aos Doze no mar de Tiberíades. — Outras manifestações na Galiléia. — Designação final aos apóstolos. — A ascensão.

CAPÍTULO 38

O MINISTÉRIO APOSTÓLICO

Matias ordenado ao apostolado. — A descida do Espírito Santo no Pentecostes. — A pregação dos apóstolos. — Aprisionados e libertados. — Advertência de Gamaliel ao conselho. — Estêvão, o mártir. — Saulo de Tarso, sua conversão. — Torna-se Paulo, o apóstolo. — O registro feito por João, o Revelador. — Encerramento do ministério apostólico.

CAPÍTULO 39

MINISTÉRIO DO CRISTO RESSURRETO NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

A morte do Senhor assinalada por grandes calamidades no continente ocidental. — A voz do Senhor Jesus Cristo é ouvida. — Suas visitas aos nefitas. — Os Doze Nefitas. — Batismos entre os nefitas. — A lei mosaica cumprida. — Discurso aos nefitas comparado com o Sermão da Montanha. — O sacramento do pão e vinho instituído entre os nefitas. — Nome da Igreja de Cristo. — Os Três Nefitas. — Crescimento da Igreja. — Apostasia final da nação nefita.

CAPÍTULO 40

A LONGA NOITE DA APOSTASIA

A grande apostasia conforme predita. — A apostasia individual dos que se afastam da Igreja. — Apostasia da Igreja. — Constantino faz do Cristianismo a religião

do Estado. — Pretensões papais à autoridade secular. — Tirania eclesiástica. — A era da Escuridão. — A inevitável revolta. — A Reforma. — Criação da igreja da Inglaterra. — Catolicismo e Protestantismo. — A apostasia declarada. — Missão de Colombo e dos Pais Peregrinos, predita em escrituras antigas. — Cumprimento das profecias. — Preparado o estabelecimento da nação americana.

CAPÍTULO 41

MANIFESTAÇÕES PESSOAIS DE DEUS, O PAI ETERNO, E DE SEU FILHO JESUS CRISTO EM TEMPOS MODERNOS

Uma nova dispensação. — Perplexidade de Joseph Smith ante as lutas entre as seitas. — O Pai Eterno e Seu Filho Jesus Cristo aparecem a Joseph Smith e o instruem pessoalmente. — Visitação de Morôni . — O Livro de Mórmon. — O Sacerdócio Aarônico é restaurado por João Batista. — O Sacerdócio de Melquisedeque é restaurado por Pedro, Tiago e João. — A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. — Divinas manifestações no templo de Kirtland. — O Senhor Jesus Cristo aparece. — Autoridade específica de dispensações mais antigas conferida por Moisés, Elias, e Elias, o profeta. — O Santo Sacerdócio atualmente atuante na Terra.

CAPÍTULO 42

JESUS CRISTO RETORNARÁ

Antigas profecias do segundo advento do Senhor. — A revelação moderna afirma a mesma coisa. — Hoje e amanhã. — O grande Elias e Elias, o profeta. — O Santo Sacerdócio atualmente atuante na Terra.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

É fato histórico que, no início, ou próximo do início da que veio a ser conhecida como era cristã, o Homem Jesus, cognominado o Cristo, nasceu em Belém da Judéia.¹ Os principais dados relativos ao Seu nascimento, vida e morte, são tão bem evidenciados, que se tornaram razoavelmente incontestáveis; são fatos registrados e aceitos como essencialmente autênticos pelo mundo civilizado em geral. É verdade que há divergências de deduções baseadas em pretensas discrepâncias nos registros antigos, relativas a detalhes circunstanciais; mas tais diferenças são de importância mínima, pois nenhuma delas em separado, nem todas, conjuntamente, lançam a menor sombra de dúvida racional sobre a história da existência terrena do Homem, conhecido na literatura como Jesus de Nazaré.

Quanto a quem e o que Ele era, há dissensões de graves conseqüências, dividindo as opiniões dos homens; e essa divergência de concepção e crença é mais pronunciada nas questões de maior importância. Os testemunhos solenes de milhões de mortos e de milhões de vivos unem-se, proclamando-O como divino, Filho do Deus Vivo, Redentor e Salvador da raça humana, Juiz Eterno das almas dos homens, o Escolhido e Ungido do Pai — em resumo, o Cristo. Outros há que negam Sua divindade, enquanto exaltam as qualidades transcendentais de Sua inigualável e incomparável virilidade.

Para o estudante de história, este Homem, entre os homens, é o primeiro e permanece na frente e sozinho como personalidade guia no desenvolvimento do mundo. A humanidade jamais produziu um líder que se Lhe compare. Considerado exclusivamente como personagem histórico, Ele é único. Julgado pelo padrão da apreciação humana, Jesus de Nazaré é supremo entre os homens, pela excelência de Seu caráter pessoal, pela simplicidade, beleza e valor genuíno de Seus preceitos, e pela influência de Seu exemplo e doutrinas no desenvolvimento da raça. A estas características notáveis de grandeza extraordinária, o cristão devoto adiciona um atributo que excede muito a soma de todos os outros — a divindade da origem de Cristo e a realidade eterna de Sua condição de Senhor e Deus.

Cristãos e descrentes reconhecem, igualmente, Sua hegemonia como Homem e respeitam a importância de Seu nascimento para a história. Cristo nasceu no meridiano dos tempos;² e Sua vida na Terra marcou, simultaneamente, a culminância do passado e o início de uma era de esperança, esforço e realização humana. Seu advento determinou uma nova ordem no contar dos anos; e, por consentimento comum, os séculos anteriores a Seu nascimento passaram a ser contados em sentido contrário, partindo do acontecimento pivô, e são designados de acordo. O desenvolvimento e queda de dinastias, o nascimento e dissolução de nações, todos os ciclos da história concernentes à guerra e paz, prosperidade e adversidade, saúde e pestilência,

abundância e escassez, terremotos e tempestades, triunfos da invenção e descoberta, épocas de desenvolvimento do homem em santidade e longos períodos de degeneração na descrença — todas as ocorrências que fazem a história — são narradas em todo o mundo cristão, fazendo-se referência ao ano antes ou depois do nascimento de Jesus Cristo.

Sua vida terrena durou 33 anos; e destes, apenas três Ele os passou como um Mestre reconhecido, abertamente envolvido nas atividades do ministério público. Sofreu morte violenta, antes que tivesse atingido o que agora consideramos como a plenitude da vida. Como indivíduo foi conhecido pessoalmente por poucos; e Sua fama como personalidade mundial generalizou-se apenas depois de Sua morte.

Um breve relato sobre algumas de Suas palavras e obras foi preservado, chegando até nós; e este registro, embora fragmentário e incompleto, é devidamente avaliado como o maior tesouro do mundo. A mais antiga e mais extensa história de Sua existência mortal encontra-se na compilação de Escrituras, conhecidas como Novo Testamento; na verdade, pouco foi dito sobre Ele pelos historiadores seculares do Seu tempo. Ainda que poucas e curtas sejam as alusões feitas por escritores não-bíblicos, no período imediato ao do Seu ministério, são entretanto suficientes para corroborar o registro sagrado, no que concerne à realidade e ao período da existência terrena de Cristo.

Nenhuma biografia adequada de Jesus, como menino e homem, foi ou pôde ser escrita, pela simples razão de que não existem dados para compô-la. No entanto, homem algum jamais viveu, sobre o qual tanto tenha sido dito ou cantado, e nenhum a quem tenha sido devotada uma porção maior da literatura mundial. É exaltado por cristãos, maometanos e judeus, por céticos e infiéis, pelos maiores poetas, filósofos, estadistas, cientistas e historiadores do mundo. Até mesmo o pecador herético, no abominável sacrilégio de suas imprecações, proclama a divina supremacia daquele cujo nome profana.

O propósito do presente tratado é considerar a vida e missão de Jesus *como* o Cristo. Neste sentido, seremos orientados pela luz, tanto das Escrituras antigas como modernas; e assim dirigidos, descobriremos, mesmo nos estágios iniciais de nosso curso, que a palavra de Deus revelada nos últimos dias é eficaz na ilustração e esclarecimento da Santa Escritura dos tempos antigos, e isto em assuntos da mais profunda importância.³

Ao invés de iniciarmos nosso estudo com o nascimento terreno do Santo Menino de Belém, consideraremos o papel do Filho Primogênito de Deus nos primeiros conselhos dos céus, quando foi escolhido e ordenado para ser o Salvador da raça de mortais ainda por nascer, o Redentor de um mundo então em seus estágios formativos de desenvolvimento. Estudá-lo-emos como Criador do mundo, como o Verbo Poderoso, através de quem se realizaram os propósitos do Pai Eterno, na preparação da Terra para a habitação de Seus filhos espirituais, durante o período de provação mortal.

Jesus Cristo foi e é Jeová, o Deus de Adão e Noé, o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, o Deus de Israel, o Deus sob cujo comando têm falado os profetas, o Deus de todas as nações e Aquele que ainda reinará na Terra como Rei dos reis e Senhor dos senhores.

Seu nascimento extraordinário, ainda que natural, Sua vida imaculada na carne e Sua morte voluntária como sacrifício consagrado pelos pecados da humanidade, exigirão nossa reverente atenção; como também Sua obra redentora no mundo dos espíritos dos mortos; Sua ressurreição literal da morte física para a imortalidade; Suas várias aparições aos homens e Seu ministério posterior como Senhor Ressuscitado em ambos os continentes; o restabelecimento da Igreja através da Sua presença pessoal e da do Pai Eterno nos últimos dias; e Sua vinda ao templo na presente dispensação. Todos estes acontecimentos do ministério de Cristo já se passaram. O curso de investigação, que nos propomos seguir, levar-nos-á mais adiante, até à parte do futuro, a respeito da qual exista registro de palavras de revelação divina.

Consideraremos as condições relacionadas à volta do Senhor em poder e glória, para dar início ao governo do Reino dos Céus na Terra e para inaugurar o Milênio de paz e retidão já predito. E ainda o seguiremos, mais além, no conflito após-Milênio, entre as forças dos céus e as do inferno, até Sua vitória total sobre Satanás, o pecado e a morte; ocasião em que apresentará ao Pai a Terra glorificada, com suas hostes santificadas, impolutas e celestializadas.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias afirma possuir autoridade divina para usar o nome sagrado, Jesus Cristo, como parte essencial de Sua designação característica. Em vista desta elevada afirmação, é razoável inquirir a respeito da mensagem particular ou especial que a Igreja tem para dar ao mundo, concernente ao Redentor e Salvador da raça e quanto ao que tem para declarar, justificando Sua solene afirmação, ou em defesa de Seu nome e título exclusivos. Ao prosseguirmos em nosso estudo, descobriremos que, entre os ensinamentos específicos da Igreja a respeito do Cristo, encontram-se os seguintes:

1. A unidade e continuação de Sua obra em todas as épocas envolvendo necessariamente a veracidade de Sua preexistência e preordenação.

2. O fato de Sua Divindade pré-mortal.

3. A realidade de Seu nascimento na carne, como produto inerente de Sua linhagem divina e mortal.

4. A realidade de Sua morte e ressurreição física, em consequência da qual o poder da morte será, eventualmente, sobrepujado.

5. O rigor da expiação, efetuada por Ele incluindo a exigência absoluta de obediência individual às leis e ordenanças do evangelho, como o meio pelo qual pode ser atingida a salvação.

6. A restauração de Seu Sacerdócio e o restabelecimento de Sua Igreja na corrente época, que é, verdadeiramente, a Dispensação da Plenitude dos Tempos.

7. A certeza de Seu retorno à Terra, em futuro próximo, com poder e grande glória, para reinar em pessoa e presença física como Senhor e Rei.

CAPÍTULO 2

PREEXISTÊNCIA E PREORDENAÇÃO DO CRISTO

Afirmamos, baseados na autoridade da Escritura Sagrada, que o Ser conhecido entre os homens como Jesus de Nazaré, e por todos os que reconhecem a Sua natureza divina, como Jesus, o Cristo, existiu com o Pai antes do nascimento na carne, e no estado preexistente, foi escolhido e ordenado para ser o único Salvador e Redentor da raça humana. Preordenação indica preexistência como condição essencial; portanto, as Escrituras que tratam de uma, testificam igualmente da outra; conseqüentemente, nesta apresentação não será tentada nenhuma separação entre as evidências que se aplicam em particular à preexistência de Cristo e a Sua preordenação.

João, o Revelador, presenciou em visão algumas das cenas que aconteceram no mundo espiritual antes do início da história humana. Testemunhou lutas e contendas entre a lealdade e a rebelião, nas quais as hostes que defendiam a primeira eram chefiadas por Miguel, o arcanjo, e as forças rebeldes, capitaneadas por Satanás, também chamado diabo, serpente e dragão. Conforme lemos: “E houve batalha no céu: Miguel e os seus anjos batalhavam contra o dragão, e batalhava o dragão e os seus anjos.”¹

Nessa luta entre hostes espirituais, as forças estavam divididas de maneira desigual; Satanás congregava sob seu estandarte somente uma terça parte dos filhos de Deus, simbolizados como as “estrelas do céu”,² a maioria, ou lutou ao lado de Miguel, ou, pelo menos, absteve-se de oposição ativa, cumprindo, dessa maneira, o propósito de seu “primeiro estado” enquanto os anjos que formavam ao lado de Satanás, “não guardaram o seu principado”,³ perdendo o direito às gloriosas possibilidades de uma condição avançada, ou “segundo estado”.⁴ Coube a vitória a Miguel e seus anjos; e Satanás ou Lúcifer, até então um “filho da manhã”, foi expulso do céu, sim, “ele foi precipitado na terra, e os seus anjos foram lançados com ele.”⁵ O profeta Isaías, a quem essas graves ocorrências foram reveladas, cerca de oito séculos antes do tempo dos escritos de João, lamenta, com inspirado sentimento, a queda de um ser tão grandioso; e especifica a ambição como causa principal dessa queda: “Como caíste desde o céu, ó estrela da manhã, filha da alva! como foste cortado por terra, tu que debilitavas as nações! E tu dizias no teu coração: Eu subirei ao céu, acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono, e no monte da congregação me assentarei, aos lados do norte. Subirei sobre as alturas de nuvens, e serei semelhante ao Altíssimo. E contudo levado serás ao inferno, ao mais profundo do abismo.”⁶

A justificativa para citarmos estas escrituras em relação ao assunto que estamos considerando, será encontrada na causa dessa grande contenda — as condições que levaram a essa guerra no céu. As palavras de Isaías tornam claro que Lúcifer, já

possuindo uma posição elevada, tentou exaltar-se ainda mais, sem consideração pelos direitos e arbítrio dos outros. O assunto é considerado em palavras que não deixam dúvidas, numa revelação dada a Moisés e repetida através do primeiro profeta da presente dispensação: “E eu, o Senhor Deus, falei a Moisés, dizendo: Aquele Satanás a quem tu deste ordem em nome do Meu Unigênito, é o mesmo que existiu desde o princípio; e ele apresentou-se a mim, dizendo: Eis-me aqui, envia-me; serei teu Filho e redimirei a humanidade toda, de modo que nenhuma alma se perca, e sem dúvida, eu o farei; portanto dá-me a tua honra. Mas eis que meu Filho Amado, que foi meu Amado e meu Escolhido desde o princípio, disse-me: Pai, faça-se a tua vontade e seja tua a glória para sempre. Portanto, por ter Satanás se rebelado contra mim e procurado destruir o arbítrio do homem, o qual eu, o Senhor Deus, lhe dera; e também, por querer que eu lhe desse meu próprio poder, fiz com que ele fosse expulso pelo poder do meu Unigênito. E ele tornou-se Satanás, sim, o próprio diabo, o pai de todas as mentiras, para enganar e cegar os homens e levá-los cativos segundo sua vontade, sim, todos os que não derem ouvidos a minha voz.”⁷ Desta maneira, é-nos mostrado que, antes de o homem ser colocado na Terra — desconhecemos quanto tempo antes — Cristo e Satanás, juntamente com hostes de filhos espirituais de Deus, existiram como indivíduos inteligentes,⁸ que possuíam o poder e a oportunidade de optar pelo rumo que tomariam, e os líderes que iriam seguir e a quem obedecer.⁹ Nesse grande conselho de inteligências espirituais, foi apresentado, e indubitavelmente discutido o plano do Pai, segundo o qual Seus filhos avançariam para o segundo estado. A oportunidade assim colocada ao alcance dos espíritos, que teriam o privilégio de vir à Terra e nela receber corpos, era tão transcendentalmente gloriosa, que aquelas multidões celestiais romperam em cânticos e clamaram de júbilo.¹⁰

O plano de compulsão de Satanás, pelo qual todos seriam conduzidos em segurança através da mortalidade, destituídos da liberdade de ação e do direito de escolha, tão limitados, que seriam compelidos a fazer o certo — de maneira que nenhuma alma fosse perdida — foi rejeitado; e a humilde oferta de Jesus, o Primogênito — para assumir a mortalidade e viver entre os homens como Exemplo e Mestre, respeitando a santidade do arbítrio do homem, mas ensinando-o a usar sabiamente essa divina herança — foi aceito. Essa decisão provocou uma guerra, que resultou na derrota de Satanás e seus anjos, que foram expulsos e destituídos dos ilimitados privilégios decorrentes do estado mortal, ou segundo estado.

Naquele augusto conselho dos anjos e dos Deuses, o Ser que mais tarde nasceu na carne como Jesus, o filho de Maria, teve atuação destacada, e ali mesmo foi ordenado pelo Pai para ser o Salvador da humanidade. Quanto ao tempo, usando-se o termo no sentido de toda a duração passada, é esta a nossa primeira referência ao Primogênito entre os filhos de Deus; para nós que a lemos, marca o início da história escrita de Jesus, o Cristo.¹¹

As escrituras do Velho Testamento, conquanto abundantes em promessas relativas ao advento de Cristo na carne, são menos taxativas quanto às informações

concernentes à Sua existência pré-mortal. Os filhos de Israel, que viviam sob a lei e não estavam preparados para receber o Evangelho, esperavam que o Messias fosse alguém nascido na linhagem de Abraão e Davi, com poderes para livrá-los de seus fardos pessoais e nacionais, e para vencer seus inimigos. A condição do Messias como Filho escolhido de Deus, que estava com o Pai desde o princípio, um Ser com força e glória preexistentes, foi apenas superficialmente percebida, se é que de alguma forma o foi pelo povo em geral; e embora a grande verdade tenha sido revelada¹² aos profetas especialmente comissionados com a autoridade e privilégios do Santo Sacerdócio, eles a transmitiram ao povo em linguagem simbólica e por parábolas, ao invés de fazê-lo de maneira simples e direta. Não obstante o testemunho dos evangelistas e dos apóstolos, a confirmação do próprio Cristo enquanto na carne e as revelações que nos foram dadas na presente dispensação fornecemnos suficientes provas escriturísticas.

Nas linhas iniciais do Evangelho escrito pelo apóstolo João, lemos: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez... E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.”¹³

A passagem é simples, precisa e inequívoca. Podemos, com boas razões, dar à expressão “No princípio” o mesmo significado que lhe é dado nas primeiras linhas do Gênesis, e isso pode significar um tempo anterior às primeiras etapas da existência humana sobre a Terra. Que o Verbo é Jesus Cristo, que estava com o Pai naquele princípio, achando-Se investido de poderes e posição divina, e que veio ao mundo e habitou entre os homens, são verdades afirmadas de maneira definitiva. Essas declarações são corroboradas por uma revelação dada a Moisés, na qual lhe foi permitido ver muitas das criações de Deus, e ouvir a voz do Pai a respeito das coisas que haviam sido feitas: “E pela palavra de meu poder criei-as, a qual é meu Filho Unigênito que é cheio de graça e verdade.”¹⁴

O apóstolo João afirma repetidamente a preexistência do Cristo, bem como o fato de Sua autoridade e poder no estado pré-mortal.¹⁵ Paulo¹⁶ e Pedro dão o mesmo testemunho. Ao instruir os santos sobre as bases da fé, Pedro afirmou-lhes que a sua redenção não poderia ser garantida através de coisas corruptíveis, ou pela observância exterior de requisitos tradicionais. “Mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado, o qual, na verdade, em outro tempo foi conhecido, ainda antes da fundação do mundo, mas manifestado nestes últimos tempos por amor de vós.”¹⁷

Ainda mais impressionantes e convincentes são os testemunhos pessoais do Salvador quanto à Sua própria vida na preexistência, e à missão entre os homens, para a qual havia sido designado. Nenhuma pessoa que aceite Jesus como o Messias, pode, consistentemente rejeitar estas evidências de Sua natureza eterna. Certa ocasião, quando os judeus discutiam entre si na sinagoga, e murmuravam por não poderem

compreender a doutrina de Cristo concernente a si próprio, especialmente no tocante à Sua relação com o Pai, Jesus lhes disse: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou.” E depois, continuando a lição baseada no contraste entre o maná que alimentara seus pais no deserto, e o pão da vida que Ele oferecia, acrescentou: “Eu sou o pão vivo que desceu do céu”, e novamente declarou “...o Pai, que vive, me enviou.” Não foram poucos os discípulos incapazes de compreender Seus ensinamentos; e seus protestos provocaram estas palavras: “Isto escandaliza-vos? Que seria, pois, se vísseis subir o Filho do Homem para onde primeiro estava?”¹⁸

A certos judeus iníquos, envoltos no manto do orgulho racial, e que se jactavam de sua descendência através da linhagem de Abraão, tentando desculpar seus próprios pecados com o uso injustificado do nome do grande patriarca, nosso Senhor assim proclamou Sua própria preeminência: “Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão existisse Eu sou.”¹⁹ O significado mais amplo deste comentário será discutido adiante; é suficiente, no momento, que se considere esta escritura como uma franca admissão da precedência e supremacia do Senhor sobre Abraão. Mas como o nascimento de Abraão precedeu o de Cristo por mais de dezenove séculos, tal prioridade deve referir-se a uma existência anterior ao estado mortal.

Ao se aproximar a hora da traição, na Sua última entrevista com os apóstolos, antes da angustiante experiência em Getsêmani, Jesus confortou-os, dizendo: “Pois o mesmo Pai vos ama...; ...outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai.”²⁰ Ademais, na oração por aqueles que haviam sido fiéis aos seus testemunhos da função messiânica de Jesus, Ele dirigiu-se ao Pai com esta invocação solene: “E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste. Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer. E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse.”²¹

As Escrituras do Livro de Mórmon são igualmente explícitas quanto às provas da preexistência de Cristo e da pré-designação de sua tarefa. Somente uma das muitas evidências ali encontradas será citada aqui. Um profeta antigo, designado nos registros como “o irmão de Jared”,²² certa vez demandou com o Senhor em súplica especial: “E o Senhor disse-lhe: Crês nas palavras que eu direi? E ele respondeu: Sim, Senhor, eu sei que falas a verdade, porque és um Deus de verdade e não podes mentir. E quando disse estas palavras, eis que o Senhor se mostrou a ele e disse: Por saberes estas coisas, ficas redimido da queda; portanto és conduzido de volta a minha presença; portanto, mostro-me a ti. Eis que eu sou aquele que foi preparado desde a fundação do mundo para redimir meu povo. Eis que eu sou Jesus Cristo. Eu sou o Pai e o Filho. Em mim toda a humanidade terá vida e tê-la-á eternamente, sim, aqueles que crerem em meu nome; e eles tornar-se-ão meus filhos e minhas filhas. E nunca me mostrei ao homem que criei, porque nunca o homem creu em mim como tu creste. Vês que foste criado segundo minha própria imagem? Sim, todos os homens foram criados, no princípio, à

minha própria imagem. Eis que este corpo que ora vês é o corpo do meu espírito; e o homem foi por mim criado segundo o corpo do meu espírito; e assim como te apareço em espírito, aparecerei a meu povo na carne.”²³ Os fatos principais evidenciados por esta Escritura, e que têm relação direta com o assunto presente, são as manifestações do Cristo enquanto ainda no Seu estado pré-mortal, e a Sua declaração de que havia sido escolhido desde a fundação do mundo para ser o Redentor.

As revelações dadas através dos profetas de Deus na atual dispensação estão repletas de evidências sobre a designação e ordenação de Cristo no mundo primevo; e todo o conteúdo das Escrituras encontradas em Doutrina e Convênios pode ser chamado em testemunho. Os seguintes exemplos ilustram particularmente este ponto. Em maio de 1833, em uma comunicação a Joseph Smith, o Profeta, o Senhor declarou ser aquele que havia, em outros tempos, vindo do Pai para o mundo, e de quem João havia prestado testemunho como sendo o Verbo; e é reiterada a verdade solene de que Ele, Jesus Cristo, “era no princípio, antes de o mundo existir”, e mais, que Ele era o Redentor que “veio ao mundo porque o mundo foi feito por ele, e nele estava a vida dos homens e a luz dos homens.” Novamente, a Escritura refere-se a Ele como “Unigênito do Pai, cheio de graça e verdade, ... que veio e habitou na carne.” Na mesma revelação, o Senhor disse: “E agora, na verdade vos digo: “Eu estava no princípio com o Pai, e eu sou o Primogênito.”²⁴ Numa ocasião anterior, como testifica o profeta moderno, ele e seu companheiro de sacerdócio foram iluminados pelo Espírito, de maneira que se tornaram capazes de ver e compreender as coisas de Deus — “Até as coisas que existiram desde o princípio, antes do mundo existir, as quais foram ordenadas pelo Pai, por meio do seu Filho Unigênito, que estava no seio do Pai desde o princípio; de quem testemunhamos; e o testemunho que prestamos é a plenitude do Evangelho de Jesus Cristo, que é o Filho, o qual *vimos* e com quem conversamos na visão celestial.”²⁵

O testemunho das Escrituras dadas a ambos os hemisférios, tanto as antigas quanto as modernas; as inspiradas declarações dos profetas e apóstolos e as palavras do próprio Mestre são unânimes em proclamar a preexistência de Cristo e a Sua ordenação para Salvador e Redentor da humanidade — no começo, sim, mesmo antes da fundação do mundo.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. Diferentes Níveis das Inteligências no Estado Pré-Mortal. — Uma revelação a Abraão mostra com grande clareza que os espíritos dos homens existiram como inteligências individuais, de vários graus de habilidade e poder antes de estabelecido o estado mortal na terra, e mesmo antes da criação do mundo como habitação adequada para os seres humanos: “Ora, o Senhor mostrara a mim, Abraão, as inteligências que foram organizadas antes de o mundo existir; e entre todas essas havia muitas nobres e grandes. E Deus viu que essas almas eram boas; e ele estava no meio delas e disse: A estes farei meus governantes; pois ele se encontrava entre aqueles que eram espíritos e

viu que eles eram bons; e disse-me: Abraão. tu és um deles; foste escolhido antes de nasceres.” (P. G. V., Abraão 3:22, 23).

Os versículos seguintes demonstram que tanto Cristo quanto Satanás estavam entre aquelas inteligências exaltadas. e que Cristo foi escolhido, enquanto Satanás foi rejeitado como futuro Salvador da humanidade: “E estava entre eles um que era semelhante a Deus, e ele disse aos que se achavam com ele: Desceremos, pois há espaço lá, e tomaremos destes materiais e faremos uma terra onde estes possam habitar; e assim os provaremos para ver se farão todas as coisas que o Senhor seu Deus lhes ordenar; e os que guardarem seu primeiro estado receberão um acréscimo; e os que não guardarem seu primeiro estado, não terão glória no mesmo reino que aqueles que guardarem seu primeiro estado; e os que guardarem seu segundo estado terão um acréscimo de glória sobre sua cabeça para todo o sempre. E o Senhor disse: Quem enviarei? E um semelhante ao Filho do Homem, respondeu: Eis-me aqui, envia-me. E outro respondeu e disse: Eis-me aqui, envia-me. E o Senhor disse: Enviarei o primeiro. E o segundo irou-se e não guardou seu primeiro estado; e, naquele dia, muitos o seguiram.” (versículos 24-28)

2. O Conselho Primevo nos Céus. — “É declarado de maneira definitiva no Livro de Gênesis que Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem conforme a nossa semelhança’. E novamente, depois que Adão havia tomado do fruto proibido, o Senhor afirmou: ‘Eis que o homem é como um de nós’; pelo que se conclui que houve deliberação conjunta sobre todo o trabalho relativo à criação do mundo, e, embora Deus tenha falado da maneira registrada na Bíblia, é evidente que Ele conferenciou com outros. As Escrituras nos dizem que há ‘muitos deuses e muitos senhores. Todavia para nós há um só Deus, o Pai’ (I Cor. 8:5). E é por essa razão que, embora outros tenham estado envolvidos na criação dos mundos, o relato da Bíblia foi feito da forma que conhecemos, pois a plenitude dessas verdades só é revelada a pessoas altamente favorecidas, por certas razões conhecidas de Deus. As Escrituras nos dizem que ‘O segredo do Senhor é para os que o temem; e ele lhes fará saber o seu concerto’ — Salmos 25:14.

“É razoável acreditar que nesse Conselho nos Céus, foi devidamente considerado o plano que deveria ser adotado em relação aos filhos de Deus, que até então eram espíritos, e ainda não tinham recebido tabernáculos. Pois, em vista da criação do mundo e da colocação do homem nele, onde lhe seria possível obter um tabernáculo, e nesse tabernáculo obedecer às leis da vida e com ele ser novamente exaltado entre os Deuses ‘as estrelas da manhã juntas alegremente cantavam, e todos os filhos de Deus rejubilavam.’ Segundo nos é relatado, aí levantou-se a questão de como, e sobre que princípio deveria ser efetuada a salvação, exaltação e glória eterna dos filhos de Deus. É evidente que, naquele conselho, certos planos haviam sido propostos e discutidos, e que, depois de um debate total sobre esses princípios, e da declaração da vontade do Pai concernente aos seus desígnios, Lúcifer apresentou-se com um plano próprio, dizendo: ‘Eis-me aqui, manda-me e serei teu filho e redimirei a humanidade toda, de

modo que nem uma só alma se perderá, e sem dúvida o farei; portanto dá-me tua honra. ‘Mas Jesus, ouvindo a declaração de Lúcifer, disse: ‘Pai, faça-se a tua vontade e seja tua a glória para sempre.’ Pelas palavras do Filho bem-amado, podemos deduzir que durante a discussão desse assunto, o Pai havia manifestado Sua vontade, e apresentado Seus planos, e tudo o que o Primogênito desejava fazer era cumprir a vontade do Pai, a qual tudo indica, havia sido expressa anteriormente. Ele também desejava que a glória fosse dada a Deus, o Pai, que como arquiteto e criador do plano tinha direito a toda a honra e glória. Mas Lúcifer desejava introduzir um plano contrário à vontade do Pai, reclamando para si a honra e disse: ‘Eu redimirei a humanidade toda, portanto dá-me a tua honra. ‘Ele quis obrar contrariamente à vontade do Pai, e, presunçosamente, tentou despojar o homem do seu livre-arbítrio, tornando-o servo, e colocando-o numa tal posição, que lhe seria impossível obter aquela exaltação que, segundo os desígnios de Deus, deveria pertencer-lhe, através da obediência à lei que ele havia sugerido; e novamente Lúcifer desejava a honra e glória de seu Pai que lhe possibilitaria levar avante princípios contrários à sua vontade.’ — John Taylor, *Mediation and Atonement*, pp. 93, 94.

3. Os Jareditas. — “Das duas nações cujas histórias constituem o Livro de Mórmon a primeira em ordem cronológica é a do povo de Jared, que seguiu seu líder desde a torre de Babel na época da confusão das línguas. Sua história foi escrita sobre vinte e quatro placas de ouro, por Éter, o último de seus profetas, que, prevendo a destruição de seu povo por causa da iniquidade, escondeu as placas históricas. Elas foram encontradas em 123 A.C., por uma expedição enviada pelo rei Lími, governante dos nefitas. O registro gravado sobre essas placas foi posteriormente resumido por Morôni, que o anexou ao Livro de Mórmon. Esse resumo aparece na tradução moderna sob o nome de Livro de Éter.

“O nome do primeiro e principal profeta dos Jareditas não é mencionado no registro que possuímos; ele é conhecido apenas como o irmão de Jared. Sobre o povo aprendemos que, em meio à confusão de Babel, Jared e seu irmão pediram ao Senhor que os poupasse, juntamente com seus companheiros, da dispersão iminente. Suas orações foram atendidas e o Senhor os guiou, com um número considerável de pessoas que, como eles, não se haviam contaminado com a idolatria, para longe de seus lares, prometendo conduzi-los a uma terra escolhida sobre todas as outras. A rota de sua viagem não é dada com exatidão; somente sabemos que atravessaram o oceano e lá construíram oito embarcações, nas quais se fizeram ao mar. Esses barcos eram pequenos, e seu interior escuro; mas o Senhor fez com que algumas pedras se tornassem luminosas, as quais forneceram a claridade necessária aos viajantes. Depois de uma viagem de trezentos e quarenta e quatro dias, a colônia desembarcou numa praia do oeste da América do Norte provavelmente em um lugar ao sul do golfo da Califórnia, e ao norte do istmo do Panamá.

“Ali, a colônia transformou-se numa nação florescente mas, em consequência de dissensões internas, dividiu-se em grupos que lutaram entre si até que todo o povo fosse

destruído. Esta destruição, que ocorreu perto da colina Ramá, mais tarde conhecida entre os nefitas como Cumora, deu-se, aproximadamente, na época do desembarque de Lei na América do Sul, 590 A.C.” — O autor, *Regras de Fé*, Cap. 14.

CAPÍTULO 3

A NECESSIDADE DE UM REDENTOR

Explicamos, até agora, que toda a raça humana existiu no mundo anterior, na forma de seres espirituais, e que esta Terra foi criada com o propósito de possibilitar a esses espíritos as experiências da mortalidade. Quando ainda nesse estado espiritual, foram investidos dos poderes de arbítrio ou escolha; e foi parte do plano divino que nascessem livres na carne, herdeiros do direito inalienável de liberdade, para escolher e agir por si próprios na mortalidade. É inegavelmente essencial ao progresso eterno dos filhos de Deus que estejam sujeitos às influências tanto do bem como do mal, a fim de que sejam experimentados e provados, “para ver se farão todas as coisas que o Senhor seu Deus lhes ordenar”.¹ O livre-arbítrio é um elemento indispensável a tal teste.

O Pai Eterno compreendeu bem as naturezas dessemelhantes e a variada capacidade de sua prole espiritual; e sua infinita presciência fez-lhe saber, mesmo no começo, que na escola da vida alguns de Seus filhos venceriam e outros falhariam; alguns seriam fiéis, outros falsos; alguns escolheriam o bem, outros o mal; alguns procurariam o caminho da vida, enquanto outros escolheriam a estrada que leva à destruição. Ademais, previu que a morte entraria no mundo e que a posse de corpos pelos Seus filhos seria de breve duração individual. Viu que Seus mandamentos seriam desobedecidos e Sua lei violada, e que os homens, expulsos de Sua presença e sozinhos, sucumbiriam em vez de se elevarem, regrediriam em vez de progredirem, e seriam perdidos para os céus. Era necessário prover-se um meio de redenção, pelo qual o homem pecador pudesse fazer reparações e, cumprindo a lei estabelecida, ser salvo e alcançar exaltação nos mundos eternos. O poder da morte deveria ser sobrepujado de forma que, embora tivessem necessidade de morrer, vivessem novamente, com seus espíritos revestidos de corpos imortalizados, sobre os quais a morte não poderia novamente prevalecer.

Que a ignorância e irreflexão não nos guiem ao erro de supormos que a presciência do Pai quanto ao que *aconteceria*, em dadas condições, haja determinado que o mesmo *acontecesse*. Não era seu desígnio que as almas dos homens se perdessem; pelo contrário, era e é sua obra e glória “levar a efeito a imortalidade e vida eterna do homem”.²

Não obstante, Ele viu o mal em que Seus filhos por certo cairiam; e com infinito amor e misericórdia, estabeleceu meios para evitar o terrível efeito, com a condição de que o transgressor decidisse beneficiar-se dos mesmos.³ A oferta do Primogênito de estabelecer, através de Seu próprio ministério entre os homens, o Evangelho de salvação e de sacrificar-Se, através de trabalho, humilhação e sofrimento mesmo até à morte, foi aceita, tornando-se o plano preordenado de redenção do homem da morte,

de sua eventual salvação dos efeitos do pecado e de sua possível exaltação através de atos virtuosos.

Segundo o plano adotado no conselho dos Deuses, o homem foi criado como espírito dotado de corpo; seu tabernáculo de carne foi composto de elementos terrenos.⁴ Recebeu mandamentos e leis, tendo liberdade para obedecer ou não — sob a condição justa e inevitável de que deveria gozar ou sofrer os resultados naturais de sua escolha.⁵ Adão, o primeiro homem⁶ colocado sobre a terra em seguimento ao plano estabelecido, e Eva, que lhe foi dada como companheira e associada, indispensável à missão a ele designada de povoar a Terra, desobedeceram ao mandamento expresso de Deus, causando a “queda do homem”, com a qual foi iniciado o estado atual, que tem a morte como um dos seus elementos essenciais.⁷ Não nos propomos a considerar aqui, extensamente, a doutrina da queda; para a presente discussão, é suficiente verificar a realidade da importante ocorrência e suas assombrosas conseqüências.⁸ A mulher foi enganada e, em direta violação ao mandamento e conselho, partilhou do alimento que havia sido proibido e, como resultado desse ato, seu corpo degenerou-se, tornando-se sujeito à morte. Adão compreendeu a disparidade que havia surgido entre si e sua companheira e, percebendo ainda que de maneira incompleta a situação, acompanhou-a em sua desobediência, tornando-se, assim, seu parceiro na degeneração corporal. Notem-se as palavras de Paulo neste sentido: “E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão.”⁹

O homem e a mulher tornaram-se mortais; condescendendo no uso de alimento inadequado à sua natureza e condição, contra o qual havia sido especificamente advertido, e como resultado inevitável da sua desobediência à lei e mandamento divino, tornaram-se sujeitos a enfermidades físicas e fraquezas corporais, que se transformaram em herança natural da humanidade, desde essa época.¹⁰ Aqueles corpos, que antes da queda haviam sido perfeitos em forma e funcionamento, estavam agora sujeitos à eventual dissolução ou morte. O arquitentador, através de cujos sofismas, meias-verdades e abjetas fraudes Eva havia sido enganada era Satanás ou Lúcifer, o rebelde e decaído “filho da manhã”, cuja proposta envolvendo a destruição da liberdade do homem havia sido rejeitada no conselho dos céus, e que havia sido “lançado à terra”, ele e seus anjos, como espíritos sem corpos, para nunca penetrarem no tabernáculo de um corpo próprio.¹¹

Em um ato de represália diabólica, seguindo sua rejeição no conselho, a derrota por Miguel e as hostes celestiais, e sua ignominiosa expulsão do céu, Satanás planejou destruir os corpos nos quais os espíritos fiéis — aqueles que haviam conservado seu primeiro estado — nasceriam; e o ato de enganar Eva não foi senão um estágio inicial daquele infernal esquema.

A morte tornou-se a herança universal; pode reclamar sua vítima na infância ou na juventude, na plenitude da vida ou sua intimação pode ser retardada até que as neves do tempo se tenham acumulado sobre a cabeça encanecida; ela pode ocorrer como resultado de acidente ou doença, por violência ou, como dizemos, através de causas

naturais; mas virá, como Satanás bem o sabe; e neste conhecimento está o seu atual, embora temporário, triunfo. Mas são os propósitos de Deus, como sempre o foram e sempre o serão, infinitamente superiores aos mais profundos desígnios dos homens ou demônios; e, mesmo antes que o primeiro homem fosse criado na carne, tomaram-se providências contra as maquinações satânicas que pretendiam fazer da morte um mal inevitável, perpétuo e supremo. A expiação a ser efetuada por Jesus Cristo foi estabelecida para sobrepujar a morte e prover um meio de resgate do poder de Satanás.

Como a penalidade a que está sujeita a queda recaiu sobre a raça humana, através de um ato individual, seria manifestamente injusto e, portanto, impossível como parte do propósito divino, fazer com que todos os homens sofressem as conseqüências da mesma, sem uma providência para a sua libertação.¹² Ademais, uma vez que pela transgressão de um homem o pecado veio ao mundo e a morte foi transmitida a todos, é razoável que a expiação necessária tenha sido efetuada por um homem.¹³ “Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte; assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram. Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para justificação de vida”.¹⁴ Assim ensinou o apóstolo Paulo; e ainda: “Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem. Porque assim como todos morrem em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo.”¹⁵

A expiação deveria ser evidentemente um sacrifício vicário, voluntário e inspirado no amor por parte de Jesus; universal em sua aplicação à humanidade, desde que os homens aceitassem os meios de salvação postos ao seu alcance. Para tal missão, poderia ser eleito apenas alguém que não tivesse pecado. Mesmo as vítimas do altar, que a antiga Israel oferecia como propiciação provisória pelas ofensas do povo sob a lei mosaica, tinham que ser limpas e destituídas de mácula ou imperfeição; de outra maneira, seriam inaceitáveis e a tentativa de oferecê-las era sacrilégio.¹⁶ Jesus Cristo era o único Ser que possuía os requisitos para o grande sacrifício:

1 — Como único Homem sem pecado;

2 — Como o Unigênito do Pai e, portanto, o único Ser nascido na Terra, possuindo em Sua plenitude os atributos tanto de Deus como do homem.

3 — Como o único que tinha sido escolhido no céu e preordenado para esse serviço.

Que outro homem houve sem pecado e, portanto, completamente isento do domínio de Satanás e a quem a morte, salário do pecado, não foi naturalmente devida? Tivesse Jesus Cristo encontrado a morte como os outros homens — resultado do poder que Satanás adquiriu sobre eles, através de seus pecados — Sua morte não teria sido senão uma experiência individual, expiatória apenas de Suas próprias faltas e ofensas. A absoluta inexistência de pecados em Cristo qualificou-O. Sua humildade e

voluntariedade tornaram-No aceitável ao Pai, como sacrifício expiatório para a propiciação de todos os pecados dos homens.

Que outro homem viveu com poder para resistir à morte, sobre o qual a morte não poderia prevalecer, senão através de Sua própria submissão? Jesus Cristo, entretanto, não podia ser morto até que “chegasse Sua hora”, sendo esta a hora em que voluntariamente entregasse Sua vida, permitindo Sua própria morte através de um ato espontâneo. Nascido de mãe mortal, Ele herdara a capacidade de morrer; gerado por um Ser imortal, possuía por herança o poder de resistir à morte indefinidamente. Ele literalmente entregou Sua vida; e esta é Sua própria afirmação: “Por isto o Pai me ama, porque dou a minha vida para tornar a tomá-la. Ninguém ma tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para a dar, e poder para tornar a tomá-la”.¹⁷ E ainda: “Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo”.¹⁸ Somente tal Ser poderia conquistar a morte; e ninguém, senão Jesus Cristo, possuía esta condição indispensável ao Redentor do mundo.

Que outro homem veio à Terra com tal desígnio, revestido da autoridade de tal preordenação? Jesus Cristo, no entanto, não se apropriou da missão expiatória. É verdade que Ele Se ofereceu quando do chamado nos céus; é verdade que foi aceito, e no devido tempo veio à Terra, para levar a efeito os termos daquela anuência; mas Ele foi escolhido por Um maior que Ele próprio. Sua afirmação de autoridade teve sempre como essência o fato de que agia sob a direção do Pai, como o testemunham estas palavras: “Porque eu descí do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou”.¹⁹ A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou, e realizar a sua obra”²⁰. “Eu não posso de mim mesmo fazer coisa alguma. Como ouço, assim julgo; e o meu juízo é justo, porque não busco a minha vontade, mas a vontade do Pai que me enviou”.²¹

Através da expiação realizada por Jesus Cristo — uma obra redentora e vicária em favor da humanidade que estava apartada de Deus pelos efeitos do pecado, tanto herdado quanto praticado individualmente — o caminho está aberto para uma reconciliação, pela qual o homem pode, novamente, entrar em comunhão com Deus e tornar-se digno de habitar de novo e para sempre na presença do seu Pai Eterno. Esta idéia fundamental está admiravelmente contida na palavra “expiação”, que significa “reconciliação, reparação, compensação”.²² O efeito da expiação pode ser convenientemente considerado de duas maneiras:

1 — Redenção universal da raça humana da morte provocada pela queda de nossos primeiros pais; e

2 — Salvação, que prove os meios pelos quais são aliviados os efeitos do pecado individual.

A vitória sobre a morte foi manifestada na ressurreição do Cristo crucificado; Ele foi o primeiro a passar da morte para a imortalidade e assim é adequadamente conhecido como “as primícias dos que dormem”.²³ Que a ressurreição dos mortos,

assim iniciada, se estenderia a todos os que viveram, vivem ou viverão, é atestado por abundante evidência escriturística. Após a ressurreição de nosso Senhor, outros que dormiam no túmulo se levantaram e foram vistos por muitos, não como aparições de espíritos, mas como seres ressurretos possuindo corpos imortais: “E abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos que dormiam foram ressuscitados. E, saindo dos sepulcros, depois da ressurreição dele, entraram na cidade santa, e apareceram a muitos”.²⁴

Aqueles que então apareceram são chamados de “santos”; e outras escrituras confirmam o fato de que somente os justos ressuscitarão nos primeiros estágios da ressurreição, ainda a ser consumada; mas que todos os mortos deverão, por sua vez, retomar corpos de carne e ossos, é estabelecido, além de qualquer dúvida, na palavra revelada. A afirmação direta do Salvador deve ser conclusiva: “Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora, e agora é, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão... Não vos maravilheis disto; porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz. E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação”.²⁵ A doutrina de uma ressurreição universal foi ensinada pelos apóstolos antigos,²⁶ como também pelos profetas nefitas;²⁷ e o mesmo é confirmado por revelação dada nos presentes tempos²⁸. Mesmo os pagãos, que não conheceram Deus, serão trazidos de suas sepulturas; e, como viveram e morreram na ignorância da lei de salvação, foi provido um meio para que o conhecessem. “E então as nações pagãs serão redimidadas, e os que não conheceram lei alguma tomarão parte na primeira ressurreição; e ser-lhesá tolerável”.²⁹

Jacó, um profeta nefita, ensinou a universalidade da ressurreição e demonstrou a necessidade absoluta de um Redentor, sem o qual os propósitos de Deus na criação do homem seriam vãos. Suas palavras constituem um sumário conciso e poderoso da verdade revelada, tratando, diretamente, do presente assunto:

“Pois assim como a morte tem efeito sobre todos os homens, para que seja cumprido o plano misericordioso do grande Criador, deve existir um poder de ressurreição e a ressurreição deve vir ao homem em razão da queda; e a queda veio em razão da transgressão; e porque os homens se tornaram decaídos, foram afastados da presença do Senhor.

Portanto é necessário que haja uma expiação infinita — porque se a expiação não fosse infinita, esta corrupção não poderia revestir-se de incorrupção. Portanto o primeiro julgamento que recaiu sobre o homem deveria ter durado eternamente. E se assim fosse, esta carne teria que apodrecer e desfazer-se em sua terra mãe, para não mais se levantar.

Oh! A sabedoria de Deus, sua misericórdia e graça! Pois eis que se a carne não mais se levantasse, nossos espíritos estariam à mercê daquele anjo que caiu “da presença do Eterno Deus e tornou-se o diabo, para não mais se levantar.

E nosso espírito deveria tornar-se como ele e nós nos tornaríamos diabos, anjos de um diabo, a fim de sermos afastados da presença de nosso Deus e permanecermos com o pai das mentiras, em miséria, como ele mesmo; sim, como aquele ser que enganou nossos primeiros pais, que se transformou quase em um anjo de luz e incita os filhos dos homens a combinações secretas de crimes e de toda sorte de obras secretas das trevas.

Oh! Quão grande é a bondade de nosso Deus, que prepara um caminho para nossa fuga das garras desse terrível monstro, sim, aquele monstro, morte e inferno, que eu chamo morte do corpo e também morte do espírito.

E por causa do caminho de libertação de nosso Deus, o Santo de Israel, essa morte da qual falei, que é a física, libertará seus mortos; essa morte é a sepultura.

E essa morte da qual falei, que é a morte espiritual, libertará seus mortos; e essa morte espiritual é o inferno; portanto, morte e inferno deverão libertar seus mortos; e o inferno deverá libertar seus espíritos cativos e a sepultura deverá libertar seus corpos cativos; e o corpo e o espírito dos homens serão restituídos um ao outro; e é pelo poder da ressurreição do Santo de Israel.

Oh! Quão grande é o plano de nosso Deus! Porque, por outro lado, o paraíso de Deus deverá libertar os espíritos dos justos, e a sepultura, libertar os corpos dos justos; e o espírito e o corpo serão reunidos novamente e todos os homens tornar-se-ão incorruptíveis e imortais e serão almas viventes, tendo um perfeito conhecimento, como nós na carne, com a diferença de que o nosso conhecimento será perfeito.³⁰

A observância da expiação na falta individual, tornando possível ao pecador ser absolvido, através do cumprimento das leis e ordenanças constantes do Evangelho de Jesus Cristo, é atestada de maneira conclusiva pela Escritura. Uma vez que o perdão dos pecados não pode ser assegurado de outra maneira, não havendo no céu ou na Terra outro nome a não ser o de Jesus Cristo, pelo qual os filhos dos homens serão salvos,³¹ toda alma necessita da mediação do Salvador, pois todos são pecadores. “Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus”, disse Paulo³², e João, o apóstolo, adicionou seu testemunho com estas palavras: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós”.³³

Quem duvidará da justiça de Deus, que nega salvação a todos os que não cumprem as condições prescritas, através das quais, unicamente, poderá essa salvação ser obtida? Cristo é a “causa de eterna salvação para todos os que lhe obedecem,”³⁴ e Deus “recompensará cada um segundo as suas obras, a saber: a vida eterna aos que, com perseverança em fazer bem, procuram glória, e honra e incorrupção; mas a indignação e a ira aos que são contenciosos, e desobedientes à verdade e obedientes à iniquidade; tribulação e angústia sobre toda a alma do homem que obra o mal”.³⁵

Tal, portanto, é a necessidade de um Redentor, pois, sem Ele, a humanidade permaneceria para sempre no estado decaído, perdendo, inevitavelmente, toda esperança de progresso eterno.³⁶ A provação mortal representa uma oportunidade de

progresso; mas *tão* grandes são as dificuldades e os perigos, tão forte é a influência do mal no mundo, e tão fraca e a resistência do homem, que, sem o auxílio de um poder superior ao da humanidade, nenhuma alma encontrará seu caminho de volta a Deus de quem veio. A necessidade de um Redentor reside na incapacidade do homem de se elevar do plano temporal para o espiritual, do reino inferior para o superior. Encontramos analogias desta concepção no mundo natural. Reconhecemos uma distinção fundamental entre a matéria inanimada e a matéria viva, entre o inorgânico e o orgânico, entre um mineral sem vida de um lado e a planta ou animal vivente de outro. Dentro das limitações de sua própria ordem, o mineral morto cresce por acréscimo de substância e pode atingir uma condição relativamente perfeita da estrutura e forma, como se vê nos cristais. Mas o mineral, embora trabalhado favoravelmente pelas forças da natureza — luz, calor, energia elétrica e outras — nunca pode tornar-se um organismo vivo; nem podem os elementos mortos, através de qualquer processo de combinação química desassociado da vida, entrar nos tecidos da planta para se tornar parte da mesma. Mas a planta, que é de uma ordem superior, encaminha suas raízes para dentro da terra, espalha suas folhas na atmosfera e, através desses órgãos, absorve as soluções do solo, aspira os gases do ar e, desses materiais sem vida, fabrica os tecidos de sua maravilhosa estrutura. Nenhuma partícula mineral, nenhuma substância química morta jamais se tornou componente de um tecido orgânico, a não ser pela instrumentalidade da vida. Podemos, talvez com proveito, levar a analogia ainda mais adiante. A planta não tem a capacidade de elevar o seu próprio tecido ao plano animal. Embora seja reconhecidamente a ordem da natureza que o “reino animal” dependa do “reino vegetal” para a sua subsistência, a substância da planta torna-se parte do organismo animal somente quando este último, de seu plano superior e por sua própria ação vital, incorpora esses compostos vegetais ao seu organismo. Por sua vez, a matéria animal nunca pode tornar-se, mesmo transitoriamente, parte do corpo humano, exceto quando o homem vivente assimila e, por processos vitais de sua própria existência, eleva a substância do animal que lhe deu alimento ao seu plano superior. A comparação aqui empregada é admitidamente frágil, se levada além dos limites razoáveis da aplicação; pois a elevação do mineral ao plano da planta, do tecido vegetal ao nível animal e a elevação de ambos ao plano humano não constituem senão uma mudança temporária; com a dissolução dos tecidos superiores, o material que lá se encontra volta ao nível do inanimado e morto. Mas, como ilustração, a analogia talvez não careça totalmente de valor.

Assim, para que o homem avance do seu atual estado de relativa decadência para a condição superior de uma vida espiritual, é preciso que haja cooperação de um poder acima do seu. Através da operação das leis que prevalecem no reino superior, o homem pode ser alcançado e elevado; não pode salvar a si mesmo por seu próprio esforço, sem auxílio.³⁷ Um Redentor e Salvador da humanidade é, sem qualquer dúvida, essencial à realização do plano do Pai Eterno, levar a efeito a imortalidade e vida eterna do homem”,³⁸ e esse Redentor e Salvador é Jesus Cristo, além do qual não há e não pode haver outro.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

A presciência de Deus não é causa determinante. — “A respeito da presciência de Deus, que não seja dito que a onisciência divina é, por si mesma uma causa determinante, pela qual os acontecimentos devem inevitavelmente verificar-se. Um pai mortal, que conhece as fraquezas e defeitos de seu filho, pode em virtude desse conhecimento, predizer com amargura as calamidades e sofrimentos que esperam seu filho desobediente. Pode prever no futuro daquele ser a privação de bênçãos, que poderiam ter sido recebidas, a perda de posição, respeito próprio, reputação e honra. Até mesmo as sombras negras do cárcere de um criminoso e a escuridão da sepultura de um ébrio podem aparecer nas tristes visões da alma do pai dedicado. Entretanto, convencido por experiência da impossibilidade de conseguir a reforma daquele filho, prevê os terríveis acontecimentos do futuro e não encontra senão tristezas e angústias em sua visão. Poder-se-á dizer que o conhecimento antecipado do pai seja a causa da vida cheia de pecados do filho? O filho talvez já tenha alcançado a maturidade e seja senhor do seu próprio destino, exercendo o livre-arbítrio. O pai é impotente para controlar pela força ou dirigir por comando arbitrário; e, embora fizesse, de boa vontade, qualquer esforço ou sacrifício para salvar seu filho da ruína iminente, teme pelo que parece ser uma terrível certeza. Mas, certamente, aquele pai preocupado e amante não contribui, com o seu conhecimento, para a obstinação de seu filho. Raciocinar de outra forma seria dizer que um pai negligente, que não se preocupa em estudar a natureza e o caráter de seu filho, que fecha os olhos às tendências pecaminosas e permanece em descuidada indiferença quanto ao provável futuro, está, pela sua própria insensibilidade, beneficiando o filho, porque sua falta de previsão não pode agir como causa contribuinte da delinqüência. Nosso Pai Celestial tem completo conhecimento da natureza e disposição de cada um de seus filhos; um conhecimento adquirido por longa observação e experiência na eternidade passada em nossa infância anterior, um conhecimento que, comparado aos que adquirem os pais terrenos através da experiência mortal com seus filhos, mostra quão infinitesimal é este. Em razão daquele conhecimento tão perfeito Deus lê o futuro de Seus filhos, dos homens individualmente ou coletivamente, como comunidades e nações; Ele sabe o que cada um fará sob certas circunstâncias, e vê o fim desde o princípio. Sua presciência baseia-se na inteligência e na razão. Ele prevê o futuro como um estado que naturalmente e certamente ocorrerá; não como algo que tem de ser em virtude de ele próprio haver arbitrariamente desejado que assim fosse,” — Do autor, *A Grande Apostasia*, p. 26 e 27.

2. O homem é livre para escolher por si mesmo — “O Pai das almas conferiu a Seus filhos, desde o berço, o divino privilégio do livre-arbítrio; Ele não os controla e não os controlará por força arbitrária, não impele homem algum ao pecado; não força ninguém à retidão. Ao homem foi dada liberdade para agir por si próprio e, associada a essa independência está a certeza de uma responsabilidade estrita e individual. No julgamento que teremos de enfrentar, todas as condições e circunstâncias de nossa vida

serão consideradas. As tendências inatas devidas à hereditariedade, o efeito do ambiente, tendo sido o mesmo conducente ao bem ou ao mal, os sadios ensinamentos da juventude ou a ausência de boa instrução — estes e todos os outros fatores contribuintes devem ser tomados em consideração, ao ser apresentado um veredito justo quanto à culpabilidade ou inocência da alma. Não obstante, a sabedoria divina torna claro qual será o resultado de tais condições agindo sobre as naturezas e disposições conhecidas dos homens, enquanto cada indivíduo é livre para escolher o bem ou o mal, dentro dos limites das muitas condições existentes e operantes.” — Do mesmo autor, *A Grande Apostasia*, p. 21; ver também *Regras de Fé*, cap. 3.

3. A queda, um processo de degeneração física. — Uma revelação moderna, dada à Igreja em 1833 (D&C 89), prescreve regras para um viver reto, particularmente no que se refere ao uso de estimulantes, narcóticos e alimentos inadequados para o corpo. Com relação as causas físicas, que deram em resultado a queda, e a estreita relação entre essas causas e as atuais violações da Palavra de Sabedoria incluída na revelação acima citada, cabe bem a seguinte referência: “Esta (a Palavra de Sabedoria), como outras revelações recebidas na presente dispensação, não é completamente nova. É tão antiga quanto a raça humana. O princípio da Palavra de Sabedoria foi revelado a Adão. Todos os fundamentos da Palavra de Sabedoria lhe foram dados a conhecer em seu estado imortal, antes que houvesse ingerido aquelas coisas que transformaram o seu corpo em coisa terrena. Ele foi advertido contra isso. Não lhe foi dito que tratasse seu corpo como algo a ser torturado. Não lhe foi dito que o considerasse da maneira que o faquir da Índia considera o seu corpo ou afirma considerá-lo, algo a ser menosprezado: mas foi-lhe dito que não ingerisse certas coisas que lhe estavam à mão. Foi-lhe avisado que, se o fizesse, seu corpo perderia o poder, que então possuía, de viver para sempre, tornando-se sujeito à morte. Foi-lhe indicado, assim como também a vós, que há muitos frutos bons para serem colhidos, ingeridos e saboreados. Cremos em degustar a boa comida. Achamos que as coisas boas nos foram dadas por Deus. Queremos tirar o maior prazer possível de nossos alimentos; e portanto, devemos evitar glotonarias e excessos em nossos hábitos alimentares; e, como foi dito a Adão assim também a nós: Não toqueis nestas coisas; pois no dia em que o fizerdes vossa vida será abreviada e morrereis.

“Deixai-me dizer-vos, agora, que nisto consistiu a queda — o ingerir de alimentos inadequados, alimentos esses que transformaram o corpo em coisa terrena: e aproveito esta ocasião para erguer minha voz contra a falsa interpretação da Escritura, adotada por certas pessoas, sendo corrente em seu pensamento, e mencionada de maneira secreta e dissimulada, que a queda do homem consistiu em alguma ofensa contra as leis da castidade e virtude. Tal doutrina é uma abominação. Que direito temos de modificar o sentido e significado real das Escrituras? Que direito temos de declarar que Deus não quis dizer o que disse? A queda foi um processo natural, resultante da incorporação, nos corpos de nossos primeiros pais, de coisas contidas em alimentos inadequados, pela violação da lei de Deus concernente ao que deveriam eles comer. Não andeis por aí cochichando que a queda ocorreu por ter a mãe da humanidade

perdido sua pureza e virtude. Não é verdade; a raça humana não nasceu da fornicção. Estes corpos, que nos são dados, o são da maneira planejada por Deus. Não seja dito que o patriarca da raça, que esteve ao lado dos deuses antes de vir a este mundo e sua consorte igualmente real, foram culpados de tão abominável ofensa. A adoção dessa crença tem servido de justificação a muitos desvios do caminho da castidade e da virtude, com a desculpa de ser este o pecado da raça, tão velho quanto Adão. Não foi introduzido por Adão. Não foi cometido por Eva. Foi uma introdução do demônio, para que pudesse plantar a semente da morte prematura nos corpos dos homens e das mulheres, para que a raça degenerasse, como degenera cada vez que são transgredidas as leis da virtude e castidade.

“Nossos primeiros pais foram puros e nobres, e quando passarmos para o outro lado do véu, talvez aprendamos algo sobre seu estado superior, mais do que conhecemos agora. Mas saiba-se que eles foram puros; foram nobres. É verdade que desobedeceram à lei de Deus ingerindo alimentos que lhes haviam sido proibidos; mas quem dentre vós pode atirar a primeira pedra?” — De um discurso do autor na 84a Conferência Semi-anual da Igreja, em 6 de outubro de 1913. Publicado em “Proceedings of the Conference”, pp. 118, 119.

4. Cristo trouxe a redenção da queda. — “O Salvador assim, torna-se senhor da situação — é pago o débito, conseguida a redenção, cumprido o convênio, satisfeita a justiça, feita a vontade de Deus e todo o poder posto nas mãos do Filho de Deus — o poder da ressurreição, o poder da redenção, o poder da salvação, o poder para decretar leis para o prosseguimento e realização deste desígnio. Portanto, vida e imortalidade são trazidas à luz, o Evangelho introduzido e ele se torna o autor da vida eterna e da exaltação. Ele é o Redentor, o Restaurador, o Salvador do homem e do mundo; e designou a lei do Evangelho, como aquilo que devemos cumprir neste mundo e no próximo, da forma como Ele cumpriu a lei de Seu Pai; portanto ‘aquele que crê será salvo e o que não crê será condenado’. O plano, o acordo, o convênio foi feito, iniciado e aceito antes da fundação do mundo; foi prefigurado por sacrifícios e completado e consumado na cruz. Assim, sendo o mediador entre Deus e o homem, Ele torna-se por direito o ditador e administrador dos vivos e dos mortos, tanto na Terra como nos céus, no passado, presente, futuro, no que se refere ao homem associado a esta Terra ou aos céus, no tempo ou na eternidade, o Capitão de nossa salvação, o Apóstolo e Sumo Sacerdote de nossa fé, o Senhor e doador da vida”. — John Taylor, *Mediation and Atonement*, p. 171.

5. Redenção do efeito da queda — “O Mormonismo aceita a doutrina da queda e o relato da transgressão no Éden, como apresentados em Gênesis; mas afirma que ninguém, senão Adão, pode ou poderá responder pela desobediência de Adão; que a humanidade em geral está completamente absolvida da responsabilidade daquele ‘pecado original’ e que cada um terá que prestar contas apenas de suas próprias transgressões; que Deus tinha presciência da queda, que a mesma foi usada como meio pelo qual se inaugurou a indispensável condição de mortalidade; e que um Redentor

foi provido antes que o mundo existisse; que a salvação geral, no que se refere à redenção dos efeitos da queda, é dada a todos sem que a busquem; mas que a salvação individual ou libertação dos efeitos dos pecados pessoais deve ser conquistada pela fé e obras de cada pessoa através da redenção efetuada por Jesus Cristo”. — Do autor, “*Story and Philosophy of Mormonism*”, p. 111.

CAPÍTULO 4

A DIVINDADE PRÉ-MORTAL DE CRISTO

É nosso propósito, agora, inquirir quanto à posição e estado de Jesus Cristo no mundo pré-mortal, desde o período do solene conselho nos céus, no qual foi escolhido como futuro Salvador e Redentor da humanidade, até o tempo em que nasceu na carne.

Reivindicamos autoridade escriturística para a asserção de que Jesus Cristo foi e é o Deus Criador, o Deus que Se revelou a Adão, Enoque e a todos os patriarcas e profetas antediluvianos até Noé; o Deus de Abraão, Isaque e Jacó; o Deus de Israel como povo unido e o Deus de Efraim e Judá após a divisão da nação hebraica; o Deus que Se manifestou aos profetas desde Moisés até Malaquias; o Deus do Velho Testamento; e o Deus dos nefitas. Afirmamos que Jesus Cristo foi e é Jeová, o Eterno.

As Escrituras especificam três personagens na Divindade; (1) Deus, o Pai Eterno, (2) Seu Filho Jesus Cristo, e (3) o Espírito Santo. Formam Eles a Santíssima Trindade, compreendendo três indivíduos fisicamente separados e distintos e que, juntos, constituem o conselho presidente dos céus.¹ Pelo menos dois deles aparecem como participantes dirigentes na obra da criação; este fato é exemplificado pela pluralidade expressa em Gênesis: “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança”; e mais tarde, ao deliberarem sobre o ato de transgressão de Adão, “disse o Senhor Deus: Eis que o homem é como um de nós.”² Pelas palavras de Moisés, reveladas novamente na presente dispensação, aprendemos mais plenamente a respeito dos Deuses, que se ocupavam ativamente na criação desta Terra: “E eu, Deus, disse a meu Unigênito, que estava comigo desde o princípio: Façamos o homem segundo nossa imagem e semelhança.” E depois, referindo-Se à condição de Adão após a queda: “Eu, Deus, disse ao meu Unigênito, que estava comigo desde o princípio.”³ No relato da criação feito por Abraão, “os Deuses” são mencionados repetidamente.⁴

Como demonstrado antes em relação a outro particular, o Pai participou da obra da criação através do Filho, que assim se tornou o executivo pelo qual foi efetuada a vontade, mandamento ou palavra do Pai. É absolutamente apropriado, portanto, que o Filho, Jesus Cristo, seja designado pelo apóstolo João como o Verbo; ou, como declarado pelo Pai “a palavra de meu poder”.⁵ O papel de Jesus Cristo na criação, papel tão preeminente que justifica que o chamemos de Criador, é narrado em muitas Escrituras. O autor da Epístola aos Hebreus refere-se distintamente ao Pai e ao Filho como seres separados, embora associados: “Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho. A quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo.”⁶ Paulo é ainda mais explícito em sua carta aos Colossenses, na qual, falando sobre Jesus, o Filho, diz: “Porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados,

sejam potestades: tudo foi criado por ele e para ele. E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele.”⁷ E seja repetido aqui o testemunho de João, de que, pelo Verbo que estava com Deus, e que era Deus desde o início, todas as coisas foram feitas; “e sem ele nada do que foi feito se fez”.⁸

Que o Cristo, que deveria vir, era na realidade Deus, o Criador, foi revelado claramente aos profetas no hemisfério ocidental. Samuel, o lamanita convertido, na pregação aos nefitas descrentes, justificou seu testemunho, como segue: “E também para que saibais da vinda de Jesus Cristo, o Filho de Deus, o Pai do Céu e da Terra, o Criador de todas as coisas desde o princípio; e para que saibais dos sinais de sua vinda e para que acrediteis em seu nome.”⁹

A essas citações da Escritura antiga pode, muito apropriadamente, ser adicionado o testemunho pessoal do Senhor Jesus, depois de se tornar um ser ressuscitado. Em Sua visita aos nefitas, proclamou: “Eis que sou Jesus Cristo, o Filho de Deus. Eu criei os céus, a Terra e todas as coisas que neles há. Eu estava com o Pai desde o princípio. Estou no Pai e o Pai está em mim, e em mim o Pai glorificou seu nome.”¹⁰

Para os nefitas, que não compreenderam a relação entre o Evangelho a eles declarado pelo Senhor Ressurreto, e a lei mosaica, que mantinham tradicionalmente em vigor, e que se maravilharam por Ele dizer que as coisas antigas haviam passado, explicou: “Eis que eu sou aquele que deu a lei e eu sou aquele que fez convênio com meu povo, Israel; portanto a lei se cumpre em mim, porque eu vim para cumprir a lei; conseqüentemente, ela tem um fim.”¹¹

Em revelação na presente ou última dispensação, a voz de Jesus Cristo, o Criador do céu e da Terra, foi novamente ouvida: “Escutai, ó povo de minha igreja, a quem foi dado o reino; atentai e dai ouvidos àquele que estabeleceu os fundamentos da Terra, que fez os céus e todas as suas hostes, e por quem foram feitas todas as coisas que vivem, se movem, e têm seu ser.”¹² E novamente: “Eis que eu sou Jesus Cristo, o Filho do Deus vivo, que criou os céus e a Terra, uma luz que não pode ser escondida nas trevas.”¹³

A divindade de Jesus Cristo é indicada pelos nomes e títulos específicos, autorizadamente aplicados a Ele. De acordo com o julgamento do homem, pode haver pouca importância ligada aos nomes; mas, na nomenclatura dos Deuses, todo nome é um título de poder ou posição. Deus é justamente zeloso da santidade de Seu próprio nome¹⁴ e de nomes dados por sua designação. No caso de filhos da promessa, nomes foram prescritos antes do nascimento; isto é verdade quanto a nosso Senhor Jesus Cristo e João Batista, que foi enviado para preparar o caminho para o Cristo. Nomes de pessoas foram mudados por orientação divina, quando não suficientemente claros como títulos indicativos do trabalho específico a que esses indivíduos haviam sido chamados, ou das bênçãos especiais a eles conferidas.¹⁵

Jesus é o nome individual do Salvador e, assim pronunciado, é derivado do grego. O equivalente hebreu era *Yehoshua* ou *Yeshua* ou, traduzido para o português, *Josué*.

No original, o nome era bem compreendido, significando “Ajuda de Jeová” ou “Salvador”. Embora fosse um nome comum como João, Henrique ou Carlos hoje, foi divinamente prescrito, como já afirmado. O anjo disse a José, o esposo da Virgem: “...e chamarás o seu nome *Jesus*; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados.”¹⁶

Cristo é um título sagrado e não um nome ou designação comum; é de origem grega; e tem significado idêntico a seu equivalente hebreu *Messiah* ou *Messias*, isto é, o *Ungido*.¹⁷ Outros títulos, cada um possuindo um significado definido, como *Emanuel*, *Salvador*, *Redentor*, *Filho Unigênito*, *Senhor*, *Filho de Deus*, *Filho do Homem* muitos outros, aparecem nas Escrituras; o fato de maior importância para nós agora é que esses vários títulos expressam a origem divina do Senhor e Sua posição como Deus. Como vimos, os nomes ou títulos essenciais de *Jesus*, o *Cristo*, foram dados a conhecer antes de Seu nascimento e revelados aos profetas, que o precederam no estado mortal.¹⁸

Jeová é a tradução portuguesa do hebraico *Yaveh* ou *Jahveh*, que significa o que existe por si mesmo, ou o Eterno. Este nome é, geralmente, usado em nossa versão portuguesa do Velho Testamento como *Senhor*, impresso em maiúsculas.¹⁹ O hebraico, *Ehyeh*, que quer dizer *Eu sou*, relaciona-se em significado e por derivação ao termo *Yahveh* ou *Jeová*; e nisto se encontra a importância deste nome, pelo qual o Senhor Se revelou a Moisés, quando este último recebeu a incumbência de ir ao Egito, para livrar os filhos de Israel do cativeiro: “então disse Moisés a Deus: Eis que quando vier aos filhos de Israel, e lhes disser: O Deus de vossos pais me enviou a vós; e eles me disserem: Qual é o seu nome? Que lhes direi? E disse Deus a Moisés: Eu Sou o Que Sou. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: Eu Sou me enviou a vós.”²⁰ No verso seguinte, o Senhor declara ser “o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó.” Enquanto Moisés estava no Egito, o Senhor Se lhe revelou, dizendo: “Eu sou o Senhor. E eu apareci a Abraão, a Isaque, e a Jacó, como o Deus Todo-Poderoso; mas pelo meu nome, o Senhor, não lhes fui perfeitamente conhecido.”²¹ O fato central indicado por este nome, *Eu Sou*, ou *Jeová*, sendo que os dois possuem essencialmente o mesmo significado, é o de uma existência ou duração que não terá fim, e que, julgada por todos os padrões humanos de cálculo, não poderia ter tido início; o nome relaciona-se a outros títulos, tais como *Alfa* e *Ômega*, o primeiro e o último, o começo e o fim.²²

Jesus, quando uma vez interrogado e criticado por certos judeus, que consideravam Sua descendência de Abraão como garantia da preferência divina, respondeu-lhes com esta declaração: “Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão existisse Eu sou.”²³ O verdadeiro significado desta afirmação seria mais claramente expresso desta maneira: “Em verdade, em verdade vos digo que, antes de Abraão, existia Eu Sou”; o que significa o mesmo que — Antes de Abraão, existia Eu, *Jeová*. Os capciosos judeus ofenderam-se tanto ao ouvirem-No usar um nome que, por interpretação errônea de uma antiga Escritura,²⁴ não devia ser pronunciado, sob pena de morte, que imediatamente apanharam pedras com a intenção de matá-Lo. Os judeus consideravam *Jeová* como um nome inexprimível, que não podia ser pronunciado; substituíram-no por outro nome sagrado, embora para eles não proibido, *Adonai*, que

significa o *Senhor*. O original dos termos *Senhor* e *Deus*, como aparecem no Velho Testamento, era *Yahveh* ou *Adonai*; e o Ser divino designado por esses nomes sagrados era, como, demonstrado pelas Escrituras citadas, Jesus, o Cristo. João, evangelista e apóstolo, identifica de maneira positiva Jesus Cristo com Adonai, ou o Senhor que falou pela voz de Isaías,²⁵ e com Jeová, que falou através de Zacarias.²⁶

O nome *Elohim* é de ocorrência freqüente nos textos hebraicos do Velho Testamento, embora não seja encontrado em nossas versões portuguesas. A palavra é um substantivo plural hebreu;²⁷ mas indica pluralidade de excelência ou intensidade, mais que quantidade. É expressão de exaltação e poder supremo ou absoluto. *Elohim*, como compreendido e usado na Igreja Restaurada de Jesus Cristo, é o nome de Deus, o Pai Eterno, cujo Primogênito em espírito é *Jeová*— o Unigênito na carne, Jesus Cristo.

Jesus de Nazaré, que em solene testemunho aos judeus se declarou o *Eu Sou* ou *Jeová*, que era Deus antes que Abraão vivesse na terra, era o mesmo Ser que é repetidamente proclamado como o Deus que fez convênio com Abraão, Isaque e Jacó; o Deus que guiou Israel do cativeiro do Egito à liberdade da terra prometida, o único Deus conhecido pelos profetas hebreus em geral, por revelação pessoal e direta.

A identificação de Jesus Cristo com o Jeová dos Israelitas foi bem compreendida pelos profetas nefitas e a veracidade de seus ensinamentos foi confirmada pelo Senhor ressuscitado, que Se manifestou a eles logo após Sua ascensão do meio dos apóstolos em Jerusalém. Este é o relato: “E aconteceu que o Senhor lhes falou dizendo: “Levantai-vos e aproximai-vos de mim, para que possais meter as mãos no meu lado e também apalpar as marcas dos cravos em minhas mãos e em meus pés, a fim de que saibais que eu sou o Deus de Israel e o Deus de toda a Terra e fui morto pelos pecados do mundo.”²⁸

Parece-nos desnecessário ir mais além em nossas citações, para substanciar a afirmação de que Jesus Cristo era Deus, mesmo antes de assumir um corpo de carne. Durante aquele período pré-mortal, existia uma grande diferença entre o Pai e o Filho, pois o primeiro já havia passado pelas experiências da vida mortal, inclusive morte e ressurreição, e era, portanto, um Ser que possuía um corpo de carne e ossos, perfeito e imortalizado, enquanto o Filho ainda não tinha um corpo. Em consequência de Sua morte e subsequente ressurreição, Jesus, o Cristo, é hoje um ser semelhante ao Pai em todas as características essenciais.

Uma consideração geral de uma evidência escriturística nos leva à conclusão de que Deus, o Pai Eterno, Se manifestou aos profetas ou reveladores terrenos em muito poucas ocasiões, nas quais, principalmente, para atestar a autoridade divina de Seu Filho, Jesus Cristo. Como demonstrado antes, o Filho foi o executor ativo na obra da criação; nas cenas criativas, o Pai aparece mais em capacidade diretiva ou consultiva. A Adão, Enoque, Noé, Abraão e Moisés, revelou-Se o Pai, atestando a divindade de Cristo, e o fato de que o Filho era o Salvador escolhido da humanidade.²⁹ Por ocasião

do batismo de Jesus, a voz do Pai foi ouvida, dizendo: “Este é meu Amado Filho, em quem me comprazo”;³⁰ e, na transfiguração, um testemunho semelhante foi dado pelo Pai.³¹ Numa ocasião posterior, quando Jesus orava com a alma angustiada, submetendo-Se, para que os propósitos do Pai fossem cumpridos, e para que fosse glorificado o Seu nome, “Então veio uma voz do céu, que dizia: Já o tenho glorificado, e outra vez o glorificarei.”³² O Pai anunciou o Cristo ressuscitado e glorificado aos nefitas no hemisfério ocidental, nestas palavras: “Eis aqui meu Filho Amado, em quem me comprazo e em quem glorifiquei meu nome — ouvi-o”.³³ Desde a época da última ocorrência citada, a voz do Pai não foi mais ouvida entre os homens, segundo as Escrituras, até a primavera de 1820, quando tanto o Pai quanto o Filho ministraram ao profeta Joseph Smith, havendo dito o Pai: “Este é meu Filho Amado. Ouve-O”³⁴. Estes são os exemplos registrados das manifestações pessoais do Pai Eterno ou de revelações que fez separado do Filho. Deus, o Criador, o Jeová de Israel, o Salvador e Redentor de todas as nações, línguas e povos, é uma só pessoa, e Ele é Jesus, o Cristo.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

1. Nomes dados por Deus. — A importância de nomes dados por Deus encontra ilustração em muitos exemplos da Escritura. Citamos os seguintes: “Jesus” significa *Salvador* (Mat. 1:21 Lucas 1:31) João significa *dom de Jeová*, especialmente aplicado ao Batista que foi enviado à Terra para preparar o caminho da vinda de Jeová na carne (Lucas 1:13), “Ismael” significa *Deus ouvi-lo-á* (Gên. 16:11; “Isaque” significa *riso* (Gên. 17:19, comparar 18:10-15) Como exemplos de nomes mudados por autoridade divina, para expressar bênçãos adicionais ou chamados específicos, considere os seguintes: “Abrão”, que significa *nobreza ou exaltação* e, como geralmente traduzido, *pai de elevação*, foi mudado para “Abraão”, *pai de uma multidão*, que expressava o motivo da mudança, “porque por pai da multidão de nações te tenho posto” (Gên. 17:5). “Sarai”, nome da esposa de Abraão e de significado indefinido, foi substituído por “Sara”, que significava *a princesa* (Gên. 17:5) “Jacó”, nome dado ao filho de Isaque referindo-se a uma circunstância relacionada a seu nascimento e que significava *suplantador*, foi mudado para “Israel”, que significa *um soldado de Deus, um príncipe de Deus*; como expressado nas palavras que efetuaram a mudança: “Não se chamará mais o teu nome Jacó, mas Israel; pois como príncipe lutaste com Deus e com os homens e prevaleceste.” (Gên. 32:28 comparar 35:9, 10). “Simão”, que significa *ouvinte*, nome do homem que se tornou o apóstolo principal de Jesus Cristo, foi mudado pelo Senhor para “Cefas” (Aramaico) ou “Pedro” (Grego), que significa *uma rocha* (João 1:42; Mat. 16:18; Lucas 6:14). A Tiago e João, filhos de Zebedeu, o Senhor conferiu o nome ou título de “Boanerges”, que significa *filhos do trovão* (Marcos 3:17).

A seguinte citação é instrutiva: “*Nome*, nas Escrituras não somente = aquilo pelo que uma pessoa é designada, mas freqüentemente tudo o que se sabe pertencer à pessoa que possui essa designação, assim como a própria pessoa em si. Assim, ‘o nome de

Deus' ou 'de Jeová' etc., indica Sua autoridade (Deut. 18:10; Mat. 21:9, etc.), Sua dignidade e glória (Isa. 48:9, etc.), Sua proteção e favor (Prov. 18:10, etc.), Seu caráter (Êxo. 34:5, 14, comparar 6:7 etc.) Seus atributos divinos em geral (Mat. 6:9, etc.), etc. Diz-se que o Senhor apõe seu nome às revelações ou manifestações de Sua perfeição (Deut. 12:5, 14:24, etc.). Crer no nome de Cristo é recebê-Lo e tratá-Lo de acordo com o que as Escrituras revelam que Ele é (João 1:12; 2:23:), etc.” — Smith, *Comprehensive Dictionary of the Bible*, item “Nome.”

2. Jesus Cristo, o Deus de Israel. — “Que Jesus Cristo foi o mesmo Ser que chamou Abraão de seu país natal, que tirou Israel da terra do Egito com milagres e maravilhas, que lhes deu a conhecer Sua lei em meio aos trovões do Sinai, que os livrou dos inimigos, que os castigou por sua desobediência, que inspirou seus profetas, e cuja glória encheu o templo de Salomão, é evidente em todos os escritos inspirados e em nenhum mais que na Bíblia.

“Sua lamentação sobre Jerusalém evidencia que, em Seu estado humano, não se esqueceria de Sua posição exaltada anterior: “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados! quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das asas, e tu não quiseste!” (Mat. 23:37). Foi este Criador do mundo, este poderoso Legislador, este Controlador dos destinos da família humana que, em Seus últimos momentos bradou na agonia de Sua alma: ‘Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?’” (Marcos 15:34.) — *Compendium of the Doctrines of the Gospel*, por Franklin D. Richards e James A. Little.

3 “Jeová”, nome não proferido pelos judeus. — Muito antes do tempo de Cristo, certas escolas entre os judeus, sempre atentas à observância da lei, embora desprezando seu espírito, haviam ensinado que o simples pronunciar do nome de Deus era blasfêmia e que tal pecado constituía ofensa capital. Esta concepção extrema surgiu da interpretação aceita, embora não inspirada, de Lev. 24:16: “E aquele que blasfemar o nome do Senhor, certamente morrerá; toda a congregação certamente o apedrejará; assim o estrangeiro como o natural, blasfemando o nome do Senhor, será morto.” A seguinte citação é tirada do *Comprehensive Dictionary of the Bible*, de Smith, item ‘Jeová’: A verdadeira pronúncia deste nome, (Yehovah) pelo qual Deus era conhecido entre os judeus, foi completamente perdida, pois os próprios judeus evitavam escrupulosamente qualquer menção do nome, substituindo-o por uma das palavras, com cujas vogais diacríticas o mesmo podia ser escrito (*Adonai*, Senhor, ou *Elohim*, Deus). De acordo com a tradição judaica, eram pronunciados apenas uma vez por ano pelo sumo sacerdote, no dia da expiação, ao entrar no Santuário; mas há certa dúvida quanto à veracidade desta informação.”

CAPÍTULO 5

PREDITO O ADVENTO TERRENO DE CRISTO

A vinda de Cristo à Terra, para habitar na carne, não foi um acontecimento inesperado ou não divulgado. Durante séculos antes da grande ocorrência, os judeus declararam esperar pelo advento de seu Rei; e, nas cerimônias oficiais de adoração, como nas devoções particulares, a vinda do Messias prometido era motivo de súplica de Israel a Jeová. É verdade que havia diversidade nas opiniões e exposições dos rabinos, quanto à época e maneira de Sua aparição; mas a certeza do fato estava fundamentalmente estabelecida nas crenças e esperanças da nação hebraica.

Os registros conhecidos como os livros do Velho Testamento, juntamente com outros escritos uma vez considerados autênticos, mas excluídos de compilações posteriores como não estritamente canônicos, eram correntes entre os hebreus muito antes do nascimento de Cristo, como também no Seu tempo. Essas Escrituras tiveram seu início na proclamação da lei através de Moisés,¹ que as escreveu e as entregou à custódia oficial dos sacerdotes, com a ordem expressa de que fossem lidas nas assembléias do povo, em épocas determinadas. Com o passar dos séculos, foram adicionados a esses primeiros escritos os pronunciamentos de profetas divinamente comissionados, os registros de historiadores escolhidos e os cantos de poetas inspirados; de modo que, ao tempo do ministério de nosso Senhor, os judeus possuíam um acúmulo de escritos aceitos e reverenciados por eles, como autorizados.² Esses registros são ricos em predições e promessas a respeito do advento terreno do Messias, como o são outras Escrituras às quais não teve acesso a Israel antiga.

Adão, o patriarca da raça, regozijou-se com a certeza do ministério do Salvador, pela aceitação de que ele, o transgressor, poderia ser redimido. Uma breve referência do plano de salvação, cujo autor é Jesus Cristo, aparece na promessa feita por Deus após a queda — que, embora o demônio, representado no Éden pela serpente, tivese-se poder para ferir o calcanhar da posteridade de Adão, através da semente da mulher viria o poder para esmagar a cabeça do adversário.³ É significativo que esta certeza da vitória eventual sobre o pecado e seu efeito inevitável, a morte, ambos introduzidos na Terra por Satanás, o arquí-inimigo da humanidade, deveria ser realizada através da semente da mulher; a promessa não foi feita especificamente ao homem, nem ao casal. O único exemplo de semente de mulher dissociado de paternidade mortal é o nascimento de Jesus, o Cristo, que era filho terreno de uma mãe mortal, gerado por um Pai imortal. Ele é o Unigênito do Pai Eterno na carne e nasceu de mulher.

Através de Escrituras outras, que não aquelas contidas no Velho Testamento, aprendemos mais plenamente sobre as revelações de Deus a Adão, concernentes à vinda do Redentor. Como resultado natural e inevitável de sua desobediência, Adão perdera o grande privilégio de que uma vez gozara — o de manter relações diretas e

personais com seu Deus; não obstante, após a queda, foi visitado por um anjo do Senhor, que lhe revelou o plano de redenção: “E, após muitos dias, um anjo do Senhor apareceu a Adão, dizendo: Por que ofereces sacrifícios ao Senhor? E Adão respondeu-lhe: Eu não sei, exceto que o Senhor me mandou. Então o anjo falou, dizendo: Isto é’ à semelhança do sacrifício do Unigênito do Pai, que é cheio de graça e verdade. Portanto, farás tudo o que fizeres em nome do Filho e arrepender-te-ás e invocarás a Deus em nome do Filho para todo o sempre. E, naquele dia, desceu sobre Adão o Espírito Santo, que presta testemunho do Pai e do Filho, dizendo: Sou o Unigênito do Pai desde o princípio, agora e para sempre, para que assim como caíste, sejas redimido, e toda a humanidade, sim, tantos quantos o desejarem.”⁴

A revelação do Senhor, fazendo com que Adão conhecesse o plano pelo qual o Filho de Deus deveria nascer na carne no meridiano dos tempos e tornar-Se o Redentor do mundo, foi atestada por Enoque, filho de Jared e pai de Matusalém. Pelas palavras de Enoque, sabemos que lhe foi revelado, assim como a seu grande progenitor, Adão, o próprio nome pelo qual o Salvador seria conhecido entre os homens —” que é Jesus Cristo, o único nome que será dado debaixo do céu, mediante o qual virá a salvação aos filhos dos homens.”⁵ O convênio de Deus com Abraão, reiterado e confirmado a Isaque e, posteriormente, a Jacó — de que, por sua posteridade, todas as nações da Terra seriam abençoadas — pressagiou o nascimento do Redentor através dessa linhagem escolhida.⁶ Seu cumprimento é a herança abençoada de todas as eras.

Ao pronunciar sua bênção patriarcal sobre a cabeça de Judá, Jacó profetizou: “O cetro não se arredará de Judá, nem o legislador dentre seus pés, até que venha Siló; e a ele se congregarão os povos.”⁷ Que Siló significa o Cristo é evidenciado pelo cumprimento das condições mencionadas na predição, quanto ao estado da nação judaica na época do nascimento de nosso Senhor.⁸

Moisés proclamou a vinda de um grande Profeta em Israel, cujo ministério será de tal importância, que todos os homens que não o aceitassem estariam sob condenação; e Escrituras posteriores demonstram conclusivamente que esta predição se referia a Jesus Cristo. Assim falou o Senhor a Moisés: “O Senhor vosso Deus levantará para vós, dentre vossos irmãos, um profeta semelhante a mim; ouvi-lo-eis em todas as coisas que ele vos disser. E acontecerá que toda alma que não quiser ouvir esse profeta será afastada do meio do povo.”⁹ O sistema de sacrifício expressamente prescrito pelo código mosaico era, essencialmente, um protótipo do sacrifício mortal, que sofreria o Salvador no Calvário. O sangue de incontáveis vítimas sacrificadas nos altares pelos sacerdotes de Israel, no transcorrer dos rituais, correu através dos séculos, de Moisés a Cristo, como um rio profético, à semelhança do sangue do Filho de Deus que seria derramado em sacrifício expiatório para a redenção da raça. Contudo, como já demonstrado, a instituição do sacrifício de sangue, como símbolo da morte futura de Jesus Cristo, data do início da história humana; desde o tempo em que o sacrifício de animais, por derramamento de sangue, era exigido de Adão, a quem foi expressamente

definido o significado da ordenança, à “semelhança do sacrifício do Unigênito do Pai.”¹⁰

O cordeiro pascal, morto por todas as famílias israelitas, por ocasião da festa anual da Páscoa, era um símbolo específico do Cordeiro de Deus que, no devido tempo, seria sacrificado pelos pecados do mundo. A crucifixão de Cristo deu-se na época da Páscoa; e a consumação do sacrifício supremo, do qual os cordeiros pascais haviam sido apenas pequenos protótipos, levou o apóstolo Paulo a afirmar posteriormente: “Porque Cristo, nossa páscoa, foi sacrificado por nós.”¹¹

Jó, em dias de extrema aflição, regozijou-se em seu testemunho com a vinda do Messias e declarou com convicção profética: “Eu sei que meu Redentor vive, e que por fim se levantará sobre a terra.”¹² Os cânticos de Davi, o salmista, referem-se frequentemente à vida terrena de Cristo, da qual muitas circunstâncias são descritas em detalhe, circunstâncias essas corroboradas, posteriormente, por Escrituras do Novo Testamento.¹³

Isaías, cuja função profética foi honrada pelo testemunho pessoal de Cristo e dos apóstolos, manifestou em numerosas passagens sua convicção com referência ao grande evento da vinda do Salvador e Seu ministério na Terra. Com a energia da revelação direta, falou sobre a divina maternidade da Virgem, da qual nasceria Emanuel e sua predição foi reiterada pelo anjo do Senhor, mais de sete séculos depois.¹⁴ Olhando através dos tempos, o profeta viu o cumprimento dos propósitos divinos, como se já se tivessem realizado, e cantou em triunfo: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso, Conselheiro, Deus forte, Pai da eternidade, Príncipe da paz. Do incremento deste principado e da paz não haverá fim, sobre o trono de Davi e no seu reino, para o firmar e o fortificar em juízo e em justiça, desde agora para sempre.”¹⁵

Imediatamente antes do seu cumprimento, a promessa abençoada foi repetida por Gabriel, enviado da presença de Deus à Virgem escolhida de Nazaré.¹⁶ Como dado a conhecer ao profeta e como ele o proclamou, o Senhor esperado era o Ramo vivo que brotaria da raiz imperecível, simbolizada pela família de Jessé;¹⁷ a Pedra fundamental que asseguraria a estabilidade de Sião;¹⁸ o Pastor da Casa de Israel;¹⁹ a Luz do mundo,²⁰ tanto para os gentios como para os judeus; o Líder e Comandante de seu povo.²¹ A mesma voz inspirada profetizou sobre o precursor que clamaria no deserto: “Preparai o caminho do Senhor: endireitai no ermo vereda a nosso Deus.”²²

Foi permitido a Isaías ler os pergaminhos do futuro, referentes a muitas condições características da vida humilde e morte expiatória do Messias. Nele, o Profeta viu Aquele que seria desprezado e rejeitado pelos homens, um Homem cheio de tristezas, familiarizado com o pesar; Aquele que seria ferido e oprimido pelas transgressões da raça, sobre quem cairia a iniquidade de todos nós — um Sacrifício paciente e voluntário, silencioso na aflição, como um cordeiro levado ao matadouro. A morte do

Senhor entre ímpios e Seu sepultamento no túmulo do homem rico foram igualmente anunciados com segurança profética.²³

Jeremias ouviu a palavra do Senhor em termos claros, declarando o advento do Rei, por quem seria assegurada a salvação de Judá e Israel;²⁴ o Príncipe da Casa de Davi, através de quem a promessa divina ao filho de Jessé seria realizada.”²⁵ Sob o mesmo espírito, profetizaram Ezequiel,²⁶ Oséias²⁷ e Miquéias.²⁸ Zacarias interrompeu profecias fatais, para expressar alegre canto de gratidão e louvor, ao presenciar em visão a entrada singela, mas triunfal, do Rei na cidade de Davi.²⁹ E, então, o profeta lamentou o pesar dessa nação torturada pelo remorso, pela qual, como fora profetizado, o Salvador da humanidade seria transpassado até a morte;³⁰ e mostrou que, quando subjugado pela contrição, seu próprio povo perguntaria: “Que feridas são essas nas tuas mãos?” e o Senhor responderia: “São as feridas com que fui ferido em casa dos meus amigos”.³¹ O preço exato a ser pago pela traição que levaria Cristo à morte, foi predito como em parábola.³²

Qualquer dúvida quanto ao fato de que essas predições do Velho Testamento se referiam a Jesus Cristo, e somente a Ele, é eliminada pela confirmação do Senhor ressuscitado. Aos apóstolos reunidos, Ele disse: “São estas as palavras que vos disse estando ainda convosco: Que convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na lei de Moisés, e nos profetas, e nos Salmos concernente a mim. Então ele abriu-lhes o entendimento, para que pudessem compreender as escrituras e disse-lhes: Assim está escrito, e assim convinha que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressuscitasse dos mortos.”³³

João Batista, cujo ministério precedeu o de Cristo, proclamou a vinda de Um mais poderoso do que ele, Um que batizaria com o Espírito Santo e especificamente identificou Jesus de Nazaré como sendo Aquele, o Filho de Deus, o Cordeiro, que tomaria sobre Si o fardo dos pecados do mundo.³⁴

As predições citadas até agora, relacionadas à vida, ministério e morte do Senhor Jesus, são afirmações de profetas que, com exceção de Adão e Enoque, viveram e morreram no hemisfério oriental. Todos, exceto João Batista, pertencem ao registro do Velho Testamento, e João, contemporâneo de Cristo na mortalidade, figura nos primeiros capítulos dos Evangelhos. É importante saber que as Escrituras do hemisfério ocidental são igualmente explícitas, na declaração da grande verdade de que o Filho de Deus nasceria na carne. O Livro de Mórmon contém a história de uma colônia de israelitas, da tribo de José, que deixou Jerusalém 600 A.C., durante o reinado de Zedequias, rei de Judá, na véspera da tomada da Judéia por Nabucodonosor quando teve início o cativeiro babilônico. Esta colônia foi guiada, por orientação divina, ao continente americano, transformando-se em um povo poderoso; dividido em consequência de conflitos internos, formou duas nações contrárias, conhecidas respectivamente como Nefitas e Lamanitas. Os primeiros cultivaram as artes da diligência e do refinamento e preservaram um registro contendo história e Escrituras, enquanto os últimos se degeneraram e envileceram. Os nefitas foram extintos cerca de

400 A.D., mas os lamanitas ainda vivem, sendo conhecidos como os índios americanos.³⁵

Os anais nefitas, desde o começo até o tempo do nascimento do Senhor, contêm inúmeras predições e promessas do Cristo, e esta crônica é seguida por um registro da visita do Salvador ressuscitado aos nefitas, e o estabelecimento de Sua Igreja entre eles. A Leí, o líder da colônia, o Senhor revelou o tempo, lugar e circunstâncias do então futuro advento do Cristo, juntamente com muitos fatos importantes de Seu ministério e o trabalho preparatório de João, o Precursor. Esta revelação foi dada enquanto o grupo atravessava o deserto da Arábia, antes de cruzar as grandes águas. A profecia é escrita por Néfi, um dos filhos de Leí, e seu sucessor no chamado profético: “Sim, aproximadamente seiscentos anos depois de meu pai ter deixado Jerusalém, o Senhor enviaria um profeta entre os judeus” — um Messias, ou, em outras palavras, um Salvador do mundo. E ele também falou, referindo-se aos profetas, do grande número deles que havia testemunhado estas coisas concernentes ao Messias de que ele havia falado, ou esse Salvador do mundo. Porque a humanidade estava em decadência e perdida, e assim continuaria, se não confiasse nesse Redentor. E falou também sobre um profeta que viria antes do Messias, a fim de preparar o caminho do Senhor. Ele iria no deserto, clamar: Preparai o caminho do Senhor e endireitai as suas veredas, pois que há entre vós Um que não conheceis e ele é mais poderoso do que eu, a quem não sou digno de desatar a correia das alparcas. E muito falou meu pai a respeito disto: “E disse meu pai que ele batizaria em Betabara, além do Jordão; e também disse que ele batizaria com água; que ele batizaria o Messias com água. E depois de haver batizado o Messias com água, ele reconheceria e testificaria haver batizado o Cordeiro de Deus que iria tirar os pecados do mundo. E aconteceu que após ter dito essas palavras, meu pai falou a meus irmãos sobre o evangelho que seria pregado aos judeus e também sobre a queda dos judeus na incredulidade. E depois de haverem matado o Messias que haveria de vir e depois de haver sido morto, ele ressuscitaria dentre os mortos e manifestar-se-ia aos gentios pelo Espírito Santo.”³⁶

Em uma época posterior, Néfi escreve, não como escriba de seu pai, mas como profeta e revelador, transmitindo a palavra de Deus a ele dada diretamente. Foi-lhe permitido ver em visão e declarar a seu povo as circunstâncias do nascimento do Messias, seu batismo por João e a ministração do Espírito Santo com o correspondente sinal da pomba; contemplou o Salvador andando como um Mestre de retidão entre o povo, curando os aflitos e repreendendo os espíritos do mal; viu e registrou as terríveis cenas do Calvário; contemplou e profetizou sobre a chamada dos Doze escolhidos, os apóstolos do Cordeiro, assim designados por Aquele que concedeu a visão. Fala, também, sobre a iniquidade dos judeus, que foram vistos contendendo com os apóstolos; e assim conclui a maravilhosa profecia: “E disse-me o anjo do Senhor: Assim será a destruição “de todas as nações, tribos, línguas e povos, que combaterem os doze apóstolos do Cordeiro.”³⁷ Logo após a rebelião, pela qual foi estabelecida a diferença entre Nefitas e Lamanitas, Jacó, irmão de Néfi, continuou profetizando a vinda do Messias, declarando, especificamente, que Ele ministraria em Jerusalém, e

ratificando a necessidade de Sua morte expiatória, como o meio estabelecido para a redenção humana.³⁸ O profeta Abinádi, quando, destemidamente, denunciou o pecado do iníquo rei Noé, pregou sobre o Cristo que haveria de vir³⁹; e o digno Benjamim, que era profeta e rei, proclamou também a grande verdade a seu povo, cerca de 125 A.C. O mesmo ensinou Alma⁴⁰ em inspirada admoestação a seu filho Coriânton; e também Amuleque⁴¹ em sua contenda com Zeezrom. O mesmo proclamou o profeta lamanita, Samuel, apenas cinco anos antes do acontecimento; e ainda mais, especificou os sinais pelos quais o nascimento de Jesus na Judéia seria dado a conhecer ao povo do mundo ocidental. “Eis que ele lhes disse: Eis que vos dou um sinal; pois mais cinco anos se hão de passar e eis que então o Filho de Deus virá para redimir todos os que crerem em seu nome. E eis que isto vos darei por sinal, na ocasião de sua vinda: Eis que haverá grandes luzes no céu, de modo que na noite anterior a sua vinda não haverá escuridão. tanto que aos homens parecerá ser dia. Portanto haverá um dia e uma noite e um dia, como se fosse um só dia e não houvesse noite; e isso vos será por sinal; pois vereis o nascer e também o pôr-do-sol; portanto, saber-se-á com certeza que se terão passado dois dias e uma noite, muito embora não haja escuridão durante a noite. E essa noite precederá o seu nascimento. E eis que uma nova estrela aparecerá, uma que nunca vistes antes; e isto também vos será por sinal. E eis que isso não é tudo; haverá muitos sinais e maravilhas no céu.”⁴²

Portanto, as Escrituras de ambos os hemisférios e de todas as épocas anteriores ao meridiano dos tempos prestaram solene testemunho quanto à certeza do advento do Messias; assim, os santos profetas da antiguidade transmitiram a palavra de revelação, predizendo a vinda do Rei e Senhor do mundo, através de quem, somente, é provida salvação e garantida a redenção da morte. É característico dos profetas enviados por Deus possuir e proclamar uma convicção pessoal do Cristo, “porque o testemunho de Jesus é o espírito de profecia.”⁴³ Nenhuma só palavra inspirada de profecia, relativa ao grande evento, foi invalidada. O cumprimento literal das predições confirma, plenamente, terem elas tido origem na revelação divina, constituindo prova conclusiva da divindade Daquela cuja vinda foi tão abundantemente profetizada.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

1. A antigüidade do sacrifício como protótipo da morte expiatória de Cristo. — Embora o registro bíblico revele, explicitamente, oferecimento de sacrifícios, muito antes do êxodo de Israel do Egito — i.e., por Abel e por Caim (Gên. 4:3, 4); por Noé após o dilúvio (Gên. 8:20); por Abraão (Gên. 22:2, 13) por Jacó (Gên. 31:54; 46:1) — não comenta a origem divina do sacrifício como requisito propiciatório, prefigurando a morte expiatória de Jesus Cristo. A dificuldade em determinar o tempo e circunstâncias, sob os quais a oferta de sacrifícios simbólicos se originou entre os homens, é reconhecida por todos os estudiosos, exceto por aqueles que admitem a validade da revelação moderna. Muitos eruditos da Bíblia têm declarado a necessidade de se presumir que, nos primeiros tempos, Deus tenha instruído o homem sobre o

assunto. Sobre isso, diz o escritor do artigo “Sacrifício” no *Bible Dictionary* de Cassell: “A idéia de sacrifício é preeminente em todas as Escrituras e uma das mais antigas e mais amplamente reconhecidas nos ritos religiosos de todo o mundo. Há também, uma semelhança marcante nas manifestações e aplicações da idéia. Destes e de outros relatos, tem-se concluído acertadamente que o sacrifício constituía um elemento dos primeiros cultos do homem; e que sua universalidade não é meramente argumento indireto para a unidade da raça humana, mas uma ilustração e confirmação das primeiras páginas inspiradas da história do mundo. A noção de sacrifício dificilmente poderá ser encarada como produto de uma natureza humana sem assistência, devendo, portanto, ser traçada até uma fonte superior e considerada como revelação divina ao homem primitivo”.

O *Dictionary of the Bible* de Smith apresenta o seguinte: “Ao traçar a história do sacrifício, desde o seu início até o seu perfeito desenvolvimento no ritual mosaico, deparamos imediatamente com a antiga dúvida quanto à sua origem, se surgiu ele de um instinto natural do homem, sancionado e orientado por Deus, ou se foi objeto de alguma revelação específica dos primeiros tempos. Não pode haver dúvida de que o sacrifício foi sancionado pela Lei de Deus, como referência típica e especial à expiação de Cristo: sua prevalência universal, independente dos raciocínios naturais do homem quanto a sua relação com Deus e freqüentemente em oposição a eles, demonstra datar o sacrifício dos primeiros tempos, estando profundamente enraizado nos instintos da humanidade. Se foi inicialmente imposto por um mandamento externo ou se se baseou no sentimento do pecado e da perda da comunhão com Deus, que se acha gravado pela Sua mão no coração do homem — é uma dúvida histórica, talvez insolúvel.”

A dificuldade se desvanece e a “dúvida histórica” quanto à origem do sacrifício é definitivamente resolvida pelas revelações de Deus na presente dispensação, pelas quais partes do registro de Moisés — não contidas na Bíblia — foram restituídas ao homem. A Escritura citada no texto (pp. 43 e 44 do original inglês) torna claro o fatode que a oferta de sacrifício foi requerida de Adão, depois de sua transgressão, e que o significado do requisito divinamente estabelecido foi explicado em sua plenitude ao patriarca da raça. O derramamento do sangue de animais em sacrifício a Deus, como protótipo “do sacrifício do Unigênito do Pai”, data do tempo imediatamente seguinte à queda. Sua origem é baseada em uma revelação específica a Adão. Ver P.G.V., Moisés 5:5-8.

2. A profecia de Jacó concernente a “Siló”. — A predição do patriarca Jacó — de que o cetro não seria afastado de Judá antes da vinda de Siló — tem causado muita disputa entre os estudiosos da Bíblia. Alguns insistem que Siló é o nome de um lugar e não de uma pessoa. Que havia um lugar conhecido por esse nome não há dúvida (ver Jos. 18:1; 19:51; 21:2; 22:9; I Sam. 1:3; Jer. 7:12); mas o nome, que aparece em Gên. 49:10 é claramente o de uma pessoa. Deve-se saber que o uso da palavra na versão autorizada da Bíblia é considerado correto por muitas autoridades bíblicas eminentes. Assim, no *Commentary of the Bible* de Dummelow, lemos: “Este versículo foi sempre

considerado, tanto pelos judeus como pelos cristãos, como uma notável profecia da vinda do Messias... Na Escritura acima citada, o versículo inteiro prediz que Judá manteria a autoridade até o advento do digno legislador, o Messias, a quem todos os povos se uniriam. E, falando de maneira geral, pode-se dizer que os últimos traços do poder legislativo judeu (como investido sobre o Sinédrio) não desapareceram até a vinda de Cristo e a destruição de Jerusalém, quando seu reino foi estabelecido entre os homens.”

Adam Clark, em seu exaustivo *Bible Commentary*, analisa, brevemente, as objeções levantadas contra a veracidade dessa passagem, como sendo referente ao advento do Messias e rejeita todas, considerando-as sem fundamento. Sua conclusão a respeito do significado dessa passagem é assim expressa: Judá continuará como tribo distinta até que venha o Messias; e assim aconteceu; e depois de Sua vinda foi confundida com as outras, de maneira que toda a distinção foi perdida.”

O Prof. Douglas, citado no Dicionário de Smith declara “que algo do cetro de Judá ainda permaneceu, uma vez que um eclipse total não constitui prova de que o dia está no fim — e que o cumprimento da profecia não começou até o tempo de Davi, consumando-se em Cristo, de acordo com Lucas 1:32, 33.”

O significado aceito da palavra, por derivação é “pacífico”, o que é aplicável aos atributos de Cristo, que em Isaías 9:6 é designado como o Príncipe da Paz.

Eusébio, que viveu entre 260 e 339 A.D. e é conhecido na história eclesiástica como Bispo de Cesaréia, escreveu: “No tempo em que Herodes era rei, o primeiro estrangeiro a reinar sobre o povo judeu, cumpriu-se a profecia registrada por Moisés: “O cetro não se arredará de Judá, nem o legislador dentre seus pés, até que venha Siló, e a ele se congregarão os povos.” (A passagem citada baseia-se no texto de Gênesis 49:10 da Septuaginta.)

Alguns críticos asseguram que Jacó, ao usar a palavra “Siló” não a empregou, absolutamente, como nome ou substantivo próprio. O autor do artigo “Siló” no *Bible Dictionary* de Cassel, diz: “Há mais evidências em favor da interpretação messiânica, mas as opiniões são muito divididas com referência ao emprego da palavra “Siló” como nome próprio... Não obstante todas as objeções em contrário, somos de opinião que a palavra é considerada acertadamente, como nome próprio e que a versão inglesa representa o verdadeiro sentido da passagem. Recomendamos àqueles que desejam aprofundar-se nessa questão, que não pode ser bem discutida sem a crítica hebraica, as excelentes notas sobre Gên. 49:10, encontradas em “*Commentary on the Pentateuch*” de Keil e Delitzsch. Ali o texto é traduzido da seguinte maneira: “O cetro não se arredará de Judá, nem o cajado do legislador de entre seus pés, até que venha Siló, e a obediência voluntária das nações lhe seja prestada.”

“Não obstante a pouca importância dada à interpretação Messiânica por alguns escritores, até daqueles de quem menos esperávamos tal atitude, vemos esta explicação cada vez mais confirmada em lugar de desmentida, pelos fatos da história. O texto não

significa que Judá, em tempo algum, deveria ficar sem um legislador próprio, mas que o poder real não cessaria em Judá até que viesse Siló. As objeções baseadas no cativoiro babilônico, e em interrupções semelhantes não têm fundamento, pois o que é salientado é o fim completo e definitivo, e isso somente aconteceu depois da vinda de Cristo.” Ver ainda *The Book of Prophecy* de G. Smith, LLD., p. 320 e também *o Compendium of the Doctrines of the Gospel*, de Franklin D. Richards e James A. Little, item “A Primeira Vinda de Cristo”.

3 Nefitas e Lamanitas — Os progenitores da nação nefita partiram de Jerusalém em 600 A.C., guiados por Leí, profeta judeu da tribo de Manassés. Sua família, na época da partida de Jerusalém consistia na esposa, Saria, e os filhos Lamã, Lemuel, Sam e Néfi; numa etapa posterior da história, algumas filhas são mencionadas, mas não se sabe se haviam nascido antes do êxodo da família. Além dos seus, a colônia de Lei incluía Zorã e Ismael, este último um israelita da tribo de Efraim. Ismael, com sua família, juntou-se a Leí no deserto; e seus descendentes foram contados entre a nação da qual estamos falando. O grupo viajou em direção sudeste, mantendo-se perto das margens do Mar Vermelho; depois, mudando o curso para o leste, atravessou a península da Arábia, e lá, nas praias do Mar da Arábia, construiu e abasteceu um barco no qual se lançou às águas, confiando na proteção divina. A viagem levou-os na direção leste através do Oceano Índico, seguindo pelo Pacífico Sul em direção às costas ocidentais da América do Sul, onde desembarcaram (590 A. C.)... O povo se estabeleceu na que, para eles, era a terra prometida; nasceram-lhes muitos filhos e, no curso de poucas gerações, numerosa posteridade habitava a terra. Após a morte de Leí, verificou-se uma divisão. Uns aceitaram Néfi como líder, que havia sido devidamente designado para o ofício profético, enquanto os demais proclamaram chefe a Lamã, o mais velho dos filhos de Leí. A partir daí, estes povos divididos foram conhecidos como nefitas e lamanitas, respectivamente. Havia ocasiões em que se observaram relações amistosas entre eles, mas geralmente estavam em disputa, e os lamanitas manifestavam ódio e hostilidade implacáveis a seus irmãos nefitas. Os nefitas progrediram nas artes da civilização, construindo grandes cidades e estabelecendo comunidades muito prósperas. Entretanto, caíam freqüentemente em transgressão, e o Senhor, para castigá-los, permitia que seus inimigos triunfassem sobre eles. Estenderam-se em direção ao norte, ocupando a região setentrional da América do Sul: cruzaram, então, o istmo, espalhando seus domínios pelo sul, centro e leste do que são hoje os Estados Unidos da América. Os lamanitas, aumentando em número, sofreram um anátema: sua pele tornou-se escura e seu espírito coberto de trevas, esqueceram-se do Deus de seus pais, tornaram-se nômades e degeneraram até o estado decaído em que os índios americanos — seus descendentes diretos — foram encontrados por aqueles que redescobriram o continente ocidental, em época posterior. Ver *Regras de Fé*, do autor, Cap. 14.

4. A primeira dispensação do Evangelho. — O Evangelho de Jesus Cristo foi revelado a Adão. Fé em Deus, o Pai Eterno, e em Seu Filho, o Salvador de Adão e de toda sua descendência, arrependimento dos pecados, batismo por imersão e dom do

Espírito Santo, como concessão divina, foram proclamados no começo da história humana como os fundamentos da salvação. A seguinte Escritura atesta este fato: “E assim o Evangelho começou a ser pregado desde o princípio, sendo anunciado por santos anjos, enviados da presença de Deus, e por sua própria voz e pelo dom do Espírito Santo (Moisés 5:58). O profeta Enoque assim testificou: “Mas Deus fez saber a nossos pais que todos os homens devem arrepender-se. E ele chamou nosso pai Adão com sua própria voz, dizendo: Eu sou Deus; eu fiz o mundo e os homens antes que existissem na carne. E ele também lhe disse: Se te voltares para mim e deres ouvidos a minha voz e creres e te arrependeres de todas as tuas transgressões e fores batizado, sim, na água, em nome de meu Filho Unigênito, que é cheio de graça e verdade, que é Jesus Cristo, o único nome que será dado debaixo do céu mediante o qual virá a salvação aos filhos dos homens, receberás o dom do Espírito Santo, pedindo todas as coisas em seu nome; e tudo o que pedires te será dado. (Moisés 6:50-52; ler também 53-61.) “E eis que agora te digo; Este é o plano de salvação para todos os homens, por meio do sangue do meu Unigênito, que virá no meridiano dos tempos”. (62). “E quando o Senhor falou com Adão, nosso pai, que Adão clamou ao Senhor e foi arrebatado pelo Espírito do Senhor e foi levado para a água e foi mergulhado na água e foi tirado da água. E assim ele foi batizado, e o Espírito de Deus desceu sobre ele, e assim ele nasceu do Espírito e foi vivificado no homem interior. E ele ouviu uma voz do céu dizendo: Foste batizado com fogo e com o Espírito Santo. Este é o testemunho do Pai e do Filho, de agora em diante e para sempre”. (64-66.) Comparar também com Doutrina Convênios 29:42.

CAPÍTULO 6

O MERIDIANO DOS TEMPOS

Foi dado a conhecer a Moisés, com quem o Senhor falou “cara a cara, como qualquer fala com o seu amigo”,¹ o desenvolvimento da raça humana, tanto no passado como no futuro, em relação a sua época; e a vinda do Redentor foi reconhecida por ele, como o evento de maior importância entre todos os acontecimentos que seriam testemunhados pela Terra e seus habitantes. A maldição de Deus caíra, anteriormente, sobre os iníquos e, por causa deles, sobre a terra, “porque não davam ouvidos a sua voz nem acreditavam em seu Filho Unigênito, sim, naquele que ele declarou que viria no meridiano dos tempos, que foi preparado desde antes da fundação do mundo.”² Nesta Escritura, aparece a mais antiga menção da expressiva e profundamente significativa designação do período em que Cristo apareceria — o meridiano dos tempos. Se a expressão foi considerada como figurativa, lembremo-nos de que a figura provém do Senhor.

O termo “meridiano”, como usado comumente, transmite a idéia de uma divisão principal de tempo ou espaço.³ Assim, os anos e os séculos da história humana são divididos pelo grande evento do nascimento de Jesus Cristo. Os anos precedentes à importante ocorrência são agora designados como o tempo *Antes de Cristo* (A.C.); enquanto os subseqüentes são especificados como *Ano de nosso Senhor*, ou em latim *Anno Domini* (A.D.). Assim, a cronologia do mundo foi ajustada e sistematizada em relação ao tempo do nascimento do Salvador; e este método de cálculo é usado em todas as nações cristãs. É instrutivo notar que um sistema semelhante foi adotado pelo ramo isolado da casa de Israel, trazido da terra da Palestina para o continente ocidental; pois, a partir da aparição do sinal prometido entre o povo, pressagiando o nascimento daquele que havia sido tão predito por seus profetas, o cálculo nefita dos anos, começando com a saída de Leí e sua colônia de Jerusalém, foi substituído pelos anais da nova era.⁴

A ocasião do advento do Salvador foi pré-indicada; e seu tempo foi especificamente revelado, através de profetas autorizados em cada um dos hemisférios. A longa história da nação israelita havia revelado uma sucessão de acontecimentos que, de maneira relativa, culminavam com a missão terrena do Messias. Para que melhor compreendamos o verdadeiro significado da vida e ministério do Senhor na carne, devemos considerar as condições políticas, sociais e religiosas do povo entre o qual Ele apareceu e com o qual viveu e morreu. Tal consideração envolve, no mínimo, um breve exame da história precedente da nação hebraica. A posteridade de Abraão, através de Isaque e Jacó, cedo se tornou conhecida pelo título de israelitas ou filhos de Israel,⁵ do qual muito se orgulhavam e no qual encontravam promessas inspiradoras. Foram assim designados, coletivamente, durante os dias tenebrosos de seu cativeiro no Egito;⁶ e também durante as quatro décadas do êxodo e a volta à terra

prometida;⁷ depois, como povo vigoroso, sob a administração dos juizes e como monarquia unida, durante os sucessivos reinados de Saul, Davi e Salomão.⁸

Imediatamente após a morte de Salomão, cerca de 975 A.C., de acordo com a cronologia mais aceita, a nação dividiu-se em conseqüência de uma revolta. A tribo de Judá, parte da tribo de Benjamim e alguns remanescentes de outras tribos permaneceram fiéis à sucessão real e aceitaram Roboão, filho de Salomão, como seu rei; enquanto as outras, comumente referidas como as Dez Tribos, quebraram sua fidelidade à casa de Davi e fizeram do efraimita Jeroboão o seu rei. As dez tribos mantiveram o título de Reino de Israel, embora também sejam conhecidas como Efraim.⁹ Roboão e seus adeptos foram chamados de Reino de Judá. Por cerca de duzentos e cinqüenta anos, os dois reinos mantiveram sua autonomia separada; então, por volta de 722 ou 721 A. C., a independência do Reino de Israel foi destruída e o povo cativo foi transportado para a Assíria por Salmanezer e outros. Subseqüentemente, desapareceram de maneira tão completa, que passaram a ser chamados de Tribos Perdidas. O Reino de Judá foi reconhecido como nação, durante mais uns cento e trinta anos; depois, por volta de 588 A.C., foi subjugado por Nabucodonosor, através de quem se iniciou o cativeiro babilônico. Durante setenta anos, Judá foi mantida em exílio e escravidão virtual, em conseqüência de sua transgressão, como havia sido predito por Jeremias.¹⁰ Então, o Senhor abrandou o coração de seus captores e iniciou-se sua restauração com o decreto de Ciro, o persa, que havia conquistado o reino da Babilônia. Foi permitido ao povo hebreu retornar à Judéia e iniciar a obra de reconstrução do templo de Jerusalém.¹¹

Uma grande parte dos exilados hebreus aproveitou esta oportunidade para retornar às terras de seus pais, embora muitos tenham decidido permanecer no país de seu cativeiro, preferindo Babilônia a Israel. “Toda esta congregação” de judeus, que voltou do exílio na Babilônia, era formada de “quarenta e dois mil trezentos e sessenta, afora os seus servos e as suas servas que foram sete mil trezentos e trinta e sete. “O tamanho relativamente pequeno da nação emigrante é demonstrado, mais além, pelo registro de seus animais de carga.¹² Embora aqueles que retornaram houvessem lutado, valentemente, para restabelecer-se como casa de Davi e recobrar uma parte de seu prestígio e glória, os judeus nunca mais constituíram um povo verdadeiramente independente. Foram oprimidos pela Grécia e Síria; mas, por volta de 164-163 A.C., o povo livrou-se, pelo menos em parte, do jugo estrangeiro, como resultado da revolta patriótica liderada pelos Macabeus, dos quais o mais preeminente foi Judas Macabeu. O trabalho do templo, que havia sido praticamente abolido por prescrição dos inimigos vitoriosos, foi restabelecido.¹³ No ano 163 A.C., a estrutura sagrada foi rededicada e a alegre ocasião foi, a partir daí, celebrada com um festival por ano, chamado Festa da Dedicção.¹⁴ Durante o reinado dos Macabeus, entretanto, o templo quase se transformou em ruínas, mais em conseqüência da incapacidade do povo reduzido e empobrecido para mantê-lo, do que de qualquer declínio de zelo religioso. Na esperança de garantirem maior proteção, os judeus fizeram uma aliança desigual com os romanos, tornando-se, eventualmente, seus tributários, condição essa que

prevaleceu durante todo o período do ministério de nosso Senhor. No meridiano dos tempos, Roma era, virtualmente, dona do mundo. Quando Cristo nasceu, César Augusto¹⁵ era imperador de Roma e a ele prestava vassalagem o idumeu Herodes,¹⁶ cognominado o Grande, como rei da Judéia.

Os judeus mantiveram certa aparência de autonomia nacional sob o domínio romano e suas cerimônias religiosas não sofreram interferências sérias. As ordens estabelecidas no sacerdócio foram reconhecidas, e os atos oficiais do conselho nacional, ou Sinédrio,¹⁷ foram apoiados pela lei romana, embora os poderes judiciais deste corpo não se estendessem à imposição da pena capital, sem a sanção do executivo imperial. Era política de Roma permitir liberdade de culto aos povos tributários e vassalos, desde que os deuses mitológicos, adorados pelos romanos, não fossem caluniados, nem sofressem profanação¹⁸ seus altares.

É desnecessário dizer que os judeus não apreciavam o domínio estrangeiro, embora tivessem, nesse campo, a experiência de muitas gerações, tendo sofrido desde a vassalagem nominal até a escravidão servil. Já constituíam, então, um povo grandemente dispersado. A população judaica da Palestina, no tempo do nascimento de Cristo, constituía apenas um pequeno remanescente da grande nação de Davi. Nessa época, as Dez Tribos, o antigo reino de Israel, já se encontravam perdidas para a história, e o povo de Judá havia sido grandemente espalhado entre as nações.

Em suas relações com outros povos, os judeus geralmente se esforçaram para manter uma exclusividade arrogante, sendo por isso ridicularizados pelos gentios. A lei mosaica exigia que Israel se mantivesse afastada de outras nações; e o povo dava extrema importância à sua linhagem abraâmica, como filhos do convênio, “povo santo ao Senhor Deus”, que ele havia escolhido “para que lhe fosse o seu povo próprio, de todos os povos que sobre a terra há.”¹⁹ Judá havia experimentado os tristes efeitos da libertinagem com as nações pagãs e, na época da qual estamos agora tratando, um judeu que se permitisse uma associação desnecessária com um gentio tornava-se um ser impuro, sendo requerido um cerimonial purificador, para livrá-lo da conspurcação. Somente no isolamento rigoroso encontravam os líderes esperança de garantir a perpetuação da nação judaica.

Não é exagero dizer que os judeus odiavam todos os outros povos e eram, reciprocamente, desprezados e desdenhados por eles. Manifestavam especial antipatia com relação aos samaritanos, talvez porque este povo persistisse em seus esforços de estabelecer certa relação racial. Entre os samaritanos havia muita mistura e eram considerados pelos judeus como mestiços, indignos de qualquer respeito. Quando o rei da Assíria levou as Dez Tribos para o cativeiro, foram enviados estrangeiros para povoar Samaria.²⁰ Estes casaram-se com os israelitas que haviam escapado à escravidão; e certas modalidades da religião de Israel, incluindo pelo menos a adoração a Jeová, sobreviveram em Samaria. Os rituais samaritanos eram considerados não ortodoxos pelos judeus, e o povo como réprobo. No tempo de Cristo, a inimizade entre samaritanos e judeus era tão intensa, que os viajantes da Judéia à Galiléia preferiam

dar grandes voltas, a passar pela província de Samaria, situada no meio do caminho. Os judeus não admitiam qualquer relação com os samaritanos.²¹

O orgulhoso sentimento de auto-suficiência, a obsessão pela exclusividade e isolamento — um traço tão distinto dos judeus daquela época²² — era inculcado no colo maternal e acentuado na sinagoga e na escola. O Talmud,²³ que foi escrito em forma sistemática, depois do ministério de Cristo, proibia aos judeus a leitura de livros de nações estrangeiras, declarando que aquele que assim transgredisse não poderia contar com os favores de Jeová.”²⁴ Josefo endossa tal injunção e registra que sabedoria, entre os judeus, significava apenas familiaridade com a lei e habilidade para discorrer sobre ela.²⁵ Exigiam um conhecimento absoluto das leis, na mesma medida em que desencorajavam outros estudos. Dessa forma, a linha que separava os letrados dos iletrados passou a ser rigidamente estabelecida; e, como consequência inevitável, aqueles tidos por letrados, ou que como tal se consideravam, desprezavam os menos instruídos como uma classe à parte e inferior.²⁶

Muito antes do nascimento de Cristo, os judeus haviam cessado de ser um povo unido mesmo em questões da lei, embora constituísse a mesma o fator básico para a conservação da solidariedade nacional. Cerca de oitenta anos após a volta do exílio babilônico, e não sabemos com exatidão desde quanto tempo antes dessa época, haviam sido reconhecidos como homens de autoridade certos eruditos, mais tarde chamados de escribas, e reverenciados como rabinos²⁷ ou mestres. Nos dias de Esdras e Neemias, esses especialistas da lei formavam uma classe titular, à qual se prestavam honras e deferências. Esdras é designado “o sacerdote, o escriba das palavras do mandamento do Senhor e dos seus estatutos sobre Israel.”^a Os escribas daquele tempo faziam trabalho valioso sob a liderança de Esdras e, mais tarde, de Neemias, compilando os escritos sagrados então existentes; e, no sistema judeu, aqueles designados como guardiães e intérpretes da lei chegaram a ser conhecidos como membros da Grande Sinagoga ou Grande Assembléia, a respeito da qual temos pouca informação através de canais canônicos. Segundo os registros do Talmud, a organização consistia de cento e vinte eruditos eminentes. O escopo de sua obra, de acordo com a admoestação perpetuada por eles próprios, é assim expresso: *Sede cuidadosos no julgamento; formai homens letrados e erguei uma sebe ao redor da lei.* Eles seguiram esta injunção, estudando muito e considerando cuidadosamente todos os detalhes tradicionais de administração, multiplicando o número de escribas e rabinos, e, segundo a interpretação de alguns sobre a formação de homens cultos, escrevendo vários livros e tratados; ademais, ergueram uma sebe ou cerca ao redor da lei, adicionando numerosas regras que prescreviam, com grande exatidão, os cânones sociais estabelecidos para cada ocasião.

Os escribas e rabis tinham grande prestígio entre o povo, mais do que aqueles das ordens sacerdotais ou levíticas; e os ditos rabínicos tinham precedência às declarações dos profetas, uma vez que os últimos eram considerados apenas mensageiros ou intérpretes, enquanto os eruditos vivos constituíam por si mesmos fontes de sabedoria

e autoridade. Os poderes seculares permitidos aos judeus pela suserania romana eram prerrogativa hierárquica, sendo que os membros dessas hierarquias podiam acumular, praticamente, todas as honras oficiais e profissionais. Como resultado natural dessa condição, não havia, praticamente, distinção alguma entre as leis judaicas civis e eclesiásticas, tanto com relação ao código como à administração. O rabinismo compreendia, como elemento essencial, a doutrina da autoridade idêntica da tradição oral rabínica e da palavra escrita da lei. O engrandecimento implicado na aplicação do título “Rabi” e a manifestação de soberba, aceitando tal adulação, foram especialmente proibidos pelo Senhor, que se proclamou o único Mestre; e quanto à interpretação do título, por alguns com o significado de “pai”, Jesus proclamou que não havia senão um Pai, isto é, Aquele que está no céu: “Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo; e todos vós sois irmãos. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é o vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo.”²⁸

Os escribas, fossem assim chamados, ou designados pelo título mais ilustre de rabino, foram, repetidamente, denunciados por Jesus, em virtude do literalismo estéril de seus ensinamentos e da ausência do espírito de retidão e conseqüente moralidade viril; e em tais denúncias estão os fariseus freqüentemente incluídos com os escribas. O julgamento de Cristo sobre eles é expressado na imprecação: “Ai de vós escribas e fariseus, hipócritas!”²⁹

A época ou circunstâncias da origem dos fariseus não são estabelecidas por autoridade indiscutível; embora seja provável que a facção ou grupo tenha tido um início relacionado ao retorno dos judeus do cativeiro babilônico. Novas idéias e concepções adicionais do significado da lei foram promulgadas pelos judeus, que se haviam imbuído do espírito da Babilônia; e as inovações resultantes foram aceitas por alguns e rejeitadas por outros. O nome “fariseu” não aparece no Velho Testamento, nem nos apócrifos, embora seja provável que os assideus mencionados nos livros dos Macabeus³⁰ sejam os fariseus originais. Por derivação, o nome expressa a idéia de separatismo; o fariseu, na estimação de sua classe, era distintamente separado do povo comum, a quem se considerava realmente superior, da mesma forma que os judeus em relação a outras nações. Os fariseus e escribas eram um em todos os pontos fundamentais de sua crença e o rabinismo era, especificamente, sua doutrina.

No Novo Testamento, os fariseus são freqüentemente mencionados como oponentes dos saduceus; e tais eram as relações entre as duas seitas que é mais simples contrastá-las do que considerar cada uma separadamente. Os saduceus surgiram como organização reacionária, durante o segundo século A.C., em conexão com um movimento de rebeldia contra os Macabeus. Sua plataforma era a oposição à massa sempre crescente de saber tradicional, pelo qual a lei não estava sendo apenas limitada ou cercada para sua segurança, mas sob cujo peso estava sendo sepultada. Os saduceus defendiam a santidade da lei tal como fora escrita e preservada e rejeitavam todos os preceitos rabínicos, tanto os transmitidos oralmente quanto os copiados e codificados

nos registros dos escribas. Os fariseus constituíam o partido mais popular; os saduceus representavam a minoria aristocrática. No tempo do nascimento de Cristo, os fariseus existiam como classe organizada, contando com mais de seis mil homens e com a simpatia e colaboração das mulheres judias;³¹ enquanto os saduceus formavam uma facção tão pequena e de poder tão limitado que, quando colocados em posições oficiais, geralmente seguiam a política dos fariseus por questão de conveniência. Os fariseus eram os puritanos da época, inflexíveis na exigência do cumprimento das leis tradicionais, assim como da lei original de Moisés. A respeito, note-se a confissão de fé e prática feita por Paulo diante de Agripa — “Conforme a mais severa seita da nossa religião, vivi fariseu.”³² Os saduceus orgulhavam-se de cumprir estritamente a lei, como a entendiam, independente de todos os escribas e rabinos. Eles defendiam o templo e suas ordenanças, e os fariseus, a sinagoga e seus ensinamentos rabínicos. É difícil decidir quais eram os mais técnicos, se julgarmos cada grupo pelos padrões de sua própria profissão de fé. Ilustrando: os saduceus defendiam a imposição literal e completa da penalidade mosaica — olho por olho, dente por dente.³³ — enquanto os fariseus punham em dúvida, baseados na autoridade da sentença rabínica, considerando apresentar-se o texto em sentido figurado e que, portanto, a penalidade poderia ser paga em dinheiro ou mercadorias.

Os fariseus e saduceus diferiam em muitos aspectos importantes, senão fundamentais, de crença e prática, incluindo a preexistência de espíritos, a realidade de um estado futuro envolvendo recompensa e punição, a necessidade do desprendimento individual, a imortalidade da alma e a ressurreição dos mortos — aspectos esses defendidos pelos fariseus e negados pelos saduceus.³⁴ Afirma Josefo que, segundo a doutrina dos saduceus, o corpo e a alma perecem juntos; a observância da lei é tudo com o que se preocupam.³⁵ Constituía eles “uma escola céptica de tradicionalistas aristocráticos, fiel apenas à lei mosaica.”³⁶

Entre as muitas outras seitas e partidos estabelecidos sobre o terreno das diferenças políticas ou religiosas, ou de ambas, encontramos os essênios, os nazireus, os herodianos e os galileus. Os essênios caracterizavam-se pela devoção extrema; mesmo o rigor religioso dos fariseus era por eles considerado fraco e insuficiente; os membros de sua ordem passavam por severas provas, que se estendiam através de um primeiro e de um segundo noviciado; eram proibidos até de tocar qualquer alimento preparado por estranhos; praticavam uma temperança extrema e uma abnegação rígida ao lado do trabalho pesado — de preferência agricultura, e era-lhes vedado negociar como mercadores, participar de guerras e possuir ou empregar escravos.³⁷ Os nazireus não são citados no Novo Testamento, embora especificamente registrados em escrituras anteriores;³⁸ e, através de outras fontes que não as Escrituras, sabemos de sua existência durante e após o tempo de Cristo. O nazireu era uma pessoa, de qualquer sexo, obrigada à abstinência e sacrifício por um voto voluntário de serviço a Deus; o período do voto podia ser limitado ou durar toda a vida. Enquanto os essênios cultivavam uma fraternidade ascética, os nazireus devotavam-se à disciplina solitária.

Os herodianos constituíam uma facção político-religiosa, que favorecia os planos dos Herodes, sob a crença de que somente através daquela dinastia o status do povo judeu seria mantido e o restabelecimento da nação assegurado. Encontramos menção dos herodianos, quando, colocando de lado suas antipatias partidárias, se uniram aos fariseus no esforço de condenar o Senhor Jesus e levá-Lo à morte.³⁹ Os galileus, ou povo da Galiléia, distinguiram-se dos israelitas da Judéia pela maior simplicidade e menor alarde de sua devoção em assuntos pertinentes à lei. Opunham-se às inovações e, entretanto, eram mais liberais e menos intolerantes do que os judeus professadamente devotos. Nas guerras, eram defensores preeminentes e conquistaram grande reputação por bravura e patriotismo. São mencionados em certas ocorrências trágicas durante a vida de nosso Senhor.”⁴⁰

A autoridade do sacerdócio era, aparentemente, reconhecida pelos judeus no tempo de Cristo; e a ordem de serviço, indicada para sacerdotes e levitas, era devidamente observada. Durante o reinado de Davi, os descendentes de Aarão, que eram os sacerdotes hereditários em Israel, tinham sido divididos em vinte e quatro turnos⁴¹ e os trabalhos do santuário eram designados a um turno de cada vez. Os representantes de apenas quatro desses turnos retornaram do cativeiro e, com eles, as ordens foram reconstruídas de acordo com o plano original. Nos dias de Herodes, o Grande, as cerimônias eram conduzidas com grande aparato, como que para acompanhar o esplendor da estrutura, que sobrepujava em magnificência todos os santuários anteriores.⁴² Os sacerdotes e levitas eram, portanto, solicitados continuamente para servir, embora os indivíduos fossem trocados, a curtos intervalos, de acordo com o sistema estabelecido. Aos olhos do povo, os sacerdotes eram inferiores aos rabinos, e a erudição de um escriba transcendia em honra a ordenação no sacerdócio. A religião da época era mais uma questão de cerimônia e formalidade, de ritual e desempenho; ela havia perdido o espírito de adoração, e a verdadeira idéia da relação entre Israel e o Deus de Israel não era mais que um sonho do passado.

Tais eram, em resumo, os traços principais da condição do mundo, particularmente no que concerne ao povo judeu, quando Jesus Cristo nasceu no meridiano dos tempos.

NOTAS DO CAPÍTULO 6

1. O Sinédrio. — Corte suprema ou sumo conselho dos judeus, seu nome deriva do grego *sunedrion*, que significa “conselho”. O Talmud traça a origem desta organização até o chamado dos setenta élderes que Moisés convocou para, juntamente com ele, formando setenta e um ao todo, administrarem como juizes em Israel (Núm. 11:16-17). O Sinédrio no tempo de Cristo, como também muito antes, compreendia setenta e um membros incluindo o sumo sacerdote que presidia a assembléia. Parece ter sido conhecido, em seu primeiro período, como Senado, e foi, ocasionalmente, assim designado mesmo depois da morte de Cristo (Josefo, *Antiquities* xii, 3:3 comparar com Atos 5:21); o nome “Sinédrio” passou a ser usado durante o reinado de

Herodes, o Grande, mas o termo não é de uso bíblico; seu equivalente no *Novo Testamento* é “conselho” (Mat. 5:22; 10:17; 26:59), embora deva ser lembrado que o mesmo termo é aplicado a cortes de menor jurisdição que o Sinédrio e a tribunais locais. (Mat. 5:22; 10:17; 26:59; Marcos 13:9; ver também Atos 25:12.)

A seguinte citação do *Standard Bible Dictionary* é interessante: “Aqueles aprovados como membros eram, em geral, da família sacerdotal e, especialmente, da nobreza dos saduceus. Mas, desde os dias da rainha Alexandra (69-68 A. C.), havia com esses sacerdotes principais também muitos fariseus, intitulados de escribas e anciãos. Encontramos essas três classes combinadas em Mat. 27:41; Marcos 11:27; 14:43, 53; 15:1. Como eram escolhidos esses membros não está muito claro. O caráter aristocrático da organização e a história de sua origem impedem a crença de que era por eleição. Seu núcleo, provavelmente, consistia dos membros de certas famílias antigas, às quais, entretanto, de tempos em tempos os governantes seculares adicionavam outras. O oficial presidente era o sumo sacerdote, que, no início, exercia mais do que a autoridade de um simples membro, reivindicando voz igual à do restante da organização. Mas, depois que o sumo sacerdócio foi rebaixado, de cargo hereditário para cargo conferido pelo governante político, a seu bel-prazer, e com as mudanças freqüentes no cargo introduzidas pelo novo sistema, o sumo sacerdote, naturalmente, perdeu o seu prestígio. Ao invés de ter em suas mãos o “governo da nação”, tornou-se um dos muitos a partilhar este poder; aqueles que tinham servido como sumo sacerdotes, sendo ainda estimados pela nação e não tendo perdido sua função por qualquer motivo que pudesse ser considerado válido pelo sentimento religioso da comunidade, exerciam grande influência sobre as decisões da assembléia. No Novo Testamento são tratados como governantes (Mat. 26:59; 27:41; Atos 4:5, 8; Lucas 23:13, 35; João 7:26.) e o testemunho de Josefo apóia este ponto de vista. As funções do Sinédrio eram religiosas, morais, e também políticas. Nesta última capacidade exerciam funções administrativas e judiciais. Como tribunal religioso, o Sinédrio exercia uma potente influência sobre todo o mundo judeu (Atos 9:2); mas como corte de justiça, depois da divisão do país após a morte de Herodes, sua jurisdição foi limitada à Judéia. Ali, entretanto, seu poder era absoluto, mesmo para pronunciar sentenças de morte (Josefo Ant. xiv, 9:3, 4; Mat. 26:3; Atos 4:5; 6:12; 22:30.), embora não tivesse autoridade para executar a sentença, exceto quando aprovado e ordenado pelo representante do governo romano. A lei pela qual governava o Sinédrio era, naturalmente, a judaica e, na sua execução este tribunal tinha uma diretriz própria, efetuando prisões segundo seu próprio critério. (Mat. 26:47)... Embora a autoridade geral do Sinédrio se estendesse sobre toda a Judéia, as cidades do interior tinham seus próprios conselhos locais (Mat. 5:22; 10:17; Marcos 13:9; Josefo, B. J. ii, 14:1) para a administração dos negócios da região. Estes eram constituídos de anciãos (Lucas 7:3), no mínimo 7, (Josefo, Ant. iv, 8:14; B. J. ii, 20:5) e em algumas das cidades maiores até vinte e três. Qual a sua relação com o conselho central em Jerusalém, não se sabe claramente... Certo grau de reconhecimento mútuo existia entre eles, pois quando os

juizes da corte local não estavam de acordo, parece que levavam seus casos ao Sinédrio em Jerusalém. (Josefo, Ant. iv, 8:14; Mishna, Sanh. 11:2)”

2. Talmud. — “O conjunto das leis civis e religiosas judaicas (e discussão direta ou remotamente relacionada à mesma) não incluídas no Pentateuco, comumente englobando o *Mishna e o Gemara*, mas, às vezes, limitados ao último e escritos em aramaico. Existe em duas grandes coleções, o *Talmud Palestino* ou *Talmud da Terra de Israel* ou *Talmud do Oriente* ou mais popularmente, *Talmud de Jerusalém*, contendo as discussões dos doutores da Palestina sobre o Mishna, do segundo até a metade do quinto século; e o da *Babilônia*, contendo as dos doutores judeus na Babilônia, de 190 até o século 7.” — *New Standard Dict.* O Mishna compreende as partes mais antigas do Talmud; o Gemara é constituído dos escritos posteriores e é, em grande parte, uma exposição do Mishna. Somente uma edição do Talmud Babilônico (publicada em Viena em 1682) contém 24 tomos (Geikie).

3. Rabis — O título Rabi é equivalente em nossa língua a doutor, mestre ou professor. Por derivação, significa Mestre ou meu mestre, implicando, portanto, dignidade e posição associadas à cortesia no tratamento. Uma explicação clara do termo é dada por João (1:38) e por Mateus (23:8). Como título respeitoso, foi aplicado a Jesus em diversas ocasiões (Mat. 23:7, 8; 26:25, 49; Marcos 9:5; 11:21; 14: 45; João 1:38, 49; 3:2, 26; 4:31; 6:25; 9:2; 1:8.) O título era de uso comparativamente recente no tempo de Cristo, e parece ter-se tornado comum durante o reinado de Herodes, o Grande, embora mestres anteriores, do tempo em que a classe não tinha o nome de Rabis, fossem geralmente reverenciados, sendo-lhes aplicado o título por uso posterior. Rab era um título inferior, e Raban superior a Rabi. Raboni expressava o mais profundo respeito, amor e honra (ver João 20:16). No tempo do ministério do Senhor, os Rabis eram tidos em grande estima e regozijavam-se com as manifestações de precedência e honra entre os homens. Pertenciam quase exclusivamente ao poderoso partido farisaico.

A citação seguinte é de Geikie, do livro “*Life and Works of Christ*”, vol. I, esp. 6: “Se as figuras mais importantes da sociedade da época do Cristo eram os fariseus, é porque eram rabis ou mestres da lei. Como tal, recebiam reverência supersticiosa, que era, na verdade, o grande motivo, para muitos, de cortejar o título ou unir-se ao partido. Os rabis eram comparados a Moisés, os patriarcas e os profetas, e reivindicavam igual reverência. Diz-se que Jacó e José eram, ambos, rabis... O Targum de Jonatas usa a palavra rabis ou escribas em todos os lugares em que aparece a palavra “profetas”. Josefo chama de rabis os profetas dos dias de Saul. No Targum de Jerusalém, todos os patriarcas são rabis cultos... Deviam ser mais queridos em Israel que os pais e mães — porque os pais valem apenas neste mundo (como era então ensinado) e o rabi para sempre. Eram colocados acima dos reis, pois não está escrito ‘Por meu intermédio reinarão os reis’? Sua entrada numa casa trazia bênçãos. Viver ou comer com eles era o maior privilégio... Os rabis iam ainda mais longe exaltando sua origem. O Mishna declara que é maior crime falar qualquer coisa que o desacredite, do que falar contra

as palavras da Lei... ainda que em forma a Lei recebesse honra ilimitada. Todos os ditos dos rabis tinham que ser baseados em alguma palavra da mesma, que, entretanto, era explicada à sua própria maneira. O espírito dos tempos, o fanatismo selvagem do povo e sua própria inclinação, colaboravam igualmente para fazê-lo dar valor apenas às cerimônias e exterioridades inúteis, negligenciando completamente o espírito dos escritos sagrados. Mas ainda se acreditava que a Lei não necessitava de confirmação, enquanto as palavras dos rabis, sim. Desde que a autoridade romana sob a qual viviam os deixasse livres, os judeus, voluntariamente, colocavam todo o poder nas mãos dos rabis. Eles ou seus representantes preenchiam todos os cargos, desde os mais altos no sacerdócio até os mais inferiores na comunidade. Eram os casuístas, os mestres; os sacerdotes, os juízes, os magistrados e os médicos da pátria... A característica central e dominante dos ensinamentos dos rabis era o advento seguro de um Salvador nacional — o Messias ou Ungido de Deus ou na tradução grega do título, o Cristo. Em nação alguma, senão entre os judeus, havia essa concepção criada tais raízes e demonstrado tal vitalidade... Concordavam os rabis que Seu nascimento seria em Belém e que Ele seria da tribo de Judá.”

Alguns rabis, individualmente, reuniram discípulos ao seu redor, tornando-se inevitável a manifestação de rivalidade. Criaram-se escolas e academias rabínicas, dependendo a popularidade de cada uma do prestígio de um certo rabi. As mais famosas dessas instituições no tempo de Herodes I eram a escola de Hillel e a de seu rival Shammai. Mais tarde, a tradição os revestiu do título “pais da antigüidade”. Parece, pelos assuntos triviais sobre os quais os seguidores dessas duas discordavam, que apenas por oposição poderia qualquer delas manter um lugar de honra. Hillel é considerado avô de Gamaliel, o rabi e doutor da lei a cujos pés Saulo de Tarso, depois Paulo, o apóstolo, recebeu suas primeiras instruções (Atos 22:3). Pelos registros históricos de pontos de vista, princípios e crenças advogados pelas escolas rivais de Hillel e Shammai, parece que a primeira defendia um maior grau de liberdade e tolerância, enquanto a última acentuava uma interpretação rígida e possivelmente estreita da lei e tradições a ela associadas. Que as escolas rabínicas dependiam da autoridade da tradição, é ilustrado por um incidente em que o prestígio do grande Hillel não é suficiente para impedir um tumulto, quando uma vez falou sem citar precedente; somente depois de afirmar que da mesma forma haviam falado seus mestres Abtalion e Shemajah, é que o tumulto cessou.

4. Os saduceus negam a ressurreição. — Como explicado no texto, os saduceus formavam uma associação numericamente pequena comparados aos mais influentes e populares fariseus. Nos Evangelhos, os fariseus são muitas vezes mencionados geralmente em conexão com os escribas, enquanto os saduceus são nomeados com menos freqüência. Nos Atos dos Apóstolos, os saduceus aparecem quase sempre como adversários da Igreja. Esta condição era indubitavelmente devida à preeminência dada à ressurreição dos mortos nos temas das pregações apostólicas, os Doze continuamente prestando testemunho sobre a ressurreição real de Cristo. A doutrina dos saduceus negava a realidade e possibilidade de uma ressurreição corporal,

baseando-se a discordância, principalmente, no fato de que Moisés, considerado o supremo legislador mortal de Israel e principal porta-voz de Jeová, nada havia escrito sobre a vida depois da morte. A seguinte citação, tirada do “*Dictionary of the Bible*”, de Smith, item “saduceus”, trata do assunto: “Era lógico para os saduceus negar a ressurreição do homem depois da morte, uma vez que negavam ter Moisés revelado a Lei Oral, pois, a respeito de um ponto tão importante quanto uma segunda vida além-túmulo, nenhum partido religioso entre os judeus se julgaria obrigado a aceitar qualquer doutrina como artigo de fé, a menos que tivesse sido proclamada por Moisés, seu grande legislador; e é exato que Moisés não faz qualquer asserção sobre a ressurreição dos mortos na lei escrita do Pentateuco. Este fato é apresentado aos cristãos de maneira notável, pelas conhecidas palavras do mesmo citadas por Cristo em uma discussão com os saduceus sobre esse assunto. (Êxo. 3:6, 16; Marcos 12:26, 27; Mat. 22:31, 32; Lucas 20:37) Não pode haver dúvida de que, em tal caso, Cristo citaria para Seus poderosos adversários o texto mais convincente da Lei; e, ainda, o texto citado não faz mais do que inferir essa grande doutrina. É verdade que passagens em outras partes do Velho Testamento expressam uma crença na ressurreição (Isa. 26:19; Dan. 12:2; Jó 19:26; e em alguns dos Salmos); e pode, à primeira vista, causar surpresa o fato de que os saduceus não estivessem convencidos pela autoridade dessas passagens. Mas, ainda que os saduceus considerassem sagrados os livros que continham tais passagens, é mais que duvidoso que qualquer judeu os considerasse tão sagrados quanto a Lei escrita. Para os judeus, Moisés era e é colossal, preeminente em autoridade sobre todos os profetas que se seguiram.”

5. O templo de Herodes. — “O propósito de Herodes em seu grande empreendimento (a restauração e ampliação do templo num plano de magnificência sem precedentes) era engrandecer a si mesmo e a nação, e não render homenagem a Jeová. Seu propósito de reconstruir ou restaurar o templo numa escala de maior grandeza era olhado com suspeita e recebido com desagrado pelos judeus, que temiam que, uma vez demolido o edifício antigo, o arbitrário monarca abandonasse seu plano, deixando o povo sem um templo. Para acalmar esses temores, o rei passou a reconstruir e restaurar o velho edifício parte por parte dirigindo a obra de tal maneira, que, em ocasião alguma foram os serviços do templo seriamente interrompidos. Tão pouco da estrutura antiga permaneceu de pé, que o templo de Herodes deve ser considerado como nova criação. O trabalho foi iniciado cerca de dezesseis anos antes do nascimento de Cristo; e embora a Casa Santa tenha sido terminada praticamente em um ano e meio, tendo esta parte do trabalho sido realizada por um corpo de mil sacerdotes especialmente treinados para esse fim, a área do templo foi cenário de ininterruptas atividades de construção até o ano 63 D. C. Lemos que, no tempo do ministério de Cristo, o templo tinha quarenta e seis anos de construção; e ainda não estava terminado.

“O registro bíblico fornece pouca informação a respeito deste último e o maior dos templos da antigüidade, pois o que sabemos sobre ele devemos principalmente a Josefo, com algum testemunho corroborativo encontrado no Talmud. Fundamentalmente a Casa Santa, ou Templo, era igual aos dois antigos santuários,

embora externamente muito mais elaborado e imponente que ambos; mas, quanto aos pátios circundantes e os edificios associados, o templo de Herodes era preeminentemente superior... Entretanto, sua beleza e grandiosidade estavam mais na excelência da arquitetura que na santidade de seu culto ou na manifestação da presença Divina dentro de suas paredes. Seu ritual e serviço eram em grande parte prescritos pelos homens, pois, embora a Lei Mosaica fosse aparentemente observada, havia sido suplementada e em muitas facetas suplantada pelas regras e prescrições sacerdotais. Os judeus declaravam considerá-lo santo, e proclamavam-no como a Casa do Senhor. Ainda que destituído dos acompanhamentos divinos dos antigos santuários aceitos por Deus, e profanado pela arrogância e usurpação sacerdotal, como também pelo interesse egoísta do comércio, era, não obstante, reconhecido mesmo por nosso Senhor, o Cristo, como a Casa de Seu Pai. (Mat. 21:12; comparar com Marcos 11:15, Lucas 19:45.) Por trinta anos ou mais depois da morte de Cristo, os judeus continuaram a obra de complementação e embelezamento dos edificios do templo. A complicada planta concebida e elaborada por Herodes havia sido praticamente terminada: o templo estava acabado, e pronto para ser logo em seguida destruído. Seu destino havia sido predito pelo próprio Salvador.” — do autor, “*A Casa do Senhor*”, pp. 54-61.

6. Estado do mundo no tempo do nascimento do Salvador. — No início da era cristã, os judeus, como a maioria das outras nações, estavam sujeitos ao Império Romano. Era-lhes concedido um considerável grau de liberdade, na observância religiosa e costumes nacionais, mas sua condição estava longe de ser a de um povo livre e independente. O período era de paz — um tempo marcado por menos guerras e dissensões do que o império havia conhecido por muitos anos. Essas condições eram favoráveis à missão de Cristo e ao estabelecimento de sua Igreja aqui na Terra. Os sistemas religiosos existentes no tempo do ministério de Cristo podem ser classificados, de maneira geral, de judeu e pagão, com um sistema menor — o samaritano — que era essencialmente uma mistura dos outros dois. Somente os filhos de Israel proclamavam a existência do Deus vivo e verdadeiro; só eles ansiavam pelo advento do Messias que, erradamente, julgavam um futuro conquistador, que viria para destruir os inimigos da nação judaica. Todas as outras nações, línguas e povos, curvavam-se diante dos deuses pagãos, e seu culto compreendia nada mais que ritos sensuais de idolatria pagã. O paganismo era uma religião de formalidades e cerimônias, baseada no politeísmo — a crença na existência de uma multidão de deuses, os quais estavam sujeitos a todas as paixões e vícios da humanidade, embora imunes à morte. Moralidade e virtude eram desconhecidas como elemento da idolatria, e a idéia dominante no culto pagão era aplacar os deuses, na esperança de afastar sua ira e obter seus favores. — Ver do autor, *A Grande Apostasia*, I; e notas que seguem o capítulo citado.

CAPÍTULO 7

A ANUNCIAÇÃO DE JOÃO E JESUS POR GABRIEL

João, o Precursor

Relacionadas às profecias sobre o nascimento de Cristo, encontramos predições concernentes a um que haveria de precedê-Lo, preparando o Seu caminho. Não é de surpreender que a anunciação do advento imediato do precursor tenha sido rapidamente seguida pela do Messias; nem que as proclamações tenham sido feitas pelo mesmo embaixador celestial — Gabriel, enviado da presença de Deus.”¹

Cerca de quinze meses antes do nascimento do Salvador, Zacarias, sacerdote da ordem aarônica, estava oficiando em suas funções no templo em Jerusalém. Sua esposa, Isabel, era também de família sacerdotal, pertencendo à descendência de Aarão. O casal não havia sido abençoado com filhos, e na época a que nos referimos, estavam idosos, tendo perdido, com tristeza, a esperança de posteridade. Zacarias pertencia ao turno sacerdotal de Abias. Esta era a oitava entre as vinte e quatro ordens estabelecidas pelo rei Davi, as quais se revezavam cada semana para servir no santuário.² Quando o povo retornou da Babilônia, apenas quatro desses turnos estavam representados, cada um com uma média de mais de mil e quatrocentos homens.³

Durante sua semana de serviço, era requerido de cada sacerdote que mantivesse escrupulosa pureza cerimonial. Ele tinha que se abster de vinho e alimentos, exceto os especialmente prescritos; tinha que banhar-se frequentemente; permanecia dentro dos recintos do templo, ficando, portanto, privado da associação familiar; não lhe era permitido aproximar-se dos mortos, nem prantear, segundo o costume estabelecido, se a morte lhe roubasse mesmo um de seus entes mais próximos e queridos. A seleção diária do sacerdote que devia entrar no Lugar Santo e queimar incenso no altar de ouro, era determinada por sorte;⁴ e por fontes históricas, não escriturísticas, sabemos também que, em virtude do grande número de sacerdotes, a honra de assim officiar raramente cabia duas vezes à mesma pessoa.

Neste dia, a sorte caíra sobre Zacarias. Era uma ocasião muito solene na vida do humilde sacerdote judeu — este único dia de sua vida em que lhe era requerido o serviço especial e particularmente sagrado. Dentro do Lugar Santo, ele ficava separado apenas pelo véu do templo do Oráculo ou Lugar Santíssimo — o santuário interior no qual ninguém, senão o sumo sacerdote, podia entrar, e este apenas no dia da Expição, depois de uma longa preparação cerimonial.⁵ O lugar e a ocasião provocavam os sentimentos mais nobres e reverentes. Ao ministrar Zacarias no Lugar Santo, o povo fora curvou-se em oração, esperando que aparecessem as nuvens da fumaça do incenso

sobre a grande divisão que formava a barreira entre o lugar de assembleia geral e o Lugar Santo, e esperando a reparação do sacerdote e o pronunciamento de sua bênção.

Nesse momento supremo de seu serviço sacerdotal, apareceu ante os olhos assombrados de Zacarias, à direita do altar do incenso, um anjo do Senhor. Havia passado muitas gerações entre os judeus, desde que se manifestara, dentro do templo, uma presença visível não humana, tanto no Lugar Santo como no Santíssimo; o povo considerava as visitas pessoais de seres celestiais como ocorrências do passado; haviam chegado quase a crer que não havia mais profetas em Israel.

Não obstante, havia sempre um sentimento de ansiedade, semelhante a uma expectativa preocupada, cada vez que um sacerdote se aproximava do santuário interior, que era considerado a morada particular de Jeová, na esperança de que Ele condescendesse em visitar Seu povo. Em vista dessas condições, lemos sem surpresa que essa presença angélica perturbou Zacarias e causou-lhe medo. As palavras do visitante celestial, entretanto, foram confortadoras, e de importância surpreendente, apresentando a indiscutível afirmação de que suas orações tinham sido ouvidas, pois sua esposa geraria um filho, que deveria ser chamado João.⁶ A promessa foi ainda mais longe, especificando que a criança nascida de Isabel seria uma bênção para o povo; muitos se regozijariam com seu nascimento; ele seria grande aos olhos do Senhor e não deveria beber vinho nem bebidas fortes;⁷ seria cheio do Espírito Santo; através dele, muitas almas se voltariam para Deus, e precederia o Messias, preparando o povo para recebê-lo.

Zacarias indubitavelmente reconheceu, na predição do futuro da criança anunciada, o grande precursor sobre o qual haviam falado os profetas e cantado o salmista; mas que tal criatura fosse seu filho e de sua esposa já idosa, parecia-lhe impossível, a despeito da promessa do anjo. O homem duvidou e perguntou de que maneira poderia certificar-se da veracidade do que lhe estava dizendo o anjo: “E, respondendo o anjo, disse-lhe: Eu sou Gabriel, que assisto diante de Deus, e fui enviado a falar-te e dar-te estas alegres novas; E eis que, ficarás mudo, e não poderás falar até ao dia em que estas coisas aconteçam; porquanto não creste nas minhas palavras, que a seu tempo se hão de cumprir”.⁸ Quando o sacerdote grandemente abençoado, mas extremamente perturbado, finalmente saiu e se apresentou diante da congregação, que esperava ansiosa em virtude de sua demora, não pôde senão despedir sem palavras a assembleia e, através de sinais, indicar que havia tido uma visão. O castigo pela dúvida *já* se manifestava: Zacarias estava mudo.

No devido tempo, nasceu a criança, no interior montanhoso da Judéia,⁹ onde Zacarias e Isabel tinham o seu lar; e, no oitavo dia depois do nascimento, a família se reuniu de acordo com o costume e requisito mosaicos, para dar nome à criança, juntamente com o ritual da circuncisão.¹⁰ Zacarias ignorou todas as sugestões de que a criança recebesse o nome do pai, e escreveu de maneira decisiva e final: “Seu nome é João”. Nesse momento, soltou-se a língua do sacerdote mudo¹¹ e, estando cheio do Espírito Santo, prorrompeu em profecia, louvor e canto; suas afirmações inspiradoras

foram adaptadas à música e são cantadas em culto por muitas congregações cristãs como o Benedictus:

“Bendito o Senhor Deus de Israel, porque visitou e remiu o seu povo. E nos levantou uma salvação poderosa na casa de Davi seu servo. Como falou pela boca dos seus santos profetas desde o princípio do mundo; para nos livrar dos nossos inimigos e da mão de todos os que nos odeiam; para manifestar misericórdia a nossos pais, e lembrar-se da sua santa aliança, e do juramento que jurou a Abraão nosso pai, de conceder-nos que, libertados da mão de nossos inimigos, o serviríamos sem temor, em santidade e justiça perante ele, todos os dias da nossa vida. E tu, ó menino, serás chamado profeta do Altíssimo, porque hás de ir ante a face do Senhor, a preparar os seus caminhos; para dar ao seu povo conhecimento da salvação, na remissão dos seus pecados; pelas entranhas da misericórdia do nosso Deus, com que o oriente do alto nos visitou; para alumiar aos que estão assentados em trevas e na sombra de morte; a fim de dirigir os nossos pés pelo caminho da paz”¹²

As últimas palavras pronunciadas por Zacarias, antes de ser atingido pela mudez, haviam sido de dúvida e descrença, palavras nas quais pedira um sinal como prova de autoridade de alguém que viera da presença do Todo-Poderoso; as palavras com as quais quebrou seu longo silêncio foram de louvor a Deus, em quem tinha toda confiança, palavras que foram como sinal para todos os que as ouviram, e sua fama espalhou-se por toda a região.

As circunstâncias incomuns do nascimento de João, notadamente os meses de mudez por que passou seu pai, e a repentina recuperação de sua fala, quando indicava o nome pré-designado para seu filho, fizeram com que muitos se maravilhassem e outros se enchessem de temor, perguntando: “Quem será pois este menino?” Quando homem, João ergueu sua voz no deserto, novamente em cumprimento da profecia, fazendo com que o povo perguntasse se ele não era o Messias.¹³ O único registro que temos de sua vida entre a infância e o início de seu ministério público, período esse de aproximadamente trinta anos, é a seguinte sentença: “E o menino crescia, e se robustecia em espírito. E esteve nos desertos até ao dia em que havia de mostrar-se a Israel.”¹⁴

A Anunciação à Virgem

Seis meses após a visita de Gabriel a Zacarias e três meses antes do nascimento de João, o mesmo mensageiro celestial foi enviado a uma jovem de nome Maria, que morava em Nazaré, uma cidade da Galiléia. Era ela da linhagem de Davi, e como fosse solteira, estava prometida a um homem chamado José, que também era de descendência real através da linhagem de Davi. A saudação do anjo, honrando-a e abençoando-a, fez com que Maria se maravilhasse e se perturbasse. “Salve! agraciada; o Senhor é contigo: bendita és tu entre as mulheres”¹⁵, assim saudou Gabriel a virgem.

Juntamente com outras filhas de Israel, especificamente aquelas da tribo de Judá, e as que sabiam ser descendentes de Davi, Maria indubitavelmente esperava, com alegria e êxtase sagrados, a vinda do Messias através da linhagem real; ela sabia que alguma donzela judia ainda se tornaria a mãe do Cristo. Seria possível que as palavras que lhe dirigia o anjo se relacionassem à esperança suprema de sua nação? Não teve muito tempo para meditar sobre essas coisas, pois o anjo continuou: “Maria, não temas, porque achaste graça diante de Deus; E eis que em teu ventre conceberás e darás à luz um filho, e pôr-lhe-ás o nome de Jesus. Este será grande, e será chamado filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; e reinará eternamente na casa de Jacó, e o seu reino não terá fim.”¹⁶

Ainda assim, ela compreendeu apenas em parte a importância dessa visita solene. Não com o espírito de dúvida que havia impelido Zacarias a pedir um sinal, mas com um desejo sincero de receber informações e explicações, Maria, consciente de sua situação de solteira e certa de sua condição de virgem, perguntou: “Como se fará isto, visto que não conheço homem algum?”

A resposta à sua pergunta natural e simples foi o anúncio de um milagre que o mundo jamais conhecera — não milagre no sentido de um acontecimento contrário à lei da natureza, mas um milagre realizado através da operação de uma lei maior, de natureza tal, que a mente humana comumente não compreende nem considera possível.

Maria foi informada de que iria conceber e, no devido tempo, ter um Filho, do qual nenhum mortal seria o pai: “E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; por isso também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus.”¹⁷

Então o anjo contou-lhe sobre a situação abençoada de sua prima Isabel, que havia sido estéril, e como explicação final, adicionou: “Porque para Deus nada é impossível.” Com gentil submissão e humilde anuência, a jovem virgem replicou: “Eis aqui a serva do Senhor; cumpra-se em mim segundo a tua palavra.”

Havendo transmitido a sua mensagem, Gabriel partiu, deixando a virgem escolhida de Nazaré a ponderar sobre sua maravilhosa experiência. O Filho prometido de Maria ia ser o “Unigênito” do Pai na carne, tal como havia sido positiva e abundantemente predito. É verdade que o acontecimento era inédito; é verdade que jamais encontrou paralelo; mas era tão essencial ao cumprimento da profecia que o nascimento virginal fosse único, quanto era indispensável a própria ocorrência do nascimento em si. Aquela criança que nasceria de Maria era gerada por Eloim, o Pai Eterno, não em violação da lei natural, mas de acordo com uma superior manifestação dela; e o filho dessa associação de santidade suprema — Paternidade celestial e maternidade pura, embora mortal — chamar-se-ia, por direito, “Filho do Altíssimo”. Em sua natureza, iriam combinar-se os poderes da Divindade com a aptidão e possibilidades do estado mortal; e isso através da operação comum da lei fundamental de hereditariedade, declarada por Deus, demonstrada pela ciência, e admitida pela

filosofia — pela qual todos os seres se propagam segundo sua própria espécie. O menino Jesus deveria herdar os traços físicos, mentais e espirituais, tendências e poderes que caracterizavam seus pais, um deles imortal e glorificado — Deus, e o outro humano — mulher.

Jesus Cristo deveria nascer de mulher mortal, mas não era descendente direto de homem mortal, exceto através de Sua mãe, que era filha de homem e mulher mortais. Em nosso Senhor somente, foi cumprida a palavra de Deus com relação à queda de Adão, que a *semente da mulher* teria poder para sobrepujar Satanás, ferindo a cabeça da serpente.¹⁸

Com respeito ao lugar, condição e ambiente em geral, a anunciação de Gabriel a Zacarias oferece grande contraste com a transmissão de sua mensagem a Maria. O precursor de Jesus foi anunciado a seu pai dentro do templo magnificente, e no lugar mais sagrado da Casa Santa, sob a luz do candelabro de ouro, e iluminado ainda pelas brasas sobre o altar de ouro; o Messias foi anunciado a Sua mãe em uma pequena cidade, longe da capital e do templo, muito provavelmente dentro das paredes de uma casa humilde da Galiléia.

A Visita de Maria a sua Prima Isabel

Era natural que Maria, ficando só com um segredo em sua alma, mais santo, maior e mais emocionante que qualquer outro jamais possuído antes ou depois, buscasse companhia, especialmente de alguém de seu próprio sexo, em quem pudesse confiar, de quem pudesse esperar conforto e apoio, e a quem não seria errado contar o que, naquela ocasião, não era provavelmente conhecido por qualquer mortal, exceto ela mesma. Na verdade, o visitante celestial havia sugerido isso quando mencionou sua prima Isabel, ela própria objeto de bênção incomum, e uma mulher através da qual outro milagre de Deus havia sido realizado. Maria partiu apressadamente de Nazaré para a montanhosa Judéia, numa viagem de cerca de cento e sessenta quilômetros, se é verídica a tradição de que o lar de Zacarias ficava no pequeno povoado de Judá. Houve alegria mútua no encontro entre Maria, a jovem virgem, e Isabel, já idosa. Pelo que seu esposo lhe havia comunicado das palavras de Gabriel, Isabel devia ter sabido que o próximo nascimento de seu filho seria logo seguido pelo do Messias, e que, portanto, o dia pelo qual Israel havia esperado e orado, através de longos e negros séculos, estava para chegar. Quando a saudação de Maria chegou a seus ouvidos, o Espírito Santo deu-lhe testemunho de que a mãe escolhida para o Senhor estava diante dela, na pessoa de sua prima; e ao experimentar aquela alegria física do movimento de sua própria concepção bendita, correspondeu à saudação de sua visitante com reverência: “Bendita és tu entre as mulheres, e bendito o fruto do teu ventre. E de onde me provém isto a mim, que venha visitar-me a mãe do meu Senhor?”¹⁹ Maria respondeu com o glorioso hino de louvor adotado no rito musical das igrejas como o Magnificat:

“A minha alma engrandece ao Senhor. E o meu espírito se alegra em Deus meu Salvador; porque atentou na baixeza de sua serva; pois eis que desde agora todas as gerações me chamarão bem-aventurada. Porque me fez grandes coisas o Poderoso; e santo é o seu nome. E a sua misericórdia é de geração em geração sobre os que o temem. Com o seu braço agiu valorosamente; dissipou os soberbos no pensamento de seus corações. Depôs dos tronos os poderosos, e elevou os humildes. Encheu de bens os famintos, e despediu vazios os ricos. Auxiliou a Israel, seu servo, recordando-se da sua misericórdia, (como falou a nossos pais), para com Abraão e sua posteridade, para sempre.”²⁰

Maria e José

A visita durou cerca de três meses, depois do que Maria voltou a Nazaré. O embaraço real de sua situação teria que ser enfrentado agora. Na casa de sua prima, ela havia sido compreendida; seu estado servira para confirmar o testemunho de Zacarias e Isabel; mas, como seria sua palavra recebida em sua própria casa? E especialmente, como seria ela considerada por aquele com quem estava comprometida?”²¹ Noivado, ou sponsal, naquela época, era até certo ponto tão comprometedor quanto o próprio voto de casamento, e só podia ser desfeito por uma cerimônia de separação semelhante ao divórcio; mais ainda, o sponsal não era senão um compromisso de matrimônio, e não matrimônio em si. Quando José cumprimentou sua noiva depois de três meses de ausência, angustiou-se profundamente com as indicações da perspectiva de sua maternidade. Pela lei judaica, havia duas maneiras de se anular um noivado — por julgamento público ou por acordo particular atestado por um documento escrito, assinado na presença de testemunhas. José era um homem justo, rigoroso observador da lei, embora não extremista severo; ademais, amava Maria e evitaria que ela sofresse qualquer humilhação desnecessária, por maior que fosse sua própria mágoa e sofrimento. Pelo bem da noiva, temia a idéia de publicidade; e, portanto, decidiu anular o sponsal tão secretamente quanto o permitia a lei. Ele estava perturbado e meditava sobre o seu dever na questão, quando “em sonho lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria tua mulher, porque o que nela está gerado é do Espírito Santo; e dará à luz um filho e chamarás o seu nome Jesus; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados.”²²

Grande foi o alívio de José; e grande sua alegria, quando compreendeu que a vinda do Messias, predita havia tanto tempo, estava próxima; as palavras dos profetas seriam cumpridas; uma virgem, para ele no mundo a mais querida, concebera, e no devido tempo, daria à luz aquele Filho abençoado, Emanuel, cujo nome significa: “Deus conosco”.²³ A saudação do anjo foi significativa; “José, filho de Davi”, foi a forma de tratamento; o uso do título real deve ter significado para José que, embora fosse de linhagem real, o casamento com Maria não lançaria qualquer sombra sobre a posição de sua família. José não esperou; a fim de dar a Maria toda a proteção possível e estabelecer seu direito legal como seu guardião legítimo, apressou a realização do

casamento, e “fez como o anjo do Senhor lhe ordenara, e recebeu a sua mulher; e não a conheceu até que deu à luz seu filho, o primogênito; e pôs-lhe por nome Jesus.”²⁴

A esperança nacional de um Messias, baseada em promessa e profecia, havia-se tornado confusa na mente dos judeus, através da influência do rabinismo com suas inúmeras excentricidades e sua “particular interpretação”²⁵ que tinha aparência de autoridade, em virtude do prestígio artificialmente mantido por seus expositores. Mas, ainda assim, algumas condições haviam sido acentuadas como essenciais, mesmo pelos rabis, pelas quais seriam julgadas as pretensões de qualquer judeu que declarasse ser Aquele que há tanto tempo esperavam. Estava fora de dúvida o fato de que o Messias nasceria na tribo de Judá, através da linhagem de Davi. E, sendo ele de Davi, seria forçosamente da linhagem de Abraão, através de cuja posteridade, de acordo com o convênio, todas as nações da Terra seriam abençoadas.²⁶

Encontram-se em o Novo Testamento dois registros genealógicos que declaram dar a linhagem de Jesus: um, no primeiro capítulo de Mateus, o outro, no terceiro capítulo de Lucas. Esses registros apresentam várias discrepâncias aparentes, mas que foram satisfatoriamente reconciliadas pelas pesquisas de especialistas da genealogia judaica. Não será feita aqui nenhuma análise detalhada do assunto; entretanto, deve-se lembrar que a opinião geral dos investigadores é que o relato de Mateus apresenta a linhagem real, estabelecendo a ordem de seqüência entre os sucessores legais do trono de Davi, enquanto o de Lucas dá uma genealogia pessoal, demonstrando a descendência de Davi, sem prender-se à linha de sucessão legal ao trono, através de primogenitura ou parentesco próximo.²⁷ O registro de Lucas é considerado por muitos, entretanto, como a linhagem de Maria, enquanto o de Mateus é aceito como sendo o de José. O fato importante a ser lembrado é que o Menino prometido por Gabriel à virgem noiva de José, nasceria de linhagem real. A genealogia pessoal de José era essencialmente a mesma de Maria, pois eram primos. José é chamado filho de Jacó por Mateus, e filho de Heli por Lucas; porém, Jacó e Heli eram irmãos e parece que um dos dois era pai de José e o outro pai de Maria e, portanto, sogro de José. Que Maria descendia de Davi, é estabelecido claramente em muitas Escrituras, pois, sendo que Jesus nasceria de Maria, e que não tinha sido gerado por José, o qual, entretanto, era tido como pai, e que, segundo as leis judaicas era o pai legal, o sangue da posteridade de Davi passou ao corpo de Jesus através apenas de Maria. Nosso Senhor, repetidamente chamado de Filho de Davi, nunca repudiou o título, mas aceitou-o como corretamente aplicado.²⁸ O testemunho apostólico atesta a herança real de Cristo através da linhagem terrena, como o demonstra a afirmação de Paulo, o erudito fariseu: “Acerca de seu Filho, que nasceu da descendência de Davi segundo a carne”; e, novamente: “Lembra-te de que Jesus Cristo, que é da descendência de Davi, ressuscitou dos mortos.”²⁹

Em todas as perseguições movidas por seus implacáveis inimigos, em todas as falsas acusações que lhe foram imputadas, inclusive naquelas específicas de sacrilégio e blasfêmia, baseadas no reconhecimento de Seu messianismo, não encontramos a

menor insinuação de que Ele não podia ser o Cristo por inelegibilidade de linhagem. A genealogia era assiduamente cuidada pelos judeus antes, durante e depois do tempo de Cristo; na verdade, a sua história nacional era constituída, em grande parte, de registros genealógicos; e qualquer possibilidade de negar o Cristo por inexistência de provas quanto à Sua descendência, teria sido utilizada ao máximo pelos fariseus insistentes, escribas letrados, rabis altivos e aristocráticos saduceus.

No tempo do nascimento do Salvador, Israel era governada por monarcas estrangeiros. Os direitos da família real de Davi não eram reconhecidos, e o legislador dos judeus era indicado por Roma. Fosse Judá uma nação livre e independente, governada pelo soberano legal, José, o carpinteiro, teria sido coroado rei; e o sucessor legal ao trono seria então Jesus de Nazaré, rei dos judeus.

A anunciação de Gabriel a Maria foi a do Filho de Davi, em cuja vinda residia a esperança de Israel como sobre alicerce seguro. O Ser, assim anunciado, era Emanuel, o próprio Deus que haveria de habitar na carne com Seu povo,³⁰ o Redentor do mundo, Jesus, o Cristo.

NOTAS DO CAPÍTULO 7

1. João Batista, considerado nazireu — As instruções do anjo Gabriel a Zacarias sobre seu filho prometido, João, o qual não deveria “beber vinho ou bebida forte”, e a vida adulta de João como habitante do deserto, aliada ao hábito que tinha de usar roupas rústicas, têm levado comentaristas e especialistas bíblicos a supor ter ele sido nazireu durante toda a sua vida.

Deve ser lembrado, entretanto, que em nenhum lugar das escrituras João Batista é chamado explicitamente de nazireu. Um nazireu, ‘que significa *consagrado* ou *separado*, era aquele que, por voto pessoal ou feito por ele por seus pais, era designado para alguma obra especial ou tipo de vida que incluísse abnegação. (Ver pág. 67.) O *Comparative Dictionary of the Bible*, de Smith, diz: “No Pentateuco, não há menção de nazireus por toda a vida, mas são dadas as regulamentações para o voto de um nazireu temporário.” (Números 6:1-2)

“Durante o termo de sua consagração, o nazireu era obrigado a se abster de vinho, uvas e qualquer produto da vinha, assim como de qualquer bebida intoxicante. Era proibido de cortar os cabelos de sua cabeça ou de se aproximar de qualquer corpo morto, mesmo que fosse o de seu parente mais próximo.” O único exemplo de nazireado por toda a vida, indicado nas Escrituras, é o de Sansão, de cuja mãe foi requerido que se pusesse sob as observâncias nazirenas antes de seu nascimento, e o menino deveria ser um nazireu de Deus, desde seu nascimento (Juízes 13:3—7, 14). Pela rigidez de sua vida, deve-se dar crédito a João Batista por toda a disciplina pessoal requerida dos nazireus, estivesse ele sob voto voluntário ou de seus pais, ou mesmo que não existisse qualquer voto.

2. A circuncisão. — A circuncisão, embora não exclusivamente uma prática hebraica ou israelita, tornou-se um requisito indispensável pelas revelações de Deus a Abraão, como sinal de convênio entre Jeová e o patriarca. (Gen. 17:9-14). Este convênio incluía o estabelecimento da posteridade de Abraão como uma grande nação, e estipulava que, através de sua descendência, todas as nações da Terra seriam abençoadas (Gên. 22:18) — uma promessa que significava que o Messias deveria nascer através dessa linhagem. A circuncisão era uma condição obrigatória; e sua prática, portanto, tornou-se uma característica nacional. Todo varão deveria ser circuncidado oito dias após o nascimento. (Gên. 17:12; Lev. 12:3) O requisito com referência à idade era tão rigoroso, que o rito deveria ser realizado, mesmo que o oitavo dia fosse sábado. (João 7:22, 23) Todos os escravos do sexo masculino tinham que ser circuncidados (Gên. 17:12, 13), e mesmo os estrangeiros que residissem temporariamente com os hebreus e desejassem participar da Páscoa com eles, tinham que se submeter a esse requisito. (Êxo. 12:48) A citação a seguir foi extraída do *Standard Bible Dictionary*: “A cerimônia indicava o repúdio às impurezas como preparação para participar dos privilégios de que gozavam os que pertenciam a Israel. Em o Novo Testamento, onde a ênfase do aspecto exterior e formal das coisas é transferida para seu lado interior e espiritual, primeiramente foi declarado desnecessário que os gentios convertidos ao evangelho fossem circuncidados (Atos 15:28) e, mais tarde, esse rito foi abandonado mesmo pelos próprios judeus cristãos.” Tornou-se costumeiro dar nome à criança no dia de sua circuncisão, como aconteceu, por exemplo, no caso de João, filho de Zacarias. (Lucas 1:59)

3. O mal que atingiu Zacarias. — O sinal solicitado por Zacarias foi assim dado pelo anjo: “E eis que ficarás mudo, e não poderás falar até ao dia em que estas coisas aconteçam; porquanto não creste nas minhas palavras, que a seu tempo se hão de cumprir.” (Lucas 1:20) Pelo que relatam as Escrituras sobre a ocasião em que o menino João foi circuncidado e recebeu o nome, é inferido por alguns que seu pai Zacarias estava também surdo, pois os presentes lhe perguntaram “por sinais” como desejava que se chamasse o filho (versículo 62).

4. Os esponsais judeus — O voto de esponsal ou noivado sempre foi considerado sagrado e comprometedor pela lei judaica. De certa forma era tão válido quanto a própria cerimônia do casamento, embora não levasse consigo nenhum dos direitos do casamento. As sucintas afirmações, a seguir, são tiradas do Livro *Life and Words of Christ*, de Geikie, vol. 1, *pág.* 99: “Entre os judeus do tempo de Maria, era mais que um compromisso (mais tarde foi amenizado). O contrato de casamento era feito formalmente, com comemorações na casa da noiva, sob uma tenda ou cobertura levantada com esse propósito. Era conhecido como ato de “tornar sagrada uma vez que a noiva, desse momento em diante, era sagrada para seu marido no mais estrito sentido. Para torná-lo legal, o noivo dava à sua desposada uma moeda ou seu equivalente, diante de testemunhas, com as palavras: ‘Eis que tu a mim estás desposada’, ou um documento escrito no qual apareciam as mesmas palavras e o nome da noiva, e o mesmo lhe era entregue, igualmente, diante de testemunhas.”

5. Genealogias de José e Maria — “É quase certo agora que as genealogias de ambos os Evangelhos são genealogias de José, as quais, se podemos confiar nas tradições sobre sua consangüinidade, incluem genealogias de Maria também. A descendência davidiana de Maria está subentendida em Atos 2:30; 13:23; Rom. 1:3; Lucas 1:32, etc. Mateus dá a descendência legal de José, como herdeiro do trono de Davi, através da linhagem real de primogênitos; Lucas dá a descendência natural. Portanto, o pai verdadeiro de Salatiel era herdeiro da casa de Natan, mas Jaconias, que não teve filhos, (Jer. 22:30) era o último representante direto da linha real de primogênitos.

A omissão de alguns *nomes* obscuros e a distribuição simétrica em grupos de quatorze eram costumes judaicos. Não é exagero dizer que, depois das obras de Mill (*On the Mythical Interpretation of the Gospel*, págs. 147—217) e Lord A. C. Hervey (*On the Genealogies of Our Lord*, 1853), raras são as dificuldades que permanecem na reconciliação das divergências aparentes. E, assim, neste como em muitos outros exemplos, as grandes discrepâncias que parecem ser as mais irreconciliáveis e fatais para a precisão histórica dos quatro evangelistas, constituem, em uma investigação mais cuidadosa e paciente, provas adicionais de que eles não são apenas inteiramente independentes, mas também absolutamente dignos de confiança” — Farrar, *Life of Christ*, pág. 27, nota.

O autor do artigo “Genealogia de Jesus Cristo”, no *Bible Dictionary*, de Smith, diz: “O Novo Testamento dá-nos a genealogia de apenas uma pessoa, nosso Salvador (Mateus 1, Lucas 3)... As seguintes proposições explicam a verdadeira construção dessas genealogias (assim, Lord A. C. Hervey), 1. São ambas genealogias de José, isto é, de Jesus Cristo como filho admitido e legal de José e Maria. 2. A genealogia de Mateus é, como diz Grotius, a genealogia de José como sucessor legal ao trono de Davi. A de Lucas é a genealogia particular de José, exibindo seu nascimento real como filho de Davi, assim demonstrando por que era o herdeiro da coroa de Salomão. O simples fato de que um evangelista apresenta a genealogia, que continha os herdeiros sucessivos do trono de Davi e Salomão, enquanto o outro apresenta a linhagem paterna daquele que era o herdeiro, explica todas as anomalias das duas linhagens, suas concordâncias como também suas discrepâncias, além do motivo para a existência das duas. 3. Maria, a mãe de Jesus, era, provavelmente, filha de Jacó, e prima, em primeiro grau, de José, seu marido.”

Uma valiosa contribuição à literatura que trata deste assunto aparece no *Journal of Transactions of the Victoria Institute*, ou *Philosophical Society of Great Britain*, 1912, vol. 44, págs. 9-36, no artigo “As genealogias de nosso Senhor”, da Sra. A. S. Lewis, e sua discussão por vários eruditos de renomada capacidade. A autora, Sra. Lewis, é uma autoridade em manuscritos siríacos e uma das duas mulheres que, em 1892, descobriram na Biblioteca do Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, o manuscrito palimpsesto dos quatro evangelhos. A distinguida autora afirma que o registro de Mateus atesta a linhagem real de José e que a genealogia apresentada em

Lucas prova a descendência igualmente real de Maria. A Sra. Lewis diz que: “O palimpsesto do Sinai também nos conta que José e Maria foram a Belém para se alistar, porque eram ambos da casa e linhagem de Davi.”

O Cônego Girdlestone, discutindo o artigo, diz, realçando a condição de Maria como princesa de sangue real através da descendência de Davi: “Quando o anjo estava anunciando a Maria o nascimento do Menino Santo, disse: ‘O Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi’. Ora, se somente José, seu noivo, fosse descendente de Davi, Maria teria respondido: ‘Ainda não sou casada com José’. Entretanto, ela respondeu simplesmente: ‘Não sou casada’, o que sugere claramente — se eu fosse casada, uma vez que sou descendente de Davi, poderia dar meu sangue real a um filho, mas como posso ter um filho real, enquanto sou virgem?”

Depois de breve menção à lei judaica com referência à adoção, a qual dispõe (de acordo com o Código de Hamurabi, seção 188) que, se um homem ensina uma arte a seu filho adotivo, a este são confirmados, dessa maneira, todos os direitos de herança, complementa o Cônego Girdlestone: “Se a coroa de Davi fosse dada a seu sucessor nos dias de Herodes, teria sido colocada sobre a cabeça de José. E quem seria o sucessor legal de José? Jesus de Nazaré teria sido, então, o Rei dos Judeus, e o título colocado na cruz correspondia à verdade. Deus o havia levantado dentre a casa de Davi.”

6. O santuário interno do Templo. — O Lugar Santíssimo no Templo de Herodes reteve a forma e dimensões do Oráculo do Templo de Salomão; era portanto, um cubo com vinte côvados de lado. Entre o mesmo e o Lugar Santo havia um véu duplo, de material finíssimo, primorosamente bordado. O véu exterior era aberto do lado norte e o interior do lado sul, de maneira que o sumo sacerdote, que entrava uma vez por ano, pudesse passar entre os véus, sem expor o Lugar Santíssimo. A câmara sagrada era vazia, exceto por uma grande pedra sobre a qual o sumo sacerdote borrifava o sangue do sacrifício no Dia da Expição. Esta pedra ocupava o lugar da Arca e seu Propiciatório. Do lado de fora do véu, no Lugar Santo, ficava o altar de incenso, o candelabro de sete braços e a mesa de pães da proposição — “*A Casa do Senhor*”, pág. 59.

CAPÍTULO 8

O INFANTE DE BELÉM

O Nascimento de Jesus

As profecias declarando que o Messias nasceria da linhagem de Davi são tão precisas quanto as predições que fixam o lugar de Seu nascimento em Belém, pequena cidade da Judéia. Quanto a isso, parece não ter havido diferença de opinião entre os sacerdotes, escribas ou rabis, tanto antes quanto depois do grande evento. Belém, embora pequena e de pouca importância em negócios e comércio, era duplamente cara ao coração dos judeus, como o lugar de nascimento tanto de Davi quanto do Messias prometido. Maria e José viviam em Nazaré da Galiléia, bem distante de Belém da Judéia. No tempo a que nos referimos, a maternidade da Virgem aproximava-se rapidamente.

Naquela ocasião, saiu um decreto de Roma, ordenando uma taxaço do povo em todos os reinos e províncias tributários ao império. A chamada era de âmbito geral e seu objetivo era que “todo o mundo se alistasse”.¹ A cobrança à qual nos referimos aqui, pode ser compreendida adequadamente como um alistamento² ou registro, que garantiria um recenseamento dos súditos romanos, e que serviria de base para que fossem determinados os impostos a serem pagos pelos diferentes povos.

Este recenseamento é o segundo de três alistamentos gerais registrados pelos historiadores, os quais foram efetuados a intervalos de, aproximadamente, vinte anos. Se o recenseamento tivesse sido feito segundo o método romano, cada pessoa teria sido alistada na cidade de sua residência; porém, o costume judeu, que era respeitado pela lei romana, exigia que o registro fosse feito nas cidades consideradas pelas respectivas famílias como berço de seus antepassados. Não nos precisamos preocupar especialmente em saber se era requisito obrigatório que cada família se registrasse na cidade de seus ancestrais; o fato é que José e Maria foram a Belém, cidade de Davi, para se alistar segundo o decreto imperial.³

A pequena cidade estava apinhada na época, provavelmente em consequência da multidão que obedecia à mesma convocação; como resultado, José e Maria não conseguiram encontrar acomodações adequadas, tendo que se contentar com as condições de um acampamento improvisado, como já o tinham feito inúmeros viajantes até então e como o fizeram inúmeros outros, posteriormente, naquela região e alhures. Não podemos, razoavelmente, considerar esta circunstância como evidência de penúria extrema; sem dúvida, acarretou inconveniência, mas não nos indica, necessariamente, infortúnio ou sofrimento.⁴ E foi enquanto estava nessa situação, que Maria, a Virgem, deu à luz o seu primogênito, o Filho do Altíssimo, o Unigênito do Pai Eterno, Jesus, o Cristo.

Poucos detalhes são-nos fornecidos a respeito das circunstâncias. Não sabemos quanto tempo depois da chegada de Maria e seu esposo a Belém ocorreu o nascimento. O propósito do evangelista que faz o registro, pode ter sido tocar nos assuntos de interesse puramente humano tão ligeiramente quanto o permitisse a narração do fato, a fim de que a verdade central não fosse encoberta nem ofuscada por incidentes sem importância. Lemos na Santa Escritura apenas isto: “Estando eles ali, se cumpriram os dias em que ela havia de dar à luz: E deu à luz a seu filho primogênito, e envolveu-o em panos, e deitou-o numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na estalagem.”⁵

Em vívido contraste com a singeleza e brevidade da narração da Escritura e de sua escassez de detalhes incidentais, encontra-se a grande quantidade de pormenores supridos pela imaginação dos homens, muitos dos quais carecem de maneira absoluta do apoio de registros autorizados, sendo, em muitos aspectos, claramente inconsistentes e falsos. Em assunto de tal importância, cabe à prudência e à sabedoria segregar e manter nitidamente separadas as exposições autênticas do fato, dos comentários fantasiados dos historiadores, teólogos e autores de ficção, como também do lirismo emocional dos poetas e extravagâncias artísticas de pintores e escultores.

Desde o seu início, Belém havia sido o berço de pessoas que se ocupavam principalmente de atividades pastoris e agrícolas. É natural, pelo que se sabe a respeito da cidade e seus arredores, que, na ocasião do nascimento do Messias, ocorrido na primavera, os rebanhos estivessem no campo, tanto à noite como durante o dia, sob o olhar vigilante de seus humildes pastores. Alguns destes receberam a primeira proclamação do nascimento do Salvador. São estas as palavras do singelo registro: “Ora havia naquela mesma comarca pastores que estavam no campo, e guardavam, durante as vigílias da noite, o seu rebanho. E eis que o anjo do Senhor veio sobre eles, e a glória do Senhor os cercou de resplendor, e tiveram grande temor. E o anjo lhes disse: Não temais, porque eis aqui vos trago novas de grande alegria, que será para todo o povo: pois, na cidade de Davi, vos nasceu hoje o Salvador, que é Cristo, o Senhor. E isto vos será por sinal: Achareis o menino envolto em panos, e deitado numa manjedoura. E, no mesmo instante, apareceu com o anjo uma multidão dos exércitos celestiais, louvando a Deus, e dizendo: Glória a Deus nas alturas, paz na terra, boa vontade para com os homens.”⁶

Novas de tal importância jamais haviam sido transmitidas por anjos ou recebidas por homens — boas novas de grande alegria, dadas a apenas alguns dentre os mais humildes da Terra, mas destinadas a propagarem-se entre todos os povos. Há grandeza sublime na cena, a mensagem é de autoria divina, e o clímax é tal, que a mente do homem jamais poderia ter concebido. O repentino surgimento de uma multidão do exército celestial, cantando de forma audível ao ouvido humano, a mais breve, mais consistente e mais verdadeira de todas as canções de paz já entoadas por um coro de mortais ou de espíritos. Que fim a ser desejado — Paz na Terra! Mas como pode ela

ser alcançada senão por meio de boa vontade para com os homens? E através de que meio se poderia render glória a Deus nas alturas de maneira mais real?

Os pastores, simples e confiantes, não pediram sinais ou confirmação; sua fé estava em *unísono com* a comunicação celestial. Não obstante, o anjo deu-lhes o que chamou de sinal, para guiá-los em sua busca. E não esperaram, mas saíram com presteza, pois em seu coração acreditavam, sim, mais do que acreditavam, sabiam, e este foi o teor de sua resolução: “Vamos, pois, até Belém, e vejamos isso que aconteceu, e que o Senhor nos fez saber.”⁷ Encontraram o Menino na manjedoura, estando perto Maria e José; e, tendo visto, saíram e deram testemunho da verdade concernente ao Menino. Voltaram a seus rebanhos, glorificando e louvando a Deus por tudo o que haviam visto e ouvido.

Há um significado tão profundo quanto o sentimento que todos devem experimentar no comentário aparentemente parentético de Lucas: “Maria guardava todas estas coisas, conferindo-as em seu coração.”⁸ É evidente que ela não havia ainda compreendido plenamente o grande fundamento da personalidade e missão de seu Filho Divino. O curso todo dos acontecimentos, desde a saudação de Gabriel até o reverente testemunho dos pastores a respeito do anjo anunciador e das hostes celestiais, constituiu, em grande parte, um mistério para aquela mãe e esposa imaculada.

Observados Estritamente os Requisitos da Lei

O Menino nasceu judeu; a mãe era judia e o pai legal, José, também era judeu. Sua verdadeira paternidade era conhecida por poucos, talvez, naquela época, por ninguém salvo Maria, José e, possivelmente, Isabel e Zacarias. Ao crescer, era considerado pelo povo como filho de José.⁹ Os requisitos da lei foram cumpridos com exatidão em todos os assuntos referentes ao Menino. Quando tinha oito dias, foi circuncidado, como era exigido de todos os meninos que nascessem em Israel;¹⁰ e, na mesma ocasião, recebeu o nome que havia sido determinado na anunciação. Foi chamado JESUS, que interpretado, quer dizer Salvador. Esse nome era Seu por direito, pois Ele veio para salvar o povo de seus pecados.¹¹

Parte da lei dada através de Moisés aos israelitas no deserto, e mantida em vigor durante os séculos subseqüentes, versava sobre o procedimento das mulheres após o parto.¹² Em obediência a ela, Maria permaneceu em retiro quarenta dias após o nascimento de seu Filho; então, ela e seu marido levaram o Menino para ser apresentado ao Senhor, como prescrito para o primogênito de todas as famílias. Evidentemente é impossível que todas essas apresentações tivessem lugar no templo, pois muitos judeus moravam a grande distância de Jerusalém. Era regra, entretanto, que os pais apresentassem seus filhos no templo, quando possível. Jesus nasceu a oito ou nove quilômetros de Jerusalém, e foi, conseqüentemente, levado ao templo para o cerimonial da redenção das exigências aplicáveis aos primogênitos de todos os israelitas, exceto levitas. Deve ser lembrado que os filhos de Israel tinham sido

libertados da escravidão no Egito com o acompanhamento de sinais e prodígios. Em virtude de ter o faraó repetidamente recusado permissão para a saída do povo, pragas sobrevieram aos egípcios, uma das quais foi a morte de todos os primogênitos da Terra, excetuando-se somente o povo de Israel. Em lembrança desta manifestação de poder, foi requerido dos israelitas que dedicassem seus filhos primogênitos ao serviço do santuário.¹³ Subseqüentemente, o Senhor ordenou que todos os meninos pertencentes à tribo de Levi fossem devotados a este serviço especial, em vez dos primogênitos de cada tribo. Não obstante, o filho mais velho ainda era considerado como pertencente ao Senhor, e tinha que ser formalmente isento do serviço que lhe era anteriormente requerido, por intermédio do pagamento de um resgate.¹⁴

Com relação à cerimônia de purificação, todas as mães deviam fornecer um novilho para oferta queimada e uma pombinha para oferta pelo pecado; mas no caso de qualquer mulher não ter possibilidade de fornecer um novilho, devia oferecer um par de pombas. Concluímos que as condições de José e Maria eram humildes, pelo fato de haverem levado a oferta menos cara, duas pombas, em vez de uma ave e uma ovelha.

Entre os israelitas devotos e dignos, havia alguns que, a despeito do tradicionalismo, rabinismo e corrupção sacerdotal, ainda viviam em virtuosa expectativa e inspirada confiança, esperando pacientemente a consolação de Israel.¹⁵ Um deles era Simeão, que vivia em Jerusalém. Através do poder do Espírito Santo, recebera a promessa de que não experimentaria a morte antes de ter visto o Cristo do Senhor na carne. Impelido pelo Espírito, dirigiu-se ao templo, no dia da apresentação de Jesus e reconheceu no Menino o Messias prometido. No momento em que compreendeu que a esperança de sua vida tinha alcançado consumação gloriosa, Simeão levantou o Menino reverentemente em seus braços e, com eloquência simples, mas perene, que advém de Deus, proferiu esta esplêndida súplica, na qual se combinam ricamente gratidão, resignação e louvor:

“Agora, Senhor, despedes em paz o teu servo, segundo a tua palavra; pois já os meus olhos viram a tua salvação, a qual tu preparaste perante a face de todos os povos; luz para iluminar as nações, e para glória de teu povo Israel.”¹⁶

Então, sob o espírito de profecia, Simeão falou sobre a grandiosidade da missão de Cristo e a angústia que a mãe haveria de sofrer por Sua causa, que seria como uma espada trespassando-lhe a alma. O testemunho do Espírito quanto à divindade de Jesus não iria ser limitado a um homem. Havia no templo, naquela época, uma mulher de idade avançada, Ana, uma profetisa que se dedicava exclusivamente ao serviço do templo; e ela, sendo inspirada por Deus, reconheceu seu Redentor e testificou sobre Ele a todos os que a cercavam. Tanto José quanto Maria maravilharam-se com as coisas que foram ditas sobre o Menino; aparentemente, ainda não eram capazes de compreender a majestade Daquela que havia vindo a eles através de tão miraculosa concepção e tão maravilhoso nascimento.

Os Sábios Procuram o Rei

Algum tempo após a apresentação de Jesus no templo, não sabemos se alguns dias, semanas, ou mesmo meses, Herodes, rei da Judéia, perturbou-se grandemente, como o povo de Jerusalém em geral, com a notícia de que um Filho da Profecia — um destinado a tornar-se Rei dos Judeus — havia nascido. Herodes era professante adepto da religião de Judá, embora idumeu de nascimento, e edomita por descendência, ou da posteridade de Esaú, que era odiado pelos judeus; e de todos os edomitas, nenhum era mais detestado que Herodes, o rei. Ele era impiedoso, não poupando adversário nem amigo que caísse sob suspeita de ser um possível obstáculo a seus ambiciosos desígnios. Cruelmente, mandara assassinar a esposa, vários de seus filhos e outros de seu parentesco de sangue; executou quase todos os membros do grande conselho nacional, o Sinédrio. Seu reinado era de revoltante crueldade e desenfreada opressão. Somente quando em perigo de incitar uma revolta nacional ou em temor de incorrer no desagrado de seu mestre imperial, o imperador romano, sustinha a mão em qualquer empreendimento.¹⁷

Os rumores do nascimento de Jesus chegaram aos ouvidos de Herodes da seguinte maneira: Vieram a Jerusalém certos homens de lugares distantes, homens que eram chamados sábios, e perguntaram: “Onde está aquele que é nascido rei dos judeus? porque vimos a sua estrela no oriente, e viemos a adorá-lo.”¹⁸ Herodes convocou “todos os príncipes dos sacerdotes e os escribas do povo” e perguntou-lhes onde, de acordo com os profetas, haveria de nascer o Cristo. Responderam-lhe: “Em Belém de Judéia; porque assim está escrito pelo profeta: E tu, Belém, terra de Judá, de modo nenhum és a menor entre as capitais de Judá; porque de ti sairá o Guia que há de apascentar o meu povo de Israel.”¹⁹

Herodes chamou secretamente os magos e inquiriu-os quanto à fonte de sua informação e, em particular, acerca do tempo em que a estrela, que consideravam tão significativa, havia aparecido. Então enviou-os a Belém, dizendo: “Ide e perguntai diligentemente pelo Menino e, quando o achardes, participai-mo, para que também eu vá e o adore.” Depois que os homens partiram de Jerusalém, na última etapa de sua jornada de inquirição e procura, regozijaram-se sobremaneira, pois a nova estrela que haviam contemplado no oriente, estava novamente visível. Encontraram a casa onde Maria estava morando com seu marido e o Menino e, ao reconhecerem o Menino Real, “prostrando-se, o adoraram; e, abrindo os seus tesouros, ofertaram-lhe dádivas: ouro, incenso e mirra.”²⁰ Tendo pois alcançado gloriosamente o propósito de sua peregrinação, esses devotos e instruídos viajantes prepararam-se para voltar, e teriam parado em Jerusalém, para apresentar seu relatório ao rei, como ele havia solicitado, mas “sendo por divina revelação avisados em sonhos para que não voltassem para junto de Herodes, partiram para a sua terra por outro caminho.”²¹

Muito se tem escrito, cuja autoridade escriturística é impossível de verificar, a respeito da visita dos magos, ou sábios, que assim procuraram e encontraram o Cristo

infante. Na verdade, não temos qualquer informação quanto ao seu país, nação, ou tribo de origem. Não sabemos nem mesmo quantos eram, embora a tradição não autorizada os tenha designado “os três magos” e até lhes dado nomes, ainda que não sejam nomeados nas Escrituras, o único registro verdadeiro existente sobre eles, podendo ter sido apenas dois ou muitos. Várias tentativas têm sido feitas para identificar a estrela, cuja aparição no céu oriental assegurou aos magos o nascimento do Rei; mas a astronomia não fornece confirmação satisfatória.

O registro da aparição da estrela tem sido associado, tanto por intérpretes antigos como modernos, com a profecia de Balaão, que, embora não israelita, havia abençoado Israel e sob divina inspiração predissera: “uma estrela procederá de Jacó, e um cetro subirá de Israel”.²² Ademais, como já foi mencionado, a aparição de uma nova estrela era um sinal predito e reconhecido entre o povo do mundo ocidental como testemunha do nascimento do Messias.”²³

A Fuga para o Egito

A perfídia de Herodes, solicitando aos magos que voltassem e relatassem onde poderia ser encontrado o Menino real, afirmando que também desejava adorá-Lo, enquanto em seu coração intentava tirar-Lhe a vida, foi frustrada pelo divino aviso feito aos magos, como já citado. Depois que haviam partido, o anjo do Senhor apareceu a José, dizendo: “Levanta-te, e toma o menino e sua mãe, e foge para o Egito, e demora-te lá até que eu te diga; porque Herodes há de procurar o menino para o matar.”²⁴ Em obediência a esta ordem, José tomou Maria e seu Filho e saíram à noite, em direção ao Egito, lá permanecendo até que divinamente instruídos a voltar. Quando percebeu o rei que os sábios haviam ignorado a ordem que lhes dera, ficou extremamente enraivecido; e, calculando o máximo a que poderia remontar o nascimento, de acordo com a afirmação dos magos quanto à aparição da estrela, ordenou a matança de “todos os meninos que havia em Belém, e em todos os seus contornos, de dois anos para baixo”.²⁵ Nesse massacre de inocentes, o evangelista viu o cumprimento da palavra do Senhor, transmitida pela voz de Jeremias seis séculos antes, expressa no vigoroso pretérito perfeito, como se já tivesse acontecido: “Em Ramá se ouviu uma voz, lamentação, choro e grande pranto: Raquel chorando os seus filhos, e não querendo ser consolada, porque já não existem.”²⁶

O Nascimento de Jesus Anunciado aos Nefitas

Como indicado até aqui, os profetas do hemisfério ocidental haviam predito, com grande clareza, o advento terreno do Senhor, indicando especificamente tempo, lugar, e circunstâncias de seu nascimento.²⁷ Com a aproximação do tempo, o povo dividiu-se em virtude de opiniões opostas quanto à validade dessas profecias; e incrédulos intolerantes perseguiram cruelmente aqueles que, como Zacarias, Simeão, Ana e outros justos da Palestina, haviam mantido com fé e confiança a certeza inabalável da vinda

do Senhor. Samuel, um lamanita íntegro, que por sua fidelidade e devoção abnegada havia sido abençoado com o espírito e poder de profecia, destemidamente proclamou a aproximação do nascimento de Cristo: “E disse ao povo: Eis que vos dou um sinal; pois mais cinco anos se hão de passar e eis que então o Filho de Deus virá para redimir todos os que crerem em seu nome.”²⁸ O profeta falou sobre muitos sinais e maravilhas que marcariam o grande evento. No decorrer desses cinco anos, os crentes tornaram-se mais firmes, os descrentes mais violentos, até raiar o último dia do período especificado; e este era o dia fixado pelos incrédulos “para aplicar a pena de morte a todos os que acreditavam naquelas tradições, caso não aparecesse o sinal que havia sido anunciado por Samuel, o profeta.”²⁹

Néfi, um profeta da época, clamou ao Senhor, com a alma angustiada pela perseguição de que seu povo era vítima: ...”E aconteceu que clamou fervorosamente ao Senhor todo aquele dia; e eis que lhe chegou a voz do Senhor, dizendo: Levanta a cabeça e tem bom ânimo; pois eis que é chegada a hora e esta noite será dado o sinal; e amanhã virei ao mundo para mostrar ao mundo que cumprirei tudo aquilo que fiz com que fosse dito pela boca de meus santos profetas. Eis que venho aos meus para cumprir todas as coisas que dei a conhecer aos filhos dos homens, desde a fundação do mundo, e para fazer a vontade tanto do Pai como do Filho — do Pai, por minha causa; e do Filho, por causa de minha carne. E eis que é chegada a hora e esta noite será dado o sinal.”³⁰

As palavras do profeta foram cumpridas naquela noite; pois, embora tivesse o sol se posto comumente, não houve escuridão; e, na manhã seguinte, o sol nasceu sobre uma terra já iluminada; um dia, uma noite e ainda outro dia tinham sido como um dia; e este foi apenas um dos sinais. Uma nova estrela apareceu no firmamento ocidental, como havia sido vista pelos magos no oriente; e houve muitas outras manifestações maravilhosas, como haviam predito os profetas. Todas estas coisas ocorreram no que agora é chamado Continente Americano, seiscentos anos depois que Leí e seu pequeno grupo deixaram Jerusalém, para vir para cá.

A Época do Nascimento de Jesus

A época do nascimento do Messias é um assunto sobre o qual discordam os especialistas em teologia e história e aqueles designados como “eruditos” na literatura. Numerosas linhas de investigação têm sido seguidas, chegando-se sempre a conclusões divergentes, tanto em relação ao ano, quanto ao mês e dia do ano, no qual realmente se deu o início da “Era Cristã”. O estabelecimento da data em que Cristo nasceu, como evento central, marcando a época a partir da qual os dados cronológicos deveriam ser calculados, foi efetuado, primeiramente, cerca de 532 A.D. por Dionísio Exíguo; e, como base para cálculo de tempo, este método veio a ser conhecido como sistema dionisiano, e toma como dado fundamental 753 A.U.C. (Ano Urbis Condite), isto é, 753 anos após a fundação de Roma, como o ano do nascimento de nosso Senhor. Até onde existe alguma concordância de opinião entre os eruditos modernos que

investigaram o assunto, o cálculo de Dionísio está errado, estabelecendo o nascimento de Cristo com 3 a 4 anos de atraso; e que, portanto, nosso Senhor nasceu no terceiro ou quarto ano antes do início do que é designado pelos eruditos de Oxford e Cambridge, “o Cômputo Comum chamado Ano Domini”.³¹

Sem pretender analisar o conjunto de dados de cálculos relativo a este assunto, aceitamos a base dionisiaca como correta, no que diz respeito ao ano, o que equivale a dizer que cremos ter Cristo nascido no ano conhecido por nós como 1 A.C., e, como será mostrado, num dos primeiros meses daquele ano. Para apoiar esta crença, citamos o inspirado registro conhecido como “Revelação sobre o Governo da igreja, dada através do Profeta Joseph, em abril de 1830”, que começa com as seguintes palavras: “O surgimento da Igreja de Cristo nestes últimos dias, sendo mil e oitocentos e trinta anos depois da vinda de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo na carne.”³²

Outra evidência de que a cronologia comumente aceita por nós é correta, é fornecida pelo registro do Livro de Mórmon. Nele, lemos que “no começo do primeiro ano do reinado de Zedequias, rei de Judá”, o Senhor falou a Leí em Jerusalém, ordenando-lhe que tomasse sua família e partisse para o deserto.³³ Nas primeiras etapas de sua jornada em direção ao mar, Leí profetizou, conforme o que lhe havia mostrado o Senhor, sobre a iminente destruição de Jerusalém e o cativo dos judeus. Ademais, predisse o eventual retorno do povo de Judá de seu exílio na Babilônia e o nascimento do Messias, evento esse que ele declarou, de maneira definitiva, que ocorreria seiscentos anos depois que ele e seus pais tivessem deixado Jerusalém.³⁴ Esta especificação de tempo foi repetida em profecia posterior;³⁵ e os sinais do cumprimento propriamente dito estão registrados como tendo acontecido depois de “seiscentos anos desde que Leí saíra de Jerusalém.”³⁶ Estas Escrituras fixam o início do reinado de Zedequias, seiscentos anos antes do nascimento de Cristo. De acordo com o cálculo comumente aceito, Zedequias tornou-se rei no ano 597 A. C.³⁷ Isso mostra uma discrepância de cerca de três anos, entre a data comumente aceita da inauguração do reinado de Zedequias e aquela dada no Livro de Mórmon; e, como já visto, há uma diferença de três a quatro anos entre o cálculo dionisiaco e o acordo mais aproximado dos eruditos a respeito do início da era atual. A cronologia do Livro de Mórmon, portanto, apóia, de modo geral, a correção do sistema comum ou dionisiaco.

Quanto à estação do ano em que Cristo nasceu, há entre os eruditos tão grande diversidade de opiniões, quanto em relação ao ano em si. Muitos estudiosos da Bíblia afirmam que o dia 25 de dezembro, celebrado pela cristandade como Natal, não pode ser a data correta. Acreditamos que o nascimento de Jesus Cristo se deu no dia 6 de abril, como indicado em uma revelação moderna já citada,³⁸ na qual aquele dia foi estabelecido, sem argumentação, como sendo a data que marcava os mil oitocentos e trinta anos depois da vinda do Senhor na carne. Esta aceitação é, admitidamente, baseada em fé na revelação moderna, e não é, de forma alguma, resultado de pesquisa ou análise cronológica. Cremos que Jesus Cristo nasceu em Belém da Judéia a 6 de abril do ano 1 A.C.

NOTAS DO CAPÍTULO 8

1. A “taxação” — A respeito da presença de José e Maria em Belém, distantes de seu lar na Galiléia, e do decreto imperial cujo cumprimento era responsável por sua presença naquele local, as seguintes notas são dignas de consideração, Farrar (*Life of Christ*, pág. 24, nota) diz: “Não se tem certeza se a viagem de Maria e seu esposo foi obrigatória ou voluntária... As mulheres estavam sujeitas a uma taxa “per capita”, se é que este alistamento implicava em taxação. Mas, independente de qualquer exigência legal, pode-se facilmente imaginar que, em tal ocasião, Maria não desejaria ficar só. A cruel suspeita a que estivera sujeita e que quase havia desfeito seus esponsais (Mat. 1:19) fá-la-ia agarrar-se à proteção de seu marido.”

A seguinte citação foi extraída de *The Life and Words of Christ*, vol. 1 cap. 9; pág. 108, de Geikie: “A nação judaica estava pagando tributo a Roma, através de seus governantes, desde os dias de Pompeu; e o metódico Augusto que agora reinava e que precisava restabelecer a ordem e solidez das finanças do império, depois da confusão e cansaço das guerras civis, tomou precauções para que não fosse esquecida esta obrigação, nem se usassem subterfúgios para fugir dela. Ele exigia que fosse feito um recenseamento periódico em todas as províncias de seus vastos domínios, para que pudesse saber o número de soldados que poderia recrutar em cada uma e o montante de impostos devidos ao tesouro... Num império que abrangia todo o mundo conhecido da época, era difícil que tal recenseamento pudesse ter sido feito simultaneamente ou em um período curto ou determinado de tempo; é mais provável que fosse trabalho de anos, em províncias ou reinos sucessivos. Mais cedo ou mais tarde, entretanto, mesmo os domínios de reis vassallos como Herodes tinham que fornecer a estatística exigida por seu superior. Ele havia recebido seu reino na condição de súdito e, com o passar dos anos, tomara-se cada vez mais dependente de Augusto, pedindo sua sanção para tudo que se propunha a fazer. Ele estaria, portanto, ansioso por satisfazer-lhe o desejo, obtendo as estatísticas solicitadas, como pode ser concluído pelo fato de, num dos últimos anos de sua vida, pouco antes do nascimento de Cristo, ter feito com que toda a nação judaica prestasse solene juramento de lealdade ao imperador e a ele próprio.

“É bem provável que a maneira de conseguir as estatísticas tivesse sido deixada a cargo de Herodes, não só para mostrar respeito por ele diante de seu povo, mas também por causa da conhecida oposição dos judeus a qualquer coisa semelhante a uma contagem geral, ainda que essa não levasse ao pagamento de um imposto, como era o caso. No tempo a que se refere a narrativa, parece ter sido feito um simples registro, segundo o antigo plano hebreu de alistamento por famílias em seus distritos de origem, naturalmente para uso futuro; e assim procederam ao mesmo tranqüilamente... Tendo a proclamação sido feita por toda a terra, José não tinha alternativa senão ir a Belém, cidade de Davi, lugar em que sua origem familiar, da casa e linhagem de Davi, requeria que ele se inscrevesse.”

2. Jesus nasce em ambiente pobre. — Indubitavelmente, as acomodações onde Jesus nasceu eram poucas e pobres do ponto de vista do conforto físico. Mas o ambiente, considerado à luz dos costumes do país e da época, estava longe do estado de vil privação, como o fazem parecer os costumes modernos e ocidentais. “Acampar” não era exigência incomum entre os viajantes da Palestina no tempo do nascimento do Senhor; nem o é mesmo hoje. Não há dúvida, entretanto, de que Jesus nasceu numa família comparativamente pobre, num ambiente humilde, com todas as inconveniências que sobrevêm nas viagens. Cunningham Geikie, *Life and Words of Christ*, cap. 9, págs. 12, 113, diz: “Era a Belém que José e Maria se dirigiam, a cidade de Rute e Boaz, antigo lar de seu grande antepassado Davi. Ao se aproximarem dela, vindos de Jerusalém, passariam, no último quilômetro, por um local sagrado para a memória dos judeus, onde se apagara a luz da vida de Jacó ao morrer e ser sepultada Raquel, o seu primeiro amor, como seu túmulo ainda atesta ‘a caminho de Ephratah, que é Belém’.”

As viagens pelo Oriente sempre foram bem diversas das idéias ocidentais. Como em todos os países pouco povoados, a hospitalidade particular, em tempos antigos supria a falta de hospedarias, e este costume amigável continuou por muitos anos como peculiaridade do Oriente. Nas grandes estradas que atravessavam as regiões áridas e desabitadas, a necessidade de abrigo levava, bem cedo, à construção de edifícios rústicos e simples, de tamanhos variados, conhecidos como caravançarás, que ofereciam ao viandante a proteção de paredes e teto, água, e pouco mais que isso. As estruturas menores consistiam, às vezes, de apenas uma sala vazia, em cujo chão o viajante estendia seu tapete para dormir; as maiores, sempre construídas em cavidades quadradas, incluíam um átrio para os animais e tinham água para os mesmos e seus donos. Desde a antigüidade imemorável, têm sido uma das demonstrações preferidas de benevolência levantar tais abrigos, como vemos numa época tão distante quanto a de Davi, quando Chimham construiu um grande caravançarás perto de Belém, na estrada das caravanas para o Egito.”

Canon Farrar (*Life of Christ*, cap. 1) aceita a crença tradicional de que o abrigo no qual nasceu Jesus era uma das numerosas grutas de pedra calcária muito comuns na região e que ainda são usadas pelos viajantes como lugares de descanso. Diz: “Na Palestina, não é raro que o caravançarás, ou pelo menos a parte em que são alojados os animais, seja uma daquelas inumeráveis grutas, que existem nas rochas de pedra calcária de seus montes centrais. Parece ter sido assim no caso da pequena cidade de Belém-Ephratah, na terra de Judá. Justino Mártir, o apologista, que, desde seu nascimento em Shechem, conhecia bem a Palestina e que viveu menos que um século depois do tempo de nosso Senhor, localiza a cena da natividade numa gruta. Esta é, na verdade, a tradição antiga e constante, tanto das igrejas ocidentais como orientais e uma das poucas que, embora não registrada na história do Evangelho, podemos considerar provável.”

3. Herodes, o Grande. — A história de Herodes I, também conhecido por Herodes, o Grande, deve ser procurada em obras especializadas, onde o assunto é tratado detalhadamente. Alguns dos fatos principais devem ser considerados em nosso presente estudo e, para ajuda dos estudantes, damos aqui alguns extratos de obras consideradas fidedignas.

Condensado de parte de um artigo do *Standard Bible Dictionary*, editado por Jacobus, Nourse e Zenos; publicado por Funk and Wagnalls Co., em 1909: — Herodes I, filho de Antipater, cedo recebeu cargos do seu pai, que havia sido nomeado procurador da Judéia. O primeiro desses foi o de governador da Galiléia. Era um jovem de cerca de vinte e cinco anos, atlético e enérgico. Imediatamente empreendeu a erradicação dos bandos de ladrões que infestavam seu distrito e logo conseguiu executar o chefe dos ladrões, Hezequias, e diversos de seus seguidores. Foi, por isso, convocado a Jerusalém pelo Sinédrio, julgado e condenado, mas em conivência com Hircano II (sumo sacerdote e etnarca) escapou durante a noite. — Viajou para Roma, onde foi nomeado Rei da Judéia por Antonio e Otávio. — Durante os dois anos subseqüentes, lutou contra as forças de Antígono, a quem finalmente venceu e, em 37 A. C. tomou posse de Jerusalém. — Como rei, Herodes enfrentou sérias dificuldades. Os judeus opunham-se a ele por causa de seu nascimento e reputação. A família Asmonea considerava-o um usurpador, não obstante o fato de haver-se casado com Mariamne. Os fariseus chocavam-se com suas simpatias helenísticas, assim como com seus métodos severos de governo. Por outro lado, os romanos responsabilizaram-no pela ordem em seu reino e pela proteção das fronteiras ocidentais da República. Herodes enfrentou essas várias dificuldades com energia e até crueldade características e, geralmente, com fria sagacidade. Não obstante taxasse o povo severamente, em épocas de escassez perdoava suas dívidas e chegou a vender bens pessoais, para poder comprar-lhes alimento. Embora nunca se tenha tornado realmente amigo dos fariseus, estes lucraram com sua hostilidade para com o partido dos Asmoneus, hostilidade essa que, no início do seu reinado, provocou a execução de um certo número de saduceus, membros do Sinédrio.

Do *Comprehensive Dictionary of the Bible*, de Smith: A última parte “do reinado de Herodes não foi perturbada por problemas externos, mas sua vida doméstica foi amargurada por uma série quase ininterrupta de injúrias e situações cruéis de vingança. Os atos terríveis de derramamento de sangue que Herodes perpetrou em sua própria família, foram acompanhados por outros, igualmente terríveis, entre os seus súditos. De acordo com a história bem conhecida, ordenou que os nobres, que convocou em seus últimos momentos, fossem executados imediatamente após sua morte, para que pelo menos seu falecimento fosse acompanhado de lamentação universal. Foi durante a doença fatal que deve ter ordenado o assassinato de todos os infantes de Belém.” (Mateus 2:16-18)

O fim mortal do tirano e assassino é assim comentado por Farrar em seu livro *Life of Christ*, pp. 54, 55 — “Deve ter sido pouco depois do assassinato dos inocentes que

se deu a morte de Herodes. Apenas cinco dias antes de sua morte, fez uma desvairada tentativa de suicídio e ordenou a execução de seu filho mais velho Antipater. Seu leito de morte, que uma vez mais nos lembra Henrique VIII, foi acompanhado por circunstâncias de peculiar horror. Tem-se afirmado que ele morreu de uma moléstia repugnante, que raramente é mencionada na história, exceto no caso dos homens considerados infames por suas atrocidades e perseguições. Em seu leito intolerável de angústia, naquele esplêndido e luxuoso palácio que construiu sob as palmeiras de Jericó, inchado pela doença, abrasado pela sede, a epiderme ulcerada e ardendo internamente com um ‘fogo brando e lento’, cercado de filhos que conspiravam e escravos espoliadores, detestando todos e detestado por todos, desejando a morte para livrar-se de suas torturas e ainda temendo-a como o início de terrores piores, aguilhoado pelo remorso e ainda insaciado por seus assassinatos, um horror para todos os que o rodeavam e ainda, em sua consciência culpada, terror pior por si mesmo, devorado pela corrupção prematura de um túmulo antecipado, comido por vermes como se visivelmente atingido pelo dedo da ira divina após setenta anos de vilania bem-sucedida — o miserável velho, a quem os homens haviam chamado o Grande, jazia em selvagem loucura, aguardando sua hora derradeira. Sabendo que ninguém choraria sua morte, resolveu que chorassem por si próprios e ordenou, sob pena de morte, que as principais famílias do reino e os chefes das tribos viessem a Jericó. Eles vieram, e, então, fechando-os no hipódromo, secretamente deu ordem a sua irmã para que, no momento de sua morte, todos fossem massacrados. E, assim, como que afogando-se em sangue, planejando massacres em seu próprio delírio, a alma de Herodes partiu para a noite.”

Para menção do Templo de Herodes, ver a nota 5, no final do capítulo 6.

4. Dádivas dos Sábios ao Menino Jesus. — O relato da Escritura sobre a visita dos sábios a Jesus e Sua mãe declara que eles “se ajoelharam e o adoraram” e ainda que “abrindo seus tesouros, apresentaram-lhe suas dádivas; ouro, incenso e mirra”. A oferta de presentes a alguém de nível superior, seja em relação às coisas do mundo seja em relação a dons espirituais, era um costume antigo e ainda prevalece em muitas terras da Ásia. Não sabemos se esses homens do oriente ofereceram presentes a Herodes, quando estiveram em seu palácio; entretanto, sabe-se que deram parte de seu tesouro ao Infante, em quem reconheceram o Rei que procuravam. A tendência de se atribuir um significado oculto a detalhes insignificantes mencionados na Escritura e, particularmente, no que se refere à vida de Cristo, tem levado a muitas sugestões fantasiosas a respeito do ouro, incenso e mirra especificados nesse incidente. Alguns supõem que haja neles um certo simbolismo oculto — ouro, um tributo à Sua condição real; incenso, uma oferta em reconhecimento do Seu sacerdócio; e mirra, para Seu sepultamento. O registro sagrado não oferece base para tal conjectura. A mirra e o incenso são resinas aromáticas, derivadas de plantas nativas das terras do oriente, e têm sido usados desde tempos antigos na medicina e na preparação de perfumes e misturas de incenso. Encontravam-se, presumivelmente, entre as produções naturais das terras de onde vieram os magos, embora talvez mesmo lá fossem muito caras e apreciadas.

Juntamente com o ouro, que tem valor em todas as nações, eram os presentes mais apropriados para um rei. Qualquer significado místico, que se queira dar aos presentes, deve ser considerado como suposição ou fantasia e não como algo baseado nas Escrituras.

5. Testemunho dos pastores e magos — A seguinte nota muito instrutiva sobre os testemunhos relativos ao nascimento do Messias, foi tirada *do Manual da Associação de Melhoramentos Mútuos dos Rapazes* de 1897-1898: “Devemos observar que os testemunhos concernentes ao nascimento do Messias vêm de dois extremos — dos humildes pastores dos campos da Judéia e dos instruídos magos do longínquo leste. Não podemos acreditar que isso seja resultado do acaso, mas sim, que se pode aqui discernir o propósito e a sabedoria de Deus. Toda Israel estava esperando a vinda do Messias, e no nascimento de Jesus em Belém, a esperança de Israel — embora tal desconheçam — é cumprida. Nasce o Messias, de quem falou o profeta. Mas é preciso que haja alguns que testemunhem essa verdade e, por isso, um anjo é enviado aos pastores que guardam seus rebanhos, e ele diz: ‘Não temais, porque eis aqui vos trago novas de grande alegria, que será para todo o povo: pois na cidade de Davi, vos nasceu hoje o Salvador, que é Cristo o Senhor’. E, como sinal da autenticidade da mensagem, deveriam encontrar a criança envolta em panos, deitada numa manjedoura em Belém. Partiram apressadamente e encontraram Maria e José, e o menino deitado na manjedoura; e depois que O viram, divulgaram o que lhes havia sido dito sobre Ele. Deus levantara testemunhas entre o povo, para que testificassem que o Messias nascera, que a esperança de Israel fora cumprida. Mas havia certas classes entre os judeus, inacessíveis aos humildes pastores, e mesmo que assim não fosse, a história da visita do anjo e da multidão de anjos entoando o magnífico “Paz na terra, boa vontade para com os homens” teria, sem dúvida alguma, sido considerada como um conto de gente supersticiosa, iludida por excesso de imaginação ou sonhos ociosos. E, assim, Deus escolheu outra classe de testemunhas — os ‘sábios do oriente’ — testemunhas que podiam entrar no palácio real do orgulhoso Herodes e perguntar sem temor: ‘Onde está aquele que é nascido rei dos judeus? Porque vimos a sua estrela no oriente e viemos adorá-lo’ — um testemunho que sobressaltou Herodes e perturbou toda Jerusalém. De forma que, na verdade, Deus providenciou testemunhas para enfrentar homens de todas as classes e posições sociais — o testemunho dos anjos para os pobres e humildes; o testemunho dos magos para o rei arrogante e para os orgulhosos sacerdotes da Judéia. E portanto, puderam seus discípulos dizer, das coisas concernentes ao nascimento do Messias, Sua morte e ressurreição: ‘estas coisas não foram feitas às escondidas’.”

6. O ano do nascimento do Cristo. — Ao tratar deste tópico, Dr. Charles E Deems (*The Light of the Nations*, pág. 28), depois de considerar cuidadosamente as estimativas, cálculos e suposições de estudiosos que empregaram muitos meios em suas investigações e alcançaram apenas resultados discordantes, diz: “É chocante ver homens letrados usarem os mesmos aparatos de cálculo e alcançarem os resultados mais diversos. É atordoante tentar uma reconciliação desses cálculos variados.” Na nota anexa, o mesmo autor afirma: “Por exemplo: o nascimento de nosso Senhor é

localizado em I A.C. por Pearson e Hug; em 2 A.C. por Scalinger; em 3 A.C. por Baronius e Paulus, em 4 A.C. por Bengel, Wieseler e Greswell; em 5 A.C. por Usher e Petavius; em 6 AC. por Strong, Luvín e Clark, em 7 A.C. por Ideler e Sanclemente.”

CAPÍTULO 9

O MENINO DE NAZARÉ

José, Maria e seu filho permaneceram no Egito até depois da morte de Herodes, o Grande, acontecimento esse anunciado por outra visita angelical. Sua permanência em terra estrangeira foi, provavelmente, breve, pois Herodes não sobreviveu por muito tempo à morte dos meninos que assassinara em Belém. No retorno da família do Egito, o evangelista vê o cumprimento da profética visão de Oséias: “Do Egito chamei meu Filho.”¹

Parece ter sido intenção de José fixar residência na Judéia, possivelmente em Belém — cidade de seus antepassados e um lugar que, agora, lhe era ainda muito mais caro por ter ali nascido o Filho de Maria — mas, tendo notícia ainda a caminho, de que o filho de Herodes, Arquelau, reinava no lugar de seu iníquo pai, José modificou o seu propósito; e “...avisado em sonhos por divina revelação, foi para as partes da Galiléia. E chegou, e habitou numa cidade chamada Nazaré, para que se cumprisse o que fora dito pelos profetas: Ele será chamado Nazareno.”²

Enquanto Arquelau, que parece ter sido um herdeiro presuntivo da depravação e crueldade de seu pai, governava por um curto período de tempo na Judéia³ como rei, e depois com o título menos importante de etnarca, que lhe havia sido dado pelo imperador, seu irmão Antipas governava como tetrarca na Galiléia. Herodes Antipas era quase tão perverso e corrupto quanto outros membros de sua inescrupulosa família, mas era menos agressivo na vingança, e naquele período de seu reinado, foi comparativamente tolerante.⁴

As Escrituras mencionam apenas brevemente a vida familiar de José e dos seus em Nazaré. É impressionante o silêncio mantido pelos inspirados historiadores quanto aos primeiros anos da vida de Jesus; por outro lado, os relatos imaginários escritos em anos posteriores, por indivíduos não autorizados, são repletos de detalhes fictícios, muitos dos quais positivamente revoltantes em sua inconsistência pueril. Ninguém senão José, Maria e outros membros imediatos da família, ou ainda amigos chegados poderiam ter fornecido os fatos da vida diária no humilde lar de Nazaré; e destes informantes qualificados é que Mateus e Lucas, provavelmente, obtiveram o conhecimento do que escreveram. O registro feito por aqueles que conheciam os fatos caracteriza-se por notável brevidade. Essa ausência de detalhes evidencia a autenticidade do relato escriturístico. Escritores inventivos teriam fornecido, como mais tarde o fizeram, aquilo que procuramos em vão nos capítulos dos Evangelhos. Com silêncio santo, os escritores inspirados honram a infância de seu Senhor; aqueles que procuram criar circunstâncias e colocar na vida de Cristo adições fictícias, desonram-No. Leiamos, com reverência, a verdade a respeito da infância do Cristo: “E o menino crescia, e se fortalecia em espírito, cheio de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele.”⁵

Com essa simplicidade, é estabelecido o desenvolvimento normal e natural do Menino Jesus. Ele veio para o meio dos homens, a fim de experimentar todas as condições naturais da mortalidade; nasceu tão dependente e frágil como qualquer outra criança; Sua infância foi, sob todos os aspectos, como a de outros meninos; Sua juventude foi uma juventude real, Seu desenvolvimento tão necessário e autêntico como o de todos os outros. Sobre Sua mente, havia descido o véu do esquecimento comum a todos os que nascem na Terra, pelo qual é apagada a lembrança de uma existência anterior. A criança cresceu e, com o crescimento, Sua mente expandiu-Se, Suas faculdades des Se desenvolveram e Seu poder e compreensão aumentaram. Em Seu desenvolvimento, passava de uma virtude para outra e não da iniquidade à virtude; do bem para um bem maior, não do mal para o bem; da graça de Deus para uma graça maior, não do afastamento em consequência do pecado à reconciliação através de arrependimento e propiciação.⁶

Nosso conhecimento da lei judaica naquela época justifica a inferência de que o Menino foi bem ensinado sobre a Lei e as Escrituras, pois tal era o costume. Ele acumulou conhecimento através do estudo e adquiriu sabedoria através da prece, meditação e esforço. Sem dúvida alguma foi treinado para trabalhar, pois a ociosidade era tão abominável naquela época quanto o é agora; e todos os meninos judeus, fossem filhos de carpinteiros, de camponeses ou de rabis, deviam aprender a seguir um ofício prático e produtivo. Jesus era tudo o que um menino devia ser, pois desenvolvia-Se sem ser retardado pelo peso do pecado; Ele amava a verdade e, obedecia a ela, era livre.⁷

José e Maria, devotos e fiéis na observância da Lei, iam a Jerusalém todos os anos para a festa da Páscoa. Esta comemoração religiosa, devemos lembrar, era uma das mais majestosas e sagradas entre as muitas solenidades dos judeus; fora estabelecida por ocasião do êxodo do Egito, em lembrança do poder pelo qual Deus libertara Israel, depois que o anjo de destruição havia sacrificado os primogênitos em todo o Egito e misericordiosamente poupado os lares dos filhos de Jacó.⁸ Tão importante era essa festa, que sua celebração anual marcava o início do ano novo. A Lei exigia que todos os homens se apresentassem diante do Senhor na festa, e determinava que as mulheres também deviam comparecer, caso não houvesse impedimento legal; e Maria parece ter seguido tanto o espírito quanto a letra da lei, pois habitualmente acompanhava seu marido à reunião anual em Jerusalém.

Quando Jesus atingiu a idade de 12 anos, foi levado à festa por Sua mãe e José, como requeria a lei; não se sabe se o Menino já havia comparecido anteriormente em ocasião semelhante. Aos doze anos de idade, o menino judeu era conhecido como membro de sua comunidade; era requerido, então, que se iniciasse, com propósito preciso, na profissão escolhida; atingia uma condição avançada como indivíduo, pois, a partir daí, seus pais não podiam, arbitrariamente, dispor dele como servo; eram-lhe designados estudos superiores na escola e no lar; e, quando aceito pelos sacerdotes, tornava-se um “filho da lei”. Era o desejo paterno comum e natural o de levar seus filhos

para assistirem à festa da Páscoa e às cerimônias do templo como membros reconhecidos da congregação, quando atingiam a idade estabelecida. E assim, o Menino Jesus foi ao templo. A festa propriamente dita durava sete dias, e no tempo de Jesus era freqüentada por grande número de judeus. Josefo fala sobre tal reunião pascal como “uma multidão inumerável”.⁹ O povo vinha de províncias distantes em grandes grupos e caravanas, por questão de conveniência e como meio de proteção comum contra os bandos de saqueadores que infestavam o país. José e sua família viajavam como membros de um desses grupos.

Quando, após o término da Páscoa, o grupo de galileus empreendia a viagem de volta, que já durava um dia, José e Maria descobriram, para sua grande surpresa e preocupação, que Jesus não estava com o grupo. Depois de uma busca infrutífera entre seus amigos e conhecidos, retornaram a Jerusalém à procura do Menino. Nada conseguiram durante três dias; então “o acharam no templo, assentado no meio dos doutores, ouvindo-os, e interrogando-os.”¹⁰ Não era incomum que um menino de doze anos fosse inquirido pelos sacerdotes, escribas ou rabis, nem que lhe fosse permitido perguntar a esses expositores profissionais da lei, pois tal procedimento fazia parte do treinamento educacional dos jovens judeus; nem havia qualquer coisa de surpreendente em uma reunião de mestres e estudantes dentro dos pátios do templo, pois os rabis daquela época estavam acostumados a ensinar naquele local; e pessoas jovens ou de idade, reuniam-se ao seu redor, sentando-se aos seus pés para aprender. Mas havia muito de extraordinário nessa entrevista, como o demonstrou o comportamento dos letrados doutores, que jamais se haviam defrontado com estudante igual, pois “todos os que o ouviam admiravam a sua inteligência e respostas”. O incidente dá evidência de uma infância bem aproveitada e capacidade incomum.¹¹

O assombro de Maria e de seu esposo ao encontrarem o Menino em tão notável companhia, sendo objeto de deferência e respeito, e a alegria de reverem o Filho Amado que consideravam perdido, não baniram inteiramente a lembrança da angústia que Sua ausência havia causado. Em suave, mas óbvia reprovação, a mãe disse: “Filho, por que fizeste assim para conosco? Eis que teu pai e eu ansiosos te procurávamos.” A resposta do Menino surpreendeu-os, pois revelou de maneira que não haviam ainda avaliado, Sua capacidade de julgamento e compreensão, que rapidamente amadurecia. Disse Ele — “Por que é que me procuráveis? Não sabeis que me convém tratar dos negócios de meu Pai”?

Não vamos dizer que havia repreensão ou censura na resposta do mais respeitoso dos filhos. Sua réplica a Maria quis lembrá-la daquilo que ela parecia ter esquecido no momento — as particularidades que envolviam a paternidade de seu Filho. Ela usara as palavras “teu pai e eu”; e a resposta do Filho trouxe-lhe à mente a lembrança de que José não era o pai do Menino. Maria parece ter-se assombrado pelo fato de Jesus, sendo tão jovem, compreender completamente Sua posição em relação a ela. Ele mostrara-lhe claramente a inadvertida impropriedade de suas palavras. Como Seu Pai o havia

procurado, se estava Ele naquele mesmo momento na casa de Seu Pai, tratando dos negócios Dele, e realizando o trabalho para o qual havia sido designado?

De forma alguma insinuara Jesus dúvida quanto à relação maternal de Maria para com Ele, embora houvesse, de maneira indiscutível, demonstrado que reconhecia como Pai, não a José de Nazaré, mas ao Deus dos Céus. Nem Maria nem José compreenderam o pleno significado dessas palavras. Sabendo que Seus deveres baseados na filiação divina eram superiores, e tendo mostrado a Maria que sua autoridade como mãe terrena estava subordinada à de Seu Pai imortal e divino, ainda assim obedeceu-lhe. Não obstante estarem os doutores extremamente interessados nesse Menino excepcional, pelo muito que lhes tinha dado sobre que meditem, com suas perguntas penetrantes e respostas sábias, não puderam detê-Lo, pois a própria Lei que declaravam sustentar impunha obediência estrita à autoridade dos pais. “E desceu com eles, e foi para Nazaré, e era-lhes sujeito. E sua mãe guardava no seu coração todas estas coisas.”

Que segredos maravilhosos e sagrados estavam guardados no coração daquela mãe, e que surpresas e problemas se acumulavam dia a dia nas manifestações do saber crescente de seu Filho mais que mortal! Embora jamais pudesse esquecer completamente, às vezes parecia perder de vista a personalidade elevada de seu Filho. Talvez fosse por designação divina que tais condições existiam. Dificilmente poderia ter havido uma experiência verdadeiramente humana nas relações entre Jesus e Sua mãe, ou entre Ele e José, se o fato de Sua divindade sempre fosse destacado ou mesmo demasiadamente visível. Maria parece jamais ter compreendido seu Filho integralmente; a cada nova evidência de sua singularidade, ela se maravilhava e novamente meditava. Ele lhe pertencia, e, entretanto, em um sentido muito real, não era inteiramente dela. Havia na relação entre os dois um mistério — espantoso, mas sublime, um segredo sagrado que aquela mãe eleita e abençoada hesitava em revelar mesmo a si própria. Por causa dele, o medo e a felicidade devem ter contendido em sua alma. A lembrança das gloriosas promessas de Gabriel, o testemunho dos jubilosos pastores, e a adoração dos magos devem ter lutado com a impressionante profecia de Simeão, dirigida pessoalmente a ela: (“E uma espada traspassará também a tua própria alma.”)¹²

Quanto ao que teria ocorrido nos dezoito anos que se seguiram à volta de Jesus de Jerusalém para Nazaré, as Escrituras silenciam. Há apenas uma valiosa sentença da maior importância: “E crescia Jesus em sabedoria, e em estatura, e em graça para com Deus e os homens.”¹³ É evidente que esse Filho do Altíssimo não fora dotado da plenitude do conhecimento, ou investido da sabedoria completa desde o berço.¹⁴ Vagarosamente a certeza de que era o Messias designado, sobre cuja vinda lia na lei, nos profetas e nos salmos, desenvolveu-se em Sua alma; e, em devotada preparação para o ministério que culminaria na cruz, passou Ele os anos de Sua juventude e início da maturidade. Pelas crônicas dos anos subseqüentes, sabemos que era considerado, sem qualquer dúvida, como filho de José e Maria, e irmão dos filhos

mais novos da família. Falava-se Dele como carpinteiro e filho de carpinteiro; e até ao início de Seu ministério público, parece ter tido pouca preeminência mesmo na pequena comunidade.¹⁵

Ele viveu uma vida simples, em paz com Seus semelhantes, em comunhão com Seu Pai, crescendo assim em graça diante de Deus e dos homens. Como se percebe em Suas expressões públicas, depois de tornar-Se homem, esses anos de reclusão foram gastos em esforço ativo, tanto físico quanto mental. Jesus era observador profundo da natureza e dos homens; capaz de tirar ilustrações para Seus ensinamentos das mais variadas ocupações, ofícios e cargos; os métodos dos doutores da Lei e dos médicos, as maneiras dos escribas, dos fariseus e rabis, os hábitos dos pobres, os costumes dos ricos, a vida dos pastores, fazendeiros, vinhateiros e pescadores — eram-Lhe familiares. Considerava os lírios do campo e a erva do prado e dos montes, as aves que não semeiam nem ajuntam em celeiros, mas vivem da generosidade de seu Criador, as raposas em seus covis, os mimados cachorrinhos domésticos e os errantes cães sem dono; as galinhas abrigando suas ninhadas sob as asas protetoras tudo contribuiria para o desenvolvimento de Sua sabedoria, como também o tinham feito as inconstâncias do tempo, a recorrência das estações, e todos os fenômenos de transformação e ordem natural.

Nazaré foi a residência de Jesus até atingir cerca de trinta anos de idade; e, de acordo com o costume de chamar os indivíduos pelo nome de suas cidades, como complemento de seus nomes pessoais,¹⁶ nosso Senhor tornou-Se conhecido como Jesus de Nazaré.¹⁷ Ele é também chamado de Nazareno, ou nativo de Nazaré, e esse fato é citado por Mateus como cumprimento de predição anterior, embora nossa atual compilação das Escrituras do Velho Testamento não contenha registro de tal profecia. É praticamente certo que essa predição se encontrava em alguma das muitas Escrituras existentes na antigüidade, mas perdidas desde aí.¹⁸

Que Nazaré era uma vila obscura, de pouca importância ou renome, é evidenciado pela pergunta quase insolente de Natanael que, sendo informado de que o Messias havia sido encontrado na pessoa de Jesus de Nazaré, indagou: “Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?”¹⁹ A pergunta incrédula passou a ser um provérbio que ainda hoje indica qualquer fonte não promissora ou impopular de um bem. Natanael vivia em Caná, a poucos quilômetros de Nazaré, e sua surpresa diante das novas trazidas por Filipe concernentes ao Messias incidentalmente evidencia a reclusão em que Jesus viveu.

Assim se passou a meninice, juventude e primeiros anos da maturidade do Salvador do mundo.

NOTAS DO CAPÍTULO 9

1. Arquelau reinou no lugar de Herodes. — “Quando morreu, Herodes (o Grande) deixou um testamento segundo o qual seu reino deveria ser dividido entre os

três filhos. Arquelau ficaria com a Judéia, Iduméia e Samaria, com o título de rei (Mat. 2:22). Herodes Antipas receberia a Galiléia e Peréia, com o título de tetrarca; Filipe receberia o território transjordânico com o título de tetrarca (Lucas 3:1). Este testamento foi ratificado por Augusto, com exceção do título dado a Arquelau. Este, depois da ratificação do testamento de Herodes por Augusto, passou a governar a Judéia, Samaria e Iduméia, com o título de etnarca, com a promessa de que, se governasse bem, tornar-se-ia rei. Entretanto, não era popular entre o povo, e seu reinado foi assinalado por distúrbios e atos de opressão. A situação, finalmente, tornou-se tão intolerável, que os judeus apelaram para Augusto, e Arquelau foi removido e exilado. Isso explica a afirmação de Mateus 2:22 e possivelmente também sugeriu a idéia da parábola em Lucas 19:12 etc.” — *Standard Bible Dictionary*, Funk and Vagnalls Co., item Herodes”. No início de seu reinado, vingou-se sumariamente do povo que se aventurava a protestar contra a continuação da violência de seu pai, assassinando mais de três mil pessoas; e a terrível carnificina foi perpetrada em parte dentro dos recintos do templo. (Josefo, *Antiquities* xvii, 9:1-3).

2. Herodes Antipas — Filho de Herodes I (o Grande) e de uma mulher samaritana, e irmão de Arquelau. De acordo com o testamento de seu pai, tornou-se tetrarca da Galiléia e Peréia (Mat. 14:1; Lucas 3:19; 9:7; Atos 13:1; comparar com Lucas 3:1). Repudiou sua esposa, filha de Aretas, rei da Arábia Petréia, e uniu-se ilegalmente a Herodias, esposa de seu meio-irmão Herodes Filipe I (não o tetrarca Filipe). João Batista foi aprisionado e finalmente morto, em virtude da ira de Herodias, por denunciar sua união com Herodes Antipas. Herodias convenceu Antipas a ir a Roma e solicitar a César o título de rei (comparar Marcos 6:14, etc.) Antipas é o Herodes mais freqüentemente mencionado no Novo Testamento (Marcos 6:17; 8:15; Lucas 3:1; 9:7; 13:31; Atos 4:27; 13:1). É o Herodes a quem Pilatos enviou Jesus para ser interrogado, aproveitando-se do fato de Cristo ser conhecido como galileu, e da presença coincidente de Herodes em Jerusalém, na ocasião assistindo à Páscoa (Lucas 23:6, etc.). Para mais detalhes, veja-se o *Standard Bible Dictionary* ou os dicionários de Smith e de Cassell.

3. Testemunho de João, o apóstolo, a respeito de como Cristo se desenvolvia em conhecimento e graça.— Em uma revelação moderna, Jesus, o Cristo, confirmou o registro do apóstolo João, que aparece apenas em parte na nossa compilação das Escrituras antigas. João assim atesta como se desenvolveu naturalmente o crescimento de Jesus da infância à maturidade; E eu, João, vi que no princípio ele não recebeu da plenitude, mas recebeu graça por graça; e a princípio não recebeu da plenitude, mas continuou de graça em graça, até receber a plenitude; e assim foi chamado de Filho de Deus, porque não recebeu da plenitude no princípio.” (D&C 93:12-14). Não obstante crescer e desenvolver-se gradualmente após Seu nascimento na carne, Jesus Cristo esteve associado ao Pai desde o princípio, como afirma a revelação citada. Nela lemos — “E ele (João) testificou, dizendo: Eu vi sua glória, que ele era no princípio, antes de o mundo existir; portanto, no princípio era o Verbo, pois ele era o Verbo, sim o mensageiro da salvação — a luz e o Redentor do mundo; o Espírito da verdade, que

veio ao mundo, porque o mundo foi feito por ele e nele estava a vida dos homens e a luz. Os mundos foram feitos por ele; e os homens foram feitos por ele; todas as coisas foram feitas por ele; por meio dele e dele. E eu, João, tetifico de que contemplei a sua glória, como a glória do Filho Unigênito do Pai, cheio de graça e verdade, sim o Espírito da verdade, que veio e habitou na carne, e habitou entre nós.” (versículos 7-11)

4. Escrituras perdidas — O comentário de Mateus sobre a morada de José, Maria e Jesus em Nazaré, “e chegou, e habitou numa cidade chamada Nazaré, para que se cumprisse o que fora dito pelos profetas: Ele será chamado nazareno” (2:23), juntamente com o fato de que tal afirmação dos profetas não é encontrada em qualquer dos livros contidos na Bíblia, confirma a existência de Escrituras perdidas. Aqueles que se opõem à doutrina de revelação contínua entre Deus e Sua Igreja, baseando-se na idéia de que a Bíblia é completa como coleção de Escrituras sagradas e que, portanto, pretendidas revelações não encontradas na mesma devem ser espúrias, podem, proveitosamente, tomar nota dos muitos livros não incluídos na Bíblia conquanto nela mencionados, geralmente de forma a não deixar dúvida de que já foram considerados autênticos. Entre essas Escrituras extra-bíblicas, podem ser mencionadas as seguintes, algumas das quais ainda existem hoje e são classificadas na Apócrifa, mas a maioria não é conhecida. Lemos sobre o Livro dos Convênios (Êxo. 24:7); Livro das Guerras do Senhor (Num. 21:14); Livro do Reto (Josué 10:13); Livro dos Estatutos (I Sam. 10:25) Livro de Enoque (Judas 14); Livro dos Atos de Salomão (I Reis 11:41); Livro de Natã, o profeta, e de Gad, o vidente (I Crôn. 29:29); Livro de Aias, o silonita e das visões de Ido, o vidente (II Crôn. 9:29); Livro de Semaías (II Crôn. 12:15): História do Profeta Ido (II Crôn. 13:22): Livro de Jeú (II Crôn. 20:34): os Atos de Usias, por Isaías, filho de Amós (II Crôn. 26:22): Livro dos Videntes (II Crôn. 33:19): uma epístola perdida da de Paulo aos Coríntios (I Cor. 5:9) uma epístola aos efésios (Efés. 3:3) uma epístola perdida aos colossenses, escrita da Laodicéia (Col. 4:16): uma epístola perdida de Judas (Judas 3).

5. Nazaré. — Uma cidade da Galiléia, cuja menção bíblica é encontrada apenas no Novo Testamento. Josefo nada diz a respeito do lugar. O nome da aldeia existente, ou a Nazaré de hoje é En-Nazirah. Ocupa uma região elevada na parte sul do Líbano, “oferece uma esplêndida vista da planície de Esdraelon e do Monte Carmelo, e é muito pitoresca.” (Zenos) O autor do item “Nazaré” no *Bible Dictionary* de Smith identifica a moderna En-Nazirah com a Nazaré antiga, baseando-se no seguinte: “Fica na parte mais baixa do declive de uma colina ou montanha (Lucas 4:29) fica dentro dos limites da província da Galiléia (Marcos 1:9): fica perto de Caná (João 2:1, 2, 11): há um precipício na vizinhança (Lucas 4:29): e uma série de testemunhos desde a época de Eusébio apresentam o lugar como ocupando a mesma posição.” O mesmo autor acrescenta: “Sua população é de 3 ou 4 mil habitantes; alguns são maometanos, o resto cristãos latinos e gregos. A maioria das casas é construída de pedras, parecendo asseadas e confortáveis. As ruelas são estreitas e curvas e depois de uma chuva, ficam tão cheias de lama e lodo, que se tornam quase intransitáveis. No tempo de Cristo, a

cidade era considerada sem importância não só pelos judeus, que professavam pouco respeito pela Galiléia e pelos galileus, mas também pelos próprios galileus, como o demonstra a pergunta aparentemente insolente: “Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?” feita por Natanael (João 1:46), que era galileu e nascido em Caná, cidade vizinha de Nazaré (João 21:2). Nazaré deve sua celebridade à ligação que tem com os eventos da vida de Jesus (Mat. 2:23; 13:54; Marcos 1:9; 6:1; Lucas 1:26; 2:4; 4:23; 34; João 1:45, 46; 19:19; Atos 2:22).

CAPÍTULO 10

NO DESERTO DA JUDÉIA

A Voz no deserto

Numa época claramente indicada como o 15º ano do reinado de Tibério César, imperador de Roma, o povo da Judéia foi fortemente agitado pela estranha pregação de um homem até então desconhecido. Era ele de descendência sacerdotal, mas não havia sido instruído nas escolas; e, sem autorização dos rabis ou licença dos principais sacerdotes, declarou-se enviado de Deus com uma mensagem para Israel. Não aparecia nas sinagogas nem nos pátios do templo, onde ensinavam os escribas e os doutores, mas clamava no deserto. O povo de Jerusalém e das zonas rurais adjacentes acorreu em grandes multidões para ouvi-lo. Ele desdenhava as vestes macias e os mantos confortáveis e elegantes, pregando em sua rude indumentária do deserto — um traje de pêlo de camelo amarrado por um cinto de couro. A rudeza de seus trajes era considerada significativa. Elias, o tesbita, aquele profeta destemido cujo lar havia sido o deserto, era conhecido em seus dias como “um homem peludo, e com os lombos cingidos de um cinto de couro;”¹ e vestimentas rústicas vieram a ser consideradas como características dos profetas.² Tampouco comia esse estranho pregador os pratos do luxo e da fartura, mas alimentava-se daquilo que o deserto lhe supria: gafanhotos e mel silvestre.³

O homem era João, filho de Zacarias, que seria logo conhecido como João Batista. Havia passado muitos anos no deserto, afastado do convívio dos homens, preparando-se para sua especial missão. Estudara sob a tutela de mestres divinos; e lá, no deserto da Judéia, chegara a ele a palavra do Senhor,⁴ como em cenário semelhante chegara a Moisés⁵ e a Elias.⁶ Fez-se então ouvir a “voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas.”⁷ Era a voz do arauto e mensageiro que, como haviam dito os profetas, precederia o Senhor para preparar-lhe o caminho.⁸ O tema principal de sua mensagem era: “Arrependei-vos, pois o reino dos céus está às portas.” E àqueles que tinham fé em suas palavras e professavam o arrependimento, ele administrava o batismo por imersão na água, proclamando ao fazê-lo: “Eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu; cujas alparcas não sou digno de levar; ele vos batizará com o Espírito Santo, e com fogo.”⁹

Nem o homem, nem sua mensagem podiam ser ignorados; sua pregação continha promessas específicas à alma arrependida, e denúncias acerbadas ao hipócrita e ao pecador empedernido. Quando fariseus e saduceus vieram a seu batismo, tagarelando a respeito da lei, cujo espírito não cessavam de transgredir, e dos profetas, a quem desonravam, ele os denunciou como geração de víboras e perguntoulhes: “Quem vos ensinou a fugir da ira futura?” Repeliu sua tão repetida jactância de que eram filhos de

Abraão, dizendo: “Produzi pois, frutos dignos de arrependimento. E não presumais, de vós mesmos, dizendo: Temos por pai a Abraão; porque eu vos digo que mesmo destas pedras, Deus pode suscitar filhos a Abraão.”¹⁰ Ignorar as suas reivindicações de primazia por serem filhos de Abraão, indicava forte censura e grave afronta, tanto aos aristocráticos saduceus quanto aos fariseus aferrados à lei. O judaísmo asseverava que a posteridade de Abraão possuía lugar garantido no reino do esperado Messias e que nenhum prosélito dentre os gentios teria a possibilidade de alcançar o posto e a honra que eram assegurados aos “filhos”. Sua asserção vigorosa de que Deus, das próprias pedras da margem do rio, poderia suscitar filhos a Abraão, significou para os que o ouviram, que mesmo o mais humilde dentre a família humana poderia ser preferido a eles, a menos que se arrependessem e se regenerassem.¹¹ O tempo de professar sua fé com palavras havia passado; frutos eram exigidos, não estéril profusão de folhas; o machado estava posto à raiz da árvore, e toda a árvore que não produzisse bom fruto seria abatida e atirada ao fogo.

O povo estava assombrado; e muitos, enxergando-se em sua verdadeira condição de negligência e pecado, quando João, com palavras candentes, desnudava suas faltas, clamavam: “Que faremos pois?”¹² Sua réplica dirigiu-se contra o cerimonialismo que havia feito a espiritualidade definharem, e quase morrer, no coração do povo. Caridade abnegada foi exigida: “Quem tiver duas túnicas, reparta com o que não tem, e quem tiver alimentos faça da mesma maneira.” Os publicanos ou cobradores de impostos, sob cujas injustas e ilícitas exigências o povo sofria havia tanto tempo, perguntaram-lhe: “Mestre, que devemos fazer? E ele lhes disse: Não peçais mais do que o que vos está ordenado.” Aos soldados que lhe perguntaram o que fazer, ele replicou: “A ninguém trateis mal nem defraudeis, e contentai-vos com o vosso soldo.”¹³

A essência de seus preceitos foi a de uma religião prática, a única religião que encerra algum valor — a religião de uma vida reta. Com todo o seu vigor, a despeito de sua brusquidão, de seus poderosos ataques aos costumes degenerados da época, este João não era um agitador contra as instituições estabelecidas, instigador de desordens, advogado de revoltas ou fomentador de rebeliões. Não atacou o sistema de impostos, mas as extorsões dos avaros e corruptos publicanos; não detratou o exército, mas as iniquidades dos soldados, muitos dos quais haviam tirado partido de sua posição para prestar falso testemunho visando ganho, e confiscando riquezas pela força. Ele pregou o que, na atual dispensação, denominamos os primeiros princípios fundamentais do evangelho — “Princípio do evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus;”¹⁴ abrangendo fé, que é crença vivificante em Deus; arrependimento genuíno, que compreende contrição pelas ofensas passadas e resoluta determinação de afastar-se do pecado; batismo por imersão na água, sob suas mãos, como as mãos de alguém que possuía autoridade; e o batismo maior pelo fogo, ou a outorga do Espírito Santo através de uma autoridade superior à possuída por ele próprio. Sua pregação foi positiva e, em muitos aspectos, oposta as convenções da época; não atraiu o povo por meio de manifestações miraculosas¹⁵ e, embora muitos de seus ouvintes se ligassem a ele como discípulos,¹⁶ não estabeleceu nenhuma organização formal, nem procurou fundar um

culto. Sua exigência de arrependimento era um chamado individual, pois a todo solicitante aceitável administrou individualmente o rito do batismo.

Para os judeus, que viviam em estado de expectativa, aguardando o tão profetizado Messias, as palavras desse estranho profeta no deserto estavam carregadas de profundos presságios. Seria ele o Cristo? João falou-lhes de um aguardado para breve, mais poderoso que ele próprio, cujas alparcas não era digno de desatar,¹⁷ um que haveria de separar o povo como o debulhador que, empunhando a pá, separa a palha do trigo; e acrescentou que Aquele mais poderoso “ajuntará o trigo no seu celeiro, mas queimará a palha com fogo que nunca se apaga”.¹⁸

Desta maneira transmitiu o profetizado arauto do Senhor a sua mensagem. A si próprio não exaltava; seu ofício, contudo, era sagrado para ele, e em suas funções não permitia a interferência de sacerdotes, levitas ou rabis. Não fazia acepção de pessoas; ao pecado denunciava, aos pecadores repreendia, trajassem túnicas sacerdotais, vestes campesinas ou mantos reais. Todas as alegações que João Batista havia feito a respeito de si mesmo e da sua missão foram posteriormente confirmadas e defendidas pelo testemunho específico de Cristo.¹⁹ João foi o precursor não apenas do reino, mas do Rei; e a ele veio o próprio Rei em pessoa.

O Batismo de Jesus — Para cumprir toda a Justiça

Quando Jesus “começava a ser de quase trinta anos,”²⁰ partiu de Sua casa na Galiléia e foi “ter com João, junto do Jordão, para ser batizado por ele. Mas João opunha-se-lhe, dizendo: Eu careço de ser batizado por ti, e vens tu a mim? Jesus, porém, respondendo, disselhe: Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda a justiça. Então ele o permitiu”.²¹

João e Jesus eram primos em segundo grau; se tiveram convivência quando meninos ou rapazes, nada nos é dito. É certo, contudo, que quando Jesus se apresentou para o batismo, João reconheceu nele um homem sem pecado, não necessitando de arrependimento e, como o Batista havia sido comissionado a batizar para remissão de pecados, não viu necessidade de administrar a ordenança a Jesus. Ele, que havia recebido as confissões da multidão, agora confessava-se, reverente, a um que reconhecia ser mais justo que ele próprio. À luz dos acontecimentos posteriores, parece que João não sabia, por esse tempo, que Jesus era o Cristo, Aquele mais poderoso por quem esperava e de quem sabia ser o precursor. Quando João expressou sua convicção de que Jesus não necessitava de purificação pelo batismo, nosso Senhor, reconhecendo estar sem pecado, não lhe negou a imputação, reiterando no entanto o pedido de batismo com o significativo esclarecimento: “Assim nos convém cumprir toda a justiça.” Se João foi capaz de compreender o significado mais profundo desta asserção, deve ter descoberto nela a verdade de que o batismo de água não é apenas o meio instituído para se obter a remissão dos pecados, mas também uma ordenança

indispensável, estabelecida em justiça, e exigida de toda a humanidade como condição essencial para filiação no reino de Deus.²²

Jesus Cristo, assim, humildemente se submeteu ao desejo do Pai e recebeu de João o batismo por imersão na água. Que Seu batismo foi aceito como um ato de submissão, satisfatório e necessário, foi atestado pelo que imediatamente se seguiu: “E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele. E eis que uma voz dos céus dizia: Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo.”²³ Aí João conheceu seu Redentor.

Os quatro evangelistas registram a descida do Espírito Santo sobre Jesus após Seu batismo, afirmando ter sido acompanhada de manifestação visível “como uma pomba”; e este sinal havia sido indicado a João como o meio predeterminado, por intermédio do qual o Messias lhe seria dado a conhecer; e àquele sinal, antecipadamente especificado, era acrescentado o supremo testemunho do Pai com respeito à filiação literal de Jesus. Mateus registra a confirmação do Pai como tendo sido feita na terceira pessoa: “Este é o meu Filho Amado”; enquanto Marcos e Lucas, a expressam de forma mais direta: “Tu és o meu Filho Amado.” A variação, embora ligeira e essencialmente insignificante, a despeito de versar sobre tão importante matéria, provê evidência de que os autores escreveram independentemente, desacreditando qualquer insinuação de conluio entre eles.

Os incidentes ocorridos, ao emergir Jesus do sepultamento batismal, demonstram a individualidade distinta dos três Personagens da Trindade. Naquela ocasião solene, Jesus, o Filho, estava presente na carne; a presença do Espírito Santo foi manifestada através do sinal da pomba, e a voz do Pai Eterno fez-se ouvir dos céus. Não possuíssemos nós outras evidências da personalidade separada de cada membro da Santíssima Trindade, esta ocorrência deveria ser conclusiva; mas outras Escrituras confirmam a grande verdade.²⁴

As Tentações de Cristo

Logo após Seu batismo, imediatamente a seguir, como declara Marcos, Jesus foi impelido pela inspiração do Espírito a apartar-Se dos homens e das distrações da vida em comunidade, retirando-Se para o deserto, onde estaria livre para Se comunicar com Seu Deus. Tão vigorosa foi a influência daquela força compulsora, que Ele foi levado ou, como dizem os evangelistas, impelido a uma reclusão solitária, na qual permaneceu por quarenta dias, “entre as feras” do deserto. Esse notável episódio da vida de nosso Senhor é descrito, embora não com a mesma amplitude, em três dos Evangelhos;²⁵ João silencia a respeito do assunto.

As circunstâncias que envolveram esses dias de exílio e provação devem ter sido relatadas pelo próprio Jesus, pois não houve qualquer outra testemunha humana. As narrativas registradas tratam principalmente dos fatos que marcaram o encerramento do período de quarenta dias, mas, consideradas em sua totalidade, deixam fora de

dúvida o fato de que aqueles foram dias de jejum e oração. A compreensão de que era o Messias escolhido e preordenado chegou a Cristo gradualmente. Como o demonstram as palavras à sua mãe, por ocasião da memorável entrevista com os doutores no pátio do templo, Ele sabia, quando apenas um garoto de doze anos, que, em um sentido particular e pessoal, Ele era o Filho de Deus; entretanto, é evidente que a compreensão do significado pleno de Sua missão terrena se desenvolveu em Seu íntimo somente na medida em que aumentava, passo a passo, a Sua sabedoria. Seu reconhecimento pelo Pai e a companhia permanente do Espírito Santo abriram-Lhe a alma para o glorioso fato de Sua divindade. Ele tinha muito em que pensar, muita coisa que exigia oração, e a comunhão de Deus, que somente a prece pode proporcionar. Durante todo o período de recolhimento, não comeu, mas decidiu jejuar, a fim de que o corpo mortal pudesse, mais completamente, sujeitar-Se a Seu espírito divino.

Então, quando estava faminto e fisicamente enfraquecido, o tentador apresentou-se-Lhe com a insidiosa sugestão de que fizesse uso de Seus poderes extraordinários para obter alimento. Satanás havia escolhido o momento mais propício para seu propósito maligno. Que não farão os mortais, a que ponto os homens não têm chegado, para aplacar os tormentos da fome? Esaú vendeu sua primogenitura por um prato de comida. Homens já lutaram como feras por causa de alimento. Mulheres têm trucidado e devorado seus próprios filhos, para aplacar o tormento da fome. De tudo isso tinha consciência Satanás, quando se apresentou a Cristo naquela hora de extrema necessidade física e lhe disse: “Se tu és o Filho de Deus, manda que estas pedras se tornem em pães.” Durante as longas semanas de recolhimento, nosso Senhor fora sustentado pela exaltação do espírito que, naturalmente, acompanharia tão absorvente concentração mental como a que seu prolongado refletir e comunhão com os céus, sem dúvida alguma, produzira; em tão profunda devoção espiritual, os apetites corporais foram subjugados e superados; mas a reação da carne era inevitável.

Faminto como estava Jesus, encerravam as palavras de Satanás uma tentação ainda maior que a sugestão de que provesse alimento para Seu corpo esfaimado — a tentação de pôr à prova a possível dúvida implicada na palavra “Se” do tentador. O Pai Eterno havia proclamado a Jesus como Seu Filho; o demônio tentava fazer o Filho duvidar do parentesco divino. Por que não provar o interesse do Pai por Seu Filho, neste momento de extrema necessidade? Seria próprio que o Filho de Deus padecesse fome? Teria o Pai tão depressa Se esquecido Dele, a ponto de permitir que Seu Filho Amado assim sofresse? Não seria razoável que Jesus, debilitado pela longa abstinência, provasse para Si mesmo, particularmente quando isso Lhe era facultado, por meio de uma simples ordem, *se* a voz ouvida em Seu batismo havia sido realmente a do Pai Eterno? *Se* em verdade tu és o Filho de Deus, demonstra Teu poder e ao mesmo tempo satisfaz Tua fome — eis o sentido da diabólica sugestão. Consentir teria significado manifestar dúvida positiva sobre a proclamação do Pai.

E, mais que isso, o poder superior que Jesus possuía não Lhe tinha sido dado para satisfação pessoal, mas para serviço ao próximo. Ele deveria experimentar todas as

provações da mortalidade; outro homem, tão faminto quanto Ele, não poderia prover para si miraculosamente; e mesmo que por milagre tal pessoa fosse alimentada, a provisão miraculosa teria que lhe ser dada, não obtida por si própria. Era uma conseqüência necessária da natureza dupla de nosso Senhor, que abrangia os atributos tanto de Deus quanto do homem, que Ele devesse suportar e sofrer como um mortal, embora possuísse, durante todo o tempo, a capacidade de invocar o poder de Sua própria divindade, pelo qual todas as necessidades corporais poderiam ser supridas ou sobrepujadas. Sua réplica ao tentador foi sublime, e positivamente conclusiva: “Está escrito: Nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus.”²⁶ A palavra proveniente da boca de Deus, sobre a qual Satanás pretendia lançar dúvida, fora a de que Jesus era o Filho Amado em quem o Pai Se comprazia. O demônio havia sido derrotado; Cristo triunfara.

Compreendendo que havia fracassado totalmente na tentativa de induzir Jesus a empregar, em benefício pessoal, o poder que Lhe era inerente, confiando em Si próprio, ao invés de contar com a providência do Pai, Satanás passou ao outro extremo, tentando induzir Jesus a atirar-Se caprichosamente à proteção do Pai.²⁷ Jesus achava-Se em um dos lugares altos do templo, num pináculo ou parapeito que dava para os espaçosos pátios, quando o demônio lhe disse: “Se tu és o Filho de Deus”, lança-te de aqui abaixo: porque está escrito: Que aos seus anjos dará ordens a teu respeito: e tomar-te-ão nas mãos, para que nunca tropeces em alguma pedra.” Novamente a implicação da dúvida.²⁸ Se Jesus era de fato o Filho de Deus, não poderia confiar em que Seu Pai o salvasse, particularmente estando escrito²⁹ que anjos o guardariam e susteriam? A réplica de Cristo ao tentador, no deserto, incluía a citação de uma Escritura, que Ele introduzira com a expressiva fórmula comum aos expositores da Sagrada Escritura — “Está escrito.” Na segunda tentativa, o demônio procurou apoiar sua sugestão nas escrituras e empregou expressão semelhante — “pois está escrito.” Nosso Senhor refutou e retrucou à citação diabólica com uma outra, dizendo: “Também está escrito: Não tentarás o Senhor teu Deus.”³⁰

Além da provocação para que pecasse desafiando o perigo por capricho, para que o amor do Pai pudesse manifestar-Se num salvamento miraculoso, ou, através da recusa em pôr à prova a interferência do Pai, revelar dúvida quanto a Sua posição como o Filho Amado, ocultava-se ali um apelo ao lado humano da natureza de Cristo, sob a forma da fama que tão extraordinária façanha, qual seja a de projetar-Se das alturas estonteantes do pináculo do templo, pousando ileso, certamente Lhe traria. Não podemos resistir ao pensamento, apesar de não sermos justificados em dizer que tal idéia tenha nem momentaneamente encontrado eco no Salvador, de que o agir conforme a sugestão de Satanás, convindo-se naturalmente em que o resultado fosse o previsto por ele, teria assegurado o reconhecimento público de Jesus como um Ser superior aos mortais. Teria sido verdadeiramente um sinal e um assombro, cuja fama se alastraria como o fogo na grama seca; e toda a comunidade judaica se inflamaria de entusiasmo e interesse pelo Cristo.

A fulgurante sofística da citação de Satanás não era digna de uma resposta categórica; sua doutrina não merecia lógica nem raciocínio; a falseada aplicação da palavra escrita anulava-se com uma escritura adequada; as linhas do salmista foram confrontadas com o comando categórico do profeta do Êxodo, no qual ordenara a Israel que não provocasse nem tentasse o Senhor a obrar milagres entre eles. Satanás quis induzir Jesus a tentar o Pai. É tão blasfema a tentativa de interferência com as prerrogativas da Divindade, estabelecendo limitações ou fixando tempo ou local em que o divino poder deve fazer-se manifesto, quanto o é tentar usurpar aquele poder. Deus, e só Deus deve decidir quando e como Suas maravilhas serão operadas. Ainda uma vez, os propósitos de Satanás foram frustrados e Cristo novamente venceu.

Na terceira tentação, o demônio absteve-se de outro apelo para que Jesus pusesse à prova Seus próprios poderes ou os do Pai. Duas vezes derrotado, o tentador deixou de lado aquele plano de ataque; e, abandonando qualquer tentativa de disfarçar seus propósitos, fez-lhe uma proposta explícita. Do topo de uma montanha elevada, Jesus visualizava a Terra, com suas riquezas em cidades e campos, as vinhas e os pomares, os rebanhos e as manadas; e em visão, contemplou os reinos do mundo, com suas riquezas, esplendor e glória terrena. Disse-lhe, então, Satanás: “Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares.” Assim escreveu Mateus; a versão de Lucas, mais extensa, é a seguinte: “E disse-lhe o diabo: Dar-te-ei a ti todo este poder e a sua glória; porque a mim me foi entregue, e dou-o a quem quero. Portanto, se tu me adorares, tudo será teu.” Não devemos preocupar-nos com conjeturas quanto a se Satanás teria cumprido sua promessa no caso de Cristo render-lhe homenagem; certo é que Cristo poderia ter estendido as mãos e recolhido as riquezas e a glória do mundo, se desejasse fazê-lo, fracassando, assim, em Sua missão messiânica. Isso Satanás compreendia plenamente. Muitos homens têm-se vendido ao diabo por um reino e por muito menos, sim, até mesmo por uns míseros centavos.

A insolência de sua oferta era em si própria diabólica. Cristo, o Criador do céu e da Terra, revestido como então estava de um corpo mortal, poderia não Se ter recordado de Seu estado preexistente ou do papel que desempenhara no grande Conselho dos Deuses,³¹ enquanto Satanás, espírito sem tabernáculo, — o deserdado, o filho rebelde e rejeitado — procurando tentar o Ser através do qual o mundo fora criado, com a promessa de dar-lhe parte do que era inteiramente seu, ainda podia ter, e na verdade pode ainda ter uma lembrança daquelas cenas primevas. Naquele passado distante, antedatando a criação da Terra, Satanás, então Lúcifer, um filho da alva, havia sido rejeitado; e o Primogênito fora escolhido. Agora que o Escolhido estava sujeito às provações da mortalidade, Satanás tentava frustrar o propósito divino, dominando o Filho de Deus. Ele, que havia sido derrotado por Miguel e suas hostes, e expulso como um rebelde vencido, pedia ao Jeová corporificado que o adorasse. “Então disse-lhe Jesus: Vai-te, Satanás, porque está escrito: Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele servirás. Então o diabo o deixou; e eis que chegaram os anjos, e o serviram.”³²

Não se deve supor que, por ter Cristo emergido vitorioso das nuvens negras dessas três tentações específicas, ficasse isento de assaltos posteriores da parte de Satanás ou que isso o garantisse contra futuras provas de fé, confiança e perseverança. Lucas assim encerra seu relato das tentações que se seguiram aos quarenta dias de jejum: “E, acabando o diabo toda a tentação, ausentou-se dele por algum tempo.”³³ Essa vitória sobre o demônio e seus estratagemas, esse triunfo sobre os desejos da carne, sobre as dúvidas inquietantes da mente, sobre a sugestão de buscar fama e riquezas materiais foram êxitos importantes, mas não conclusivos, na luta entre Jesus, o Deus feito homem, e Satanás, o anjo de luz caído. Que estava sujeito a tentações durante o período de Sua associação com os apóstolos, Cristo o manifestou expressamente.³⁴ Que Suas tentações se estenderam até a agonia em Getsêmani, será verificado no prosseguir deste estudo. Não nos é dado, nem foi dado a Jesus, fazer frente ao inimigo, combatê-lo e sobrepujá-lo num único encontro e para sempre. O conflito entre o espírito imortal e a carne, entre a semente de Deus de um lado, o mundo, e Satanás do outro, persiste por toda a vida.

Poucos eventos na história evangélica de Jesus de Nazaré deram ensejo a mais polêmicas, fantásticas teorias e hipóteses estereis que as tentações. Todas essas conjeturas podemos ignorar. Para qualquer pessoa que creia nas Escrituras sagradas, o relato das tentações aí registrado é suficientemente explícito para que se ponham além de qualquer dúvida ou questão os fatos essenciais; ao descrente não impressionam nem o Cristo nem Seu triunfo. De que nos valeria especular quanto a se Satanás apareceu a Jesus em forma visível ou esteve presente apenas como espírito invisível; se lhe falou em voz audível ou fez surgir na mente de sua vítima os pensamentos depois expressos pelas linhas escritas; se as três tentações ocorreram em sequência imediata ou foram experimentadas a longos intervalos? Podemos, com segurança, refutar toda a teoria de mitos ou parábolas no relato das Escrituras e aceitar o registro como se apresenta; e com igual firmeza acreditamos que as tentações foram reais e que as provações a que o Senhor foi submetido constituíram um teste verdadeiro e crucial. Para se crer de outra forma, é necessário considerarem-se as Escrituras mera ficção.

Uma questão que merece ser abordada, com relação a esse ponto, é a da possibilidade ou não de Cristo cometer pecado — a questão sobre se era capaz de pecar. Não houvesse possibilidade de Ele ceder às seduções de Satanás, também não teria havido prova real nas tentações, nem vitória genuína no resultado. Nosso Senhor foi sem pecado, ainda que pecável; tinha a capacidade, a condição de pecar, se desejasse fazê-lo. Fosse privado da capacidade de pecar e teria sido despojado de Seu livre-arbítrio; e para salvaguardar e assegurar o arbítrio do homem é que Ele Se ofereceu, antes que o mundo existisse, como sacrifício redentor. Dizer que Ele não podia pecar, porque era o protótipo da retidão, não é negar Seu livre-arbítrio para escolher o bem ou o mal. Um homem absolutamente sincero não pode mentir culposamente; contudo, sua garantia contra a falsidade não é a de uma compulsão externa, mas sim o refreamento interno devido a seu cultivado companheirismo com o espírito da verdade. Um homem realmente honesto não tomará, nem cobiçará os bens de seu próximo.

Pode-se, na verdade, dizer que ele não consegue roubar; no entanto, ele é capaz de fazê-lo, se se resolver a tal. Sua honestidade é uma armadura contra a tentação; mas a cota de malha, o elmo, a couraça e as grevas não são mais que uma cobertura externa; o homem que neles se abriga pode ser vulnerável, se houver maneira de ser atingido.

Mas, por que prosseguir com um raciocínio elaborado, que não pode levar senão a uma conclusão, quando as próprias palavras de nosso Senhor e outras Escrituras confirmam o fato? Pouco antes da traição, quando admoestava os Doze para que fossem humildes, Ele disse: “E vós sois os que tendes permanecido comigo nas minhas tentações.”³⁵ Ainda que não encontremos aqui referência exclusiva às tentações que imediatamente se seguiram a Seu batismo, a indicação é óbvia de que Ele tinha suportado tentações e, por dedução, que elas teriam continuado através do período de Seu ministério. O autor da epístola aos hebreus ensinou expressamente que Cristo poderia pecar, posto que “em tudo foi tentado”, como o resto da humanidade. Considere esta declaração explícita: “Visto que temos um grande sumo sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou nos céus, retenhamos firmemente a nossa confissão. Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado.”³⁶ E também: “Ainda que era Filho, aprendeu a obediência, por aquilo que padeceu.”³⁷

NOTAS DO CAPITULO 10

1. Traje de Pêlo de Camelo. — Através do profeta Zacarias (13:4), foi predita uma era em que os que se declaravam profetas não mais “se vestiriam de pêlos, para mentirem.” A respeito do manto de pêlo de camelo usado por João Batista, o comentário de Oxford e outras notas marginais consideram a expressão “uma veste de pêlo” como mais literal que o texto bíblico. Deems (*Light of the Nations*, p. 74, nota) afirma: “O traje de pêlo de camelo não era o couro do camelo com os pêlos, o que seria muito pesado para se usar, mas um traje tecido de pêlo de camelo, como o que Josefo menciona (B. J. i, 24:3).”

2. Gafanhotos e Mel Silvestre. — Insetos do tipo do gafanhoto eram especificamente declarados limpos e adequados para a alimentação na lei dada a Israel no deserto. “Mas isto comereis: de todo o réptil que voa, que anda sobre quatro pés: o que tiver pernas sobre os seus pés, para saltar com elas sobre a terra. Deles comereis estes: o gafanhoto segundo a sua espécie, e o solhão segundo a sua espécie, e o hargol segundo a sua espécie, e o hagabe segundo a sua espécie” (Lev. 11:21,22.) Em nossos dias, os gafanhotos são utilizados como alimento por muitos povos orientais, embora o sejam principalmente pelas classes pobres. Da passagem referente aos gafanhotos como parte da alimentação de João Batista enquanto vivia em reclusão no deserto, diz Farrar (*Life of Christ*, p. 97, nota): “A suposição de que se refere às vagens da assim chamada árvore gafanhoto (alfarroqueira) é um engano. Gafanhotos são vendidos como artigo de alimentação nas lojas de gêneros em Medina; eles são mergulhados em água fervente e sal e secados ao sol, sendo comidos com manteiga, mas apenas pelos

mendigos mais pobres. Geikie (*Life and Words of Christ*, vol. i, pp. 354, 355) refere-se ao seguinte, como sendo aplicável à vida de João Batista: “Seu único alimento eram os gafanhotos que saltavam e voavam nos montes e o mel das abelhas silvestres que encontrava, aqui e ali, nas fendas das rochas, sendo a única bebida que tomava a água encontrada nas cavidades rochosas. Gafanhotos são ainda o alimento dos pobres em muitas regiões do Leste. ‘Todos os beduínos da Arábia e os habitantes das cidades de Nedj e Hedjaz estão acostumados a comê-los’, diz Burckhardt. ‘Já vi em Medina e Tayf lojas de gafanhotos, onde são vendidos por peso. No Egito e na Núbia são usados apenas pelos mendigos mais pobres. Os árabes, preparando-os para comer, atiram-nos vivos em água fervente, na qual dissolveram uma boa quantidade de sal, retirando-os após alguns minutos e secando-os ao sol. A cabeça, os pés e as asas são então arrancados, limpa-se o sal do corpo, secando-os perfeitamente. Comem-se por vezes cozidos em manteiga ou passados em pão não levedado, misturado com manteiga’. Na Palestina, são comidos apenas pelos árabes das fronteiras mais distantes; em outras partes, são considerados com asco e repugnância e apenas os mais pobres os usam. Tristram, contudo, fala deles como ‘muito saborosos’. ‘Achei-os muito bons’, diz ele, quando comidos à maneira árabe, cozidos com manteiga. Sabiam um pouco a camarão, mas de gosto menos forte.’ No deserto da Judéia, várias tipos abundam em todas as estações e alçam vôo com um ruído semelhante ao tamborilar, a cada passo, abrindo subitamente as asas de cores brilhantes: escarlate, roxo, azul, amarelo, branco, verde ou marrom, de acordo com sua espécie. Eram “limpos” sob a Lei Mosaica e João podia, portanto, comê-los sem transgredir.”

A respeito da menção de mel silvestre como alimento usado por João, o último autor citado diz, em continuação ao mesmo parágrafo: “As abelhas silvestres na Palestina são muito mais numerosas que as das colmeias e a maior parte do mel vendido nas zonas meridionais é obtida em enxames silvestres. Poucos países, na verdade, estão melhor adaptados para as abelhas. O clima seco e a flora rasteira mas variada, consistindo grandemente de tomilhos aromáticos, hortelã e outras plantas similares, com açafraão na primavera, são muito favoráveis a elas, enquanto os recessos secos das rochas calcárias, por toda a parte, lhes fornecem abrigo e proteção para seus favos. No deserto da Judéia, as abelhas são muito mais numerosas que em outras partes da Palestina e é, atualmente, parte da dieta diária dos beduínos, que extraem o mel dos favos e o armazenam em couros.”

3. A Inferioridade de João ante o Mais Poderoso que Ele Proclamava —

“Vem aquele que é mais poderoso do que eu, a quem eu não sou digno de desatar a correia das alparcas.” (Lucas 3:16), ou “cujas alparcas não sou digno de levar” (Mateus 3:11); essa foi a forma pela qual João Batista declarou sua inferioridade ante o Mais Poderoso que deveria suceder a ele e suplantá-lo; e melhor ilustração seria difícil de se conceber. Desatar a correia do sapato ou sandália ou carregar os sapatos de alguém “era um encargo servil implicando em grande inferioridade da parte de quem o realizava” (*Dict. of the Bible*, Smith.) Uma passagem do Talmud (Tract. Kiddus-chin xxii; 2) requer que um discípulo faça por seu mestre, o que quer que um servo possa

ser mandado fazer por seu senhor, exceto desatar-lhe os sapatos. Alguns mestres exigiam que os discípulos levassem sua humildade ao extremo de carregarem seus sapatos. A humildade de João Batista, em vista do extraordinário interesse que sua pregação despertava, é impressionante.

4. A Ordem em que as Tentações Foram Apresentadas. — Apenas dois evangelistas especificam as tentações a que Cristo foi submetido imediatamente após Seu batismo; Marcos menciona apenas o fato de que Jesus foi tentado. Mateus e Lucas colocam em primeiro lugar a tentação de que Jesus provesse alimento para Si, criando pão milagrosamente; a seqüência das demais provações não é a mesma nos dois registros. A ordem seguida neste texto é a de Mateus.

5. O “Se” de Satanás — Note-se o escárnio diabólico com que o “se” foi empregado, quando Cristo pendia da cruz. Os príncipes dos judeus, escarnecendo de Jesus crucificado, em Sua agonia, disseram: “Salve-se a si mesmo, *se* este é o Cristo.” E o soldado, lendo a inscrição à cabeça da cruz, mofou do Deus agonizante, dizendo: “*Se* tu és o Rei dos Judeus salva-te a ti mesmo.” E, mais tarde, o malfeitor impenitente a Seu lado, gritava: “*Se* tu és Cristo, salva-te a ti mesmo, e a nós.” (Lucas 23:35-39.) Quão literalmente aqueles escarnecedores e vilipendiadores citaram as próprias palavras de seu pai, o demônio! (Ver João 8:44.) Veja-se ainda pág. 655, deste.

6. Batismo Requerido de Todos — O batismo é requerido de todas as pessoas que atingem o tempo da responsabilidade na carne. Ninguém é isento. Jesus Cristo, que viveu como homem sem pecado em meio a um mundo pecador, foi batizado para “cumprir toda a justiça”. Seis séculos antes desse evento, profetizando ao povo do continente ocidental, Néfi predisse o batismo do Salvador e dal inferiu a necessidade do batismo como um requisito universal: “E agora, se o Cordeiro de Deus, sendo santo, terá necessidade de ser batizado com água para cumprir toda a justiça, quanto mais necessidade não teremos nós, sendo impuros, de sermos batizados, sim, com água! Não sabeis que ele era santo? Mas, embora sendo santo, mostra aos filhos dos homens que, segundo a carne, se humilha ante o Pai e testifica-lhe que lhe será obediente na observância de seus mandamentos (2 Néfi 31:5,7). Ver *Regras de Fé*, cap. 6.

CAPÍTULO 11

DA JUDÉIA PARA A GALILÉIA

O Testemunho de João Batista acerca de Jesus

Durante o período de isolamento de nosso Senhor no deserto, João Batista prosseguiu em seu ministério, clamando arrependimento a todos os que se detinham para ouvir, administrando o batismo aos que se apresentavam devidamente preparados e o solicitavam com pureza de intenção. O povo em geral mostrava-se grandemente preocupado com a identidade de João: e, à medida que começavam a perceber a importância real da voz¹, sua apreensão transformava-se em medo. A pergunta sempre presente era: Quem é este novo profeta? Então os judeus, por cuja expressão podemos compreender os príncipes do povo, enviaram uma delegação de sacerdotes e levitas do grupo farisaico, para interrogá-lo pessoalmente. Ele respondeu sem evasivas: “Eu não sou o Cristo”, e com igual decisão, negou que fosse Elias ou, mais precisamente, Elias, o profeta, que, afirmavam os rabis, interpretando erroneamente a predição de Malaquias, deveria retornar à Terra como precursor imediato do Messias.² Ademais, declarou não ser ele “aquele profeta”, referindo-se ao Profeta cuja vinda Moisés havia predito³, que não estava universalmente identificado na mentalidade judaica com o Messias esperado. “Disseram-lhe, pois: Quem és? para que demos resposta àqueles que nos enviaram; que dizes de ti mesmo? Disse: Eu sou a voz do que clama no deserto: Endireitai o caminho do Senhor, como disse o profeta Isaías.”⁴ Os enviados farisaicos então, o interpelaram quanto à sua autoridade para batizar; em resposta, ele afirmou que a validade de seus batismos seria atestada por Um que já estava entre eles, embora eles não o conhecessem, e asseverou: “Este é aquele que vem após mim, que é antes de mim, do qual eu não sou digno de desatar a correia da alparca.”⁵

O testemunho de João, de que Jesus era o Redentor do mundo, foi declarado tão intrepidamente quanto o fora sua mensagem da vinda iminente do Senhor. “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”, proclamou ele; e, para que ninguém deixasse de compreender sua identificação do Cristo, acrescentou: “Este é aquele do qual eu disse: Após mim vem um homem que é antes de mim, porque foi primeiro do que eu. E eu não o conhecia; mas, para que ele fosse manifestado a Israel, vim eu, por isso, batizando com água.”⁶ Que a confirmação da presença ministradora do Espírito Santo, através da aparição material “como uma pomba”, fora convincente para João, está demonstrado pelo seu posterior testemunho: “E João testificou, dizendo: Eu vi o Espírito descer do céu como pomba, e repousar sobre ele. E eu não o conhecia, mas o que me mandou a batizar com água, esse me disse: Sobre aquele que vires descer o Espírito, e sobre ele repousar, esse é o que batiza com o Espírito Santo. E eu vi, e tenho testificado que este é o Filho de Deus.”⁷ No dia subsequente ao deste pronunciamento, João repetiu seu testemunho a dois de seus discípulos ou seguidores, ao ver Jesus passar, dizendo novamente: “Eis o Cordeiro de Deus.”⁸

Os primeiros discípulos de Jesus²

Dois dos seguidores de João Batista, especificamente denominados discípulos, estavam com ele, quando, pela segunda vez, designou expressamente a Jesus como o Cordeiro de Deus. Eram eles André e João; este último veio a ser conhecido, anos mais tarde, como o autor do quarto Evangelho. O primeiro é mencionado pelo nome, enquanto o narrador suprime seu próprio nome como o do segundo discípulo. André e João ficaram tão impressionados com o testemunho de João Batista, que imediatamente seguiram a Jesus; e este, voltando-se para eles, perguntou: “Que buscais?” Talvez algo embaraçados pela pergunta ou com um desejo real de saber onde encontrá-lo mais tarde, eles responderam com outra pergunta: “Rabi, onde moras?” O uso do título Rabi era um sinal de honra e respeito, a que Jesus não objetou. Sua resposta cortês a essa pergunta assegurou-lhes que sua presença não era uma intrusão indesejável. “Vinde e vede”, disse ele.¹⁰ Os dois jovens seguiram-no e permaneceram com ele para aprender mais. André, cheio de admiração e alegria, ante a entrevista tão graciosamente concedida, e emocionado com o espírito de testemunho que se havia acendido em sua alma, correu a procurar seu irmão Simão, a quem disse: “Achamos o Messias.” Ele trouxe Simão para ver e ouvir por si mesmo; e Jesus, olhando para o irmão de André, chamou-o pelo nome e acrescentou um apelativo de distinção, pelo qual ele estava destinado a ser conhecido em toda a história posterior: “Tu és Simão, filho de Jonas; tu serás chamado Cefas.” O novo nome assim conferido é o equivalente aramaico ou siro-caldaico do grego “Petros” e do português atual “Pedro”, que significa “uma pedra”.¹¹

No dia seguinte Jesus partiu para a Galiléia, possivelmente acompanhado de alguns ou de todos os Seus novos discípulos, e no caminho encontrou um homem chamado Filipe, em quem reconheceu outro filho escolhido de Israel. A Filipe Ele disse: “Segue-me.” Era costume os rabis e outros mestres daquele tempo lutarem para conseguir popularidade, a fim de que muitos fossem atraídos a eles, para se sentarem a seus pés e serem conhecidos como seus discípulos. Jesus, entretanto, selecionou Seus próprios companheiros imediatos e, à medida que os encontrava e discernia neles os espíritos que, no estado preexistente, haviam sido escolhidos para a missão terrena do apostolado, chamava-os. Aqueles eram os servos; Ele, o Senhor.¹²

Filipe logo encontrou seu amigo Natanael, a quem testificou que aquele sobre quem Moisés e os profetas haviam escrito, fora finalmente encontrado; e que não era outro senão Jesus de Nazaré. Natanael, como sua história posterior o demonstra, era um homem justo, fervoroso em sua esperança e expectativa do Messias, ainda que aparentemente imbuído da crença comum do judaísmo — de que o Cristo deveria vir em realeza, como seria próprio ao Filho de Davi. A menção do filho de um humilde carpinteiro, vindo de Nazaré, despertou assombro, senão incredulidade na mente sincera de Natanael, e ele exclamou: “Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?” Filipe respondeu com uma repetição das palavras de Cristo a André e João — “Vem e vê.” Natanael abandonou seu assento sob a figueira,¹³ onde Filipe o havia encontrado, e foi

ver por si mesmo. Ao aproximar-se, Jesus disse: “Eis aqui um verdadeiro israelita, em quem não há dolo.” Natanael viu que Jesus podia ler sua mente e inquiriu surpreso: “Donde me conheces tu?” Em resposta, Jesus demonstrou poderes ainda maiores de entendimento e percepção, sob condições que tornavam o fato comum improvável, senão impossível: “Antes que Filipe te chamasse, te vi eu estando tu debaixo da figueira.” Natanael replicou com convicção: “Rabi, tu és o Filho de Deus, tu és o Rei de Israel.” Embora sincero fosse seu testemunho, ele ainda se apoiava essencialmente em seu reconhecimento do que tomara por um poder sobrenatural em Jesus; nosso Senhor assegurou-lhe que haveria de ver coisas maiores ainda: “E disse-lhe: Na verdade, na verdade vos digo que daqui em diante vereis o céu aberto, e os anjos de Deus subirem e descerem sobre o Filho do Homem.”

“O Filho do Homem”

Na promessa e predição feita por Cristo a Natanael, encontramos o significativo título — O Filho do Homem — mencionado pela primeira vez, cronologicamente falando, no Novo Testamento. Ele reaparece, no entanto, cerca de quarenta vezes, excluindo-se repetições em relatos paralelos, nos diversos Evangelhos. Em cada uma dessas passagens, é empregado pelo Salvador distintamente para designar a Si próprio. Em três outras circunstâncias, o título aparece no Novo Testamento, fora dos Evangelhos; e em cada um dos casos, aplica-se ao Cristo com referência específica a Seus elevados atributos de Senhor e Deus.¹⁴

No Velho Testamento, a frase “filho do homem” aparece em uso comum, denotando qualquer filho humano;¹⁵ e aparece mais de noventa vezes como apelativo pelo qual Jeová Se dirige a Ezequiel, conquanto nunca aplicado pelo profeta a si mesmo.¹⁶ O contexto das passagens, nas quais Ezequiel é denominado “filho do homem”, indica o divino intento de realçar a condição humana do profeta, em contraste com a divindade de Jeová.

O título é empregado no registro da visão de Daniel,¹⁷ na qual se revelou a consumação, ainda futura, quando Adão — O Ancião de Dias — se sentará para julgar sua posteridade;¹⁸ nessa grande ocasião, o Filho do Homem deverá aparecer e receber um domínio que será eterno, transcendentemente superior ao do Ancião de Dias, abrangendo todo povo e nação, os quais servirão todos ao Senhor, Jesus Cristo, o Filho do Homem.¹⁹

Aplicando a designação a Si mesmo, o Senhor invariavelmente, usa o artigo definido. “O Filho do Homem” foi e é, específica e exclusivamente, Jesus Cristo. Conquanto seja objeto de solene certeza ter sido Ele o único ser humano desde Adão a não nascer de um homem mortal, Jesus empregava o título de forma a demonstrar conclusivamente que o mesmo era característica e exclusivamente Seu. É evidente que a expressão contém um significado, além daquele transmitido pelas palavras em seu uso comum. A eminente designação tem sido interpretada por muitos como indicativa

do humilde estado de nosso Senhor como mortal, contendo a implicação de que Ele simboliza a humanidade, possuindo uma relação particular e única com toda a família humana. Existe, entretanto, um significado mais profundo ligado ao emprego do título “O Filho do Homem” pelo Senhor; e reside no fato de que Ele sabia ser Seu Pai o único Homem supremamente exaltado,²⁰ de quem Jesus era Filho tanto em espírito como em corpo — o Primogênito de todos os filhos espirituais do Pai, o Unigênito na carne — e portanto, num sentido aplicado apenas a Si próprio, Ele era e é o Filho do “Homem de Santidade”, Eloim²¹, o Pai Eterno. Em Seus títulos característicos de Filiação, Jesus expressou Sua descendência física e espiritual e Sua submissão filial àquele Pai exaltado.

Conforme foi revelado a Enoque, o vidente, “Homem de Santidade” é um dos nomes pelos quais Deus, o Pai Eterno, é conhecido; “e o nome do seu Unigênito é Filho do Homem, sim Jesus Cristo.” Inteiramo-nos, além disso, de que o Pai de Jesus Cristo assim se proclamou a Enoque: “Eis que Eu sou Deus; Homem de Santidade é o meu nome; Homem de Conselho é o meu nome; e Infinito e Eterno é o meu nome também.”²² “O Filho do Homem” é em grande extensão sinônimo de “O Filho de Deus”, como título indicativo de divindade, glória e exaltação; pois o “Homem de Santidade”, de quem Jesus Cristo reverentemente reconhece ser Filho, é Deus, o Pai Eterno.

O Milagre de Caná na Galiléia

Logo após a chegada de Jesus à Galiléia, vamos encontrá-Lo com Seu pequeno grupo de discípulos numa festa de casamento em Caná, cidade vizinha de Nazaré. Sua mãe estava presente ao festim e, por alguma razão não esclarecida no relato de João²³, manifestou cuidado e responsabilidade pessoal quanto à questão de alimentar os convivas. Evidentemente, sua posição era diversa da de alguém que ali estivesse por simples convite. Se esta circunstância indica que o casamento era de um de Seus familiares imediatos ou de algum parente mais distante, não somos informados.

Era costume oferecerem nos esponsais abastança de vinho, produto puro e fraco dos vinhedos locais, que era a bebida de mesa comum na época. Nessa ocasião, o suprimento de vinho esgotou-se e Maria relatou o fato a Jesus. Disse Ele: “Mulher, que tenho eu contigo? ainda não é chegada a minha hora.” O termo “Mulher”, quando dirigido por um filho à sua mãe, pode soar a nossos ouvidos um pouco áspero, senão desrespeitoso; mas seu emprego era, na realidade, uma expressão de significado oposto.²⁴ Para todo filho, a mãe deve ser preeminentemente a mulher das mulheres; é ela a única mulher no mundo, a quem o filho deve sua existência terrena; e, conquanto o título mãe se aplique a toda mulher que tenha conquistado as honras da maternidade, para nenhum filho existe mais que uma mulher, a quem por direito natural ele possa dirigir-se com aquele título de reconhecimento respeitoso. Quando, nas últimas cenas tenebrosas de Sua experiência terrena, Cristo pendia da cruz em agonia mortal, olhou para Sua mãe, Maria, que chorava; e recomendou-a aos cuidados do amado apóstolo

João, com as palavras: “Mulher, eis aí o teu filho.”²⁵ Poder-se-ia supor que nesse momento supremo, o cuidado de nosso Senhor pela mãe, de quem estava para separar-Se pela morte, estivesse associado a outro sentimento que não o de honra, carinho e amor?²⁶

Contudo, Suas palavras a Maria nos esponsais poderiam ter encerrado uma suave advertência a respeito de sua posição como mãe de um Ser superior a ela própria, da mesma forma que, em ocasião anterior, quando ela O encontrara no templo, Jesus lhe havia indicado o fato de que sua jurisdição sobre Ele não era suprema. A forma pela qual Maria Lhe relatou a insuficiência de vinho, indicava, provavelmente, uma insinuação para que Ele fizesse uso de Seu poder sobre-humano, suprindo, assim, o necessário. Não era função de Maria dirigir ou mesmo sugerir o exercício do poder que lhe era inerente como Filho de Deus; este não havia sido herdado dela. “Que tenho eu contigo?” inquiriu Ele; e acrescentou: “Ainda não é chegada a minha hora.” Não encontramos aqui qualquer negação da capacidade de fazer aquilo que ela, evidentemente, desejava Dele, mas a implicação clara de que Ele agiria apenas quando a hora fosse propícia ao objetivo, e que Ele, não ela, deveria decidir quando aquela hora era chegada. Maria compreendeu sua intenção, pelo menos em parte, e contentou-se em instruir os empregados para que fizessem tudo o que Ele ordenasse. Aqui se evidencia, novamente, sua posição de responsabilidade e autoridade doméstica na reunião social.

A hora da intervenção logo chegou. Havia no local seis talhas;²⁷ Jesus instruiu os servos a enchê-las de água. Então, sem comando ou fórmula de invocação audível, segundo consta, Ele fez processar-se uma transmutação dentro das bilhas e, quando os servos se serviram delas, foi vinho e não água o que retiraram. Numa reunião social judaica, como eram estes esponsais, alguém, em geral um parente dos anfitriões ou outra pessoa digna da honra, era feito dirigente do festim ou, como dizemos hoje, presidente ou mestre de cerimônias. O novo vinho foi primeiramente servido a esse dirigente; e ele, chamando o noivo, que era o verdadeiro anfitrião, perguntou-lhe porque havia reservado seu melhor vinho para o fim, quando o costume era servir o melhor no princípio e só depois o inferior. O resultado imediato desta ocorrência, o primeiro dos milagres de nosso Senhor a receber menção, foi assim sucintamente registrado pelo inspirado evangelista: “Jesus principiou assim os seus sinais em Caná da Galiléia, e manifestou a sua glória; e os seus discípulos creram nele.”²⁸

As circunstâncias que cercaram o ato miraculoso são educativas. A presença de Jesus no casamento e Sua contribuição ao bom andamento da festa colocam o selo de Sua aprovação sobre as relações matrimoniais e a conveniência do entretenimento social. Ele não era um recluso nem um asceta; movia-Se entre os homens, comendo e bebendo como um ser normal.²⁹ Por ocasião da festa, reconheceu as demandas da hospitalidade liberal da época, e com elas concordou, provendo o que faltava. Ele, que poucos dias antes se havia revoltado com a sugestão do tentador, de que provesse pão para Seu próprio corpo enfraquecido, empregava agora o poder para fornecer um luxo

a outros. Um dos efeitos do milagre foi confirmar a confiança daqueles, cuja crença Nele, como o Messias, era ainda nova e não experimentada. “Seus discípulos creram Nele”; certamente, haviam crido até certo ponto anteriormente ou não O teriam seguido; mas essa crença estava agora fortalecida e se aproximava, se é que não alcançava, a condição de fé permanente em seu Senhor. É notável a relativa reserva de que se cercou a manifestação; o efeito moral e espiritual estendeu-se apenas a alguns; a inauguração do ministério do Senhor não devia ser marcada por exibição pública.

Milagres em Geral

O ato de transmutação, pelo qual a água se transformou em vinho, foi manifestamente um milagre, um fenômeno não suscetível de explicação e, menos ainda, de demonstração, através daquilo que consideramos a operação comum da lei natural. Esse foi o princípio de Seus milagres ou, como expressado na versão revista do Novo Testamento, de “seus sinais”. Em muitas Escrituras, milagres são chamados sinais, bem como maravilhas, poderes, obras, obras maravilhosas, obras poderosas³⁰ etc. O efeito espiritual dos milagres ficaria inatingido, se as testemunhas não fossem levadas a admirarem-se, maravilharem-se, ponderarem e inquirirem inferiormente; mera surpresa ou deslumbramento podem ser produzidos por artifícios e passes de mágica. Qualquer manifestação milagrosa de poder divino seria desprovida de efeito espiritual, se não causasse impressão. Ademais, todo milagre é um sinal do poder de Deus; e sinais foram reclamados de profetas que afirmavam falar por autoridade divina, conquanto não se manifestassem em todos os casos. Nenhum milagre foi atribuído a João Batista, apesar de ter sido declarado por Cristo, como mais do que um profeta,³¹ e as crônicas de alguns dos antigos profetas³² são destituídas de qualquer menção de milagres. Por outro lado, Moisés, quando comissionado para libertar Israel do Egito, foi cientificado de que os egípcios buscariam o testemunho de milagres, sendo dotado de abundantes poderes para realizá-los.³³

Os milagres não podem existir em contravenção à lei natural, mas são operados através da aplicação de leis não reconhecidas universal ou comumente. A gravitação é operante em toda parte, mas a aplicação local e especial de outras forças pode aparentemente, anu-lá-la, — como quando, por esforço muscular ou impulso mecânico, uma pedra é levantada do solo, mantida no ar ou lançada ao espaço. Em cada estágio do processo, no entanto, a gravidade está plenamente ativa, embora o seu efeito seja modificado pelo de outra energia, localmente superior. O conceito humano do miraculoso se desvanece à medida que a compreensão do processo operativo se amplia. Realizações possibilitadas pela moderna invenção do telégrafo e do telefone, com ou sem fio, a transmutação da energia mecânica em eletricidade, com suas múltiplas aplicações atuais e possibilidades futuras, o desenvolvimento do motor à gasolina, as presentes realizações da navegação aérea — não são mais milagres na concepção humana, porque são todos, até certo ponto, compreendidos, controlados pela ação do homem, sendo, além do mais, operados de maneira contínua e não prodigiosa. Nós,

arbitrariamente, classificamos de milagres apenas os fenômenos invulgares, especiais, transitórios, e operados por uma força além do controle humano.

Em um sentido mais geral, toda a natureza é um milagre. O homem aprendeu que, plantando a semente da uva em solo propício e cultivando-a devidamente, pode contribuir para o crescimento do que virá a ser uma vinha madura e frutífera; mas não haverá milagres, nos próprios processos inescrutáveis daquele desenvolvimento? Há menos de milagroso no que chamamos de curso natural do desenvolvimento de uma planta — o crescimento de raiz, caule, folhas e frutos, com a elaboração final do rico néctar da vinha — do que naquilo que parece sobrenatural na transmutação da água em vinho, em Caná?

No estudo dos milagres operados por Cristo, devemos necessariamente reconhecer a operação de um poder que transcende nossa atual percepção humana. Nesse campo, a ciência ainda não avançou o suficiente para analisar e esclarecer. Negar a realidade dos milagres, baseados em que, por não podermos compreender os meios, os resultados relatados são fictícios, é arrogar para a mente humana o atributo da onisciência, subentendendo-se que aquilo que o homem não pode compreender não pode existir e que, portanto, ele é capaz de compreender tudo o que existe. Os milagres registrados nos Evangelhos são tão plenamente apoiados pela evidência como o são muitos dos fatos históricos, que não provocam protestos nem exigências de provas adicionais. Para o que crê na divindade de Cristo, os milagres estão suficientemente evidenciados; para o descrente, não são mais que mitos e fábulas.³⁴

Para compreender as obras de Cristo, devemos reconhecê-Lo como Filho de Deus; para o homem que não aprendeu ainda a conhecer, a alma honesta que deseja investigar sobre o Senhor, o convite está pronto: “Vinde e vede.”

NOTAS DO CAPÍTULO 11

1. Interpretação errônea da Predição de Malaquias. — No capítulo final da compilação de escrituras conhecida como Velho Testamento, o profeta Malaquias assim descreve uma condição relativa aos últimos dias, imediatamente precedente à segunda vinda de Cristo: “Porque eis que aquele dia vem ardendo como fornalha; e todos os soberbos, e todos os que cometem impiedade, serão como palha; e o dia que está para vir os abrasará, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que lhes não deixará nem raiz nem ramo. Mas para vós, os que temeis o meu nome, nascerá o sol da justiça, e cura trará nas suas asas.” A fatídica profecia termina com a bendita e transcendental promessa: “Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor; E ele converterá o coração dos pais aos filhos, e o coração dos filhos a seus pais: para que eu não venha e fira a terra com maldição.” (Malaquias 4:1, 2, 5, 6). Sustentam teólogos e comentaristas bíblicos que esta predição se referia ao nascimento e ministério de João Batista (comparar com Mat. 11:14; 17-11; Marcos 9:11, Lucas 1:17), sobre quem estava o espírito e poder de Elias (Lucas 1:17). No entanto, não

temos registro de haver Elias, o profeta, ministrado a João e, além disso, o ministério deste, embora glorioso, não justifica concluirmos que nele a profecia tivesse encontrado sua plena realização. Acresce-se a isso, devemos lembrar, que a declaração do Senhor através de Malaquias, relativa ao dia ardente em que os iníquos seriam destruídos como palha, espera ainda seu cumprimento. É evidente, portanto, que a interpretação comumente aceita é faltosa e que devemos esperar, para uma data posterior à do ministério de João, o cumprimento das palavras proféticas de Malaquias. Essa data posterior chegou; ela pertence à atual dispensação e marca o início de uma obra especialmente reservada para a Igreja nestes últimos dias. No curso de uma gloriosa manifestação a Joseph Smith e Oliver Cowdery, no templo de Kirtland, Ohio, a 3 de abril de 1836, apareceu-lhes Elias, o profeta de outrora, que foi retirado da terra quando ainda na carne. Ele lhes declarou: “Eis que é chegado plenamente o tempo proferido pela boca de Malaquias — testificando que ele, [Elias, (o profeta)] seria enviado, antes que viesse o grande e terrível dia do Senhor — para voltar o coração dos pais para os filhos e os filhos para os pais a fim de que a Terra toda não seja ferida com uma maldição.— Portanto as chaves desta dispensação são confiadas a vossas mãos; e assim sabereis que o grande e terrível dia do Senhor está perto, sim, às portas (D&C 110:13-16.) Ver também “*A Casa do Senhor*”, pp. 82-83.

2. O Sinal da Pomba — “João Batista... teve o privilégio de contemplar o Espírito Santo descendo na forma de uma pomba, ou melhor, no sinal da pomba, em testemunho daquela ministração. O sinal da pomba foi instituído antes da criação do mundo, como testemunho do Espírito Santo, e o demônio não pode vir nesse sinal. O Espírito Santo é uma pessoa e existe na forma de uma pessoa. Ele não se confina à *forma* da pomba, mas ao *sinal* da pomba. O Espírito Santo não pode ser transformado numa pomba, mas tal sinal foi dado a João para atestar a veracidade do fato, sendo a pomba um símbolo ou sinal de verdade e inocência.” — De um sermão de Joseph Smith, “*History of the Church*”, vol. 5, pp. 260-261.

3. O Testemunho de João Batista. — Observe-se que o testemunho de João Batista quanto à divindade da missão de Cristo, é registrado como posterior ao período dos quarenta dias de jejum e tentação de nosso Senhor, datando, portanto, de aproximadamente seis semanas após o batismo de Jesus. À delegação de sacerdotes e levitas do grupo farisaico que o visitou por ordem de seus príncipes, provavelmente por designação do Sinédrio, João, após negar que fosse o Cristo ou qualquer dos profetas especificados no inquérito, disse: “No meio de vós está um a quem vós não conheceis; este é aquele que vem após mim, que foi antes de mim”. No dia seguinte e novamente no dia que se seguiu àquele, João prestou testemunho público de Jesus como o Cordeiro de Deus; e no terceiro dia após a visita dos sacerdotes e levitas a João, Jesus iniciou Sua jornada para a Galiléia (João 1:19-43).

O emprego feito por Ele da expressão “Cordeiro de Deus” implica em Seu conceito do Messias, como sendo o que foi designado para o sacrifício, e seu uso do termo é a primeira menção encontrada na Bíblia. Para posteriores aplicações bíblicas,

diretas ou subentendidas, ver Atos 8:32, I Pedro 1:19: Apoc. 5:6, 8, 12, 13; 6:1, 16; 7:9, 10, 17; etc.

4. “Vinde e vede”. — O espírito do convite de nosso Senhor aos jovens perquiridores da verdade, André e João, é manifesto num privilégio semelhante, estendido a todos. O homem que quiser conhecer Cristo deve vir a Ele, para ver e ouvir, para sentir e conhecer. Os missionários podem levar as boas novas, a mensagem do Evangelho, mas a aceitação deve ser individual. Estais em dúvida quanto ao que significa a mensagem hoje? Então vinde e vede por vós mesmos. Quereis saber onde o Cristo pode ser encontrado? Vinde e vede.

5. O Pai Eterno, um Ser Ressurreto o Exaltado. — “Como o Pai tem poder em Si mesmo, assim tem o Filho poder em Si mesmo, para entregar Sua vida e tornar a tomá-la, e assim possuir Seu próprio corpo. O Filho faz o que viu fazer o Pai: portanto, o Pai um dia entregou Sua vida e retomou-A novamente; assim sendo, tem um corpo que é Seu; cada um estará em Seu próprio corpo.” — Joseph Smith; ver *“History of the Church”*, vol. 5 p. 426.

“O próprio Deus foi um dia como somos agora; e é um Homem exaltado e assenta-se, entronizado, nos altos céus! Este é o grande segredo. Se o véu se rompesse hoje, e o Grande Deus, que sustém este mundo em sua órbita e mantém todos os mundos e todas as coisas por Seu poder, se fizesse visível, — eu digo, se vos fosse possível vê-Lo hoje, haveríeis de vê-Lo sob a forma de um homem — como vós próprios, na pessoa, imagem e forma de um homem; pois Adão foi criado na própria forma, imagem e semelhança de Deus e recebeu instrução, caminhou e conversou com Ele, como um homem fala e comunica-se com outro.” — Joseph Smith, ver *Compendium*, p. 190.

6. Vasos para Cerimonial de Purificação. — Na casa de Caná havia, em local especialmente reservado, seis talhas de pedra “para as purificações dos judeus.” Vasos de água eram providos como ordem estabelecida nos lares judeus, para facilitar as abluções cerimoniais requeridas pela lei. Dessas talhas ou vasos, a água era retirada segundo as necessidades: tratava-se de reservatórios para suprimento, não de vasilhas empregadas para as próprias abluções.

7. “A Atitude da Ciência em Relação aos Milagres” é objeto de um valioso artigo pelo Prof. H. L. Orchard, publicado no *“Journal of the Transactions of the Victoria Institute, or Philosophical Society of Great Britain”*, 1910, vol. 42, pp. 8-122. Esse artigo recebeu um prêmio em 1909. Após um extenso tratamento analítico do assunto, o autor apresenta o seguinte resumo com o qual concordaram aqueles que participaram das discussões subseqüentes: “Nós aqui completamos nossa investigação científica dos Milagres Bíblicos. Ela abrangeu (1) *anatureza* do fenômeno; (2) as *condições* sob as quais alega-se tenha o mesmo ocorrido; (3), o caráter do *testemunho* quanto a sua ocorrência. A questão: — Foram prováveis os milagres bíblicos? a ciência responde afirmativamente. À pergunta posterior — Teriam realmente ocorrido? a resposta da ciência é novamente e de maneira muito enfática,

afirmativa. Se os assemelharmos ao ouro, ela fez seus ensaios e declara que o ouro é puro. Ou podem os milagres bíblicos ser comparados a um fio de pérolas. Se a ciência procura saber se as pérolas são genuínas, pode aplicar testes químicos e de outra natureza ao exame de sua *qualidade*; ela pode pesquisar as *condições e circunstâncias* em que tais pérolas foram encontradas. Foram inicialmente achadas numa ostra ou em algum laboratório industrial? Ela pode também investigar o *testemunho dos peritos*. Se o resultado de qualquer destes testes firmar sua veracidade, a ciência demorará a declará-las “imitação”; se todos os resultados comprovarem sua autenticidade, a ciência terá dificuldade em acreditar que sejam artificiais. Este, como vimos, é o caso dos milagres bíblicos. A ciência afirma, portanto, a *realidade de sua ocorrência*.

8. O Testemunho de Milagres. — A promessa do Salvador, nos dias antigos (Marcos 16:17-18) como na presente dispensação (D&C 84:65-73) é explícita, quanto ao fato de que dons específicos do Espírito seguirão o que crer, indicando assim o favor divino. A posse e exercício de tais dons pode ser tomada, então, como traço essencial da Igreja de Cristo. No entanto, não somos justificados em considerar a evidência de milagres como testemunho infalível de autoridade dos céus: por outro lado, as Escrituras fornecem prova abundante de que poderes espirituais de natureza inferior têm operado milagres e continuarão a fazê-lo, para enganar os muitos que não possuem discernimento. Se os milagres forem aceitos como evidência infalível de poder divino os magos do Egito, através das maravilhas que obraram em oposição ao plano ordenado de libertação de Israel, têm tanto direito a nosso respeito como o tem Moisés (Êxo. 7:11). João, o Revelador, viu em visão um poder iníquo operando milagres e, com isso, enganando a muitos, realizando grandes maravilhas e até trazendo fogo dos céus (Apoc. 13:11-18). E viu ele, novamente, três espíritos imundos, os quais sabia serem ‘espíritos de demônios, obrando prodígios’ (Apoc. 16:13-14). Consideremos igualmente a profecia do Senhor: ‘Porque surgirão falsos “Cristos” e falsos profetas, e farão tão grandes sinais e prodígios, que, se possível fora, enganariam até os escolhidos’ (Mat. 24:24). A invalidade dos milagres, como prova de retidão, é indicada numa declaração de Jesus Cristo sobre os eventos do grande julgamento: ‘Muitos me dirão naquele dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? e em teu nome não expulsamos demônios? e em teu nome não fizemos muitas maravilhas? E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci: apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade’ (Mat. 7:22-23). Os judeus, a quem foram dados esses ensinamentos, sabiam que se podiam efetuar maravilhas por poderes malignos, pois acusaram Cristo de obrar milagres pela autoridade de Belzebu, príncipe dos demônios (Mat. 12:22-30; Marcos 3:22; Lucas 11:15). — De “*Regras de Fe*”, do mesmo autor, cap, 12.

CAPÍTULO 12

OS PRIMEIROS INCIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR

A Primeira Purificação do Templo

Logo após a festividade das bodas de Caná, Jesus, acompanhado por Seus discípulos, bem como por Sua mãe e outros membros da família, foi para Capernaum, cidade aprazivelmente situada na extremidade norte do Mar da Galiléia ou Lago de Genesaré¹ e palco de muitas das obras miraculosas de nosso Senhor; na verdade, tornou-se conhecida como Sua própria cidade.² Devido à descrença de seu povo, veio a ser motivo de lamentação para Jesus, quando, com tristeza, prenunciou o julgamento que cairia sobre o lugar.³ A localização exata da cidade é, atualmente, desconhecida. Nessa ocasião, Jesus permaneceu poucos dias em Capernaum, pois o tempo da Páscoa anual se avizinhava e, de acordo com a lei e costumes judaicos, seguiu para Jerusalém.

Os Evangelhos sinóticos,⁴ que se devotam primariamente aos trabalhos de Jesus na Galiléia, não mencionam Seu comparecimento às comemorações pascais entre Seu décimo segundo ano de vida e o tempo de Sua morte; somente a João devemos o registro dessa visita, no início do ministério público de Cristo. Não é improvável que Jesus tenha estado presente a outras Páscoas durante os dezoito anos sobre os quais os evangelistas mantêm completo e reverente silêncio; mas em nenhuma dessas visitas anteriores, não tendo trinta anos de idade, poderia ter assumido o direito ou privilégio de um mestre, sem infringir os costumes estabelecidos.⁵ Merece nossa atenção o fato de que, nessa primeira aparição registrada de Jesus no templo, subsequente à Sua visita como menino, retomasse Ele a “obra de seu Pai” em que estivera ocupado antes. Havia sido no serviço de Seu Pai que Ele fora encontrado em discussão com os doutores da lei,⁶ e pela causa de Seu Pai era impelido à ação nessa ocasião posterior.

A numerosa e heterogênea assistência presente à celebração da Páscoa já foi mencionada anteriormente;⁷ alguns dos costumes impróprios que então prevaleciam devem ser mantidos em mente. A Lei de Moisés fora suplementada por um rol cumulativo de regras e os requisitos rigidamente impostos, relativos a sacrifícios e tributo, haviam dado origem a um sistema de venda e troca dentro dos recintos sagrados da Casa do Senhor. Nos pátios externos havia estábulos de bois, apriscos de ovelhas, gaiolas de pombas e rolas; e o mérito cerimonial dessas vítimas de sacrifício era apregoado em altas vozes pelos comerciantes, que exigiam por elas alto preço. Era costume também pagar-se nessa ocasião o tributo anual do santuário — a oferta de resgate exigida de todo varão em Israel, no montante de meio siclo⁸ para cada um, independente de sua relativa pobreza ou opulência. Isso devia ser pago “segundo o

ciclo do santuário”, restrição essa que, segundo determinação dos rabis, significava pagamento em moedas do templo. Dinheiro comum, cujas variedades ostentavam efigies e inscrições de origem pagã, não era aceitável e, como resultado, cambistas procediam a um próspero comércio na área do templo.

Justamente indignado com o que contemplava, zeloso da santidade da Casa de Seu Pai, Jesus propôs-Se a purificar o local;⁹ e, não Se detendo em argumentações, recorreu à força física, chegando quase à violência — única forma de linguagem figurativa que aqueles comerciantes corruptos podiam compreender. Improvisando apressadamente um chicote de cordéis, vibrou-o ao redor, libertando e expulsando ovelhas, bois e traficantes humanos, virando as mesas dos cambistas e espalhando seus heterogêneos acúmulos de moedas. Com terna consideração pelas aves cativas e indefesas, evitou molestar suas gaiolas, mas a seus proprietários disse: “Tirai daqui estas”; e a todos os cúpidos mercadores bradou uma ordem que os fez estremecer: “Não façais da casa de meu Pai casa de venda”. Seus discípulos viram no incidente o cumprimento do salmo: “O zelo da tua casa me devorou”.¹⁰

Os judeus, por cujo termo designamos os sacerdotes e príncipes do povo, não ousaram protestar contra essa vigorosa ação, imputando-a como injusta; sendo versados na lei, reconheceram-se culpados de corrupção, avareza, e responsabilidade pessoal pela profanação do templo. Que os recintos sagrados necessitavam penosamente de uma purificação, todos reconheciam; o único ponto sobre o qual ousaram questionar foi o fato de ter Ele tomado para Si a execução daquilo que lhes competia fazer. Praticamente se submeteram a Sua enérgica intervenção como à de alguém cuja possível investidura de autoridade poderiam ainda ser compelidos a reconhecer. Sua submissão baseava-se no medo e este, por sua vez, em suas consciências culpadas. Cristo prevaleceu sobre aqueles judeus negociatas por virtude do eterno princípio de que o certo é mais poderoso que o errado, e pelo fato psicológico de que a consciência da culpa rouba ao contraventor a sua coragem, quando a iminência da justa retribuição se evidencia a sua alma.¹¹ Ainda assim, temerosos de que provasse ser um profeta dotado de poder, o que nenhum sacerdote ou rabi então existente professara ser, timidamente solicitaram credenciais de Sua autoridade — “Mestre, quiséramos ver da tua parte algum sinal?” Laconicamente, e com escasso respeito por esta solicitação, tão comum por parte dos iníquos e adúlteros,¹² Jesus replicou: “Derribai este templo, e em três dias o levantarei.”¹³

Cegos por sua própria astúcia, relutantes em reconhecer a autoridade do Senhor, e ainda temerosos da possibilidade de que se estivessem opondo a alguém que agia por direito, os perturbados oficiais acharam que as palavras de Jesus se referiam ao imponente templo de alvenaria, dentro de cujas paredes se encontravam. Armaram-se de coragem; esse estranho galileu, que abertamente insultava sua autoridade, falava irreverentemente do templo, expressão visível da profissão que tão orgulhosamente ostentavam em palavras — que eram os filhos do convênio, adoradores do Deus vivo e verdadeiro, e, portanto, superiores a todos os povos gentios e pagãos. Com aparente

indignação, retorquiram: “Em quarenta e seis anos foi edificado este templo, e tu o levantarás em três dias?”¹⁴ Embora frustrados no desejo de suscitar a indignação popular contra Jesus nessa ocasião, os judeus recusaram-se a esquecer ou perdoar Suas palavras. Quando posteriormente, como indefeso prisioneiro, era submetido a um simulacro ilegal de julgamento, ante uma corte impugnada pelo pecado, o pior perjúrio pronunciado contra Ele foi o das falsas testemunhas que afirmaram: “Nós ouvimos-lhe dizer: Eu derrubarei este templo, construído por mãos de homens, e em três dias edificarei outro, não feito por mãos de homens.”¹⁵ E, enquanto pendia da cruz em agonia mortal, os escarnecedores que ali passavam meneavam a cabeça e zombavam do Cristo agonizante, dizendo: “Ah! tu que derrubas o templo, e em três dias o edificas, salva-te a ti mesmo, e desce da cruz.”¹⁶ E, no entanto, suas palavras aos judeus que haviam exigido as credenciais de um sinal, não tinham tido qualquer relação com o colossal templo de Herodes, mas com o santuário de seu próprio corpo, no qual, mais literalmente que no Santo dos Santos edificado por mãos humanas, habitava o Espírito sempre vivo do Deus Eterno. “O Pai está em mim” era Sua doutrina.¹⁷

“Ele falava do templo do seu corpo”, o verdadeiro tabernáculo do Altíssimo.¹⁸ Esta referência à destruição do templo de Seu corpo, e à renovação do mesmo depois de três dias, é a primeira predição de que temos registro, concernente à Sua morte e ressurreição já determinadas. Mesmo os discípulos não compreenderam o profundo significado daquelas palavras até depois da ressurreição Dele dentre os mortos; então, lembraram-se e entenderam. Os sacerdotes judeus não eram tão ignorantes como aparentavam ser, pois encontrámo-los na presença de Pilatos, enquanto o corpo do Cristo crucificado jazia na tumba, dizendo: “Senhor, lembramo-nos de que aquele enganador, vivendo ainda, disse: “Depois de três dias ressuscitarei”.¹⁹ Embora tenhamos registro de várias passagens em que Cristo afirma que haveria de morrer e no terceiro dia levantar-Se novamente, as mais evidentes dessas declarações foram feitas aos apóstolos, e não abertamente ao público. É quase certo que os judeus que se entrevistaram com Pilatos, tinham em mente a declaração de Jesus naquela ocasião em que, perplexos, assistiram à purificação dos pátios do templo.²⁰

Um feito como esse, de desafiar os costumes sacerdotais e purificar os limites do templo pela força, não poderia deixar de impressionar, com efeitos variados, as pessoas presentes às festividades; e estas, retornando a seus lares em províncias longínquas e distantes umas das outras, difundiram a fama do corajoso Profeta galileu. Muitos em Jerusalém creram Nele então, principalmente porque eram atraídos pelos milagres que obrava; mas Ele recusou-Se a “confiar neles”, conhecendo o fundamento inseguro de sua fé. A adulação popular era estranha ao Seu propósito; não desejava um séquito variado, mas sim reunir ao Seu redor aqueles que recebessem do Pai um testemunho de Sua missão messiânica. “A todos conhecia, e não necessitava de que alguém testificasse do homem, porque ele bem sabia o que havia no homem.”²¹

O incidente da enérgica purificação do templo contradiz o tradicional conceito segundo o qual Cristo era tão dócil e Sua conduta tão pouco positiva, a ponto de parecer

um efeminado. Dócil Ele era, e paciente na aflição; misericordioso e longânimo para com aqueles que se arrependiam, mas severo e inflexível em presença da hipocrisia, e inclemente na denúncia aos pecadores impenitentes. Sua disposição adaptava-se às situações com que se defrontava no momento; ternas palavras de encorajamento ou ardentes expressões de justa indignação fluíam com a mesma espontaneidade de Seus lábios. Sua natureza não era uma concepção poética de querubínica e permanente doçura, mas a natureza de um Homem, com as emoções e paixões essenciais à condição de homem. Ele, que várias vezes chorou de compaixão, em outras ocasiões manifestou, em palavras e atos, a justa ira de um Deus. Contudo, todas as Suas paixões, por mais serenas ou violentas que fossem, Ele é que as dominava. Compare-se o manso Jesus prestando serviços de hospitalidade para suprir as necessidades de uma reunião festiva em Caná, ao Cristo indignado, vibrando seu azorrague e, em meio à comoção e tumulto por Ele próprio provocados, expulsando gado e homens diante de Si, como um rebanho impuro.

Jesus e Nicodemos²²

Que os maravilhosos feitos de Cristo, na ocasião dessa Páscoa memorável, haviam levado alguns dos eruditos, além de muitos dentre o povo comum, a crer Nele, evidencia-se pelo fato de que Nicodemos, que era fariseu na fé, e um dos mais ilustres príncipes dos judeus, tenha vindo com a missão de o interrogar. É significativa a circunstância de que essa visita tenha sido feita à noite. Aparentemente, o homem foi impelido por um desejo genuíno de saber mais sobre o galileu cujas obras não podiam ser ignoradas, embora o orgulho do ofício e o medo de uma possível suspeita de que se houvesse unido ao novo Profeta, o tenham levado a cercar seu ato de reserva.²³ Dirigindo-se a Jesus pelo título que ele próprio ostentava, e que considerava honroso e respeitável, disse: “Rabi, bem sabemos que és Mestre, vindo de Deus; porque ninguém pode fazer estes sinais que tu fazes, se Deus não for com ele.”²⁴ Se o emprego do pronome plural “nós” indica que havia sido enviado pelo Sinédrio, ou pela sociedade dos fariseus — cujos membros estavam acostumados a assim se expressar, como representantes da ordem — ou se o mesmo foi empregado no sentido retórico, indicando apenas a si mesmo, não é importante. Ele reconheceu Jesus como um “mestre vindo de Deus” e apresentou razões pelas quais assim o considerava. Por mais débil que fosse a fé que talvez se agitasse no coração do homem, baseava-se na evidência de milagres, apoiada apenas pelo efeito psicológico de sinais e maravilhas. Devemos conceder-lhe crédito, portanto, pela sinceridade e pureza de propósito.

Sem esperar por perguntas específicas, “Jesus respondeu, e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus.” Nicodemos parece ter ficado perplexo; perguntou como era possível tal rejuvenescimento. “Como pode um homem nascer, sendo velho? Pode porventura tornar a entrar no ventre de sua mãe, e nascer?” Não fazemos a Nicodemos nenhuma injustiça, presumindo que ele, como rabi, homem versado nas Escrituras, deveria ter

sabido que as palavras de Jesus tinham um outro significado que não o de um nascimento mortal tomado literalmente. Ademais, fosse possível a um homem nascer completamente na carne uma segunda vez, como tal nascimento o beneficiaria em seu progresso espiritual? Seria apenas um reingresso no estágio da existência física, e não uma melhora. O homem sabia que o símbolo de um novo nascimento era comum nos ensinamentos da época. Todos os prosélitos do judaísmo eram considerados, ao tempo de sua conversão, como recém-nascidos.

A surpresa manifestada por Nicodemos foi, provavelmente, devida, pelo menos em parte, à universalidade do requisito como enunciado por Cristo. Estariam incluídos os filhos de Abraão? O tradicionalismo de séculos opunha-se a tal conceito. Os pagãos tinham que nascer de novo através de uma aceitação formal do judaísmo, se desejavam tornar-se participantes, mesmo que em pequena escala, das bênçãos que pertenciam por herança à Casa de Israel; mas Jesus parecia tratar a todos igualmente, judeus e gentios, hereges idólatras e o povo que, com seus lábios, pelo menos, chamava Jeová, Deus.

Jesus repetiu a declaração, e com vigor, reforçando com o expressivo “Na verdade, na verdade”, a maior lição que jamais chegara aos ouvidos desse príncipe de Israel: “Na verdade, na verdade, te digo que aquele que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus.” Que o novo nascimento, declarado absolutamente essencial como requisito para entrada no reino de Deus, aplicável a todo homem, sem limites ou qualificativos, era uma regeneração espiritual, foi em seguida explicado ao atônito rabi: “O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te maravilhes de te ter dito: Necessário vos é nascer de novo.” Contudo ainda ponderava o letrado judeu, não logrando compreender. Possivelmente naquele momento se ouviu o som da brisa noturna; se assim foi, Jesus nada mais fez do que utilizar o incidente como o faria um hábil mestre para incutir uma lição, quando prosseguiu: “O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito.” Numa alocução clara, foi dado a compreender a Nicodemos que seu conhecimento mundano e posição profissional de nada lhe adiantavam no esforço de entender as coisas de Deus; através do sentido físico da audição, ele sabia que o vento soprara; pela visão, podia ser informado de sua passagem; e, no entanto, que sabia ele sobre a causa básica deste fenômeno? Para que Nicodemos fosse realmente instruído em questões espirituais, teria que despojar-se dos preconceitos advindos do conhecimento que professava ter sobre as coisas menos importantes.

Conquanto fosse um rabi e membro eminente do Sinédrio, ali, na humilde pousada do carpinteiro da Galiléia, estava em presença de um Mestre. Na perplexidade da ignorância, perguntou: “Como pode ser isso?” A réplica deve ter sido humilhante para o homem: “Tu és mestre de Israel, e não sabes isto?” Obviamente, certo conhecimento de alguns dos princípios fundamentais do Evangelho já estivera ao seu alcance; Nicodemos foi censurado por sua falta de conhecimento, particularmente por ser um

mestre do povo. Nosso Senhor, então, bondosamente esclareceu mais amplamente, testificando que falava com conhecimento absoluto, baseado no que tinha visto, enquanto Nicodemos e seus companheiros se recusavam a aceitar o testemunho de suas palavras. Além disso, Jesus asseverou ser sua missão a do Messias e, especificamente, predisse Sua morte e a natureza da mesma — que Ele, o Filho do Homem, devia ser levantado da mesma forma que Moisés levantara a serpente no deserto como um símbolo pelo qual Israel poderia escapar à praga fatal.²⁵

O propósito da morte predeterminada do Filho do Homem era: “Que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”; pois, com este fim, e por Seu ilimitado amor pelo homem, tinha o Pai dedicado Seu Filho Unigênito. E, ainda mais, conquanto fosse verdade que, em Seu advento mortal, o Filho não tivesse vindo para sentar-Se como juiz, mas para ensinar, persuadir e salvar, ainda assim a rejeição daquele Salvador resultaria em segura condenação, pois a luz chegara e os iníquos evitavam a luz, odiando-a por preferirem a escuridão, na qual esperavam esconder seus atos malignos. Talvez aqui, novamente, Nicodemos tenha experimentado uma pontada na consciência, pois não temera ele vir às claras, preferindo a escuridão para sua visita? As palavras finais de nosso Senhor foram um misto de instrução e censura: “Mas quem pratica a verdade vem para a luz, a fim de que as suas obras sejam manifestas, porque são feitas em Deus.”

A narrativa desta entrevista entre Nicodemos e o Cristo constitui uma de nossas mais instrutivas e preciosas Escrituras relativas à absoluta necessidade de submissão sem reservas às leis e ordenanças do evangelho, como meio indispensável de salvação. Fé em Jesus Cristo como o Filho de Deus, por meio de quem, unicamente, os homens podem obter vida eterna; o abandono do pecado, deixando resolutamente a densa treva do mal e voltando-se para a luz salvadora da retidão; o requisito incondicional de um novo nascimento através do batismo na água, e este necessariamente pelo método da imersão, uma vez que, por outra forma, o símbolo do nascimento seria inexpressivo; e a consumação do novo nascimento através do batismo pelo Espírito — todos estes princípios são aqui ensinados com tal simplicidade e clareza, que não deixam margem a qualquer alegação de ignorância por parte do homem.

Se Jesus e Nicodemos foram as únicas pessoas presentes a essa entrevista, João, o escritor, deve ter sido informado sobre ela por um dos dois. Como João foi um dos primeiros discípulos, e posteriormente um dos apóstolos, e como se caracterizou no grupo apostólico por sua intimidade com o Senhor, é muito provável que tenha ouvido o relato dos lábios de Jesus. O propósito de João foi, evidentemente, de registrar a grande lição do episódio, de preferência a relatar a história circunstancial. O registro principia e se encerra com igual brusquidão; incidentes sem importância são omitidos; cada linha é significativa; o autor percebeu plenamente o alcance profundo do assunto e tratou-o da maneira devida. Menção posterior a Nicodemos tende a confirmar a avaliação do homem, como ele se apresenta neste encontro com o Cristo — alguém consciente de uma crença em Cristo, crença essa, entretanto, que nunca se desenvolveu

até o tipo de fé genuína e vigorosa que impele à aceitação e à concordância, independentemente de preço ou conseqüências.²⁶

Da Cidade ao Campo

Deixando Jerusalém, Jesus e Seus discípulos dirigiram-se às áreas rurais da Judéia e lá permaneceram, indubitavelmente pregando conforme a oportunidade se apresentava ou era provocada; e os que Nele criam eram batizados.²⁷ O aspecto preponderante de Seus primeiros pronunciamentos públicos foi o mesmo de Seu precursor no deserto: “Arrependei-vos, porque é chegado o reino dos céus.”²⁸ João Batista continuara seu trabalho, embora, naturalmente, desde que reconhecera Aquele Maior cuja vinda fora enviado a preparar, tivesse considerado diferentemente o significado do batismo que administrava. A princípio, batizava em preparação para Aquele que haveria de vir; agora, batizava crentes arrependidos naquele que viera.

Haviam surgido disputas entre alguns seguidores ardorosos de João e um ou mais judeus,²⁹ a respeito da doutrina da purificação. O contexto³⁰ deixa pouca margem à dúvida de que estavam em questão os méritos relativos ao batismo de João e o administrado pelos discípulos de Jesus. Com desculpável ardor e bem intencionado zelo por seu mestre, os discípulos de João, que tinham estado envolvidos na disputa, foram ter com Ele, dizendo: “Rabi, aquele que estava contigo além do Jordão, do qual tu deste testemunho, ei-lo batizando, e todos vão ter com ele.” Os adeptos de João estavam preocupados com o sucesso daquele a quem consideravam, de certa forma, como rival de seu amado mestre. Não havia João dado a Jesus sua primeira confirmação? “Aquele do qual deste testemunho”, disseram eles, nem mesmo se dignando designar Jesus pelo nome. Seguindo o exemplo de André e do futuro apóstolo João, o povo estava deixando o Batista e reunindo-se ao redor do Cristo. A réplica de João e seus ardorosos seguidores constitui um modelo sublime de abnegação. Foi este o teor de sua resposta: O homem recebe apenas segundo Deus lhe dá. Não me foi dado fazer a obra do Cristo. Vós mesmos sois testemunhas de que neguei ser o Cristo e declarei ter sido enviado para anteceder-Lo. Ele é como o Noivo; eis sou apenas como o amigo do noivo,³¹ e servo seu; e regozijo-me grandemente por estar assim próximo dele; sua voz me dá felicidade; e assim meu gozo se cumpre. Aquele de quem falais principia seu ministério; o meu está chegando ao fim. Ele deve crescer, mas eu devo diminuir. Ele veio dos céus e é, portanto, superior a todas as coisas da terra; contudo, os homens recusam-se a receber seu testemunho. A tal Ser o Espírito de Deus não é dado em parcelas; é seu em medida plena. O Pai ama o Filho, e em suas mãos colocou todas as coisas, e: “Aquele que crê no Filho tem a vida eterna; mas aquele que não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus sobre ele permanece.”³²

Em tal resposta, sob as condições existentes, identificamos o espírito de verdadeira grandeza, e de uma humildade que poderia derivar apenas de convicção divinamente transmitida a João Batista, concernente a si próprio e ao Cristo. Em mais de um sentido, João era grande entre todos os que são nascidos de mulheres.³³ Havia

entrado no trabalho, quando ordenado por Deus a fazê-lo;³⁴ compreendendo que sua obra havia sido, de certa forma, superada, pacientemente aguardava sua desobrigação, continuando, entretanto, em seu ministério, conduzindo almas ao seu Senhor. O princípio do fim estava próximo. Logo seria capturado e atirado a um cárcere onde, como veremos, seria decapitado para satisfazer a vingança de uma mulher corrupta, cujos pecados João havia denunciado corajosamente.³⁵

Os fariseus observavam com apreensão cada vez maior, a crescente popularidade de Jesus, evidenciada pelo fato de ser maior o número dos que O seguiam e aceitavam batismo das mãos de Seus discípulos, que o dos que haviam atendido ao chamado de João. Ensaia-se uma oposição aberta e, como Jesus desejava evitar o obstáculo à Sua obra que tal perseguição, por aquela época, haveria de acarretar, abandonou a Judéia, retirando-se para a Galiléia através de Samaria. Esse retorno à província setentrional efetuou-se após ter sido João Batista atirado à prisão.³⁶

NOTAS DO CAPÍTULO 12

1. Mar da Galiléia — Este, que é o maior volume de água doce da Palestina, tem a forma aproximada de uma pêra e mede cerca de vinte e um quilômetros de comprimento total norte-sul por dez a onze de largura máxima. O rio Jordão penetra nele pela extremidade nordeste, fluindo dele pela extremidade sudoeste; o lago pode ser considerado, portanto, como uma grande expansão do rio, embora sua depressão meça cerca de sessenta metros de profundidade. O Jordão que dele promana liga o Mar da Galiléia ao Mar Morto, sendo o último um corpo de água imensamente salina que, pela abundância de sais dissolvidos e conseqüente densidade, é comparável ao Grande Lago Salgado de Utah, apesar de ser a composição química das águas materialmente diferente. O Mar da Galiléia é mencionado por Lucas, de acordo com sua mais apropriada classificação, como lago (Lucas 5:1,2; 8:22, 23, 33). Adjacente ao lago, a noroeste, encontra-se uma planície, que foi em tempos antigos grandemente cultivada; esta era conhecida como a terra de Genezaré (Mat. 14:34; Marcos 6:53); e o corpo de água veio a ser reconhecido como mar ou lago de Genezaré (Lucas 5:1). Pela proeminência de uma das cidades de sua orla ocidental era também conhecido como Mar de Tiberíades (João 6:1, 23; 21:1). No Velho Testamento, é chamado Mar de Quinerete (Num. 34:11) ou Quinerote (Jos. 12:3), segundo o nome de uma cidade adjacente (Jos. 19:35). A superfície do lago ou mar fica muitos metros abaixo do nível normal do mar, 340 metros abaixo do Mediterrâneo, de acordo com Zenos, ou 350 metros conforme afirmam outros. Essa profundidade confere à região um clima semi-tropical. Zenos, no *Standard Bible Dictionary*, diz: “As águas do lago são conhecidas pela abundância de peixes. A indústria da pesca era, conseqüentemente, um dos recursos mais estáveis da região circunvizinha... Outra característica do Mar da Galiléia é sua suscetibilidade a tormentas súbitas. Estas são ocasionadas em parte por situar-se tão abaixo dos planaltos circundantes (fato que cria uma diferença de temperatura e conseqüentes distúrbios atmosféricos) e em parte pela investida de

rajadas de vento, que descem dos picos do Monte Hermom para o vale do Jordão. O evento, registrado em Mat. 8:24, não é um caso extraordinário. Aqueles que manejam barcos no lago, são obrigados a tomar muito cuidado para evitar o perigo de tais tormentas. As praias do mar da Galiléia, bem como o lago em si, foram palco de muitos dos mais notáveis eventos registrados nos Evangelhos.”

2. Os quatro Evangelhos. — Todos os estudiosos do Novo Testamento terão observado que os livros de Mateus, Marcos e Lucas tratam dos feitos e palavras do Salvador na Galiléia muito mais detalhadamente do que o fazem em relação a Sua obra na Judéia; o livro ou Evangelho de João, por outro lado, trata, particularmente, dos incidentes do ministério de nosso Senhor em terras da Judéia sem excluir, contudo, fatos importantes ocorridos na Galiléia. Em estilo literário e método de tratamento, os autores dos três primeiros Evangelhos (evangelistas como eles e João são denominados coletivamente na literatura teológica) diferem mais acentuadamente do autor do quarto Evangelho do que entre si. Os eventos registrados pelos primeiros três podem ser mais prontamente classificados, confrontados ou localizados e, em conseqüência, os Evangelhos escritos por Mateus, Marcos e Lucas são mais comumente conhecidos como os Sinóticos ou Evangelhos Sinóticos.

3. Trinta Anos de idade — De acordo com Lucas (3:23), Jesus tinha aproximadamente trinta anos de idade ao tempo de Seu batismo e notamos que logo depois iniciou, publicamente, a obra de Seu ministério. A lei prescrevia que aos trinta anos de idade os levitas entrassem para seu serviço especial (Núm. 4:3). Clark, *Bible Commentary*, tratando da passagem em Lucas 3:23 diz: “Essa era a idade exigida pela lei, que deveriam alcançar os sacerdotes, antes que pudessem ser instalados em seu ofício”. Jesus, possivelmente, levou em consideração o que se havia tornado um costume da época, ao esperar até que atingisse aquela idade, para iniciar publicamente as obras de Mestre do povo. Não sendo de descendência levítica, não se qualificava para a ordenação sacerdotal na ordem Aarônica e, portanto, certamente não esperou pela mesma para iniciar Seu ministério. Preguar em público antes dessa idade significaria provocar críticas e objeções, que poderiam resultar em sérias desvantagens e obstáculos iniciais.

4. Multidões e Confusão na Festa da Páscoa — Conquanto seja obviamente impossível que mesmo uma fração razoavelmente grande do povo judeu pudesse estar presente às comemorações anuais da Páscoa em Jerusalém e, em conseqüência, fossem feitos preparativos para comemorações locais dos festejos, o comparecimento usual à celebração do templo nos dias de Jesus era indubitavelmente enorme. Josefo qualifica as aglomerações da Páscoa como “uma inumerável multidão” (Wars, ii, 1:3) e, em outro local (Wars, vi, 9:3), declara que o comparecimento atingia o gigantesco montante de três milhões de almas; tal é o registro, embora muitos autores modernos considerem essa declaração um exagero. Josefo diz que, com o propósito de fornecer ao imperador Nero informação quanto à força numérica dos judeus, particularmente na Palestina, Céstio solicitou aos príncipes dos sacerdotes que contassem o número de

cordeiros sacrificados na comemoração, e o número relatado foi o de 256.000, o que, na base de entre dez e onze pessoas por mesa pascal, indicaria a presença, diz ele, de pelo menos 2.700.200 pessoas sem incluir visitantes não-judeus e membros de Israel a quem era barrada a participação na ceia da Páscoa, em virtude de impedimento cerimonial.

As cenas de confusão, inevitáveis nas condições então existentes, são resumidas admiravelmente por Geikie (*Life and Words of Christ*, cap. 30), que cita muitas das autoridades antigas em suas declarações: “As ruas eram obstruídas pelas multidões de todas as partes, as quais tinham que abrir caminho até o Templo, através de rebanhos de ovelhas e manadas de gado, empurrando-se em cada rua numa parte central de nível mais baixo, que lhes era reservada, para evitar contato e poluição. Vendedores de todas as categorias imagináveis assediavam os peregrinos, pois a festividade era, como já foi dito, a estação fecunda para todos os negócios em Jerusalém, exatamente como em Meca ainda hoje, a época da grande afluência de adoradores à tumba do Profeta é a de melhor comércio entre os mercadores peregrinos, que formam as caravanas de todas as partes do mundo maometano”.

“Dentro do sítio do Templo, o alarido e a aglomeração eram, se é que possível, ainda piores. Instruções eram afixadas, para que se mantivessem à direita ou à esquerda como nas mais densas artérias de Londres. O pátio externo, no qual os não-judeus podiam penetrar e que era, portanto, conhecido como o Pátio dos Gentios, ficava, em parte, obstruído por cercados de ovelhas, cabras e bois, para os festejos e as ações de graças. Vendedores apregoavam os méritos de seus animais, ovelhas baliavam e bois mugiam. Era, na verdade, a grande feira anual de Jerusalém e as multidões aumentavam o alarido e tumulto, de maneira a perturbar, lamentavelmente, os serviços nos pátios vizinhos. Os vendedores de pombas, para mulheres pobres chegadas de todas as partes do país para purificação, e para outros fins, dispunham de um espaço reservado. Na verdade, a venda de pombas estava, em grande parte, mas em sigilo, nas mãos dos próprios sacerdotes: Anãs, o sumo sacerdote, particularmente, auferia grandes lucros com seus pombais no Monte das Oliveiras. Os alugueiros dos cercados para ovelhas e gado e o lucro obtido com as pombas haviam levado os sacerdotes a sancionarem a incongruência de assim se transformar o próprio templo num barulhento mercado. Mas isso não era tudo. Os oleiros impingiam aos peregrinos seus pratos e fornos de barro para o cordeiro pascal; centenas de mercadores apregoavam seus artigos em altas vozes; armazéns de vinho, óleo, sal e tudo o mais que era necessário para os sacrifícios convidavam os fregueses; e, além disso, pessoas que cruzavam a cidade, com todos os tipos de carga, encurtavam caminho atravessando os terrenos do Templo. A estipulação sobre pagamento do tributo, requerido de todos, para a manutenção do Templo, aumentava a confusão. Em ambos os lados da porta leste do Templo, permitia-se havia muitas gerações, a colocação de bancas para troca de dinheiro. Desde o dia quinze do mês precedente, recebiam os cambistas permissão para montar suas bancas na cidade e, a partir do dia vinte e um — ou seja, vinte dias antes da Páscoa — para exercer seu comércio no próprio Templo. Compradores de materiais para ofertas pagavam o

montante em bancas especiais, a um oficial do Templo, e recebiam um cheque de chumbo, com o qual retiravam o que haviam comprado com o vendedor. Além disso, trocavam-se grandes somas, para serem lançadas como ofertas voluntárias em uma das treze arcas que constituíam o tesouro do Templo. De todo judeu, por mais pobre que fosse, era requerido ainda o pagamento anual de meio siclo, para o resgate de sua alma e manutenção do Templo. Como isso não era recebido, senão num tipo de moeda nativa denominada siclo do Templo, que não era em geral corrente, os estrangeiros tinham que trocar dinheiro romano, grego ou oriental nas bancas dos cambistas, a fim de obter a moeda requerida. A troca facilmente dava margem à fraude, o que era bastante comum. Cobrava-se cinco por cento de taxa, mas isso era indefinidamente aumentado por truques e chicanas, em consequência do que a classe havia conquistado péssimo nome, ao ponto de, como os publicanos, seu testemunho não ser aceito em corte.”

Abordando o assunto da profanação, à qual os pátios do Templo tinham sido sujeitos pelos traficantes que operavam com permissão sacerdotal, Farrar (*Life of Christ*, pág. 152) apresenta o seguinte: “E esse era o pátio de entrada ao Templo do Altíssimo! O pátio que era um testemunho de que aquela casa devia ser uma Casa de Oração, para todas as nações, tinha sido rebaixado a um local que, pela sujeira, se assemelha mais a um matadouro e, pelo azafamado comércio, a um apinhado bazar, enquanto os mugidos de bois, os balidos de ovelhas, a Babel de muitas línguas, as discussões e regateios, e o tinido de moedas e balanças (talvez nem sempre exatas) podiam ser ouvidos nos pátios adjacentes, perturbando o canto dos levitas e preces dos sacerdotes.”

5. O Servilismo dos judeus na presença de Jesus — O registro do feito de Jesus, libertando o pátio do templo daqueles que haviam transformado em mercado a Casa do Senhor, nada contém que sugira a inferência de que Ele empregou força sobre-humana ou mais que vigor viril. Jesus usou um chicote que Ele mesmo fez e expulsou a todos de diante de Si que fugiram desordenadamente. Não se diz que alguém tenha levantado qualquer protesto até depois de terminada a expulsão. Por que não teriam alguns, dentre a multidão, objetado? A submissão parece ter sido abjeta e servil em extremo. Farrar (*Life of Christ*, págs. 151, 152) levanta a questão e resolve-a com excelente raciocínio e em linhas eloqüentes: “Por que essa multidão de peregrinos ignorantes não resistiu? Por que esses cúpidos negociantes se contentaram com carregar o cenho e murmurar maldições, enquanto permitiam que seus bois e ovelhas fossem atirados à rua e eles próprios fossem expulsos, sendo seu dinheiro atirado ao chão por alguém então jovem e desconhecido e trajado como os desprezados galileus? Por que, da mesma forma podemos inquirir, permitiu Saul que Samuel o desafiasse na presença de seu próprio exército? Por que obedeceu Davi, abjetamente, às ordens de Joabe? Por que não se atreveu Acabe a prender Elias, o profeta, à porta da vinha de Nabote? Porque pecado é fraqueza; porque não existe no mundo nada mais abjeto que uma consciência culpada, nada tão invencível quanto o ímpeto arrebatador de uma indignação divina contra tudo o que é vil e iníquo. Como poderiam esses compradores e vendedores, reles sacrílegos, opor-se àquela acerba censura ou enfrentar o fulgor daqueles olhos,

inflamados por uma santidade ultrajada? Quando Finéias, o sacerdote zeloso do Senhor dos Exércitos, atravessou os corpos do príncipe de Simeão e da mulher midianita com uma gloriosa investida de sua indignada lança, por que Israel culpada não vingou aquele formidável assassínio? Por que não se tornou, cada homem da tribo de Simeão, um Goel do destemido assassino? Porque o Vício não pode permanecer um só momento diante do braço erguido da Virtude. Embora vis e abjetos, esses judeus traficantes de dinheiro sentiram, na parte ainda não corroída de sua alma, que o Filho do Homem estava certo.

“Nem mesmo os sacerdotes, fariseus, escribas e levitas, devorados como estavam pelo orgulho e formalismo, ousariam condenar um ato, que poderia ter sido executado por um Neemias ou por um Judas Macabeu, e que se harmonizava com tudo o que havia de melhor e de mais puro em suas tradições. Mas, quando souberam de seu feito ou o testemunharam, e tiveram tempo para se recobrar do misto de admiração, desgosto e pasmo que o mesmo inspirara, vieram a Jesus, e conquanto não ousassem condenar o que havia feito, mas ainda semi-indignados, pediram-Lhe algum sinal de que tinha o direito de assim agir.”

6. Respeito dos judeus pelo templo. — Os judeus professavam elevado respeito pelo templo. Uma declaração do Salvador, interpretada pelos conspiradores como uma calúnia contra o templo, foi usada contra Ele como uma das principais acusações, baseadas nas quais se exigiu a Sua morte. Quando os judeus clamaram por um sinal de Sua autoridade, Ele predisse Sua própria morte e subsequente ressurreição, dizendo: “Derribai este templo, e em três dias o levantarei (João 2:19-22; ver também Mat. 26:61; 27:40; Marcos 14:58; 15:29). Eles, cegamente, consideraram estas palavras como uma alusão desrespeitosa a seu templo, uma estrutura erigida por mãos humanas, e recusaram-se a perdoar ou esquecer. Que essa veneração *continuou* após a crucificação de nosso Senhor é evidente por acusações levantadas contra Estêvão e ainda, posteriormente, contra Paulo. Em sua fúria assassina, o povo acusou Estêvão de desrespeito para com o templo e apresentou falsas testemunhas que, perjurando, atestaram: “Este homem não cessa de proferir palavras blasfemas contra este santo lugar”. (Atos 6:13.) E Estêvão foi contado entre os mártires. Quando se proclamou que Paulo trouxera consigo, aos recintos do templo, um gentio, a cidade toda se perturbou e a turba enfurecida arrancou Paulo do local, procurando matá-lo. (Atos 21:26-31.)” — *A Casa do Senhor*, págs. 60, 61, do autor.

7. Alguns dos “príncipes” creram. — Nicodemos não foi o único dentre a classe governante a acreditar em Jesus; mas a respeito da maioria desses, nada sabemos que indique terem tido coragem suficiente para vir, mesmo à noite, formular perguntas independentes e pessoais. Eles temiam o resultado em perda de popularidade e posição. Lemos em João 12:42, 43 “Apesar de tudo, até muitos dos principais creram nele; mas não o confessavam por causa dos fariseus, para não serem expulsos da sinagoga. Porque amavam mais a glória dos homens do que a glória de Deus.” Note-se, também, o caso do escriba que propôs tornar-se discípulo professo, mas, provavelmente devido

a algum grau de insinceridade ou indignidade, foi mais desencorajado que aprovado por Jesus. (Mat. 8:19, 20.)

8. Nicodemos. — O curso seguido por esse homem evidencia, imediatamente, que ele realmente acreditava em Jesus como um enviado de Deus, e que sua crença falhou em desenvolver-se até uma condição de verdadeira fé que, se alcançada, poderia tê-lo conduzido a uma vida de devotado serviço à causa do Mestre. Quando, numa fase posterior àquela de sua entrevista com Cristo, os príncipes dos sacerdotes e os fariseus repreendiam os oficiais que tinham enviado para prender Jesus e que haviam retornado relatando seu fracasso, Nicodemos, membro do conselho, aventurou-se a protestar debilmente contra a determinação assassina dos principais, citando uma proposição geral na forma interrogativa: “Porventura condena a nossa lei um homem sem primeiro o ouvir e ter conhecimento do que faz?” Seus companheiros responderam-lhe com desdém e ele parece ter abandonado seu bem intencionado esforço (João 7:50-53; leiam-se os versículos precedentes 30-49). A seguir, ouvimos referência a ele, trazendo uma custosa contribuição em mirra e aloés — cerca de cem arráteis — para ser usada no sepultamento de Cristo, então crucificado; mas, mesmo nesse ato liberal e devoto, no qual sua sinceridade de propósito não pode ser questionada, havia sido precedido por José de Arimatéia, um homem de posição social, que, destemidamente, solicitara o corpo e lhe garantiria um sepultamento reverente (João 19:38-42.) Não obstante, Nicodemos fez mais que a maioria de seus companheiros crentes, dentre os nobres e graduados: e a ele seja dado todo o crédito: não lhe faltará seu galardão.

9, “Os judeus” ou “um judeu”.—Lemos que se levantou uma questão entre alguns dos discípulos de João e os judeus com respeito à purificação (João 3:25). Tendo em mente que a expressão “judeus” é com freqüência empregada pelo autor do quarto Evangelho, para designar os oficiais ou príncipes do povo, pode-se interpretar a passagem citada como indicativa de que os discípulos de João estavam empenhados em discussão com os príncipes dos sacerdotes. É sustentado, contudo, pelos eruditos bíblicos em geral que “os judeus”, nesta passagem, é um erro de tradução e que as palavras verdadeiras seriam “um judeu”. A disputa com respeito à purificação parece ter sido suscitada entre alguns seguidores de João Batista e um só oponente; e a passagem, como aparece na versão do Rei Jaime da Bíblia, é um exemplo de Escritura de tradução incorreta.

10. Amigo do Noivo. — O casamento judaico nos dias de Cristo requeria a escolha de um padrinho principal do noivo, que atendia a todos os preliminares e tratava dos preparativos para a festa do casamento em lugar do noivo. Ele era conhecido como o amigo do noivo. Quando os requisitos cerimoniais tinham sido satisfeitos e a noiva legal e formalmente dada a seu esposo, a alegria do amigo do noivo se cumpria, visto que seus deveres haviam sido desempenhados com sucesso. (João 3:29) Segundo Edersheim, (*Life and Times of Jesus the Messiah*, vol. 1, pág. 148), em consequência dos hábitos mais simples prevalecentes na Galiléia, o “amigo do noivo” muitas vezes não era escolhido: e (págs. 663-4) a expressão “filhos das bodas” (Mat. 9:15: Mar.

2:19: Lucas 5:34, citações essas em que a expressão é empregada por Jesus) era aplicada coletivamente a todos os convidados de um esponsal. Diz ele: “como a instituição de ‘amigos do noivo’ prevalecia na Judéia, mas não na Galiléia, esta distinção entre ‘amigo do noivo’ nos lábios do judeu João e ‘filhos das bodas’ nos do galileu Jesus é em si mesma evidência de exatidão histórica.”

11. A moeda do resgate.—No decurso do Êxodo, o Senhor requereu de todo o varão em Israel, de vinte anos de idade ou mais na época do recenseamento, o pagamento de um resgate, montando a meio siclo (Êxo. 30:12-16). Ver págs. 383 e 396 desta obra. Quanto ao emprego desse dinheiro, o Senhor assim orientou Moisés: “E tomarás o dinheiro das expiações dos filhos de Israel, e o darás ao serviço da tenda da congregação; e será para memória aos filhos de Israel diante do Senhor, para fazer expiação por vossas almas.” (Êxo. 30:16; ver também 38:25-31). Com o tempo, essa taxa de meio siclo, equivalente a um beca (Êxo. 38:26), veio a ser recolhida anualmente, embora não se tenha registro de autoridade escriturística para tal cobrança. Essa taxa não deve ser confundida com o dinheiro da redenção, montando a cinco siclos por varão primogênito, cujo pagamento isentava o indivíduo do serviço nos trabalhos do santuário. Em lugar dos varões primogênitos de todas as tribos, o Senhor designara os levitas para esse ministério especial; entretanto, continuava a considerar os varões primogênitos como particularmente Seus e requeria o pagamento de um resgate como sinal de sua redenção dos deveres de serviço exclusivo. Ver Êxo. 13:2, 13-15; Núm. 3:13, 40-51; 8:15-18; 18:15, 16; ver também págs. 92 e 93 desta obra.

CAPÍTULO 13

HONRADO POR ESTRANHOS, REJEITADO PELOS SEUS

Jesus e a Mulher Samaritana

A rota direta da Judéia à Galiléia passava por Samaria; mas muitos judeus, especialmente os galileus, preferiam percorrer um caminho mais longo a atravessar a terra de um povo tão desprezado como os samaritanos. As desavenças entre judeus e samaritanos vinham crescendo havia séculos, e no tempo do ministério terreno de nosso Senhor, haviam-se transformado no mais intenso ódio.¹ Havia mistura de raças entre o povo de Samaria, pois nele o sangue de Israel se mesclava com o dos assírios e de outras nações; e uma das causas da animosidade existente entre eles e seus vizinhos, tanto ao norte quanto ao sul, era a pretensão dos samaritanos de serem reconhecidos como israelitas, jactando-se por considerarem Jacó como seu pai; mas isto era negado pelos judeus. Os samaritanos possuíam uma versão do Pentateuco que reverenciavam como lei, mas rejeitavam todos os escritos proféticos do que constitui agora o Velho Testamento, pois consideravam-se tratados com insuficiente respeito em tais escritos.

Para o judeu ortodoxo da época, o samaritano era mais impuro que um gentio de qualquer outra nacionalidade. É curioso notar as extremas e mesmo absurdas restrições então vigentes na questão de regular relações inevitáveis entre os dois povos. O testemunho de um samaritano não podia ser ouvido diante de um tribunal judeu. Ingerir alimento preparado por um samaritano foi, para um judeu, considerado em certa época pela autoridade rabínica, uma ofensa tão grande, quanto comer carne de porco. Embora fosse admitido que a produção de um campo de Samaria não era impura, visto que brotava diretamente do solo, tal produção tornava-se impura, se submetida a qualquer tratamento sob as mãos dos samaritanos. Assim sendo, uvas e cereais podiam ser comprados dos samaritanos, mas nem o vinho nem a farinha provenientes dos mesmos, quando manufaturados pelo povo de Samaria. Em certa ocasião, o epíteto “samaritano” foi lançado a Cristo como insulto intencional. “Não dizemos nós bem que és samaritano, e que tens demônio?”² A concepção samaritana da missão do esperado Messias era mais bem fundamentada que a dos judeus, pois os samaritanos davam maior preeminência ao reino espiritual que o Messias havia de estabelecer, e eram menos exclusivistas em suas idéias quanto a quem se estenderiam as bênçãos messiânicas.

Em sua jornada para a Galiléia, Jesus tomou o caminho mais curto, através de Samaria; e, indubitavelmente, sua escolha tinha um propósito, pois lemos que “era-lhe necessário passar por Samaria.”³ A estrada atravessava ou contornava a cidade de Sicar,⁴ “junto da herdade que Jacó tinha dado a seu filho José.”⁵ Lá ficava a fonte de Jacó, tida em alta conta, não apenas por seu valor intrínseco como manancial

inesgotável de água, mas também por sua associação com a vida do grande patriarca. Jesus, exausto e alquebrado pela viagem, descansou junto à fonte, enquanto seus discípulos se dirigiam à cidade para comprar alimento. Uma mulher veio encher seu cântaro e Jesus lhe disse: “Dá-me de beber”. Pelas regras então vigentes da hospitalidade oriental, um pedido de água nunca devia ser recusado, se houvesse possibilidade de atendê-lo; entretanto, a mulher hesitou, pois assombrou-se de que um judeu solicitasse um favor a um samaritano, por maior que fosse a necessidade. Ela expressou sua surpresa na pergunta: “Como, sendo tu judeu, me pedes de beber a mim, que sou mulher samaritana? (Porque os judeus não se comunicam com os samaritanos.)” Jesus, aparentemente esquecido da sede, em seu desejo de ensinar, respondeu-lhe dizendo:

“Se tu conheceras o dom de Deus, e quem é o que te diz: Dá-me de beber, tu lhe pedirias, e ele te daria água viva.” A mulher lembrou-lhe que ele não tinha balde nem corda com que tirar água do poço profundo, e inquiriu-o quanto ao significado de suas palavras, acrescentando: “És tu maior do que o nosso pai Jacó, que nos deu o poço, bebendo ele próprio dele, e os seus filhos, e o seu gado?”

Jesus percebeu nas palavras da mulher um espírito semelhante àquele com que o erudito Nicodemos havia recebido seus ensinamentos; ambos falharam igualmente em perceber a lição espiritual que ele transmitia. Jesus explicou à mulher que a água do poço seria de benefício apenas temporário; a sede retornaria àquele que dela bebesse; “Mas”, acrescentou ele, “aquele que beber da água que eu lhe der nunca terá sede porque a água que eu lhe der se fará nele uma fonte de água que salte para a vida eterna.” O interesse da mulher foi vivamente aguçado, ou pela curiosidade ou por uma emoção de caráter mais profundo, pois, transformando-se agora na suplicante e dirigindo-se a ele por um título respeitoso, disse: “Senhor, dá-me dessa água, para que não mais tenha sede e não venha aqui tirá-la.” Ela nada podia enxergar além da vantagem material ligada à água que de uma vez por todas mataria a sede. O resultado da bebida que tinha em mente seria conferir-lhe imunidade contra uma premência corporal, poupando-lhe o trabalho de vir servir-se da fonte.

O assunto da conversação foi mudado abruptamente por Jesus, que lhe disse que fosse, chamasse seu marido, e retornasse. À sua resposta de que não tinha marido, Jesus revelou-lhe Seus poderes sobre-humanos de discernimento, afirmando que ela falara a verdade, pois que tivera cinco maridos, conquanto o homem com quem então morava não fosse seu marido. Certamente, nenhum ser comum poderia ter assim lido a triste história de sua vida; ela, impulsivamente, confessou essa convicção, dizendo: “Senhor, vejo que és profeta.” Quis então mudar de assunto, e apontando para o Monte Gerizim, sobre o qual o sacrílego sacerdote Manassés havia erigido um templo samaritano, comentou, sem muita relação com o que havia sido dito antes: “Nossos pais adoraram neste monte, e vós dizeis que é em Jerusalém o lugar onde se deve adorar.” Jesus replicou com ainda maior profundidade, explicando-lhe que se aproximava o tempo em que nem aquela montanha nem Jerusalém seria especialmente um lugar de

adoração; e censurou abertamente sua presunção de que a crença tradicional dos samaritanos fosse tão boa quanto a dos judeus, pois disse ele: “Vós adorais o que não sabeis; nós adoramos o que sabemos porque a salvação vem dos judeus.” Embora alterada e corrompida como se tinha tornado a religião judaica, era ainda melhor que a de seu povo, pois os judeus aceitavam os profetas, e através de Judá tinha vindo o Messias. Mas, como lhe explicou Jesus, o local de adoração era de menor importância que o espírito do adorador. “Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade.”

Incapaz, ou não desejosa de compreender, a mulher procurou pôr fim à lição com um comentário, que para ela, provavelmente, era apenas casual: “Eu sei que o Messias (que se chama o Cristo) vem; quando ele vier, nos anunciará tudo.” Então, para seu profundo pasmo, Jesus replicou com a espantosa declaração: “Eu o sou, eu que falo contigo.” A linguagem foi inequívoca, a afirmativa de natureza tal a não requerer elucidação. A mulher, depois disso, tinha que considerá-Lo como um impostor ou o Messias. Abandonou seu cântaro na fonte e, correndo à cidade, relatou sua experiência, dizendo: “Vinde, vede um homem que me disse tudo quanto tenho feito: porventura não é este o Cristo?”

Quase ao final da entrevista entre Jesus e a mulher, os discípulos voltaram com as provisões que tinham ido procurar. Maravilharam-se ao encontrar o Mestre conversando com uma mulher, e ainda mais uma samaritana, no entanto, nenhum deles lhe pediu uma explicação. Sua atitude deve tê-los impressionado com a seriedade e solenidade da ocasião. Quando instaram com Ele para que comesse, Ele disse: “Uma comida tenho para comer, que vós não conheceis.” Para eles, Suas palavras não tinham significado algum, além do sentido literal, e indagaram entre si se alguém Lhe havia levado comida durante a ausência deles; mas Jesus os esclareceu desta maneira: “A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou, e realizar a sua obra.” Uma multidão de samaritanos apareceu, vinda da cidade. Considerando o povo e os campos de cereal circunvizinhos, Jesus continuou: “Não dizeis vós que ainda há quatro meses até que venha a ceifa? Eis que eu vos digo: Levantai os vossos olhos, e vede as terras, que já estão brancas para ceifa.” Parece que o significado da afirmação era que meses se passariam antes que o trigo e a cevada estivessem prontos para a ceifa, enquanto a colheita de almas, exemplificada pela multidão que se aproximava, já estava pronta; e que daquilo que Ele havia plantado, os discípulos ceifariam, com inestimável vantagem, uma vez que receberiam salário pelo seu serviço e colheriam os frutos de um trabalho alheio.

Muitos dos samaritanos acreditaram em Cristo, inicialmente pela força do testemunho da mulher, e depois em virtude de sua própria convicção; e disseram à mulher, por cuja insistência tinham ido conhecê-Lo: “Já não é pelo teu dito que nós cremos; porque nós mesmos o temos ouvido, e sabemos que este é verdadeiramente o Cristo, o Salvador do mundo.” Graciosamente atendeu ao pedido de que ficasse com eles, lá permanecendo por dois dias. É indubitável que Jesus não partilhava do

preconceito nacional dos judeus contra o povo de Samaria; aceitava uma alma honesta, viesse de onde viesse. É provável que a semente plantada durante esta breve permanência de nosso Senhor com o povo desprezado de Samaria tenha sido aquela da qual colheita tão rica foi ceifada pelos apóstolos em anos subseqüentes.⁶

Jesus Novamente na Galiléia: Em Caná e Nazaré

Após a permanência de dois dias entre os samaritanos, acompanhado pelos discípulos que viajaram com Ele da Judéia, Jesus retomou a jornada em direção ao norte, para a Galiléia, de onde estivera ausente vários meses. Sabendo que o povo de Nazaré, a cidade onde crescera, provavelmente estaria pouco inclinado a reconhecê-Lo como outro que não o carpinteiro, ou, como afirmou, sabendo que “um profeta não tem honra na sua própria pátria”,⁷ foi primeiro a Caná. O povo daquele lugar, e na verdade os galileus em geral, receberam-No com satisfação, pois muitos deles haviam comparecido à última Páscoa e, provavelmente, haviam sido testemunhas pessoais das maravilhas que Ele operara na Judéia. Enquanto em Caná, foi visitado por um nobre, muito provavelmente um alto oficial da província, que Lhe rogou seguisse até Capernaum e curasse seu filho, que estava às portas da morte. Com o provável objetivo de mostrar ao homem a verdadeira condição de Sua mente, pois não podemos duvidar que Jesus lesse seus pensamentos, nosso Senhor disse-lhe: “Se não virdes sinais e milagres, não creereis.”⁸ Como observado em exemplos anteriores, notavelmente na recusa de Jesus em fiar-Se dos crentes professos de Jerusalém, cuja crença se baseava somente em seu assombro diante das coisas que Ele fizera,⁹ nosso Senhor não considerava os milagres, embora realizados por Ele próprio, como fundamento suficiente e seguro da fé. O súplice nobre, angustiado pelo estado precário de seu filho, de maneira alguma se ressentiu da censura que uma outra criatura capciosa poderia ter percebido nas palavras do Senhor; mas, com humildade sincera, que demonstrou sua convicção de que Jesus poderia curar o menino, renovou sua súplica, dando-lhe ênfase: “Senhor, desce antes que meu filho morra.”

Provavelmente, o homem não havia parado para analisar o meio ou processo direto pelo qual se poderia evitar a morte e a cura assegurada através das palavras de qualquer ser; mas, em seu coração, acreditava no poder de Cristo, e com veemência patética implorou a nosso Senhor que interviesse em favor de seu filho moribundo. Ele parecia considerar necessária a presença do Cristo, e seu grande temor consistia em que o filho morresse antes da chegada do Salvador. “Disse-lhe Jesus: Vai, o teu filho vive. E o homem creu na palavra que Jesus lhe disse, e foi-se.”

A autenticidade da sua confiança é demonstrada pela aceitação agradecida da declaração do Senhor, e pelo contentamento que imediatamente manifestou. Capernaum, onde estava seu filho, ficava a 20 milhas de distância; estivesse ele ainda apreensivo e incerto, provavelmente teria tentado retornar à casa no mesmo dia, pois era uma hora da tarde, quando Jesus pronunciou as palavras que Lhe proporcionaram tal alívio; mas ele viajou sossegadamente, pois no dia seguinte ainda estava na estrada,

onde o encontraram alguns de seus servos que tinham sido enviados para lhe transmitir as boas novas a respeito do restabelecimento de seu filho. Perguntou quando o menino tinha começado a melhorar e foi-lhe respondido que, na sétima hora do dia anterior, a febre o havia deixado. Era essa a hora em que Cristo havia dito: “Teu filho vive.” Sua fé amadureceu rapidamente e ele e sua casa aceitaram o Evangelho.¹⁰ Foi este o segundo milagre realizado por Jesus quando em Caná, embora, nessa ocasião, o beneficiário da bênção estivesse em Capernaum.

A fama de nosso Senhor espalhou-se por toda a região circunvizinha. Durante um período não estabelecido de maneira definitiva, ensinou nas sinagogas das cidades e foi bem recebido, e “por todos era louvado”.¹¹ Ele então voltou a Nazaré, seu antigo lar e, como era seu costume, assistiu aos serviços da sinagoga no dia de Sábado. Muitas vezes como menino e homem, Ele havia sentado naquela casa de adoração, ouvindo a leitura da lei e dos profetas, e os comentários ou Targums¹² por leitores designados; mas agora, como reconhecido mestre de idade legal, estava qualificado para tomar o lugar do leitor. Nesta ocasião, Ele Se levantou para ler, na parte do serviço em que extratos dos livros proféticos deviam ser lidos para a congregação. O ministro encarregado passou às Suas mãos o rolo, ou livro de Isaías; ele o abriu na parte conhecida por nós como o começo do capítulo sexagésimo primeiro e leu: “O espírito do Senhor é sobre mim, pois que me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me a curar os quebrantados do coração, a pregar liberdade aos cativos, e restauração da vista aos cegos; a pôr em liberdade os oprimidos; a anunciar o ano aceitável do Senhor.”¹³ Devolvendo o livro ao ministro, sentou-se. Era permitido ao leitor, no serviço da sinagoga judaica, tecer comentários explanatórios sobre o que havia sido lido; mas para tanto, deveria sentar-se. Quando Jesus tomou seu lugar, o povo sabia que Ele iria explicar o texto, e “os olhos de todos na sinagoga estavam fitos nele”. A Escritura que Ele havia citado era reconhecida por todas as classes como especificamente referente ao Messias, cuja vinda a nação esperava. A primeira sentença do comentário de nosso Senhor foi surpreendente; não envolvia qualquer análise trabalhosa, qualquer interpretação escolástica, mas uma aplicação direta e inequívoca: “Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos.” Havia tal nobreza em suas palavras, que todos se maravilharam, dizendo: “Não é este o filho de José?”¹⁴

Jesus conhecia os pensamentos do povo, mesmo não tendo ouvido suas palavras, e, antecipando a crítica que lhe fariam, disse: “Sem dúvida me direis este provérbio: “Médico, cura-te a ti mesmo: faze também aqui na tua pátria tudo que ouvimos ter sido feito em Cafarnaum. E disse: Em verdade vos digo que nenhum profeta é bem recebido na sua pátria.” Em seu coração, ansiavam por um sinal, maravilha ou milagre. Sabiam que tal havia sido feito por Jesus em Caná, e que um menino em Cafarnaum tinha sido curado por sua palavra; também em Jerusalém Ele havia assombrado o povo com Suas obras poderosas. Deveriam eles, Seus concidadãos, ser menosprezados? Por que não entretê-los com algumas exhibições de seus poderes? Ele continuou Seu discurso, lembrando-lhes que, nos dias de Elias, quando por três anos nenhuma chuva caíra e a fome então reinava, o profeta fora enviado a apenas uma das muitas viúvas, sendo esta

uma mulher de Sarepta em Sidras, uma gentia, e não uma filha de Israel. E novamente, embora houvesse muitos leprosos em Israel nos dias de Eliseu, apenas um leproso, e este sírio, não israelita, havia sido curado por meio do ministério do profeta, pois somente Naamã manifestara a fé indispensável.

Grande foi, então, a ira desse povo. Ousava Ele classificá-los como gentios e leprosos? Iam eles ser comparados aos desprezados descrentes, e ainda mais pelo filho do carpinteiro da vila, que havia crescido na sua comunidade? Vítima de ira diabólica, agarraram o Senhor e levaram-No ao cume do monte em cujos aclives estava construída a cidade, determinados a vingar seus sentimentos feridos, arremessando-O dos penhascos rochosos. Assim, cedo em seu ministério, as forças da oposição atingiram intensidade assassina. Mas a hora de nosso Senhor morrer ainda não havia chegado. A população enfurecida foi incapaz de dar um passo além do que sua suposta vítima permitiu. “Ele, porém, passando pelo meio deles, retirou-se.” Se eles se intimidaram com a nobreza de Sua presença, silenciaram pelo poder de Suas palavras, ou se se detiveram em virtude de alguma intervenção mais espantosa, não sabemos. Ele Se afastou dos nazarenos descrentes e, a partir daí, Nazaré não foi mais o Seu lar.

Em Capernaum

Jesus dirigiu-se para Capernaum,¹⁵ que se tornou para Ele lugar de moradia, como outros que tivera na Galiléia. Lá ensinou, particularmente nos dias de sábado; e o povo estava maravilhado com Sua doutrina, pois Ele falava com autoridade e poder.¹⁶ Na sinagoga, em uma dessas ocasiões, achava-se um homem que era vítima de possessão e sujeito às assolações de um mau espírito, ou, como o texto poderosamente afirma, um homem “que tinha um espírito de um demônio imundo”. É significativo o fato de que este mau espírito, que havia ganho tal poder sobre o homem a ponto de controlar suas ações e fala, tenha ficado aterrorizado diante de nosso Senhor e gritado em alta voz, embora suplicantemente: “Ah! que temos nós contigo, Jesus Nazareno? vieste a destruir-nos? Bem sei quem és: o Santo de Deus.” Jesus repreendeu o espírito impuro, ordenando-lhe que se calasse e deixasse o homem; o demônio obedeceu ao Mestre e depois de lançar a vítima em violenta, embora inofensiva convulsão, deixou-a. Tal milagre fez com que os espectadores se maravilhassem ainda mais, exclamando: “Que palavra é esta que até aos espíritos imundos manda com autoridade e poder e eles saem?” E a sua fama divulgava-se por todos os lugares, em redor daquela comarca.”¹⁷

Na noite do mesmo dia, quando o sol se havia posto, e, portanto, depois que o sábado havia passado,¹⁸ o povo O rodeou, trazendo seus amigos e parentes enfermos; e a estes Jesus curou de várias doenças, quer do corpo, quer da mente. Entre os assim aliviados havia muitos possuídos por demônios, e estes clamavam, testificando forçosamente a autoridade divina do Mestre: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus.”¹⁹

Nestas como em outras ocasiões, encontramos maus espíritos expressando pela boca de suas vítimas o conhecimento que tinham de que Jesus era o Cristo; e em todas

essas passagens, o Senhor silenciou-os com uma palavra; pois não queria testemunho como o deles para atestar Sua Divindade. Aqueles espíritos eram do séquito do demônio, membros das hostes rebeldes e vencidas, que haviam sido expulsos pelo poder da mesma criatura cuja autoridade e poder agora reconheciam em seu frenesi demoníaco. Juntamente com o próprio Satanás, seu chefe derrotado, permaneceram sem corpos, pois a todos eles, os privilégios do segundo estado ou estado mortal foram negados;²⁰ a lembrança que tinham das cenas que culminaram com sua expulsão do céu foi avivada pela presença do Cristo, embora estivesse Ele em um corpo de carne.

Muitos escritores modernos tentam explicar o fenômeno da possessão demoníaca e ao lado destes, há muitos que negam a possibilidade de domínio real da vítima por personagens espirituais. Entretanto, as Escrituras são explícitas ao evidenciarem o contrário. Nosso Senhor fez distinção entre tal tipo de enfermidade e a simples doença corporal em suas instruções aos Doze: “Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios.”²¹ No relato dos incidentes que agora consideramos, o evangelista Marcos observa a mesma distinção: “Trouxeram-lhe todos os que se achavam enfermos, e os endemoninhados.” Em várias ocasiões Cristo, ao repreender demônios, dirigiu-se a eles como a indivíduos distintos do ser humano afligido,²² e, em uma dessas vezes, ordenou ao demônio: “Sai dele, e não entres mais nele.”²³

Neste assunto, como em outros, a explicação mais simples é a verdade correspondente; as teorias baseadas em outros fundamentos que não as Escrituras são duvidosas. Cristo associou os demônios com Satanás, de maneira inequívoca, especificamente em Seu comentário sobre o relato dos Setenta, a quem dera autoridade e enviara adiante, e que testificaram, ao retornar, que até mesmo os demônios se lhes tinham sujeitado através do Seu nome; e àqueles servos fiéis, Ele disse: “E via Satanás, como raio, cair do céu.”²⁴ Os demônios que tomavam posse dos homens, anulando seu livre-arbítrio e compelindo-os a obedecerem a ordens satânicas, são os anjos do demônio, sem corpos, cujo triunfo é afligir os mortais e, se possível, impeli-los ao pecado. Para alcançarem a satisfação de ocupar um corpo de carne, esses demônios anseiam até mesmo por corpos de animais.²⁵

Possivelmente foi durante o intervalo entre a reprimenda ao mau espírito na sinagoga e os milagres de cura e expulsão de demônios na noite daquele sábado, que Jesus Se dirigiu à casa de Simão, a quem antes havia chamado Pedro, lá encontrando doente e febril a sogra de Seu discípulo. Aquiescendo ao pedido de fé, Ele expulsou a doença; a mulher foi curada, levantou-se da cama e dispensou a hospitalidade de sua casa a Jesus e àqueles que com Ele estavam.²⁶

NOTAS DO CAPÍTULO 13

1. Animosidade entre judeus e samaritanos. — Em qualquer consideração sobre os samaritanos, deve ser lembrado que uma determinada cidade e o distrito ou

província no qual estava situada, eram ambos conhecidos como Samaria. Os principais fatos ligados à origem dos samaritanos e à explicação de mútua animosidade existente entre aquele povo e os judeus no tempo de Cristo, foram admiravelmente sumariados por Geikie (*Life and Words of Christ*, vol. i, pp. 495-496). Omitindo as citações de autoridades que apresenta, transcrevemos: “Depois da deportação das dez tribos para a Assíria, Samaria foi repovoada por colonizadores gentios de várias províncias do Império Assírio, por fugitivos das autoridades da Judéia e por extraviados de uma ou outra das dez tribos, que acharam novamente o caminho de sua terra natal. Os primeiros colonizadores pagãos, aterrorizados com o aumento de animais selvagens, especialmente leões, e, atribuindo esse fato à sua própria ignorância quanto à forma correta de adoração ao Deus do país, mandaram buscar um dos sacerdotes exilados, e, sob suas instruções, adicionaram o culto de Jeová ao de seus ídolos — incidente esse que, mais tarde, levou os judeus, com seu ódio e escárnio, a ridicularizá-los, chamando-os de “prosélitos dos leões”, da mesma forma que os marcaram, em virtude de sua origem assíria com o nome de cutitas. Posteriormente, entretanto, tornaram-se mais rigidamente apegados à lei de Moisés, do que os próprios judeus. Ansiosos de serem reconhecidos como israelitas, desejaram unir-se às duas tribos, quando de seu retorno do cativeiro, mas o severo puritanismo de Esdras e Neemias não admitiu aliança entre o sangue puro de Jerusalém e a raça contaminada do norte. O ressentimento diante dessa afronta foi uma reação natural, e provocou mais rancor como consequência, sendo que, nos dias de Cristo, depois de séculos de contendas e injúrias mútuas intensificadas pelo ódio teológico de ambos os lados, consideravam-se inimigos implacáveis. Os samaritanos haviam construído um templo no monte Gerizim, para rivalizar com o de Jerusalém, mas o mesmo fora destruído por João Hircano, que também arrasara Samaria. Atribuíam ao seu monte maior santidade que ao monte Moriah; acusavam os judeus de terem feito adições à palavra de Deus, recebendo os escritos dos profetas, e orgulhavam-se de reconhecer apenas o Pentateuco como inspirado; favoreciam Herodes, porque os judeus o odiavam, e eram leais a ele e aos romanos igualmente odiados; acendiam falsas luzes nos montes para transformar os cálculos dos judeus segundo as luas novas e assim confundir suas festas, e no primeiro ano da juventude de Jesus chegaram a profanar o próprio templo, espalhando nele ossos humanos por ocasião da Páscoa.

“O ódio por parte dos judeus também não descansava. Conheciam os samaritanos apenas como cutitas ou gentios de Cuth. ‘A raça que eu odeio não é raça’; diz o filho de Sirac. Clamavam que um povo que uma vez cultuara cinco deuses, não podia ser aceito por Jeová. Ridicularizavam a pretensão dos samaritanos de que Moisés havia enterrado o Tabernáculo e seus vasos no cume de Gerizim. Dizia-se que haviam dedicado seu templo, por ordem de Antíoco Epífanes, ao grego Júpiter; ninguém negava que cumpriam os mandamentos de Moisés ainda mais estritamente que os judeus, para que parecesse que eram realmente de Israel; mas dizia-se que sua idolatria havia sido provada pela descoberta de uma pomba de bronze, que cultuavam no topo de Gerizim. Teria sido suficiente dizer que se vangloriavam de Herodes como seu bom

rei, que se havia casado com uma filha de seu povo; que o mesmo tivesse tido liberdade de seguir no país deles, seus gostos romanos tão odiados na Judéia; que tivessem permanecido quietos depois de sua morte, quando a Judéia e a Galiléia estavam em tumulto, e que, para sua tranqüilidade, um quarto de seus impostos tivessem sido” cancelados e adicionados aos encargos da Judéia. Sua cordialidade para com os romanos era uma provocação adicional. Enquanto os judeus eram mantidos quietos apenas através de uma rígida severidade e lutavam com todas as forças contra a introdução de qualquer costume de origem estrangeira, os samaritanos exultavam com a nova importância que sua lealdade ao império lhes trouxera. Siquém florescia: perto dali, em Cesaréia, o procurador presidia a sua corte: uma divisão de cavalaria, em quartéis em Sebaste — antiga Samaria — fora estabelecida no território. Os estrangeiros romanos eram mais do que bem recebidos, quando resolviam gozar o verão em seus umbrosos vales.

“O ódio ilimitado, produto de tantas fontes, desafogou-se na tradição de que certo anátema especial fora proferido contra os samaritanos, por Esdras, Zorobabel e Josué. Dizia-se que esses ilustres personagens haviam reunido a congregação inteira de Israel no templo e que haviam sido empregados trezentos sacerdotes, com trezentas trombetas e trezentos livros da Lei, e trezentos eruditos da Lei para repetir, em meio ao cerimonial mais solene, todas as maldições da Lei contra os samaritanos. Haviam sido submetidos a toda forma de excomunhão: pelo incomunicável nome de Jeová, pelas Tábuas da lei, e pelas sinagogas celestes e terrenas. O próprio nome havia-se transformado em opróbrio. ‘Sabemos que tu és samaritano e tens demônio’, disseram os judeus a Jesus em Jerusalém (...) Um ovo samaritano, como posto pela galinha, não podia ser impuro, mas, e um ovo cozido? No entanto, o interesse e a conveniência lutavam, por meio de casuística sutil, a fim de inventar escusas para as relações inevitáveis. A terra dos cutitas era pura, de maneira que um judeu podia, sem escrúpulos, colher e alimentar-se de seus produtos. As águas em Samaria eram limpas, de maneira que um judeu podia bebê-las ou lavar-se nelas. Suas habitações eram limpas, de maneira que ele podia entrar nelas para comer ou se alojar. Suas estradas eram limpas, de maneira que não sujavam os pés dos judeus. Os rabis iam tão longe em suas contradições, que chegavam a dizer que os alimentos dos cutitas eram permitidos se não houvessem sido misturados com seu vinho ou vinagre e que seu pão não levedado podia ser considerado próprio para ser usado na Páscoa. As opiniões variavam, mas, de maneira geral, prevaleciam os sentimentos mais ásperos.”

Frankl e outros afirmam que o sentimento hostil continua ainda hoje, pelo menos por parte dos judeus. Assim, como citado por Farrar (p. 166, nota): “‘Você é judeu?’ perguntou Salameth Cohen, o sumo sacerdote samaritano ao Dr. Frankl; ‘E vem a nós, os samaritanos, que somos desprezados pelos judeus?’ (*Jews in the East*, ii, 329). Adicionou que estavam dispostos a viver em amizade com os judeus, mas que estes evitavam qualquer relação com eles. Logo depois, visitando judeus sefarditas de Nablous, o Dr. Frankl perguntou a um membro daquela seita ‘se ele tinha quaisquer relações com os samaritanos’. As mulheres recuaram com um grito de horror e uma

delas disse: ‘Você esteve entre os adoradores das pombas?’ Eu respondi que sim. As mulheres novamente recuaram com a mesma expressão de repugnância e uma delas disse: ‘Tome um banho purificador’“ (idem p. 334). Farrar adiciona: “Tive o prazer de passar um dia com os samaritanos acampados no Monte Gerizim, para a sua Páscoa anual, e nem em seus hábitos nem no caráter aparente vi qualquer razão para todo esse horror e ódio.”

2. Sicar — A cidade em que morava a mulher samaritana com quem Jesus conversou junto ao poço de Jacó aparece com o nome de Sicar, em João 4:5. Esse nome não aparece em nenhum outro lugar na Bíblia. Tentativas foram feitas para identificar o lugar com Siquém, cidade estimada pelos judeus por motivo de sua preeminência em relação à vida dos primeiros patriarcas. Atualmente, admite-se, entretanto, que Sicar era uma pequena vila situada no local em que hoje se encontra Askar, que segundo Zenos é uma aldeia com uma fonte e algumas tumbas antigas lavradas na rocha, cerca de um quilômetro ao norte do poço de Jacó.”

3. O nobre de Capernaum — O nome do nobre cujo filho foi curado pela palavra de Jesus, não é fornecido. As tentativas para identificá-lo com Chuza, procurador de Herodes Antipas, são baseadas em tradição incerta. A família do nobre aceitou os ensinamentos de Cristo. “Joana, esposa de Chuza, procurador de Herodes”, (Lucas 8:3) estava entre as gratas e honradas mulheres a quem nosso Senhor havia ministrado e curado, e que contribuía com bens para o desenvolvimento de Sua obra. Não se deve confundir tradição não confirmada com história autêntica.

4. Os Targuns — São antigas paráfrases judias das Escrituras, que eram apresentadas nas sinagogas na linguagem comum do povo. No tempo de Cristo, a língua falada pelos judeus não era o hebraico, mas um dialeto aramaico. Edersheim afirma que o hebraico puro era a linguagem dos eruditos e das sinagogas, e que as leituras públicas das Escrituras precisavam ser feitas por um intérprete. “Na verdade, nos primeiros tempos”, diz ele, “era proibido ao Methurgeman (intérprete) ler sua tradução ou escrever um Targum, a menos que a paráfrase fosse considerada como possuindo a mesma autoridade que o original.” O uso de Targuns escritos foi “autorizadamente sancionado antes do fim do segundo século depois de Cristo”. É esta a origem dos dois Targuns mais antigos que existem: o de Onkelos (como é chamado), sobre o Pentateuco; e um sobre os Profetas, atribuído a Jônatas, filho de Uziel. Na verdade, esses nomes não representam com precisão a autoria dos Targuns mais antigos, os quais podem ser considerados, mais corretamente, como revisões posteriores e autorizadas dos que, em alguma forma, haviam existido antes. Mas, embora essas obras tenham sua origem na Palestina, é digno de nota o fato de que na forma em que hoje as possuímos, são o produto das escolas da Babilônia.” (*Life and Times of Jesus the Messiah*, vol. i, pp. 10 e 11).

5. Cafarnaum. — “O nome Cafarnaum significa, segundo algumas autoridades, ‘a vila de Naum’, segundo outras, ‘a vila da Consolação’. Seguindo a história de Jesus, descobriremos que em Cafarnaum foram realizadas muitas de Suas obras poderosas e

proferidas muitas de suas mais impressionantes palavras. A infidelidade dos habitantes depois de todos os discursos e obras maravilhosas que fizera entre eles, motivou as palavras de Jesus: ‘E tu, Cafarnaum, que te ergues até aos céus, serás abatida até aos infernos,’ (Mat. 11:23). Tão completamente foi cumprida esta profecia, que não resta o menor vestígio da cidade, sendo que sua própria localização é objeto de conjeturas, não havendo nem mesmo tradição eclesiástica sobre o local. Atualmente, há dois lugares que fazem reivindicações insistentes, ambos apresentando argumentos baseados em probabilidades, de maneira que torna a questão das mais difíceis na topografia sagrada... Provavelmente, jamais chegaremos a conhecer o fato real. Jesus condenou-a ao esquecimento e lá ela jaz. Contentar-nos-emos com as notícias do Novo Testamento em sua relação com a obra de Jesus.

“Lemos que ficava em algum lugar nos confins de Zabulom e Naftali; à margem oeste do Mar da Galiléia (comparar Mateus 4:13 com João 6:24). Era perto ou na própria ‘terra de Genesaré’ (comparar Mat. 14:34 com João 6:17, 20, 24), uma planície de aproximadamente 4500 metros de comprimento e 1500 de largura que, segundo Josefo, era um dos mais prósperos e populosos distritos da Palestina. Ficava provavelmente na grande estrada que levava de Damasco ao sul, ‘pelo caminho do mar’ (Mat. 4:15). Houve grande sabedoria na escolha desse lugar para início de um grande ministério público. Era ocupado por uma população ativa. A extrema riqueza da maravilhosa planície de Genesaré sustentava a massa de habitantes que atraía. Josefo (B. J. iii, 10:8) faz uma esplêndida descrição desta terra.” — Deems, *Light of the Nations*, pp. 167, 168.

6. Conhecimento não assegura salvação. — O apóstolo Tiago repreendeu seus irmãos por certas afirmações vãs. (Tiago 2:19) Disse ele: Declarai com orgulho e satisfação vossa crença em Deus; vangloriai-vos de distinguir-vos dos idólatras e gentios por aceitardes um só Deus; fazeis bem em professar e crer dessa maneira; mas, lembrai-vos, há outros que fazem o mesmo; até os demônios acreditam; e, podemos acrescentar, tão firmemente que estremecem ao pensar no destino que essa crença assegura.” As confissões dos demônios, de que Cristo era o Filho de Deus, baseavam-se em conhecimento; não obstante, o conhecimento da grande verdade não alterou sua natureza iníqua. Que grande diferença havia entre o seu reconhecimento do Salvador, e o de Pedro que, respondendo à pergunta do Mestre: “E vós quem dizeis que eu sou?” respondeu quase nos mesmos termos que os espíritos imundos já mencionados “Tu és o Cristo o Filho do Deus vivo.” A fé que Pedro possuía já manifestara seu poder vivificante, fizera-o abandonar muito do que lhe era caro; seguir seu Senhor em meio a perseguições e sofrimento; renunciar às coisas do mundo com suas atrações, pela piedade sacrificante que sua fé tornara tão desejável. O conhecimento que tinha de Deus como Pai, e do Filho como Redentor, talvez não fosse maior que o dos espíritos imundos; porém, enquanto para estes aquele conhecimento nada mais era que causa adicional para condená-los, para Pedro era um meio de salvação. — Condensado de *Regras de Fé*, cap. 5).

CAPÍTULO 14

CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA GALILÉIA

A Cura de um Leproso

No dia seguinte àquele memorável sábado, em Cafarnaum, nosso Senhor levantou-se “de manhã muito cedo” e procurou um lugar fora da cidade para ficar a sós. Num local solitário pôs-se a orar, assim demonstrando o fato de que, embora fosse o Messias, era profundamente consciente de Sua dependência do Pai, cuja obra viera realizar. Simão Pedro e outros discípulos encontraram o lugar de Seu retiro e contaram-Lhe que havia multidões ansiosas à Sua procura. Logo o povo se reuniu em torno Dele, insistindo para que permanecesse com eles; “Ele, porém, lhes disse: Também é necessário que eu anuncie a outras cidades o evangelho do reino de Deus; porque para isso fui enviado”¹. E aos discípulos disse: “Vamos às aldeias vizinhas, para que eu ali também pregue; porque para isso vim.”² Depois partiu, acompanhado pelos poucos que já havia associado intimamente a Si, e ministrou em muitas cidades da Galiléia, pregando nas sinagogas, curando doentes e expulsando demônios.

Entre os aflitos que procuravam a ajuda que somente Ele podia dar, estava um leproso,³ que se ajoelhou diante Dele, ou inclinou-se com a face no chão, e humildemente declarou sua fé, dizendo: “Se queres, bem podes limpar-me.” A súplica contida nas palavras daquela criatura era patética; a confiança que expressou, inspiradora. A dúvida em sua mente não era — Pode Jesus curar-me? mas — Desejará Ele curar-me? Com grande compaixão, Jesus colocou a mão sobre o sofredor, imundo como estava, tanto física quanto espiritualmente, pois a lepra é repugnante, e sabemos que a doença deste homem estava em estado adiantado, pois diz a Escritura que ele estava “cheio de lepra”. Então o Senhor disse: “Quero: Sê limpo.” E o leproso foi curado imediatamente. Jesus instruiu-o a mostrar-se ao sacerdote e a fazer as ofertas prescritas na Lei de Moisés em casos como o seu.⁴

Nesta ordem, vemos que Cristo não tinha vindo para destruir a lei, mas, como afirmou em outra ocasião, para cumpri-la;⁵ e neste estágio de Sua obra, o cumprimento ainda estava incompleto. Ademais, tivessem os requisitos legais sido desprezados em questão tão séria como a de recuperar um leproso pròscrito para o convívio da comunidade da qual fora excluído, e a oposição sacerdotal, já crescente e ameaçadora, teria aumentado, resultando em maiores obstáculos ao trabalho do Senhor. Não devia haver qualquer atraso, por parte do homem, no cumprimento das instruções do Mestre; Jesus imediatamente o mandou embora. Além disso, explicitamente ordenou ao homem que não contasse a ninguém a maneira pela qual havia sido curado. Talvez

houvesse boas razões para esta imposição de silêncio, além da simples diretriz de nosso Senhor de desaprovar notoriedade indesejável; pois, tivesse a notícia do milagre precedido a apresentação do homem ao sacerdote, poderiam ter surgido obstáculos ao reconhecerem-no como adequadamente limpo, segundo os ritos levíticos. O homem, entretanto, não pôde guardar para si as boas novas, e saiu “a apregoar muitas coisas, e a divulgar o que acontecera; de sorte que Jesus já não podia entrar publicamente na cidade, mas conservava-Se fora em lugares desertos; e de todas as partes iam ter com Ele.”⁶

Cura e Perdão de um Paralítico

É preciso lembrar que nenhum dos evangelistas tenta apresentar uma história detalhada de todos os feitos de Jesus, nem seguem todos a mesma ordem ao relatar os incidentes com os quais associam as grandes lições dos ensinamentos do Mestre. Há muita incerteza quanto à seqüência real dos acontecimentos.

“Alguns dias” após a cura do leproso, Jesus encontrava-se novamente em Cafarnaum. Os detalhes do que fez durante esse intervalo não são especificados; mas podemos estar certos de que Sua obra continuou, pois Sua ocupação característica era fazer o bem.⁷ Sua morada em Cafarnaum era bem conhecida, e logo se espalhou a notícia de que estava em casa.⁸ Reuniu-se uma grande multidão, de forma que não havia espaço para receber a todos; até mesmo a entrada estava congestionada, e os mais atrasados não podiam aproximar-se do Mestre. Para todos os que estavam dentro ouvindo, Jesus pregou o Evangelho. Um grupo de quatro pessoas aproximou-se da casa, carregando uma padiola ou catre em que se deitava um homem atacado de um tipo de paralisia que priva a pessoa afligida do controle dos movimentos e, comumente, da fala; o homem não podia fazer nada. Seus amigos, desapontados com a impossibilidade de chegarem até Jesus por causa da multidão, recorreram a um expediente incomum, o qual demonstrou, de maneira inconfundível, a fé que tinham no Senhor como alguém que podia expelir e deter doenças, e sua determinação de conseguirem a bênção desejada de Suas mãos.

De alguma forma, levaram o homem doente ao telhado da casa, provavelmente usando uma escada externa ou uma escada de mão, talvez entrando em um prédio contíguo, subindo ao telhado e de lá passando para a casa onde Jesus estava ensinando. Desmancharam parte do telhado, fazendo uma abertura, ou alargando o alçapão que, naquela época, geralmente existia nas casas daquele lugar; e, para surpresa da multidão, baixaram, através do telhado, a cama portátil na qual se encontrava o paralítico. Jesus ficou profundamente impressionado com a fé e as obras⁹ daqueles homens que assim se esforçaram para colocar o paralítico diante Dele; sem dúvida, também, conhecia a fé existente no coração do sofredor; e, olhando compassivamente para o homem, disse: “Filho, os teus pecados estão perdoados.”

Entre o povo ali reunido, havia escribas, fariseus e doutores da lei, não apenas representantes da sinagoga local, mas alguns que tinham vindo de cidades distantes da Galiléia, alguns da Judéia e mesmo de Jerusalém. A classe oficial opusera-se ao Senhor e Suas obras em ocasiões anteriores, e Sua presença no local neste momento pressagiava novas críticas hostis e possíveis dificuldades. Ouviram as palavras ditas ao paralítico e se enfureceram. Em seu coração, acusavam Jesus da terrível ofensa da blasfêmia, que consiste essencialmente em reivindicar para o poder humano ou demoníaco as prerrogativas de Deus, ou em desonrá-Lo, imputando-lhe atributos desprovidos de perfeição.¹⁰ Esses eruditos incrédulos, que incessantemente escreviam e falavam sobre a vinda do Messias, mas que O rejeitavam quando estava ali presente, irritaram-se em silêncio, dizendo consigo: “Quem pode perdoar pecados senão só Deus?” Jesus conhecia seus pensamentos íntimos.¹¹ e respondeu-lhes, dizendo: “Que arrazoais em vosso coração? Qual é mais fácil? dizer: Os teus pecados te são perdoados; ou dizer: Levanta-te e anda”? E então, para dar ênfase e não deixar dúvida quanto a Sua autoridade divina, acrescentou: “Ora, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a Terra poder de perdoar pecados (disse ao paralítico), a ti te digo: Levanta-te, toma a tua cama e vai para tua casa.” O homem se ergueu, completamente restabelecido; e, levantando o colchão sobre o qual fora trazido, saiu andando na presença deles. O assombro do povo mesclouse à reverência e muitos glorificaram a Deus, de cujo poder eram testemunhas.

Este incidente exige um estudo adicional de nossa parte. De acordo com uma das narrações, as primeiras palavras do Senhor ao aflito, foram: “Filho, tem bom ânimo”; seguidas diretamente pela confortante e autoritária afirmação: “perdoados te são os teus pecados.”¹² Provavelmente o homem estava com medo; talvez soubesse que sua enfermidade era o resultado de prazeres iníquos; não obstante, embora pudesse considerar a possibilidade de ouvir apenas condenação por suas transgressões, teve fé para ser levado até ali. No caso deste homem, havia claramente uma estreita ligação entre seus pecados passados e sua presente aflição; e neste particular, seu caso não é único, pois lemos que Cristo admoestou um outro, a quem havia curado, para que não pecasse mais, a fim de que não lhe acontecesse algo pior.¹³ Não há justificativa, entretanto, para supormos que todas as doenças físicas são resultado do pecado; e contra tal idéia, ergue-se a instrução e reprimenda do Senhor àqueles que, no caso de um homem que havia nascido cego, perguntaram quem havia pecado, se o homem ou seus pais, para que caísse sobre ele tão grande maldição; ao que nosso Senhor replicou que a cegueira do homem não era consequência nem de seus próprios pecados nem dos pecados de seus pais.”¹⁴

Em muitos casos, entretanto, a doença é resultado direto de pecado individual. Qualquer que tenha sido a extensão das ofensas passadas, por parte do homem paralítico, Cristo reconheceu seu arrependimento e a fé correspondente, e era prerrogativa legítima do Senhor decidir quanto à idoneidade do homem para receber remissão de seus pecados e alívio de sua enfermidade física. A resposta interrogativa de Jesus à crítica tácita dos escribas, fariseus e doutores, tem sido interpretada de várias

maneiras. Ele perguntou o que era mais fácil dizer: “Os teus pecados te são perdoados” ou dizer: “Levanta-te, e toma o teu leito e anda?” Não é uma explicação racional a de que, quando pronunciadas autorizadamente por Ele, as duas expressões tinham valor similar? A ocorrência deveria ter constituído uma demonstração suficiente, para todos os que ouviram, de que Ele, o Filho do Homem, afirmava possuir — e possuía — o direito e o poder de perdoar as penas tanto físicas quanto espirituais, de curar o corpo de enfermidades visíveis, e de purificar o espírito da doença não menos real do pecado. Assim, em presença de pessoas de todas as classes, Jesus abertamente asseverou Sua divindade, ratificando-a com miraculosa manifestação de poder.

A acusação de blasfêmia, formulada na mente dos críticos rabínicos contra o Cristo, não desapareceria, entretanto, como concepção mental dos mesmos, nem seria anulada pelas palavras posteriores de nosso Senhor. Foi através de falsos testemunhos que Ele, finalmente, foi condenado injustamente e enviado à morte.¹⁵ Já, naquela casa de Cafarnaum, a sombra da cruz atravessara o caminho de Sua vida.

Publicanos e Pecadores

Saindo da casa, Jesus dirigiu-Se à praia, para onde o povo O seguiu; lá, ensinou-os novamente. Terminado Seu discurso, seguiu caminhando e viu um homem chamado Levi, um dos publicanos¹⁶ ou coletores oficiais de impostos, sentado na alfândega onde eram pagas as taxas impostas pela lei romana. Este homem era também conhecido por Mateus, nome menos distintamente judeu que Levi.¹⁷ Mais tarde, tornou-se um dos Doze e foi o autor do primeiro dos Evangelhos. Jesus lhe disse: “Segue-me.” Mateus deixou seu lugar e seguiu o Senhor. Algum tempo depois, o novo discípulo ofereceu um grande banquete em sua casa, em honra ao Mestre, e outros discípulos estavam presentes. Tão odioso aos judeus era o poder de Roma, ao qual estavam sujeitos, que sentiam aversão por todos os oficiais a serviço dos romanos. Particularmente humilhante para eles era o sistema de taxaçaõ compulsória, pelo qual o povo de Israel tinha que pagar tributo a uma nação estrangeira, considerada absolutamente pagã e gentia.

Naturalmente, os cobradores desses impostos eram detestados; e eles, conhecidos como publicanos, provavelmente se ressentiam do tratamento descortês, cobrando, de maneira pouco delicada, os impostos exigidos e, como afirmam os historiadores, freqüentemente infligindo extorsões ilegais ao povo. Se os publicanos em geral eram detestados, podemos facilmente entender o amargo desprezo que os judeus teriam por alguém de sua própria nação que aceitara ser nomeado para tal cargo. Nesta posição pouco invejável encontrava-se Mateus quando Jesus o chamou. Os publicanos formavam uma classe social à parte, pois eram praticamente condenados ao ostracismo pela comunidade em geral. Todos os que se associavam com eles tornavam-se objeto do ódio popular, e “publicanos e pecadores” tornou-se uma designação comum para a casta degradada. Para o banquete oferecido por Mateus, foram convidados muitos de seus amigos e alguns de seus colegas oficiais, de modo que a reunião se compunha,

grandemente, desses desprezados “publicanos e pecadores”. E para essa espécie de reunião, encaminharam-se Jesus e Seus discípulos.

Os escribas e fariseus não poderiam deixar passar tal oportunidade para censuras e críticas acerbas. Hesitaram em dirigir-se diretamente a Jesus, mas indagaram desdenhosamente dos discípulos: “Por que come o vosso Mestre com os publicanos e pecadores?” O Mestre ouviu-os, e respondeu com edificante profundidade mesclada de esplêndida ironia. Citando uma das máximas comuns na época, Ele disse: “Não necessitam de médicos os sãos, mas sim os doentes.” E a isto acrescentou: “Não vim a chamar os justos, mas os pecadores ao arrependimento.” Deixou que os excessivamente críticos fariseus encontrassem sua própria aplicação da réplica, a qual, para alguns, pode ter significado que seu farisaísmo estava sendo censurado e suas pretensões de superioridade escarneadas. A par do velado sarcasmo das palavras do Mestre, deveriam eles ter percebido a sabedoria contida em Sua resposta e tirado benefício dela. O lugar do médico não é entre os doentes? Haveria justificativa para que Ele se conservasse afastado dos enfermos e sofredores? Sua profissão é combater a moléstia, evitá-la quando possível, curá-la quando necessário, tanto quanto Lhe permitir Sua capacidade. Se a reunião festiva na casa de Mateus realmente congregava certo número de pecadores, não seria essa uma oportunidade rara para que o Médico das Almas ministrasse? Os retos não necessitam de arrependimento; mas deverão os iníquos ser deixados em pecado, porque os que se proclamam mestres espirituais não condescendem em estender a mão para ajudá-los?

O Velho e o Novo

Pouco depois do entretenimento oferecido por Mateus, os fariseus preparam-se com nova crítica, desta feita associados a alguns adeptos de João Batista. João encontrava-se preso; mas muitos daqueles que haviam sido trazidos ao seu batismo e que professavam ser seus discípulos, ainda se apegavam aos seus ensinamentos, não conseguindo perceber que o Mais Poderoso, de quem ele havia testificado, estava ministrando entre eles. O Batista havia sido cumpridor escrupuloso da lei; seu estrito ascetismo rivalizava com os princípios farisaicos. Seus discípulos não progressistas, privados de seu líder, naturalmente aproximaram-se dos fariseus. Alguns dos discípulos de João vieram a Jesus, inquirindo-O a respeito de Sua aparente indiferença quanto à questão do jejum, e dirigiram-lhe uma pergunta direta: “Por que jejuam os discípulos de João e os fariseus, e não jejuam os Teus discípulos?”¹⁸ A resposta de nosso Senhor deve ter-lhes trazido à memória as palavras de seu amado líder, agora aprisionado, quando este se comparou ao amigo do Esposo, dizendo-lhes claramente quem era o Esposo verdadeiro.¹⁹ “E Jesus disse-lhes: Podem porventura os filhos das bodas jejuar enquanto está com eles o esposo? Enquanto têm consigo o esposo, não podem jejuar; mas dias virão em que lhes será tirado o esposo, e então jejuarão naqueles dias.”²⁰

Se os inquiridores conseguiram compreender a verdadeira importância desta resposta, não podem ter deixado de perceber uma revogação subentendida das práticas puramente cerimoniais, contidas no código das regras rabínicas e nas inúmeras tradições associadas à lei. Mas para tornar o *assunto mais* claro em suas mentes tendenciosas, Jesus apresentou-lhes ilustrações que podem ser classificadas como parabólicas. “Ninguém”, disse Ele, “deita remendo de pano novo em roupa velha; doutra sorte o mesmo remendo novo rompe o velho, e a rotura fica maior. E ninguém deita vinho novo em odres velhos; doutra sorte, o vinho novo rompe os odres e entorna-se o vinho, e os odres estragam-se; o vinho novo deve ser deitado em odres novos.”²¹

Desta forma, nosso Senhor proclamou a atualidade e perfeição de Seu Evangelho. Não era o mesmo, de forma alguma, um remendo do judaísmo. Ele não viera para remendar roupas velhas e rotas; o tecido que trazia era novo, e costurá-lo sobre o velho seria apenas rasgar novamente o pano gasto, deixando um rasgão pior do que o primeiro. Ou, para mudar a imagem, vinho novo não pode, com segurança, ser depositado em odres velhos. Os odres aqui mencionados eram sacos feitos de pele de animais, e, naturalmente deterioravam-se com o tempo. Assim como o couro velho se parte ou rasgase mesmo sob leve pressão, os odres velhos, feitos de pele, rompiam-se com a pressão do suco fermentado, perdendo-se o bom vinho. O Evangelho ensinado por Cristo era uma nova revelação, substituindo a passada, e marcando o cumprimento da lei; não era um simples adendo, como não era uma reiteração de requisitos passados; incluía um convênio novo e eterno. Tentativas para remendar o manto judaico do tradicionalismo com o tecido novo do convênio não resultariam em nada mais agradável à vista do que um rasgão no pano. O vinho novo do Evangelho não poderia ser contido nos velhos e gastos recipientes das libações mosaicas. O judaísmo seria depreciado e o cristianismo pervertido por tão incongruente associação.²²

Pescadores de Homens

É improvável que os discípulos que seguiram Jesus nos primeiros meses de Seu ministério tenham permanecido com Ele continuamente até a época que agora consideramos. Alguns daqueles que mais tarde foram convocados para o apostolado, trabalhavam como pescadores, mesmo enquanto Jesus ativamente desempenhava as funções de Mestre em sua vizinhança. Um dia, quando o Senhor Se encontrava perto do lago ou mar da Galiléia, uma numerosa multidão comprimia-se ao Seu redor, ansiosa por ouvir as palavras extraordinárias que costumava pronunciar.”²³ Perto dali, havia dois barcos de pesca parados na praia; seus donos estavam por perto, lavando e consertando suas redes. Um dos barcos pertencia a Simão Pedro, que já se havia identificado com a obra do Mestre; Jesus entrou neste barco e pediu a Simão que se afastasse um pouco da terra. Sentando-se, como os mestres daquele tempo ao proferir Seus discursos, o Senhor pregou deste púlpito flutuante para a multidão que estava na praia. Não temos conhecimento do tema de Sua pregação.

Ao terminar, Jesus disse a Simão que se dirigisse para o alto mar e lançasse as redes de pescaria. Presumivelmente, André estava com seu irmão no barco, assim como outros ajudantes. Simão replicou: “Mestre, havendo trabalhado toda a noite nada apanhamos; mas sob tua palavra lançarei a rede.” Logo a rede se encheu de peixes; tantos foram os peixes apanhados, que a rede começou a romper-se e os pescadores acenaram aos do outro barco, para que viessem ajudá-los. A pesca encheu ambos os barcos de forma que pareciam estar em perigo de naufrágio. Simão Pedro maravilhou-se com esta nova evidência do poder do Mestre e, caindo aos pés de Jesus, exclamou: “Senhor, ausenta-te de mim que sou um homem pecador.” Jesus respondeu bondosamente, prometendo: “Não temas, de agora em diante serás pescador de homens.”²⁴ Os ocupantes do segundo barco eram Zebedeu e seus dois filhos, Tiago e João, sendo este último aquele que com André havia deixado o Batista, para seguir Jesus, junto ao Jordão.²⁵ Zebedeu e seus filhos eram sócios de Simão no negócio da pesca. Voltando à terra, os irmãos Simão e André e os dois filhos de Zebedeu, Tiago e João, deixaram seus barcos e acompanharam Jesus.

Este estudo foi baseado no registro de Lucas; os registros mais breves e menos circunstanciais de Mateus e Marcos omitem o incidente da pesca milagrosa e dão ênfase ao chamado dos pescadores. A Simão e André Jesus disse: “Vinde após mim e eu vos farei pescadores de homens.” O contraste assim apresentado entre sua vocação anterior e seu novo chamado é extraordinariamente vigoroso. Até então haviam apanhado peixes, os quais tinham por destino a morte; a partir desse momento, deveriam pescar homens — para uma vida eterna. O chamado dirigido a Tiago e João não foi menos explícito; e eles também abandonaram tudo para seguir o Mestre.

NOTAS DO CAPÍTULO 14

1. Lepra. — Na Bíblia esta denominação é aplicada a várias doenças que possuem, entretanto, alguns sintomas em comum, pelo menos nos primeiros estágios da moléstia. A verdadeira lepra é hoje um flagelo e uma praga em muitas das terras orientais. Zenos em seu *Standard Bible Dictionary*, diz: “A verdadeira lepra, como conhecida nos tempos modernos, é uma enfermidade que se caracteriza pela aparição de nódulos nas sobrancelhas, faces, nariz e lóbulos da orelha, e também nas mãos e nos pés, onde a moléstia come as juntas, causando a queda dos dedos e artelhos. Se os nódulos não aparecem, surgem manchas esbranquiçadas ou descoloridas na pele (lepra muscular) Ambas as formas são baseadas na degeneração funcional dos nervos da pele. Hansen, em 1871, descobriu ser a doença causada por um bacilo específico. Uma dieta deficiente, entretanto, parece favorecer sua propagação. A lepra era uma das poucas condições anormais do corpo que a lei levítica declarava imunda. Tomavam, portanto, medidas elaboradas para testar sua existência, assim como para a purificação daqueles que eram curados.”

Deems, em *Light of the Nations* p. 185, resumindo as condições incidentes aos estágios adiantados da horrível doença, escreve: “Os sintomas e efeitos desta doença

são repugnantes. Aparece uma casca ou intumescimento branco, mudando no lugar a cor do cabelo para amarelo; depois, uma mancha mais profunda que a pele, ou ferida, no lugar do intumescimento. Então, espalha-se e ataca as partes cartilagosas do corpo. As unhas se desprendem e caem, as gengivas amortece e os dentes deterioram-se e caem: o hálito é fétido, o nariz decompõe-se, os dedos, mãos e pés podem ser perdidos, ou os olhos comidos. A beleza humana cai em corrupção, e o paciente sente que está sendo comido como por um demônio, que o consome vagarosamente numa refeição impiedosa, que não termina até que ele seja destruído. Ele é separado de seus amigos. Quando alguém se aproxima, ele deve gritar ‘Imundo! Imundo!’, para que toda a humanidade possa afastar-se. Deve abandonar esposa e filhos e ir viver com outros leprosos, à vista desalentadora de misérias semelhantes à sua própria. Deve morar em casas desmanteladas ou em tumbas. Ele é, como diz Trench, uma terrível parábola da morte. Pelas leis de Moisés (Lev. 13:45 Núm. 6:9; Eze. 24:17), era obrigado, como se estivesse de luto por sua própria morte, a carregar consigo os emblemas da morte — as roupas rasgadas; devia conservar a cabeça raspada e os lábios cobertos, como era o costume com aqueles que tinham comunhão com os mortos. Quando os Cruzados trouxeram a lepra do Oriente, era comum cobrir o leproso com uma mortalha e dizer por ele a missa dos mortos... Em todas as épocas, esta doença indescritivelmente horrenda tem sido considerada incurável. Os judeus acreditavam que Jeová a infligia diretamente, como punição por alguma perversidade extraordinária ou algum ato transcendente de pecado, e que apenas Deus podia curá-la. Quando Naamã foi curado e sua carne renovada como a de uma criança, ele disse: “Eis que tenho conhecido que em toda a terra não há Deus, senão em Israel.” (II Reis 5:14-15)

O fato de que a lepra não é, de maneira geral, transmissível por mero contato exterior é acentuado por Trench, *Notes on the Miracles*, pp. 165-168, e o isolamento dos leprosos, exigido pela lei mosaica, é por ele considerado como pretensa lição prática e imagem para ilustrar a impureza espiritual. Diz ele: “Refiro-me à suposição errada de que a lepra era contagiosa, passando de uma pessoa a outra; e de que os leprosos eram tão cuidadosamente isolados, a fim de que não transmitissem a doença a outros, da mesma forma que as roupas rasgadas, os lábios cobertos, o grito ‘Imundo, imundo’ (Lev. 13:45) constituíam avisos para que todos se mantivessem afastados, para que não tocassem, inadvertidamente, um leproso, ou se aproximassem demasiadamente dele, contagiando-se. Quanto à existência de tal perigo, todos que até agora têm estudado mais profundamente o assunto, concordam que a moléstia não é transmissível de uma pessoa a outra através de simples contato. Um leproso poderia transmiti-la a seus filhos ou a mãe de uma criança leprosa pode ser contaminada por ela. ‘Todas as menções feitas no Velho Testamento, assim como em outros livros judeus, confirmam que temos aqui algo muito mais elevado que uma simples regulamentação sanitária. Assim, onde a lei de Moisés não era observada, não ocorria, necessariamente, tal reclusão; Naamã, o leproso, comandava os exércitos da Síria (II Reis 5:1); Geazi, com sua lepra incurável, (II Reis 5:27) falava familiarmente com o rei da Israel apóstata. (II Reis 8:5)... E, ainda mais, como teriam os sacerdotes levitas

escapado à moléstia, fosse ela contagiosa, obrigados como eram, por seu próprio ofício, a tocar o leproso, submetendo-o ao mais minucioso exame?(...) A lepra era nada menos que a morte em vida; uma corrupção de todos os humores, um envenenamento das próprias fontes da vida; uma dissolução gradativa de todo o corpo, de forma que um membro do corpo após outro realmente se decompunha e caía. Aarão descreve exatamente a aparência do leproso aos olhos dos observadores, quando, intercedendo por Miriam diz: ‘Não seja ela como um morto, que saindo do ventre de sua mãe, tenha metade da sua carne já consumida.’ (Núm. 12:12). Além do mais, a doença não era curável pela perícia e habilidade do homem; não que o leproso não pudesse recuperar a saúde, pois, embora raros, tais casos são considerados na lei levítica... O leproso, marcado assim de maneira tão terrível pelo estigma visível do pecado em sua alma era tratado em toda parte como um pecador, alguém em quem o pecado havia alcançado seu climax, alguém que havia morrido em transgressão. Era ele uma terrível parábola da morte. Trazia consigo os emblemas da morte (Lev. 13:45); as roupas rasgadas, de luto por si mesmo, como um morto; a cabeça raspada, como eram obrigados a ter aqueles que eram maculados por comunhão com os mortos (Núm. 6:9; Eze. 24:22); os lábios cobertos (Eze. 24:17) (...) Mas o leproso era como um morto, e como tal era afastado do acampamento (Lev. 13:46; Núm. 5:2-4) ou da cidade (II Reis 7:3) sendo esta lei tão estritamente observada, que até mesmo a irmã de Moisés não pôde escapar a ela (Núm. 12:14, 15); e os próprios reis, como Uzias (II Crôn. 26:21; II Reis 15:5) tinham que submeter-se à mesma, sendo-lhes ensinado, com esta exclusão, que o que acontecia aqui simbolicamente deveria acontecer na realidade com cada um que fosse encontrado na morte do pecado.”

Para detalhes das elaboradas cerimônias de purificação de um leproso recuperado, veja-se Levítico, capítulo 14.

2. Blasfêmia — A essência do grande pecado de blasfêmia não se resume, como muitos supõem, apenas na profanação, mas como o Dr. Kelso, *Standard Bible Dictionary*, sumariza: Qualquer uso indevido do nome divino (Lev. 24:11), toda expressão derogatória à Majestade de Deus (Mat. 26:65) e pecados cometidos com consciência — isto é, transgressão premeditada dos princípios básicos da teocracia (Núm. 9:13; 15:30; Êxo. 31:14) — eram considerados blasfêmia; a penalidade era morte por apedrejamento (Lev. 24:16).” O *Bible Dictionary de Smith*, afirma: “Blasfêmia, no seu sentido técnico, em nossa língua, significa falar mal de Deus, e, neste sentido, é encontrada em Salmos 74:18; Isa. 52:5; Rom. 2:24, etc. Por esta acusação tanto o Senhor como Estevão foram condenados à morte pelos judeus. Quando uma pessoa ouvia uma blasfêmia, colocava a mão sobre a cabeça do ofensor, para simbolizar a responsabilidade exclusiva do mesmo pela falta e, pondo-se de pé, rasgava o próprio manto, que nunca mais deveria ser consertado.” (Ver Mateus 26:65.)

3. Publicano. — “Palavra que originalmente significava empreiteiro de obras ou suprimentos públicos, ou agricultor de terras públicas, porém mais tarde aplicada aos romanos que compravam do governo o direito de cobrar impostos em determinado

território. Esses compradores, sempre fidalgos (os senadores eram excluídos por motivo de sua posição), tornavam-se capitalistas e formavam poderosas sociedades por ações, cujos membros recebiam uma porcentagem sobre o capital investido. Os capitalistas das províncias não podiam comprar os impostos, que eram vendidos em Roma aos mais altos arrematadores e estes, para recuperar-se, arrendavam seus territórios (por um preço bem maior do que haviam pago ao governo) aos publicanos nativos (locais), que, por sua vez, tinham que tirar lucro do dinheiro empregado, e que, sendo avaliadores fiscais de propriedades, além de coletores de impostos, encontravam inúmeras oportunidades de oprimir o povo, que os odiava, tanto por essa razão como porque o imposto em si era a marca de sua sujeição aos estrangeiros.” — J. R. Sterrett, *Standard Bible Dictionary*.

4. Pescadores de homens. — “Vinde após mim e eu vos farei pescadores de homens”, disse Jesus aos pescadores, que mais tarde se tornaram Seus apóstolos (Mat. 4:19). A versão de Marcos é quase a mesma (1:17), enquanto a de Lucas (5:10) diz: “(...) de agora em diante sereis pescadores de homens.” A tradução correta é, como concordam os comentadores, “de agora em diante apanhareis homens vivos.” Esta variante dá ênfase ao contraste do texto — entre pegar peixes para os matar e conquistar homens para os salvar. Considere, nesta mesma linha, a predição do Senhor através de Jeremias (16:16), para alcançar Israel dispersada: “Eis que mandarei muitos pescadores, diz o Senhor, os quais os pescarão”, etc.

5. “Teus pecados te são perdoados.” — O seguinte comentário de Edersheim (*Life and Times of Jesus the Messiah*, vol. i, pp. 505, 506) sobre o incidente que estamos considerando é instrutivo: “Neste perdão de pecados, Ele apresentou Sua pessoa e autoridade como divinas, e provou-o pelo milagre da cura que se seguiu. Tivesse havido uma inversão na seqüência (isto é, tivesse Cristo primeiro curado o homem e depois dito que seus pecados estavam perdoados) teria certamente apresentado evidência de seu poder, mas não de sua personalidade divina, nem de Sua autoridade para perdoar pecados; e isto, não a realização de milagres, era o objetivo de Seu ensino e missão, dos quais os milagres não constituíam senão evidência secundária. Assim, pelo raciocínio interior dos escribas, que era conhecido por Aquele que lê todos os pensamentos, o desfecho foi bem o oposto do que poderiam ter esperado. Absolutamente injustificado, na verdade, era o sentimento de desacato que percebemos em Suas palavras não proferidas, se as lermos: ‘Por que diz este assim blasfêmias?’ ou, de acordo com uma transcrição mais correta: ‘Por que fala este assim? Ele blasfema!’ E ainda, de acordo com seu ponto de vista, eles estavam certos, pois somente Deus pode perdoar pecados, e não foi esse poder jamais concedido ou delegado ao homem. Mas seria Ele um simples homem, mesmo que semelhante aos mais honrados servos de Deus? Homem, certamente; mas ‘o Filho do Homem’ (...) Parecia fácil *dizer* ‘Teus pecados te são perdoados’. Mas para Ele, que tinha autoridade para fazê-lo na Terra, não era nem mais fácil nem mais difícil que dizer: ‘Levanta-te, toma a tua cama e anda.’ Entretanto estas últimas palavras certamente provaram a primeira afirmação, dando-lhe, à vista de todos os homens, indiscutível realidade. E assim tinham sido os

pensamentos desses escribas, os quais aplicados a Cristo eram ‘malignos’ — uma vez que Lhe imputaram blasfêmia — que deram oportunidade a que se oferecesse evidência real daquilo que teriam impugnado e negado. De nenhuma outra forma poderia o objetivo do milagre, e deste milagre em especial, ser atingido, de melhor maneira que através dos ‘maus pensamentos’ desses escribas, quando, miraculosamente trazidos à luz, revelam a dúvida íntima, focalizando a mais importante de todas as perguntas concernentes a Cristo. E assim, mais uma vez, foi a ira do homem que o exaltou.”

CAPÍTULO 15

SENHOR DO SÁBADO

O Sábado Sagrado para Israel

A observância do sábado como dia santo era um requisito preeminente entre os mandamentos do Senhor ao Seu povo, Israel, desde os primórdios de sua história como nação. Na verdade, guardar o sábado como dia em que toda tarefa ordinária devia cessar, era uma característica nacional pela qual os israelitas se distinguiam dos povos pagãos, e isto era justo, pois a santidade do sábado se tornou um sinal do convênio entre o povo escolhido e seu Deus. A inviolabilidade do sábado havia sido anunciada no relato da criação, antecedendo a vinda do homem à Terra, como é demonstrado pelo fato de que Deus descansou após os seis períodos ou dias de trabalho criativo, e abençoou o sétimo dia e o santificou.¹ Durante o êxodo de Israel, o sétimo dia foi designado como o de descanso, no qual não era permitido assar, cozer, nem preparar alimento de qualquer outra forma. Um suprimento duplo de maná devia ser recolhido no sexto dia, enquanto nos outros dias era expressamente proibido guardar a sobra deste pão cotidiano enviado do céu. O Senhor observava o caráter sagrado do dia santo, não dando maná durante o mesmo.²

O mandamento de celebrar rigorosamente o sábado tornou-se claro e explícito no decálogo, escrito pela mão de Deus em meio à majestosa glória do Sinai; e a ordem formal estava sempre diante do povo na forma de freqüentes proclamações.³ Era ilícito acender fogo naquele dia; e registra-se que um homem foi condenado à morte por recolher lenha no sétimo dia.⁴ Sob a administração de profetas posteriores, a santidade do sábado, as bênçãos prometidas aos que santificassem esse dia, e o pecado da sua profanação foram reiterados em palavras de inspirado vigor.⁵ Neemias fez admoestações e reprovações sobre esse assunto, e atribuiu a aflição do povo à perda dos favores de Jeová em virtude da violação do sábado.⁶ Pela boca de Ezequiel, o Senhor afirmou que a instituição do sábado era um sinal do convênio entre Ele e o povo de Israel; e com severidade, reprovou aqueles que não guardavam o dia.⁷ Para o ramo separado da nação israelita, que havia colonizado o hemisfério ocidental, o respeito à santidade do sábado era uma exigência não menos imperativa.⁸

A observância exigida, entretanto, era bem o oposto de aflições e fardos; o dia de descanso era consagrado ao repouso e justo prazer, e devia ser um dia de festa espiritual diante do Senhor. Não era estabelecido como dia de abstinência; todos podiam comer, porém tanto a ama quanto a criada deviam ser dispensadas do trabalho de preparar alimento; nem o senhor nem o servo deviam arar, cavar ou realizar qualquer outra tarefa; e o dia de descanso semanal era tanto para benefício do gado quanto de seus donos.

Além do sábado semanal, o Senhor, em Sua misericórdia, prescreveu também um ano sabático; em cada sétimo ano, a terra deveria descansar, aumentando assim sua fertilidade.⁹ Depois que sete vezes sete anos se tivessem passado, o quinquagésimo deveria ser celebrado como o ano do jubileu, durante o qual o povo viveria do que acumulara nas prósperas estações precedentes, regozijando-se em liberalidade, concedendo uns aos outros resgate de hipotecas e obrigações, perdendo dívidas, aliviando encargos — o que devia ser feito com o espírito de misericórdia e justiça.¹⁰ Os sábados estabelecidos pelo Senhor, fossem dias, anos, ou semanas de anos, eram designados para serem tempos de refrigério, alívio, bênção, generosidade e adoração.

Para os muitos que consideram a necessidade de trabalhar como parte do anátema provocado pela queda de Adão, o sábado deveria ser como um dia de alívio temporário, um período de isenção do labor, e como uma oportunidade abençoada que permite ao homem aproximar-se mais daquele de cuja presença foi afastado em virtude do pecado. E, para aqueles que têm uma visão mais elevada da vida, e encontram no trabalho tanto felicidade como bênção material, o repouso periódico traz um novo vigor e novo prazer com que o indivíduo enfrenta os dias que se seguem.

Mas, muito antes do advento de Cristo, o propósito original do sábado tornara-se grandemente ignorado em Israel; e o espírito de sua observância havia sido sufocado pelo peso dos regulamentos rabínicos e o formalismo das restrições. No tempo do ministério do Senhor, eram inumeráveis as interpretações técnicas prescritas como regras e atribuídas à lei; e a carga que desta forma fora imposta ao povo tornou-se quase insuportável. Entre os muitos requisitos sadios da lei mosaica, que os mestres e legisladores espirituais dos judeus haviam tornado tão difícil de suportar, a observância do sábado ocupava lugar de destaque. A “sebe” que eles pretensamente ergueram ao redor da lei¹¹, em uma apropriação não autorizada, era particularmente espinhosa nas partes devotadas ao sábado judaico. Mesmo as mais insignificantes infrações das regras tradicionais eram severamente punidas, e a pena capital pairava sobre a cabeça do povo como a ameaça derradeira para a suprema profanação.¹²

A Cura de um Paralítico no Sábado

Em vista das condições reinantes, não nos surpreendemos ao encontrar nosso Senhor, relativamente cedo no decorrer de Seu trabalho público, sendo acusado de violar o sábado. Um exemplo que acarretou muitas manifestações é registrado por João,¹³ cuja narrativa compreende a passagem de um milagre comovente. Jesus estava novamente em Jerusalém, por ocasião de uma das festas judaicas.¹⁴ Havia na cidade um tanque de água, chamado Betesda, próximo ao mercado de ovelhas. Por sua descrição, podemos concluir que se tratava de uma fonte natural; provavelmente a água era rica em sólidos dissolvidos ou em gases, ou ainda em ambos, constituindo o que chamamos hoje de fonte mineral, pois vemos que a água tinha fama de possuir qualidades curativas, e muitos enfermos iam banhar-se nela. A fonte era de natureza pulsativa; a determinados intervalos, suas águas elevavam-se em borbulhante tumulto,

voltando em seguida ao nível normal. Fontes minerais desta espécie são encontradas hoje em muitas partes do mundo. Alguns acreditavam que a agitação periódica das águas de Betesda era resultado de uma intervenção sobrenatural; e dizia-se que “o primeiro que ali descia, depois do movimento da água, sarava de qualquer enfermidade que tivesse.” O tanque de Betesda ficava total ou parcialmente cercado; e cinco alpendres haviam sido construídos para abrigar aqueles que esperavam o movimento intermitente das águas.

Em certo sábado, Jesus visitou o tanque e viu muitos doentes esperando. Entre eles, estava um homem que havia trinta e oito anos se encontrava gravemente enfermo. Pelas palavras do homem acerca da própria debilidade, podemos inferir que sua moléstia era paralisia, ou, possivelmente, uma forma aguda de reumatismo; qualquer que fosse sua aflição, tornava-o tão incapacitado, que ele tinha uma oportunidade muito pequena de entrar no tanque no momento preciso, pois outros menos inválidos se lhe adiantavam; e, segundo as lendas relativas às propriedades curativas da fonte, somente o primeiro a penetrar nas águas, após sua turbulência, podia ter esperança de cura.

Jesus reconheceu no homem um indivíduo merecedor de uma bênção, e disse-lhe: “Queres ficar são?” A pergunta foi tão simples, que quase pareceu supérflua... Claro é que o homem desejava ser curado, e esperava paciente mas ansiosamente pela pequena oportunidade de chegar às águas no momento exato. Entretanto, estas palavras do Mestre, assim como todas as outras, tinham um propósito. A atenção do homem foi atraída para Ele, e Nele se fixou; a pergunta despertou no coração do sofredor um renovado anseio pela saúde e pela força das quais havia sido privado desde os dias de sua juventude. Sua resposta foi dolorosa e revelou seu desesperado estado de espírito; estava pensando apenas nas apregoadas virtudes do tanque de Betesda, quando disse: “Senhor, não tenho homem algum que quando a água é agitada, me meta no tanque; mas, enquanto eu vou, desce outro antes de mim.” Então falou Jesus: “Levanta-te, toma a tua cama e anda.” A força imediatamente ressurgiu naquele homem que, por quase quatro décadas, havia sido inválido; ele obedeceu ao Mestre, e, tomando o pequeno colchão ou catre no qual se deitava, saiu andando.

Não tinha caminhado muito quando os judeus, isto é, alguns dos oficiais, pois assim o evangelista João emprega o termo, o viram carregando sua cama; e era sábado. À peremptória reprimenda dos mesmos, respondeu, com a gratidão e simplicidade honesta de seu coração, que Aquele que o havia curado lhe dissera que tomasse a sua cama e andasse. O interesse dos inquiridores transferiu-se instantaneamente do homem para Aquele que realizara o milagre; mas o que fora aleijado não pôde fornecer o nome do seu Benfeitor, pois perdera Jesus de vista na multidão, antes que tivesse a oportunidade de formular perguntas ou agradecimentos. O homem que havia sido curado dirigiu-se ao templo, possivelmente impelido por um desejo de expressar em oração seu reconhecimento e júbilo. Lá Jesus o encontrou e lhe disse: “Eis que já estás são; não peques mais, para que não te suceda alguma coisa pior”.¹⁵ A aflição do homem, provavelmente, havia sido causada por seus hábitos pecaminosos. O Senhor

decidiu que ele já havia sofrido suficientemente na carne, e pôs fim ao seu tormento físico, admoestando-o depois para que não pecasse mais.

O homem foi e contou aos oficiais quem o havia curado. Isto ele pode ter feito com o desejo de honrar e glorificar o Doador de sua dádiva; não há justificativa para atribuir-lhe qualquer propósito indigno, embora, com seu ato, tenha servido de instrumento para aumentar a perseguição de seu Senhor. Tão intenso era o ódio da facção sacerdotal, que os oficiais procuraram um meio de levar Jesus à morte, com o razoável pretexto de que havia profanado o dia do sábado. Podemos perguntar-nos por qual ato esperariam condená-Lo, mesmo com a mais estrita aplicação de Suas leis. Não havia qualquer prescrição contra o falar no dia de sábado; e Jesus tinha apenas falado para curar. Ele não havia carregado a cama do homem, nem tentado realizar o mais leve trabalho físico. De acordo com Sua própria interpretação da lei, não tinham qualquer acusação contra Ele.

A Resposta do Senhor aos Judeus Acusadores

Não obstante, os oficiais judeus fizeram acusações a Jesus. Se a entrevista se realizou dentro das paredes do templo, na rua, no mercado ou no tribunal, não importa. A resposta que deu às acusações não se limitou à questão da observância do sábado, mas se constitui no mais completo sermão encontrado nas Escrituras a respeito do assunto vital que é a relação entre o Pai Eterno e Seu Filho, Jesus Cristo.

Sua primeira frase aumentou a já intensa raiva dos judeus. Referindo-Se à obra que havia feito no dia santo, disse: “Meu Pai trabalha até agora, e Eu trabalho também.” Esta afirmação eles interpretaram como blasfêmia.¹⁶ “Por isso pois os judeus ainda mais procuravam matá-Lo, porque não só quebrantava o sábado, mas também dizia que Deus era Seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus.” Jesus replicou ao Seu protesto expresso ou silencioso que Ele, o Filho, não estava agindo independentemente, e que, na verdade, não podia fazer coisa alguma, exceto o que concordava com a vontade do Pai, e aquilo que havia visto o Pai fazer; e que o Pai amava o Filho de tal forma, que lhe mostrava Suas obras.

Observe-se que Jesus, de forma alguma tentou mudar a interpretação que haviam dado às Suas palavras; pelo contrário, confirmou a exatidão das Suas deduções. Ele se proclamava realmente ligado ao Pai, numa forma ainda mais íntima e sublime do que aquela que eles haviam imaginado. A autoridade que Lhe dera o Pai não se limitava à cura de enfermidades físicas; Ele tinha poder até mesmo para levantar os mortos — “Pois, assim como o Pai ressuscita os mortos, e os vivifica, assim também o Filho vivifica aqueles que quer”. E ainda mais, o julgamento dos homens Lhe havia sido confiado; e ninguém podia honrar o Pai, se não honrasse o Filho. Seguiu-se esta incisiva declaração: “Na verdade, na verdade vos digo, que quem ouve a minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, e não entrará em condenação, mas, passou da morte para a vida.”

O domínio do Cristo não era limitado pelo túmulo; até mesmo os mortos dependiam totalmente Dele para alcançar a salvação; aos ouvidos aterrorizados de Seus aturdidos acusadores, Ele proclamou a verdade solene de que estava próxima a hora na qual os mortos ouviriam a voz do Filho de Deus. Meditemos sobre esta profunda afirmação: “Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora, e agora é, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão.” A fúria assassina dos judeus foi repelida pela afirmativa de que, sem sua submissão, não poderiam eles tirar-lhe a vida: “Porque como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo.” Fez outra afirmação igualmente insólita: “E deu-lhe o poder de exercer o juízo, porque é o Filho do Homem”. Ele, o Filho do exaltado e glorificado Homem de Santidade, e agora um Homem mortal,¹⁷ deveria ser o juiz dos homens.

Não é de se admirar que eles se maravilhassem; jamais tinham ouvido ou lido tal doutrina, não era nem dos escribas, nem dos rabis, nem das escolas farisaicas ou saducéias. “Falando da ressurreição dos mortos, com referência aos que ouvirão a voz do Filho do Homem: e ressurgirão; os que fizeram o bem, na ressurreição dos justos, e os que fizeram o mal, na ressurreição dos injustos.”¹⁸

Esta proclamação da ressurreição, expressada tão claramente que o mais iletrado podia entender, deve ter ofendido os saduceus presentes, pois enfaticamente negavam a realidade da ressurreição. A universalidade de uma ressurreição é aqui afirmada indubitavelmente; não apenas os justos, mas também aqueles que merecem ser condenados deverão erguer-se de suas tumbas com seus corpos de carne e ossos.¹⁹

Então, asseverando novamente a concórdia da vontade do Pai e da Sua, Cristo referiu-Se à questão de testemunhas sobre Sua obra. Admitiu o dogma corrente naquele tempo, de que o testemunho de um homem sobre si mesmo, sem corroboração, não era suficiente; mas acrescentou: “Há outro que testifica de mim e sei que o testemunho que ele dá de mim é verdadeiro.” Ele cita João Batista, e recorda-lhes que haviam enviado a ele uma delegação, tendo João, em resposta, prestado seu testemunho do Messias; e João havia sido uma luz brilhante e refulgente, em cujo ministério muitos se haviam temporariamente regozijado. Foi tornado claro aos judeus hostis que o testemunho de João era válido segundo as suas mais estritas regras de evidência; “Mas”, continuou Ele, “não recebo testemunho de homem; (...) Eu tenho maior testemunho do que o de João; Porque as obras que o Pai me deu para realizar, as mesmas obras que eu faço, testificam de mim, que o Pai me enviou. E o Pai que me enviou, ele mesmo testificou de mim.”

Depois, em termos de condenação irrestrita, disse-lhes que estavam desprovidos da palavra de Deus, pois recusaram-se a aceitá-Lo, a Ele, a quem o Pai enviara. De maneira humilhanteramente direta, admoestou esses eruditos da lei, esses intérpretes dos profetas, esses expositores profissionais das Escrituras Sagradas, a que se aplicassem à leitura e ao estudo. “Examinai as Escrituras” disse Ele, “porque vós cuidais ter nelas à vida eterna, e são elas que de mim testificam.” Condenatoriamente continuou — que

eles, que admitiam e ensinavam encontrar-se nas Escrituras o caminho para a vida eterna, se recusavam a chegar-se a Ele, de quem essas mesmas Escrituras testificavam, embora, fazendo-o, pudessem obter a vida eterna. “Eu não recebo glória dos homens”, — adicionou, — “mas bem vos conheço, que não tendes em vós o amor de Deus.” Eles sabiam que buscavam honra entre os homens, recebiam honra uns dos outros, eram feitos rabis e doutores, escribas e mestres, pela concessão de títulos e graus — tudo dos homens; mas rejeitavam a Ele que viera em nome de um Ser infinitamente maior do que todas as suas escolas ou sociedades — Ele que havia vindo no supremo nome do Pai. A causa de sua ignorância espiritual foi apontada — eles confiavam nas honras dos homens, e não buscavam a honra da dedicação verdadeira à causa de Deus.

Ele havia falado sobre a autoridade de julgamento que lhe havia sido outorgada; agora explicava-lhes que não deviam pensar que Ele os acusaria diante do Pai. Um menor que Ele acusaria, o próprio Moisés, outra de Suas testemunhas em quem professavam tanta confiança — Moisés, em quem diziam todos acreditar — e, atingindo-os com o impacto de sua poderosa acusação, o Senhor continuou: “Porque se vós crêsseis em Moisés, creríeis em mim; porque de mim escreveu ele. Mas se não credes nos seus escritos, como creereis na Minha palavra?” Tais foram as esclarecedoras instruções, e a ardorosa denúncia, que esses homens provocaram com sua fútil tentativa de condenar Jesus sob a acusação de profanar o sábado. Esta não foi senão uma das muitas maquinações pelas quais determinadamente conspiravam, tentando imputar o estigma e invocar a penalidade estabelecida para os profanadores do sábado. Àquele que havia instituído o dia do descanso, e que era, na verdade, o único Senhor do mesmo.

Os Discípulos Acusados de Profanar o Sábado

Sobre o mesmo assunto podemos, proveitosamente, considerar outros exemplos de boas obras realizadas por nosso Senhor nos sábados; e isto podemos fazer sem excessiva consideração pela ordem cronológica dos eventos. Novamente encontramos Jesus na Galiléia, não importa se antes ou depois da visita a Jerusalém, por ocasião da festa não identificada, quando realizou o milagre da cura junto ao tanque de Betesda. Em certo sábado, Ele e os discípulos atravessavam uma seara,²⁰ e, tendo fome, os discípulos começaram a colher algumas espigas maduras, e, esfregando-as entre as mãos, tiravam os grãos e comiam-nos. O que fizeram não constituía furto, pois a lei mosaica determinava que, ao atravessar uma vinha ou seara alheia, uma pessoa podia apanhar uvas ou grãos para saciar a fome; mas era proibido usar foice no campo ou carregar as uvas em qualquer recipiente.²¹ A permissão estendia-se, somente, ao alívio da necessidade momentânea. Quando os discípulos se valeram deste privilégio legal, estavam sendo observados pelos fariseus, os quais imediatamente se dirigiram ao Mestre, dizendo: “Eis que os teus discípulos fazem o que não é lícito fazer num sábado.” Os acusadores, sem dúvida, tinham em mente a sentença rabínica de que esfregar uma espiga entre as mãos, tirando-lhe os grãos, era como debulhar; que soprar a palha era joeirar; e que era ilegal debulhar ou joeirar no sábado. Na verdade, alguns

mestres letrados haviam declarado ser pecado caminhar sobre a erva no sábado, pois a erva podia ter sementes, e arrebentar as sementes seria o mesmo que debulhar grãos.

Jesus defendeu os discípulos, citando um precedente aplicável ao caso, e de muito maior importância. O exemplo foi o de Davi que, com um pequeno grupo de homens, havia pedido pão ao sacerdote Aquimeleque, pois que estavam com fome e com pressa. O sacerdote tinha somente pão consagrado, os pães da proposição que eram, a intervalos, colocados no santuário, e que apenas os sacerdotes tinham permissão para comer. Em vista da urgente necessidade, o sacerdote havia dado o pão da proposição aos homens famintos.²² Jesus também lembrou aos fariseus que criticavam Seus discípulos, que os sacerdotes, no templo, realizavam regularmente muito trabalho no sábado, abatendo as vítimas para os sacrifícios e atendendo ao serviço do altar de maneira geral, sendo, no entanto, considerados inocentes em razão dos elevados requisitos da adoração que tornavam tais trabalhos necessários; e acrescentou com ênfase solene: “Pois eu vos digo que está aqui quem é maior do que o templo.” Ele citou a palavra de Deus dada através de Oséias: “Porque eu quero a misericórdia, e não sacrifício”²³, e reprovou imediatamente sua ignorância e seu zelo iníquo, dizendo-lhes que, se soubessem o que aquela Escritura significava, não teriam condenado os inocentes. Seja lembrado que “O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado.”²⁴

À reprimenda, seguiu-se a afirmação de Sua supremacia pessoal: “*Assim, o Filho do Homem até do sábado é Senhor.*” O que podemos deduzir dessa declaração, a não ser que Ele, Jesus, ali presente na carne, era o Ser através do qual o sábado havia sido instituído, que havia sido Ele quem dera e escrevera o decálogo na pedra, inclusive “Lembra-te do dia do sábado para o santificar”, e “o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus”?

Um Complô Farisaico

Novamente num sábado, Jesus foi à sinagoga e viu na congregação um homem cuja mão direita era mirrada.²⁵ Havia fariseus presentes que observavam para ver se Jesus iria curar o homem, sendo o seu propósito acusá-Lo, caso o fizesse. Os fariseus perguntaram: “É lícito curar nos sábados?” Nosso Senhor refutou o propósito pobremente disfarçado, perguntando: “É lícito no sábado fazer bem?” e estendeu a pergunta “ou fazer mal? Salvar a vida, ou matar?” Eles permaneceram calados, pois a pergunta tinha dois sentidos. Responder afirmativamente significaria justificar a obra de cura; responder com uma negativa seria expor-se ao ridículo. Ele formulou outra pergunta: “Qual dentre vós será o homem que tendo uma ovelha, se num sábado ela cair numa cova, não lançará mão dela, e a levantará? Pois quanto mais vale um homem do que uma ovelha?”

Como os fariseus não pudessem ou desejassem retrucar, Ele sumariou toda a questão, dizendo: “É, por consequência, lícito fazer bem nos sábados.” Então disse ao

homem com a mão mirrada que ficasse diante da congregação. Mágoa e ira misturavam-se em Seu olhar penetrante e majestoso; mas, voltando-Se compassivamente para o homem afligido, ordenou-lhe que estendesse a mão. O homem obedeceu e eis que a mão “ficou sã como a outra!”

Os fariseus, frustrados, estavam enraivecidos, “cheios de furor”, diz Lucas; e saíram para conspirar novamente contra Jesus. Tão amargo era seu ódio, que se aliaram aos herodianos, partido político impopular entre os judeus.²⁶ Os principais do povo estavam prontos a participar de qualquer intriga ou aliança que os ajudasse no seu confesso propósito de levar à morte o Senhor Jesus. Cômscio dessa determinação iníqua contra Si, Jesus afastou-Se da localidade. Outras acusações de profanação do sábado, feitas ao Senhor por casuístas judeus, serão consideradas mais tarde.²⁷

NOTAS DO CAPÍTULO 15

1. Requisitos rabínicos concernentes à observância do Sábado — “Nenhum aspecto do sistema judeu era tão marcante quanto sua extraordinária rigidez relativa à observância do sábado como dia de completo descanso. Baseados no mandamento de Moisés, os escribas haviam formulado uma vasta lista de proibições e injunções, abrangendo toda a vida social, individual e pública, levando-a a extremos de ridícula caricatura. Leis prolixas foram prescritas sobre os tipos de nós que poderiam ser atados legalmente no sábado. Eram ilegais os nós dos cameleiros e marinheiros, e era igualmente ilegal atá-los ou desmanchá-los. Um nó que pudesse ser desmanchado com uma só mão, podia ser desfeito. Um sapato ou sandália, um odre de vinho ou de azeite, um vaso de pele podiam ser amarrados. Um cântaro junto a uma fonte podia ser preso ao cinto, mas não com uma corda... Acender ou apagar o fogo no sábado era um grande desrespeito ao dia, e nem mesmo em caso de enfermidade se permitia violar as regras rabínicas. Era proibido administrar eméticos no sábado, consertar um osso fraturado ou pôr no lugar uma junta deslocada, embora alguns rabis mais liberais afirmassem que tudo o que punha em perigo a vida invalidava a lei do sábado, ‘porque os mandamentos tinham sido dados a Israel apenas para que pudesse viver por eles.’ Se uma pessoa fosse soterrada no sábado, podia ser socorrida se ainda estivesse viva, mas, se morresse, devia ser deixada no mesmo lugar, até que o sábado terminasse.” — Geikie, *Life and Words of Christ*, cap. 38.

2. A festa não identificada. — Muita controvérsia há sobre a festa mencionada em João 5:1, na ocasião em que Jesus curou o paralítico no tanque de Betesda. Muitos escritores afirmam que era a Páscoa, outros que era a festa de Purim, ou qualquer outra celebração judaica. O único aspecto de importância relacionado com o assunto é a possibilidade de descobrir-se, pelo fato, caso pudesse o mesmo ser comprovado, algo sobre a ordem cronológica dos eventos nesse período da vida de nosso Senhor. Não nos é dito que festa era essa, nem o ano, ou época do ano em que ocorreu. O valor do milagre efetuado nessa ocasião, assim como o do discurso doutrinário que provocou, de forma alguma depende da determinação da data.

3. Os pães da proposição. — Esse nome se refere ao “pão da presença” e quer dizer que era colocado na presença de Jeová. O pão assim santificado era feito sem fermento, e consistia de doze formas, que deviam ser depositadas no Lugar Santo em duas colunas de seis unidades cada. Zenos, no *Standard Bible Dictionary*, escreve: “Era permitido que ficassem ali uma semana inteira, ao término de cujo período eram removidos e comidos pelo sacerdote em terreno santo, isto é, dentro dos recintos do santuário. Era considerado sacrilégio outras pessoas que não os sacerdotes comerem os pães da proposição, pois eram ‘santos’“. Ver Êxodo 25:30; Lev. 24:5-9; I Sam. 21:1-6.

4. O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado. — Edersheim (vol. 1, pp. 57, 58) diz: “Quando Davi, fugindo de Saul, ‘sentiu fome’ e comeu o pão da proposição, dando-o aos seus seguidores, embora pela letra da lei levítica o mesmo pudesse ser comido apenas pelos sacerdotes, a tradição judaica justificou sua conduta, alegando que ‘o perigo de vida sobrepujava a lei do sábado’, e, portanto, todas as leis que com ela se relacionavam... Na verdade, a razão pela qual Davi era inocente comendo o pão da proposição era a mesma que tornava legal o trabalho dos sacerdotes. A lei do sábado não era meramente descansar, mas descansar para adorar. Seu objetivo era o serviço do Senhor. Os sacerdotes trabalhavam no sábado, porque esse trabalho era o objetivo do sábado, e Davi teve permissão para comer o pão da proposição não somente porque houvesse perigo de vida por inanição, mas porque ele argumentou que estava a serviço do Senhor e precisava desse alimento. Da mesma forma, os discípulos que seguiam o Senhor estavam em Seu serviço; e ministrar a Ele era mais do que ministrar no templo, pois Ele era maior do que o templo. Se os fariseus tivessem acreditado nisso, não teriam tido dúvidas quanto à conduta dos discípulos, e nem, ao fazê-lo, teriam eles mesmos infringido aquela lei superior que pede misericórdia e não sacrifício.”

CAPÍTULO 16

OS DOZE ESCOLHIDOS

Seu Chamado e Ordenação¹

Em retiro solitário passou o Senhor a noite precedente à manhã em que os Doze Apóstolos foram chamados. Ele “passou a noite em oração a Deus”². E depois, quando raiou o dia, e enquanto muitos se reuniam para ouvir mais sobre o novo e maravilhoso Evangelho do reino, chamou Ele para mais perto de Si alguns, que até então o haviam acompanhado devotadamente como discípulos ou seguidores, e dentre esses escolheu doze, a quem ordenou e deu o nome de apóstolos.³ Nenhum daqueles havia sido anteriormente distinguido por qualquer delegação de autoridade ou cargo; haviam sido contados com os discípulos em geral, embora, como já vimos, sete deles tivessem recebido um chamado preliminar, ao qual haviam prontamente respondido, abandonando total ou parcialmente seus negócios, e seguindo o Mestre. Foram eles André, João, Simão Pedro, Filipe, Natanael, Tiago e Levi Mateus. Até esse memorável dia, entretanto, nenhum dos Doze havia sido ordenado ou designado para o venerável ofício.

Os três evangelistas que registram a organização dos Doze colocam Simão Pedro primeiro e Judas Iscariotes por último, em categoria; eles concordam também quanto à posição relativa de alguns, mas não quanto à de todos os outros. Seguindo a ordem apresentada por Marcos, e esta talvez seja a mais lógica, uma vez que ele indica como os três primeiros aqueles que mais tarde se tornaram os mais preeminentes, temos a seguinte lista: Simão Pedro, Tiago (filho de Zebedeu), João (irmão de Tiago), André (irmão de Simão Pedro), Filipe, Bartolomeu (ou Natanael), Mateus, Tomé, Tiago (filho de Alfeu), Judas (também conhecido como Lebeu ou Tadeu), Simão (distinguido pelo sobrenome de Zelote, também conhecido como o Cananita) e Judas Iscariotes.

Os Doze Considerados Individualmente

Simão, apontado como o primeiro apóstolo, é mais comumente conhecido por *Pedro* — nome que lhe deu o Senhor na ocasião em que se conheceram, e confirmou posteriormente.⁴ Era filho de Jona, ou Jonas, e tinha a profissão de pescador. Ele e seu irmão André eram sócios de Tiago e João, filhos de Zebedeu; a pesca era um negócio próspero, pois eles eram proprietários de barcos e empregavam outros homens.⁵ O lar de Pedro era a pequena aldeia de Betsaida,⁶ na costa ocidental do Mar da Galiléia; mas, na época de seus primeiros contatos com Jesus, ou logo em seguida, Pedro e outros de sua família mudaram-se para Capernaum, onde parece que ele se tornou um proprietário independente.⁷ Simão Pedro havia-se casado antes de seu chamado ao ministério. Encontrava-se em boa situação financeira; e quando uma vez afirmou haver deixado tudo para seguir Jesus, o Senhor não negou que o sacrifício de

Pedro, quanto aos seus bens temporais, tivesse sido tão grande quanto sugerido. Não há razões que justifiquem considerá-lo iletrado ou ignorante. É verdade que tanto ele quanto João foram considerados pelos membros do Sinédrio como “homens sem letras e indoutos”,⁸ mas isso foi dito sobre eles, indicando sua falta de treino nas escolas rabínicas; e é digno de nota o fato de que os membros do mesmo conselho se maravilharam diante da sabedoria e poder manifestados pelos dois apóstolos, a quem afirmavam desprezar.

Pedro possuía um temperamento impulsivo e intrépido, mas faltava-lhe firmeza até ser treinado através de experiências árduas. Tinha muitas fraquezas humanas, mas, a despeito delas, eventualmente superou as tentações de Satanás e as debilidades da carne e serviu seu Senhor como o líder designado e reconhecido dos Doze. As Escrituras não mencionam a época e o local de sua morte; mas a maneira como aconteceu foi prenunciada pelo Senhor ressuscitado⁹ e, em parte, prevista pelo próprio Pedro.¹⁰ A tradição, que teve origem nos escritos dos primeiros historiadores cristãos — outros que não os apóstolos — afirma que Pedro morreu crucificado, como mártir, durante a perseguição do reinado de Nero, provavelmente entre 64 e 68 D. C. Orígenes declara que o apóstolo foi crucificado de cabeça para baixo. Pedro, com Tiago e João, seus companheiros na presidência dos Doze, ministrou na atual dispensação como ser ressuscitado, restaurando na Terra o Sacerdócio de Melquisedeque, incluindo o Santo Apostolado, que havia sido retirado em conseqüência da apostasia e descrença dos homens.¹¹

Tiago e João, irmãos por nascimento, sócios nos negócios como pescadores, irmãos no ministério, foram associados no chamado apostólico, juntamente com Pedro. O Senhor conferiu ao par um título em comum — Boanerges, ou Filhos do Trovão¹² — possivelmente referindo-se ao zelo que desenvolveram em seu serviço e que, na verdade, às vezes precisava ser refreado, como na ocasião em que desejavam chamar fogo dos céus para destruir os aldeões samaritanos, que haviam recusado hospitalidade ao Mestre.¹³ Eles e sua mãe aspiravam às mais altas honras do reino e pediram que lhes fosse concedido um lugar à direita e outro à esquerda de Cristo em sua glória. Esta ambição foi brandamente reprovada pelo Senhor, e a solicitação ofendeu os outros apóstolos.¹⁴ Juntamente com Pedro, estes dois irmãos foram testemunhas de muitos dos mais importantes incidentes na vida de Jesus; os três foram os únicos apóstolos a quem foi permitido testemunhar a volta da filha de Jairo da morte para a vida;¹⁵ foram os únicos membros dos Doze presentes na hora da transfiguração de Cristo;¹⁶ foram os que estavam mais próximos do Senhor durante o período de Sua agonia mortal em Getsêmani;¹⁷ e, como já mencionamos aqui, exerceram seu ministério nos dias de hoje, na restauração do Santo Apostolado, com toda a sua autoridade de outros tempos e poder de abençoar.¹⁸ Na literatura teológica, Tiago é comumente designado por Tiago I, para distingui-lo do outro apóstolo que leva o mesmo nome. Tiago, filho de Zebedeu, foi o primeiro dos apóstolos a sofrer a morte violenta de um mártir, decapitado por ordem do rei Herodes Agripa.¹⁹ João havia sido discípulo do Batista e demonstrara sua confiança no testemunho do mesmo sobre Jesus, abandonando prontamente o precursor

e seguindo o Mestre.²⁰ Tornou-se um servo devotado e repetidas vezes refere-se a si próprio como o discípulo “a quem Jesus amava”.²¹ Na última ceia, João sentou-se perto de Jesus, reclinando a cabeça no peito do Mestre;²² e no dia seguinte, junto à cruz, recebeu do Cristo agonizante a incumbência especial de cuidar da mãe do Senhor,²³ o que atendeu prontamente, conduzindo Maria em prantos à sua própria casa. Ele foi o primeiro a reconhecer o Senhor ressuscitado nas praias da Galiléia e recebeu de Seus lábios imortais a esperança de que seu desejo seria atendido, continuando na carne para ministrar aos homens, até que o Cristo retornasse em Sua glória.²⁴ A realização dessa esperança foi confirmada por revelação nos dias atuais.²⁵

André, filho de Jonas e irmão de Simão Pedro, é menos freqüentemente mencionado que os três. Havia sido um dos seguidores do Batista e, com João, filho de Zebedeu, deixou aquele para aprender de Jesus; e logo foi à procura de Pedro, asseverando-lhe solenemente que o Messias havia sido encontrado, levando-o até o Salvador.²⁶ Compartilhou com Pedro, na praia, o honroso chamado do Senhor e a promessa “Eu vos farei pescadores de homens”.²⁷ Lemos que André estava presente com Pedro, Tiago e João, em certa entrevista particular com o Senhor;²⁸ ele é mencionado quando se deu o milagre da alimentação dos cinco mil,²⁹ e, como associado a Filipe, nas providências para a entrevista entre certos gregos perquiridores e Jesus.³⁰ Entre outros, aparece quando da ascensão de nosso Senhor.³¹ A tradição é rica em episódios a respeito desse homem, mas sobre o seu ministério, a duração de sua vida, e as circunstâncias de sua morte, não temos registro autêntico.

Filipe talvez tenha sido o primeiro a receber o chamado autorizado “Segue-me” dos lábios de Jesus, e encontramos-lo testificando, imediatamente, que Jesus era o tão esperado Messias. Seu lar ficava em Betsaida, a cidade de Pedro, André, Tiago e João. É dito que Jesus o encontrou,³² enquanto os outros envolvidos nessa associação inicial parecem ter procurado o Cristo, individualmente. Há uma ligeira menção sobre ele, quando as cinco mil pessoas foram alimentadas; ocasião em que Jesus lhe perguntou: “Onde compraremos pão, para estes comerem?” Isso disse ele para prová-lo, pois Jesus sabia o que iria ser feito. A resposta de Filipe baseou-se em um balanço da pequena quantia em dinheiro que tinham à mão e não demonstrou qualquer expectativa de intervenção miraculosa.³³ Foi a ele que os gregos se dirigiram, quando desejaram entrevistar-se com Jesus, como citado, quando tratamos de André. Foi brandamente reprovado por seu equívoco, ao pedir a Jesus que lhes mostrasse o Pai — “Estou há tanto tempo convosco, e não me tendes conhecido, Filipe?”³⁴ Além da menção incidental de sua presença como um dos Onze após a ascensão, as Escrituras nada mais nos dizem sobre ele.

Bartolomeu é mencionado na Escritura por esse nome, somente com relação a sua ordenação ao apostolado, e como um dos Onze após a ascensão. O nome significa filho de Tolmai. É praticamente certo, entretanto, que ele seja o homem chamado Natanael no Evangelho de João — aquele a quem Cristo designou como “um verdadeiro israelita, em quem não há dolo”.³⁵ — mencionado, novamente, entre os que foram

pescar com Pedro depois da ressurreição de Cristo.³⁶ Seu lar ficava em Caná, da Galiléia. As razões pelas quais se supõe que Bartolomeu e Natanael são a mesma pessoa baseiam-se no seguinte: Bartolomeu é citado em cada um dos três Evangelhos sinóticos como apóstolo, mas não há menção de Natanael. Natanael é citado duas vezes no Evangelho de João, mas neste não há referências de Bartolomeu; Bartolomeu e Filipe, ou Natanael e Filipe, são mencionados juntos.

Mateus ou Levi, filho de Alfeu, foi um dos sete que receberam o chamado para seguir a Cristo antes da ordenação dos Doze. Foi ele quem ofereceu uma festa à qual compareceram Jesus e os discípulos, pelo que foram severamente criticados pelos fariseus,³⁷ que consideravam indecoroso comer com publicanos e pecadores. Mateus era publicano; assim designa a si mesmo no Evangelho que escreveu;³⁸ mas os outros evangelistas omitem o fato, quando o incluem entre os Doze. Seu nome hebreu, Levi, é, para muitos, indicação de linhagem sacerdotal. Não temos um relato detalhado sobre seu ministério; embora seja o autor do primeiro Evangelho, ele evita menção especial de si próprio, exceto quanto a seu chamado e ordenação. Outros escritores, não bíblicos, falam sobre ele como um dos apóstolos mais ativos após a morte de Cristo, ministrando em terras distantes, fora da Palestina.

Tomé, também conhecido por Dídimo, equivalente grego de seu nome hebreu e que significa “gêmeo”, é mencionado como testemunha da volta à vida de Lázaro. Seu devotamento a Jesus é demonstrado pelo desejo que expressou de acompanhar o Senhor a Betânia, embora a perseguição naquele lugar fosse quase certa. Disse aos apóstolos, seus companheiros: “Vamos nós também, para morrermos com ele.”³⁹ Mesmo na noite anterior à crucifixão, Tomé ainda não havia compreendido a necessidade iminente do sacrifício do Salvador; e quando Jesus se referiu à Sua partida, deixando-os para que O seguissem mais tarde, Tomé perguntou-Lhe como poderiam saber o caminho. Sua falta de compreensão foi reprovada.⁴⁰ Estava ausente, quando o Cristo ressuscitado apareceu aos discípulos ao entardecer do dia da ressurreição; e, informado pelos outros que haviam visto o Senhor, expressou sua dúvida vigorosamente e declarou que não creria, a menos que pudesse ver e tocar as chagas do corpo crucificado. Oito dias mais tarde, Jesus novamente visitou os apóstolos, estando eles, como na ocasião anterior, a portas fechadas, e disse a Tomé: “Põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos; e chega tua mão, e mete-a no meu lado.” Tomé, não mais duvidando, mas com a alma repleta de amor e reverência, exclamou: “Senhor meu, e Deus meu.” O Senhor, então, lhe disse: “Tomé, por me haveres visto, creste: bem-aventurados os que não viram e creram”.⁴¹ Não há qualquer outro registro sobre Tomé no Novo Testamento, além de ser citada sua presença com os companheiros, após a ascensão.

Tiago, filho de Alfeu, é mencionado nos Evangelhos somente quando de sua ordenação ao apostolado; e uma outra vez no Novo Testamento, com o nome de “filho de Alfeu”⁴². Nos escritos não bíblicos, ele é algumas vezes mencionado como Tiago II, para evitar confundi-lo com Tiago, filho de Zebedeu. Há uma reconhecida incerteza

quanto à identidade de Tiago, filho de Alfeu, com o Tiago ou os Tiagos mencionados em Atos e nas Epístolas;⁴³ e existe abundante literatura polêmica a respeito desse assunto.⁴⁴

Judas é chamado *Lebeu Tadeu* por Mateus, *Tadeu* por Marcos, e *Judas, irmão de Tiago*, por Lucas.⁴⁵ Há apenas uma outra referência específica a esse apóstolo, feita por João e relacionada à última longa entrevista entre Jesus e os apóstolos, quando esse Judas, “não Iscariotes”, perguntou a Jesus como ou porque iria Ele manifestar-se a Seus servos escolhidos e não ao mundo em geral. Sua pergunta indica que, nessa época, ele ainda não compreendia, plenamente, a natureza do apostolado.

Simão, o Zelador, assim designado em Atos,⁴⁶ e *Simão chamado Zelador* segundo o Evangelho de Lucas, é designado como *Cananita* por Mateus e Marcos. Essa última designação não se refere à cidade de Caná, nem à terra de Canaã, não encerrando qualquer significado geográfico; é o equivalente siro-caldeu do vocábulo grego, que foi traduzido por “Zelador”. Os dois nomes, portanto, têm o mesmo significado fundamental, e ambos referem-se aos Zelotes, uma seita ou facção judaica, conhecida pelo seu zelo na preservação do ritual Mosaico. Sem dúvida alguma, Simão aprendeu comedimento e tolerância através dos exemplos de Cristo; de outra maneira, provavelmente, não estaria em condições adequadas ao ministério apostólico. Seu zelo, devidamente orientado, pode ter-se desenvolvido em um traço de caráter extremamente útil. Em nenhuma parte das Escrituras esse apóstolo é mencionado sem seus companheiros.

Judas Iscariotes é o único discípulo originário da Judéia mencionado entre os Doze; todos os outros eram galileus. A opinião geral é que era morador de Queriot, pequena cidade da parte sul da Judéia, poucas milhas a oeste do Mar Morto; não possuímos, contudo, provas autorizadas a respeito desta tradição, assim como do significado de seu sobrenome. De igual modo nada sabemos sobre sua linhagem, exceto que o nome de seu pai era Simão.⁴⁷ Serviu como tesoureiro ou agente do grupo apostólico, recebendo e desembolsando as ofertas feitas pelos discípulos e amigos, e comprando o que era necessário.⁴⁸ Que não tinha princípios e era desonesto no desempenho dessa responsabilidade, é atestado por João. Sua natureza avarenta e lamuriosa revelou-se quando reclamou contra o que para ele foi um desperdício de perfume de nardo, na ocasião em que Maria ungiu o Senhor, alguns dias antes da crucifixão; hipocritamente, sugeriu que o precioso unguento poderia ter sido vendido e o dinheiro apurado, dado aos pobres.⁴⁹ O ato culminante de perfídia na carreira de Judas Iscariotes foi a deslealdade deliberada contra seu Mestre; o infame traiu-O por um preço e cumpriu seu ato abominável com um beijo. Pôs termo à vida de culpas com repulsivo suicídio e seu espírito partiu para o destino terrível reservado aos filhos de perdição.⁵⁰

Características Gerais dos Doze

Um exame das características e qualificações gerais deste corpo de doze homens revela alguns fatos interessantes. Antes de serem escolhidos como apóstolos, tinham todos sido discípulos íntimos do Senhor; acreditavam Nele; diversos, possivelmente todos, tinham confessado publicamente que Ele era o Filho de Deus; mas é duvidoso que qualquer deles compreendesse plenamente o verdadeiro significado da obra do Salvador. É evidente, pelos comentários posteriores de muitos deles e pelas instruções e repreensões que suscitaram do Mestre, que a perspectiva judaica de um Messias, que iria reinar em esplendor como soberano terreno após haver subjugado todas as outras nações, existia até mesmo no coração desses escolhidos. Depois de longa experiência, a preocupação de Pedro era: “Eis que nós deixamos tudo, e te seguimos; que receberemos?” ⁵¹ Eram como crianças que precisavam ser treinadas e ensinadas; mas eram alunos dóceis, de alma receptiva, e imbuídos de um sincero desejo de servir. Para Jesus, eram os Seus pequeninos, Seus filhos, Seus servos e Seus amigos, como mereciam. ⁵² Eram todos gente comum e não rabis, eruditos ou oficiais sacerdotais. Na escolha do Senhor, predominou a natureza intrínseca dos apóstolos e não suas realizações aparentes. O Mestre os escolheu; eles não se escolheram a si próprios; foram ordenados por Ele, ⁵³ e por isso, confiavam implicitamente em Sua orientação e apoio. Muito lhes foi dado; muito deles foi exigido. Com uma única exceção, todos eles se tornaram luzes brilhantes do reino de Deus e justificaram a escolha do Mestre. Ele reconheceu em cada um as características de idoneidade desenvolvidas no mundo dos espíritos. ⁵⁴

Discípulos e Apóstolos

Discipulado tem um sentido geral; qualquer seguidor de um homem, ou devoto de um princípio, pode ser chamado de discípulo. O Santo Apostolado é um ofício e chamado do Sacerdócio Maior ou de Melquisedeque, a um tempo exaltado e específico, e que abrange, como função característica, aquela de ser testemunha pessoal e especial de Jesus Cristo como único Redentor e Salvador da humanidade. ⁵⁵ O apostolado é uma concessão individual e, como tal, é conferido somente através de ordenação. O ministério que exerceram, depois da ressurreição e ascensão do Senhor, indica que os Doze constituíam um conselho ou “quórum”, tendo autoridade na Igreja estabelecida por Jesus Cristo. Seu primeiro ato oficial foi preencher a vaga ocasionada em sua organização pela apostasia e morte de Judas Iscariotes. Para tal, Pedro, o apóstolo presidente, expôs as qualificações essenciais daquele que deveria ser escolhido e ordenado, as quais abrangiam um tal conhecimento de Jesus, Sua vida, morte e ressurreição, que fizesse do novo apóstolo um com os Onze, como testemunhas especiais da obra do Senhor. ⁵⁶

A ordenação dos Doze Apóstolos marcou o início de uma época avançada no ministério terreno de Jesus, época essa distinguida pela organização de um corpo de

homens, investido da autoridade do Santo Sacerdócio, sobre o qual repousariam, mais especificamente após a partida do Senhor, o dever e a responsabilidade de continuar o trabalho que Ele começara, e de edificar a Igreja estabelecida por Ele.

A palavra “apóstolo” é uma forma derivada do grego *apóstolos* e significa literalmente “um que é enviado”, sugerindo enviado ou mensageiro oficial que fala e age pela autoridade de um que lhe é superior. Com este sentido, Paulo aplicou mais tarde o título a Cristo, como alguém que havia sido especialmente enviado e comissionado pelo Pai.⁵⁷

O propósito do Senhor ao escolher e ordenar os Doze é assim enunciado por Marcos: “E nomeou doze para que estivessem com ele e os mandasse a pregar; E para que tivessem o poder de curar as enfermidades e expulsar os demônios.”⁵⁸ Depois de sua ordenação, os apóstolos permaneceram com Jesus por algum tempo, sendo especialmente treinados e instruídos para a obra que realizariam dali por diante; mais tarde, foram especificamente comissionados e enviados para pregar e ministrar pela autoridade de seu Sacerdócio, como passaremos a considerar.

NOTAS DO CAPÍTULO 16

1. Judas Lebeu Tadeu — Este Judas (não Iscariotes) é designado na versão autorizada de Lucas 6:16 e Atos 1:13, como “*o irmão* de Tiago”. Que as palavras “o irmão” são um acréscimo ao texto original é indicado pelo itálico. A versão revisada dessas passagens diz em ambos os casos, “*o filho* de Tiago, com itálico de significado correspondente. O original diz “Judas de Tiago”. Não temos informações quanto a que Tiago se refere; e se o Judas aqui mencionado era filho, irmão ou algum outro parente do Tiago não identificado.

2. O significado de “Apóstolo”. — “O título ‘Apóstolo’ tem igualmente significado e santidade especiais; foi conferido por Deus e pertence apenas àqueles que foram chamados e ordenados como ‘testemunhas especiais do nome de Cristo no mundo todo, diferindo assim dos outros oficiais da Igreja nos deveres de seu chamado’. (D&C 107-23). Por derivação, a palavra ‘Apóstolo’ é equivalente ao grego *apóstolos*, indicando um mensageiro, embaixador, ou literalmente ‘um que é enviado’. Significa que aquele que assim for chamado, por direito fala e age não por si mesmo, mas como representante de um poder mais alto, do qual recebeu seu comissionamento; e, neste sentido, o título é o de um servo, mais do que de um superior. Entretanto, até mesmo o Cristo é chamado apóstolo com referência a Seu ministério na carne (Hebreus 3:1), e este título se justifica pela Sua declaração repetida de que viera à Terra não para fazer a Sua própria vontade, mas a do Pai, pelo qual *havia sido enviado*.”

“Embora um apóstolo seja essencialmente um enviado ou embaixador, sua autoridade é grande, como o é também seu conseqüente compromisso, pois ele fala em nome de um poder maior do que o seu próprio — no nome d’Aquele de quem é

testemunha especial. Quando um dos Doze é enviado para ministrar em qualquer estaca, missão ou outra área da Igreja, ele age como representante da Primeira Presidência e tem o direito de usar sua autoridade para fazer o que for necessário para o desenvolvimento da obra de Deus. Seu dever é pregar o Evangelho, administrar suas ordenanças e pôr em ordem os negócios da Igreja, onde quer que seja enviado. Tão grande é a santidade deste chamado especial, que o título de ‘Apóstolo’ não deve ser usado levianamente como tratamento comum dado aos homens chamados a este ofício. O quórum ou conselho dos Doze Apóstolos, existente hoje na Igreja, talvez fosse melhor designado como ‘Quórum dos Doze’ ou ‘Conselho dos Doze’ ou apenas os ‘Doze’ do que ‘os Doze Apóstolos’, exceto em determinadas ocasiões que justifiquem o uso do termo sagrado. É aconselhável que o título de ‘apóstolo’ não seja aplicado como prefixo do nome de qualquer membro do Conselho dos Doze; mas que se use ‘Irmão _____’ ou ‘Élder _____’, e, quando necessário ou desejável, ao anunciar sua presença em alguma assembléia pública, uma cláusula explicativa pode ser acrescentada: “ ‘Élder _____’, membro do Conselho dos Doze.” — Do artigo “Honra e Dignidade do Sacerdócio”, pelo autor, *Improvement Era*, Vol. 17, N° 5, págs. 409-410.

3. “De Alfeu” ou “Filho de Alfeu”. — Em todas as passagens bíblicas que especificam “Tiago *filho* de Alfeu” (Mateus 10:3; Marcos 3:18, Lucas 6:15; Atos 1:13), a palavra “*filho*” foi suprimida pelos tradutores e, portanto, aparece em *itálico*. Não se deve dar valor indevido a este fato como base da idéia de que o Tiago mencionado não era o filho de Alfeu; porque a palavra “*filho*” foi de modo semelhante acrescentada à tradução de outras passagens, empregando-se *itálico* para indicar as palavras acrescentadas, por exemplo “Tiago, *o filho* de Zebedeu”. (Mateus 10:2; ver Marcos 3:17). Ler Nota 1 deste capítulo.

CAPÍTULO 17

O SERMÃO DA MONTANHA

Numa ocasião muito próxima à ordenação dos Doze, Jesus pronunciou um discurso memorável que, devido ao local onde foi feito, se tornou conhecido como o Sermão da Montanha. Sobre ele, Mateus apresenta um relato extenso, que ocupa três capítulos do primeiro evangelho. Lucas dá-nos uma sinopse menor.¹ As variações circunstanciais que aparecem nos dois registros são de menor importância.² É ao sermão em si que devemos, com proveito, dedicar nossas considerações. Lucas introduz, em diferentes partes de seus escritos, muitos dos preciosos preceitos apresentados no sermão registrado como discurso ininterrupto no Evangelho de Mateus. Em nosso presente estudo, seremos orientados principalmente pelo relato deste último. Algumas partes deste amplo sermão foram dirigidas expressamente aos discípulos que tinham sido ou seriam chamados ao apostolado, conseqüentemente sendo requerido deles que renunciassem a todos os interesses mundanos pela obra do ministério. Outras partes foram e podem ser de aplicação geral. Jesus havia subido à encosta da montanha, provavelmente para escapar às multidões que O comprimiam nas cidades ou fora delas.³ Os discípulos reuniram-se ao Seu redor e ali Se sentou Ele e os ensinou.⁴

As bem-aventuranças⁵

As sentenças iniciais são ricas em bênção, e a primeira parte do discurso é dedicada a uma explicação do que constitui a genuína bem-aventurança; a lição foi apresentada de maneira simples e inequívoca, pelo método da aplicação específica, a cada um dos abençoados, sendo-lhes prometido o galardão de gozar de condições diretamente opostas àquelas sob as quais sofreram. As bênçãos especificadas pelo Senhor, nesta ocasião, foram designadas mais tarde, na literatura, como as Bem-aventuranças. Os pobres de espírito serão enriquecidos como herdeiros legítimos do reino dos céus; os que choram serão consolados, pois perceberão o propósito divino em seu pesar, e unir-se-ão novamente aos seres amados dos quais foram separados; os mansos, que preferem ser espoliados a pôr em risco suas almas em contendas, herdarão a Terra; os que têm fome e sede de justiça serão fartamente alimentados; os que demonstram misericórdia serão julgados com misericórdia; os puros de coração serão admitidos à presença de Deus; os pacificadores, que se esforçam por salvar a si mesmos e aos seus semelhantes dos conflitos, serão contados entre os filhos de Deus; os que sofrem perseguição por causa de justiça herdarão as riquezas do reino eterno. Aos discípulos, o Senhor falou diretamente, dizendo: “Bem-aventurados sois vós quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós, por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram os profetas que foram antes de vós”.⁶

É evidente que as bênçãos especificadas e a felicidade que elas contêm só serão alcançadas plenamente após a morte, embora a alegria, que se sente pela consciência de se estar vivendo em retidão, constitua, ainda neste mundo, valiosa recompensa. Um elemento importante nesta esplêndida elucidação do verdadeiro estado de bem-aventurança é a diferença entre o prazer e a felicidade.⁷ O mero prazer é, na melhor das hipóteses, passageiro; felicidade é duradoura, pois sua lembrança renova a alegria. A felicidade suprema não é uma realização terrena; a prometida “plenitude de gozo” jaz no além-túmulo e na ressurreição.⁸ Enquanto o homem existe em seu estado mortal, necessita de algumas das coisas do mundo; necessita de alimento e roupas e um lugar para se abrigar; e além destas precisões essenciais, pode desejar legitimamente as facilidades da educação, as vantagens de uma era progressista e aquilo que condiz com o refinamento e cultura; entretanto, todas estas coisas apenas auxiliam as realizações, e não constituem o fim para o qual o homem foi feito mortal.

As bem-aventuranças prescrevem os deveres da vida mortal como preparação para uma existência superior, ainda que futura. No reino dos céus, duas vezes mencionado nesta parte do discurso do Senhor, encontram-se verdadeiros tesouros e felicidade inesgotável. O reino dos céus é o objetivo absoluto deste maravilhoso sermão; os meios para alcançar o reino e as glórias da cidadania eterna constituem as principais divisões do tratado.

Dignidade e Responsabilidade no Ministério⁹

A seguir, de maneira particularmente direta, o Mestre procedeu à instrução daqueles a quem transmitiria a responsabilidade do ministério, como Seus representantes comissionados. “Vós sois o sal da terra”, disse Ele. O sal é o grande conservativo e, como tal, tem sido de grande utilidade desde os tempos antigos. O sal foi prescrito, na lei mosaica,¹⁰ como adição indispensável a todas as ofertas de carne. Bem antes do tempo de Cristo, fora atribuído ao uso do sal um simbolismo de fidelidade, hospitalidade e convênio.¹¹ Para ser útil, o sal deve ser puro; para ter qualquer virtude conservadora, deve ser sal verdadeiro e não produto de alteração química ou de mistura terrosa, por meio da qual venha a perder o seu “sabor”; e sem valor algum,¹² serviria apenas para ser jogado fora. Contra tal mudança de fé, contra tal mistura com os sofismas, pretensas filosofias e heresias da época, foram os discípulos especialmente advertidos. Depois, mudando a imagem, Jesus comparou-os à luz do mundo e impôs-lhes o dever de conservarem essa luz diante do povo, tão proeminentemente quanto uma cidade no cimo da montanha, que é vista de todas as direções, uma cidade que não pode ser escondida. De que serviria uma candeia acesa, se estivesse escondida sob um barril ou uma caixa? “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens”, disse Ele, “para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.”

Para que eles não cometessem engano quanto à relação entre a antiga lei e o evangelho do reino que Ele estava elucidando, Jesus assegurou-lhes que não viera para

destruir a lei ou anular os ensinamentos e predições dos profetas, mas para cumpri-los, e para estabelecer aquilo para o que os acontecimentos dos séculos passados tinham sido apenas uma preparação. Pode-se dizer que o Evangelho destruiu a lei mosaica, tanto quanto a semente é destruída no crescimento da nova planta, tanto quanto o botão é destruído pelo desabrochar da flor em sua plenitude, tanto quanto a infância e a juventude ficam para trás com o despontar da maturidade. Nem um jota ou um til da lei seria invalidado. Analogia de maior efeito do que esta não poderia ser concebida; o jota e o til eram pequenos sinais literários da escrita hebraica. Para o nosso objetivo atual, podemos considerá-los como o equivalente ao pingo do “i” ou ao traço que corta o “t”; a palavra “jota”, do grego “iota”, também significa gota, pingo, bocado. Assim, nem mesmo o menor dos mandamentos poderia ser violado sem punição; entretanto, os discípulos foram alertados, para que cuidassem de não cumprir os mandamentos à maneira dos escribas e fariseus, cuja observância da lei compreendia a exterioridade cerimonial, carecendo dos elementos fundamentais da genuína devoção; pois foi-lhes assegurado que mediante tal procedimento insincero, não poderiam, “de modo nenhum, entrar no reino dos céus.”

A Lei Substituída Pelo Evangelho¹³

A seção seguinte do sermão trata da superioridade do Evangelho de Cristo em relação à lei de Moisés, e compara os requisitos de ambos em casos específicos. Enquanto a lei proibia o assassinio e provia um castigo justo para o crime, Cristo ensinou que ceder à ira, o que poderia levar à violência ou mesmo ao assassinio, já constituiu pecado. Usar, malevolamente, um epíteto ofensivo, como “raca”, tornava o ofensor passível de punição por decreto do conselho, e aquele que chamasse alguém de louco transformava-se em “réu do fogo do inferno”. Estas designações censuráveis eram consideradas, na época, especialmente ignominiosas e expressavam, portanto, intenção maligna. A mão do assassino é impelida pelo ódio de seu coração. A lei determinava um castigo para a ação; o evangelho censurava a paixão funesta em sua fase incipiente. Para realçar este princípio, o Mestre mostrou que a ira não devia ser expiada por meio de um sacrifício material; e que, se alguém levasse uma oferta ao altar e se lembrasse de que estava brigado com seu irmão, deveria ir imediatamente reconciliar-se com ele, mesmo que tal ação interrompesse o cerimonial, o que constituía incidente particularmente grave segundo os sacerdotes. Diferenças e contendas deviam ser resolvidas sem demora.

A lei proibia o terrível pecado do adultério; Cristo afirmou que o pecado começava no olhar voluptuoso, no pensamento sensual; e acrescentou que era melhor tornar-se cego do que olhar com cobiça; que era melhor perder a mão do que obrar com ela iniquamente. E abordando a questão do divórcio, em relação ao qual havia demasiada liberdade naquela época, Cristo declarou que, a não ser pela grave ofensa da infidelidade aos votos matrimoniais, nenhum homem poderia divorciar-se de sua esposa sem se tornar ele mesmo um ofensor, pois que, casando-se ela novamente

enquanto ainda não corretamente divorciada, estaria cometendo pecado, assim como o homem com o qual contraísse novo matrimônio.

Desde os tempos antigos, fora proibido fazer juramentos, exceto em convênios solenes com o Senhor; mas na dispensação do evangelho, o Senhor proibiu ao homem qualquer juramento, explicando também a abominação dos juramentos vãos. Grandemente pecaminoso era, e é jurar pelo céu, que é a morada de Deus, ou pela Terra, que é sua criação, e por Ele chamada de escabelo de Seus pés; ou por Jerusalém, considerada por aqueles que juravam como a cidade do grande Rei; ou pela própria cabeça, que é parte do corpo que Deus criou. Moderação no falar, firmeza e simplicidade foram recomendadas, e excluídas as imprecações, blasfêmias e juramentos.

Desde os tempos antigos, o princípio de represália era tolerado, consentindo-se que o indivíduo injuriado exigisse ou infligisse um castigo da mesma natureza da ofensa. Assim, exigia-se um olho pela perda de um olho, um dente por um dente, uma vida por uma vida.¹⁴ Cristo, ao contrário, ensinou que seria melhor sofrer do que praticar o mal, chegar mesmo à submissão sem resistência sob certas condições. Suas vigorosas ilustrações — que, se alguém fosse golpeado numa face, deveria voltar a outra ao golpeador; que, se algum homem tomasse a túnica de outro por litígio, o que perdesse deveria permitir que lhe levassem a capa também; que, se alguém fosse obrigado a conduzir a carga de outro por uma milha, deveria, de boa vontade, carregá-la por duas milhas; que aquele a quem for solicitado, deveria prontamente dar ou emprestar — não devem ser interpretadas como recomendação de subserviência a exigências injustas, nem como ab-rogação do princípio de defesa própria. Estas instruções foram dirigidas principalmente aos apóstolos, que iriam dedicar-se declaradamente à obra do reino, com exclusão de todos os outros interesses. Em seu ministério seria preferível sofrer dano material, afronta pessoal e imposições sob as mãos de opressores iníquos, do que prejudicar a eficiência e erguer obstáculos ao trabalho, por meio de resistência e contendas. Para estes, as Bem-aventuranças tinham aplicação particular — Bem-aventurados os mansos, os pacificadores, e aqueles que são perseguidos por causa da justiça.

Desde os tempos antigos se dizia: Amarás o teu próximo e aborrecerás o teu inimigo;¹⁵ mas o Senhor ensinou: “Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem.” Esta era uma doutrina nova. Israel jamais fora instada a amar seus inimigos. A amizade pelos adversários não tivera lugar no código mosaico: na verdade, o povo aprendera a considerar os inimigos de Israel como inimigos de Deus; e agora, Jesus requeria que se estendesse a estes, tolerância, misericórdia e até mesmo amor! Complementou esses requisitos com uma explicação — por meio do caminho por Ele indicado, os homens podem tornar-se filhos de Deus, à semelhança de Seu Pai Celestial, conforme o grau de sua obediência; pois o Pai é bondoso, longânimo e tolerante, fazendo com que o Seu sol se levante sobre os maus e sobre os bons, e com

que a chuva caia para benefício tanto dos justos quanto dos injustos.¹⁶ E ainda mais, que valor tem o homem que dá somente quando recebe, que cumprimenta quando é saudado com respeito, que ama somente quando é amado? Até mesmo os publicanos¹⁷ agiam desse modo. Dos discípulos de Cristo muito mais era esperado. A admoestação final dessa parte do discurso é um sumário válido e completo de tudo o que a precedeu: *“Sede vós pois perfeitos, como é perfeito vosso Pai que está nos céus.”*¹⁸

Sinceridade de Propósito¹⁹

Sobre a questão das esmolas, o Mestre fez uma advertência, condenando a ostentação e exibições hipócritas. Dar aos necessitados é louvável; mas dar com o fito de receber louvor dos homens é hipocrisia extrema. Atirar esmolas aos pobres, depositar ofertas nas arcas do tesouro do templo, para serem vistas pelos homens,²⁰ e outras demonstrações de afetada liberalidade estavam em moda entre certas classes, no tempo de Cristo; e o mesmo espírito manifesta-se hoje em dia. Muitos há que fazem soar a trombeta, quiçá pelas colunas da imprensa, ou por outros meios publicitários, chamando a atenção para seus donativos, de modo que recebam a glória dos homens — para conseguirem um favor político, para aumentarem seu negócio ou influência, para obterem algo que, em sua estimativa, vale mais do que aquilo a que renunciariam. Com agudeza lógica, o Mestre demonstrou que tais doadores já têm sua recompensa. Receberam o que pretendiam; o que mais podem tais homens exigir ou esperar? *“Mas”, disse o Senhor, “quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a direita; para que a tua esmola seja dada ocultamente: e teu Pai, que vê em segredo, te recompensará publicamente.”*

Com este mesmo espírito, o Pregador denunciou as orações hipócritas — palavras apenas pronunciadas, mas não sentidas. Havia muitos que procuravam lugares públicos, nas sinagogas e até mesmo nas esquinas de vias públicas para serem vistos e ouvidos pelos homens, enquanto faziam suas orações; recebiam a publicidade que buscavam; o que mais podiam esperar? *“Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.”* Aquele que ora realmente — ora tão semelhantemente quanto possível à maneira que Cristo orou, ora em comunhão real com Deus a quem a oração é dirigida — busca retiro, reclusão, isolamento; se as circunstâncias o permitirem, ele se retirará para o seu aposento, e fechará a porta para que ninguém o interrompa. Ali ele poderá orar realmente, se o espírito de oração estiver em seu âmago, e esta é a maneira recomendada pelo Senhor. As súplicas prolixas, cheias de repetições e redundâncias como as usadas pelos pagãos, que acreditavam agradar suas divindades com seu falar excessivo, foram proibidas.

É bom saber que a oração não é composta de palavras, palavras que podem falhar ao expressarem o que se deseja dizer, palavras que muitas vezes ocultam incongruências, palavras que não têm mais profundidade do que os órgãos físicos da fala, palavras que podem ser pronunciadas para impressionar ouvidos mortais. O mudo

pode orar, e com a eloquência que prevalece no céu. A oração é constituída de pulsações de coração e de anseios justos da alma, de súplica baseada na consciência da necessidade, de contrição e desejo puro. Se houver um homem que nunca tenha realmenteorado, esse homem é um ser apartado da ordem do divino na condição humana, um estranho na família dos filhos de Deus. A oração eleva o suplicante. Deus, sem as nossas orações, seria Deus. Mas nós, sem a oração não podemos ser admitidos no Reino de Deus. Assim falou o Senhor: “vosso Pai sabe do que tendes necessidade, mesmo antes de que o peçais”.

E então deu Ele àqueles que buscavam sabedoria a Seus pés uma oração modelo, dizendo: “Portanto, vós orareis assim:

‘Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome’.

Com isso, reconhecemos a relação que existe entre nós e nosso Pai Celestial, e, enquanto reverenciamos Seu grande e santo nome, nós nos valem do inestimável privilégio de nos aproximarmos Dele, não tanto com o pensamento de Sua infinita glória como Criador de tudo o que existe, Ser Supremo de toda a criação, quanto com o sentimento amoroso de que Ele é o Pai e nós os filhos. É esta a primeira escritura bíblica que contém instrução, consentimento ou garantia para tratarmos Deus diretamente como “Nosso Pai”. Nela está expressa a reconciliação que a família humana, desviada pelo pecado, pode obter, através dos meios providos pelo Filho bem amado. Esta instrução é igualmente explícita quanto à fraternidade existente entre Cristo e o gênero humano. Como Ele orou, assim oramos nós ao mesmo Pai, como irmãos, sendo Cristo o primogênito.

“Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.” O reino de Deus deve ser um reino de ordem, em que a tolerância e o reconhecimento dos direitos individuais prevalecerão. Aquele que realmente ora para que venha tal reino, esforçar-se-á para apressar a Sua vinda, vivendo de acordo com a lei de Deus. Procurará manter-se em harmonia com a ordem do reino, sujeitando a carne ao espírito, o egoísmo ao altruísmo, e aprendendo a amar as coisas que Deus ama. Tornar a vontade de Deus suprema na Terra como nos céus, é aliar-se a Ele nos assuntos da vida. Muitos crêem que, como Deus é onipotente, tudo o que existe, existe pela Sua vontade. Tal suposição é irracional, falsa e não tem base escriturística.²¹ A iniquidade não está em harmonia com o seu desiderato; a fraude, a impostura, o vício e o crime não são dons de Deus ao homem. Pela Sua vontade, estas abominações que se desenvolveram como deformidades odiosas na natureza humana e na vida serão extintas, e esta bênção será alcançada, quando, por sua própria escolha, sem renunciarem ou perderem o seu livre-arbítrio, os homens fizerem a vontade de Deus.

“O pão nosso de cada dia dá-nos hoje.” O alimento é indispensável à vida. Como necessitamos dele, devemos pedi-lo. É verdade que o Pai conhece as nossas necessidades antes que nós as mencionemos, mas, ao pedirmos, O estamos reconhecendo como Doador, e tornamo-nos humildes, gratos, contritos e dependentes

através de nossa súplica. Embora o sol brilhe e a chuva caia sobre os justos e injustos, o homem reto é grato por estas bênçãos; o ímpio recebe os benefícios como algo natural, com a alma incapaz de sentir gratidão. A faculdade de sentir-se agradecido é uma bênção, pela qual também devemos ser gratos. Somos ensinados a orar dia a dia pelo alimento de que necessitamos, não por um grande estoque que possamos guardar para um futuro distante. Israel, no deserto, recebia uma provisão diária de maná,²² tendo assim conhecimento de sua dependência daquele que o fornecia. É mais fácil, para o homem que tem muito, esquecer sua dependência, do que para aquele que precisa pedir dia após dia.

“E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores.” Aquele que assim pode orar, absolutamente sincero e sem duplicidade de propósito, merece perdão. Nesta descrição de uma súplica pessoal, somos ensinados a esperar apenas aquilo que merecemos. Os egoístas e pecadores regozijam-se quando isentos de suas dívidas legais, mas, sendo egoístas e pecadores, exigem o último vintém daqueles que lhes devem.²³ O perdão é uma pérola muito preciosa para ser lançada aos pés dos inclementes;²⁴ e, sem a sinceridade que emana de um coração contrito, nenhum homem pode legitimamente clamar misericórdia. Se outros nos devem, seja em dinheiro ou espécie, como sugerido por “dívidas e devedores”, ou através de uma violação dos nossos direitos, incluída no termo mais amplo “ofensa”, a maneira pela qual nos avimos com eles será rigorosamente considerada no julgamento de nossas próprias faltas.

“E não nos induzas à tentação; mas livra-nos do mal.” A primeira parte desta súplica tem ocasionado comentários e contendas. Não devemos pensar que Deus induziria um homem à tentação, exceto, talvez, por meio de um consentimento sensato, para testá-lo e prová-lo, assim proporcionando-lhe a oportunidade de vencer, o que resultaria em um acréscimo de força espiritual, único desenvolvimento verdadeiro no curso do progresso eterno do homem. Um dos propósitos, pelos quais os espíritos preexistentes foram providos de corpos e avançados para o estado mortal, foi “provaremos para ver se farão todas as coisas que o Senhor seu Deus lhes ordenar”.²⁵ O plano da mortalidade envolvia a certeza da tentação. O propósito da súplica parece ser o de que estejamos livres das tentações além do nosso fraco poder de resistência; de que não sejamos abandonados às tentações sem o amparo divino, o qual servirá de proteção na medida em que nossa livre escolha o permitir.

Quão incongruente, pois, é ir, como muitos o fazem, a lugares onde se apresentam mais fortes as tentações a que somos mais suscetíveis; como o homem perseguido pela paixão pelas bebidas fortes, que assim ora e depois se dirige a um bar; ou o homem, cujos desejos são luxuriosos, e depois de orar desta maneira, encaminha-se a lugares onde a lascívia impera; ou o desonesto, que, não obstante ore, se coloca em local onde sabe que terá a oportunidade de roubar. Podem tais almas ser senão hipócritas, ao pedirem a Deus que as livre das iniquidades que buscaram? A tentação atravessará nosso caminho sem que a procuremos, e o mal se apresentará até mesmo quando mais

desejarmos fazer o bem. Para nos libertarmos desse perigo, podemos orar com justa esperança e firmeza.

“Porque teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém.” Reconhecemos aqui a supremacia do Ser a quem no início nos dirigimos como Pai. Ele é o Todo-Poderoso no qual, e pelo qual, vivemos, e nos movemos e existimos.²⁶ Afirmar independência de Deus constitui sacrilégio e blasfêmia; reconhecê-lo é um dever filial e uma admissão justa de Sua majestade e domínio. A Oração do Senhor é encerrada com um solene “Amém”, que sela o documento da súplica, atestando sua autenticidade como expressão verdadeira da alma do suplicante, e reunindo em uma só palavra o significado de tudo o que foi dito ou pensado. *Assim seja* é o significado literal de *Amém*.

Da oração, Cristo passou para o assunto do jejum, dando ênfase ao fato de que, para ter valor, o jejum deve ser uma questão entre o homem e seu Deus, e não entre o homem e sua espécie. Era comum, no tempo do Senhor, verem-se homens apregoando sua abstinência como propaganda de sua suposta piedade.²⁷ Para que pudessem parecer abatidos e em prostração, os hipócritas apresentavam-se com o rosto desfigurado, cabelos desgrenhados, olhando ao redor com semblantes tristonhos. Sobre estes, disse o Senhor: “Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.” Os fiéis foram aconselhados a jejuar secretamente, sem exibicionismo, somente para Deus, que vê em oculto e que recompensará seu sacrifício e oração.

Tesouros da Terra e do Céu²⁸

A seguir, comparou a natureza transitória dos bens materiais às riquezas duradouras da eternidade. Muitos havia e muitos há, cujo principal esforço na vida tem sido acumular tesouros na Terra, a simples posse dos quais acarreta responsabilidades, cuidados e preocupações. Algumas espécies de riqueza sofrem a ameaça das traças, como as sedas e os veludos, os cetins e as peles; outras são destruídas pela corrosão e ferrugem — a prata, o cobre, o aço; e ainda, estas e outras tornam-se, freqüentemente, pilhagem de ladrões. Infinitamente mais preciosos são os tesouros de uma vida justa, a fortuna dos bons atos, cujo registro é mantido nos céus, onde as riquezas das boas realizações estão a salvo das traças, da ferrugem e dos ladrões. Veio, em seguida, a incisiva lição: *“Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.”*

A luz espiritual é apresentada como maior do que qualquer iluminação material. Que proveito pode tirar o homem, que é cego, da mais brilhante luz? É o olho físico que discerne a luz da vela, da lâmpada ou do sol; e o olho espiritual vê pela luz espiritual; se o olho espiritual do homem for simples, isto é, puro e não turvo pelo pecado, ele se encherá da luz que lhe mostrará o caminho que conduz a Deus. Ao passo que, se o olho de sua alma for mau, ele será como alguém que vive nas trevas. Uma advertência solene expressa-se no seguinte sumário: “Se, portanto, a luz que em ti há

são trevas, quão grandes serão tais trevas.” Aqueles a quem o Mestre se dirigia, haviam recebido a luz de Deus. A grande fé que já haviam professado era prova disto. Afastassem-se eles da grande empresa na qual se lançaram, e a luz se perderia, sendo a escuridão resultante mais densa do que aquela da qual se haviam libertado.²⁹ Não deveria haver qualquer indecisão por parte dos discípulos. Nenhum deles poderia servir a dois senhores; aquele que afirmasse fazê-lo, estaria sendo desonesto para com um ou para com o outro. Seguiu-se então outra profunda generalização: *“Não podeis servir a Deus e a Mamom.”*³⁰

Foi-lhes dito que deviam confiar no Pai quanto ao que necessitassem, não se preocupando com alimento, bebida, roupas ou mesmo com a própria vida, pois tudo isso lhes seria suprido por meios fora de seu alcance. Com a sabedoria de um Mestre de mestres, o Senhor apelou aos seus sentimentos e compreensão, citando lições da natureza, em linguagem tão simples, mas de tão vigorosa eloquência, que ampliá-la ou resumi-la seria empanar-lhe o brilho:

“Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas? E qual de vós poderá, com todos os seus cuidados, acrescentar um côvado à sua estatura? E, quanto ao vestuário, por que andais solícitos? Olhai para os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham nem fiam; e eu vos digo que nem mesmo Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles.”

A fraqueza da fé foi reprovada, lembrando-lhes o Senhor que o Pai, que se preocupa até pela erva do campo, que um dia existe e no outro é lançada ao forno, não se esqueceria dos Seus. E o Mestre acrescentou: *“Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.”*

A Hipocrisia Condenada Mais Uma Vez³¹

Os homens têm a tendência de julgar seus semelhantes e louvar ou censurar sem a devida consideração pelos fatos ou circunstâncias. O Mestre desaprovou o julgamento parcial ou não justificado. “Não julgueis para que não sejais julgados”, advertiu Ele, pois cada um será julgado segundo os seus próprios padrões de julgamento. O homem que está sempre pronto a corrigir as faltas de seu irmão, a remover o argueiro do olho de seu vizinho, de modo que este enxergue as coisas como ele deseja, foi denunciado como hipócrita. O que é uma pequena nódoa na visão de seu vizinho, comparada à trave que obscurece seu próprio olho? Os séculos que transcorreram desde os tempos de Cristo até os nossos dias teriam feito com que nos tornássemos menos ansiosos de curar a visão imperfeita daqueles que não podem ou não querem adotar nosso ponto de vista, e ver as coisas como nós a vemos?

Estes discípulos, alguns dos quais em breve ministrariam com a autoridade do Santo Apostolado, foram advertidos contra a difusão indiscreta e indiscriminada das verdades e preceitos sagrados que lhes confiou o Mestre. Seu dever consistiria em

discernir o espírito daqueles a quem se propunham ensinar, instruindo-os com sabedoria. As palavras do Mestre foram firmes: “Não deis aos cães as coisas santas, nem deiteis aos porcos as vossas pérolas, não aconteça que as pisem, com os pés e, voltando-se, vos despedacem.”³²

Promessa e Reafirmação³³

Seguiu-se a preciosa promessa de que suas súplicas seriam ouvidas e atendidas — pedissem e receberiam; batessem e a porta lhes seria aberta. Naturalmente, o Pai Celestial não seria menos atencioso do que um pai humano; e qual o pai que, quando seu filho lhe pede pão, lhe dá uma pedra? ou uma serpente, quando o filho pede um peixe? Com muito mais certeza, Deus concederia boas dádivas àqueles que pedissem segundo sua necessidade, tendo fé. *“Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas.”*

O caminho reto e estreito pelo qual o homem pode andar em santidade foi apresentado em contraste com a estrada larga que leva à destruição. Os falsos profetas, como os que havia entre o povo, deviam ser evitados, pois fingiam-se de ovelhas, quando na realidade eram lobos vorazes. Estes seriam reconhecidos por suas obras e pelos resultados conseqüentes, da mesma forma que uma árvore é considerada boa ou má, de acordo com seus frutos. Um espinheiro não dá uvas, nem os abrolhos dão figos. Por outro lado, é tão impossível uma boa árvore produzir maus frutos, quanto uma árvore inútil e corrupta produzir bons frutos.

A religião é mais do que um reconhecimento ou voto de fé emitido pelos lábios. Jesus afirmou que, no dia do julgamento, muitos clamariam lealdade a Ele, dizendo: “Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? E em teu nome não expulsamos demônios? e em teu nome não fizemos muitas maravilhas? E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade.” Somente pela obediência à vontade do Pai se obtém a graça salvadora do Filho. Pretender falar e agir em nome do Senhor sem ter recebido a autoridade que somente Ele pode conferir é acrescentar sacrilégio à hipocrisia. Nem mesmo os milagres que realizaram servirão de apoio às reivindicações daqueles que pretendem ministrar as ordenanças do evangelho sem possuir a autoridade do Santo Sacerdócio.³⁴

Ouvir e Agir³⁵

O Sermão da Montanha atravessou os séculos, sem que houvesse outro que se lhe comparasse. Nenhum homem mortal jamais pronunciou um discurso de tal monta. O espírito de sinceridade e energia que domina a prédica opõe-se à profissão de fé vã e negligente. Nas frases finais, o Senhor mostrou a inutilidade de apenas ouvir-se, em contraste com a eficácia da ação. Aquele que ouve e pratica é comparado ao homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha; e, a despeito das chuvas, das enchentes e dos vendavais, a casa se manteve firme. Aquele que ouve e não obedece, é comparado

ao insensato que construiu sua casa sobre a areia; e quando desceram as chuvas, sopraram os ventos, ou vieram as enchentes, caiu, e foi grande a sua queda.

Tais doutrinas assombraram o povo, pois, para Seus ensinamentos singulares, o Pregador não havia citado outra autoridade senão a Sua própria. Suas pregações estavam livres da citação de quaisquer precedentes rabínicos — a lei fora substituída pelo Evangelho: “Porquanto os ensinava como tendo autoridade, e não como os escribas.”

NOTAS DO CAPÍTULO 17

1 Época e Local do Sermão da Montanha. — Mateus logo de início menciona o discurso, colocando-o mesmo antes de seu próprio chamado, na alfândega — chamado esse que certamente precedeu a ordenação dos Doze como um grupo — e antes de registrar muitos ditos e atos do Senhor, já tratados nestas páginas. O sumário parcial que Lucas faz da obra aparece após o relato da ordenação dos apóstolos. Mateus afirma que Jesus subira à montanha e Se assentara, enquanto falava; o registro de Lucas sugere terem Jesus e os Doze primeiramente descido da montanha até uma planície, onde foram encontrados pela multidão, tendo Jesus pregado de pé. Os críticos que se comprazem nas insignificâncias, freqüentemente negligenciando os assuntos vitais, tentaram dar relevo a essas variações aparentes. Não parece provável que Jesus tenha pregado demoradamente na montanha aos discípulos presentes, dentre os quais havia escolhido os Doze, e que depois de haver terminado Seu discurso, tenha descido com eles até a planície onde a multidão se reunira, repetindo, então, partes do que havia dito antes? A relativa amplitude do relato de Mateus pode dever-se ao fato de que ele, como um dos Doze, estivesse presente ao primeiro e mais extenso discurso.

2. Prazer Versus Felicidade. — “Estamos atravessando uma era em que predomina a busca do prazer, e os homens estão perdendo sua sanidade numa corrida louca atrás de sensações que apenas excitam e desapontam. Nestes dias de falsificações, fraudes e cópias inferiores, o demônio está mais ocupado do que nunca no decurso da história humana, produzindo prazeres, tanto antigos quanto novos; e estes, ele põe à venda de maneira encantadora, rotulados falsamente de “Felicidade”. Neste ofício de destruição de almas, não há outro igual. Ele tem séculos de experiência e, com sua habilidade, controla o mercado. Ele aprendeu todos os truques do negócio e sabe como chamar a atenção e despertar o desejo de seus fregueses. Acondiciona sua mercadoria em pacotes coloridos, amarrando-a com cordéis e fitas espalhafatosas. E a multidão aflui às suas liquidações, empurrando-se e comprimindo-se em sua loucura para comprar.

Siga um dos compradores ao sair alegremente com seu pacote vistoso, e observe-o enquanto o abre. O que encontra ele no invólucro dourado? Esperava encontrar uma felicidade perfumada, mas encontra apenas um tipo inferior de prazer, cujo cheiro é nauseante.

A felicidade inclui tudo o que é realmente desejável e valioso no prazer, e muito mais. A felicidade é ouro puro, o prazer latão dourado que se oxida na mão e logo se transforma em azinhavre venenoso. A felicidade é um diamante genuíno que, em bruto ou lapidado, brilha de maneira inimitável; o prazer é imitação que brilha apenas quando artificialmente adornada. A felicidade é como o rubi, vermelho como o sangue do coração, duro e resistente; o prazer, como o vidro manchado, frágil, quebradiço e de beleza transitória.

A felicidade é alimento verdadeiro, sadio, nutritivo e doce; fortalece o corpo e gera energia para a ação física, mental e espiritual. O prazer não passa de um estimulante enganoso que, como a bebida alcoólica, faz a pessoa pensar que está forte, quando na realidade está debilitada; faz com que ela pense que está bem, quando, na verdade, está atacada de moléstia fatal.

A felicidade não deixa um gosto amargo, não ocasiona depressão posterior; não exige arrependimento, não causa pesar, não traz remorso. O prazer, com freqüência, torna necessário o pesar, a contrição e a dor, e, se levado ao extremo, causa extermínio e aviltamento.

A felicidade verdadeira é vivida muitas vezes na memória, sempre renovando o bem original. Um momento de ímpio prazer pode deixar uma dor aguda que, como um espinho na carne, se transforma em fonte constante de angústia.

A felicidade não é companheira da frivolidade nem da alegria irresponsável. Ela brota das fontes profundas da alma, e muitas vezes é acompanhada de lágrimas. Você nunca ficou tão feliz que sentisse necessidade de chorar? Eu já.” — De um artigo do autor, publicado em *The Improvement Era*, vol. 17, n.º 2, págs. 172, 173.

3. O Sal da Terra. — O “Comentário de Dummeloww, sobre Mateus 5:13, afirma “O sal, na Palestina, sendo recolhido em estado de impureza, geralmente passa por tratamentos químicos nos quais o sabor é destruído, permanecendo, no entanto, a mesma aparência.” Talvez uma interpretação razoável da frase “se o sal for insípido” possa ser sugerida pelo fato de que o sal misturado a impurezas insolúveis pode ser dissolvido pela umidade, deixando o resíduo insolúvel apenas ligeiramente salgado. A lição apresentada no exemplo do Senhor é que o sal deteriorado não tem qualquer valor como preservador. A passagem correspondente no sermão de Jesus aos nefitas, depois da Sua ressurreição, diz: “Em verdade, em verdade vos digo que eu vos concedo serdes o sal da terra; mas, se o sal perder o seu sabor, com que será a terra salgada? O sal então para nada mais prestará, senão para ser lançado fora e pisado pelos homens.” (3 Néfi 12:13.)

4. Referência aos Publicanos. — Observe-se que Mateus, que havia sido publicano, registra francamente essa referência (5:46, 47) à sua desprezada classe. Lucas escreve “pecadores” ao invés de “publicanos”. (6:32-34) Naturalmente, se os relatos dos dois escritores se referem a discursos diferentes (ver Nota 1, acima), ambos podem ser corretos. Mas notamos que Mateus se designa a si mesmo como publicano

na lista dos apóstolos (10:3), enquanto os outros evangelistas delicadamente omitem o título pouco invejável (Marcos 3:18; Lucas 6:15).

5. Perfeição Relativa — A advertência de nosso Senhor aos homens para que se tornem perfeitos, assim como o Pai é perfeito (Mateus 5:48) pode ser interpretada como indicativa da possibilidade de tal realização. É evidente, entretanto, que o homem não pode tornar-se perfeito na mortalidade, da maneira que Deus é perfeito como Ser sumamente glorificado. É possível, no entanto, o homem ser perfeito em sua esfera; num sentido análogo àquele em que as inteligências superiores são perfeitas em suas diferentes esferas; contudo, a relativa perfeição das mais baixas é infinitamente inferior à das mais altas. Um aluno universitário em seus primeiros anos de faculdade pode ser perfeito; suas notas de aproveitamento poderão ser cem por cento na escala de eficiência e realizações; entretanto, as honras dos alunos mais adiantados estão fora do seu alcance, e sua formatura é ainda remota, porém certa, se ele continuar fiel e dedicado até o fim.

CAPÍTULO 18

COMO QUEM TEM AUTORIDADE

O relato de Mateus sobre o inestimável discurso conhecido como Sermão da Montanha termina com um comentário significativo referente ao efeito das palavras do Mestre sobre o povo: “Porquanto os ensinava como tendo autoridade; e não como os escribas.”¹ Uma característica notável do ministério de Cristo foi a ausência absoluta de qualquer afirmativa de autorização humana para Suas palavras ou feitos; a autoridade que Ele professava possuir era a do Pai que O enviara. Seus discursos, dirigidos a multidões ou a apenas alguns, em relativa intimidade, não continham as citações elaboradas em que tanto se compraziam os mestres da época. Sua frase “Eu, porém, vos digo” substituiu a invocação de autoridade e superou qualquer amontoado possível de mandamentos ou citações de precedentes. Nisso Suas palavras diferiam de maneira essencial das eruditas elocuições dos escribas, fariseus e rabis. Durante todo o Seu ministério, manifestou poder e autoridade inerentes sobre a matéria e as forças da natureza, sobre homens e demônios, sobre vida e morte. É nosso propósito agora considerar um certo número de exemplos nos quais o poder do Senhor foi demonstrado em diversas obras poderosas.

A Cura do Servo do Centurião²

Do monte das Beatitudes, Jesus voltou a Capernaum, se diretamente ou por um caminho mais longo, marcado por outras obras de poder e misericórdia, não é de grande importância. Havia, na época, uma guarnição romana na cidade. Um oficial militar, centurião ou chefe de cem homens, estava estacionado ali. Esse oficial tinha um servo a quem muito estimava e que se encontrava enfermo, “quase à morte”. O centurião tinha fé que Cristo podia curá-lo, e solicitou a intercessão dos anciãos judeus junto ao Mestre, para implorar o favor desejado. Esses anciãos pediram com veemência a Jesus, recomendando o homem pelo seu valor, pois, embora gentio, amava o povo de Israel e havia construído, com seus próprios meios, uma sinagoga para eles na cidade. Jesus foi com os anciãos, mas o enfermo, provavelmente tomando conhecimento da aproximação do pequeno grupo, apressou-se a enviar outros emissários, para dizer que não se considerava digno de receber Jesus em seu lar, senão esse de indignidade que o impedira de apresentar seu pedido pessoalmente.³ “Porém”, dizia a mensagem de súplica, “dize uma palavra e o meu criado sarará”. Podemos comparar o conceito que esse homem tinha do poder de Cristo com o do nobre da mesma cidade, que solicitou a Jesus que corresse em pessoa para o lado de seu filho moribundo.⁴

O raciocínio do centurião parece ter sido o seguinte: Ele próprio era um homem de autoridade, embora sob a direção de oficiais superiores. Dava ordens aos seus subordinados, as quais eram obedecidas. Não achava necessário estar presente à execução de suas instruções. Naturalmente, uma pessoa que possuía tanto poder quanto

Jesus poderia ordenar e ser obedecida. Ademais, o homem talvez tivesse sabido da maravilhosa recuperação do jovem moribundo, filho do nobre, realizada por Jesus a muitas milhas do leito do enfermo. Que a confiança do centurião, sua crença e fé eram genuínas, não é passível de dúvidas, uma vez que Jesus expressamente as elogiou. O aflito foi curado. É-nos dito que Jesus se maravilhou⁵ por ter o centurião assim manifestado a sua fé, e, voltando-se para o povo que o acompanhava, disse: “Afirmo-vos que nem mesmo em Israel achei fé como esta.” Esse comentário pode ter surpreendido a alguns de seus ouvintes; os judeus não estavam acostumados a ouvir a fé manifestada por um gentio receber tal cumprimento, pois, de acordo com o tradicionalismo da época, um gentio, mesmo que prosélito fervoroso do judaísmo, era considerado essencialmente inferior ao mais insignificante membro do povo escolhido. O comentário de nosso Senhor indicou claramente que os gentios teriam primazia no reino de Deus, se em valor superassem os demais. Referindo-nos ao relato de Mateus, encontramos este ensinamento adicional, introduzido com o costumeiro “Vos digo” — “que muitos virão do Oriente e do Ocidente, e se assentar-se-ão à mesa com Abraão, e Isaque, e Jacó, no reino dos céus. E os filhos do reino serão lançados nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes”.⁶ Este ensinamento, de que a supremacia de Israel pode ser atingida somente através de superioridade em retidão, é reiterado e ampliado nas lições do Senhor, como veremos.

Levantado dentre os Mortos um Jovem de Naim⁷

No dia seguinte ao do milagre que acabamos de considerar, Jesus dirigiu-Se à pequena cidade de Naim, e, como de costume, muitas pessoas O acompanharam. Esse dia testemunhou o que, na estimativa humana, foi um prodígio maior do que qualquer outro realizado por Ele até então. Cristo já havia curado muitos, algumas vezes por uma palavra a enfermos presentes, e outras quando estava longe do beneficiário do seu poder; males físicos haviam sido vencidos e demônios rechaçados pelo Seu comando; mas, embora doentes às portas da morte tivessem sido salvos da sepultura, não temos qualquer registro anterior de que o Senhor tivesse ordenado à própria morte que devolvesse alguém que arrebatara.⁸ Ao se aproximarem da cidade Jesus e Seus seguidores encontraram um cortejo fúnebre com muita gente; o filho único de uma viúva estava sendo levado à sepultura; o corpo, segundo o costume da época, era carregado em esquife aberto. Nosso Senhor olhou compadecido para a mãe em prantos, agora despojada do marido e do filho; e, sentindo em Si próprio⁹ a dor daquela perda, disse mansamente: “Não chores.” Ele tocou a maca sobre a qual jazia o homem, e os que a carregavam pararam. Então, dirigindo-se ao morto, disse: “Mancebo, a ti te digo: Levanta-te.” E o morto ouviu a voz daquele que é Senhor de todos,¹⁰ e imediatamente sentou-se e falou. Jesus, bondosamente, restituiu o jovem à sua mãe. Lemos, sem nos surpreendermos, que o medo tomou conta de todos os presentes, e que glorificaram a Deus, testificando que um grande profeta se encontrava entre eles, e que Deus visitara Seu povo. Informações deste milagre espalharam-se pela terra, chegando mesmo aos ouvidos de João Batista, que se achava confinado na prisão de Herodes. O efeito da

notícia transmitida a João, a respeito desta e de outras obras extraordinárias de Cristo, requer agora nosso estudo.

A Mensagem de João Batista a Jesus

Antes mesmo que Jesus retornasse à Galiléia após o Seu batismo e os quarenta dias de solidão no deserto, João Batista foi aprisionado por ordem de Herodes Antipas, tetrarca da Galiléia e Peréia.¹¹ Durante os meses subseqüentes em que nosso Senhor pregou ativamente o Evangelho, ensinando o verdadeiro significado do reino, reprovando o pecado, curando os enfermos, expulsando demônios e até mesmo ressuscitando os mortos, Seu precursor, João, homem corajoso e temente a Deus, encontrava-se preso nas masmorras de Machaerus, uma das mais fortes cidadelas de Herodes.¹²

O tetrarca tinha alguma consideração por João, pois o tinha na conta de homem santo, tendo feito muitas coisas segundo seu conselho direto ou por influência dos seus ensinamentos gerais. Na verdade, Herodes ouvira o Batista de bom grado e aprisionara-o relutantemente, para atender às importunações de Herodias, a quem Herodes chamava de esposa sob o disfarce de um casamento ilegal. Herodias havia sido, e legalmente ainda o era, esposa de Filipe, irmão de Herodes, de quem jamais se divorciara segundo a lei; e seu pretense casamento com Herodes Antipas era adúltero e incestuoso sob a lei judaica. O Batista destemidamente denunciara essa associação pecaminosa. Dissera a Herodes: “Não te é lícito possuir a mulher de teu irmão.” Embora Herodes possa ter, provavelmente, ignorado esta severa reprimenda, ou pelo menos deixado passar sem punição, Herodias não o perdoou. Era ela, e não o tetrarca, quem mais odiava João; ela “o odiava, querendo matá-lo”, e conseguiu induzir Herodes a mandar prendê-lo, encarcerando-o, como primeiro passo no caminho da consumação de seu plano de vingança que tinha por objetivo executar o Batista.¹³ Além disso, Herodes temia uma revolta do povo no caso de João ser morto por sua ordem.¹⁴

Durante o longo período de seu encarceramento, João ouvira muito sobre as maravilhosas pregações e obras de Cristo, que talvez tenham sido relatadas por alguns de seus discípulos e amigos, que tinham permissão para visitá-lo.¹⁵ Fora informado, especialmente, da milagrosa volta à vida do jovem de Naim;¹⁶ e imediatamente comissionara dois de seus discípulos para levarem a Jesus uma mensagem indagatória,¹⁷ Esses foram até a Cristo e relataram o propósito de sua visita, dizendo: “João Batista enviou-nos para Te perguntar: És tu aquele que havia de vir, ou esperamos outro?” Os mensageiros encontraram Jesus ocupado em serviços caritativos; e ao invés de lhes dar uma resposta imediata em palavras, continuou o Seu trabalho, curando naquela mesma hora muitos cegos e enfermos, e outros que se achavam possuídos por espíritos malignos. E então, voltando-se para os dois mensageiros de João, Jesus disse: “Ide, e anunciai a João as coisas que ouvís e vedes: os cegos vêem, e os coxos andam, os leprosos são limpos, e os surdos ouvem, os mortos

são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho. E bem-aventurado é aquele que se não escandalizar em mim.”

As palavras interrogativas dos discípulos de João foram respondidas com extraordinários feitos de beneficência e misericórdia. Quando a resposta foi transmitida a João, o profeta prisioneiro não pode ter deixado de se lembrar das predições de Isaías, de que por tais bênçãos e sinais milagrosos o Messias seria conhecido;¹⁸ e a reprovação deve ter sido convincente, ao lembrar-se João de suas próprias referências às predições de Isaías, quando proclamara, com eloqüência apaixonada, o cumprimento das antigas profecias em sua própria missão e na daquele que era Mais Poderoso, e de quem havia prestado um testemunho pessoal.¹⁹

A sentença final da resposta de nosso Senhor a João foi o clímax da que a precedera, e uma reprovação adicional, ainda que gentil, à vaga idéia demonstrada por João, sobre a obra do Messias. “E bemaventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço”, disse o Senhor. A incompreensão é o prelúdio da ofensa. Influenciados pelo modelo da concepção então corrente daquilo que o Messias deveria ser, o trabalho de Cristo deve ter parecido a muitos um fracasso; e aqueles que esperavam alguma súbita manifestação de Seu poder na derrota dos opressores de Israel e reabilitação da casa de Davi em esplendor material, tornaram-se impacientes, e depois duvidosos; mais tarde, sentiram-se ofendidos, em perigo de rebelarem-se abertamente contra seu Senhor. Cristo foi um ofensor para muitos, porque eles, não estando em harmonia com Suas palavras e obras, escandalizaram-se Nele.²⁰

A situação do Batista deve ser corretamente considerada por todos os que pretendem colocar em julgamento seu propósito ao inquirir do Cristo: “És tu aquele que estava para vir?” João compreendia perfeitamente que seu próprio trabalho era o de preparação; assim o testificara e prestara testemunho público de que Jesus era Aquele para quem viera preparar o caminho. Com o início do ministério de Cristo, a influência de João diminuíra, e por muitos meses ele estivera trancafiado em um cárcere, impaciente com sua inatividade forçada, sem dúvida ansiando pela liberdade, e pelos gafanhotos e favos de mel do deserto. A popularidade, influência e oportunidades de Jesus aumentavam, enquanto as dele decresciam; e ele havia afirmado que tal situação era inevitável.²¹

Mas, abandonado na prisão, pode ter-se desesperado, permitindo-se considerar se aquele que era Mais Poderoso o havia esquecido. Ele sabia que, se Jesus dissesse uma palavra, a masmorra de Machaerus não poderia detê-lo; não obstante, Jesus parece que o abandonara à sua sorte, que incluía não apenas o confinamento, mas outras indignidades e tortura física.²² Parte do intento do Batista pode ter sido chamar a atenção de Cristo para o seu angustioso estado; e sob este ponto de vista, sua mensagem foi mais um lembrete do que uma simples indagação, baseada em dúvida real. Na verdade, temos bons motivos para deduzir que, ao enviar discípulos a fim de interrogar Jesus, o propósito de João foi, em parte, e talvez quase totalmente, confirmar nesses discípulos uma fé perene no Cristo. A tarefa que lhes foi designada colocou-os em

contato direto com o Senhor, cuja supremacia eles não poderiam deixar de perceber. Tornaram-se testemunhas pessoais de seu poder e autoridade.

O comentário de Nosso Senhor sobre a mensagem de João indicou que o Batista não possuía um pleno entendimento daquilo que abrangia o reino espiritual de Deus. Após terem os emissários partido, Jesus dirigiu-Se ao povo que havia testemunhado a entrevista. Não permitiria Ele que subestimassem a importância do trabalho de João.²³ Lembrou-lhes a época da popularidade de João Batista, quando alguns dos presentes, e multidões de outras pessoas tinham ido ao deserto para ouvir as severas admoestações do profeta, tendo encontrado nele um carvalho firme e inflexível e não um caniço agitado pelo vento. Eles não tinham ido ver um homem em vestes finas. Aqueles que usavam roupas macias deviam ser procurados na corte do rei, não no deserto, não na masmorra onde agora se encontrava João. Eles haviam encontrado em João um profeta, sim, mais que um profeta: “E”, afirmou o Senhor, “eu vos digo que entre os nascidos de mulheres, não há maior profeta do que João Batista; mas o menor no reino de Deus é maior do que ele”.²⁴ Que necessidade há de um testemunho maior da integridade do Batista? Outros profetas haviam falado sobre a vinda do Messias, mas João o tinha visto, batizara-O, e tinha sido para Jesus o mesmo que um criado particular para o seu Senhor. Todavia, desde os dias da pregação do Batista até esse em que Cristo falou a Seus discípulos, o reino dos céus estava sendo rejeitado violentamente, e isso a despeito de todos os profetas e até mesmo a lei fundamental terem anunciado a Sua vinda, e apesar de João e Cristo terem sido abundantemente preditos.

A respeito de João, continuou o Senhor: “E, se quereis dar crédito, é este o Elias que havia de vir. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”²⁵ É importante saber que a designação Elias, aplicada aqui por Jesus ao Batista, é um título e não um nome pessoal, e não tem qualquer afinidade com Elias, o profeta, o antigo profeta conhecido como o tesbita.²⁶ Muitos daqueles que ouviram o elogio de Jesus a João rejubilaram-se, pois tinham aceito o Batista, passando posteriormente a seguir Jesus, como do menor para o Maior, como do sacerdote para o sumo sacerdote, como do arauto para o Rei. Mas havia fariseus e homens da lei presentes, aqueles que haviam sido tão veementemente denunciados pelo Batista como geração de víboras, e que haviam rejeitado o conselho de Deus, recusando-se a atender ao chamado de arrependimento de João.²⁷

Nesse ponto, o Mestre recorreu à analogia, para tornar Seu pensamento mais claro. Comparou a geração incrédula e insatisfeita a crianças caprichosas que brincam, sem concordar entre si. Algumas queriam simular uma cerimônia de casamento, mas, embora tocassem flauta, as outras não dançavam; substituíram-na, então, por um cortejo fúnebre e representaram a parte dos lamentadores, mas os outros não prantearam, conforme as regras do jogo. Sempre críticos, sempre cétricos, censores e difamadores por natureza, surdos e empedernidos, murmuravam. João Batista estivera entre eles como os ascéticos profetas antigos, tão sóbrio quanto qualquer nazireu, recusando-se a comer com os folgazões e a beber com os festeiros, e disseram: “Tem

demônio.” Agora vinha o Filho do Homem,²⁸ sem austeridade ou maneiras de ermitão, comendo e bebendo como o faria um homem normal, hospedando-se nas casas, participando das festividades de um casamento, misturando-se igualmente com publicanos e fariseus — e eles novamente murmuravam, dizendo: “Eis aí um homem comilão e bebedor de vinho, amigo de publicanos e pecadores!” O Mestre explicou que tal inconsistência, tal zombaria iníqua a respeito de questões extremamente sagradas, tal oposição determinada à verdade, certamente apareceria na sua verdadeira luz, e revelaria, então, a inutilidade do conhecimento ostentado. “Mas”, disse ele, “a sabedoria é justificada por todos os seus filhos”.

Da reprovação a indivíduos incrédulos, Ele passou a regiões ingratas, e censurou as cidades nas quais havia realizado tantas obras poderosas, sem que o povo se arrependesse: “Ai de ti, Corazim ai de ti, Betsaida! porque, se em Tiro e em Sidom fossem feitos os prodígios que em vós se fizeram, há muito que se teriam arrependido, com saco e com cinza. Por isso eu vos digo que haverá menos rigor para Tiro e Sidom, no dia do juízo, do que para vós. E tu, Capernaum, que te ergues até aos céus, serás abatida até aos infernos; porque, se em Sodoma tivessem sido feitos os prodígios que em ti se operaram, teria ela permanecido até hoje. Porém eu vos digo, que haverá menos rigor no dia do juízo para os de Sodoma, do que para ti.”²⁹

Aparentemente deprimido pela descrença do povo, Jesus procurou fortalecer-se na oração.³⁰ Com a eloquência da alma que só encontramos na comunhão angustiada de Cristo com Seu Pai, Ele expressou Sua gratidão reverente por ter Deus conferido o testemunho da verdade aos simples e humildes, em vez de aos grandes e letrados. Embora não O compreendessem os homens, o Pai O conhecia pelo que realmente era. Voltando-Se novamente para o povo, instou-o mais uma vez a que O aceitasse, bem como ao Seu Evangelho, e o convite que fez é uma das maiores efusões de emoção espiritual jamais conhecidas pelos homens: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve.”³¹ Convidou-os a vir do trabalho pesado para o serviço prazenteiro; dos fardos quase insuportáveis das exações eclesiásticas e formalismo tradicional, para a independência do verdadeiro espírito de adoração; do cativo para a liberdade. Mas eles recusaram-se fazê-lo. O Evangelho que lhes ofereceu era a personificação da liberdade, mas não do desregramento — impunha obediência e submissão. Mas, mesmo que fosse comparado a um jugo, o que era o Seu fardo comparado à opressão sob a qual padeciam?

Morte de João Batista

Voltando a João Batista na solidão de sua masmorra, não temos qualquer notícia sobre a maneira como recebeu e compreendeu a resposta a sua pergunta, trazida pelos mensageiros. Seu cativo logo deveria terminar, embora não pela reconquista da liberdade na Terra. O ódio de Herodias contra ele crescia, e logo apareceu uma

oportunidade para que ela levasse a efeito suas diabólicas tramas contra sua vida.³² O rei celebrava seu aniversário com uma grande festa, na qual estavam presentes nobres, capitães e os oficiais mais altos da Galiléia. Para abrilhantar a ocasião, Salomé, filha de Herodias, embora não de Herodes, dançou para os convidados. Tão encantados ficaram Herodes e seus hóspedes, que o rei ordenou à donzela que lhe pedisse o que quer que desejasse, jurando que lho daria, mesmo que fosse a metade de seu reino.

Ela retirou-se para consultar a mãe sobre o que deveria pedir, e, recebendo instruções, retornou com a espantosa exigência: “Quero que imediatamente me dê num prato a cabeça de João Batista.” O rei ficou estarecido; seu espanto foi seguido por um sentimento de tristeza e mágoa. Entretanto, temeu o vexame que lhe acarretaria a violação do juramento que fizera em presença da corte. Assim, convocando um executor, imediatamente deu a ordem fatal; e João foi na mesma hora decapitado na prisão. O carrasco retornou, trazendo um prato com o horrível troféu da vingança da corrupta rainha. A dádiva sangrenta foi entregue a Salomé, que a carregou, em desumano triunfo até sua mãe. Discípulos de João levaram o corpo e o colocaram na tumba, transmitindo a notícia de sua morte a Jesus. Herodes perturbou-se enormemente com o assassinio que havia ordenado, e quando, mais tarde, as maravilhas realizadas por Jesus lhe foram relatadas, teve medo, e disse: “João, o que batizava, ressuscitou dos mortos, e por isso estas maravilhas operam nele.” Àqueles que discordavam, o rei, atemorizado, replicava: “Este é João, que mandei degolar: ressuscitou dos mortos.”³³

Assim terminou a vida do profeta-sacerdote, o precursor direto de Cristo; assim silenciou a voz mortal daquele que clamara tão poderosamente no deserto: “Preparai o caminho do Senhor.” Muitos séculos mais tarde, sua voz foi ouvida outra vez, como a de alguém redimido e ressuscitado; e sentiu-se o toque de sua mão novamente nesta dispensação de restauração e plenitude. Em maio de 1829, um personagem ressurreto apareceu a Joseph Smith e Oliver Cowdery, apresentando-se como João, conhecido em tempos antigos como o Batista, e, impondo as mãos sobre os dois jovens, conferiu-lhes o sacerdócio de Aarão, que contém a autoridade para pregar e administrar o Evangelho do arrependimento e do batismo por imersão para remissão dos pecados.³⁴

Na Casa de Simão, o Fariseu

“E rogou-lhe um dos fariseus que comesse com ele; e, entrando em casa do fariseu, assentou-se à mesa.”³⁵

Pela ordem de colocação deste incidente na narrativa dos eventos feita por Lucas, parece que o mesmo pode ter ocorrido no dia da visita dos mensageiros de João. Jesus aceitou o convite do fariseu, como já aceitara convites de outras pessoas, até mesmo de publicanos e daqueles chamados de pecadores pelos rabis. A recepção que teve na casa de Simão parece ter carecido de calor, hospitalidade e atendimento de honra. A narrativa sugere uma atitude de condescendência por parte do anfitrião. Era costume da época tratar os convidados importantes com cuidadosa atenção — recebê-los com

um beijo de boas-vindas, providenciar água para lavar a poeira de seus pés, e óleo para ungir os cabelos e a barba. Todas essas atenções foram omitidas por Simão. Jesus tomou Seu lugar, provavelmente em um dos divãs nos quais as pessoas se acomodavam meio sentadas e meio reclinadas, para comer.³⁶ Tal atitude fazia com que os pés da pessoa ficassem longe da mesa. Além desses fatos relativos aos costumes da época, deve-se também lembrar que as habitações não eram protegidas contra intrusões como atualmente em uso. Não era incomum na Palestina, naquele tempo, que visitantes e mesmo estranhos, geralmente homens, entrassem em uma casa na hora da refeição, observassem o que se passava, e até dirigissem a palavra aos hóspedes, sem qualquer convite.

Entre os que entraram na casa de Simão durante aquela refeição, estava uma mulher; e a presença de uma mulher, embora um tanto incomum, não constituía uma inconveniência social, não podendo, assim, ser proibida em tal hora. Mas esta mulher era uma decaída, alguém que perdera sua virtude, e tinha de suportar, como parte da pena por seus pecados, o ostracismo e o escárnio daqueles que professavam ser moralmente superiores. Aproximou-se de Jesus por trás e abaixou-se para beijar seus pés em sinal de humildade e numa homenagem respeitosa. Poderia ter sido uma das pessoas que ouviram as gentis palavras, provavelmente pronunciadas naquele mesmo dia: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei.” Qualquer que tenha sido o seu motivo, ela aproximou-se Dele arrependida e profundamente contrita. Ao curvar-se sobre os pés de Jesus, suas lágrimas os banharam. Aparentemente esquecida do lugar em que se encontrava e dos olhares reprovadores que seguiam os seus movimentos, soltou suas tranças e enxugou os pés do Senhor com seus cabelos. Depois, abrindo um vaso de alabastro que continha unguento, ela os ungiu, como um escravo faria ao seu senhor. Jesus gentilmente permitiu que a mulher continuasse sem ser censurada ou interrompida no humilde serviço que prestava, inspirada por um sentimento de contrição e reverente amor.

Simão observava toda a cena. De alguma forma, ele tinha conhecimento da classe a que a mulher pertencia; e dizia a si mesmo, embora não externasse sua idéia: “Se este fora profeta, bem saberia quem e qual é a mulher que lhe tocou, pois é uma pecadora.” Jesus leu os pensamentos do homem e disse: “Simão, uma coisa tenho a dizer-te”, ao que o fariseu replicou: “Dize-a, Mestre.” Jesus continuou: “Um certo credor tinha dois devedores: um devia-lhe quinhentos dinheiros, e outro cinquenta. E, não tendo eles com que pagar, perdoou-lhes a ambos. Dize pois: qual deles o amará mais?” Só havia uma resposta lógica, e Simão a deu, embora aparentemente com alguma hesitação ou reserva. É provável que temia comprometer-se. “Suponho”, aventurou ele, “que aquele a quem mais perdoou.” Jesus disse: “Julgaste bem”, e prosseguiu: “Vês esta mulher? Entrei em tua casa e não me deste água para os pés; esta, porém, regou os meus pés com lágrimas e os enxugou com os seus cabelos. Não me deste ósculo; ela, entretanto, desde que entrei não cessa de me beijar os pés. Não me ungiu a cabeça com óleo, mas esta com bálsamo ungiu os meus pés.”

O fariseu não podia ignorar uma observação tão direta sobre a sua omissão, deixando de realizar os ritos normais de respeito a um hóspede especialmente convidado. A lição do exemplo aplicara-se a ele, da mesma forma que a parábola de Natã provocara em Davi uma afirmação autocondenatória.³⁷ “Por isso te digo”, Jesus continuou, “que os seus muitos pecados lhe são perdoados, porque muito amou; mas aquele a quem pouco é perdoado pouco ama.” E então disse à mulher as palavras de abençoado alívio: “Os teus pecados te são perdoados.” Simão e os demais presentes murmuraram intimamente: “Quem é este, que até perdoa pecados?” Compreendendo o protesto mudo, Jesus dirigiu-se novamente à mulher, e disse: “A tua fé te salvou; vai-te em paz.”

A última parte da narrativa traz-nos à mente outra feita em que Cristo concedeu remissão de pecados, e quando se opuseram alguns ouvintes, atitude essa não menos real por não ter sido expressa em palavras, suplementou seu pronunciamento autoritário com outra declaração.³⁸

O nome da mulher que assim se aproximou de Cristo, e cujo arrependimento foi tão sincero que levou à sua alma contrita e grata a certeza da remissão, não está registrado. Não existe qualquer evidência de que ela figure em outro incidente narrado nas Escrituras. Ela tem sido apontada por certos escritores como Maria da Betânia, aquela que, pouco antes de Cristo ser traído, ungiu Sua cabeça com unguento,³⁹ mas esta suposição é totalmente infundada,⁴⁰ e constitui um reflexo injustificável sobre a vida pregressa de Maria, a devota e amável irmã de Marta e Lázaro. Igualmente incorreta é a tentativa feita por outros de identificar esta pecadora arrependida e perdoada com Maria Madalena, cuja vida, em período algum, foi marcada pelo pecado da impureza, tanto quanto o afirmam as Escrituras. A importância de nos precavermos contra erros sobre a identidade dessas mulheres torna aconselhável o comentário que se segue a respeito do assunto.

No capítulo que segue aquele em que estão registrados os incidentes que acabamos de considerar, Lucas⁴¹ afirma que Jesus atravessou a região, visitando todas as cidades e aldeias, para pregar o Evangelho do reino e anunciar suas alegres novas. Os Doze estavam com Ele nessa viagem, e também “algumas mulheres que haviam sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada Madalena, da qual saíram sete demônios, e Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, Suzana e muitas outras, as quais lhe prestavam assistência com os seus bens”. Referência adicional é feita a algumas dessas nobres damas, por ocasião da morte, sepultamento e ressurreição de nosso Senhor, aparecendo menção especial a Maria Madalena.⁴² Maria Madalena, cujo segundo nome provavelmente deriva de sua cidade natal, Magdala, foi curada por Jesus de males físicos e mentais, sendo os últimos associados a espíritos malignos que a possuíam. É-nos dito que Cristo expulsou dela sete demônios,⁴³ porém mesmo uma aflição tão deplorável não constitui base para se afirmar que a mulher não fosse virtuosa ou casta.

Maria Madalena tornou-se, entre as mulheres, uma das maiores amigas de Jesus; sua devoção àquele que a curara e a quem adorava como o Cristo, era inabalável; ela permaneceu junto à cruz, enquanto outras mulheres esperavam de longe, por ocasião de Sua agonia mortal; estava entre os primeiros junto ao sepulcro na manhã da ressurreição, e foi o primeiro mortal a ver e reconhecer um ser ressuscitado — o Senhor que ela amava com todo o fervor da adoração espiritual. Afirmar que essa mulher, escolhida entre tantas outras como merecedora de tão grandes honras, havia sido uma criatura decaída, com a alma crestada pelo calor de luxúria profana, é contribuir para a perpetuação de um erro para o qual não existe escusa. E, no entanto, a falsa tradição nascida de uma hipótese antiga e injustificável de que essa nobre mulher, destacada amiga do Senhor, é a mesma que, confessando-se pecadora, lavou e ungiu-Lhe os pés na casa de Simão, o fariseu, e recebeu o benefício de ser perdoada por seu arrependimento, tão tenazmente se fixou na idéia popular através dos séculos, que o nome, Madalena, passou a ser uma designação genérica das mulheres que perdem a virtude e mais tarde se regeneram. Não estamos considerando se a misericórdia de Cristo poderia ter-se estendido a uma pecadora como Maria Madalena possui, erroneamente, a reputação de ter sido; o homem não pode medir a importância, nem penetrar a profundidade do perdão divino. E se fosse verdade que essa Maria e a pecadora arrependida, que serviu a Jesus quando Este Se assentava à mesa do fariseu, são a mesma pessoa, a questão seria respondida afirmativamente, pois aquela mulher que havia sido pecadora fora perdoada. Estamos tratando do registro escriturístico como história, e nele nada confirma a imputação realmente repulsiva, embora comum, de impureza à alma devota de Maria Madalena.

A Autoridade de Cristo Atribuída a Belzebu⁴⁴

Na época do ministério terreno de nosso Senhor, a cura dos cegos, surdos ou mudos era considerada como uma das maiores realizações que se poderia alcançar através da ciência médica ou tratamento espiritual; e a sujeição ou expulsão de demônios encontrava-se entre os feitos impossíveis ao exorcismo rabínico. As demonstrações do poder do Senhor de curar e restaurar, até mesmo em casos universalmente considerados incuráveis, resultaram na intensificação da hostilidade por parte das classes sacerdotais. E estas, representadas pelo partido fariseu, desenvolveram a ridícula e absolutamente inconsistente sugestão de que os milagres eram realizados por Jesus através do poder do príncipe dos demônios, a quem Ele estava ligado.⁴⁵

Durante a Sua segunda viagem missionária pela Galiléia, percorrendo “todas as cidades e aldeias, ensinando nas sinagogas deles, e pregando o Evangelho do reino, e curando todas as enfermidades e moléstias”,⁴⁶ surgiu a absurda teoria de que Cristo era, Ele próprio, vítima de possessão demoníaca, e que operava pelo poder de Satanás, teoria essa que se expandiu de tal forma a tornar-se a explicação aceita pelos fariseus e os de sua classe. Jesus afastara-Se durante algum tempo dos centros mais populosos,

onde era constantemente vigiado por emissários enviados de Jerusalém à Galiléia, pelas classes dirigentes, pois os fariseus conspiravam contra Ele, buscando uma desculpa e uma oportunidade para matá-Lo. Mas mesmo nas cidades menores e distritos rurais, Ele era seguido e assediado por grandes multidões, a quem administrava, aliviando tanto males físicos quanto espirituais.⁴⁷

Ele instava o povo a não espalhar a Sua fama; e talvez fizesse isso porque naquele estágio de Sua obra uma ruptura pública com a hierarquia judaica poderia constituir-se em sério impedimento; ou, possivelmente, desejava dar àqueles que conspiravam contra Ele, tempo e ocasião para desenvolver sua hostilidade amarga e encher até a borda o cálice de sua iniquidade determinada. Mateus vê nas injunções do Senhor contra a publicidade o cumprimento da profecia de Isaías de que o Messias escolhido não contenderia nem clamaria nas ruas para chamar atenção, nem usaria o Seu ilimitado poder para esmagar mesmo uma cana quebrada ou apagar o pavio fumegante; Ele não fracassaria nem desanimaria, mas vitoriosamente exerceria um juízo justo sobre a Terra para os gentios, assim como, por implicação, para Israel.⁴⁸ A imagem da cana quebrada e do pavio fumegante expressa notavelmente o terno cuidado com o qual Cristo tratava até mesmo as mais fracas manifestações de fé e desejo sincero de aprender a verdade, viessem da parte de judeus ou de gentios.

Logo após Seu retorno da viagem missionária a que nos referimos, os fariseus encontraram uma desculpa para criticá-Lo, quando curou um homem que se encontrava sob a influência de um demônio, e que era cego e mudo. Essa combinação de aflições, que afetava o corpo, a mente e o espírito, foi afastada, e o homem que não enxergava e não falava ficou livre desse triplo fardo.⁴⁹ Diante desse triunfo sobre os poderes malignos, o povo maravilhou-se ainda mais e disse: “Não é este o filho de Davi?” — em outras palavras: Pode ser este outro senão o Cristo que vimos esperando há tanto tempo? O julgamento popular, assim expresso, enfureceu os fariseus, que disseram ao povo, já quase em adoração: “Este não expulsa os demônios senão por Belzebu, príncipe dos demônios.” Jesus recebeu a acusação malévola e respondeu a ela, não com ira, mas em termos de calmo raciocínio e sólida lógica. Estabeleceu o fundamento de Sua defesa, declarando a verdade evidente de que um reino dividido contra si mesmo não pode subsistir, mas forçosamente se despedaça. Se aquela suposição tivesse o menor fundamento de verdade, Satanás, através de Jesus, estar-se-ia opondo a Satanás. Depois, referindo-se a práticas supersticiosas e aos exorcismos da época, pelos quais alguns efeitos, classificados hoje de curas da mente, eram obtidos, Ele perguntou: “E, se eu expulso os demônios por Belzebu, por quem os expulsam então vossos filhos? Portanto eles mesmos serão vossos juizes”. E para tornar a demonstração mais clara usando contraste, continuou: “Mas, se eu expulso os demônios pelo Espírito de Deus, logo é chegado a vós o reino de Deus”. Aceitando qualquer das proposições, e certamente uma era verdadeira, pois o fato de que Jesus expulsava demônios era conhecido em toda a Terra, sendo confirmado pelos próprios termos da acusação que agora pronunciavam contra Ele, os fariseus acusadores estavam vencidos e condenados.

Mas a ilustração prosseguiu: “Ou, como pode alguém entrar em casa do homem valente e furtar os seus bens se primeiro não manietar o valente, saqueando então a sua casa?” Cristo havia investido contra o baluarte de Satanás, enxotado seus espíritos malignos de tabernáculos humanos dos quais eles se haviam apossado injustificavelmente; como poderia tê-lo feito, se não tivesse primeiramente subjugado o mais forte, o senhor dos demônios, o próprio Satanás? E ainda, aqueles letrados ignorantes atreviam-se a dizer, diante de uma refutação tão evidente às suas próprias premissas, que os poderes de Satanás eram subjugados por meio de ação satânica. Não podia existir qualquer acordo, qualquer trégua ou armistício entre as forças contendoras de Cristo e Satanás. Sugerindo aos Seus acusadores que exercessem um autojulgamento, para que pudessem decidir-se de que lado estavam, Jesus acrescentou: “Quem não é comigo, é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha.”

Depois, tendo completamente demonstrado e provado o absurdo da acusação de Seus opositores, Cristo falou-lhes sobre o abominável pecado de condenar o poder e a autoridade pelos quais Satanás fora vencido. Ele havia provado, baseando-se na própria proposição deles, que, tendo subjugado Satanás, Ele era a personificação do Espírito de Deus e que, por meio Dele, o reino de Deus lhes era trazido. Eles rejeitavam o Espírito de Deus, e tentavam destruir o Cristo através de Quem aquele Espírito se manifestava. Que outra blasfêmia podia ser maior do que esta? Falando como quem tem autoridade, com a introdução solene: “Portanto, eu vos digo”, ele continuou: “Todo o pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada aos homens. E, se qualquer disser alguma palavra contra o Filho do Homem, ser-lheá perdoado, mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século nem no futuro.”

Quem, dentre os homens, pode expressar uma advertência mais solene e terrível contra o perigo de se cometer o imperdoável pecado?⁵⁰ Jesus foi misericordioso ao afirmar que palavras ditas contra Ele, como homem, poderiam ser perdoadas; mas falar contra a autoridade que possuía e, particularmente, atribuir aquele poder e autoridade a Satanás, estava muito próximo de blasfêmia contra o Espírito Santo, para cujo pecado não poderia haver perdão. E, então, em termos mais fortes, que se transformaram em invectivas cortantes, Ele lhes recomendou que fossem consistentes — se admitiam que o resultado de Seu trabalho era bom, como expulsar demônios certamente o era, sendo um bom fruto — por que não reconheciam que o poder pelo qual tais resultados eram obtidos, ou em outras palavras, a própria árvore, era boa? “Ou fazei a árvore boa, e o seu fruto bom, ou fazei a árvore má, e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore.” Com palavras candentes de absoluta convicção, Ele prosseguiu: “Raça de víboras, como podeis vós dizer boas coisas, sendo maus? pois do que há em abundância no coração disso fala a boca.” Pelas verdades que Ele tornara tão claras, era evidente que as palavras de Seus acusadores saíam de corações repletos de iniquidade. Além do mais, mostravam-se ser não somente malévolas, mas tolas, infundadas e vãs, e, portanto, duplamente saturadas de pecado. Seguiu-se outra declaração autoritária:

“Digo-vos que de toda palavra ociosa que os homens disserem, hão de dar conta no dia do juízo.”

Buscadores de Sinais⁵¹

A lição do Mestre, embora reforçada por exemplos e analogias, por aplicações diretas e por franca declaração de autoridade, caiu em ouvidos praticamente surdos à verdade espiritual, e não encontrou lugar no coração já empedernido por grande estoque de maldade. Responderam à profunda sabedoria e valiosas instruções da palavra de Deus com um pedido impertinente: “Mestre, quiséramos ver de tua parte algum sinal.” Não tinham já visto sinais em profusão? Não tinham os cegos e os surdos, os mudos e os enfermos, os paralíticos e os hidrópicos, e pessoas atacadas de toda sorte de doenças, sido curados em suas casas, em suas ruas, e nas suas sinagogas? Demônios não tinham sido expulsos e suas abomináveis vozes silenciadas pela palavra Dele? E não tinham os mortos voltado à vida, e tudo isso por meio Dele, a quem agora importunavam em busca de um sinal? Desejavam algum prodígio extraordinário, para satisfazer sua curiosidade, ou talvez para proporcionar-lhes outras desculpas para agirem contra Ele — queriam sinais para desperdiçar em sua concupiscência.⁵² Não é de admirar que Cristo tenha “suspirado profundamente em seu espírito”, quando tais exigências Lhe foram feitas.⁵³ E replicou aos escribas e fariseus que haviam demonstrado tal desatenção às Suas palavras: “Uma geração⁵⁴ má e adúltera pede um sinal; mas nenhum sinal Lhe será dado senão o do profeta Jonas.”

O sinal de Jonas significava que por três dias estivera no ventre do peixe, sendo depois restituído à liberdade. Assim também o Filho do Homem seria encerrado na sepultura e depois se levantaria novamente. Esse era o único sinal que Ele lhes daria, e pelo mesmo seriam condenados. Contra eles e sua geração, os homens de Nínive erguer-se-iam em julgamento, pois estes, iníquos que eram, haviam-se arrependido pela pregação de Jonas; e agora um maior que Jonas estava entre eles.⁵⁵ A rainha de Sabá levantar-se-ia em julgamento contra eles, pois viera dos confins da Terra para auferir a sabedoria de Salomão; e agora um maior que Salomão se encontrava entre eles.⁵⁶

Depois, retornando ao assunto dos espíritos iníquos e imundos, sobre o qual haviam espalhado a acusação de que estava ligado a Satanás, disse-lhes que, quando um demônio é expulso, tenta, após um período de solidão, retornar à casa ou corpo do qual foi expelido; mas, encontrando essa casa em ordem, agradável e limpa, depois que seu imundo ser se viu forçado a vagá-la, convoca outros espíritos, piores do que ele mesmo, que tomam conta do homem, levando-o a um estado ainda pior do que o anterior.⁵⁷ Neste estranho exemplo está simbolizada a condição daqueles que, depois de terem recebido a verdade, ficando livres das impuras influências do erro e do pecado, tornando-se em mente, espírito e corpo como uma casa varrida e adornada, em imaculada ordem, renunciam mais tarde ao bem, abrem sua alma aos demônios da

falsidade e do engodo, e tornam-se mais corruptos que antes. “Assim”, declarou o Senhor, “acontecerá também a esta geração má.”

Embora os escribas e fariseus não estivessem convencidos, e talvez nem mesmo impressionados com Seus ensinamentos, nosso Senhor não se encontrava completamente destituído de ouvintes apreciativos. Uma mulher do grupo elevou sua voz, invocando bênção para a mãe que havia tido aquele Filho, e para os seios que O haviam amamentado. Sem rejeitar esse tributo de reverência que se aplicava tanto à mãe quanto ao Filho, Jesus respondeu: “Antes bemaventurados são os que ouvem a palavra de Deus e a guardam!”⁵⁸

Cristo é Procurado por Sua Mãe e Seus Irmãos⁵⁹

Enquanto Jesus estava ocupado com os escribas e fariseus, e um grande número de outras pessoas, possivelmente por volta do momento em que concluía as palavras que acabamos de considerar, avisaram-Lhe que Sua mãe e Seus irmãos estavam presentes e desejavam falar-Lhe. Em consequência do aglomerado de pessoas ao Seu redor, não conseguiram chegar até Ele. Usando a circunstância para demonstrar a todos o fato de que Seu trabalho tinha precedência sobre as reivindicações familiares, e assim explicando que não podia reunir-se a Seus parentes no momento, perguntou: “Quem é minha mãe? e quem são meus irmãos?” Respondendo à sua própria pergunta e expressando nessa resposta o pensamento mais profundo que existia em sua mente, disse, apontando para os discípulos: “Eis aqui minha mãe e meus irmãos; Porque, qualquer que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, este é meu irmão, e irmã e mãe.”

O incidente nos recorda a resposta que dera a Sua mãe, quando juntamente com José, O tinham encontrado no templo, após uma longa e ansiosa busca: “Por que é que me procuráveis? Não sabíeis que me convém tratar dos negócios de meu Pai?”⁶⁰ Desses mesmos negócios se ocupava Ele quando Sua mãe e Seus irmãos desejaram falar-Lhe, encontrando-Se no meio da multidão. Os direitos superiores da obra de Seu Pai faziam-No adiar todos os assuntos de importância menor. Não há justificativa para considerarmos essas observações como evidência de desrespeito, e muito menos de deslealdade filial e familiar. Uma devoção da mesma espécie esperava Ele dos apóstolos, que eram chamados a dedicar, sem reservas, tempo e talento ao ministério.⁶¹ Não é revelado o propósito com que os familiares de Jesus O procuraram. Podemos deduzir, portanto, que o mesmo não tinha grande importância fora do círculo familiar.⁶²

NOTAS DO CAPÍTULO 18

1. Os Dois Relatos do Milagre. — Em nosso comentário sobre a cura miraculosa do servo do centurião, seguimos, em grande parte, o relato mais circunstancial de Lucas. O registro de Mateus sobre a petição do oficial, mais breve, apresenta o homem

indo a Jesus em pessoa, enquanto o de Lucas afirma que foram os anciãos da sinagoga local que formularam o pedido. Não há discrepância real entre os dois. Era permitido na época, como ainda o é, falar-se de alguém que faz com que algo seja realizado, como tendo-o feito ele mesmo. Pode-se corretamente afirmar que uma pessoa notificou outra, quando ela enviou a notificação por terceiros. Diz-se que um homem construiu uma casa quando na realidade outros realizaram o trabalho, embora a seu pedido. Pode-se dizer que um arquiteto construiu um prédio, quando, na verdade, ele fez o desenho e dirigiu outros, que realmente levantaram a estrutura.

2. Jesus Admirou-Se. — Tanto Mateus quanto Lucas nos dizem que Jesus Se admirou da fé no centurião que suplicou a cura de seu amado servo (Mateus 8:10; Lucas 7:9). Alguns têm-se perguntado como Cristo, a quem consideram como tendo sido onisciente durante a vida na carne, pode ter-se admirado com qualquer coisa. O significado da passagem é evidente no sentido de que, quando a fé do centurião Lhe foi mostrada, Ele meditou, refletiu sobre ela, provavelmente considerando o revigorante contraste entre a mesma e a ausência de fé que encontrava tão freqüentemente. De maneira semelhante, embora com mágoa em vez de alegria, é dito que: Ele Se admirou da descrença do povo (Marcos 6:6).

3. Seqüência dos Milagres da Restauração dos Mortos. — Como afirmado e reiterado neste livro, a cronologia dos eventos do ministério de nosso Senhor, segundo o registro dos evangelistas, é incerta. A literatura existente sobre o assunto contém muita disputa e demonstra não haver qualquer aproximação de acordo entre os eruditos bíblicos. Temos registros de três ocasiões em que, pela palavra de Jesus, os mortos foram milagrosamente restituídos à vida — no caso do filho da viúva de Naim, da filha de Jairo, e de Lázaro: e existe diferença de opiniões quanto à seqüência de dois destes acontecimentos. Naturalmente, a colocação de Lázaro como o último dos três baseia-se em certeza indiscutível. O Dr. Richard C. Trench, em suas eruditas e valiosas “Notes on the Miracles of our Lord”, afirma, de maneira definitiva, que a filha de Jairo foi a primeira a ser restituída à vida. O Dr. John Laidlaw em “The Miracles of our Lord”, trata primeiramente deste, entre os milagres dessa categoria, embora sem afirmar sua precedência cronológica. Muitos outros autores afirmam ser o segundo dos três. Talvez o que tenha incentivado os escritores a arranjar os três milagres deste grupo na seqüência indicada tenha sido o desejo de apresentá-los numa ordem crescente de grandeza aparente — a restauração da jovem sendo um caso de chamar de novo à vida uma pessoa que acabara de morrer (“não bem morta” como alguns erroneamente descrevem a condição da jovem), a restauração do rapaz de Naim como a de alguém a caminho da sepultura, e a de Lázaro, como a restituição à vida de uma pessoa que se encontrava sepultada havia quatro dias. Não podemos consistentemente aceitar que estes casos tenham oferecido graus maiores ou menores de dificuldade para o poder de Cristo. Em cada caso, Sua palavra de autoridade foi suficiente para reunir o espírito e o corpo da pessoa morta. Lucas, o único que registra o milagre de Naim, coloca o evento antes daquele da filha de Jairo, com muitos incidentes entre os dois. Existe uma

grande preponderância de evidências em favor da ordem aqui apresentada, (1) o jovem de Naim, (2) a filha de Jairo, e (3) Lázaro.

4. Tetrarca. — Este título, por derivação do termo, e como era originariamente usado, aplicava-se ao governador de uma quarta parte, ou uma das quatro divisões de uma região que havia sido, anteriormente, um país só. Mais tarde passou a ser uma designação dada a qualquer governador de uma parte de um país dividido, independente do número ou extensão das frações. Herodes Antipas é, inconfundivelmente, chamado de tetrarca em Mateus 14:1; Lucas 3:1, 19; 9:7; e Atos 13:1; e é chamado de rei em Mateus 19:9; Marcos 6:14, 22, 25, 26.

5. Machaerus. — Segundo o historiador Josefo (*Antiquities XVIII, 5:2*), a prisão na qual João Batista foi confinado por Herodes Antipas era a fortaleza de Machaerus.

6. Cristo, para Muitos um Ofensor. — A parte final da mensagem de nosso Senhor a João Batista, na prisão, em resposta à pergunta do mesmo, foi: “E bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço.” Podemos observar, de passagem, que o quanto haja de reprimenda ou censura nestas palavras, a lição foi dada de maneira extremamente gentil, e de forma a ser facilmente entendida. Como escreveu Deems: “Em vez de dizer ‘Ai daquele que achar em mim motivo de tropeço’, Ele coloca a questão de maneira mais suave: ‘Bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço’”. Na versão inglesa da Bíblia Sagrada, a escritura aparece assim: “Bem-aventurado é aquele que não se ofender em mim.” A palavra “ofender” e seus cognatos são usados em lugar de diferentes expressões que aparecem no original grego. Assim, infrações da lei, pecados e fraquezas em geral são chamados de ofensas, e os seus executores são ofensores culpados, que merecem punição. Em certas ocasiões, até mesmo obras de retidão são consideradas como ofensas pelos iníquos. Isso acontece não porque as boas obras fossem, sob qualquer aspecto, ofensas contra a lei e o direito, mas porque os que infringem a lei se consideram ofendidos pela mesma. O delinqüente sentenciado, não arrependido e cuja mente é ainda perversa, sente-se ofendido e revoltado com a lei que o levou à justiça. Para ele, a lei é uma ofensa. Em um sentido muito significativo, Jesus Cristo é o maior ofensor da história, pois todos os que rejeitam o Seu Evangelho sentem-se ofendidos pelo mesmo. Na noite em que foi traído, Jesus disse aos apóstolos que eles se escandalizariam Nele (*Mateus 26:31*: ver também versículo 33). O ministério pessoal do Senhor ofendeu não somente os fariseus e oponentes sacerdotais, mas muitos dos que haviam professado crer Nele (*João 6:61*; comparar com *16:1*). O Evangelho de Jesus Cristo é designado por Pedro como “pedra de tropeço e rocha de escândalo, para aqueles que tropeçam na palavra, sendo desobedientes” (*I Pedro 2:8*; comparar com as palavras de Paulo, em *Romanos 9:33*). Na verdade, bem-aventurado é aquele que recebe o Evangelho com alegria, e que não encontra nele causa para ofensa.

7. A Grandeza da Missão de João Batista. — Jesus assim deu testemunho da natureza superior da missão de João Batista: “Em verdade vos digo que, entre os que de mulher têm nascido, não apareceu alguém maior do que João Batista; mas aquele

que é o menor no reino dos céus é maior do que ele.” (Mateus 11:11 comparar com Lucas 7:28.) Elucidando a primeira parte desse testemunho, o profeta Joseph Smith disse, durante um discurso que proferiu no dia 24 de maio de 1843 (*“History of the Church”*, na data mencionada): “Não podia ser em consequência dos milagres que João realizou, pois não realizou milagre algum; mas porque — Primeiro, fora-lhe confiada a divina missão de preparar o caminho diante da face do Senhor. A quem foi confiada missão semelhante, antes ou depois? A homem algum. Segundo, foi incumbido de batizar o Filho do Homem. Quem jamais realizou tal ato? Quem jamais recebeu tão grande privilégio ou glória? Quem jamais conduziu o Filho de Deus às águas do batismo, contemplando o Espírito Santo descer sobre Ele, pelo sinal de uma pomba? Ninguém. Terceiro, João, naquela ocasião, era o único administrador legal que possuía as chaves do poder que existia na Terra. As chaves, o reino, o poder, a glória tinham sido afastados dos judeus, e João, filho de Zacarias, por bênçãos divinas e decreto celeste, possuía as chaves do poder naquela época.”

A última parte da afirmação do Senhor — “mas aquele que é o menor no reino dos céus é maior do que ele” (João), tem suscitado interpretações e comentários diferentes. O verdadeiro significado pode ser que embora o destaque de João entre os profetas fosse extraordinariamente grande, ele não havia aprendido, por ocasião do incidente em pauta, o propósito pleno da obra do Messias, e certamente teria que fazê-lo antes de ter condições para ser admitido no reino dos céus; portanto, o menor daqueles que por meio de conhecimento adquirido e obediência prestada estivessem preparados para um lugar no reino sobre o qual Jesus ensinara, era maior do que João Batista naquela ocasião. Por inspiração, aprendemos nos últimos dias que “é impossível ao homem ser salvo em ignorância” (Doutrina e Convênios 131:6), e que “A glória de Deus é inteligência, ou, em outras palavras, luz e verdade” (Doutrina e Convênios 93:36). A indagação de João Batista mostrou que na época lhe faltava conhecimento, que seus esclarecimentos eram imperfeitos e que não podia compreender toda a verdade sobre a morte preordenada e subsequente ressurreição de Cristo como Redentor do mundo. Mas não nos devemos esquecer de que Jesus, de forma alguma, insinuou que João permaneceria em situação inferior à do menor no reino dos céus. Aumentando seu conhecimento das verdades vitais do reino, e prestando obediência a elas, certamente progrediria, tornando-se grande no reino dos céus como o era entre os profetas da Terra.

8. João Batista, o Elias que Deveria Vir. — Nos dias de Cristo, o povo agarravase à crença tradicional de que o antigo profeta Elias retornaria ao mundo em pessoa. A respeito dessa tradição, o *Commentary*, de Dummelow, diz sobre Mateus 11:14: “Supunha-se que sua atividade principal (a de Elias) seria resolver questões, dúvidas e dificuldades sobre cerimônias e ritos, e que ele devolveria a Israel (1) o pote de ouro do maná, (2) o vaso contendo o óleo consagrado (3) o vaso contendo as águas da purificação, (4) a vara de Aarão, que brotara e dera fruto.” Não existia qualquer afirmação escriturística para apoiar essa crença. Que João deveria ir adiante do Messias, no espírito e poder de Elias, foi declarado pelo anjo Gabriel no seu anúncio a

Zacarias (Lucas 1:17); e nosso Senhor tornou bem claro o fato de que João era o Elias predito. “Elias” é tanto um nome quanto um título. Por meio de revelação, nos tempos atuais, tivemos conhecimento da individualidade separada de Elias e Elias, o profeta, cada um deles tendo aparecido em pessoa e transmitido a profetas modernos os poderes específicos de seus respectivos ofícios (Doutrina e Convênios 110:12, 13). Soubemos que a tarefa de Elias é a da restauração (Doutrina e Convênios 27:6, 7; 76:100; 77:9, 14). No dia 10 de março de 1844, encontramos o seguinte registro (*History of the Church*), como testemunho do profeta Joseph Smith:

“O espírito de Elias prepara o caminho para uma revelação maior de Deus, que é o Sacerdócio de Elias, ou o Sacerdócio ao qual Aarão foi ordenado. E quando Deus envia um homem ao mundo para fazer a preparação para um trabalho maior, possuindo as chaves do poder de Elias, isso tem sido denominado doutrina de Elias, desde o começo do mundo.

A missão de João limitou-se a pregar e batizar, mas o que ele fez tinha força legal. E quando Jesus Cristo encontrava discípulos de João, Ele os batizava com fogo e com o Espírito Santo.

Os apóstolos foram dotados de um poder maior que o de João: seu trabalho estava mais sob o poder e espírito de Elias, o profeta, do que de Elias.

No caso de Filipe, quando esteve em Samaria, com o espírito de Elias batizou tanto homens quanto mulheres. Quando Pedro e João tiveram conhecimento disso, foram até lá, impuseram as mãos aos batizados e estes receberam o Espírito Santo. Isso mostra a diferença entre os dois poderes.

Quando Paulo encontrou alguns discípulos, perguntou-lhes se haviam recebido o Espírito Santo. Eles disseram que não. Quem os batizou, então? Fomos batizados no batismo de João. Não, não foram batizados no batismo de João ou teriam sido batizados por João. E, então Paulo os batizou novamente, pois sabia qual era a verdadeira doutrina, e sabia assim que João não os tinha batizado. E eu estranho muito que, homens que têm lido as Escrituras do Novo Testamento, estejam tão distantes dessas coisas.

O que desejo fixar em vossa mente é a diferença de poder nas diversas partes do Sacerdócio, de forma que, quando qualquer homem chegar até vós, dizendo: ‘Eu possuo o espírito de Elias’, podereis saber se a afirmação é verdadeira ou falsa. Pois qualquer homem que possua o espírito e o poder de Elias não transcenderá os seus limites.

João não ultrapassou seus limites, mas fielmente realizou a parte que lhe cabia: e cada porção do grande edifício deve ser preparada corretamente e designada para o lugar adequado, e é necessário sabermos quem possui as chaves do poder, e quem não as possui, para que não sejamos enganados.

“A pessoa que possui as chaves de Elias realiza uma obra preparatória.

.....

Este é o Elias mencionado nos últimos dias, e eis aqui a rocha contra a qual muitos se esfacelam, pensando que esse tempo já passou, nos dias de João e Cristo. Mas o espírito de Elias me foi revelado, e eu sei que é verdadeiro. Portanto falo arrojadamente, pois sei que minha doutrina é verdadeira.”

9. À Mesa do Fariseu. — A expressão “assentou-se à mesa”, que aparece em Lucas 7:37, e em outras passagens. é considerada por fonte autorizada como tradução incorreta; deveria ser “deitou-se” ou “reclinou-se” (ver o *Comp. Dict. of the Bible*, de Smith, sob o item “Refeições”). Que o antigo costume hebreu era sentar-se à mesa está fora de dúvida (Gên. 27:19; Juízes 19:6, I Sam. 16:11; 20:5, 18, 24; I Reis 13:20); mas o costume de reclinar-se em divãs colocados ao redor da mesa parece datar de muito antes dos dias de Cristo (Amós 3:12; 6:4). Era comum na Palestina o costume romano de arranjar as mesas e divãs ao longo de três lados de um quadrado, deixando o quarto lado aberto para a passagem dos criados que serviam os comensais. As mesas e divãs assim dispostos constituíam o *triclinium*. Referindo-se ao cerimonial dos fariseus na questão da lavagem de artigos usados nas refeições, Marcos (7:4) menciona “camas”. Uma pessoa reclinada junto à mesa teria os pés em direção oposta à mesma. Assim, foi simples para a mulher contrita aproximar-se de Jesus por trás e ungir-lhe os pés sem perturbar os outros participantes da refeição.

10. Não é Especificada a Identidade da Mulher. — A tentativa de identificar a pecadora contrita que ungiu os pés de Jesus na casa de Simão, o fariseu, com Maria da Betânia é veementemente condenada por Farrar (p 225, nota): “Aqueles que identificam esta festa na casa de Simão, o fariseu, na Galiléia, com a festa realizada muito mais tarde na casa de Simão, o leproso, em Betânia, e a unção dos pés por ‘uma mulher da cidade, uma pecadora’. com a unção da cabeça por Maria, irmã de Marta, adotam princípios de crítica tão imprudentes e arbitrários, que a sua aceitação roubaria aos Evangelhos toda a credibilidade, tornando-os quase indignos de serem estudados como narrativas verdadeiras. Quanto aos nomes Simão e Judas, que provocaram tantas identificações de pessoas e incidentes diferentes, eram eles tão comuns entre os judeus daquela época quanto José e Antônio o são entre nós hoje. Há cinco ou seis Judas e nove Simãos mencionados no Novo Testamento, e dois Judas e dois Simãos entre os apóstolos; Josefo cita mais ou menos dez Judas e vinte Simãos nos seus escritos, e deve, portanto, ter havido milhares de outros que, naquele mesmo período, eram assim chamados. O incidente (de ungir com unguento) está perfeitamente de acordo com os costumes da época e do país, e não existe a menor improbabilidade na sua repetição sob circunstâncias diferentes. (Ecles. 9:8; Cant. 4:10; Amós 6:6.) O costume ainda existe.”

O erudito cônego está plenamente justificado em sua veemente crítica. Entretanto, ele endossa a identidade, comumente aceita, da mulher mencionada no relato do repasto em casa de Simão, o fariseu, com Maria Madalena, embora admitindo que a base para essa afirmativa seja “uma velha tradição — que prevalece especialmente na

Igreja Ocidental, e é seguida pela tradução de nossa versão inglesa” (pág. 233). Como afirmamos neste livro, não há qualquer evidência fidedigna de que Maria Madalena tenha sido contaminada pelo pecado do qual a mulher arrependida foi tão bondosamente perdoada por nosso Senhor, na casa do fariseu.

11. O Pecado Imperdoável. — A natureza do terrível pecado contra o Espírito Santo, sobre o qual o Senhor advertiu os fariseus que O acusavam, tentando atribuir Seu divino poder a Satanás, é mais claramente explicada, e seus resultados mais explicitamente estabelecidos em revelação moderna. A respeito daqueles que o cometem e de seu terrível destino, o Todo-Poderoso disse: — “Estes são os filhos de perdição, de quem eu digo que melhor lhes fora nunca terem nascido; pois são vasos de ira, condenados a sofrer a ira de Deus, com o diabo e seus anjos na eternidade; sobre os quais eu disse que não há perdão neste mundo nem no mundo vindouro, (...) que irão para o lago de fogo e enxofre (...), que é castigo eterno, para reinar com o diabo e seus anjos na eternidade, onde seu bicho não morre, e o fogo é inextinguível, o que é seu tormento (...) o seu fim nem seu lugar e nem o seu tormento. Nem foi revelado nem é nem será revelado ao homem, exceto àqueles que dele forem feitos participantes; contudo, Eu, o Senhor, mostro-o em visão a muitos, mas imediatamente torno a encerrá-la; portanto sem fim, sua largura, altura, profundidade e miséria eles não compreendem, nem homem algum, a não ser os que são ordenados a essa condenação.” (Doutrina e Convênios 76:31-48; ver também Hebreus 6:4-6; Livro de Mórmon, Alma 39:6.)

12. Uma Geração Adúltera à Procura de Sinais. — A resposta de nosso Senhor aos que reclamavam um sinal, dizendo que “Uma geração má e adúltera pede um sinal” (Mateus 12:39; ver também 16:4; Marcos 8:38), só podia ser interpretada pelos judeus como reprovação extrema. Que a designação “adúltera”, de caráter descritivo, se aplicava literalmente à imoralidade comum na época, eles todos sabiam. Adam Clarke, em seu comentário sobre Mateus 12:39, diz sobre este assunto: “Existem provas conclusivas, por seus próprios escritos (dos judeus), de que na época de Nosso Senhor, o judeu era um povo essencialmente adúltero; pois nessa mesma época o rabi Jachanan ben Zacchi aboliu o julgamento pelas águas amargas do ciúme, porque eram demais os que se achavam culpados desse crime.” Para informações a respeito do julgamento daqueles acusados pelas águas amargas ver Números 5:11-31. Embora Jesus chamasse aquela geração de adúltera, não encontramos qualquer registro de que os príncipes judeus, que provocaram tal acusação exigindo um sinal, tenham ousado negar ou tentado repelir a culpa que lhes foi imputada. O pecado do adultério estava incluído entre as ofensas capitais (Deut. 22:22-25). A severidade da acusação feita por Jesus foi intensificada pelo fato de que as Escrituras mais antigas apresentavam o convênio entre Jeová e Israel como um laço de matrimônio (Isaías 54:5-7; Jeremias 3:14; 31:32; Oséias 2:19, 20), assim como também as Escrituras posteriores apresentam a Igreja como uma noiva e Cristo como o esposo (II Cor. 11:2; compare com Apoc. 21:2). Ser espiritualmente adúltero, segundo a interpretação rabínica das afirmações dos profetas, era ser falso para com o convênio pelo qual as nações judaicas clamavam ser

superiores, como adoradoras de Jeová, e ser totalmente falso e réprobo. Por essa acusação, os fariseus e escribas que estavam em busca de um sinal compreenderam que Jesus os considerava piores do que os gentios idólatras. As palavras “adulterio” e “idolatria” têm origens relacionadas, ambas indicando o ato da infidelidade e a busca de objetos falsos de afeição ou adoração.

13. A Mãe e os Irmãos de Jesus. — Diversos autores sugerem que Maria e outros membros da Sua família tentaram falar com Jesus, na ocasião a que nos referimos, com a finalidade de protestar contra a energia e o zelo com que Ele desempenhava Sua missão. Na verdade, alguns foram tão longe a ponto de sugerir que Maria e Seus filhos tinham ido para restringir sua liberdade e para sustentar, caso o conseguissem, a maré de interesse popular, críticas e ofensas que crescia ao seu redor. Até mesmo como hipótese, esta interpretação carece totalmente de base escriturística. O propósito da visita não é mencionado. Como será mostrado em outras páginas deste livro, é fato que alguns membros da família de Maria não compreendiam a grande importância do trabalho no qual Jesus se ocupava tão assiduamente. E lemos que alguns de seus amigos (tradução marginal: “parentes”), em certa ocasião, saíram para prendê-lo e interromper suas atividades públicas, usando de força física, pois diziam: “Está fora de si” (Marcos 3 21); além disso lemos que Seus irmãos não acreditavam Nele (João 7:5). Estes fatos, entretanto, não apóiam a suposição de que as intenções de Maria e Seus filhos não fossem pacíficas. E sugerir que Maria, Sua mãe, havia esquecido tão completamente as extraordinárias cenas da anunciação angélica, a milagrosa concepção, as circunstâncias celestiais do nascimento, a sabedoria e o poder sobre-humanos exibidos durante a juventude e maturidade de Jesus, a ponto de considerar seu filho um entusiasta desequilibrado, que ela desejava confinar, é assumir responsabilidade por uma injustiça ao caráter daquela que o anjo Gabriel declarou ser bendita entre as mulheres, e altamente favorecida pelo Senhor.

A afirmação de que os irmãos de Jesus não acreditavam Nele na ocasião a que se refere o evangelista (João 7:5) não é prova de que alguns ou mesmo todos esses irmãos não passassem a acreditar Nele mais tarde. Imediatamente após a ascensão do Senhor, Maria, mãe de Jesus, e os irmãos Deste, dedicavam-se a adoração e súplicas com os Onze e outros discípulos (Atos 1:14). O fato evidente da ressurreição de Cristo converteu muitos que até então haviam declinado de aceitá-Lo como o Filho de Deus. Paulo registra uma especial manifestação do Cristo ressurreto a Tiago (I Cor. 15:7) e o Tiago ali mencionado pode ser a mesma pessoa designada como o “irmão do Senhor” (Gál. 1:19) em outra passagem; compare-se com Mateus 13:55; Marcos 6:3. Parece que havia “irmãos do Senhor” ocupados na obra do ministério nos dias da atividade de Paulo (I Cor 9:5). A relação familiar específica existente entre nosso Senhor e Tiago, José, Simão, Judas e as irmãs mencionadas por Mateus (13:55, 56) e Marcos (6:3) tem sido causa de debates, e diversas teorias foram inventadas para fundamentar as opiniões divergentes. Assim, a hipótese Oriental ou Epifaniana afirma, a baseada apenas em suposições, que os irmãos de Jesus eram filhos de José de Nazaré com uma esposa anterior e não filhos de Maria, mãe do Senhor. A teoria do levirato presume que José

de Nazaré e Clopas (este último nome, é interessante notar, é considerado o equivalente de Alfeu, ver nota de rodapé à pág. 224) eram irmãos e que, após a morte de Clopas ou Alfeu, José casou-se com a viúva de seu irmão, segundo a lei do levirato (Pág. 548). A hipótese Hieronimiana baseia-se na crença de que as pessoas citadas como irmãos e irmãs de Jesus eram filhos de Clopas (Alfeu) e Maria, irmã da mãe do Senhor e, conseqüentemente, primos de Jesus. (Ver Mateus 27:56; Marcos 15:40; João 19:25). Está além de qualquer dúvida o fato de que Jesus era considerado por aqueles que conheciam a família de José e Maria como consangüíneo próximo de outros filhos e filhas pertencentes à família. Se estes outros eram filhos de José e Maria, seriam todos mais novos que Jesus, pois, sem dúvida alguma, Ele era o primogênito de Sua mãe. A aceitação desta afinidade entre Jesus e Seus irmãos e irmãs”, mencionada pelos sinóticos, constitui o que é conhecido na literatura teológica como a opinião Helvidiana.

CAPÍTULO 19

“E DE MUITAS COISAS LHES FALOU POR PARÁBOLAS”

Durante o período do ministério de Cristo, do qual tratamos até aqui, Sua fama aumentou continuamente, por causa da autoridade com que se expressava e das muitas obras poderosas que realizou. Sua popularidade era tal, que, para onde quer que Se dirigisse, grandes multidões O seguiam. Em certas ocasiões, o povo tanto se comprimia ao redor, que impedia os Seus movimentos, alguns pelo desejo de ouvir mais sobre a nova doutrina e outros suplicando alívio para suas enfermidades e tribulações; e havia muitos que acreditavam que, apenas tocando a fimbria de Seu manto, ficariam curados.¹ A ânsia do povo, que o levava a aglomerar-se ao Seu redor, muitas vezes tornava difícil, senão impossível, que Ele pronunciasse qualquer discurso de maneira eficaz. Geralmente utilizava a praia para Seus ensinamentos ao ar livre, quando nos arredores do mar, ou lago, da Galiléia; e lá se comprimiam as multidões para ouvi-Lo. A Seu pedido, os discípulos haviam arranjado um “barquinho”, que estava sempre pronto na praia² e era Seu costume sentar-Se no barco, a pequena distância da praia e pregar ao povo, como fizera nos primeiros tempos, quando chamara os pescadores escolhidos, dizendo-lhes que abandonassem suas redes e O seguissem.³

Em uma dessas ocasiões, Ele empregou um método de instrução que, até aquela época, não havia sido característico de Seus ensinamentos: foi o uso de parábolas,⁴ ou histórias simples, para ilustrar Suas doutrinas. Algumas delas serão aqui consideradas brevemente, na ordem mais favorável ao estudo, e, tanto quanto sabemos, na seqüência em que, possivelmente, foram apresentadas.

“Eis que o Semeador saiu a semear”

Em primeiro lugar, na ordem de apresentação, encontramos a Parábola do Semeador. É um esplêndido exemplo das parábolas de Jesus, em geral, e particularmente preciosa pelo seu grande valor intrínseco, e porque possuímos uma interpretação completa pelo Seu Autor divino. Esta é a história:

“Eis que o semeador saiu a semear. E, quando semeava, uma parte da semente caiu ao pé do caminho, e vieram as aves, e comeram-na; e outra parte caiu em pedregais, onde não havia terra bastante, logo nasceu, porque não tinha terra funda. Mas, vindo o sol, queimou-se, e secou-se porque não tinha raiz. E outra caiu entre espinhos, e os espinhos cresceram, e sufocaram-na. E outra caiu em boa terra, e deu fruto: um a cem, outro a sessenta e outro a trinta. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”⁵

Esta nova maneira de ensinar, este afastamento do antigo método de exposição doutrinária, usado pelo Senhor, fez com que mesmo os discípulos mais devotados se maravilhassem. Os Doze e alguns outros dirigiram-se a Jesus quando Ele estava longe

da multidão, e perguntaram-Lhe por que havia falado ao povo daquela maneira, e qual o significado daquela parábola. A resposta de nosso Senhor à primeira parte da pergunta será considerada imediatamente. Sobre a outra parte, ele perguntou: “Não percebeis esta parábola? como pois entenderéis todas as parábolas?”⁶ Assim indicou Ele a simplicidade da primeira delas, juntamente com seu caráter típico e fundamental, insinuando que outras parábolas apareceriam no curso de Seu ministério. E deu, então, a explicação: “escutai vós, pois, a parábola do semeador. Ouvindo alguém a palavra do reino, e não a entendendo, vem o maligno, e arrebatou o que foi semeado no seu coração; este é o que foi semeado ao pé do caminho. Porém o que foi semeado em pedregais é o que ouve a palavra, e logo a recebe com alegria; mas não tem raiz em si mesmo, antes é de pouca duração; e, chegada a angústia e a perseguição por causa da palavra, logo se ofende. E o que foi semeado entre espinhos é o que ouve a palavra, mas os cuidados deste mundo, e a sedução das riquezas, sufocam a palavra, e fica infrutífera. Mas o que foi semeado em boa terra é o que ouve e compreende a palavra; e dá fruto, e um produz cem, outro sessenta e outro trinta.”⁷

Uma explicação mais ampla poderá parecer supérfluo. Entretanto, algumas sugestões a respeito da aplicação individual das lições contidas na parábola poderão ser úteis. Observe que a imagem preeminente da história é a condição do solo — preparado ou não. A semente era a mesma, caísse em solo fértil ou estéril, em boa terra ou entre pedras e espinhos. O método primitivo de semeadura, ainda usado em diversos países, era o seguinte: o semeador atirava punhados de grão contra o vento, para que fossem bem espalhados. Os campos galileus eram cortados por trilhas pisadas por homens e animais. Embora caíssem sementes em tais trilhas, não poderiam crescer; pássaros apanhariam os grãos desarraigados e descobertos e os outros grãos seriam pisados e esmagados. Assim é com a semente da verdade que cai no coração endurecido — geralmente não cria raiz, e Satanás, como um corvo saqueador, rouba-a a menos que um grão, por acaso, caia numa fenda do solo árido, crie raiz, tendo então possibilidade de se desenvolver.

As sementes que caem em solo pouco profundo, tendo por baixo pedra ou terra dura, podem criar raízes e florescer por pouco tempo, mas, quando ás radículas alcançam a camada impenetrável, murcham, e a planta seca e morre, pois os elementos nutritivos são insuficientes em locais onde a terra não é profunda.⁸ Assim como o homem cujo zelo é superficial, cuja energia cessa quando se defronta com obstáculos ou oposição. Embora ele manifeste entusiasmo durante certo tempo, a perseguição o desencoraja — ele se ofende⁹ e não resiste. Os grãos semeados onde há muitos espinhos e cardos, logo morrem, sufocados pelo crescimento destes. Assim é com um coração humano, voltado para as riquezas e seduções dos prazeres: embora receba a semente viva do Evangelho, não produz boa colheita, mas sim um emaranhado de ervas daninhas. A produção abundante de espinhosos cardos demonstra a possibilidade que o solo teria de produzir uma colheita melhor, se não estivesse obstruído por tais ervas. A semente que cai em solo bom e profundo, livre de ervas daninhas e preparado para a sementeira, cria raízes e cresce; o calor do sol não a queima, mas antes lhe dá forças;

ela amadurece e produz de acordo com a riqueza do solo, alguns campos dando trinta, outros sessenta, e alguns até cem vezes mais do que o que ali foi semeado.

Segundo as regras literárias, e os reconhecidos padrões de construção retórica, assim como pelo arranjo lógico de suas partes, esta parábola conquistou o primeiro lugar entre as produções de sua classe. Embora comumente conhecida como a Parábola do Semeador, a história poderia ser chamada, expressivamente, de Parábola das Quatro Espécies de Solo. É para o solo, sobre o qual a semente é lançada, que a história mais fortemente dirige nossa atenção, e que, de maneira tão apropriada, usa para simbolizar o coração abrandado ou endurecido, o terreno limpo ou infestado de espinhos. Observem-se os tipos de solo apresentados na ordem crescente de sua fertilidade: (1) a estrada compacta, a trilha à beira da estrada, na qual, a não ser por uma combinação de circunstâncias fortuitas, chegando praticamente ao milagre, nenhuma semente pode criar raízes ou crescer; (2) a fina camada de solo que cobre um impenetrável leito de rocha firme, onde a semente pode germinar, mas jamais amadurecer; (3) o campo coberto de ervas daninhas, capaz de produzir uma rica colheita, se não fosse pelos cardos e espinhos; e (4) a limpa e rica terra — receptiva e fértil. Mais ainda, mesmo os solos classificados de bons possuem diferentes graus de produtividade, rendendo trinta, sessenta e até cem vezes, com várias gradações intermediárias.

Alguns expositores bíblicos afirmaram encontrar nesta esplêndida parábola evidência de fatalismo decisivo na vida das pessoas, de forma que aqueles cujo estado espiritual é comparável à terra endurecida ou ao terreno de beira de estrada, ao solo superficial que cobre a pedra compacta, ou à trilha cheia de espinhos, são desesperançada e irremediavelmente maus; ao passo que as almas que podem ser comparadas ao solo bom estão seguras contra as depravações, e inevitavelmente, produzirão bons frutos. Não nos devemos esquecer de que a parábola é apenas um esboço, e não um quadro terminado em todos os seus detalhes; e a analogia expressa ou sugerida em ensinamentos parabólicos não pode lógica e consistentemente, ser levada além dos limites da história ilustrativa. Na parábola que estamos considerando, o Mestre retratou os vários graus de receptividade existentes entre os homens, e caracterizou com incisiva brevidade cada um dos graus especificados. Ele não disse ou sugeriu que a terra dura da beira da estrada não pode ser arada, aplanada, fertilizada, tornando-se assim produtiva, nem que a pedra que impedia o crescimento não poderia ser quebrada ou removida, ou que o solo bom não poderia ser aumentado, acrescentando-se mais terra; nem que os espinhos jamais teriam a possibilidade de ser arrancados, tornando-se o seu habitat adequado para o plantio. A parábola deve ser estudada no verdadeiro espírito de seu propósito; e não se justificam deduções ou ampliações forçadas. Uma poderosa metáfora, uma vigorosa analogia, uma expressiva figura de linguagem, são válidas somente quando racionalmente aplicadas; se levadas além dos limites razoáveis, a melhor delas pode perder seu significado ou mesmo tornar-se absurda.

O Trigo e o Joio

Outra parábola, de certa forma intimamente relacionada à anterior, no que se refere à história propriamente dita, tratando outra vez da semente e da sementeira, e, como a primeira, acompanhada de sua interpretação, foi assim relatada pelo Mestre:

“O reino dos céus é semelhante ao homem que semeia boa semente no seu campo; mas, dormindo os homens, veio o seu inimigo, e semeou o joio no meio do trigo, e retirou-se. E, quando a erva cresceu e frutificou, apareceu também o joio. E os servos do pai de família, indo ter com ele, disseram-lhe: Senhor, não semeaste tu no teu campo boa semente? Por que tem então joio? E ele lhes disse: Um inimigo é quem fez isso. E os servos lhe disseram: Queres pois que vamos arrancá-lo? Porém ele lhes disse: Não; para que ao colher o joio não arranqueis também o trigo com ele. Deixai crescer ambos juntos até à ceifa; e, por ocasião da ceifa, direi aos ceifeiros: Colhei primeiro o joio, e atai-o em molhos para o queimar; mas o trigo ajuntai-o no meu celeiro.”¹⁰

Quando Jesus se retirou para a casa onde estava hospedado, os discípulos dirigiram-se a Ele e pediram: “Explica-nos a parábola do joio do campo.”

“E ele, respondendo, disse-lhes: O que semeia a boa semente, é o Filho do Homem; o campo é o mundo; e a boa semente são os filhos do reino; e o joio são os filhos do maligno; o inimigo, que o semeou, é o diabo; e a ceifa é o fim do mundo: e os ceifeiros são os anjos. Assim como o joio é colhido e queimado no fogo, assim será na consumação deste mundo. Mandará o Filho do Homem os Seus anjos, e eles colherão do Seu reino tudo o que causa escândalo, e os que cometem iniquidade. E lançá-los-ão na fornalha de fogo; ali haverá pranto e ranger de dentes. Então os justos resplandecerão como o sol, no reino de seu Pai. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”¹¹

Segundo a explicação do Autor, o semeador era Ele próprio, o Filho do Homem; e, como o trigo e o joio crescerão juntos até “o fim do mundo”, aqueles ordenados para continuar a obra do Seu ministério são também, por implicação direta, semeadores. A semente aqui representada não é, como na última parábola, o Evangelho, mas os filhos dos homens, sendo a boa semente os honestos de coração, os justos filhos do reino; e o joio, as almas que se entregaram ao mal, e que são contadas entre os filhos do maligno. Zelosos do lucro do seu Senhor, os servos teriam violentamente arrancado o joio, no que foram impedidos, pois tal atitude imprudente, embora bem intencionada, teria posto em perigo o trigo quando ainda novo, uma vez que, nos primeiros estágios de crescimento, é difícil distinguir o trigo do joio, e as raízes entrelaçadas teriam ocasionado a destruição de muitos dos preciosos grãos.

Existe uma lição fundamental na parábola — à parte a representação de condições reais, presentes e futuras — sobre a paciência, a resignação e a tolerância — virtudes essas que constituem atributos da Deidade e traços de caráter que todos os homens deveriam cultivar. O joio mencionado na história pode ser considerado como qualquer espécie de erva nociva, particularmente aquelas que, no início do crescimento, se

assemelham a grãos sadios.¹² Semear ervas daninhas, em um campo onde já foi semeado cereal, é um tipo de abuso maligno cometido até mesmo nos dias de hoje.¹³ A certeza de uma época para separação, quando o trigo será acumulado nos celeiros do Senhor, e o joio queimado, está além de qualquer dúvida, segundo a exposição do próprio Mestre.

Tão importante é a lição contida nesta parábola, e tão seguro é o cumprimento literal de suas predições, que o Senhor a explicou novamente por meio de revelação dada nos dias de hoje, quando sua aplicação é direta e imediata. Falando através do Profeta Joseph Smith, em 1832, Jesus Cristo disse:

“Mas eis que nos últimos dias, sim, agora, enquanto o Senhor está começando a trazer à luz a palavra e a haste está brotando e está ainda terra – eis que em verdade vos digo: os anjos estão clamando ao Senhor dia e noite, pois estão prontos e esperando para ser enviados a ceifar os campos; diz-lhes, porém, o Senhor: não arranqueis o joio enquanto a folha estiver ainda terra (pois em verdade vossa fé é fraca), para que não destruais também o trigo. Portanto deixai que o trigo e o joio cresçam juntos até que a colheita esteja completamente amadurecida; então colhereis primeiramente o trigo dentre o joio e, depois da colheita do trigo, eis que o joio será amarrado em feixes e o campo estará pronto para ser queimado.”¹⁴

A Semente Que Cresce Secretamente

Mateus registra a Parábola do Joio imediatamente após a do Semeador; Marcos coloca na mesma seqüência uma parábola encontrada somente nos seus escritos. Esta é apresentada em forma de esboço, e seria classificada por expositores críticos mais como simples analogia do que como parábola típica. Ei-la:

“E dizia: O reino de Deus é assim como se um homem lançasse semente à terra, e dormisse, e se levantasse de noite ou de dia, e a semente brotasse e crescesse, não sabendo ele como. Porque a terra por si mesma frutifica, primeiro a erva, depois a espiga, por último o grão cheio na espiga. E, quando já o fruto se mostra, mete-se-lhe logo a foice, porque está chegada a ceifa.”¹⁵

Não temos qualquer registro de que os discípulos tenham pedido ou de que o Mestre tenha dado qualquer interpretação desta ou de qualquer das parábolas posteriores.¹⁶ Nesta história, encontramos uma ilustração eficaz do vigor da semente da verdade, embora os processos secretos de seu crescimento sejam um mistério para todos, com exceção somente do próprio Deus. Um homem que planta uma semente tem de deixá-la crescer por si. Ele pode cuidar do campo removendo ervas daninhas, protegendo as plantas da melhor maneira possível, mas o crescimento em si depende de condições e forças além do seu poder de controle. Embora Paulo tenha plantado e Apolos regado, ninguém a não ser Deus poderia ter garantido o crescimento.¹⁷ A pessoa que semeia pode depois ocupar-se de seus outros afazeres, pois o campo não exige atenção continua ou exclusiva; não obstante, sob a influência do sol e da chuva, da

brisa e do orvalho, a folha se desenvolve, depois a espiga, e, no tempo devido, o grão, em sua plenitude, na espiga. Quando o grão está maduro, o homem alegremente procede à sua colheita.

O semeador da história é o pregador autorizado da palavra de Deus. Ele planta a semente do Evangelho no coração dos homens, sem saber qual será o resultado. Passando a desempenhar mister semelhante ou outra obra, algures, cumprindo deveres que lhe foram designados em outros campos, ele, com fé e esperança, deixa nas mãos de Deus o resultado de sua plantação. Na colheita de almas convertidas por meio de seu trabalho, ele se enriquece e se regozija.¹⁸ Esta parábola foi, provavelmente, dirigida mais particularmente aos apóstolos e aos discípulos mais devotados, e não às multidões em geral; é uma lição para mestres, para trabalhadores dos campos do Senhor, para os semeadores e ceifeiros escolhidos. Tem um valor perene, e é tão aplicável hoje quanto nos dias em que foi proferida. Que a semente seja plantada, mesmo que o semeador receba um chamado imediato para trabalhar em outros campos ou dedicar-se a outros deveres; na feliz colheita, ele encontrará sua recompensa.

O Grão de Mostarda

“Outra parábola lhes propôs, dizendo: O reino dos céus é semelhante ao grão de mostarda que o homem, pegando dele, semeou no seu campo; o qual é, realmente, a menor de todas as sementes; mas, crescendo, é a maior das plantas, e faz-se uma árvore, de sorte que vêm as aves do céu, e se aninham nos seus ramos.”¹⁹

A pequena história, dirigida à multidão reunida, deve ter feito com que muitos comessem a pensar, em consequência da simplicidade do incidente relatado, e da sua aplicação absolutamente nãojudaica. Segundo os ensinamentos dos mestres da época, o reino deveria ser grande e glorioso desde o seu início; iria ser introduzido pelo clamor de trombetas e marcha de exércitos, com o Rei Messias à frente; mas esse novo Mestre falava sobre o mesmo como tendo um início tão pequeno que podia ser comparado a um grão de mostarda. Para tornar a ilustração mais eficaz, Ele especificou que a semente mencionada era “a menor de todas as sementes”. Essa expressão superlativa foi usada em um sentido relativo, pois existiam e existem sementes menores que a mostarda, mesmo entre plantas de jardim, entre as quais foram citadas a arruda e a papoula. Mas essas plantas são muito pequenas quando alcançam a sua maturidade, enquanto a mostarda, bem cultivada, é uma das maiores entre as ervas comuns, apresentando forte contraste de crescimento entre a pequena semente e o arbusto desenvolvido.

Além disso, a comparação “pequeno como um grão de mostarda” era de uso corrente entre os judeus da época. A comparação empregada pelos judeus em outra ocasião evidencia esse fato, como quando ele disse: “Se tiverdes fé como um grão de mostarda (...) nada vos será impossível.”²⁰ A planta da mostarda atinge, na Palestina, um desenvolvimento maior do que na maioria dos climas do norte.²¹ A lição da

parábola é fácil de se perceber. A semente é uma entidade vivente. Quando plantada corretamente, absorve e assimila os elementos nutritivos do solo e da atmosfera, cresce, tornando-se capaz de prover abrigo e alimento para os pássaros. Da mesma forma, a semente da verdade é vital, viva, e capaz de se desenvolver de maneira a fornecer alimento e abrigo espiritual a todos que a procuram. Em ambas as concepções, a planta, em sua maturidade, produz semente em abundância, e assim, com um simples grão, um campo inteiro pode ser coberto.

O Fermento

“Outra parábola lhes disse: O reino dos céus é semelhante ao fermento, que uma mulher toma e introduz em três medidas de farinha, até que tudo esteja levedado.”²²

São facilmente discerníveis os pontos de semelhança e de contraste, entre essa parábola e a última. Em ambas estão ilustradas a vitalidade e a capacidade de desenvolvimento inerentes, tão essencialmente características do reino de Deus. O grão de mostarda, entretanto, representa o efeito que causa, no crescimento vital, a aquisição exterior da substância de valor; enquanto o fermento espalha de dentro para fora a sua influência, por meio de toda a massa que, de outra forma, permaneceria dura e murcha. Cada um desses processos representa um meio pelo qual age o Espírito da Verdade. O fermento é, tanto quanto o grão de mostarda, um organismo vivo. À medida que a microscópica planta do fermento se desenvolve e multiplica dentro da massa, suas milhares de células vivas impregnam a mesma, e cada partícula da massa levedada torna-se capaz de afetar da mesma forma outra porção de alimento devidamente preparado. O processo de fermentação, ou de fazer com que a massa “cresça”, pela fermentação da levedura nela colocada, é lento, e tão silencioso e aparentemente secreto quanto o da semente plantada que cresce sem a atenção ou preocupação do sementeiro.”²³

O Tesouro Escondido

“O reino dos céus é semelhante a um tesouro escondido num campo, que um homem achou e escondeu; e, pelo gozo dele, vai, vende tudo quanto tem, e compra aquele campo.”²⁴

Esta parábola, e as duas que se seguem, foram registradas apenas por Mateus; e a sua colocação em sua narrativa indica que foram pronunciadas somente para os discípulos, no interior da casa, após a partida da multidão. A busca de um tesouro escondido é sempre fascinante. Não era incomum na época encontrarem-se objetos de valor enterrados, pois o costume de esconder tesouros era habitual, uma vez que o povo estava sujeito a incursões de bandidos e a invasões hostis. Observe-se que o homem afortunado e feliz é apresentado encontrando o tesouro aparentemente por acaso e não como resultado de busca diligente. Alegremente vendeu tudo que possuía, para poder comprar o campo. O tesouro escondido é o reino dos céus. Quando um homem o

encontra, deve estar pronto para sacrificar tudo o que possui, se, fazendo-o, entrar na posse do reino. A felicidade que lhe trará a nova aquisição é ilimitada, e, se ele permanecer digno, tais riquezas serão suas depois da morte.²⁵

Os casuístas ergueram uma dúvida quanto à correção da atitude do homem da história, uma vez que ocultou o fato de sua descoberta ao dono do campo a quem o tesouro, dizem eles, legitimamente pertencia. Seja qual for a opinião que tenham quanto à ética do procedimento do homem, seu ato não foi ilegal, uma vez que existia uma cláusula na lei judaica, estipulando que o comprador da terra se tornava proprietário legal de tudo que ela continha.²⁶ Certamente Jesus não recomendou qualquer conduta desonesta, e se a história não fosse provável em todos os seus detalhes, seu efeito como parábola teria sido perdido. O Mestre ensinou com essa ilustração que, quando o tesouro do reino é encontrado, aquele que o encontrou não deve perder tempo ou esquivar-se a qualquer sacrifício que seja necessário para assegurar a posse legal do mesmo.

A Pérola de Grande Valor

Outrossim o reino dos céus é semelhante ao homem, negociante, que busca boas pérolas; e, encontrando uma pérola de grande valor, foi, vendeu tudo quanto tinha, e comprou-a.²⁷

As pérolas sempre ocuparam posição de destaque entre as jóias, e muito antes dos tempos de Cristo, bem como até hoje, os negociantes de pérolas ocupavam-se e têm-se ocupado diligentemente na busca da maior e mais valiosa de todas elas. Ao contrário do homem da última parábola, que encontrou um tesouro escondido como resultado de pouca ou nenhuma busca, o mercador desta história devotou todas as suas energias à busca de pérolas de qualidade superior, o que era o seu negócio. Quando finalmente contemplou a pérola superior a todas as outras, embora custasse, como por direito deveria custar, um preço altíssimo, ele alegremente vendeu todas as suas outras gemas. Na verdade, sacrificou “tudo quanto tinha” — jóias e outros bens — e comprou a pérola de grande valor. Aqueles que buscam a verdade podem adquirir muitas coisas boas e desejáveis, e não encontrar a maior de todas as verdades, aquela que os salvará. Mas se buscarem persistentemente e com boa intenção, e se estiverem realmente procurando pérolas e não imitações, encontrarão. Homens que através de buscas contínuas descobrem as verdades do reino dos céus, talvez tenham que abandonar muitas das tradições que lhes são caras e até mesmo teorias filosóficas imperfeitas e a “falsamente chamada ciência”²⁸, se desejarem possuir a pérola de grande valor. Observe-se que nesta parábola, como na do tesouro escondido, o preço é tudo que a pessoa possui. Nenhum homem pode tornar-se cidadão do reino por meio da rendição apenas parcial de seus compromissos anteriores. Ele deve renunciar a tudo o que seja estranho ao reino ou jamais fará parte dele. Se, de boa vontade, sacrificar tudo que tem, descobrirá que tem o suficiente. O preço do tesouro escondido, e da pérola, não é uma quantia

fixa, igual para todos — é tudo que uma pessoa possui. Mesmo o mais pobre pode possuí-los eternamente — tudo o que ele tem é preço suficiente.

A Rede do Evangelho

Igualmente o reino dos céus é semelhante a uma rede lançada ao mar, e que apanha toda qualidade de peixes. E, estando cheia, a puxam para a praia; e, assentando-se, apanham para os cestos os bons; os ruins, porém, lançam fora; Assim será na consumação dos séculos: virão os anjos, e separarão os maus de entre os justos, e lançá-los-ão na fornalha de fogo: ali haverá pranto e ranger de dentes.²⁹

Homens de diversas espécies: bons e maus, de todas as nacionalidades e raças, são atingidos pelo Evangelho do reino. Os “pescadores de homens”³⁰ são habilidosos, ativos e completos em sua pesca. A escolha processa-se depois que a rede é levada para a praia. E, como os pescadores se livram dos maus peixes e guardam os bons, assim também os anjos que cumprem as ordens do Filho do Homem separam os justos dos iníquos, preservando uma espécie para a vida eterna, e entregando a outra à destruição. Esforços insensatos para levar a aplicação da parábola além da intenção do Autor, levantaram a crítica de que, bons ou maus, os peixes morrem. Os bons, entretanto, morrem sendo úteis, e os maus, completamente desperdiçados. Embora todos os homens morram, não morrem da mesma forma — alguns vão para descansar, e voltar na ressurreição dos justos; outros passam a um estado de sofrimento e inquietude, para, ansiosos e temerosos, esperarem a ressurreição dos iníquos.³¹ É evidente a semelhança do emprego desta parábola e da parábola do joio, no que se refere à ênfase dada à separação dos justos e injustos, e ao terrível destino daqueles que serão condenados. Nota-se outro paralelo na transferência do julgamento até o “fim do mundo”, por cuja expressão podemos compreender a consumação da obra do Redentor, subsequente ao Milênio, e a ressurreição final de todos aqueles que existiram na Terra.³²

Após pronunciar essa parábola, a última do grupo registrado no capítulo 13 de Mateus, Jesus perguntou aos discípulos: “Entendestes todas estas coisas?” Eles responderam: “Sim.” Ele exortou-os a estarem prontos, como mestres bem treinados, a fim de suprir, do depósito de suas almas, tesouros de verdade tanto velhos quanto novos, para a edificação do mundo.³³

O Propósito de Cristo no Uso de Parábolas

Como mencionado anteriormente, os Doze e outros discípulos surpreenderam-se diante da inovação do Senhor, quando começou a fazer uso de parábolas. Até essa ocasião, Suas doutrinas haviam sido declaradas com clareza meridiana, como testemunham os explícitos ensinamentos do Sermão da Montanha. Deve-se notar que a introdução de parábolas ocorreu quando a oposição a Jesus se tornou violenta, e quando escribas, fariseus e rabis estavam alerta, vigiando atentamente Seus movimentos e Suas obras, prontos para, por uma palavra, acusá-lo de ofensor. O uso

de parábolas era comum entre os professores judeus e, adotando esse método de ensino, Jesus estava realmente seguindo um costume da época, embora não existisse comparação possível entre as Suas parábolas e as dos letrados, exceto a do mais pronunciado contraste.³⁴

O Mestre explicou aos seguidores escolhidos e devotos que Lhe perguntaram por que mudara da exposição direta para as parábolas³⁵, que, embora tivessem o privilégio de receber e compreender as verdades mais profundas do Evangelho, “os mistérios do reino dos céus”, como Ele disse, a mesma plenitude de compreensão era impossível ao povo em geral, que não era receptivo e não estava preparado. Aos discípulos, que já haviam aceito com alegria os primeiros princípios do Evangelho de Cristo, mais deveria ser dado. Mas àqueles que haviam rejeitado o benefício oferecido até o que antes possuíam lhes seria tirado.³⁶ “Por isso”, disse Ele, “lhes falo por parábolas; porque eles, vendo, não vêem; e, ouvindo, não ouvem nem compreendem”. Que o estado de escuridão espiritual então existente entre os judeus havia sido previsto, é evidenciado por uma citação das palavras de Isaías, quando o antigo profeta falou sobre o povo que se tornaria cego e surdo e endureceria seu coração com respeito às coisas de Deus, de forma que, embora visse e ouvisse em um sentido físico, não conseguiria compreender.³⁷

Existe um elemento de misericórdia que se evidencia no método de ensino parabólico adotado por nosso Senhor, sob as condições predominantes da época. Tivesse Ele sempre ensinado por declarações explícitas, que não requeressem qualquer interpretação, muitos de Seus ouvintes estariam condenados, uma vez que a fé que possuíam era fraca, e que seu coração não estava preparado para quebrar os laços do tradicionalismo e o preconceito advindo do pecado, aceitando a palavra de salvação e obedecendo a ela. Sua incapacidade de compreender os requisitos do Evangelho lhes daria algum direito à misericórdia, enquanto que, se rejeitassem a verdade com pleno entendimento, a justiça inflexível certamente exigiria sua condenação.³⁸

Que a lição das parábolas podia ser compreendida por meio de estudo, oração e busca, foi insinuado na admoestação do Mestre: “Quem tem ouvidos para ouvir, ouça”³⁹ e aos perquiridores mais estudiosos, o Mestre acrescentou: “Atendei ao que ides ouvir. Com a medida que medirdes vos medirão a vós, e ser-vos-á ainda acrescentada a vós que ouvis. Porque ao que tem, ser-lhe-á dado; e, ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.”⁴⁰ Dois homens podem ouvir as mesmas palavras — um deles ouve com indolência e indiferença, o outro com mente alerta, procurando captar tudo o que as palavras possam transmitir. E, tendo ouvido, o homem diligente vai imediatamente fazer aquilo que lhe foi recomendado, enquanto o descuidado negligencia e esquece. Um é sábio, o outro tolo; um ouviu para seu benefício eterno, o outro para sua eterna condenação.⁴¹

Outro exemplo da adaptação misericordiosa da palavra à capacidade variada do povo que ouvia as parábolas é o fato psicológico de que os incidentes de uma história impressionante, embora simples, permanecem vivos, mesmo na mente daqueles que,

na ocasião, são incapazes de compreender qualquer significado além da história em si. Muitos camponeses que ouviram o pequeno incidente do semeador e das quatro espécies de solo, do joio semeado por um inimigo, durante a noite, da semente que cresceu apesar de o semeador tê-la esquecido temporariamente, teriam a memória reavivada pelas circunstâncias periódicas de seu trabalho diário. O jardineiro recordarse-ia da história do grão de mostarda cada vez que plantasse, ou quando contemplasse a frondosa planta com passarinhos pousados nos seus galhos; a dona de casa pensaria na história do fermento enquanto estivesse trabalhando em sua cozinha; e o pescador com sua rede pensaria novamente nos peixes bons e maus, comparando a escolha de seus peixes ao julgamento futuro. E então, quando o tempo e a experiência, e talvez o sofrimento, os tivessem preparado para pensamentos mais profundos, encontrariam o grão vivo da verdade do Evangelho dentro da casca seca da história simples que lhes fora contada.

Parábolas em Geral

A característica essencial de uma parábola é a comparação ou semelhança através da qual algum incidente comum e bem compreendido é usado para ilustrar um fato ou princípio não expresso diretamente na história. A idéia de que a parábola se baseia necessariamente em um incidente fictício é incorreta; pois, embora a história ou circunstância da parábola deva ser simples e realmente constituir lugar comum, precisa também ser real. Não existe ficção nas parábolas que estudamos até agora — as histórias básicas são verdadeiras, e as circunstâncias apresentadas, fatos experimentados. A narrativa ou incidente sobre o qual a parábola é construída pode ser um acontecimento real ou fictício, mas, se fictício, a história deve ser consistente e provável, sem adições de circunstâncias incomuns ou miraculosas. Neste aspecto, a parábola difere da fábula, sendo esta última imaginativa, exagerada e improvável quanto ao fato; ademais, a intenção não é a mesma nas duas, uma vez que a parábola tem por objetivo transmitir alguma grande verdade espiritual, enquanto a assim chamada moral da fábula sugere, na melhor das hipóteses, apenas realizações materiais e vantagens pessoais. Histórias de árvores, animais e coisas inanimadas falando umas com as outras ou com homens são totalmente fantásticas; são fábulas ou apólogos, o seu resultado, seja apresentado como bom ou mau — apresenta contraste com as parábolas, não semelhança. O propósito reconhecido da fábula é mais divertir do que ensinar. A parábola pode conter uma narrativa, como nos casos do semeador e do joio, ou meramente um incidente isolado, como com o grão de mostarda e o fermento.

As alegorias distinguem-se das parábolas pela sua maior extensão e pelos detalhes da história, como também pelo entrelaçamento da narrativa com a lição que tem o propósito de ensinar. Na parábola, esses elementos são distintamente separados. Os mitos são histórias fictícias, algumas vezes com base histórica de fatos, mas destituídas de simbolismo de valor espiritual. Um provérbio é um dito curto e sentencioso, da natureza das máximas, implicando em uma verdade explícita ou sugerida por

comparação. Os provérbios e as parábolas estão intimamente relacionados, e na Bíblia os termos são algumas vezes usados alternadamente.⁴² O Velho Testamento contém duas parábolas, algumas fábulas e alegorias, e numerosos provérbios. Destes últimos, possuímos um livro completo.⁴³ Natã, o profeta, reprovou o Rei Davi por meio da parábola da ovelha do homem pobre, e tão convincente foi a sua história, que o rei decretou que se punisse o rico ofensor, sendo dominado pela tristeza e arrependimento, quando o profeta fez a aplicação de sua parábola usando as fatídicas palavras: “Tu és este homem.”⁴⁴ A história da vinha, que, embora cercada e bem cuidada, produziu somente uvas bravas e imprestáveis, foi usada por Isaías para retratar o estado pecaminoso de Israel, em sua tentativa para despertar o povo para uma vida de retidão.⁴⁵

As parábolas do Novo Testamento, proferidas pelo Mestre dos mestres, possuem tal beleza, simplicidade e eficácia, que conquistaram um lugar sem paralelo na literatura.

NOTAS DO CAPÍTULO 19

1. O Primeiro Grupo de Parábolas. — Muitos eruditos bíblicos afirmam que as sete parábolas registradas no décimo terceiro capítulo de Mateus foram proferidas em ocasiões diferentes, e dirigidas a pessoas diferentes, e que o autor do primeiro Evangelho as agrupou por conveniência de registro tomando em consideração, primeiramente, seu interesse subjetivo. O fato de Lucas mencionar algumas dessas parábolas em relações diferentes de tempo e local empresta alguma probabilidade a tal afirmação, assim, as parábolas do Grão de Mostarda e do Fermento são apresentadas (Lucas 13:18, 21) imediatamente após a cura da mulher enferma na sinagoga e a repreensão ao príncipe judeu que Cristo chamou de hipócrita. Embora devamos admitir que Mateus pode ter agrupado algumas parábolas de outras datas com as pronunciadas naquele dia, é provável que Jesus tenha repetido algumas delas, como certamente o fez com outros ensinamentos, apresentando assim a mesma lição em mais de um lugar. Na verdade cada parábola é uma ficção em si mesma, e mantém o seu alto valor intrínseco, seja considerada como história isolada, ou relacionada a outros ensinamentos. Estejamos atentos à lição de cada uma delas, seja qual for a opinião dos homens a respeito das circunstâncias que cercaram seu primeiro pronunciamento.

2. Cenário Local para a Parábola do Semeador. — O Dr. R. C. Trench, na sua excelente obra “Notes on the Parables of our Lord” (pág. 57. nota), cita a descrição do Deão Stanley das condições existentes no local onde a Parábola do Semeador foi dada por Jesus. E, como há razões para se acreditar que o local mudou pouco desde os dias de Cristo, reproduzimos aqui o relato: “Um ligeiro recesso na encosta da colina perto da planície revelou imediatamente em detalhes, e numa associação que jamais vi em qualquer outro lugar da Palestina, cada feição da grande parábola. Havia o ondulante trigal descendo até à beira da água. Havia a trilha pisada que o atravessava, sem cerca, para evitar que a semente caísse aqui ou acolá, do lado ou no meio dela — endurecida

pelo constante pisar de cavalos, mulas e pés humanos. Havia o solo ‘bom’ e rico, que distingue toda aquela planície e regiões circunvizinhas das colinas nuas outros lugares descendo até o lago e que quando não há interrupção, produz uma vasta colheita de grãos. Havia o chão pedregoso na encosta da colina, aparecendo em diversos pontos dos trigais, como em outros lugares, através dos declives relvosos. Havia os grandes arbustos de espinho, o ‘nabo’k crescendo, como as árvores frutíferas das regiões, mais para o interior, bem no meio do trigo balouçante”

3. Joio. — Este termo não aparece em qualquer outro lugar da Bíblia a não ser nesta parábola. Está claro que qualquer espécie de erva, especialmente de tipo venenoso, que prejudicasse seriamente a colheita serviria para ilustrar o propósito do Mestre. A crença tradicional comumente aceita é que a planta mencionada na parábola é a cizânia, conhecida pelos botânicos como *Lolium temulentum*, uma espécie de azevém com arestas. Essa planta se parece muito com o trigo no primeiro período de crescimento, e constitui uma peste para os fazendeiros da Palestina, hoje. É chamada de “Zowan” ou “Zawam” pelos árabes, cujo nome, diz Arnot, citando Thompson, tem alguma semelhança com a palavra original do texto grego. O autor do artigo Joio, no Dicionário de Smith, diz: “Os críticos e expositores concordam que o plural grego *zizania*, A V. ‘joio’, da parábola (Mateus 13:25) indica a erva chamada ‘cizânia com.praganas’ (*Lolium temulentum*), erva esta que se espalha muito, e única espécie desse tipo que contém propriedade nociva. A cizânia com arestas, antes de se transformar em espiga, tem uma aparência muito semelhante à do trigo, e as raízes das duas plantas freqüentemente se entrelaçam. Eis a razão de ter sido dada ordem para deixar o joio até a época da colheita, para que, ao arrancar o joio, os homens ‘não arrancassem também o trigo com ele’. A cizânia é facilmente distinguível do trigo e da cevada quando desenvolvida, mas nos primeiros estágios de crescimento, ‘o exame mais minucioso freqüentemente não consegue revelá-la. Até mesmos, os fazendeiros, que neste país geralmente capinam seus campos, não tentam separar um do outro (...) O gosto é amargo, e quando ingerido separadamente’ ou mesmo misturado no pão comum, causa tontura, e muitas vezes age como emético violento”. A citação secundária é de *The Land and the Book*, de Thompson, ii, 111, 112. Já foi afirmado que a cizânia é uma espécie degenerada de trigo e tentativas foram feitas para emprestar um significado adicional à instrutiva parábola do Senhor pela introdução dessa idéia. Entretanto, não há garantia científica para essa concepção forçada, e os estudantes conscienciosos não serão enganados por ela.

4. A Perversidade do Semeador de Joio. — Tentativas foram feitas para desacreditar a Parábola do Joio, com o pretexto de que se baseia numa prática incomum, se não mesmo desconhecida. Trench enfrenta a crítica da seguinte forma (*Notes on the Parables*, págs. 72, 73): “Nosso Senhor não imaginou aqui uma forma de malícia sem precedentes, mas citou uma que talvez fosse suficientemente conhecida de Seus ouvintes, uma de execução tão fácil, envolvendo tão pouco risco, mas cujo dano era tão grande e duradouro, que não é estranho, onde a covardia e a maldade se misturam, que esta fosse freqüentemente a forma pela qual se

manifestavam. Encontramos traços desse procedimento em muitos lugares. Na lei romana, é considerada a possibilidade desta forma de agravo, e um escritor moderno, ilustrando a Escritura com maneiras e costumes do Oriente, com os quais se familiarizou durante uma temporada que passou ali, afirma que a prática é agora usada na Índia”. Em uma nota anexa, o autor acrescenta: “Não estamos livres dessa prática mais perto de casa. Na Irlanda, conheci um inquilino que fora despejado e que, por vingança semeara aveia brava nos campos que estava deixando. Esta, como o joio na parábola, amadurecendo e soltando semente antes das plantações a que está misturada, é praticamente impossível de extirpar”.

5. A Parábola da Semente que Cresce em Segredo. — Esta parábola deu margem a muita discussão entre os estudiosos, sobre quem era o homem que plantou a semente. Se como nas parábolas do Semeador e do Joio, foi Jesus Cristo quem plantou, então, perguntam alguns, como pode ser dito que a semente brotava e crescia “não sabendo ele como” quando todas as coisas são conhecidas por Ele? Se, por outro lado, o semeador representa o mestre ou professor do Evangelho, autorizado, como pode ser dito que no tempo da colheita “mete-lhe logo a foice”, se a colheita final de almas é prerrogativa de Deus? A perplexidade dos críticos provém da tentativa que fazem de encontrar na parábola um literalismo jamais pretendido pelo Autor. Seja a semente plantada pelo próprio Senhor, como quando ensinou em pessoa, ou por qualquer de Seus servos autorizados, ela está viva e crescerá. É preciso tempo — a folha aparece primeiro e é seguida pela espiga, e a espiga amadurece na estação, sem o cuidado constante que a moldagem manual das diversas partes requereria. O homem que aparece na parábola é apresentado como um fazendeiro comum que planta, espera e, no devido tempo, colhe. A lição contida é a vitalidade da semente como uma coisa viva, dotada pelo seu Criador com a capacidade de crescer e de se desenvolver.

6. A Planta da Mostarda. — A mostarda agreste, que na zona temperada raramente atinge uma altura de mais de noventa ou cento e vinte centímetros, alcança, em terras semitropicais, a altura de um cavalo, e seu cavaleiro (*The Land and the Book*, de Thompson, ii, 100). Aqueles que ouviram a parábola, evidentemente compreenderam o contraste entre o tamanho da semente e o da planta completamente desenvolvida. Arnot (*The Parables*, pág. 102), muito apropriadamente, diz: ‘Esta planta obviamente foi escolhida pelo Senhor não em virtude de sua absoluta magnitude, mas porque era reconhecidamente um exemplo notável de crescimento — de muito pequena para muito grande. Na época, parece que era, na Palestina, a menor semente conhecida, da qual se desenvolvia uma planta tão grande. Havia, talvez, sementes menores, mas as plantas que produziam não eram tão grandes e havia plantas maiores, mas as sementes das quais se originavam não eram tão pequenas’ Edersheim (i, pág. 593) afirma que o tamanho diminuto da semente de mostarda era muito usado pelos rabinos, para comparações, “para indicar quantidades mínimas, como a menor gota de sangue, a menor profanação etc.”. Falando sobre a planta crescida, o mesmo autor continua: “Na verdade, não se parece mais com uma planta de jardim ou arbusto, mas ‘tornase’, ou melhor, parece-se *com uma árvore*’ — como escreve São Lucas — ‘uma

grande árvore' — naturalmente, não em comparação com outras árvores, mas com plantas de jardim. Tal crescimento era fato muito conhecido na época e, na verdade, ainda é observado no Oriente. E o significado geral era mais fácil de ser compreendido, uma vez que uma árvore, cuja copa frondosa fornecia abrigo aos pássaros do céu, era um símbolo familiar do Velho Testamento, representando um reino poderoso que abrigava as nações (Ezequiel 31:6, 12; Daniel 4:12, 14, 21, 22). É usado especificamente para ilustrar o Reino Messiânico (Ezequiel 17:23)”

7. O Simbolismo do Fermento. — Na parábola, o reino dos céus é comparado ao fermento. Em outras escrituras, o fermento é simbolicamente mencionado como representando o mal, assim, “o fermento dos fariseus e dos saduceus” (Mateus 16:6, ver também Lucas 12:1), “o fermento de Herodes” (Marcos 8:15). Estes exemplos e outros (I Coríntios 5:7, 8) ilustram o contágio do mal. No caso da mulher que usa o fermento no processo comum de fazer pão, o efeito alastrador, penetrante e vital da verdade é simbolizado pelo fermento. A mesma coisa, em diferentes aspectos, pode adequadamente ser usada para representar o bem em um caso, e o mal em outro.

8. O Tesouro Pertencia ao Homem que o Encontrou. — Justificando o homem que encontrou o tesouro escondido no campo pertencente a outra pessoa, e depois ocultou a sua descoberta e comprou o campo para possuir o tesouro, Edersheim (i, págs. 595/6) diz: “Tem havido objeções quanto à moralidade de tal transação. Sobre isso, podemos observar que o ato estava, pelo menos, inteiramente de acordo com a lei judaica. Se um homem encontrasse um tesouro em moedas soltas entre o trigo, certamente esse tesouro seria seu, se ele comprasse o trigo. Caso ele o encontrasse na terra ou no solo, igualmente lhe pertenceria, se ele pudesse reivindicar a posse destes, e até mesmo se o campo não fosse dele, a não ser que outros pudessem provar o seu próprio direito ao mesmo. A lei chegava ao ponto de entregar judicialmente ao comprador de frutas qualquer coisa encontrada entre essas frutas. Isso é suficiente para esclarecer uma questão de detalhes, os quais, de qualquer forma, não devem ser tão rigorosamente considerados em uma história parabólica.”

9. A Superioridade das Parábolas de Nosso Senhor. — “Talvez nenhuma outra modalidade de instrução fosse tão comum entre os judeus quanto as parábolas. Somente que no caso dos judeus, elas eram quase que inteiramente ilustrações do que havia sido dito ou ensinado, enquanto no caso de Cristo, elas serviam como base para seu ensinamento. (...) Em um caso, eram usadas para fazer com que os ensinamentos espirituais parecessem judeus e nacionais; no outro, para transmitir ensinamentos espirituais em uma forma adaptada ao ponto de vista dos ouvintes. Descobriremos que essa distinção é verdadeira, mesmo nos casos em que parece haver um paralelismo íntimo entre uma parábola rabínica e uma evangélica (...) É desnecessário dizer que comparar tais parábolas, no que concerne ao seu espírito, é praticamente impossíveis, a não ser por meio do contraste” (Edersheim, i, págs. 580/1) Geikie concisamente diz “Outros proferiram parábolas, mas Jesus de tal modo os transcende, que pode com justiça ser chamado de criador desta forma didática” (ii, pág. 145).

10. Parábolas e Outras Formas de Analogia. — “A parábola é também claramente distinguível do provérbio, embora seja verdade que, até certo ponto, os dois termos são usados alternadamente no Novo Testamento, e como equivalente um do outro. Assim, quando o Senhor usou aquele provérbio, provavelmente já familiar aos Seus ouvintes: ‘Se um cego guiar outro cego ambos cairão na cova’, Pedro disse ‘Explicanos essa parábola (Mateus 15:14, 15) e em Lucas 5:36 é um provérbio, ou expressão proverbial mais do que uma parábola, cujo nome leva. (...) Por outro lado, os chamados ‘provérbios’ em João, se não são estritamente parábolas, têm muito mais afinidade com a parábola do que com o provérbio, sendo, de fato, alegorias; assim, a declaração de Cristo, estabelecendo Sua relação com Seu povo como sendo a de um pastor com seu rebanho, é chamada de ‘provérbio’, embora nossos tradutores, atendo-se mais ao sentido do que à palavra, tenham usado ‘parábola (João 10:6 comparar com 16:25, 29). É fácil explicar essa troca de palavras. Parcialmente originou-se de uma palavra em hebreu, que significa tanto parábola quanto provérbio” — *Notes on the Parables*, págs. 9, 10.

Para a conveniência dos leitores que talvez não tenham um dicionário à mão no momento, damos as seguintes definições:

Alegoria. — Apresentação de um assunto com a aparência de um outro assunto ou semelhança adequadamente sugestiva.

Apólogo. — Fábula ou conto moral, especialmente aquele em que os animais ou coisas inanimadas falam ou agem, e através do qual uma lição útil é sugerida ou ensinada.

Fábula. — Uma história curta inventada para conter uma lição de moral e que introduz animais e às vezes coisas inanimadas como oradores e atores nacionais; uma lenda ou mito.

Mito. — Uma narrativa fictícia ou hipotética apresentada como histórica, mas sem qualquer base de fatos.

Parábola. — Narrativa breve ou alegoria descritiva, baseada em cenas reais ou acontecimentos da natureza e da vida humana, e que geralmente contém uma aplicação moral ou religiosa.

Provérbio. — Um dito breve, substancial, que condensa de forma inteligente e vigorosa a sabedoria da experiência; um dito popular familiar e difundido em forma epigramática.

11. Parábolas do Velho Testamento etc. — “Parábolas, no sentido exato da palavra, o Velho Testamento contém somente duas,’ (II Samuel 12:1) e Isaías 5:1). “Outras histórias, como a das árvores reunidas para eleger um rei (Juízes 9:8) e do cardo e do cedro (II Reis 14:9) são mais estritamente fábulas. Ainda outras, como o relato de Ezequiel sobre as duas águias e a videira (17:2), e da panela (24:3) são alegorias. O pequeno número de narrativas parabólicas encontradas no Velho

Testamento não deve, entretanto, ser considerado *como* indiferença por esta forma literária como adequada à instrução moral. O número é pequeno só aparentemente. Na realidade embora não explicitamente expressas em termos de narrativa fictícia, há semelhanças abundantes que sugerem e fornecem os materiais para tais narrativas” — *Stand. Bible Dict.*, de Zenos, item “Parábolas”.

Aplicando o termo parábola no seu sentido amplo, incluindo todas as formas comuns de analogia, podemos alistar as seguintes como as mais impressionantes parábolas do Velho Testamento. As árvores elegendo um rei (Juízes 9:7); a ovelha do homem pobre (II Samuel 12:1-); os irmãos contendores e os vingadores (II Samuel 14:1-); a história do prisioneiro fugitivo (I Reis 20:35-); o cardo e o cedro (II Reis 14:9); a vinha e suas uvas bravas (Isaías 5:1); as águias e a videira (Ezequiel 17:3-); os cachorrinhos da leoa (Ezequiel 19:2-); a panela fervente (Ezequiel 24:3-).

CAPÍTULO 20

“CALA-TE, AQUIETA-TE”

Incidentes que Antecederam a Viagem

Quase no fim do dia em que Jesus, pela primeira vez, pregou à multidão em parábolas, Ele disse aos discípulos: “Passemos para o outro lado.”¹ A direção indicada era a margem leste do mar da Galiléia. Enquanto o barco estava sendo preparado, um certo escriba dirigiu-se a Jesus e disse: “Mestre, seguir-te-ei para onde quer que fores.” Até àquele momento poucos homens pertencentes à classe dominante haviam-se oferecido abertamente para aliar-se a Jesus. Estivesse o Mestre preocupado com a política e desejoso de conseguir aprovação oficial, esta oportunidade de ligar-se a uma pessoa influente quanto um escriba, teria recebido consideração cuidadosa, senão aceitação imediata. Mas Ele, que podia ler a mente e conhecer o coração dos homens, escolhia, em vez de aceitar. Ele chamara dos barcos pesqueiros homens com suas redes, indivíduos esses que daí por diante seriam Seus, e colocara entre os Doze um que pertencia à renegada classe dos publicanos. Mas conhecia-os, a cada um, e os escolhera de acordo com esse conhecimento. O evangelho era oferecido livremente a todos, mas a autoridade para officiar como Seu ministro não era adquirida por solicitação; para o trabalho sagrado é preciso ser chamado por Deus.²

Neste caso, Cristo conhecia o caráter do homem, e sem ferir seus sentimentos com uma recusa abrupta, indicou o sacrifício requerido de alguém que seguisse o Senhor onde quer que Ele fosse, dizendo: “As raposas têm covis, e as aves do céu têm ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça.” Como Jesus não possuía moradia fixa, mas dirigia-se para onde quer que o Seu dever o chamasse, era necessário que aqueles que O representavam — homens ordenados ou designados para o Seu serviço, estivessem prontos a renunciar ao prazer de seus lares e ao conforto das associações familiares, se assim o exigissem os deveres de seu chamado. Não lemos que o escriba houvesse insistido em sua oferta.

Outro homem expressou o desejo de seguir ao Senhor, mas pediu tempo para enterrar seu pai. A este, Jesus disse: “Segue-me, e deixa os mortos sepultar os seus mortos.” Alguns leitores acham que esta imposição foi muito severa, embora tal conclusão não seja bem justificada. Embora, evidentemente, não fosse correto o filho estar ausente dos funerais do pai em circunstâncias comuns, se aquele filho tivesse sido designado para uma obra cuja importância transcendesse todas as obrigações pessoais ou familiares, seu dever ministerial teria precedência, por direito. Ademais, o requisito indicado por Jesus não era maior do que o exigido de cada sacerdote durante seu termo de serviço ativo, nem mais penoso do que as obrigações do voto nazireu,³ sob o qual muitos se colocavam voluntariamente. Os deveres do ministério, no reino, pertenciam à vida espiritual. Uma pessoa dedicada aos mesmos podia deixar que os que

negligenciavam as coisas espirituais, espiritualmente mortos de maneira figurativa, enterrassem os seus mortos.

Existe um terceiro exemplo: um homem que desejava tornar-se discípulo do Senhor pediu que, antes de assumir seus deveres, lhe fosse permitido ir a sua casa e despedir-se da família e dos amigos. A resposta de Jesus tornou-se proverbial na vida e na literatura: “Ninguém, que lança mão do arado e olha para trás, é apto para o reino de Deus.”⁴

Pelo registro de Mateus, deduzimos que os dois primeiros candidatos a discípulos se ofereceram a nosso Senhor, estando Ele na praia ou no barco, pronto para iniciar Sua viagem vespertina, atravessando o lago. Lucas coloca esses dois incidentes numa relação diferente e acrescenta à oferta do escriba e do homem que primeiro desejava enterrar o pai, a do homem que pretendia ir a sua casa e depois retornar a Cristo. Os três casos podem, com proveito, ser considerados em conjunto, tenham ocorrido na noite daquele dia memorável, ou em ocasiões diferentes.

Jesus Acalma a Tempestade⁵

Jesus deu ordem para que atravessassem para a outra banda do lago, pois, provavelmente desejava repousar após os árduos labores do dia. Não perderam tempo em preparativos desnecessários: “levaram-no assim como estava, no barco”, e iniciaram a travessia sem demora. Mesmo na água, algumas pessoas mais ansiosas tentaram segui-lo, pois alguns barcos pequenos, “barquinhos” como os descreve Marcos, acompanharam a embarcação na qual Jesus se encontrava. Mas esses barquinhos talvez tenham retornado, possivelmente em consequência da tempestade que se aproximava; de qualquer forma, não lhes é feita menção adicional.

Jesus acomodou-se junto à popa do barco e adormeceu. Iniciou-se uma grande tempestade,⁶ e Ele continuou a dormir. A circunstância é instrutiva, pois evidencia ao mesmo tempo a realidade dos atributos físicos de Cristo, e a condição sadia e normal de Seu corpo. Ele era sujeito à fadiga e à exaustão corporal, como todos os homens. Sem alimento, sentia fome; sem água, sentia sede; trabalhando, cansava-se. O fato de poder dormir calmamente, mesmo em meio ao tumulto de uma tempestade após um dia de enorme esforço, indica um sistema nervoso inalterado, e um bom estado de saúde. Não encontramos referência a qualquer doença de Jesus. Ele vivia de acordo com as leis de saúde, mas jamais permitia que o corpo dominasse o espírito. E Suas atividades diárias, embora exigissem grande energia, tanto física quanto mental, foram sempre enfrentadas sem qualquer sintoma de colapso nervoso ou de perturbações funcionais. O sono, após a labuta, é natural e necessário. Tendo realizado o trabalho do dia, Jesus adormeceu.

Entrementes, a fúria da tempestade redobrou. O vento tornara impossível controlar o barco. Grandes ondas batiam contra o casco; tanta água entrou no barco, que parecia prestes a afundar. Os discípulos estavam aterrorizados. E Jesus continuava

a dormir tranqüilamente. Chegando ao extremo do medo, eles O acordaram, gritando — segundo os relatos independentes: “Mestre, Mestre, estamos perecendo”; “Senhor, salva-nos! perecemos!” e “Mestre, não se te dá que pereçamos?” Eles estavam abjetamente amedrontados e pelo menos parcialmente esquecidos de que se achava entre eles Um a cuja voz até a morte obedecia. Seu apelo angustiado não era completamente destituído de esperança e nem desprovido de fé: “Senhor, salva-nos!”, clamaram. Calmamente, Ele replicou: “Por que temeis, homens de pouca fé?”

Então, levantou-se. E através da escuridão daquela terrível noite, no vento que rugia sobre o mar tempestuoso, ouviu-se a voz do Senhor, quando “repreendeu os ventos e disse ao mar: Cala-te, aquieta-te. E o vento se aquietou, e houve grande bonança”. Virando-se para os discípulos, perguntou em tom de gentil, mas inconfundível reprovação: “Ainda não tendes fé?” A gratidão pelo salvamento do que parecera, momentos antes, morte iminente, foi substituída por admiração e temor. “Quem é este”, perguntaram uns aos outros, “que até o vento e o mar lhe obedecem?”

Entre os milagres de Cristo que foram registrados, nenhum suscitou maior diversidade de comentários e tentativas de elucidação do que este maravilhoso exemplo de controle sobre as forças da natureza. A ciência não arrisca uma explicação. O Senhor da Terra, ar e mar falou e foi obedecido. Ele foi aquele que, em meio ao negro caos dos primeiros estágios da criação, ordenou com efeito imediato — Haja luz; haja um firmamento no meio das águas; apareça terra seca — e como decretou, assim foi feito. O domínio do Criador sobre a criação é real e absoluto. Uma pequena parte daquele domínio foi dada ao homem⁷ como descendência de Deus, corporificado na própria imagem de Seu divino Pai. Mas o homem exerce esse controle que lhe foi delegado através de instrumentos secundários, e de complicado mecanismo. O poder do homem sobre os objetos de sua própria elaboração é limitado. De acordo com o anátema provocado pela queda de Adão, que veio por intermédio de uma desobediência, é pela força dos músculos, pelo suor do rosto e pelo esforço da mente, que ele alcançará suas realizações. Sua palavra de comando é apenas uma onda sonora no ar, a não ser que seja seguida de trabalho. Através do Espírito que emana da própria pessoa da Deidade, e que se espalha por todo o espaço, o comando de Deus é imediatamente obedecido.

Não somente o homem, mas também a Terra e todas as forças dos elementos que lhe pertencem, foram atingidas pelo anátema de Adão;⁸ e, assim como o solo não deu mais apenas frutos bons e úteis, mas com sua substância começou a nutrir espinhos e cardos, também as diversas forças da natureza cessaram de obedecer ao homem como agentes sujeitos ao seu controle direto. O que chamamos de forças naturais — calor, luz, eletricidade, afinidade química — são apenas algumas das manifestações da energia eterna, através da qual os propósitos do Criador são servidos; e estas, o homem pode dirigir e utilizar somente através de dispositivos mecânicos e ajustes físicos. Mas a Terra ainda será “renovada e receberá sua glória paradisíaca”; e então, o solo, a água, o ar e as forças que agem sobre isso tudo, reagirão diretamente ao comando do homem glorificado, como obedecem agora à palavra do Criador.⁹

Cristo Aquieta os Demônios¹⁰

Jesus e os discípulos que com Ele estavam desceram na margem leste ou peréica do lago, em uma região conhecida como país dos gadarenos ou gergesenos. O local exato não foi identificado, mas, evidentemente, era uma região campestre, afastada das cidades.¹¹ Ao deixarem o barco, dois loucos que eram penosamente atormentados por espíritos malignos, aproximaram-se deles. Mateus declara que eram dois; os outros autores falam somente de um. É possível que um deles estivesse em condição tão pior em relação ao companheiro, que lhe tenha sido conferida maior preeminência na narrativa. Ou um pode ter fugido, enquanto o outro permaneceu. O homem encontrava-se em estado angustiante. Sua loucura tornara-se tão violenta, e a força física inerente à sua insânia, tão grande, que todas as tentativas para conservá-lo preso haviam falhado. Ele tinha sido preso com correntes e grilhões, mas quebrara-os com o auxílio do poder demoníaco, e fugira para as montanhas, para as cavernas que serviam de tumbas, lá vivendo mais como fera selvagem do que como homem. Noite e dia, seus estranhos e aterrorizantes gritos eram ouvidos, e com medo de encontrá-lo, as pessoas transitavam por caminhos que não passassem perto de onde ele se encontrava. Andava nu, e na sua loucura, freqüentemente feria a própria carne com pedras pontiagudas.

Vendo Jesus, a pobre criatura correu ao Seu encontro, e, impelida pelo poder do demônio, prostrou-se diante Dele, gritando em alta voz: “Que tenho eu contigo, Jesus, Filho do Deus Altíssimo?” Quando Jesus ordenou aos espíritos malignos que partissem, um ou mais deles, pela voz do homem, suplicou a Jesus que o deixasse, e com presunção blasfema, exclamou: “Conjuro-te por Deus que não me atormentes.” Mateus registra a pergunta adicional dirigida a Jesus: “Vieste aqui atormentar-nos antes do tempo?” Os demônios, por quem o homem estava possuído e controlado, reconheceram o Mestre, a quem sabiam que precisavam obedecer. Mas suplicaram para serem deixados em paz até que chegasse o tempo decretado para sua punição final.¹²

Jesus perguntou: “Qual é o teu nome?” e os demônios que estavam dentro do homem, responderam: “Legião é o meu nome, porque somos muitos.” A dupla consciência ou personalidade múltipla do homem fica aqui aparente. Estava tão completamente possuído por espíritos malignos, que não mais podia distinguir entre sua personalidade individual e a deles. Os demônios imploraram a Jesus que não os banisse daquele país, ou, como registra Lucas em palavras de terrível significação, “não os mandasse sair para as profundezas”.¹³ Em seu desventurado estado, e com sua ansiedade diabólica para encontrar morada em corpos de carne, mesmo que fossem de animais, suplicaram que, sendo compelidos a abandonar o homem, tivessem permissão para entrar numa vara de porcos que se alimentava nas imediações. Jesus consentiu; os demônios imundos entraram nos porcos, e a manada inteira, de cerca de dois mil, enlouqueceu, e, aterrorizada, precipitou-se para o mar por um despenhadeiro, morrendo afogada. Os guardadores de porcos ficaram amedrontados, e, correndo para a cidade, contaram o que havia acontecido aos animais. Multidões dirigiram-se ao local para ver com seus próprios olhos. E todos ficaram pasmados ao contemplar aquele homem de

quem sempre haviam tido tanto medo, vestido e restaurado a um estado mental normal, sentado silenciosa e reverentemente aos pés de Jesus. Tiveram medo de alguém que podia operar tais maravilhas, e, conscientes de sua indignidade pecaminosa, rogaram-lhe que abandonasse a região.¹⁴

O homem que havia sido libertado dos demônios não temeu — o amor e a gratidão substituíram todos os outros sentimentos em seu coração. E quando Jesus retornou ao barco, suplicou-Lhe que o deixasse ir também. Mas Jesus proibiu-o, dizendo: “Vai para tua casa, para os teus, e anuncia-lhes quão grandes coisas o Senhor te fez e como teve misericórdia de ti”. O homem tornou-se um missionário, não somente em sua cidade natal, mas por toda a Decápolis, região das dez cidades, por toda parte relatando a mudança maravilhosa que Jesus realizara nele.

O testemunho de espíritos malignos e impuros sobre a divindade de Cristo como o Filho de Deus, não se limita a este exemplo. Já consideramos o caso do endemoninhado na sinagoga de Capernaum.¹⁵ Outro exemplo aparece quando Jesus, saindo das cidades da Galiléia, se dirigiu para a praia, sendo seguido por uma grande multidão composta de galileus e judeus, de gente de Jerusalém e Iduméia, e de além do Jordão (i.é. da Peréia), de habitantes de Tiro e Sidom, entre os quais havia curado muitos de enfermidades diversas. E aqueles que estavam dominados por espíritos imundos prostravam-se diante Dele, adorando-O, enquanto os demônios clamavam: “Tu és o Filho de Deus.”¹⁶

Durante a pequena viagem considerada neste capítulo, o poder de Jesus como Senhor da Terra, dos homens e demônios, manifestou-se em obras miraculosas da mais impressionante espécie. Não podemos classificar os milagres do Senhor como pequenos e grandes, nem como fáceis e difíceis de realizar; o que um indivíduo considera o menor, para outro pode ter importância profunda. A palavra do Senhor foi suficiente em todos os casos. Ao vento e às ondas, e à mente do homem possuído pelo demônio, bastou que Ele falasse para ser obedecido. “Acalma-te, emudece.”

Revive a Filha de Jairo¹⁷

Jesus e Seus acompanhantes cruzaram novamente o lago, da terra de Gadara para as imediações de Capernaum, onde Ele foi recebido e aclamado por grande multidão “porque todos O estavam esperando”. Assim que desembarcou, Jesus foi abordado por Jairo, um dos príncipes da sinagoga local, que “insistentemente Lhe suplicou: Minha filha está moribunda; rogo-te que venhas e Lhe imponhas as mãos para que sare, e viva”.

O fato de esse homem ter-se aproximado de Jesus com espírito de fé e súplica, é uma evidência da profunda impressão causada pelo ministério de Cristo até mesmo nos círculos sacerdotais e eclesiásticos. Muitos dos judeus, príncipes e oficiais, assim como o povo em geral, acreditavam em Jesus,¹⁸ embora poucos dos que pertenciam às classes mais altas estivessem dispostos a sacrificar o prestígio e a popularidade tornando-se Seus discípulos. Que Jairo, um dos príncipes da sinagoga, tenha procurado Jesus

somente quando impelido pela dor da morte iminente de sua única filha, uma menina de doze anos, não é evidência de que não se tivesse tornado crente antes. Certamente, naquela ocasião, sua fé era genuína e sua confiança sincera, como provam as circunstâncias da narrativa. Aproximou-se de Jesus com a reverência devida a alguém que considerava capaz de lhe conceder o que pedia, e caiu-Lhe aos pés, ou, como diz Mateus, adorou-O. Quando o homem saíra de sua casa, a menina estava prestes a expirar — e ele temia que, nesse meio tempo, ela tivesse morrido. O breve relato apresentado no primeiro Evangelho, conta que ele disse a Jesus: “Minha filha faleceu agora mesmo; mas vem, impõe-lhe a tua mão, e ela viverá”.¹⁹ Jesus acompanhou o pai suplicante, e muitos os seguiram.

A chegada à casa de Jairo foi retardada por um incidente ocorrido no caminho. Uma mulher que sofria penosa enfermidade foi curada, em circunstâncias de peculiar interesse. Consideraremos essa ocorrência em breve. Não existe qualquer menção de que Jairo tenha demonstrado impaciência ou desgosto em consequência do atraso. Ele depositara sua confiança no Mestre, e agora aguardava pacientemente. Mas enquanto Cristo se ocupava do caso da mulher doente, chegaram mensageiros vindos da casa de Jairo, com a triste notícia de que a menina havia falecido. Podemos deduzir que mesmo essa notícia infausta não destruiu sua fé — ele ainda contava com o auxílio do Senhor. Aqueles que tinham trazido a mensagem, perguntaram: “para que enfadas mais o Mestre?” Jesus ouviu o que foi dito e deu apoio à sua fé duramente testada, com uma ordem encorajadora: “Não temas, crê somente.” Jesus permitiu que apenas três de Seus apóstolos entrassem na casa com Ele, além do pai consternado, mas confiante. Pedro e os dois irmãos, Tiago e João, foram admitidos.

A casa não era um lugar de silêncio respeitoso e moderada quietude como agora consideramos apropriado para a presença da morte; ao contrário, era uma cena de tumulto, procedimento costumeiro nas observâncias ortodoxas do luto naquela época.²⁰ Carpideiras profissionais, incluindo cantores de estranhas elegias, e menestréis que faziam enorme barulho com flautas e outros instrumentos, já haviam sido convocados. Ao entrar, Jesus disse a todos: “Por que vos alvoroçais e chorais? A menina não está morta, mas dorme.” Na verdade, era uma repetição da ordem pronunciada em ocasião então recente: “Acalma-te, emudece.” Suas palavras provocaram zombaria e escárnio por parte daqueles que eram pagos pelo barulho que faziam, e que, caso a afirmação do Mestre provasse ser verdadeira, perderiam esta oportunidade de prestar serviços profissionais. Ademais, eles sabiam que a menina estava morta; as preparações para o funeral, que, segundo o costume, deviam ser providenciadas imediatamente após a morte, já estavam adiantadas. Jesus fez com que todos saíssem e restabeleceu a paz na casa.²¹ Entrou, então, na câmara mortuária, acompanhado somente pelos três apóstolos e os pais da menina. Tomando a morta pela mão, “disse-lhe: Talita cumi, que traduzido, é: Menina, a ti te digo, levanta-te”. Para assombro de todos, exceto do Senhor, a menina levantou-se, abandonou o leito e andou. Jesus ordenou que lhe dessem comida, pois as necessidades corporais, suspensas pela morte, haviam retornado com a renovação da vida.

O Senhor impôs silêncio sobre o acontecido, recomendando a todos os presentes que se abstivessem de contar o que tinham visto. As razões para essa ordem não são declaradas. Em algumas outras ocasiões, foi dada instrução semelhante àqueles que tinham sido abençoados pelas administrações de Cristo, enquanto em muitos casos de cura não encontramos registro de tais ordens, sendo que em pelo menos um caso, foi dito ao homem que havia sido libertado dos demônios, que contasse a todos que grande coisa lhe tinha sido feita.²² Em sua própria sabedoria, Cristo sabia quando prudentemente proibir e quando permitir a divulgação de Seus feitos. Embora os pais agradecidos, a própria menina e os três apóstolos que haviam testemunhado a restauração, possam ter obedecido à ordem de silêncio do Senhor, o fato de que a menina voltara a viver não podia ser mantido em segredo, e os meios pelos quais tal maravilha se realizara certamente seriam investigados. Os menestréis e os lamentadores que haviam sido expulsos do local enquanto ali reinava ainda o luto, e que haviam rido sarcasticamente da afirmação do Mestre, de que a menina dormia e não estava morta como pensavam, sem dúvida alguma espalhariam as notícias. Não causa surpresa, portanto, ler na pequena versão da história, apresentada por Mateus, que a fama do milagre “correu por toda aquela terra”.

Restauração da Vida e Ressurreição

A distinção vital entre a restauração de um morto com reatamento da vida mortal, e a ressurreição do corpo — da morte para um estado de imortalidade, deve ser cuidadosamente considerada. Em todos os casos até aqui mencionados — a volta à vida do homem de Nairn,²³ e da filha de Jairo, como também o caso de Lázaro, a ser estudado mais tarde — o milagre consistiu em reunir o espírito e o corpo, em uma continuação do curso da existência mortal interrompido. Que a pessoa revivida em cada um desses milagres tinha que morrer subsequente, é certo. Jesus Cristo foi o primeiro de todos os homens que viveram na Terra, a surgir da tumba como um ser imortalizado; Ele é, portanto, apropriadamente chamado de “as primícias dos que dormem.”²⁴

Embora Elias e Eliseu, muitos séculos antes de Cristo, tenham sido instrumentos na restauração da vida a mortos — o primeiro, com o filho da viúva de Sarepta, e o último, com o filho da mulher sunamita,²⁵ nesses milagres anteriores houve uma restauração à existência normal, não à imortalidade. É instrutivo observar o procedimento de cada um dos profetas do Velho Testamento acima mencionados, comparando-o ao de Cristo em milagres análogos. Tanto com Elias como com Eliseu, a maravilhosa mudança realizou-se somente após administrações longas e trabalhosas, e fervorosa súplica pelo poder e intervenção de Jeová. Mas Jeová, corporificado na carne como Jesus Cristo, não fez mais que comandar, e as cadeias da morte foram imediatamente quebradas. Ele falou em Seu próprio nome e com autoridade inerente, pois pelo poder com o qual estava investido, mantinha controle tanto da vida quanto da morte.

Uma Cura Memorável no Caminho²⁶

Enquanto Jesus caminhava para a casa de Jairo, em meio a uma enorme multidão que O seguia, o grupo foi retardado por mais um caso de padecimento. Na multidão, estava uma mulher que por doze anos vinha sofrendo de uma enfermidade que causava hemorragia freqüente. Ela havia gasto tudo o que possuía em tratamentos médicos, e “muito padecera à mão de vários médicos”, tendo, contudo, piorado cada dia mais. Ela abriu caminho pela multidão, e, aproximando-se de Jesus por trás, tocou o Seu manto, porque dizia: “Se tão somente eu apenas tocar nos seus vestidos sararei.” O efeito foi mais do que mágico — imediatamente sentiu o frêmito da saúde através do corpo, e soube que havia sido curada de sua aflição. Tendo alcançado seu objetivo, e estando assegurada a bênção desejada, ela tentou continuar despercebida, misturando-se rapidamente à multidão. Mas seu toque não fora ignorado pelo Senhor. Ele virou-Se para o povo e perguntou: “Quem tocou nos meus vestidos?” ou, como relata Lucas: “Quem me tocou?” Como a multidão negasse, o impetuoso Pedro, falando por si mesmo e pelos outros, disse: ‘Vês que a multidão te aperta, e dizes: Quem me tocou?’ Mas Jesus respondeu: “Alguém me tocou, porque senti que de mim saiu poder.”

A mulher, percebendo que não podia fugir à identificação, adiantou-se tremendo, e, ajoelhando-se diante do Senhor, confessou o que havia feito, a razão que tinha para fazê-lo, e o benefício resultante. Se ela esperava uma censura, seus temores foram imediatamente acalmados, pois Jesus, dirigindo-Se a ela com uma expressão de respeito e bondade, disse: “Filha, a tua fé te salvou; vai em paz.” E Marcos acrescenta: “e sê curada deste teu mal”.

A fé nessa mulher era sincera e sem malícia, mas, de certo modo, deficiente. Ela acreditava que a influência da pessoa de Cristo, e até de Seu próprio manto, era um instrumento terapêutico, suficiente para curar sua enfermidade; mas não compreendia que o poder para curar era um atributo inerente a ser exercido segundo a vontade Dele, e quanto suscitado pela influência da fé. Na verdade, sua fé já havia sido recompensada em parte, mas de maior valor do que a cura física, seria para ela a certeza de que o divino Médico concedera o desejo de seu coração, e que a fé que ela manifestara fora aceita por Ele. Para corrigir seu equívoco e confirmar sua fé, Jesus mansamente sujeitou-a à necessária experiência da confissão, a qual deve ter sido facilitada pela consciência do grande alívio já experimentado. Ele confirmou a cura e deixou-a partir, com a certeza reconfortante de que sua recuperação era definitiva.

Contrastando com os muitos casos de cura em que o Senhor recomendara aos beneficiários que não dissessem a ninguém como ou por quem haviam sido aliviados, vemos aqui a publicidade assegurada por sua própria ação, e isso quando o sigilo era desejado pelo recipiente da bênção. Os propósitos e motivos de Jesus podem ser mal compreendidos pelos homens. No caso dessa mulher, vemos a possibilidade de espalharem-se histórias estranhas e falsas, e esclarecer a verdade ali, no mesmo instante, parece ter sido o procedimento mais prudente. Além disso, o valor espiritual

do milagre foi grandemente realçado pela confissão da mulher e pela misericordiosa confirmação do Senhor.

Observe-se a significativa afirmação: “A tua fé te salvou.” A fé é, em si mesma, um princípio de poder,²⁷ e, por sua presença ou ausência, por sua plenitude ou escassez, até o Senhor era e é influenciado, e, em grande escala controlado, ao conferir ou recusar Suas bênçãos, pois Ele administra segundo a lei, e não por capricho ou de maneira incerta. Lemos que em certa ocasião e lugar, Jesus “não pôde fazer ali nenhum milagre” em consequência da incredulidade do povo.²⁸ A revelação moderna especifica que a fé para ser curado é um dos dons do Espírito, análoga às manifestações de fé no serviço de curar outros através do poder do Santo Sacerdócio.²⁹

A pergunta de nosso Senhor sobre quem O havia tocado, na multidão, nos dá outro exemplo de perguntas feitas por Ele de acordo com um propósito, quando podia prontamente determinar os fatos diretamente e sem auxílio de terceiros. Havia um propósito especial na pergunta, da mesma forma como todos os professores usam perguntas como veículo de instrução aos alunos.³⁰ Mas na pergunta de Cristo: “Quem me tocou?” existe um significado mais profundo do que naturalmente existiria em uma simples questão quanto à identidade de um indivíduo. E isto se evidencia nas palavras seguintes do Senhor: “Alguém me tocou, porque senti que de mim saiu poder.” O ato exterior costumeiro pelo qual realizava Seus milagres era a palavra ou a ordem, algumas vezes acompanhada da imposição das mãos, ou alguma outra administração física, como a unção dos olhos de um cego.³¹ Que Ele realmente dava de Sua própria força ao aflito que curava, é evidente nesta passagem. Uma crença passiva por parte de quem vai receber a bênção, é insuficiente. Somente quando vivificada e transformada em fé ativa se torna um poder. Assim também, para que haja um resultado positivo, aqueles que administram pela autoridade dada por Deus devem possuir uma energia mental e espiritual operante.

Os Cegos Vêm e os Mudos Falam³²

Dois outros casos de curas miraculosas são narrados por Mateus, como tendo sucedido logo após o reavivamento da filha de Jairo. Ao passar Jesus pelas ruas de Capernaum, provavelmente ao sair da casa do príncipe da sinagoga, dois cegos O seguiram, clamando: “Tem compaixão de nós, Filho de Davi”. Este título ou tratamento foi usado por outros em diversas ocasiões, e não encontramos qualquer registro de que Jesus o tenha rejeitado, ou desaprovado o seu uso.³³ Ele não parou para atender a esse chamado dos cegos, e os dois O seguiram, chegando mesmo a entrar na casa após Ele. Então Lhes falou, perguntando: “Credes que eu posso fazer isso?” E eles responderam: Sim, Senhor.” Sua persistência em seguir o Senhor era evidência de que acreditavam que, de algum modo, embora para eles desconhecido e misterioso, Ele poderia ajudá-los. E pronta e abertamente, confessaram essa crença. Nosso Senhor tocou seus olhos, dizendo: “Faça-se-vos conforme a vossa fé.” O efeito foi imediato — seus olhos abriram-se. Receberam instruções explícitas para nada dizerem aos outros do que

acontecera, mas, rejubilando-se com a inestimável bênção da visão, eles “divulgaram-lhe a fama por toda aquela terra”. Tanto quanto podemos desemaranhar os fios incertos da seqüência das obras de Cristo, esse é o primeiro caso, registrado com detalhes, em que Ele conferiu a visão aos cegos. Seguiram-se muitos outros casos extraordinários.³⁴

É digno de nota o fato de que, ao abençoar os cegos pelo Seu poder de cura, Jesus geralmente administrava através de algum contato físico, além de pronunciar as autoritárias palavras de comando ou afirmação. Nesse caso, como também no caso dos dois cegos que estavam sentados à beira do caminho, Ele tocou os olhos mortos; ao dar a visão ao cego indigente, em Jerusalém, Ele ungiu-lhe os olhos com barro; aos olhos de outro, aplicou saliva.³⁵ Encontramos circunstância análoga na cura de um que era surdo e tinha um defeito de fala, em cujo caso o Senhor colocou Seus dedos nos ouvidos do homem e tocou sua língua.³⁶ Tal tratamento não pode, de maneira alguma, ser considerado terapêutico ou médico. Cristo não era um médico que dependia de substâncias curativas, nem um cirurgião, para realizar operações físicas. Suas curas eram o resultado natural da aplicação de um poder próprio. É concebível que a confiança, que é um degrau para a crença, como esta o é para a fé, tenha sido incentivada por tais administrações físicas, e fortalecida e avançada até uma confiança mais alta e duradoura em Cristo, por parte do enfermo que não tinha visão suficiente para olhar para a face do Mestre e dali tirar inspiração, e nem ouvidos bastante abertos para ouvir Suas palavras edificantes. Aparecem em Suas administrações não somente uma completa ausência de fórmulas e formalismo, mas também uma falta de uniformidade de procedimento igualmente impressionante.

Ao partirem os dois homens, antes cegos e agora perfeitos, outros chegaram, trazendo um amigo mudo, cuja aflição parece ter sido causada principalmente pela influência de um espírito maligno, mais do que por um defeito orgânico. Jesus expulsou o mau espírito — o demônio que dominara o enfermo, conservando-o sob a tirania da mudez. A língua do homem soltou-se, livrando-se ele da carga satânica, e deixando de ser mudo.³⁷

NOTAS DO CAPÍTULO 20

1. Tempestades no Lago da Galiléia. — É fato registrado que tempestades súbitas e violentas são comuns no lago ou mar da Galiléia, e a tormenta que se aquietou pela palavra de ordem do Senhor não constituiu em si mesma fenômeno incomum, exceto, talvez, quanto à intensidade. Outro incidente ligado a uma tempestade neste mesmo local é registrado nas escrituras e será considerado mais tarde neste livro (Mat. 14:22-26; Marcos 6:45-56; João 6:15-21). O Dr. Thompson (*The Land and the Book*, ii:32) faz uma descrição baseada em sua experiência pessoal nas praias do lago: “Passei uma noite naquele Wady (uadê³⁸) Shukaiyif, cerca de três milhas para cima, à esquerda. Mal o sol se havia posto, o vento começou a soprar em direção ao lago, continuando por toda a noite, com violência sempre crescente de forma que, quando chegamos à praia na manhã seguinte, a superfície do lago era uma enorme caldeira

fervente. O vento soprava sobre cada uadê, do nordeste e do leste, com tal fúria, que os esforços de remadores não poderiam ter levado um barco a qualquer ponto da costa... Para compreendermos as causas destas tempestades súbitas e violentas, devemos-nos lembrar de que o lago fica cento e oitenta metros abaixo do nível do mar, que os vastos planaltos nus do Jaulã erguem-se a grande altura, espalhando-se até os desertos de Haurã, e subindo até o nevoso Hermom; e os cursos d'água cortaram profundas gargantas e agrestes desfiladeiros que convergem para a cabeceira do lago, agindo como gigantescos funis que chupam os frios ventos das montanhas”.

2. A Terra Antes e Depois da Sua Regeneração — Que a Terra sofreu a maldição incidente à queda dos primeiros pais da raça, e que assim como o homem será redimido, também a Terra será regenerada, está implícito nas palavras de Paulo: “Na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação a um só tempo geme e suporta angústias até agora. E não somente ela, mas também uns, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo”. Esse autor escreveu em outra ocasião: “De acordo com as escrituras, a Terra tem que passar por uma mudança análoga à morte, e ser regenerada de uma forma comparável à ressurreição. As referências aos elementos que se derreterão com o calor, e à Terra, que será consumida e extinta, como aparecem em muitas escrituras já citadas, sugerem morte; e a nova Terra, o planeta renovado ou regenerado que resultará, pode ser comparado a um organismo ressuscitado. A mudança foi feita com um propósito; e tudo aquilo que cumpre a medida de sua criação deve ser avançado numa escala progressiva, seja um átomo ou um mundo, um animalículo, ou o homem — descendência direta e literal da Deidade. Falando sobre os graus de glória preparados para Suas criações, e sobre as leis de regeneração e santificação, o Senhor revelou em 1832, claramente, a futura morte e subsequente vivificação da Terra. São estas as Suas palavras: “E também, em verdade vos digo que a Terra vive a lei de um reino celestial, porque cumpre o propósito de sua criação e não transgredir a lei — portanto será santificada sim, embora vá morrer, tornará a ser vivificada e suportará o poder pelo qual será vivificada; e os justos herdá-la-ão. (Doutrina e Convênios 88:25-26.)

O Espírito vital que emana de Deus e é co-extensivo com o espaço, pode operar diretamente e com efeito tão vital sobre coisas inanimadas e sobre a energia em suas diversas manifestações, conhecidas por nós como forças da natureza, quanto sobre inteligências organizadas, sejam ainda não corporificadas, na carne, ou descorporizadas. Assim, o Senhor pode falar diretamente à Terra, ao ar, ao mar, e ser ouvido e obedecido, pois a afluência divina, que é a soma de toda energia e poder, pode operar e opera em todo o universo. Em uma revelação de Deus a Enoque a Terra é personificada, e seus gemidos e lamentações pelas iniquidades dos homens foram ouvidos pelos profetas: “E aconteceu que Enoque olhou a Terra; e ele ouviu uma voz que vinha de suas entranhas, dizendo: Ai, ai de mim, a mãe dos homens; estou aflita, estou fatigada por causa da iniquidade de meus filhos. Quando descansarei e serei

purificada da imundície que saiu de mim? Quando me santificará o meu Criador, para que eu descanse e a justiça permaneça sobre minha face por algum tempo?” E quando Enoque, ouviu o lamento da Terra, ele chorou e clamou ao Senhor, dizendo: Ó Senhor, não terás compaixão da Terra? Não abençoarás os filhos de Noé? E Enoque tornou a chorar e a clamar ao Senhor, dizendo; Quando descansará a Terra? E o Senhor disse a Enoque: Como eu vivo, assim virei nos últimos dias, nos dias de iniquidade e vingança, para cumprir o juramento que te fiz concernente aos filhos de Noé; E chegará o dia em que a Terra descansará, mas antes desse dia os céus escurecerão e um véu de trevas cobrirá a Terra; e os céus tremerão, assim como a Terra; e haverá grandes tribulações entre os filhos dos homens, mas meu povo eu preservarei; E lá será a minha morada e será Sião, a qual sairá dentre todas as criações minhas; e pelo espaço de mil anos a Terra descansará.” (P. G. V. Moisés 7:48, 49, 58, 60, 61, 64.)

Uma descrição parcial da Terra em seu estado regenerado foi dada por meio do profeta Joseph Smith na presente dispensação: “Esta Terra, em seu estado santificado e imortal, será transformada como em cristal e será um Urim e Tumim para os seus habitantes, pelo qual todas as coisas pertencentes a um reino inferior, ou a todos os reinos de uma ordem inferior manifestar-se-ão àqueles que nela habitam e esta Terra será de Cristo.” (D&C 130:9.)

Que Jesus Cristo, no exercício de Seus poderes de Divindade, falasse diretamente ao vento ou ao oceano e fosse obedecido, está tão verdadeiramente de acordo com a lei natural do céu, quanto Ele dar eficazmente uma ordem a um homem ou a um espírito não corporificado. Foi explicitamente declarado por Jesus Cristo que, pela fé, até o homem mortal pode colocar em andamento as forças que atuam sobre a matéria, e isso com resultado estupendo: “Porque em verdade vos digo que, se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a este monte: Passa daqui para acolá, — e há de passar, e nada vos será impossível”. (Mat. 17:20; comparar com Marcos 11:23; Lucas 17:6.)

3. A Terra dos Gergesenos — Tentou-se desacreditar o relato sobre a cura do demoníaco efetuada por Cristo no “país dos gadarenos” (Marcos 5:1; Lucas 8:26), com a afirmação de que a antiga cidade de Gadara, capital do distrito (Ver Josefo, Wars, iii, 7:1), ficava muito para o interior para que fosse possível aos porcos precipitarem-se ao mar, saindo dali. Outros acentuam o fato de que Mateus difere dos outros dois historiadores evangélicos ao especificar “o país dos gergesenos” (8:28). Como declarado no texto, o relato refere-se a uma secção ou região inteira, e não a uma cidade. Os guardiães dos porcos correram para as cidades para relatar o desastre ocorrido com seu rebanho de porcos. Naquele distrito da Peréia, existiam, na época, cidades chamadas respectivamente Gadara, Gerasa e Gergesa; portanto, a região em geral poderia apropriadamente ser chamada de terra dos gadarenos ou dos gergesenos. Farrar (*Life of Christ*, p. 254, nota) diz: “Após as pesquisas do Dr. Thompson (*The Land and the Book*, ii; 25), não pode haver qualquer dúvida de que Gergesa (...) era o nome de uma cidadezinha quase em frente a Capernaum, cujo sítio arruinado é ainda chamado de Kerza ou Gersa pelo beduínos. A existência dessa cidadezinha era

aparentemente conhecida tanto por Orígenes, que primeiro introduziu a versão, quanto por Eusébio e Jerônimo; e naquela época, um declive íngreme perto da cidade, onde as colinas chegam bem perto do lago, foi apontado como a cena do milagre.”

4. Jesus Solicitado a Deixar o País. — O povo tomou-se de medo diante do poder possuído por Jesus, e demonstrado na cura do endemoninhado e na destruição dos porcos, sendo que essa última ocorrência não se deu em cumprimento de ordem sua. Era o medo que os pecadores sentem na presença do Justo, que aqui se manifestava. Não estavam preparados para outras manifestações do poder divino, temiam pensar quem entre eles poderia ser diretamente afetado por esse poder, caso fosse exercido. Devemos julgar o povo com misericórdia, entretanto, se é que o devemos julgar. Eram em parte idólatras e possuíam apenas uma concepção supersticiosa da Deidade. O pedido que fizeram a Jesus para que os deixasse, traz-nos à mente a exclamação de Pedro, quando testemunhou um dos milagres de Cristo: Senhor, retira-te de mim porque sou pecador”

5. “Morta” ou “À Morte”. — Segundo Lucas (8:42), a filha de Jairo “estava à morte”, quando o pai procurou o auxílio do Senhor. Marcos (5:23) registra o homem afirmando que a menina estava à morte. Estes dois relatos concordam entre si mas Mateus (9:18) apresenta o pai dizendo “Minha filha faleceu agora mesmo. “Críticos descrentes consideraram extensivamente o que designam de inconsistência, ou mesmo contradição nessas versões. Entretanto, ambas as versões contidas nesses três registros são absolutamente verdadeiras. A menina estava aparentemente exalando seus últimos suspiros, estava sofrendo as agonias da morte, quando o pai partiu apressado. Antes de encontrar Jesus, sentiu que o fim provavelmente chegara. Entretanto, sua fé permaneceu firme. Suas palavras atestam a confiança de que, mesmo que sua filha tivesse morrido depois que ele a deixara, o Mestre poderia fazê-la retornar à vida. Apesar do desespero que sentia, sua fé permaneceu inabalável.

6. O Luto Entre os Orientais. — Costumes que para nós parecem estranhos, esquisitos e impróprios, existiram desde tempos remotos entre os povos orientais, alguns dos quais eram comuns entre os judeus no tempo de Cristo. Alarido e tumulto, incluindo estridentes lamentações por parte dos membros da família atingida e de pranteadores profissionais, como também ruído de instrumentos, eram cenas comuns do luto. Geikie, usando a citação de Buxtorf do Talmud, escreve: “Mesmo um israelita pobre era obrigado a ter não menos do que dois flautistas e uma carpideira, na morte de sua esposa; mas, se fosse rico, tudo deveria ser feito de acordo com sua condição.” No *Dictionary of the Bible*, de Smith, lemos: “O número de palavras (cerca de onze hebraicas e igual número de gregas) empregadas na escritura para expressar as várias ações características do luto mostra em alto grau a natureza dos costumes judeus neste particular. Parece que consistiam principalmente dos seguintes pormenores: (1) Bater no peito ou outras partes do corpo. (2) Chorar e gritar excessivamente. (3) Usar roupas de cores tristes. (4) Cantos de lamentação. (5) Festas fúnebres. (6) Empregar pessoas, especialmente mulheres, para lamentar. Uma característica marcante do luto oriental é

o que se pode chamar de estudada publicidade, e a observância cuidadosa de cerimônias prescritas. (Gên. 23:2; Jó 1:20; 2:8; Isaías 15:3; etc.)”

7. “Não Está Morta, Mas Dorme”. — Que a filha de Jairo estava morta, é fato colocado fora de qualquer dúvida razoável pelo registro escriturístico. A declaração de nosso Senhor aos barulhentos lamentadores “a menina não está morta, mas dorme” esclareceu que o seu sono teria curta duração. Era costume rabínico e comum da época falar sobre a morte como um sono, e aqueles que ridicularizaram Jesus por Sua afirmação deram uma interpretação às Suas palavras que o contexto certamente não justifica. Nota-se que o Senhor usou uma expressão equivalente com respeito à morte de Lázaro. “Lázaro, o nosso amigo, dorme” disse Ele, “mas vou despertá-lo do sono.” A interpretação literal dada a estas palavras pelos apóstolos provocou a declaração clara: “Lázaro está morto” (João 11:11,14). No Talmude, a morte é repetidamente designada de sono — centenas de vezes, diz Lightfoot, reconhecida autoridade sobre literatura hebraica.”

8. Por que Jesus Formulava Perguntas? — Já consideramos diversos exemplos do que o homem chamaria de conhecimento sobre-humano, possuído por Cristo, que chegava até mesmo à leitura de pensamentos não expressos. Algumas pessoas encontram dificuldade em reconciliar esta qualidade superior, com o fato de Jesus freqüentemente formular perguntas, até mesmo sobre questões de menor importância. Devemos compreender que um conhecimento completo não torna imprópria a inquirição, e, também, que a onisciência não implica um constante estado consciente de tudo o que existe ou acontece. Sem dúvida alguma por meio de atributos divinos que constituíam Sua herança paterna, Jesus tinha o poder de verificar, por meios que só Ele possuía, quaisquer fatos que desejasse saber. Não obstante, encontramos-Lo repetidamente fazendo perguntas sobre detalhes circunstanciais (Marcos 9:21; 8:27; Mateus 16:13; Lucas 8:45) e isso Ele fez mesmo depois de Sua ressurreição (Lucas 24:41; João 21:5; Livro de Mórmon, 3 Néfi 17:7).

Que a interrogação minuciosa é um dos meios mais eficazes para o desenvolvimento mental, é exemplificado nos métodos seguidos pelos melhores mestres humanos. Trench (*Notes on the Miracles*, pp. 148-9) aponta a lição ilustrada pela pergunta de nosso Senhor a respeito da mulher que foi curada de seu fluxo de sangue: Com pouca propriedade “pode ser afirmado que teria sido inconsistente com a verdade absoluta o Senhor professar ignorância, e fazer a pergunta que fez, se todo o tempo Ele sabia perfeitamente aquilo que parecia, implicitamente, dizer que não sabia. Um pai perguntando a seus filhos: Quem cometeu esta falta? — Ele próprio ciente, ao fazer a pergunta, mas ao mesmo tempo desejando levar o culpado à confissão, e isto fazendo para colocá-lo em um estado perdoável — pode ser acusado de violar a lei da mais alta verdade? A mesma falta pode ser encontrada na pergunta de Eliseu: “De onde vens, Geazi? (II Reis 5:25), quando seu coração acompanhara seu servo por todo o caminho; e mesmo na pergunta do próprio Deus a Adão: “Onde estás?” (Gên. 3:9), e a Caim: “Onde está Abel, teu irmão?” (Gên. 4:9). Em todos os casos, existe: um

propósito moral na pergunta, uma oportunidade dada mesmo no último instante para reparar o erro, pelo menos em parte, com uma confissão sem reservas.”

9. Os Cegos Vêm. — Tratando da cura miraculosa dos dois cegos que seguiram Jesus até dentro da casa, Trench (*Notes on the Miracles of Our Lord*, p. 152) diz: “Temos aqui a primeira das muitas curas de cegos registradas (Mat. 12:22; 20:30; 21:14; João 9) ou mencionadas (Mat. 11:5) nos evangelhos, sendo cada uma delas um cumprimento literal da profética palavra de Isaías concernente aos tempos do Mestre: ‘Então os olhos dos cegos serão abertos’ (35:5). Embora freqüentes, todos esses milagres possuem características distintas e próprias. Que fossem tão numerosas, não é nada de assombroso, quer consideremos o fato do ponto de vista natural, quer do espiritual. Observados do ponto de vista espiritual, temos apenas que nos lembrar quão freqüentemente o pecado é mencionado nas escrituras como cegueira moral (Deut. 28:29; Isaías 59:10; Jó 12:25; Sof. 1:17), e a libertação do pecado como remoção da cegueira (Isaías 6:9, 10; 43:8; Efé. 1:18; Mat. 15:14); e imediatamente perceberemos quão adequado é que aquele que foi a ‘luz do mundo’ tenha seguidamente realizado obras que simbolizassem tão bem o trabalho superior que viera executar no mundo.”

10. Acusação de Influência Satânica. — Observe-se que na questão do mudo endemoninhado referido no texto, Cristo foi acusado de estar ligado ao demônio. Embora o povo, impressionado pela manifestação de poder divino da cura, exclamasse com reverência: “Nunca tal se viu em Israel,” os fariseus, decididos a neutralizar o bom efeito da administração miraculosa do Senhor, disseram: “Ele expulsa os demônios pelo príncipe dos demônios.” (Mat. 9:32-34.) Para consideração mais detalhada desta acusação inconsistente, e estritamente blasfema, ver as páginas 257-261.

CAPÍTULO 21

A MISSÃO APOSTÓLICA E OS EVENTOS RELACIONADOS A ELA

Jesus Novamente em Nazaré¹

Deve ser lembrado que nos primeiros dias de seu ministério público, Jesus havia sido rejeitado pelo povo de Nazaré, que o expulsara da sinagoga e tentara matá-Lo.² Parece que, em seguida aos acontecimentos comentados em nosso último capítulo, Ele retornou à cidade de Sua juventude, e novamente ergueu a voz na sinagoga, piedosamente proporcionando ao povo outra oportunidade para aprender e aceitar a verdade. Os nazarenos, como já o tinham feito antes, expressaram abertamente sua admiração pelas obras maravilhosas que Ele realizara; entretanto O rejeitaram mais uma vez, porque não chegara da forma como esperavam que o Messias o fizesse, e recusaram-se a reconhecê-Lo senão como “o carpinteiro, filho de Maria, irmão de Tiago, José, Judas e Simão”, sendo que todos eram pessoas comuns do povo, como também Suas irmãs. “E escandalizavam-se nele”.³ Jesus lembrou-lhes o provérbio então corrente entre o povo: “Não há profeta sem honra senão na sua terra entre seus parentes e na sua casa.” A descrença dos nazarenos era tão profunda, que o próprio Cristo Se admirou diante dela;⁴ e por causa daquela falta de fé, Ele não pôde ali realizar qualquer grande obra, a não ser curar alguns crentes excepcionais, sobre os quais impôs as mãos. Partindo de Nazaré, iniciou Sua terceira viagem pelas cidades e vilas da Galiléia, pregando e ensinando pelo caminho.⁵

Os Doze Designados e Enviados⁶

Nessa época também, Jesus inaugurou uma notável expansão do ministério do reino, enviando os Doze em missões específicas. Desde sua ordenação, os apóstolos tinham estado com o seu Senhor, aprendendo através de Seus discursos públicos e explicações particulares, e adquirindo assim inestimável experiência e treinamento através do privilégio dessa abençoada companhia. O propósito de sua ordenação fora especificado — “para que estivessem com ele e os mandasse a pregar”.⁷ Eles haviam sido alunos sob a cuidadosa orientação do Mestre, durante muitos meses, e agora eram enviados para cumprir os deveres do seu chamado como pregadores do evangelho e testemunhas individuais de Cristo. Como preparação final, foram específica e solenemente designados.⁸ Algumas das instruções dadas nessa ocasião se referiam particularmente à sua primeira missão, da qual, no devido tempo, retornariam para relatar os resultados; as outras instruções e admoestações deveriam ser seguidas durante todo o ministério deles, mesmo após a ascensão do Senhor.

Receberam ordens, naquela época, para limitarem suas administrações “às ovelhas perdidas da casa de Israel”, e a não espalharem as novas entre os gentios⁹ nem mesmo nas cidades samaritanas. Essa restrição era temporária, imposta com sabedoria e prudência. Mais tarde, como veremos, receberam orientação para pregar a todas as nações, tendo o mundo como campo.¹⁰ O assunto de seus discursos deveria ser aquilo sobre o que haviam ouvido o Mestre pregar — “Está próximo o reino dos céus”. Deviam exercer a autoridade do Santo Sacerdócio que lhes havia sido conferida pela ordenação. Era parte integrante de sua obra “curar os enfermos, purificar os leprosos, ressuscitar os mortos, expelir demônios”, segundo a ocasião se apresentasse. E deviam dar de graça, como de graça haviam recebido. Não precisavam preocupar-se com seu conforto pessoal e necessidades físicas, pois o povo deveria demonstrar seu desejo de receber e auxiliar aqueles que se apresentassem em nome do Senhor; e os próprios apóstolos aprenderiam a depender de um Provedor em quem podiam confiar mais do que em homens. Assim, dinheiro, roupas extras e simples conveniências seriam deixados para trás. Deviam procurar hospitalidade nas cidades em que entrassem, e abençoar todas as famílias dignas que os recebessem. Se fossem rejeitados por uma família ou por uma cidade inteira, deviam sacudir a poeira de seus pés ao partir, como testemunho contra o povo;¹¹ e foi decretado que, no dia do julgamento, tais lugares estariam em pior situação do que Sodoma e Gomorra, sobre as quais havia descido fogo dos céus.

Foi recomendado aos apóstolos que usassem de prudência, não ofendessem desnecessariamente, mas que fossem sábios como as serpentes, e inofensivos como as pombas — pois eram enviados como ovelhas no meio dos lobos. Não deviam confiar-se imprudentemente aos poderes humanos, pois indivíduos iníquos os perseguiriam, procurariam acusá-los diante de conselhos e cortes, e atormentá-los nas sinagogas. Além disso, seria de esperar que fossem conduzidos diante de governadores e reis, e em tais condições extremas, precisariam depender da inspiração divina quanto ao que deveriam dizer, e não de sua própria sabedoria, gastando o tempo em preparações e premeditação. “Porque”, disse o Mestre, “não sois vós quem falará, mas o Espírito de vosso Pai é que fala em vós.”¹²

Não deviam eles confiar nem mesmo nos direitos de parentesco para sua proteção, pois as famílias estariam divididas por causa da verdade, irmão contra irmão, filhos contra pais, e a luta resultante seria mortal. Foi-lhes dito que seriam odiados por todos os homens, mas foi-lhes também garantido que seus sofrimentos seriam pelo amor do nome do Mestre. Deviam retirar-se dos lugares onde fossem perseguidos e procurar outras cidades; e o Senhor os seguiria, mesmo antes que pudessem completar o circuito das cidades de Israel. Receberam a admoestação de que fossem humildes e de que se lembrassem sempre de que eram servos, que não deviam esperar escapar, quando até mesmo seu Mestre era atacado. Não obstante, deviam ser destemidos e nunca hesitassem em pregar o evangelho com clareza — pois o máximo que seus perseguidores poderiam fazer era matar o corpo, o que seria nada, comparado ao sofrimento da destruição da alma no inferno.

Que o cuidado atento do Pai os seguiria sempre, foi-lhes assegurado com o simples lembrete de que, embora se vendessem pardais — a dois por um vintém — nenhum pardal podia ser sacrificado sem o consentimento do Pai. Assim, eles, que tinham mais valor do que muitos pardais, não seriam esquecidos. Foram avisados de que, qualquer que livremente confessasse o Cristo diante dos homens, seria reconhecido por Ele na presença do Pai, enquanto aquele que O negasse diante dos homens, seria negado nos céus. E novamente lhes disse que o evangelho causaria contendas, e famílias seriam separadas, pois a doutrina que o Senhor ensinara agiria como uma espada, cortando e dividindo. Os deveres do ministério especial que recebiam deveriam superar o amor aos parentes. Deviam estar prontos para abandonar pai, mãe, filho ou filha, fosse qual fosse o sacrifício; pois, disse Jesus, “quem não toma a sua cruz, e não segue após mim, não é digno de mim”.

O significado desta imagem deve ter sido impressionante, na verdade aterrorizante, pois a cruz era um símbolo de ignomínia, extremo sofrimento e morte. Entretanto, perdessem eles sua vida pelo Senhor, encontrariam vida eterna; enquanto aquele que não estivesse pronto a morrer no seu serviço, perderia a vida em um sentido ao mesmo tempo literal e horrível. Não deveriam jamais esquecer em nome de quem eram enviados; e foram confortados com a afirmação de que, qualquer que os recebesse, seria recompensado como se tivesse recebido o próprio Cristo e Seu Pai. E mesmo que a dádiva fosse apenas um copo de água fria, o doador de maneira alguma perderia sua recompensa.

Assim designadas e orientadas, as doze testemunhas especiais de Cristo iniciaram sua missão, viajando aos pares,¹³ enquanto Jesus continuava Seu ministério pessoal.

A Volta dos Doze

Não temos informações definitivas quanto ao tempo despendido na primeira missão dos apóstolos e ao comprimento do território coberto. O período de sua ausência foi marcado por muitos desenvolvimentos importantes na obra individual de Jesus. É provável que durante esse tempo, nosso Senhor tenha visitado Jerusalém, na ocasião mencionada por João como coincidente com a festa dos judeus, cujo nome não é mencionado.¹⁴ Enquanto os apóstolos estavam ausentes, Jesus foi visitado pelos discípulos do Batista, como já vimos,¹⁵ e a volta dos doze ocorreu perto da infame execução de João Batista no cárcere.¹⁶

O trabalho missionário dos apóstolos aumentou grandemente a expansão da nova doutrina do reino, e o nome e as obras de Jesus foram proclamados por toda a Terra. O povo da Galiléia encontrava-se nessa época em estado de descontentamento, ameaçando insurgir-se abertamente contra o governo. Seu desassossego fora agravado pelo assassinato de João Batista. Herodes Antipas, que dera a ordem fatal, tremia em seu palácio. Ouviu, com pavor, devido à convicção íntima de culpa, as notícias das obras maravilhosas realizadas por Jesus, e, aterrorizado, afirmava que Cristo não podia

ser outro senão João Batista, que retornara da tumba. Seus bajuladores cortesãos tentaram mitigar os temores que o acometiam, dizendo que Jesus era Elias, ou algum outro profeta cujo advento havia sido predito. Mas Herodes, torturado pelo remorso, disse: “É João, a quem eu mandei decapitar, que ressurgiu.” Herodes desejava ver Jesus, talvez levado pela fascinação do medo, ou pela vaga esperança de que a visão do renomado Profeta de Nazaré pudesse dissipar seu temor supersticioso de que João, assassinado, havia retornado à vida.

Ao término de sua viagem missionária, os apóstolos reuniram-se ao Mestre e relataram o que haviam ensinado e o que haviam feito por meio de sua administração autorizada. Haviam pregado o evangelho do arrependimento em todas as cidades, aldeias e vilas pelas quais passaram; tinham ungido com óleo muitos enfermos, e o poder de seu sacerdócio fora evidenciado pelas curas realizadas; mesmo espíritos imundos e demônios se lhes haviam sujeitado.¹⁷ Encontraram Jesus acompanhado por grandes multidões e não tiveram muita oportunidade de conferenciar com Ele em particular; “porque eles não tinham tempo nem para comer, visto serem numerosos os que iam e vinham”. Os apóstolos devem ter-se alegrado ao ouvir o convite do Senhor: “Vinde repousar um pouco, à parte, num lugar deserto”. Em busca de reclusão, Jesus e os Doze afastaram-se do povo e entraram em um barco, no qual atravessaram até um ponto rural adjacente à cidade de Betsaida.¹⁸ A partida do grupo, entretanto, não passou despercebida, e o povo correu pela praia e contornou a margem norte do lago, para unir-se a Ele no local do desembarque. Pelo relato de João, somos levados a concluir que, antes que se reunisse um grande número de pessoas, Jesus e Seus companheiros subiram à colina perto da praia, onde descansaram por algum tempo. Nosso Senhor contemplava a multidão que se aglomerava nos declives mais baixos como ovelhas sem pastor. E, acedendo aos desejos do povo e às Suas próprias emoções de piedade divina, ensinou-lhes muitas coisas, curou seus enfermos e confortou seu coração com ternura compassiva.

Cinco Mil Alimentados no Deserto¹⁹

Tão absorto estava o povo ouvindo as palavras do Senhor, e tão interessado no alívio milagroso resultante de Suas administrações de cura, que permaneceu no deserto, esquecido do passar das horas, até quase à noite. Era primavera, próximo ao acontecimento anual da festa da Páscoa, a estação da relva e das flores.²⁰ Percebendo que o povo estava com fome, Jesus perguntou a Filipe, um dos Doze: “Onde compraremos pães, para estes comerem?” O propósito da pergunta era experimentar a fé do apóstolo, pois o Senhor já havia determinado o que seria feito. A resposta de Filipe demonstrou surpresa diante da pergunta, e transmitiu a sua idéia de que a tarefa sugerida era impossível. “Não lhes bastariam duzentos denários de pão, para receber cada um o seu pedaço”, disse ele. André acrescentou que havia um rapaz presente que tinha cinco pães de cevada e dois peixes pequenos. “Mas”, disse ele, “que é isto para tantos?”

Tal é o relato de João; os outros escritores afirmam que os apóstolos lembraram a Jesus o adiantado da hora e instaram-no a que mandasse o povo embora, para procurar pão e abrigo nas cidades mais próximas. Parece mais provável que a conversa entre Jesus e Filipe tenha ocorrido anteriormente, naquela tarde;²¹ e que, com o passar das horas, os Doze tenham ficado preocupados e aconselhado que a multidão fosse dispersada. A resposta do Mestre aos discípulos foi: “Não precisam retirar-se, dai-lhes vós mesmos de comer.” Assombrados, replicaram: “Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes”; e o comentário desesperançado de André está aqui novamente subentendido — Mas que é isto para tantos?

Jesus deu instruções e o povo sentou-se na relva em disciplinada ordem; agruparam-se em número de cinqüenta e de cem, e descobriu-se que a multidão era composta de cerca de cinco mil homens, além das mulheres e crianças. Tomando os pães e os peixes, Jesus olhou para os céus e pronunciou uma bênção sobre a comida; e, então, dividindo a provisão, repartiu-a entre os apóstolos que, por sua vez, a distribuíram à multidão. A substância do pão e do peixe aumentou sob o toque do Mestre; e o povo banqueteu-se no deserto, até que todos estivessem satisfeitos. Aos discípulos, Jesus disse: “Recolhei os pedaços que sobejaram, para que nada se perca”; e doze cestos foram cheios com as sobras.

Quanto ao milagre em si, o conhecimento humano não pode explicá-lo. Embora realizado em escala tão grande, não é nem mais nem menos inexplicável do que qualquer outra das obras miraculosas do Senhor. Foi uma manifestação de poder criativo, pelo qual elementos materiais foram organizados e compostos para atender a uma necessidade premente do momento. A porção que restou, embora em pedaços, excedia em volume e peso ao pequeno suprimento original. A ordem para juntar os fragmentos, dada pelo Senhor, foi uma impressionante lição contra o desperdício. E talvez tenha sido para proporcionar tal lição que uma sobra tenha sido suprida. A comida foi simples, mas nutritiva, saudável e satisfatória. Pão de cevada e peixe constituíam o alimento comum das classes mais pobres da região. A conversão de água em vinho, em Caná, foi uma transmutação qualitativa; o pão e o peixe, que alimentaram a multidão, envolveram um aumento quantitativo. Quem pode dizer qual destes milagres foi mais extraordinário?

A multidão, agora alimentada e satisfeita, refletiu sobre o milagre. Em Jesus, por quem tão grande obra fora realizada, reconheceram Alguém que possuía poderes sobre-humanos. “Este é verdadeiramente o profeta que devia vir ao mundo”, disseram eles — o Profeta cuja vinda havia sido prevista por Moisés e que deveria ser como ele próprio. Assim como Israel havia sido milagrosamente alimentada durante a época de Moisés, assim também agora este novo Profeta provia pão no deserto. Em seu entusiasmo, o povo propôs aclamá-Lo rei e compeli-Lo a tornar-se seu líder. Essa era a sua concepção bruta da supremacia messiânica. Jesus ordenou a Seus discípulos que partissem de barco, enquanto permanecia para despedir a multidão, agora entusiasmada. Os discípulos hesitaram em deixar o Mestre; mas Ele compeliu-os a Lhe

obedecerem. Sua insistência para que os Doze se separassem Dele e da multidão pode ter sido conseqüência de um desejo de proteger os discípulos escolhidos contra possível contaminação pelos desígnios materialistas e iníquos da multidão, de fazê-lo rei. Por meios não detalhados, Ele fez com que o povo se dispersasse; e, com o cair da noite, encontrou aquilo que viera procurar — solidão e calma. Subindo a montanha, escolheu um lugar ermo e lá permaneceu em oração a maior parte da noite.

“Sou Eu; Não Temais”²²

A volta de barco transformou-se numa jornada memorável para os discípulos. Encontraram um violento vento de proa, o que naturalmente tornou impossível o uso de velas; e não obstante lutarem arduamente com os remos, a embarcação tornou-se praticamente incontrolável e agitava-se em meio às águas.²³ Embora tivessem lutado quase toda a noite, tinham avançado menos de quatro milhas do caminho a navegar; voltar e correr adiante do vento poderia acarretar naufrágio. Sua única esperança consistia em manter o navio contra o vento por simples força muscular. Jesus, em Seu retiro solitário, teve consciência da situação angustiada em que se encontravam, e na quarta vigília da noite,²⁴ isto é, entre três e seis horas da manhã, veio em Seu socorro, caminhando sobre as águas tumultuosas, como se estivesse pisando chão sólido. Quando os viajantes O avistaram aproximando-se do barco, na tibia luz da madrugada, foram dominados por temores supersticiosos, e gritaram aterrorizados, pensando que viam algum fantasma. “Mas Jesus imediatamente lhes falou: Tende bom ânimo, sou eu, não temais”.

Aliviado por estas palavras reconfortantes, Pedro, impetuoso e impulsivo como sempre, gritou: “Senhor se²⁵ és tu, manda-me ir ter contigo por cima das águas.” Tendo Jesus concordado, Pedro desceu do barco e caminhou em direção ao Mestre. Mas, quando o vento o golpeou e as ondas se ergueram à sua volta, sua confiança vacilou e ele começou a afundar. Embora bom nadador²⁶ cedeu ao medo e clamou: “Senhor, salva-me!” Jesus apanhou-o pela mão, dizendo: “Homem de pouca fé, por que duvidaste?”

Pela extraordinária experiência de Pedro, aprendemos que o poder pelo qual Cristo caminhava sobre as ondas podia operar em outros, desde que sua fé fosse duradoura. Foi por seu próprio pedido que Pedro recebeu permissão de tentar o feito. Tivesse Jesus negado, a fé do homem poderia ter sofrido um abalo. Sua tentativa, embora tendo falhado parcialmente, foi uma demonstração da eficácia da fé no Senhor, demonstração essa que nenhum ensinamento verbal poderia ter transmitido. Jesus e Pedro entraram no barco. O vento cessou imediatamente e o barco logo alcançou a praia. O assombro dos apóstolos diante dessa última manifestação de controle sobre as forças da natureza, dada pelo Senhor, teria estado mais próximo da adoração e menos do terror, tivessem eles lembrado as maravilhas anteriores que haviam testemunhado — mas esqueceram até mesmo o milagre dos pães e seu coração havia-se endurecido.²⁷ Maravilhando-se diante do poder daquele pára quem o mar revoltado era

um chão sustentador, os apóstolos curvaram-se diante do Senhor em adoração reverente, dizendo: “Verdadeiramente és Filho de Deus”.²⁸

Fora as maravilhosas circunstâncias de sua ocorrência literal, o milagre é rico em simbolismo e sugestão. Por meio de que lei ou princípio o efeito da gravidade foi substituído, de forma que um corpo humano pudesse ser mantido sobre a superfície líquida, o homem é incapaz de dizer. O fenômeno é uma demonstração concreta da grande verdade de que a fé é um princípio de poder, pelo qual as forças naturais podem ser condicionadas e controladas.²⁹ Na vida de cada ser adulto, existem experiências semelhantes à da luta dos navegantes sacudidos pela tempestade, com ventos contrários e mares ameaçadores; freqüentemente a noite da luta e do perigo já está bem adiantada quando chega o socorro. E, então, muitas e muitas vezes o auxílio salvador é confundido com um terror maior. Assim como chegou a Pedro e a seus companheiros aterrorizados, no meio das águas turbulentas, assim chega a todos que labutam arduamente, com fé, a voz do Libertador — “Sou eu; não temais”.

Na Terra de Genesaré

A viagem noturna, durante a qual Jesus alcançara o barco com seus amedrontados ocupantes, enquanto estavam “no meio do mar”, terminou em algum ponto do distrito conhecido como terra de Genesaré, a qual, acredita-se de modo geral, abraçava a rica e fértil região das vizinhanças de Tiberíades e Magdala. Muito foi escrito sobre as belezas que tornaram a região famosa.³⁰ A notícia da presença de nosso Senhor ali se espalhou rapidamente e, de “toda a circunvizinhança” o povo correu para Ele, levando seus enfermos para receber Sua beneficência por meio de uma palavra ou de um toque. Nas cidades pelas quais passava, os doentes eram colocados nas ruas, para que a bênção de Sua passagem pudesse cair sobre eles. E muitos “lhe rogavam que ao menos pudessem tocar a orla da Sua veste. E todos os que tocaram ficaram sãos.”³¹ Com Seu poder de cura, beneficiou abundantemente todos os que o procuraram com fé e confiança. Assim, acompanhado pelos Doze, dirigiu-Se para o norte, em direção a Capernaum, iluminando o caminho com a plenitude de Sua misericórdia.

Em Busca de Pães e Peixes³²

A multidão que, no dia anterior, havia partilhado de Sua generosidade do outro lado do lago, e que se dispersara à noite após a fracassada tentativa de forçá-Lo a aceitar um reinado terreno, surpreendeu-se enormemente ao descobrir, pela manhã, que Ele havia partido. O povo vira os discípulos usando o único barco ali existente, ao passo que Jesus havia permanecido em terra; e sabiam que a tempestade noturna havia eliminado a possibilidade de que outros barcos alcançassem o lugar. Entretanto, sua busca matinal resultou inútil. Concluíram, pois, que Ele devia ter voltado por terra, contornando o lago. Com o correr do dia, alguns barcos foram vislumbrados, dirigindo-se para Capernaum.

A dificuldade que tiveram para localizar Jesus chegou ao fim, pois toda a cidade tinha conhecimento de Sua presença. Chegando até Ele, provavelmente enquanto Se assentava na sinagoga, pois naquele dia ensinou lá, alguns dos mais afoitos perguntaram brusca e quase rudemente: “Rabi, quando chegaste aqui?” A esta pergunta impertinente, Jesus não respondeu de maneira direta. O povo não participara do milagre da noite anterior, e nenhuma explicação dos passos de Jesus lhes foi dada. Em tom de impressionante reprovação, Jesus lhes disse: “Que me buscais, não pelos sinais que vistes, mas porque comestes do pão e vos saciastes.” Sua preocupação era pelo pão e pelos peixes. Não podiam perder de vista alguém que podia supri-los de alimento.

A reprovação do Mestre foi seguida por uma admoestação e um conselho: “Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela comida que permanece para a vida eterna, a qual o Filho do Homem vos dará; porque a este o Pai, Deus, o selou.” Este contraste entre o alimento material e o espiritual não pôde deixar de ser compreendido, e alguns deles perguntaram o que deveriam fazer para servir a Deus, como Jesus requeria. A resposta foi: “A obra de Deus é esta: Que creiais naquele que ele enviou.” Que Jesus se referia a Si próprio, ninguém podia duvidar. E imediatamente exigiram Dele outras evidências de Seu comissionamento divino; queriam ver maiores sinais. O milagre dos pães e dos peixes acontecera havia quase um dia, e sua lembrança como evidência de atributos messiânicos estava-se dissipando. Moisés havia alimentado seus pais com maná, no deserto, disseram eles; e era claro que consideravam um suprimento diário contínuo como dom maior do que uma simples refeição de pão e peixe, independente de quanto esta última tivesse sido satisfatória para mitigar a fome. Ademais, o maná era comida celestial,³³ enquanto o pão que Ele suprira era da terra, e não passava de pão de cevada. Ele devia mostrar-lhes maiores sinais e fornecer-lhes alimentos mais ricos, antes que O aceitassem como Aquele por quem O haviam tomado de início, e que Ele agora declarava ser.

Cristo, o Pão da Vida³⁴

“Na verdade, na verdade vos digo: Moisés não vos deu o pão do céu; mas meu Pai vos dá o verdadeiro pão do céu. Porque o pão de Deus é aquele que desce do céu e dá vida ao mundo.” Estavam enganados, presumindo que Moisés lhes dera o maná; e, além disso, o maná fora apenas comida comum, uma vez que os que dele partilharam sentiram fome novamente. Mas agora o Pai lhes oferecia pão do céu, que lhes asseguraria a vida.

Como a mulher samaritana junto ao poço, ao ouvir o Senhor falar de água que mataria a sede para sempre, havia pedido impulsivamente pensando apenas na conveniência física: “Senhor, dá-me dessa água, para que não mais tenha sede, e não venha aqui tirá-la”,³⁵ assim também aquelas pessoas, ansiosas de assegurar alimento tão satisfatório como aquele do qual Jesus falava, imploraram: “Senhor, dá-nos sempre desse pão.” Talvez este pedido não tenha sido completamente grosseiro; deve ter existido no coração de alguns deles pelo menos um desejo genuíno de nutrição

espiritual. Jesus atendeu ao seu apelo com uma explicação: “Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim não terá fome; e quem crê em mim nunca terá sede.” Lembrou-lhes que, embora O tivessem visto, não creram em Suas palavras. E afirmou-lhes que aqueles que realmente O aceitassem, fariam como ordenado pelo Pai. E então, sem metáfora ou simbolismo, afirmou: “Porque eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou.” E a vontade do Pai era que todo aquele que aceitasse o Filho tivesse vida eterna.

Estavam presentes na sinagoga alguns de seus principais — fariseus, escribas e rabis — e estes, designados coletivamente como judeus, criticaram Jesus e murmuraram contra Ele, porque disse: “Eu sou o pão que desceu do céu.” Eles asseveravam que o Senhor não podia fazer mais do que qualquer outro homem; conheciam-No como o filho de José e, tanto quanto sabiam, tinha pais mortais. E, entretanto, temerariamente declarava que descera do céu. Mais para esta classe do que para a promíscua multidão que havia corrido após Ele, Jesus parece ter dirigido o restante de Seu discurso. Aconselhou-os a cessarem os murmúrios; pois era certo que não podiam apreender o significado de Suas palavras, e, portanto, não acreditariam nele, a menos que fossem “ensinados por Deus”, como tinham escrito os profetas;³⁶ e ninguém podia vir a Ele, no sentido de aceitar Seu evangelho de salvação, a não ser que o Pai o levasse ao Filho; e ninguém, a não ser os que fossem receptivos, desejosos e preparados, poderia ser assim levado.³⁷ E ainda, a crença no Filho de Deus é uma condição indispensável à salvação, como indicou Jesus em Sua afirmação: “Na verdade, na verdade vos digo que aquele que crê em mim tem a vida eterna.”

E então, revertendo ao simbolismo do pão, reiterou: “Eu sou o pão da vida.” Continuando Sua elucidação explicou que embora seus pais tivessem verdadeiramente comido maná no deserto, estavam mortos; enquanto o pão da vida sobre o qual falava garantiria vida eterna a todos os que partilhassem dele. Aquele pão, asseverava Ele, era Sua carne. Contra essa solene confissão, novamente reclamaram os judeus, e discutiam entre si, perguntando alguns zombeteiramente: “Como pode este dar-nos a comer a sua própria carne?” Dando ênfase à doutrina, Jesus continuou: “Na verdade, na verdade vos digo que, se não comerdes a carne do Filho do Homem, e não beberdes o seu sangue, não tendes vida em vós mesmos. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia. Porque a minha carne verdadeiramente é comida, e o meu sangue verdadeiramente é bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele. Assim como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim, quem de mim se alimenta, também viverá por mim. Este é o pão que desceu do céu: não é o caso de vossos pais, que comeram o maná e morreram: quem comer este pão viverá para sempre.”

Quase não havia desculpa para que os judeus fingissem entender que nosso Senhor falava de comer e beber Sua carne e sangue materiais. As afirmações às quais objetaram foram compreendidas por eles muito mais prontamente do que o são por nós numa primeira leitura, pois o simbolismo da lei e da verdade em geral, como pão, e sua

aceitação como o processo de comer e beber, eram figuras de uso comum pelos rabis da época.³⁸ Sua falha em compreender o simbolismo da doutrina de Cristo foi um ato de vontade e não conseqüência natural de ignorância inocente. Comer a carne e beber o sangue de Cristo era, e é acreditar Nele e aceitá-Lo como o Filho literal de Deus e Salvador do mundo, e obedecer a Seus mandamentos. Somente por esses meios pode o Espírito de Deus tornar-se parte permanente do homem individual, assim como a substância do alimento que ele ingere é assimilada aos tecidos de seu corpo.

Não é bastante aceitarmos os preceitos de Cristo da mesma forma que podemos adotar as doutrinas de cientistas, filósofos e sábios, não importa quão grande a sabedoria desses homens possa ser; pois tal aceitação é efetuada por meio de consentimento mental ou exercício deliberado de vontade, e tem relação com a doutrina somente de forma independente do autor. As doutrinas de Jesus Cristo permanecem por causa de seu valor intrínseco. Muitos homens respeitam Seus aforismos, provérbios, parábolas e Seus preceitos profundamente filosóficos, e, não obstante, rejeitam-No como o Filho de Deus, o Unigênito na carne, o Deus-Homem, no qual foram reunidos os atributos da Deidade e os humanos, o escolhido e preordenado Redentor da humanidade, por meio de Quem, somente, pode ser obtida a salvação. Mas o símbolo usado por Jesus — o de comer a Sua carne e beber o Seu sangue — como representativo de aceitação absoluta e incondicional de Cristo como o Salvador dos homens, é de suprema importância, pois assim são afirmados a divindade de Sua Pessoa e o fato de Sua preexistência e eterna Divindade. O sacramento da ceia do Senhor, estabelecido por Cristo na noite em que foi traído, perpetua o simbolismo de comer Sua carne e beber o Seu sangue, partilhando-se do pão e do vinho em lembrança Dele.³⁹ A aceitação de Jesus como o Cristo implica em obediência às leis e ordenanças do Seu evangelho, pois professar um e recusar o outro é ser culpado de inconsistência, insinceridade e hipocrisia.

Um Teste Decisivo — Muitos Se Afastam⁴⁰

A verdade a respeito de Si mesmo, como ensinada pelo Senhor neste Seu último discurso na sinagoga de Capernaum, provou ser um teste de fé pelo qual muitos desertaram. Não somente os judeus da classe oficial, cuja hostilidade era abertamente manifestada, mas também aqueles que haviam professado certo grau de crença Nele, foram afetados. “Muitos pois dos seus discípulos, ouvindo isto, disseram: Duro é este discurso; quem o pode ouvir?” Jesus, ciente de seu descontentamento, perguntou: “Isto escandaliza-vos?” e acrescentou: “Que seria, pois, se vísseis subir o Filho do Homem para onde primeiro estava?” Sua ascensão, que deveria seguir a morte e ressurreição, está aqui definitivamente subentendida. O significado espiritual de Seus ensinamentos foi colocado além de qualquer dúvida pela explicação de que somente por meio do Espírito poderiam eles compreender; “Por isso”, acrescentou Ele, “eu vos disse que ninguém pode vir a mim, se por meu Pai não lhe for concedido.”

Muitos O abandonaram e, daquele momento em diante, não mais O procuraram. A ocasião era decisiva; o efeito foi de separação. A pressaga predição do profeta João Batista entrava na fase de cumprimento: “Vem aquele que é mais poderoso do que eu (...) a pá na sua mão; e limpará a sua eira, e ajuntará o trigo no seu celeiro, mas queimará a palha com fogo que nunca se apaga”.⁴¹ A pá estava em ação e muita palha foi posta de lado.

Parece que até mesmo os Doze foram incapazes de compreender o significado mais profundo destes últimos ensinamentos; estavam confusos, embora nenhum deles tivesse desertado. Não obstante, o estado de ânimo de alguns era tal, que provocou esta pergunta de Jesus: “Quereis vós também retirar-vos?” Pedro, falando por si próprio e pelos seus irmãos, respondeu emocionado e convicto: “Senhor, para quem iremos nós? Tu tens as palavras da vida eterna”.⁴² O espírito do Santo Apostolado manifestou-se nesta confissão. Embora eles fossem incapazes de entender a doutrina em sua plenitude, sabiam que Jesus era o Cristo, e Lhe foram fiéis enquanto outros se afastaram, penetrando nos negros caminhos da apostasia.

Embora Pedro tenha falado pelo corpo apostólico como um todo, havia entre eles um que silenciosamente se rebelou; o traiçoeiro Iscariotes, em pior situação do que um apóstata confesso, lá estava. O Senhor conhecia o coração desse homem, e disse: “Não vos escolhi a vós, os doze? e um de vós é um diabo.” O historiador acrescenta: “E isto dizia ele de Judas Iscariotes, filho de Simão, porque este o havia de entregar, sendo um dos doze.”

NOTAS DO CAPÍTULO 21

1. Jesus em Nazaré. — Como nenhum dos evangelistas registra duas ocasiões em que nosso Senhor exerceu Seu ministério em Nazaré e como os relatos constantes dos evangelhos sinóticos se assemelham em certos particulares, alguns comentadores acreditam que nosso Senhor pregou aos Seus conterrâneos e foi rejeitado por eles apenas uma vez. A narrativa de Lucas (4:14-30) refere-se a uma ocasião imediatamente após a primeira volta de Jesus à Galiléia, depois do Seu batismo e tentações, e antes da chamada preliminar dos discípulos-pescadores, os quais posteriormente foram contados entre os apóstolos. Mateus (13:53-58) e Marcos (6:1-6) citam uma visita de Jesus a Nazaré em época posterior ao primeiro ensinamento em parábolas e aos eventos que imediatamente o seguiram. Temos boas razões para aceitar o registro de Lucas como o de um incidente anterior, e os relatos de Mateus e Marcos como os de uma visita posterior.

2. Gentios — De forma geral, os judeus classificavam todos os outros povos como gentios; embora a mesma palavra hebraica seja traduzida no Velho Testamento de formas variadas como “gentios” (Gênesis 10:5, Juízes 4:2, 13, 16; Isaías 11:10; etc). “nações” (Gênesis 10:5, 20, 31, 32; 14:1, 9; etc), e “povos” (Neem. 5:8; Salmos 2:1, 8, etc), o elemento essencial das designações é a idéia de estrangeiros. No *Dict. on the*

Bible, lemos: “Esta designação (o nome ‘gentios’) adquiriu um significado etnográfico e um sentido ofensivo, uma vez que outras nações eram idólatras, rudes, hostis etc., e os judeus conseguiam também usar o termo em um sentido puramente técnico, geográfico. quando era, geralmente, traduzido por “nações”. O Dr. Edward E. Nourse, escrevendo para o *Standard Bible Dictionary*, diz: “Nos tempos do Novo Testamento, os judeus dividiam a humanidade em três classes: (1) judeus, (2) gregos (helenos, incluindo romanos, significando, assim, os povos civilizados do Império Romano, geralmente traduzido por “gentios” na Versão Autorizada), e (3) bárbaros (os não civilizados, Atos 28:4; Romanos 1:14; I Coríntios 14:11)”. A ordem dada por Jesus aos Doze — “Não ireis pelo caminho das gentes” — tinha por fim evitar que tentassem arrebanhar conversos entre os romanos e gregos, naquela época, e fazer com que restringissem seu ministério ao povo de Israel.

3. Sacudir a Poeira dos Pés. — A cerimônia de sacudir a poeira dos pés como testemunho contra outra pessoa era usada pelos judeus para simbolizar o fim da relação e uma renúncia a toda responsabilidade pelas conseqüências que pudessem advir. Tornou-se uma ordenança de acusação e testemunho, por instrução do Senhor a Seus apóstolos, como citado no texto. Na atual dispensação, o Senhor deu a mesma instrução aos Seus servos autorizados, para que assim testifiquem contra aqueles que, intencional e maliciosamente, se oponham à verdade quando apresentada com autoridade (ver Doutrina e Convênios 24:15; 60:15; 75:20; 84:92; 99:4). A responsabilidade de testificar diante do Senhor por meio deste símbolo acusador é tão grande, que este meio pode ser empregado somente em condições extraordinárias e extremas, segundo a inspiração do Espírito do Senhor.

4. As Duas Betsaidas. — Muitos estudiosos da Bíblia afirmam que Betsaida, na região deserta, perto da qual Jesus e os Doze procuraram descanso e reclusão, era a cidade desse nome localizada na Peréia, à margem leste do Jordão, e conhecida mais especificamente por Betsaida Julias, para distingui-la da Betsaida da Galiléia, sendo esta última próxima de Capernaum. A Betsaida da Peréia havia sido aumentada e elevada à categoria de cidade pelo tetrarca Filipe, e por ele fora denominada de Julias em homenagem a Júlia, filha do imperador reinante. As narrativas evangélicas da viagem pela qual Jesus e Seus companheiros alcançaram o local; e da viagem de volta, dão força à suposição de que Betsaida Julias, na Peréia, e não a Betsaida Galiléia, é a cidade da qual o “lugar deserto” era um distrito exterior.

5. A Primeira Noite e a Segunda Noite. — Mateus fala sobre duas noites do dia em que os cinco mil foram alimentados; assim, “ao cair da tarde”, os discípulos pediram a Jesus que mandasse a multidão embora, e mais tarde, após a multiplicação milagrosa e depois que os discípulos haviam partido no barco, e o povo se dispersado, “ao cair da tarde” Jesus ficou sozinho na montanha (Mateus 14:15, 23; comparar com Marcos 6:35, 47). Trench, em suas *Notes on the Miracles* (pág. 217), diz: “São Mateus e São Marcos com ele, falam em duas noites no mesmo dia — uma que já começara antes do início das preparações para alimentar a multidão (versículo 15), e a outra,

quando os discípulos entraram no barco e iniciaram sua viagem (versículo 23). Esta era uma forma comum de falar, entre os judeus, a primeira noite como a nossa tarde (...) a segunda noite, o crepúsculo, ou o período entre as seis horas e o crepúsculo, quando havia escuridão absoluta. Ver o *Dictionary* de Smith, item “Cronologia”, do qual tiramos o seguinte excerto: “‘Entre as duas noites’ (margem de Êxodo 12:6; Números 9:3; 28:4), é uma divisão natural entre a última parte da tarde, quando o sol está baixo, e a noite, quando sua luz ainda não desapareceu completamente — as duas noites nas quais a noite natural seria dividida pelo começo do dia civil, se este começasse ao pôr-do-sol.”

6. Vigílias da Noite. — Durante a maior parte da época do Velho Testamento, o povo de Israel dividiu a noite em três vigílias, cada uma de quatro horas, sendo tal período o tempo de serviço individual das sentinelas. Antes do início da era cristã, entretanto, os judeus haviam adotado o sistema romano de quatro vigílias noturnas, cada uma com a duração de três horas. Eram designadas numericamente, como a quarta vigília mencionada no texto (ver Mateus 14:25), ou como entardecer, meia-noite, cantar do galo (alvorada) e manhã (ver Marcos 13:35). A quarta vigília era o último dos períodos de três horas entre o pôr-do-sol e o amanhecer, ou entre dezoito horas e seis horas, e, portanto, durava das três as seis horas da manhã.

7. A Fímbria das Vestes. — A fé daqueles que acreditavam que, se pudessem apenas tocar a fímbria das vestes do Senhor, seriam curados, é paralela àquela da mulher que foi curada de sua longa enfermidade tocando o Seu manto (ver Mateus 9:21; Marcos 5:27, 28; Lucas 8:44). Os judeus consideravam a extremidade ou bainha de seus mantos externos como tendo particular importância, por causa do requisito exigido de Israel nos dias antigos (Números 15:38, 39) de que a extremidade fosse franjada e revestida de uma fita azul, como lembrete de suas obrigações como povo do convênio. O desejo de tocar a bainha do manto de Cristo pode ter tido uma associação com esta idéia de santidade ligada à fímbria ou extremidade.

8. Tradições Concernentes ao Maná. — O suprimento de maná aos israelitas, por ocasião do êxodo e da longa jornada através do deserto era corretamente considerado como uma obra extraordinariamente maravilhosa (Êxodo 16:4-36; Números 11:7-9; Deuteronômio 8:3, 16; Josué 5:12; Salmos 78:24, 25). Muitas tradições, algumas delas perniciosamente erradas, surgiram sobre o incidente, e foram transmitidas e aumentadas de geração em geração. Na época de Cristo, os rabis ensinavam que o maná que havia alimentado seus pais era literalmente o alimento dos anjos, enviado dos céus; e que possuía diferentes sabores e aromas para satisfazer a todas as idades, condições ou desejos. Para um, sabia a mel, para outro a pão etc.; mas na boca de todos os gentios era amargo. Também acreditavam que o Messias forneceria um inexaurível suprimento de maná a Israel, quando estivesse entre eles. Estas concepções errôneas explicavam em parte a demanda daqueles que foram alimentados com pães de cevada e peixes, de que lhes fosse dado um sinal que ultrapasse o do maná nos velhos tempos, como evidência da condição messiânica de Jesus.

9. Fé, um Dom de Deus. — “Apesar de estar ao alcance de todos os que diligentemente se esforçam por obtê-la, a fé, não obstante, é um dom divino, e pode ser obtida somente de Deus (Mateus 16:17; João 6:44, 65; Efésios 2:8; I Coríntios 12:9; Romanos 12:3; Morôni 10:11) Como é próprio com tão preciosa pérola, ela só é dada àqueles que por sua sinceridade demonstram merecê-la e que prometem viver segundo os seus ditames. Embora seja chamada de primeiro princípio do Evangelho de Cristo, apesar de ser, de fato, o fundamento de toda a religião; ainda assim, até mesmo a fé é precedida de uma disposição sincera e humilde da alma, por meio da qual a palavra de Deus pode impressionar o coração (Romanos 10:17). Nenhuma força se emprega para conduzir os homens ao conhecimento de Deus; entretanto, ao abrirmos nosso coração às influências da virtude, ser-nos-á dada pelo Pai a fé que conduz à vida eterna”. — *Regras de Fé*, cap. 5.

10. Simbolismo Espiritual do Ato de Comer. — “A idéia de comer, como uma metáfora para o recebimento de benefício espiritual, era familiar aos ouvintes de Cristo, e era tão prontamente entendida como nossas expressões — ‘devorar um livro’, ‘saborear’ uma peça, etc. Em Isaías 3:1, as palavras ‘todo sustento de pão’ foram explicadas pelos rabis como referentes ao seu próprio ensinamento, e determinaram, como regra, que onde quer que fosse em Eclesiastes, que houvesse uma alusão a comida ou bebida, significava estudo da lei e prática de boas obras. Diziam entre si: ‘No tempo do Messias, os israelitas serão alimentados por Ele’. Nada era mais comum nas escolas e sinagogas do que as frases sobre comer e beber, em sentido metafórico. ‘O Messias não virá a Israel’, disse Hillel, ‘pois eles já O comeram’ — isto é, avidamente receberam Suas palavras — ‘nos dias de Ezequias’. Um convencionalismo corrente nas sinagogas era que os justos ‘comeriam o She Kinah’. Era peculiar aos judeus serem ensinados nessa linguagem metafórica. Seus mestres nunca falavam em palavras claras, e é explicitamente dito que Jesus Se submeteu ao gosto popular, pois ‘sem parábolas não lhes falava’ (Marcos 4:34).” — Geikie, *Life and Words of Christ*, vol. 1, pág. 184.

11. A Natureza Decisiva do Discurso — Comentando o efeito do discurso de nosso Senhor (João 6:26-71), Edersheim (vol. II, pág. 36) diz: “Aqui nos encontramos na encruzilhada dos dois caminhos; e, exatamente porque era a hora da decisão, foi que Cristo tão claramente enunciou as mais altas verdades a respeito de Si mesmo, em oposição às idéias que a multidão possuía sobre o Messias. O resultado foi nova e mais penosa deserção. Depois disto, muitos de Seus discípulos retrocederam e não mais andaram com Ele. E mais ainda; o penetrante teste alcançou até mesmo o coração dos Doze. Iriam eles também embora? Foi uma antecipação de Getsêmani — sua primeira experiência. Mas uma coisa os manteve fiéis. Foi a experiência do passado. Isso era a base de sua fé e devoção presentes. Não podiam retornar à sua antiga vida; deviam agarrar-se ao Mestre. E assim falou Pedro em nome de todos: Senhor, para quem iremos? Tu possuis palavras de vida eterna! E disse mais ainda, como resultado do que haviam aprendido: E nós acreditamos e sabemos que tu és o Santo de Deus. É assim, também, que muitos de nós, cujas idéias podem ter sido penosamente abaladas, e cujas

bases podem ter sido terrivelmente atacadas, encontramos primeiro lugar de repouso na segura, inatacável experiência espiritual do passado. E com quem podemos ir buscar palavras de vida eterna, senão com Cristo? Se Ele nos falta, então toda esperança do eterno é morta. Mas Ele possui as palavras da vida eterna — e nós acreditamos, quando elas nos alcançaram pela primeira vez. E sabemos que Ele é o Santo de Deus. E isto transmite tudo o que a fé necessita para aprender mais. O resto Ele mostrará, quando Se transfigurar diante de nós. Mas, entre os Doze, Cristo sabia que um era um demônio — como aquele anjo, caído das alturas máximas à maior profundidade. A apostasia de Judas já começara em seu coração. E quanto maior havia sido a expectativa e o desapontamento popular, tanto maior eram a reação e a inimizade subseqüentes. O momento da decisão passara, e o ponteiro indicava a hora de sua morte.”

CAPÍTULO 22

UM PERÍODO DE TENEBROSA OPOSIÇÃO

O último discurso de nosso Senhor na sinagoga de Capernaum, do qual temos registro, que foi pronunciado logo após o milagre da multiplicação dos pães e peixes e o milagre de ter Jesus andado sobre a água, marcou o início de um novo período no desenvolvimento da obra de Sua vida. Aproximava-se o festival da Páscoa,¹ e na Páscoa seguinte, um ano mais tarde, como veremos, Jesus seria traído e morto. Na época em que nos situamos agora, Ele estava entrando no último ano de Seu ministério na carne. Mas o significado do evento é outro e maior do que uma referência cronológica. A ocorrência marcou o primeiro estágio de uma reviravolta na maré da estima popular por Jesus, que até então vinha subindo e agora começava a baixar. É verdade que Ele havia sido repetidamente criticado e abertamente atacado por certos judeus em ocasiões anteriores. Mas esses astuciosos e malévolos críticos pertenciam, em sua maioria, às classes dominantes; o povo comum ouvira-O com alegria e, na verdade, muitos continuavam a fazê-lo.² Não obstante, Sua popularidade, pelo menos na Galiléia, começava a se desvanecer. O último ano de Seu ministério terreno foi inaugurado com uma triagem do povo que professava acreditar em Sua palavra, e este processo de teste, sofrimento e separação iria continuar até o fim.

Não possuímos informação sobre o comparecimento de Jesus à festa dessa Páscoa, e é razoável deduzirmos que, devido à crescente hostilidade por parte da classe sacerdotal, Ele se absteve de ir a Jerusalém naquela ocasião. É inútil conjecturarmos sobre a ida de qualquer dos Doze ao festival; nada nos é dito. É certo que daí por diante, os detetives e espiões, que haviam sido enviados de Jerusalém à Galiléia para observar Jesus, se tornaram mais ativos que nunca em sua espionagem crítica. Seguiram todos os Seus passos, anotaram cada ato e cada exemplo de falha na observância do que era tradicional ou costumeiro, permanecendo constantemente alerta e buscando ocasiões para fazer Dele um ofensor.

Lavamentos Cerimoniais e “Muitas Outras Coisas Semelhantes”³

Pouco depois da Páscoa a que aludimos, e provavelmente de acordo com um plano elaborado pelos principais dos judeus, Jesus foi visitado por uma delegação de fariseus e escribas, que haviam chegado de Jerusalém e que protestaram contra a desconsideração aos requisitos tradicionais demonstrada por Seus seguidores. Parece que os discípulos, e quase certamente o próprio Mestre, haviam transgredido a “tradição dos anciãos”, omitindo a cerimônia da lavagem das mãos antes de comer; os críticos farisaicos consideraram isso uma falta, e vieram exigir uma explicação e uma justificativa, caso isso fosse possível. Marcos nos conta que os discípulos foram acusados de terem comido com mãos “impuras” ou, segundo a versão marginal, com

mãos “comuns” e ele insere a seguinte nota, concisa e clara, a respeito do costume que os discípulos foram acusados de ignorar: “Porque os fariseus, e todos os judeus, conservando a tradição dos antigos, não comem sem lavar as mãos muitas vezes; e quando voltam do mercado se não se lavarem, não comem. E muitas outras coisas há que receberam para observar, como lavar os copos, e os jarros, e os vasos de metal e as camas”.⁴ Devemos ter em mente que a ofensa imputada aos discípulos foi a de impureza cerimonial, não de impureza física ou desconsideração de natureza sanitária. Foi dito que comeram com mãos comuns ou impuras, não especificamente com mãos sujas. Em todos os aspectos externos de sua religiosidade mundana os judeus insistiam numa exatidão escrupulosa; todas as possibilidades de violação cerimonial deviam ser cuidadosamente evitadas, e seus efeitos neutralizados pelas lavagens prescritas.⁵

À pergunta: “Por que transgridem os teus discípulos a tradição dos anciãos? pois não lavam as mãos quando comem”, Jesus não respondeu diretamente; mas perguntou, como réplica: “Por que transgredis vós também o mandamento de Deus pela vossa tradição?” Para a mente farisaica, isto deve ter sido uma penetrante reprovação, pois o rabinismo afirmava que o cumprimento rigoroso das tradições dos anciãos era mais importante que a observância da lei em si. E Jesus, em Sua réplica, colocou essas acalentadas tradições em conflito direto com o mandamento de Deus. Aumentando o Seu desconforto, Ele citou a profecia de Isaías, e aplicou a eles, a quem chamava de hipócritas, as palavras do profeta: “Bem profetizou Isaías acerca de vós, hipócritas, como está escrito: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim; Em vão, porém, me honram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens.”⁶ Com severidade merecida, Jesus tocou suas consciências com a lição, declarando que eles abandonavam os mandamentos de Deus, para poderem seguir as tradições dos homens.

Esta acusação foi seguida pela referência de um exemplo inegável: Moisés havia transmitido o mandamento direto de Deus, dizendo: “Honra a teu pai e a tua mãe”, e proclamara a penalidade ordenada nos casos extremos de desconsideração filial, com estas palavras: “Quem amaldiçoar a seu pai ou a sua mãe, certamente morrerá;⁷ mas esta lei, embora dada por Deus diretamente a Israel, havia sido tão completamente substituída, que qualquer filho ingrato e iníquo podia prontamente encontrar meios — que suas tradições haviam legalizado — de escapar a todas as obrigações filiais, mesmo que seus pais fossem indigentes. Se um pai ou mãe em necessidade solicitava auxílio do filho, tudo o que ele tinha a dizer era: O que me pedes é Corbã — ou, em outras palavras, uma dádiva reservada a Deus; e estava legalmente isento de qualquer obrigação de contribuir daquela substância para o sustento de seus pais.⁸ Outras obrigações podiam ser evitadas da mesma forma. Declarar que qualquer artigo de propriedade imobiliária ou pessoal, ou que qualquer parte ou proporção das posses de uma pessoa era “corbã”, era como afirmar que a propriedade assim caracterizada era dedicada ao templo ou pelo menos destinada a propósitos eclesiásticos, e que eventualmente seria entregue aos oficiais, embora o doador pudesse continuar de posse da mesma durante um período de tempo especificado, que podia estender-se até mesmo

ao fim de sua vida. Frequentemente propriedades eram declaradas como sendo “corbã” com outros propósitos que a dedicação a usos eclesiásticos. O resultado de tais tradições estabelecidas, embora extremamente ilegais e perniciosas, como Jesus enfaticamente declarou aos fariseus e escribas, era que as mesmas tornavam a palavra de Deus sem efeito, e, acrescentou Ele: “fazeis muitas outras coisas semelhantes”.

Deixando Seus ilustres visitantes, chamou a Si a multidão e proclamou a verdade ao povo, dizendo: “Ouvi-me vós todos, e compreendei. Nada há, fora do homem, que, entrando nele, o possa contaminar; mas o que sai dele isso é que contamina o homem. Se alguém tem ouvidos para ouvir, ouça.” Isto estava em conflito direto com os preceitos e práticas rabínicos; os fariseus ofenderam-se, pois tinham dito que comer com mãos que não haviam sido limpas segundo os ritos, era macular o alimento tocado, tornando-se a pessoa ainda mais impura pela ingestão desse alimento considerado impuro.

Os apóstolos não estavam certos de haverem compreendido a lição do Mestre; embora expressa em linguagem clara, não figurativa, para alguns deles soou como parábola, e Pedro solicitou uma explicação. O Senhor explicou que a comida que uma pessoa ingere torna-se parte de seu corpo apenas temporariamente; tendo servido a seu propósito de nutrir os tecidos e suprir energia ao organismo, é eliminada; conseqüentemente, a comida que entra no corpo pela boca é de importância pequena e transitória, comparada às palavras que saem da boca, pois estas, se malévolas, podem realmente macular. Como declarou Jesus: “Mas o que sai da boca procede do coração, e isso contamina o homem. Porque do coração procedem os maus pensamentos, mortes, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos e blasfêmias: são estas coisas que contaminam o homem; mas comer sem lavar as mãos, isso não contamina o homem.”⁹

Alguns dos discípulos perguntaram a Jesus se Ele sabia que os fariseus se haviam ofendido com o que dissera. Sua resposta foi uma denúncia adicional ao farisaísmo: “Toda a planta, que meu Pai celestial não plantou, será arrancada. Deixai-os: são condutores cegos: ora, se um cego guiar outro cego, ambos cairão na cova.” Não podia haver compromisso entre Sua doutrina do reino e o corrupto judaísmo da época. Os príncipes judeus estavam conspirando contra a vida de Cristo; se seus emissários preferiam ofender-se com Suas palavras, que se ofendessem e arcassem com as conseqüências. Mas abençoados seriam eles, se não se ofendessem por causa Dele.¹⁰ Ele não tinha medidas conciliatórias para oferecer àqueles cuja inabilidade para compreender os Seus ensinamentos era o resultado de obstinação voluntária, ou de obscurecimento da mente produzido pela persistência no pecado.

Dentro das Fronteiras de Tiro e Sidom¹¹

Não podendo encontrar na Galiléia o descanso, o isolamento, ou a oportunidade adequada para instruir os Doze como desejava, Jesus partiu com eles rumo ao norte,

viajando pelas costas ou fronteiras da Fenícia, distrito comumente conhecido pelos nomes de suas cidades mais preeminentes, Tiro e Sidom. Em uma das cidadezinhas perto da fronteira, o grupo encontrou alojamento. Mas a tentativa de se isolarem foi inútil, pois a presença do Mestre não pôde ser ocultada. Sua fama O havia precedido além das fronteiras da terra de Israel. Moradores de Tiro e Sidom haviam estado entre Seus ouvintes, em ocasiões anteriores, e alguns haviam sido abençoados por Suas curas misericordiosas.¹²

Uma mulher, sabendo da presença do Mestre em sua própria terra, veio pedir-lhe um favor. Marcos nos diz que ela era grega, ou mais literalmente uma gentia¹³ que falava grego, e, por nacionalidade, sírio-fenícia; Mateus diz que era “uma mulher cananéia”; estas afirmações concordam entre si, uma vez que os fenícios eram de descendência cananéia. Os evangelistas deixam claro o fato de que essa mulher era pagã ou gentia de nascimento; e sabemos que entre os povos assim classificados, os cananeus gozavam de um descrédito particular entre os judeus. A mulher clamou a Jesus, dizendo: “Senhor, Filho de Davi, tem misericórdia de mim, que minha filha está horrivelmente endemoninhada.” Suas palavras expressaram ao mesmo tempo fé no poder do Senhor e um amor maternal absoluto, pois implorou como se fosse ela própria a sofredora. O fato de dirigir-se a Jesus como Filho de Davi demonstra a sua crença de que Ele era o Messias de Israel. A princípio, Jesus absteve-Se de responder-lhe. Sem desencorajar-se, ela suplicou ainda mais, até que os discípulos rogaram ao Senhor: “Despede-a, que vem gritando atrás de nós.” Essa intervenção era provavelmente uma intercessão em favor dela — Jesus podia fazê-la calar atendendo ao seu pedido. Naquela situação, ela estava provocando uma cena pouco desejável, provavelmente na rua, e os Doze sabiam muito bem que o Mestre buscava quietude. A eles disse Jesus: “Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel”, e o comentário deve tê-los lembrado da restrição que lhes fora imposta em seu ministério.¹⁴

A mulher, persistente em seu desejo, aproximou-se mais, possivelmente entrando na casa. Caiu aos pés do Senhor e O adorou, suplicando piedosamente: “Senhor, socorre-me.” Jesus lhe disse: “Não é bom pegar no pão dos filhos e deitá-lo aos cachorrinhos.” As palavras, duras quanto nos possam parecer, foram compreendidas por ela no espírito pretendido pelo Senhor. O termo original traduzido aqui por “cachorros” conota, como mostra a narrativa, não os vadios e desprezados cães mencionados em outras partes da Bíblia como típicos de um estado degradado, ou de maldade positiva¹⁵ mas, literalmente, “cachorrinhos” ou bichinhos domésticos de estimação, aos quais era permitido entrar na casa e debaixo da mesa. Certamente a mulher não se ofendeu com a comparação, e não encontrou nela qualquer epíteto objetável. Imediatamente, usou a analogia e aplicou-a em uma combinação de argumento e súplicas.¹⁶ “Sim, Senhor, porém os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos”; ou, segundo a versão de Marcos: “Sim, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa de seus senhores.” Sua oração foi instantaneamente atendida, pois Jesus lhe disse: “Ó mulher! grande é a tua fé: seja isso feito para contigo como tu desejas. E desde aquela hora a sua filha

ficou sã.” Marcos dá ênfase à aceitação contida em sua súplica final, e acrescenta: “E, indo ela para sua casa, achou a filha deitada sobre a cama, e que o demônio já tinha saído.” A recomendável persistência da mulher baseava-se na fé que supera obstáculos aparentes e que perdura mesmo quando desencorajada. Seu caso lembra a lição ensinada pelo Senhor em outra feita, com a história da viúva importuna.¹⁷

Muitos têm inquirido a respeito do que levou Jesus a retardar a bênção. Talvez não sejamos capazes de compreender Seus propósitos, mas vemos que, pelo curso adotado, foi demonstrada a fé da mulher, e os discípulos foram instruídos. Jesus fez ver à mulher que ela não fazia parte do povo escolhido, a quem Ele fora enviado. Mas Suas palavras renunciaram a dádiva do evangelho a todos, tanto judeus quanto gentios: “Deixa *primeiro* que se fartem os filhos”, Ele dissera. O Cristo ressuscitado deveria ser conhecido por todas as nações,¹⁸ mas Seu ministério pessoal como mortal, como também o dos apóstolos enquanto estivesse com eles na carne, era dirigido à casa de Israel.¹⁹

Na Costa de Decápolis²⁰

Não nos é dito quanto tempo Jesus e os Doze permaneceram na terra de Tiro e Sidom, nem que partes do distrito atravessaram. De lá, dirigiram-se para a região adjacente ao mar da Galiléia, a leste, “através do território de Decápolis”.²¹ Embora ainda entre povos semipagãos, nosso Senhor foi saudado por grandes multidões, entre as quais se encontravam muitos coxos, cegos, mudos, aleijados e outros com enfermidades diversas; e a todos curou. Grande foi o assombro desses estrangeiros “ao ver que os mudos falavam, os aleijados recobravam saúde, os coxos andavam, e os cegos viam. Então glorificavam ao Deus de Israel”.

Entre os muitos que foram curados, um recebeu menção especial. Ele era surdo e tinha defeito de fala. O povo pediu ao Senhor que impusesse as mãos sobre o homem. Mas Jesus levou-o para longe da multidão, colocou os dedos nos seus ouvidos, cuspiu, e tocou a língua do homem; e depois, olhando para cima em oração, e suspirando, pronunciou uma palavra de comando em aramaico: “Efatá; isto é, Abre-te. E logo se abriram os seus ouvidos, e a prisão da língua se desfez, e falava perfeitamente.” O modo de efetuar esta cura foi, uma vez mais, diferente da maneira comum com que administrava Suas dádivas. Pode ser que, tocando os ouvidos fechados e a língua presa do homem, a sua fé se tenha fortalecido, e sua confiança no poder do Mestre aumentado. O povo foi proibido de relatar em outros lugares o que havia testemunhado. Mas quanto mais se lhes recomendava, mais divulgavam as novas. Sua conclusão a respeito de Jesus e Suas obras foi: “Tudo faz bem: faz ouvir os surdos e falar os mudos.”

Outra Refeição no Deserto; Mais de Quatro Mil Alimentados²²

Por três dias, as multidões, felizes, permaneceram com Jesus e os apóstolos. Acampar naquela região, durante aquela época do ano, não trazia maiores conseqüências. O suprimento de comida, entretanto, terminou. Muitos estavam longe de casa. Jesus teve compaixão do povo e relutava em despedi-los em jejum, com medo que desmaiassem pelo caminho. Quando falou sobre o assunto aos discípulos, estes mostraram a impossibilidade de alimentar tão grande número, pois tudo o que restava eram sete pães e alguns peixinhos. Haviam eles esquecido a ocasião anterior em que uma multidão maior fora alimentada e satisfeita com apenas cinco pães e dois pequenos peixes? Devemos acreditar que se lembravam bem, mas que, no entanto, consideravam fora do seu dever ou privilégio sugerir a repetição do milagre. Mas o Senhor ordenou; e o povo sentou-se no solo. Abençoando e repartindo a pequena provisão, como anteriormente, deu-a aos discípulos que a distribuíram à multidão. Quatro mil homens, além de mulheres e crianças, foram abundantemente alimentados; e os restos foram suficientes para encher sete cestos. Sem qualquer semelhança com o entusiasmo tumultuoso que acompanhou a distribuição de alimento aos cinco mil, essa multidão se dispersou em silêncio e voltou para seus lares grata e duplamente abençoada.

Novamente Assediado por Pessoas Desejosas de Sinais²³

Jesus e os apóstolos voltaram por barco para a margem oeste do lago e desembarcaram perto de Magdala e Dalmanuta. Estas cidades ficavam tão próximas uma da outra, que Dalmanuta era praticamente subúrbio de Magdala. Aqui o grupo estava sendo esperado pelos sempre vigilantes fariseus, os quais, nessa ocasião, estavam acompanhados por seus rivais, os geralmente pouco amigáveis saduceus. Que os dois grupos tenham temporariamente abandonado seus desentendimentos mútuos, e combinado forças na causa comum de oposição ao Cristo, é uma demonstração do propósito determinado das autoridades eclesiásticas de encontrar algo contra Ele e, se possível, destruí-Lo. Seu objetivo imediato era alienar o povo comum e anular a influência de Seus ensinamentos anteriores sobre as massas. Armaram-Lhe novamente a velha armadilha de exigir uma outra manifestação sobrenatural de Sua característica messiânica, embora eles mesmos ou outros de sua espécie já tivessem por três vezes tentado encurralá-Lo, e por três vezes sido frustrados em seus propósitos.²⁴ Antes deles, Satanás em pessoa havia tentado empreendimento semelhante, e falhara.²⁵ Ao pedido daquele momento, impertinente e ímpio, Ele respondeu com uma recusa breve e definitiva, juntamente com uma exposição de sua hipocrisia. Esta foi a resposta: “Chegada a tarde, dizeis: Haverá bom tempo, porque o céu está avermelhado e, pela manhã: Hoje haverá tempestade, porque o céu está de um vermelho sombrio. Sabeis, na verdade, discernir o aspecto do céu, e não podeis discernir os sinais dos tempos? Uma geração má e adúltera pede um sinal; porém, não se lhe dará outro sinal, senão o de Jonas”. E, deixando-os, retirou-se”.²⁶

O Fermento dos Fariseus e dos Saduceus²⁷

Novamente com os Doze sobre as águas, uma vez que nas costas da Galiléia não conseguiram encontrar nem paz nem oportunidade para instruções eficientes, Jesus dirigiu o barco para a praia nordeste do lago. Quando bem longe da costa, Ele disse aos companheiros: “Adverti, e acautelai-vos do fermento dos fariseus e saduceus”, e, como acrescenta Marcos “e do fermento de Herodes”. Com a pressa da partida, os discípulos esqueceram-se de levar alimentos; tinham com eles apenas um pão. Interpretaram suas palavras sobre o fermento como uma referência a pão, e, possivelmente, como reprimenda por sua incúria. Jesus censurou-os por sua pequena fé, por pensarem naquele momento em pão material, e refrescou-lhes a memória, quanto aos milagres pelos quais as multidões haviam sido alimentadas, de forma que a falta de pão não os preocupasse mais. Finalmente, Cristo os fez entender que Sua advertência era dirigida contra as falsas doutrinas dos fariseus e as dos saduceus, e contra as aspirações políticas dos maquinadores herodianos.²⁸

O grupo deixou o barco próximo ao local onde se realizara o primeiro milagre da multiplicação dos pães e peixes, e seguiu para Betsaida Julias. Trouxeram um cego a Jesus, e pediram-Lhe que o tocasse. Ele tomou o cego pela mão, conduzindo-o para fora da cidade, aplicou saliva aos seus olhos, impôs-lhe as mãos, numa administração, e perguntou-lhe se podia ver. O homem respondeu que via obscuramente, e não conseguia distinguir homens de árvores. Colocando as mãos sobre os olhos do cego, Jesus disse-lhe que olhasse para cima. Ele obedeceu e viu claramente. Instando-o a não entrar na cidade e a não contar a ninguém do lugar sobre sua cura, o Senhor despediu o homem regozijante. Este milagre constituiu o único caso em que Jesus curou por etapas — o resultado da primeira administração apenas recuperou-o parcialmente. Não nos é dada qualquer explicação desta circunstância excepcional.

“Tu És o Cristo”²⁹

Acompanhado pelos Doze, Jesus continuou seguindo para o norte, para as vizinhanças ou “costas” de Cesaréia de Filipo, uma cidade do interior, situada perto da nascente leste, a principal nascente do Jordão, e do monte Hermom.³⁰ A jornada proporcionou a Jesus a oportunidade de transmitir instruções específicas e confidenciais aos apóstolos. Perguntou-lhes Ele: “Quem diz o povo ser o Filho do Homem?” Em resposta, relataram-lhe os rumores e fantasias populares de que haviam tido notícias. Algumas pessoas, partilhando dos temores supersticiosos do atormentado Herodes Antipas, diziam que Jesus era João Batista que havia retornado à vida, embora tal crença não pudesse ser considerada seriamente por muitos, visto que João e Jesus haviam sido contemporâneos, o que era de conhecimento geral; outros diziam que Ele era Elias; e outros sugeriam que era Jeremias ou algum outro dos antigos profetas de Israel. É significativo o fato de que entre todas as concepções do povo, relativas à identidade de Jesus, não havia qualquer sugestão de crença de que Ele era o Messias.

Nem por Suas palavras nem por Seus feitos havia ele correspondido ao padrão popular e tradicional do esperado Libertador e Rei de Israel. Manifestações passageiras de evanescentes esperanças de que Ele viesse a provar que era o esperado Profeta, semelhante a Moisés, não haviam faltado. Mas todas as incipientes concepções deste tipo foram neutralizadas pelas atividades hostis dos fariseus e os de sua espécie. Para eles, era uma questão de extrema, embora iníqua determinação, manter na mente do povo a idéia de um Messias futuro, e não atual.

Com profunda solenidade, e com uma prova para a qual os Doze se haviam preparado, inconscientemente, nos muitos meses de íntimas e privilegiadas relações com seu Senhor, Jesus perguntou-lhes: “Mas vós, quem dizeis que eu sou?” Respondendo por todos, porém mais particularmente dando testemunho de suas próprias convicções, Pedro, com todo o fervor de sua alma, pronunciou a grande confissão: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.” Isto não foi admissão de simples crença, nem atitude proveniente de um resultado ao qual chegara por processo mental, nem a solução de um problema trabalhosamente resolvido, nem um veredito baseado no peso de evidências; ele falou com o conhecimento certo que não dá lugar a interrogações e do qual as dúvidas e reservas se encontram tão distantes quanto o céu da Terra.

“E Jesus, respondendo, disse-lhe: Bem-aventurado és tu, Simão Barjonas, porque to não revelou a carne e o sangue, mas meu Pai, que está nos céus.” O conhecimento de Pedro, que era também o de seus irmãos, era de uma espécie que nenhum homem pode encontrar por si mesmo — era um dom divino, em comparação com o qual a sabedoria humana é insensatez e o tesouro da Terra apenas escória. Dirigindo-se ainda ao primeiro dos apóstolos, Jesus continuou: “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E eu te darei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra, será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus.”

Por meio da revelação direta de Deus, Pedro soube que Jesus era o Cristo; e sobre a revelação, como uma rocha de bases seguras, a Igreja de Cristo seria edificada.³¹ Embora desabassem chuvas, viessem enchentes, rugissem os ventos, todos juntos batendo contra a estrutura, ela não poderia e não iria cair, pois estava construída sobre uma rocha;³² e mesmo os poderes do inferno seriam impotentes para prevalecer contra ela. Somente pela revelação podia ou pode a Igreja de Jesus Cristo ser edificada e mantida; e a revelação implica necessariamente em reveladores, através dos quais a vontade de Deus, a respeito de Sua Igreja, pode ser conhecida. Como dádiva de Deus, chega o testemunho de Jesus ao coração do homem. Este princípio fora incluído nos ensinamentos do Mestre em Capernaum: que ninguém podia chegar a Ele, a não ser que fosse levado pelo Pai.³³ A promessa do Senhor, de que a Pedro daria “as chaves do reino dos céus”, inclui o princípio de autoridade divina no Santo Sacerdócio, e de designação da presidência. A alusão a chaves, como símbolo de poder e autoridade, não é incomum na literatura judaica, como era bem compreendido naquela época, e

como, de modo geral, é corrente hoje.³⁴ Assim também as analogias de atar e desatar como indicativas de atos oficiais eram comuns naqueles dias, como o são hoje, especialmente em relação a funções judiciais. A presidência de Pedro entre os apóstolos foi abundantemente manifestada e geralmente reconhecida após o término da vida mortal de nosso Senhor. Assim, foi ele quem falou em nome dos Onze, na reunião do conselho, na qual foi escolhido um sucessor para Iscariotes, o traidor; foi ele o porta-voz de seus irmãos na época da conversão pentecostal; foi ele quem abriu as portas da Igreja aos gentios;³⁵ e seu cargo de liderança é visível durante todo o período apostólico.

A confissão pela qual os apóstolos confirmaram sua aceitação de Jesus como o Cristo, o Filho do Deus vivo, foi evidência de que realmente possuíam o espírito do Santo Apostolado, pelo qual foram feitos testemunhas especiais do seu Senhor. Entretanto, a época para uma proclamação geral de seu testemunho ainda não chegara, e nem chegou até depois de ter Cristo emergido da tumba como um Personagem ressuscitado e imortalizado. Até então, foi-lhes recomendado “que a ninguém dissessem ser Ele o Cristo”. A proclamação de Jesus como o Messias, especialmente por parte dos apóstolos que eram conhecidos como Seus discípulos e associados mais íntimos, ou admissão pública do título messiânico por si próprio, teria agravado a hostilidade das classes sacerdotais, as quais já haviam interferido gravemente no ministério do Salvador, transformando-se em real ameaça ao mesmo. Como resultado, poderiam facilmente iniciar-se revoltas sediciosas contra o governo político de Roma. Uma razão ainda mais profunda para o segredo imposto aos Doze aparece no fato de que a nação judaica não estava preparada para aceitar o seu Senhor. E ignorá-Lo por falta de um certo conhecimento envolvia um grau menor de culpabilidade do que uma rejeição sem paliativos. A missão particular dos apóstolos, em época então futura, era proclamar Jesus, o Cristo crucificado e ressurreto, a todas as nações.

A partir do momento da confissão de Pedro, entretanto, Jesus instruiu os Doze mais claramente e com maior intimidade a respeito dos futuros desenvolvimentos de Sua missão, e, especialmente, sobre a morte que se aproximava. Em ocasiões anteriores, Ele se referira à cruz e a Sua morte, sepultamento e ascensão; mas a menção, em todos os casos, havia sido de certa forma figurativa, e eles a haviam compreendido imperfeitamente, se é que a haviam, de qualquer forma, compreendido. Agora, entretanto, Ele começava a mostrar, e daí por diante freqüentemente esclareceria “que convinha ir a Jerusalém, e padecer muito por obra dos anciãos, e dos principais dos sacerdotes e dos escribas e ser morto e ressuscitar ao terceiro dia”.

Pedro chocou-se com esta declaração incondicional, e cedendo a um impulso, argumentou com Jesus, ou como dois dos evangelistas declaram, “começou a reprová-Lo”, chegando mesmo a dizer: “De modo nenhum te acontecerá”.³⁶ O Senhor respondeu-lhe com esta severa reprimenda: “Para trás de mim Satanás, que me serves de escândalo; porque não compreendes as coisas que são de Deus, mas só as que são dos homens.” As palavras de Pedro constituíram um apelo ao elemento humano da

natureza de Cristo; e a sugestão de que fosse infiel à Sua responsabilidade feriu a natureza sensível de Jesus, especialmente vindo ela do homem a quem tão altamente honrara alguns momentos antes. Pedro via principalmente como os homens vêm, compreendendo apenas de maneira imperfeita os propósitos mais profundos de Deus. Embora merecida, a repreensão recebida foi severa. A adjuração “para trás de mim, Satanás” foi idêntica à usada contra o próprio arquitentador, que procurara afastar Jesus do caminho em que estava,³⁷ e o desafio, nas duas ocasiões, foi de certa forma semelhante — a tentação de fugir ao sacrifício e ao sofrimento embora estes constituíssem o resgate do mundo, e de seguir um caminho mais confortável.³⁸ As palavras enérgicas de Jesus demonstram o profundo sentimento que a tentativa inadequada de Pedro de aconselhar, senão de tentar seu Senhor, havia evocado.

Além dos Doze que se encontravam junto do Senhor, havia outros por perto; parece que mesmo naquelas regiões longínquas, distantes das fronteiras da Galiléia — o “habitat” de uma população gentia, com a qual, entretanto, muitos judeus se entremeavam — o povo se aglomerava ao redor do Mestre. O Senhor convocou a multidão e, dirigindo-se a ela e aos discípulos, disse: “Se alguém quiser vir após mim, renuncie-se a si mesmo, tome sobre si a sua cruz, e siga-me.” Aqui, novamente foi posto em evidência o terrível símbolo da cruz. Não havia mais desculpa para a idéia de que a devoção ao Cristo não significaria renúncia e sofrimento. Aquele que salvasse a sua vida com prejuízo do dever, como Pedro havia sugerido que Cristo fizesse, certamente a perderia em um sentido muito pior que o da morte física; ao passo que aquele que estivesse desejoso de perder tudo, até a própria vida, alcançaria a vida que é eterna.

Como que evidenciando a lógica de Seus ensinamentos, Jesus preferiu aquilo que se tornaria uma inspiradora máxima de vida: “Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a sua alma? ou que dará o homem em recompensa da sua alma?” Aquele que se envergonha de Cristo por causa de Sua condição humilde, ou que se ofende com Seus ensinamentos, descobrirá que o Filho do Homem, quando vier na glória do Pai, acompanhado por uma corte de anjos, também Se envergonhará dele. O registro deste dia memorável na vida do Salvador termina com esta promessa abençoada: “Em verdade vos digo que alguns há, dos que aqui estão, que não provarão a morte até que vejam vir o Filho do Homem no seu reino.”³⁹

NOTAS DO CAPÍTULO 22

1. Páscoas Compreendidas no Período do Ministério Público de Nosso Senhor. — As datas em que ocorreram atos específicos durante o ministério de Jesus é difícil, senão impossível, determinar, com exceção de alguns casos; e como até agora afirmamos e reiteramos, até mesmo a ordem dos eventos é freqüentemente incerta. Sabemos que Jesus estava em Jerusalém por ocasião da Páscoa, logo após o Seu batismo, e que, na referida visita, Ele violentamente expulsou dos pátios do templo os negociantes com suas mercadorias. Esta é conhecida como *aprimeira* Páscoa durante a

vida pública de Jesus. Se a “festa dos Judeus” sem denominação, mencionada por João (5:1) era uma Páscoa, como acreditam muitos estudiosos da Bíblia, ela marcou o prazo de um ano após a limpeza do templo, e é comumente mencionada oralmente e em escritos, como a *segunda* Páscoa no curso do ministério de nosso Senhor. Depois, temos a Páscoa da época em que Jesus alimentou os cinco mil (João 6:4), que seria *aterceira*, e que marcaria o término de um período de dois anos e uma fração, tomando-se como ponto de partida o batismo de Jesus. Esta, certamente, marca o início do último ano de vida do Salvador na Terra.

2 Abluções Cerimoniais. — As numerosas lavagens requeridas pelos costumes judeus na época de Cristo eram, reconhecidamente, decorrentes do rabinismo e da “tradição dos anciãos”, e não uma exigência da lei mosaica. Em certos casos eram prescritas lavagens sucessivas em relação às quais encontramos menção da “primeira” “segunda” e “outras” águas, sendo a “segunda água” necessária para lavar a “primeira água”, que se tornava impura pelo contato com mãos “comuns”, e assim também com as Águas sucessivas. Algumas vezes, as mãos tinham que ser mergulhadas ou imersas; em outras ocasiões, precisavam ser limpas por aspensão, sendo necessário que se deixasse a água correr até o pulso ou até o cotovelo, segundo o grau da suposta impureza; e, novamente, de acordo com os discípulos do rabi Shammai, somente as pontas dos dedos, ou os dedos até as juntas precisavam ser molhados em determinadas circunstâncias. As regras a respeito da limpeza de recipientes e mobiliário eram minuciosas e severas; métodos distintos eram aplicados respectivamente aos recipientes de barro, madeira e metal. O medo de macular as mãos inadvertidamente levava a precauções extremas. Sabendo-se que o Livro da Lei, o Livro dos Profetas e outras escrituras, quando guardadas eram algumas vezes tocadas, arranhadas ou roídas por ratos, foi instituído um decreto rabínico, segundo o qual as Sagradas Escrituras, ou qualquer parte das mesmas abrangendo o mínimo de oitenta e cinco letras (sendo que a seção mais curta das Escrituras tinha exatamente esse número), maculava as mãos por simples contato. Assim, as mãos tinham que ser lavadas segundo o cerimonial, após tocarem uma cópia das escrituras ou mesmo uma passagem escrita.

A libertação destas e de “muitas outras coisas semelhantes” deve ter sido um grande alívio. Jesus ofereceu a fuga desta escravidão gratuitamente, dizendo: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mateus 11:28-30).

3. “Corbã”, uma Dádiva — A lei de Moisés prescrevia regras relativas a votos (Levítico 27; Números 30). “Os tradicionalistas”, diz o escritor no *Bible Dictionary*, de Smith, “elaboraram sobre essas regras, e determinaram que um homem podia interditar, através de um voto, não somente o uso por si próprio, mas o direito de dar a outro, ou de receber dele, algum objeto particular, fosse o mesmo alimentar ou de qualquer outra espécie. Consideravam o objeto assim interditado como corbã. Desta forma, uma

pessoa podia isentar-se de qualquer obrigação inconveniente, fazendo uso da lei de corbã. Nosso Senhor denunciou as práticas desta espécie (Mateus 15:5, Marcos 7:11), dizendo que elas anulavam o espírito da lei”.

A versão revisada, Mateus 15:5 diz “Mas vós dizeis: Qualquer que disser ao pai ou à mãe: É oferta ao Senhor o que poderias aproveitar de mim; esse não precisa honrar nem a seu pai nem a sua mãe”. Lemos o seguinte sobre este costume pernicioso no *Commentary on The Holy Bible*, editado por Dummelow “‘Corbã’, cujo significado original é um sacrifício ou dádiva a Deus, foi usado nos tempos do Novo Testamento como uma simples palavra de voto ou juramento, sem inferir que o objeto do *voto* seria realmente oferecido ou dado a Deus. Assim, um homem diz ‘Corbã para mim é vinho, por tal espaço de tempo’, o que queria dizer que ele fizera um *voto* de abster-se de vinho. Ou um homem dizia a um amigo: ‘Corbã para mim, por tal espaço de tempo, é o que eu possa lucrar de você’, o que significava que, por tanto tempo, ele fizera um voto de que não receberia hospitalidade ou qualquer outro benefício de seu amigo. Igualmente, se um filho dissesse a seu pai ou mãe: ‘Corbã é qualquer coisa que vocês possam lucrar de mim’, ele fazia um voto de não auxiliar o pai ou a mãe de qualquer forma, independente de quanto eles lhe pedissem. Votos desta espécie eram usados pelos escribas para isentar um homem do dever de sustentar seus pais, anulando assim sua tradição a palavra de Deus.

4. Os “Cachorros” que Comem as Migalhas — A ardorosa réplica da mulher: “Sim, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus senhores” (Mateus 15:27), é assim comentada e parafraseada por Trench (*Notes on the Miracles*, pág. 271) “O sentido da tradução de sua resposta não é, entretanto, completamente satisfatório, pois, na verdade, ela aceita as palavras do Senhor, não para imediatamente objetar contra a conclusão que ele tira da mesma, mas para mostrar de que forma, nas próprias palavras, está implicado o atendimento do seu pedido. ‘Vós dizeis cachorros? Está certo; eu aceito o título e o lugar, pois os cachorros recebem uma parte da refeição — não a primeira, nem a porção das crianças, mas ainda uma porção — as migalhas que caem da mesa do amo. Colocando o caso nestes termos, vós trazeis a nós, gentios, vós me trazeis para dentro do círculo de bênçãos que Deus, o Grande Chefe da Casa, dispensa à sua família. Nós também pertencemos à sua casa, embora ocupemos nela o lugar mais humilde!”

O *Commentary*, de Dummelow, sobre Mateus 15:26, diz, em parte, o seguinte: “Os rabis freqüentemente se referiam aos gentios como cachorros, por exemplo: ‘Aquele que come com um ídólatra é semelhante àquele que come com um cachorro’ ... ‘As nações do mundo são comparadas a cachorros’. ‘A santa convocação pertence a vós não aos cachorros’. Mas Jesus, adotando a expressão desdenhosa, suaviza-a ligeiramente. Ele não diz ‘cachorros’, mas ‘cachorrinhos’, i. é., cachorros de estimação de dentro de casa, e a mulher, inteligentemente, agarra-se à expressão, argumentando que, se os gentios são cachorros de estimação, é mais do que direito que sejam alimentados com as migalhas que caem da mesa do seu senhor” Edersheim, referindo-

se ao texto original, diz: “O termo significa ‘cachorrinhos’, ou ‘cachorros de estimação’”.

5. Decápolis. — O nome significa as “dez cidades” e era aplicado à região de fronteiras não definidas, que se estendia, em sua maior parte, a leste do Jordão, e em direção ao sul, partindo do mar da Galiléia. Citópolis, que Josefo (*Wars of the Jews*, iii, 9:7) cita como sendo a maior das dez cidades, ficava à margem oeste do rio. Há divergências entre os historiadores quanto às cidades que pertenciam a Decápolis. A menção bíblica (Mateus 4:25; Marcos 5:20; 7:31) significa uma região em geral, mais do que uma área definida.

6. As Costas de Cesaréia de Filipo. — O termo “costa”, como aparece na Bíblia (versão autorizada, ou do Rei Jaime), é usado para expressar fronteira, limite, divisa, e não exatamente uma praia ou litoral. (Para exemplos, ver Êxodo 10:4; 14, 19; Josué 15:1, 4; Juízes 11:20; Mateus 2:16, etc.) É aplicado, portanto, a áreas do interior e, freqüentemente, indica uma vizinhança ou redondeza.

Cesaréia de Filipo, uma cidade situada, como diz o texto, perto do Monte Hermom, junto à nascente do Jordão, foi aumentada e embelezada por Filipo, o tetrarca, e por ele denominada Cesaréia em honra ao imperador romano. Era chamada Cesaréia de Filipo para distingui-la da já existente Cesaréia, situada na praia de Samari, no Mediterrâneo, e que mais tarde se tornou conhecida na literatura como Cesaréia Palestina. Acredita-se que Cesaréia de Filipo era a mesma e antiga Baal Gad (Josué 11:17), e Baal Hermom (Juízes 3:3). Era conhecida como lugar de adoração idólatra e, enquanto sob domínio grego, foi chamada de Paneas, em reconhecimento ao deus Pan, da mitologia. Ver Josefo, *Ant.* xviii, 2:1; esta designação persiste no atual nome árabe do lugar, Banias.

7. Simão Pedro e a “Pedra” da Revelação. — Simão, filho de Jonas, por ocasião de seu primeiro encontro com Jesus, do qual temos registro, recebeu dos lábios do Senhor o significativo nome-título de “Pedro” ou, na língua aramaica “Cefas”, cujo equivalente português é “rocha” ou “pedra” (João 1:42; ver também pág. 136 deste livro). O nome lhe foi confirmado na ocasião que agora consideramos (Mateus 16:18) Jesus lhe disse “tu és Pedro” acrescentando “e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.” No curso da apostasia geral, subsequente ao primitivo ministério apostólico, o Bispo de Roma reivindicou autoridade suprema como pretenseu sucessor de Pedro por linha direta, e uma doutrina errônea tornou-se corrente, afirmando que Pedro era a “rocha” sobre a qual a Igreja de Cristo seria fundada. Não podemos considerar aqui, detalhadamente, esta inconsistente e infame reivindicação; é suficiente dizer que uma Igreja fundamentada sobre Pedro ou dependente dele ou de qualquer outro homem, seria a Igreja de Pedro ou de qualquer outro homem, e não a Igreja de Jesus Cristo. (Ver *A Grande Apostasia*, cap. 9; também o Livro de Mórmon, 3 Néfi 27:1-8; também cap. 40 deste livro.) Não há dúvida de que sobre Pedro caiu a responsabilidade da presidência do ministério, após a ascensão do Cristo ressuscitado; mas que ele fosse, mesmo simbolicamente o fundamento sobre o qual foi edificada a Igreja, é uma idéia

falsa, sem qualquer base escriturística. A Igreja de Jesus Cristo deve, autorizadamente, trazer seu nome e ser guiada por revelação direta e contínua, segundo o requerido pelas condições ao ser edificada. A revelação de Deus a Seus servos investidos do Santo Sacerdócio por uma ordenação autorizada, como era Pedro, é a “rocha” invencível sobre a qual a Igreja é edificada (Ver *Regras de Fé*, cap. 16 — “Revelação”).

8. A Reprovação de Jesus a Pedro. — Ao chamar Pedro de “Satanás”, Jesus estava obviamente usando uma expressão figurativa vigorosa, e não uma designação literal, pois Satanás é um personagem distinto, Lúcifer, o decaído filho da manhã, que não recebeu um corpo (ver pág. 11); e, certamente, Pedro não era ele. Em sua censura ou “reprovação” dirigida a Jesus, Pedro estava, na realidade, aconselhando aquilo que Satanás havia antes experimentado induzir Cristo a fazer, ou tentando-O, como o fizera o próprio Satanás. A ordem “Para trás de mim, Satanás”, dirigida a Pedro, é traduzida por algumas autoridades como “Arreda, tentador”. O significado essencial dos originais hebreu e grego da nossa palavra “Satanás” é o de um adversário, ou “um que se coloca no caminho de outro, opondo-se, assim, a ele”. (Zenos) A expressão “Tu és para mim uma ofensa” é, reconhecidamente, uma tradução menos literal do que “Tu és para mim pedra de tropeço”. O homem que Jesus chamara de Pedro — “a rocha”, era agora comparado a uma pedra no caminho, na qual os incautos poderiam tropeçar.

9. Alguns Viveriam Até o Retorno de Cristo. — A declaração do Salvador aos apóstolos e outros, nas proximidades de Cesaréia de Filipo: “Em verdade vos digo que alguns há, dos que aqui estão, que não provarão a morte até que vejam vir o Filho do Homem no seu reino” (Mateus 16:28; comparar com Marcos 9:1; Lucas 9:27), deu margem a grandes e diferentes comentários. O evento nela mencionado, ou seja, a vinda do Filho do Homem na glória de Seu Pai, acompanhado por anjos, é ainda futuro. Pelo menos um cumprimento parcial dessa predição deu-se no prolongamento da vida de João, o apóstolo, que estava presente na época, e que ainda vive na carne, segundo o seu desejo (João 21:20-24; ver também Livro de Mórmon, 3 Néfi 28:1-6; Doutrina e Convênios, Seção 7).

10. “Tu és o Cristo”. — A solene e comovente confissão de Pedro de que Jesus era o Cristo é expressa em palavras diferentes em cada um dos três sinoptistas. Para muitos, a versão mais expressiva é a de Lucas: “O Cristo de Deus”. Em ocasiões anteriores, alguns ou todos os Doze haviam reconhecido ser Jesus Cristo o Filho de Deus, como, por exemplo, após o milagre de andar sobre as águas (Mateus 14:33), e, novamente, depois do crucial sermão de Capernaum (João 6:69); mas é evidente que a confissão espontânea e reverente de Pedro, em resposta à pergunta do Senhor “Mas vós, quem dizeis que eu sou?” teve um significado de maior veemência e de sentido mais elevado do que qualquer manifestação anterior de sua idéia a respeito de seu Senhor. Mas, mesmo a certeza recebida através de revelação direta (Mateus 16:17) não abrangia, na época, um conhecimento completo da incumbência do Salvador. Na verdade, uma compreensão e certeza absolutas, os apóstolos só adquiriram após a ressurreição do Senhor (compare-se com Romanos 1:4). Não obstante, o testemunho

de Pedro em Cesaréia de Filipo evidencia a elevada compreensão que ele já alcançara. Naquele estágio do ministério do Salvador, proclamar publicamente seu “status” divino seria o mesmo que lançar pérolas aos porcos (Mateus 7:6); assim, o Senhor instruiu os apóstolos que, naquela época, “a ninguém dissessem ser Ele o Cristo”.

CAPÍTULO 23

A TRANSFIGURAÇÃO

Não se encontra nos evangelhos qualquer registro a respeito da semana seguinte aos eventos que acabamos de considerar. Podemos, com segurança, presumir que o tempo foi devotado, pelo menos em parte, a instruções adicionais aos Doze, concernentes ao término da missão do Salvador na Terra, que se aproximava rapidamente, e cujas terríveis circunstâncias os apóstolos relutavam em aceitar como possíveis. Depois que a semana passara,¹ Jesus subiu com Pedro, Tiago e João² a uma alta montanha, onde estariam razoavelmente a salvo de qualquer intromissão humana.³ Ali testemunharam os três apóstolos manifestação celestial que não tem paralelo na história; nas palavras de nossa Bíblia, é conhecida como a Transfiguração de Cristo.⁴

Um dos propósitos do Senhor neste retiro era orar, e uma transcendente investidura de glória desceu sobre Ele, enquanto o fazia. Os apóstolos haviam adormecido, mas foram despertados pelo extraordinário esplendor da cena, e contemplaram com reverente pasmo seu Senhor glorificado. “A aparência do Seu rosto se transfigurou e Suas vestes resplandeceram de brancura.” Suas roupas, embora feitas de fazenda terrena, “tornaram-se resplandecentes e sobremodo brancas, como nenhum lavandeiro na terra as poderia alvejar”; “e o Seu rosto resplandecia como o sol”. Assim ficou Jesus transfigurado diante das três testemunhas privilegiadas.

Com Ele conversavam dois outros personagens, também em estado de glorificado fulgor. Estes, como descobriram os apóstolos por meios não especificados, embora provavelmente o tenham percebido pela conversa que se desenrolava, eram Moisés e Elias; e o assunto de sua conferência com Jesus era “Sua morte, a qual havia de cumprir-se em Jerusalém”. Quando os profetas visitantes se preparavam para partir, “Pedro disse a Jesus: “Mestre, bom é estarmos aqui; se queres, façamos aqui três tabernáculos: um para ti, um para Moisés, e um para Elias, não sabendo porém o que dizia.” Indubitavelmente Pedro e os apóstolos seus companheiros estavam perplexos, “aterrados” mesmo; e tal estado pode explicar a sugestão a respeito dos três tabernáculos. “Pois não sabia o que dizer”; entretanto, embora seu comentário pareça confuso e obscuro, torna-se um pouco mais claro, quando nos lembramos de que, na festa anual dos Tabernáculos, era costume erigir-se um pequeno caramanchão ou tenda de galhos de árvore entrelaçados, para cada devoto individual, no qual ele pudesse isolar-se para orar. Se existia um propósito na proposta de Pedro, parece ter sido o de retardar a partida dos visitantes.

A sublime e majestosa solenidade da ocasião ainda não atingira seu ponto culminante. Enquanto falava Pedro, “uma nuvem luminosa os cobriu. E da nuvem saiu uma voz que dizia: Este é o meu amado Filho, em quem me comprazo: escutai-o”. Era Eloim,⁵ o Pai Eterno, que se manifestava; e ao som daquela voz de suprema Majestade,

os apóstolos caíram prostrados. Jesus aproximou-Se deles, tocou-os e disse: “Erguei-vos, e não temais.” Quando olharam, viram que estavam novamente sozinhos com Ele.

A impressão causada aos três apóstolos por esta manifestação não podia jamais ser esquecida. Mas foram expressamente proibidos de falar sobre o acontecimento até depois que o Salvador tivesse ressurgido dentre os mortos. Estavam confusos quanto ao significado das palavras do Senhor sobre Sua futura ressurreição. Havia ouvido com grande pesar, e relutantemente começavam a compreender, que era imprescindível que Seu amado Mestre “padecesse muito, e fosse rejeitado pelos anciãos e príncipes dos sacerdotes e pelos escribas, e que fosse morto.”⁶

Isto lhes havia sido declarado antes, em linguagem destituída de ambigüidade, e que não dava margem a qualquer interpretação figurativa; e com igual clareza, foram-lhes dito que Jesus Se ergueria novamente. Mas esta última eventualidade compreendiam apenas de modo vago. A repetição de tais ensinamentos, naquela ocasião, não parece ter proporcionado aos três qualquer esclarecimento adicional a respeito da ressurreição do Senhor. Pareciam não possuir uma concepção definida sobre o que significava uma ressurreição. “E eles retiveram o caso entre si, perguntando uns aos outros que seria aquilo, ressuscitar dentre os mortos.”⁷

A recomendação do Senhor, de que até que Ele ressuscitasse dentre os mortos não deveriam contar a ninguém suas experiências no monte, proibia-os de relatar o acontecido até mesmo a seus companheiros de apostolado. Mais tarde, após a ascensão do Senhor à Sua glória, Pedro prestou testemunho à Igreja sobre a extraordinária experiência, desta forma vigorosa: “Porque não vos fizemos saber a virtude e a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, seguindo fábulas artificialmente compostas: mas nós mesmos vimos a sua majestade. Porquanto ele recebeu de Deus Pai honra e glória, quando da magnífica glória lhe foi dirigida a seguinte voz: Este é o meu Filho amado, em quem me tenho comprazido. E ouvimos esta voz dirigida do céu, estando nós com ele no monte santo.”⁸ E João, confessando reverentemente diante do mundo a divindade do Verbo, o Filho de Deus que havia sido feito carne para habitar entre os homens, afirmou de maneira solene: “E vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.”⁹

O propósito divino manifestado na Transfiguração talvez seja tão ininteligível para a mente humana quanto o é, pela sua descrição verbal, uma concepção plena do esplendor correspondente; entretanto, alguns aspectos dos resultados obtidos são evidentes. Para Cristo, a manifestação foi fortalecedora.

Naturalmente, a perspectiva das experiências que se aproximavam devia ser deprimente e desanimadora ao extremo. Ao trilhar fielmente o caminho de Sua obra, nesta vida, Ele alcançara o limite do vale das sombras da morte. E a parte humana de Sua natureza ansiava por um revigoramento. Assim como haviam sido enviados anjos para administrar-Lhe após as duas cenas do jejum de quarenta dias e a tentação direta de Satanás,¹⁰ e como nas horas de agonia em que transpirara sangue, Ele iria ser

novamente sustentado por ministério angélico.¹¹ E assim, neste período crítico e decisivo, o início do fim, visitantes do mundo invisível vieram confortá-Lo e apoiá-Lo. O que realmente se passou, na entrevista de Jesus com Moisés e Elias, não está registrado em sua plenitude nos evangelhos do Novo Testamento.

A voz de Seu Pai, de quem fora o Primogênito no mundo espiritual, e o Unigênito na carne, significou uma garantia suprema; entretanto, aquela voz dirigira-se aos três apóstolos e não a Jesus, que já recebera o reconhecimento e confirmação do Pai na época de Seu batismo. A versão mais completa das palavras do Pai a Pedro, Tiago e João é a apresentada por Mateus: “Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo: escutai-o.” Além de constituir uma proclamação da natureza divina do Filho, as palavras do Pai foram também decisivas e pressagas. Moisés, o promulgador da lei, e Elias, o representante dos profetas distinguindo-se especialmente entre eles como o que não morrera,¹² foram vistos administrando a Jesus e sendo-Lhe submissos. O cumprimento da lei e a substituição dos profetas pelo Messias foram testificados com a ordem — Escutai-O. Uma nova dispensação fora estabelecida — a do evangelho — para a qual a lei e os profetas haviam sido apenas preparação. Os apóstolos não deviam ser guiados por Moisés nem por Elias, mas por *Ele*, seu Senhor, Jesus, o Cristo.

Os três apóstolos escolhidos, “o Homem de Pedra e os Filhos do Trovão”, haviam visto o Senhor em glória; e maravilharam-se de que tal acontecesse naquela ocasião, uma vez que, como interpretavam as escrituras, fora predito que Elias precederia o advento triunfal do Messias. Descendo a montanha, perguntaram ao Mestre:¹³ “Por que dizem os escribas que é mister que Elias venha primeiro?” Jesus confirmou a predição de que Elias deveria vir primeiro, isto é, antes da vinda do Senhor em glória, cujo evento tinham em mente, E acrescentou:

“Mas diga-vos que Elias já veio, e não o reconheceram, mas fizeram-lhe tudo o que quiseram. Assim farão eles ao Filho do Homem. Então entenderam os discípulos que lhes falara de João Batista.” Que João Batista oficiaria “no espírito e poder de Elias”, como o precursor do Cristo, havia sido anunciado a Zacarias pelo anjo Gabriel,¹⁴ antes do nascimento de João. E que João era especificamente aquele Elias, fora mostrado por Jesus em Seu memorável tributo à fidelidade e grandeza do Batista. Que suas palavras não seriam aceitas em geral com compreensão é evidenciado pelo contexto; Jesus, naquela época, dissera: “E, se quereis dar crédito, é este o Elias que havia de vir.”¹⁵

Não é possível que Jesus quisesse dizer que João era a mesma pessoa que Elias, o profeta; nem poderia o povo assim interpretar Suas palavras, uma vez que a falsa doutrina da transmigração ou reencarnação de espíritos era repudiada pelos judeus.¹⁶ A dificuldade apa-, rente é removida, quando consideramos que, como aparece no Novo Testamento, o nome “Elias” é usado em lugar de “Elias, o profeta”,¹⁷ sem tentar-se fazer distinção entre Elias, o tisbita (Elias, o profeta), e qualquer outra pessoa conhecida como Elias. A declaração de Gabriel de que João, ainda não nascido, manifestaria “o espírito e poder de Elias”, indica que “Elias” é um título ou cargo; todo

restaurador, precursor, ou enviado de Deus para preparar o caminho para maiores desenvolvimentos do plano do evangelho, é um Elias. O apelativo “Elias” é, na verdade, tanto um nome pessoal quanto um título.

Na presente dispensação, não só o venerável Elias, que pertenceu à dispensação abraâmica e no espírito de cujo cargo muitos oficiaram em diferentes épocas, mas também o profeta Elias, apareceram em pessoa e conferiram sua autoridade particular e distinta aos portadores do Santo Sacerdócio dos últimos dias; e as chaves dos poderes exercidos por eles, enquanto na Terra, são hoje inerentes à Igreja de Jesus Cristo restaurada. A autoridade de Elias é inferior à de Elias, o profeta, a primeira sendo uma função do Sacerdócio da ordem Menor, ou Aarônico, enquanto a última pertence ao Sacerdócio Maior, ou de Melquisedeque. A predição de Malaquias, de que antes do “dia grande e terrível do Senhor” Elias, o profeta, seria enviado à Terra para “converter o coração dos pais aos filhos, e o coração dos filhos a seus pais”¹⁸, não foi cumprida com a missão de João Batista nem de qualquer outro “Elias”;¹⁹ sua realização completa iniciou-se no terceiro dia de abril de 1836, quando Elias, o profeta, apareceu no templo de Kirtland, em Ohio, e conferiu a Joseph Smith e a Oliver Cowdery as chaves da autoridade de que até então fora investido. “O grande e terrível dia do Senhor” não era o meridiano dos tempos; aquele terrível, embora abençoado período de consumação, é ainda futuro, mas “está perto, mesmo às portas”.²⁰

NOTAS DO CAPÍTULO 23

1. Intervalo de Tempo Entre a Confissão de Pedro e a Transfiguração. — Tanto Mateus (17:1) quanto Marcos (9:2) afirmam que a Transfiguração ocorreu “seis dias depois” da grande confissão de Pedro de que Jesus era o Cristo, ao passo que Lucas (9:28) menciona um intervalo de “cerca de oito dias”. É provável que o período de seis dias inclua somente o tempo decorrido entre o dia da confissão e o dia em que Jesus e os três apóstolos se retiraram para a montanha, e que os “oito dias” de Lucas incluam os dois dias em que esses eventos se passaram. Não há aqui terreno para uma alegação de discrepância.

2. Pedro, Tiago e João, que foram selecionados dentre os Doze como as únicas testemunhas terrenas da transfiguração de Cristo, haviam igualmente sido escolhidos como testemunhas de outra manifestação especial, ou seja, o reavivamento da filha de Jairo (Marcos 5:37 Lucas 8:51); e mais tarde, os mesmos três foram as únicas testemunhas da noite de agonia que nosso Senhor passou em Getsêmani (Mateus 26:37; Marcos 14:33).

3. Local da Transfiguração. — Não é mencionado o nome do monte em que ocorreu a transfiguração, nem existe qualquer referência dos Evangelistas que possibilite um reconhecimento positivo. O Monte Tabor, na Galiléia, foi considerado, por muito tempo, como o local, e no século VI foram erigidas três igrejas no seu cume, que é à semelhança de um planalto, talvez em homenagem ao desejo demonstrado por

Pedro de construir três tabernáculos ou abrigos, para Jesus, Moisés e Elias, o profeta, respectivamente. Mais tarde, construíram ali um monastério. Entretanto, o Monte Tabor não é mais aceito pelos estudiosos, e o Monte Hermom é, de forma geral, considerado como o local da Transfiguração. O Hermom fica próximo às fronteiras do norte da Palestina, logo além de Cesaréia de Filipo onde se sabe que Jesus esteve uma semana antes da Transfiguração. Marcos (9:30) nos diz, distintamente que após a descida do monte, Jesus e os apóstolos partiram e atravessaram a Galiléia. O peso da evidência favorece o Hermom como sendo o Monte da Transfiguração, embora nada que possa ser considerado decisivo seja conhecido sobre o assunto.

4. Os Nomes “Elias” e “Elias, o profeta”. —A seguinte afirmação que aparece no *Bible Dictionary*, de Smith, tem o apoio das autoridades em geral: “Elias” é “a forma grega e latina de ‘Elias’, o profeta, apresentada na Versão Autorizada dos Apócrifos e do Novo Testamento”.

5. “O Espírito e Poder de Elias.” — Que João Batista, em sua capacidade de restaurador, de precursor, ou de pessoa enviada para preparar o caminho para uma obra maior do que a sua própria, oficiou como um “Elias”, é testificado tanto pelas escrituras antigas quanto pelas modernas. Por meio dele o batismo da água para remissão dos pecados foi pregado e administrado, e o batismo maior, do Espírito, tornou-se possível. Fiel ao seu chamado, ele retornou na última dispensação e, pela ordenação, restaurou o Sacerdócio Aarônico, que possui autoridade para batizar. Assim preparou o caminho para o trabalho vicário do batismo pelos mortos, sendo que a autoridade para o mesmo foi restaurada por Elias, o profeta (v. pág. 145 deste livro), e que é, preeminentemente, a obra pela qual os filhos e os pais serão unidos por vínculo eterno.

Em 10 de março de 1844, o profeta Joseph Smith deu a seguinte explanação sobre o poder de Elias em comparação com uma autoridade maior: “O espírito de Elias vem primeiro, Elias, o profeta, depois, e o Messias por último. Elias é um precursor que prepara o caminho, e o espírito e poder de Elias, o profeta, vem depois, com as chaves do poder, construindo o templo até a última pedra, colocando os selos do Sacerdócio de Melquisedeque sobre a casa de Israel e aprontando todas as coisas; o Messias, então, vem para o Seu templo, o que será a última etapa.

“O Messias está acima do espírito e poder de Elias, o profeta, pois Ele fez o mundo, e foi a rocha espiritual de Moisés no deserto. Elias, o profeta, deveria vir e preparar o caminho e edificar o reino antes que chegasse o grande dia do Senhor, embora o espírito de Elias pudesse iniciar o trabalho.” — *History of the Church*, na data citada.

6. Menção à “Morte” Iminente do Senhor. — Dos três sinoptistas, apenas Lucas menciona brevemente o assunto sobre o qual Moisés e Elias, o profeta, conversaram com o Senhor na Transfiguração. O registro afirma que os visitantes, que apareceram em glória, “falavam da sua morte, a qual havia de cumprir-se em Jerusalém” (Lucas 9:31). É significativo que a *morte*, que o Senhor deveria *cumprir*, e não a *morte* que

Ele deveria *sofrer ou morrer*, tenha sido o assunto da nobre comunhão. A palavra grega, da qual a palavra “morte” aparece como o equivalente português em muitos dos manuscritos dos evangelhos, indica “êxodo” e a palavra que aparece em outras versões antigas significa “glória”. Assim, também o original grego “cumprir”, no relato da transfiguração, conota o cumprimento ou término bem-sucedido de uma tarefa específica, e não distintamente o ato de morrer. Tanto a letra do registro como o espírito no qual o evangelista o escreveu, indicam que Moisés e Elias, o profeta, conversaram com seu Senhor sobre o glorioso término de Sua missão na mortalidade — uma consumação reconhecida pela lei (personificada em Moisés) e pelos profetas (representados por Elias, o profeta), — e um evento de suprema importância, que determinava o cumprimento tanto da lei quanto dos profetas, e a gloriosa inauguração de uma ordem nova e mais alta, como parte do plano divino. A *morte* que o Salvador deveria tão cedo *cumprir* era a rendição voluntária de Sua vida em cumprimento de um propósito ao mesmo tempo exaltado e preordenado, e não uma *morte* que Ele, passivamente, *sofreria* através de condições além do Seu controle (v. págs. 403 e 639).

CAPÍTULO 24

DA LUZ DO SOL PARA AS SOMBRAS

A descida do Senhor das alturas sagradas¹ do Monte da Transfiguração foi mais do que uma volta física de altitudes maiores para altitudes menores; foi uma passagem da luz do sol para as sombras, da glória refulgente do céu para o nevoeiro das paixões mundanas e da descrença humana; foi o início de Sua rápida descida para o vale da humilhação. De uma conversa sublime com ministros divinamente comissionados, da suprema comunhão com Seu Pai e Deus, Jesus desceu para uma cena de desalentadora confusão e espetáculo de domínio satânico, diante do qual até os Seus apóstolos permaneceram em impotente desespero. À Sua alma sensível e sem pecado, o contraste deve ter causado uma angústia sobre-humana. Até para nós que lemos o breve relato, é aterrorador.

A Cura de um Jovem Endemoninhado

Jesus e os três apóstolos retornaram do monte na manhã seguinte à Transfiguração.² Esse fato faz supor que a gloriosa manifestação ocorreu durante a noite. Perto ou junto ao pé da montanha, o grupo encontrou os outros apóstolos, e com eles uma multidão que incluía alguns escribas ou rabis.³ Havia indícios de disputas e distúrbios entre o povo; e, evidentemente, os apóstolos estavam na defensiva. À aproximação inesperada de Jesus, muitos correram para encontrá-Lo, saudando-O respeitosamente. A respeito dos contenciosos escribas, Ele perguntou: “Que é que discutíeis com eles?”, assumindo, assim, o fardo da disputa, fosse ele qual fosse, e livrando os angustiados discípulos de continuarem a participar ativamente da discussão. Os escribas permaneceram silenciosos; sua coragem esvanecera-se com a aproximação do Mestre. Um homem, “dentre a multidão”, deu indiretamente a resposta: “Mestre”, disse ele, ajoelhando-se aos pés de Cristo “trouxe-te o meu filho, que tem um espírito mudo; e este, onde quer que o apanha, despedaça-o e ele espuma, e range os dentes e vai definhando, e eu disse aos teus discípulos que o expulsassem, e não puderam.”

O fracasso dos discípulos em curar o jovem enfermo havia evidentemente provocado críticas hostis, escárnio e ridículo por parte dos incrédulos escribas; e sua frustração deve ter sido intensificada pelo pensamento de que, por meio deles, dúvidas haviam sido lançadas sobre a autoridade e poder de seu Senhor. Com o espírito contristado por isso — outro exemplo de carência de fé e conseqüente falta de poder entre Seus servos escolhidos e ordenados — Jesus pronunciou uma exclamação de intensa mágoa: “Ó geração incrédula! até quando estarei convosco?” Estas palavras, nas quais existe reprovação evidente, conquanto branda e compassiva, foram dirigidas especialmente aos apóstolos; se exclusivamente a eles, ou a eles e aos outros, é fato de menor importância. Segundo a ordem de Jesus, o enfermo foi trazido para mais perto;

e o demônio atormentador, encontrando-se em presença do Mestre, lançou sua jovem vítima em terrível paroxismo, de forma que o rapaz caiu ao solo em fortes convulsões, pondo espuma pela boca. Com calma deliberação, em contraste com a ansiosa impaciência do perturbado pai, Jesus perguntou quando a doença havia atacado o rapaz. “Desde a infância”, respondeu o pai, acrescentando: “e muitas vezes o tem lançado no fogo, e na água, para o destruir”. Com ansiedade patética, ele implorou: “se tu podes fazer alguma coisa, tem compaixão de nós, e ajuda-nos.” O homem falou sobre a doença de seu filho como se fosse compartilhada por si mesmo. “Ajuda-nos”, foi sua súplica.

A esta expressão qualificativa “Se tu podes alguma coisa”, que sugeria alguma incerteza quanto à habilidade do Mestre em conceder o que ele pedira, sendo que talvez fosse, em parte, o resultado do fracasso dos apóstolos, Jesus replicou: “Tudo é possível ao que crê.” A compreensão do homem iluminou-se; até aquele momento ele pensara que tudo dependia de Jesus — agora via que o resultado dependia em grande parte de si mesmo. É digno de nota o fato de que o Senhor especificou a crença, e não a fé, como a condição essencial ao caso. O homem estava evidentemente confiante, fervorosamente esperançoso de que Jesus podia ajudar; mas é duvidoso que ele soubesse o que a fé realmente significava. Entretanto, ele era receptivo e estava ansioso por aprender, e o Senhor fortaleceu sua frágil e incerta crença. A encorajadora explicação da necessidade real levou-o a uma confiança maior. Chorando, em uma agonia de esperança, ele clamou: “Eu creio, Senhor”; e então, compreendendo as trevas do erro das quais apenas começava a emergir, acrescentou penitentemente. “Ajuda a minha incredulidade.”⁴

Olhando compassivamente para o sofredor que se contorcia aos Seus pés, Jesus repreendeu o demônio, da seguinte forma: “Espírito mudo e surdo, eu te ordeno: Sai dele; e não entres mais nele. E ele, clamando, e agitando-o com violência, saiu; e ficou o menino como morto, de tal maneira que muitos diziam que estava morto. Mas Jesus tomando-o pela mão, o ergueu, e ele se levantou”; e como acrescenta Lucas: “e o entregou a seu pai”. O caráter permanente da cura foi assegurado pela ordem expressa de que o espírito maligno não mais entrasse no rapaz;⁵ não era apenas um alívio momentâneo, alívio daquele ataque; a cura era permanente.

O povo maravilhou-se diante do poder de Deus manifestado no milagre; e os apóstolos, que haviam experimentado e falhado na tentativa de subjugar o mau espírito, perturbaram-se. Durante sua missão, embora privados do grande auxílio da presença de seu Mestre, haviam com sucesso repreendido e expulsado demônios, segundo o poder especial e o comissionamento que tinham recebido para fazê-lo.⁶ Mas agora que o Senhor se ausentara apenas por um dia, não mais o conseguiam. Quando foram para casa, perguntaram a Jesus: “Por que não pudemos nós expulsá-lo?” A resposta foi: “Por causa da pequenez da vossa fé”; e estendendo sua explicação, o Senhor disse: “Esta casta não pode sair senão por meio de oração e jejum”.⁷

Por este exemplo, vemos que as realizações possíveis à fé são limitadas ou condicionadas pela autenticidade, pela pureza, pela qualidade límpida dessa fé. “Homens de pequena fé”; “Onde está a vossa fé?” e “Por que arrazoais entre vos?”⁸ são fórmulas de reprovação admonitória dirigidas repetidamente aos apóstolos do Senhor. As possibilidades da fé foram explicadas mais detalhadamente: “Porque em verdade vos digo que, se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a este monte: Passa daqui para acolá, e há de passar; e nada vos será impossível.”⁹ A comparação entre uma fé eficaz e um grão de semente de mostarda é mais qualitativa do que quantitativa; indica uma fé viva, viril como aquela semente, que, embora pequena, pode produzir uma grande planta,¹⁰ em contraste com uma imitação sem vida, artificial, não importa quão conspícua ou evidente.

Novamente Preditas a Morte e a Ressurreição do Senhor¹¹

Do local onde se realizou o último milagre, Jesus partiu com os Doze e atravessou a Galiléia em direção a Capernaum. É provável que tenham viajado pelas estradas menos freqüentadas, pois Ele desejava que Seu retorno não fosse conhecido publicamente. Estivera em relativo retiro durante algum tempo, aparentemente com o fim principal de instruir os apóstolos sobre a preparação do trabalho, que deveriam, dentro de poucos meses, desenvolver sem a Sua companhia física. Os Doze haviam testificado solenemente que sabiam ser Ele o Cristo; a eles, portanto, podia comunicar muito daquilo que o povo em geral estava totalmente despreparado para receber. O tema específico de Suas instruções especiais e avançadas aos Doze era a Sua morte e ressurreição iminentes. E isso foi explicado várias vezes, pois era-lhes difícil compreender, ou relutavam em fazê-lo.

“Ponde vós estas palavras em vossos ouvidos” foi o Seu prelúdio vigoroso nesta ocasião, na Galiléia. Seguiu-se, então, a repetida predição, pronunciada em parte no tempo presente, como se já estivesse sendo iniciado o seu cumprimento: “O Filho do Homem será entregue nas mãos dos homens; e matá-lo-ão, e ao terceiro dia ressuscitará.” Lemos, com alguma surpresa, que os apóstolos ainda assim não compreenderam. Comenta Lucas: “Eles não entendiam esta palavra, que lhes era encoberta, para que não a compreendessem; e temiam interrogá-Lo acerca dessa palavra.” A idéia do que podiam significar as palavras do Senhor, mesmo no seu mais tênue esboço, aterrorizava aqueles homens dedicados. E a sua incompreensão era motivada em parte pelo fato de que a mente humana reluta em investigar profundamente qualquer coisa em que não deseje acreditar.

O Dinheiro do Tributo — Suprido por um Milagre¹²

Jesus e Seus seguidores encontravam-se novamente em Capernaum. Lá, Pedro foi procurado por um arrecadador de impostos do templo, que perguntou: “O vosso Mestre não paga as dracmas?”¹³ Pedro respondeu: “Sim.” É interessante notar que a pergunta

foi dirigida a Pedro, e não diretamente a Jesus; esta circunstância pode ser indicativa do respeito em que Jesus era tido pelo povo em geral, e pode sugerir a possibilidade de dúvida na mente do arrecadador quanto a Jesus estar sujeito ao imposto, uma vez que os sacerdotes e rabis geralmente requeriam isenção.

O imposto anual de capitação aqui mencionado era de meio siclo ou uma didracma, o que correspondia a cerca de trinta centavos de dólar. E esta quantia era requerida de todos os homens adultos de Israel, desde os dias do Êxodo, embora durante o tempo do cativo este requisito tenha sido modificado.¹⁴ Este tributo, prescrito por intermédio de Moisés, era conhecido originariamente como “dinheiro da expiação”, e seu pagamento era como um sacrifício que devia acompanhar as súplicas pelo resgate dos efeitos do pecado individual. Na época de Cristo, a contribuição anual era geralmente recolhida entre o início de março e a páscoa. Se Jesus era sujeito a este imposto, já estava atrasado diversas semanas.

O diálogo entre Pedro e o arrecadador de impostos se passara fora da casa. Quando Pedro entrou, e estava para informar o Mestre sobre a entrevista, Jesus se lhe antecipou, dizendo: “Que te parece, Simão? De quem cobram os reis da terra os tributos, ou o censo? Dos seus filhos, ou dos alheios? Disse-lhe Pedro: Dos alheios. Disse-lhe Jesus: Logo, estão livres os filhos.”

Pedro deve ter percebido a inconsistência do fato de se esperar que Jesus, o reconhecido Messias, pagasse dinheiro da expiação ou imposto para a manutenção do templo, uma vez que o mesmo era a Casa de Deus, e Jesus o Filho de Deus, e particularmente porque mesmo os príncipes terrenos eram isentos das taxas de capitação. O embaraço de Pedro por sua impensada ousadia, comprometendo seu Mestre sem primeiro consultá-lo foi, entretanto, atenuado por Jesus, que disse: “Mas, para que os não escandalizemos, vai ao mar, lança o anzol, tira o primeiro peixe que subir, e, abrindo-lhe a boca, encontrarás um estáter; toma-o, e dá-o por mim e por ti.”

O dinheiro devia ser pago, não porque pudesse ser legitimamente exigido de Jesus, mas para que a isenção não escandalizasse os adversários, fornecendo-lhes motivos adicionais de queixas. A moeda, que Jesus disse que Pedro encontraria na boca do primeiro peixe que mordesse a isca, é mais corretamente designada, pela tradução literal, de “estáter”,¹⁵ palavra que indica moeda de prata equivalente a um siclo ou duas dracmas, exatamente a quantia correspondente ao imposto de duas pessoas. “Toma-o, e dá-o por mim e por ti”, disse Jesus. Note-se que Ele não disse “por nós”. Em Sua associação com os homens, mesmo com os Doze, que de todos Lhe eram mais próximos e mais queridos, nosso Senhor sempre manteve Sua condição única e separada, em todas as ocasiões, tornando claro o fato de que era essencialmente diverso de outros homens. Isto é ilustrado com suas expressões “Meu Pai e vosso Pai”. “Meu Deus e vosso Deus”,¹⁶ em vez de nosso Pai e nosso Deus. Reverentemente Ele reconhecia ser o Filho de Deus em um sentido literal, que não se aplicava a nenhum outro ser.

Embora as circunstâncias em que foi encontrado o estáter não sejam detalhadas, e a realização propriamente dita do milagre não seja registrada, não podemos duvidar que a promessa de Jesus tenha sido cumprida, pois, nesse caso, não haveria razão para introduzir o incidente no relato evangélico. O milagre não tem paralelo nem mesmo um exemplo remotamente análogo. Não devemos presumir que o estáter era algo além de uma moeda comum que havia caído na água, nem que fora colocada no peixe por algum processo extraordinário. Não obstante, o conhecimento de que havia no lago um peixe com uma moeda na goela, que a moeda era do tipo especificado, e que aquele determinado peixe iria subir à superfície, ser o primeiro a morder a isca de Pedro, é tão incompreensível para a mente finita do homem, quanto o são os meios pelos quais Cristo realizou qualquer de Seus milagres. O Senhor Jesus tinha e tem domínio sobre toda a Terra, mar e tudo que neles há, pois pela Sua palavra e poder foram eles criados.

O propósito do Senhor em suprir o dinheiro de forma tão milagrosa deve ser considerado cuidadosamente. A suposição de que foi preciso invocar poder sobre-humano, em consequência de uma suposta condição de pobreza extrema por parte de Jesus e Pedro, não tem fundamento. Mesmo que Jesus e Seus companheiros não tivessem dinheiro algum, Pedro e os outros poderiam facilmente lançar suas redes, e, com um resultado normal, obter peixe suficiente para vender pela quantia necessitada. Ademais, não encontramos qualquer exemplo de milagre operado pelo Salvador com o fim de obter lucro pessoal ou atenuar Suas próprias necessidades, por mais urgentes que fossem. Parece provável que, pelos meios empregados para a obtenção do dinheiro, Jesus intencionalmente realçou as razões excepcionais que tinha para cumprir o compromisso assumido por Pedro, de que Ele pagaria o imposto. Os judeus, que não reconheciam Jesus como o Messias, mas apenas como Mestre de capacidade superior e Homem de poder incomum, poderiam escandalizar-se, caso Ele Se recusasse a pagar o tributo requerido de cada judeu. Por outro lado, para os apóstolos, e especialmente para Pedro que havia sido o porta-voz de todos na grande confissão, o pagamento do imposto na maneira comum e sem explicação, efetuado por Jesus, poderia ter parecido uma admissão de que Ele estava sujeito ao templo, e, portanto, de que era menos do que proclamara, e menos do que eles haviam confessado que era. A instrução a Pedro demonstrara de maneira categórica que Ele mantinha Seu direito como Filho do Rei, mas que condescenderia em dar voluntariamente o que não podia ser legitimamente exigido. E então, numa demonstração conclusiva de Sua condição exaltada, proveu o dinheiro utilizando conhecimento que nenhum outro homem possuía.

Como uma Criancinha¹⁷

A caminho de Capernaum, os apóstolos haviam trocado idéias entre si, supondo não estarem sendo ouvidos pelo Mestre. A conversa levava-os a uma discussão, e a discussão a uma disputa. O assunto que tanto os preocupava, era: qual dentre eles seria o maior no reino dos céus. O testemunho que haviam recebido convencera-os, além de qualquer dúvida, de que Jesus era o tão esperado Cristo, e isso fora suplementado e

confirmado por Sua admissão irrestrita de Sua posição messiânica. Com a mente ainda influenciada pela espera de um Messias que havia de ser Senhor espiritual e Rei temporal, e lembrando-se de algumas referências do Mestre ao Seu reino e ao estado abençoado daqueles que a Ele pertencessem, e, além disso, compreendendo que Suas recentes declarações indicavam a aproximação de uma crise ou de um clímax em Seu ministério, abandonaram-se à egoística contemplação de seus postos no novo reino, e dos cargos de confiança, honra e recompensa que cada um mais desejava. Qual deles seria o primeiro-ministro? Quem seria chanceler, quem seria o comandante das tropas? A ambição pessoal já havia gerado ciúme em seu coração.

Quando estavam reunidos com Jesus na casa de Capernaum, o assunto foi abordado novamente. Marcos escreve que Jesus perguntou: “Que estáveis vós discutindo pelo caminho?” e que eles não responderam, porque, como podemos deduzir, se sentiam envergonhados. Pelo registro de Mateus, vemos que os apóstolos submeteram a pergunta à decisão do Mestre. A diferença aparente das circunstâncias não é importante. Ambos os relatos são corretos; a pergunta de Cristo pode ter, eventualmente, provocado a pergunta dos apóstolos a Ele. Jesus, compreendendo seus pensamentos e conhecendo seu confuso ponto de vista sobre o assunto que os preocupava, deu-lhes uma lição ilustrada. Chamando uma criancinha, que amorosamente tomou nos braços, disse: “Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos fizerdes como meninos, de modo algum entrareis no reino dos céus. Portanto, aquele que se tornar humilde como este menino, esse é o maior no reino dos céus. E qualquer que receber em meu nome um menino, tal como este, a mim me recebe. Mas qualquer que escandalizar um destes pequeninos, que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma mó de azenha, e se submergisse na profundidade do mar.” A esta lição, podemos lucrativamente associar um ensinamento posterior — que as criancinhas se constituem padrão do reino dos céus.¹⁸

Até mesmo os apóstolos necessitavam ser convertidos;¹⁹ seu coração, pelo menos em parte, estava desviado de Deus e de Seu reino, com respeito ao assunto em questão. Precisavam aprender que a humildade genuína é um atributo essencial à cidadania na comunidade dos abençoados; e que o grau de humildade determina o que possa existir no reino, semelhante a graduações, pois lá, o mais humilde será o maior.

Cristo não desejava que Seus representantes escolhidos se tornassem infantis; muito pelo contrário, tinham que ser homens de coragem, força e poder; mas desejava que se fizessem como crianças. A distinção é importante. Aqueles que pertencem a Cristo devem ser como criancinhas em obediência, sinceridade, confiança, pureza, humildade e fé. A criança é um crente ingênuo, espontâneo e confiante. Por outro lado, o indivíduo infantil é descuidado, tolo e negligente. Note-se o conselho de Paulo, contrastando essas características: “Irmãos, não sejais meninos no entendimento, mas sede meninos na malícia e adultos no entendimento.”²⁰ As crianças, como tais, e as crianças como símbolo de adultos que são verdadeiros crentes, estão intimamente associadas nesta lição. Quem quer que fira, isto é, faça tropeçar ou desviar-se uma

dessas crianças de Cristo, incorre em culpa tão grave, que seria melhor morrer, mesmo que violentamente, antes de assim pecar.

Estendendo-se sobre ofensas, ou causas de tropeço, o Senhor continuou: “Ai do mundo, por causa dos escândalos; porque é inevitável que venham escândalos, mas ai do homem pelo qual vem o escândalo.” Depois, repetindo algumas das preciosas verdades contidas no seu memorável Sermão da Montanha,²¹ insistiu em que se vencessem as tendências iníquas, a custo de qualquer sacrifício. Pois é melhor que um homem sofra uma intervenção cirúrgica, mesmo que perca a mão, um pé, ou um olho, do que o seu corpo todo ser envolvido e sua vida perdida; é importante, portanto, cortar, arrancar, ou extirpar de sua alma as paixões malignas, que, permanecendo, certamente conduziriam o homem à condenação. Nesse estado, sua consciência seria atormentada como verme imperecível, e seu remorso como fogo que não pode ser extinto. Toda alma humana será testada como que pelo fogo; e, como a carne dos sacrifícios no altar tinha que ser temperada com sal, como preservador da corrupção,²² assim também a alma deve receber o sal do evangelho, que a salvará. E esse sal deve ser puro e poderoso, não uma mistura suja de preconceitos herdados e tradição não autorizada que já perdeu qualquer poder de salgar que possa ter um dia possuído. “Tende sal em vós mesmos, e paz uns com os outros”, foi a admoestação do Senhor aos Doze.²³

O Senhor deu aos apóstolos este aviso solene e profunda declaração de fato: “Vede, não desprezeis a qualquer destes pequeninos; porque eu vos afirmo que os seus anjos nos céus vêm incessantemente a face de meu Pai celeste.” A missão do Cristo foi apresentada como sendo a de salvar aqueles que estão temporariamente perdidos, e que, a não ser pelo Seu auxílio, estariam perdidos para sempre. Elucidando o significado de Suas palavras, o Mestre apresentou uma parábola que conquistou lugar entre os tesouros da literatura mundial.

A Parábola da Ovelha Perdida²⁴

“Que vos parece? Se algum homem tiver cem ovelhas, e uma delas se desgarrar, não irá pelos montes, deixando as noventa e nove, em busca da que se desgarrou? E, se porventura achá-la, em verdade vos digo que maior prazer tem por aquela do que pelas noventa e nove que se não desgarraram. Assim, também, não é vontade de vosso Pai, que está nos céus, que um destes pequeninos se perca.”

Destaca-se nesta efetiva analogia o propósito de salvação de Cristo. Ele é verdadeiramente o Salvador. O pastor é apresentado abandonando as noventa e nove, no pasto ou no curral — sem dúvida alguma em segurança — enquanto ele vai sozinho às montanhas para buscar aquela que se havia extraviado. Encontrar a ovelha perdida dá-lhe mais alegria do que saber que as outras estão seguras. Em uma versão posterior desta esplêndida parábola, dirigida aos fariseus e escribas em Jerusalém, o Mestre disse o seguinte sobre o pastor, ao encontrar a ovelha perdida:

“Achando-a, a põe sobre seus ombros, gostoso; e, chegando a casa, convoca os amigos e vizinhos, dizendo-lhes: Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida. Digo-vos que assim haverá alegria no céu por um pecador que se arrepende, mais do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento.”²⁵

Muitos são os que se maravilham por haver maior regozijo pela reconquista de uma ovelha extraviada, ou pela salvação de uma alma que estava praticamente perdida, do que pelas muitas que não haviam corrido tal perigo. As noventa e nove que estavam seguras no curral eram para o pastor motivo de alegria constante. Mas ele recebeu uma nova dose de felicidade, mais vivida e mais forte em consequência de sua dor recente, quando a ovelha perdida foi trazida de volta ao rebanho. Em um capítulo mais adiante, recorreremos a esta parábola, juntamente com outras de importância análoga.

“Em Meu Nome”²⁶

Continuando a lição ilustrada pela criancinha, Jesus disse: “Qualquer que receber este menino em meu nome recebe-me a mim; e qualquer que me receber a mim, recebe o que me enviou; porque aquele que entre vós todos for o menor, esse mesmo é grande.” Pode ter sido a referência de Cristo aos feitos realizados em Seu nome que levou João a apartear-Lo neste ponto: “Mestre, vimos um que em teu nome expulsava os demônios, e lho proibimos, porque não te segue conosco.” E Jesus lhes disse: “Não o proibais, porque quem não é contra nós é por nós.” O jovem apóstolo havia permitido que o seu zelo pelo nome do Senhor o levasse à intolerância. Não podemos duvidar de que no homem que tentava fazer o bem em nome de Jesus havia evidente sinceridade, e que seus esforços eram aceitáveis ao Mestre. Seu ato era essencialmente diferente das suposições iníquas pelas quais alguns outros foram posteriormente repreendidos.²⁷ Ele era, certamente, um crente em Cristo, e pode ter pertencido à classe da qual o Senhor logo selecionaria e comissionaria ministros especiais e os Setenta.²⁸ Com a divisão de opiniões existente entre o povo a respeito de Jesus, era justo dizer que todos aqueles que a Ele não se opunham, estavam, pelo menos tentando estar, do Seu lado. Em outras ocasiões Ele afirmou que aqueles que não estavam com Ele estavam contra Ele.²⁹

Meu Irmão e Eu³⁰

O método apropriado de ajustar as diferenças entre os irmãos e os princípios fundamentais da disciplina da Igreja foi assunto de instrução aos Doze. O primeiro passo está assim prescrito: “Se teu irmão pecar (contra ti), vai e repreende-o entre ti e ele só. Se ele te ouvir, ganhaste a teu irmão.” A regra dos rabis era que o ofensor devia dar o primeiro passo. Mas Jesus ensinou que o injuriado não devia esperar que seu irmão viesse até ele, mas devia tomar a iniciativa e acertar a dificuldade; assim fazendo, ele poderia ser o instrumento para salvar a alma de seu irmão. Se o ofensor se mostrasse obstinado, o irmão que sofrera a ofensa deveria tomar duas ou três pessoas com ele e

novamente tentar fazer com que o transgressor, arrependido, reconhecesse sua ofensa; tal procedimento provia testemunhas, cuja presença poderia, mais tarde, prevenir quaisquer interpretações errôneas.

Medidas extremas somente deveriam ser adotadas depois que todos os meios pacíficos tivessem falhado. Caso o homem persistisse, mostrando-se obstinado, dever-se-ia apresentar o caso à Igreja, e, na eventualidade de o ofensor negligenciar ou recusar cumprir a decisão da mesma, ele deveria ser privado de sua associação como membro, tornando-se assim, em sua relação com seus antigos companheiros, “gentio e publicano”. Em tal condição de não-membro, seria objeto adequado de esforços missionários; mas, até que se arrependesse e manifestasse desejo de fazer reparações, não poderia reivindicar quaisquer direitos ou privilégios de comunhão na Igreja. Uma associação contínua com o pecador não arrependido poderia causar o alastramento de sua indiferença, e a contaminação de outros através do seu pecado. A Justiça não deve ser destronada pela Misericórdia. A ordem de disciplina revelada à Igreja restaurada é semelhante àquela dada aos apóstolos de antigamente.³¹

A autoridade dos Doze para administrar os negócios relativos ao governo da Igreja foi atestada pela confirmação do Senhor aos mesmos, como grupo, da promessa antes dirigida a Pedro: “Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu.”³² Por meio de uma unidade de propósito e sinceridade irrestrita, teriam poder conjuntamente com Deus, como testifica a seguinte promessa do Mestre: “Também vos digo que, se dois de vós concordarem na terra acerca de qualquer coisa que pedirem, isso lhes será feito por meu Pai, que está nos céus. Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles.” Pedro interrompeu com uma pergunta: “Senhor, até quantas vezes pecará meu irmão contra mim, e eu lhe perdoarei? Até sete?” De bom grado ele aceitaria um limite definitivo, e provavelmente considerou sua sugestão de sete vezes como uma medida muito liberal, uma vez que os rabis prescreviam apenas um perdão triplo.³³ Provavelmente, escolheu sete como o próximo número acima de três que possuía um significado farisaico especial. A resposta do Salvador foi elucidativa: “Não te digo que até sete, mas, até setenta vezes sete.” Esta resposta deve ter tido para Pedro o mesmo significado que teve para nós — para o perdão, não se pode estabelecer limites; o perdão, entretanto, deve ser merecido pelo que o receber.³⁴ A instrução tornou-se memorável através da seguinte história:

Parábola do Credor Incompassivo

“Por isso o reino dos céus pode comparar-se a um certo rei que quis fazer contas com os seus servos; e, começando a fazer contas, foi-lhe apresentado um que lhe devia dez mil talentos; e, não tendo ele com que pagar, o seu senhor mandou que ele, e sua mulher e seus filhos fossem vendidos, com tudo quanto tinha, para que a dívida se lhe pagasse. Então aquele servo, prostrando-se, o reverenciava, dizendo: Senhor, sê generoso para comigo, e tudo te pagarei. Então o senhor daquele servo, movido de

íntima compaixão, soltou-o e perdoou-lhe a dívida. Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos, que lhe devia cem dinheiros, e, lançando mão dele, sufocava-o, dizendo: Paga-me o que me deves. Então o seu companheiro, prostrando-se a seus pés, rogava-lhe, dizendo: Sê generoso para comigo, e tudo te pagarei. Ele, porém, não quis, antes foi encerrá-lo na prisão, até que pagasse a dívida. Vendo, pois, os seus conservos o que acontecia, contristaram-se muito, e foram declarar ao seu senhor tudo o que se passara. Então o seu senhor, chamando-o à sua presença, disse-lhe: Servo malvado, perdoei-te toda aquela dívida porque me suplicaste. Não devias tu, igualmente, ter compaixão do teu companheiro, como eu também tive misericórdia de ti? E, indignado, o seu senhor o entregou aos atormentadores, até que pagasse tudo o que devia. Assim vos fará, também, meu Pai celestial, se do coração não perdoardes, cada um a seu irmão, as suas ofensas”.³⁵

Dez mil talentos representam uma soma tão elevada, que colocam o devedor além de qualquer possibilidade de pagamento. Podemos considerar o homem como um oficial graduado, um dos ministros do rei, que havia sido encarregado da guarda das rendas reais, ou um dos principais tesoureiros dos impostos; ser ele chamado de servo não é uma inconsistência, pois em uma monarquia absoluta, todos, exceto o soberano, são súditos e servos. A venda dos filhos e da esposa do devedor e de tudo o que ele tinha não seria uma violação da lei no caso suposto, que implica no reconhecimento legal da escravidão.³⁶ O homem estava atrasado em seus débitos. Não compareceu diante do seu senhor voluntariamente, mas teve que ser levado até ele. Da mesma forma, em nossa vida individual, são inevitáveis os ajustes de contas periódicos; e enquanto alguns devedores comparecem por iniciativa própria, outros têm que ser intimados. Os mensageiros que entregam a citação podem ser adversidade, doenças, a aproximação da morte; mas sejam o que forem, ou quem forem, eles nos obrigam a um pagamento de nossas contas.

O contraste entre dez mil talentos e cem dinheiros é enorme.³⁷ Ouvindo a súplica de seu conservo que lhe pedia tempo para pagar os cem dinheiros, o devedor maior deveria ter-se lembrado do terrível apuro do qual se livrara momentos antes. As palavras “Sê generoso para comigo e te pagarei” foram idênticas às palavras de sua própria súplica ao rei. A ingratidão egoísta do servo incompassivo justificou o ato do rei, revogando o perdão antes concedido. O homem foi condenado, não especialmente por desfalque e dívida, mas por falta de compaixão após ter recebido misericórdia tão abundante. Ele, como querelante injusto, havia invocado a lei; como transgressor convicto, devia ser tratado segundo a lei. Misericórdia é para os misericordiosos. Como jóia celestial, deve ser recebida com gratidão e usada com santidade, e não ser atirada na lama do imerecimento. A justiça pode requerer retribuição e punição: “Porque com o juízo com que julgardes sereis julgados.”³⁸ As condições em que podemos implorar perdão confiantemente são as determinadas na oração típica prescrita pelo Senhor: “E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores.”³⁹

NOTAS DO CAPÍTULO 24

1. Fé em Favor de Outros. — A súplica do pai agoniado, em benefício do filho enfermo—”Tem compaixão de nós e ajuda-nos” (Marcos 9:22) — mostra que ele fez seu, o caso de seu filho. Lembramo-nos aqui da mulher cananita, que implorou a Jesus que tivesse misericórdia dela, embora fosse sua filha que estivesse doente (Mateus 15:22; Pág. 343 deste livro); Nesses casos, a fé foi exercida por outros, em favor dos sofredores; o mesmo aconteceu com o centurião que suplicou por seu servo, e cuja fé foi especialmente elogiada por Jesus (Mateus 8:5-10: pág. 243 deste livro); e com Jairo, cuja filha estava morta (Lucas 8:41, 42, 49, 50; pág. 306 deste livro), e com muitos outros que levaram seus parentes e amigos debilitados a Jesus, e suplicaram por eles. Como demonstrado até aqui, fé para ser curado é um dom de Deus, tanto quanto o é a fé para curar (pág. 308); e, como provam os exemplos citados, a fé pode ser exercida com resultado, a favor de outros.

A respeito da ordenança de administração aos enfermos, pela unção de óleo e pela imposição das mãos, como autorizadamente estabelecido na Igreja de Jesus Cristo restaurada, os élderes que oficiam devem incentivar a fé em todos os crentes presentes, para que ela seja exercida em benefício do sofredor. No caso de crianças e de pessoas que estejam inconscientes, é obviamente inútil esperar manifestação ativa de fé por parte delas, e o apoio da fé possuída pelos parentes e amigos é tanto mais necessário.

2. Poder Desenvolvido por meio de Oração e Jejum. — A afirmação do Salvador a respeito dos maus espíritos que os apóstolos foram incapazes de subjugar — “Esta casta não pode sair senão por meio de oração e jejum” — indica uma gradação na malignidade e poderes iníquos dos demônios, e gradação também nos resultados dos graus variados de fé. Os apóstolos que falharam na ocasião referida, tinham sido capazes de expulsar demônios antes. O jejum, quando praticado com prudência, e a oração genuína conduzem ao desenvolvimento da fé e do decorrente poder para o bem. Esse princípio pode ser aplicado individualmente, com proveito. Possui o leitor alguma fraqueza habitual, alguma indulgência pecaminosa que tentou em vão sobrepujar? Como o demônio maligno que Cristo expulsou do rapaz, vosso pecado poderá ser da espécie que só se afasta por meio de oração e jejum.

3. Para a Fé, Nada É Impossível. — Muitas pessoas puseram em dúvida a verdade literal da declaração do Senhor de que, pela fé, montanhas podem ser removidas de seu lugar. É óbvio que precisaria haver um propósito em harmonia com a mente e plano divinos, para que a fé pudesse ser exercida com resultado em tal empreendimento. Tal milagre, ou quaisquer outros, não são possíveis apenas para satisfazer a curiosidade, ou um desejo de exibicionismo, ou com o fim de lucro pessoal ou satisfação egoísta. Cristo não realizou qualquer milagre movido por tais motivos. Recusou-se mesmo, terminantemente, a mostrar sinais àqueles que apenas os buscavam. Mas negar a possibilidade de se remover uma montanha através da fé, em condições que tornassem tal remoção aceitável a Deus, é negar a palavra de Deus, tanto

no que concerne a esta possibilidade específica, quanto no que se refere à afirmação generalizada “nada será impossível” àquele que tiver fé adequada ao fim desejado. É digno de nota, entretanto, o fato de que os judeus nos dias de Cristo, e desde aí, freqüentemente usam a expressão remover montanhas como figurativa de vencer dificuldades. De acordo com Lightfoot e outras autoridades, um homem capaz de resolver problemas complexos, ou possuidor de poder especial para argumentar ou de perspicácia em seus julgamentos, era chamado “desarraigador de montanhas”.

4. O Tributo do Templo. — Que o dinheiro do tributo mencionado no texto era uma contribuição dos judeus para o templo, e não um imposto fixado pelo governo romano, é evidente pela especificação da “dracma”, que na versão autorizada é traduzida por “tributo”. Essa moeda equivalia a meio siclo, calculado “segundo o siclo do santuário”, que era a quantia fixa a ser paga anualmente por todos os homens “de vinte anos para cima”, com uma cláusula — “o rico não dará mais de meio siclo, nem o pobre menos (Êxodo 30:13-15). — Um imposto cobrado pelas forças políticas não seria chamado de dracma. Além disso, fosse o arrecadador que se aproximou de Pedro um dos publicanos, ele provavelmente teria exigido o pagamento, em vez de inquirir se o Mestre devia ou não ser contado entre os contribuintes.

Entre as muitas humilhações por que passaram os judeus mais tarde, após a destruição do templo, encontra-se o pagamento compulsório do dinheiro do tributo do templo aos romanos, que o decretaram como renda do templo pagão de Júpiter Capitolino. Diz Josefo sobre o imperador Vespasiano (*Wars of the Jews*, vii, 6:6): Que ele também instituiu um tributo onde quer que eles se encontrassem, e ordenou que todos levassem duas dracmas por ano ao capitólio, da maneira que costumavam pagar o mesmo ao templo do Jerusalém.

5. Talentos e Dinheiro. — É evidente que especificando dez mil talentos como a quantia devida ao rei, e cem dinheiros como a devida pelo conservo, o Senhor pretendeu apresentar um caso de grande disparidade e evidente contraste. As quantias em questão têm pouco significado na história. Não nos é dito que tipo de talento estava envolvido. Havia talentos áticos, talentos de ouro e de prata de emissão hebraica; e todos diferiam entre si em valor. A explicação marginal de Oxford é: “Um talento equivale a 750 ondas de prata, que, a cinco xelins a onça, alcança 187 libras e dez xelins”. Em moeda americana, equivaleria a mais de nove milhões e um quarto de dólares, como a soma dos dez mil talentos. A mesma autoridade dá como valor do dinheiro (romano) o equivalente a quinze centavos de dólar, sendo então o segundo débito, cerca de quinze dólares. Poder-se-ia fazer comparação com talentos mencionados em outros lugares. Trench diz: “Quão grande era a soma podemos claramente verificar por nós mesmos, comparando-a a outras somas mencionadas nas escrituras. Na construção do tabernáculo, foram usados vinte e nove talentos de ouro (Êxodo 38:24); Davi preparou três mil talentos para o templo, e os príncipes cinco mil (I Crônicas 24:4-7); a rainha de Sabá presenteou Salomão com cento e vinte talentos (I Reis 10: 10); o rei da Assíria impôs a Ezequias trinta talentos de ouro (II Reis 18:14);

e na extrema pobreza que caiu sobre a Terra, no fim, a pena de um talento de ouro foi imposta após a morte de Josias, pelo rei do Egito (II Crônicas 36:3)”. Farrar calcula a quantia devida ao rei como 1.250.000 vezes maior do que a devida pelo conservo ao devedor maior.

6. Suposta Aprovação de Escravidão. — Alguns leitores supõem encontrar na Parábola do Credor Incompassivo uma aprovação subentendida à instituição da escravidão. O devedor maior que aparece na história, devia ser vendido, juntamente com sua esposa e filhos e tudo quanto possuía. Uma consideração racional do fato como um todo, apenas nos indica, por este incidente de o rei ter ordenado que o devedor e sua família fossem vendidos, que a compra e venda de servos ou escravos era um sistema legalmente reconhecido na época. O propósito da parábola não foi, nem mesmo remotamente, endossar ou condenar a escravatura ou qualquer outra instituição social. A lei mosaica é explícita em questões relativas a servos. O “anjo do Senhor”, que trouxe a Hagar a mensagem de encorajamento e bênção, respeitou a autoridade de sua senhora (Gênesis 16:8, 9). Na época apostólica, as instruções foram viver retamente sob a lei secular, e não rebelião contra o sistema (Efésios 6:5; Colossenses 3:22; I Timóteo 6:1-3; I Pedro 2:18). O reconhecimento de costumes, instituições e leis estabelecidos, e a adequada obediência aos mesmos, não implica, necessariamente, em aprovação individual. O evangelho de Jesus Cristo, que regenerará a Terra, prevalecerá — não com ataques revolucionários aos governos existentes, nem pela anarquia e violência — mas por meio do ensino do dever individual e da difusão do espírito de amor. Quando o amor de Deus encontrar lugar no coração da humanidade, quando os homens amarem ao próximo desinteressadamente, então os sistemas sociais e os governos serão organizados e funcionarão de maneira a assegurar o bem maior ao número máximo de pessoas. Até que os homens abram seu coração para receber o evangelho de Jesus Cristo, a injustiça e a tirania, a servidão e a escravatura, de uma forma ou de outra existirão com certeza. As tentativas de extirpar as condições sociais que se originam do egoísmo individual serão inúteis, enquanto o egoísmo tiver campo para florescer e propagar-se.

CAPÍTULO 25

JESUS NOVAMENTE EM JERUSALÉM

Partida da Galiléia¹

Não temos registro dos atos de nosso Senhor durante Sua breve estada na Galiléia após retornar da região de Cesaréia de Filipo, além de Suas instruções aos apóstolos. Seu ministério na Galiléia, no que concernia ao povo em geral, havia praticamente terminado com o discurso em Capernaum, quando lá voltou após os milagres de alimentar os cinco mil e andar sobre as águas. Em Capernaum, muitos dos discípulos tinham abandonado o Mestre,² e agora, após outra pequena visita, preparava-se Ele para deixar a terra na qual desempenhara uma parte tão grande de Seu ministério público.

Era outono; cerca de seis meses se haviam passado desde o retorno dos apóstolos de sua viagem missionária, e a Festa dos Tabernáculos estava próxima. Algumas pessoas da família de Jesus O procuraram e O aconselharam a ir a Jerusalém, aproveitando a oportunidade oferecida pela grande festa nacional, para declarar-Se mais abertamente do que o havia feito até então. Seus irmãos, como são chamados os parentes que O visitaram, instaram com Ele para que procurasse um campo mais amplo e mais proeminente do que a Galiléia, para uma demonstração de Seus poderes, argumentando que era ilógico que qualquer homem se mantivesse em relativa obscuridade, quando desejava ser amplamente conhecido. “Manifesta-te ao mundo”, disseram eles. Fossem quais fossem os seus motivos, estes Seus irmãos não Lhe aconselharam uma mais intensa publicidade movidos por nenhum zelo por Sua missão divina. Na verdade, é-nos dito expressamente que não acreditavam Nele.³ Jesus respondeu ao seu presunçoso conselho: “Ainda não é chegado o meu tempo, mas o vosso tempo sempre está pronto. O mundo não vos pode odiar, mas ele me odeia a mim, porquanto dele testifico que as suas obras são más. Subi vós a esta festa; eu não subo ainda a esta festa, porque ainda o meu tempo não está cumprido.” Não era prerrogativa deles a diretriz de Seus movimentos, ou dizerem quando deveria Ele fazer até mesmo aquilo que pretendia, eventualmente.⁴ Jesus tornou claro o fato de que entre o status deles e o Seu existia uma diferença essencial; eles eram do mundo, o qual amavam, da mesma forma que o mundo os amava; mas o povo O odiava por causa do Seu testemunho.

Este colóquio entre Jesus e Seus irmãos realizou-se na Galiléia. Logo partiram para Jerusalém, deixando-O para trás. Ele não dissera que não iria à festa, mas somente “eu não subo ainda a esta festa; porque ainda o meu tempo não está cumprido.” Algum tempo depois da partida deles, seguiu viajando “não manifestamente, mas como em oculto.” Se foi sozinho, ou acompanhado de alguns ou todos os Doze, não é indicado.

Na Festa dos Tabernáculos⁵

O conflito da opinião pública a respeito de Jesus é demonstrado pelo interesse surgido em Jerusalém sobre a probabilidade de Sua presença na festa. Seus irmãos, que provavelmente foram interrogados, não podiam fornecer qualquer informação definitiva sobre a Sua ida. Ele foi procurado no meio das multidões. Havia muita discussão e alguma controvérsia a Seu respeito. Muitos expressavam sua convicção de que era um bom homem, enquanto outros afirmavam ser um impostor. Havia pouca discussão aberta, entretanto, pois o povo temia incorrer no desagrado das autoridades.

Como estabelecido originalmente, a Festa dos Tabernáculos era um evento de sete dias, seguido de uma assembléia sagrada constituída no oitavo dia. Cada dia era marcado por serviços religiosos especiais, e, em alguns aspectos, distintos, todos caracterizados por cerimônias de agradecimento e louvor.⁶ “Mas, no meio da festa”, provavelmente no terceiro ou quarto dia, “subiu Jesus ao templo e ensinava”. A primeira parte de Seu discurso não está registrada, mas sua correção escriturística é insinuada pela surpresa dos mestres judeus, que perguntaram entre si: “Como sabe este letras não as tendo aprendido?” Ele não Se diplomara pelas suas escolas; jamais Se havia sentado aos pés dos rabis; não havia sido oficialmente autorizado por eles e nem fora licenciado para ensinar. De onde vinha Sua sabedoria, diante da qual toda a preparação acadêmica que possuíam era como nada? Jesus responde ao que os preocupava, dizendo: “A minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou. Se alguém quiser fazer a vontade dele, pela mesma doutrina conhecerá, se ela é de Deus, ou se eu falo de mim mesmo”. Seu Mestre, maior do que Ele próprio, era o Pai Eterno, cuja vontade proclamava. O teste proposto para determinar-se a veracidade de Sua doutrina era justo em todos os sentidos, e também simples; qualquer indivíduo que tentasse sinceramente fazer a vontade do Pai, saberia por si mesmo se Jesus dizia ou não a verdade.⁷ O Mestre prosseguiu, demonstrando que um homem que fala baseado apenas em sua própria autoridade, está procurando exaltar-se. Jesus não o fez. Ele glorificou Seu Mestre, Seu Pai, Seu Deus, e não a Si próprio, e, conseqüentemente, estava livre da mancha do orgulho egoísta ou da iniquidade. Moisés dera-lhes a lei, mas, afirmava Jesus, nenhum deles cumpria a lei.

E então, com surpreendente aspereza, desafiou-os com a pergunta: “Por que procurais matar-me?” Em muitas ocasiões, eles se haviam reunido secretamente para estudar um meio de prendê-Lo e assassiná-Lo; mas achavam que essa determinação criminosa estava segura dentro de seu círculo. O povo havia ouvido as sedutoras afirmações das classes dominantes, de que Jesus estava possuído por um demônio, e que realizava maravilhas pelo poder de Belzebu. E, no espírito desta injúria blasfema, clamaram: “Tens demônio; quem procura matar-te?”

Jesus sabia que as duas especificações de pretensa culpa que as autoridades mais usavam para condená-Lo na mente popular, e assim virar o povo contra Ele, eram a quebra do sábado, e a blasfêmia. Em uma visita anterior a Jerusalém, Ele havia curado

um doente no sábado, e havia confundido completamente Seus hipercríticos acusadores, que já então estavam tramando Sua morte.⁸ Jesus referiu-Se agora a este ato de misericórdia e poder, dizendo: “Fiz uma obra, e todos vos maravilhai”. Aparentemente, eles ainda não se haviam decidido, estando em dúvida quanto a aceitá-Lo por causa do Seu milagre, ou denunciá-Lo por tê-lo realizado no sábado. Ele então lhes mostrou a inconsistência de O acusarem de quebra do sábado por um ato de tanta misericórdia, quando a lei de Moisés expressamente permitia atos de misericórdia, determinando até que o rito obrigatório da circuncisão não fosse adiado por causa do sábado. “Não julgueis segundo a aparência, mas julgai segundo a reta justiça”, disse Ele.

As massas ainda estavam divididas em sua estimativa de Jesus, e confundiam-se ainda mais com a indecisão das autoridades. Alguns dos judeus de Jerusalém sabiam do plano para prendê-Lo, e, se possível, levá-Lo à morte, e o povo perguntava-se por que nada faziam, enquanto Ele estava lá ensinando publicamente, ao alcance dos oficiais. Perguntavam-se se as autoridades não tinham chegado a acreditar que Jesus era realmente o Messias. A idéia, entretanto, foi posta de lado, quando se lembraram de que todos sabiam de onde Ele tinha vindo. Ele viera da Galiléia, era de Nazaré, ao passo que lhes tinha sido ensinado, embora erroneamente, que o advento do Cristo seria misterioso, de forma que ninguém saberia de onde Ele viera. Foi realmente estranho que os homens O rejeitassem por falta de mistério e milagre na Sua vinda, quando, tivessem eles conhecido a verdade, teriam visto no Seu nascimento um milagre sem precedentes ou paralelo nos anais dos tempos. Jesus imediatamente refutou esse raciocínio fraco e falho. Clamando em alta voz, nos pátios do templo, assegurou-lhes que, embora soubessem de onde Ele vinha, como um dos seus, não sabiam que viera de Deus, e nem conheciam a Deus que O tinha enviado. “Mas”, acrescentou ele, “eu o conheço, porque dele sou e ele me enviou.” Diante deste reiterado testemunho de Sua origem divina, os judeus enfureceram-se ainda mais, e renovaram sua determinação de prendê-Lo à força. Não obstante, ninguém O tocou, “porque ainda não era chegada a sua hora”,

Muitos dentre o povo, em seu coração, acreditavam que Ele era de Deus, e aventuravam-se a perguntar entre si se Cristo realizaria obras maiores que as de Jesus. Os fariseus e principais sacerdotes temiam uma possível demonstração em favor Dele, e imediatamente enviaram oficiais para prendê-Lo e apresentá-Lo ao Sinédrio.⁹ A presença da polícia do templo não interrompeu o discurso do Mestre, embora possamos razoavelmente deduzir que Ele sabia o seu propósito. Jesus continuou a falar, dizendo que ficaria com o povo apenas um pouco mais, e que depois de Seu retorno ao Pai, o povo o procuraria em vão, pois onde estaria, não poderiam ir. Este comentário provocou mais discussões hostis. Alguns judeus ponderavam se Ele pretendia abandonar as fronteiras da terra e ir pregar aos gentios e aos israelitas dispersos.

Como parte dos serviços religiosos da festa, o povo ia em procissão ao tanque de Siloé¹⁰, onde um sacerdote enchia um jarro de ouro que depois carregava para o altar,

e lá despejava a água, ao som de trombetas e sob a aclamação do povo reunido.¹¹ Segundo autoridades sobre costumes judaicos, esta cerimônia era omitida no dia de encerramento da festa. Neste último ou “grande dia” que era marcado por cerimônias de solenidade e júbilo incomuns, Jesus estava novamente no templo. Pode ter sido em referência à água que era trazida do tanque, ou à omissão da cerimônia no ritual do grande dia, que Jesus clamou, Sua voz ressoando pelos pátios e arcadas do templo: “Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crê em mim, como diz a escritura, rios de água viva correrão do seu ventre.”¹²

João, o evangelista, insere um comentário, dizendo que esta promessa se referia ao dom do Espírito Santo que, naquela época, ainda não havia sido concedido, e nem o havia de ser até depois da ascensão do Senhor ressuscitado.¹³

Novamente muitos ficaram tão impressionados que declararam que Jesus não podia ser outro que o Messias; mas alguns objetaram, dizendo que o Cristo deveria vir de Belém da Judéia, e Jesus era conhecido como sendo da Galiléia.¹⁴ Assim, houve mais dissensão. E, embora alguns quisessem vê-Lo preso, não houve um homem que se aventurasse a tocá-Lo.

Os policiais retornaram sem seu prisioneiro. À irada demanda dos principais sacerdotes e fariseus quanto ao motivo pelo qual não O tinham prendido, responderam que ficaram tão emocionados com Seus ensinamentos, que não puderam efetuar a prisão. “Nunca homem algum falou assim como este homem,” disseram eles. Seus chefes arrogantes estavam furiosos. “Também vós fostes enganados?” perguntaram; e depois: “Creu nele porventura algum dos principais ou dos fariseus?” De que valia a opinião do povo? Jamais haviam aprendido a lei e eram, portanto, malditos, sem possuir qualquer importância. Entretanto, apesar de toda essa demonstração de desdém orgulhoso, os principais sacerdotes e os fariseus temiam a massa, e novamente foram detidos em seu iníquo propósito.

Uma voz de protesto, embora branda, foi ouvida na assembléia. Nicodemos, um membro do Sinédrio, e o mesmo que procurara Jesus à noite para inquiri-Lo sobre os novos ensinamentos,¹⁵ encontrou coragem suficiente para perguntar: “Porventura condena a nossa lei um homem sem primeiro o ouvir e ter conhecimento do que faz?” A resposta foi insultuosa. Enfurecidos pela intolerância e por um fanatismo sangüinário, alguns de seus colegas voltaram-se para ele com selvageria: “És também tu da Galiléia?” o que significava — És tu também discípulo desse galileu que odiamos? Foi dito abruptamente a Nicodemos que, se estudasse as escrituras, não conseguiria encontrar qualquer predição sobre um profeta vindo da Galiléia. A fúria cegara o seu tão proclamado entendimento, pois muitos dos antigos profetas eram considerados galileus.¹⁶ Se, entretanto, quiseram referir-se apenas àquele Profeta, de quem falara Moisés, o Messias, estavam certos, pois todas as predições apontavam para Belém, na Judéia, como Seu lugar de nascimento. É evidente que pensavam ser Jesus nativo de Nazaré, e as circunstâncias de Seu nascimento não eram de conhecimento público.

“Vai, e Não Peques Mais”¹⁷

Após o término das festividades, Jesus foi ao templo certa manhã, e ao sentar-Se, provavelmente no Pátio das Mulheres, que era o lugar comum de reunião, muitos juntaram-se ao Seu redor e Ele começou a ensiná-Lo, como era Seu costume. Seu discurso foi interrompido pela chegada de um grupo de escribas e fariseus com uma mulher colocada em custódia, a qual, disseram eles, era culpada de adultério. A Jesus fizeram a seguinte afirmação e pergunta: “Na lei nos mandou Moisés que as tais sejam apedrejadas. Tu, pois, que dizes?” Submeter o caso a Jesus foi uma armadilha premeditada, uma tentativa deliberada de tentar encontrar ou criar um caso para acusá-Lo. Embora não fosse incomum que oficiais judeus consultassem rabis de sabedoria e experiência reconhecidas, quando havia situações difíceis a decidir, o caso em questão não envolvia quaisquer complicações legais. A culpa da mulher parecia fora de dúvida, embora a presença das testemunhas requeridas pelos estatutos não seja mencionada, a menos que os escribas e fariseus que a acusavam sejam considerados como tal. A lei era explícita, e o costume da época para o tratamento de tais casos era bem conhecido. Embora seja verdade que a lei de Moisés decretara morte por apedrejamento como pena para o adultério, a aplicação do castigo extremo havia cessado muito tempo antes de Cristo. É razoável perguntarmos por que o companheiro da mulher, no crime, não foi levado para sentença, uma vez que a lei tão zelosamente citada pelos acusadores oficiosos determinava a punição de ambas as partes ofensoras.¹⁸

A pergunta dos escribas e fariseus: “Tu, pois, que dizes?” poderia conter uma esperança de que Jesus declarasse a lei obsoleta; talvez eles tivessem ouvido contar sobre o Sermão da Montanha, no qual haviam sido proclamados muitos requisitos mais avançados que o código mosaico.¹⁹ Tivesse Jesus decidido que a infeliz mulher deveria sofrer a morte, seus acusadores poderiam ter afirmado que Ele estava desafiando as autoridades existentes; e, possivelmente, a acusação de antagonismo ao governo romano poderia ter sido formulada, uma vez que o poder para infligir a pena de morte havia sido retirado de todos os tribunais judeus. E, além disso, o crime do qual a mulher era acusada não constituía ofensa capital pela lei romana. Tivesse Ele dito que a mulher não deveria ser punida, ou deveria sofrer somente um castigo menor, os astuciosos judeus poderiam têLo acusado de desrespeito à lei de Moisés. A princípio, Jesus prestou pouca atenção a esses escribas e fariseus. Abaixando-Se, escrevia com o dedo na terra, e enquanto o fazia, continuaram a questionáLo. Levantando-Se, respondeu com uma sentença breve que se tornou proverbial: “Aquele que dentre vós está sem pecado seja o primeiro que atire pedra contra ela.” Essa era a lei — os acusadores, por cujos testemunhos a pena de morte era pronunciada, deviam ser os que iniciavam a execução.²⁰

Tendo falado, Jesus abaixou-Se novamente e continuou a escrever no chão. Aqueles que acusaram a mulher foram “acusados pela própria consciência”; envergonhados e desacreditados, afastaram-se todos, do mais velho ao mais jovem. Eles próprios sabiam não terem condições para agir como acusadores ou juízes.²¹ Que

grandes covardes a consciência produz! E endireitando-se Jesus e não vendo ninguém mais do que a mulher, disse-lhe: Mulher, onde estão aqueles teus acusadores? ninguém te condenou? E ela disse: Ninguém, Senhor. E disse-lhe Jesus: Nem eu também te condeno: vai-te, e não peques mais.”²²

A mulher estava arrependida; humildemente, ficou esperando a decisão do Mestre, mesmo depois que seus acusadores se afastaram. Jesus não perdoou expressamente; recusou-se a condenar; mas despediu a pecadora com a recomendação de que levasse uma vida melhor.²³

A Luz do Mundo²⁴

Sentado dentro dos limites do templo, na divisão conhecida como a Tesouraria, que era ligada ao Pátio das Mulheres²⁵ nosso Senhor continuou seus ensinamentos, dizendo: “Eu sou a luz que resplandece nas trevas e as trevas não a compreendem.”²⁶ As grandes luzes do pátio, parte da cena das alegres festividades que haviam apenas terminado, ilustraram a confissão de nosso Senhor de que Ele próprio era a Luz do Mundo. Era uma nova proclamação de Sua divindade como Deus e Filho de Deus. Os fariseus desafiaram Seu testemunho, declarando-o sem valor, pois que Ele dava testemunho de Si próprio. Jesus admitiu que testificara de Si mesmo, mas afirmou que, não obstante, o que dizia era verdade, pois Ele sabia de que falava, sabia de onde viera e para onde iria, ao passo que eles falavam em ignorância. Eles pensavam, falavam e julgavam pelos padrões dos homens e pelas fraquezas da carne. Ele não estava sentado em julgamento, mas, se resolvesse julgar, Seu julgamento seria justo, pois era guiado pelo Pai que O enviara. A lei deles requeria o testemunho de duas pessoas para a determinação legal de qualquer fato;²⁷ e Jesus citou a Si próprio e ao Pai como testemunhas, em apoio à Sua afirmação. Seus oponentes perguntaram-Lhe, então, com sarcasmo ou contumácia: “Onde está teu Pai?” A resposta foi dada em tom altivo: “Não me conheceis a mim, nem a meu Pai; se vós me conhecêsseis a mim, também conheceríeis a meu Pai.” Enraivecidos por sua própria confusão, os fariseus desejavam prendê-lo, mas não o conseguiram. “Ninguém o prendeu, porque ainda não era chegada a sua hora.”

“A Verdade Vos Libertará”²⁸

Dirigindo-Se novamente à heterogênea assembléia, que provavelmente incluía fariseus, escribas, rabis, sacerdotes, levitas e leigos, Jesus repetiu a afirmação de que em breve os deixaria, e que para onde iria, não poderiam segui-Lo; e acrescentou a profética afirmativa de que O buscariam em vão, e morreriam em seus pecados. Seu solene presságio foi tratado com frivolidade, senão com desacato. Alguns deles perguntaram em tom lamurioso: “Porventura quererá matar-se a si mesmo?” com o sentido de que, em tal caso, eles certamente não O seguiriam, pois, segundo o seu dogma, Geena era o lugar dos suicidas, e eles, sendo o povo escolhido, estavam

destinados ao céu, e não ao inferno. A réplica altiva do Senhor foi: “Vós sois de baixo, eu sou de cima; vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo. Por isso vos disse que morrereis em vossos pecados, porque, se não crederdes que Eu sou, morrereis em vossos pecados.”

Esta reiteração de supremacia provocou a pergunta desafiadora: “Quem és tu?” Jesus respondeu: “Isso mesmo que já desde o princípio vos disse.” As muitas questões com relação às quais poderia tê-lo julgado Jesus absteve-se de mencionar, mas novamente testificou do Pai, dizendo: “Aquele que me enviou é verdadeiro; e o que dele tenho ouvido isso falo ao mundo.” Embora tenha sido explícito como das outras vezes, os judeus, com seu preconceito flagrante, “não entenderam que ele lhes falava do Pai.” A Seu Pai Jesus atribuiu toda honra e glória, e repetidamente declarou que para fazer a Sua vontade tinha sido enviado. “Disse-lhes pois Jesus: Quando levantardes o Filho do Homem, então conhecereis que eu sou, e que nada faço por mim mesmo; mas falo como o Pai me ensinou. E aquele que me enviou está comigo; o Pai não me tem deixado só, porque eu faço sempre o que lhe agrada.”

A evidente sinceridade e profunda convicção demonstradas por Jesus quando falou, fez com que muitos dos ouvintes acreditassem Nele, e a estes Ele Se dirigiu, prometendo-lhes que, se continuassem naquela crença, e moldassem sua vida por Suas palavras, seriam verdadeiramente Seus discípulos. Seguiu-se mais uma promessa: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.” Diante dessas palavras tão ricas em bênçãos, tão confortadoras para a alma crente, o povo sentiu-se impelido a demonstrações de ira; seu temperamento judaico ficou imediatamente em chamas. Prometer-lhes liberdade era sugerir que eles ainda não eram livres. “Somos descendência de Abraão e nunca servimos a ninguém; como dizes tu: Sereis livres?” Em seu fanatismo desmedido, haviam-se esquecido da escravidão no Egito, do cativeiro da Babilônia, e também de sua atual condição de vassalos de Roma. Dizer que Israel jamais havia sido escravizada era não só condenar a si próprios como mentirosos, mas também colocar-se miseravelmente em ridículo.

Jesus tornou bem claro o fato de que não Se havia referido à escravidão apenas em sentido físico ou político, embora o falso repúdio dos judeus tivesse visado esses aspectos. A liberdade que Ele proclamava era espiritual; a angustiada escravatura da qual os libertaria era a servidão do pecado. À sua arrogante jactância de serem homens livres, não escravos, Ele replicou: “Todo aquele que comete pecado é servo do pecado.” Como pecadores, cada um deles estava em cativeiro. A presença de um escravo, Jesus lembrou-lhes, era permitida na casa do senhor apenas por condescendência; não era seu direito inerente lá permanecer. Seu senhor podia mandá-lo embora a qualquer momento, podendo até mesmo vendê-lo a outra pessoa. Mas um membro da família tinha por seu próprio direito lugar na casa de seu pai. E agora, se o Filho de Deus os libertasse, seriam realmente livres. Embora pertencessem à linhagem abraâmica na carne, não eram herdeiros de Abraão no espírito ou nas obras. A menção do Senhor ao Seu Pai como sendo diferente do pai deles, provocou a reiteração irada:

“Nosso pai é Abraão”, ao que Jesus replicou: “Se fôsseis filhos de Abraão, faríeis as obras de Abraão. Mas agora procurais matar-me, a mim, homem que vos tem dito a verdade que de Deus tem ouvido; Abraão não fez isto. Vós fazeis as obras de vosso pai.” Em sua raiva cega, aparentemente interpretaram essas palavras como sendo uma afirmação de que, embora fossem filhos da casa de Abraão, algum outro homem que não Abraão era seu progenitor verdadeiro, ou que não eram de puro sangue israelita. “Nós não somos nascidos de prostituição”; bradaram, “temos um Pai, que é Deus. Disse-lhes, pois, Jesus: Se Deus fosse o vosso Pai, certamente me amaríeis, pois que eu saí, e vim de Deus; não vim de mim mesmo, mas ele me enviou.”

Não conseguiram compreender, em virtude de sua teimosa recusa em ouvir desapassionadamente: Numa vigorosa acusação, Jesus lhes disse de quem eram realmente filhos, como evidenciavam os traços hereditários de caráter manifestados em sua vida: “E ele tornou-se Satanás, sim, o próprio diabo, o pai de todas as mentiras, para enganar e cegar os homens e levá-los cativos segundo sua vontade, sim, todos os que não derem ouvidos a minha voz.”²⁹ Desafiou-os a encontrar pecado Nele, e depois perguntou por que, se Ele falava a verdade, tão persistentemente se recusavam a acreditar Nele. Respondendo à Sua própria pergunta, disse-lhes que eles não eram de Deus, e, portanto, não compreendiam as palavras de Deus. O Mestre era irrepreensível, Suas afirmações concisas e convincentes eram irrefutáveis. Em fúria impotente, os judeus, confundidos, recorreram à invectiva e à calúnia: “Não dizemos nós bem que és samaritano, e que tens demônio?” gritaram. Já o haviam chamado de galileu. Esse nome era apenas ligeiramente depreciativo, sendo, inclusive, uma designação verdadeira, de acordo com o seu conhecimento. Mas o epíteto “samaritano” foi inspirado pelo ódio³⁰ e, com sua aplicação, pretendiam renegá-Lo como judeu.

Acusá-lo de que era um endemoninhado constituía apenas uma repetição de calúnias anteriores. “Jesus respondeu: Eu não tenho demônio, antes honro a meu Pai, e vós me desonrais.” Voltando às riquezas eternas oferecidas pelo Seu evangelho, o Mestre disse: “Em verdade, em verdade vos digo que, se alguém guardar a minha palavra, nunca verá a morte.” Isso os tornou ainda mais furiosos: “Agora conhecemos que tens demônio”, gritaram, e, como evidência do que afirmavam considerar insanidade, citaram o fato de que, embora tivessem sido tão grandes, Abraão e os profetas estavam mortos, enquanto Jesus ousava dizer que todos aqueles que guardassem a Sua palavra estariam livres da morte. Pretendia ele exaltar-se acima de Abraão e dos profetas? “Quem, te fazes tu ser?” perguntaram. A resposta do Senhor foi uma renúncia a qualquer exaltação própria. Não solicitara a honra que possuía, mas ela Lhe fora concedida pelo Pai, a quem Ele conhecia. E caso negasse conhecer o Pai, seria um mentiroso, da mesma forma como eles o eram. Mencionando a relação entre Si próprio e o grande patriarca de Sua raça, Jesus assim afirmou e realçou Sua própria supremacia: “Abraão, vosso pai exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se.” Não apenas zangados, mas confusos, os judeus exigiram maior explicação. Interpretando a última declaração como se a mesma se referisse somente ao estado mortal, disseram:

“Ainda não tens cinqüenta anos, e viste Abraão?” Jesus respondeu: “Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão existisse Eu sou.”

Esta foi uma declaração inequívoca e sem ambigüidade da condição eterna de nosso Senhor como Deus. Pelo majestoso título de Eu Sou, Ele Se dera a conhecer a Moisés, e depois era assim conhecido em Israel.³¹ Como já demonstrado, é o equivalente de “Yahveh”, ou “Jahveh”, agora traduzido por “Jeová”, e significa “O Auto-Existente”, “O Eterno”, “O Primeiro e o Último”³². O tradicionalismo judeu proibia a pronúncia do Nome sagrado. E Jesus reivindicava O para Si próprio. Em uma orgia de indignação pseudo-virtuosa, os judeus apanharam pedras que encontraram nos pátios ainda não terminados, para atirar no Seu Senhor, e só não o esmagaram, porque a hora de Sua morte ainda não havia chegado. Sem ser visto por eles, atravessou a multidão e deixou o templo.

Sua prioridade sobre Abraão referia-se claramente ao status de cada um na vida antemortal ou preexistente. Jesus era, literalmente, tanto o Primogênito no mundo dos espíritos, quanto o Unigênito na carne. Cristo é tão verdadeiramente o Irmão mais Velho de Abraão e de Adão, quanto o é da última criança nascida na Terra.³³

Cegueira Física e Espiritual — Concedida a Visão a um Homem no Sábado³⁴

Em Jerusalém, Jesus misericordiosamente concedeu a visão a um homem que havia sido cego desde o seu nascimento.³⁵ O milagre é um exemplo de cura no dia do Sábado, que contém um interesse incomum, em consequência dos incidentes que o acompanharam. Apenas João o registra, e, como é costumeiro com esse escritor, sua narrativa é feita através de descrição detalhada. Jesus e Seus discípulos viram o cego na rua. O pobre homem vivia de esmolas. Os discípulos, ansiosos de aprender, perguntaram: “Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” A resposta do Senhor foi: “Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus.” A pergunta dos discípulos demonstra sua crença em um estado de arbítrio moral e escolha, anterior à mortalidade. De outra forma, como poderiam ter pensado que o homem pecara, fazendo cair sobre si mesmo cegueira congênita? É-nos dito expressamente que o homem nasceu cego. É concebível que ele pudesse ter sido vítima dos pecados de seus pais.³⁶ Aos discípulos, evidentemente, havia sido ensinada a grande verdade da existência pré-mortal. Nota-se, também, que eles consideravam a aflição corporal como resultado de pecados pessoais. Sua generalização foi excessivamente ampla, pois embora, como demonstrado por exemplos já citados,³⁷ a iniquidade individual possa provocar, e provoque enfermidades físicas, o homem é passível de erro no seu julgamento quanto à causa máxima da aflição. A resposta do Senhor foi satisfatória — a cegueira do homem seria aproveitada para a manifestação do poder divino. Como Jesus explicou a respeito de Seu próprio ministério, era necessário que Ele realizasse a obra do Pai na época determinada, pois Seu tempo era curto. Usando de maneira impressionante o estado do homem que

estivera na escuridão todos os seus dias, nosso Senhor repetiu a afirmação feita antes, no templo: “Eu sou a luz do mundo.”

A maneira como administrou ao cego foi diferente do procedimento comum seguido por Jesus. “Cuspiu na terra, e com a saliva fez lodo, e untou com o lodo os olhos do cego”, e depois ordenou-lhe que fosse ao tanque de Siloé e se lavasse em suas águas.³⁸ O homem foi, lavou-se, e voltou enxergando. Ele era, evidentemente, uma pessoa popular. Muitos o haviam visto no seu lugar costumeiro pedindo esmolas, e o fato de ser cego de nascença também era de conhecimento público. Portanto, quando se espalhou a nova de que já podia ver, houve grande excitação e muitos comentários. Alguns puseram em dúvida o fato de que o homem que interrogaram fosse o mendigo cego. Mas ele reafirmou-lhes sua identidade, e contou de que forma havia recebido a visão. Levaram o homem aos fariseus, que o interrogaram rigorosamente. E, tendo ouvido sua versão do milagre, tentaram minar-lhe a fé, dizendo que Jesus, que o havia curado, não podia ser um homem de Deus, visto ter realizado a cura no sábado. Alguns dos que ouviam contestaram a dedução farisaica, perguntando: “Como pode um homem pecador fazer tais sinais?” Interrogaram o homem quanto à sua opinião pessoal sobre Jesus e ele prontamente respondeu: “É profeta.” O homem sabia que o seu Benfeitor em mais do que um homem comum; entretanto, ainda não o conhecia como sendo o Cristo.

Os judeus inquisidores temiam o resultado de tão extraordinária cura, ou seja, que o povo apoiasse Jesus, a quem as autoridades estavam determinadas a destruir. Contemplaram a possibilidade de que o homem não fosse realmente cego. Assim, chamaram seus pais, que responderam ao interrogatório, afirmando ser aquele o seu filho, e que havia nascido cego. Entretanto, a respeito da maneira pela qual recebera a visão, ou pela administração de quem, recusaram-se a declarar, sabendo que as autoridades haviam decretado que qualquer que confessasse ser Jesus o Cristo, deveria ser expulso da comunidade da sinagoga, ou, como diríamos hoje, excomungado. Com perdoável astúcia, os pais responderam o seguinte sobre o filho: “Tem idade, perguntai-lho a ele mesmo.”

Compelidos a reconhecer, pelo menos para si mesmos, que o fato e a maneira pela qual a vista do homem fora restaurada eram apoiados por evidência irrefutável, os astuciosos judeus chamaram-no novamente e, de forma persuasiva disseram-lhe: “Dá glória a Deus; nós sabemos que esse homem é pecador”. Ele replicou destemidamente, e com tal lógica, que anulou completamente a habilidade deles como inquiridores: “Se é pecador, não sei; uma coisa sei, e é que, havendo eu sido cego, agora vejo.” Ele, muito apropriadamente, declinou entrar em discussão com seus examinadores letrados a respeito do que constituía pecado na sua interpretação da lei; recusou-se a falar daquilo que ignorava; mas sobre um assunto estava feliz e gratamente certo —tinha sido cego, e agora podia enxergar.

Os fariseus tentaram então fazer com que o homem repetisse a história sobre os meios empregados na cura, provavelmente com o propósito sutil de induzi-lo a alguma

declaração contraditória ou ilógica. Mas ele replicou com ênfase e possivelmente com sinais de impaciência: “Já vo-lo disse, e não ouvistes:³⁹ para que o quereis tornar a ouvir? Quereis vós porventura fazer-vos também seus discípulos?” *Eles* refutaram iradamente, e insultaram o homem. A insinuação irônica de que talvez desejassem tornar-se discípulos de Jesus era um insulto que não poderiam tolerar. “Discípulo dele sejas tu”; disseram eles, nós, porém, somos discípulos de Moisés. Nós bem sabemos que Deus falou a Moisés, mas este não sabemos de onde é.” Estavam enraivecidos pelo fato de este mendigo ignorante falar tão afoitamente na presença de eruditos. Mas o homem era um adversário difícil para todos eles. Sua resposta era irritante, porque zombava de sua proclamada sabedoria, e porque, além disso, era irretrucável. Disse ele: “Nisto pois, está a maravilha, que vós não saibais de onde ele é, e contudo me abrisse os olhos; ora nós sabemos que Deus não ouve a pecadores; mas, se alguém é temente a Deus, e faz a sua vontade, a esse ouve. Desde o princípio do mundo nunca se ouviu que alguém abrisse os olhos a um cego de nascença. Se este não fosse de Deus, nada poderia fazer.”

Não existia precedente para tal afronta por parte de um leigo, em todo o conhecimento dos rabis ou escribas. “Tu és nascido todo em pecados, e nos ensinas a nós?” foi sua réplica acusatória, embora fraca e inadequada. Incapazes de competir com o mendigo outrora cego em argumentos e demonstrações, puderam pelo menos, exercer sua autoridade oficial, conquanto injusta, excomungando-o. E isto fizeram prontamente. “Jesus ouviu que o tinham expulsado, e, encontrando-o, disse-lhe: Crês tu no Filho de Deus? Ele respondeu, e disse: Quem é ele, Senhor, para que nele creia? E Jesus lhe disse: tu já o tens visto, e é aquele que fala contigo. Ele disse: Creio, Senhor. E o adorou.”

Ouviu-se Jesus dizer, ao comentar o assunto, que um dos propósitos de Sua vinda ao mundo era “a fim de que os que não vêem vejam, e os que vêem sejam cegos”. Alguns dos fariseus escutaram o comentário e perguntaram com orgulho: “Também nós somos cegos?” A resposta do Senhor foi uma condenação: “Se fôsseis cegos, não teríeis pecado; mas como agora dizeis: Vemos; por isso o vosso pecado permanece.”

Pastor e Mercenário⁴⁰

“Na verdade, na verdade vos digo que aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas sobe por outra parte, é ladrão e salteador. Aquele, porém, que entra pela porta é o pastor das ovelhas.” Com estas palavras, Jesus prefaciou um dos Seus discursos mais impressionantes. A menção do pastor e das ovelhas deve ter provocado na mente de Seus ouvintes a lembrança de muitas passagens de profetas e salmos freqüentemente citados.⁴¹ A imagem é muito real, ainda mais quando consideramos as circunstâncias em que foi usada pelo Mestre. Prevalciam na Palestina condições pastoris, e a dignidade da profissão de pastor era reconhecida de modo geral. Por meio de uma profecia específica, um Pastor havia sido prometido a Israel. Davi, o rei do qual

todos os israelitas se orgulhavam, fora retirado diretamente do meio dos rebanhos, e comparecera com um cajado de pastor nas mãos, à unção que o tornara rei.

Como demonstrou o Mestre, um pastor tem livre acesso ao redil. Quando as ovelhas estão guardadas em segurança dentro do cercado, ele entra pelo portão — não sobe por outra parte ou entra furtivamente.⁴² Ele, o dono das ovelhas, ama-as; elas conhecem a sua voz e seguem-no, quando as guia do curral para o pasto, pois ele vai adiante. Ao passo que ao estranho, embora seja um tomador de conta, elas não conhecem. Ele precisa de tangê-las, pois não pode ir à frente guiando-as. Continuando a alegoria, que o escritor chama de parábola, Jesus caracterizou-Se como a porta do redil, e especificou que somente através Dele, poderiam os outros pastores menores entrar justificadamente. É verdade que existem alguns que procuram, evitando o portão e pulando a cerca, alcançar o rebanho no curral. Mas esses são ladrões, que tentam alcançar as ovelhas como animais de rapina — seu propósito egoísta e maligno é matar e dizimar.

Mudando a imagem, Cristo proclamou: “Eu sou o bom Pastor.” Depois, mostrou, com eloqüente exatidão, a diferença entre um pastor e um guardador de ovelhas remunerado. Um tem interesse e amor pessoal por seu rebanho, conhecendo cada ovelha pelo nome; o outro conhece-as somente como um todo, cujo valor é calculado em números. Para o mercenário, elas são apenas tantas ou tanto. Enquanto o pastor está pronto para lutar em defesa do que é seu, e, se necessário, até arrisca a vida por suas ovelhas, o mercenário foge, quando o lobo se aproxima, deixando aberto o caminho para a besta voraz, a fim de que disperse, estraçalhe e mate.

Jamais foi escrita ou pronunciada denúncia mais violenta aos falsos pastores, mestres não-autorizados, mercenários egoístas que ensinam por dinheiro e profetizam por lucro, impostores que posam como pastores, mas que evitam a porta e entram “por outra parte”, profetas a serviço do demônio, que, para realizar o propósito de seu mestre, não hesitam em vestir-se com as roupagens da falsa santidade, aparecendo com manto de ovelha, enquanto, interiormente, são lobos vorazes.⁴³

Repetindo de forma eficiente o que já dissera, Jesus continuou: “Eu sou o bom pastor, e conheço minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido. Assim como o Pai me conhece a mim, também eu conheço o Pai e dou a minha vida pelas ovelhas.” Por isso, Jesus era o Filho Amado do Pai — porque estava pronto para entregar a Sua vida pelo bem das ovelhas. Que o sacrifício que estava na iminência de fazer era verdadeiramente voluntário, e não uma perda compulsória, é solenemente afirmado nas palavras do Salvador: “Por isso o Pai me ama, porque dou a minha vida para tornar a tomá-la. Ninguém ma tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para a dar e poder para tornar a tomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai.” A certeza de Sua morte e da ressurreição subsequente é reiterada aqui. Um efeito natural de Sua origem imortal, como Filho terreno de um Pai imortal, é que Ele era imune à morte, a menos que Se entregasse a ela. A vida de Jesus Cristo não podia ser tomada, a não ser que Ele o desejasse e o permitisse. O poder para dar Sua vida Lhe era inerente, como o era o

poder para reerguer Seu corpo morto a um estado de imortalidade.⁴⁴ Estes ensinamentos causaram ainda maior dissensão entre os judeus. Alguns pretenderam resolver o assunto dizendo novamente que Jesus nada mais era do que um endemoninhado louco, e que, portanto, Suas palavras não mereciam atenção. Outros afirmavam, com lógica: “Estas palavras não são de endemoninhado; pode, porventura, um demônio abrir os olhos aos cegos?” E assim, alguns acreditavam, muitos duvidavam, embora parcialmente convencidos, e outros condenavam.

Como parte deste profundo discurso, Jesus disse: “Ainda tenho outras ovelhas que não são deste aprisco; também me convém agregar estas, e elas ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho e um Pastor”.⁴⁵ As “outras ovelhas” aqui mencionadas constituíam o rebanho separado ou remanescentes da casa de José, que, seis séculos antes do nascimento de Cristo, haviam sido milagrosamente apartados da congregação judaica, na Palestina, e levados para além do grande mar, até o continente americano. Quando Cristo, ressuscitado, lhes apareceu, assim se pronunciou: “E em verdade vos digo que sois aqueles de quem falei; Tenho também outras ovelhas, que não são deste aprisco; também devo conduzir estas e elas ouvirão a minha voz e haverá um rebanho e um pastor.”⁴⁶ Os judeus haviam interpretado vagamente a referência de Cristo a outras ovelhas como sendo, de alguma forma obscura, as nações gentias. E, como resultado de sua descrença e conseqüente incapacidade de compreender de maneira correta, Jesus não havia explicado mais claramente Suas palavras, pois, informou Ele aos nefitas, assim ordenara o Pai. “Mas ordenou-me o Pai”, explicou ele “que lhes dissesse: Tenho outras ovelhas que não são desta terra; e essas também me convém conduzir; e elas ouvirão a minha voz e haverá um rebanho e um pastor.” Nessa mesma ocasião, o Senhor declarou que havia ainda outras ovelhas, aquelas das Dez Tribos, ou das Tribos Perdidas, as quais estava prestes a visitar, e que, no final seriam trazidas do seu exílio e se tornariam parte do rebanho único e abençoado, sob o governo de um único Pastor e Rei Supremo.⁴⁷

NOTAS DO CAPÍTULO 25

1. A Festa dos Tabernáculos — Na ordem dos eventos anuais, esta era a terceira das grandes festas, sendo a sua observância uma das características nacionais do povo de Israel. Os outros eram a Páscoa, e a festa das Semanas, ou Pentecostes; nestes três festivais, todos os homens de Israel eram obrigados a comparecer diante do Senhor, celebrando formalmente a festa respectiva (Êxodo 23:17). A festa dos Tabernáculos era também conhecida como festa das colheitas (Êxo. 23:16), comemorando as passadas e presentes. Para celebrar sua longa jornada através do deserto, após a fuga do Egito, durante a qual precisaram viver em tendas e abrigos improvisados, era requerido do povo de Israel que observasse anualmente uma festividade de sete dias, com um dia adicional de convocação sagrada. Durante essa semana o povo vivia em abrigos, caramanchões ou tabernáculos, feitos de galhos ou “ramos de árvores frondosas” entrelaçados com salgueiros das ribeiras (Lev. 23:34-43; Núm. 29:12-38;

Deut. 16:13-15; 31:10-13). O festival durava do 15º ao 22º dias do mês de Tizri, o sétimo do calendário hebreu, correspondente a partes dos nossos setembro e outubro. Era programado para logo depois do Dia da Expição, que era celebrado anualmente, e que era um dia de penitência e aflição da alma contristada pelo pecado (Lev. 23:26-32). Os sacrifícios de altar na festa dos Tabernáculos excediam os prescritos para outros festivais, e compreendiam uma oferta diária de dois carneiros, quatorze cordeiros e um cabrito, oferecidos pelo pecado; além disso, um número variado de novilhos, treze dos quais eram sacrificados no primeiro dia, doze no segundo, onze no terceiro, e assim por diante, até o sétimo dia, no qual eram oferecidos sete, perfazendo um total de setenta novilhos (Núm. 29: 12-38). O rabinismo envolvia este número — setenta — e a diminuição gradativa do número de vítimas do altar, de muito significado simbólico não estabelecido na lei.

No tempo de Cristo, a tradição havia ornamentado grandemente muitos dos ritos prescritos. Assim, a expressão “ramos de árvores frondosas”, mais literalmente traduzida por “fruto” (Lev. 23:40) havia sido interpretada como significando o fruto da cidreira. E esta, todo judeu ortodoxo carregava em uma das mãos, enquanto na outra levava um ramo folhoso ou um feixe de galhos, conhecido por “lulab”, ao dirigir-se ao templo para o sacrifício matinal, e na festiva procissão do dia. O ritual de carregar água da fonte de Siloé para o altar do sacrifício, era um aspecto proeminente do serviço religioso. Esta água era misturada com vinho no altar, e a mistura era derramada sobre o sacrifício oferecido. Muitos estudiosos afirmam que este cerimonial da água era omitido no último ou grande dia da festa, e sugerem que Jesus tinha em mente esta omissão quando clamou: “Se alguém tem sede, venha a mim e beba”. À noite, durante a festa, grandes luzes brilhavam nos pátios do templo, e este fato Cristo pode ter usado como ilustração objetiva na Sua proclamação, “Eu sou a luz do mundo”.

Para um relato mais completo, ver qualquer Dicionário Bíblico fidedigno e completo, e Josefo, Ant. viii, 4:1; xv, 3:3, etc. Damos, a seguir, um extrato de Edersheim, de *“Life and Times of Jesus The Messiah”*, vol. ii, pp. 158-160: “Quando a procissão do templo alcançava o tanque de Siloé, o sacerdote enchia ali de água seu jarro de ouro. Depois, voltavam ao templo, calculando o tempo de maneira que chegassem exatamente quando estavam colocando as partes do sacrifício sobre o grande altar da oferta queimada, por volta do fim do serviço matinal do sacrifício. Três toques das trombetas dos sacerdotes saudavam a chegada do sacerdote, quando ele entrava pela Porta da Fonte, que recebeu esse nome por causa dessa cerimônia, e passava diretamente para o Pátio dos Sacerdotes... Imediatamente após o derramamento da água, o grande ‘Hallel’, que consistia dos Salmos 113 a 118 inclusive, era cantado antifonariamente, ou melhor, com responsório e acompanhamento de flautas (...) Como outro simbolismo dessa festa, que indicava a colheita das nações gentias, os serviços públicos eram encerrados com uma procissão dos sacerdotes ao redor do altar (...) Mas no ‘último, o Grande Dia da Festa’, essa procissão dos sacerdotes fazia o circuito do altar não apenas uma vez, mas sete, como

se estivessem novamente circundando, mas agora em oração, a gentia Jericó, que barrara a posse da terra prometida”.

2. O Teste da Doutrina de Nosso Senhor.—Qualquer homem pode saber por si mesmo se a doutrina de Cristo é de Deus ou não, simplesmente fazendo a vontade do Pai (João 7:17). Seguramente, este é um procedimento mais convincente do que confiar-se na palavra de outra pessoa. O *escritor* foi interpelado certa vez por um estudante incrédulo, que não podia aceitar como verdadeiros os resultados publicados sobre uma certa análise química, uma vez que as quantidades especificadas de alguns dos ingredientes eram tão infinitesimais, que ele não podia acreditar que fosse possível a determinação de quantidade tão pequena. O aluno estava apenas iniciando-se na química; e com seu pequeno conhecimento, havia decidido julgar as possibilidades da ciência. Foi-lhe dito que fizesse aquilo que seu instrutor prescrevia, e algum dia descobriria por si mesmo se os resultados eram verdadeiros ou falsos. No último ano de seu curso, recebeu para análise de laboratório uma porção daquela mesma substância cuja composição pusera em dúvida. Com a habilidade conquistada por esforço devotado, terminou a análise com sucesso, e relatou resultados semelhantes àqueles que, em sua inexperiência, julgara impossível obter. O amadurecimento que possuía então foi suficiente para que ele reconhecesse que seu ceticismo anterior era infundado, e para alegrar-se por ter sido capaz de demonstrar a verdade por si mesmo.

3. O tanque de Siloé. — “Os nomes ‘Shiloá’ (‘Sela’, Neemias 3:15, ‘Siloá’ na versão autorizada) e ‘Siloé’ são o equivalente exato em hebreu e grego, respectivamente, de ‘Silwan’ no moderno nome árabe (‘Ain Silwan’) do pequeno lago à entrada do ElWad. Todas as referências antigas concordam com esta identificação (comparar Neem. 3:15; Josefo, Wars of the Jews, v, 4:1,2; 6:1; 9:4; 12:2; ii, 16:2, vi, 7:2; 8:5. A despeito de sua designação moderna ‘ain’ (fonte), Siloé ou Sela não é uma fonte, mas é alimentado, por um túnel cortado na rocha, com a água de Giom ou Fonte das Virgens.” — L. B. Paton, no item “Jerusalém”, *Standard Bible Dictionary*.

4. De Onde Deveria Vir o Messias? — Muitos sufocaram seu impulso interior de acreditar em Jesus como o Messias, objetando que todas as profecias relativas à Sua vinda apontavam para Belém como Sua cidade natal, e Jesus era da Galiléia. Outros O rejeitaram, porque haviam sido ensinados que nenhum homem deveria saber de onde veio o Messias, e todos sabiam que Jesus viera da Galiléia. A inconsistência aparente é assim explicada: a cidade de Davi, ou Belém da Judéia, era, sem qualquer dúvida, o local pré-designado para o nascimento do Messias; mas os rabis haviam erroneamente ensinado que logo depois do nascimento, o Menino Cristo seria arrebatado, e depois de certo tempo, apareceria como Homem, e ninguém saberia de onde ou como Ele retornara. Geikie (ii, p. 274), citando Lightfoot em parte, assim expressa a crítica popular: “‘Não nos dizem os rabis’, afirmam alguns, ‘que o Messias nascerá em Belém, mas será arrebatado por espíritos e tempestades logo após Seu nascimento, e que, quando Ele retornar a segunda vez, ninguém saberá de onde Ele veio?’ Mas sabemos que este homem é de Nazaré”.

5. O Registro sobre a Mulher Apanhada em Adultério. — Alguns críticos modernos afirmam que os versículos que aparecem em João 7:53 e 8:1-11 inclusive, estão deslocados na versão da Bíblia autorizada ou do Rei Jaime, baseando-se no fato de que o incidente ali registrado não aparece em algumas das cópias dos antigos manuscritos do evangelho de João, e de que o estilo da narrativa é diferente. Em alguns manuscritos, o incidente aparece no fim do livro. Outros manuscritos contêm o relato como aparece na Bíblia inglesa. O cônego Farrar pergunta, pertinentemente, (pág. 404, nota), por que, se o fato está deslocado ou não é da autoria de João, tantos manuscritos importantes o apresentam como nós o temos?

6. A Tesouraria, e o Pátio das Mulheres. — “Parte do espaço dos pátios internos era aberta a israelitas de ambos os sexos, e era conhecida distintamente como Pátio das Mulheres. Esse era um cercado com colunatas, e constituía o local de assembléia geral no decurso prescrito da adoração pública. Câmaras usadas com propósitos cerimoniais ocupavam os quatro cantos desse pátio; e entre eles e as casas junto aos portões, havia outros edifícios, uma série dos quais eram a Tesouraria, onde se colocavam receptáculos para ofertas, em forma de trombeta.” (Ver Marcos 12:41-44) — “*A Casa do Senhor*”, pp. 57-58.

7. O Aprisco. — O *Comentário* de Dummelow diz, sobre João 10:2: “Para compreender a imagem retórica, deve-se lembrar que os redis orientais são cercados sem coberta, aos quais são conduzidos vários rebanhos ao cair da tarde. Há apenas uma porta, que um pastor sozinho guarda, enquanto os outros vão para casa descansar. De manhã, os pastores retornam, são reconhecidos pelo guarda, chamam seus rebanhos e os levam para o pasto.”

CAPÍTULO 26

MINISTÉRIO DE NOSSO SENHOR NA PERÉIA E NA JUDÉIA

Quando ou em que circunstâncias nosso Senhor partiu de Jerusalém depois da Festa dos Tabernáculos, no último outono de Sua vida terrena, não é mencionado. Os escritores dos evangelhos sinóticos registraram inúmeros discursos, parábolas e milagres, como incidentes de uma viagem em direção a Jerusalém, durante a qual Jesus, acompanhado pelos apóstolos, atravessou partes de Samaria e Peréia, e os limites da Judéia. Lemos sobre a presença de Cristo em Jerusalém na Festa da Dedicção,¹ cerca de dois a três meses depois da Festa dos Tabernáculos, e é provável que alguns eventos a serem agora considerados tenham ocorrido durante esse intervalo.² Que Jesus partiu de Jerusalém logo após a Festa dos Tabernáculos, é certo. Se retornou à Galiléia, ou se foi somente à Peréia, possivelmente com um pequeno desvio até Samaria, não é afirmado de forma decisiva. Devotaremos nosso estudo, como o temos feito até aqui, especialmente às suas palavras e obras, como uma preocupação apenas secundária pelo local, data ou seqüência dos acontecimentos.

Ao aproximar-se o tempo previsto de ser traído e subseqüentemente crucificado, “manifestou o firme propósito de ir a Jerusalém”,³ embora, como verificaremos, se tenha dirigido ao norte em duas ocasiões — uma vez quando Se retirou para a região de Betabara, e outra para Efraim.⁴

Sua Rejeição em Samaria⁵

Jesus enviou mensageiros para anunciarem Sua chegada e prepararem Sua recepção. Em uma das vilas samaritanas foi-lhe recusada hospitalidade e audiência, “porque o seu aspecto era como de quem ia para Jerusalém”. O preconceito racial suplantara todos os deveres da hospitalidade. Esta repulsa contrasta desfavoravelmente com as circunstâncias de Sua visita anterior aos samaritanos, quando foi recebido com alegria e solicitado a ficar, mas, naquela ocasião, Ele estava viajando, não em direção a Jerusalém, mas para longe dela.⁶

O desrespeito demonstrado pelos samaritanos foi além do que os discípulos podiam suportar sem protesto. Tiago e João, os Filhos do Trovão, ficaram tão ofendidos, a ponto de desejarem vingança. Disseram eles: “Senhor, queres que digamos que desça fogo do céu e os consuma, como Elias também fez?”⁷ Jesus repreendeu Seus servos impiedosos: “Vós não sabeis de que espírito sois. Porque o Filho do Homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las.” Repudiado nessa vila, o pequeno grupo dirigiu-se a outra, como os Doze haviam sido instruídos a fazer em circunstâncias semelhantes.⁸ Esta foi apenas uma das impressionantes lições dadas aos apóstolos sobre tolerância, indulgência, caridade, paciência e resignação.

Lucas coloca em seguida o incidente dos três homens que desejavam tornar-se discípulos de Cristo. Um deles parece ter-se desencorajado diante da perspectiva das privações impostas pelo ministério; os outros queriam ser temporariamente dispensados do trabalho — um para assistir ao funeral de seu pai, o outro para que pudesse despedir-se de seus entes queridos. Esta, ou uma ocorrência semelhante, é registrada por Mateus, ligada a outra situação, e já foi tratada nestas páginas.⁹

Os Setenta Comissionados e Enviados

A suprema importância do ministério de nosso Senhor, e o curto tempo que Lhe restava na carne, exigiam mais trabalhadores missionários. Os Doze deveriam permanecer com Ele até o fim. Todos os momentos possíveis para instrução e treinamento tinham de ser utilizados no preparo para as grandes responsabilidades que recairiam sobre eles após a partida do Mestre. Como assistentes do ministério, Ele chamou e comissionou os Setenta, e imediatamente os enviou a pregar,¹⁰ “de dois em dois, a todas as cidades e lugares aonde ele havia de ir”. A necessidade de seus serviços foi explicada na introdução ao impressionante comissionamento pelo qual foram instruídos sobre os deveres de seu chamado: “Grande é, em verdade, a seara, mas os obreiros são poucos; rogai pois ao Senhor da seara que mande ceifeiros para a sua seara.”¹¹

Muitos assuntos sobre os quais os Doze tinham recebido instruções antes de sua viagem missionária foram agora repetidos aos Setenta. Disse-lhes Jesus que deveriam esperar tratamento inamistoso e mesmo hostil; seriam como ovelhas no meio de lobos. Deveriam viajar sem bolsa ou alforje, e assim precisariam depender das provisões feitas por Deus por meio daqueles com quem encontrassem. Como sua missão era urgente, não deveriam parar no caminho para fazer ou renovar amizades pessoais. Entrando em uma casa, invocariam a paz sobre a mesma; se a família merecesse a dádiva, a paz ficaria com ela, mas, caso contrário, os servos do Senhor sentiriam que seu pedido era nulo.¹² A qualquer família que os recebesse deveriam conferir bênçãos — curando os enfermos e proclamando que o reino de Deus havia chegado àquela casa. Não deviam ir de uma casa para outra procurando melhor entretenimento, nem deviam esperar ou desejar serem festejados, mas deviam aceitar o que lhes fosse oferecido, comendo o que se lhes apresentasse, compartilhando do alimento com a família. Se rejeitados em qualquer cidade, deviam partir dali, deixando entretanto seu testemunho solene de que a cidade havia rejeitado o reino de Deus, que fora levado às suas portas, e atestariam o fato sacudindo o pó de seus pés ao sair de lá.¹³ Não lhes cabia pronunciar anátema ou maldição, mas o Senhor assegurou-lhes que tal cidade chamaria sobre si mesma um destino pior que o de Sodoma.¹⁴ Lembrou-lhes que eram Seus servos, e que, portanto, quem quer que os ouvisse ou que se recusasse a ouvi-los, seria julgado como se assim o tivesse feito a Ele próprio.

Não estavam proibidos, como o tinham sido os Doze, de entrar nas cidades samaritanas ou nas terras dos gentios. Esta diferença é compatível com a mudança de

condições, pois agora o itinerário a ser seguido por Jesus O levaria a território não-judaico, onde Sua fama já se havia espalhado. Além disso, Seu plano incluía uma intensificação da propaganda do evangelho, que, no final, deveria alcançar todo o mundo. O rigoroso preconceito judeu contra os gentios em geral, e os samaritanos em particular, devia ser abandonado. E não poderia haver prova maior deste intento, do que enviar ministros autorizados a esses povos. Devemos ter em mente o caráter progressivo da obra do Senhor. A princípio, o campo de pregação do evangelho foi limitado à terra de Israel,¹⁵ mas o início de seu crescimento deu-se durante a vida de Cristo, e foi expressamente ordenado aos apóstolos após Sua ressurreição.¹⁶ Devidamente instruídos, os Setenta iniciaram sua obra.¹⁷

Ao mencionar a condenação que resultaria na recusa dos servos autorizados de Deus, nosso Senhor recordou-Se com tristeza das repulsas que havia sofrido, e das muitas almas impenitentes nas cidades onde realizara tão grandes obras. Com mágoa profunda, predisse as desgraças iminentes que cairiam sobre Corazim, Betsaida e Capernaum.¹⁸

Voltam os Setenta

Um tempo considerável pode ter passado — semanas ou possivelmente meses — entre a partida dos Setenta e o seu retorno. Não nos é dito quando ou onde se reuniram ao Mestre; mas isto sabemos — que a autoridade e o poder de Cristo haviam sido abundantemente manifestados no Seu ministério, e que eles se regozijaram com isso. “Senhor”, disseram, “pelo teu nome até os demônios se nos sujeitam.”¹⁹ A este testemunho, seguiu-se a solene afirmação do Senhor: “Eu via Satanás, como raio cair do céu.” Isto foi dito em referência à expulsão do rebelde filho da manhã após sua derrota por Miguel e as hostes celestiais.²⁰ Elogiando os Setenta por sua fidelidade no trabalho, o Senhor prometeu-lhes maior poder, condicionado a uma fidelidade constante: “Eis que vos dou poder para pisar serpentes e escorpiões, e toda a força do inimigo, e nada vos fará dano algum.”²¹ A promessa de que pisariam em serpentes e escorpiões incluía imunização contra as injúrias de criaturas venenosas que encontrassem no caminho do dever²² e força para prevalecer sobre os espíritos iníquos que servem ao demônio, o qual é, em outro lugar, expressamente chamado de serpente.²³ Não obstante a grandeza do poder e da autoridade assim conferidos, estes discípulos foram instruídos a não se rejubilarem por causa dos mesmos, e nem pelo fato de que os espíritos maus se lhes sujeitavam, mas antes porque eram aceitos pelo Senhor, e porque seus nomes estavam escritos no céu.²⁴

A alegria justa de seus servos e a perspectiva da sua fidelidade fizeram com que Jesus Se rejubilasse. Essa felicidade encontrou sua expressão mais apropriada na prece, e assim Ele orou: “Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que escondeste estas coisas aos sábios e inteligentes, e as revelaste às criancinhas; assim é, ó Pai, porque assim te aprouve.” Em comparação com os homens eruditos da época, como os rabis e escribas, cujo entendimento servia apenas para endurecer seu coração contra a verdade,

esses servos devotados eram como crianças em humildade, confiança e fé. Tais crianças estavam e estão entre os nobres do reino. Como nas horas da mais negra angústia, nesse momento de alegria pela lealdade de Seus seguidores, também Jesus entrou em comunhão com o Pai, cuja vontade era Seu único propósito cumprir.

O júbilo de nosso Senhor nessa ocasião compara-se ao sentimento que experimentou quando Pedro expressou o fervor de sua alma: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.” Em discurso solene, Jesus disse: “Tudo por meu Pai foi entregue; e ninguém conhece quem é o Filho, senão o Pai, nem quem é o Pai, senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar.” E daí em comunhão mais íntima com os discípulos, acrescentou: “Bem-aventurados os olhos que vêem o que vós vedes. Pois vos digo que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes, e não o viram; e ouvir o que ouvís, e não o ouviram.”

Quem É Meu Próximo?

Já verificamos que os fariseus e os de sua espécie se mantinham constantemente alertas para molestar e se possível desconcertar Jesus a respeito de assunto de lei e doutrina, e para provocá-Lo de maneira que fizesse algum pronunciamento ou ato público.²⁵ Talvez seja uma dessas tentativas que é registrada por Lucas imediatamente após seu relato sobre o retorno jubiloso dos Setenta²⁶, pois ele nos diz que um “certo homem, intérprete da lei” de quem fala, fez uma pergunta para tentar Jesus. Considerando o motivo do inquiridor com toda a caridade possível, pois o sentido fundamental do verbo que aparece em nossa versão da Bíblia como “tentar” é testar ou experimentar, e não necessária e unicamente atrair para o mal,²⁷ embora o elemento de engodo e armadilha seja sugerido, podemos deduzir que ele desejava testar o conhecimento e a sabedoria do famoso Mestre, provavelmente com o propósito de embaraçá-Lo. Com certeza seu propósito não era a busca sincera da verdade.

Este intérprete da lei, levantando-se entre o povo que se reunira ao redor de Jesus, perguntou: “Mestre, que bem farei para conseguir a vida eterna?”²⁸ Jesus respondeu com uma contraquestão, na qual insinuava claramente que, se este homem, que se declarava instruído na lei, tivesse lido e estudado apropriadamente, saberia, sem perguntar, o que precisava fazer. “Que está escrito na lei? Como lê?” O homem respondeu com um admirável resumo dos mandamentos: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento, e ao teu próximo como a ti mesmo.”²⁹ A resposta foi aprovada. “Faze isto, e viverás”, disse Jesus. Estas simples palavras continham uma reprovação, como deve ter compreendido o intérprete da lei. Elas indicavam a diferença entre saber e realizar. Tendo assim falhado seu plano para confundir o Mestre, e provavelmente compreendendo que, como doutor da lei, não havia feito uma exibição muito meritória de sua erudição, perguntando algo tão simples, e respondendo ele mesmo, mansamente tentou justificar-se com outra pergunta: “Quem é o meu próximo?” Nós

podemos ser gratos à pergunta do homem, pois ela serviu para extrair do inexaurível estoque de sabedoria do Mestre, uma de Suas mais apreciadas parábolas.

A história é conhecida como a *Parábola do Bom Samaritano*. Eila:

“Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram e, espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto. E, ocasionalmente descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo. E de igual modo também um levita, chegando àquele lugar, e, vendo-o, passou de largo. Mas um samaritano, que ia de viagem, chegou ao pé dele, e, vendo-o, moveu-se de íntima compaixão; e, aproximando-se, atoulhe as feridas, deitando-lhes azeite e vinho; e, pondo-o sobre a sua cavalgadura, levou-o para uma estalagem, e cuidou dele; e partindo no outro dia, tirou dois dinheiros e deu-os ao hospedeiro, e disselhe: Cuida dele; e tudo o que de mais gastares eu to pagarei quando voltar.”

Então perguntou Jesus ao intérprete da lei: “Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores? E ele disse: O que usou de misericórdia para com ele. Disse, pois, Jesus: Vai, e faz da mesma maneira.”³⁰

Qualquer que fosse o motivo para a pergunta do homem — “Quem é o meu próximo?” — à parte o da autojustificação e do desejo de sair da melhor forma possível de uma situação embaraçosa, podemos imaginar que se baseasse no desejo de encontrar um limite para a aplicação da lei, além do qual ele não fosse obrigado a chegar. Se ele precisava amar o seu próximo como a si mesmo, desejava ter o menor número possível de vizinhos. Seu desejo pode ter sido, de certa forma, igual ao de Pedro quando, ansioso, perguntou quantas vezes deveria perdoar um irmão ofensor.³¹

A parábola com a qual nosso Senhor respondeu à pergunta do doutor da lei é interessante não somente como história, mas particularmente como conjunto de lições preciosas. Era, no seu conjunto, tão fiel às condições existentes que, como a história do semeador que saíra a semear, e outras parábolas preferidas pelo Senhor Jesus, pode ser considerada como história verdadeira, além de parábola. A estrada entre Jerusalém e Jericó estava sempre infestada de ladrões; na verdade, uma parte dela era chamada de Caminho Vermelho ou Trilha Sangrenta, em conseqüência das freqüentes atrocidades ali cometidas. Jericó era preeminente, como residência de sacerdotes e levitas. Um sacerdote que, em virtude de seu cargo, senão por qualquer outro motivo, deveria ter tido disposição e rapidez para aplicar misericórdia, viu o viajante ferido e passou de largo, pelo outro lado da estrada. Seguiu-se um levita; este parou para olhar, e também continuou o seu caminho. Eles deviam ter-se lembrado dos requisitos específicos da lei — se alguém visse um asno ou um boi caído no caminho não deveria esconder-se, mas sim ajudar o dono a erguer novamente o animal.³² Se tal era o seu dever para com o animal de seu irmão, muito maior seria sua obrigação quando o próprio irmão estivesse em transe tão extremo.

Indubitavelmente, o sacerdote e o levita aliviaram suas consciências com grandes desculpas para a maneira desumana como se conduziram. Talvez estivessem com

pressa, ou temessem que os ladrões retornassem, atacando-os também. É fácil encontrar desculpas; elas brotam com tanta facilidade e abundância quanto as ervas daninhas à beira do caminho. Quando o samaritano se aproximou e viu o triste estado em que se encontrava o homem ferido, não precisou de desculpas, pois não desejava nenhuma. Tendo aplicado os primeiros socorros conhecidos pela medicina da época, colocou o ferido sobre sua própria montaria, provavelmente uma mula ou um asno, e levou-o à estalagem mais próxima, onde tratou dele pessoalmente, providenciando para que continuassem a cuidar depois de sua partida. A diferença essencial entre o samaritano e os outros era que um possuía um coração compassivo, enquanto os outros eram egoístas e impiedosos. Embora não afirmado categoricamente, a vítima dos ladrões era, quase certamente, um judeu; o objetivo da parábola exige que seja assim. O fato de o homem misericordioso ser samaritano, mostrou que o povo chamado de herético e desprezado pelos judeus podia sobressair-se por suas boas obras. Para um judeu, somente os judeus eram seu próximo. Não se justifica que consideremos o sacerdote, o levita e o samaritano como protótipos de sua classe. Sem dúvida alguma existiam muitos judeus bondosos e caritativos, e muitos samaritanos sem piedade. Mas a lição do Mestre foi admiravelmente ilustrada pelos personagens da parábola, e as palavras usadas foram penetrantes em sua simplicidade e ensejo.

Marta e Maria³³

Em uma de Suas visitas a Betânia, pequena cidade distante de Jerusalém cerca de duas milhas, Jesus foi recebido na casa onde moravam duas irmãs, Marta e Maria. Marta cuidava da casa, e assim, assumiu a responsabilidade pelo tratamento adequado ao distinto Hóspede. Enquanto uma se ocupava dos preparativos e “agitava-se de um lado para o outro ocupada em muitos serviços”, visando ao conforto e entretenimento de Jesus, Maria sentou-se aos pés do Mestre, ouvindo-O com reverente atenção. Marta impacientou-se, e aproximando-se, disse: “Senhor, não se te dá de que minha irmã me deixe servir só?” Ela estava falando com Jesus, mas na verdade dirigia-se a Maria. Perdera a calma naquele momento, preocupando-se com detalhes incidentais. É razoável presumir-se que Jesus tinha certa intimidade com a família, pois, do contrário, a boa mulher dificilmente apelaria para Ele em uma pequena questão doméstica. Jesus respondeu à sua queixa com palavras de acentuada ternura: “Marta, Marta, estás ansiosa e afadigada com muitas coisas. Mas uma só é necessária; e Maria escolheu a boa parte, a qual não lhe será tirada.”

Cristo não reprovou o desejo de Marta de cuidar bem da casa, como não aprovou uma possível negligência por parte de Maria. Devemos supor que Maria fora uma boa ajudante antes da chegada do Mestre; mas agora que Ele viera, preferia ficar com Ele. Tivesse ela sido culpada de negligência no seu dever, Jesus não teria elogiado o seu procedimento. Ele não deseja apenas refeições bem servidas ou conforto material, mas sim a companhia das irmãs e, acima de tudo, uma atenção receptiva ao que tinha a dizer; pois que tinha mais para dar do que elas jamais poderiam proporcionar-lhe. Jesus

amava as duas irmãs, assim como seu irmão.³⁴ Ambas as mulheres eram devotadas a Jesus, e cada uma expressava-se a seu próprio modo. Marta era prática, preocupada com a assistência material; e, por natureza, hospitaleira e abnegada. Maria, contemplativa e mais inclinada espiritualmente, demonstrava devotamento através de sua companhia e apreciação.³⁵

Por falta de atenção aos deveres domésticos, os pequenos toques que fazem ou destroem a paz familiar, muitas mulheres reduziram seus lares a uma casa sem conforto; e muitas outras eliminaram os elementos essenciais do lar com sua lida constante e teimosa, com a qual negam aos entes queridos a alegria de sua companhia amorosa. Serviço unilateral, não importa quão devotado, pode transformar-se em negligência. Existe um tempo para o trabalho dentro do lar, e ao ar livre. Em todas as famílias deve ser reservado tempo para cultivar a parte melhor, aquilo que é necessário — desenvolvimento espiritual verdadeiro.

“Pedi, e Dar-se-vos-á”³⁶

“E aconteceu que, estando ele a orar num certo lugar, quando acabou, lhe disse um dos seus discípulos: “Senhor, ensina-nos a orar.” O exemplo de nosso Senhor e o espírito de oração manifestado em Sua vida diária, levaram os discípulos a pedirem instruções quanto à maneira de orar. Não existia na lei qualquer fórmula de oração particular, mas as autoridades judaicas haviam prescrito orações formais, e João Batista havia instruído seus seguidores quanto ao modo ou maneira de orar. Atendendo ao pedido dos discípulos, Jesus repetiu o epítome de comovente adoração e súplica a que chamamos de Pai Nosso. Ele já o dissera no Sermão da Montanha.³⁷ Nessa ocasião, o Senhor completou a prece, explicando ser necessária imperativamente a sinceridade e a persistência continuada na oração.

A lição foi ilustrada pela *Parábola do Amigo Importuno*:

“Disse-lhes também: Qual de vós terá um amigo e, se for procurá-lo à meia-noite, e lhe disser: Amigo, empresta-me três pães, pois que um amigo meu chegou a minha casa, vindo de caminho, e não tenho que apresentar-lhe; se ele, respondendo de dentro, disser: Não me importunes; já está a porta fechada, e os meus filhos estão comigo na cama; não posso levantar-me para tos dar; digo-vos que, ainda que se não levante a dar-lhos, por ser seu amigo, levantar-se-á, todavia, por causa da sua importunação, e lhe dará tudo o que houver mister.”

O homem a cuja casa um amigo viera ter à meia-noite, não podia deixar que seu hóspede, surpreendido pelo cair da noite e cansado, passasse fome; mas não havia pão na casa. Fez suas as necessidades do amigo, e foi bater à porta da casa de seu vizinho, como se pedisse para si mesmo. O vizinho relutou em deixar sua cama confortável e incomodar a própria família para atender a outra pessoa. Mas vendo que o homem que batia à sua porta era insistente, finalmente se levantou e lhe deu o que pedia, de forma

a livrar-se dele e poder dormir em paz. O Mestre acrescentou, comentando e instruindo: “Pedi, e dar-se-vos-á: buscai, e achareis: batei, e abrir-se-vos-á.”

O homem hospitaleiro da parábola recusara-se a ser repellido, continuando a bater até que a porta se abriu; e, como resultado, recebeu o que queria, encontrou o que se propusera obter. A parábola é considerada por alguns como de difícil aplicação, uma vez que trata do egoísmo e do amor ao conforto existentes na natureza humana, e aparentemente usa isto para simbolizar a demora deliberada de Deus. A explicação, entretanto, é clara quando o contexto é devidamente considerado. A lição do Senhor foi que, se o homem, apesar de todo o seu egoísmo e falta de inclinação para dar, concede aquilo que seu vizinho, com bom propósito, pede e insiste em pedir, apesar de objeções e recusas temporárias, com absoluta certeza Deus concederá o que é persistentemente pedido com fé e com boa intenção. Não existe qualquer paralelo entre a recusa egoísta do homem e a espera prudente e benéfica de Deus. É preciso existir uma consciência da necessidade real da oração, e confiança genuína em Deus, para que ela surta efeito. E, com misericórdia, o Pai certas vezes atrasa a dádiva, para que o pedido seja mais fervoroso. Mas, nas palavras de Jesus: “Se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?”

Mais tarde, Jesus pronunciou outra parábola, cuja moral é tão semelhante à da história do visitante noturno, que sugere que a estudemos aqui. É conhecida como a *Parábola do Juiz Iníquo*, ou da *Viúva Importuna*:

“Havia numa cidade um certo juiz, que nem a Deus temia, nem respeitava o homem. Havia também naquela mesma cidade, uma certa viúva, que ia ter com ele, dizendo: Faze-me justiça contra o meu adversário. E por algum tempo não quis atendê-la; mas depois disse consigo: Ainda que não temo a Deus, nem respeito os homens, todavia, como esta viúva me molesta, hei de fazer-lhe justiça, para que enfim não volte, e me importune muito.”³⁸

O juiz tinha mau caráter; negou justiça à viúva, que não podia obter compensação através de nenhuma outra pessoa, mas foi levado a agir pelo desejo de escapar à importunação da mulher. Tenhamos o cuidado de não errar, comparando sua ação egoísta aos caminhos de Deus. Jesus não indicou que, como o juiz iníquo finalmente atendeu à súplica, Deus também sempre o fará. Mas mostrou que, se até mesmo um homem como este juiz, que “não temia a Deus nem respeitava o homem”, finalmente ouviu e atendeu a súplica da viúva, ninguém deve duvidar de que Deus, o Justo e Misericordioso, ouvirá e responderá. A obstinação do juiz, embora totalmente iníqua de sua parte, pode ter sido, no final, vantajosa para a viúva. Tivesse ela obtido compensação com facilidade, poderia ter-se tornado descuidada, e talvez um adversário pior do que o primeiro a tivesse oprimido. O propósito do Senhor, ao contar a parábola, é especificamente declarado: é “sobre o dever de orar sempre e nunca desfalecer”.³⁹

Crítica aos Fariseus e Doutores da Lei⁴⁰

Surgiram novamente os comentários mais variados a respeito da fonte dos poderes sobre-humanos de nosso Senhor, quando de Seu ato misericordioso expelindo o demônio de um homem que, em virtude desse mal, era mudo. A velha teoria farisaica de que Ele expulsava demônios pelo poder de “Belzebu, o chefe dos demônios”, reavivou-se. Foi demonstrada a tolice absoluta de tal concepção, como já o fora em época anterior, à qual já demos nossa atenção.⁴¹ A obscuridade espiritual na qual homens iníquos tateavam em busca de sinais, o desapontamento e a condenação que os esperam, e outros preceitos preciosos, foram elucidados por Jesus em discurso ulterior.⁴²

Então, foi convidado a jantar na casa de certo fariseu. Outros fariseus, e também doutores da lei e escribas estavam presentes. Jesus, adrede, omitiu a cerimônia da lavagem das mãos, a qual foi observada escrupulosamente por todos os outros do grupo, antes de tomarem seus lugares à mesa. A omissão provocou um murmúrio desaprovador, se não uma crítica aberta. Jesus utilizou a ocasião para criticar agudamente a exterioridade farisaica, que comparou à lavagem externa de taças e travessas, cujo interior era deixado sujo. “Insensatos” disse ele, “quem fez o exterior não é o mesmo que fez o interior?” De outra maneira, podemos perguntar: Deus, que estabeleceu as regras exteriores da lei, não ordenou também os requisitos interiores e espirituais do evangelho? Respondendo a uma pergunta de um dos doutores da lei, Jesus incluiu-os em sua vigorosa reprovação. Os fariseus e escribas indignaram-se com a censura a que haviam sido submetidos, e “passaram a argüi-lo com veemência de muitos assuntos com o intuito de tirar das suas próprias palavras motivos para o acusar”. Como os pronunciamentos de nosso Senhor nessa ocasião aparecem também em Sua denúncia final ao farisaísmo, feita mais tarde no templo, deixaremos nossas considerações sobre o assunto para quando, seguindo a ordem, estudarmos essa notável ocorrência.⁴³

Os Discípulos Admoestados e Encorajados⁴⁴

O interesse popular pelos movimentos do Senhor era grande nos lugares além do Jordão, como o fora na Galiléia. Lemos que Ele foi cercado por “muitos milhares de pessoas, de sorte que se atropelavam uns aos outros”. Dirigindo-se à multidão, e mais particularmente aos Seus discípulos, Jesus alertou-os sobre o fermento dos fariseus, que Ele caracterizava como hipocrisia.⁴⁵ A cena recente passada à mesa do fariseu deu um significado especial ao aviso. Alguns dos preceitos registrados quando de Seu ministério na Galiléia foram repetidos aqui, e dada ênfase especial à superioridade da alma sobre o corpo, e da vida eterna comparada à breve duração da existência mortal.

Um homem do grupo, concentrado em interesses egoístas e incapaz de enxergar além das questões materiais da vida, pediu: “Mestre, dize a meu irmão que reparta comigo a herança.” Jesus prontamente Se recusou a agir como mediador ou juiz na

questão. “Homem, quem me pôs a mim por juiz ou repartidor entre vós?” foi a réplica do Mestre. A sabedoria de Sua recusa em emitir uma opinião é evidente. Como no caso da mulher culpada que lhe apresentaram para julgamento,⁴⁶ também neste caso, Ele Se absteve de interferir em assuntos de administração legal. Uma atitude diversa provavelmente O teria envolvido em polêmica inútil e poderia ter dado margem à acusação de que se estava arrogando as funções dos tribunais legalmente estabelecidos. O apelo do homem, entretanto, transformouse em fonte de valorosa instrução; o seu pedido a respeito da herança da família, levou Jesus a dizer: “Acautelai-vos e guardai-vos da avareza; porque a vida de qualquer não consiste na abundância do que possui.”

Esta admoestação e verdade profunda foi reforçada pela *Parábola do Rico Insensato*. Eis a história:

A herdade de um homem rico tinha produzido com abundância; e arrazoava ele entre si, dizendo: Que farei? Não tenho onde recolher os meus frutos. E disse: Farei isto, derrubarei os meus celeiros, e edificarei outros maiores, e ali recolherei todas as minhas novidades e os meus bens; e direi a minha alma: Alma, tens em depósito muitos bens para muitos anos: descansa, come, bebe, e folga. Mas Deus lhe disse: Louco! esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado, para quem será? Assim é aquele que para si ajunta tesouros e não é rico para com Deus.”⁴⁷

A riqueza do homem havia sido acumulada com trabalho e privações; campos mal cultivados ou negligenciados não produzem em abundância. Ele não é representado como se estivesse de posse de uma riqueza que não lhe pertencia por direito. Os planos que fizera para cuidar apropriadamente de seus frutos e mercadorias não eram maus em si, embora ele pudesse ter concebido meios melhores para distribuir o excesso, como, por exemplo, em benefício dos necessitados. Seu pecado foi duplo: primeiro, considerou o grande estoque como meio para assegurar sua tranquilidade pessoal e prazeres sensuais; segundo, em sua prosperidade material, não reconheceu a mão de Deus, e até contou os anos como se lhe pertencessem. No momento de júbilo egoísta, foi golpeado. Se a voz de Deus chegou até ele em forma de pressentimento alarmante de que sua morte estava próxima, ou através de um anjo, ou de qualquer outra forma, não somos informados. Mas a voz ditou sua sentença: “Louco, esta noite te pedirão a tua alma.”⁴⁸ Ele usara o tempo que lhe fora dado, assim como suas forças físicas e mentais, para semear, ceifar e armazenar — tudo para si mesmo. E isto para quê? A quem pertenceria a riqueza, que ele comprometera a própria alma para ajuntar? Não fosse ele um tolo, teria compreendido, como o fez Salomão, a futilidade de acumular riquezas para que outro — e este talvez de caráter duvidoso — as possuía.⁴⁹

Voltando-se para os discípulos, Jesus repetiu algumas das gloriosas verdades que proclamara, quando, pregando na montanha,⁵⁰ apontara para os pássaros no ar, para os lírios e para a erva do campo, como exemplos do cuidado vigilante do Pai; aconselhou os ouvintes a buscarem o reino de Deus, e prometeu-lhes que, se o fizessem, todas as coisas necessárias lhes seriam adicionadas. “Não tomais, pequeno rebanho;” acrescentou em tom de preocupação afetuosa e paternal, “porque vosso Pai se agradou

em dar-vos o seu reino.” Instou-os a armazenarem suas riquezas em recipientes que não envelhecem,⁵¹ apropriados para o tesouro celestial, o qual, ao contrário dos bens do insensato homem rico, não é deixado para trás quando da convocação da alma. O homem cujo tesouro é da terra, perde-o todo quando morre; aquele cuja riqueza está nos céus, vai para o que lhe pertence, e a morte é apenas o portal para o seu tesouro.

Advertiu os apóstolos de que deveriam estar sempre prontos, esperando, como os servos esperam à noite com as luzes acesas, a volta do seu senhor. E, embora o dono da casa chegue quando lhe apraz, cedo ou tarde da noite, se, ao chegar, encontrar seus servos fiéis prontos para lhe abrirem imediatamente a porta, ele lhes concederá as honras merecidas. Assim deverá vir o Filho do Homem, talvez quando menos esperado. A uma pergunta de Pedro, quanto a ser “essa parábola” dirigida somente aos Doze ou a todos, Jesus não deu resposta direta. A resposta, entretanto, foi encontrada na continuação da alegoria que contrastava os servos fiéis e os iníquos.⁵² “Qual é pois o mordomo fiel e prudente, a quem o senhor pôs sobre os seus servos para lhes dar a tempo a razão?” O mordomo fiel é um bom símbolo dos apóstolos, individualmente ou em grupo. Como mordomos, foram encarregados de cuidar de outros servos, e da casa; e como lhes tinha dado mais que aos outros, deles mais seria exigido. E seriam totalmente responsáveis por sua mordomia.

O Senhor, então, referiu-se expressivamente à Sua própria missão, e especialmente às terríveis experiências pelas quais em breve passaria, dizendo: “Tenho um batismo com o qual hei de ser batizado; e quanto me angustio até que o mesmo se realize.” Referiu-se novamente às lutas e dissensões que seguiriam a pregação do Seu evangelho, e estendeu-se sobre o significado dos eventos então correntes. Àqueles que, sempre prontos a interpretar os sinais dos tempos, permaneciam obstinadamente cegos aos importantes acontecimentos dos tempos, aplicou o cáustico epíteto — hipócritas!⁵³

“Se Vos Não Arreponderdes, Todos Igualmente Perecereis”⁵⁴

Algumas das pessoas que estavam ouvindo o discurso de nosso Senhor, relataram-Lhe as circunstâncias de um trágico acontecimento ocorrido provavelmente pouco tempo antes, dentro das paredes do templo. Um certo número de galileus havia sido assassinado pelos soldados romanos, ao pé do altar, de forma que seu sangue se misturara ao das vítimas do sacrifício. É provável que a matança desses galileus tenha decorrido de alguma demonstração violenta da indignação judaica contra a autoridade romana, e que o procurador, Pilatos, a tenha interpretado como uma insurreição incipiente, que deveria ser pronta e eficazmente sufocada. Tais explosões não eram raras, e a torre ou fortaleza Antonia havia sido construída em tal posição, que de lá se controlava todo o templo, sendo ligada ao mesmo por um largo lance de escadas, de forma que os soldados tivessem pronto acesso ao local do templo, à primeira indicação de tumulto. O propósito dos informantes que levaram o fato ao conhecimento de Jesus não é mencionado, mas há uma possibilidade de que a sua referência aos sinais dos tempos tenha feito com que eles se lembrassem da tragédia, e de que desejassem

especular quanto aos significados mais profundos da ocorrência. Alguns devem ter imaginado se o destino das vítimas galiléias havia sido um castigo merecido. De qualquer modo, foi a uma concepção nesta linha que Jesus dirigiu Sua resposta. Por meio de perguntas e respostas, assegurou-lhes que aqueles que haviam sido assassinados não deviam ser considerados como pecadores maiores do que os outros galileus; “Não”, disse ele, “se não vos arrependerdes, todos de igual modo perecereis.”

Depois, referindo-Se por Sua própria iniciativa a outra catástrofe, citou o caso de dezoito pessoas que haviam sido mortas pela queda de uma torre em Siloé, e afirmou que elas não deviam ser consideradas como maiores pecadoras que outros habitantes de Jerusalém. “Mas”, reiterou ele, “se não vos arrependerdes, todos de igual modo perecereis.” Talvez alguns acreditassem que os homens sobre os quais caíra a torre haviam merecido sua sorte. Este pensamento é muito provável, se for correta a suposição aceita em geral, de que a calamidade se abateu sobre os homens enquanto trabalhavam para os romanos na construção do aqueduto, para cuja obra Pilatos usara o “corbã”, ou tesouro sagrado, dedicado ao templo por meio de voto.⁵⁵

Não é prerrogativa do homem pronunciar-se sobre os propósitos e desígnios de Deus, nem julgar somente pelo raciocínio humano, que esta ou aquela pessoa foi atingida pela desgraça como resultado direto de algum pecado individual.⁵⁶ Entretanto, os homens sempre foram propensos a julgar dessa forma. Há muitos que possuem o mesmo espírito dos amigos de Jó, que consideraram sua culpa como certa por causa dos grandes infortúnios e sofrimentos por que passou.⁵⁷ Mesmo enquanto Jesus falava, a calamidade tenebrosa e medonha pendia sobre o templo, a cidade e a nação; e, a menos que o povo se arrependesse e aceitasse o Messias que se encontrava naquele momento entre eles, o decreto de destruição seria cumprido de forma terrível. Portanto, como disse Jesus, a não ser que o povo se arrependesse, pereceria. A necessidade imperativa de reforma foi ilustrada pela *Parábola da Figueira Estéril*.

“Um certo homem tinha uma figueira plantada na sua vinha, e foi procurar nela fruto, não o achando. E disse ao vinhateiro: Eis que há três anos venho procurar fruto nesta figueira, e não o acho; corta-a; por que ocupa ainda a terra inutilmente? E, respondendo ele, disse-lhe: Senhor, deixa-a este ano, até que eu a escave e a esterque; e se der fruto, ficará, e, se não, depois a mandarás cortar.”⁵⁸

Na literatura judaica, especialmente no saber rabínico, a figueira é mencionada freqüentemente como um símbolo nacional. O aviso transmitido pela parábola é óbvio; o elemento de possível escape não é menos evidente. Se a figueira representa o povo do convênio, então o viticultor é o Filho de Deus, que, através de Seu ministério pessoal e cuidado solícito, intercede pela árvore estéril, na esperança de que ainda dê fruto. A parábola é de aplicação universal, mas no que se refere à “figueira” judaica da época, foi parte de uma terrível seqüência — João Batista avisara que o machado estava posto, e que cada árvore infrutífera seria abatida.⁵⁹

A Mulher Que Foi Curada no Sábado⁶⁰

Em certo sábado, Jesus estava ensinando na sinagoga, não sabemos de que local, embora provavelmente fosse em uma das cidades da Peréia. Encontrava-se presente uma mulher que, por dezoito anos, vinha sofrendo de uma enfermidade que lhe havia de tal forma contorcido e atrofiado os músculos, que seu corpo se curvara e ela não podia de maneira alguma endireitar-se. Jesus chamou-a para perto de Si, e sem esperar que Lhe fosse pedido, disse simplesmente: “Mulher, estás livre da tua enfermidade.” A seguir, impôs-lhe as mãos, o que nem sempre fazia em Suas curas. Ela foi imediatamente curada e ficou em pé, ereta; e, reconhecendo a fonte do poder pelo qual havia sido libertada de seus grilhões, glorificou a Deus em uma oração fervorosa de agradecimento. Sem dúvida alguma, muitos dos presentes se rejubilaram com ela. Mas houve um homem cuja alma se perturbou indignada — o chefe da sinagoga. Em vez de dirigir-se a Jesus, cujos poderes talvez temesse, expressou seus sentimentos ao povo, dizendo-lhes que havia seis dias nos quais o homem podia trabalhar, e que naqueles dias os que desejavam ser curados deveriam apresentar-se, mas não no sábado. A reprimenda foi ostensivamente dirigida ao povo, especialmente à mulher que recebera a bênção, mas, na realidade, foi contra Jesus, pois, se algum trabalho fora realizado no processo da cura, o mesmo havia sido feito por Ele, e não pela mulher ou pelos outros. Ao chefe da sinagoga dirigiu-se Jesus diretamente: “Hipócrita, no sábado não desprende da manjedoura cada um de vós o seu boi, ou jumento, e não o leva a beber? E não convinha soltar desta prisão, no dia de sábado, esta filha de Abraão, a qual há dezoito anos Satanás tinha presa?”

Pode-se deduzir que a doença da mulher era localizada mais profundamente do que nos músculos, pois Lucas, que era médico,⁶¹ nos diz que ela tinha “um espírito de enfermidade”, e registra as significativas palavras do Senhor a respeito de Satanás tê-la prisioneira durante dezoito anos. Mas fosse qual fosse a sua doença — totalmente física ou em parte mental e espiritual — dela foi libertada. Novamente triunfou o Cristo; Seus adversários, envergonhados, calaram-se, e os crentes se rejubilaram. A repreensão ao chefe da sinagoga foi seguida de um breve discurso, no qual Jesus transmitiu àquele grupo alguns dos ensinamentos antes proferidos na Galiléia; nestes, foram incluídas as parábolas do grão de mostarda e do fermento.⁶²

Poucos ou Muitos Serão Salvos?⁶³

Continuando Sua viagem para Jerusalém, Jesus ensinou em muitas cidades e vilas da Peréia. Sua chegada provavelmente fora anunciada pelos Setenta, enviados para preparar o povo para o Seu ministério. Um dos que se haviam impressionado com Suas doutrinas submeteu-Lhe esta pergunta: “Senhor, são poucos os que se salvam?” Jesus respondeu: “Porfiai por entrar pela porta estreita; porque eu vos digo que muitos procurarão entrar, e não poderão.”⁶⁴ O conselho foi ampliado para mostrar que a negligência ou protelação na obediência aos requisitos para a salvação poderá resultar

em perder a alma. Quando a porta for fechada em julgamento, muitos baterão nela, e alguns dirão que conheciam o Senhor, tendo comido e bebido em Sua companhia, e tendo Ele ensinado em suas ruas; mas o Senhor dirá àqueles que não aceitaram a verdade, quando lhes foi oferecida: “Não sei de onde vós sois; apartai-vos de mim, vós todos os que praticais a iniquidade.” Avisou o povo de que a linhagem israelita de forma alguma o salvaria, pois muitos que não pertenciam ao povo do convênio iriam crer e seriam salvos, enquanto os israelitas indignos seriam lançados fora.⁶⁵ Assim é que “há derradeiros que serão os primeiros; e primeiros há que serão os derradeiros”.

Jesus Avisado sobre os Desígnios de Herodes⁶⁶

No dia do último discurso por nós considerado, alguns fariseus se dirigiram a Jesus com o seguinte aviso e conselho: “Sai, e retirate daqui, porque Herodes quer matar-te.”⁶⁷ Até aqui encontramos os fariseus hostilizando abertamente o Senhor, ou tramando secretamente contra Ele; e alguns comentaristas consideram este aviso como outra evidência da astúcia farisaica — possivelmente com o fim de livrar a província da presença de Cristo, ou de fazê-Lo seguir para Jerusalém, onde estaria novamente ao alcance do supremo tribunal. Não devemos ser liberais e caridosos em nosso julgamento da intenção de terceiros? Sem dúvida, havia homens bons na fraternidade dos fariseus,⁶⁸ e aqueles que informaram o Cristo sobre a conspiração contra Sua vida, possivelmente foram impelidos por razões humanas, e podem até mesmo ter Sião crentes de coração. Que Herodes tinha planos para tirar a liberdade ou a vida de nosso Senhor parece muito provável pela resposta de Jesus. Ele recebeu a informação com toda a seriedade e Seu comentário, na ocasião, é um dos mais fortes pronunciamentos que fez contra um indivíduo. “Ide”, Ele disse, “e dizei àquela raposa: eis que eu expulso demônios e efetuo curas hoje e amanhã, e no terceiro dia sou consumado.” A menção de hoje, amanhã, e o terceiro dia foi um modo de expressar o presente, no qual o Senhor estava então agindo, o futuro imediato, no qual continuaria a administrar, uma vez que, como Ele sabia, ainda faltavam alguns meses para o dia de Sua morte, e o tempo em que Seu trabalho na Terra estaria terminado e Ele perfeito. Ele estabeleceu, sem qualquer dúvida, o fato de que não pretendia apressar Seus passos nem interromper Sua viagem ou cessar Suas obras por medo de Herodes Antipas, que, por sua astúcia e dissimulação, foi bem simbolizado como uma raposa matreira e assassina. Entretanto, era intenção de Cristo continuar, e logo, seguindo um curso normal, deixaria a Peréia que era parte do domínio de Herodes, e entraria na Judéia; e, no tempo previsto, faria Sua entrada final em Jerusalém, pois naquela cidade deveria realizar Seu sacrifício. “Não suceda”, disse Ele, “que morra um profeta fora de Jerusalém.”

A terrível realidade de que ele, o Cristo, seria assassinado na principal cidade de Israel, arrancou-Lhe a patética apóstrofe dirigida a Jerusalém, e que foi repetida quando, pela última vez, sua voz se fez ouvir dentro das paredes do templo.⁶⁹

NOTAS DO CAPÍTULO 26

1. O Ministério de Cristo Após Sua Retirada Final da Galiléia — João nos diz que, ao partir Jesus da Galiléia para Jerusalém, para assistir à Festa dos Tabernáculos, “subiu ele também não manifestamente, mas como em oculto.” (7:10) Parece improvável que as numerosas obras registradas pelos escritores sinópticos como aspectos do ministério de nosso Senhor, e que se estenderam da Galiléia para a Peréia, Samaria e partes da Judéia, possam ter sido realizadas naquela viagem especial e em oculto, na época da Festa dos Tabernáculos. A discrepância existente entre os escritores a respeito da seqüência dos eventos da vida de Cristo é grande. Uma comparação das “Harmonias”, publicadas nos mais preeminentes Estudos Bíblicos (ver, por ex., os “Helps” de Oxford e Bagster), exemplifica estas opiniões divergentes. A matéria contida nos ensinamentos de nosso Senhor mantém seu valor intrínseco independente de incidentes meramente circunstanciais. O seguinte excerto de Farrar (Life of Christ, cap. 42) ajudará o estudioso, que deverá lembrar-se, entretanto, que o mesmo é, declaradamente, apenas uma classificação experimental ou possível “É de conhecimento geral que uma seção inteira em São Lucas — de 9:51 a 18:30 — forma um episódio da narrativa evangélica, no qual muitos incidentes são registrados apenas por aquele evangelista, e no qual as poucas identificações de tempo e local apontam todas um progresso lento e solene da Galiléia até Jerusalém (9:51; 13:22; 17:11; 10:38). Após a Festa da Dedicção, nosso Senhor retirou-Se para a Peréia, permanecendo lá até ser chamado em consequência da morte de Lázaro (João 10:40, 42; 11:1—46); após a ressurreição (reavivamento) de Lázaro, dirigiu-Se apressadamente para Efraim (11:54); e não abandonou Seu retiro em Efraim até partir para Betânia, seis dias antes de Sua última Páscoa (12:1).

“Essa grande viagem, portanto, da Galiléia para Jerusalém, tão pródiga em acontecimentos, que provocaram algumas de Suas mais notáveis declarações, deve ter sido para a Festa dos Tabernáculos ou para a Festa da Dedicção. Podemos considerar conclusivo o fato de que não foi a primeira, não somente por outros motivos, mas decididamente porque aquela foi uma viagem rápida e secreta, e esta, eminentemente pública e lenta.

“Quase todos os pesquisadores parecem diferir, em grau maior ou menor, quanto à seqüência e cronologia exatas dos eventos que se seguem. Sem entrar em estudos minuciosos e cansativos, onde a certeza absoluta é impossível, narrarei esse período da vida de nosso Senhor na ordem que, após repetidos estudos dos evangelhos, me parece a mais provável, e em cujos detalhes separados vejo minhas conclusões confirmadas repetidamente pelas de outros pesquisadores independentes. E aqui apenas registrarei minha convicção de que —

1. O episódio de S. Lucas até 18:30, refere-se principalmente a uma só viagem, embora a unidade de assunto, ou outras causas, possam ter levado o escritor sagrado a

introduzir em sua narrativa alguns acontecimentos ou afirmações que pertencem a uma época anterior ou posterior.

2. A ordem dos fatos narrados até mesmo por S. Lucas não é, e de forma alguma afirma ser, estritamente cronológica; de maneira que a colocação de qualquer evento na narrativa não indica, necessariamente, sua posição verdadeira na ordem de tempo.

3. Esta viagem é idêntica àquela parcialmente registrada em Mateus 18:1; 20:16; Marcos 10:1-31.

4. Como parece óbvio por evidência interna — os eventos narrados em Mat. 20:17-28; Marcos 10:32-45; Lucas 18:31-34, não pertencem a esta viagem, mas à última feita por Jesus, ou seja, a viagem de Efraim a Betânia e Jerusalém.

2. Jesus na Casa em Betânia. — Alguns escritores (p. ex. Edersheim) colocam este incidente *como* tendo ocorrido durante a viagem de nosso Senhor a Jerusalém para assistir à Festa dos Tabernáculos; outros (como Geikie) supõem que isso aconteceu imediatamente após a Festa; outros ainda (Farrar, p. ex.) situam-no na noite da Festa da Dedicção, quase três meses mais tarde. No texto, sua colocação é aquela que aparece no registro escriturístico.

3. Apenas Poucos Serão Salvos? — Por revelação dada nos últimos dias, sabemos que condições de graus diversos nos esperam no futuro, e que, acima da salvação, se encontram as altas glórias da exaltação. Os reinos ou glórias específicos dos redimidos, com exceção dos filhos de perdição, são o Celeste, o Terrestre e o Teleste. Aqueles que obtêm lugar no Teleste, o mais baixo dos três, são mostrados como sendo “inumeráveis *como* as estrelas do firmamento do céu, ou como a areia da praia”. E estes não serão iguais. “Pois eles serão julgados de acordo com as suas obras, e cada homem receberá de acordo com as suas próprias obras, seu próprio domínio, nas mansões que estão preparadas; e serão servos do Altíssimo; mas onde Deus e Cristo habitam não poderão vir para todo o sempre.” Ver D&C. 76:109-111, 112; ler a seção inteira; ver também *Regras de Fé*, cap. 22, e página 581 deste livro.

CAPÍTULO 27

CONTINUAÇÃO DO MINISTÉRIO NA PERÉIA E NA JUDÉIA

Na Casa de Um dos Principais Fariseus¹

Em certo sábado, Jesus foi convidado para ir à casa de preeminente fariseu. Um homem atacado de hidropisia encontrava-se lá; talvez tenha comparecido na esperança de receber uma bênção, ou possivelmente sua presença fora planejada pelo anfitrião ou por outros, como meio de tentar Jesus, para que realizasse um milagre no dia santo. O poder de cura de nosso Senhor estava na mente dos convidados, mesmo que não o tenham insinuado ou sugerido abertamente, pois lemos que “Jesus, tomando a palavra, falou aos doutores da lei, e aos fariseus, dizendo: E lícito curar no sábado?”² Ninguém se aventurou a responder. Jesus imediatamente curou o homem; depois, voltando-se para os presentes, perguntou: “Qual será de vós o que caindo-lhe num poço, em dia de sábado, o jumento ou o boi, não tire logo?”³ Os eruditos expositores da lei permaneceram prudentemente silenciosos.

Observando a ansiedade dos convivas que tentavam conseguir os melhores lugares à mesa, Jesus instruiu-os quanto a uma questão de boas maneiras, ressaltando não somente a propriedade mas também a vantagem do autodomínio. Um convidado não deve escolher para si mesmo o lugar de honra, pois, se chegar alguém mais importante do que ele, o anfitrião poderá dizer: “Dá o lugar a este”. É melhor tomar um lugar mais modesto, e então, possivelmente, o dono da festa dirá: “Amigo, senta-te mais para cima”. Segue-se a moral: “Pois todo o que se exalta será humilhado; e o que se humilha, será exaltado.”⁴

Esta reunião festiva em casa do chefe fariseu contava com a presença de pessoas preeminentes, homens ricos e oficiais, líderes fariseus, eruditos renomados, rabis famosos, e outros da mesma categoria. Observando o distinto grupo, Jesus disse: “Quando deres um jantar ou uma ceia, não chames os teus amigos, nem os teus irmãos, nem os teus parentes, nem vizinhos ricos para que não suceda que também eles te tornem a convidar, e te seja isso recompensado. Mas, quando fizeres convite, chama os pobres, aleijados, mancos e cegos, e serás bem-aventurado; porque eles não têm com que to recompensar; mas recompensado te será na ressurreição dos justos”. Este conselho foi interpretado como uma reprovação; e alguém tentou aliviar o embaraço da situação, exclamando: “Bem-aventurado o que comer pão no reino de Deus”.⁵ O comentário era uma alusão ao grande festival que, segundo o tradicionalismo judeu, devia ser um acontecimento de extraordinária importância na dispensação messiânica. Jesus aproveitou prontamente a circunstância para basear nela a “*Parábola da Grande Ceia*”, profundamente significativa:

“Um certo homem fez uma grande ceia, e convidou a muitos. E à hora da ceia mandou o seu servo dizer aos convidados: Vinde, que já tudo está preparado. E todos à uma começaram a escusar-se. Disse-lhe o primeiro: Comprei um campo, e importa ir vê-lo; rogo-te que me hajas por escusado. E outro disse: Comprei cinco juntas de bois, e vou experimentá-los; rogo-te que me hajas por escusado. E outro disse: Casei, e portanto não posso ir. E voltando aquele servo, anunciou estas coisas ao seu senhor. Então o pai de família, indignado, disse ao seu servo: Sai depressa pelas ruas e bairros da cidade, e traze aqui os pobres, e aleijados, e mancos, e cegos. E disse o servo: Senhor, feito está como mandaste; e ainda há lugar. E disse o Senhor ao servo: Sai pelos caminhos e valados e força-os a entrar, para que a minha casa se encha. Porque eu vos digo que nenhum daqueles homens que foram convidados provará a minha ceia.”⁶

A narrativa indica que os convites haviam sido feitos com bastante antecedência; e, no dia da festa, um mensageiro novamente notificou os convidados, como era o costume da época. Embora chamada de ceia, a refeição ia ser suntuosa; ademais, a refeição principal do dia era comumente chamada de ceia. Convidado após convidado declinou de comparecer, dizendo um: “Rogo-te que me tenhas por escusado”; outro: “Não posso ir”. Os assuntos que requeriam o tempo e a atenção daqueles que haviam sido convidados para a festa não eram desonrosos e muito menos pecaminosos; mas permitir, arbitrariamente, que questões pessoais anulassem um compromisso respeitável já aceite era descortesia, desrespeito e até mesmo insulto dirigido àquele que dava a festa. O homem que comprara um campo poderia ter transferido a inspeção; o que acabara de adquirir animais poderia ter esperado um dia para experimentá-los, e o recém-casado poderia ter deixado sua noiva e amigos durante o período da ceia a que prometera comparecer. E óbvio que nenhuma dessas pessoas desejava comparecer. O dono da casa zangou-se justamente. Sua ordem para que fossem trazidos os pobres e os aleijados, os coxos e os cegos das ruas da cidade, deve ter soado para aqueles que ouviam a narrativa do Senhor como uma reminiscência do conselho que Ele dera alguns minutos antes a respeito da espécie de hóspedes que um rico deveria convidar, com proveito para a sua alma. A segunda ordem para a saída do servo, desta vez por estradas e atalhos fora da cidade, para trazer até mesmo os pobres do campo, indica benevolência infinita e firme determinação por parte do anfitrião.

A explicação da parábola foi deixada aos eruditos a quem a história foi dirigida. Certamente, alguns deles iriam perceber seu significado, pelo menos em parte. Os hóspedes, especialmente convidados, eram o povo do convênio, Israel. Haviam sido convidados com antecedência suficiente, e por sua própria profissão de fé, de que pertenciam ao Senhor, haviam concordado em participar da festa. Quando tudo estava pronto, no dia designado, foram individualmente convocados pelo Mensageiro enviado pelo Pai. Ele estava, naquele momento, no meio deles. Mas o zelo pelas riquezas, a sedução das coisas materiais, e os prazeres da vida social e doméstica os haviam absorvido; e pediam para ser dispensados, ou irreverentemente declaravam que não compareceriam, que não podiam ir. E então, o alegre convite deveria ser levado aos

gentios, que eram considerados espiritualmente pobres, aleijados, coxos e cegos. E mais tarde, até os pagãos de além fronteiras, estranhos aos portões da cidade santa, seriam convidados para a ceia. Estes, surpresos diante da convocação inesperada, hesitaram, até que, através de uma insistência bondosa, e de uma demonstração eficiente de que estavam realmente incluídos entre os convidados, se sentiriam constrangidos ou compelidos a comparecer. A possibilidade de alguns convidados descorteses chegarem atrasados, após terem atendido a afazeres mais absorventes, é indicada nas palavras finais do Senhor: “Porque eu vos digo que nenhum daqueles homens que foram convidados provará a minha ceia.”

O Preço⁷

Como acontecera na Galiléia, assim também na Peréia e na Judéia — grandes multidões acorriam logo que Ele aparecia publicamente. Quando certa vez um escriba se havia apresentado para ser Seu discípulo, oferecendo-se para ir aonde quer que o Mestre indicasse, Jesus citara a abnegação, a privação e o sofrimento como inerentes ao serviço devotado. O resultado foi que o entusiasmo do homem logo se desvaneceu.⁸ E assim, agora, Jesus aplicava um teste de sinceridade à multidão ansiosa. Ele teria somente discípulos genuínos, não entusiastas de um dia, prontos para desertar a sua causa quando mais necessários fossem os esforços e os sacrifícios. Assim ele separou o povo: “Se alguém vier a mim, e não aborrece a seu pai, e mãe, e mulher, e filhos, e irmãos, e irmãs e ainda a sua própria vida, não pode ser meu discípulo.” O ódio literal pela própria família não foi especificado como condição essencial do discípulo, e, sem dúvida, o homem que se entrega à ira ou qualquer outra paixão maligna, precisa de arrependimento e transformação. O princípio básico era a preeminência do dever para com Deus sobre as exigências pessoais ou familiares por parte daqueles que assumiam as obrigações de discípulo.⁹

Como indicou Jesus, é uma questão de bom senso considerar-se o custo antes de se entrar em um grande empreendimento, mesmo em questões comuns. Um homem que deseja construir, digamos, uma torre ou uma casa, tenta determinar, antes de iniciar o trabalho, quais serão as despesas; caso contrário, ele poderá não ter condições para ir além do alicerce; e então, não apenas ele sofrerá prejuízo, pois a estrutura inacabada não terá qualquer utilidade, mas também o povo se rirá dele pela sua falta de previsão. Assim também um rei, encontrando seu reino ameaçado por invasores hostis, não corre ao combate temerariamente; primeiro tenta certificar-se da força do inimigo, e depois, se as chances contra ele forem muito grandes, envia mensageiros para negociar a paz. “Assim pois”, disse Jesus ao povo que O rodeava, “todo aquele que dentre vós não renuncia a tudo quanto tem, não pode ser meu discípulo.” Ele esperava de todos os que entrassem para o Seu serviço uma devoção abnegada. Não queria que qualquer de Seus discípulos se tornasse como o sal que se estraga, sem sabor e inútil. “Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.”¹⁰

Salvação para “Publicanos e Pecadores”—Parábolas Ilustrativas¹¹

Os fariseus da Galiléia haviam intolerantemente criticado Jesus pelo Seu ministério amigável e útil entre os publicanos e os que se lhes associavam, e que eram depreciativamente classificados em conjunto como “publicanos e pecadores”.¹² Ele replicara a estas maledicências inclementes dizendo que um médico é mais necessitado por aqueles que estão doentes, e que Ele próprio viera para chamar os pecadores ao arrependimento. Os fariseus da Judéia fizeram uma queixa semelhante, e tornaram-se particularmente virulentos, quando viram que “todos os publicanos e pecadores” se aproximavam para ouvi-Lo. O Senhor enfrentou essas murmurações apresentando um número de parábolas, que tinham por fim demonstrar o dever de tentar-se recuperar os perdidos, e a alegria do sucesso em tal esforço divino. A primeira da série foi a da *Ovelha Perdida*, que foi por nós considerada em relação a um discurso anterior de instrução aos discípulos na Galiléia.¹³ Sua aplicação no caso presente, entretanto, é um pouco diferente daquela de Sua primeira apresentação. A lição, nessa ocasião posterior, foi dirigida aos fariseus e escribas egoístas, que personificavam a teocracia, e cujo dever obrigatório deveria ter sido cuidar dos desviados e perdidos. Se os “publicanos e pecadores”, que esses eclesiásticos desprezavam de maneira tão geral, fossem tão ruins quanto afirmavam, se tivessem rompido os caminhos estreitos da lei e se tornado, de certa forma, apóstatas, seriam justamente aqueles em direção a quem as mãos auxiliaadoras do serviço missionário deveriam ser estendidas em primeiro lugar. Em nenhum caso de crítica farisaica, ou denúncia aberta a esses “publicanos e pecadores”, encontramos Jesus defendendo seus supostos caminhos iníquos; Sua atitude em relação a esses enfermos espirituais era a de um médico devotado. Sua preocupação por essas ovelhas desviadas era a de um pastor amoroso, cujo principal desejo era encontrá-las e levá-las de volta ao redil. E isso, nem a teoria como sistema, nem seus oficiais, como ministros individuais, chegaram ao menos a tentar. O pastor, ao encontrar a ovelha que estava perdida, não pensa, no momento, em reprimenda ou punição — ao contrário, “achando-a, a põe sobre os ombros, gostoso. E, chegando a casa, convoca os amigos e vizinhos, dizendo-lhes: Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida.”

Uma aplicação direta da parábola aparece na declaração concisa do Senhor aos fariseus e escribas: “Digo-vos que assim haverá alegria no céu por um pecador que se arrepende, mais do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento.” Eram eles os noventa e nove que presumiam não se ter desviado, sendo “justos que não necessitam de arrependimento?” Alguns leitores parecem apreender esta ponta de justo sarcasmo nas palavras conclusivas do Mestre. Na primeira parte da história, o próprio Senhor aparece como o Pastor solícito, e é clara a implicação de que o exemplo que dá deveria ser imitado pelos líderes teocráticos. Tal concepção coloca os fariseus e escribas na posição de pastores, em vez de ovelhas. Ambas as explicações são sustentáveis, e as duas têm valor por retratar o status e o dever dos servos confessos do Mestre em todas as épocas.

Sem interromper a narrativa, o Senhor passou da história da ovelha perdida para a *Parábola da Dracma Perdida*.

“Ou qual a mulher que, tendo dez dracmas, se perder uma dracma, não acende a candeia, e varre a casa, e busca com diligência até a achar? E, achando-a, convoca as amigas e vizinhas, dizendo: Alegrai-vos comigo, porque achei a dracma perdida. Assim vos digo que há alegria diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende.”

Entre esta parábola e a da ovelha perdida existem certas diferenças notáveis, embora a lição de cada uma seja, de forma geral, a mesma. A ovelha desgarrara-se por sua própria vontade; a moeda¹⁴ havia sido derrubada, e portanto fora perdida em consequência de desatenção ou descuido culposo por parte de seu possuidor. A mulher, descobrindo sua perda, enceta uma busca diligente; varre a casa, e talvez descubra cantos sujos, recessos empoeirados, teias de aranha, que havia ignorado em sua autocomplacência como dona de casa convencional, aparentemente limpa. A busca é recompensada pela recuperação da moeda perdida, e é incidentalmente benéfica para a limpeza de sua casa. A alegria que sente é como a do pastor que volta para casa com a ovelha uma vez perdida, mas agora recuperada, sobre os ombros.

A mulher que, por falta de cuidado, perdeu a moeda preciosa, pode representar a teocracia da época, e a Igreja como instituição, em qualquer época; e as moedas de prata, todas genuínas peças do reino, contendo a imagem do grande Rei, são as almas entregues aos cuidados da Igreja. As peças perdidas simbolizam as almas que são negligenciadas e, pelo menos por algum tempo, perdidas de vista pelos ministros autorizados do Evangelho de Cristo. Essas convincentes ilustrações foram seguidas por outra ainda mais rica em imagem, e mais impressionantemente elaborada em detalhes. É a inesquecível *Parábola do Filho Pródigo*.¹⁵

“E disse: Certo homem tinha dois filhos; e o mais moço deles disse ao pai: Pai, dá-me a parte da fazenda que me pertence. E ele repartiu por eles a fazenda. E poucos dias depois, o filho mais novo, ajuntando tudo, partiu para uma terra longínqua e ali desperdiçou a sua fazenda, vivendo dissolutamente.

E, havendo ele gastado tudo, houve naquela terra uma grande fome, e começou a padecer necessidades. E foi, e chegou-se a um dos cidadãos daquela terra, o qual o mandou para os seus campos a apascentar porcos. E desejava encher o seu estômago com as bolotas que os porcos comiam, e ninguém lhe dava nada. E, tornando em si, disse: Quantos jornaleiros de meu pai têm abundância de pão, e eu aqui pereço de fome! Levantar-me-ei, e irei ter com meu pai, e dir-lhe-ei: Pai, pequei contra o céu e perante ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; faze-me como um dos teus jornaleiros. E, levantando-se, foi para seu pai; e, quando ainda estava longe, viu-o seu pai, e se moveu de íntima compaixão e, correndo, lançou-se-lhe ao pescoço e o beijou. E o filho lhe disse: Pai, pequei contra o céu e perante ti; e já não sou digno de ser chamado teu filho. Mas o pai disse aos seus servos: Trazei depressa a melhor roupa, e vesti-lho, e ponde-lhe um anel na mão e alparcas nos pés; e trazei o bezerro cevado, e matai-o; e

comamos, e alegremo-nos; porque este meu filho estava morto, e reviveu, tinha-se perdido, e foi achado. E começaram a alegrar-se. E o seu filho mais velho estava no campo; e quando veio, e chegou perto de casa, ouviu a música e as danças. E chamando um dos servos, perguntou-lhe que era aquilo. E ele lhe disse: Veio teu irmão; e teu pai matou o bezerro cevado, porque o recebeu são e salvo. Mas ele se indignou, e não queria entrar. E, saindo o pai, instava com ele. Mas, respondendo ele, disse ao pai: Eis que te sirvo há tantos anos, sem nunca transgredir o teu mandamento, e nunca me deste um cabrito para alegrar-me com os meus amigos; vindo, porém, este teu filho, que desperdiçou os teus bens com as meretrizes, mataste-lhe o bezerro cevado. E ele lhe disse: Filho, tu sempre estás comigo, e todas as minhas coisas são tuas; Mas era justo alegrarmonos e folgarmos, porque este teu irmão estava morto, e reviveu; e tinha-se perdido, e achou-se.”

A exigência do filho mais jovem, de que lhe fosse entregue uma parte do patrimônio enquanto seu pai ainda vivia, é um exemplo de deserção deliberada e pouco filial; os deveres de cooperação familiar se lhe haviam tornado desagradáveis, e a sadia disciplina do lar passara a ser fatigante. Ele estava determinado a quebrar todos os laços familiares, esquecido daquilo que o lar havia feito por si, e da dívida de gratidão, e do dever a que estava moralmente obrigado. Dirigiu-se a um país distante, e, como pensava, fora do alcance da influência disciplinar do pai. Teve sua dose de vida luxuriante, de indulgência desenfreada e de prazer pecaminoso, e em tudo isso gastava as forças do corpo e da mente, esbanjando os recursos do pai, pois o que recebera, lhe fora dado como concessão e não como atendimento de qualquer exigência legal ou justa. A adversidade alcançou-o e provou ser um veículo do bem mais eficiente do que o tinha sido o prazer. Viu-se reduzido à condição mais baixa e mais desprezível, como guardador de porcos, trabalho esse que, para um judeu, era o extremo da degradação. O sofrimento fez com que voltasse a si. Ele, o filho de pais honrados, estava alimentando porcos e comendo com eles, enquanto os servos de sua casa tinham boa comida em abundância, e até de sobra. Compreendeu não apenas sua tolice abjeta, abandonando a mesa farta de seu pai para comer com porcos, mas também o erro de sua deserção egoísta — ele não sentia apenas remorsos, mas também arrependimento. Pecara contra o pai e contra Deus. Retornaria, confessaria seu pecado e pediria — não para ser readmitido como filho, mas que lhe fosse permitido trabalhar como empregado. Tendo tomado essa resolução, não se deteve, mas imediatamente começou a empreender a longa viagem de volta ao lar e ao pai.

O pai teve conhecimento da aproximação do filho pródigo, e correu ao seu encontro. Sem uma palavra de reprovação, o pai amante abraçou e beijou o filho transviado — agora arrependido — que, dominado por essa afeição imerecida, humildemente admitiu seu erro, e tristemente confessou que não era digno de ser conhecido como filho de seu pai. É digno de nota o fato de que nesta confissão contrita, não pediu para ser aceito como empregado como resolvera fazer. A alegria do pai era demasiado sagrada para ser estragada dessa forma; agradaria mais ao pai colocando-se de maneira irrestrita à sua disposição. O traje áspero da pobreza foi substituído pelo

melhor manto; um anel foi colocado em seu dedo, como marca de readmissão. Os sapatos mostravam a restauração do lugar de filho, e não de empregado. O coração rejubilante do pai podia exprimir-se apenas em atos de bondade abundante; uma festa foi preparada, pois não era ele o filho, uma vez considerado morto, e agora vivo? O perdido não havia sido novamente encontrado?

Até aqui, a história apresenta uma relação de íntima analogia com as duas parábolas que a precederam no mesmo discurso; a parte seguinte introduz um outro simbolismo importante. Ninguém havia reclamado quando da recuperação da ovelha transviada e da moeda perdida. Os amigos se haviam regozijado com os proprietários, em cada caso. Mas a felicidade do pai pelo retorno do filho pródigo foi interrompida pelos protestos queixosos do primogênito. Este, aproximando-se da casa, observara as evidências de alegria festiva; e, ao invés de entrar, como era seu direito, perguntara a um dos servos a causa daquele júbilo incomum. Ao ter conhecimento de que seu irmão voltara e de que o pai preparara uma festa para celebrar o acontecimento, o filho mais velho zangou-se, e, com maus modos, recusou-se a entrar, mesmo depois de seu pai ir ter com ele e lhe pedir que o fizesse. Citou sua própria fidelidade e devoção ao trabalho rotineiro da fazenda, cuja excelência o pai não contestou; mas o herdeiro repreendeu o pai por nunca lhe ter dado ao menos um cabrito para alegrar-se com seus amigos, enquanto agora que o filho transviado e gastador retornara, o pai até matara para ele um novilho cevado. É significativo o fato de o filho mais velho designar o penitente como “esse teu filho”, e não como “meu irmão”. O primogênito, ensurdecido pela ira egoísta, recusou-se a entender a garantia afetuosa: “Filho, tu sempre estás comigo; tudo o que é meu é teu”, e com o coração endurecido pelo ressentimento, permaneceu impassível diante da emocionada explosão de amor: “esse teu irmão estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado”.

Não existe justificativa para exaltarmos a virtude do arrependimento por parte do filho pródigo acima dos serviços fiéis e constantes de seu irmão, que permanecera em casa, atento aos deveres dele requeridos. O filho devotado era o herdeiro; o pai não menoscabou seu valor, nem lhe negou seus méritos. O desagrado pelo regozijo causado pela volta do irmão foi uma exibição de falta de liberalidade e mesquinhez. Mas, dos dois irmãos, o mais velho era o mais fiel, fossem quais fossem seus pequenos defeitos. O ponto especial ressaltado pelo Senhor em Sua lição, ligava-se às suas fraquezas egoístas e descaridosas.

Os fariseus e escribas, a quem foi dirigida esta obra-prima de incidente ilustrativo, devem ter tomado para si sua aplicação pessoal. Eles haviam sido tipificados pelo filho mais velho, laboriosamente atento à rotina, trabalhando dura, metódica e automaticamente nos multifários serviços do campo, sem qualquer interesse que não fosse o seu próprio, e relutantes em receber de braços abertos um publicano ou um pecador arrependido. De tais, apartavam-se; esses poderiam ser para o Pai indulgente e magnânimo “esse teu filho”, mas para eles, nunca um irmão. Não lhes importava quem, ou quantos se perdessem, desde que o retorno de pródigos penitentes não

perturbasse sua herança e posse. Mas a parábola não era apenas para eles. Ela constitui, para todas as épocas, uma dádiva viva e perene de doutrinação sadia e alimento para a alma. Nem uma palavra aparece para justificar ou desculpar o pecado do filho pródigo, pois quanto a isto, o Pai não podia encarar o pecado com o mínimo grau de tolerância;¹⁶ mas pelo arrependimento do pecador e contrição de sua alma, Deus e as hostes celestiais Se rejubilaram.

As três parábolas que aparecem no registro escriturístico como partes de um discurso contínuo são unânimes em retratar a alegria reinante nos céus com a recuperação de uma alma que era contada entre as perdidas — seja essa alma simbolizada por uma ovelha que se transvia, uma moeda que cai, sem ser vista, em consequência de incúria da dona, ou um filho que, deliberadamente se aparta do lar e do céu. Não há justificativa para a suposição de que um pecador arrependido deve ter precedência sobre uma alma justa que resistiu ao pecado; se tal fosse o procedimento de Deus, então Cristo, o único Homem sem pecado, seria sobrepujado na estima do Pai pelos ofensores regenerados. Embora seja indefensavelmente ofensivo como é o pecado, o pecador ainda é precioso aos olhos do Pai, pela possibilidade de seu arrependimento e volta à retidão. A perda de uma alma é algo muito real e muito grande para Deus. Ele sofre e Se aflige por ela, pois Sua vontade é que ninguém pereça.¹⁷

Os Discípulos Instruídos por meio de Parábolas

Dirigindo-se mais diretamente aos discípulos presentes, que nesta ocasião provavelmente abrangiam, além dos apóstolos, muitos crentes, inclusive mesmo alguns publicanos, Jesus proferiu a *Parábola do Mordomo Infiel*.¹⁸

“E dizia também aos seus discípulos: Havia um certo homem rico, o qual tinha um mordomo; e este foi acusado perante ele de dissipar os seus bens. E ele, chamando-o, disse-lhe: Que é isto que ouço de ti? Dá contas da tua mordomia, porque já não poderás ser mais meu mordomo. E o mordomo desse consigo: Que farei, pois que o meu senhor me tira a mordomia? Cavar, não posso; de mendigar, tenho vergonha. Eu sei o que hei de fazer, para que, quando for desapossado da mordomia, me recebam em suas casas. E, chamando a si cada um dos devedores do seu senhor, disse ao primeiro: Quanto deves ao meu senhor? E ele respondeu: Cem medidas de azeite. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e assentando-te já escreve cinquenta. Disse depois a outro: E tu quanto deves? E ele respondeu: Cem alqueires de trigo. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e escreve oitenta. E louvou aquele senhor o injusto mordomo por haver procedido prudentemente, porque os filhos deste mundo são mais prudentes na sua geração do que os filhos da luz.”

As três parábolas precedentes apresentam suas lições por meio de íntima analogia e similaridades; esta ensina por meio de contraste de situações. O administrador da história era o agente autorizado de seu empregador, possuindo o que chamaríamos de documento legal para agir em nome do patrão.¹⁹ Ele foi chamado para prestar contas

em consequência de uma denúncia sobre seu desperdício e falta de cuidado. O administrador não negou sua culpa e imediatamente foi notificado de que seria despedido. Um tempo considerável seria requerido para preparar as contas antes de passar o cargo ao seu sucessor. Nesse intervalo, durante o qual ainda possuía autoridade, resolveu usar tanto quanto possível para seu próprio proveito, embora prejudicando ainda mais os interesses de seu amo. Ele considerou o estado de dependência em que logo ficaria. Sendo gastador e extravagante, não economizara nada de seus rendimentos; esbanjara o próprio dinheiro e o de seu senhor. Sentia que não estava apto para o trabalho braçal; e se envergonharia de pedir, especialmente na comunidade onde havia sido um gastador pródigo e uma pessoa de influência. Com o fim de colocar outros em posição de lhe dever uma obrigação, de forma que quando desempregado pudesse mais efetivamente apelar para eles, chamou os devedores de seu senhor e autorizou-os a mudarem suas cauções, escrituras de venda ou promissórias, de maneira a mostrar uma dívida grandemente diminuída. Defraudou seu empregador e enriqueceu os devedores através dos quais esperava ser beneficiado. Muitos de nós nos surpreendemos ao saber que o amo, tendo conhecimento do que o seu previdente, embora egoísta e desonesto administrador havia feito, lhe perdoou a ofensa e o elogiou pelo seu planejamento, “porque se houvera atiladamente”, como diz nosso texto, ou “porque agira prudentemente” como vários estudiosos afirmam ser a melhor tradução.

Definindo a moral da parábola, Jesus disse:²⁰ “porque os filhos deste mundo são mais prudentes na sua geração do que os filhos da luz. E eu vos digo: Granjeai amigos com as riquezas da injustiça; para que, quando estas vos faltarem, vos recebam eles nos tabernáculos eternos”. O propósito de nosso Senhor era mostrar o contraste entre o cuidado, consideração e devoção de homens ocupados em afazeres terrenos lucrativos, e o pouco entusiasmo de muitos que afirmam estar buscando as riquezas espirituais. Homens preocupados com as coisas do mundo não negligenciam as provisões para o futuro, e freqüentemente se esforçam, de maneira pecaminosa, para acumular em abundância, enquanto os “filhos da luz”, ou aqueles que acreditam que a riqueza espiritual está acima de todas as possessões mundanas, são menos vigorosos, prudentes, ou sábios. Por “riquezas da injustiça”, ou “mamom da iniquidade”, como aparece na versão inglesa, podemos entender riquezas materiais e coisas mundanas. Embora muito inferior aos tesouros do céu, o dinheiro, ou o que ele representa, pode ser o meio de realizar o bem, e de ajudar a cumprir os propósitos de Deus. O conselho de nosso Senhor foi utilizar “mamom” em boas obras, enquanto ele durar, pois algum dia poderá faltar, e somente os resultados alcançados pelo seu uso perdurarão.²¹ Se o administrador iníquo, quando expulso da casa de seu patrão por causa de sua desonestidade, pode esperar ser recebido nos lares daqueles a quem favoreceu, quão mais confiantemente aqueles que se dedicam genuinamente ao bem, podem esperar ser recebidos nas mansões eternas de Deus! Isto parece ser parte da lição.

Não foi a desonestidade do administrador que a lição exaltou; entretanto, sua prudência e previsão foram elogiadas, pois, embora aplicando mal o dinheiro do patrão,

aliviou os devedores. E, fazendo-o, não ultrapassou seus poderes legais, pois ainda era o administrador, embora fosse moralmente culpado de malfeitoria. A lição pode ser resumida desta forma: Faça uso de sua riqueza de maneira a garantir amigos no futuro. Seja diligente, pois o dia em que pode fazer uso de suas riquezas terrenas logo passará. Aprenda até mesmo com os desonestos e com os iníquos. Se eles são tão prudentes, de forma a armazenar provisões para o único futuro de que cogitam, quanto mais vós, que acreditais em um futuro eterno, deveis armazenar provisões para esse futuro. Se não aprenderdes a aplicar sabedoria e prudência no uso de “iníquo mamom”, como vos poderão ser confiadas riquezas mais duradouras? Se não aprenderdes a usar apropriadamente a riqueza de outra pessoa, que está sob vossa administração, como podeis esperar alcançar sucesso no cuidado de uma grande riqueza que poderá vir a pertencer-vos? Imitai o administrador injusto e os amantes de mamom, não em sua desonestidade, cupidez e acúmulo ávaro de riquezas que são apenas transitórias, mas no seu zelo, providência, e previsão para o futuro. Ademais, não deixeis que a riqueza se transforme em vosso senhor; mantende-a no seu devido lugar, como servo, pois “Nenhum servo pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer um e amar o outro, ou se há de chegar a um e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom.”

Enfrentando o Escárnio dos Fariseus; Outra Parábola Ilustrativa²²

Os fariseus, que eram gananciosos, ou mais precisamente amantes do dinheiro,²³ ouviram as instruções que acabamos de considerar, dadas aos discípulos e abertamente zombaram do Mestre e da lição. Que sabia esse galileu, que nada possuía além das roupas que usava, a respeito de dinheiro e da melhor maneira de administrá-lo? A resposta de nosso Senhor às suas palavras de escárnio foi uma condenação ainda maior. Eles conheciam todos os truques do mundo de negócios, e podiam superar o mordomo infiel em manipulações astuciosas; e ainda com tanto sucesso se justificavam diante dos homens, que davam a todos a impressão de que eram honestos e íntegros. Também ostentavam um certo tipo de simplicidade, franqueza e abnegação, exteriormente declarando sua superioridade sobre os saduceus, amantes da luxúria. Haviam-se tornado arrogantemente orgulhosos de sua humildade, mas Deus conhecia o seu coração; e as características de personalidade, e as práticas das quais mais se ufanavam, eram uma abominação à Sua vista. Eles se apresentavam como guardiães da lei e expositores dos profetas. A “lei e os profetas” haviam vigorado até o tempo de João Batista, a partir de quando o evangelho do reino fora pregado, ansiando o povo por entrar nele, embora a teocracia lutasse fortemente para evitá-lo. A lei não fora invalidada, seria mais fácil que o céu e a Terra passassem, do que um til da lei deixasse de ser cumprido;²⁴ mas aqueles fariseus e escribas haviam tentado anular a lei. Na questão do divórcio, por exemplo, eles, com suas adições ilegais, e falsas interpretações, passaram a tolerar até mesmo o adultério.

Como lição adicional, o Mestre proferiu a *Parábola do Rico e de Lázaro*.

“Ora, havia um homem rico, e vestia-se de púrpura e de linho finíssimo, e vivia todos os dias regalada e esplendidamente. Havia também um certo mendigo, chamado Lázaro, que jazia cheio de chagas, à porta daquele; e desejava alimentar-se com as migalhas que caíam da mesa do rico; e os próprios cães vinham lambe-lhe as chagas. E aconteceu que o mendigo morreu, e foi levado pelos anjos para o seio de Abraão; e morreu também o rico, e foi sepultado. E no hades, ergueu os olhos estando em tormentos, e viu ao longe Abraão, e Lázaro no seu seio. E, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim, e manda a Lázaro que molhe na água a ponta do seu dedo e me refresque a língua, porque estou atormentado nesta chama. Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro somente males; e agora este é consolado e tu atormentado. E, além disso, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que quisessem passar daqui para vós não poderiam, nem tampouco os de lá passar para cá. E disse ele: Rogo-te pois, ó pai, que o mandes à casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos; para que lhes dê testemunho, a fim de que não venham também para este lugar de tormento. Disse-lhe Abraão: Têm Moisés e os profetas; ouçam-nos. E disse ele: Não, pai Abraão; mas, se algum dos mortos fosse ter com eles, arrepender-se-iam. Porém, Abraão, lhe disse: Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco acreditarão, ainda que algum dos mortos ressuscite.”²⁵

O mendigo enfermo é honrado com um nome; o outro é simplesmente designado de “certo homem rico”.²⁶ Os dois são apresentados como extremos de contraste entre a riqueza e a penúria. O rico estava vestido com as roupas mais luxuosas: púrpura e linho finíssimo, e seu alimento diário era uma festa suntuosa. Lázaro fora levado aos portões do palácio do rico, e deixado lá, um mendigo desamparado, com o corpo coberto de feridas. O rico era servido por empregados prontos a atender ao seu menor desejo; o pobre, junto ao portão, não tinha companheiros nem servos, exceto os cães que, como ele próprio, esperavam pelos restos da mesa do rico. Tal era a situação dos dois na vida. Uma mudança abrupta de cena mostra os mesmos dois do outro lado do véu, que paira entre esta vida e o além-túmulo. Lázaro morrera; não é feita menção do seu enterro; seu corpo ferido provavelmente fora atirado numa vala comum; mas anjos levaram seu espírito imortal ao Paraíso, o lugar de descanso dos abençoados e comumente conhecido, na linguagem figurativa dos rabis, como o seio de Abraão. O rico também morrera; seu enterro, sem dúvida alguma, fora suntuoso, mas não lemos sobre quaisquer anjos recebendo seu espírito. No inferno, levantou os olhos e viu à distância Lázaro, em paz, na morada de Abraão.

Como judeu, o homem freqüentemente se vangloriara de ter Abraão por pai; e agora, o espírito infeliz apelava para o patriarca da sua raça, chamando-o de “Pai Abraão”, e pedia-lhe apenas a graça de uma simples gota d’água sobre os lábios crestados; e suplicou que Lázaro, o antigo mendigo, lha trouxesse. A resposta elucidou certas condições existentes no mundo espiritual, embora, como geralmente acontece no uso das parábolas, a apresentação seja grandemente figurativa. Chamando o pobre espírito atormentado de “Filho”, Abraão fê-lo recordar todas as coisas que guardara para si na Terra, enquanto Lázaro era um mendigo negligenciado e sofredor, junto aos

portões de seu palácio. Agora, pela aplicação da lei divina, Lázaro recebera a recompensa, e ele, a retribuição. Ademais, era impossível atender ao seu pedido, pois entre a morada dos justos, onde descansava Lázaro, e a dos iníquos, onde ele sofria, “está posto um grande abismo”, e a passagem entre os dois é interdita. O pedido seguinte, do miserável sofredor, não foi totalmente egoísta — em sua angustia, lembrou-se daqueles de quem se separara pela morte, ansioso de salvar seus irmãos do destino que encontrara; e suplicou que Lázaro fosse mandado de volta à Terra para visitar o lar ancestral, e avisar os irmãos egoístas, luxuriosos, e ainda mortais, sobre o terrível fim que os esperava, caso não se arrependessem e se reformassem. Talvez houvesse nesse pedido uma insinuação de que, se ele tivesse sido suficientemente avisado, teria agido melhor e escapado ao tormento. Quando lhe foi dito que tinham as palavras de Moisés e dos profetas, às quais deveriam obedecer, replicou que se alguém do mundo dos mortos os visitasse, certamente se arrependeriam. Abraão respondeu que, se não davam ouvidos a Moisés e aos profetas, “tampouco acreditarão, ainda que algum dos mortos ressuscite”.

Em qualquer tentativa para interpretar a parábola como um todo, ou para aplicar definitivamente qualquer de suas partes, devemos lembrar de que a mesma foi dirigida aos fariseus como repreensão instrutiva pelo escárnio e mofa com que haviam recebido o aviso do Senhor a respeito dos perigos que acompanhavam a servidão a Mamom. Jesus empregou na parábola metáforas judaicas, e uma tal imagem retórica, que atingiria os expositores oficiais de Moisés e dos profetas da maneira mais direta. Embora, como prática, seja extremamente parcial deduzir princípios doutrinários de incidentes parabólicos, não podemos admitir que Cristo ensinasse algo falso mesmo em parábola; e, portanto, aceitamos como verdadeiro o retrato das condições no mundo dos espíritos. Que os justos e os injustos habitam separadamente durante o intervalo entre a morte e a ressurreição, é claro. O paraíso, ou, como os judeus gostam de designar o local abençoado, “seio de Abraão”, não é o lugar da glória final, assim como o inferno ao qual foi confiado o espírito do homem rico, não é a habitação última dos condenados.²⁷ As obras dos homens, entretanto, seguem-nos nesse estado preliminar ou intermediário;²⁸ e os mortos certamente descobrirão que sua morada é aquela para a qual se qualificaram quando estavam na carne.

O destino do rico não foi uma conseqüência da riqueza, nem o descanso concedido a Lázaro o resultado de sua pobreza. A falha em usar sua fortuna dignamente, e a satisfação egoísta pelos prazeres sensuais das coisas terrenas, de forma a excluir qualquer preocupação pelas necessidades ou privações de seus semelhantes, fez com que um fosse condenado; ao passo que a paciência no sofrer, a fé em Deus e uma vida íntegra, que está subentendida, embora não expressada, garantiu a felicidade do outro. A auto-suficiência orgulhosa do rico, que não sentia falta de nada que o dinheiro pudesse fornecer, e que se conservava alheio às necessidades e sofrimentos do próximo, foi o seu pecado dominante. A indiferença dos fariseus, da qual na verdade se orgulhavam, como indica seu próprio nome que significa “separatistas”, foi dessa maneira condenada. A parábola ensina a continuação da existência individual após a

morte, e a relação de causa e efeito entre a vida que a pessoa leva na mortalidade e o estado que a espera na vida futura.

Servos Inúteis²⁹

Dos fariseus, Jesus voltou-Se para Seus discípulos e exortou-os à diligência. Tendo-os acautelado contra as afirmações ou ações imprudentes, com as quais outros poderiam ofender-se, continuou ressaltando a absoluta necessidade da devoção abnegada, da tolerância e do perdão. Os apóstolos, compreendendo a dedicação integral requerida deles, imploraram ao Senhor, dizendo: “Aumenta-nos a fé”. Foi-lhes mostrado que a fé era computada mais em termos de qualidade do que de quantidade; e a analogia do grão de mostarda foi novamente lembrada. “E disse o Senhor: Se tivésseis fé como um grão de mostarda, diríeis a esta amoreira: Desarraiga-te daqui, e planta-te no mar; e ela vos obedeceria”³⁰ Sua fé poderia ser melhor avaliada pela obediência e pelo serviço incansável.

Isto foi ressaltado pela *Parábola dos Servos Inúteis*.

“E qual de vós terá um servo a lavrar ou a apascentar gado, a quem, voltando ele do campo, diga: Chega-te, e assenta-te à mesa? E não lhe diga antes: Prepara-me a ceia, e cinge-te, e serve-me, até que tenha comido e bebido, e depois comerás e beberás tu? Porventura dá graças ao tal servo porque fez o que lhe foi mandado? Creio que não. Assim também vós, quando fizerdes tudo o que vos for mandado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos somente o que devíamos fazer.”

O servo pode sentir que após um dia de trabalho no campo tem direito de descansar. Mas, chegando à casa, encontra outras tarefas esperando por ele. O patrão tem direito ao tempo e à atenção do servo — esta é uma das condições do seu contrato de trabalho. E embora o empregador possa agradecer-lhe ou recompensá-lo de alguma forma, o servo não pode exigir tal recompensa. Assim também os apóstolos, que se haviam entregue totalmente ao serviço do Mestre, não deviam hesitar ou levantar objeções, fosse qual fosse o esforço ou sacrifício requerido. O melhor que conseguissem fazer não seria mais do que o seu dever. E, sem levar em conta a estimativa do seu valor por parte do Mestre, deviam considerar-se servos inúteis.³¹

Dez Leprosos Curados³²

Em sua viagem para Jerusalém, Jesus “passou pelo meio de Samaria e da Galiléia”. Dez homens atacados de lepra aproximaram-se, provavelmente chegando tão perto quanto o permitia a lei, o que ainda os conservava bem distantes. Estes homens eram de nacionalidades diversas; a praga que sofriam em comum, fê-los companheiros no infortúnio. Gritaram eles: “Jesus, Mestre, tem misericórdia de nós!” O Senhor respondeu: “Ide, e mostrai-vos aos sacerdotes.”³³ Esta ordem subentendia a sua cura final; a obediência seria o teste da fé. Ninguém que houvesse sido leproso podia legalmente voltar à vida da comunidade até ser declarado limpo por um

sacerdote. Os enfermos apressaram-se em obedecer à ordem do Senhor, “e aconteceu que, indo eles, ficaram limpos”³⁴ Um dos dez retornou, e em altos brados glorificou a Deus; e depois, prostrou-se aos pés de Cristo, dando graças. É-nos dito que o homem agradecido era um samaritano, pelo que inferimos que alguns dos outros seriam judeus. Magoado pela falta de gratidão dos outros nove, Jesus exclamou: “Não foram dez os limpos? E onde estão os nove? Não houve quem voltasse para dar glória a Deus senão este estrangeiro?” E ao samaritano que ainda rendia graças aos Seus pés, o Senhor disse: “Levantate, e vai; a tua fé te salvou.” Indubitavelmente, os nove que não retornaram, obedeceram estritamente à letra da ordem do Senhor — pois Ele lhes dissera que se dirigissem aos sacerdotes. Mas sua falta de gratidão e o fato de não terem reconhecido o poder de Deus na sua cura, contrasta desfavoravelmente com o espírito do décimo — e ele era samaritano. A ocorrência deve ter impressionado os apóstolos como outra evidência de aceitação e possível superioridade por parte dos estrangeiros, para descrédito das afirmações judaicas de superioridade independente de mérito.

O Fariseu e o Publicano³⁵

“E disse também esta parábola a uns que confiavam em si mesmos, crendo que eram justos, e desprezavam os outros: Dois homens subiram ao templo, para orar; um, fariseu, e o outro, publicano. O fariseu, estando em pé, orava consigo desta maneira: Ó Deus, graças te dou, porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano. Jejuo duas vezes na semana, e dou os dízimos de tudo quanto possuo. O publicano, porém, estando em pé, de longe, nem ainda queria levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, tem misericórdia de mim, pecador! Digo-vos que este desceu justificado para sua casa, e não aquele; porque qualquer que a si mesmo se exalta será humilhado e qualquer que a si mesmo se humilha será exaltado.”

É-nos dito expressamente que esta parábola foi dada para o benefício de certas pessoas que confiavam em sua pseudo-retidão como garantia de justificativa perante Deus. Não foi dirigida aos fariseus e nem aos publicanos especificamente. Os dois personagens são tipos de classes grandemente distintas. Devia existir uma grande dose do espírito farisaico de autocomplacência entre os discípulos, e um pouco entre os próprios Apóstolos. Um fariseu e um publicano foram ao templo orar. O fariseu orou “para si mesmo”; suas palavras dificilmente poderiam ser interpretadas como uma oração a Deus. Ter ele permanecido de pé enquanto orava não foi uma atitude imprópria, pois isso era costume — o publicano também ficou de pé. O fariseu agradeceu a Deus por ser tão melhor que outros homens. Ele era fiel à sua classe, um separatista que olhava com desprezo todos aqueles que não eram como ele. Não ser como “este publicano” foi motivo de agradecimento especial. Gabar-se de jejuar duas vezes na semana e de pagar os dízimos de tudo o que possuía, foi uma especificação de valor acima do que era requerido pela lei então vigente; assim, sugeria que Deus era seu devedor.³⁶ O publicano, em lugar afastado, estava tão oprimido pela consciência

do pecado, e por sua necessidade absoluta de auxílio divino, que abaixou os olhos e bateu no peito, suplicando piedade como pecador penitente. O fariseu partiu, justificado diante de sua própria consciência e diante dos homens, mais orgulhoso do que nunca. O outro foi para casa justificado perante Deus, embora ainda fosse um desprezado publicano. A parábola aplica-se a todos os homens. Sua moral foi resumida em uma repetição das palavras de nosso Senhor, pronunciadas na casa do chefe fariseu: “Porque todo o que se exalta, será humilhado; mas o que se humilha, será exaltado.”³⁷

Sobre o Casamento e o Divórcio³⁸

Ao dirigir-se para Jerusalém, em pequenas etapas, e enquanto ainda “além do Jordão” e, portanto, em território da Peréia, Jesus foi procurado por um grupo de fariseus que o buscavam com a intenção de levá-lo a dizer ou fazer algo em que pudessem basear uma acusação. A pergunta que haviam concordado em submeter, relacionava-se ao casamento e divórcio, e nenhum assunto havia sido mais veementemente contestado em suas próprias escolas e entre seus próprios rabis.³⁹ Os astuciosos argüidores devem ter esperado que Jesus denunciasse o adultério em que vivia Herodes Antipas, chamando assim sobre si a fúria de Herodias, a quem João Batista devia a sua morte. “É lícito ao homem repudiar a sua mulher por qualquer motivo?” perguntaram. Jesus citou a lei original e eterna de Deus sobre a questão; e indicou a única conclusão racional a ser tirada da mesma: “Não tendes lido que aquele que os fez no princípio macho e fêmea os fez, e disse: Portanto deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem.”⁴⁰ Deus havia provido o casamento honroso e feito a relação entre marido e mulher superior à relação dos filhos para com os pais. O rompimento de tal união era idéia do homem, não um mandamento de Deus. Os fariseus replicaram prontamente: “Então por que mandou Moisés dar carta de divórcio e repudiá-la?” Seja aqui lembrado que Moisés não ordenara o divórcio, mas estabeleceu que no caso de um homem separar-se de sua esposa, deveria dar-lhe carta de divórcio.⁴¹ Jesus deixou isso claro, dizendo: “Moisés por causa da dureza dos vossos corações vos permitiu repudiar vossas mulheres: mas no princípio não foi assim.”

Seguiu-se um requisito mais elevado do evangelho: “Eu, porém, vos digo, qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de prostituição, faz que ela cometa adultério, e qualquer que casar com a repudiada comete adultério.”⁴² A cláusula mosaica tinha sido apenas permissível e justificável em consequência da iniquidade existente. Fidelidade estrita à doutrina enunciada por Jesus Cristo é o único meio pelo qual uma ordem social perfeita pode ser mantida. É importante notar-se, entretanto, que em sua resposta aos casuísticos fariseus, Jesus não anunciou qualquer regra específica ou obrigatória, relativa a divórcios legais; o abandono de uma esposa, como considerado pelo costume mosaico, não envolvia qualquer investigação ou ato judicial por parte de uma corte estabelecida. Nos dias de nosso Senhor, a ausência de energia

sobre o assunto das obrigações maritais produzira um estado de espantosa corrupção em Israel. E a mulher, que pela lei de Deus fora dada por companheira e associada do homem, tornara-se sua escrava. Jesus Cristo foi o maior defensor do sexo feminino, no mundo.⁴³

Os fariseus retiraram-se, frustrados em seu propósito e condenados em sua consciência. A interpretação rigorosa do Senhor sobre os laços matrimoniais, espantou até mesmo alguns dos discípulos; estes O procuraram particularmente, dizendo que se um homem ficava assim tão comprometido, seria melhor jamais casar-se. O Senhor desaprovou tão ampla generalização, a não ser quando em casos especiais. Existiam alguns que eram fisicamente incapacitados para o casamento; outros devotavam-se voluntariamente ao celibato, e alguns o adotavam “por causa do reino dos céus”, para que assim pudessem estar livres para dedicar todo o seu tempo e energia ao serviço do Senhor. Mas a conclusão dos discípulos de que “não convém casar-se” era válida somente nos casos excepcionais citados. O matrimônio é nobre,⁴⁴ pois nem o homem sem a mulher, nem a mulher sem o homem podem ser perfeitos à vista do Senhor.⁴⁵

Jesus e os Pequeninos⁴⁶

O acontecimento registrado a seguir é de extraordinária doçura, rico em ensinamento e inestimável como exemplo. Algumas mães levaram seus filhos a Jesus, desejando, reverentemente, que a vida dos pequeninos fosse iluminada pela visão do Mestre, e abençoada por um toque de Sua mão ou uma palavra de Seus lábios. O fato aparece, numa seqüência apropriada, após as instruções do Senhor concernentes à santidade do matrimônio e do lar. Os discípulos, cuidando que Seu Mestre não fosse perturbado desnecessariamente, e conscientes das exigências contínuas com respeito ao Seu tempo e atenção, repreenderam aquelas que assim se aventuravam a importuná-Lo. Até mesmo os discípulos pareciam estar sob a influência do conceito tradicional de que as mulheres e as crianças eram de posição inferior, e que procurar a atenção do Senhor constituía para elas um ato presunçoso. Jesus aborreceu-Se com o zelo mal empregado de Seus seguidores, e repreendeu-os. E então pronunciou aquela frase memorável, de infinita ternura e divina afeição: “*Deixai vir a mim os meninos, não os impeçais, porque dos tais é o reino de Deus.*” Tomando as crianças uma por uma nos braços, impôs-lhes as mãos e as abençoou.⁴⁷ Depois, disse Ele: “Em verdade vos digo: Que qualquer que não receber o reino de Deus como menino, não entrará nele.”⁴⁸

“Só uma Coisa Te Falta”⁴⁹

No caminho, Jesus foi abordado por um jovem que corraera para encontrá-Lo ou alcançá-Lo, e que se ajoelhou aos Seus pés, perguntando: “Bom Mestre, que bem farei para conseguir a vida eterna?” A pergunta foi feita com ansiedade — o rapaz estava com um espírito muito diferente daquele do doutor da lei que fez a mesma pergunta com o intuito de tentar o Mestre.⁵⁰ Jesus disse: “Por que me chamas bom? Não há bom

senão um só que é Deus.” Este comentário não foi uma negação do fato de que não existia pecado no Salvador; o jovem O havia chamado de “bom” por uma questão de polidez, e não em reconhecimento a Sua Divindade, e Jesus declinou reconhecer a distinção aplicada nesse sentido. As palavras do Senhor devem ter aprofundado a concepção do jovem quanto à seriedade de sua pergunta. Então disse Jesus: “Se quiseres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos.” Em resposta à pergunta seguinte, sobre quais eram esses mandamentos, Jesus citou a proibição do assassinio, do adultério, do roubo, e do falso testemunho, e a recomendação de honrar os pais e amar o próximo como a si mesmo. Com simplicidade e sem orgulho, o jovem disse: “Tudo isso tenho guardado desde a minha mocidade. Que me falta ainda?” Sua sinceridade evidente agradou a Jesus, que o olhou com amor e disse: “Falta-te uma coisa: vai, vende tudo quanto tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, toma a cruz e segue-me.”⁵¹

O rapaz ficou desapontado e entristecido. Provavelmente, esperava ouvir do grande Mestre a prescrição de uma certa observância especial, pela qual podia ser alcançada a excelência. Lucas nos diz que o jovem era uma autoridade; isso pode significar que ele era um oficial presidente na sinagoga local, ou possivelmente membro do Sinédrio. Era bem versado na lei, e obedecia a ela estritamente. Desejava progredir com boas obras e garantir seu direito a uma herança eterna. Mas o Mestre prescrevera o que ele menos esperava, e “pesaroso desta palavra, retirou-se triste; porque possuía muitas propriedades”. A seu modo, ansiava pelo reino de Deus, mas amava suas grandes propriedades com maior devoção. Renunciar à riqueza, posição social e importância oficial, era sacrifício demasiado grande; e a abnegação necessária era uma cruz pesada demais para ele, embora um tesouro celestial e a vida eterna lhe fossem oferecidos. O amor às coisas mundanas era a fraqueza dominante deste homem. Jesus diagnosticou seu caso e prescreveu um remédio adequado. Não podemos dizer que o mesmo tratamento seja o melhor em todos os casos de enfermidade espiritual, mas quando os sintomas indicarem a necessidade, poderá ser empregado com toda confiança na cura.

Olhando tristemente para a figura do rapaz que se retirava, Jesus disse aos discípulos: “Em verdade vos digo que é difícil entrar um rico no reino dos céus.” Para que a lição fosse gravada mais profundamente, Ele aplicou um dos provérbios figurativos da época, e disse: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus.”⁵² Os discípulos maravilharam-se diante desta declaração. “Sendo assim, quem pode ser salvo?” indagaram. Jesus compreendeu sua perplexidade, e encorajou-os, dizendo que para Deus todas as coisas são possíveis. Assim lhes foi dado compreender que, embora a riqueza seja um meio de tentação ao qual muitos sucumbem, não é um obstáculo insuperável, ou barreira intransponível que impeça a entrada no reino. Tivesse o jovem seguido o conselho que pediu, suas riquezas lhe teriam possibilitado prestar serviços meritórios como poucos têm a oportunidade de fazer. O desejo de colocar o reino de Deus acima de todas as posses materiais, era a

única coisa que lhe faltava.⁵³ Cada um de nós pode, igualmente, perguntar: “Que me falta?”

Os Primeiros Poderão Ser Últimos, e os Últimos, Primeiros⁵⁴

A triste partida do jovem, cujas grandes riquezas eram parte tão importante de sua vida que a elas não podia na ocasião renunciar, embora possamos ter esperança de que o tenha feito posteriormente, provocou em Pedro uma pergunta abrupta, que revela o curso de seus pensamentos e aspirações: “Eis que nós tudo deixamos e te seguimos: que será, pois, de nós?” Se ele falou apenas por si mesmo, ou se o uso do plural “nós” implicava na inclusão de todos os Doze, é incerto e de importância secundária. Ele estava pensando no lar e na família que deixara, e a saudade que sentia deles era perdoável; estava também pensando nos barcos e redes, anzóis e linhas, e o negócio lucrativo que tais coisas representavam. A tudo isso renunciara. Qual seria sua recompensa? Jesus respondeu: “Em verdade vos digo que vós, que me seguistes, quando, na regeneração, o Filho do Homem se assentar no trono da sua glória, também vos assentareis sobre doze tronos, para julgar as doze tribos de Israel.” É duvidoso que Pedro ou qualquer dos outros membros dos Doze jamais tivesse concebido tão grande distinção. O dia da regeneração, quando o Filho do Homem se assentar no trono de sua glória, como Juiz e Rei, é ainda futuro, mas nesse dia, aqueles dentre os Doze do Senhor, que permaneceram fiéis até o fim, serão entronizados como juizes de Israel. Foi-lhes garantido ainda que “todo aquele que tiver deixado casas, ou irmãos, ou irmãs, ou pai, ou mãe, ou mulher, ou filhos, ou terras, por amor do meu nome, receberá cem vezes tanto, e herdará a vida eterna.” Recompensas de valor tão transcendental podiam ser bem pouco imaginadas ou compreendidas. E para que aqueles a quem essas promessas foram feitas não contassem demasiadamente certo com o sucesso, de forma a negligenciar o esforço, e a se tornarem também orgulhosos, o Senhor acautelou-os com este preceito profundo: “Porém muitos primeiros serão os derradeiros, e muitos derradeiros serão os primeiros.”

Foi o texto do sermão que conhecemos como *Parábola dos Trabalhadores na Vinha*.⁵⁵ Ei-lo:

“Porque o reino dos céus é semelhante a um homem, pai de família, que saiu de madrugada a assalariar trabalhadores para a sua vinha. E, ajustando com os trabalhadores a um dinheiro por dia, mandou-os para a sua vinha. E, saindo perto da hora terceira, viu outros que estavam ociosos na praça, e disse-lhes: Ide vós também para a vinha, e dar-vos-ei o que for justo. E eles foram. Saindo outra vez, perto da hora sexta e nona, fez o mesmo, e, saindo perto da hora undécima, encontrou outros que estavam ociosos, e perguntou-lhes: Por que estais ociosos todo o dia? Disseram-lhe eles: Por que ninguém nos assalariou. Diz-lhes ele: Ide vós também para a vinha, e recebereis o que for justo. E aproximando-se a noite, diz o senhor da vinha ao seu mordomo: Chama os trabalhadores e paga-lhes o jornal, começando pelos derradeiros até os primeiros. E chegando os que tinham ido perto da hora undécima, receberam um

dinheiro cada um; vindo, porém, os primeiros, cuidaram que haviam de receber mais; mas do mesmo modo receberam um dinheiro cada um; e, recebendo-o, murmuravam contra o pai de família, dizendo: Estes derradeiros trabalharam só uma hora, e tu os igualaste conosco, que suportamos a fadiga e a calma do dia. Mas ele, respondendo, disse a um deles: Amigo, não te faço agravo; não ajustaste tu comigo um dinheiro? Toma o que é teu, e retira-te; eu quero dar a este derradeiro, tanto como a ti. Ou não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou é mau o teu olho porque eu sou bom? Assim, os derradeiros serão primeiros, e os primeiros derradeiros, porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.”

O fato de um proprietário ir ao mercado para contratar trabalhadores era comum na época e no lugar, e ainda acontece em muitas terras. Os primeiros a serem contratados, no curso da narrativa, sem dúvida alguma discutiram o salário. Aqueles que foram contratados às nove, doze e três horas, respectivamente, aceitaram o trabalho sem estipular a quantia a receber. Tão felizes ficaram com a oportunidade de encontrar trabalho, que não perderam tempo especificando termos. As cinco horas da tarde, quando restava apenas uma hora de trabalho, o último grupo foi para a vinha, confiando na palavra do patrão de que receberia um salário adequado. Não era sua culpa se não tinham encontrado trabalho mais cedo; estavam prontos e à espera, no lugar onde era mais fácil encontrá-lo. No fim do dia, os trabalhadores foram receber seus salários. Esse procedimento estava de acordo com a lei e o costume, pois fora estabelecido, por estatuto, em Israel, que o empregador devia pagar ao empregado contratado por dia, antes do pôr-do-sol.⁵⁶ Segundo instruções, o mordomo que agia como pagador começou por aqueles que haviam sido contratados na décima primeira hora; e a cada um deles deu um dinheiro ou centavo romano, equivalente a cerca de quinze centavos de dólar, e o salário costumeiro por um dia de trabalho. Era essa a quantia pedida individualmente por aqueles que haviam iniciado mais cedo; e ao verem que seus companheiros de trabalho que haviam servido somente por uma hora estavam recebendo um centavo cada, provavelmente exultaram na expectativa de receber um salário proporcionalmente maior, a despeito do que haviam combinado. Mas cada um deles recebeu um centavo e nada mais. E então reclamaram — não porque haviam sido mal pagos, mas porque os outros haviam recebido a quantia equivalente a um dia de trabalho por apenas uma hora de serviço. O patrão respondeu com toda a bondade, fazendo-os lembrarem-se do acordo que haviam feito. Não podia ser justo com eles e caridoso com os outros, se essa era a sua vontade? Seu dinheiro lhe pertencia, e podia distribuí-lo como lhe aprouvesse. Havia justificativa para as reclamações que faziam quanto à bondade e caridade do seu senhor? “Assim”, disse Jesus, passando diretamente da história para uma das lições que pretendia ensinar, “os primeiros serão os últimos, porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.”⁵⁷

A parábola era claramente destinada à edificação dos Doze. Foi provocada pela pergunta de Pedro: “Que será, pois, de nós?” Ela é tão válida hoje quanto o era quando dada pelo Mestre como repreensão ao espírito de barganha no trabalho do Senhor. Deus precisa de trabalhadores, e aqueles que trabalharem fiel e eficientemente serão bem-

vindos à vinha. Se, antes de iniciarem, insistirem em estipular o salário, e conseguirem um acordo, cada um receberá seu centavo, desde que não tenha perdido o lugar por indolência ou transgressão. Mas aqueles que trabalharem diligentemente, sabendo que o Mestre lhes dará o que for direito, e pensando mais no trabalho do que no seu salário, serão mais abundantemente enriquecidos. Um homem pode trabalhar por um salário e ainda não ser um mercenário. Entre o digno trabalhador contratado e o mercenário, existe a mesma diferença que distingue o pastor do guardador de ovelhas remunerado.⁵⁸ Não existia uma sugestão de espírito mercenário mesmo na pergunta de um dos apóstolos, “Que será, pois, de nós?” Os Doze haviam sido chamados bem cedo para o serviço no ministério do Salvador; haviam respondido ao chamado, sem promessa de um centavo sequer. Iriam ainda sentir a carga e o calor dos dias, mas foram solenemente acautelados contra tentativas ou desejo de fixar uma recompensa. O Mestre julgará de acordo com o merecimento de cada servo — o salário é na verdade uma dádiva. Pois, com base em um cálculo estrito, qual de nós não está em débito com Deus? Os últimos chamados poderão, como os primeiros, mostrar-se indignos. Nenhuma inversão generalizada é sugerida, pela qual todos os últimos serão avançados e todos os primeiros trabalhadores serão rebaixados. “Muitos primeiros serão últimos”, foi a declaração do Senhor, e conseqüentemente, podemos deduzir que nem todos os últimos, embora alguns deles possam ser contados entre os primeiros. Dos muitos chamados, ou a quem foi permitido trabalhar na vinha do Senhor, poucos se desenvolverão de tal modo a serem escolhidos para a exaltação acima de seus irmãos. Nem mesmo o chamado e ordenação no Santo Apostolado é garantia de eventual exaltação no reino celestial. Iscariotes foi chamado e colocado entre os primeiros; agora, verdadeiramente ele está muito abaixo do último no reino de Deus.

NOTAS DO CAPÍTULO 27

1. Homens Ricos e Seus Administradores — “‘Certo homem rico tinha um administrador.’ Incidentalmente, aprendemos aqui quão equilibradas são as várias condições de vida em uma comunidade, e quão poucas vantagens a riqueza pode conferir ao seu possuidor. À medida que suas propriedades aumentam, seu controle pessoal das mesmas diminui — quanto mais se possui, tanto mais se precisa confiar a outros. Aqueles que fazem seu próprio trabalho não são perturbados por servos desobedientes; os que cuidam de seus próprios interesses não têm trabalho com superintendentes infiéis.” — *Parables of our Lord, de Arnot*, pág. 454.

2. O Mamom da iniquidade. — A versão revisado de Lucas 16:9, diz: “E eu vos recomendo: Fazei amigos por meio do Mamom da iniquidade, para que, quando este vos faltar, eles vos recebam nos tabernáculos eternos.” O conselho do Senhor aos discípulos, foi que usassem as riquezas do mundo de forma a realizarem com elas o bem, pois quando o “mamom”, isto é, todas as posses mundanas talhassem, teriam amigos para recebê-los nos “eternos tabernáculos” ou mansões celestiais. Ao estudar uma parábola baseada em contrastes, como é o caso desta, deve-se ter cuidado para não

levar muito longe qualquer um dos pontos de analogia. Assim, não podemos racionalmente supor que Jesus pretendia ensinar que a prerrogativa de receber qualquer alma nos “eternos tabernáculos”, ou de lá excluí-la, é daqueles que na Terra foram beneficiados ou injuriados pelos atos da pessoa, a não ser do ponto de vista de que o testemunho que prestem sobre seus atos possa ser levado em consideração no julgamento final. Toda a parábola é cheia de sabedoria para aqueles que buscam sabedoria; para os hipócritas, pode parecer inconsistente, como aconteceu com os fariseus que escarneceram de Jesus por causa da parábola que Ele contou. Lucas 16:14 aparece assim na versão revisada: “E os fariseus, que eram amantes do dinheiro, ouviram todas essas coisas; e o ridicularizavam.”

3. Lázaro e Divo. — De todas as parábolas de nosso Senhor que foram registradas, esta é a única na qual um nome pessoal é aplicado a algum dos personagens. O nome “Lázaro” usado na parábola era também o nome verdadeiro de um homem a quem Jesus amava, e que, em ocasião subsequente à apresentação desta parábola, teve a vida restaurada depois de jazer na tumba vários dias. O nome, variante grego de Eleazar, significa “Deus é meu auxílio”. Em muitos escritos teológicos, o rico desta parábola é chamado de Divo, mas o nome não é usado nas escrituras. “Divo” é um adjetivo latino que significa “rico”. Lázaro, irmão de Marta e Maria (João 11:1, 2, 5) é um dos três homens mencionados pelo nome como receptores de benefícios milagrosos de nosso Senhor; os outros dois são Bartimeu (Marcos 10:46) e Malco (João 18:10). Comentando o fato de que nosso Senhor deu um nome ao mendigo e não o deu ao rico, Agostinho (no Sermão xli) pergunta sugestivamente: “Não vos parece que ele esteve lendo um livro onde encontrou escrito o nome do pobre, mas não o nome do rico: por ser aquele o Livro da Vida?”

4. Opiniões Divergentes Acerca do Divórcio. — Em relação às diferentes opiniões sobre esse assunto, encontradas entre as autoridades judaicas no tempo de Cristo, Geikie (vol. ii, pp. 347-8) diz: “Dos assuntos da época mais fortemente debatidos entre as grandes escolas rivais de Hillel e Shammai, nenhum o foi mais do que o divórcio. A escola de Hillel afirmava que o homem tinha o direito de divorciar-se de sua esposa por qualquer motivo que pudesse apresentar, fosse pelo fato de não a amar mais, ou de ter visto outra que lhe agradasse mais, ou de ter a esposa preparado um mau almoço. A escola de Shammai, ao contrário, afirmava que o divórcio só podia ser concedido em caso de adultério e ofensas contra a castidade. Se fosse possível fazer com que Jesus se pronunciasse a favor de qualquer dessas escolas, a hostilidade da outra seria suscitada e, portanto, parecia uma chance favorável para comprometê-Lo.” O seguinte extrato do *Commentary* de Dummelow, que trata de Mateus 5:32 é ilustrativo: “O rabi Akiba (Hillelita) disse: ‘Se um homem encontra uma mulher mais bela que sua própria esposa, ele pode abandoná-la (a esposa), porque é dito — Se ela não encontrar favor em seu olhos.’ A escola de Hillel dizia ‘Se a esposa prepara mal a comida do marido, salgando-a demais ou assando-a em demasia, ela deve ser abandonada.’ Por outro lado, o rabi Jochanan (um Shammaita) disse ‘Abandonar a esposa é odioso.’ Ambas as escolas concordavam que uma esposa divorciada não podia

ser tomada de volta (...) O rabi Chananiah disse que ‘Deus não apôs Seu nome aos divórcios, exceto entre os israelitas, como se tivesse dito: Concedi aos israelitas o direito de despedir suas esposas; mas não o concedi aos gentios.’ Jesus replica que não é privilégio de Israel, mas para infâmia e o opróbrio de Israel, que Moisés tenha achado necessário tolerar o divórcio.

5. Jesus, o Enobrecedor da Mulher. — Geikie assim parafraseia parte da resposta de Cristo à pergunta dos fariseus a respeito do divórcio, e comenta-a: “‘Eu digo, portanto, que quem quer que abandone sua esposa, exceto por causa de fornicção, que destrói a própria essência do matrimônio, dissolvendo a unidade que o mesmo formara, e se case com outra, comete adultério, e quem quer que se case com aquela que é abandonada por qualquer outra causa, comete adultério, porque a mulher é ainda, à vista de Deus, esposa daquele que a divorciou.’ Esta declaração teve uma importância muito mais profunda do que simplesmente silenciar espíões maliciosos. Foi destinada a estabelecer para todos os tempos a lei de Seu Novo Reino, na questão suprema da vida familiar. Baniu completamente de Sua sociedade o conceito da mulher como mero brinquedo, ou como escrava do homem, e fundamentou as verdadeiras relações dos sexos na base eterna da verdade, direito, honra e amor. Enobrecer a Casa e a Família, elevando a mulher à sua verdadeira posição, era essencial para a futura estabilidade do Seu Reino como reino de pureza e valor espiritual. Fazendo o casamento indissolúvel, Ele proclamou os direitos iguais do homem e da mulher dentro dos limites da família e, assim, deu a patente de nobreza às mães do mundo. Pela sua posição de maior nobreza na era cristã, comparada àquela que lhe foi dada na antigüidade, a mulher está em dívida com Jesus Cristo.” — *Life & Words of Christ*, vol. ii, pp. 349.

6. A Bênção das Crianças. — Quando Cristo, como ser ressuscitado, apareceu aos nefitas no continente ocidental, tomou as criancinhas, uma por uma, e as abençoou; e a multidão viu os pequeninos, cercados como que por fogo, enquanto anjos lhes administravam. (3 Néfi 17:11-25.) Por meio de revelação moderna, o Senhor ordenou que todas as criancinhas nascidas na Igreja sejam levadas para serem abençoadas, àqueles que estão autorizados para administrar esta ordenança do Santo Sacerdócio. O mandamento é o seguinte: “Todo membro da Igreja de Cristo que tiver crianças deverão trazê-las aos élderes diante da Igreja, e estes deverão impor as suas mãos sobre elas em nome de Jesus Cristo, e em Seu nome abençoá-las.” Conseqüentemente, é agora costume da Igreja levar as criancinhas à reunião de jejum, nas diversas alas, onde são recebidas — uma por uma — nos braços dos élderes, e abençoadas, sendo-lhes dado o nome, ao mesmo tempo. O pai da criança, se for um élder, deverá participar da ordenança.

A bênção das crianças não é, de qualquer forma, análoga, e muito menos é um substituto da ordenança do batismo, que deverá ser administrado somente àqueles que alcançam a idade de compreensão, e que são capazes de arrependimento. Como já escreveu o autor, “Alguns se referem à ocasião em que Cristo abençoou as criancinhas,

e repreendeu os que queriam impedir que os pequeninos se achegassem, como evidência a favor do batismo das criancinhas (Mat. 19:13; Marcos 10:13; Lucas 18:15); mas, como foi dito de forma concisa: — “Deduzir que se deve batizar as criancinhas pelo fato de que Cristo as bendisse, nada prova além da falta de um argumento melhor; porque a conclusão mais provável seria esta: Cristo bendisse as criancinhas e então as despediu, mas não as batizou; por conseguinte, as criancinhas não precisam ser batizadas.” — *Regras de Fé*, do autor, cap. 6.

7. O Camelo e o Fundo da Agulha. — Comparando a dificuldade de um rico entrar no reino com a de um camelo passar pelo fundo de uma agulha, Jesus usou uma figura retórica que, forte e proibitória quanto o pareça em nossa tradução, era de um tipo familiar àqueles que ouviram o comentário. Havia um “provérbio judeu comum, que dizia que um homem nem mesmo em sonhos via um elefante passar pelo fundo de uma agulha” (Edersheim). Alguns intérpretes insistem que uma corda, e não um camelo, foi mencionada por Jesus, e estes baseiam sua concepção no fato de que a palavra grega *kamelos* (camelo) difere da palavra *kamilos* (corda) em apenas uma letra, e que o suposto erro de substituição de corda por camelo, no texto escriturístico, é devido aos primeiros copistas. Farrar (p. 476) rejeita esta possível interpretação, com base em que provérbios que tratavam de comparações do tipo desta, de um camelo passando pelo fundo de uma agulha, são comuns no Talmud.

Tem-se afirmado que o termo “fundo de agulha” era aplicado a uma pequena porta ou cancela nos grandes portões ou ao lado dos mesmos, nos muros das cidades; e levantou-se a suposição de que Jesus tinha tal portinhola em mente quando falou sobre a impossibilidade aparente de um camelo passar pelo fundo de uma agulha. Seria possível, embora muito difícil para um camelo, passar pelo pequeno portão, e ele não poderia de forma alguma fazê-lo, a não ser que se livrasse de sua carga e de todos os seus arreios. Se esta idéia for correta, podemos encontrar semelhança adicional entre o fato de que o camelo precisa primeiro livrar-se de tudo, não importa quão preciosa a sua carga ou quão caros os seus arreios, e a necessidade do jovem, e de qualquer outro homem, de despojar-se da carga e dos adornos da riqueza, se quiser entrar pelo caminho estreito que leva ao reino. A exposição que o Senhor fez de Sua história é suficiente para os propósitos da lição: “Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível.” (Mat. 19:26.)

8. Preocupação Indevida Quanto ao Salário Quando Se Está a Serviço do Senhor. — A instrutiva e inspiradora Parábola dos Trabalhadores foi provocada pela pergunta interesseira de Pedro: “Que será, pois, de nós?” Com terna misericórdia, o Senhor evitou repreender diretamente Seu servo impulsivo pela preocupação indevida quanto ao pagamento que devia esperar; mas usou o incidente para um excelente propósito, transformando-o no texto de uma valorosa lição. O seguinte comentário de Edersheim é digno de consideração (vol. ii, p. 416): “Existia aqui um profundo perigo para os discípulos: perigo de que abrigassem sentimentos semelhantes àqueles que os fariseus nutriam pelos publicanos perdoados, ou o filho mais velho pelo irmão mais

jovem da parábola; perigo de má interpretação das relações certas, e com isso, do próprio caráter do reino e do trabalho feito nele e por ele. É a isto que a Parábola dos Trabalhadores da Vinha se refere. O princípio que Cristo estabelece é que, conquanto nada que fizermos por Ele deixará de ser recompensado, ainda assim, por uma razão ou por outra, nenhum prognóstico pode ser feito, nenhuma conclusão de auto-retidão pode ser tirada. Não está estabelecido, de forma alguma, que a maior parte do trabalho feito — pelo menos segundo os nossos conceitos e julgamentos — trará uma recompensa maior. Ao contrário, ‘muitos primeiros serão últimos, e os últimos serão primeiros.’ Não *todos* e nem sempre e necessariamente, mas ‘muitos.’ E em tais casos, nenhum mal foi feito. Não existe qualquer reivindicação, nem mesmo em vista das promessas de reconhecimento devido pelo trabalho. Orgulho espiritual e auto-exaltação só podem ser fruto, ou de má interpretação da relação de Deus para conosco, ou de um estado de espírito errôneo em relação a nosso próximo — isto é, indicam inaptidão mental ou moral. Disto a Parábola dos Trabalhadores é uma ilustração (...) Mas, enquanto ilustra o fato de que alguns que eram primeiros poderão ser últimos, e quão profundamente errada é a idéia de que os que aparentemente fizeram mais devem necessariamente receber mais que os outros, — ou seja, que o trabalho para Cristo não é uma quantidade ponderável, à base de tanto por tanto; e também que não podemos ser juizes de quando e por que um trabalhador se inicia na obra — ela também transmite muita coisa nova, e, sob muitos aspectos, profundamente confortante.

CAPÍTULO 28

O ÚLTIMO INVERNO

Na Festa da Dedicção¹

Jesus retornou a Jerusalém, a tempo de assistir à Festa da Dedicção, durante o último inverno de Sua vida terrena. Essa festa, como a dos Tabernáculos, tinha caráter de júbilo nacional, e era celebrada anualmente por um período de oito dias, começando no dia do Quisleu,² que corresponde, em parte, ao nosso dezembro. Esta não era uma das grandes festas prescritas pelo estatuto mosaico, mas fora estabelecida em 164 ou 163 a.C., por ocasião da rededicação do Templo de Zorobabel, após a restauração da estrutura sagrada, realizada depois de ser profanado por Antíoco Epífanes, o rei pagão da Síria.³ Durante o festival, Jesus esteve no templo e foi visto andando na parte conhecida como Pórtico de Salomão.⁴ Sua presença tornou-se conhecida dos judeus, que o rodearam com espírito hostil, e ostensivamente para inquiri-lo. E assim o interpelaram: “Até quando terás a nossa alma suspensa? Se tu és o Cristo, dize-no-lo abertamente.” O simples fato de formularem tal pergunta evidencia a impressão profunda e perturbadora que o ministério de Cristo havia produzido entre as classes oficiais e o povo em geral. Em sua estimativa, as obras que Ele realizara pareciam dignas do Messias.

A resposta do Senhor foi dada de forma indireta, embora a sua substância e o seu efeito fossem penetrantes e inequívocos. Ele referiu-se às Suas declarações anteriores e às Suas inúmeras obras. “Já vo-lo tenho dito”, afirmou, “e não o credes. As obras que eu faço, em nome de meu Pai, essas testificam de mim. Mas vós não credes porque não sois das minhas ovelhas, como já vo-lo tenho dito. As minhas ovelhas ouvem a minha voz; e eu conheço-as, e elas me seguem; e dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão. Meu Pai que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatá-las da mão de meu Pai. Eu e o Pai somos um.” A referência ao que fora dito antes foi um lembrete de Seus ensinamentos por época de uma permanência anterior entre eles, quando proclamara ser o Eu Sou, que era mais velho e maior do que Abraão, e de Sua outra proclamação de que era o Bom Pastor.⁵

Ele não podia responder à pergunta deles com uma simples afirmação absoluta, pois, dessa forma, entenderiam que Ele clamava ser o Messias de acordo com Sua concepção — o rei e conquistador terreno a quem professavam esperar. Ele não era o tipo de Cristo que eles imaginavam, mas ainda, na verdade, era Pastor e Rei de todos aqueles que ouvissem Suas palavras e fizessem Suas obras. E a esses renovou a promessa de vida eterna e a garantia de que nenhum homem poderia arrancá-los de Suas mãos, ou das mãos do Pai. Os casuísticos judeus não podiam refutar esta doutrina, de escopo elevado e profundo, nem podiam encontrar nela a desculpa tão desejada para uma acusação frontal. A frase conclusiva de nosso Senhor, entretanto, enfureceu a turba hostil. “Eu e o Pai somos um”, foi a declaração solene que fez.⁶ Em sua raiva,

procuraram pedras para atirar-Lhe. Como os edifícios do templo ainda não estavam terminados, provavelmente havia muitos blocos e fragmentos de rocha à mão. E este foi o segundo atentado assassino à vida de nosso Senhor dentro dos limites da Casa de Seu Pai.⁷

Sem temor, e com a calma imponente de Sua majestade mais que humana, Jesus disse: “Tenho-vos mostrado muitas obras procedentes de meu Pai; por qual destas obras me apedrejais?” Raivosamente responderam: “Não te apedrejamos por alguma obra boa, mas pela blasfêmia; porque, sendo tu homem, te fazes Deus a ti mesmo.”⁸ É óbvio que não haviam encontrado ambigüidade em Suas palavras. Ele citou-lhes então as escrituras, onde até mesmo juízes investidos de autoridade divina são chamados deuses,⁹ e perguntou: “Não está escrito na vossa lei: Eu disse: Sois deuses? Pois se a lei chamou deuses àqueles a quem a palavra de Deus foi dirigida, e a Escritura não pode ser anulada; àquele a quem o Pai santificou, e enviou ao mundo, vós dizeis: Blasfemas, porque disse: Sou Filho de Deus?” E então, revertendo à primeira confirmação de que havia sido comissionado pelo Pai que é maior do que todos, acrescentou: “Se não faço as obras de meu Pai, não me acrediteis; mas, se as faço, e não credes em mim, crede nas obras; para que conheçais e acrediteis que o Pai está em mim e eu nele”.¹⁰ Novamente os judeus procuraram prendê-lo, mas foram frustrados em seu propósito por meios não mencionados. Ele saiu do seu alcance e afastou-Se do templo.

O Retiro de Nosso Senhor na Peréia¹¹

A violenta hostilidade dos judeus em Jerusalém, quartel-general da teocracia, era tal, que Jesus Se retirou da cidade e de seus arredores. O dia de Seu sacrifício ainda não chegara, e embora Seus inimigos não O pudessem matar até que Ele permitisse ser apanhado por eles, Seu trabalho seria retardado por maiores distúrbios hostis. Retirou-Se para o local em que João Batista iniciara seu ministério público, que é provavelmente o lugar em que nosso Senhor foi batizado. O local exato não é especificado. Era, sem dúvida alguma, além do Jordão, e portanto na Peréia. Lemos que Jesus ali permaneceu, e assim deduzimos que Ele Se fixou em uma localidade, em vez de viajar de cidade em cidade, como era Seu costume. O povo procurou-O até lá, entretanto, e muitos acreditaram Nele. O lugar era caro àqueles que tinham ido ouvir João e ser batizados por ele.¹² E lembrando-se dos veementes chamados ao arrependimento, da emocionante proclamação do reino pelo lamentado Batista, que fora assassinado, recordavam-se de sua afirmação de que Um maior do que ele viria, e viam em Jesus a realização daquele testemunho. “João”, diziam eles, “não fez sinal algum, porém tudo quanto disse a respeito deste era verdade.”

A duração dessa estada na Peréia não é registrada em qualquer lugar das escrituras. Não pode ter sido de mais de algumas semanas, no máximo. Possivelmente alguns dos discursos, instruções e parábolas já tratados, que colocamos após a partida de nosso Senhor de Jerusalém depois da Festa dos Tabernáculos, no outono anterior,

pertencem cronologicamente a este intervalo. Desse retiro de calma relativa Jesus voltou à Judéia, atendendo a um apelo ansioso de alguém a quem amava. Partiu de Betânia, na Peréia, para a Betânia da Judéia, onde moravam Marta e Maria.¹³

Lázaro Restaurado à Vida¹⁴

Lázaro, irmão de Maria e Marta, estava doente em sua casa, na Betânia da Judéia. Suas devotadas irmãs enviaram um mensageiro a Jesus, com um simples anúncio, no qual, entretanto, não podemos deixar de reconhecer um apelo angustiado: “Senhor, eis que está enfermo aquele que tu amas.” Quando Jesus recebeu a mensagem, comentou: “Esta enfermidade não é para morte, mas para glória de Deus; para que o Filho de Deus seja glorificado por ela.” Este foi provavelmente o recado levado às irmãs a quem Jesus amava. Entrementes, Lázaro morreu. Na verdade, ele deve ter expirado logo após a partida do mensageiro que levara a notícia de sua enfermidade. O Senhor sabia que Lázaro estava morto; entretanto, ainda se demorou onde estava por dois dias, após receber a mensagem. E então, surpreendeu os discípulos, dizendo: “Vamos outra vez para a Judéia.” Eles tentaram dissuadi-Lo, lembrando-Lhe o recente atentado que sofrera em Jerusalém, e perguntaram admirados: “Tornas para lá?” Jesus deixou claro que não seria afastado do dever quando era tempo de executá-lo, e nem os outros o deviam ser; pois, conforme ilustrou, a jornada de trabalho tem doze horas, e durante esse tempo, um homem pode andar sem tropeçar, pois anda na luz; mas se deixa que as horas passem e tenta andar ou trabalhar no escuro, tropeça. Aquele era o Seu período de trabalho, e Ele não estava cometendo um erro, voltando à Judéia.

E acrescentou: “Nosso amigo Lázaro dorme, mas vou despertá-lo do sono.” A comparação da morte com o sono era comum entre os judeus, como o é entre nós;¹⁵ mas os discípulos interpretaram o que Ele disse literalmente, e comentaram que se o doente dormia, é porque estava bem. Jesus esclareceu: “Lázaro está morto.” E acrescentou: “E folgo, por amor de vós, de que eu lá não estivesse, para que acrediteis; mas vamos ter com ele.” É evidente que Jesus já havia resolvido trazer Lázaro de volta à vida. E, como veremos, o milagre seria um testemunho de que nosso Senhor era o Messias, e seria convincente para todos que O aceitassem. Uma volta à Judéia naquela ocasião era considerada, pelo menos por alguns dos apóstolos, com séria apreensão. Temiam pela segurança de seu Mestre, e achavam que suas próprias vidas corriam perigo. Entretanto, não hesitaram em ir. Tomé corajosamente disse aos outros: “Vamos nós também, para morrermos com ele.”

Chegando aos arredores de Betânia, Jesus soube que Lázaro “já havia quatro dias que estava na sepultura”.¹⁶As irmãs, consternadas, estavam em casa, onde, segundo o costume, se haviam reunido seus amigos para consolá-las em sua dor. Entre estes, encontravam-se muitas pessoas preeminentes, algumas das quais haviam chegado de Jerusalém. Marta foi a primeira a receber a notícia da aproximação do Mestre, e correu para encontrá-Lo. Suas primeiras palavras foram: “Senhor, se tu estivesse aqui, meu irmão não teria morrido.” Essas palavras foram uma combinação de angústia e de fé;

mas, temendo que parecessem uma expressão de falta de confiança, apressou-se a acrescentar: “Mas também agora sei que tudo quanto pedires a Deus, Deus to concederá.” Então pronunciou Jesus palavras de ternura, infundindo-lhe confiança: “Teu irmão há de ressuscitar.” Talvez alguns dos judeus que a tinham confortado houvessem afirmado a mesma coisa, pois eles, com exceção dos saduceus, acreditavam na ressurreição. E Marta não encontrou nas palavras do Senhor mais do que uma promessa generalizada de que o irmão que havia partido, se ergueria com o resto dos mortos. Assentindo naturalmente e num tom aparentemente casual, ela replicou: “Eu sei que há de ressuscitar na ressurreição do último dia.” Então disse Jesus: “Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; e todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá. Crês tu isto?”

A fê da mulher precisava ser elevada e centralizada no Senhor da Vida, com quem estava falando. Ela já confessara sua convicção de que, o que quer que Jesus pedisse a Deus, Lhe seria concedido. Precisava saber que a Jesus já havia sido consignado o poder sobre a vida e a morte. Esperava ansiosamente alguma intervenção sobre-humana do Senhor Jesus em seu favor, entretanto não sabia como poderia ser. Aparentemente, não tinha uma idéia bem definida, ou mesmo esperança de que ele chamaria seu irmão da tumba.

À pergunta do Senhor — se ela acreditava no que Ele acabara de dizer — respondeu com franqueza e simplicidade; ela não podia compreender tudo, mas acreditava naquele que falava, embora incapaz de apreender plenamente Suas palavras. “Sim, Senhor”. disse ela, “creio que tu és o Cristo, o Filho de Deus, que havia de vir ao mundo.”

Voltou então para casa, e discretamente, por causa da presença de alguns que sabia terem sentimentos inamistosos para com Jesus, disse a Maria: “O Mestre chegou e te chama.” Maria saiu apressadamente. Os judeus que estavam com ela acharam que a dor a impelia novamente para junto do túmulo, e a seguiram. Quando encontrou o Mestre, ajoelhou-se a Seus pés, e desabafou sua mágoa com as mesmas palavras usadas por Marta: “Senhor, se tu estivesses aqui, meu irmão não teria morrido.” Não podemos ter dúvidas de que esta convicção havia sido motivo de comentários e lamentações entre as duas irmãs — se Jesus tivesse estado com elas, não teriam sofrido a perda do irmão.

A visão das duas mulheres tão dominadas pela dor, e do povo chorando com elas, fez Jesus sofrer de tal forma, que ficou com o espírito conturbado e profundamente comovido. “Onde o sepultastes?” perguntou. E Jesus chorou. Alguns do grupo, aproximando-se do túmulo e observando a emoção e as lágrimas do Senhor, disseram: “Vede quanto o amava!” mas outros, menos solidários em consequência de seu preconceito contra Cristo, perguntaram em tom de crítica e de reprovação: “Não podia ele, que abriu os olhos ao cego, fazer também com que este não morresse?” O milagre pelo qual um cego de nascimento passara a enxergar era muito conhecido, especialmente por causa da investigação oficial que seguira a cura.¹⁷ Os judeus haviam

sido obrigados a admitir a realidade da extraordinária ocorrência. E a questão agora suscitada — se ou por que alguém que podia realizar tal maravilha não poderia ter preservado da morte um homem atacado de uma enfermidade comum, especialmente sendo esse homem alguém que Ele parecia ter amado tanto, era uma insinuação de que o poder de Jesus era afinal de contas limitado, e de operação incerta ou caprichosa. Esta manifestação de descrença malévola fez com que Jesus novamente gemesse com tristeza, senão com indignação.¹⁸

O corpo de Lázaro havia sido enterrado em uma gruta, cuja entrada fora fechada com um grande bloco de pedra. Tais túmulos eram comuns naquela região, grutas naturais ou abóbadas cavadas na rocha sólida, usadas como sepulcros pelas classes mais altas. Jesus ordenou que a tumba fosse aberta. Marta, ainda despreparada para o que iria acontecer, aventurou-se a protestar, dizendo a Jesus que o corpo já estava enterrado havia quatro dias, e que a decomposição devia ter-se iniciado.¹⁹ Jesus tratou assim sua objeção: “Não te hei dito que, se creres, verás a glória de Deus?” Esta pergunta pode ter sido feita em referência tanto a Sua promessa a Maria, pessoalmente, de que seu irmão se ergueria novamente, quanto à mensagem que enviara da Peréia — de que a doença de Lázaro não o levaria à morte naquela época, mas que era para a glória de Deus, e para que o Filho de Deus pudesse ser glorificado por ela.

A rocha foi removida. Em pé, junto ao portal da tumba, Jesus levantou os olhos para o céu e orou: “Pai, graças te dou por me haveres ouvido. Eu bem sei que sempre me ouves, mas eu disse isto por causa da multidão que está em redor, para que creiam que tu me enviaste.” Ele não pediu poder ou autoridade ao Pai; isso já Lhe fora dado. Mas deu graças e, de forma que todos que ali se encontravam pudessem ouvir, reconheceu o Pai e expressou a unidade de Seus próprios propósitos e dos propósitos do Pai. E então, em voz alta, ordenou: “Lázaro, sai para fora.” O morto ouviu a voz de comando autoritativo; o espírito imediatamente reentrou no tabernáculo de carne, e os processos físicos da vida foram reiniciados. E Lázaro, novamente vivo, ergueu-se. Sua liberdade de movimentos era limitada, pois a indumentária dos mortos tolhia-lhe os passos, e seu rosto estava ainda preso pelo lenço que segurara o maxilar sem vida. E Jesus disse àqueles que estavam perto: “Desligai-o e deixai-o ir.”

Todo esse processo foi caracterizado por uma solenidade profunda e por uma ausência total de qualquer elemento de exibição desnecessária. Jesus, que estando a milhas de distância, e não possuindo qualquer meio comum para receber a informação, soube que Lázaro estava morto, certamente poderia ter encontrado o túmulo. Mas perguntou: “Onde o sepultastes?” Ele, que podia acalmar as ondas do mar com uma palavra, poderia, milagrosamente, ter removido a rocha que selava a entrada do sepulcro. Mas ordenou: “Tirai a pedra. Aquele que podia reunir o espírito e o corpo, poderia ter removido sem mãos a mortalha que prendia Lázaro reanimado. Mas Ele disse: “Desligai-o e deixai-o ir.” Tudo aquilo que podia ser realizado por meios humanos foi deixado ao homem. Em nenhum caso encontramos Jesus usando desnecessariamente os poderes sobre-humanos que possuía, como Deus. A energia

divina jamais foi desperdiçada. Até mesmo a criação material, resultante do Seu exercício foi conservada, como o testificam Suas instruções de que fossem recolhidos os fragmentos de pão e peixe, depois que as multidões haviam sido milagrosamente alimentadas.²⁰

O reavivamento de Lázaro é o terceiro caso de restauração à vida efetuado por Jesus, de que temos registro.²¹ Em cada um deles, o milagre resultou em um recomeço da existência mortal, não constituindo, de forma alguma, uma ressurreição da morte para a imortalidade. No reavivamento da filha de Jairo, o espírito foi chamado de volta logo após sua partida; o reavivamento do filho da viúva nos dá um exemplo de restauração quando o corpo estava pronto para a sepultura; o milagre máximo dos três foi o de chamar um espírito para reentrar em seu corpo dias após a morte, e quando, seguindo os processos naturais, o corpo estaria já nos primeiros estágios de decomposição. Lázaro foi erguido dentre os mortos não simplesmente para mitigar a dor de seus parentes; miríades têm chorado seus mortos, e miríades ainda terão que fazê-lo. Um dos propósitos do Senhor era demonstrar a realidade do poder de Deus como manifestado nas obras de Jesus, o Cristo, e Lázaro foi o objeto da manifestação; da mesma forma que o homem que sofria de cegueira congênita havia sido escolhido para ser um através de quem “se manifestem as obras de Deus.”²²

Que a restauração da vida de Lázaro teve grande efeito, testificando quanto à qualidade messiânica de nosso Senhor, é declarado explicitamente.²³ Todas as circunstâncias que culminaram no milagre, contribuíram para sua confirmação. Não podia ser suscitada qualquer dúvida quanto à morte real de Lázaro pois ela fora testemunhada, seu corpo preparado e enterrado da forma costumeira, e ele jazera no túmulo durante quatro dias. Junto à tumba, quando foi chamado de volta, havia muitas testemunhas, algumas delas judeus preeminentes, muitos dos quais alimentavam sentimentos inamistosos por Jesus, e que teriam prontamente negado o milagre, caso pudessem fazê-lo. Deus foi glorificado, e a divindade do Filho do Homem confirmada.

A Hierarquia Grandemente Agitada pelo Milagre²⁴

Como aconteceu com a maioria dos atos públicos de nosso Senhor — enquanto alguns que viam e ouviam eram levados a acreditar Nele, outros rejeitavam a lição oferecida e injuriavam o Mestre — também aconteceu com esta obra poderosa—alguns passaram a crer e outros partiram com a mente obscurecida e o espírito mais maligno do que nunca. Alguns daqueles que haviam visto o morto ser reavivado foram imediatamente relatar o acontecido às autoridades, que sabiam ser intensamente hostis em relação a Jesus. Na parábola que estudamos recentemente, o espírito do rico suplicou, de onde estava padecendo, que Lázaro, o antigo mendigo, fosse enviado do paraíso à Terra para avisar os outros sobre o destino que esperava os iníquos, ao que Abraão replicou: “Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos.”²⁵ Agora um Lázaro havia realmente levantado dentre os mortos, e muitos dos judeus rejeitaram o testemunho de

sua volta e recusaram-se a acreditar em Cristo, somente por meio de quem a morte é sobrepujada. Os judeus tentaram apoderar-se de Lázaro para matá-lo e, segundo esperavam, silenciar para sempre seu testemunho do poder do Senhor sobre a morte.²⁶

Os principais sacerdotes, na maioria saduceus, e os fariseus reuniram-se em conselho para considerar a situação criada pela última das grandes obras do Senhor. A questão que discutiram foi: “Que estamos fazendo, uma vez que este homem opera muitos sinais? Se O deixarmos assim, todos crerão Nele; depois virão os romanos e tomarão não só o nosso lugar, mas a própria nação.” Como eles próprios afirmaram, não havia possibilidade de negar o fato dos muitos milagres realizados por Jesus; mas, ao invés de cuidadosamente e em espírito de oração investigar se essas obras poderosas não estavam entre as características preditas do Messias, pensaram apenas no possível efeito da influência de Cristo, alienando o povo da teocracia estabelecida, e no medo de que os romanos, tirando vantagem da situação, privassem os hierarcas de seu “lugar” e a nação da pouca aparência de autonomia que ainda lhe restava. Caifás, o sumo sacerdote,²⁷ encurtou a discussão dizendo: “Vós nada sabeis.” Esta acusação esmagadora de ignorância foi provavelmente dirigida aos fariseus do Sinédrio. Caifás era um saduceu. Sua afirmação seguinte foi de maior significação do que ele próprio imaginou: “Nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo, e que não venha a perecer toda a nação.” João afirma solenemente que Caifás não falou por si mesmo, mas pelo espírito da profecia, o qual, apesar de sua iniquidade, lhe foi concedido em virtude de seu cargo, e que: “Ele profetizou que Jesus estava para morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos.” Poucos anos após ter sido morto o Cristo, pela salvação dos judeus e de todas as outras nações, as calamidades que Caifás e o Sinédrio tinham a esperança de evitar, aconteceram de maneira total. A hierarquia foi deposta, o templo destruído, Jerusalém demolida e a nação despedaçada. A partir do dia daquela memorável sessão do Sinédrio, as autoridades aumentaram seus esforços para levar Jesus à morte, por quaisquer meios que pudessem encontrar. Emitiram uma ordem de que, quem quer que conhecesse o Seu paradeiro, o fornecesse aos oficiais, para que pudesse ser imediatamente preso.²⁸

O Retiro de Jesus em Efraim²⁹

A hostilidade das autoridades eclesiásticas tornou-se tão grande, que Jesus mais uma vez procurou retiro em uma região longe de Jerusalém o suficiente para garantir-Lhe segurança contra os olhos atentos e malignos de Seus poderosos e públicos inimigos. Restavam-Lhe apenas algumas semanas de vida mortal, e a maior parte desse breve período precisava ser devotada a novas instruções aos apóstolos. Prudentemente, afastou-Se das cercanias de Betânia e “retirou-se para uma região vizinha ao deserto, para uma cidade chamada Efraim; e ali permaneceu com os discípulos.” Assim passou nosso Senhor o resto do inverno, e provavelmente os primeiros dias da primavera seguinte. Que Seu retiro era confidencial, senão praticamente secreto, é sugerido pela

declaração de João de que “Jesus já não andava publicamente entre os judeus”; outra indicação disto é encontrada no fato de que, embora os principais sacerdotes e fariseus tivessem virtualmente estabelecido um preço pela Sua cabeça, ninguém forneceu qualquer informação sobre o Seu paradeiro. O local deste último retiro não é conhecido de forma definitiva; e é geralmente considerado como uma localidade chamada Efraim ou Efrom,³⁰ que ficava a pouco menos de vinte milhas ao norte de Jerusalém. Igualmente incerta é a duração da permanência de nosso Senhor nesse local. Quando surgiu novamente em público, foi para iniciar Sua marcha solene em direção a Jerusalém e à cruz.

NOTAS DO CAPÍTULO 28

1. Origem da Festa da Dedicção. — A respeito do segundo templo, conhecido como o Templo de Zorobabel, o autor escreveu em outro livro: “Sobre a história posterior deste templo, o registro bíblico nos dá apenas alguns detalhes; mas, por outras fontes, sabemos de suas vicissitudes. Por ocasião da perseguição dos macabeus, a Casa do Senhor foi profanada. Um rei sírio, Antíoco Epífanes, capturou Jerusalém (168 a 165 A.C.) e perpetró ultrajes blasfemos contra a religião do povo. Saqueou o templo e tirou seus candelabros de ouro, o altar de incenso de ouro, a mesa do pão da proposição, e até rasgou os véus sagrados, feitos de fino linho escarlate. Sua malignidade foi levada tão longe, a ponto de propositadamente profanar o altar do sacrifício oferecendo ali porcos, e erigindo um altar idólatra dentro do recinto sagrado. Não satisfeito com a violação do templo, este iníquo monarca fez com que fossem edificadas altares nas cidades, e ordenou a oferta de animais impuros nos mesmos. O rito da circuncisão foi proibido sob pena de morte, e a adoração de Jeová foi declarada crime. Como resultado desta perseguição, muitos judeus apostataram, e declararam que pertenciam aos medos e persas — as nações de cujo domínio tinham sido libertados pelo poder de Deus.’ Posteriormente, no ano 163 A.C., a Casa foi rededicada; e a ocasião era lembrada no festival anual realizado desde essa época, com o nome de Festa da Dedicção.” — *“A Casa do Senhor”*, pp. 45-47. De acordo com Josefo (Ant. xii, 7:7), o festival tornou-se conhecido como As Luzes; e uma iluminação brilhante, tanto do templo quanto das moradias, era uma característica da comemoração. Registros tradicionais dizem que foi estabelecido um período de oito dias para a duração da festa, celebrando um milagre legendário pelo qual o óleo consagrado existente no único jarro encontrado intacto, que trazia o selo do sumo sacerdote inviolado, fora usado de maneira a servir aos propósitos do templo durante oito dias, tempo esse requerido para a preparação cerimonial de um novo suprimento.

2. O Pórtico de Salomão. — Este nome havia sido aplicado à colunata leste ou fila de pórticos dentro dos limites do templo, em reconhecimento a uma tradição de que o pórtico cobria e incluía uma porção da muralha original do Templo de Salomão. Ver *“A Casa do Senhor”*, pp. 49-51.

3. A Unidade de Cristo e do Pai. — A versão revisada apresenta João 10:30 da seguinte forma: “Eu e o Pai somos um”, ao invés de “Eu e meu Pai somos um.” Pela expressão “o Pai” os judeus corretamente compreendiam o Pai Eterno, Deus. No original grego, “um” aparece no gênero neutro, expressando assim unidade de atributos, poder ou propósitos, e não uma unidade de personalidade que requereria a forma masculina. Para estudo da unidade da Trindade e da personalidade separada de cada Membro, ver *Regras de Fé*, cap. 2.

4. O Local do Retiro de Nosso Senhor. — Jesus foi “para além do Jordão, para o lugar onde João batizava no princípio” (João 10:40). Era provavelmente em Betabara (1:28), que é chamada de Betânia em alguns dos manuscritos mais antigos, sendo assim designada na última versão revisada.

Deve-se ter cuidado para não confundir esta Betânia da Peréia com a Betânia na Judéia, lar de Marta e Maria, que ficava a duas milhas de Jerusalém.

5. Lázaro no Túmulo Durante Quatro Dias. — Supondo-se, já que é muito provável, que a viagem da Betânia da Judéia para o lugar onde Jesus estava, na Peréia, levasse um dia, Lázaro deve ter morrido no dia da partida do mensageiro; pois este dia e os dois dias que se passaram antes que Jesus iniciasse Sua viagem para a Judéia, e o dia requerido para a volta, cobririam os quatro dias especificados. Era e ainda é costume na Palestina, como em outros países orientais, enterrar a pessoa no dia da morte.

Era crença popular que no quarto dia após a morte, o espírito tinha finalmente abandonado as proximidades do corpo, e que daí por diante a decomposição prosseguia sem obstáculos. Isso pode explicar a objeção impulsiva, embora dócil de Marta, a que se abrisse o túmulo de seu irmão quatro dias após sua morte (João 11:39). É possível que o consentimento do parente mais próximo fosse requerido para a abertura legal de uma tumba. Tanto Marta quanto Maria estavam presentes, e diante de inúmeras testemunhas consentiram que se abrisse o túmulo em que se encontrava seu irmão.

6. Jesus Gemeu em Espírito. — As traduções marginais de “ele gemeu no espírito” (João 11:33), e “novamente gemendo em si mesmo” (v. 38), na versão revisada são: “agitou-se com indignação no espírito” e “agitando-se com indignação em si mesmo”. Todas as autoridades filológicas concordam que as palavras no original grego expressam indignação pesarosa, ou, como afirmam alguns, ira, e não somente uma compassiva emoção de dor. Qualquer indignação que o Senhor possa ter sentido, como sugerido no versículo 33, pode ser atribuída por desaprovar as costumeiras lamentações pela morte, as quais, da maneira expressa pelos judeus nessa hora, profanavam a dor real e profunda de Marta e Maria; e Sua indignação, expressa por gemidos, como mencionado no versículo 38, pode ter sido devida às críticas queixosas externadas por alguns judeus, como registrado no versículo 37.

7. Caifás, Sumo Sacerdote Daquele Ano. — A afirmação de João de que Caifás era sumo sacerdote “naquele ano” não deve ser interpretada como indicativa de que o

cargo de sumo sacerdote tinha um período de posse de um ano apenas. Segundo a lei judaica, o sacerdote presidente, que era conhecido como sumo sacerdote, permanecia no cargo indefinidamente. Mas o governo romano havia usurpado o poder de fazer designações, no que concernia a este cargo; e mudanças freqüentes eram feitas. Este Caifás, cujo nome completo era Josefo Caifás, foi sumo sacerdote por designação romana, durante um período de onze anos. Os judeus tinham de submeter-se a tais designações, embora freqüentemente reconhecessem como sumo sacerdote segundo sua lei, algum outro que não o “sumo sacerdote civil” designado pela autoridade romana. Assim encontramos Anás e Caifás com a autoridade do cargo na época da prisão de nosso Senhor e depois. (João 18:13, 24; Atos 4:6; comparar com Lucas 3:2) Farrar (p. 484, nota) diz: “Há quem encontre uma ironia óbvia na expressão de São João (11:49) de que Caifás era sumo sacerdote ‘naquele ano’, como se os judeus se tivessem acostumado a falar desta maneira insolente durante a rápida sucessão de sacerdotes — meras sombras colocadas e tiradas pela sanção romana — que nos últimos anos havíamos sucedido. Pelo menos cinco sumos sacerdotes e ex-sumos sacerdotes devem ter comparecido a este conselho — Anás, Ismael Ben Phabi, Eleazar Ben Haman, Simon Ben Kamhith, e Caifás, que chegou ao posto através de suborno.

8. Juízes Divinamente Designados Chamados de “deuses”. — Em Salmos 82:6, juízes investidos por designação divina, são chamados de “deuses.” A essa escritura referiu-Se o Salvador em Sua resposta aos judeus no Pórtico de Salomão. Os juízes assim autorizados oficiam como representantes de Deus e são honrados pelo título exaltado de “deuses”. Compare a designação semelhante aplicada a Moisés (Êxodo 4:16; 7:1). Jesus Cristo possuía autorização divina, não por meio da palavra de Deus a ele transmitida pelo homem, mas como atributo inerente. A incongruência de chamar juízes humanos de “deuses”, e de atribuir blasfêmia ao Cristo por chamar-Se a Si próprio de Filho de Deus, teria sido óbvia aos judeus, não fosse por sua mente obscurecida pelo pecado.

CAPÍTULO 29

A CAMINHO DE JERUSALÉM

Jesus Mais Uma Vez Prediz Sua Própria Morte e Ressurreição”¹

Todos os três escritores sinópticos registraram essa última jornada a Jerusalém, bem como as ocorrências com ela relacionadas. A profunda solenidade dos acontecimentos agora tão próximos, bem como do destino que se preparava para enfrentar haviam afetado tanto a Jesus, que até os apóstolos estavam maravilhados com Sua concentração e evidente tristeza; deixaram-se ficar para trás, pasmos e atemorizados. Fez então Ele uma pausa, chamou os Doze para junto de Si, e com linguagem absolutamente clara, sem metáforas ou imagens, disse: ‘Eis que subimos a Jerusalém, e se cumprirá no Filho do Homem tudo o que pelos profetas foi escrito. Pois há de ser entregue às gentes, e escarnecido, injuriado e cuspidos; e, havendo-O açoitado, O matarão; e ao terceiro dia ressuscitará.’”

Para nós é fato espantoso que os Doze não houvessem compreendido o que queria dizer; ainda assim, Lucas afirma sem reservas: “E eles nada disto entendiam, e esta palavra lhes era encoberta, não percebendo o que se lhes dizia.” Essa afirmação da próxima morte e ressurreição do Salvador, revelada em confidencial certeza aos Doze, era a terceira dessa natureza, e ainda assim eles não conseguiam colocar-se em posição de aceitar a terrível verdade.² Segundo a narrativa de Mateus, fora-lhes informada até mesmo a forma pela qual o Senhor morreria: que os gentios O crucificariam; entretanto, não o compreenderam. Para eles, havia alguma pavorosa incongruência, uma inconsistência terrível, uma inexplicável contradição nas palavras de seu amado Mestre. Sabiam ser Ele o Cristo, o Filho do Deus vivente, e como poderia tal pessoa ser posta em sujeição, e morta? Não podiam deixar de perceber que algum acontecimento sem precedentes em sua vida estava por acontecer; pode ser que tenham percebido vagamente tratar-se da crise por que estavam esperando, a proclamação aberta de Sua dignidade messiânica e Sua entronização como Senhor e Rei, e isso realmente estava para ocorrer, ainda que de forma muito diferente do que anteviam. A predição culminante, de que ao terceiro dia haveria de ressurgir, parece ter sido a que mais os confundiu; e ao mesmo tempo, essa asseveração do triunfo final deve ter feito todas as ocorrências intermediárias parecerem de importância secundária, e transitória. Eles repeliram persistentemente o pensamento de que estavam acompanhando o seu Senhor à cruz e ao sepulcro.

Novamente a Questão da Precedência”³

A despeito de todas as instruções que os apóstolos haviam recebido, concernentes à humildade, e conquanto tivessem diante de si o supremo exemplo da vida e conduta do Mestre, em que o fato de ser o serviço a única medida da verdadeira grandeza estar

abundantemente demonstrado, continuavam eles a sonhar com postos e honras no reino do Messias. Provavelmente em virtude da iminência do triunfo do Mestre, com o qual estavam todos particularmente impressionados na ocasião, embora ignorantes do significado real, alguns dos Doze apelaram para o Senhor, no curso dessa jornada, com uma solicitação extremamente ambiciosa. Os peticionários foram Tiago e João, embora de acordo com o relato de Mateus, a mãe⁴ deles houvesse sido a primeira a inquirir. O pedido era de que, ao entrar Jesus na posse de Seu reino, de tal maneira honrasse a dupla desejosa, que os instalasse em assentos de preeminência, um deles à Sua direita e o outro à esquerda. Em lugar de repreender asperamente tal presunção, Jesus perguntou-lhes de maneira suave mas impressiva: “Podeis vós beber o cálice que eu bebo, e ser batizados com o batismo com que eu sou batizado?” A resposta, cheia de autoconfiança, veio inspirada por incompreensão, fruto da ignorância. “Podemos”, responderam eles. Disse-lhes então Jesus: “Bebereis o cálice que eu beber e sereis batizados com o batismo com que eu sou batizado; mas o assentar-se à minha direita ou à minha esquerda, não me pertence dá-lo, mas é para aqueles para quem meu Pai o tem preparado.”

Os dez apóstolos indignaram-se com os dois irmãos, possivelmente menos por desaprovarem o espírito que os havia levado à petição, do que por se haverem os dois antecipado aos outros ao candidatarem-se aos principais postos de honra. Mas Jesus, pacientemente tolerante com as fraquezas humanas, chamou os Doze ao Seu redor e ensinou-os, como um pai amoroso que estivesse instruindo e admoestando seus filhos rixentos. Mostrou-lhes como os governadores terrenos, tais como os príncipes entre os gentios, exerciam domínio sobre seus súditos, manifestando superioridade e exercendo arbitrariamente a autoridade do ofício. Entretanto, assim não devia ser entre os servos do Mestre; qualquer deles que devesse ser grande, deveria certamente ser um servidor, ministrando de boa vontade aos seus companheiros; o mais humilde e disposto a servir, seria o chefe dos servos. “Porque o Filho do Homem também não veio para ser servido, mas para servir e dar a Sua vida em resgate de muitos.”⁵

Restaurada a Vista ao Cego Perto de Jericó⁶

No decurso de Sua viagem chegou Jesus a Jericó e, nas suas proximidades, ou talvez na própria cidade, novamente exerceu Seu maravilhoso poder, abrindo os olhos de um cego. Mateus afirma que os dois homens desprovidos da visão receberam o dom de ver, e que o milagre foi perpetrado quando Jesus saía de Jericó; Marcos menciona apenas um cego ao qual chama de Bartimeu, ou seja o filho de Timeu, e concorda com Mateus em afirmar que a cura teve lugar quando Jesus Se retirava da cidade; Lucas especifica apenas um recebedor da graça curativa do Mestre, “um cego”, e registra o milagre como um incidente da chegada a Jericó. Essas pequenas variações atestam a autoria independente de cada um dos relatos, e as discrepâncias que se observam não têm qualquer relação direta com os fatos principais, nem tampouco prejudicam o valor instrucional da obra do Senhor. Como verificamos ter sido o caso em ocasião anterior,

dois homens foram mencionados, embora apenas um figurasse na narrativa pormenorizada.⁷

O homem que é mencionado em particular, Bartimeu, assentava-se à beira do caminho pedindo esmolas. Jesus aproximou-Se acompanhado dos apóstolos, vários outros discípulos e uma grande multidão de gente, formada provavelmente em grande parte por peregrinos a caminho de Jerusalém, para participarem da festa da Páscoa, que seria realizada dentro de uma semana. Ouvindo o tropel da grande multidão, o mendigo cego perguntou de que se tratava e foi-lhe dito: “Jesus de Nazaré está passando.” Ansioso por não perder a oportunidade de chamar a atenção do Mestre, imediatamente clamou em alta voz: “Jesus, Filho de Davi, tem misericórdia de mim.” O seu apelo, e particularmente o uso do título, Filho de Davi, mostram que conhecia o grande Mestre, tinha confiança em Seu poder de curar e tinha fé Nele como o prometido Rei e Libertador de Israel.⁸ Os que vinham adiante de Jesus no grupo, tentaram silenciar o homem, porém quanto mais o repreendiam mais persistentemente e em alta voz clamava ele: “Filho de Davi, tem misericórdia de mim.” Jesus interrompeu Sua caminhada e fez com que Lhe trouxessem o homem. Aqueles mesmos que, momentos antes, pretendiam silenciar o ansioso apelo do cego, agora que o Mestre o havia notado, estavam desejosos de ser úteis. Ao homem desprovido da visão são trouxeram a alegre palavra: “Tem bom ânimo; levanta-te, que ele te chama”; e ele, lançando de si a capa para que não o embaraçasse, veio apressadamente a Cristo. À pergunta do Senhor: “Que queres que te faça?” Bartimeu respondeu: “Mestre, que eu tenha vista.” Pronunciou então Jesus as palavras simples de poder e bênção: “Vai, a tua fé te salvou.” O homem, cheio de gratidão e sabendo que nada menos que a intervenção divina poderia ter-lhe aberto os olhos, seguiu seu Benfeitor, glorificando a Deus em ferventes preces de ação de graças, das quais participavam muitos dos que haviam testemunhado o milagre.

Zaqueu, o Maioral dos Publicanos⁹

Jerico era uma cidade de considerável importância, e entre os seus residentes oficiais havia um grupo de publicanos ou cobradores de impostos, cujo chefe era Zaqueu,¹⁰ que havia enriquecido com os proventos da função. Este havia indubitavelmente ouvido do grande Galileu que não hesitava em misturar-Se com os publicanos, detestados como eram pelos judeus em geral; é possível que soubesse, também, que Jesus havia colocado um pertencente a essa classe entre os mais preeminentes de Seus discípulos. Que Zaqueu era judeu atesta o próprio nome, que é uma variante de “Zacarias”, com uma terminação grega ou latina; e ele deveria ter sido particularmente antipático a seu povo em consequência de sua elevada posição entre os publicanos que estavam todos a serviço de Roma. Ele tinha grande desejo de ver Jesus, não por um sentimento de mera curiosidade, mas porque se havia impressionado e posto a meditar a respeito das coisas que havia ouvido sobre esse Mestre de Nazaré. Zaqueu, porém, era um homem de baixa estatura, e não era capaz de ver normalmente

por cima da cabeça dos outros, de maneira que correu à frente do grupo e subiu a uma árvore à margem do caminho. Havendo Jesus chegado àquele lugar, para grande surpresa do homem na árvore, olhou para cima e disse: “Zaqueu, desce depressa, porque hoje me convém pousar em tua casa.” Desceu ele apressadamente e recebeu, jubiloso, o Senhor como convidado. A multidão que vinha acompanhando a Jesus parece ter sido, de modo geral, amigável em relação a Ele, mas por essa altura dos acontecimentos, começou a murmurar e criticar, dizendo que o Mestre se hospedara com um homem pecador, pois que todo publicano era pecador aos olhos dos judeus, e Zaqueu admitia que o opróbrio, no caso dele, era possivelmente merecido. Tendo, porém, visto a Jesus e conversado com Ele, esse chefe entre os publicanos creu e foi convertido. Como prova dessa mudança de coração, Zaqueu, ali mesmo e naquela hora, prometeu voluntariamente ao Senhor fazer reparação e restituições se fosse achado que deveria. “Senhor”, disse ele, “eis que eu dou aos pobres metade dos meus bens; e se nalguma coisa tenho defraudado alguém, o restituo quadruplicado.” “Essas eram obras dignas do arrependimento. Percebia ele que não podia mudar o passado, mas sabia que podia pelo menos em parte, expiar algumas de suas iniquidades. Seu voto de restituir em quádruplo o que houvesse adquirido fraudulentamente estava de acordo com a lei mosaica da restituição, embora largamente excedesse a recompensa requerida.¹¹ Jesus aceitou a profissão de arrependimento do homem e disse: “Hoje veio a salvação a esta casa, pois também este é filho de Abraão.” Outra ovelha desgarrada havia retornado ao aprisco; outro tesouro perdido havia sido encontrado; outro filho pródigo havia retornado à casa do Pai.¹² “Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o que se havia perdido.”

A Qualquer Que Tiver Ser-lhe-á Dado¹³

À medida que a multidão se aproximava de Jerusalém, estando Jesus no meio, a expectativa aumentava com relação ao que faria o Senhor quando chegasse à capital do país. Muitos dos que estavam com Ele esperavam uma proclamação de Sua autoridade monárquica e “eles pensavam que o reino de Deus apareceria imediatamente”. Contou-lhes Jesus uma história a que chamamos de *Parábola das Minas*:

“Certo homem nobre partiu para uma terra remota, a fim de tomar para si um reino, e voltar depois. E, chamando dez servos seus, deu-lhes dez minas, e disse-lhes: Negociai até que eu venha. Mas os seus concidadãos aborreciam-no, e mandaram após ele embaixadores, dizendo: Não queremos que este reine sobre nós. E aconteceu que, voltando ele, depois de ter tomado o reino, disse que lhes chamassem aqueles servos, a quem tinha dado o dinheiro, para saber o que cada um tinha ganhado, negociando. E veio o primeiro, dizendo: Senhor, a tua mina rendeu dez minas. E ele lhe disse: Bem está, servo bom, porque no mínimo foste fiel, sobre dez cidades terás autoridade. E veio o segundo, dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco minas. E a este disse também: Sê tu também sobre cinco cidades. E veio outro, dizendo: Senhor, aqui está a

tua mina, que guardei num lenço. Porque tive medo de ti, que és homem rigoroso, que tomas o que não puseste e segas o que não semeaste. Porém ele lhe disse: Mau servo, pela tua boca te julgarei; sabias que eu sou homem rigoroso, que tomo o que não pus e sego o que não semei; por que não meteste pois o meu dinheiro no banco, para que eu, vindo, o exigisse com juros? E disse aos que estavam com ele: Tirai-lhe a mina, e dai-a ao que tem dez minas. (E eles lhe disseram: Senhor, ele tem dez minas). Pois eu vos digo que a qualquer que tiver ser-lhe-á dado, mas do que não tiver, até o que tem lhe será tirado. E, quanto àqueles meus inimigos que não quiseram que eu reinasse sobre eles, trouxe-os aqui e matai-os diante de mim.”

Tanto as circunstâncias da história, quanto a aplicação da parábola, eram mais rapidamente perceptíveis à multidão judaica do que a nós. A partida de certo homem nobre de uma província subordinada para a corte do suserano, a fim de buscar investidura de autoridade real, e o protesto dos cidadãos sobre os quais ele reivindicava o direito de reinar, eram incidentes da história judaica ainda recentes na mente do povo com quem Cristo falava.¹⁴ A explicação da parábola é a seguinte: O povo não deveria esperar um estabelecimento imediato do reino em poder temporal. A referência àquele que deveria ser rei era de que havia partido para um país longínquo, do qual retornaria seguramente. Antes de partir, havia ele dado a cada um de seus servos uma certa soma de dinheiro, e pelo seu sucesso em usá-la, julgaria sua aptidão para servirem em postos de confiança. Ao retornar, ele os havia chamado para um acerto de contas, no curso do qual os casos de três servos são citados como exemplo. Um havia usado a mina de tal forma, que ganhara dez; este foi louvado e recebeu uma recompensa tal como só um soberano poderia conceder: o governo de dez cidades. O segundo servo, com capital igual, havia-o aumentado apenas cinco vezes, tendo sido recompensado adequadamente de maneira proporcional, pela designação de tornar-se governador sobre cinco cidades. O terceiro devolveu o que havia recebido, sem aumento, porquanto havia falhado em usá-lo. Não tinha razões a apresentar e tão somente uma escusa fraquíssima a oferecer por sua negligência. Com justiça, foi severamente repreendido, tendo-lhe sido tirado o dinheiro. Quando o rei determinou que a mina assim tomada do servo infiel fosse dada ao que já tinha dez, manifestou-se certa surpresa entre os que estavam ao redor; mas o rei explicou que “a qualquer que tiver, ser-lhe-á dado”, de vez que esse tal sabe usar com vantagem os meios a ele confiados, enquanto “ao que não tiver, até o que tem lhe será tirado”, pois que demonstrou sua total incapacidade de possuir e usar devidamente. Esta parte da parábola, conquanto de aplicação geral, deve ter tido um apelativo particularmente oportuno para os apóstolos, já que cada um havia recebido em confiança uma investidura igual por meio da ordenação, e dele seriam requeridas contas de sua gerência.

É evidente o fato de que Cristo era o homem nobre que deveria ser investido na autoridade real, e que retornaria para pedir contas das mãos de Seus servos de confiança.¹⁵ Contudo, muitos dos cidadãos O odiavam e protestariam contra Sua

investidura, dizendo que não O queriam ter como rei.¹⁶ Quando Ele retornar em poder e autoridade, essas criaturas rebeldes serão certamente punidas como merecem.¹⁷

Na Casa de Simão, O Leproso¹⁸

Seis dias antes da festa da Páscoa, quer dizer, antes do dia em que o cordeiro pascal deveria ser comido,¹⁹ chegou Jesus a Betânia, cidade natal de Marta, Maria e Lázaro, o que pouco tempo antes havia morrido e sido restaurado à vida. A cronologia dos eventos durante a última semana de vida de nosso Senhor apóia a crença geralmente aceita de que naquele ano, o décimo quarto dia de Nisan, no qual tinha início o festival da Páscoa, caía na quinta-feira, e sendo assim, o dia em que Jesus chegou a Betânia foi a sexta-feira anterior, a véspera do Sábado dos judeus. Jesus percebeu perfeitamente que esse sábado seria o último que Ele haveria de ver na mortalidade. Os evangelistas colocaram um véu de reverente silêncio sobre os acontecimentos daquele dia. Parece que Jesus passou Seu último sábado repousando em Betânia. A jornada a pé desde Jericó não havia sido passeio fácil, pois que a estrada subia quase novecentos metros e era, além disso, um caminho cansativo.

No sábado,²⁰ provavelmente ao anoitecer quando o dia santificado judaico já havia passado, uma ceia foi servida para Jesus e os Doze, na casa de Simão, o leproso. Nenhuma outra menção se faz deste Simão nas escrituras. Se ele vivia ao tempo em que nosso Senhor foi recebido na casa conhecida pelo seu nome, e se estava presente, deveria ter sido previamente curado da lepra, pois que de outro modo não teria sido admitido na cidade, e muito menos num grupo festivo. É razoável pensarmos que o homem houvesse sido vítima da lepra, vindo a ser comumente conhecido como Simão, o leproso, e que estivesse entre os muitos sofredores dessa terrível doença que haviam sido curados pelas ministrações do Senhor.

Marta cuidava da ceia nessa memorável ocasião e sua irmã Maria a acompanhava, estando Lázaro à mesa com Jesus. Muitos têm admitido que a casa de Simão, o leproso, seria o lar das duas irmãs e de Lázaro, situação em que Simão poderia ter sido o pai dos três; entretanto, não temos qualquer prova desse parentesco.²¹ Não houve qualquer tentativa de garantir isolamento fora do comum nessa ceia. Naquela época, tais ocasiões eram comumente marcadas pela presença de muitos observadores não convidados, e não nos surpreende saber, por conseguinte, que muita gente lá estava e que havia vindo “não só por causa de Jesus, mas também para ver Lázaro, a quem ressuscitara dos mortos”. Lázaro era motivo de muito interesse e de indubitável curiosidade entre o povo; e ao tempo de sua íntima e privilegiada associação com Jesus em Betânia, os principais dos sacerdotes conspiravam para matá-lo, por causa do efeito de seu retorno à vida entre o povo, fazendo com que muitos cressem em Jesus por causa do milagre.

Aquela ceia em Betânia foi um acontecimento inesquecível. Maria, a mais contemplativa e espiritualizada das duas irmãs, aquela que apreciava sentar-se aos pés

de Jesus ouvindo as Suas palavras, e que havia sido elogiada por haver escolhido a única coisa necessária, da qual sua irmã mais prática carecia,²² trouxe dentre seus tesouros um vaso de alabastro contendo uma libra de unguento de nardo preciosíssimo; quebrou o frasco selado²³ e derramou seu fragrante conteúdo sobre a cabeça e os pés do Senhor, enxugando-lhe os pés com seus cabelos soltos.²⁴ Ungir a cabeça de um convidado com óleo comum era prestar-lhe honra; ungi-lhe ao mesmo tempo os pés era demonstração desusada de respeito, mas ungi-lhe a cabeça e os pés com nardo, e em tal abundância, era um ato de homenagem reverente raramente prestada até mesmo aos reis.²⁵ O ato de Maria fora uma expressão de adoração, o fragrante transbordamento de um coração repleto de júbilo e afeto.

Aquele esplêndido tributo do amor de uma mulher devota tornou-se, entretanto, causa de irritado protesto. Judas Iscariotes, tesoureiro dos Doze, porém desonesto, avarento e de caráter mesquinho, deu largas a seu protesto desagradável, dizendo: “Por que se não vendeu este unguento por trezentos dinheiros, e não se deu aos pobres?”²⁶ Sua aparente solicitude para com os pobres era, porém, pura hipocrisia. Ele era ladrão e lamentava não lhe haver sido confiado o precioso unguento para vender, ou que o seu preço não tivesse sido lançado na bolsa da qual ele próprio era o encarregado e beneficiário. O uso que Maria fizera do custoso unguento fora tão perdulário, que outros, além de Judas, haviam permitido que sua surpresa se manifestasse em murmuração; entretanto, a ele é atribuída a distinção de ter sido o principal queixoso. A sensível natureza de Maria magoou-se com as indelicadas palavras de desaprovação, mas Jesus interpôs-se, dizendo: “Por que afligis esta mulher? Pois praticou uma boa ação para comigo.” E então, reiterando a reprimenda e sob a forma de solene instrução, continuou: “Porque os pobres sempre os tendes convosco; mas a mim nem sempre me tendes; pois, derramando ela este unguento sobre o meu corpo, fê-lo preparando-me para o meu sepultamento. Em verdade vos digo que, onde quer que este evangelho for pregado, em todo o mundo, também será referido o que ela fez para memória sua.”

Permanecemos sem informação certa se Maria sabia que dentro de poucos dias seu amado Senhor estaria na tumba. Pode ser que ela tivesse sido disso informada, em vista da santa intimidade existente entre Jesus e a família, ou tenha percebido das palavras de Cristo aos apóstolos que o sacrifício de Sua vida estava iminente, ou então pode ser que por intuição inspirada tivesse sido impelida a render o amoroso tributo, pelo qual sua recordação tem sido entesourada no coração de todos os que conhecem e amam a Cristo. João preservou para nós esta afirmativa de Jesus na repreensão provocada pelo murmúrio do Iscariotes: “Deixai-a; para o dia da minha sepultura guardou isto”; e a versão de Marcos igualmente sugere definido e solene propósito da parte de Maria: “Ela fez o que podia: antecipou-se a ungi-me para a sepultura.”

A Entrada Triunfal de Cristo em Jerusalém²⁷

Enquanto ainda em Betânia, ou na povoação vizinha de Betfagé, e de acordo com a narrativa de João, no dia seguinte ao da ceia na casa de Simão, enviou Jesus dois de Seus discípulos a um certo lugar onde, segundo lhes disse, encontrariam uma jumenta amarrada, e com ela um jumentinho sobre o qual ninguém havia montado, e que deveriam trazê-los a Ele. Se interrompidos ou inquiridos, deveriam dizer que o Senhor tinha necessidade dos animais. Somente Mateus menciona ambos, a jumenta e o filhote, os demais escritores citam apenas o último; muito provavelmente a mãe acompanhou o potrinho quando foi levado, e a presença da mãe possivelmente serviu para manter o filhote mais dócil. Os discípulos acharam tudo como o Senhor dissera. Trouxeram o jumentinho a Jesus, estenderam suas capas sobre o dorso da gentil criatura e colocaram ali o Mestre. O grupo partiu em direção a Jerusalém, com Jesus cavalcando no meio.

Como era costume, grande número de pessoas havia subido à cidade muitos dias antes do início dos rituais da Páscoa, a fim de poder dedicar-se à purificação pessoal, e pôr-se em dia com o oferecimento dos sacrifícios prescritos. Embora a grande data, na qual o festival deveria ser inaugurado, estivesse ainda quatro dias adiante, a cidade estava apinhada com a multidão de peregrinos, e entre esses muita discussão se havia levantado a respeito de aventurar-se Jesus a aparecer publicamente em Jerusalém durante a festa, em vista dos planos bem conhecidos da hierarquia, de pô-lo em custódia. A gente comum estava interessada em todas as ações e movimentos do Mestre, e a notícia de Sua partida de Betânia correu adiante Dele, de maneira que, ao tempo em que iniciou a descida da parte mais elevada da estrada, pelo flanco do Monte das Oliveiras, grande multidão se havia juntado ao Seu redor. O povo rejubilava com o espetáculo de Jesus cavalcando em direção à cidade santa e espalhava as vestes e lançava folhas de palmas e outras folhagens no Seu caminho, atapetando assim o caminho como para a passagem de um rei. Naquele momento, Ele era o seu rei e eles os vassalos em adoração. A voz da multidão soava em retumbante harmonia: “Bendito o Rei que vem em nome do Senhor: paz no céu, e glória nas alturas”, e novamente: “Hosana ao Filho de Davi; bendito o que vem em nome do Senhor: Hosana nas alturas!”²⁸

Entretanto, no meio de todo esse júbilo, Jesus estava triste quando chegou à vista da grande cidade onde se localizava a Casa do Senhor, e Ele chorou por causa da iniquidade de Seu povo, e por sua recusa em aceitá-Lo como o Filho de Deus; além disso, antevia as terríveis cenas de destruição ante as quais tanto a cidade quanto o templo em breve cairiam. Em angústia e lágrimas, Ele assim apostrofou a cidade condenada: “Ah! se tu conhecesses também, ao menos neste teu dia, o que à tua paz pertence! mas agora isto está encoberto aos teus olhos. Porque dias virão sobre ti em que os teus inimigos te cercarão de trincheiras, e te sitiarão, e te estreitarão de todos os lados; e te derrubarão, a ti e a teus filhos que dentro de ti estiverem, e não deixarão em ti pedra sobre pedra, pois que não conhecestes o tempo da tua visitaçãõ.” A multidão

fora aumentada por turbas tributárias que se juntavam à imponente procissão em cada encruzilhada, e os brados de louvor e homenagem se faziam ouvir dentro da cidade, enquanto o grupo que se aproximava estava ainda fora dos muros. Quando o Senhor cavalgou através do imponente portal e penetrou na capital do Grande Rei, a cidade inteira estava emocionada. À inquirição dos menos informados: “Quem é este?” a multidão clamava: “Este é Jesus, o profeta de Nazaré da Galiléia.” É possível que os peregrinos galileus fossem os que respondiam primeiro e mais alto à jubilosa proclamação, porque os orgulhosos judeus tinham a Galiléia em baixa estima, e naquele dia, Jesus da Galiléia era o personagem mais preeminente em Jerusalém. Os fariseus, ressentidos com as honras assim prestadas a alguém que havia muito conspiravam para destruir, impotentemente se lamentavam uns com os outros pelo fracasso de todos os seus planos nefandos, dizendo: “Vedes que nada aproveitais? eis que toda a gente vai após ele.” Incapazes de refrear o crescente entusiasmo da multidão, ou de silenciar as jubilosas aclamações, alguns dos fariseus abriram caminho entre a turba até chegarem a Jesus e apelaram para Ele dizendo: “Mestre, repreende teus discípulos.” Mas o Senhor respondeu-lhes: “Digo-vos que, se estes se calarem, as próprias pedras clamarão”.²⁹

Apeando-se, entrou Ele a pé nos átrios do templo, sendo recebido com brados de lisonja. Os principais dos sacerdotes, os escribas, os fariseus, os representantes oficiais da teocracia, a hierarquia do judaísmo, estavam exasperados. Não havia como negar o fato de que o povo rendia homenagens messiânicas àquele perturbador Nazareno, e isso até dentro dos próprios limites do templo de Jeová.

O propósito de Cristo em assim entregar-se por aquele dia aos desejos do povo, aceitando sua homenagem com graça real, não pode ser inteiramente compreendido por nossa mente finita. Que a ocasião não foi um acontecimento acidental e fortuito do qual Ele tirara vantagem sem intenção preconcebida, é evidente. Ele sabia de antemão o que estava para acontecer e o que deveria fazer. Não se tratava de representação sem significado, e sim do próprio advento do Rei à sua cidade real, e sua entrada no templo, a casa do Rei dos reis. Ele viera montado num jumento, em sinal de paz, aclamado pelos brados de Hosana da multidão; não em corcel ajaezado com a panóplia de combate e com o acompanhamento do toque de clarins e a fanfarra de trombetas. Que a jubilosa ocorrência de maneira alguma sugeria hostilidade física ou perturbação de natureza sediciosa, é facilmente demonstrado pela indulgente despreocupação com que foi vista pelos oficiais romanos, sempre prontos a arremeter com seus legionários da fortaleza Antônia ao primeiro sinal de insurreição; e eram, além do mais, particularmente vigilantes na supressão de todos os candidatos messiânicos, pois que falsos Messias já se haviam levantado e muito sangue tinha corrido na violenta repressão de suas ilusórias pretensões. Os romanos, porém, nada viam de temível, e sim talvez muito de irrisório, no espetáculo de um Rei montado num jumento e acompanhado por súditos que, embora numerosos, não brandiam armas e sim acenavam com folhas de palmeira e ramos de murta. O jumento tem sido designado

literariamente como o “antigo símbolo da realeza judaica”, e o que o cavalga como a representação do progresso pacífico.

Aquela triunfal entrada de Jesus na principal cidade dos judeus teria sido chocantemente inconsistente com o tom geral de Seu ministério na etapa inicial. Até mesmo a insinuação de que Ele era o Cristo tinha sido feita com extremo cuidado, se é que tinha sido mesmo feita, e toda manifestação popular de respeito em que Ele figurasse como líder nacional, fora suprimida. Agora, porém, a hora do grande final estava muito próxima; a aceitação pública da homenagem do povo, e o reconhecimento dos títulos real e messiânico, constituíam uma proclamação aberta e oficial de Sua divina investidura. Ele havia entrado na cidade e no templo numa tal situação de realeza, como convinha de fato ao Príncipe da Paz. Ele havia sido rejeitado pelos líderes do país e Sua pretensão ridicularizada. A maneira como entrara deveria ter tocado os sábios mestres da lei e dos profetas, pois que a impressionante previsão de Zacarias, cujo cumprimento o evangelista João vê nos eventos daquele memorável Domingo³⁰, era frequentemente citada entre eles: “Alegra-te muito, ó filha de Sião; exulta, ó filha de Jerusalém; eis que o teu rei virá a ti, justo e salvo, pobre, e montado sobre um jumento, e sobre um jumentinho, filho de jumenta.”³¹

Alguns Gregos Visitam a Cristo³²

Entre as multidões que vinham a Jerusalém ao tempo da Páscoa anual, havia gente de muitos países. Alguns desses, embora não descendessem de judeus, haviam-se convertido ao judaísmo e eram admitidos nos precintos do templo, mas não se lhes permitia passar além do pátio dos gentios.³³ Em certa ocasião, durante a última semana da vida mortal de nosso Senhor, possivelmente no dia de Sua entrada real na cidade,³⁴ alguns gregos que evidentemente se contavam entre os prosélitos, já que haviam vindo “para adorar no dia da festa”, solicitaram uma entrevista com Jesus. Dominados por um louvável senso de decoro, hesitaram em abordar diretamente o Mestre, e rogaram a Filipe, um dos apóstolos, dizendo: “Senhor, queríamos ver a Jesus.” Filipe consultou André, e os dois foram informar a Jesus que, como podemos razoavelmente inferir do contexto, embora o fato não seja explicitamente declarado, os recebeu com agrado, transmitindo-lhes preceitos do mais alto valor. É evidente que o desejo desses gregos de se avistarem com o Mestre não se baseava na curiosidade ou noutro impulso menos digno; eles sinceramente desejavam ver e ouvir o Ensinador, cuja fama havia alcançado seu país, e cujas doutrinas os haviam impressionado.

A eles testificou Jesus que a hora de Sua morte estava próxima, a hora em que “o Filho do Homem há de ser glorificado”. Impressionados e penalizados com as palavras do Senhor, provavelmente inquiriram sobre a necessidade de tal sacrifício. Jesus explicou-lhes, citando uma tocante ilustração tirada da natureza: “Na verdade, na verdade vos digo: que, se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas se morrer, dá muito fruto.”³⁵ A comparação é pertinente e ao mesmo tempo impressivamente simples e bela. O fazendeiro que se esquecer, ou que se negar a lançar

seu trigo à terra por querer conservá-lo, não terá aumento; mas se semear o trigo em solo bom e rico, cada grão vivo poderá multiplicar-se muitas vezes, embora a semente tenha que ser sacrificada no processo. De maneira que, disse o Senhor, “quem ama a sua vida, perdê-la-á, e quem neste mundo aborrece a sua vida, guardá-la-á para a vida eterna”. O que o Mestre queria dizer é claro: aquele que tanto ama sua vida que não a quer arriscar, ou se necessário, sacrificá-la a serviço de Deus, perderá sua oportunidade de ganhar o generoso prêmio da vida eterna; enquanto o que considera o chamado de Deus como tão mais importante que a própria vida, que seu amor por ela seja como ódio em comparação, achará a vida que livremente entregou ou estava pronto a entregar, ainda que momentaneamente ela desapareça como o grão sepultado na terra; e ele se rejubilará na riqueza do eterno desenvolvimento. Se isto é verdade em relação à existência de cada homem, quão transcendentemente mais em referência Àquele que veio morrer para que os homens pudessem viver? Portanto, era necessário que Ele morresse, *como* dissera que estava para acontecer; contudo Sua morte, longe de significar vida perdida, deveria ser vida glorificada.

A Voz Vinda dos Céus³⁶

A percepção das angustiantes experiências pelas quais estava por passar, e particularmente a contemplação do estado pecaminoso que tornara imperativo Seu sacrifício, de tal maneira pesavam sobre a mente do Salvador, que Ele profundamente Se afligiu. “Agora a minha alma está perturbada”; gemeu ele; “e que direi eu?” exclamou angustiado. Haveria de dizer “Pai, salva-me desta hora”, quando sabia que “para isto” tinha vindo “a esta hora”? Somente para o Pai podia voltar-se Ele, para apoio confortador; não para pedir livramento, mas forças para suportar o que estava para vir, e então orou: “Pai, glorifica o teu nome”. Era uma alma poderosa que se erguia para enfrentar o supremo desfecho, que por um momento havia parecido esmagador. Àquela prece de renovada rendição à vontade do Pai, respondeu “uma voz do céu que dizia: Já o tenho glorificado, e outra vez o glorificarei.”

A voz era real; não se tratava de um sussurro subjetivo de conforto à consciência íntima de Jesus, mas de uma realidade externa e objetiva. As pessoas ao redor ouviram o som e o interpretaram de maneiras diferentes; uns diziam que fora um trovão; outros, de melhor discernimento espiritual, diziam: “Um anjo lhe falou”; e outros, enfim, poderão ter entendido as palavras como as entendeu Jesus. Saindo da passageira nuvem de envolvente angústia, voltou-Se o Senhor para o povo, dizendo: “Não veio esta voz por amor de mim mas por amor de vós.” E então, com a convicção do triunfo seguro sobre a morte e o pecado, exclamou em acentos de divino júbilo, como se a cruz e a sepultura já pertencessem ao passado: “Agora é o juízo deste mundo: agora será expulso o príncipe deste mundo.” Satanás, o príncipe do mundo, estava condenado.³⁷ “E eu”, prosseguiu o Senhor, “quando for levantado da terra, todos atrairei a mim.” João nos afirma que esta última sentença significava a maneira da morte do Senhor; o povo assim entendeu e pediu explicação do que lhes parecia uma

inconsistência com as escrituras, da forma como haviam aprendido a interpretá-las, pois que declaravam que o Cristo viveria para sempre,³⁸ e agora aquele que se proclamava o Messias, o Filho do Homem, asseverava que seria levantado. “Quem é esse Filho do Homem?” perguntaram eles. Preocupado como sempre em não atirar pérolas onde pudessem não ser apreciadas, o Senhor evitou uma declaração direta, mas admoestou-os a que andassem na luz enquanto a luz com eles estivesse, pois que as trevas certamente se seguiriam, e, conforme lhes recordou, “quem anda nas trevas não sabe para onde vai”. Concluindo, o Senhor assim os admoestou: “Enquanto tendes luz, crede na luz, para que sejais filhos da luz.”³⁹

Ao findar esse discurso, Jesus afastou-se do povo e “escondeu-se deles”. O relato do primeiro dia do que ficou conhecido como a semana da paixão de nosso Senhor⁴⁰ termina assim, de acordo com Marcos: “...tendo visto tudo em redor, como fosse *já* tarde, saiu para Betânia com os doze.”⁴¹

NOTAS DO CAPÍTULO 29

1. A Mãe de Tiago e João. — A mãe desses dois filhos de Zebedeu (Mat. 20:20; comparar com 4:21) é geralmente considerada como sendo a Salomé mencionada como uma das mulheres presentes à crucifixão (Mar. 15:40; comparar com Mat. 27:56 em que “a mãe dos filhos de Zebedeu” é mencionada, e o nome “Salomé” é omitido), e uma das que chegaram primeiro ao sepulcro na manhã da ressurreição (Mar. 16:1). Alguns expositores concluem que Salomé seria irmã de Maria, a mãe de Jesus, e portanto tia do Salvador, baseados no fato de João mencionar a mãe de Jesus e “a irmã dela” (19:25) omitindo a menção de Salomé pelo nome. Esse parentesco faria de Tiago e João primos de Jesus. Conquanto o relato escriturístico não negue tal parentesco, certamente não o afirma também.

2. Jericó. — Tratava-se de uma antiga cidade, a nordeste de Jerusalém, a pouco menos de 24 quilômetros de distância, em linha reta. No decurso do êxodo fora capturada pelo povo de Israel por meio de miraculosa intervenção do poder divino. (Jos. 6.) A produtividade da região é indicada pela designação descritiva de “cidade das palmeiras” (Deut. 34:3; Juí. 1:16; 3:13; II Crôn. 28:15). O nome Jericó significa “Lugar de fragrância”. Seu clima era semi-tropical em consequência de sua baixa altitude. A cidade jaz num vale, muitos metros abaixo do nível do Mediterrâneo, o que explica a expressão de Lucas (19:28) de que depois de haver Jesus proferido a Parábola das Minas, ao sair de Jericó, “caminhando adiante, subindo para Jerusalém”.

No tempo de Cristo, Jericó era uma cidade importante, e a abundância de seus produtos comerciais, especialmente bálsamo e especiarias, levava ao estabelecimento de um escritório de coletoria, sobre o qual parece que Zaqueu tinha autoridade.

3. O homem nobre e o reino. — As circunstâncias da Parábola das Minas, que se relacionam com um certo homem nobre indo a um país longínquo para receber para si mesmo um reino, encontram paralelo na história. Arquelau, que por decisão de seu

pai, Herodes, o Grande, havia sido nomeado rei dos judeus, partira para Roma, a fim de pedir ao imperador que confirmasse sua posição real, tendo sido contrariado por um protesto da parte do povo. A respeito da utilização dessa circunstância na parábola, Farrar (p. 493, nota) diz: “Um homem nobre indo a um país longínquo para receber um reino seria completamente inexplicável, se não tivéssemos, afortunadamente, conhecimento de que isso fora feito tanto por Arquelau quanto por Antipas (Jos. Ant. xvii, 9:4). Sendo que no caso de Arquelau, os judeus haviam efetivamente enviado uma delegação de cinquenta pessoas a Augusto, para relatar suas crueldades e opor-se às suas pretensões; delegação essa que, embora fracassando na ocasião, posteriormente alcançou sucesso. (Josefo, Ant. xvii, 13:2). Filipo defendeu a propriedade de Arquelau durante sua ausência, contra a usurpação do proconsul Sabino. O magnífico palácio construído por Arquelau em Jericó (Jos. Ant. xvii, 13:1) deveria naturalmente trazer essas circunstâncias à mente de Jesus, e a parábola é mais um frisante exemplo da maneira como Ele utilizava as circunstâncias mais comuns a Seu redor, fazendo delas a base de Seus ensinamentos mais elevados. É também mais uma indicação insuspeita da autenticidade e veracidade dos evangelhos.”

4. “Não queremos que este reine sobre nós”. — A respeito dessa parte da parábola, Trench (*Miracles*, p. 390) comenta muito corretamente: “Por duas vezes anteriormente, ele havia ido para receber o seu reino, e essa própria declaração encontrou formal cumprimento nos lábios deles (os judeus), — uma vez quando clamaram a Pilatos, ‘Não temos rei, senão o César’; e novamente quando reclamaram com ele, ‘Não escrevas, Rei dos Judeus’ (João 19:15, 21; comparar com Atos 17:7). O mais estrito cumprimento dessas palavras, entretanto, é encontrado no comportamento dos judeus depois da ascensão, a feroz hostilidade a Cristo em Sua Igreja nascente (Atos 12:3; 13:45; 14:18; 17:5; 18:6; 22:22; 23:12; I Tes. 2:15).”

5. O dia da ceia em Betânia. — João coloca este evento como tendo ocorrido no dia seguinte ao de Sua chegada a Betânia, pois, como vemos em 12:12, a entrada triunfal em Jerusalém teve lugar no dia seguinte ao da ceia, e, como é afirmado no texto, Jesus muito provavelmente chegou a Betânia na sexta-feira. A jubilosa marcha para Jerusalém não ocorreu no dia seguinte à sexta-feira, por tratar-se do sábado dos judeus. Mateus (26:2-13) e Marcos (14:1-9) colocam o incidente da ceia depois do registro da entrada triunfal e de outros acontecimentos, e daí alguns deduzem que esses dois escritores colocam a ceia dois dias antes da Páscoa. Tal inferência peca por falta de confirmação. Nesse caso, a ordem cronológica dada por João parece ser a verdadeira.

6. O lar em Betânia. — O lar de Marta, Maria e Lázaro parece ter sido a moradia habitual de Jesus, quando estava em Betânia. Indubitavelmente Ele vivia em termos de amizade muito íntima e afetuosa com todos os membros da família, mesmo antes do miraculoso levantamento de Lázaro dos mortos, e essa ocorrência supremamente abençoada deve ter intensificado, até à adoração reverente, a estima com que nosso Senhor era tido naquela casa. Se aquela seria a mesma casa de Simão, o leproso, as

escrituras não afirmam. João, que fornece uma narrativa muito detalhada da ceia servida por Marta, não menciona Simão nem sua casa. É fácil de verificar que os escritores sinópticos falam muito pouco a respeito desse lar em Betânia. Farrar diz com acerto (p. 483): “Parece que podemos perceber nos sinópticos uma especial reserva a respeito da família de Betânia. A casa a respeito da qual fazem especial referência é a de Simão, o leproso; Maria é simplesmente chamada de “uma mulher” por S. Mateus e S. Marcos (Mat. 26:6, 7; Mar. 14:3); e S. Lucas contenta-se em chamar Betânia de ‘uma aldeia’ (Luc. 10:38), embora estivesse perfeitamente seguro do nome (Luc. 19:29).”

7. O unguento de nardo. — Esse era um dos mais caros unguentos orientais. Aquele que foi usado por Maria para ungir Jesus é descrito por Mateus e Marcos como “preciosíssimo”, e por João como “de muito preço”. No original, aparece o adjetivo “pistic”, traduzido por alguns com o significado de “líquido”, mas por outros como significando “genuíno”. Havia muitas imitações inferiores do verdadeiro nardo; e não nos resta dúvida de que a preciosa dádiva de Maria era da mais alta qualidade. A planta da qual o fragrante perfume é obtido é uma espécie de gramínea nativa da Índia. Menciona-se o nardo nos Cantares de Salomão 1:12; 4:13, 14.

8. Hosana! — “Hosana” é uma forma grega da expressão hebraica salva-nos agora”, “rogamos que salves”, que ocorre no original dos Salmos 118:25. Não aparece em nenhum outro lugar na Bíblia inglesa, exceto nas aclamações do povo na entrada triunfal de Cristo em Jerusalém, e nos jubilosos clamores das crianças no templo (Mat. 21:9, 25). Note-se a citação ao “Brado de Hosana” na Igreja restaurada de Cristo na atual dispensação em ocasiões de particular júbilo diante do Senhor (ver “*A Casa do Senhor*” páginas 120, 150, 210). “Hallelujah”, grafado dessa forma, significa “Louvai a Jeová”. Aparece sob a forma grega “Aleluia” em Apo. 19:1, 3, 4, 6.

9. O primeiro dia na Semana da Paixão, — Uma comparação das narrativas da entrada triunfal do Senhor em Jerusalém, e de certos eventos posteriores, conforme registrados pelos três sinópticos, mostra pelo menos uma possibilidade de discrepância quanto à seqüência. Parece certo que Jesus visitou o local do templo no dia do advento real à cidade. Em Mateus 21:12 e Lucas 19:45 bem como no contexto que precede essas passagens, tem-se encontrado a inferência de que a segunda purificação do templo ocorreu no dia da entrada processional; enquanto outros interpretam Marcos 11:11 e 15 como significando que o evento teve lugar num dia posterior. Trata-se de uma questão reconhecidamente em aberto, e a ordem da apresentação seguida no texto é baseada na conveniência de tratamento fundamentada sobre uma probabilidade razoável.

CAPÍTULO 30

JESUS VOLTA DIARIAMENTE AO TEMPLO

Um Incidente Instrutivo na Viagem¹

Na manhã que, segundo nossos cálculos, era a de segunda-feira, o segundo dia da semana da Paixão, Jesus e os Doze retornaram a Jerusalém, passando a maior parte do tempo no templo. Haviam partido de Betânia muito cedo, e Jesus teve fome no caminho. Olhando à frente, viu uma figueira que diferia do restante das inúmeras figueiras da região, em virtude de estar inteiramente coberta de folhas, embora a época da frutificação ainda não houvesse começado.² E: fato sobejamente conhecido que a floração dos frutos da figueira se dá bem antes do surgimento das folhas, e que, quando a árvore se recobre inteiramente de folhas, os figos estão bem adiantados na maturação. Além do mais, certas espécies de figos são comestíveis, mesmo enquanto verdes; na realidade, ainda hoje os frutos imaturos do Oriente são saborosos. Seria natural, portanto, que se esperasse encontrar figos comestíveis, mesmo em princípios de abril, em uma árvore que já se achava recoberta de folhas. Quando Jesus e seu grupo alcançaram a árvore que tinha sido olhada, com razão, como rica em promessa de frutos, nada acharam nela senão folhas: tratavase de uma árvore vistosa, infrutífera e estéril. Não apresentava nem mesmo figos velhos, da estação anterior, dos quais alguns se encontram na primavera em árvores frutíferas. Jesus pronunciou sobre aquela árvore a sentença de esterilidade perpétua. “Nunca mais coma alguém fruto de ti” disse Ele, de acordo com a narrativa de Marcos; ou, segundo Mateus relata o julgamento: “Nunca mais nasça fruto de ti.” Este último escritor diz-nos, em seqüência ininterrupta, que “a figueira secou imediatamente”; Marcos entretanto dá a impressão de que o efeito da maldição não foi observado antes da manhã seguinte quando, vindo novamente Jesus e os apóstolos a caminho entre Betânia e Jerusalém, viram que a figueira havia secado desde a raiz. Pedro chamou a atenção para a árvore crestada, e dirigindo-se a Jesus, exclamou: “Mestre, eis que a figueira que tu amaldiçoaste secou.”

Aplicando a lição do momento, Jesus disse: “Tende fé em Deus”, e então repetiu algumas de Suas declarações anteriores sobre o poder da fé, pela qual até as montanhas podem ser removidas, se houver necessidade de realizar tal milagre, a fim de que, certamente, alguma coisa necessária possa ter lugar. O definhamento de uma árvore era pouco comparado às maiores possibilidades de realização através da fé e orações. Para tanto, porém, deve-se agir e orar sem reservas ou dúvidas, conforme o Senhor deixou claro: “Por isso vos digo que tudo o que pedirdes, orando, crede que o recebereis, e tê-loeis”. A oração precisa de ser aceitável a Deus para alcançar efeito; seguindo-se que aquele que desejar realizar alguma obra por meio da fé e da oração, deve estar em condições de apresentar-se diante do Senhor em súplica; por conseguinte

Jesus novamente instruiu os apóstolos dizendo: “E, quando estiverdes orando, perdoai, se tendes alguma coisa contra alguém, para que vosso Pai, que está nos céus, vos perdoe as vossas ofensas.”³

O secamento da figueira estéril é visto por muitos como único entre os milagres relatados de Cristo, pelo fato de que, enquanto todos os outros foram realizados para socorro, bênção e propósitos beneficentes em geral, este surge como um ato de julgamento e execução destrutiva. Não obstante, neste milagre o propósito do Senhor não permanece oculto, e o resultado, conquanto fatal para uma árvore, é de permanente bênção para todos os que haveriam de aprender e tirar benefício das obras de Deus. Se nada mais tivesse sido alcançado pelo milagre do que apresentar uma lição objetiva, tão marcante para as instruções que se seguiram, aquela árvore morta se mostrou mais útil para a humanidade que todos os pomares de figueiras de Betfagé.⁴ Para os apóstolos, o ato foi mais uma prova indiscutível do poder do Senhor sobre a natureza, Seu controle sobre as forças naturais e todas as coisas materiais, Sua jurisdição sobre a vida e a morte. Ele havia curado multidões; o vento e as ondas haviam obedecido à Sua palavra; em três ocasiões, restaurara os mortos à vida; era conveniente que demonstrasse Seu poder para ferir e destruir. Ao manifestar Sua autoridade sobre a morte, Ele havia misericordiosamente levantado uma jovem do leito sobre o qual havia falecido, um rapaz da maca em que era levado ao sepulcro, e um outro da sepultura em que havia sido depositado como cadáver; mas, para provar Seu poder de destruir por uma palavra, havia escolhido como alvo, uma árvore estéril e sem valor. Poderia qualquer um dos Doze duvidar, quando poucos dias mais tarde O viram nas mãos dos sacerdotes vingativos e dos pagãos impiedosos, que Ele poderia ferir de morte Seus inimigos com uma palavra, se O quisesse? Apesar disso, nem mesmo os apóstolos perceberam quão verdadeiramente voluntário havia sido Seu sacrifício, senão depois da ressurreição.

Entretanto, o incidente da figueira estéril é instrutivo também sob outro ponto de vista. Trata-se tanto de um milagre quanto de uma parábola. A ramalhuda árvore distinguia-se das outras figueiras; as outras não ofereciam um convite, não apresentavam promessa; “o tempo dos figos não havia chegado ainda”; na estação própria, elas dariam frutos e folhas, mas esta precoce e copada embusteira ramalhuda seus umbrosos galhos como que em arrogante declaração de superioridade. Para os que responderam ao seu ostentoso convite, para o faminto Cristo que viera em busca de frutos, ela não tinha nada mais que folhas. Mesmo para os propósitos da lição em causa, não podemos imaginar que a árvore tivesse sido crestada por apresentar-se sem frutos, porquanto naquela ocasião as demais figueiras também estavam desprovidas de frutos. Ela tornou-se objeto da maldição e assunto do discurso instrutivo do Senhor, porque, tendo folhas, era enganadoramente estéril. Fosse possível considerar uma árvore como portadora de senso moral, teríamos de chamá-la hipócrita; sua total esterilidade acompanhada de abundância de folhas tornava-a um símbolo da hipocrisia humana.

A árvore frondosa e infrutífera simbolizava o Judaísmo, que altamente se proclamava como única religião verdadeira da época e condescendentemente convidava todo o mundo a vir e partilhar de seus ricos e sazoados frutos; quando, na verdade, era apenas um amontoado antinatural de folhas, sem nenhum fruto comestível da estação, e nem mesmo um fruto comestível que houvesse restado de anos anteriores, pois que aqueles que possuía, de frutificações passadas, haviam secado até se tornarem inúteis e repulsivos em sua deterioração roída pelos vermes. A religião de Israel havia degenerado numa religiosidade artificial que, em matéria de exibições pretensivas e declarações vazias, ultrapassava as abominações do paganismo. Como já tivemos oportunidade de indicar nestas páginas, a figueira era o símbolo favorito da raça judaica nas figurações rabínicas, e o Senhor já havia usado esse simbolismo anteriormente, na Parábola da Figueira Estéril, cujo crescimento inútil somente obstruía o terreno.⁵

A Segunda Purificação do Templo⁶

Dentro dos terrenos do templo, Jesus indignou-se ante a cena de tumulto e profanação que o lugar apresentava. Três anos antes, na época da Páscoa, Ele havia sido levado a um alto estado de justa ira por uma semelhante exibição de negociismo sórdido dentro dos sagrados recintos, e havia posto para fora as ovelhas e bois, e expulsado à força os negociadores e os cambistas, bem como todos os que estavam usando a casa de Seu Pai como lugar de comércio.⁷ Aquilo ocorrera no início de Sua atividade pública, e a ação vigorosa colocava-se entre as Suas primeiras obras que atraíram atenção geral; agora, a quatro dias da cruz, Ele novamente limpava os átrios, lançando fora todos “os que vendiam e compravam no templo, e derribou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas”; nem tampouco permitia que alguém carregasse seus baldes e cestas pelo templo, como muitos tinham o hábito de fazer, transformando a passagem em via de trânsito comum. “Não está escrito” perguntava-lhes Ele indignado, “A minha casa será chamada por todas as nações casa de oração? Mas vós a tendes feito covil de ladrões.” Na primeira ocasião, antes de haver declarado ou até mesmo confessado ser o Messias, Ele chamara o templo “a casa de meu Pai”; agora que havia abertamente reconhecido ser o Cristo, chamava-o “minha casa”. As expressões são, em certo sentido, sinônimas; Ele e o Pai eram e são um em posse e domínio. Não se declaram os meios pelos quais a última expulsão foi realizada, mas aparece claramente o fato de que ninguém pôde opor-se à Sua ordem cheia de autoridade. Ele agiu na força da retidão, diante da qual as forças do mal tiveram que ceder.

O furor de Sua indignação foi seguido pela calma de meigo ministério; ali, nos átrios purificados de Sua casa, os cegos e os aleijados se reuniram coxeando e tateando ao Seu redor e Ele os curou. O ódio dos principais dos sacerdotes e dos escribas rugia contra Ele, mas era impotente. Haviam decretado Sua morte e feito repetidos esforços para O apanhar, e ali estava Ele, assentado dentro da própria área sobre a qual pretendiam ter suprema jurisdição, e eles tinham medo de tocá-Lo por causa da gente

comum, que professavam desprezar, embora intimamente temessem — “porque todo o povo pendia para ele, escutando-o.”

O furor dos oficiais mais se agravou por causa de um tocante incidente, que parece ter ocorrido ao mesmo tempo, ou logo após haver Ele, misericordiosamente, curado os aflitos no templo. As crianças presenciaram o que Ele fizera; com sua mente pura ainda não maculada pelos preconceitos da tradição e os olhos ainda não obscurecidos pelo pecado, perceberam Nele o Cristo, e romperam em louvor e adoração num hino que foi ouvido pelos anjos: “Hosana ao Filho de Davi”. Com mal disfarçada ira os oficiais do templo perguntaram-Lhe: “Ouves o que estes dizem?” Provavelmente esperavam que Ele negasse o título, ou possivelmente esperavam que reafirmasse Sua pretensão de maneira a dar margem a ação legal contra Si, pois que para a maioria deles, o Filho de Davi era o Messias, o prometido Rei. Livrar-Se-ia Ele da blasfêmia que acompanhava a aceitação injustificada de tão terrível dignidade? Jesus respondeu com uma repreensão implícita pela ignorância deles quanto às escrituras: “Sim; nunca lestes: Pela boca dos meninos e das criancinhas de peito tiraste o perfeito louvor?”⁸

Era agora a tarde de segunda-feira, e Jesus deixou a cidade, retirando-Se novamente para Betânia, onde Se hospedava. Esta era uma medida prudente em vista da determinação dos líderes de apanharem-No, desde que o conseguissem sem levantar o povo. Isso não podiam fazer durante o dia, porquanto onde quer que Se apresentasse, Ele era o centro de uma multidão; mas tivesse Ele permanecido em Jerusalém durante a noite, os vigilantes emissários da hierarquia poderiam conseguir agarrá-Lo, a menos que os detivesse por alguma ação miraculosa. Embora Sua hora estivesse próxima, todavia não havia soado ainda, e Ele só seria capturado quando o permitisse, como vítima voluntária a ser tomada por Seus inimigos.

A Autoridade de Cristo É Desafiada pelos Principais⁹

No dia seguinte, quer dizer, na terça-feira, retornou Ele ao templo, passando pela figueira morta no caminho e frisando a moral do milagre e da parábola, conforme já vimos. Enquanto ensinava no lugar santo, pregando o evangelho a todos que o quisessem ouvir, os principais dos sacerdotes, acompanhados de um certo número de escribas e anciãos, vieram a Ele em grupo. Havia estado debatendo a Seu respeito durante a noite e tinham decidido pelo menos um ponto: desafiariam Sua autoridade em face do que havia feito no dia anterior. Eles eram os guardiães do templo, tanto da estrutura material quanto do sistema teocrático que mantinha o santo edifício, e Esse galileu, que Se permitia ser chamado o Cristo e defendia os que assim O aclamavam, havia pela segunda vez ignorado a autoridade deles dentro dos muros do templo, e na presença da gente comum sobre a qual eles dominavam tão arrogantemente. Assim sendo, aquela delegação oficial, com planos preestabelecidos, veio a Ele, dizendo: “Com que autoridade fazes isto? e quem te deu tal autoridade?” Essa ação era indubitavelmente um passo preliminar numa tentativa preconcebida de suprimir as atividades de Jesus, tanto em palavras quanto em atos, dentro dos precintos do templo.

Devemos recordar que, depois da primeira purificação do templo, os judeus haviam indignadamente exigido de Jesus um sinal pelo qual pudessem julgar a procedência de Sua divina comissão;¹⁰ e é significativo que nesta última ocasião nenhum sinal tivesse sido exigido, mas em lugar disso, pediam-Lhe uma afirmação clara quanto à autoridade que possuía e por quem Lhe tinha sido conferida. Um período de três anos de milagres e ensinamentos era-lhes notório; na véspera, os cegos e aleijados haviam sido curados dentro dos muros do templo; e Lázaro, testemunha viva do poder do Senhor sobre a morte e a tumba, estava diante deles. Pedir mais sinal seria expor-se, de maneira demasiadamente flagrante, ao ridículo do povo.

Sabiam eles qual autoridade o Senhor afirmava ter; sua pergunta tinha propósitos sinistros. Jesus não condescendeu em dar-lhes uma resposta em que poderiam encontrar novas razões para antagonizá-Lo, mas fez uso de um método muito comum entre eles próprios — o de opor uma pergunta a outra. “E Jesus, respondendo, disse-lhes: Eu também vos perguntarei uma coisa: se me disserdes, também eu vos direi com que autoridade faço isto. O batismo de João de onde era? Do céu, ou dos homens?” Consultaram eles entre si quanto à resposta que melhor lhes serviria, para saírem da situação embaraçosa; nenhuma menção é feita de qualquer tentativa de descobrir a verdade e responder de acordo; eles estavam inteiramente confundidos. Se respondessem que o batismo de João era de Deus, Jesus provavelmente lhes perguntaria por que não haviam crido no Batista, e por que não haviam aceitado o testemunho de João a Seu respeito. De outro lado, se asseverassem que João não tinha autoridade divina para pregar e batizar, o povo se voltaria contra eles, pois que o Batista mártir era reverenciado pelas massas como profeta. Apesar de sua alardeada sabedoria, responderam como meninos de escola, quando percebem dificuldades ocultas, no que a princípio lhes parecia um problema simples: “Não sabemos” disseram eles. Então Jesus replicou: “Nem eu vos digo com que autoridade faço isto.”

Os principais dos sacerdotes, escribas e anciãos sentiam-se logrados e humilhados. As posições haviam sido completamente invertidas; Jesus, a quem tinham vindo questionar, tornara-Se o examinador; eles uma classe de assustados e relutantes ouvintes, Ele o instrutor bem preparado, e a multidão, os observadores interessados. Com pouca probabilidade de interrupção imediata, o Mestre prosseguiu com calma deliberação, relatando-lhes uma série de três histórias esplêndidas, cada uma das quais, sentiam-no eles, se lhes aplicava com incisiva certeza. A primeira das narrativas é conhecida como a *Parábola dos Dois Filhos*.

“Mas, que vos parece? Um homem tinha dois filhos, e, dirigindo-se ao primeiro disse: Filho, vai trabalhar hoje na minha vinha. Ele, porém, respondendo, disse: Não quero. Mas depois, arrependendo-se, foi. E, dirigindo-se ao segundo, falou-lhe de igual modo; e, respondendo ele, disse: Eu vou, senhor; e não foi. Qual dos dois fez a vontade do pai? Disseram-lhe eles: O primeiro. Disse-lhes Jesus: Em verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes entram adiante de vós no reino de Deus. Porque João veio a

vós no caminho da justiça, e não o crestes, mas os publicanos e as meretrizes o creram; vós, porém, vendo isto, nem depois vos arrependestes para o crer.”¹¹

A sentença inicial, “Mas que vos parece?” era uma chamada para atenção mais cuidadosa. Implicava numa pergunta que logo viria, e que foi apresentada sob a forma: Qual dos dois filhos foi o obediente? Só havia uma resposta óbvia e tiveram que dá-la, embora relutantes. A aplicação da parábola veio com convincente prontidão. Eles, os principais sacerdotes, escribas, fariseus e anciãos do povo foram comparados ao segundo filho, que, ao ser chamado para trabalhar na vinha, respondera tão firmemente mas não fora, ainda que as videiras se estivessem tornando bravias pelo crescimento sem poda, e os pobres frutos que conseguissem amadurecer seriam deixados para cair e apodrecer no chão. Os publicanos e pecadores, sobre os quais descarregavam seu desprezo, cujo contato tornava a pessoa imunda, foram assemelhados ao primeiro filho que, em recusa rude ainda que franca, ignorara o chamado paterno, mas posteriormente se abrandara e pusera-se a trabalhar, arrependido e esperançoso de compensar o tempo que havia perdido, e o espírito de rebeldia que havia demonstrado contra o pai.¹² Os publicanos e pecadores, tocados em seu coração pelo incisivo chamado ao arrependimento, haviam ocorrido ao Batista no deserto com a pergunta sincera: “Mestre, que devemos fazer?”¹³ O apelo de João não tinha sido para nenhuma classe em particular; mas enquanto pecadores confessos se tinham arrependido e buscado o batismo de Suas mãos, aqueles mesmos fariseus e anciãos do povo tinham rejeitado o testemunho Dele e, com hipocrisia, tentaram armar-Lhe laços.¹⁴ Por intermédio da parábola, Jesus respondeu à Sua própria pergunta se o batismo de João era de Deus ou do homem. A afirmativa do Senhor: “Em verdade vos digo que os publicanos e as meretrizes entram adiante de vós no reino de Deus”, era uma condenação da sociedade corrupta, embora beata, de toda a hierarquia. Não estava inteiramente fora de possível reforma, entretanto. Ele não disse que os pecadores arrependidos entrariam e os sacerdotes hipócritas ficariam excluídos para sempre; para os últimos, havia esperança, se tão somente se arrependessem, embora tivessem que acompanhar, e não liderar, a gloriosa procissão dos redimidos.

Dando continuação ao mesmo discurso, o Senhor apresentou a *Parábola dos Lavradores Maus*, da seguinte forma:

“Ouvi ainda outra parábola: Houve um homem, pai de família, que plantou uma vinha, e circundou-a de um valado, e construiu nela um lagar, e edificou uma torre, e arrendou-a a uns lavradores, e ausentou-se para longe. E, chegando o tempo dos frutos, enviou os seus servos aos lavradores, para receber os seus frutos. E os lavradores, apoderando-se dos servos, feriram um, mataram outro, e apedrejaram outro. Depois enviou outros servos, em maior número do que os primeiros; e eles fizeram-lhes o mesmo. E por último enviou-lhes seu filho, dizendo: Terão respeito a meu filho. Mas os lavradores, vendo o filho, disseram entre si: Este é o herdeiro; vinde, matemo-lo, e apoderemo-nos da sua herança. E, lançando mão dele, o arrastaram para fora da vinha, e o mataram. Quando pois vier o senhor da vinha, que fará àqueles lavradores? Dizem-

lhes eles: Dará afrontosa morte a esses maus, e arrendará a vinha a outros lavradores, que a seu tempo lhes dêem os frutos.”¹⁵

Mais uma vez os judeus tinham sido compelidos a dar resposta à grande questão de que a parábola tratava, e novamente, por suas respostas, pronunciavam julgamento sobre si mesmos. A vinha, falando em sentido geral, era a família humana, mas de maneira mais limitada, o povo do convênio, Israel; o solo era bom e capaz de produzir em rica abundância; as videiras eram escolhidas e tinham sido plantadas com cuidado; e a vinha inteira era amplamente protegida por uma cercadura, e adequadamente dotada de lagar e torre.¹⁶ Os lavradores não poderiam ser outros que os sacerdotes e mestres de Israel, incluindo-se os líderes eclesiásticos que estavam ali naquela hora, em função oficial. O Senhor da vinha havia mandado ao povo profetas autorizados para falar em Seu nome; e a esses, os iníquos arrendatários haviam rejeitado, maltratado, e, em muitos casos, cruelmente assassinado.¹⁷ Nos relatos mais detalhados da parábola, vemos que, ao vir o primeiro servo, os lavradores maus “o feriram e o mandaram embora vazio”; ao seguinte eles feriram “na cabeça, e o mandaram embora, tendo o afrontado”; a um outro mataram e a todos os que vieram depois brutalmente maltrataram, e a alguns mataram. Aqueles homens maus haviam usado a vinha de seu Senhor para ganho pessoal, e não entregavam parte alguma da safra ao Proprietário legal. Quando o Senhor mandou outros mensageiros, “em maior número do que os primeiros”, ou em outras palavras, maiores que os primeiros, sendo o mais recente exemplo João Batista, os lavradores os rejeitaram com pecaminosa determinação, ainda mais pronunciada que antes. Finalmente o Filho vem em pessoa; Sua autoridade eles temem como a do herdeiro legal, e com malignidade quase além do imaginável, determinam-se a matá-Lo, para que possam perpetuar-se na ilegítima posse da vinha, e daí por diante mantê-la como se lhes pertencesse.

Jesus conduziu a história sem interrupção, desde o passado criminoso até o futuro ainda mais trágico e terrível, então apenas a três dias de distância, e calmamente relatou em imagens proféticas, como se já se houvesse cumprido, a maneira como aqueles homens maus haviam lançado o Filho bem amado fora da vinha e O mataram. Incapazes de fugir da perscrutadora pergunta a respeito do que o Senhor da vinha obviamente e com justiça faria aos lavradores iníquos, os líderes judaicos deram a única resposta adequada — que Ele certamente destruiria aqueles desventurados pecadores, e entregaria a Sua vinha a arrendatários que fossem mais honestos e merecedores.

Mudando subitamente a figura, Jesus lhes disse: “Nunca lestes nas escrituras: A pedra que os edificadores rejeitaram, essa foi posta por cabeça do ângulo; pelo Senhor foi feito isto, e é maravilhoso aos nossos olhos? Portanto eu vos digo que o reino de Deus vos será tirado, e será dado a uma nação que dê os seus frutos. E, quem cair sobre esta pedra, despedaçar-se-á; e aquele sobre quem ela cair ficará reduzido a pó.”¹⁸ Não podia haver confusão quanto ao significado do que o Senhor disse; a Pedra rejeitada e que eventualmente deveria ocupar o lugar principal, “a cabeça do ângulo” no edifício da salvação, era Ele próprio, o Messias. Para alguns, aquela Pedra seria um motivo de

tropeço; ai deles, porque por isso seriam quebrados, e somente através do arrependimento e de obras de retidão poderiam recobrar-se, mesmo que em parte; mas sobre outros, aqueles que persistissem na oposição, a Pedra cairia em julgamento; e ai deles: debaixo dela seriam destruídos como se tivessem sido pulverizados.¹⁹ O reino de Deus estava para ser tirado deles, líderes, e do povo que seguia seus preceitos iníquos e exemplo abominável, para ser dado oportunamente aos gentios que, afirmava-o o Senhor, se mostrariam mais dignos do que havia sido Israel. Lemos na narrativa de Lucas que, em vista dessa terrível punição, “eles” — não sabemos se a referência é aos principais dos sacerdotes ou ao povo comum — exclamaram alarmados: “Não seja assim!”

Quando os principais dos sacerdotes e os fariseus perceberam a enormidade de sua derrota e a extensão da vergonha a que haviam sido submetidos aos olhos do povo, enfureceram-se além do imaginável, e chegaram a tentar lançar mão de Jesus ali mesmo no templo; mas as simpatias da multidão voltavam-se tão claramente em favor Dele, que os eclesiastas enraivecidos desistiram. O povo em geral, ainda que não preparado para proclamá-Lo abertamente como o Cristo, sabia que se tratava de um profeta de Deus, e o seu pavor de provocar o descontentamento oficial e possível punição, não o dissuadiu de demonstrações amigáveis.

Jesus resumiu Seus ensinamentos contando a *Parábola das Bodas*.

“Então Jesus, tomando a palavra, tornou a falar-lhes em parábolas, dizendo: O reino dos céus é semelhante a um certo rei que celebrou as bodas de seu filho; e enviou os seus servos a chamar os convidados para as bodas; mas estes não quiseram vir. Depois, enviou outros servos, dizendo: Dizei aos convidados: Eis que tenho o meu jantar preparado, os meus bois e cevados já mortos, e tudo já pronto; vinde às bodas. Porém eles, não fazendo caso, foram, um para o seu campo, outro para o seu tráfico; e outros, apoderando-se dos servos os ultrajaram e mataram. E o rei, tendo notícias disto, encolerizou-se e, enviando os seus exércitos, destruiu aqueles homicidas, e incendiou a sua cidade. Então diz aos servos: As bodas, na verdade, estão preparadas, mas os convidados não eram dignos. Ide, pois, às saídas dos caminhos, e convidai para as bodas a todos os que encontrardes. E os servos, saindo pelos caminhos, ajuntaram todos quantos encontraram, tanto maus como bons; e a festa nupcial foi cheia de convidados.”²⁰

O convite de um rei aos seus súditos é equivalente a uma ordem. A festa de casamento não fora um acontecimento de surpresa, pois os convidados escolhidos haviam sido avisados com muita antecedência, e de acordo com os costumes orientais, notificados novamente no dia do início das festividades,²¹ o que, segundo os costumes hebraicos, poderia ser compreendido como um período de sete a quatorze dias; neste caso de casamento na família real, dever-se-ia presumir a duração mais longa. Muitos dos convidados recusaram-se a comparecer quando convocados, e a última e a mais insistente mensagem do tolerante rei não foi atendida, e cada um foi cuidar de seus interesses, enquanto os mais iníquos se voltaram contra os servos que haviam trazido

a convocação real, maltrataram-nos cruelmente e mataram alguns deles. É mais que evidente que a recusa em comparecer à festa real era uma rebelião deliberada contra a autoridade do rei e uma ofensa pessoal contra o soberano reinante e seu filho. Tratava-se de um dever e de uma honra para súditos leais comparecer à festa do casamento do príncipe, a quem não podemos deixar de reconhecer como o legítimo herdeiro do trono e, portanto, aquele que um dia poderia reinar sobre eles. O fato de um homem ter ido para sua fazenda e outro para seu comércio é, em parte, evidência de sua absorção em bens materiais, com total descaso pela vontade de seu soberano; mas significa ainda mais, um esforço de amortecer sua própria consciência perturbada por meio de alguma ocupação absorvente, e possivelmente também uma demonstração premeditada do fato de que colocavam seus interesses pessoais acima do chamado real. O monarca executou uma retaliação terrível sobre seus súditos rebeldes, Se a parábola devesse ser considerada como apresentação alegórica de acontecimentos verdadeiros, estaria transportando, neste ponto, uma história do passado para história do futuro, pois a destruição de Jerusalém ocorreu várias décadas após a morte de Cristo. Verificando que os convidados que tinham algum direito ao convite real eram totalmente indignos, o rei enviou novamente seus servos e eles recolheram dos caminhos e encruzilhadas, dos desvios e das trilhas, todos os que puderam encontrar, sem se preocupar com posto ou posição, nem se se tratava de ricos ou pobres, bons ou maus; “e a festa nupcial foi cheia de convidados”.

A grande festa, que daria abertura ao reinado messiânico, era um dos temas favoritos para jubilantes exposições, tanto nas sinagogas quanto nas escolas, e a alegria atingia culminâncias na afirmação rabínica de que ninguém, além dos filhos de Abraão, estaria entre os abençoados partícipes. O rei, na parábola, é Deus; o filho cujas bodas davam ocasião à festa era Jesus, o Filho de Deus; os convivas que haviam sido convidados em primeiro lugar, mas que se recusaram a comparecer quando a festa estava preparada, eram o povo do convênio que rejeitara seu Senhor, o Cristo; os últimos convidados, que haviam sido trazidos das ruas e caminhos, eram as nações gentias, às quais o evangelho tem sido levado desde sua rejeição pelos judeus; a festa nupcial simboliza a gloriosa consumação da incumbência do Messias.²²

Todos os estudiosos do assunto devem ter notado os pontos de semelhança que relacionam esta parábola com a da grande ceia;²³ menor terá sido talvez o número dos que consideraram as diferenças entre as duas. A primeira história foi contada na casa de um dos principais dos fariseus, provavelmente em alguma cidade da Peréia; a última foi narrada dentro do templo, depois que a oposição dos fariseus a Cristo havia atingido seu ápice. A primeira é de composição mais simples e de final mais brando. A desatenção dos convidados na primeira história vinha acompanhada de desculpas, em que transparecia certo vislumbre de educada escusa; a recusa daqueles que foram convidados na segunda parábola foi marcadamente ofensiva, sendo acompanhada por ultrajante maltrato e assassínio. O anfitrião em um caso era um cidadão rico; no outro, o que oferecia a festa, era um rei. Na primeira, a ocasião era de entretenimento comum, ainda que opulento; na segunda, a data era a designada para o casamento do herdeiro

real. O revide no primeiro caso limitou-se à exclusão do banquete; no último, a punição individual foi a morte, seguida pelo exemplo punitivo da destruição da cidade.

Nossa narrativa da festa do casamento real ainda não se completou; a história já vista é suplementada pela que se segue:

“E o rei, entrando para ver os convidados, viu ali um homem que não estava trajado com veste de núpcias. E disse-lhe: Amigo, como entraste aqui, não tendo veste nupcial? E ele emudeceu. Disse então o rei aos servos: Amarrai-o de pés e mãos, levai-o, e lançai-o nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes. Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos.”

As lições incluídas nesta parte da parábola poderão ser consideradas com vantagens em separado, relativamente à primeira parte. Como convinha à sua dignidade, o rei veio à sala do banquete depois que os convidados haviam tomado seus lugares na devida ordem. O fato de haver imediatamente notado um que não trazia as vestes apropriadas demonstra uma inspeção pessoal dos convidados. Poderíamos ser levados a perguntar como, naquelas circunstâncias de convocação urgente, os vários convidados poderiam ter-se arrumado para a festa. A unidade da narrativa exige que alguma providência tenha sido tomada, para que todos os que o tivessem adequadamente solicitado, houvessem recebido as vestes prescritas pela ordem do rei e conforme com o costume estabelecido na corte. Percebe-se claramente, pelo contexto, que o conviva desprovido das vestes era culpado de negligência, desrespeito intencional, ou de alguma ofensa ainda mais grave. O rei, a princípio, fora amavelmente cortês, perguntando apenas como entrara o homem sem as vestes nupciais. Tivesse o conviva sido capaz de explicar sua aparência diferente, ou tivesse ele qualquer escusa razoável a oferecer, e certamente falaria; mas é-nos dito que permaneceu mudo. O convite do rei havia sido apresentado livremente a todos quantos seus servos tinham encontrado; entretanto, cada qual teria que entrar no palácio real pela porta; e antes de chegar à sala do banquete, em que o rei iria aparecer pessoalmente, deveria vestir-se de maneira adequada; o faltoso, contudo, de alguma forma havia entrado por outro caminho, e não tendo passado pelas sentinelas de serviço nos portões, era um intruso, da mesma espécie do homem a quem o Senhor se havia referido como ladrão e salteador, porquanto, não tendo entrado pela porta, se havia insinuado por algum outro caminho.²⁴ Deu o rei uma ordem e os seus ministros²⁵ ataram o ofensor e o lançaram fora do palácio nas trevas exteriores, onde a angústia do remorso causaria pranto e ranger de dentes.

À guisa de sumário ou epílogo das três parábolas constituintes desta série, o Senhor pronunciou as seguintes palavras de solene importância: “Por que muitos são chamados, mas poucos escolhidos”.²⁶ Cada uma destas parábolas tem sua própria riqueza de sabedoria, e as três são unânimes em declarar a grande verdade, que até mesmo os filhos do convênio serão rejeitados, a menos que validem seu título com boas obras; enquanto aos pagãos e aos pecadores serão abertos os portais do céu, se

por meio do arrependimento e da obediência às leis e ordenanças do evangelho, vierem a merecer salvação.

A história da festa do casamento real foi a última das parábolas de nosso Senhor apresentadas publicamente, a uma platéia heterogênea. Duas outras foram contadas aos apóstolos, sentados em solene palestra com o Senhor no Monte das Oliveiras, depois do encerramento do ministério público de Cristo.

NOTAS DO CAPÍTULO 30

1. A figueira. — “A figueira é muito comum na Palestina (Deut. 8:8 Seu fruto é um artigo de alimentação muito conhecido e altamente considerado. No Oriente, há três espécies: 1) o figo precoce, que amadurece pelo fim de junho; 2) o figo de verão, que amadurece em agosto, e 3) o figo de inverno, maior e mais escuro que o segundo, permanecendo mais tempo e amadurecendo mais tarde na árvore, mesmo depois que as folhas já caíram, sendo por vezes colhido na primavera. As flores da figueira ficam dentro do receptáculo a que chamamos fruto, e não são visíveis de fora, sendo que esse fruto se desenvolve antes das folhas. Daí, portanto, decorre que a figueira que apresentasse folhas antes do tempo normal, daria a supor que tivesse igualmente figos (Mar. 11:13); conquanto não correspondesse à expectativa no caso.” (Smith's *Comp. Bible Dict.*)

2. Os dois filhos na parábola. — Embora esta magnífica parábola tenha sido dirigida aos principais dos sacerdotes, escribas e anciãos, que haviam vindo com espírito hostil exigir de Cristo as credenciais de Sua autoridade, a lição que encerra tem aplicação universal. Os dois filhos ainda estão vivos em toda comunidade humana — um abertamente orgulhoso de seu pecado, outro um hipócrita fingido. Jesus não elogiou a áspera recusa do primeiro filho, ao qual o pai fizera um justo pedido de serviço; o que o tornara superior ao seu irmão, que havia feito promessa clara mas não cumprira, havia sido o seu subsequente arrependimento acompanhado de obras. Há muitos, nos dias atuais, que se jactam de que não professam religião nenhuma, nem têm veleidade de vida santa. A franqueza de tais pessoas não diminuirá seus pecados; ela mostra somente que certa espécie de hipocrisia não se destaca entre suas numerosas ofensas; mas o fato de ser alguém isento de um determinado vício, digamos da embriaguez por exemplo, em nada diminui a medida de sua culpa se for mentiroso, ladrão, adúltero, ou assassino. Ambos os filhos, na parábola, eram pecadores inveterados; um deles, porém, abandonou o mau caminho, que vinha trilhando com flagrante desenvoltura, enquanto o outro continuava em trevosos atos de pecado, que tentava ocultar com um manto de hipocrisia. Ninguém imagine que, por embriagar-se publicamente num bar, se torna menos ébrio que aquele que toma a “bebida infernal” em comparativo isolamento, embora este último seja ao mesmo tempo ébrio e hipócrita. Para tais pecados, como para todos os demais, o único antídoto salvador é o verdadeiro arrependimento.

3. Israel representada pela vinha e pelas videiras. — O acerto da representação de Israel, por nosso Senhor, como uma vinha, não poderia ter escapado à percepção dos judeus, para os quais comparações análogas do Velho Testamento eram figuras familiares. Notável, entre outros, é o impressionante retrato apresentado por Isaías (5:1-7), no qual a bem montada vinha é mostrada como produzindo somente uvas bravas, pelo que o proprietário, seriamente desapontado em sua expectativa, determinou derrubar o muro, remover a sebe, deixando a vinha abandonada ao seu próprio destino. A explicação da parábola apresentada por Isaías é dada da seguinte forma: “Porque vinha do Senhor dos Exércitos é a casa de Israel, e os homens de Judá a planta das suas delícias; e esperou que exercessem juízo, e eis aqui opressão; justiça, e eis aqui clamor”. A inutilidade de uma vinha, a não ser por seu fruto, foi declarada pelo Senhor por intermédio de Seu profeta Ezequiel (15:2-5); e assim é, verdadeiramente, já que a madeira da vinha não serve para mais nada senão para ser queimada; o pau da videira é inferior a qualquer ramo de uma árvore do bosque. E Israel é representada como tal vinha, preciosa se frutífera; de qualquer outra forma apenas combustível, e mesmo de qualidade inferior. O salmista cantou a videira que Jeová havia trazido do Egito e que, plantada com cuidado e cercada ao redor, havia florescido com belos sarmentos; mas o favor do Senhor fora retirado da videira, e ela havia sido deixada desolada (Salmos 80:8-16). Para outras referências veja-se Isa. 27:2-6; Jer. 2:21; Eze. 19:10-14; Oséias 10:1.

4. A chamada para as bodas. — A chamada dos convivas, que anteriormente já haviam sido convidados, merece o seguinte comentário de Trench (*Parables*, pág. 175-6): “A chamada dos que anteriormente já haviam sido convidados estava, e, como atestam os viajantes modernos ainda está, bem de acordo com os costumes orientais. Assim é que Ester convida Hamã para um banquete no dia seguinte (Est. 5:8) e quando chega a hora, os camaristas chegam para levá-lo ao banquete (6:14). Não há pois nenhuma razão para se fazer com que “*os que haviam sido convidados*”, passassem a ser aqueles que agora *deveriam ser convidados*; tal interpretação não somente viola todas as regras gramaticais, mas também o propósito mais alto com que a parábola foi apresentada; porquanto nosso Senhor, partindo do pressuposto de que os comensais haviam sido convidados muito tempo antes, recordava aos Seus ouvintes que, o que havia trazido, se em certo sentido era novo, por outro lado era o cumprimento de algo antigo; que não pretendia ser ouvido como alguém que subitamente se levantasse, desligado de tudo que viera antes, mas como sendo, ele próprio, “o fim da lei”; para quem a própria lei sempre estivera apontando, e de cujo nascimento a dispensação judaica inteira estava grávida, e que por si só haveria de dar significado a tudo. Em Suas palavras: “*aqueles que haviam sido convidados*”, transparece o fato de que não havia nada de abrupto na vinda de Seu reino, que Suas bases haviam sido lançadas muito tempo antes, e tudo a que se apegavam seus adversários, como coisas preciosas em seu passado histórico, tinha cunho profético em relação às bênçãos então presentes a eles, em Jesus. O convite original, que agora chegava à maturação, recuava até aos fundamentos da comunidade judaica, era retomado e repetido por todos os

profetas que se sucediam quando profetizavam sobre o coroamento da graça, que um dia seria trazida a Israel (Luc. 10:24; I Ped. 1:12), e instavam com o povo para que se mantivesse em prontidão espiritual para receber o seu Senhor e Rei.’

5. Servidores e ministros. — De acordo com boas autoridades filológicas, é melhor tradução do original “ministros” ou “assistentes ministradores” do que “servos”, em Mat. 22:13. Nos primeiros versos, 3, 4, 6, 8 e 10 do mesmo capítulo, “servos” ou “servidores” expressa melhor o sentido do original. A diferença é significativa, uma vez que implica em importante diferença de posição entre os servidores que foram mandados a convidar o povo para a festa, e os ministros que assistiam diante do rei. Os primeiros tipificam bem os servos de Deus que proclamam Sua palavra ao mundo; os últimos simbolizam os anjos que executarão Seu julgamento sobre os iníquos, juntando e lançando fora de Seu reino todas *as* coisas que ofendam. Compare-se Mat. 13:30, 39, 41; D&C 86:5.

6. Os chamados e os escolhidos. — Os comentários de Edersheim a respeito do assunto dizem em parte (vol. ii, pág. 429, 430): “O Rei entrou para ver seus convidados, e entre eles descobriu um que não tinha vestes nupciais... Uma vez que os convivas estavam em viagem, e a festa realizava-se no palácio do Rei, não podemos enganar-nos, se supusermos que tais vestes eram fornecidas no palácio a todos os que procurassem por elas. Com isso concorda a circunstância de que o homem, assim interpelado, permanecera “mudo”. Sua conduta demonstrava total insensibilidade no que se refere à razão por que havia sido chamado — ignorância quanto a seu dever para com o rei e em relação ao significado da festa. Porquanto, embora nenhuma preparação prévia tivesse sido requerida dos convidados, tendo sido todos chamados, tanto bons quanto maus, ainda assim permanecia o fato de que, se quisessem tomar parte na festa, deveriam envergar uma veste apropriada à ocasião. Todos são convidados para a festa do evangelho, entretanto os que querem partilhar dela deverão colocar as vestes nupciais da evangélica santidade, fornecidas pelo Rei. E, conquanto seja dito na parábola que apenas um havia sido descoberto sem essa vestimenta, isso é dito com o intuito de ensinar que o Rei não somente verá cada um dos convivas, mas que os examinará separadamente, e que nenhum — não, nem um só indivíduo — será capaz de escapar de ser notado entre a multidão dos convidados, se não tiver as vestes nupciais. Em resumo, naquele dia de julgamento não haverá um exame de Igrejas, mas sim de indivíduos dentro da Igreja (...) A chamada atinge a todos, mas também pode ser aceita apenas externamente, e a pessoa poderá sentar-se para a festa, mas ainda assim poderá não ser escolhida para partilhar dela, por não trazer as vestes da conversão da santificação e da graça; e assim o indivíduo poderá ser expulso da própria mesa das bodas para as trevas exteriores, com suas penas e angústias. Assim sendo, lado a lado, ainda que com tremenda distância entre si, estão duas fases: a chamada de Deus e a escolha de Deus. O elo de ligação entre as duas é a veste nupcial, oferecida gratuitamente no palácio, Ainda assim, cabe a nós buscála, pedi-la e vesti-la; e da mesma forma como ocorre aqui, temos, lado a lado, o dom de Deus e a atuação do homem. Apesar de tudo isso, em todos os tempos, para todos os homens, sem diferença

quanto às advertências, aos ensinamentos e as bênçãos, a verdade é a mesma: Muitos são chamados, mas poucos escolhidos!” Várias palavras de significação similar tanto hebraicas quanto gregas, são traduzidas como “vestes” em nossa Bíblia. A palavra original grega com referência às vestes nupciais é *enduma*; tal palavra não aparece em outras passagens bíblicas com o sentido de “vestes”. O substantivo está relacionado com o verbo grego *enduein*, “usar como uma veste”. Compare-se com Lucas 24:49, “até que do alto sejais *revestidos* de poder”.

CAPÍTULO 31

O ENCERRAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE NOSSO SENHOR

Conspiração dos Fariseus e Herodianos¹

As autoridades judaicas continuavam incansavelmente ativas em seus esforços decididos de tentar atrair Jesus a algum ato ou palavra sobre que pudessem alicerçar uma acusação de ofensa, fosse à sua própria lei ou à lei romana. Os fariseus “consultaram entre si como o surpreenderiam nalguma palavra”, e então, deixando de lado seus preconceitos partidários, conspiraram para esse fim com os herodianos, facção política cuja principal característica era o propósito de manter no poder a família de Herodes,² política essa que tinha como conseqüência a defesa do poder de Roma, do qual dependia Herodes para sua autoridade delegada. A mesma associação incongruente tinha sido formada anteriormente, com o intuito de provocar Jesus a uma declaração, ou ação franca, na Galiléia, e o Senhor havia colocado os partidos juntos em sua advertência aos discípulos para que tomassem cuidado com o fermento de ambos.³ Dessa maneira, no último dia dos ensinamentos públicos de nosso Senhor, fariseus e herodianos juntaram forças contra Ele; uns vigilantes quanto ao desrespeito às menores minúcias técnicas da lei mosaica, os outros atentos para agarrarem-se à mais leve escusa para culpá-Lo de deslealdade aos poderes seculares. Seus planos foram concebidos em deslealdade e postos em operação como a própria encarnação damentira. Escolhendo alguns dentre os seus que antes não haviam aparecido em antagonismo pessoal a Jesus, e que supunham serem desconhecidos Dele, os principais conspiradores os enviaram com instruções de se fingirem de “justos, para o apanharem em alguma palavra, e o entregarem à jurisdição e poder do presidente”.

Essa delegação de espiões hipócritas veio levantando uma pergunta, com aparência de sinceridade, como se estivessem com problemas de consciência e desejassem um conselho do eminente Ensinador. “Mestre”, disseram eles com duplicidade servil, “bem sabemos que és verdadeiro, e que ensinas o caminho de Deus, segundo a verdade, e de ninguém se te dá, porque não olhas a aparência dos homens”. Esse calculado tributo à coragem e independência de pensamento e ação de nosso Senhor, era verdadeiro palavra por palavra; entretanto, quando proferido por aqueles dissimuladores repugnantes e com seus nefandos intentos, tornava-se chocantemente falso. O meloso discurso com que os conspiradores tentavam arrastar Jesus a uma imprudência, indicava que a pergunta que estavam para apresentar-Lhe requeria, para uma resposta à altura, exatamente aquelas qualidades mentais que fingiam atribuir-Lhe.

“Dize-nos, pois”, continuaram eles, “que te parece? É lícito pagar o tributo a César, ou não?” A pergunta havia sido escolhida com diabólica habilidade, porquanto, dentre todos os atos atestando compulsória fidelidade a Roma, aquele de pagar o imposto per capita era o mais ofensivo aos judeus. Tivesse Jesus respondido “Sim”, os ardilosos fariseus poderiam inflamar a multidão contra Ele, como filho desleal de Abraão; respondesse “Não”, os intrigantes herodianos poderiam denunciá-Lo como promotor de sedição contra o governo de Roma. Além do mais, a pergunta era desnecessária, uma vez que a nação toda, tanto líderes quanto o povo, haviam resolvido o caso, não importa quão relutantemente, desde que faziam circular entre si as moedas romanas, *como* meio comum de troca, e era critério de reconhecimento entre os judeus que, o fazer circular as moedas de qualquer soberano, correspondia a reconhecer sua autoridade real. “Jesus, porém, conhecendo a sua malícia, disse: Por que me experimentais, hipócritas?” Todas as suas astutas expressões de falsa adulação foram rebatidas com o fulminante epíteto: “hipócritas”. “Mostrai-me a moeda do tributo”, ordenou Ele, e apresentaram-Lhe um denário romano, que mostrava a efigie e o nome de Tibério César, imperador de Roma. “De quem é esta efigie e esta inscrição?” perguntou. Responderam-lhe eles: “De César.” Então lhes disse: “Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.”⁴

A resposta havia sido de mestre, sob qualquer critério que a queiramos julgar, e tornou-se um aforismo na literatura e na vida. Varreu qualquer pensamento ou suspeita que pudesse ter restado de que, na mente daquele que havia pouco entrara em Jerusalém como Rei de Israel e Príncipe da Paz, houvesse o menor traço de aspiração ao poder e domínio terrenos. Estabeleceu para todo o sempre o fundamento justo para as relações entre os deveres espirituais e seculares, entre Igreja e estado. Os apóstolos, em anos posteriores, edificaram sobre esse alicerce e prescreveram a obediência às leis dos governos estabelecidos.⁵

Podemos tirar uma lição, se o quisermos, da associação entre as palavras do Senhor e a ocorrência da imagem de César na moeda. Tinha sido aquela efigie, com a inscrição correspondente, que dera especial sentido à sua memorável instrução: “Dai pois a César o que é de César”. Isto foi acompanhado pela injunção decorrente: “e a Deus o que é de Deus.” Toda alma humana é estampada com a imagem e inscrição de Deus, não importando quão apagada e indistinta a impressão possa tornar-se ao ser corroída e desgastada pelo pecado;⁶ e assim, como a César deveria ser entregue a moeda sobre a qual sua efigie aparecia, também a Deus deveriam ser dadas as almas que trazem Sua imagem. Dai ao mundo as peças estampadas tornadas legalmente correntes pela insígnia dos poderes mundanos, e dai a Deus e a Seu serviço, a vós mesmos — a cunhagem divina de Seu reino eterno.

Os fariseus e herodianos foram silenciados pela irresponsável sabedoria da resposta do Senhor à sua hábil pergunta. Por mais que o tentassem, não O poderiam “surpreender nalguma palavra”, e ficaram envergonhados diante do povo que testemunhou sua humilhação. Pasmos com a Sua resposta, e não estando dispostos a se

arriscarem a novos, e possivelmente maiores constrangimentos, eles “deixando-o, se retiraram”. Não obstante, esses judeus pervertidos persistiam em seu propósito mesquinho e traiçoeiro, conforme aparece, com maior evidência que em qualquer outra ocasião, na acusação inteiramente falsa diante de Pilatos, de que Jesus era culpado de proibir “dar o tributo a César, e dizendo que ele mesmo é Cristo, o Rei.”⁷

A Pergunta dos Saduceus a Respeito da Ressurreição⁸

A seguir, os saduceus tentaram confundir Jesus, propondo-Lhe o que lhes parecia ser uma questão complexa, e certamente muito difícil. Os saduceus afirmavam que não poderia haver ressurreição corpórea, e nesse ponto de doutrina como em muitos outros, estavam em declarada oposição aos fariseus.⁹ A questão proposta por eles nessa oportunidade relacionava-se diretamente com a ressurreição e fora armada para desacreditar a doutrina, por meio de uma aplicação desfavorável e gritantemente exagerada. “Mestre”, disse o portavoz do grupo, “Moisés disse: Se morrer alguém, não tendo filhos casará o seu irmão com a mulher dele e suscitará descendência a seu irmão. Ora, houve entre nós sete irmãos; e o primeiro, tendo casado, morreu, e, não tendo descendência, deixou sua mulher a seu irmão. Da mesma sorte o segundo, e o terceiro, até ao sétimo; por fim, depois de todos, morreu também a mulher. Portanto, na ressurreição, de qual dos sete será a mulher, visto que todos a possuíram?” Era inquestionável que a lei mosaica autorizava e requeria que o irmão de um marido falecido sem filhos, deveria casar-se com a viúva, com o propósito de suscitar filhos ao nome do morto, cuja linhagem familiar seria assim legalmente continuada.¹⁰ Um caso tal como o que os casuísticos saduceus apresentaram, no qual sete irmãos teriam tido por esposa, e deixado como viúva sem filhos, a mesma mulher, era possível pelo código mosaico, relacionado com os casamentos de levirato, mas era um acontecimento dos mais improváveis.

Jesus, contudo, não parou para discutir os elementos do problema que se lhe apresentava; não importava que o caso fosse real ou imaginário, uma vez que a pergunta: “De qual dos sete será a mulher?” baseava-se numa concepção totalmente errônea. Respondeulhes Jesus: “Errais, não conhecendo as Escrituras, nem o poder de Deus; Porque na ressurreição nem casam nem são dados em casamento; mas serão como os anjos de Deus no céu.” O que o Senhor queria dizer era claro: que na situação de ressurretos, não poderia haver dúvida entre os sete irmãos, quanto a quem pertencia a mulher para a eternidade, uma vez que todos, com exceção do primeiro, se haviam casado com ela pelo tempo de duração de suas vidas mortais tão somente, e, primariamente, com o propósito de perpetuar, na mortalidade, o nome de família do irmão que morrera primeiro. Lucas registra as palavras do Senhor, em parte, da seguinte forma: “Mas os que forem havidos por dignos de alcançar o mundo vindouro, e a ressurreição dos mortos, nem hão de casar, nem ser dados em casamento; porque já não podem mais morrer; pois são iguais aos anjos, e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição.” Na ressurreição, não haverá casar-se nem ser-se dado em casamento;

pois que todas as questões de situação matrimonial devem ser resolvidas antes daquela ocasião, sob a autoridade do Santo Sacerdócio, que tem o poder de selar em casamento, tanto para o tempo quanto para a eternidade.¹¹

Do caso apresentado por seus traiçoeiros inquiridores, passou Jesus para a realidade da ressurreição, que estava em pauta, de maneira implícita, na pergunta: “E, acerca da ressurreição dos mortos, não tendes lido o que Deus vos declarou, dizendo: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? Ora, Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos.” Esse era um ataque direto à doutrina dos saduceus, de negação quanto à literal ressurreição dos mortos. Os saduceus eram, destacadamente, os zelosos defensores da lei, na qual Jeová Se afirma como o Deus de Abraão, Isaque, e Jacó;¹² e ainda assim, negavam a possível ressurreição desses patriarcas, e faziam do exaltado título, sob o qual o Senhor Se havia revelado a Moisés, algo válido somente durante a breve existência mortal dos progenitores da nação israelita. A declaração de que Jeová não é Deus dos mortos, mas dos vivos, era uma denúncia irresponsável da perversão das escrituras pelos saduceus; e em solene conclusão, o Senhor acrescentou: “Por isso vós errais muito.” Alguns dos escribas presentes impressionaram-se com a demonstração irretorquível da verdade, e exclamaram em aprovação: “Mestre, disseste bem.” Os orgulhosos saduceus tinham sido refutados e silenciados, “e não ousavam perguntar-lhe mais coisa alguma”.

O Grande Mandamento¹³

Os fariseus, intimamente jubilosos com a derrota de seus rivais, cobraram agora coragem suficiente para planejar um novo ataque por sua conta. Um dos seus, um intérprete da lei, título pelo qual devemos entender algum dos escribas que fosse reconhecido como professor da lei eclesiástica, perguntou-lhe: “Qual é o primeiro de todos os mandamentos?”, ou, conforme Mateus registra a pergunta: “Mestre, qual é o grande mandamento na lei?” A réplica foi pronta, incisiva e tão ampla que cobre todos os requisitos da lei em sua inteireza. Com a imperativa chamada à atenção com que Moisés havia convocado Israel a ouvir e prestar atenção,¹⁴ e com as próprias palavras que estavam escritas nas filactérias¹⁵ que os fariseus usavam como testeiras entre os olhos, Jesus respondeu: “Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor! Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes.” A maneira como Mateus registra as palavras finais é: “Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas.”

A solidez filosófica da profunda generalização do Senhor, e a abrangente sumarização da “lei e os profetas”,¹⁶ há de sempre empolgar todos os estudantes da natureza humana. Constitui tendência humana comum a busca, ou pelo menos a pesquisa, admiração e respeito pelo superlativo. Quem é o maior poeta, filósofo, cientista, pregador ou estadista? Quem se destaca na comunidade, na nação, ou mesmo,

como os apóstolos em sua ansiosa ignorância perguntaram, no reino dos céus? Qual a montanha que ultrapassa todas as demais? Qual o rio mais longo ou mais largo? Tais indagações estão sempre sendo repetidas. Os judeus tinham dividido e subdividido os mandamentos da lei, e haviam suplementado até as menores subdivisões com regras de sua própria lavra. Vinham agora os fariseus perguntando qual dessas exigências era a maior.¹⁷ Amar a Deus com o coração, e alma, e mente, é servi-Lo e guardar todos os Seus mandamentos. Amar o próximo como a si mesmo é ser um irmão no mais lato e ao mesmo tempo no mais estrito sentido do termo. Por conseguinte, amar a Deus e aos homens é o maior, com base na verdade simples e matemática de que o todo é maior que qualquer das partes. Qual a necessidade do decálogo, se a humanidade obedecesse a este primeiro, grande e todo-inclusivo mandamento? A resposta do Senhor fora convincente, até mesmo para o culto escriba que atuara como porta-voz de seus colegas fariseus. O homem foi suficientemente honesto para reconhecer a retidão e sabedoria em que se baseava a réplica, e impulsivamente confessou seu entusiasmo, dizendo: “Muito bem, Mestre, e com verdade disseste que há um só Deus, e que não há outro além dele; e que amá-lo de todo o coração, e de todo o entendimento, e de toda a alma, e de todas as forças, e amar o próximo como a si mesmo é mais do que todos os holocaustos e sacrifícios.” Jesus de maneira nenhuma estava menos pronto que o bem-intencionado escriba, a reconhecer o mérito das palavras de um oponente, e àquele homem deu a encorajadora confirmação: “Não estás longe do reino de Deus.” Se o escriba permaneceu firme em propósito e eventualmente conseguiu entrada naquela habitação bendita, as escrituras não nos dizem.

Jesus Passa a Fazer Perguntas¹⁸

Os saduceus, herodianos, fariseus, doutores e escribas haviam, todos por seu turno, encontrado frustração e derrota em seus esforços para embaraçar Jesus em questões de doutrina ou prática, e haviam fracassado redondamente em levá-Lo a fazer, ou dizer algo pelo que pudessem legalmente acusá-Lo de ofensa. Havendo tão eficazmente silenciado todos os que se haviam aventurado a desafiá-Lo para debate, tanto dissimuladamente quanto com clara intenção, de maneira que “ninguém ousava perguntar-lhe mais nada”, Jesus passou à posição de agressivo interrogador. Voltando-Se para os fariseus, que se haviam agrupado para maior facilidade de consulta, Jesus começou um diálogo nos seguintes termos: “Que pensais vós do Cristo? De quem é filho? Eles disseram-lhe: De Davi.” Replicou-Lhes Jesus: “Como é então que Davi, em espírito, lhe chama Senhor, dizendo: Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita até que eu ponha os teus inimigos por escabelo de teus pés? Se Davi pois lhe chama Senhor, como é seu filho?” A citação feita pelo Senhor do jubilante cântico de louvor e adoração de Davi, que, segundo Marcos assegura, Jesus disse ter sido inspirado pelo Espírito Santo, referia-se ao salmo messiânico¹⁹ em que o real cantor afirmava sua própria vassalagem reverente, e exaltava o glorioso reino do prometido Rei dos reis, que é aí chamado especificamente “um sacerdote eterno, segundo a ordem de Melquisedeque”.²⁰ Por mais embaraçante que fosse a inesperada pergunta aos

eruditos judeus, não vemos nela nenhuma inexplicável dificuldade, uma vez que para nós, menos preconcebidos do que aqueles que viviam na expectativa de um Messias que seria filho de Davi somente no sentido de descendência familiar e sucessão real no esplendor de um governo temporal, a divindade eterna do Messias é fato demonstrado e inegável. Jesus, o Cristo é o Filho de Davi na linhagem física pela qual tanto Jesus quanto Davi são filhos de Jacó, Isaque, Abraão e Adão. Mas conquanto Jesus tenha nascido na carne tão mais tarde nos séculos, no “meridiano dos tempos”²¹ Ele era, contudo, Jeová, Senhor e Deus, antes que Davi, Abraão, ou Adão fossem conhecidos na Terra.²²

Denunciados os Escribas e Fariseus Iníquos²³

A humilhante derrota do partido farisaico foi tornada ainda mais memorável e amarga pela denúncia final do Senhor ao sistema, e sua condenação de seus indignos representantes. Dirigindo-Se, em primeiro lugar, aos discípulos, embora falasse para ser ouvido pelo povo, dirigiu a atenção de todos para os escribas e fariseus que, indicava Ele, ocupavam a cadeira de Moisés como expositores da doutrina e administradores oficiais da lei, e que deveriam, por isso, ser obedecidos em sua autoridade de governantes; entretanto, contra seu exemplo pernicioso, os discípulos foram vigorosamente prevenidos: “Observai, pois, e praticai, tudo o que vos disserem”; disse o Senhor, “mas não procedais em conformidade com suas obras, porque dizem e não praticam.” Distinção mais clara entre a devida observância dos preceitos oficiais, e a responsabilidade pessoal se seguirmos maus exemplos, ainda que venham de homens de elevada autoridade, não poderia ser apresentada. Não haveria desculpa para desobediência à lei, com base na corrupção entre os seus representantes, nem poderia a iniquidade de qualquer pessoa ser tolerada, ou reduzida, em virtude da vilania de outrem.

Esclarecendo a advertência, que tão abertamente alardeava contra os vícios dos governantes, prosseguiu o Senhor: “Pois atam fardos pesados e difíceis de suportar, e os põem aos ombros dos homens; eles, porém, nem com o dedo querem movê-los.” O rabinismo havia praticamente substituído a lei pela multidão de regras e preceitos acompanhados dos respectivos castigos; o dia estava tomado por observâncias tradicionais com as quais até os mais triviais afazeres da vida estavam atulhados; entretanto, os oficiais hipócritas encontravam maneiras de se isentarem a si mesmos dessas e de outras cargas onerosas.

Sua descontrolada vaidade e sua irreverente pretensão de excessiva piedade foram assim estigmatizadas: “Fazem todas as obras a fim de serem vistos pelos homens; pois trazem largos fitactérios,²⁴ e alargam as franjas das suas vestes. E amam os primeiros lugares nas ceias e as primeiras cadeiras nas sinagogas, e as saudações nas praças, e o serem chamados pelos homens —Rabi, Rabi.” O título altissonante de Rabi, significando mestre, ensinador, ou doutor, havia eclipsado a divinamente reconhecida santidade do Sacerdócio; ser um rabi dos judeus era visto como infinitamente superior

a ser um sacerdote do Deus Altíssimo.²⁵ “Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi”, disse Jesus aos apóstolos e a outros discípulos presentes, “porque um só é o vosso Mestre a saber, o Cristo, e todos vós sois irmãos. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo.”²⁶

Aqueles sobre os quais deveria repousar a responsabilidade da edificação da Igreja que Ele havia fundado não deveriam aspirar a títulos mundanos, nem às honrarias dos homens, pois que tais escolhidos eram irmãos, e seu único propósito deveria ser a prestação do maior serviço possível ao seu único Mestre. Como havia sido tão vigorosamente frisado em ocasiões anteriores, o mérito ou supremacia no chamado apostólico, e similarmente nos deveres dos discípulos e membros da Igreja de Cristo, deveria ser alcançado (e ainda deve) por intermédio do serviço humilde e devotado, tão somente; por isso o Mestre disse novamente: “o maior dentre vós será vosso servo. E o que a si mesmo se exaltar, será humilhado; e o que a si mesmo se humilhar será exaltado.”

Da multidão heterogênea de discípulos e não-crentes, compreendendo muitos da gente comum que ouvia, na alegre ansiedade de aprender,²⁷ Jesus voltou-se para os governantes já envergonhados mas ainda enraivecidos, e inundou-os com uma verdadeira torrente de justa indignação, através da qual fuzilava o relâmpago da invectiva abrasadora, acompanhado pelos retumbantes trovões do anátema divino.

“Mas ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que fechais aos homens o reino dos céus; e nem vós entraís nem deixais entrar aos que estão entrando.” O padrão farisaico de piedade era dado pelo aprendizado nas escolas; quem não fosse versado na tecnologia da lei seria tido como inaceitável a Deus e verdadeiramente amaldiçoado.²⁸ Por meio de sua casuística e explicações pervertidas das escrituras eles confundiam e desorientavam o “povo comum”, e se colocavam como obstáculos à entrada no reino de Deus, recusando-se a entrar e barrando o caminho aos demais.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que devorais as casas das viúvas sob pretexto de prolongadas orações; por isso sofrereis mais rigoroso juízo.”²⁹ A avareza da hierarquia judaica, nos dias de nosso Senhor, era um escândalo visível. Por meio de extorsão e exigências ilegais, sob a capa de dever religioso, os governantes sacerdotais haviam acumulado um tesouro enorme,³⁰ do qual uma considerável parte era formada pela contribuição dos pobres, pelo confisco de propriedades, inclusive de casas de viúvas dependentes; e a perfídia dessas práticas ainda se fazia mais negra, pela pretenciosa exteriorização de santidade, e o sacrílego acompanhamento de verborrágicas orações.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que percorreis o mar e a terra para fazer um prosélito; e, depois de o terdes feito, o fazeis filho do inferno duas vezes mais do que vós.” É possível que este “ai” tenha sido dirigido mais contra o esforço de conseguir prosélitos para o farisaísmo do que para a conversão de estrangeiros ao

judaísmo; entretanto, como o último estava completamente degradado, e o primeiro repugnantemente corrupto, a aplicação da denúncia de nosso Senhor a qualquer dos dois ou até mesmo a ambos é válida. A respeito dos judeus, que lutavam por fazer prosélitos, dizia-se que “de um mau pagão faziam um pior judeu”. Muitos de seus conversos logo se tornavam pervertidos.

“Ai de vós, condutores cegos! pois que dizeis: Qualquer que jurar pelo templo, isso nada é; mas o que jurar pelo ouro do templo, esse é devedor. Insensatos e cegos! Pois qual é maior: o ouro, ou o templo, que santifica o ouro? E aquele que jurar pelo altar isso nada é, mas aquele que jurar pela oferta que está sobre o altar, esse é devedor. Insensatos e cegos! Pois qual é maior: a oferta, ou o altar, que santifica a oferta? Portanto, o que jurar pelo altar jura por ele e por tudo o que sobre ele está. E, o que jurar pelo templo, jura por ele e por aquele que nele habita; e, o que jurar pelo céu, jura pelo trono de Deus e por aquele que está assentado nele.” Assim condenou o Senhor os infames decretos das escolas e do sinédrio a respeito de juramentos e votos; porquanto haviam estabelecido ou endossado um código de regras inconsistentes e injustas, com relação a insignificâncias técnicas pelas quais um voto podia tornar-se obrigatório ou ser invalidado. Se alguém jurasse pelo templo, a Casa de Jeová, poderia obter uma indulgência pela quebra de seu voto; mas se jurasse pelo ouro e o tesouro da Casa Santa, estava amarrado pelos inquebrantáveis laços da sentença sacerdotal. Ainda que a pessoa jurasse pelo altar de Deus, seu juramento podia ser anulado; mas se o fizesse pela oferta corbã, ou pelo ouro sobre o altar,³¹ sua obrigação era imperativa. A que profundezas de irrazoável e desesperançada depravação haviam caído os homens, quão pecaminosamente loucos e quão intencionalmente cegos eram, que não viam que o templo era maior que o seu ouro, e o altar maior que a oferenda que sobre ele estava! No Sermão da Montanha, o Senhor dissera: “De maneira nenhuma jureis”³²; mas para os que não estivessem vivendo de acordo com aquela lei mais alta, para aqueles que persistissem no uso de juramentos e votos, o menor e evidentemente mais justo requisito de estrita fidelidade aos termos das obrigações livremente assumidas deveria ser posto em vigor, sem sofismas injustos nem discriminações desonestas.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas. Condutores cegos! que coais um mosquito e engolis um camelo.” A lei do dízimo havia sido um traço característico dos requisitos teocráticos em Israel desde os dias de Moisés; e a prática realmente vinha de muito antes do êxodo. Conforme estava literalmente registrado, a lei exigia o dízimo das manadas e rebanhos, dos frutos e do grão,³³ mas, por extensão tradicional, todos os produtos do solo haviam sido incluídos. O consciencioso dízimo de todas as posses, inclusive das hortaliças e outros produtos similares, era aprovado pelo Senhor; mas Ele denunciou, como alta hipocrisia, a observância de tais exigências como desculpa para negligenciar os outros deveres da verdadeira religião. A referência ao preceito “mais importante da lei” pode ter sido uma alusão à classificação rabínica de requisitos

“menores” e “maiores” da lei; embora tenhamos certeza de que o Senhor não aprovava tais distinções arbitrárias. Omitir o dízimo de coisas pequenas, como folhas de hortelã, e rebentos de anis e cominho, era falhar na observância devida, ignorar as exigências de justiça, misericórdia e fé, era negar o próprio direito às bênçãos como filhos do convênio de Deus. Por meio de uma comparação vigorosa, o Senhor estigmatizou tal inconsistência como semelhante à de alguém que escrupulosamente coasse um mosquito, enquanto figurativamente estivesse disposto a engolir um camelo.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que limpais o exterior do copo e do prato, mas o interior está cheio de rapina e de iniquidade. Fariseu cego! limpa primeiro o interior do copo e do prato, para que também o exterior fique limpo.”³⁴ O escrúpulo farisaico com a limpeza cerimonial de pratos, copos, panelas e vasos de bronze já foi referido. O Senhor de maneira nenhuma desprezava a limpeza; Suas setas de desaprovação visavam a hipocrisia de manter-se imaculada limpeza exterior, ao mesmo tempo que corrupção interna. Os copos e pratos, ainda que perfeitamente limpos, eram imundos diante do Senhor, se o seu conteúdo tivesse sido comprado pelo ouro da extorsão, ou fossem usados para servir de instrumento à glotonaria, embriaguez e outros excessos.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas interiormente estão cheios de ossos de mortos e de toda a imundícia. Assim também vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas interiormente estais cheios de hipocrisia e de iniquidade.” Tinha sido uma comparação terrível, aquela de assemelhá-los a sepulcros caiados, cheios de ossos de mortos e carne putrefata. Como os dogmas dos rabis faziam do mais leve contato com um cadáver ou suas mortalhas, ou com o caixão em que fosse carregado, ou o sepulcro em que fosse depositado, um motivo de contaminação pessoal que só as abluções cerimoniais e a oferta de sacrifícios podia remover, tomava-se o cuidado de tornar os sepulcros manifestamente brancos, para que ninguém precisasse contaminar-se por ignorância da proximidade de tais lugares impuros; e mais ainda, a caiação periódica dos sepulcros era considerada como um ato de honra, em memória do morto. Entretanto, do mesmo modo que nenhum excesso de cuidado ou esforço por manter imaculado o lado de fora de uma tumba, poderia deter a putrefação que se processava dentro, assim também nenhuma exterioridade de pretensão retidão poderia mitigar a corrupção de um coração tresandando a iniquidade. Jesus já havia anteriormente comparado os fariseus a sepulcros não demarcados, sobre os quais os homens inadvertidamente passavam, ficando assim contaminados, embora não o percebessem;³⁵ na ocasião que estamos considerando, Ele os denunciou como sepulcros branqueados, aparatosamente preeminentes, mas ainda assim sepulcros.

“Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que edificais os sepulcros dos profetas e adornais os monumentos dos justos. E dizeis: Se existíssemos no tempo de nossos pais, nunca nos associaríamos com eles para derramar o sangue dos profetas. Assim, vós mesmos testificais que sois filhos dos que mataram os profetas.” O orgulho

nacional, não inteiramente diverso do patriotismo, havia-se expressado, através de séculos, sob a forma de preocupação formal com as criptas sepulcrais dos antigos profetas, muitos dos quais tinham sido mortos por causa de seu zelo destemido e justo. Aqueles judeus modernos eram loquazes em negar toda simpatia para com os feitos assassinos de seus progenitores que haviam martirizado os profetas, e ostensivamente afiançavam que, se tivessem vivido nos dias daqueles martírios, não teriam tomado parte neles; entretanto, com tal declaração, proclamavam-se a si mesmos filhos daqueles que haviam derramado sangue inocente.

Com causticante maldição, o Senhor assim os entregou a seu destino: “Enchei vós pois a medida de vossos pais. Serpentes, raça de víboras! como escapareis da condenação do inferno? Portanto, eis que eu vos envio profetas, sábios e escribas; a uns deles matareis e crucificareis; a outros deles açoitareis nas vossas sinagogas e os perseguireis de cidade em cidade; para que sobre vós caia todo o sangue justo, que foi derramado sobre a terra, desde o sangue de Abel, o justo, até o sangue de Zacarias, filho de Baraquias, que matastes entre o santuário e o altar. Em verdade vos digo que todas estas coisas hão de vir sobre esta geração”. Às suas afirmativas hipócritas de superioridade sobre seus pais, que haviam assassinado os emissários de Jeová, o próprio Jeová replicou, profetizando, que eles haveriam de mergulhar as mãos no sangue de profetas, sábios, e escribas justos, que Ele haveria de enviar ao seu meio; e dessa maneira, mostrar-seiam literalmente como filhos de assassinos, e criminosos eles próprios, de maneira tal que a carga de todo o sangue justo, derramado como testemunho a Deus, desde o justo Abel até Zacarias, o que sofrera martírio, recairia sobre eles.³⁶ Aquele destino terrível, delineado com tão pavoroso realismo, não estava para acontecer em futuro distante; cada um dos apavorantes “ais” que o Senhor havia pronunciado, deveria ter lugar naquela geração.

A Lamentação do Senhor sobre Jerusalém³⁷

Com referência aos escribas, fariseus e ao farisaísmo, Jesus havia pronunciado Sua última palavra. Olhando das alturas do templo para a cidade do Grande Rei, que seria em breve abandonada à destruição, o Senhor foi possuído por emoções de profunda dor. Com a imorredoura eloquência da angústia, Ele rompeu em tal lamentação, qual nenhum pai mortal jamais pronunciou sobre o mais desobediente e infiel dos filhos.

“Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas, e apedrejas os que te são enviados! quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das asas, e tu não quiseste! Eis que a vossa casa vai ficar-vos deserta; porque eu vos digo, que desde agora me não vereis mais, até que digais: Bendito o que vem em nome do Senhor!” Tivesse Israel tão somente recebido o seu Rei, e a história do mundo de pós-meridiano dos tempos nunca teria sido o que foi. Os filhos de Israel haviam desprezado a oferecida segurança de uma protetora asa paternal; em breve, a águia romana cairia sobre eles e os mataria. O estupendo templo, que apenas um dia

antes o Senhor havia chamado “Minha casa”, agora não mais Lhe pertencia especificamente; “vossa casa”, disse Ele, “vai ficar-vos deserta”. Ele estava para retirar-Se, tanto do templo quanto da pátria, e, pelos judeus. Sua face não deveria mais ser vista, até que, por meio da disciplina de séculos de sofrimento, estivessem preparados para aclamar, com acentos de imperecível fé, tal como alguns deles haviam clamado no sábado anterior, sob o impulso de concepção errônea: “Bendito o que vem em nome do Senhor.”

A Dádiva de uma Viúva³⁸

Dos pátios abertos, dirigiu-se Jesus ao tesouro do templo, sob as colunatas, e ali Se assentou aparentemente absorto num doloroso devaneio. Naquele local havia treze arcas, cada uma delas provida de um receptáculo em forma de corneta; e nelas o povo deixava cair suas contribuições, para os diversos propósitos indicados pelas inscrições nas caixas. Erguendo os olhos, Jesus observou as filas dos doadores, de todos os níveis e graduações de opulência e pobreza, alguns depositando seus óbolos com evidente devoção e sinceridade de propósito, outros ostensivamente lançando grandes somas de ouro e prata, principalmente para serem vistos pelos homens. Entre os muitos ali reunidos havia uma viúva pobre que, com provável esforço para fugir à observação, deixou cair em uma das arcas do tesouro, duas pequenas moedas de bronze correspondentes a um quadrante; sua contribuição equivalia a menos de meio centavo em moeda americana. O Senhor reuniu Seus discípulos e mostrou-lhes a viúva paupérrima, chamando a atenção para o seu ato, e dizendo: “Em verdade vos digo que esta pobre viúva deitou mais do que todos os que deitaram na arca do tesouro; porque todos ali deitaram do que lhes sobejava, mas esta, da sua pobreza, deitou tudo o que tinha, todo o seu sustento.”

Nas contas guardadas pelos anjos registradores, anotadas de acordo com a aritmética dos céus, os lançamentos são feitos em termos de qualidade e não de quantidade, e os valores são determinados com base na capacidade e na intenção. O rico dera muito, mas ainda lhe restara muito mais; a doação da viúva era tudo o que possuía. Não havia sido a pequenez de sua oferta que a tornara especialmente aceitável, mas o espírito de sacrifício e intenção devota com que a fizera. Nos livros da contabilidade celeste, a contribuição da viúva dera entrada como uma doação generosa, ultrapassando em valor a dádiva dos reis. “Porque, se há prontidão de vontade, será aceita segundo o que qualquer tem, e não segundo o que não tem.”³⁹

Retirada Final de Cristo do Templo

Os discursos públicos de nosso Senhor e os colóquios francos de que havia participado com os profissionais e oficiais do sacerdócio, no decurso de suas visitas diárias ao templo durante a primeira metade da semana da Paixão, haviam feito com que muitos dos principais governantes, além de outras pessoas, acreditassem Nele

como o verdadeiro Filho de Deus; mas o temor da perseguição farisaica, e o pavor da excomunhão da sinagoga,⁴⁰ impediam-nos de confessar o devotamento que sentiam, e de aceitar os meios de salvação tão graciosamente oferecidos, “porque amavam mais a glória dos homens do que a glória de Deus”.⁴¹

Deve ter sido quando Jesus dirigia Seus passos pela última vez em direção ao portal de saída daquele lugar que já fora sagrado, que deu o solene testemunho de Sua própria divindade registrado por João.⁴² Clamando com voz potente para os governantes sacerdotais e a multidão em geral, Ele disse: “Quem crê em mim, crê não em mim, mas naquele que me enviou. E quem me vê a mim, vê aquele que me enviou.” Sujeição a Ele era sujeição a Deus; ao povo foi claramente dito que aceitá-Lo não significava, de maneira nenhuma, enfraquecer seu apego a Jeová, mas ao contrário, a confirmação desse apego. Repetindo preceitos de declarações anteriores, Ele novamente Se proclamou a luz do mundo, por cujos raios somente, a humanidade poderia ser libertada da envolvente escuridão da incredulidade espiritual. O testemunho que Ele deixou com o povo seria o meio de julgamento e condenação de todos os que, propositadamente, O rejeitaram. “Porque”, disse Ele, concluindo solenemente, “eu não tenho falado por mim mesmo; mas o Pai que me enviou, ele me deu mandamento sobre o que hei de dizer e sobre o que hei de falar. E sei que o seu mandamento é a vida eterna. Portanto, o que eu falo, falo-o como o Pai mo tem dito.”

Predita a Destruição do Templo⁴³

Quando Jesus Se estava afastando dos muros, dentre os quais ficava o que havia sido a Casa do Senhor, um ou mais de Seus discípulos chamou-Lhe a atenção para as estruturas majestosas, as pedras imponentes, as colunas colossais, e os copiosos e caros adornos dos vários prédios. O comentário do Senhor, em resposta, foi uma incondicional profecia da total destruição do templo e de tudo o que lhe pertencia. “Em verdade vos digo que não ficará aqui pedra sobre pedra que não seja derrubada.” Esta fora a definitiva e avassaladora predição. Os que a ouviram, assombraram-se; nem por meio de perguntas, nem por outra reação qualquer, tentaram eles extrair mais. O cumprimento literal daquele presságio veio a ser apenas um incidente na aniquilação da cidade menos de quarenta anos mais tarde.

Com a final partida do Senhor do templo, o que ocorreu provavelmente na tarde de terça-feira daquela última semana, Seu ministério público encontrou seu solene encerramento. Todos os discursos, parábolas, ou ordenanças que se seguiriam, seriam orientados no sentido apenas de novas instruções e investidas aos apóstolos.

NOTAS DO CAPÍTULO 31

1. A imagem na moeda. — Os judeus tinham aversão por imagens ou efígies em geral, cujo uso diziam eles considerar uma violação do segundo mandamento. Seus escrúpulos, contudo, não lhes impediam de aceitar moedas ostentando efígies reais,

mesmo que se tratasse de monarcas pagãos. Suas próprias moedas apresentavam outras figuras, tais *como* plantas, frutas etc. em lugar de cabeças humanas, e os romanos haviam condescendentemente permitido a emissão de uma cunhagem especial para uso judaico, sendo cada peça gravada com o nome, mas não com a efígie do monarca. A cunhagem normal de Roma, entretanto, era corrente na Palestina.

2. Submissão à autoridade secular. — Os governos são instituídos por Deus, algumas vezes por Sua interferência direta, outras por permissão Sua. Na época em que os judeus foram postos em sujeição por Nabucodonosor, rei da Babilônia, o Senhor ordenou por intermédio do profeta Jeremias (27:4-8) que o povo prestasse obediência ao seu conquistador, ao qual chamou seu servo; porquanto, verdadeiramente, o Senhor havia usado o rei pagão para castigar os desobedientes e infiéis filhos do convênio. A obediência assim prescrita incluía o pagamento de impostos e ia até à completa submissão. Após a morte de Cristo, os apóstolos ensinaram obediência aos poderes existentes, os quais, declarou Paulo, “são ordenados por Deus”. Ver Rom. 13:1-7; Tito 3:1; I Tim. 2:1-3; ver também I Pe. 2:13, 14. Por meio de revelação moderna, o Senhor exigiu de Seu povo, na presente dispensação, obediência e leal apoio aos governos devidamente estabelecidos e existentes em todas as terras. Ver D&C 58:21-22; 98:4-6; e a seção 134. A Igreja restaurada proclama, como parte essencial de suas crenças e práticas: Cremos na submissão a reis, presidentes, governantes e magistrados, na obediência, honra e manutenção da lei”. Ver *Regras de Fé*, 1:12.

3. Casamento para a eternidade. — A revelação divina na dispensação da plenitude dos tempos deixou claro o fato de que, contratos de casamento como evidentemente todos os demais acordos entre partes na mortalidade, são de nenhum valor além-túmulo, a menos que sejam ratificados e validados pelas ordenanças devidamente estabelecidas do Santo Sacerdócio. O selamento do convênio do matrimônio pelo tempo e pela eternidade, que veio a tornar-se conhecido como casamento celestial, é uma ordenança estabelecida por divina autoridade, na Igreja restaurada de Jesus Cristo. Observar as palavras do autor sobre o assunto em *Regras de Fé*, cap. 24, e em *A Casa do Senhor*, sob o título: “Selamento em matrimônio”.

4. Divisões e subdivisões da Lei. — “As escolas rabínicas, em seu espírito metediço, carnal e superficial de jogos de palavras e adoração da letra, haviam tecido uma enorme acumulação de sutilezas inúteis sobre a lei mosaica. Entre outras coisas, haviam eles esbanjado sua frivolidade em fantásticas tentativas de contar, classificar, pesar e medir todos os mandamentos separados da lei moral e cerimonial. Havia chegado à sábia conclusão de que havia 248 preceitos afirmativos, sendo tantos quantos os membros do corpo humano e 365 preceitos negativos, sendo tantos quantas as artérias e veias, ou quantos os dias do ano: sendo o total 613, que era também o número de letras do decálogo. Chegaram ao mesmo resultado a partir do fato de que os judeus tinham recebido mandamento (Núm. 15:38) de usar borlas (*tsitsith*) nos cantos de suas vestes (*talith*) presas por um cordão azul; e como cada borla tinha oito fios e cinco nós, e as letras da palavra *tsitsith* formavam 600, o número total dos

mandamentos dava 613, como antes. Ora, certamente, de um tão grande número de preceitos e proibições, nem *todos* poderiam ser exatamente do mesmo valor; alguns eram ‘leves’ (kal), e outros ‘pesados’ (kobhed) Contudo, qual era o maior de todos os mandamentos? De acordo com alguns rabis, o mais importante de todos é o que trata dos *tephillin* e *tsitsith*, as borlas e filactérios; e ‘aquele que diligentemente os observa, é considerado da mesma forma como se tivesse guardado a Lei inteira’.

“Alguns julgavam que a omissão das abluções era tão má quanto o homicídio; outros que os preceitos do Mishna eram todos ‘pesados’; os da Lei eram, alguns ‘pesados’ e alguns ‘leves’. Outros ainda consideravam *oterceiro* como o maior dos mandamentos. Nenhum deles havia percebido o grande princípio de que a proposital violação de um mandamento constitui transgressão de todos (Tia. 2:10) porque o objeto da Lei inteira é o espírito *deobediência a Deus*. A respeito da questão proposta pelo doutor da lei, os shamaitas e os hilelitas discordavam, e, como era freqüente, ambas as escolas estavam erradas: os shamaitas, pensando que as meras observâncias externas triviais possuíam valor, independentemente do espírito em que eram realizadas e do princípio que exemplificavam; os hilelitas, imaginando que *qualquer* mandamento positivo poderia ser, em si mesmo, irrelevante, e não vendo que grandes princípios são essenciais para a devida realização, até mesmo dos deveres mais insignificantes.” — Farrar, *Life of Christ*, capítulo 52;

5. Filactérios e orlas. — Por causa de uma interpretação tradicional de Êx. 13:9 e Deut. 6:8, os hebreus adotaram o costume de usar filactérios, que consistiam essencialmente em fitas de pergaminho em que se escreviam por extenso ou parcialmente os seguintes textos: Ex. 13:2-10 e 11-17; Deut. 6:4-9, e 11:13-21. Os filactérios eram usados na cabeça e no braço. As fitas de pergaminho para a cabeça eram quatro, em cada uma das quais estava escrito um dos textos acima citados. Eram colocados numa caixinha cúbica de couro, medindo de 1/2 polegada a 1 1/2 polegadas de aresta; a caixa era dividida em quatro compartimentos sendo colocado um pequeno rolo de pergaminho em cada um. A caixa era mantida na testa, entre os olhos do portador, por meio de correias. O filactério do braço compreendia um só rolo de pergaminho no qual os quatro textos estavam escritos; este era colocado numa caixinha presa por correias à parte interna do braço esquerdo de maneira a ser posta junto ao coração, quando as mãos se uniam em atitude de devoção. Os fariseus usavam os filactérios de braço acima do cotovelo, enquanto seus rivais, os saduceus, os prendiam à palma da mão (ver Êx. 13:9). A gente comum usava filactérios somente nas horas de oração; mas os fariseus os apresentavam durante todo o dia. A referência de nosso Senhor ao costume dos fariseus, de alargar seus filactérios relacionava-se com o aumento das caixinhas que os continham, particularmente as da testa, uma vez que o tamanho das fitas de pergaminho era fixado por rígidas regras.

O Senhor havia exigido de Israel por intermédio de Moisés (Núm. 15:38) que o povo prendesse à borda de seus vestidos franjas com um cordão azul. Em ostentatória demonstração de pretendida piedade, os escribas e fariseus adoravam usar franjas

largas para atrair a atenção pública, o que era mais uma demonstração de falsa santidade.

6. Títulos eclesiásticos. — Nosso Senhor condenou severamente a busca de títulos como insígnia de posto em Seu serviço. Ainda assim Ele chamou de apóstolos aos doze a quem escolheu, e na Igreja que fundou, os ofícios de evangelista, sumo sacerdote, pastor, élder (presbítero), bispo, sacerdote, mestre e diácono foram estabelecidos (ver *Regras de Fé*, xi:1-4). Era ao vazio título de criação humana que se apunha ao indivíduo, e não ao título autorizado do ofício ao qual os homens eram chamados por ordenação, que o Senhor afixara o selo de Sua desaprovação. Os títulos de ofício no Sacerdócio Sagrado são de um caráter demasiadamente santo para serem usados como marcas de distinção entre os homens. Na Igreja restaurada na corrente dispensação os homens são ordenados ao Sacerdócio e nos diversos ofícios, compreendidos tanto no Menor ou Aarônico, quanto no Maior ou de Melquisedeque, mas conquanto sejam desse modo feitos élderes, setentas, sumos sacerdotes, patriarcas ou apóstolos, não devem cortejar o uso do título como mero adorno de seu nome. (Ver “*The Honor and Dignity of Priesthood*, pelo autor na *Improvement Era*, Salt Lake City, março, 1914.)

Chas. E Deems, no livro *The Light of the Nations*, páginas 583-584, diz com referência ao irreverente uso de títulos eclesiásticos: “Os fariseus amavam também os lugares mais altos nas sinagogas, e aflagava-lhes a vaidade serem chamados mestres, doutores, rabis. Contra esses tais preveniu Jesus a Seus discípulos. Eles não deveriam gostar de ser chamados rabi, um título que ocorre em três formas: *Rab*, mestre, doutor; *Rabi*, meu doutor ou mestre; e *Raboni*, meu grande doutor. Nem deveriam eles chamar a qualquer homem ‘Pai’, no sentido de reconhecer-lhe qualquer infalibilidade de julgamento, ou poder sobre suas consciências (...) ‘Papa’, como os moravianos simples chamam ou seu grande homem, o conde Zinzendorf: ‘fundador’, como os metodistas denominam o bondoso John Wesley; ‘Santo Pai em Deus’, como os bispos são por vezes chamados: ‘Papa’, ‘Doutor em Divindade’, o equivalente cristão do ‘Rabi’ judaico, são todos títulos perigosos. Sem embargo, não é o emprego de um nome que Jesus denuncia, é o espírito de vaidade que animava os fariseus, e o espírito servil que o emprego de títulos tende a engendrar. Paulo e Pedro falaram de si mesmos como pais espirituais. Jesus ensina que as posições nas sociedades de Seus seguidores, tais como posteriormente seriam organizadas, não deveriam ser olhadas como dignidades, mas antes como serviços; que ninguém as deveria buscar pela honra que pudessem conferir, mas pelo campo de trabalho que poderiam abrir; e que ninguém deveria liderar facções, devendo haver um só líder; e que o corpo de crentes inteiro era constituído de irmãos, dos quais Deus é o Pai.”

O escritor que acabamos de citar muito adequadamente desacredita as aspirações, estimuladas pela vaidade, e a pretensão de auto-justificação, com referência ao uso do título de “Reverendo”, quando aplicado a homens.

7. Sete ou oito ais? — Alguns dos antigos manuscritos dos evangelhos omitem o verso 14 de Mat. 23. Tal omissão reduz o número de declarações específicas começando por “Ai de vós”, de oito para sete. Não há dúvidas do aparecimento no original das passagens de Mar. 12:40 e Luc. 20:47, que têm o mesmo significado de Mat. 23:14.

8. O tesouro do templo — Em conexão com o incidente das moedas da viúva, Edersheim (vol. ii, págs. 387-8) escreve: “Alguns poderão vir com aparência de farisaísmo, outros até com ostentação, alguns como quem realiza alegremente um dever feliz. ‘Muitos que eram ricos lançaram muito’ — sim, em demasia, pois que a tendência era tal, que uma lei teve que ser promulgada, proibindo a doação ao templo de mais que uma certa proporção das posses de cada um. E o montante dessas contribuições pode ser imaginado, recordando-se a circunstância de que, ao tempo de Pompeu e Crasso, depois de generosamente pagas todas as possíveis despesas, o tesouro do templo continha, em dinheiro, perto de meio milhão, e vasos preciosos no valor de cerca de dois milhões de esterlinos”. Ver também Josefo, Antiquidades xiv, 4:4; 7:1, 2.

9. Zacarias, o mártir. — Ao referir-Se aos mártires da era antemeridiana o Senhor é citado como tendo usado a expressão “desde o sangue de Abel, o justo, até ao sangue de Zacarias, filho de Baraquias, que matastes entre o santuário e o altar”, (Mat. 23:35). O Velho Testamento, tal como está compilado atualmente, não contém menção de um mártir chamado Zacarias, filho de Baraquias, mas registra o martírio de Zacarias, filho de Joiada (II Crôn. 24:20—22). “Zacariah” (usado no último caso) e “Zacarias” (no primeiro) são nomes equivalentes. A opinião da maioria dos estudiosos é que o Zacarias referido no relato de Mateus é o mesmo Zecariah filho de Joiada. Na compilação judaica do Velho Testamento, o assassinato de Zecariah aparece como o último martírio registrado; e a referência do Senhor aos homens justos que haviam sido mortos, desde Abel até Zacariah ou Zacarias, pode ter sido uma inclusão geral de todos os mártires até aquele tempo, do primeiro ao derradeiro. Entretanto, temos o registro de um Zacarias filho de Baraquias (Zac. 1:1,7), e este Baraquias era filho de Ido. Novamente Zacarias, filho de Ido, é mencionado (Esd. 5:1); mas, como se encontra em outros lugares nas escrituras mais antigas, o neto é chamado de filho. O Velho Testamento não enumera este Zacarias entre os mártires, mas narrativas tradicionais (citações do Targum por Whitby) dizem que foi morto “no dia da propiciação”. Que o Senhor Se referia a um dos últimos e provavelmente o último dos martírios, é provável; e é igualmente evidente que o caso era bem conhecido pelos judeus. É admissível que uma narrativa mais completa aparecesse em escrituras correntes entre os judeus do tempo de Cristo, mas que posteriormente se perdeu. Ver nota 4, página 115.

10. A destruição do templo. — “Durante quarenta anos ou mais depois da morte de Cristo, os judeus continuaram a obra de aumentar e embelezar os edifícios do templo. O artístico traçado, concebido e projetado por Herodes, tinha sido quase

completado; o templo estava praticamente terminado, e, como logo a seguir se verificou, pronto para a destruição. Seu destino havia sido definitivamente previsto pelo próprio Salvador. Comentando sobre uma observação de um dos discípulos, a respeito das grandes pedras e dos esplêndidos edifícios da colina do templo, Jesus tinha dito: “Vês estes grandes edifícios? Não ficará pedra sobre pedra que não seja derribada”. (Mar. 13:1, 2; ver também Mat. 24:1,2; Luc. 21:5, 6). Essa terrível predição cedo encontrou seu cumprimento literal. No grande conflito com as legiões romanas sob o comando de Tito, muitos judeus tinham buscado refúgio dentro dos precintos do templo, aparentemente esperançosos de que ali o Senhor novamente estaria ao lado de Seu povo, dando-lhes vitória. Mas a presença protetora de Jeová havia muito dali se afastara, e Israel tinha sido deixada como presa dos inimigos. Embora Tito houvesse poupado o templo, seus legionários, enlouquecidos pela concupiscência da guerra, iniciaram o incêndio, e tudo que podia ser queimado o foi. A matança dos judeus foi aterradora; milhares de homens, mulheres e crianças foram impiedosamente chacinados e os pátios do templo foram literalmente inundados com sangue humano. Esse evento ocorreu no ano 70 A.D. e, de acordo com Josepho, no mesmo mês e no mesmo dia do mês em que o glorioso templo de Salomão havia caído, presa das chamas ateadas pelo rei da Babilônia (Josepho, Guerras dos Judeus, vi, 4:5, 8. Para uma narrativa detalhada e vívida da destruição do templo, vejam-se os capítulos 4 e 5 completos). O candelabro de ouro e a mesa dos pães da proposição foram as partes do mobiliário do Santo Lugar que Tito levou para Roma como troféus de guerra, e no arco erigido em honra ao general vitorioso, podem ser vistas reproduções dessas peças sagradas. Desde a destruição do magnífico templo de Herodes, nenhuma outra estrutura do mesmo tipo, nenhum templo, nenhuma Casa do Senhor tal como o termo é usado distintivamente, foi erigido no hemisfério oriental” *“A Casa do Senhor”*. págs. 61, 62.

Josepho atribui a destruição do templo de Herodes à ira de Deus, e afirma que as chamas devoradoras “elevaram-se dos próprios judeus, e foram ocasionadas por eles”. O soldado que arremessou sua tocha à Casa Santa, que tinha permanecido intacta enquanto o fogo rugia ao redor, é visto pelo historiador como um instrumento da vingança divina. Assim está escrito (Guerras, vi, 4:5): “Um dos soldados, sem esperar ordens, e sem qualquer preocupação ou temor por façanha tão grande, sendo impulsionado por fúria divina, lançou mão de uma parte do material em chamas, e sendo levantado por outro soldado, deitou fogo a uma das janelas douradas, através da qual havia uma passagem para as salas situadas ao redor da Casa Santa, pelo lado norte. Quando as chamas se elevaram, os judeus ergueram um grande clamor, de tal ordem como uma aflição tão violenta requeria”.

CAPÍTULO 32

NOVAS INSTRUÇÕES AOS APÓSTOLOS

Profecias Relacionadas com a Destruição de Jerusalém e o Futuro Advento do Senhor¹

No decurso de Sua última caminhada de Jerusalém, retornando ao querido lar de Betânia, descansou Jesus num lugar conveniente do Monte das Oliveiras, de onde a grande cidade e o templo magnífico podiam ser vistos em seu maior esplendor, iluminados pelo sol poente, ao fim da tarde daquele memorável dia de abril. Enquanto Se assentava em meditativo devaneio, aproximaram-se Dele Pedro, Tiago, João e André, dentre os Doze, e Ele lhes deu instruções, embora provavelmente tenha falado a todos os apóstolos, compreendendo novas profecias a respeito do futuro de Jerusalém, Israel, e o mundo em geral. Sua fatídica predição — de que dos edifícios do templo nem uma pedra restaria sobre outra — havia provocado pasmo e temor nos apóstolos de maneira que vieram a Ele em particular, pedindo explicação. “Dize-nos”, pediram eles, “quando serão essas coisas, e que sinal haverá da tua vinda e do fim do mundo?” O caráter composto da pergunta indica o entendimento de que a destruição de que falara o Senhor deveria ocorrer em separado, e cronologicamente antes dos sinais que deveriam, em seguida, anunciar Seu glorioso advento e o início ainda posterior da consumação muitas vezes chamada naquele tempo, como nos dias atuais, de “o fim do mundo”. A forma em que a questão foi proposta evidencia que admitiam que os acontecimentos deveriam seguir-se em rápida sucessão.

A pergunta ligava-se especificamente ao tempo — quando deveriam acontecer aquelas coisas? A resposta não tratou de datas, mas de acontecimentos; e o espírito do discurso subsequente foi de advertência contra os enganos, e de admoestação para incessante vigilância. “Acautelai-vos, que ninguém vos engane” foi o primeiro e mais importante aviso; porque durante o tempo de vida da maioria daqueles apóstolos, muitos impostores blasfemos se levantariam, cada um deles afirmando ser o Messias. O retorno de Cristo à Terra como Senhor e Juiz era mais remoto do que qualquer dos Doze imaginava. Antes daquele glorioso evento, muitos acontecimentos maravilhosos e terríveis seriam testemunhados, dentre os mais próximos dos quais estavam guerras e rumores de guerras, causados por nações levantando-se contra nações, e reinos contra reinos, com o apavorante acompanhamento de fomes, pestes e terremotos em muitos lugares; entretanto, todas essas coisas seriam apenas o começo das dores, ou da agonia vindoura.

Aos apóstolos foi dito que esperassem por perseguições, não somente das mãos de indivíduos irresponsáveis, mas também instigadas por oficiais semelhantes àqueles que, no momento, tencionavam tirar a vida do próprio Senhor, e que os açoitariam nas

sinagogas, os entregariam a tribunais hostis, os intimidariam diante de governantes e reis, e até matariam alguns — tudo por causa de seu testemunho de Cristo. Como lhes havia sido prometido anteriormente, novamente lhes foi assegurado que, quando fossem colocados diante de conselhos, magistrados e reis, as palavras que deveriam falar lhes seriam dadas na hora do julgamento, e assim lhes foi dito que não pensassem antecipadamente no que haveriam de dizer, ou como enfrentariam as controvérsias que se lhes defrontassem; “porque”, disse o Mestre, “não sois vós os que falais, mas o Espírito Santo”.² Ainda que se vissem desprezados e odiados pelos homens, e mesmo que devessem sofrer ignomínia, tortura e morte, ainda assim, no referente a seu bem-estar eterno, foi-lhes prometido tal certeza, que, em comparação, eles não perderiam nem o equivalente a um cabelo de sua cabeça. Para consolador encorajamento, o Senhor ordenou-lhes que ganhassem sua alma em paciência.³ Em face de todas as provações e até mesmo das mais terríveis perseguições, era-lhes mister perseverar em seu ministério, pois que o plano divino estipulava, e requeria, que o evangelho do reino fosse pregado a todas as nações. Seus labores seriam atrapalhados e combatidos pela propaganda revolucionária de muitos falsos profetas, e diferenças de credos destruiriam famílias e engendrariam tal rancor, que irmãos trairiam irmãos e filhos se levantariam contra seus pais, acusando-os de heresias e entregando-os à morte. Até entre os que se haviam declarado discípulos de Cristo, muitos se ofenderiam e o ódio abundaria; o amor pelo evangelho se esfriaria, e a iniquidade seria desenfreada entre os homens; e somente os que perseverassem até o fim de suas vidas, poderiam ser salvos.

Desta pormenorizada previsão de condições então diretamente iminentes, o Senhor passou a outras circunstâncias que deveriam preceder imediatamente a destruição de Jerusalém e o total esfacelamento da nação judaica. “Quando pois virdes que a abominação da desolação, de que falou o profeta Daniel, está no lugar santo”, disse ele, de acordo com a narrativa de Mateus, e virtualmente da mesma forma como Marcos o registra; ou “quando virdes Jerusalém cercada de exércitos” como escreve Lucas, “sabei então que é chegada a sua desolação”. Esse era um sinal definido que ninguém poderia confundir. Daniel, o profeta, havia previsto a desolação e as correspondentes abominações, que compreendiam o violento término dos rituais do templo, e a profanação do santuário de Israel por conquistadores pagãos.⁴

A veracidade da visão profética de Daniel deveria ser anunciada pelo sítio de Jerusalém por exércitos. Então, todos os que pudessem escapar deveriam apressar-se; da Judéia deveriam fugir para as montanhas; os que estivessem no eirado não teriam tempo de pegar seus bens, mas deveriam apressar-se em descer pelas escadas externas e fugir; o que estivesse nos campos faria melhor em partir sem antes voltar para casa, nem para pegar suas roupas. Terrível, certamente, seria aquele dia para as mulheres tolhidas pelas condições que acompanham a maternidade próxima, ou a responsabilidade de cuidar de crianças de peito. Todos fariam bem em orar, para que sua fuga não fosse imposta no inverno; nem em dia de sábado, para que os cuidados com as restrições a viagens em dia de sábado, ou o fechamento usual das portas da

cidade naquele dia, não reduzissem as oportunidades de escapar. As tribulações da ocasião então prenunciada seriam tais como nunca dantes aconteceram, em questão de horror, e nunca seriam igualladas, em todos os seus pavorosos detalhes, na história de Israel; em sua misericórdia, porém, Deus havia decretado que o período medonho fosse abreviado por amor aos crentes eleitos, pois que, de outra forma, nenhuma carne em Israel seria salva com vida. Multidões cairiam pela espada; outras hostes seriam levadas em cativeiro, e assim seriam dispersadas entre todas as nações; e Jerusalém, o orgulho e vanglória da degenerada Israel, seria “pisada pelos gentios, até que os tempos dos gentios se completem”. Em todos os seus assustadores detalhes, a predição do Senhor foi realizada, conforme o atesta a História.⁵

Depois de passados aqueles tempos terríveis, e daí por diante, por um período não especificado, Satanás enganaria o mundo com doutrinas falsas, espalhadas por homens iníquos mascarados de ministros de Deus, que continuariam a clamar: “Eis aqui o Cristo! ou: Eilo ali!”; contudo, contra todos esses, os Doze foram postos em guarda, e por intermédio deles e de outros mestres, que eles deveriam chamar e ordenar, seria o mundo advertido. Os profetas enganadores, emissários do diabo, seriam ativos, alguns atraindo o povo para os desertos, e impelindo-o para a vida eremítica de pernicioso ascetismo, outros insistindo em que Cristo poderia ser encontrado nas câmaras secretas da reclusão monástica; e alguns deles mostrando, pelo poder de Satanás, tais sinais e maravilhas, que “se possível fora, enganariam até os escolhidos”; porém, de todas essas tramas do príncipe do mal, o Senhor preveniu os Seus: “Não lhes deis crédito”; acrescentou: “Eis que vo-lo tenho predito.”⁶

No dia do advento do Senhor em glória e vingança, ninguém ficará em dúvida. Não haverá oportunidade para pretensões conflitantes entre seitas contendoras, “porque, assim como o relâmpago sai do oriente e se mostra até ao ocidente (...) assim será também a vinda do Filho do Homem”.⁷ A coligação de Israel nos últimos dias foi pintada como a afluência de águias ao lugar onde o corpo da Igreja seria estabelecido.⁸

A ordem cronológica das ocorrências preditas que estivemos considerando até agora, neste maravilhoso discurso sobre as coisas vindouras, é clara: em primeiro lugar, haveria um período de virulenta perseguição aos apóstolos e à Igreja da qual teriam que cuidar; aí, seguir-se-ia a destruição de Jerusalém, com todos os horrores de uma guerra desapiedada; e isso, por sua vez, seria seguido por um longo período de política clerical e apostasia, com ardente dissensão sectária e cruéis perseguições aos justos. A breve referência aos fenômenos universais não localizados, pelos quais será assinalado seu advento, é uma demonstração “entre parêntesis”, das falsas afirmações a respeito de onde Cristo seria encontrado; mais tarde, o Senhor passou a referir-Se, de maneira clara e inquestionável, às circunstâncias de Seu advento ainda futuro. Seguindo-se ao período de credos feitos pelos homens e de ministério não autorizado, característicos da grande apostasia, ocorrências maravilhosas deverão manifestar-se por meio das forças da natureza, e o sinal do Filho do Homem finalmente aparecerá, e disso um sinal

paralelo será o encaminhamento do grupo dos eleitos, de todas as partes da Terra, para os lugares determinados.

O dever que Jesus impôs aos apóstolos como de primeira importância através de todas as vindouras cenas de dor, sofrimento e perturbação, foi o da vigilância. Eles deveriam orar, vigiar, e trabalhar diligentemente e com fé inabalável. A lição foi ilustrada com uma analogia magistral que, sob uma classificação ampla, pode ser chamada de parábola. Chamando a atenção para as figueiras e outras árvores que floresciam nas ensolaradas encostas do Monte das Oliveiras, o Mestre disse: “Olhai para a figueira e para todas as árvores. Quando já têm rebentado, vós sabeis por vós mesmos, vendo-as, que perto está já o verão. Assim também vós, quando virdes acontecer estas coisas, sabeis que o reino de Deus está perto.” A respeito da figueira em particular, o Senhor comentou: “Quando já os seus ramos se tornam tenros e brotam folhas, sabeis que está próximo o verão.” Esse sinal de eventos próximos aplicava-se, igualmente, às condições premonitórias que anunciariam a queda de Jerusalém e o término da autonomia judaica, como também aos acontecimentos pelos quais o segundo advento do Senhor será imediatamente precedido.

A declaração seguinte, na ordem dos registros dos evangelhos, diz: “Em verdade vos digo que não passará esta geração sem que todas estas coisas aconteçam.” Isto pode ser compreendido como aplicável à geração em que os portentosos fatos, antes descritos, se cumpriram. No que se refere às previsões relacionadas com a destruição de Jerusalém, foram literalmente cumpridas dentro do período natural de vida de vários apóstolos e de multidões de contemporâneos deles; quanto às profecias do Senhor, relativas ao anúncio de Sua segunda vinda, deverão cumprir-se dentro da geração que testemunhar o princípio de Sua realização. A certeza do cumprimento foi acentuada pelo Senhor na afirmação profunda: “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar.”²

Todas as especulações concernentes ao tempo da aparição do Senhor, sejam baseadas em hipótese, dedução, ou cálculo de datas, foram frustradas pela afirmativa de Cristo: “Mas daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos do céu, mas unicamente meu Pai.”¹⁰ Que Seu advento em poder e glória deverá ser súbito e inesperado para o mundo descuidado e pecador, porém em seqüência imediata aos sinais que os vigilantes e devotos serão capazes de ler e entender, ficou claro pela comparação com as condições sociais dominantes no tempo de Noé, quando, a despeito das profecias e advertências, o povo havia prosseguido em suas festas e divertimentos, em casar-se e dar-se em casamento, até o próprio dia da entrada de Noé na arca, “e não o perceberam, até que veio o dilúvio, e os levou a todos assim será também a vinda do Filho do Homem.”

Nos últimos estágios da reunião dos eleitos, os laços do companheirismo serão rapidamente rompidos; de dois homens trabalhando no campo, ou de duas mulheres empenhadas lado a lado nos deveres domésticos, quem for fiel será tomado e o pecador deixado. “Vigiai, pois”, foi a ordem solene, “porque não sabeis a que hora há de vir o

vosso Senhor.” Para explicar Sua admoestação, o Senhor condescendeu em comparar a natureza inesperada e secreta de Sua vinda aos movimentos de um ladrão que ronda pela noite; e notou que, se o dono da casa tivesse algum conhecimento do tempo da visita planejada pelo salteador, permaneceria em vigilante observação; mas, por causa da incerteza, poderá ser achado fora de guarda, e o ladrão poderá entrar e saquear-lhe a casa.

Mais uma vez comparando os apóstolos a mordomos devidamente comissionados numa grande casa,¹¹ o Senhor falou de Si mesmo como o dono, dizendo: “É como se um homem, partindo para fora da terra, deixasse a sua casa, e desse autoridade aos seus servos, e a cada um a sua obra e mandasse ao porteiro que vigiasse. Vigiai pois, porque não sabeis quando virá o senhor da casa: se à tarde, se à meia-noite, se ao cantar do galo, se pela manhã; para que, vindo de improviso, não vos ache dormindo. E as coisas que vos digo, digo-as a todos: Vigiai!” Se, porém, o mordomo se tornar negligente por causa da longa ausência de seu senhor, e der-se a festejos e prazeres não autorizados, ou tornar-se déspota e injusto para com seus conservos, seu senhor virá numa hora em que menos o espera, e remeterá aquele servo iníquo para um lugar entre os hipócritas, onde verterá amargas lágrimas de remorso, e rilhará os dentes em impotente desespero.¹²

A Necessidade de Vigilância e Diligência Ilustrada por Parábolas

A fim de infundir na mente dos apóstolos, e, através do subsequente ministério deles, na de todo o mundo a absoluta necessidade de incessante vigilância e inabalável diligência, em preparação para a vinda do Senhor em julgamento, Jesus pintou em parábolas as esperadas condições da humanidade nos últimos tempos. O primeiro desses retratos ilustrativos é a *Parábola das Dez Virgens*. A única narração que temos é a de Mateus,¹³ nos seguintes termos:

“Então o reino dos céus será semelhante a dez virgens que, tomando as suas lâmpadas, saíram ao encontro do esposo. E cinco delas eram prudentes, e cinco loucas. As loucas, tomando as suas lâmpadas, não levaram azeite consigo. Mas as prudentes levaram azeite em suas vasilhas, com as suas lâmpadas. E, tardando o esposo, tosquenejaram todas e adormeceram. Mas à meia-noite ouviu-se um clamor; aí vem o esposo, saí-lhe ao encontro. Então todas aquelas virgens se levantaram, e prepararam as suas lâmpadas. E as loucas disseram às prudentes: Dai-nos do vosso azeite, porque as nossas lâmpadas se apagam. Mas as prudentes responderam, dizendo: Não seja caso que nos falte a nós e a vós, ide antes aos que o vendem, e comprai-o para vós. E, tendo elas ido comprá-lo, chegou o esposo, e as que estavam preparadas entraram com ele para as bodas, e fechou-se a porta. E depois, chegaram também as outras virgens, dizendo: Senhor, Senhor, abre-nos. E ele, respondendo, disse: Em verdade vos digo que vos não conheço. Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora em que o Filho do Homem há de vir.”

A história baseava-se em costumes orientais, com que os atentos ouvintes do Senhor estavam familiarizados. Era comum e ainda é, naquelas terras, particularmente em relação às festas de casamento na classe abastada, ir o noivo à casa da noiva, acompanhado por seus amigos em forma processional, e mais tarde conduzir a noiva à sua nova casa com um grupo ainda maior de acompanhantes, constituído de cavalheiros e damas de companhia, parentes e amigos. À medida que o cortejo nupcial avançava, acompanhado por música alegre, ia sendo engrossado por pequenos grupos que se lhe juntavam em lugares convenientes ao longo do caminho, e especialmente no fim do percurso, onde grupos organizados vinham encontrar a procissão que se aproximava. As cerimônias nupciais eram marcadas para a tarde e a noite; e o uso necessário de tochas e lâmpadas dava brilho e acrescentava beleza à cena.

Na parábola, dez damas estavam esperando para dar boas-vindas ao grupo e a ele se juntar, mas a hora de sua chegada era incerta. Cada qual tinha a sua lâmpada presa à extremidade de um bastão, para ser mantida no alto durante a marcha festiva; mas das dez virgens, cinco haviam sabiamente levado um suprimento extra de óleo, enquanto as outras cinco, provavelmente confiando em que não haveria muita demora, ou imaginando que teriam possibilidade de tomar de empréstimo de outras, ou quiçá por não terem pensado no assunto por negligência, não tinham outro óleo em suas lâmpadas além da carga com que haviam saído inicialmente. O noivo tardou, e as virgens ficaram com sono e adormeceram. À meia-noite, os precursores do grupo nupcial proclamaram em altas vozes que o noivo se aproximava, e gritaram com pressa: “Saí ao seu encontro.” As dez virgens, agora despertas e ansiosamente ativas, puseram-se a preparar suas lâmpadas; nessa hora, as sábias acharam uso para o óleo de seus frascos, enquanto as cinco descuidadas lastimavam sua condição de penúria, porque suas lâmpadas estavam vazias e não tinham óleo para reabastecê-las. Apelaram para suas irmãs mais sábias, pedindo-lhes que repartissem seu óleo; mas elas se negaram, porque numa hora de tal necessidade, dar de seu suprimento significaria colocarem-se elas próprias em despreparo, de vez que havia óleo apenas para suas próprias lâmpadas. Em lugar de óleo, elas podiam dar apenas conselho a suas infortunadas irmãs, às quais sugeriram que fossem à loja mais próxima e comprassem óleo para seu uso. Enquanto as virgens néscias estavam fora, em busca de óleo, o grupo nupcial passou, entrando na casa em que estava preparada a festa, e a porta foi fechada para todos os retardatários. Mais tarde, as virgens imprudentes, atrasadas para participarem da entrada processional, chamaram do lado de fora, pedindo para serem admitidas; mas o noivo não atendeu a seus rogos, e negou qualquer conhecimento com elas, já que não haviam sido incluídas entre os seus acompanhantes nem entre os da noiva.

O Noivo é o Senhor Jesus; a festa das bodas simboliza Sua vinda em glória, para receber para Si mesmo a Igreja na Terra como Sua noiva.¹⁴ As virgens tipificam aqueles que professam crer em Cristo e que, por isso, confiantemente esperam ser incluídos entre os abençoados participantes da festa. A lâmpada acesa, que cada uma das virgens levava, é a profissão visível da fé e prática cristãs; e a reserva de óleo, das mais sábias, pode ser vista como a força e a abundância espiritual que só a diligência e a devoção

ao serviço de Deus podem assegurar. A falta de óleo suficiente, da parte das virgens imprudentes, é análoga à escassez de terra no campo pedregoso, onde a semente prontamente brotou, mas cedo feneceu.¹⁵ A vinda do noivo foi súbita; ainda assim, as virgens não foram consideradas culpadas pela surpresa da anunciação abrupta, mas as cinco insensatas sofreram os efeitos naturais de seu despreparo. A recusa das virgens prudentes em dar de seu óleo, em momento tão crítico, não deve ser vista como descaridade; a circunstância representa o fato de que, no dia do julgamento, cada alma terá que responder por si mesma; não há maneira pela qual a retidão de um possa ser creditada à conta de outrem; a doutrina da super-rogação é inteiramente falsa.¹⁶ O repúdio condenatório do noivo: “não vos conheço”, era equivalente a uma declaração de que, aquelas que imploravam mas que eram negligentes, e que haviam sido surpreendidas em despreparo, não O conheciam.¹⁷

O emprego da parábola e sua riqueza de esplêndida sugestão, estão sumariados de maneira magistral no impressionante aviso do Senhor: “Vigiai pois, porque não sabeis o dia nem a hora em que o Filho do Homem há de vir.” O cumprimento das predições encerradas nesta preciosa parábola fica ainda no futuro, porém está próximo. Em 1831, o Senhor Jesus Cristo revelou novamente as indicações pelas quais pode ser percebida a iminência de Seu glorioso advento. Pela boca de Seu profeta Joseph Smith, Ele assim falou: “E nesse dia, quando eu vier em minha glória, cumprir-se-á a parábola de que falei concernente às dez virgens. Pois aqueles que são prudentes e tiverem recebido a verdade e tomado o Santo Espírito por seu guia e não tiverem sido enganados — em verdade vos digo que não serão cortados e lançados no fogo, mas suportarão o dia. E a Terra ser-lhes-á dada por herança e multiplicar-se-ão e tornar-se-ão fortes; e seus filhos crescerão sem pecado para a salvação. Porque o Senhor estará em seu meio e sua glória estará sobre eles; e ele será seu rei e seu legislador.”¹⁸

Discursando ainda em solene fervor aos apóstolos enquanto as sombras do entardecer caíam sobre o Monte das Oliveiras, o Senhor pronunciou a última de Suas parábolas registradas. Conhecemo-la como *Parábola dos Talentos*.¹⁹

“Porque isto é também como um homem que, partindo para fora da terra, chamou os seus servos, e entregou-lhes os seus bens; e a um deu cinco talentos, e a outro dois, e a outro um, a cada um segundo a sua capacidade, e ausentou-se logo para longe. E, tendo ele partido, o que recebera cinco talentos negociou com eles e granjeou outros cinco talentos. Da mesma sorte, o que recebera dois, granjeou também outros dois; mas o que recebera um, foi e cavou na terra e escondeu o dinheiro do seu senhor. E muito tempo depois veio o senhor daqueles servos, e fez contas com eles. Então se aproximou o que recebera cinco talentos e trouxe-lhe outros cinco talentos, dizendo: Senhor, entregaste-me cinco talentos; eis aqui outros cinco talentos que granjeei com eles. E o seu senhor disse: Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei: entra no gozo do teu senhor. E, chegando também o que tinha recebido dois talentos, disse: Senhor, entregaste-me dois talentos; eis que com eles granjeei outros dois talentos. Disse-lhe o seu senhor: Bem está, bom e fiel servo. Sobre o pouco foste

fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor. Mas, chegando também o que recebera um talento disse: Senhor, eu conhecia-te, que és um homem duro, que ceifas onde não semeaste, e ajuntas onde não espalhaste; e, atemorizado, escondi na terra o teu talento; aqui tens o que é teu. Respondendo, porém, o seu senhor disse-lhe: Mau e negligente servo; sabes que ceifo onde não semei e ajunto onde não espalhei? devias então ter dado o meu dinheiro aos banqueiros, e, quando eu viesse, receberia o meu com os juros. Tirai-lhe pois o talento, e dai-o ao que tem dez talentos. Porque a qualquer que tiver será dado, e terá em abundância; mas ao que não tiver, até o que tem ser-lhe-á tirado. Lançai pois o servo inútil nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes.”

Algumas das semelhanças entre esta parábola e a das minas²⁰ aparecem até numa leitura casual; diferenças significativas são descobertas por comparação e estudo. A primeira parábola foi dirigida a uma multidão heterogênea no decurso da última jornada de nosso Senhor de Jericó para Jerusalém; a última foi dada no recolhimento aos mais íntimos dentre Seus discípulos, nas últimas horas do derradeiro dia de Sua pregação pública. As duas devem ser estudadas em conjunto. Na história das minas, um montante idêntico de capital é dado a cada um dos servos e fica demonstrada a diferença de habilidade em usá-lo e aplicá-lo, com resultados comensuráveis em recompensa ou castigo; na dos talentos, os servos recebem quantias diferentes, “a cada um segundo a sua capacidade”; e a diligência igual, ainda que demonstrada em um caso por grande ganho e noutro por lucro menor, embora proporcional, é recompensada igualmente. A infidelidade e a negligência são condenadas e punidas em ambos os casos.

Na parábola que estamos considerando, apresenta-se o senhor como entregando seus bens nas mãos de seus próprios servos, literalmente, escravos,²¹ tanto eles quanto as posses que lhes estavam confiadas, pertenciam-lhe. Aqueles servos não tinham direitos de posse, nem título de propriedade permanente sobre o tesouro entregue ao seu cuidado; tudo que tinham era o tempo e a oportunidade de usarem seus talentos, e até mesmo eles próprios pertenciam ao seu senhor. Não podemos deixar de perceber, mesmo nos primeiros incidentes da história, que o Mestre dos servos era o Senhor Jesus; os servos, portanto, eram os discípulos, e mais particularmente os apóstolos que, embora tivessem igual autoridade por meio da ordenação no Santo Sacerdócio, conforme especificamente ilustrado pela parábola anterior das minas, possuíam habilidades diferentes, personalidades diversas, e diferiam de maneira geral em natureza, e nas realizações que seriam chamados a cumprir no serviço durante seu ministério. O Senhor estava para partir, e voltaria somente “depois de muito tempo”; o significado desta última circunstância está de acordo com o que fora dito na parábola das Dez Virgens, com a afirmativa de que o noivo tardava.

Na hora do ajuste de contas, os servos que tinham agido bem, um com seus cinco talentos e outro com seus dois, relataram prazerosamente, cômicos como estavam de se terem pelo menos esforçado por fazer o melhor que podiam. O servo infiel prefaciou

seu relatório com uma escusa queixosa, que envolvia a imputação de injustiça ao Mestre. Os servos honestos, diligentes e fiéis, viam e reverenciavam em seu Senhor, a perfeição das boas qualidades que eles próprios possuíam em certa medida; o servo preguiçoso e inútil, prejudicado por sua visão distorcida, dizia ver no Mestre seus próprios defeitos mesquinhos. A história neste particular, como em todos os demais aspectos relacionados com os atos e tendências humanos, é psicologicamente verdadeira; num sentido peculiar, os homens inclinam-se a conceber os atributos de Deus como formados, em grau superlativo, dos traços dominantes de sua própria natureza.

Tanto o servo que havia recebido cinco talentos, quanto o que recebera apenas dois, foram igualmente elogiados, e, tanto quanto nos é dito, receberam recompensa igual. Os talentos conferidos a cada um eram os dons de seu Senhor, que bem sabia se aquele servo era capaz de usar com maior vantagem um, dois, ou cinco. Que ninguém conclua, pois, que um bom trabalho de envergadura relativamente pequena é menos necessário ou aceitável que serviço semelhante, porém de maior amplitude. Muitas pessoas que foram bemsucedidas em negócios com pequeno capital, teriam fracassado na administração de somas elevadas; assim também com as realizações espirituais “há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo”.²² Do homem dotado de muitos talentos esperavam-se maiores lucros; daquele dotado de um só, exigia-se relativamente pouco, e mesmo naquele pouco ele falhou.²³ Pelo menos poderia tê-lo entregado ao banco, por intermédio do qual teria sido mantido em circulação para benefício da comunidade, e garantiria os juros durante aquele tempo. De maneira semelhante, na aplicação espiritual, um homem possuidor de qualquer dom valioso, como habilidade musical, eloquência, destreza em trabalho manual, ou algo parecido, deveria usar esse dom integralmente, para que ele próprio, ou outros, pudessem ser beneficiados; entretanto, se for muito negligente em exercitar seus dons em serviço independente, poderá ajudar outros em esforços úteis, quando menos por meio de estímulo.

Quem duvidaria de que, no espírito do ensinamento do Senhor, se aquele homem houvesse duplicado seu único talento, teria sido tão cordialmente elogiado e tão abundantemente recompensado quanto o foram seus companheiros mais altamente dotados e mais fiéis? É notável que o Senhor não se tivesse dignado refutar o pronunciamento do servo infiel quanto à sua retidão; o espírito da resposta foi o mesmo já expresso na parábola anterior: “Mau servo, pela tua boca te julgarei”.²⁴ O homem inútil procurou escusar-se com o subterfúgio vil, mas tão comum, de insolentemente lançar a culpa em outrem, que neste caso, era o seu Senhor. Os talentos não são dados para serem enterrados e depois desencavados, devolvidos sem desenvolvimento, tresandando a terra e embotados pela corrosão do desuso. O talento não utilizado, com justiça, foi tomado daquele que o havia considerado de tão pouco valor, e dado ao que, embora possuísse muito seria capaz de usar o talento adicional para seu próprio benefício, para o bem de seus companheiros, e para a glória de seu Senhor.

O Julgamento Inevitável²⁵

O Senhor havia pronunciado Sua última parábola. Em palavras simples ainda que embebidas da beleza de uma analogia notável, incutiu Ele nos atentos discípulos a certeza do julgamento que há de visitar o mundo no dia de Seu retorno. Então o trigo será apartado do joio,²⁶ e as ovelhas dos bodes. “E quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os santos anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os bodes à esquerda.” Aos que estiverem à sua direita, o Rei dará elogios e bênçãos, concedendo-lhes rica recompensa por suas boas obras, conforme for atestado pelos famintos que alimentaram, os sedentos a quem deram de beber, os estrangeiros que acolheram, os nus a quem vestiram, os doentes a quem tiverem ministrado, os prisioneiros que visitaram e encorajaram, misericórdias essas que lhes serão creditadas como se houvessem prestado ao Senhor pessoalmente. O abençoado grupo, transbordante com a plenitude da generosidade do Rei, que julgavam não merecer, mostrar-se-á pronto a negar os métodos que lhes forem atribuídos. O Rei, respondendo, lhes dirá: “Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.”

Aos que esperam à esquerda em aterradora expectativa, o Rei lembrará suas inúmeras deficiências, por não Lhe terem dado comida nem bebida, abrigo ou vestes, a despeito de Suas necessidades; nem tampouco o haviam visitado enquanto doente, nem ministrado às Suas carências quando jazia na cela de uma prisão. No desespero da angústia, eles Lhe perguntarão quando e onde haviam tido tal oportunidade de confortá-Lo, e Ele lhes responderá: “Em verdade vos digo que quando a um destes pequeninos o não fizestes não o fizestes a mim.” Os justos serão recebidos com as palavras: “Vinde, benditos de meu Pai”; os iníquos ouvirão a terrível sentença: “Apartai-vos de mim, malditos.” Vida eterna é o infável prêmio; punição sem fim a sentença insondável.²⁷

Encaradas como um só discurso, as duas parábolas e o ensinamento que seguiu diretamente, encontramos uma tal unidade de objeto e inteireza de tratamento que dão ao todo, tanto beleza, quanto valor, acima da soma das qualidades apresentadas pelas várias partes. Vigilante expectativa na causa do Senhor, e os perigos do despreparo são exemplificados na história das virgens; diligência no trabalho e os resultados calamitosos da preguiça são traços preponderantes da narrativa sobre os talentos. Estes dois aspectos do serviço são de importância complementar e recíproca; é tão necessário em certas ocasiões esperar, quanto em outras agir. A intercorrência de um período longo, como quando o noivo tardava, e como durante a ausência do Senhor “fora da terra”,²⁸ e tornada clara em toda a narrativa, como interpondo-se entre a partida do Senhor e a Sua volta gloriosa. A absoluta certeza da vinda de Cristo para executar julgamento sobre a Terra, no qual cada alma receberá de acordo com seus merecimentos, é o resumo sublime desse discurso inigualável.

Outra Predição Específica da Morte do Senhor

Em seguida à instrução aos apóstolos no lugar de descanso no Monte das Oliveiras, e provavelmente no decurso do restante da caminhada em direção a Betânia naquela noite, Jesus lembrou aos Doze o pavoroso destino que O aguardava, e determinou a hora de Sua traição e a maneira de Sua morte. “Bem sabeis”, disse Ele, “que daqui a dois dias é a páscoa; e o Filho do Homem será entregue para ser crucificado.”²⁹

NOTAS DO CAPÍTULO 32

1. Primeiros cumprimentos das profecias do Senhor. — Com referência ao cumprimento literal das predições do Senhor, relativas aos tempos imediatamente seguintes à sua ascensão e até a destruição de Jerusalém, o estudioso deverá buscar nas escrituras e na História. Somente um breve resumo dos eventos mais notáveis poderá ser tentado aqui.

A respeito de guerras e rumores ou ameaças de guerras veja-se Josefo *Antigüidades* xviii, cap. 9, e *Guerras*, ii, cap. 10. A última referência relaciona-se com a narrativa do decreto de Calígula, que sua estátua fosse colocada no templo e devidamente reverenciada, o que provocara protesto tão veemente dos judeus, que lhes foi declarada guerra, sendo obstada pela morte do imperador. Sobre a morte de Calígula, Josefo afirma que “ocorreu muito felizmente para nossa nação em particular, que teria perecido quase inteiramente, se não tivesse sido morto subitamente”. Outras ameaças de guerra contra os judeus foram feitas, em separado, pelos imperadores Cláudio e Nero.

Nação levantou-se contra nação, como por exemplo, no ataque dos gregos e sírios contra os judeus, no decurso do qual 50.000 judeus foram mortos em Selêucia sobre o Tigre, e 20.000 em Cesaréia, 13.000 em Citópolis, e 2.500 em Ascalom. Fome e pestes correspondentes prevaleceram durante o reinado de Cláudio, (41-54 A.D.) e isso fora predito especificamente, por inspiração, por intermédio de Ágabo (Atos 11:28). A fome foi muito severa na Palestina (Josefo, *Antigüidades*, xx, Cap. 2). Os terremotos eram de uma freqüência alarmante e de incomum gravidade, entre a morte de Cristo e a destruição de Jerusalém, particularmente na Síria, Macedônia, Campânia e Acaia. Veja-se Tácito, *Anais* livros vii e xiv; e para uma narrativa das violentas perturbações sísmicas em Roma veja-se Suetônio e sua *Vida de Galba*, Josefo (*Guerras*, iv, cap. 4) registra um tremor de terra particularmente violento que dilacerou parte da Judéia e foi acompanhado de “impressionantes abalos e rugidos da terra — uma indicação manifesta de que alguma força destruidora estava vindo sobre os homens”. O presságio de “coisas espantosas e também grandes sinais do céu”, conforme registrado por Lucas, realizou-se nos eventos fenomenais narrados por Josefo (Prefácio das “Guerras”).

A respeito das perseguições que sobrevieram aos apóstolos, e de terem sido citados diante de governantes, o Dr. Adam Clarke em seu comentário da passagem de Mateus 24, diz: “Não precisamos ir além dos Atos dos Apóstolos para o cumprimento desses detalhes. Alguns foram entregues a conselhos, como Pedro e João (Atos 4:5). Outros foram levados à presença de governadores e reis como Paulo diante de Gálio (18:12) diante de Félix (Cap. 24); diante de Festo e Agripa (cap. 25). Alguns tiveram palavras e sabedoria a que seus adversários não puderam resistir, assim como Estêvão (6:10) e Paulo, que fez até Félix tremer (24:25). Alguns foram presos, como Pedro e João (4:3). Outros foram espancados, como Paulo e Silas (15:32). Alguns foram mortos, como Estêvão (7:59); e Tiago, o irmão de João (12:2). Se, porém, olharmos para além do livro de Atos dos Apóstolos, para as sangrentas perseguições de Nero, veremos essas predições ainda mais amplamente cumpridas; nessas perseguições, caíram inúmeros cristãos, além dos dois grandes da fé: Pedro e Paulo. Tratava-se, como diz Tertuliano, de uma guerra contra o próprio nome de Cristo, pois que os que eram chamados cristãos haviam cometido crime suficiente por apenas trazer esse nome, para serem mortos. Assim, mostrava-se verdadeira a palavra de nosso Salvador, de que seriam odiados por todos os homens por amor de seu Nome”.

Entre os falsos profetas, e homens que afirmavam ser ministros de Cristo devidamente credenciados, estavam Simão, o Mago, que levou muita gente atrás de si (Atos 8:9, 13, 18-24; ver também *A Grande Apostasia* 7:1, 2), Menandro, Dositeu e Teudas, e os falsos apóstolos citados por Paulo (11 Cor. 11:13) e outros tais como Himeneu e Fileto (II Tim. 2:17,18). O *Commentary* de Dummelow cita aqui o relato de Josefo concernente a “um grupo de homens iníquos, que enganaram e iludiram o povo com a jactância de divina inspiração, e convenceram a multidão a agir como loucos, e foram à frente do povo para os desertos, fazendo crer que Deus ali lhes mostraria os sinais da vitória”. Compare-se II Pedro 2:1, com I João 2:18; 4:1. Que o amor de muitos esfriou, tanto antes quanto depois da destruição de Jerusalém, é atestado pelos fatos da apostasia mundial, que resultou da corrupção interna e da perseguição dos estranhos à Igreja (ver *Grande Apostasia*, caps. 3-9).

A pregação do evangelho do reino “em todo o mundo” foi uma característica não menos essencial do período apostólico, do qual o é da atual, ou última dispensação. Registra-se a rápida difusão do evangelho e o crescimento fenomenal da Igreja sob a direção dos apóstolos antigos como uma das maravilhas da História (*A Grande Apostasia*, 1:21, e citações de Eusébio). Paulo escrevendo ao redor de trinta anos após a ascensão de Cristo, afirma que o evangelho já havia sido levado a toda nação, e “pregado a toda criatura que há debaixo do céu” (Col. 1:23, comparar com verso 6).

A “abominação da desolação” citada pelo Senhor, da profecia de Daniel, foi estritamente cumprida na investida do exército romano contra Jerusalém (compare-se com Luc. 21:20, 21). Para os judeus, as insígnias e imagens dos romanos eram uma repelente abominação. Josefo (*Guerras*, vi, cap. 6) afirma que as insígnias romanas

havam sido instaladas dentro do templo e que a soldadesca oferecera sacrifícios diante delas.

A advertência a todos para que fugissem de Jerusalém e da Judéia para as montanhas, quando os exércitos começassem a circundar a cidade, foi seguida de maneira tão completa pelos membros da Igreja, que, de acordo com os mais antigos escritores da Igreja, nenhum cristão pereceu no terrível cerco (ver Eusébio, História Eclesiástica, livro iii, cap. 5). O primeiro cerco, efetuado por Galo, foi inesperadamente suspenso, e antes que os exércitos de Vespasiano tivessem chegado aos muros, todos os judeus que tinham fé' nas advertências de Cristo aos apóstolos, e destes ao povo, fugiram para além do Jordão, e congregaram-se principalmente em Pela (comparar com Josefo, Guerras ii, cap 19).

Quanto aos horrores do cerco nunca dantes presenciados, e que culminaram na completa destruição de Jerusalém e do templo, veja-se Josefo, Guerras ii, caps. 3 e 4. Esse historiador calcula o número dos mortos só em Jerusalém, em 1.100.000, e em outras cidades e zonas rurais mais um terço. Para detalhes, veja-se Josefo, Guerras ii, caps. 18, 20; iii, 2, 7, 8, 9; iv, 1, 2, 7, 8, 9; vii, 6, 9, 11. Dezenas de milhares foram levados cativos, mais tarde vendidos como escravos, ou para serem mortos pelos animais ou em combates de gladiadores na arena, para divertimento dos espectadores romanos.

No decurso do cerco, um muro foi construído ao redor da cidade inteira, cumprindo-se assim a predição do Senhor (Luc. 19:43) “teus inimigos te cercarão de trincheiras”, na qual a tradução admitidamente melhor “barreira” ou “paliçada”, deveria aparecer, em lugar de “trincheira”. Em setembro do ano 70 A.D., a cidade caiu nas mãos dos romanos e sua destruição posterior foi tão completa, que o lugar chegou a ser arado. Jerusalém foi “pisada pelos gentios”, e desde aí, tem estado sob o domínio deles, e assim continuará a ser, “até que os tempos dos gentios se completem.” (Luc. 21:24).

2.Nos desertos e no interior das casas. — O capítulo 24 de Mateus, e as escrituras paralelas em Marcos 13 e Lucas 21, podem ser mais facilmente entendidas, se tivermos em mente que o Senhor, aí, fala de dois eventos distintos, cada qual representando a consumação de longos anos de preparativos, sendo o primeiro um protótipo do segundo. Muitas das predições específicas são aplicáveis tanto ao tempo que precedeu a destruição de Jerusalém, quanto aos acontecimentos do tempo subsequente até a segunda vinda de Cristo. A passagem em Mateus 24:26 pode receber essa aplicação dupla. Josefo fala de homens conduzindo outros ao deserto, e fingindo-se sob inspiração, diziam-lhes que ali encontrariam a Deus; e o mesmo historiador menciona um falso profeta que levou muitos às câmaras secretas do templo durante o assalto romano, prometendo-lhes que lá o Senhor lhes daria livramento. Homens, mulheres e crianças seguiram esse líder fanático, e foram surpreendidos no holocausto da destruição, de maneira que 6.000 deles pereceram nas chamas (Josefo, Guerras vi, cap. 5). A respeito da aplicação das instruções do Senhor a tempos e condições

posteriores, o autor escreveu em outra obra (*A Grande Apostasia* 7:22-25): Uma das heresias, de origem antiga e rapidamente divulgada na Igreja, foi a doutrina do antagonismo entre o corpo e o espírito, pela qual o primeiro foi considerado como um pesadelo e uma maldição. Do que foi dito deve-se reconhecer isto como uma das perversões derivadas da aliança do gnosticismo com o cristianismo. Como resultado desse enxerto de doutrina pagã, surgiu um abundante crescimento de práticas eremíticas, pelas quais os homens buscavam enfraquecer, torturar e subjugar seu corpo, para que o espírito ou “alma” ganhasse maior libertação. Muitos que adotaram essa maneira antinatural de ver a existência humana, retiraram-se para a solidão do deserto, e lá despenderam seu tempo em práticas de rigorosa autonegação e atos de furiosa autoflagelação. Outros se trancavam como prisioneiros voluntários, buscando glória na privação e nas punições auto-impostas. Foi essa maneira antinatural de entender a vida que deu surgimento às várias ordens de reclusos, eremitas e monges.

Não vos parece que o Salvador tinha tais práticas em mente quando, advertindo Seus discípulos das falsas pretensões de santidade, que caracterizariam os tempos que logo se seguiriam, disse: “Portanto, se vos disserem: Eis que ele [Cristo] está no deserto, não saiais; eis que está no interior da casa, não acrediteis?”

3. O tempo do advento de Cristo não é conhecido. — A afirmativa do Senhor de que o tempo de Seu glorioso advento era desconhecido do homem, e que os anjos não o conheciam, “nem o Filho”, mas que era conhecido apenas do Pai, aparece de maneira clara e compreensível, a despeito dos muitos e conflitantes comentários a respeito. Jesus repetidamente afirmara que Sua missão consistia em fazer a vontade do Pai, e é evidente que a vontade do Pai Lhe foi revelada de tempos em tempos. Enquanto estava na carne, Ele não afirmou que era onisciente, embora tudo o que quisesse saber Lhe fosse dado por meio da comunicação com o Pai. Cristo não havia pedido para conhecer o que o Pai não houvesse sugerido que estava pronto para revelar, e que, no caso, era o dia e hora da projetada volta do Filho à Terra como um ser glorificado e ressurreto. Não hesitaremos em crer que, ao tempo em que Jesus pronunciou aos apóstolos o discurso em consideração, não estava informado sobre o assunto, porque Ele mesmo o afirma. Na última entrevista de Cristo com os apóstolos, imediatamente antes de Sua ascensão (Atos 1:6, 7) eles Lhe perguntaram: “Senhor, restaurarás tu neste tempo o reino a Israel?” Respondeu-lhes: “Não vos pertence saber os tempos ou as estações que o Pai estabeleceu pelo seu próprio poder”. Nem foi a data da consumação messiânica, desde aquela época, revelada a nenhum homem, embora agora mesmo a figueira esteja rapidamente brotando folhas, e o que tiver olhos para ver e coração para compreender, saberá que o verão do propósito do Senhor está próximo.

4. A falsa doutrina da supererrogação. — Entre as falácias perniciosas, promulgadas como dogmas autorizados pela Igreja apóstata, durante o longo período da escuridão espiritual que se seguiu ao encerramento do ministério apostólico, estava a terrível monstruosidade conhecida como doutrina da supererrogação. Segundo afirma Mosheim (*Eccl. Hist. Cent. xiii, ii, cap. 3:4*), a espantosa doutrina foi formulada no

século treze nos seguintes termos: “Que na realidade, existia um imenso tesouro de *méritos*, composto dos feitos piedosos e ações virtuosas que os santos haviam praticado *além do que era necessário para sua própria salvação*, e que eram por isso aplicáveis em benefício dos outros; que o guardião e dispenseiro desse precioso tesouro era o pontífice romano, que, em consequência, tinha poder para aplicar a quem lhe parecesse adequado, uma porção dessa inexaurível fonte de méritos, de acordo com a respectiva culpa, e suficiente para livrá-lo da punição devida por seus crimes”. A respeito da falácia dessa doutrina, o autor manifestou-se (*A Grande Apostasia*, 9:15) da seguinte forma: “Esta doutrina da supererrogação é tão irracional quanto contrária as escrituras, e falsa. A responsabilidade individual do homem por seus atos é um fato tão certo quanto o é sua capacidade de agir por si mesmo. Ele será salvo pelos méritos e pelo sacrifício expiatório de nosso Redentor e Senhor; e o seu direito de pretender a salvação preparada, depende estritamente de sua submissão aos princípios e ordenanças do evangelho, conforme estabelecidos por Jesus Cristo. A remissão dos pecados e a eventual salvação da alma humana, foram tornadas possíveis, porém esses dons de Deus não podem ser comprados por dinheiro. Compare-se o pavoroso engano da supererrogação e a prática blasfema de pretender-se o perdão dos pecados de um homem em consideração pelos méritos de outro, com o que declarou o único Salvador da humanidade: “Eu vos digo que de toda palavra ociosa que os homens disserem, não de dar conta no dia do juízo”. Se nos é permitido tirar conclusões doutrinárias das parábolas de nosso Senhor, a parábola das Dez Virgens fornece resposta à satânica sugestão de que os pecados de um homem podem ser neutralizados pela retidão de outrem. Não conhecemos nenhuma supererrogação, a não ser a do Senhor Jesus Cristo, por cujos méritos a salvação é colocada ao alcance dos homens,

5. “Esta geração”. — Consulte-se qualquer bom dicionário não abreviado para a comprovação do fato de que o termo “geração”, quando referente a um período de tempo, tem muitos significados, entre os quais estão “raça, espécie, classe”. O tempo não se limita a um grupo de pessoas vivendo em certa época. *A Bible Cyclopedic, Critical and Expository*, de Fauset, depois de citar vários significados ligados à palavra, diz: “Em Mateus 24:34 ‘esta geração não passará (ou seja, a raça judaica, da qual a geração dos dias de Cristo era uma amostra em caráter: compare se a alocação de Cristo à “geração”, 23;35,36, como prova de que “geração” significa, em certos casos, a raça judaica inteira) sem que todas estas coisas aconteçam’—uma profecia de que os judeus serão um povo distinto, ainda quando ele vier de novo”.

CAPÍTULO 33

A ÚLTIMA CEIA E A TRAIÇÃO

Os Sacerdotes Conspiradores e o Traidor

À medida que o tempo da festa anual da Páscoa se aproximava, e particularmente durante os dois dias imediatamente anteriores ao início do festival, os principais dos sacerdotes, os escribas e anciãos do povo, em resumo, o sinédrio e todo o grupo dos sacerdotes, puseram-se a conspirar persistentemente quanto à melhor maneira de prenderem Jesus e O matarem. Numa dessas reuniões de conselho pecaminoso, realizada no palácio do sumo sacerdote Caifás,¹ ficou decidido que Jesus seria apanhado com astúcia, se possível, já que o provável efeito de uma prisão ostensiva poderia ser uma revolta do povo. Os governantes temiam sobretudo um levante dos galileus, que manifestavam orgulho provincial quanto à preeminência de Jesus, como um de seus conterrâneos, e muitos deles estavam então em Jerusalém. Concluiu-se, além disso, e pelas mesmas razões, que o costume judaico de fazer dos ofensores notáveis um exemplo impressionante mediante a aplicação de punição pública, em épocas de grandes reuniões gerais, deveria ser deixado de lado no caso de Jesus; por isso os conspiradores disseram: “Não durante a festa; para que não haja alvoroço entre o povo.”²

Em ocasiões anteriores, eles haviam feito tentativas inúteis de apanhar Jesus em suas mãos;³ e estavam naturalmente em dúvida quanto ao resultado de suas novas maquinações. Nessa emergência, foram encorajados e alegraram-se em seus planos iníquos com o aparecimento de uma inesperada adesão. Judas Iscariotes, um dos Doze, pediu uma audiência com esses governantes dos judeus, e infamemente se ofereceu para trair Jesus, entregando-o em suas mãos.⁴ Sob o impulso de ganância diabólica que, entretanto, foi provavelmente apenas um elemento secundário na causa real de sua pérfida traição, ele negociou para vender seu Mestre por dinheiro, e regateou com os sacerdotes mercadores sobre o preço do sangue do Salvador. “Que me quereis dar?” perguntou ele; “e combinaram com ele trinta moedas de prata”.⁵ Esse valor, aproximadamente dezessete dólares em moeda americana, porém de muito maior poder aquisitivo entre os judeus daquele tempo do que atualmente entre nós, era o preço fixado pela lei para um escravo; essa era também a soma prevista do dinheiro de sangue a ser pago pela traição do Senhor.⁶ Que a prata foi realmente dada ao traidor, seja nessa primeira entrevista, seja em outro encontro posterior entre Judas e os sacerdotes, é demonstrado por acontecimentos que se sucederam.⁷

Ele se havia comprometido ao mais negro ato de traição de que um homem é capaz, e desde aquela hora, buscava a oportunidade de suplantar sua promessa ignóbil pelo seu cumprimento ainda mais infame. Seremos ainda atormentados por outros vislumbres do malfadado Iscariotes no decurso desta pavorosa crônica de tragédia e perdição; para o momento, seja-nos permitido dizer que, antes de Judas haver vendido

Cristo aos judeus, ele se havia vendido a si mesmo ao diabo, tendo-se tornado servo de Satanás, e realizado a ordem de seu mestre.

A Última Ceia

O dia antecedente àquele em que se comia o cordeiro pascal ficou conhecido entre os judeus como o primeiro dia da festa do pão ázimo,⁸ uma vez que naquele dia todo fermento devia ser tirado de suas habitações, e dali por diante, pelo período de oito dias, era contra a lei comer qualquer coisa que contivesse fermento. Na tarde desse dia, os cordeiros pascais eram mortos dentro dos átrios do templo, por representantes das famílias ou grupos que os comeriam juntamente; e uma porção do sangue de cada cordeiro era aspergida ao pé do altar do sacrifício por um dos inúmeros sacerdotes de serviço no dia. O cordeiro morto, que então se dizia ter sido sacrificado, era levado ao lugar onde o deveriam comer. Durante o primeiro dia dos pães ázimos, que no ano da morte de nosso Senhor parece ter caído na quinta-feira,⁹ alguns dos Doze perguntaram a Jesus onde deveriam fazer os preparativos para a refeição pascal.¹⁰ Instruiu Ele a Pedro e João para que voltassem a Jerusalém, e acrescentou: “Ide à cidade, e um homem, que leva um cântaro d’água, vos encontrará; segui-o; e onde quer que entrar, dizei ao senhor da casa: O Mestre diz: Onde está o aposento em que hei de comer a páscoa com os meus discípulos? E ele vos mostrará um grande cenáculo mobiliado e preparado; preparai-a ali. E, saindo os seus discípulos, foram à cidade, e acharam como lhes tinha dito, e prepararam a páscoa.”

No entardecer, ao cair da noite de quinta-feira de acordo com a nossa contagem do tempo, mas no começo da sexta-feira segundo o calendário judaico,¹¹ Jesus veio com os Doze, e juntos sentaram-se para a última refeição da qual o Senhor partilharia antes de Sua morte. Pressionado por uma emoção profunda, “disse-lhes: Desejei muito comer convosco esta páscoa, antes que padeça; porque vos digo que não a comerei mais até que ela se cumpra no reino de Deus. E, tomando o cálice, e havendo dado graças, disse; Tomai-o, e reparti-o entre vós; porque vos digo que já não beberei do fruto da vide, até que venha o reino de Deus.” O pronunciamento de uma bênção pelo hospedeiro sobre um copo de vinho que depois era passado ao redor da mesa para cada um dos participantes por sua vez, era a forma costumeira de iniciar-se a ceia da páscoa. Nessa refeição solene, Jesus parece ter observado os pontos essenciais do procedimento pascal; mas não temos relato de que houvesse transigido com os inúmeros requisitos adicionais com que o memorial da libertação de Israel do cativeiro havia sido acumulado por costumes tradicionais e prescrições rabínicas. Conforme veremos, os acontecimentos daquela noite no cenáculo abrangeram muito além da ordinária comemoração de uma festividade anual.

A ceia decorreu sob condições de tensa melancolia. Enquanto comiam, o Senhor pesarosamente comentou: “Em verdade vos digo que um dentre vós, que comigo come, há de trair-me.” A maioria dos apóstolos caiu num estado de introspecção e um após outro exclamaram: “Porventura sou eu?” “Senhor, serei eu?” É agradável notar que

cada um dos que assim perguntaram estava mais preocupado com o terrível pensamento de que possivelmente seria um ofensor, ainda que inadvertidamente, do que com a possibilidade de que seu irmão estivesse para tornar-se traidor. Jesus respondeu que seria um dos Doze, naquela ocasião comendo com Ele do mesmo prato, e prosseguiu com a declaração apavorante: “Na verdade o Filho do Homem vai, como dele está escrito, mas ai daquele homem por quem o Filho do Homem é traído! Bom seria para o tal homem não haver nascido!” Então Judas Iscariotes, que já havia combinado vender seu Mestre por dinheiro, e que naquele momento provavelmente temeu que o silêncio pudesse levantar suspeita contra si, perguntou com uma audácia tão despuorada, que chegava a ser verdadeiramente demoníaca: “Porventura sou eu, Rabi?” Com prontidão cortante, o Senhor replicou: “Tu o disseste.”¹²

Nova causa de tristeza ocorreu a Jesus durante a ceia. Alguns dos Doze haviam entrado em mal-humorada disputa entre si a respeito da precedência individual,¹³ possivelmente em relação à ordem em que deveriam sentar-se à mesa, o que dava freqüente motivo de discussão entre escribas, fariseus e gentios,¹⁴ e mais uma vez, o Senhor teve de lembrar aos apóstolos que o maior dentre eles seria o que com melhor disposição servisse seus companheiros. Eles haviam sido ensinados anteriormente. Entretanto agora, nessa hora última e solene, estavam dominados por ambições vãs e egoísticas. Em pesarosa seriedade, o Senhor argumentou com eles, perguntando quem é maior, o que se senta à mesa ou o que serve? E suplementou a resposta óbvia com a declaração: “Eu, porém, entre vós sou como aquele que serve”. Com sentimento amoroso, acrescentou: “Vós sois os que tendes permanecido comigo nas minhas tentações”;¹⁵ e então lhes afirmou que não lhes faltaria honra nem glória no reino de Deus, porque, caso se mostrassem fiéis, ser-lhes-iam designados tronos como juizes de Israel. Para com aqueles, dentre os Seus escolhidos, que Lhe eram fiéis, o Senhor não tinha outros sentimentos que de amor e anseio de que vencessem Satanás e o pecado.

A Ordenança do Lavamento dos Pés”¹⁶

Deixando a mesa, o Senhor tirou a vestimenta de cima e cingiu-se com uma toalha à guisa de avental. Então, tendo-Se munido de uma bacia com água, ajoelhou-Se diante de cada um dos Doze, lavou-lhes os pés e os enxugou com a toalha. Chegando a Pedro, o impulsivo apóstolo protestou, dizendo: “Senhor, tu lavas-me os pés a mim?” Que o acontecimento era alguma coisa a mais que simples serviço para conforto pessoal, e mais que uma lição objetiva de humildade, transparece das palavras do Senhor a Pedro: “O que eu faço não o sabes tu agora, mas tu o saberás depois.” Pedro, não compreendendo, objetou ainda mais veementemente: “Nunca me lavarás os pés”. Respondeu-lhe Jesus: “Se eu te não lavar, não tens parte comigo.” Então, com ainda maior impetuosidade do que antes, Pedro implorou, estendendo-Lhe as mãos e os pés: “Senhor, não só os meus pés, mas também as mãos e a cabeça.” Havia ido agora ao outro extremo, insistindo, embora em ignorância e de maneira irrefletida, em que as

coisas fossem feitas a seu modo, e não conseguindo ver ainda que a ordenança deveria ser administrada conforme o deseja o Senhor. Corrigindo novamente o Seu bem intencionado, ainda que presunçoso servo, disse-lhe Jesus: “Aquele que está banhado não necessita de lavar senão os pés, pois no mais todo está limpo. Ora, vós estais limpos, mas não todos.” Cada um deles havia sido imerso no batismo; o lavamento dos pés era uma ordenança pertencente ao Santo Sacerdócio, de cuja importância completa ainda teriam que aprender.¹⁷

Havendo retomado Suas vestes e retornado ao Seu lugar à mesa, Jesus frisou o significado do que havia feito, dizendo: “Vós me chamais Mestre e Senhor, e dizeis bem, porque eu o sou. Ora se eu, Senhor e Mestre, vos lavei os pés, vós deveis também lavar os pés uns aos outros. Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também. Na verdade, na verdade vos digo que não é o servo maior do que o seu senhor, nem o enviado maior do que aquele que o enviou. Se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as fizerdes.”¹⁸

O Sacramento da Ceia do Senhor¹⁹

Enquanto Jesus estava ainda à mesa com os Doze, tomou um pão e tendo reverentemente dado graças e pela bênção o santificado, deu um pedaço a cada um dos apóstolos, dizendo: “Tomai, comei, isto é o meu corpo”; ou de acordo com a narrativa mais extensa: “Isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim”. Então, tomando um copo de vinho, deu graças e o abençoou, e lhes deu com a ordem: “Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue do Novo Testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados. E digo-vos que, desde agora, não beberei deste fruto da vide, até àquele dia em que o beba de novo convosco no reino de meu Pai.”²⁰ Nessa forma simples mas impressionante, foi instituída a ordenança conhecida desde essa época como o sacramento da Ceia do Senhor. O pão e o vinho, devidamente consagrados pela oração, tornam-se os emblemas do corpo e sangue do Senhor, para serem comidos e bebidos reverentemente, e em memória Dele.

Os acontecimentos na instituição deste rito sagrado foram, mais tarde, revelados a Paulo, o apóstolo, cujo testemunho escrito quanto ao seu estabelecimento e santidade está de acordo com as narrativas dadas pelos autores dos evangelhos.²¹ Como será mostrado mais adiante, a ordenança foi instituída pelo Senhor entre os nefitas no continente ocidental, tendo sido restabelecida na presente dispensação.²² Durante a era tenebrosa da apostasia, mudanças não autorizadas foram introduzidas na administração do sacramento, e muitas doutrinas falsas quanto à sua significação e efeito foram promulgadas.²³

O Traidor Parte no Meio da Noite²⁴

Ao dizer aos Doze, cujos pés havia lavado: “Vós estais limpos”, o Senhor especificara uma exceção com Seu pronunciamento final, “mas não todos”. João, o

cronista, faz questão de explicar que Jesus tinha em mente o traidor, e “por isso que disse: Nem todos estais limpos.” O criminoso Iscariotes havia recebido, sem protesto, o serviço do Senhor em lavar-lhe os miseráveis pés, embora, após a ablução, estivesse espiritualmente mais imundo do que antes. Havendo Jesus novamente se assentado, a carga de Seu conhecimento concernente ao traiçoeiro coração de Judas, mais uma vez encontrou expressão: “Não falo de todos vós”, disse Ele, “eu bem sei os que tenho escolhido; mas para que se cumpra a escritura: O que come o pão comigo, levantou contra mim o seu calcanhar.”²⁵ O Senhor empenhava-se em deixar claro o fato de Seu prévio conhecimento a respeito do que estava para vir, de maneira que depois que os terríveis acontecimentos fossem fato consumado, os apóstolos pudessem perceber que, por eles, as escrituras se haviam cumprido. Perturbado em espírito, Ele reiterou a pavorosa afirmação de que um dos presentes O trairia. Pedro fez sinais a João, que se assentava junto a Jesus e que no momento reclinava a cabeça sobre o peito do Senhor, para que perguntasse qual seria o traidor. À pergunta, apenas sussurrada por João, o Senhor respondeu: “É aquele a quem eu der o bocado molhado.”

Não havia nada de anormal em que uma pessoa à mesa, particularmente o hospedeiro, molhasse um pedaço de pão no prato de molho, e o passasse a outrem. Aquele ato de Jesus não atraiu atenção geral. Ele mergulhou a códea de pão e deu-a a Judas Iscariotes, com as palavras: “O que pretendes fazer, faze-o depressa.” Os demais entenderam a observação do Senhor como uma instrução a Judas para o cumprimento de algum dever, ou para qualquer tarefa de natureza comum, talvez a compra de algo para o restante da celebração da Páscoa, ou levar donativos a algum pobre, pois que Judas era o tesoureiro do grupo, e “trazia a bolsa”. O Iscariotes, porém, compreendeu. Seu coração ainda mais se endureceu com a descoberta de que Jesus conhecia seus planos infames, e enfureceu-se com a humilhação que sentia na presença do Mestre. Após o bocado que recebera do Mestre, “entrou nele Satanás” e fez valer sua dominação maligna. Judas retirou-se imediatamente, abandonando para sempre a bendita companhia de seus irmãos e do Senhor. João registra a partida do traidor com a observação sucinta e sinistra: “E era já noite.”

Discurso Após a Ceia

A partida de Judas Iscariotes parece ter dissipado em certa medida a nuvem de profunda tristeza que deprimia o pequeno grupo, e até mesmo nosso Senhor mostrou-se visivelmente aliviado. Tão logo a porta se fechou sobre o desertor que se retirava, Jesus exclamou, como se Sua vitória sobre a morte já se tivesse cumprido: “Agora é glorificado o Filho do Homem, e Deus é glorificado nele.” Dirigindo-se aos Onze em termos de afeição paternal, disse: “Filhinhos, ainda por um pouco estou convosco. Vós me buscareis, e, como tinha dito aos judeus: para onde eu vou não podeis vós ir: eu vo-lo digo também agora. Um novo mandamento vos dou: Que vos ameis uns aos outros: como eu vos amei a vós, que também vós uns aos outros vos ameis. Nisto todos conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros.”²⁶ A lei de Moisés

recomendava mútuo amor entre amigos e vizinhos;²⁷ mas o novo mandamento, pelo qual os apóstolos deveriam reger-se, incluía amor de um tipo mais elevado. Eles deveriam amar-se uns aos outros como Cristo os havia amado; e sua afeição fraternal deveria ser um sinal distintivo do seu apostolado, pelo qual o mundo os reconheceria como homens especialmente designados.

A referência feita pelo Senhor a Sua iminente separação deles, perturbou os irmãos. Pedro formulou a pergunta: “Senhor, para onde vais?” Respondeu-lhe Jesus: “Para onde eu vou não podes agora seguir-me mas depois, me seguirás.” Disse-lhe Pedro: Por que não posso seguir-te agora? Por ti darei minha vida.” Pedro parece haver percebido que Seu Mestre ia para a morte; ainda assim, destemidamente declarou sua decisão de segui-Lo até mesmo naquele tenebroso rumo, para não ser separado de seu Senhor. Não podemos duvidar da seriedade de propósito de Pedro, nem da sinceridade de seu desejo naquele momento. Em sua audaz afirmativa, entretanto, ele havia contado somente com a disposição de seu espírito, e tinha deixado de tomar na devida conta a fraqueza de sua carne. Jesus, que conhecia Pedro melhor do que ele próprio se conhecia, assim lhe repreendeu o excesso de autoconfiança: “Simão, Simão, eis que Satanás vos pediu para vos cirandar como trigo. Mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos.” O primeiro dos apóstolos, o Homem de Pedra, ainda tinha que ser convertido, ou mais precisamente dito: “voltado novamente”,²⁸ porque como o Senhor antevia, Pedro em breve seria derrotado, até o ponto de negar conhecimento com Cristo. Quando Pedro, obstinadamente, declarou de novo sua decisão de ir com Jesus, até mesmo para a prisão ou a morte, o Senhor o silenciou: “Digo-te, Pedro, que não cantará hoje o galo antes que três vezes negues que me conheces.”

Os apóstolos tinham que se preparar para enfrentar uma nova ordem de coisas, novas condições e novas exigências; perseguições os esperavam, e eles estavam para ser privados em breve da alentadora presença do Mestre. Perguntou-lhes Jesus: “Quando vos mandei sem bolsa, sem alforje, ou alparcas, faltou-vos porventura alguma coisa? Eles responderam: Nada. Disse-lhes pois: Mas agora, aquele que tiver bolsa, tome-a, como também o alforje; e, o que não tem espada, venda o seu vestido e compre-a; porquanto vos digo que importa que em mim se cumpra aqui o que está escrito: “E com os malfeitores foi contado. Porque o que está escrito de mim terá cumprimento.” O Senhor estava para ser, em breve, contado entre os transgressores, como tinha sido previsto;²⁹ e Seus discípulos seriam vistos como devotos de um criminoso executado. Alguns dos irmãos entenderam a menção à bolsa, alforje, sandálias e espada em sentido literal e disseram: “Senhor, eis aqui duas espadas.” Jesus retrucou com lacônica determinação: “Basta”, ou como poderíamos dizer: “Chega disto.” Ele não havia sugerido nenhuma necessidade imediata de armas, e mais certamente ainda, não para Sua própria defesa. Mais uma vez, eles haviam falhado em penetrar em sua significação, mas a experiência lhes haveria de ensinar mais tarde.³⁰

Entre os evangelistas, apenas João apresenta informes a respeito do último discurso pronunciado por Jesus aos apóstolos antes da crucifixão, e os leitores são alertados para estudarem cuidadosamente os três capítulos em que estas sublimes declarações foram preservadas para o esclarecimento da humanidade.³¹ Observando o estado deplorável dos Onze, o Mestre ordenou-lhes que tivessem bom ânimo, apoiando Seu encorajamento e esperança na fé que tinham Nele. “Não se turbe o vosso coração”, disse Ele, “credes em Deus, crede também em mim.” E então, como que descerrando o véu entre o estado terreno e o celestial, e dando a Seus servos fiéis um vislumbre das condições além, continuou: “Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não fosse assim, eu vo-lo teria dito; vou preparar-vos lugar. E, se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vos também. Mesmo vós sabeis para onde vou e conheceis o caminho.”³² Dessa forma, em linguagem simples e clara, o Senhor declarou o fato de haver gradação de condições no porvir, variedade de ocupações e graus de glória, diferenças de lugar e estado nos mundos eternos.³³ Ele havia afirmado Sua própria divindade inerente, e por intermédio da confiança que tivessem Nele, e da obediência a Suas exigências, poderiam encontrar o caminho para segui-Lo ao lugar onde estava para precedê-los. Tomé, aquela alma amorosa e brava, ainda que um tanto cética, desejando informação mais definida, arriscou-se a dizer: “Senhor, nós não sabemos para onde vais; e como podemos saber o caminho?” A réplica do Senhor foi uma reafirmação da Sua divindade: “Eu sou o caminho, e a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai, senão por mim. Se vós me conhecêsseis a mim, também conheceríeis a meu Pai; e já desde agora o conheceis, e o tendes visto.”

Neste ponto, Filipe interpôs-se com o pedido: “Senhor, mostranos o Pai, o que nos basta.” Jesus respondeu com patética e mansa reprovação: “Estou há tanto tempo convosco, e não me tendes conhecido, Filipe? Quem me vê a mim vê o Pai: e como dizes tu: Mostra-nos o Pai?” Ele atormentava-Se com o pensamento de que Seus mais próximos e caros amigos na Terra, aqueles sobre os quais havia conferido a autoridade do Santo Sacerdócio, pudessem ainda ser ignorantes da Sua absoluta unidade com o Pai, em propósito e ação. Houvesse o Pai Eterno estado no meio deles pessoalmente, nas condições então existentes, e teria feito o que fizera o Bem-amado e Unigênito Filho, a quem eles conheciam como Jesus, seu Senhor e Mestre. Tão absolutamente eram o Pai e o Filho de um só coração e mente, que conhecer qualquer Deles era conhecer a ambos; não obstante, o Pai só poderia ser atingido através do Filho. Até onde os apóstolos tivessem fé em Cristo, e fizessem a Sua vontade, teriam capacidade para fazer as obras que Cristo havia feito na carne, e até maiores, porque Sua missão mortal só duraria umas poucas horas mais, e a realização do plano divino das eras poderia pedir ainda maiores milagres do que aqueles realizados por Jesus no breve período de Seu ministério.

Pela primeira vez o Senhor determinou a Seus discípulos que orassem ao Pai em Seu nome, e a certeza do sucesso nas súplicas justas foi oferecida com estas palavras: “E tudo quanto pedirdes em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no

Filho. Se pedirdes alguma coisa em meu nome, eu o farei.”³⁴ O nome de Jesus Cristo deveria ser, daí por diante, o talismã divinamente estabelecido, pelo qual os poderes do céu poderiam ser invocados para operarem em qualquer empreendimento justo.

Aos apóstolos foi prometido o Espírito Santo, que seria mandado por meio da intercessão de Cristo, para ser-lhes “um outro Consolador”, ou conforme consta de traduções posteriores, “um outro Advogado”, ou “Ajudador”, o próprio Espírito de Verdade que, embora o mundo viesse a rejeitá-Lo como rejeitara a Cristo, habitaria com os discípulos, e nos discípulos, como o próprio Cristo habitava neles, e o Pai em Cristo. “Não vós deixarei órfãos”, assegurou Jesus aos irmãos, “voltarei para vós. Ainda um pouco, e o mundo me não verá mais, mas vós me vereis; porque eu vivo, e vós vivereis. Naquele dia conhecereis que estou em meu Pai, e vós em mim, e eu em vós”.³⁵ A isto seguiu-se a promessa de que Cristo, embora o mundo não o soubesse, Se manifestaria aos que O amassem e guardassem Seus mandamentos.

Judas Tadeu, também chamado de Lebeu,³⁶ “não o Iscariotes”, como o evangelista cuidadosamente particulariza, sentiu-se intrigado com o pensamento antijudaico e em desacordo com a tradição, de um Messias conhecido apenas de uns poucos escolhidos e não de Israel como um todo, e perguntou: “Senhor, donde vem que te hás de manifestar a nós, e não ao mundo?” Explicou Jesus que o companheirismo com Ele e com o Pai só podia ser alcançado pelos fiéis, e ainda mais animou os apóstolos com a promessa de que ao vir a eles o Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviaria em nome do Filho, Ele os ensinaria mais, e lhes traria à memória os ensinamentos que haviam recebido de Cristo. A personalidade distinta de cada membro da Divindade: Pai, Filho e Espírito Santo, é aqui de novo exposta claramente.³⁷ Confortando os discípulos ainda perturbados, Jesus disse: “Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou” e a fim de que entendessem que isso significava mais do que a saudação convencional da época, já que “Paz seja convosco” era o cumprimento diário entre os judeus, o Senhor afirmou que dava aquela invocação num sentido mais elevado, e “não... como o mundo a dá.” Mais uma vez instando para que deixassem de lado o pesar e não se atemorizassem, Jesus acrescentou: “Ouvistes que eu vos disse: Vou, e venho para vós. Se me amásseis, certamente exultaríeis por ter dito: Vou para o Pai; porque o Pai é maior do que eu.” O Senhor tornou claro a Seus servos que lhes dissera tais coisas de antemão, para que, ao se cumprirem os eventos preditos, os apóstolos fossem confirmados em sua fé Nele, o Cristo. Restava-Lhe tempo para dizer bem pouca coisa mais, porque a hora seguinte haveria de testemunhar o princípio da luta suprema; “se aproxima o príncipe deste mundo”, disse Ele, e com triunfante júbilo acrescentou: “e nada tem em mim”.³⁸

Em soberba alegoria, o Senhor então passou a ilustrar o vital relacionamento entre os apóstolos e Ele próprio, bem como entre Ele e o Pai, por meio da figura de um agricultor, uma videira e seus ramos.³⁹ “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o lavrador. Toda a vara em mim, que não dá fruto, a tira; e limpa toda aquela que dá fruto,⁴⁰ para que dê mais fruto.” Analogia mais importante não pode ser encontrada na

literatura do mundo. Aqueles servidores ordenados pelo Senhor eram tão desamparados e inúteis sem Ele, como um ramo cortado da árvore. Assim como o ramo só é tornado frutífero em virtude da nutritiva seiva que recebe do tronco enraizado, e se for cortado ou arrancado murcha, seca e torna-se inteiramente sem valor, senão como combustível para ser queimado, da mesma forma aqueles homens, embora ordenados ao Santo Apostolado, achar-se-iam vigorosos e frutíferos em boas obras, somente enquanto permanecessem em inabalável comunhão com o Senhor. Sem Cristo, que eram eles senão galileus incultos, alguns deles pescadores, outro publicano, e o resto de profissões indeterminadas, e todos frágeis mortais? Como ramos de Videira, eram, naquela hora, limpos e saudáveis, por meio das instruções e ordenanças com que haviam sido abençoados, bem como por intermédio da reverente obediência que haviam manifestado.

“Permaneça em mim”, foi a admoestação poderosa do Senhor, para que não viessem a tornar-se apenas ramos emurchecidos.

“Eu sou a videira”, aduziu Ele em explicação da alegoria, “vós as varas: quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer. Se alguém não estiver em mim, será lançado fora, como a vara, e secará; e os colhem e lançam no fogo, e ardem. Se vós estiverdes em mim, e as minhas palavras estiverem em vós, pedireis tudo o que quiserdes, e vos será feito. Nisto é glorificado meu Pai, que deis muito fruto; e assim sereis meus discípulos.” O amor de uns para com os outros foi mais uma vez especificado como essencial ao contínuo amor para com Cristo.⁴¹ Naquele amor encontrariam alegria. Cristo havia sido para eles um exemplo de amor justo desde o dia de Seu primeiro encontro, e estava para dar a prova suprema de Sua afeição, conforme prenunciado em Suas palavras: “Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a sua vida pelos seus amigos” e, que aqueles homens eram os amigos do Senhor, foi assim afirmado afavelmente: “Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando. Já vos não chamarei servos, porque o servo não sabe o que faz o seu senhor, mas tenho-vos chamado amigos, porque tudo quanto ouvi de meu Pai vos tenho feito conhecer.” Esta relação íntima de modo algum modificava a posição de Cristo como seu Senhor e Mestre, pois que por Ele haviam sido eles escolhidos e ordenados; e era da Sua vontade que vivessem de tal maneira, que tudo o que pedissem em nome da amizade santa que Ele próprio reconhecia, lhes fosse assegurado pelo Pai.

Foi-lhes mais uma vez dito das perseguições que os esperavam, e sobre seu chamado apostólico foi reafirmado ser para especial e individual testemunho do Senhor.⁴² Que o mundo então os odiava, e ainda mais intensamente os odiaria, era fato que tinham que enfrentar; mas deveriam recordar-se de que o mundo havia odiado o seu Mestre antes deles, e que haviam sido escolhidos, e pela ordenação apartados do mundo; portanto não deveriam esperar fugir da ira do mundo. O servo não era maior que seu amo, nem o apóstolo que seu Senhor, como sabiam ser princípio geral, e lhes havia sido especificamente dito. Os que os odiavam, odiavam a Cristo; e os que odiavam o Filho aborreciam o Pai, e grande seria a condenação desses tais. Não

tivessem os iníquos judeus fechado os olhos e cerrado os ouvidos às poderosas obras e benignas palavras do Messias, ter-seiam convencido da verdade, e a verdade os teria salvado: entretanto, foram deixados sem disfarce nem desculpa para seus pecados, e Cristo afirmou que, em sua atitude maldosa, se haviam cumprido as escrituras, já que O odiavam sem motivo.⁴³ Então, voltando à grande e animadora promessa de apoio por intermédio da vinda do Espírito Santo, o Senhor disse: “Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim; e vós também testificareis, pois estivestes comigo desde o princípio.”

Estas coisas lhes havia Jesus declarado, para que não “se ofendessem”, ou em outras palavras, não fossem tomados de surpresa, desviados, e levados a duvidar e tropeçar pelos eventos sem precedentes que se prenunciavam. Os apóstolos foram avisados antecipadamente das perseguições, da sua expulsão das sinagogas, e de uma ocasião em que o ódio contra eles seria tão virulento e a satânica escuridão mental e espiritual tão densa, que qualquer que conseguisse matar um deles professaria que seu ato hediondo havia sido praticado a serviço de Deus. Em vista da sua tristeza esmagadora ante a partida do Senhor, Ele novamente tratou de animá-los, dizendo: “Todavia digo-vos a verdade, que vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-vo-lo-ei.”

A descida certa do Espírito Santo, por cujo intermédio seriam fortalecidos para enfrentar todas as necessidades e emergências, foi o tema inspirado dessa parte do discurso do Senhor. Muitas coisas que Cristo ainda tinha a dizer a Seus apóstolos, mas que naquela ocasião não poderiam entender, o Espírito Santo lhes ensinaria. “Mas, quando vier” disse Jesus, “aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará o que há de vir. Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu, e vo-lo há de anunciar. Tudo quanto o Pai tem é meu; por isso vos disse que há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar.”⁴⁴

Retornando ao assunto de Sua partida, tão próxima então que podia ser contada por horas, o Senhor disse de maneira ampliada o que anteriormente havia afirmado: “Um pouco, e não me vereis; e outra vez um pouco, e ver-me-eis; porquanto vou para o Pai.”⁴⁵ Os apóstolos ponderaram e alguns questionaram entre si quanto ao que queria dizer o Senhor, entretanto era tão profunda a solenidade da ocasião, que não arriscaram uma pergunta direta. Sabendo de sua perplexidade, Jesus bondosamente explicou que em breve chorariam e lamentariam enquanto o mundo se rejubilaria — o que tinha referência à Sua morte; mas prometeu-Lhes que sua tristeza se converteria em júbilo, e isso se baseava na Sua ressurreição que haveriam de testemunhar. Comparou o seu estado presente e futuro ao de uma mulher grávida, que, depois da alegria da abençoada maternidade, se esquece da angústia. A felicidade que os esperava estaria além do poder dos homens de tirá-la, e daquela época em diante, não mais deveriam implorar apenas a Cristo, mas ao Pai em nome de Cristo; “Naquele dia”, disse o Senhor, “nada

me perguntareis. Na verdade, na verdade vos digo que tudo quanto pedirdes a meu Pai, em meu nome, ele vo-lo há de dar. Até agora nada pedistes em meu nome; pedi, e recebereis, para que o vosso gozo se cumpra.”⁴⁶ Eles seriam promovidos a uma tal honra e exaltada consideração, que poderiam aproximar-se do Pai em oração direta, mas em nome do Filho; porque eram amados do Pai por haverem amado a Jesus, o Filho, e de o terem aceitado como Um que fora enviado pelo Pai.

Mais uma vez o Senhor solenemente afirmou: “Saí do Pai, e vim ao mundo; outra vez deixo o mundo, e vou para o Pai.” Os discípulos mostraram-se satisfeitos com essa declaração direta, e exclamaram: “Eis que agora falas abertamente, e não dizes parábola alguma. Agora conhecemos que sabes tudo, e não há mister de que alguém te interrogue. Por isso cremos que saíste de Deus.” A alegria deles trazia a ameaça de perigo por excesso de confiança, e o Senhor os acautelou, dizendo que, numa hora muito próxima, seriam todos espalhados, cada um para seu lado, deixando Jesus sozinho, exceto pela presença do Pai. Na mesma seqüência, disse-Lhes que, antes que passasse a noite, cada um deles seria ofendido por Sua causa, exatamente como fora escrito: “Ferirei o pastor, e as ovelhas do rebanho se dispersarão.”⁴⁷ Pedro, o mais veemente de todos em seus protestos, tinha sido avisado, como vimos, de que à hora do cantar do galo naquela noite, negaria três vezes o Senhor; entretanto, todos eles haviam declarado que seriam fiéis, qualquer que fosse a provação.⁴⁸ Em nova afirmativa da veracidade material de Sua ressurreição, Jesus prometeu aos apóstolos que, depois de levantar-Se da tumba, iria adiante deles para a Galiléia.”⁴⁹

Concluindo este último e mais solene dos discursos proferidos por Cristo na carne, o Senhor afirmou: “Tenho-vos dito isto, para que em mim tenhais paz; no mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo.”⁵⁰

A Oração Final

O impressionante discurso aos apóstolos foi acompanhado de uma prece tal, como só poderia ser dirigida ao Pai Eterno, e de tal natureza, que ninguém mais, senão o Filho daquele Pai poderia ter pronunciado.⁵¹ Tem sido chamada adequadamente de Oração Sacerdotal do Senhor. Nela Jesus reconhece o Pai como fonte de Seu poder e autoridade. Autoridade essa que se estende até à dádiva da vida eterna a todos os que a merecerem: ‘E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste.’ À guisa de reverente relatório da obra que Lhe tinha sido designada, o Filho disse: “Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer; e agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse.” Com insondável amor, Jesus rogava por aqueles que o Pai Lhe tinha dado, os apóstolos então presentes, que haviam sido chamados do mundo, e que tinham sido fiéis ao seu testemunho do Filho de Deus. Dentre eles, apenas um, o filho de perdição, se havia perdido. No fervor da devotada súplica, o Senhor rogou:

“Não peço que os tires do mundo, mas que os livres do mal. Não são do mundo, como eu do mundo não sou. Santifica-os na tua verdade: a tua palavra é a verdade. Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo. E por eles me santifico a mim mesmo, para que também eles sejam santificados na verdade. Eu não rogo somente por estes, mas também por aqueles que pela sua palavra hão de crer em mim; para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que sejam um, como nós somos um. Eu neles, e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade, e para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim, e que os tens amado a eles como me tens amado a mim. Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste; porque tu me amaste antes da fundação do mundo. Pai justo, o mundo não te conheceu; mas eu, te conheci, e estes conheceram que tu me enviaste a mim. E eu lhes fiz conhecer o teu nome, e lho farei conhecer mais, para que o amor com que me tens amado esteja neles, e eu neles esteja.”

Depois de terem cantado um hino, Jesus e os Onze saíram para o Monte das Oliveiras.⁵²

A Agonia do Senhor em Getsêmani⁵³

Jesus e os onze apóstolos saíram da casa em que haviam comido, passaram pelas portas da cidade que normalmente ficavam abertas à noite durante os festivais públicos, atravessaram a ravina do regato de Cedrom, ou mais corretamente Kilron, e penetraram num jardim de oliveiras conhecido como Getsêmani,⁵⁴ na encosta do Monte das Oliveiras. Oito dos apóstolos deixou Ele à entrada, ou nas proximidades, com a instrução: “Assentai-vos aqui, enquanto eu vou além orar;” e com a ardente exortação: “Orai, para que não entreis em tentação.” Seguido por Pedro, Tiago e João, Ele foi mais adiante, e logo foi envolto por profunda tristeza que parece ter sido, de certo modo, surpreendente para Ele próprio, pois lemos que “começou a entristecer-se e a angustiar-se”, sendo impelido a negar-se até a companhia dos três escolhidos. “Então lhes disse: A minha alma está cheia de tristeza até à morte; ficai aqui, e velai comigo. E, indo um pouco mais para diante, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: Meu Pai, se é possível, passe de mim este cálice; todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres.” A versão que Marcos dá da oração é: “Aba, Pai, todas as coisas te são possíveis; afasta de mim este cálice; não seja, porém, o que eu quero, mas o que tu queres.”⁵⁵

Essa parte da ardente súplica foi ouvida pelo menos por um dos três que O esperavam; porém, todos eles logo se renderam ao cansaço e deixaram de vigiar. Como acontecera no Monte da Transfiguração, quando o Senhor aparecera em glória, também agora, na hora de Sua mais profunda mortificação, os três haviam adormecido. Tornando a eles em agonia de alma, Jesus os encontrou dormindo, e dirigindo-Se a Pedro, que tão pouco tempo antes havia proclamado em alta voz sua prontidão de seguir

o Senhor até mesmo ao cárcere e à morte, Jesus exclamou: “Então, nem uma hora pudestes velar comigo? Vigiai e orai, para que não entreis em tentação”; acrescentou, porém, ternamente: “na verdade, o espírito está pronto, mas a carne é fraca.” A admoestação aos apóstolos para orarem naquela ocasião deve ter sido inspirada pelas exigências da hora em que, se deixados a si próprios, poderiam ser tentados a abandonar prematuramente seu Senhor.

Despertados do cochilo, os três apóstolos viram o Senhor afastarse novamente, e ouviram-No rogando em agonia: “Pai meu, se este cálice não pode passar de mim sem eu o beber, faça-se a tua vontade.” Voltando uma segunda vez, encontrou aqueles a quem havia pedido tão pesadamente que vigiassem, novamente adormecidos, “porque os seus olhos estavam carregados”; e quando acordados, ficaram embaraçados ou envergonhados, de maneira que não souberam o que dizer. Pela terceira vez, foi Ele para Sua solitária vigília e luta pessoal, e foi ouvido implorar ao Pai com as mesmas palavras de fervente súplica. Lucas diz-nos que então “apareceu-lhe um anjo do céu, que o confortava”; mas, nem mesmo a presença desse visitante extraterreno pôde dissipar a terrível angústia de Sua alma. “E, posto em agonia, orava mais intensamente. E o seu suor tornou-se em grandes gotas de sangue, que corriam até ao chão.”⁵⁶

Pedro teve uma rápida visão da tenebrosa estrada que havia declarado estar preparado para trilhar; e os irmãos Tiago e João agora sabiam, melhor do que antes, quão despreparados estavam para beber da taça que o Senhor haveria de esgotar até o fundo.⁵⁷

Quando, pela última vez, Jesus voltou aos discípulos deixados em guarda, disse-lhes: “Dormi agora, repousai; eis que é chegada a hora, e o Filho do Homem será entregue nas mãos dos pecadores.” Não havia mais necessidade de vigilância; já as tochas do grupo que se aproximava, conduzido por Judas, podiam ser vistas à distância. Jesus exclamou: “Levantai-vos, partamos; eis que é chegado o que me trai.” Erguendo-Se com os Onze, o Senhor calmamente aguardou a chegada do traidor.

A agonia de Cristo no jardim é insondável para a mente finita, tanto em intensidade quanto em causa. O pensamento de que Ele sofria por temor da morte é insustentável. A morte para Ele era antecedente à ressurreição e ao retorno triunfal ao Pai de onde havia vindo, e a um estado de glória ainda mais elevado que o possuído antes; e ainda mais, estava em Seu poder dar, voluntariamente, a Sua vida.⁵⁸ Ele lutara e gemera sob uma carga tal, que nenhum outro ser vivente sobre a Terra poderia nem mesmo conceber fosse possível. Não se tratava de dor física, nem apenas de angústia mental, que o fizera sofrer tortura tão grande até produzir a extrusão de sangue de todos os Seus poros, mas sim de uma agonia da alma, de tal magnitude, que somente Deus seria capaz de experimentar. Nenhum outro homem, por maiores que fossem seus poderes de resistência física e mental, poderia ter sofrido assim; porque seu organismo humano teria sucumbido e a síncope teria trazido a inconsciência e o abençoado alívio. Naquela hora de angústia, Cristo enfrentou e venceu todos os horrores que Satanás, “o príncipe deste mundo”⁵⁹ poderia infligir. A espantosa luta, relativa às tentações que

sucederam ao batismo do Senhor,⁶⁰ foi superada e eclipsada por essa suprema disputa com os poderes do mal.

De alguma forma, verdadeira e terrivelmente real, ainda que incompreensível para o homem, o Salvador tomou sobre si mesmo a carga dos pecados da humanidade desde Adão até o final do mundo. A revelação moderna nos ajuda a um parcial entendimento da pavorosa experiência. Em março de 1830, o Senhor glorificado, Jesus Cristo, assim falou: “Pois eis que eu, Deus, sofri essas coisas por todos, para que não precisem sofrer caso se arrependam; mas se não se arrependerem, terão que sofrer assim como eu sofri; sofrimento que fez com que eu, Deus, o mais grandioso de todos, tremesse de dor e sangrasse por todos os poros; e sofresse, tanto no corpo como no espírito — e desejasse não ter de beber a amarga taça e recuar — todavia, glória seja para o Pai; eu bebi e terminei meus preparativos para os filhos dos homens.”⁶¹

Cristo emergiu vitorioso do terrível conflito em Getsêmani. Embora na tenebrosa tribulação daquela hora temível Ele tivesse rogado para que a taça amarga fosse removida de Seus lábios, o pedido, conquanto repetido com freqüência, era sempre condicional; o cumprimento da vontade do Pai nunca foi perdido de vista como objeto do supremo desejo do Filho. A tragédia posterior da noite, e os castigos cruéis que O aguardavam no dia seguinte, culminando com as pavorosas torturas da cruz, não poderiam superar a angústia pungente pela qual havia passado triunfantemente.

A Traição e a Prisão⁶²

Durante o período da última e mais amorosa comunhão do Senhor com os Onze, Judas estivera atarefado em sua traiçoeira conspiração com as autoridades sacerdotais. É provável que a decisão de prendê-lo naquela noite tivesse sido tomada quando Judas reportara que Jesus estava dentro da cidade e poderia ser facilmente apanhado. Os governantes judaicos reuniram um magote de guardas ou policiais do templo, e conseguiram um grupo de soldados romanos sob o comando de um tribuno. Esse grupo ou coorte era provavelmente um destacamento da guarnição da fortaleza Antônia, designado para a ação da noite a pedido dos principais sacerdotes.⁶³ Esse grupamento de homens e oficiais representando uma combinação de autoridade eclesiástica e militar, partiu durante a noite com Judas à frente, decidido a prender Jesus. Iam munidos de lanternas, tochas e armamento, e é provável que tivessem sido conduzidos primeiramente à casa em que Judas deixara seus companheiros de apostolado e o Mestre, quando o traidor tinha sido despedido; e que, tendo verificado que o pequeno grupo já partira, Judas tivesse guiado a multidão a Getsêmani, porque conhecia o lugar, e sabia também que “Jesus ia freqüentemente ali com seus discípulos”.

Enquanto Jesus estava ainda falando aos Onze, aos quais havia acordado do sono com a notícia de que o traidor estava próximo, Judas e a multidão se aproximaram. Como um sinal de identificação previamente combinado, o miserável Iscariotes, com

falsidade traiçoeira, aproximou-se com uma hipócrita manifestação afetuosa, dizendo: “Eu te saúdo, Rabi” e profanou o sagrado rosto de seu Senhor com um beijo.⁶⁴ Nota-se que Jesus compreendeu o traiçoeiro significado do ato pela sua patética, ainda que penetrante e condenatória reprovação: “Judas, com um beijo trais o Filho do Homem?” Aplicando então o título com que os demais apóstolos haviam sido honrados, o Senhor disse: Amigo, faze aquilo para que vieste⁶⁵ Era a reiteração da ordem dada à mesa da ceia: “O que pretendes fazer, faze-o depressa.”

O grupo armado hesitou, embora seu guia tivesse dado o sinal combinado. Jesus encaminhou-Se para os oficiais com quem permanecia Judas, e perguntou: “A quem buscais?” À sua réplica, “Jesus Nazareno”, retrucou o Senhor: “Sou eu”. Em vez de avançar para agarrá-Lo, a multidão recuou, e muitos deles caíram por terra aterrorizados. A dignidade singela e a força arrebatadora ainda que suave da presença de Cristo, mostraram-se mais potentes do que os braços fortes e as armas da violência. Mais uma vez Ele perguntou: “A quem buscais?” e novamente lhe responderam: “Jesus Nazareno.” Então disse Jesus: “Já vos disse que sou eu: se pois me buscais a mim, deixai ir estes”. A última expressão referia-se aos apóstolos, que estavam em perigo de serem presos, e nessa demonstração da solicitude de Cristo pela segurança pessoal deles, João viu o cumprimento da recente afirmativa do Senhor em oração: “Dos que me deste nenhum deles perdi.”⁶⁶ É possível que, se qualquer dos Onze tivesse sido preso com Jesus e obrigado a partilhar com Ele as violências cruéis e a torturante humilhação das próximas horas, sua fé lhe tivesse falhado, relativamente imaturos e destreinados como estavam; exatamente como nos anos posteriores, muitos dos que tomavam o nome de Cristo sobre si, cederiam à perseguição, caindo em apostasia.⁶⁷

Quando os oficiais se aproximaram e agarraram a Jesus, alguns dos apóstolos, prontos a lutar e morrer por seu amado Mestre, perguntaram: “Senhor, feriremos à espada?” Pedro, sem esperar resposta, sacou de sua espada e lançou uma estocada mal dirigida à cabeça de um dos mais próximos na multidão, cuja orelha foi decepada pela lâmina. O homem assim ferido era Malco, um servo do sumo sacerdote. Jesus pedindo liberdade a Seus captores com a simples solicitação: “Deixai-os, basta”,⁶⁸ adiantou-Se e curou o homem agredido com um simples toque. Voltando-se para Pedro, o Senhor repreendeu-o pela precipitação, e ordenou-lhe que recolocasse a espada na bainha, com a advertência de que “todos os que lançarem mão da espada, à espada morrerão.” Então, para mostrar a desnecessidade de resistência armada, e para acentuar o fato de que Se estava submetendo voluntariamente e de acordo com acontecimentos previstos e preditos, o Senhor prosseguiu: “Ou pensas tu que eu não poderia agora orar a meu Pai, e que ele não me daria mais de doze legiões de anjos? Como pois se cumpririam as Escrituras, que dizem que assim convém que aconteça?”⁶⁹ E prosseguindo: “Não beberei eu, o cálice que o Pai me deu?”⁷⁰

Embora Se estivesse rendendo sem resistência, Jesus não estava desinteressado de Seus direitos, e aos oficiais sacerdotais, principais dos sacerdotes, capitão da guarda do templo e anciãos do povo que estavam presentes, levantou esta interrogação de

protesto contra a prisão noturna ilegal: “Saístes, como para um salteador, com espadas e varapaus (para me prender?) Todos os dias me assentava junto de vós, ensinando no templo, e não me prendestes; mas isto aconteceu para que se cumpram as escrituras.” Lucas registra as palavras finais do Senhor da seguinte forma: “Mas esta é a vossa hora e o poder das trevas.” Sem dar atenção à Sua pergunta, e sem qualquer consideração para com Sua atitude submissa, o capitão e os oficiais dos judeus ataram Jesus com cordas e O levaram como prisioneiro à mercê de Seus inimigos mais ferrenhos.

Os onze apóstolos, vendo que seria inútil a resistência, não somente em face da disparidade de número e quantidade de armas, mas principalmente em virtude da determinação de Cristo de submeter-Se, voltaram-se e fugiram. Todos O abandonaram, exatamente como havia predito. O fato de que estavam realmente em perigo é demonstrado por um incidente preservado somente por Marcos. Um jovem cujo nome não é citado, acordado do sono pelo tumulto do grupo em marcha, saíra sem outra cobertura que um lençol. Seu interesse na prisão de Jesus e o fato de haver-se aproximado demasiadamente fizeram com que alguns dos guardas ou dos soldados o agarrassem, mas ele escapou, deixando o lençol nas mãos deles.

NOTAS DO CAPÍTULO 33

1. O dia da festa da Páscoa — Tem havido constante controvérsia por muitos séculos quanto ao dia da festa da páscoa, na semana da morte de nosso Senhor. Que Sua crucifixão se deu na sexta-feira, o dia antes do sábado judaico, e que Sua ressurreição ocorreu no domingo, o dia seguinte ao sábado dos judeus, são fatos atestados pelos quatro evangelistas. Deduzimos da leitura dos três sinóticos, que a última ceia ocorreu na noite do primeiro dia dos pães ázimos, e, portanto, no início da sexta-feira judaica. Que a última ceia do Senhor foi considerada por Ele próprio e pelos apóstolos como uma refeição pascal, conclui-se de Mat. 26:2, 17, 18, 19 e passagens paralelas em Mar 14:14-16; Luc. 22:11-13, e também de Luc. 22:7, 15. João, entretanto, que escreveu depois dos sinóticos e que provavelmente tinha diante de si os escritos deles, conforme é indicado pelo caráter suplementar do seu testemunho ou “evangelho”, dá a entender que a última ceia de que Jesus e os Doze partilharam juntos ocorreu antes da festa da Páscoa (João 13:1, 2); e o mesmo escritor nos informa que no dia seguinte, sexta-feira, os judeus evitaram entrar no pretório romano para não se contaminarem, tornando-se incapacitados para comerem a Páscoa (13:28). Deve-se ter em mente que o uso comum do termo “Páscoa”, aplicava-se não somente ao dia ou época da observância, como à própria refeição, e particularmente ao cordeiro morto (Mat. 26:17; Mar. 14:12, 14, 16; Luc. 22:8, 11, 13-15; João 18:28; comparar com I Cor. 5:7). João especifica também que o dia da crucifixão era “a preparação da páscoa” (19:14) e que o dia seguinte, que era sábado, era um “grande dia” (verso 31), ou seja, um sábado tornado duplamente sagrado por ser também um dia de festa.

Muito se tem escrito na tentativa de explicar esta aparente discrepância. Não tentaremos aqui nenhuma análise das opiniões divergentes dos estudiosos da Bíblia

sobre este assunto; o caso é de interesse eventual, comparado aos fatos fundamentais da traição e crucifixão de nosso Senhor; o estudante poderá recorrer, para obter breves sumários de opiniões e argumentos concisos, ao *Comprehensive Bible Dictionary*, de Smith, sob o título “Passover”, *Life and Times of Jesus the Messiah*, de Edersheim, páginas 480-2, e 566-8; *Life of Christ*, de Farrar, Appendix, Excursus 10 *Life of our Lord*, de Andrew, e *Dissertations* de Creswell. Basta-nos aqui dizer que a visível inconsistência pode ser explicada por várias pressuposições. Assim, em primeiro lugar, e muito provavelmente, a páscoa a que João faz referência, dizendo que os sacerdotes estavam preocupados em manter-se livres de contaminação levítica, poderia não ter sido a ceia em que o cordeiro pascal era comido, mas à refeição suplementar, a Chagigah. Esta última refeição, cuja parte constituída de carne era considerada como sacrifício, tinha chegado a ser considerada com veneração igual à que se atribuía à ceia pascal. Em segundo lugar, muitas autoridades em costumes judaicos afirmam que antes, durante e depois do tempo de Cristo, duas noites eram devotadas anualmente à observância pascal, durante qualquer das quais o cordeiro podia ser comido, e que essa dilatação de tempo havia sido feita considerando-se o crescimento da população, que necessitava do sacrifício cerimonial de mais cordeiros do que podiam ser mortos em um único dia; relacionando-se a isto, é interessante notar que Josefo (Guerras, vi, capítulo 9:3) registra o número de cordeiros mortos em uma só páscoa como 256.500. No mesmo parágrafo, Josefo afirma que os cordeiros tinham que ser mortos entre a hora nona e décima primeira (3 a 5 da tarde). De acordo com essa explicação, Jesus e os Doze poderiam ter partilhado da refeição pascal na primeira das duas noites, e os judeus, que no dia seguinte temiam a contaminação, poderiam ter postergado sua observância para a segunda. Em terceiro lugar, a ceia pascal do Senhor poderia ter sido comida antes do dia da observância geral, sabendo Ele ser aquela a Sua última noite na mortalidade. Os que apóiam essa explicação vêem na mensagem ao homem que cedeu o salão para a última ceia: “O meu tempo está próximo” (Mat. 26:18) uma indicação de especial urgência para a observância da Páscoa por Cristo e Seus apóstolos antes do dia regularmente designado. Algumas autoridades afirmam que um erro de um dia se havia insinuado na contagem judaica do tempo, e que Jesus comeu a páscoa na data certa, enquanto os judeus estavam com um dia de atraso. Se “a preparação da páscoa” (João 19:14) na sexta-feira, o dia da crucifixão de Cristo, significa a matança dos cordeiros pascais, então nosso Senhor, o sacrifício verdadeiro, do qual todas as vítimas anteriores no altar haviam sido apenas protótipos, morreu na cruz ao mesmo tempo em que os cordeiros pascais estavam sendo mortos no templo.

2. Teria Judas Iscariotes partilhado da Santa Ceia? — Esta questão não pode ser respondida de maneira definitiva com base nos breves relatos que possuímos dos acontecimentos da última ceia. O melhor que podemos ter são inferências, mas nenhuma conclusão é possível. De acordo com os relatos de Mateus e Marcos, o anúncio feito por Jesus de que havia um traidor entre os Doze, deu-se no começo da ceia, e a instituição do Sacramento teve lugar mais tarde. Lucas registra profecia da traição como posterior ao Sacramento do pão e vinho. Todos os sinóticos concordam

em que o sacramento da Ceia do Senhor foi administrado antes que se levantassem da refeição normal, embora tivesse sido instituído claramente como fato separado. João (13:2-5) afirma que o lavamento dos pés ocorreu quando a ceia havia terminado, e dá-nos boas razões para crer que Judas fora lavado com os demais (versos 10, 11) e que mais tarde (versos 26-30) saíra no meio da noite com o propósito de trair Jesus. O oferecimento de “um bocado molhado” a Judas (versos 26, 27) embora a ceia já estivesse praticamente terminada não é inconsistente com a afirmação de João de que a refeição propriamente dita havia terminado antes da realização do lavamento dos pés; o ato não parece ter sido tão inusitado, a ponto de provocar surpresa. A muitos tem parecido plausível que, em virtude da total indignidade de Judas, não lhe teria sido permitido participar com os outros apóstolos da santa ordenança do sacramento; concluem outros que lhe teria sido concedido partilhar, como um possível meio de movê-lo a abandonar seu propósito iníquo mesmo àquela hora tardia ou a encher seu copo de pecado até transbordar. A opinião pessoal deste escritor baseia-se nesta última concepção.

3. O lavamento dos pés. — A ordenança do lavamento dos pés foi restabelecida por revelação em 27 de dezembro de 1832. Foi tornada parte essencial para a admissão à escola de profetas, e foram dadas instruções detalhadas quanto à sua administração (ver D&C 88:140, 141). Novas orientações quanto às ordenanças que envolviam lavamentos foram reveladas em 19 de janeiro de 1841 (ver D&C 124:37-39).

4. Descontinuidade do último discurso do Senhor aos apóstolos. — É certo que uma parte do discurso que sucedeu à última ceia foi pronunciada no cenáculo em que Cristo e os Doze haviam comido; é possível que a última parte tenha sido proferida e a oração feita (João 15, 16, 17) ao ar livre enquanto Jesus e os Onze se encaminhavam para o Monte das Oliveiras. O capítulo 14 de João termina com “Levantai-vos, vamonos daqui”; o capítulo seguinte abre com outra parte do discurso. Podemos concluir da leitura de Mat. 26:30-35, e Mar. 14:26-31, que a profecia da negação que Pedro faria de seu Senhor teve lugar enquanto o pequeno grupo caminhava da cidade para o monte. Por outro lado, João (18:1) declara que “Tendo Jesus dito isto”, a saber, o discurso todo e a oração final, “saiu com os seus discípulos para além do ribeiro de Cedrom”. Nenhuma das sublimes expressões de nosso Senhor naquela noite de solene palestra com os Seus, e de comunhão entre Ele próprio e o Pai, fica entretanto afetada por circunstâncias de lugar.

5. Getsêmani. — O nome significa “prensa de azeite” e provavelmente se refere a uma instalação existente no lugar para extração do óleo das oliveiras ali cultivadas. João refere-te ao local como um horto, e dessa designação podemos imaginar o lugar como uma área cercada, de propriedade particular. O mesmo autor indica que se tratava de lugar freqüentado por Jesus, quando buscava tranqüilidade para orar, ou oportunidade para conversa confidencial com os discípulos (João 18:1-2).

6. O suor de sangue. — Lucas, o único evangelista que menciona suor e sangue em conexão com a agonia de nosso Senhor em Getsêmani, afirma que “seu suor tornou-

se em grandes gotas de sangue, que corriam até ao chão.” (22:44). Muitos expositores críticos negam que tenha havido extrusão real de sangue, baseados no fato de que o evangelista não o afirma positivamente, e que os três apóstolos que foram as únicas testemunhas humanas, não poderiam ter distinguido sangue de suor caindo em gotas, porquanto observaram à distância e à noite, mesmo que a lua, que na época da páscoa era cheia, não estivesse encoberta. A escritura moderna elimina toda dúvida. Ver D&C 19:16-19, citada no texto (página 592), e também 18:11. Veja-se, além disso, uma predição explícita de suor de sangue no Livro de Mórmon, Mosias 3:7.

7. “Deixai-os, basta.” — Muitos entendem que essas palavras, pronunciadas por Jesus quando ergueu a mão para curar Malco, foram dirigidas aos discípulos, proibindo-lhes nova interferência. Trench (*Miracles*, 355) considera que o sentido seria o seguinte- “Refreai-vos agora; até aqui tendes resistido, mas não continueis; basta disto. O discutido comentário tem pouca importância quanto à relação do incidente com os eventos que se seguiram.

8. O cálice como símbolo. — A menção freqüente que faz nosso Senhor de Seus sofrimentos previstos, como o cálice do qual o Pai o faria beber (Mat. 26:39, 42; Mar. 14:36; Luc. 22:42; João 18:11; comparar com Mat. 20:22; Mar. 10:38; I Cor. 10:21) está de acordo com o uso do termo “cálice” no Velho Testamento como expressão simbólica de uma poção amarga ou venenosa, tipificando experiências de sofrimento). Ver Salmos 11:6; Is: 51:17, 22; Jer. 25:15, 17; 49:12. Em contraste, o significado oposto acompanha o uso do termo em algumas passagens, como Salmos 16:5; 23:5; 116:13; Jer. 16:7.

CAPÍTULO 34

O JULGAMENTO E A CONDENAÇÃO

O Julgamento Judaico

Do Getsêmani foi o Cristo cativo e manietado arrastado à presença dos governantes judaicos. Somente João nos informa que o Senhor foi primeiramente levado a Anás, que O mandou, ainda amarrado, a Caifás, o sumo sacerdote;¹ os sinóticos registram apenas a acusação diante de Caifás.² Nenhum detalhe da entrevista com Anás foi registrado, e o fato de haver Jesus sido levado diante dele fora, afinal, tão certamente irregular e ilegal, de acordo com a lei hebraica, quanto todos os acontecimentos subseqüentes daquela noite. Anás, que era sogro de Caifás, havia sido deposto da função de sumo sacerdote vinte anos antes, mas durante todo esse período, havia exercido uma poderosa influência em todos os negócios hierárquicos.³ Caifás, conforme João cuidadosamente nos recorda, “era quem tinha aconselhado aos judeus que convinha que um homem morresse pelo povo.”⁴

No palácio de Caifás, os principais dos sacerdotes, escribas, e anciãos do povo juntaram-se numa reunião informal do sinédrio, ou em outros termos, todos ansiosamente esperando o resultado da expedição conduzida por Judas. Quando Jesus, o objeto de seu ódio figadal e vítima predeterminada, foi introduzido como prisioneiro manietado, foi imediatamente posto em julgamento em desrespeito à lei, tanto escrita quanto tradicional, da qual aqueles governantes judaicos reunidos professavam ser tão zelosos guardiães. Nenhuma audiência legal sobre acusação capital podia ser realizada devidamente senão no tribunal designado e oficial do sinédrio. Entendemos da narrativa do quarto evangelho que o Prisioneiro foi, em primeiro lugar, submetido a interrogatório pelo próprio sumo sacerdote.⁵ Aquele funcionário, se se tratava de Anás ou de Caifás é uma questão de inferência, inquiriu Jesus a respeito de Seus discípulos e Sua doutrina. Tal inquérito preliminar era completamente ilegal, porquanto o código hebreu determinava que as testemunhas de acusação em qualquer caso proposto ao tribunal, definissem a imputação contra o citado, e que o último deveria ser protegido contra qualquer esforço de fazê-lo testificar contra si mesmo. A réplica do Senhor deveria ter sido um protesto suficiente ao sumo sacerdote contra novo procedimento ilegal. Declarou-lhe Jesus: “Eu falei abertamente ao mundo; eu sempre ensinei na sinagoga e no templo, onde todos os judeus se ajuntam, e nada disse em oculto. Para que me perguntas a mim? Pergunta aos que ouviram o que é que lhes ensinei; eis que eles sabem o que eu lhes tenho dito.” Tratava-se de uma objeção legal contra o negar-se a um prisioneiro em julgamento o direito de ser confrontado com seus acusadores, mas foi recebida com evidente desprezo, e um dos oficiais próximos, desejoso talvez de granjear favor de seus superiores, lançou a Jesus uma traiçoeira

bofetada,⁶ acompanhada da pergunta: “Assim respondes ao sumo sacerdote?” A esse ataque covarde, o Senhor respondeu com mansidão quase sobre-humana:⁷ “Se falei mal, dá testemunho do mal; e, se bem, por que me feres?” Embora mesclada de submissão, esta resposta constituía mais um apelo aos princípios de justiça; se o que dissera Jesus era errado, por que o atacante não O acusava, e se havia falado acertadamente, que direito tinha o oficial de polícia de julgar, condenar, e punir, e tudo isso também, na presença do sumo sacerdote? A lei e a justiça haviam sido destronadas naquela noite.

“Ora os príncipes dos sacerdotes, e os anciãos, e todo o conselho, buscavam falso testemunho contra Jesus, para poderem dar-Lhe a morte.”⁸ Se “todo o conselho” significava um quórum legal, que poderiam ser vinte e três ou mais, ou a presença total dos setenta e dois sinedristas, há pouca importância. Qualquer sessão do sinédrio à noite, e mais ainda para considerar uma acusação capital, violava diretamente a lei judaica. De igual modo era ilegal o conselho considerar tal acusação em dia de sábado, de festa, ou na véspera de qualquer desses dias. No sinédrio, todos os membros eram juízes; o corpo judicial destinava-se a ouvir o testemunho e, de acordo com esse testemunho e nada mais, tomar uma decisão, em cada caso devidamente apresentado. Os acusadores deveriam comparecer pessoalmente, e receber uma advertência preliminar contra a prestação de falso testemunho. Todo aquele que se defendesse, deveria ser considerado e tido como inocente até ser declarado culpado dentro do devido procedimento. Entretanto, no falso julgamento de Jesus, os juízes não só procuraram testemunhas, mas especificamente tentaram encontrar testemunhas falsas. Embora muitas testemunhas falsas tivessem aparecido, não havia contudo “testemunho” contra o Prisioneiro, porquanto os perjuros subornados não conseguiam chegar a um acordo entre si mesmos; e até os próprios sinedristas sem lei hesitavam em violar abertamente a exigência fundamental de que, pelo menos duas testemunhas concordantes testificassem contra a pessoa acusada, pois que, de outra forma, o caso deveria ser encerrado.

Que Jesus deveria ser condenado por uma acusação ou outra, e morto, já havia sido determinado pelos juízes sacerdotais; seu fracasso em encontrar testemunhas contra Ele, ameaçava delongar a execução de seu nefando plano. Pressa e precipitação caracterizavam o procedimento deles em toda a linha; haviam ilegalmente feito prender Jesus durante a noite; estavam procedendo ilegalmente a um arremedo de julgamento à noite; seu propósito era condenar o Prisioneiro, em tempo de apresentá-Lo às autoridades romanas tão cedo quanto possível pela manhã — como criminoso devidamente julgado e considerado merecedor de morte. A falta de duas testemunhas hostis, que pudessem dizer as mesmas falsidades, era um sério embaraço. “Mas por fim chegaram duas e disseram: Este disse: Eu posso derrubar o templo de Deus, e reedificá-lo em três dias.” Outros, contudo, testificavam: “Nós O ouvimos dizer: Eu derrubarei este templo, construído por mãos de homens, e em três dias edificarei outro, não feito por mãos de homens.”⁹ E assim, como observa Marcos, até nesse particular seu “testemunho” não concordava. Sem dúvida, num caso em juízo, uma discrepância

como a que aparece entre “posso”, e “farei”, como declarações alegadas do acusado, é de importância vital. Ainda assim, esse fingimento de acusação formal era a única base para uma imputação contra Cristo até àquele ponto do julgamento. Deve-se lembrar que, em conexão com a primeira purificação do templo, perto do início do ministério de Cristo, Ele havia respondido ao pedido clamoroso dos judeus, de um sinal de Sua autoridade, dizendo: “Derrubai este templo, e em três dias o levantarei.” Ele não havia falado absolutamente de Si mesmo como o destruidor; os judeus deveriam ser os destruidores e Ele o restaurador. Mas o escritor inspirado prontamente explica que Jesus “falava do templo do seu corpo”, e de maneira alguma daqueles edifícios levantados pelo homem.¹⁰

Poderíamos perguntar, com razão, qual seria a importância que se poderia dar até mesmo a uma tal declaração, como as testemunhas perjuras afirmavam terem ouvido dos lábios de Cristo. A veneração com que os judeus professavam interessar-se pela Casa Santa, conquanto insolentemente profanassem seus precintos, oferece uma resposta parcial, mas insuficiente. O plano dos governantes conspiradores parece ter sido de condenarem Cristo acusando-O de sedição, fazendo-O parecer um perigoso perturbador da paz nacional, um atacante das instituições estabelecidas, e conseqüentemente, um incitador de oposição contra a autonomia vassala da nação judaica, e o domínio supremo de Roma.¹¹

A sombra, vagamente definida, de uma acusação legal, produzida pelo obscuro e inconsistente depoimento de testemunhas falsas, foi o suficiente para encorajar a iníqua corte. Caifás, levantando-se de seu lugar para dar ênfase dramática à pergunta, inquiriu a Jesus: “Não respondes coisa alguma ao que estes depõem contra ti?” Nada havia a responder. Nenhum testemunho consistente ou válido havia sido apresentado contra Ele, que, por isso, permaneceu em majestoso silêncio. Então Caifás, violando a proibição legal de exigir de alguém que testificasse em seu próprio caso senão voluntariamente, e de sua livre iniciativa, não somente pediu uma resposta do Prisioneiro, mas também exerceu a potente prerrogativa de seu ofício de sumo sacerdote, para colocar o acusado sob juramento, como testemunho diante do tribunal sacerdotal. “E, insistindo o sumo sacerdote, disse-Lhe: Conjuro-Te pelo Deus vivo que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus.”¹² O fato de uma especificação distinta de: “o Cristo”, e “o Filho de Deus”, é significativo de que os judeus esperavam um Messias, mas não reconheciam que fosse distintivamente de origem divina. Nada do que havia acontecido até ali pode ser considerado como fundamento para uma tal pergunta. A acusação de sedição estava para ser superada por outra de maior envergadura — a de blasfêmia.¹³

À conjuração inteiramente injusta, ainda que oficial, do sumo sacerdote, Jesus respondeu: “Tu o disseste; digo-vos, porém, que vereis em breve o Filho do Homem assentado à direita do Poder, e vindo sobre as nuvens do céu.” A expressão “Tu o disseste” era equivalente a “Eu sou o que tu disseste”.¹⁴ Era uma confissão irrestrita de filiação divina e inerente divindade. “Então o sumo sacerdote rasgou as suas vestes,

dizendo: Blasfemou; para que precisamos ainda de testemunhas? Eis que bem ouvistes agora a sua blasfêmia! Que vos parece? E eles, respondendo, disseram: É réu de morte.”¹⁵

Assim, os juízes em Israel, compreendendo o sumo sacerdote, os principais sacerdotes, os escribas e anciãos do povo, o Grande Sinédrio ilegalmente reunido, decretaram que o Filho de Deus merecia a morte, baseados na única evidência de Sua própria admissão. Por estatuto expresso, o código judaico vedava a condenação, especificamente em acusação capital, de qualquer pessoa, baseada em Sua própria confissão, a menos que fosse amplamente apoiada por testemunhas dignas de fé. Como no Jardim de Getsêmani Jesus Se havia entregado voluntariamente, da mesma forma diante dos juízes, Ele forneceu pessoal e voluntariamente, a evidência para que, injustamente, o declarassem réu de morte. Não poderia haver crime na afirmativa de messianismo ou de filiação divina, a menos que fosse falsa. Em vão procuraremos no relato qualquer indício de que tivesse havido inquirição, ou de que isso tivesse sido sugerido, com relação aos fundamentos sobre os quais Jesus alicerçava Suas exaltadas afirmações. O gesto do sumo sacerdote de rasgar suas vestes era uma afetação dramática de pio horror ante a blasfêmia com que seus ouvidos haviam sido feridos. Era expressamente proibido na lei que o sumo sacerdote rasgasse suas vestes;¹⁶ porém, de autores extra-escriturísticos, aprendemos que o rasgar das vestes como atestado da culpa mais nefanda, tal como a de blasfêmia, era permitido por regulamento tradicional.¹⁷ Não há indicação de que o voto dos juízes tenha sido recebido e anotado segundo a maneira precisa e ordenada que a lei exigia.

Jesus foi considerado culpado da mais abominável ofensa conhecida entre o povo judeu. Embora injustamente, Ele havia sido declarado culpado de blasfêmia pelo supremo tribunal. Com absoluta precisão não podemos dizer que os sinedristas sentenciaram Cristo à morte, uma vez que o poder de decretar sentenças capitais havia sido tirado do conselho judaico por decreto romano. O tribunal do sumo sacerdote, entretanto, decidira que Jesus era réu de morte, e disso dera ciência ao transferi-Lo a Pilatos. Em seu assomo de ira maligna, os juízes de Israel abandonaram seu Senhor à vontade zombeteira dos criados presentes, que descarregaram sobre Ele todas as indignidades que seus instintos animalescos poderiam sugerir. Atiraram seu escarro imundo em Sua face,¹⁸ e tendo-O vendado, divertiram-se em golpeá-lo repetidas vezes, dizendo: “Profetiza-nos, ó Cristo, quem é o que te bateu!” A população herética zombava Dele, cercando-O de gracejos e ofensas, e a si própria se estigmatizava como blasfemadores de fato.¹⁹

A lei e os costumes da época determinavam que toda pessoa culpada de uma ofensa capital, depois de julgada devidamente ante um tribunal judaico, deveria ser submetida a novo julgamento no dia seguinte, e nessa audiência posterior, qualquer dos juízes, ou mesmo todos os juízes que houvessem votado pela condenação, poderiam mudar seu voto, mas nenhum dos que tivessem votado pela absolvição poderia alterar sua conduta. A maioria simples era suficiente para absolver, porém mais que isso era

exigido para condenar. Uma cláusula que pode parecer-nos extremamente fora de propósito, determinava que, se todos os juizes votassem unanimemente pela condenação à pena capital, o veredicto não deveria prevalecer e o acusado teria que ser libertado; porquanto, argumentava-se, um voto unânime contra um prisioneiro indicava que não tinha tido nenhum amigo ou defensor no tribunal, e que os juizes poderiam ter entrado em conspiração contra ele. De acordo com esta regra da jurisprudência hebraica, o veredicto contra Jesus, proferido naquela sessão noturna e ilegal dos sinedristas, era nulo, pois que nos é dito, especificamente, que “todos o consideraram culpado de morte”.²⁰

Evidenciando o propósito de estabelecer um ilusório arremedo de legalidade em seu procedimento, os sinedristas suspenderam a sessão, para voltarem a se reunir ao nascer do dia. Dessa forma, obedeciam tecnicamente ao preceito de que, em todos os casos em que se houvesse decretado sentença de morte, o tribunal deveria reinquirir e julgar pela segunda vez em sessão posterior; entretanto, ignoraram completamente a determinação, igualmente indispensável, de que o segundo julgamento fosse realizado no dia seguinte ao da primeira audiência. No intervalo das duas sessões, em dias consecutivos, os juizes deveriam orar e jejuar, dando ao caso em julgamento atenção pausada e séria.

Lucas, que não registra detalhes do julgamento noturno de Jesus, é o único dos evangelistas que dá lugar a um relato circunstancial da sessão matutina. Diz ele: “E logo que foi dia ajuntaram-se os anciãos do povo, e os principais dos sacerdotes e os escribas, e o conduziram ao seu concílio.”²¹ Alguns estudiosos da Bíblia têm interpretado a expressão: “e o conduziram ao seu concílio”, como significando que Jesus teria sido condenado pelo Sinédrio no lugar de reunião regular daquela corte, ou seja, o Gazith, ou Salão das Pedras Talhadas, conforme a lei da época exigia; mas contra isso temos a afirmativa de João, de que Jesus foi levado diretamente, de Caifás, ao salão romano de audiências.²²

É provável que nessa sessão do amanhecer, os procedimentos irregulares das horas noturnas tenham sido aprovados, e decididos os detalhes das ações futuras. Eles “tomaram conselho contra Jesus para o matar”; a despeito disso, passaram pelas formalidades de um segundo julgamento, cuja realização foi grandemente facilitada pelas afirmações voluntárias do Prisioneiro. A posição dos juizes parece inteiramente desprovida de justificativa, ao chamarem o Acusado para testificar, pois que deveriam ter reexaminado os testemunhos contra Ele. A primeira pergunta a Ele dirigida foi: “És tu o Cristo? Dize-no-lo.” O Senhor respondeu com dignidade: “Se vo-lo disser, não o creereis; e também, se vos perguntar, não me respondereis, nem me soltareis. Desde agora o Filho do Homem se assentará à direita do poder de Deus.” Nem a pergunta, nem a resposta forneciam motivo para condenação. A nação inteira esperava pelo Messias, e se Jesus afirmava ser O esperado, a única ação judicial consistente seria a de investigar o mérito da pretensão. A pergunta decisiva seguiu-se, incontinenti:

“Logo, és tu o Filho de Deus? E ele lhes disse: Vós dizeis que eu sou. Então disseram: De que mais testemunho necessitamos? pois nós mesmos o ouvimos da sua boca.”²³

Jeová era acusado de blasfemar contra Jeová. O único Ser mortal, ao qual o terrível crime de blasfêmia por proclamar a posse de atributos e poderes divinos, era impossível, ali estava diante dos juízes de Israel, condenado como blasfemo. O “conselho todo”, e por esta expressão podemos compreender um quórum legal, estava envolvido na ação derradeira. Desse modo, terminou o que impropriamente se chamou de “julgamento” de Jesus diante do sumo sacerdote e anciãos²⁴ do seu povo. “E, logo ao amanhecer, os principais dos sacerdotes, com os anciãos, e os escribas, e todo o Sinédrio, tiveram conselho; e, ligando Jesus, O levaram e entregaram a Pilatos”.²⁵ Durante as poucas horas que Lhe restavam na mortalidade, estaria Ele nas mãos dos gentios, traído e entregue pelos Seus.²⁶

Pedro Nega o Seu Senhor²⁷

Quando Jesus fora preso no Jardim de Getsêmani, todos os onze O haviam deixado e fugido. Isto não deve ser tomado como evidência certa de covardia, porquanto o Senhor havia indicado que deveriam ir.²⁸ Pedro, e pelo menos um outro discípulo, seguiam de longe, e depois que a guarda armada havia entrado no palácio do sumo sacerdote com o Prisioneiro, Pedro “entrando, assentou-se entre os criados, para ver o fim”. Ele havia sido ajudado, para entrar, pelo discípulo cujo nome não é fornecido, e que era conhecido do sumo sacerdote. Aquele outro discípulo era, com toda probabilidade, João, conforme se pode concluir do fato de ser mencionado somente no quarto evangelho, cujo autor se refere a si próprio, caracteristicamente, sem citar o nome.²⁹

Enquanto Jesus permanecia diante dos sinedristas, Pedro estava embaixo, com os servos. A porteira era uma jovem, cujas suspeitas femininas se haviam aguçado, quando permitira a entrada a Pedro, e no momento em que ele se assentava com a multidão no pátio do palácio, ela apareceu, e havendo-o observado atentamente, disse: “Tu também estavas com Jesus, o galileu”. Contudo, Pedro o negou, afirmando que não conhecia a Jesus. Pedro estava inquieto, tanto sua consciência quanto o temor de ser identificado como um dos discípulos do Senhor, o perturbavam. Afastou-se da multidão e buscou parcial isolamento no vestíbulo; mas outra serva o viu e disse aos circunstantes: “Este também estava com Jesus, o nazareno”, ao que Pedro retrucou com um juramento: “Não conheço tal homem.”

A noite de abril estava fria, e um fogo havia sido aceso no vestíbulo ou pátio do palácio. Pedro assentara-se com outras pessoas ao redor do fogo, imaginando talvez que expor-se abertamente seria melhor que uma dissimulada precaução, como possível salvaguarda contra o reconhecimento. Cerca de uma hora depois de suas primeiras negativas, alguns dos homens ao redor do fogo o acusaram de ser discípulo de Jesus, e fizeram referência ao seu dialeto galileu como evidência de que era, pelo menos,

conterrâneo do Prisioneiro do sumo sacerdote; porém, mais ameaçador ainda do que tudo, um parente de Malco, cuja orelha Pedro havia decepado com a espada, indagou peremptoriamente: “Não te vi eu, no horto, com ele?” Pedro então foi tão longe, no curso das falsidades em que se havia iniciado, que entrou a imprecar e a jurar, e a declarar veementemente, pela terceira vez: “Não conheço o homem.” Quando as últimas falsidades profanas saíam de seus lábios, as notas claras do canto de um galo feriram-lhe os ouvidos,³⁰ e a lembrança da predição do Senhor brotou em sua mente. Trêmulo ante a desventurada verificação de sua pérfida covardia, voltou-se e cruzou com o olhar do Cristo mártir que, do meio da insolente população, mirava a face de Seu jactancioso, ainda que amoroso e fraco apóstolo. Fugindo do palácio, Pedro mergulhou na noite, chorando amargamente. Conforme o atesta sua vida posterior, aquelas lágrimas eram de real contrição e verdadeiro arrependimento.

Primeira Apresentação de Cristo diante de Pilatos

Como já nos referimos, nenhum tribunal judaico tinha autoridade para aplicar a pena de morte; Roma imperial havia reservado para si própria tal prerrogativa. A proclamação unida dos sinedristas, de que Jesus merecia a morte, não terá efeito enquanto não fosse sancionada pelo legado do imperador, que naquela época era Pôncio Pilatos, governador, ou mais corretamente, procurador da Judéia, Samaria e Iduméia. Pilatos mantinha residência oficial em Cesaréia,³¹ na costa do Mediterrâneo; porém era costume seu estar presente em Jerusalém ao tempo das grandes festas hebraicas, provavelmente com o intuito de manter a ordem, ou de sufocar prontamente qualquer perturbação entre as vastas e heterogêneas multidões que apinhavam a cidade nessas ocasiões festivas. O governador e seus acompanhantes estavam em Jerusalém naquela momentosa época de Páscoa. Cedo, na manhã de sexta-feira, o “conselho todo”, quer dizer, o Sinédrio, levou Jesus manietado ao solo do tribunal de Pôncio Pilatos, mas, com minucioso escrúpulo, abstiveram-se de entrar no local para não se contaminarem, porquanto o lugar do tribunal fazia parte da casa de um gentio, e nalgum compartimento poderia haver pão levedado, e até mesmo a proximidade poderia torná-los cerimonialmente impuros. Deixamos a cada um classificar o caráter de homens temerosos da mera proximidade com o fermento, ao mesmo tempo que se mostravam sedentos de sangue inocente!

Em consideração por seus escrúpulos, Pilatos saiu do palácio e, como lhe entregassem o Prisioneiro, perguntou: “Que acusação trazeis contra este homem?” A pergunta, embora estritamente adequada e judicialmente necessária, surpreendeu e desapontou os líderes sacerdotais que, evidentemente, haviam esperado que o governador aprovasse seu veredito e, como mera formalidade, desse sentença de acordo; mas, em lugar de agir assim, Pilatos estava evidentemente disposto a exercer sua autoridade de jurisdição original. Com mal disfarçada humilhação, o seu porta-voz, provavelmente Caifás, respondeu: “Se este não fosse malfeitor, não to entregaríamos.” Agora foi a vez de Pilatos fingir suscetibilidade, retrucando, como se dissesse: Muito

bem. Se não quereis apresentar acusação segundo a ordem devida, tomai-o e julgai-o de acordo com a vossa lei; não me perturbeis com o assunto. Os judeus entretanto tornaram: “A nós não nos é lícito matar pessoa alguma.”

O apóstolo João insinua, nesta última frase, a determinação da parte dos judeus de levarem Jesus à morte, não somente com a sanção dos romanos, mas também por intermédio de executores romanos;³² porque, como facilmente podemos ver, se Pilatos tivesse aprovado a sentença de morte e entregado o Prisioneiro aos judeus para sua aplicação, Jesus teria sido apedrejado, de acordo com o castigo hebraico para a blasfêmia; ao passo que o Senhor havia claramente predito que Sua morte seria por crucifixão, que era um método romano de execução, jamais usado pelos judeus. Além do mais, se Jesus tivesse sido morto pelos líderes judaicos, ainda que com assentimento do governo, poderia levantar-se uma insurreição entre o povo, porque havia muitos que acreditavam Nele. Os astuciosos hierarcas estavam determinados a conseguir a Sua morte mediante condenação romana.

“E começaram a acusá-lo, dizendo: Havemos achado este pervertendo a nossa nação, proibindo dar o tributo a César, e dizendo que Ele mesmo é Cristo, o rei.”³³ É importante notar que nenhuma acusação de blasfêmia foi feita a Pilatos; houvesse isso sido apresentado e o governador, inteiramente pagão, tanto de coração quanto intelectualmente, teria provavelmente desprezado a denúncia como totalmente indigna de ser ouvida, porquanto Roma, com seus muitos deuses, cujo número aumentava rapidamente pelo costume pagão da deificação dos mortais, desconhecia ofensa tal como a blasfêmia, na acepção judaica. Os sinedristas acusadores não hesitaram em substituir a blasfêmia, que era o maior crime conhecido no código hebraico, pela acusação de alta traição; a mais grave ofensa relacionada na categoria romana de crimes. Ante as acusações vociferantes dos principais dos sacerdotes e anciãos, o sereno e majestoso Cristo não Se dignou de replicar. A eles, Sua última palavra já havia sido dita, até que chegasse a ocasião designada para um outro julgamento no qual Ele haveria de ser o Juiz, e aqueles os prisioneiros a serem julgados.

Pilatos surpreendeu-se ante o porte majestoso, ainda que submisso, de Jesus; havia sem dúvida muito de realeza naquele Homem; nunca antes havia uma pessoa igual se apresentado diante dele. A acusação, contudo, era séria; homens que pretendessem direitos reais poderiam tornar-se perigosos para Roma; entretanto, o Acusado nada respondera diante da acusação. Entrando no salão de julgamento, Pilatos fez chamar a Jesus.³⁴ É evidente que alguns dos discípulos, e entre eles, quase certamente João, também entraram, como se depreende da narrativa detalhada dos acontecimentos que o quarto evangelho registra. Toda gente tinha liberdade de entrar, uma vez que a franquia ao público era um aspecto real e largamente divulgado dos julgamentos romanos.

Pilatos, evidentemente sem qualquer animosidade ou preconceito contra Jesus, perguntou-Lhe: “Tu és o rei dos judeus? Respondeulhe Jesus: Tu dizes isso de ti mesmo, ou disseram-to outros de mim?” A contrapergunta do Senhor significava, e

assim foi entendida, conforme a réplica de Pilatos o demonstra, em outras palavras, o seguinte: Perguntais isto no sentido romano e literal, como se eu fora rei de um reino terreno, ou no sentido judaico e mais espiritual? Uma resposta direta, “Sim”, teria sido verdadeira no sentido messiânico, mas inverídica de acordo com o sentido terreno; e um “Não” poderia ter sido inversamente considerado verdadeiro ou falso. “Pilatos respondeu: Porventura sou eu judeu? a tua nação e os principais dos sacerdotes entregaram-te a mim: que fizeste? Respondeu Jesus: O Meu reino não é deste mundo: se o Meu reino fosse deste mundo, pelejariam os Meus servos, para que Eu não fosse entregue aos judeus: mas agora o Meu reino não é daqui. Disse-lhe pois Pilatos: Logo tu és rei? Jesus respondeu: Tu dizes que Eu sou rei. Eu para isso nasci, e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a Minha voz.”

Tornou-se claro para o governador romano que aquele Homem maravilhoso, com Sua exaltada idéia de um reino não deste mundo, e de um império da verdade no qual haveria de reinar, não era um insurreto político, e seria absurdo considerá-Lo uma ameaça às instituições romanas. Aquelas últimas palavras a respeito da verdade, haviam sido as mais enigmáticas de todas; Pilatos ficara impaciente e talvez um pouco alarmado com a importância delas. “Que é a verdade?” exclamou ele, mais numa atitude de apreensão do que de inquirição, na expectativa de uma resposta, enquanto se adiantava para deixar o salão. Aos judeus de fora, ele anunciou a absolvição do Prisioneiro: “Não acho nele crime algum”, foi o veredicto.

Mas os principais dos sacerdotes, escribas e anciãos do povo não se dissuadiram. Sua sede do sangue do Santo havia-se tornado uma obsessão. Desgovernada e ferozmente gritaram: “Alvoroça o povo ensinando por toda a Judéia, começando desde a Galiléia até aqui.” A referência à Galiléia sugeriu a Pilatos uma nova orientação de procedimento. Havendo confirmado, por inquirição, que Jesus era galileu, decidiu enviar o Prisioneiro a Herodes, o governante vassalo daquela província, que se encontrava em Jerusalém na ocasião.³⁵ Agindo assim, Pilatos esperava livrar-se de mais responsabilidade no caso, e além disso Herodes, com o qual tinha estado em inimizade, poderia apaziguar-se com o ato.

Cristo Perante Herodes³⁶

Herodes Antipas, o degenerado filho do seu infame antepassado, Herodes, o Grande,³⁷ era naquele tempo tetrarca da Galiléia e Peréia, e por costume popular, ainda que sem sanção imperial, era lisonjeiramente chamado de rei. Havia sido ele quem, para cumprir um voto ímpio, inspirado pelos voluptuosos agrados de uma mulher, havia ordenado o assassinio de João Batista. Governava ele como vassalo de Roma, e professava ser ortodoxo nas observâncias do judaísmo. Tinha vindo a Jerusalém, com toda a pompa, para festejar a Páscoa. Herodes agradou-se de que Pilatos lhe houvesse enviado Jesus, não só por ter sido um ato voluntário da parte do procurador, constituindo uma preliminar para a reconciliação entre os dois governantes, conforme

os eventos posteriores confirmaram,³⁸ mas também porque tinha sido uma forma de satisfazer a curiosidade de Herodes em ver a Jesus, de quem havia ouvido tanto, cuja fama o havia aterrorizado, e por quem esperava, agora, ver realizado algum milagre interessante.³⁹

O temor que Herodes havia sentido a respeito de Jesus, a quem supersticiosamente julgara ser a reencarnação de sua vítima assassinada, João Batista, fora substituído por divertido interesse, quando vira o tão famoso Profeta da Galiléia em cadeias à sua frente, vigiado por uma guarda romana e acompanhado por oficiais eclesiásticos. Herodes começou a interrogar o Prisioneiro, mas Jesus permaneceu em silêncio. Os principais dos sacerdotes e escribas vociferavam, veementemente, suas acusações, mas nenhuma palavra foi pronunciada pelo Senhor. Herodes é o único personagem histórico ao qual Jesus aplicou um epíteto pessoal desrespeitoso. “Ide e dizei àquela raposa”, disse Ele certa vez a alguns fariseus que Lhe haviam vindo com a história de que Herodes pretendia matá-Lo.⁴⁰ Tanto quanto sabemos, Herodes foi, mais tarde, distinguido como o único ser que viu Cristo face a face, falou-Lhe, mas nunca Lhe ouviu a voz. Para os pecadores penitentes, as mulheres em prantos, as crianças buliçosas; para os escribas, fariseus, saduceus e rabis; para o sumo sacerdote perjuro e seu obsequioso e insolente laiaio, bem como para Pilatos, o pagão, Cristo tivera palavras — de conforto ou instrução, de advertência ou repreensão, de protesto ou de denúncia — entretanto, para Herodes, a raposa, Ele teve somente desdenhoso e majestático silêncio. Profundamente melindrado, Herodes passou das perguntas insultuosas aos atos de escárnio malévolo. Ele e seus homens de armas divertiram-se à custa do Cristo sofredor, “desprezaram-no e, escarnecendo dele”, o fantasiaram, “vestiram-no de uma roupa resplandecente e tornaram a enviá-lo a Pilatos.”⁴¹ Herodes nada havia encontrado em Jesus para justificar a condenação.

Cristo Novamente Perante Pilatos⁴²

O procurador romano, vendo que não poderia furtar-se a nova consideração do caso, convocou “os principais dos sacerdotes, os magistrados e o povo e disse-lhes: Haveis-me apresentado este homem como perverso do povo; e eis que, examinando-O na vossa presença, nenhuma culpa, das de que O acusais, acho neste homem. Nem mesmo Herodes, porque a ele vos remeti, e eis que não tem feito coisa alguma digna de morte. Castigá-lo-ei pois, e soltá-lo-ei.” O desejo de Pilatos de salvar Jesus da morte era justo e genuíno; sua intenção de açoitar o Prisioneiro, cuja inocência havia afirmado e reafirmado, era uma infame concessão à prevenção dos judeus. Ele sabia que a denúncia de sedição e traição não tinha base, e que o próprio forjamento de tal acusação pela hierarquia judaica, cuja lealdade simulada a César era apenas uma capa para o ódio inerente e imorredouro, era ridículo ao extremo; e percebia plenamente que os líderes sacerdotais Lhe haviam entregado Jesus movidos por inveja e dolo.⁴³

Era costume do governador, pela Páscoa, perdoar e libertar qualquer dos prisioneiros condenados que o povo quisesse indicar. Naquela ocasião, existia no

cárcere, aguardando ser executado, “um preso bem conhecido, chamado Barrabás”, que havia sido condenado por sedição, por haver incitado o povo à revolta, e cometido um assassinio. Esse homem estava condenado pela exata acusação de que Pilatos havia declarado especificamente, e Herodes por dedução, que Jesus era inocente, e além do mais Barrabás era assassino. Pilatos imaginara pacificar os sacerdotes e o povo libertando Jesus como alvo do indulto pascal; isso seria um reconhecimento tácito da culpa de Cristo ante o tribunal eclesiástico, e praticamente um endosso da sentença de morte, cancelada pelo perdão oficial. Desse modo, perguntou-lhes: “A quem quereis que vos solte? Barrabás, ou Jesus que é chamado Cristo?” Parece ter havido um breve intervalo entre a pergunta de Pilatos e a resposta do povo, durante o qual os principais dos sacerdotes e anciãos se ocuparam no meio da multidão, insistindo em que pedissem a libertação do insurreto assassino. De forma que, ao repetir Pilatos a pergunta: “Qual dos dois quereis que vos solte?” a congregação de Israel clamou “Barrabás”. Pilatos, surpreendido, desapontado e enraivecido, perguntou: “Que farei então de Jesus, chamado Cristo? Disseram-lhe todos: Seja crucificado. O governador, porém, disse: Mas que mal fez Ele? E eles mais clamavam, dizendo: Seja crucificado.”

O governador romano perturbou-se extremamente e estava intimamente atemorizado. Para mais ainda aumentar sua perplexidade, recebeu uma mensagem de advertência de sua esposa, no momento em que se assentava na cadeira de juiz: “Não entres na questão desse justo, porque num sonho muito sofri por causa dele.” Os que não conhecem a Deus são caracteristicamente supersticiosos. Pilatos temia imaginar que terrível portento o sonho de sua esposa poderia pressagiar, mas, verificando que não conseguiria prevalecer, e antevendo um tumulto entre o povo se persistisse na defesa de Cristo, pediu água e lavou as mãos diante da multidão, um ato simbólico de negar responsabilidade, que todos entenderam, proclamando ao mesmo tempo: “Estou inocente do sangue deste justo: considerai isso.” Então se levantou aquele terrível clamor autocondenatório do povo do convênio: “O seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos.” A História presta aterrorador testemunho do cumprimento literal daquela pavorosa invocação.⁴⁴ Pilatos soltou Barrabás, e entregou Jesus aos soldados para ser açoitado.

O chicoteamento era uma pavorosa preliminar da morte na cruz. O instrumento de castigo era um açoite de muitas pontas, guarnecidas de metal e pontiagudos pedaços de osso. Há casos narrados em que o condenado morria sob o látego, escapando, assim, aos horrores da crucifixão em vida. De acordo com os brutais costumes da época, Jesus, enfraquecido e sangrando pelo pavoroso açoitamento que havia sofrido, foi entregue aos soldados semi-selvagens para que se divertissem. Aquela não era uma vítima comum, de maneira que o grupo todo se reuniu no pretório ou grande vestíbulo do palácio, para tomar parte no diabólico divertimento. Arrancaram de Jesus as vestes exteriores, e vestiram-no de um manto de púrpura.⁴⁵ Depois, com um senso de demoníaco realismo, teceram uma coroa de espinhos e colocaram-na sobre a cabeça do Padecente; uma cana foi-lhe colocada na mão direita como um cetro real, e ao se encurvarem no arremedo de homenagem, saudavam-no dizendo: “Salve, Rei dos

judeus!” Arrebatando-Lhe a cana ou vara, brutalmente o feriram na cabeça com ela, fazendo penetrar-Lhe os cruéis espinhos na carne; esmurraram-no e cuspiram Nele com vil e criminosa perversidade.⁴⁶

Pilatos, provavelmente, havia observado essa cena bárbara. Interrompeu-a e resolveu fazer nova tentativa de tocar as cordas da piedade judaica, se é que tal coisa existia. Saiu e disse à multidão: “Eis aqui vo-lo trago fora, para que saibais que não acho nele crime algum.” Esta era a terceira proclamação definida do governador, quanto à inocência do Prisioneiro. “Saiu pois Jesus fora, levando a coroa de espinhos e o vestido de púrpura. E disse-lhes Pilatos: Eis aqui o homem!”⁴⁷ Pilatos parece ter confiado na lastimável aparência do açoitado e sangrento Cristo para abrandar o coração dos judeus enlouquecidos, mas o efeito fracassou. Pensai no terrível fato: um gentio, um pagão, que não conhecia a Deus, rogando aos sacerdotes e ao povo de Israel pela vida do próprio Senhor e Rei deles! Quando, inabaláveis ante aquele espetáculo, os principais dos sacerdotes e oficiais clamaram com crescente espírito de vingança, “crucifica-o, crucifica-o”, Pilatos pronunciou a sentença fatal: “Tomai-o vós e crucificai-o”, mas acrescentou com amarga ênfase: “Não encontro falta nele.”

Deve-se lembrar que a única acusação apresentada contra Cristo ao governador romano havia sido a de sedição; os perseguidores judaicos tinham evitado cuidadosamente até mesmo a simples menção à blasfêmia, que havia sido a ofensa pela qual haviam considerado Jesus digno de morte. Agora que a sentença de crucifixão havia sido conseguida de Pilatos, despidoradamente tentavam fazer crer que a decisão do governador era, tão somente, a ratificação da sentença de morte que eles próprios haviam decretado; desse modo, disseram: “Nós temos uma lei, e, segundo a nossa lei deve morrer, porque se fez Filho de Deus.” O que significaria isso? Aquele título impressionante, de Filho de Deus, feriu ainda mais profundamente a perturbada consciência de Pilatos. Uma vez mais conduziu Jesus para a sala do tribunal e, atemorizado, perguntou-Lhe: “Donde és tu?” A pergunta era como se pretendesse saber se Jesus era humano ou sobre-humano. Uma confissão direta da divindade do Senhor telo-ia aterrorizado, mas poderia não esclarecer o governante pagão, de maneira que Jesus nada respondeu. Pilatos ainda mais se surpreendeu, e talvez se haja ofendido de certa maneira ante essa aparente desconsideração por sua autoridade. Exigindo uma explicação indagou: “Não me falas a mim? não sabes que tenho poder para te crucificar e tenho poder para te soltar?” Respondeu-lhe então Jesus: “Nenhum poder terias contra mim, se de cima te não fosse dado; mas aquele que me entregou a ti maior pecado tem.” As posições se haviam invertido; Cristo era o Juiz, e Pilatos sujeito à Sua decisão. Ainda que não tivesse sido declarado inocente, o romano fora considerado menos culpado que aquele ou aqueles que haviam entregado Jesus ao seu poder, e que haviam exigido dele uma condenação injusta.

O governador, embora tendo pronunciado sentença, ainda buscava meios de libertar o submisso Sofredor. Sua primeira mostra de vacilação foi recebida pelos judeus com o clamor: “Se soltas este, não és amigo do César: qualquer que se faz rei é

contra o César.” Pilatos tomou seu lugar na cadeira de julgamento que estava situada no lugar do Pavimento, ou Gabbatha, fora do salão. Estava irritado com aqueles judeus que ousavam sugerir que não era amigo de César, e que poderiam levar tal denúncia numa embaixada de reclamação a Roma para abalarem seu prestígio, em exagerada acusação. Apontando para Jesus, exclamou com sarcasmo evidente: “Eis aqui o vosso Rei.” Os judeus, porém, retrucaram com brados ameaçadores e sinistros: “Fora com ele, fora com ele, crucifica-o.” Em mordaz referência à sua subjugação nacional, Pilatos perguntou ainda com mais mordaz ironia: “Hei de crucificar o vosso Rei?” E os principais dos sacerdotes clamaram em alta voz: “Não temos rei, senão o César.”

Assim era, e assim deveria ser. O povo que havia, por convênio, aceitado a Jeová como seu Rei, agora O rejeitava pessoalmente, e aceitava a soberania de César. Servos de César e súditos seus têm eles sido através dos séculos desde esse tempo. Miserável é o estado do homem, ou de uma nação, que em coração e espírito não tem rei, a não ser o César! ⁴⁸

Onde residia a causa da fraqueza de Pilatos? Era ele o representante do imperador, o procurador imperial com poderes para crucificar ou salvar; oficialmente um autocrata. Sua convicção da inocência de Cristo e seu desejo de salvá-Lo da cruz estão fora de dúvida. Por que titubeava Pilatos, hesitando e vacilando até render-se em violação da própria consciência e vontade? Porque, em última análise ele era mais escravo que livre. Estava escravizado a seu passado. Sabia que, se fosse feita queixa contra ele em Roma, sua corrupção e crueldade, suas extorsões e morticínios injustificáveis seriam trazidos a julgamento. Ele era o governante romano, mas o povo sobre o qual exercia domínio oficial deleitava-se em vê-lo encolher-se, quando fizera estalar, perfidamente, sobre sua cabeça, o látigo de um relatório ameaçador a seu respeito ao seu imperial senhor, Tibério.⁴⁹

Judas Iscariotes⁵⁰

Quando Judas Iscariotes viu quão terrivelmente repercutira sua traição, tomou-se de violento remorso. Durante o julgamento de Cristo perante as autoridades judaicas, com as correspondentes humilhações e crueldades, o traidor havia visto a seriedade de sua ação; e quando o inerme Sofredor fora entregue aos romanos e a consumação fatal se tornou uma certeza, a enormidade de seu crime enchera Judas de inominável horror. Precipitando-se para junto dos principais sacerdotes e anciãos, enquanto as preparações finais para a crucifixão do Senhor estavam em andamento, implorou aos líderes sacerdotais que recebessem de volta o amaldiçoado salário que lhe haviam pago, clamando em agônico desespero: “Pequei, traindo o sangue inocente.” Pode ser que tivesse esperado vagamente uma palavra de simpatia dos conspiradores em cujas mãos, iniquamente hábeis, havia-se mostrado um instrumento pressuroso e útil; é possível que tenha tido a esperança de que sua confissão pudesse deter a corrente da malignidade, e que pedissem comutação da sentença. Os governantes em Israel, porém, repeliram-no com desagrado. “Que nos importa?” escarneceram eles, “Isso é contigo.”

Ele havia servido aos seus propósitos, haviam-lhe pago o preço, e não queriam ver a sua face nunca mais. Desapiedadamente, lançaram-no de volta à assombrada escuridão de sua consciência enlouquecida. Agarrando ainda a sacola das moedas, instrumento tão real para recordar-lhe seu apavorante pecado, correu ao templo, entrando até mesmo nos precintos reservados aos sacerdotes, e lançou as peças de prata ao pavimento do santuário.⁵¹ Depois, sob o impulso aguilhante de seu senhor, o demônio, de quem se havia tornado escravo de corpo e alma, retirou-se e foi-se enforcar.

Os principais dos sacerdotes juntaram as peças de prata e com sacrílego escrúpulo, realizaram uma reunião solene para determinar o que fariam com o “preço de sangue”. Como considerassem ilegal adicionar as moedas poluídas ao tesouro santo, compraram com elas um certo campo de um oleiro, que seria o exato lugar onde Judas se teria suicidado; aquele trato de terra designaram eles para lugar de sepultamento de forasteiros, estrangeiros e pagãos. O corpo de Judas, o traidor de Cristo, foi provavelmente o primeiro a ser ali enterrado. E aquele campo foi chamado “Aceldama, que quer dizer, campo de sangue.”⁵²

NOTAS DO CAPÍTULO 34

1. Anás e sua entrevista com Jesus. — “Nenhuma figura é mais conhecida na história contemporânea dos judeus que a de Anás; ninguém parecia ser mais afortunado ou bem-sucedido, mas também ninguém havia saído mais execrado, em geral, que o último sumo sacerdote. Ele havia exercido o pontificado por apenas seis ou sete anos; mas a posição foi preenchida por nada menos que cinco de seus filhos, por seu genro Caifás e por um neto seu. Naqueles dias, era, pelo menos para alguém com o temperamento de Anás, muito melhor ter sido, do que ser o sumo sacerdote. Gozava ele de toda a dignidade do posto, bem como de toda sua influência, uma vez que era capaz de promover as pessoas mais de perto associadas consigo mesmo. E conquanto aqueles agissem publicamente, na realidade era ele quem dirigia os negócios, sem as responsabilidades nem as restrições que o lugar impunha. Sua influência com os romanos, ele a devia aos pontos de vista religiosos que professava, a seu aberto partidarismo em relação aos forasteiros, e a sua incomensurável riqueza (...). Já vimos que imensos lucros a família de Anás deveria ter obtido das barracas do templo, e quão nefando e impopular era esse negócio. Os nomes daqueles descarados, licenciosos, inescrupulosos e degenerados filhos de Aarão, eram referidos com maldições entre dentes. Mesmo sem aludirmos à intervenção de Cristo em relação àquele tráfico do templo, o qual, se sua autoridade houvesse prevalecido, teria indubitavelmente sido eliminado, podemos compreender que o oposto a Anás em todos os aspectos deveria ter sido um Messias, e um Messias como Jesus (...). Nenhuma narrativa foi preservada do que ocorreu diante de Anás. Até mesmo o fato de ter sido Cristo levado em primeiro lugar a ele, só é mencionado no quarto evangelho. Uma vez que os discípulos todos O haviam abandonado e fugido, é fácil percebermos que ficaram na ignorância do que efetivamente aconteceu, pelo menos até se reunirem

novamente, porquanto Pedro e “um outro discípulo”, evidentemente João, “o seguiram até ao palácio do sumo sacerdote”, ou seja, ao palácio de Caifás e não de Anás; pois que, de acordo com os três evangelhos sinóticos, o palácio do sumo sacerdote Caifás fora a cena da traição de Pedro, de maneira que a narrativa do quarto evangelho deve-se referir ao mesmo local, e não ao palácio de Anás” — Edersheim, *Life and Times of Jesus the Messiah*; vol. 2, pp. 547-548.

2. Autocontrole de Cristo ao ser espancado. — A serenidade e a docilidade que Jesus manteve até mesmo sob a provocação de um golpe dado por um dos lacaios, na presença do sumo sacerdote, confirmam a afirmação de nosso Senhor de que havia “vencido o mundo” (João 16:33). Não se pode ler a passagem sem comparar, quase involuntariamente, a docilidade divina de Jesus nessa ocasião, com a indignação inteiramente natural e humana de Paulo, em condições similares em época posterior (Atos 23:1-5). O sumo sacerdote Ananias, irritado com as palavras de Paulo, ordenou a alguém que o ferisse na boca, e Paulo rompeu em furioso protesto: “Deus te ferirá, parede branqueada: tu estás aqui assentado para julgar-me conforme a lei, e contra a lei me mandas ferir?” Em seguida, desculpou-se dizendo que não sabia que fora o sumo sacerdote quem ordenara que fosse ferido. Ver *Regras de Fé*, cap. 23 e Nota 1 que acompanha o mesmo texto; ver também Farrar, *Life and Works of St. Paul*, pp. 539-540.

3. Sumo sacerdote e anciãos (élderes) — Tais títulos, da maneira como eram possuídos pelos oficiais da hierarquia judaica no tempo de Cristo, não devem ser confundidos com as mesmas designações quando aplicadas aos portadores do Sacerdócio Maior ou de Melquisedeque. O sumo sacerdote dos judeus era o sacerdote presidente; tinha que ser descendente de Aarão para ser sacerdote, e tornava-se sumo sacerdote por designação romana. Os anciãos, como o nome sugere, eram homens maduros e experientes, escolhidos para agir como magistrados nas cidades, e como juízes nos tribunais eclesiásticos, tanto nos Sinédrios Menores das províncias, quanto no Grande Sinédrio em Jerusalém. O termo “ancião” (élder) conforme era geralmente usado entre os judeus nos dias de Jesus não tinha a mínima relação com a posição do élder no Sacerdócio de Melquisedeque, do que o termo “escriba” por exemplo. Os deveres dos sumos sacerdotes e anciãos judaicos incluíam, tanto funções eclesiásticas quanto seculares, e certamente as duas posições se haviam tornado, em grande parte, vantagens políticas. Veja-se o título “Élder” no *Bible Dictionary*, de Smith. Desde a partida de Moisés até a vinda de Cristo, a teocracia organizada de Israel havia sido a do Sacerdócio Menor, ou Aarônico, incluindo o ofício de sacerdote, que era limitado à linhagem de Aarão, e os ofícios menores de mestre e diácono, que eram agrupados na ordem Levítica. Ver “Ordens e Cargos do Sacerdócio”, pelo autor deste, no livro *Regras de Fé* cap. 11.

4 Ilegalidade no julgamento judaico de Jesus. — Muitos volumes já foram escritos a respeito do assim chamado julgamento de Jesus. Somente um rápido resumo dos principais itens relativos aos fatos e à lei pode ser apresentado aqui. Para maiores

esclarecimentos devem-se consultar os seguintes livros: Edersheim, *Life and Times of Jesus the Messiah*; Andrews, *Life of Our Lord*; Dupin, *Jesus before Caiaphas and Pilate*; Mendelsohn, *Criminal Jurisprudence of the Ancient Hebrews*; Salvador, *Institutions of Moses*; Innes, *The Trial of Jesus Christ*; Maimonides, *Sanhedrin*; MM. Lemann, *Jesus before the Sanhedrin*; Benny, *Criminal Code of the Jesus*; e Walter M. Chandler, do Foro de Nova York, *The Trial of Jesus from a Lawyer's Standpoint*. O último citado é uma obra em dois volumes tratando respectivamente de “O Julgamento Hebraico” e “O Julgamento Romano” e contém citações dos anteriores e de outras obras.

Edersheim (vol. 2, pp. 556-8) sustenta que a citação de Jesus à noite, na casa de Caifás não representou um julgamento diante do Sinédrio, e faz notar as irregularidades e ilegalidades do procedimento como prova de que o Sinédrio não poderia ter feito o que naquela noite se fez. Com amplas citações corroborando as exigências legais especificadas, o autor afirma: “Mas além disso, o julgamento e sentença de Jesus no palácio de Caifás teria ultrajado todos os princípios da lei e procedimentos criminais judaicos. Causas daquela natureza só podiam ser julgadas, e as sentenças capitais promulgadas, no lugar normal de reunião do Sinédrio, e não como aqui, no palácio do sumo sacerdote; nenhum processo, e muito menos um desse tipo, podia ter início à noite, e nem mesmo à tarde, embora as sentenças pudessem ser dadas à noite, se o debate tivesse durado o dia todo. Também, nenhum processo podia ter lugar em dia de Sábado ou dia festivo, e nem mesmo na véspera de tais dias, embora isso não fosse suficiente para anular os procedimentos; e pode ser argumentado, por outro lado, que um processo contra alguém que houvesse seduzido o povo deveria ser levado a efeito, e a sentença posta em execução, preferivelmente em dias de festa pública, para advertência de todos. Por último, em causas capitais havia um sistema muito detalhado de advertência e aviso às testemunhas; enquanto podemos com segurança afirmar que num julgamento normal os juízes judaicos, por muito que estivessem de prevenção, não teriam agido como os sinedristas e Caifás agiram na ocasião (...) Mas, conquanto Cristo não tivesse sido - julgado e sentenciado numa reunião formal do Sinédrio, não pode haver dúvida, ai de nós, de que Sua condenação e morte foram obra dos sinedristas, se é que não do próprio Sinédrio, pelo menos, do grupo todo de seus componentes (‘todo o conselho’), no sentido de expressar o que era juízo e propósito do conselho supremo e dos líderes de Israel, com apenas algumas poucas exceções. Devemos ter em mente que a resolução de sacrificar a Cristo havia sido tomada desde algum tempo.”

O objetivo da citação acima feita é mostrar, por autoridade reconhecida e eminente, algumas das ilegalidades do julgamento noturno de Jesus, que, como demonstrado, e segundo o registro escriturístico, foi dirigido pelo sumo sacerdote e “o conselho” ou Sinédrio, de maneira reconhecidamente irregular e ilegal. Se os sinedristas O julgaram e condenaram, embora não estivessem reunidos na qualidade de Sinédrio, a monstruosidade do procedimento é, se possível, ainda mais profunda e negra.

No excelente trabalho de Chandler (vol. 1. “The Hebrew Trial”), o registro dos fatos no caso, e a lei criminal hebraica relativa ao mesmo, são exaustivamente considerados. Segue-se então um elaborado “Sumário”, no qual os seguintes pontos são apresentados em ordem:

“Ponto 1: A prisão de Jesus foi ilegal”, uma vez que foi executada à noite, e por intermédio da traição de Judas, um cúmplice, sendo ambas as características expressamente proibidas pela lei judaica da época.

Ponto 2: A inquirição privada de Jesus diante de Anás ou Caifás foi ilegal”, porque (1) foi feita à noite; (2) a audiência de qualquer causa por “um juiz só” era expressamente proibida; (3) conforme lemos em Salvador, ‘Um princípio reproduzido perpetuamente nas escrituras hebraicas relaciona-se com as duas condições de publicidade e liberdade.’

Ponto 3: A acusação contra Jesus foi ilegal na forma. ‘O procedimento criminal inteiro, no código Mosaico, repousa em quatro regras: certeza na citação; publicidade na discussão; liberdade total garantida ao acusado; e garantia contra todos os perigos ou erros de testemunho’ — Salvador, p. 365. ‘O Sinédrio não dava origem, nem podia dar, a acusações, ele apenas investigava as que lhe eram levadas.’ — Edersheim, vol. 1, p. 309. ‘O testemunho das principais testemunhas constituía a acusação. Não havia outra denúncia, nenhuma outra citação formal. Até que eles falassem, e o fizessem em assembléia pública, o prisioneiro mal poderia ser considerado um homem acusado.’ — Innes, p. 41. ‘Os únicos acusadores conhecidos na jurisprudência criminal talmúdica são as testemunhas do crime. Seu dever é trazer o assunto ao conhecimento do tribunal, e prestar depoimento contra o criminoso. Em casos capitais, elas são também as executantes legais. Em lugar algum das leis dos hebreus antigos existe qualquer traço de um promotor, ou acusador oficial.’ — Mendelsohn, p. 110.

Ponto 4: A atuação do Sinédrio contra Jesus foi ilegal porque foi realizada à noite. ‘Que a ofensa capital seja julgada durante o dia, mas suspensa à noite.’ — Mishna, Sinédrio 4:1. ‘Casos criminais podem ser tratados pelos vários tribunais durante o dia somente, pelos Sinédrios Menores desde o encerramento dos serviços matutinos até meio-dia; e pelo Grande Sinédrio até à tarde.’ — Mendelsohn, p. 112.

Ponto 5: A ação do Sinédrio contra Jesus foi ilegal porque o tribunal se reuniu antes do oferecimento do sacrifício matinal. ‘O Sinédrio reunia-se desde o encerramento do sacrifício matinal até a hora do sacrifício da tarde.’ — Talmud, Jer. Sin. 1:19 ‘Nenhuma sessão do tribunal podia ter lugar antes do oferecimento do sacrifício matinal.’ — MM. Lemann, p. 109. ‘Uma vez que o sacrifício matinal era oferecido ao nascer do dia, dificilmente o Sinédrio poderia reunir-se antes daquela hora’ — Mishna, Talmud, cap. 3.

Ponto 6: A ação contra Jesus foi ilegal porque foi efetuada no dia anterior ao Sábado dos judeus; também no primeiro dia dos pães ázimos e véspera da Páscoa. ‘Eles não julgarão na véspera do Sábado, nem de qualquer festividade —

Mishna, Sin. 5:1. A nenhum tribunal de justiça em Israel era permitido realizar sessões nos Sábados ou em qualquer dos sete feriados bíblicos. Em caso de crimes capitais, nenhum julgamento podia ter início na sexta-feira, ou na véspera de qualquer feriado, porque não era legal suspender tais casos por tempo mais longo que uma noite, nem prosseguir com eles no Sábado ou feriado.’ — Rabi Wise, ‘Martyrdom of Jesus,’ p. 67.

Ponto 7: O julgamento de Jesus foi ilegal porque foi concluído dentro de um mesmo dia. ‘Um caso criminal que resulte em libertação do acusado pode terminar no mesmo dia em que começou o julgamento, mas se uma sentença de morte tiver de ser proferida não poderá ser concluído antes do dia seguinte.’ — Mishna Sin. 4:1.

Ponto 8: A sentença condenatória de Jesus pelo Sinédrio foi ilegal porque baseada sobre sua confissão não confirmada. ‘Temos como princípio fundamental de nossa jurisprudência que ninguém pode acusar-se a si mesmo. Se alguém confessar-se culpado diante de um tribunal legalmente constituído tal confissão não será usada contra ele, a menos que devidamente confirmada por duas outras testemunhas.’ — Maimonides, 4:2. ‘Não somente a auto condenação jamais é arrancada de um acusado por meio de torturas, mas nenhuma tentativa jamais é feita para levá-lo à auto-incriminação. Além do mais, uma confissão voluntária de sua parte não é aceita em depoimento e portanto não é válida para condená-lo, a menos que um número legal de testemunhas confirme minuciosamente sua auto-acusação’ — Mendelsohn, p. 133.

Ponto 9: A condenação de Jesus foi ilegal porque o veredicto do Sinédrio foi unânime. ‘Um veredicto simultâneo e unânime de culpa, pronunciado no dia do julgamento, tem o efeito de uma absolvição’. — Mendelsohn, p. 141 ‘Se nenhum dos juízes defende o réu, i.é., todos o declaram culpado, não havendo quem o defenda no tribunal, o veredicto de culpa não tem valor e a sentença de morte não pode ser executada.’ Rabi Wise, ‘Martyrdom of Jesus,’ p. 74.

Ponto 10: A ação contra Jesus foi ilegal, porque: 1) A sentença condenatória foi pronunciada num lugar proibido pela lei; 2) O sumo sacerdote rasgou as suas vestes; 3) A votação foi irregular. ‘Depois de deixarem o salão do tribunal (Gazith), nenhuma sentença de morte pode ser imposta sobre quem quer que seja’. — Talmud, Bab. ‘Of Idolatry’ 1:8. ‘Uma sentença de morte só pode ser imposta, quando o Sinédrio estiver realizando sua sessão no lugar designado’ Maimonides, 14. Veja-se também Lev. 21:10; compare-se com 10:6. ‘Que os juízes, cada um por sua vez, absolvam ou condenem.’ — Mishna, Sin. 15:5. ‘Os membros do Sinédrio assentavam-se em semicírculo em cujas extremidades se colocava um secretário para registrar os votos. Um desses secretários registrava os votos a favor do acusado, e o outro os contrários.’ — Mishna, Sin. 4:3. ‘Em casos comuns, os juízes votavam de acordo com a antigüidade, começando pelo mais velho; num caso capital, a ordem inversa era seguida.’ — Benny, p. 73.

Ponto 11: Os membros do Grande Sinédrio estavam legalmente incapacitados para julgar Jesus. ‘Nem pode haver no banco judicial um parente, ou amigo particular,

ou um inimigo, seja do acusado seja do acusador.’ — Mendelsohn, p. 108. ‘Nem, em nenhuma circunstância, jamais se soube que um homem conhecido por sua inimizade ao acusado tivesse tido permissão de ocupar posição entre os juizes’ — Benny, p. 37.

Ponto 12: A condenação de Jesus foi ilegal, porque os méritos da defesa não foram considerados. ‘Então inquirirás e informar-te-ás, e com diligência perguntarás. — Deu. 13:14. ‘Os juizes ponderarão o assunto na sinceridade de suas consciências’ — Mishna, Sin. 4:5. ‘O objetivo primário do sistema judicial hebraico era tornar impossível a condenação de uma pessoa inocente. Toda a imaginação dos juristas judaicos orientava-se no sentido de conseguir esse fim.’ — Benny, p. 56.

As magistras declarações sobre os fatos, bem como os argumentos apresentados por Chandler sobre cada um dos pontos precedentes, são recomendadas ao investigador. O autor sucintamente afirma: “As páginas da história humana não apresentam caso mais violento de assassinio judicial, do que o julgamento e crucifixão de Jesus de Nazaré, pela simples razão de que todas as formas da lei foram ultrajadas e espezinhadas no processo instituído contra Ele.” (p. 216).

5. “O Seu sangue caía sobre nós e sobre nossos filhos.” — Edersheim (vol. 2, p. 578) assim comenta vigorosamente a respeito do reconhecimento de responsabilidade pela morte de Cristo: “O Mishna nos diz que, depois do solene lavamento das mãos dos anciãos e de seu repúdio de culpa, os sacerdotes respondiam com a seguinte oração: ‘Perdoa ao teu povo Israel, ao qual tu redimiste, ó Senhor, e não lances sangue inocente sobre teu povo Israel.’ Aqui, porém, em resposta às palavras de Pilatos, veio aquele profundo e enrouquecido clamor: ‘O seu sangue seja sobre nós’, e (valhanos Deus!) ‘sobre nossos filhos’. Cerca de trinta anos mais tarde, e naquele exato lugar, foi pronunciada sentença contra alguns dos maiores em Jerusalém; e entre as 3.600 vítimas da fúria do governador, dentre as quais várias foram acoitadas e crucificadas bem defronte ao pretório, estavam muitos dos mais nobres cidadãos de Jerusalém. (Josefo, Guerras, xiv, cap. 8:9). Uns poucos anos mais, e centenas de cruces ostentavam lacerados corpos de judeus, à vista de Jerusalém. E ainda parece que esses errantes levam, de século em século, de terra em terra, aquela carga de sangue que parece pesar ‘sobre nós e sobre nossos filhos.’

6. “Não temos rei, senão o César.”—”Com este grito, o Judaísmo tornou-se, na pessoa de seus representantes, réu de traição a Deus, de blasfêmia, e de apostasia. Cometeu suicídio, e desde aí tem seu corpo morto sido levado em espetáculo, de terra em terra, e de século em século, para estar morto e permanecer morto, até que Ele venha pela segunda vez; aquele que é a ressurreição e a vida.” — Edersheim, vol. 2, p. 58].

7. Razão básica da rendição de Pilatos ante as exigências dos judeus. — Pilatos sabia o que era justo, mas faltou-lhe coragem moral para o pôr em prática. Ele temia os judeus, e mais ainda as influências hostis em Roma. Tinha medo de sua própria consciência, porém, mais ainda, temia perder sua posição oficial. Constituía política de

Roma ser benévola e conciliatória ao tratar as religiões e os costumes sociais das nações conquistadas. Pôncio Pilatos havia violado essa política liberal desde os primeiros dias de sua governança. Em total desrespeito pela antipatia dos hebreus contra imagens e insígnias pagãs, ele fizera com que os legionários entrassem em Jerusalém à noite, ostentando suas águias e pavilhões decorados com a efígie do imperador. Para os judeus, esse ato fora uma profanação da Cidade Santa. Em vastas multidões, reuniram-se em Cesaréia e solicitaram ao procurador que os pavilhões e outras imagens fossem removidos de Jerusalém. Durante cinco dias, o povo insistiu e Pilatos recusou, ameaçando uma matança geral, e ficou surpreso de ver que o povo se oferecia como vítima da espada, antes de renunciar à sua solicitação. Pilatos teve que aquiescer (Josefo, Ant. xviii, cap. 3:1; também Guerras, ii, cap. 9:2, 3). Novamente causou ofensa apropriando-se à força do corbã, ou fundos sagrados do templo, para a construção de um aqueduto para suprir Jerusalém com água proveniente dos tanques de Salomão. Prevendo o protesto público, fez com que soldados romanos se disfarçassem de judeus, e com armas escondidas se misturassem com as multidões. A um sinal dado, aqueles assassinos sacaram de suas armas, e grande número de indefesos judeus foram mortos ou feridos (Josefo, Ant. xviii, cap. 3:2; e Guerras, ii, cap. 9:3,4). Noutra ocasião, Pilatos ofendeu grandemente o povo, instalando em sua residência oficial em Jerusalém, escudos que haviam sido dedicados a Tibério, e isso “menos para honra de Tibério do que para aborrecer o povo judaico.” Uma petição assinada pelos oficiais eclesiásticos da Pátria, e por outros de influência, inclusive quatro príncipes herodianos, foi enviada ao imperador que repreendeu Pilatos e determinou que os escudos fossem retirados de Jerusalém para Cesaréia (Filon. De Legatione ad Caium; sec. 38).

Esses ultrajes ao sentimento nacional. e muitos atos menos evidentes de violência, extorsão e crueldade, os judeus guardavam contra o procurador. Ele reconhecia que sua posição era insegura. e temia expor-se. Tantos males havia perpetrado, que quando poderia ter feito o bem, foi impedido pelo medo covarde do passado acusador.

8. Judas Iscariotes. — Atualmente chamamos os traidores de “Judas” ou de “Iscariotes”. O homem que tornou infame o próprio nome tem sido, através das eras, objeto de discussão entre teólogos e filósofos, e nos últimos tempos, a luz da análise psicológica focalizou-se sobre ele. Os filósofos alemães estiveram entre os primeiros a afirmar que o homem havia sido julgado injustamente, e que o seu verdadeiro caráter merecia tintas mais brilhantes do que aquelas com que era pintado. Na realidade, alguns críticos afirmam que, de todos os Doze, Judas era o mais completamente convencido da divindade de nosso Senhor na carne; e esses defensores procuram explicar a traição como uma atitude deliberada e bem planejada para forçar Jesus a uma situação difícil, da qual só pudesse escapar pelo exercício de Seus poderes divinos, que até aquela ocasião não haviam sido usados em Seu próprio benefício.

Nós não somos os juízes designados para Judas nem para qualquer outra pessoa; mas temos capacidade para formar e manter opiniões quanto aos atos de qualquer um. À luz da palavra revelada, parece que Judas Iscariotes deu-se à causa de Satanás

enquanto ostensivamente servia a Cristo em um exaltado lugar. Tal rendição aos poderes do mal só poderia ser realizada por meio do pecado. Não nos é declarada a natureza e extensão das transgressões do homem através dos anos. Ele havia recebido o testemunho de que Jesus era o Filho de Deus, e na plena luz daquela convicção, voltara-se contra seu Senhor e o atraía para a morte. A revelação moderna não é menos explícita que a antiga, em declarar que a senda do pecado é caminho de escuridão espiritual, que conduz à destruição inevitável. Se o homem que é culpado de adultério, mesmo que seja apenas em seu coração, negar-se obstinadamente à companhia do Espírito de Deus, e “negar a fé”, a menos que se arrependa, assim o tem declarado a voz de Deus (ver D&C 63:16), não podemos duvidar de que todas as formas de pecado mortal envenenarão a alma, e se não for perdoada, por meio de arrependimento verdadeiro, levarão aquela alma à destruição. Aos seus servos hábeis e bem treinados, Satanás proverá oportunidades de serviço à altura de suas aptidões para o mal. A despeito da opinião de críticos modernos em relação ao bom caráter de Judas, nós temos o testemunho de João, que por quase três anos havia estado em íntimo companheirismo com ele, de que era ladrão (12:6); e Jesus a ele se referiu como um demônio (6:70), e como o “filho de perdição” (17:12). Veja-se, em relação a isso, D&C 76:41-48).

Que as tendências malignas de Judas Iscariotes eram conhecidas de Cristo é demonstrado pela afirmativa direta do Senhor de que, entre os Doze, havia um que era um diabo; (João 6:70, comparar com 13:27; Luc. 22:3); e além disso, que tal conhecimento já existia quando os Doze foram escolhidos, é sugerido pelas palavras de Jesus: “Eu conheço aqueles que escolhi”, reforçadas pela explanação de que, na escolha que havia feito, se cumpririam as escrituras. Da mesma forma em que a morte sacrificial do Cordeiro de Deus fora conhecida e predita, igualmente as circunstâncias da traição haviam sido previstas. Seria contrário tanto à letra quanto ao espírito da palavra revelada dizer que o desventurado Iscariotes fora privado, de alguma forma, da liberdade ou arbítrio, no caminho que percorreu para um fim tão execrável. Ele tivera as oportunidades e privilégios comuns aos Doze, de viver sob a luz da presença do Senhor, e de receber da divina fonte a revelação dos propósitos de Deus. Judas Iscariotes não foi nenhuma vítima das circunstâncias, nenhum instrumento inconsciente guiado por qualquer poder sobre-humano, senão na medida em que, por vontade própria, se entregou a Satanás, e aceitou salário a serviço do demônio. Tivesse Judas sido fiel à retidão, outros meios, que não a sua perfídia, teriam operado para levar o Cordeiro à morte. A sua ordenação ao apostolado colocara-o na posse de oportunidades e privilégios superiores aos daqueles que não haviam sido chamados e ordenados; e com tão abençoadas possibilidades de realização no serviço de Deus, vinha a correspondente capacidade de cair. Um oficial do governo em alta posição e merecedor de confiança pode cometer atos de deslealdade e traição impossíveis ao cidadão que nunca conheceu os segredos de Estado. O avançamento implica em aumento de responsabilidade, ainda mais literalmente nos negócios do reino de Deus do que nas instituições dos homens.

Há uma discrepância visível entre as narrativas da morte de Judas Iscariotes dadas por Mateus (27:3-10) e pelo livro de Atos (1:16-20). De acordo com o primeiro, Judas enforcou-se; o segundo afirma que ele se precipitou de cabeça para baixo, “e todas as suas entranhas se derramaram”. Se ambos os relatos são corretos, o infeliz provavelmente enforcou-se, e depois caiu, talvez por arrebentamento da corda ou do galho ao qual estava preso. Mateus diz que os governantes judaicos haviam comprado o “campo de sangue”; o autor dos Atos cita Pedro como tendo dito que Judas comprou o campo com o dinheiro que havia recebido dos sacerdotes. Uma vez que o terreno havia sido comprado com o dinheiro que pertencera ao Iscariotes, e como aquele dinheiro não havia sido formalmente recebido de volta pelos oficiais do templo, o campo comprado pertencia oficialmente aos bens de Judas. As variações são importantes, principalmente como demonstração de independência de autoria. As narrativas concordam no ponto principal, que Judas morreu miseravelmente por suicídio.

Relativamente ao destino dos “filhos de perdição” o Senhor descreveu de maneira parcial, mas terrível, através de uma revelação datada de 16 de fevereiro de 1832: “Assim diz o Senhor concernente a todos aqueles que conhecem o meu poder, e dele foram feitos participantes; e que se deixaram vencer pelo poder do diabo e negaram a verdade e desafiaram o meu poder — estes são os filhos de perdição; de quem eu digo que melhor lhes fora nunca terem nascido; pois são vasos de ira de Deus com o diabo e seus anjos na eternidade; sobre os quais eu disse que não há perdão neste mundo nem no mundo vindouro — tendo negado o Santo Espírito, depois de havê-lo recebido, e tendo negado o Filho Unigênito do Pai; tendo-o crucificado dentro de si e tendo-o envergonhado abertamente. Estes são os que irão para o lago de fogo e enxofre com o diabo e seus anjos — e os únicos sobre quem a segunda morte terá qualquer poder (...) Portanto ele salva todos exceto esses, os quais irão para o castigo sem fim, que é castigo eterno, para reinar com o diabo e seus anjos na eternidade, onde seu bicho não morre, e o fogo é inextinguível, o que é seu tormento — e homem algum conhece o seu fim, nem seu lugar, nem seu tormento; nem foi revelado àqueles que dele forem feitos participantes; contudo eu, o Senhor, mostro-o em visão a muitos, mas imediatamente torno a encerrá-la; portanto seu fim, sua largura, altura, profundidade e miséria eles não compreendem, nem homem algum, a não ser os que são ordenados a essa condenação.” (D&C 76:31-37, 44-48).

CAPÍTULO 35

MORTE E SEPULTAMENTO

A Caminho do Calvário¹

Havendo-se dobrado relutantemente ante as insistentes exigências dos judeus, Pôncio Pilatos emitira a ordem fatal, e Jesus, despido do manto de púrpura e vestido com Suas próprias roupas, foi levado para a crucifixão. Um grupo de soldados romanos tinha a seu cargo o Cristo condenado, e quando o cortejo saiu do palácio do governador, uma multidão heterogênea, constituída de oficiais sacerdotais, governantes dos judeus, e gente de muitas nacionalidades, o acompanhou. Dois criminosos condenados, que tinham recebido sentença de crucifixão por roubo, foram levados para a morte na mesma hora; tratava-se de uma tripla execução; e a cena de horror em perspectiva atraía as mentes mórbidas, aquelas que se deleitam em maligno prazer ante os sofrimentos do próximo. Na multidão, entretanto, havia alguns que genuinamente lamentavam, como será visto. Era costume dos romanos fazer as execuções dos culpados tão publicamente quanto possível, na suposição falsa e antipsicológica, de que o espetáculo da medonha punição teria efeito dissuasório. Esse erro de observação quanto à natureza humana ainda não se tornou inteiramente obsoleto.

A sentença de morte por crucifixão exigia que o condenado carregasse a cruz sobre a qual haveria de sofrer. Jesus pôs-Se a caminho levando a Sua. A terrível tensão das horas precedentes, a agonia no Getsêmani, o bárbaro tratamento suportado no palácio do sumo sacerdote, a humilhação e o mau-trato a que havia sido submetido diante de Herodes, o tremendo açoitamento sob as ordens de Pilatos, o tratamento brutal pela soldadesca desumana, juntamente com a extrema humilhação e agonia mental de tudo aquilo, de tal maneira O haviam enfraquecido fisicamente, que Ele caminhava devagar sob o peso da cruz. Os soldados, impacientes com o retardamento, peremptoriamente forçaram um homem que encontraram a caminho de Jerusalém, vindo do campo, e o compeliram a carregar a cruz de Jesus. Nenhum romano ou judeu teria, voluntariamente, aceitado a ignomínia de levar uma carga tão hedionda, porquanto todos os detalhes relacionados com a execução de uma sentença de crucifixão eram olhados como degradantes. O homem assim forçado a andar nas pegadas de Jesus, levando a cruz sobre a qual o Salvador do mundo deverá consumir Sua gloriosa missão, era Simão, um nativo de Cirene. A declaração de Marcos, de que Simão era pai de Alexandre e Rufo, permite-nos concluir que os dois filhos eram conhecidos dos leitores do evangelista como membros da Igreja primitiva, e existe certa indicação de que a casa de Simão, o Cireneu, veio a ser contada entre os crentes.²

Entre os que o acompanhavam, ou que se postavam a ver o cortejo da morte passar, havia alguns, em particular mulheres, que pranteavam e lamentavam a sorte a que Jesus era levado. Não se lê de nenhum homem que se aventurasse a erguer a voz em protesto ou compaixão; mas naquela ocasião pavorosa como em outras, as mulheres

não temeram chorar em comiseração ou louvor. Jesus, que havia silenciado sob a inquirição dos sacerdotes, ante a zombaria humilhante do sensual Herodes e seus obscenos lacaios, e ao ser esbofeteado e agredido pelos legionários brutais de Pilatos, voltou-Se para as mulheres, cujas compadecidas lamentações Lhe haviam chegado aos ouvidos, e pronunciou estas patéticas e proféticas palavras de censura e advertência: “Filhas de Jerusalém, não choreis por mim, chorai antes por vós mesmas, e por vossos filhos. Porque eis que hão de vir dias em que dirão: Bem-aventuradas as estéreis, e os ventres que não geraram, e os peitos que não amamentaram! Então começarão a dizer aos montes: Caí sobre nós, e aos outeiros: Cobri-nos. Porque, se ao madeiro verde fazem isto, que se fará ao seco?” Esse foi o último testemunho do iminente holocausto de destruição que havia de seguir a rejeição nacional de seu Rei. Conquanto a maternidade fosse a glória da vida de toda mulher judia, ainda assim, nas terríveis cenas que muitas daquelas que ali estavam pranteando viveriam para testemunhar, a esterilidade viria a ser considerada como bênção, porquanto as que não tivessem filhos teriam menos a quem lamentar, ou pelo menos seriam poupadas ao horror de verem sua prole morrer à mingua ou por violência, pois que tão pavoroso seria aquele dia, que as pessoas com satisfação receberiam a queda das montanhas sobre si para porem fim a seus sofrimentos.³ Se os opressores de Israel podiam fazer o que se estava fazendo ao “Lenho Verde”, que trazia a folhagem da liberdade e da verdade, e oferecia os inestimáveis frutos da vida eterna, que não fariam os poderes do mal aos ramos murchos e ao ressequido tronco do judaísmo apóstata?

O cortejo avançava ao longo das ruas da cidade, passando pelos portais da maciça muralha, dirigindo-se então a um lugar próximo, ainda que fora de Jerusalém. O destino era um ponto chamado Gólgota, ou Calvário, que significa “o lugar da caveira”.⁴

A Crucifixão⁵

No Calvário, os crucificadores oficiais agiram sem demora para levar a efeito a pavorosa sentença lançada sobre Jesus e os dois criminosos. Preparando para a afixação do condenado à cruz, era costume oferecer a cada um uma beberragem narcótica de vinho azedo, ou vinagre, misturado com mirra e provavelmente outros ingredientes anódinos, com o misericordioso propósito de amortecer a sensibilidade da vítima. Não se tratava de costume romano, mas era permitido como concessão ao sentimento judaico. Quando a taça narcótica foi apresentada a Jesus, Ele a levou aos lábios, porém tendo reconhecido a natureza do conteúdo, recusou-Se a beber, e assim demonstrou Sua determinação de enfrentar a morte com as faculdades despertas e a mente desanuviada.

Crucificaram-No então, na cruz colocada no centro das três, e colocaram um dos malfeitores condenados à Sua direita e o outro à esquerda. Dessa maneira, realizou-se a visão de Isaías, do Messias contado entre os transgressores.⁶ Poucos detalhes, entretanto, são dados da própria crucifixão; sabemos contudo que nosso Senhor foi pregado à cruz com cravos que Lhe traspassaram as mãos e os pés, segundo o método

romano, em lugar de ser amarrado apenas com cordas, como era costume ao infligir-se tal forma de castigo entre algumas outras nações. A morte por crucifixão era, ao mesmo tempo, a mais demorada e dolorosa de todas as formas letais. A vítima vivia em tortura crescente, geralmente por muitas horas e algumas vezes por dias. Os cravos pregados de maneira tão cruel nas mãos e nos pés, atravessavam e esmagavam nervos sensitivos e tendões tensos, mas não causavam ferimento mortal. O bem-vindo alívio da morte chegava pela exaustão causada pela dor intensa e ininterrupta, e pela inflamação e congestão localizada em certos órgãos em consequência da postura forçada e antinatural do corpo.⁷

Enquanto os crucificadores executavam sua medonha tarefa, provavelmente com grosseria e escárnio, já que matar era sua profissão e através de longa familiaridade com cenas de angústia haviam-se tornado calejados, o agonizante Sofredor, sem ressentimento, mas apiedado da insensibilidade e tendência para a crueldade deles, pronunciou a primeira das sete expressões faladas na cruz. No espírito de misericórdia divina, rogou: *“Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem”*. Não queiramos fixar limites à misericórdia do Senhor. Deveria ser um fato suficiente para nós, sabermos que se estenderia a todos os que, em qualquer medida, pudessem cair sob a dádiva bendita. A maneira em que a bênção misericordiosa foi expressada, tem significado especial. Tivesse o Senhor dito: *“Eu vos perdão”*, Seu perdão misericordioso poderia ter sido entendido como uma simples indulgência à cruel ofensa contra Si mesmo, contra Aquele que fora torturado por injusta condenação; mas invocar o perdão do Pai, era um pedido pelos que haviam levado angústia e morte ao Filho Bem Amado, o Salvador e Redentor do mundo. Moisés perdoara Miriam pela ofensa que lhe fizera como irmão, mas somente Deus poderia suspender a pena e remover a lepra que havia caído sobre ela por haver falado contra o sumo sacerdote de Jeová.⁸

Parece que, pela lei romana, as roupas usadas pelos condenados na hora da execução, se tornavam propriedade dos executores. Os quatro soldados encarregados da cruz em que sofreu o Senhor distribuíram entre si peças de Seu vestuário, e sobrou a capa,⁹ que era uma vestimenta cara, tecida de alto a baixo em uma só peça, sem costuras. Rasgá-la seria estragar, de maneira que os soldados lançaram sortes para ver quem ficaria com ela, e nessa circunstância, os autores dos evangelhos viram o cumprimento da previsão do salmista: *“Repartiram entre si os meus vestidos, e sobre a minha túnica lançaram sortes.”*¹⁰

Sobre a cruz, acima da cabeça de Jesus, fora afixado um título ou inscrição preparado por ordem de Pilatos, de acordo com o costume de indicar o nome do crucificado e a natureza da ofensa pela qual havia sido condenado à morte. Nesse caso, o título havia sido escrito em três línguas: grego, latim e hebraico, das quais, pelo menos uma, seria compreendida por todos os observadores que as lessem. O título, assim apresentado, dizia: *“Este é Jesus, o Rei dos Judeus”*; ou na versão mais longa, fornecida por João: *“Jesus Nazareno, Rei dos Judeus.”*¹¹ A inscrição foi lida por

muitos, porque o Calvário era perto da estrada pública e naquela ocasião de festas, os transeuntes indubitavelmente deviam ser numerosos. Levantaram-se comentários, porque, interpretado literalmente, o letreiro era uma declaração oficial de que Jesus, o crucificado, era realmente o rei dos judeus. Quando isso foi levado à atenção dos principais sacerdotes, eles excitadamente apelaram para o governador, dizendo: “Não escrevas, Rei dos Judeus, mas o que ele disse: Sou Rei dos Judeus. Respondeu Pilatos: O que escrevi, escrevi.” A atitude de Pilatos em escrever o título daquela maneira, e sua áspera recusa de permitir alteração, pode ter sido uma réplica intencional aos oficiais judaicos que o haviam forçado a condenar Jesus contra seu julgamento e vontade; possivelmente, entretanto, a conduta do submisso Prisioneiro, e Sua confissão de realeza acima de toda majestade da Terra, haviam deixado marca na mente, se não no coração do governador pagão, com a certeza da superioridade impar de Cristo e de Seu direito inerente de domínio; mas, seja qual for o propósito atrás da inscrição, ela permanece na história como testemunho da consideração de um gentio em contraste com a desapiedada rejeição de Israel em relação ao seu Rei.¹²

Os soldados cujo dever era guardar as cruzes, até que a morte tardia viesse libertar os crucificados de sua crescente angústia, pilheriavam entre si e escarneciam de Cristo, brindando-O com suas taças de vinho azedo em trágica zombaria. Vendo o título afixado acima da cabeça do Sofredor, gritavam-lhe o desafio inspirado pelo diabo: “Se tu és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo.” A multidão mórbida e os viajores que passavam “blasfemavam dele, meneando a cabeça e dizendo: Tu, que destróis o templo, e em três dias o reedificas, salva-te a ti mesmo, e desce da cruz.” Mas, pior que tudo, os principais dos sacerdotes e escribas, os anciãos do povo e os indignos sinedristas, tornaram-se os ativadores da desumana multidão enquanto exultavam jubilosamente e clamavam em alta voz: “Salvou os outros, e a si mesmo não pode salvar-se. Se é o Rei de Israel, desça agora da cruz, e cre-lo-e-mos nele; confiou em Deus; livre-o agora, se o ama; porque disse: Sou Filho de Deus.”¹³ Ainda que afirmada em irreverente zombaria, a declaração dos governantes em Israel permanece como uma atestação de que Cristo salvara outros, e como uma proclamação que pretendia ser irônica mas era literalmente verdadeira, de que Ele era o Rei de Israel. Os dois malfeitores, cada qual pendendo de sua cruz, uniram-se à zombaria geral, e “o mesmo lhe lançaram também em rosto”. Um deles, no desespero próprio da aproximação da morte, fez eco aos motejos dos sacerdotes e do povo: “Se tu és o Cristo, salva-te a ti mesmo, e a nós.”

A nota dominante em todas as provocações e ultrajes, as grosserias e motejos com que o submisso Cristo havia sido atacado enquanto pendia, ou estava “levantado” como predissera,¹⁴ era aquele terrível “se” lançado a Ele pelos emissários do diabo, na ocasião da agonia da morte, da mesma forma como, na época das tentações que se seguiram ao Seu batismo, havia sido insidiosamente atirado contra Ele pelo próprio demônio.¹⁵ Aquele “se” era a última flecha de Satanás, agudamente farpada e duplamente envenenada, e havia sido atirada com furioso sibilar, como que de víbora. Teria sido possível, neste último e pavoroso estágio da missão de Cristo, fazê-Lo

duvidar de Sua filiação divina, ou fracassando nisso, espicaçar e enfiar o agonizante Salvador para que usasse Seus poderes sobre-humanos para auxílio próprio, ou em ato de vingança sobre Seus atormentadores? O propósito desesperado de Satanás era alcançar essa vitória. A flecha errara o alvo. Aos escárnios e zombarias, diante dos desafios blasfemos e diabólicas provocações, o agonizado Cristo permanecia silencioso.

Um dos ladrões crucificados, então, enternecido até ao arrependimento pela fortaleza sem lamentações do Salvador, e percebendo na atitude do divino Mártir algo mais que humano, repreendeu seu injuriante companheiro, dizendo: “Tu nem ainda temes a Deus, estando na mesma condenação? E nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o que os nossos feitos mereciam; mas este nenhum mal fez.” Sua confissão de culpa e o reconhecimento da justiça de sua própria condenação, abriram caminho para o incipiente arrependimento, e para a fé no Senhor Jesus, seu companheiro de agonia. “E disse a Jesus: Senhor, lembra-te de mim, quando entrares no teu reino.”¹⁶ Ao apelo da penitência, o Senhor respondeu com uma promessa que só Ele poderia fazer: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso.”¹⁷

Entre os espectadores desta, que foi a maior tragédia da história, havia alguns que haviam vindo com simpatia e pena. Não se faz menção da presença de nenhum dos doze, salvo um, e este, o discípulo “a quem Jesus amava”, João, o apóstolo, evangelista e revelador; mas faz-se menção específica de algumas mulheres que, primeiro à distância e depois junto à cruz, pranteavam na angústia do amor e do sofrimento. “E junto à cruz de Jesus estavam sua mãe, e a irmã de sua mãe, Maria, mulher de Clopas, e Maria Madalena.”¹⁸

Além das mulheres citadas, havia muitas outras, algumas das quais haviam ministrado a Jesus no curso de Seus labores na Galiléia, e que estavam entre os que haviam subido com Ele a Jerusalém.¹⁹ Em primeiro lugar em consideração entre todos, estava Maria, a mãe de Jesus, em cuja alma a espada havia penetrado como o justo Simeão profetizara.²⁰ Olhando com terna compaixão para Sua mãe em prantos junto a João, ao pé da cruz, Jesus recomendou-a ao cuidado e proteção do discípulo amado, com as palavras: “*Mulher, eis aí o teu filho!*” e a João: “*Eis aí tua mãe*”. O discípulo ternamente conduziu a amargurada Maria para longe do Filho moribundo, e “a recebeu em sua casa”, assumindo assim, imediatamente, a nova relação estabelecida pelo Mestre agonizante.

Jesus havia sido pregado à cruz na manhã daquela sexta-feira fatídica, provavelmente entre as nove e as dez horas.²¹ Ao meio-dia, a luz do sol foi obscurecida, e negra escuridão espalhou-se sobre toda a Terra. As apavorantes trevas continuaram por um período de três horas. Esse notável fenômeno não recebeu explicação satisfatória da ciência. Não poderia ter sido motivado por eclipse solar, como tem sido sugerido em ignorância, porquanto era tempo de lua cheia; na realidade, a época da Páscoa era determinada pela primeira ocorrência de lua cheia depois do equinócio da primavera. A escuridão fora produzida por operação miraculosa de leis naturais dirigidas por poder divino. Era um sinal adequado da profunda lamentação da Terra

pela iminente morte de Seu Criador.²² A respeito da mortal agonia por que o Senhor passou enquanto na cruz, os evangelistas são reverentemente reticentes.

Pela hora nona, ou seja, ao redor das três da tarde, um alto brado, que ultrapassava o mais agoniado clamor de sofrimento físico partiu da cruz central, rasgando a medonha escuridão. Era a voz do Cristo: “*Eloi, Eloi, lama sabactâni?*” que, traduzido, é: *Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?*” Qual a mente humana capaz de penetrar o significado daquele clamor impressionante? Deixa-nos a impressão de que, além do terrível sofrimento característico da crucifixão, a agonia do Getsêmani havia voltado, intensificada além da capacidade humana de suportar. Naquela hora mais pungente, o Cristo agonizante estava só, da maneira mais terrivelmente real. A fim de que o supremo sacrifício do Filho pudesse consumir-se em toda a Sua plenitude, o Pai parece ter retirado o apoio de Sua presença imediata, deixando ao Salvador dos homens a glória da completa vitória sobre as forças do pecado e da morte. O clamor que partira da cruz, embora ouvido por todos os que estavam próximos, somente por poucos fora compreendido. A primeira exclamação, *Eloi*, significando *Deus meu*, foi falsamente interpretada como um apelo a Elias.

O período de abatimento, a sensação de total abandono logo passou, e as exigências do corpo se reafirmaram. A sede exasperante, que constituía uma das piores agonias da crucifixão, arrancou dos lábios do Salvador Sua única expressão registrada denotando sofrimento físico: “*Tenho sede*” disse Ele. Um dos que estavam próximos, se romano ou judeu, discípulo ou incrédulo não sabemos, rapidamente embebeu uma esponja numa vasilha de vinagre que ali havia, e prendendo-a à extremidade de uma cana, ou haste de hissopo, levou-a aos lábios febris do Senhor. Outros quiseram impedir esse único ato de reação humana, dizendo: “Deixai, vejamos se Elias vem livrá-lo.” João afirma que Cristo exclamou “*Tenho sede*”, somente quando soube “que já todas as coisas estavam terminadas;” e o apóstolo viu no incidente o cumprimento de uma profecia.²³

Percebendo plenamente que não estava mais abandonado, mas que Seu sacrifício expiatório havia sido aceito pelo Pai, e que Sua missão na carne tinha sido levada a uma gloriosa consumação, exclamou num alto brado de triunfo santo: “*Está consumado*. “Com reverência, resignação e alívio, dirigiu-Se ao Pai, dizendo: “*Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito*”.²⁴ Curvou a cabeça e voluntariamente entregou Sua vida.

Jesus, o Cristo, estava morto. Sua vida não Lhe havia sido tirada, senão quando Ele próprio o havia permitido. Por mais doce e bemvindo que pudesse ter sido o alívio da morte, em qualquer dos estágios anteriores de Seu sofrimento desde o Getsêmani até à cruz, Ele havia vivido até que todas as coisas que Dele haviam sido requeridas fossem executadas. Nestes últimos dias, a voz do Senhor Jesus tem sido ouvida declarando a realidade de Seu sofrimento e morte, e o eterno propósito alcançado por esse meio. Ouvi Suas palavras e prestai-Lhe atenção:

“Pois, eis que o Senhor vosso Redentor sofreu a morte na carne; portanto, sofreu a dor de todos os homens, para que todos os homens se arrependessem e viessem a ele.”²⁵

Ocorrências Importantes entre a Morte e o Sepultamento do Senhor

A morte de Cristo foi acompanhada por fenômenos aterrorizantes. Houve um violento terremoto; as rochas das pujantes colinas romperam-se, e muitos sepulcros se abriram. Contudo, mais assombroso ainda para a mente judaica, o véu do templo que pendia entre o Lugar Santo e o Santo dos Santos²⁶ rompeu-se de alto a baixo e a parte interna, que ninguém senão o sumo sacerdote tinha tido permissão de ver, escancarou-se à observação profana. Era a rutura do judaísmo, a consumação da dispensação mosaica, e a inauguração do cristianismo sob a administração apostólica.

O centurião romano e os soldados a seu comando no local da execução ficaram assombrados e grandemente atemorizados. Haviam, provavelmente, testemunhado muitas mortes na cruz, mas nunca antes haviam visto um homem aparentemente morrer por sua própria decisão, e ainda ser capaz de clamar em tão alta voz no momento da morte. Aquele bárbaro e desumano sistema de execução ocasionava exaustão lenta e progressiva. A morte de Jesus assemelhara-se a um milagre para todos os presentes, e de fato o fora. Aquele prodígio, somado ao terremoto e aos horrores que o acompanharam, de tal maneira impressionara o centurião, que o levava a orar a Deus, declarando solenemente: “Na verdade este homem era justo”. Outros se lhe uniram em atemorizada afirmativa: “Verdadeiramente este era o Filho de Deus”. Aquelas pessoas aterrorizadas que haviam falado, e os que tinham ouvido, abandonaram o lugar em estado de pavor, batendo no peito, e lamentando o que parecia ser uma situação de iminente catástrofe.²⁷ Um pouco de mulheres amorosas, entretanto, observaram de um ponto distante, e viram tudo o que aconteceu até que o corpo do Senhor foi retirado.

Chegava o fim da tarde: ao pôr-do-sol o Sábado teria início. Aquele Sábado que se aproximava deveria ser considerado como mais do que comumente sagrado, porque era um grande dia, sendo o Sábado semanal e um dia de páscoa santificado.²⁸ Os oficiais judaicos, que não haviam hesitado em matar o seu Senhor, estavam apavorados com o pensamento de homens serem deixados pendendo de cruces num dia daqueles, porque desse modo a Terra ficaria profanada;²⁹ de maneira que aqueles escrupulosos governantes foram a Pilatos e rogaram que Jesus e os dois malfeitores fossem sumariamente mortos pelo brutal método romano de quebrar-lhes as pernas, com o que o choque provocado por tratamento tão violento se mostrava prontamente fatal ao crucificado. O governador deu consentimento e os soldados quebraram as pernas dos dois ladrões a bordoadas. Jesus, entretanto, foi encontrado já morto, de forma que não lhe quebraram os ossos. Cristo, o grande sacrifício pascal, do qual todas as vítimas no altar haviam sido meros protótipos, morrera vítima de violência, entretanto, sem que um osso de Seu corpo tivesse sido quebrado, tal como era condição prescrita para os cordeiros pascais.³⁰ Um dos soldados, para assegurar-se de que Jesus estava realmente

morto, ou para matá-Lo se ainda estivesse vivo, furou-Lhe o lado com uma lança, provocando-Lhe um ferimento suficientemente grande para permitir que a mão de um homem fosse introduzida.³¹ A retirada da lança foi seguida por um fluxo de sangue e água;³² um acontecimento tão surpreendente, que João, testemunha ocular, presta testemunho pessoal e específico do fato, e cita as escrituras que assim se cumpriam.³³

O Sepultamento³⁴

Um homem conhecido como José de Arimatéia, que de coração era discípulo de Cristo, mas que havia hesitado em confessá-lo publicamente por temor dos judeus, desejava dar ao corpo do Senhor um sepultamento decente e honroso. Não fora por uma intervenção divina como aquela, e o corpo de Jesus teria sido lançado à vala comum onde se enterravam os criminosos executados. Esse homem chamado José, era “senador, homem de bem e justo.” Dele se diz expressamente que “não tinha consentido no conselho e nos atos dos outros”; de onde concluímos que era sinedrista e se havia oposto à ação de seus colegas de condenar Jesus à morte, ou pelo menos havia evitado de votar com os restantes. José era um homem de fortuna, posição e influência. Foi corajosamente a Pilatos e pediu-lhe o corpo de Cristo. O governador surpreendeu-se ao saber que Jesus já era morto; mandou chamar o centurião e perguntou-lhe quanto tempo Jesus havia permanecido vivo na cruz. A circunstância incomum parece ter aumentado a preocupação de Pilatos, que deu ordens e o corpo de Cristo foi entregue a José.

O corpo foi retirado da cruz, e na preparação para o sepulcro, José foi ajudado por Nicodemos, outro membro do Sinédrio, o mesmo que tinha ido a Jesus à noite, três anos antes, e que numa das reuniões de conspiração do conselho havia protestado contra a sentença ilegal de Jesus sem que ele fosse ouvido.³⁵ Nicodemos trouxera grande quantidade de mirra e aloés, cerca de cem arráteis. A odorífera mistura era altamente apreciada para a unção e embalsamamento, mas seu custo restringia o uso aos abastados. Os dois reverentes discípulos envolveram o corpo do Senhor em lençóis limpos, “com as especiarias, como os judeus costumavam fazer, na preparação para o sepulcro”, e o deitaram numa sepultura nova, cavada na rocha. A tumba ficava num horto, não distante do Calvário, e pertencia a José. Por causa da proximidade do Sábado, o sepultamento tinha de ser feito apressadamente; a porta do sepulcro foi fechada, uma grande pedra foi rolada contra ela;³⁶ e assim jazendo, o corpo foi deixado a repousar. Algumas das mulheres devotas, particularmente Maria Madalena, e “a outra Maria”, que era mãe de Tiago e José haviam observado o sepultamento de certa distância; e quando terminou, “voltando elas, prepararam especiarias e unguentos, e no sábado repousaram, conforme o mandamento.”

O Sepulcro Guardado³⁷

No dia seguinte ao da “preparação”, ou seja, o Sábado que era o “grande dia”,³⁸ os principais dos sacerdotes e fariseus, incorporados, vieram a Pilatos, dizendo: “Senhor, lembramo-nos de que aquele enganador, vivendo ainda, disse: Depois de três dias ressuscitarei. Manda pois que o sepulcro seja guardado com segurança até o terceiro dia, não se dê o caso que os seus discípulos vão de noite, e o furem, e digam ao povo: Ressuscitou dentre os mortos; e assim o último erro será pior do que o primeiro.” É evidente que os mais inveterados dos inimigos humanos de Cristo se lembravam de Seu vaticínio sobre a prometida ressurreição ao terceiro dia depois da morte. Pilatos respondeu com sucinta anuência: “Tendes a guarda; ide, guardai-o como entenderdes.” Assim os principais dos sacerdotes e fariseus asseguraram-se de que o sepulcro estava seguro ao verem o selo oficial ser afixado na junção entre a grande pedra e o portal, e a guarda armada postar-se em vigilância.

NOTAS DO CAPÍTULO 35

1. Simão, o Cireneu. — Simão, o homem sobre o qual foi colocada a cruz de Jesus, era membro da colônia judaica do norte da Ásia, que havia sido estabelecida cerca de três séculos antes do nascimento de Cristo por Ptolomeu Lagi, que para lá transportara grande número de judeus da Palestina (Josefo Antigüidades, cap. 1). Cirene, a terra de Simão, ficava na província da Líbia; sua localização era dentro dos limites atuais de Tunis. Verifica-se que os judeus africanos eram numerosos e influentes pelo fato de manterem uma sinagoga em Jerusalém (Atos 6:9) para o atendimento dos que visitassem a cidade. Rufo e sua mãe são mencionados em amigável referência por Paulo, cerca de um quarto de século depois da morte de Cristo (Rom. 16:13). Sendo este Rufo um dos filhos do Simão citado por Marcos (15:21) conforme indica a tradição, é provável que a família de Simão estivesse manifestamente identificada com a Igreja Primitiva. Não nos é dito, entretanto, se Simão se havia tornado discípulo antes da crucifixão, ou se fora convertido por meio do serviço compulsório de levar a cruz do Senhor, ou se em data posterior se tornara membro da Igreja.

2. As palavras de Cristo às filhas de Jerusalém. — “Tempo viria em que a maldição da esterilidade do Velho Testamento (Os. 9:14) seria invejada como bênção. Para mostrarmos o cumprimento desse profético lamento de Jesus, não é necessário lembrar os angustiantes detalhes registrados por Josefo (Guerras, vi, 3:4), quando uma mãe alucinada assou o próprio filho, e no escárnio do desespero, reservou metade da horrível refeição para os assassinos que diariamente a assaltavam para roubar-lhe qualquer mísero alimento que houvesse restado; nem ainda qualquer outro daqueles incidentes demasiadamente revoltantes para desnecessárias repetições, que o historiador do último cerco de Jerusalém descreve. E com que freqüência, por todos estes séculos, as mulheres israelitas têm sentido o terrível desejo de serem estéreis, e

com que frequência a súplica do desejo, pedindo a morte rápida por meio de montanhas que desabam e outeiros que soterram, em lugar da prolongada tortura (Os. 10:8), tem subido aos lábios dos sofrendores israelitas! E mais ainda, aquelas palavras eram também proféticas para um futuro ainda mais terrível (Apoc. 6:10). Porquanto, se Israel havia lançado fogo a seu “lenho verde”, de que terrível maneira não queimaria o julgamento divino entre o lenho seco de um povo apóstata e rebelde, que havia entregado seu Divino Rei, e pronunciado sentença contra si mesmo ao pronunciá-la sobre Ele.” — Edersheim, *Life and Times of Jesus the Messiah*, vol. 2, p. 588.

Referindo-se à oração para que as montanhas caíssem esmagando e ocultando, Farrar (*Life of Christ*, pág. 645 nota) diz: “Essas palavras de Cristo encontraram dolorosa e literal ilustração quando centenas de infelizes judeus, durante o cerco de Jerusalém, se esconderam nos mais negros e repelentes esconderijos subterrâneos e, além dos que foram descobertos, nada menos de dois mil morreram soterrados sob as ruínas de seus esconderijos.” Um cumprimento posterior pode estar ainda no futuro. Consulte-se Josefo, *Guerras*, vi, 9:4. Veja-se também Os. 9:12-16; 10:8; Is. 2:10; comparar com Apoc. 6:16.

3. “O lugar da caveira”. — A palavra aramaica “Golgotha”, a grega “Kranion”, e a latina “Calvaria”, têm o mesmo significado de “caveira”. O nome pode ter sido dado com referência ao aspecto topográfico, como fazemos ao falar do cabeço de um monte; ou então, se o lugar era o costumeiro das execuções poderia ser assim chamado como indicativo de morte, exatamente como fazemos ao chamar de caveira ao símbolo da morte. É provável que os cadáveres dos condenados executados fossem sepultados perto do lugar da morte, e se o Gólgota, ou Calvário era o lugar designado para as execuções, o desenterramento de caveiras e outros ossos humanos por ação dos animais e por outros meios, não deveria ser surpreendente, embora o abandono de cadáveres ou de quaisquer de suas partes sem sepultura fosse contrário à lei e ao sentimento judaicos. A origem do nome é de tão pouca importância quanto as muitas suposições divergentes a respeito da localização exata do lugar.

4. Crucifixo. — “Era unanimemente considerada a mais horrível forma de morte. Entre os romanos, também a degradação fazia parte do castigo, e o castigo só era aplicado a homens livres, no caso dos mais hediondos criminosos (...) O criminoso levava sua própria cruz, ou pelo menos parte dela. Onde, figurativamente, *tomar, tomar sobre si, ou levar a sua própria cruz*, significa *suportar sofrimentos, aflição, ou vergonha*, como um criminoso a caminho do lugar da crucifixo (Mat. 10:38; 16:24; Luc. 14:27, etc.). O lugar de execução ficava fora da cidade (I Reis 2:13; Atos 7:58; Heb. 13:12), geralmente em alguma estrada pública ou outro lugar de evidência. Chegado ao lugar da execução, o padecente era desnudado, tornando-se as suas vestes propriedade dos soldados (Mat. 27:35). A cruz era então fincada no chão, de maneira que os pés do condenado ficassem a cerca de meio metro acima da terra, e ele era içado à cruz; ou então era estendido sobre ela no chão, e daí levantado junto com a cruz.” Era costumeiro manterem-se soldados para vigiar a cruz, para evitar que removessem o

padecente enquanto ainda vivo. “Isso era necessário em virtude do caráter lento da morte, que às vezes não sobrevinha antes de três dias, sendo finalmente o resultado de gradual entorpecimento e inanição. Não fora por essa guarda, e as pessoas poderiam ser descidas e recuperadas, como na realidade ocorreu com um amigo de Josefo (...) Na maioria dos casos, permitia-se que o corpo se decompusesse na cruz pela ação do sol e da chuva, ou que fosse devorado pelas aves e feras. Por isso, a sepultura era geralmente negada, mas em consequência de [Deut. 21:22, 23], uma expressa exceção nacional havia sido feita em favor dos judeus (Mat. 27:58). Esse amaldiçoado e horrendo modo de castigar felizmente foi abolido por Constantino.” Smith — *Dicionário Bíblico*.

5. A inscrição de Pilatos — “O Rei dos Judeus.” — Não há dois autores dos evangelhos que dêem as mesmas palavras ao título ou inscrição colocada sobre a cabeça de Jesus no lenho, por ordem de Pilatos; o significado, entretanto, é o mesmo em todos, e as variações no que não é importante, evidenciam a liberdade individual entre os cronistas. É provável que houvesse divergência real entre as versões nas três línguas. A versão de João é seguida nas abreviações usadas em conexão com as figuras católico-romanas de Cristo: J.N.R.J., ou então, uma vez que o “I” era usado como equivalente comum do “J”: I.N.R.I. “Jesus Nazareno, Rei dos Judeus.”

6. As mulheres ao pé da cruz. — “Segundo a versão autorizada e a revisada (texto em inglês), somente três mulheres são citadas, mas a maioria dos críticos modernos sustenta que são apresentadas quatro, traduzindo o texto por: “Sua mãe, e a irmã de sua mãe, (i.e. Salomé, mãe do evangelista [João]); e Maria, esposa de Clopas, e Maria Madalena.”” — Tirado do comentário de Dummelow a respeito de João 19:25.

7. A hora da crucifixão. — Mar. (15:25) diz: “E era a hora terceira, e o crucificaram”; o tempo assim especificado corresponde à hora entre as 9 e as 10 da manhã. O escritor e seus companheiros sinóticos, Mateus e Lucas, colocam muitos incidentes como ocorridos entre o cravejamento de Cristo à cruz e a hora sexta, ou seja, a hora entre o meio dia e 1 da tarde. Depreende-se claramente dessas várias narrativas, que Jesus foi crucificado na parte da manhã. Uma discrepância nítida aparece entre esses registros e a declaração de João (19:14) de que era “quase à hora sexta” (meio dia), quando Pilatos deu a sentença de execução. Todas as tentativas de harmonizar as narrativas neste particular têm-se mostrado inúteis, porque a discrepância é real. Muitos críticos e comentaristas admitem que “quase à hora sexta” no registro de João, é uma afirmação errada, em virtude de falha dos antigos copistas dos evangelhos manuscritos, que confundiram o sinal representativo de terceiro, com o que significa sexto.

8. A causa física da morte de Cristo. — Conquanto, conforme afirmado no texto, a entrega da vida tivesse sido voluntária da parte de Jesus Cristo, pois que Ele tinha vida em Si mesmo e ninguém Lha poderia tirar, a menos que Ele quisesse permitir que Lhe fosse tirada, (João 1:4; 5:26; 10:15-18) houve necessariamente uma causa física direta para o desenlace. Como já foi dito também, algumas vezes o crucificado vivia

dias na cruz, e a morte resultava não de ferimentos mortais, mas de congestão interna, inflamações e perturbações orgânicas, e a conseqüente exaustão da energia vital. Jesus, embora enfraquecido pela longa tortura durante a noite precedente e a madrugada, pelo choque da própria crucifixão e também pela intensa agonia mental, e particularmente em conseqüência do sofrimento espiritual, tal como nenhum outro homem jamais suportou, manifestou surpreendente força, tanto mental quanto física, até o fim. O vigoroso e alto brado, imediatamente depois do qual pendeu a cabeça e “entregou o espírito”, quando considerado em conexão com outros detalhes registrados, aponta para uma ruptura física do coração como causa direta da morte. Se a lança do soldado tiver sido introduzida no lado esquerdo do corpo do Senhor, e tiver penetrado realmente no coração, o fluxo de “sangue e água” observado por João constitui mais uma evidência de ruptura cardíaca, pois que é sabido que nos raros casos de morte resultante de rompimento de qualquer parte da parede do coração, o sangue se acumula no pericárdio, e ali passa por uma alteração que separa os corpúsculos como uma massa parcialmente coagulada, do soro aquoso e quase *incolor*. Semelhante acumulação de corpúsculos coagulados e soro ocorre no interior da pleura. O Dr. Abercrombie de Edinburgo, citado por Deems (*Light of the Nations*, pág. 682), “narra um caso de morte repentina de um homem de setenta e sete anos de idade, em conseqüência de ruptura do coração. Nesse caso, ‘as cavidades da pleura continham *cerca de três libras de fluido*, mas os pulmões estavam perfeitos’.” Deems cita também o seguinte caso: “O Dr. Elliotson relata o caso de uma mulher morta subitamente: ‘Ao abrir o corpo, o pericárdio foi achado distendido por *soro claro*, e um coágulo de sangue muito grande, que havia escapado através de uma ruptura espontânea da aorta perto da sua origem, sem qualquer outra aparência mórbida’. Muitos casos poderiam ser citados, mas estes são suficientes.” Para um estudo detalhado do assunto, o estudante pode recorrer à obra do Dr. Wm. Stroud, *On the Physical Cause of the Death of Christ*. Grande tensão mental, emoção avassaladora, tanto de aflição quanto de júbilo, e intensa luta espiritual, estão entre as causas reconhecidas de ruptura cardíaca.

O autor deste acredita que o Senhor Jesus morreu de rompimento do coração. O salmista cantou dolorosamente de acordo com sua inspirada previsão da paixão do Senhor: “Afrontas me quebrantaram o coração, e estou fraquíssimo: esperei por alguém que tivesse compaixão, mas não houve nenhum; e por consoladores, mas não os achei. Deram-me fel por mantimento, e na minha sede me deram a beber vinagre.” (Salmos 69:20, 21; ver também 22:14).

9. A solicitação de que a tumba de Cristo fosse selada. — Muitos críticos sustentam que a delegação procurou Pilatos na noite de Sábado, depois que o Sábado dos judeus havia terminado. Tal suposição baseia-se em que, fazendo o que fizeram os oficiais sacerdotais, de supervisionar pessoalmente o selamento do sepulcro, teriam incorrido em poluição, e que nunca o teriam feito no Sábado. A afirmativa de Mateus é definida: o pedido foi feito “no dia seguinte, que é o dia depois da Preparação.” O dia da preparação estendia-se do pôr-do-sol da quinta-feira até ao início do Sábado, no pôr-do-sol da sexta-feira.

CAPÍTULO 36

NO MUNDO DOS ESPÍRITOS

Jesus, o Cristo, morreu no sentido literal em que todos os homens morrem. Passou por uma dissolução física pela qual seu espírito imortal se separou do corpo de carne e ossos, e o corpo tornou-se verdadeiramente morto. Enquanto o cadáver jazia na tumba de José, cavada na rocha, o Cristo vivo existia como espírito separado do corpo. Sentimo-nos justificados em indagar onde estava e quais foram Suas atividades durante o intervalo entre a morte na cruz e a emergência do sepulcro, espírito e corpo reunidos como alma ressurreta. A suposição que se impõe mais naturalmente é que tenha Ele ido para onde os espíritos dos mortos normalmente vão, e que, da mesma forma como enquanto na carne, havia sido um Homem entre os homens, era no estado em que se encontrava, um Espírito entre espíritos. Esta idéia é confirmada como fato por declaração escriturística.

Como já foi demonstrado,¹ Jesus Cristo foi o Redentor e Salvador escolhido e ordenado da humanidade; para essa exaltada missão, havia sido designado no princípio, ainda antes de a Terra ser preparada como habitação da humanidade. Hostes inumeráveis que nunca haviam ouvido o evangelho, tinham vivido e morrido na Terra antes do nascimento de Jesus. Dentre aqueles miríades que partiram, muitos tinham passado sua provação mortal com diferentes graus de observância da lei de Deus até onde ela lhes havia sido dada a conhecer, mas morreram em inculpável ignorância do evangelho; enquanto outras multidões viveram e morreram como transgressoras até mesmo daquela porção da lei de Deus que haviam aprendido e que haviam professado obedecer. A morte havia reclamado, como seus, a todos eles, assim justos como injustos. A esses foi o Cristo, levando as notícias transcendentemente gloriosas da redenção do cativo da morte, e do possível resgate dos efeitos do pecado individual. Esta obra era parte do pré-designado e inigualável serviço à família humana. O brado de divina exultação na cruz: “Está consumado”, significava o término da missão do Senhor na mortalidade; entretanto ainda Lhe restava outra ministração a ser realizada antes de retornar ao Pai.

Ao transgressor arrependido crucificado a Seu lado, e que reverentemente suplicara que dele Se lembrasse o Senhor quando entrasse no Seu reino,² Cristo havia oferecido a confortadora certeza: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso”. O espírito de Jesus e o espírito do ladrão arrependido deixaram seus corpos crucificados e foram para o mesmo lugar, no reino dos que partiram.³ Ao terceiro dia, Jesus, então um Ser ressuscitado, positivamente afirmou à soluçante Madalena: “Ainda não subi para meu Pai.” Ele havia ido ao paraíso, mas não ao lugar onde habita Deus. O paraíso, portanto, não é o Céu, se por este termo entendemos a habitação do Pai Eterno e Seus filhos celestializados.⁴ O paraíso é um lugar onde habitam espíritos justos e arrependidos, entre a morte corporal e a ressurreição. Outra divisão do mundo dos espíritos é reservada para aqueles seres sem corpos, que viveram iniquamente e que

permanecem impenitentes, mesmo depois da morte. Alma, um profeta nefita, assim falou das condições existentes entre os que partiram:

“Ora, com relação ao estado da alma entre a morte e a ressurreição — eis que me foi dado saber por um anjo que o espírito de todos os homens, logo que deixa este corpo mortal, sim, o espírito de todos os homens, sejam eles bons ou maus, é levado de volta para aquele Deus que lhes deu vida. E então acontecerá que o espírito daqueles que são justos será recebido num estado de felicidade, que é chamado paraíso, um estado de descanso, um estado de paz, onde descansará de todas as suas aflições e de todos os seus cuidados e tristezas. E então acontecerá que o espírito dos iníquos, sim, aqueles que são maus — pois eis que eles não têm parte nem porção do Espírito do Senhor; pois eis que preferiram praticar o mal e não o bem; por conseguinte, o espírito do diabo entrou neles e apossou-se de seu corpo — e eles serão atirados nas trevas exteriores; ali haverá pranto e lamentação e ranger de dentes; e isto em virtude de sua própria iniquidade, sendo levados cativos pela vontade do diabo. Ora, este é o estado da alma dos iníquos, sim, em trevas e num estado de espantosa e terrível expectativa da ardente indignação da ira de Deus sobre eles. Portanto permanecem nesse estado, assim como os justos no paraíso, até a hora de sua ressurreição.”⁵

Enquanto separado do corpo, Cristo ministrou entre os que partiram, tanto no paraíso, quanto na prisão onde habitam num estado de cativo, os espíritos dos desobedientes. A esse respeito testificou Pedro, quase três décadas depois do grande evento: “Porque também Cristo padeceu uma vez pelos pecados, o justo pelos injustos, para levar-nos a Deus; mortificado, na verdade, na carne, mas vivificado pelo Espírito; no qual também foi, e pregou aos espíritos em prisão; os quais noutra tempo foram rebeldes, quando a longanimidade de Deus esperava nos dias de Noé, enquanto se preparava a arca; na qual poucas (isto é, oito) almas se salvaram pela água.”⁶

Os desobedientes que viveram na Terra nos dias de Noé são mencionados especialmente como beneficiários do ministério do Senhor no mundo espiritual. Haviam sido culpados de grandes ofensas, e licenciosamente rejeitado os ensinamentos e admoestações de Noé, o ministro terreno de Jeová. Por causa de seus crimes flagrantes haviam sido destruídos na carne, e seu espírito se havia escravizado numa condição de prisioneiro, sem esperança, desde o tempo de sua morte até o advento de Cristo, que se apresentou como Espírito entre eles. Não devemos imaginar, baseados na menção ilustrativa de Pedro aos desobedientes antediluvianos, que somente eles foram incluídos na bendita oportunidade oferecida pelo ministério de Cristo no reino dos espíritos; ao contrário, concluímos razoável e consistentemente que todos aqueles, cuja iniquidade na carne havia lançado seu espírito na prisão, se tornaram partícipes das possibilidades de penitência, arrependimento e libertação. A justiça exigia que o evangelho fosse pregado entre os mortos como fora, e ainda mais largamente haveria de ser, pregado aos vivos. Atentemos para a posterior afirmativa de Pedro, parte integrante de sua admoestação pastoral aos membros da Igreja Primitiva: “Os quais hão de dar conta ao que está preparado para julgar os vivos e os mortos. Porque por

isto foi pregado o evangelho também aos mortos, para que, na verdade, fossem julgados segundo os homens na carne, mas vivessem segundo Deus em espírito.”⁷

O fato de que Jesus sabia, enquanto ainda no corpo, que Sua missão como Redentor e Salvador universal da raça não estaria completa quando Lhe sobreviesse a morte, é suficientemente demonstrado por Suas palavras aos judeus casuístas, logo após a cura em dia de Sábado, em Betesda: “Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora, e agora é, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão. Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo. E deulhe o poder de exercer o juízo, porque é o Filho do Homem. Não vos maravilheis disto; porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz. E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação.”⁸ A solene verdade de que, por meio da expiação de Cristo, a salvação seria tornada possível aos mortos tanto quanto aos vivos, fora revelada aos profetas séculos antes do meridiano dos tempos. A Isaías foi dada a antevisão do destino dos ímpios, e o estado preparado para os soberbos e rebeldes ofensores da retidão; entretanto, a pavorosa cena havia sido em parte alegrada pela libertação que havia sido providenciada. “E será que naquele dia o Senhor castigará os exércitos do alto nas alturas, e os reis da terra sobre a terra. E serão ajuntados como presos numa masmorra, e serão encerrados num cárcere; e outra vez serão castigados depois de muitos dias.”⁹ Ao mesmo e grande profeta foi mostrada a universalidade da vitória expiatória do Salvador, incluindo a redenção dos judeus e gentios, vivos e mortos; e de maneira convincente, proferiu ele a palavra da revelação: “Assim diz Deus, o Senhor, que criou os céus, e os estendeu, e espraizou a terra, e a tudo quanto produz; que dá a respiração ao povo que nela está, e o espírito aos que andam nela. Eu o Senhor te chamei em justiça, e te tomarei pela mão e te guardarei, e te darei por aliança do povo, e para luz dos gentios; para abrir os olhos dos cegos, para tirar da prisão os presos, e do cárcere os que jazem em trevas.”¹⁰

Davi, cantando louvores ao Redentor cujo domínio se estenderia até as almas no inferno, clamou de júbilo ante a perspectiva do livramento: “Portanto está alegre o meu coração e se regozija a minha glória; também a minha carne repousará segura. Pois não deixarás a minha alma no inferno, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção. Far-me-ás ver a vereda da vida; na tua presença há fartura de alegrias; à tua mão direita há delicias perpetuamente.”¹¹

Por estas e outras escrituras torna-se evidente que o ministério de Cristo entre os espíritos foi antevisto, predito, e realizado. O fato de que o evangelho tenha sido pregado aos mortos, implica, necessariamente, na possibilidade de o aceitarem e tornarem-se merecedores da oportunidade salvadora. Na misericordiosa providência do TodoPoderoso, foi providenciado serviço vicário dos vivos em benefício dos mortos, quanto às ordenanças essenciais à salvação, de maneira que todos os que, no mundo espiritual aceitarem a palavra de Deus a eles pregada, desenvolverem verdadeira fé em Jesus Cristo como o único Salvador, e contritamente se arrependem

de suas transgressões, sejam colocados sob os efeitos salvadores do batismo pela água para remissão de pecados, e recebam o batismo do Espírito, ou a doação do Espírito Santo.¹² Paulo cita o princípio e a prática do batismo dos vivos pelos mortos como prova da realidade da ressurreição: “Doutra maneira, que farão os que se batizam pelos mortos, se absolutamente os mortos não ressuscitam? Por que se batizam eles então pelos mortos?”¹³ O livre-arbítrio, divino direito de nascença de toda alma humana, não será anulado pela morte. Somente na medida em que os espíritos dos mortos venham a se tornar penitentes e fiéis, virão a ser beneficiados pelo serviço vicário realizado em seu benefício na Terra.

O trabalho missionário entre os mortos foi inaugurado pelo Cristo; quem de nós duvidaria de que ele tem sido continuado por Seus servos autorizados, que já deixaram o corpo, e que na carne haviam sido comissionados para pregar o evangelho e administrar Suas ordenanças por meio de ordenação no Santo Sacerdócio? O fato de que os apóstolos fiéis, que foram deixados para edificar a Igreja na Terra após a partida de Seu divino Fundador, e outros ministros da palavra de Deus, ordenados ao Sacerdócio com autoridade na Igreja Primitiva, tanto quanto na dos Últimos Dias, passaram do serviço ministerial entre os mortais para uma continuação de tal labor entre os que deixaram seu corpo, é tão abundantemente testificado nas escrituras, que se torna uma certeza. Foram chamados para seguir as pegadas do Mestre, ministrando aqui, aos vivos, e além, aos mortos.

A vitória de Cristo sobre a morte e o pecado seria incompleta, se seus efeitos estivessem confinados à insignificante minoria que ouviu, aceitou e viveu o evangelho da salvação na carne. Aceitar as leis e ordenanças do evangelho é indispensável para a salvação. Em lugar algum das escrituras se faz qualquer distinção nesse particular entre os vivos e os mortos. Os mortos são os que já viveram na mortalidade na Terra; os vivos são mortais que ainda terão que passar pela designada transformação a que chamamos morte. Todos são filhos do mesmo Pai, todos deverão ser julgados e recompensados ou punidos pela mesma justiça infalível, com a mesma interposição da graça benfazeja: O sacrifício expiatório de Cristo foi oferecido, não somente pelos poucos que viviam na terra enquanto ele estava na carne, nem apenas pelos que haviam de nascer na mortalidade depois de sua morte, e sim por todos os habitantes da terra, passados, presentes e futuros. Ele foi ordenado pelo Pai, para ser juiz dos vivos e dos mortos;¹⁴ é o Senhor, tanto dos mortos quanto dos vivos,¹⁵ já que os homens falam de vivos e mortos, embora todos tenham de ser colocados na mesma posição diante Dele, e haverá somente uma classificação, porque para Ele todos vivem.¹⁶ Ao tempo em que Seu corpo repousava na tumba, Cristo estava ativamente ocupado na realização dos propósitos do Pai, oferecendo o dom da salvação aos mortos, tanto no paraíso quanto no inferno.

NOTAS DO CAPÍTULO 36

1. Paraíso. — As escrituras provam que, na época do julgamento final, todos os homens comparecerão diante do tribunal de Deus, revestidos de seu corpo ressuscitado, independentemente de seu estado de retidão ou culpa. Enquanto aguardam a ressurreição os espíritos, privados do corpo, existem num estado intermediário, de felicidade e descanso ou de sofrimento e expectativa, de acordo com o curso que decidiram seguir na mortalidade. Referência ao paraíso como habitação dos espíritos justos, entre o tempo da morte e o da ressurreição, é feita pelo Profeta Néfi (2 Néfi 9:13), por um profeta posterior de nome idêntico (4 Néfi 14), por Morôni (Morô. 10:34); e também por Alma, cujas palavras são citadas no texto (Al. 40:12, 14). As escrituras do Novo Testamento são de importância igual (Luc. 23-43; II Cor. 12:4 Apo. 2:7). A palavra “paraíso” por sua derivação através do grego, partindo do persa, significa lugar agradável, ou lugar de repousante gozo. (Ver “*Regras de Fé*”, xxi, nota 5) Muitos entendem que os termos “hades” e “sheol” designam o lugar dos espíritos que partiram abrangendo tanto o paraíso quanto a prisão; outros consideram os termos aplicáveis somente ao último, o lugar dos iníquos, que é separado do paraíso, habitação dos justos.

A admissão de que a benévola garantia dada por Cristo ao pecador arrependido na cruz, significava uma remissão dos pecados do homem e um passaporte para o céu, é inteiramente contrária tanto à letra quanto ao espírito das escrituras, à razão e à justiça. A confiança na eficácia das profissões e confissões no leito de morte, com base nesse incidente, alicerça-se na mais insegura das fundações. O malfeitor crucificado manifestara fé e arrependimento; a bênção que lhe foi oferecida significava que ainda naquele dia ouviria o evangelho pregado no paraíso; na aceitação ou rejeição da palavra da vida, ele seria o seu próprio árbitro. A exigência de obediência às leis e ordenanças do evangelho como indispensáveis para a salvação, não foi abalada, suspensa, nem posta de lado no seu caso.

2. Escrituras relativas a Cristo entre os espíritos em prisão. — A versão revisada de I Pe. 3:18-20 diz: “Porque também Cristo padeceu uma vez pelos pecados, o justo pelos injustos para levar-nos a Deus; mortificado, na verdade, na carne, mas vivificado pelo Espírito; no qual também foi, e pregou aos espíritos em prisão; os quais noutro tempo foram rebeldes, quando a longanimidade de Deus esperava nos dias de Noé, enquanto se preparava a arca, na qual poucas (isto é, oito) almas se salvaram pela água.” “Esta versão é considerada pelos estudiosos como bem mais próxima da exatidão do que a tradicional. Algumas diferenças importantes entre as duas versões tornar-se-ão manifestas ao leitor estudioso. A versão comum da última parte do verso 18 e do verso 19 inteiro, diz: “mortificado, na verdade, na carne, mas vivificado pelo Espírito; no qual também foi, e pregou aos espíritos em prisão”. O texto revisado expressa o verdadeiro pensamento de que Cristo estava vivificado, quer dizer, ativo em Seu estado espiritual, embora o corpo estivesse inerte e realmente morto na ocasião; e que *naquele* estado espiritual foi e pregou aos espíritos desobedientes. Esta última

versão fixa o tempo do ministério de nosso Senhor entre os que partiram, como o intervalo entre Sua morte e ressurreição.

CAPÍTULO 37

A RESSURREIÇÃO E A ASCENSÃO

Cristo Ressuscitou

O Sábado dos judeus havia passado, e a noite que precederia o clarear do mais memorável domingo da história já ia bem adiantada, enquanto a guarda romana mantinha vigilância sobre o sepulcro selado em que jazia o corpo do Senhor Jesus. Era ainda escuro, quando a Terra começou a tremer; um anjo do Senhor desceu em glória, empurrou para trás a pesada pedra do portal da tumba e assentou-se sobre ela. Seu semblante brilhava como o relâmpago, e suas vestes eram brancas como a neve. Os soldados, paralisados pelo terror, caíram por terra como mortos. Quando se recuperaram parcialmente do susto, fugiram aterrorizados. Nem mesmo o rigor da disciplina romana, que decretava morte sumária para o soldado que desertasse do posto, foi capaz de detê-los. Além do mais, nada restava para ser guardado; o selo da autoridade havia sido rompido, e o sepulcro estava aberto e vazio.¹

Ao primeiro sinal do romper do dia, a dedicada Maria Madalena e outras mulheres fiéis partiram em direção ao sepulcro, levando especiarias e unguentos que haviam preparado para nova unção do corpo de Jesus. Algumas delas haviam testemunhado o sepultamento, e haviam percebido a necessária pressa com que o corpo fora envolto com especiarias e depositado por José e Nicodemos, no último momento antes do início do Sábado; e agora aquelas mulheres devotas vinham bem cedo prestar um serviço amoroso sob a forma de uma unção mais completa e do embalsamamento externo do corpo. No caminho, enquanto conversavam tristemente, parece que pela primeira vez pensaram na dificuldade de entrar na tumba. “Quem nos removerá a pedra da porta do sepulcro?” perguntavam-se umas às outras. Evidentemente, nada sabiam do selo e da guarda de soldados. No sepulcro, viram o anjo, e amedrontaram-se, mas ele lhes disse: “Não tendes medo; pois eu sei que buscais a Jesus, que foi crucificado. Ele não está aqui, porque já ressuscitou, como havia dito. Vinde, vede o lugar onde o Senhor jazia. Ide pois, imediatamente, e dizei aos seus discípulos que já ressuscitou dentre os mortos. E eis que ele vai adiante de vós para a Galiléia; ali o vereis. Eis que eu vo-lo tenho dito.”²

As mulheres, embora tivessem sido abençoadas com uma visitação angélica e uma promessa, deixaram o lugar maravilhadas e temerosas. Consta que Maria Madalena foi a primeira a levar informação aos discípulos a respeito da tumba vazia. Ela parece não ter compreendido o significado jubiloso da proclamação do anjo: “Ele ressuscitou, como havia dito”; em sua agonia de amor e pesar, lembrava-se apenas das palavras “Ele não está aqui”, cuja veracidade lhe havia sido tão fortemente confirmada pela rápida visão da tumba aberta e desocupada. “Correu, pois, e foi a Simão Pedro, e ao outro discípulo, a quem Jesus amava, e disse-lhes: Levaram o Senhor do sepulcro, e não sabemos onde o puseram.”

Pedro, e “aquele outro discípulo” que indubitavelmente era João, partiram apressadamente, correndo juntos para o sepulcro. João ultrapassou o companheiro, e ao chegar ao túmulo, curvou-se para olhar para dentro, e vislumbrou a mortalha caída ao chão; mas o audaz e impetuoso Pedro entrou no sepulcro seguido pelo apóstolo mais jovem. Os dois observaram as vestes mortuárias, e à parte, o lenço que havia sido colocado sobre a cabeça do cadáver. João francamente afirma que, tendo visto aquelas coisas, creu, e explica em defesa própria e dos companheiros de apostolado: “Porque ainda não sabiam a Escritura, que era necessário que ressuscitasse dentre os mortos.”³

A pesarosa Madalena havia seguido os dois apóstolos de volta ao jardim do sepultamento. Nenhum pensamento, de ter sido o Senhor restaurado à vida, parece ter encontrado guarida em seu coração ferido de dor: ela sabia apenas que o corpo de seu amado Mestre havia desaparecido. Enquanto Pedro e João estavam dentro do sepulcro, ela havia permanecido fora, chorando. Depois que os homens se retiraram, ela curvou-se e olhou para dentro da caverna aberta na rocha, e lá viu dois anjos vestidos de branco; “assentados onde jazera o corpo de Jesus, um à cabeceira e outro aos pés.” Com terna entonação, eles lhe perguntaram: “Mulher, por que choras?” Em resposta, ela só pôde expressar novamente sua esmagadora tristeza: “Porque levaram o meu Senhor, e não sei onde o puseram.” A ausência do corpo, que ela pensava ter sido tudo o que fora deixado na terra, daquele a quem tão profundamente amara, causava-lhe uma aflição pessoal. Há todo um mundo de ternura e afeição em suas palavras, “Levaram o meu Senhor.”

Voltando-se da cripta funerária que, embora iluminada no momento pela presença angélica, para ela parecia vazia e desolada, percebeu outro Personagem parado junto a si. Ela ouviu sua pergunta compassiva: “Mulher, por que choras? Quem buscas?” Mal erguendo o rosto lacrimoso para o Inquiridor, mas supondo vagamente que se tratasse do jardineiro, e que tivesse conhecimento do que havia sido feito do corpo do seu Senhor, exclamou: “Senhor, se tu o levaste, dize-me onde o puseste, e eu o levarei.” Ela sabia que Jesus havia sido enterrado num sepulcro emprestado, e se o corpo já fora removido daquele lugar de repouso, ela estava pronta a providenciar outro. “Dize-me onde o puseste”, rogava ela.

Era Jesus a quem ela falava, seu amado Senhor, embora ela não o soubesse. Uma palavra de Seus lábios redivivos transformou-lhe a agonizante tristeza em júbilo estático. “Disse-lhe Jesus: Maria!” A voz, o tom, o terno acento que ela havia ouvido e amado nos dias primeiros, ergueram-na das desesperadoras profundezas em que havia mergulhado. Voltou-se, e viu o Senhor. Num transporte de júbilo, estendeu os braços para O abraçar, dizendo somente a palavra carinhosa de adoração, “Raboni”, significando: meu Amado Mestre. Jesus interceptou sua impulsiva manifestação de reverente amor, dizendo: “Não me detenhas,⁴ porque ainda não subi para meu Pai”, e acrescentou, “mas vai para meus irmãos, e dize-lhes que eu subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus.”⁵

A uma mulher, a Maria de Magdala, foi dada a honra de ser a primeira entre os mortais a ver uma Alma ressurreta, e essa Alma era o Senhor Jesus.⁶ As outras mulheres agraciadas o Senhor ressuscitado manifestou-Se a seguir, incluindo-se Maria, mãe de Jesus, Joana, e Salomé, mãe dos apóstolos Tiago e João. Essas e as demais mulheres atemorizaram-se com a presença do anjo na tumba, e haviam partido com um sentimento misto de temor e júbilo. Não tinham estado presentes quando Pedro e João haviam entrado na caverna, nem mais tarde quando o Senhor Se tinha dado a conhecer a Maria Madalena. Provavelmente retornaram mais tarde, pois que algumas delas parecem ter entrado no sepulcro e visto que o corpo do Senhor não estava lá. Enquanto permaneciam perplexas e atônitas, notaram a presença de dois homens em vestiduras resplandecentes, e “abaixando o rosto para o chão”, as mulheres ouviram dos anjos: “Por que buscais o vivente entre os mortos? Não está aqui, mas ressuscitou. Lembrai-vos como vos falou, estando ainda na Galiléia, dizendo: Convém que o Filho do Homem seja entregue nas mãos de homens pecadores e seja crucificado, e ao terceiro dia ressuscite. E lembraram-se das suas palavras.”⁷ Enquanto voltavam para a cidade para comunicar a mensagem aos discípulos, “Jesus lhes saiu ao encontro, dizendo: Eu vos saúdo. E elas, chegando, abraçaram os seus pés, e o adoraram. Então Jesus disse-lhes: Não temais; ide dizer a meus irmãos que vão a Galiléia, e lá me verão.”⁸

Pode-se imaginar por que Jesus teria proibido a Maria Madalena que O tocasse, e tão pouco tempo depois, tivesse permitido que outras mulheres Lhe abraçassem os pés, enquanto se curvavam em reverência. Podemos supor que a aproximação emotiva de Maria fosse motivada por um sentimento de afeição pessoal, ainda que santa, e não por impulso de adoração devocional, como demonstrado pelas outras mulheres. Embora o Cristo ressurreto manifestasse a mesma atenção amigável e íntima que mostrara no estado mortal, para com aqueles com quem Se havia associado intimamente, não mais poderia ser contado como um deles, em sentido literal. Havia Nele uma dignidade divina que impedia a familiaridade pessoal íntima. A Maria Madalena Cristo dissera: “Não me toques; porque ainda não subi a meu Pai.” Se a segunda cláusula tiver sido dita como explicação da primeira, teremos que concluir que não seria permitido que mãos humanas tocassem o corpo ressurreto e imortalizado até que Ele Se tivesse apresentado ao Pai. Parece lógico e provável que entre a impulsiva tentativa de Maria de tocar o Senhor, e a ação das outras mulheres que Lhe abraçaram os pés, inchando-se em reverente adoração, Cristo tivesse subido ao Pai, retornando depois à terra para prosseguir em seu ministério no estado ressurreto.

Maria Madalena e as outras mulheres contaram aos discípulos a história de suas diversas experiências, mas os irmãos não podiam dar crédito a suas palavras, que “lhes pareciam como desvario, e não as creram”⁹ Depois de tudo que Cristo lhes havia ensinado a respeito de Sua ressurreição dentre os mortos no terceiro dia,¹⁰ os apóstolos não eram capazes de aceitar a realidade da ocorrência; para suas mentes, a ressurreição era um evento misterioso e remoto, não uma possibilidade atual. Não havia precedente nem analogia para as histórias que aquelas mulheres contavam: de uma pessoa falecida retornar à vida, com um corpo de carne e ossos tal, que pudesse ser visto e tocado,

exceto os casos do jovem de Naim, da filha de Jairo, e do amado Lázaro de Betânia, entre cujos casos de restauração à vida mortal, e a relatada ressurreição de Jesus, eles reconheciam diferenças essenciais. A aflição e o sentimento de perda irreparável que haviam caracterizado o Sábado recém-terminado foram substituídos por profunda perplexidade, e dúvidas contraditórias, nesse primeiro dia da semana. Mas enquanto os apóstolos hesitavam em crer que Cristo tivesse realmente ressuscitado, as mulheres, menos cépticas, mais confiantes, sabiam; porque O haviam visto, ouvido a Sua voz, e algumas delas tocado Seus pés.

Conspiração Sacerdotal de Falsidade¹¹

Quando os guardas romanos se recuperaram suficientemente do susto para poderem fugir do sepulcro, dirigiram-se aos principais dos sacerdotes, sob cujas ordens Pilatos os havia colocado,¹² e relataram as ocorrências sobrenaturais que haviam testemunhado. Os principais dos sacerdotes eram saduceus, seita ou partido do qual um traço característico era a negação da possibilidade de ressurreição dentre os mortos. Uma sessão do Sinédrio foi convocada, e o perturbador relatório da guarda foi considerado. Com o mesmo espírito em que aqueles hierarcas enganadores haviam tentado matar Lázaro, com o propósito de debelar o interesse popular pelo milagre de sua restauração à vida, conspiravam agora para desacreditar a verdade da ressurreição de Cristo, subornando os soldados para que mentissem. Disseram-lhes que afirmassem: “Vieram de noite os seus discípulos e, dormindo nós, o furtaram”; e pela falsidade, ofereceram-lhes grandes somas de dinheiro. Os soldados aceitaram o suborno tentador, e fizeram como lhes fora dito, porque essa atitude lhes pareceu a melhor maneira de saírem de uma situação crítica. Se fossem considerados culpados de dormir em seus postos, a morte imediata seria sua sina;¹³ mas os judeus os encorajaram com a promessa: “Se isto chegar a ser ouvido pelo presidente, nós o persuadiremos, e vos poremos em segurança.” Deve ser lembrado que os soldados haviam sido postos à disposição dos principais dos sacerdotes, e provavelmente não se requeria deles que relatassem os detalhes de seus atos às autoridades romanas.

O cronista acrescenta que, até o dia em que escrevia, a mentira de ter o corpo de Cristo sido roubado do túmulo pelos discípulos, era corrente entre os judeus. A total insustentabilidade do falso relato é evidente. Se todos os soldados estivessem adormecidos, ocorrência difícil de crer-se já que tal negligência era falta capital, como poderiam saber que alguém se aproximara do sepulcro? E mais, como poderiam provar sua afirmativa ainda que fosse verdadeira, de que o corpo havia sido roubado, e que os discípulos eram os ladrões de sepultura?¹⁴ A falsa invencionice fora criada pelos principais dos sacerdotes e anciãos do povo. Nem todo o círculo sacerdotal tomara parte nela, entretanto. Alguns, que talvez haviam estado entre os discípulos secretos de Jesus antes de Sua morte, não se atemorizaram de aliar-se abertamente à Igreja quando, por meio da evidência da ressurreição do Senhor, se tornaram inteiramente convertidos.

Lemos que apenas alguns meses mais tarde, “grande parte dos sacerdotes obedecia à fé.”¹⁵

Cristo Caminha e Conversa com Dois dos Discípulos¹⁶

Pela tarde do mesmo domingo, dois discípulos, não dentre os apóstolos, deixaram o pequeno grupo de crentes de Jerusalém e dirigiram-se para Emaús, uma aldeia a cerca de 11 a 12 quilômetros da cidade. Só podia haver um assunto de conversa entre eles, e sobre isso discorriam enquanto andavam, citando incidentes da vida do Senhor, tratando particularmente do fato de Sua morte que tão tristemente frustrara suas esperanças de um reino messiânico, e admirando-se grandemente do incompreensível testemunho das mulheres a respeito do Seu ressurgimento como Alma vivente. Enquanto caminhavam, absortos em tristonha e profunda conversação, outro Viajor se lhes achegou; era o Senhor Jesus, “Mas os olhos deles estavam como que fechados, para que O não conhecessem.” Com polido interesse, Ele lhes perguntou: “Que palavras são essas que, caminhando, trocáis entre vós, e por que estais tristes?” Um dos discípulos, por nome Cléofas, replicou com surpresa mesclada de comiseração pela evidente ignorância do Estranho: “És tu só peregrino em Jerusalém, e não sabes as coisas que nela têm sucedido nestes dias?” Decidido a arrancar dos homens uma declaração completa do assunto que tão evidentemente os agitava, o não reconhecido Cristo perguntou: “Quais?” Eles não podiam permanecer reticentes. “As que dizem respeito a Jesus Nazareno,” explicaram, “que foi varão profeta, poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo: E como os principais dos sacerdotes e os nossos príncipes o entregaram à condenação de morte, e o crucificaram.” Em tom pesaroso, prosseguiram dizendo como haviam confiado que Jesus, agora crucificado, haveria de provar ser o Messias enviado para redimir Israel; mas ai deles! aquele era o terceiro dia desde quando havia sido morto. Então, com os semblantes mais desanuviados, mas ainda perplexos, falaram de algumas mulheres do seu grupo que os assombraram na manhã daquele mesmo dia, dizendo que haviam visitado o sepulcro bem cedo, descobrindo que o corpo do Senhor não estava lá, mas, “também tinham visto uma visão de anjos, que dizem que ele vive.” Além do mais, outros além das mulheres haviam ido ao sepulcro, e verificado a ausência do corpo, mas não haviam visto o Senhor.

Jesus então, repreendendo mansamente os companheiros de viagem como néscios e tardos de coração em sua hesitante aceitação do que os profetas haviam falado, perguntou-lhes impressivamente: “Porventura não convinha que o Cristo padecesse estas coisas e entrasse na sua glória?” E começando com as inspiradas predições de Moisés, expôs-lhe as escrituras, tocando em todas as declarações proféticas concernentes à missão do Salvador. Tendo continuado com os homens até o seu local de destino, Jesus “fez como quem ia para mais longe”, mas eles insistiram que permanecesse, porque o dia já declinava. Ele aceitou seu tratamento hospitaleiro e entrou na casa, e assim que a frugal refeição foi preparada, assentou-Se com eles à

mesa. Como Convidado de honra, tomou o pão, “o abençoou e o partiu, e Ihos deu.” Deve ter havido alguma coisa no fervor da bênção, ou na maneira de partir e distribuir o pão, que reativou lembranças de dias anteriores; ou possivelmente eles perceberam as mãos feridas; mas não importando qual a causa imediata, eles olharam atentamente para o seu Convidado, e “abriram-se-lhes então os olhos, e o conheceram, e ele desapareceu-lhes.” No paroxismo de jubiloso pasmo, levantaram-se da mesa, surpresos de si mesmos, por não O haverem reconhecido antes. Disse um ao outro: “Porventura não ardia em nós o nosso coração quando, pelo caminho, nos falava, e quando nos abria as Escrituras?” Imediatamente voltaram sobre seus passos e apressaram-se de volta para Jerusalém para confirmar com seu testemunho o que, antes, os irmãos haviam sido tardos em crer.

O Senhor Ressurreto Aparece aos Discípulos em Jerusalém e Come em Sua Presença¹⁷

Quando Cléofas e o companheiro alcançaram Jerusalém naquela noite, encontraram os apóstolos e outros crentes devotos em solene e reverente debate a portas fechadas. Precauções de manter segredo haviam sido tomadas “por temor dos judeus”. Até mesmo os apóstolos haviam sido dispersados pela prisão, acusação e assassinato judicial de seu Mestre; entretanto eles, e os discípulos em geral, reagrupavam-se ante a notícia da ressurreição, como o núcleo de um exército prestes a varrer o mundo. Os dois discípulos que retornavam foram recebidos com a jubilosa proclamação: “Ressuscitou verdadeiramente o Senhor, e já apareceu a Simão.” Essa é a única menção feita pelos evangelistas, do aparecimento pessoal de Cristo a Simão Pedro naquele dia. O encontro do Senhor com Seu apóstolo dantes trãnsfuga, mas agora arrependido, deve ter sido extremamente comovedor. O arrependimento de Pedro, marcado pelo remorso por haver negado Cristo no palácio do sumo sacerdote fora profundo e contristador; ele deve ter duvidado que jamais o Mestre viesse a chamá-lo de servo; entretanto a esperança deve ter-lhe renascido da mensagem trazida da tumba pelas mulheres, na qual o Senhor enviava saudações aos apóstolos, aos quais pela primeira vez chamava de irmãos,¹⁸ sendo que dessa caracterização honrosa e afetiva, Pedro não havia sido excluído; além do mais, a designação dada pelos anjos às mulheres tinha dado preeminência a Pedro, mencionando em particular.¹⁹ Ao arrependido Pedro, o Senhor veio indubitavelmente com indulto e amorosa confirmação. O próprio apóstolo mantém reverente silêncio a respeito da visita, mas o acontecimento é apresentado por Paulo como uma das provas definitivas da ressurreição do Senhor.²⁰

Depois do jubilante testemunho dos crentes reunidos, Cléofas e o companheiro de viagem contaram da companhia que o Senhor lhes fizera na estrada de Emaús, das coisas que lhes ensinara, e da maneira como se lhes tornara conhecido ao partir o pão. Enquanto o pequeno grupo permanecia reunido, “o mesmo Jesus se apresentou no meio deles, e disse-lhes: Paz seja convosco”. Amedrontados, supunham com supersticioso pavor que um espírito se havia introduzido em seu meio. Mas o Senhor os confortou,

dizendo: “Por que estais perturbados, e por que sobem tais pensamentos aos vossos corações? Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo; apalpai-me e vede, pois um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho.” Mostrou-lhes então os ferimentos nas mãos, nos pés e no lado. “Não o crendo eles ainda por causa da alegria”, ou seja, achando a realidade que todos estavam testemunhando demasiadamente boa, demasiadamente gloriosa, para ser verdadeira. Para mais lhes garantir que não era uma forma nebulosa, um serimaterial de substância tênue, e sim um Personagem vivente com órgãos corporais internos tanto quanto externos, perguntou-lhes: “Tendes aqui alguma coisa que comer?” Deram-lhe parte de um peixe assado e outros alimentos,²¹ que Ele tomou “e comeu diante deles”.

Aquelas evidências inquestionáveis da corporeidade do Visitante acalmaram e devolveram à razão a mente dos discípulos; e agora que estavam controlados e receptivos, o Senhor recordou-lhes que todas as coisas que Lhe haviam acontecido estavam de acordo com o que Lhes dissera enquanto vivera entre eles. Em Sua divina presença, o entendimento deles foi avivado e ampliado, de maneira que compreenderam as escrituras como nunca anteriormente — a Lei de Moisés, os livros dos profetas e os salmos — concernentes a Ele. Que Sua morte, agora passada, era necessária, Ele atestou tão plenamente quanto havia predito e afirmado anteriormente, e então lhes disse: “Assim está escrito, e assim convinha que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressuscitasse dentre os mortos; e em seu nome se pregasse o arrependimento e a remissão dos pecados, em todas as nações, começando por Jerusalém. E destas coisas sois vós testemunhas.”

Alegraram-se então os discípulos. Estando para partir, o Senhor deu-lhes Sua bênção, dizendo: “Paz seja convosco; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós”. Esta especificação de homens enviados por autoridade aponta diretamente para os apóstolos: “E havendo dito isto, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados lhes são perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes são retidos.”²²

Tomé, o Que Duvidou²³

Quando o Senhor Jesus aparecera no meio dos discípulos na noite do domingo da ressurreição, um dos apóstolos estava ausente: era Tomé. Informado do que os demais haviam testemunhado, permanecia ainda em dúvida; até mesmo o solene testemunho deles: “Vimos o Senhor”, não conseguiu despertar um eco de fé em seu coração. Em seu estado de cepticismo mental, exclamou: “Se eu não vir o sinal dos cravos em suas mãos e não meter o dedo no lugar dos cravos, e não meter a minha mão no seu lado, de maneira nenhuma o creerei”. Devemos ter cautela e caridade em concluirmos nosso julgamento sobre a atitude de incredulidade desse homem. Dificilmente ele poderia haver duvidado das circunstâncias tão bem confirmadas sobre o sepulcro vazio, ou da veracidade de Maria Madalena e das outras mulheres quanto à presença de anjos e do aparecimento do Senhor, ou do testemunho de Pedro, ou do grupo reunido; mas pode

ter considerado as manifestações relatadas como uma série de visões subjetivas; e a ausência do corpo do Senhor pode ter sido considerada vagamente como o resultado da sobrenatural restauração de Cristo à vida, seguida de uma partida corpórea e final da terra. As manifestações corporais do Senhor ressurreto, a exibição dos ferimentos provocados pela crucifixão, o convite a que tocassem e sentissem o corpo ressuscitado de carne e ossos, é que faziam Tomé hesitar. Ele não tinha uma concepção tão definida da ressurreição, que pudesse concordar com um crédito literal do testemunho dos irmãos e irmãs que haviam visto, ouvido e sentido.

Uma semana mais tarde, pois que assim deve ser entendida a designação judaica: “depois de oito dias”; e por conseguinte no domingo seguinte, dia que veio mais tarde a ser conhecido na Igreja como o “Dia do Senhor”, e a ser observado como Sábado em lugar do sábado mosaico,²⁴ os discípulos estavam novamente reunidos, e Tomé estava com eles. A reunião realizava-se a portas fechadas e provavelmente guardadas, porque havia perigo de interferência de oficiais judeus. “Chegou Jesus, estando as portas fechadas, e apresentou-se no meio, e disse: Paz seja convosco. Depois disse a Tomé: Põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos; e chega a tua mão, e põe-na no meu lado; e não sejas incrédulo, mas crente.”

A mente céptica de Tomé foi instantaneamente purgada, seu duvidoso coração purificado, e a convicção da gloriosa verdade inundou-lhe a alma. Em contrita reverência, curvou-se ante o Salvador, exclamando em devoto reconhecimento da divindade de Cristo: “Senhor meu, e Deus meu!” Sua adoração foi aceita, e o Salvador disse: “Porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram.”

No Mar da Galiléia²⁵

O anjo no sepulcro, e o próprio Cristo ressurreto, haviam repetidas vezes enviado palavra aos apóstolos para que fossem para a Galiléia, onde o Senhor os encontraria, como dissera antes de morrer.²⁶ Eles retardaram a partida até a semana depois da ressurreição, e então, uma vez mais em sua província de nascimento, esperaram pelos acontecimentos. Na tarde de um daqueles dias de espera, Pedro disse a seis de seus companheiros de apostolado: “Vou pescar”; e os outros replicaram: “Também nós vamos contigo”. Sem demora, embarcaram num bote de pesca e embora labutassem toda a noite, a rede havia sido recolhida vazia depois de cada lançamento. Aproximando-se a manhã, achegaram-se para a terra, desapontados e desanimados. No crepúsculo matutino, foram saudados da praia por Alguém que lhes perguntou: “Filhos, tendes alguma coisa de comer?”²⁷ Responderam-lhe: “Não”. Tinha sido Jesus quem fizera a pergunta, embora ninguém no barco O houvesse reconhecido. Dirigiu-Se-lhes Ele novamente dizendo: “Lançai a rede para o lado direito do barco, e achareis. Lançaram-na, pois, e já não a podiam tirar, pela multidão dos peixes.” Haviam feito como se lhes havia dito e o resultado foi tão surpreendente, que lhes pareceu miraculoso; o fato deve ter-lhes despertado lembranças de outra memorável pescaria,

na qual a sua capacidade de pescadores havia sido insuficiente para tirar os peixes, e pelo menos três testemunhas do milagre anterior estavam no bote no momento.²⁸

João, rápido em discernir, disse a Pedro: “É o Senhor”; e Pedro, impulsivo como sempre, rapidamente se cingiu com a túnica de pescador e lançou-se ao mar, para alcançar terra o mais cedo possível e prostrar-se aos pés do Mestre. Os outros deixaram o barco maior e entraram num bote de pequenas dimensões e remaram para a praia, rebocando a rede pesadamente carregada. Em terra, viram brasas e um peixe posto em cima, e pão. Jesus disse-lhes que trouxessem dos peixes que haviam acabado de pescar, e a essa instrução o vigoroso Pedro respondeu, lançando-se aos baixios e arrastando a rede para a praia. Quando contado, verificou-se que o conteúdo da rede era formado de cento e cinquenta e três grandes peixes, e o narrador preocupa-se em anotar que “sendo tantos, não se rompeu a rede.”

Disse então Jesus: “Vinde, comei”; e como anfitrião daquela refeição, repartiu o pão e o peixe. Não é dito que tenha comido com os convidados. Todos sabem que era o Senhor quem tão hospitaleiramente os servia, entretanto naquela ocasião como em todas as demais em que apareceu em Seu estado ressurreto, havia Nele um aspecto que infundia respeito e provocava retraimento. Eles teriam desejado argüi-Lo, mas não ousavam. João informa-nos que aquela era “a terceira vez que Jesus se manifestava aos seus discípulos, depois de ter ressuscitado dentre os mortos”; donde concluimos que a ocasião era a terceira em que Cristo Se havia manifestado aos apóstolos, em agrupamento completo ou parcial, porque, incluindo-se o aparecimento a Maria Madalena, às outras mulheres, a Pedro e aos dois discípulos no caminho de Emaús, esta era a sétima aparição registrada do Senhor Ressurreto.

Terminada a refeição, “disse Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes?” A pergunta, ainda que feita com mansidão, deve ter oprimido o coração de Pedro, associada como estava com a recordação da afoita afirmação, embora pouco merecedora de crédito: “Ainda que todos se escandalizem em ti, eu nunca me escandalizarei”;²⁹ seguida de sua negativa de jamais haver conhecido o Homem.³⁰ À pergunta do Senhor, Pedro respondeu com humildade: “Sim, Senhor; tu sabes que te amo”. Disse então Jesus: “Apascenta os meus cordeiros.” A pergunta foi repetida e Pedro replicou com palavras idênticas, ao que o Senhor retrucou: “Apascenta as minhas ovelhas”. Terceira vez ainda Jesus perguntou: “Simão, filho de Jonas, amas-me?” Pedro estava sentido e magoado com aquela reiteração, pensando talvez que o Senhor desconfiava dele; mas assim como o homem havia negado três vezes, do mesmo modo recebia a oportunidade de uma tríplice confissão. À pergunta formulada pela terceira vez, replicou Pedro: “Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que eu te amo.” Jesus disse-lhe: “Apascenta as minhas ovelhas.”

A designação: “Apascenta as minhas ovelhas” era uma declaração de confiança do Senhor, e da realidade da presidência de Pedro entre os apóstolos. Ele havia anunciado enfaticamente sua prontidão em seguir o Mestre até mesmo à prisão e à morte. Agora o Senhor que havia morrido, lhe dizia: “Na verdade, na verdade te digo

que, quando eras mais moço, te cingias a ti mesmo, e andavas por onde querias; mas, quando já fores velho, estenderás as tuas mãos, e outro te cingirá, e te levará para onde tu não queiras.” João informanos que o Senhor assim falou significando a morte pela qual Pedro encontraria lugar entre os mártires; a analogia indica a crucifixão, e a história é unânime em afirmar que essa foi a morte com que Pedro selou seu testemunho de Cristo.

Disse então o Senhor a Pedro: “Segue-me.” A ordem tinha significação tanto imediata quanto futura. Ele O seguiu quando Jesus Se apartou dos outros na praia; entretanto, alguns anos mais tarde, Pedro haveria de seguir o Seu Senhor na cruz. Indubitavelmente, Pedro compreendeu a referência a seu martírio, conforme seus escritos indicariam anos mais tarde.³¹ Enquanto Cristo e Pedro caminhavam juntos, este, voltando-se para trás, viu que João os acompanhava, e indagou: “Senhor, e deste que será?” Pedro queria perscrutar o futuro em relação ao destino do companheiro — deveria João também morrer pela fé? O Senhor replicou: “Se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti?”

Isto era uma admoestação a Pedro para que cuidasse do seu próprio curso do dever e seguisse o Mestre fosse qual fosse o destino do caminho.

João acrescenta a respeito de si mesmo: “Divulgou-se, pois, entre os irmãos este dito, que aquele discípulo não havia de morrer; Jesus, porém, não lhe disse que não morreria, mas: “Se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti?” O fato de que João ainda vive com o mesmo corpo, e assim permanecerá na carne até o advento ainda futuro do Senhor, é atestado por revelação posterior.³² Em companhia de seus companheiros martirizados e ressurretos, Pedro e Tiago, o “discípulo a quem Jesus amava” oficiou na restauração do Santo Apostolado nesta dispensação da plenitude dos tempos.

Outras Manifestações do Senhor Ressuscitado na Galiléia³³

Jesus havia designado um monte na Galiléia onde Se encontraria com os apóstolos, e para lá se dirigiram os Onze. Quando O viram no lugar designado, adoraram-No. O relato acrescenta “mas alguns duvidaram”, donde se pode concluir que outros além dos apóstolos estariam presentes, dentre os quais haveria alguns não convencidos da corporeidade do Cristo ressurreto. Essa ocasião pode ter sido aquela de que Paulo escreveria um quarto de século mais tarde, afirmando que Cristo “foi visto por mais de quinhentos irmãos ao mesmo tempo”, dos quais, embora alguns houvessem morrido, amaior parte permanecia viva ao tempo em que Paulo escrevia, como testemunhas vivas do que ele dizia.³⁴

Aos que se reuniram no monte, declarou Jesus: “É-me dado todo o poder no céu e na terra”, o que não poderia ser entendido como nada menos que a afirmação de Sua divindade absoluta. Sua autoridade era suprema, e aqueles que fossem por Ele

comissionados deveriam ministrar em Seu nome, e por um poder tal, como nenhum homem poderia conferir, nem tomar.

Designação Final e Ascensão

Durante todo o período dos quarenta dias que se seguiram à ressurreição, o Senhor manifestou-se aos apóstolos a intervalos; a alguns individualmente e a todos em conjunto,³⁵ e os instruiu no “que respeita ao reino de Deus.”³⁶ O registro nem sempre é específico e definido quanto à ocasião e lugar de eventos particulares, mas no que se refere ao sentido das instruções do Senhor durante esse período, não há razão para dúvidas. Muito do que Ele disse e fez não está escrito,³⁷ entretanto as coisas que foram registradas, afirma João aos seus leitores, “foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome.”³⁸

Quando se aproximava o tempo de Sua ascensão, disse o Senhor aos onze apóstolos: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado. E estes sinais seguirão aos que crerem: Em meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos, e os curarão.”³⁹ Em contraste com a designação anterior, pela qual haviam sido enviados somente “às ovelhas perdidas da casa de Israel,”⁴⁰ agora deveriam ir aos judeus e gentios, escravos e livres, à humanidade em geral, de qualquer nação, país e língua. A salvação por meio da fé em Jesus Cristo, seguida pelo arrependimento e o batismo, deveria ser livremente oferecida a todos, e daquele tempo em diante, a negativa ao oferecimento traria condenação. Sinais e milagres foram prometidos para “seguirem os que cressem”, confirmando, assim, a sua fé no poder divino; mas nenhuma insinuação foi feita de que tais manifestações devessem preceder a crença, como chamariz para prender os crédulos buscadores de milagres.

Reafirmando aos apóstolos que a promessa do Pai se cumpriria com a vinda do Espírito Santo, o Senhor instruiu-os a que permanecessem em Jerusalém, para onde haviam retornado, vindos da Galiléia, até que fossem “do alto revestidos de poder”;⁴¹ e acrescentou: “Porque, na verdade, João batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo; não muito depois destes dias.”⁴²

Naquela última e solene entrevista, provavelmente enquanto o Salvador conduzia os Onze para fora da cidade em direção ao velho refúgio familiar no Monte das Oliveiras, os irmãos, ainda imbuídos da idéia do reino de Deus como uma instituição terrena de poder e domínio, indagaram-Lhe: “Senhor, restaurarás tu neste tempo o reino a Israel?” Respondeu-lhes Jesus: “Não vos pertence saber os tempos ou as estações que o Pai estabeleceu pelo seu próprio poder. Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e serme-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria, e até aos confins da terra”.⁴³ O dever deles foi assim definido e acentuado: “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-as em nome

do Pai, e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém”.⁴⁴

Quando Cristo e os discípulos haviam saído “fora, até Betânia”, o Senhor levantou as mãos e os abençoou; e enquanto ainda falava, elevou-Se do meio deles, e eles O fitavam enquanto ascendia até que uma nuvem O recebeu fora da sua vista. Enquanto os apóstolos permaneciam olhando firmemente para cima, dois personagens vestidos de roupagens brancas, apareceram-lhes, e disseram aos Onze: “Homens galileus, por que estais olhando para o céu? Esse Jesus, que dentre vós foi recebido em cima no céu, há de vir assim como para o céu o vistes ir”⁴⁵

Reverentemente e cheios de júbilo, os apóstolos tornaram a Jerusalém, para ali esperar a vinda do Consolador. A ascensão do Senhor havia-se realizado; fora tão verdadeiramente a partida de um Ser material, quanto Sua ressurreição havia sido um verdadeiro retorno do espírito ao corpo material, até então morto. Com o mundo restou, e ainda resta, a gloriosa promessa de que Jesus Cristo, o mesmo Ser que ascendeu do Monte das Oliveiras em Seu corpo imortalizado de carne e ossos, retornará, baixando dos céus, em semelhante forma e substância material.

NOTAS DO CAPÍTULO 37

1. A hora e a maneira exatas da saída de Cristo da tumba, não são conhecidas. — Nosso Senhor predisse de maneira definida Sua ressurreição dos mortos ao terceiro dia, (Mat. 16:21; 17:23; 20:19; Mar. 9:31; 10:34; Luc. 9:22; 13:32; 18:33); e os anjos no sepulcro (Luc. 24:7), bem como o Senhor ressuscitado em pessoa (Luc. 24:46) declararam o cumprimento das profecias; e os apóstolos igualmente o testemunharam em anos posteriores (Atos 10:40, I Cor. 15:4). Esta especificação do terceiro dia não deve ser entendida como significando após três dias completos. Os judeus começavam a contagem das horas do dia ao pôr-do-sol, de maneira que a hora anterior ao pôr-do-sol e a que se lhe seguia, pertenciam a dias diferentes. Jesus morreu e foi sepultado durante a tarde da sexta-feira. Seu corpo permaneceu na tumba, morto, durante parte da sexta-feira (primeiro dia), durante todo o sábado, ou como nós dividimos os dias, desde o pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol do sábado (segundo dia), e parte do domingo (terceiro dia). Não sabemos a que hora, entre o pôr-do-sol de sábado e a madrugada de domingo, Ele Se levantou.

O fato de haver ocorrido um terremoto, e de que o anjo do Senhor desceu e rolou a pedra do portal da tumba na antemãhã de domingo (pois que assim concluimos de Mat. 28:1, 2), não prova que Cristo ainda não tivesse ressuscitado. A grande pedra fora rolada para trás e o interior do sepulcro exposto à vista, para que os que chegassem pudessem ver por si mesmos que o corpo do Senhor não estava mais lá; não era necessário abrir o portal para preparar uma saída para o Cristo ressurreto. Em Seu estado imortalizado, Ele aparecia e desaparecia de aposentos fechados. Um corpo

ressuscitado, embora de substância tangível, e possuidor de todos os órgãos de um tabernáculo mortal, não está preso à Terra pela gravidade, nem pode ser impedido em seus movimentos por barreiras materiais. Para nós, que só concebemos o movimento nas direções relacionadas com as três dimensões do espaço, a passagem de um sólido como um corpo vivo de carne e ossos, através de paredes de pedra, é forçosamente incompreensível. Mas o fato de que os seres ressuscitados se movem de acordo com leis que tornam possível tal passagem e até natural para eles, é evidenciado não só pelos incidentes relacionados com o Cristo ressurreto, mas também pelos movimentos de outros personagens ressuscitados. Assim, em setembro de 1823, Morôni, o profeta nefita que tinha morrido cerca de 400 A.D., apareceu a Joseph Smith em seu quarto, três vezes numa só noite, vindo e indo sem impedimento relacionado com paredes e teto (ver P. G. V., Joseph Smith 1:43; também Regras de Fé, cap. 1). Verifica-se que Morôni era um homem ressuscitado pela corporeidade que manifestou ao manusear as placas metálicas em que estavam gravados os registros que conhecemos como Livro de Mórmon. De igual maneira, os seres ressuscitados possuem o poder de tornarem-se visíveis ou invisíveis à visão física dos mortais.

2. Tentativas de desacreditar a ressurreição por meio de falsidades. — A inconsistente assertiva de que Cristo não havia ressuscitado, mas que Seu corpo fora roubado da tumba pelos discípulos, foi suficientemente examinada no texto. A falsidade é a sua própria refutação. Incrédulos de época posterior, reconhecendo o palpável absurdo dessa grosseira tentativa de deturpação, não hesitaram em sugerir outras hipóteses, cada qual conclusivamente insustentável. Desse modo, a teoria baseada na impossível suposição de que Cristo não estaria morto quando retirado da cruz, e sim num estado de coma ou desfalecimento, e que fora mais tarde ressuscitado, nega-se a si mesma, quando considerada em conexão com os fatos registrados. O golpe de lança do soldado romano teria sido fatal, mesmo que a morte ainda não houvesse ocorrido. O corpo foi baixado, manuseado, vestido e sepultado por membros do conselho judaico que não podem ser considerados como atores no sepultamento de um homem vivo; e no que se refere à subsequente ressurreição, Edersheim (vol. 2, p. 626) incisivamente nota: “Para não falarmos dos muitos absurdos que essa teoria envolve, ela realmente transfere, se inocentarmos os discípulos de cumplicidade, a fraude para o próprio Cristo.” Uma pessoa crucificada, retirada da cruz antes de morrer, e subsequentemente reavivada, não poderia andar com pés traspassados e lacerados no mesmo dia de Sua ressurreição, como Jesus fez na estrada de Emaús. Outra teoria, que teve os seus dias, é a do engano inconsciente por parte dos que afirmaram ter visto o Cristo ressuscitado, tendo sido vítimas de visões subjetivas mas irreais, produzidas por sua própria condição imaginativa e excitada. A independência e marcada individualidade das várias aparições registradas do Senhor contrariam a teoria da visão. Tais ilusões visuais subjetivas conforme afirmado por essa hipótese, pressupõem um estado de expectativa da parte daqueles que pensam ver; mas todos os incidentes relacionados com as manifestações de Jesus depois da ressurreição, foram diretamente opostos à expectativa daqueles que se tornaram testemunhas de Seu estado ressurreto.

Os exemplos anteriores, de teorias falsas e insustentáveis a respeito da ressurreição de nosso Senhor, foram citados para referir as numerosas tentativas frustradas de invalidar o maior milagre e o mais glorioso fato da história. A ressurreição de Jesus Cristo é comprovada por evidência mais conclusiva que aquela sobre a qual repousa nossa aceitação dos fatos históricos em geral. Ainda assim, o testemunho da ressurreição de nosso Senhor dentre os mortos não se fundamenta em páginas escritas. Ao que busca com fé e sinceridade, será dada uma convicção individual que o habilitará a confessar reverentemente, como exclamou o iluminado apóstolo do passado: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo”. Jesus, que é Deus, o Filho, não está morto. “Eu sei que o meu Redentor vive.” (Jó 19:25).

3. Aparições registradas de Cristo entre a ressurreição e a ascensão. —

1. A Maria Madalena, perto do sepulcro (Mar. 16:9, 10; João 20:14).
2. A outras mulheres, num lugar não especificado entre o sepulcro e Jerusalém (Mat. 28:9).
3. A dois discípulos no caminho de Emaús (Mar. 16:12; Luc. 24:13).
4. A Pedro em Jerusalém ou proximidades (Luc. 24:34; I Cor. 15:5).
5. A dez dos apóstolos e outras pessoas em Jerusalém (Luc. 24:36; João 20:19).
6. Aos onze apóstolos em Jerusalém (Mar. 16:14; João 20:26).
7. Aos apóstolos no mar de Tiberíades, na Galiléia (João 21).
8. Aos onze apóstolos num monte na Galiléia (Mat. 28:16).
9. A quinhentos irmãos de uma só vez (I Cor. 15:6) localidade não especificada mas provavelmente na Galiléia.
10. A Tiago (I Cor. 15:7). Note-se que nenhum registro é feito dessa manifestação pelos evangelistas.
11. Aos onze apóstolos ao tempo da ascensão, no Monte das Oliveiras, próximo de Betânia (Mar. 16:19; Luc. 24:50, 51).

As manifestações do Senhor, depois da ascensão, serão consideradas mais adiante.

CAPÍTULO 38

O MINISTÉRIO APOSTÓLICO

Matias Ordenado ao Apostolado¹

Depois de testemunharem a ascensão do Senhor do Monte das Oliveiras, os onze apóstolos retornaram a Jerusalém cheios de alegria e imersos no espírito de reverente adoração. Tanto no templo quanto em certo aposento alto, que era seu lugar costumeiro de reuniões, perseveravam em oração e súplicas, freqüentemente associados com outros discípulos, inclusive Maria, a mãe do Senhor, alguns de Seus irmãos, e o pequeno grupo de mulheres fiéis que haviam ministrado a Jesus na Galiléia e O haviam seguido desde lá até Jerusalém e o Calvário.² Os discípulos, cuja maioria havia sido dispersada pelos trágicos eventos daquela última e fatídica Páscoa, haviam-se reunido novamente, com renovada e fortalecida fé, a respeito do grande fato da ressurreição do Senhor. Cristo tinha-Se tornado “as primícias dos que dormem”, “o primogênito dos mortos”, e o primeiro da raça a levantar-Se da morte para a imortalidade.³ Eles sabiam que não somente a sepultura havia sido forçada a devolver o corpo de Seu Senhor, mas um caminho tinha sido preparado para arrancar os grilhões da morte de toda alma. Imediatamente após a ressurreição do Senhor Jesus, muitos dos justos que dormiam na tumba haviam ressuscitado e aparecido em Jerusalém, revelando-se a muitos.⁴ A universalidade da ressurreição dos mortos logo se tornaria um preeminente traço do ensino apostólico.

A primeira ação oficial empreendida pelos apóstolos foi o preenchimento da vaga no conselho dos Doze, ocasionada pela apostasia e suicídio de Judas Iscariotes. Em certa época, entre a ascensão de Cristo e a festa de Pentecostes, quando os Onze e outros discípulos, num total de cerca de cento e vinte pessoas, estavam reunidos “unânimes em oração e súplicas”, Pedro apresentou o assunto perante a Igreja congregada, indicando que a queda de Judas havia sido predita,⁵ e citando a invocação do salmista: “Fique deserta a sua habitação, e não haja quem nela habite, e tome outro o seu bispado.”⁶ Pedro afirma a necessidade de completar-se o quórum apostólico; e assim, especificou as qualificações essenciais daquele que deveria ser ordenado ao Santo Apostolado: “É necessário pois que, dos homens que conviveram conosco todo o tempo em que o Senhor Jesus entrou e saiu dentre nós, começando desde o batismo de João até ao dia em que de entre nós foi recebido em cima, um deles se faça conosco testemunha da sua ressurreição.” Dois discípulos fiéis foram indicados pelos Onze: José Barsabás e Matias. Em fervorosa súplica, a congregação rogou ao Senhor que indicasse se algum daqueles homens, e em caso afirmativo qual deles, deveria ser escolhido para o elevado cargo; então, “lançando-lhes sortes, caiu a sorte sobre Matias. E por voto comum foi contado com os onze apóstolos.”

A maneira como procederam é profundamente marcante e instrutiva. Os Onze compreendiam perfeitamente que sobre eles recaía a responsabilidade, e neles estava

investida a autoridade para organizar e desenvolver a Igreja de Cristo; que o conselho ou quórum dos apóstolos era limitado a um número de doze membros; e que o novo apóstolo, como eles próprios, deveria ser capaz de testificar com testemunho especial e pessoal a respeito do ministério terreno, da morte e ressurreição do Senhor Jesus. A escolha de Matias foi feita numa reunião geral da Igreja Primitiva, e conquanto as indicações tivessem sido feitas pelos apóstolos, todos os presentes parecem ter tido voto na questão da instalação. O princípio da administração autoritativa por intermédio do consentimento geral dos membros, tão impressivamente exemplificado na chamada de Matias, foi seguido poucas semanas mais tarde, na escolha de “sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria”, os quais sendo apoiados pelo voto da Igreja, foram designados para um ministério especial pela imposição das mãos dos apóstolos.⁷

A Descida do Espírito Santo⁸

No tempo de Pentecostes, que caía no quinquagésimo dia depois da Páscoa,⁹ e portanto, nesta particular situação, cerca de nove dias depois da ascensão de Cristo, os apóstolos “estavam todos reunidos no mesmo lugar”, empenhados em sua costumeira fé, e esperando, conforme tinham sido instruídos, até que fossem revestidos com um particular derramamento de poder do alto.¹⁰ O prometido batismo com fogo e com o Espírito Santo sobreveio-lhes naquele dia. “E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.”

O som vindo do céu “como de um vento veemente e impetuoso” foi ouvido fora;¹¹ e a multidão reuniu-se no lugar. A manifestação visível de “línguas repartidas como que de fogo”, pela qual cada um dos Doze fora revestido, havia sido vista pelos que estavam no interior da casa, mas aparentemente não pelas multidões que se achegaram. Os apóstolos falaram à multidão, e um grande milagre teve lugar, pelo qual, “cada um os ouvia falar na sua própria língua”; porque os apóstolos, agora abundantemente dotados, falavam em muitas línguas, conforme o Espírito Santo, por quem haviam sido investidos, lhes concedia falar. Havia ali, presentes, homens de muitos lugares e de muitas nações, e sua língua era diferente. Maravilhados, diziam alguns: “Pois quê! não são galileus todos esses homens que estão falando? Como pois os ouvimos, cada um, na nossa própria língua em que somos nascidos?” Ao passo que muitos se impressionavam com a sobrenatural capacidade dos irmãos, outros em tom de mofa diziam que estavam embriagados. Este caso de sugestão satânica para o falar sem reflexão é especialmente ilustrativo de inconsistência e irrefletida incapacidade. Bebida forte não dá sabedoria a ninguém, mas tira a sensatez e faz do homem um tolo.

Pedro então, como-presidente dos Doze, levantou-se e proclamou em sua própria defesa e na de seus irmãos: “Homens judeus, e todos os que habitais em Jerusalém,

seja-vos isto notório, e escutai as minhas palavras. Estes homens não estão embriagados, como vós pensais, sendo a terceira hora do dia.” Era costume judaico, particularmente em dias festivos, a abstenção de comida e bebida até depois do serviço matutino na sinagoga, que se realizava ao redor da hora terceira, ou seja, nove horas da manhã. O apóstolo citou uma antiga profecia que incluía a promessa de Jeová, de derramar o Seu Espírito sobre toda a carne, de sorte que se operariam maravilhas tais como as que os presentes haviam testemunhado.¹² Testificou então Pedro corajosamente de Jesus de Nazaré, a quem caracterizou como “homem aprovado por Deus entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis”; e, lembrando-lhes em acusadora austeridade o pavoroso crime de que tinham sido cúmplices em certa parte, prosseguiu: “A este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, prendestes, o crucificastes e matastes pelas mãos de injustos; ao qual Deus ressuscitou, soltas as ânsias da morte, pois não era possível que fosse retido por ela.” Citando a inspirada exclamação do salmista que cantara jubilantemente a respeito da alma que não seria deixada no inferno, e da carne que não veria corrupção, mostrou o emprego dessas escrituras em Cristo; e destemidamente, afirmou: “Deus ressuscitou a este Jesus, do que todos nós somos testemunhas. De sorte que, exaltado pela destra de Deus, e tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vós agora vedes e ouvis.” Com crescente ardor, sem temer escárnio ou violência, e endereçando diretamente ao coração de seus fascinados ouvintes o terrível fato de sua culpa, Pedro proclamou em voz como de trovão: “Saiba pois com certeza toda a casa de Israel que a esse Jesus, a quem vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo.”

Ao poder do Espírito Santo não se podia resistir: a toda alma sincera Ele levava a convicção. Os que ouviram foram tocados em seu coração, e clamaram em contrição aos apóstolos: “Que faremos, homens irmãos?” Agora que estavam preparados para a mensagem de salvação, foi-lhes dada sem reservas. “Arrependei-vos”, respondeu Pedro, “e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo; porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe: a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar.”

Ao testemunho dos apóstolos, à sua exortação e advertência, o povo respondeu com profissão de fé e arrependimento. Sua alegria era comparável à dos espíritos em prisão, aos quais o Cristo separado do corpo havia levado a palavra autorizada de redenção e salvação. Os que se arreponderam e confessaram sua fé em Cristo naquele memorável Pentecostes foram recebidos na Igreja pelo batismo, em número de quase três mil. Que sua conversão foi genuína e não o resultado de um entusiasmo passageiro, que foram literalmente nascidos de novo pelo batismo para uma novidade de vida, é demonstrado pelo fato de que permaneceram na fé, “e perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações.” Tão devotados eram esses primeiros conversos, tão ricamente abençoada com o derramamento do Espírito Santo era a Igreja naqueles dias, que os membros voluntariamente dispunham de suas posses

individuais e tinham todas as coisas em comum. Para eles, a fé em Jesus Cristo era de maior valor que as riquezas da terra.¹³ Entre eles, nada havia a que chamassem “meu” ou “teu”, mas todas as coisas eram deles no Senhor.¹⁴ Sinais e prodígios seguiam os apóstolos, “e todos os dias acrescentava o Senhor à Igreja aqueles que se haviam de salvar”.

Por meio do derramamento do Espírito Santo, os apóstolos tinham-se tornado homens transformados. Conforme lhes havia tornado claro o Espírito de Verdade, as Escrituras constituíam um registro de preparação para os eventos dos quais eram testemunhas ordenadas e especiais. Pedro, que poucas semanas antes havia fraquejado diante de uma serva, falava agora abertamente, não temendo a ninguém. Vendo certa vez um mendigo aleijado na Porta Formosa, que abria para o pátio do templo, tomou-o pela mão, dizendo: “Não tenho prata nem ouro; mas o que tenho isso te dou. Em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, levanta-te e anda.”¹⁵ O homem foi curado e saltou, na exuberância de seu vigor readquirido, e entrou com Pedro e João no templo, louvando a Deus em alta voz. Uma estupefata multidão, que foi aumentando até alcançar cerca de cinco mil homens, reuniu-se em torno dos apóstolos no Pórtico de Salomão, e Pedro, observando o pasmo deles, aproveitou a ocasião para pregar-lhes Jesus, o Crucificado. Atribuiu toda a honra do milagre ao Cristo que os judeus haviam entregado para ser morto, e em inequívoca acusação, declarou: “O Deus de Abraão, de Isaque, e de Jacó, o Deus de nossos pais, glorificou a seu filho Jesus, a quem vós entregastes e perante a face de Pilatos negastes, tendo ele determinado que fosse solto. Mas vós negastes o Santo e o Justo, e pedistes que se vos desse um homem homicida. E matastes o Príncipe da vida, ao qual Deus ressuscitou dentre os mortos, do que nós somos testemunhas.” Em misericordioso reconhecimento da ignorância em que haviam pecado, exortou-os à penitência expiatória, clamando: “Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados, e venham assim os tempos do refrigério pela presença do Senhor. E envie ele a Jesus Cristo, que já dantes vos foi pregado. O qual convém que o céu contenha até aos tempos da restauração de tudo, dos quais Deus falou pela boca de todos os seus santos profetas, desde o princípio”. Nenhum encorajamento havia para a crença de que seus pecados poderiam ser anulados por simples profissão oral; um necessário período de arrependimento seria privilégio deles, se acontecesse de acreditarem.

Quando Pedro e João assim testificavam, os *sacerdotes e o capitão do templo*, juntamente com os chefes saduceus, sobrevieram-lhes ao entardecer, e os lançaram na prisão para esperarem a ação dos juízes no dia imediato.¹⁶ No dia seguinte, foram denunciados diante de Anás e Caifás, e outros oficiais, que lhes perguntaram por que poder, ou em que nome haviam curado o aleijado. Pedro, movido pelo poder do Espírito Santo, respondeu: “Seja conhecido de vós todos, e de todo o povo de Israel, que em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, aquele a quem vós crucificastes e a quem Deus ressuscitou dentre os mortos, em nome desse é que este está são diante de vós. Ele é a pedra que foi rejeitada por vós, os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina.

E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos.”¹⁷

A hierarquia aprendeu, para sua consternação, que a obra que haviam tentado destruir por intermédio da crucifixão de Jesus Cristo, se espalhava agora como nunca dantes. Em desespero, ordenaram aos apóstolos “que absolutamente não falassem, nem ensinassem, no nome de Jesus”. Contudo, Pedro e João ousadamente retrucaram: “Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus? Porque não podemos deixar de falar do que temos visto e ouvido.” Contra esta réplica de justa desobediência, os governantes sacerdotais não ousaram indignar-se abertamente; tiveram que contentar-se com ameaças.

A Igreja crescia com surpreendente rapidez: “e a multidão dos que criam no Senhor, tanto homens como mulheres, crescia cada vez mais.” Tão abundantemente era o dom de curas manifestado, por intermédio das ministrações dos apóstolos, que, assim como buscavam a Cristo anteriormente, agora o povo acorria a eles, trazendo os seus enfermos e os possessos de maus espíritos, e todos eram curados. Tão grande era a fé entre os crentes, que deitavam seus doentes em macas nas ruas “para que ao menos a sombra de Pedro, quando este passasse, cobrisse alguns deles.”¹⁸

O sumo sacerdote e seus arrogantes associados saduceus fizeram com que os apóstolos fossem novamente presos e lançados na prisão comum. Mas, naquela noite, o anjo do Senhor abriu as portas do calabouço e tirou os prisioneiros, dizendo-lhes que fossem ao templo e novamente proclamassem seu testemunho de Cristo. Os apóstolos assim fizeram, e nisso estavam ocupados, quando o Sinédrio se reuniu para julgá-los. Os oficiais que foram enviados para trazerem os prisioneiros ao tribunal voltaram, dizendo: “Achamos realmente o cárcere fechado, com toda a segurança, e os guardas, que estavam fora, diante das portas; mas, quando abrimos, ninguém achamos dentro.” Enquanto os juízes ali estavam assentados em impotente consternação, um informante apareceu com a notícia de que os homens que procuravam estavam, naquele momento, pregando nos precintos. O capitão e a sua guarda prenderam os apóstolos pela terceira vez, e os conduziram, porém sem violência, porque temiam o povo. O sumo sacerdote acusou os prisioneiros, tanto por perguntas quanto por afirmativas: “Não vos admoestamos nós expressamente que não ensinásseis nesse nome? E eis que enchestes Jerusalém dessa vossa doutrina, e quereis lançar sobre nós o sangue desse homem”. Entretanto, ainda recentemente aqueles governantes haviam liderado a ralé na terrível imprecação: “O seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos.”¹⁹

Pedro e os outros apóstolos, sem se intimidarem pela augusta presença, e sem se deixarem coibir por palavras ou ações ameaçadoras, responderam com a contra-acusação direta de que aqueles que se assentavam para julgar, eram os assassinos do Filho de Deus. Ponderai bem a solene afirmação: “Mais importa obedecer a Deus do que aos homens. O Deus de nossos pais ressuscitou a Jesus, o qual vós matastes, suspendendo-o no madeiro. Deus com a sua destra o elevou a Príncipe e Salvador, para dar a Israel o arrependimento e a remissão dos pecados. E nós somos testemunhas

acerca destas palavras, nós e também o Espírito Santo, que Deus deu àqueles que lhe obedecem.”

Fechando, trancando e aferrolhando seu coração contra o testemunho daqueles que pertenciam ao Senhor, os principais dos sacerdotes, escribas e anciãos do povo aconselhavam-se a respeito de como poderiam matar aqueles homens. Houve pelo menos uma honrosa exceção entre os conselheiros inclinados ao homicídio. Gamaliel, que era fariseu e notável doutor da lei, mestre de Saulo de Tarso, mais tarde conhecido por sua conversão, obras e comissão divina, como Paulo, o apóstolo,²⁰ levantou-se no conselho e, tendo determinado que os apóstolos fossem retirados da sala, preveniu seus companheiros contra a injustiça que tinham em mente. Citou os casos de homens que, falsamente, haviam proclamado ter sido enviados por Deus, cada um dos quais havia caído em desgraça, com total e ignominioso fracasso de seus planos sediciosos; de igual maneira esses homens terminariam em nada, se a obra que professavam revelasse ser humana; “Mas”, acrescentou o desapaixonado e douto mestre, “se é de Deus, não podereis desfazê-la; para que não aconteça serdes também achados combatendo contra Deus.”²¹ A advertência de Gamaliel prevaleceu na ocasião, fazendo com que a vida dos apóstolos fosse poupada; entretanto, o conselho, contrariando a justiça e a conveniência, fez açoitar os prisioneiros. Foram então os irmãos liberados com a renovada recomendação de que não falassem no nome de Jesus. Saíram eles regozijando-se por terem sido considerados dignos de sofrer açoites e humilhação em defesa do nome do Senhor; e diariamente, tanto no templo quanto de casa em casa, valentemente ensinavam e pregavam Jesus Cristo. As conversões à Igreja não se limitavam aos leigos; um grande grupo de sacerdotes aumentava o número de discípulos, que grandemente se multiplicava em Jerusalém.²²

O Martírio de Estêvão e Sua Visão do Senhor²³

Em primeiro lugar, entre os “sete homens de boa reputação” que haviam sido designados pelas mãos dos apóstolos, para administrarem os bens gerais da comunidade, encontrava-se Estêvão, um homem destacado em fé e boas obras, por intermédio do qual o Senhor realizara muitos milagres. Era zeloso no serviço, agressivo em doutrina, e destemido como ministro de Cristo. Alguns dos judeus estrangeiros, que mantinham uma sinagoga em Jerusalém, entraram em discussão com Estêvão, e sendo incapazes de “resistir à sabedoria, e ao Espírito com que falava”, conspiraram para acusarem-no de heresia e blasfêmia. Foi levado à frente do conselho pela palavra de homens subornados para testemunharem contra, os quais afirmaram que o haviam ouvido “proferir palavras blasfemas contra Moisés e contra Deus”. Os acusadores perjures testemunharam, mais ainda, que ele havia repetidas vezes falado de maneira blasfema contra o templo e a lei, e tinha até declarado que Jesus de Nazaré um dia destruiria o templo e mudaria as cerimônias mosaicas. A acusação era totalmente falsa em espírito e quanto aos fatos, embora pudesse ter sido em certo sentido parcialmente verdadeira na forma; porquanto, julgando pelo que temos registrado a respeito do

caráter de Estêvão e suas atitudes, ele era um pregador zeloso da palavra, como religião mundial, pela qual a exclusividade e alegada santidade de Jerusalém como cidade santa, e do templo, agora profanado, como lugar de habitação terrena de Jeová, seria ab-rogada; além do mais, ele parece ter compreendido que a lei de Moisés se havia cumprido na missão do Messias.

Quando os sinedristas o fitaram, seu semblante estava iluminado, e eles o viram “como o rosto de um anjo”. Em resposta à acusação, ele pronunciou um discurso que, a uma análise crítica parece ter sido de improviso, a despeito de ser notavelmente lógico e impressivo em argumento. O pronunciamento foi abruptamente interrompido, entretanto, por um assalto criminoso.²⁴ Num admirável resumo, Estêvão lembrou a história do povo do convênio a partir do tempo de Abraão, mostrando que os patriarcas, e por sua vez Moisés e os profetas, haviam vivido e ministrado em progressiva preparação para os acontecimentos de que os presentes eram testemunhas. Ele mostrou que Moisés havia predito a vinda de um Profeta, que não seria outro senão Jeová, a quem seus pais haviam adorado no deserto, diante do tabernáculo, e mais tarde no templo; contudo, afirmou ele, “o Altíssimo não habita em templos feitos por mãos de homens”, dos quais até o mais grandioso seria insignificante para Aquele que dissera: “O céu é o meu trono, e a terra o escabelo dos meus pés.”²⁵

Vê-se claramente que o discurso de Estêvão não foi uma justificação, e longe estava de ser um recurso de autodefesa: tratava-se de uma proclamação da palavra e dos propósitos de Deus por um servo devotado que não se preocupava com conseqüências pessoais. Em vigorosa acusação, assim se dirigiu ele aos juízes: “Homens de dura cerviz e incircuncisos de coração e ouvido: vós sempre resistis ao Espírito Santo; assim vós sois como vossos pais. A qual dos profetas não perseguiram vossos pais? Até mataram os que anteriormente anunciaram a vinda do Justo, do qual vós agora fostes traidores e homicidas.” Enfurecidos por essa acusação direta, os sinedristas “rangiam os dentes contra ele.” Ele sabia que estavam sedentos do seu sangue, mas cheio de vigor pelo Espírito Santo, fixou os olhos no alto e exclamou em êxtase: “Eis que vejo os céus abertos, e o Filho do homem, que está em pé à mão direita de Deus.”²⁶ Este é o primeiro registro neotestamentário de uma manifestação de Cristo a olhos mortais, seja por visão, seja por outro modo, depois da ascensão. Os governantes sacerdotais clamaram em alta voz, e taparam os ouvidos, ao que decidiram encarar como afirmativas blasfemas; e, lançando-se unânimes sobre o prisioneiro, e empurrando-o para fora da cidade, apedrejaram-no até morrer. Fiel a seu Mestre, ele orava: “Senhor Jesus, recebe o meu espírito”; e então, lançado por terra, clamava com voz potente: “Senhor, não lhes imputes este pecado. E, tendo dito isto, adormeceu.”

Assim morreu o primeiro mártir pelo testemunho do Cristo ressurreto. Foi morto por uma multidão composta de sacerdotes principais, escribas e anciãos do povo. Que lhes importava que não houvesse sentença proferida contra ele, ou que estivessem agindo em temerário desafio à lei romana? Homens piedosos levaram o corpo desfigurado para sepultar, e todos os discípulos lamentaram grandemente. A

perseguição aumentou e os membros da Igreja foram dispersados por muitos lugares, onde pregaram o evangelho e ganharam muitos para o Senhor. O sangue de Estevão, o mártir, mostrou ser uma semente rica e viril, da qual brotou uma grande colheita de almas.²⁷

Cristo Manifesta-se a Saulo de Tarso, Mais Tarde Conhecido como Paulo, O Apóstolo

Entre os contendores que, vencidos em discussão, conspiraram contra Estevão provocando a sua morte, havia judeus da Cilícia.²⁸ Associado com eles, achava-se um jovem chamado Saulo, nativo da cidade ciliciana de Tarso. Este homem era um estudioso capaz, vigoroso polemista, ardente defensor do que considerava o direito, e forte atacante do que lhe parecia errado. Embora nascido em Tarso, tinha sido trazido para Jerusalém ainda adolescente, e ali havia crescido como fariseu rigoroso, e agressivo defensor do judaísmo. Havia sido estudante da lei sob a orientação de Gamaliel, um dos mais eminentes mestres do tempo,²⁹ e gozava da confiança do sumo sacerdote.³⁰ Seu pai, ou talvez algum outro antepassado, havia adquirido o direito de cidadania romana, e Saulo nascera com direito de herança a essa distinção. Era um violento opositor dos apóstolos e da Igreja, e havia-se tornado cúmplice na morte de Estevão, consentindo abertamente nela e cuidando pessoalmente das vestes das falsas testemunhas enquanto apedrejavam o mártir.

Ele lançou destruição na Igreja entrando em casas particulares e arrancando de lá homens e mulheres suspeitos de serem em Cristo, e a esses fazia ele lançar na prisão.³¹ A perseguição em que tomou parte tão importante, provocou a dispersão dos discípulos por toda a Judéia, Samaria e outras regiões, embora os apóstolos tivessem permanecido e prosseguido com seu ministério em Jerusalém.³² Não satisfeito com a atividade local contra a Igreja, “Saulo, respirando ainda ameaças e mortes contra os discípulos do Senhor, dirigiu-se ao sumo sacerdote e pediu-lhe cartas para Damasco, para as sinagogas, a fim de que, se encontrasse alguns daquela seita, quer homens quer mulheres, os conduzisse presos a Jerusalém.”³³

Quando Saulo e seus acompanhantes se aproximavam de Damasco foram detidos por uma ocorrência de pasmosa magnitude.³⁴ Ao meio-dia, apareceu subitamente uma luz que de muito excedia o brilho do sol, e nesse deslumbrante esplendor todo o grupo foi envolvido, de maneira que todos caíram por terra apavorados. No meio daquela glória extraterrena, ouviu-se um som, que só para Saulo foi inteligível como voz articulada; ele ouviu e entendeu a reprovadora pergunta em língua hebraica: “Saulo, Saulo, por que me persegues?” Trêmulo, ele perguntou: “Quem és, Senhor?” A resposta tocou nas profundezas do coração de Saulo: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues”; e prosseguiu, como que em indulgente consideração pela vicissitude do perseguidor e a renúncia que dele se requeria. “Duro é para ti recalcitrar contra os aguilhões.³⁵ A abjeção de sua hostilidade e inimizade contra o Senhor e Seu povo, encheu a alma do homem de terror, e em trêmula contrição, indagou: “Senhor, que

queres que eu faça?” A resposta foi: “Levanta-te, e entra na cidade, e lá te será dito o que te convém fazer.” O esplendor da luz celestial havia cegado Saulo. Seus companheiros o conduziram para Damasco onde, na casa de Judas, na rua chamada Direita, assentou-se em escuridão por três dias, durante os quais não comeu nem bebeu.

Vivia naquela cidade um discípulo fiel chamado Ananias, ao qual o Senhor falou, instruindo-o a visitar Saulo e ministrar-lhe, para que pudesse ser curado da cegueira. Ananias ficou atônito com a designação, e arriscou-se a lembrar ao Senhor que Saulo era um notório perseguidor dos santos, e havia vindo a Damasco para prender e pôr em cadeias todos os crentes. O Senhor, porém, respondeu: “Vai, porque este é para mim um vaso escolhido, para levar o meu nome diante dos gentios, e dos reis e dos filhos de Israel. E eu lhe mostrarei quanto deve padecer pelo meu nome.” Ananias foi a Saulo, e colocou as mãos sobre o sofrido penitente, dizendo: “Irmão Saulo, o Senhor Jesus, que te apareceu no caminho por onde vinhas, me enviou, para que tornes a ver e sejas cheio do Espírito Santo.” A obstrução física à visão foi removida; partículas como escamas caíram dos olhos de Saulo, e sua vista foi restaurada. Sem delongas nem hesitação, ele foi batizado. Após ser revigorado com alimentação, entrou em contato com os discípulos de Damasco e imediatamente começou a pregar nas sinagogas, declarando ser Jesus o Filho de Deus.³⁶

Quando Saulo retornou a Jerusalém, os discípulos mostraram-se receosos quanto à sua sinceridade, pois o conheciam como violento perseguidor; porém, Barnabé, um discípulo digno de confiança, trouxe-o aos apóstolos, falou de sua miraculosa conversão e testificou do seu corajoso serviço em pregar a palavra de Deus. Ele foi recebido como membro, e posteriormente ordenado sob as mãos dos apóstolos.³⁷ Seu nome hebraico, Saulo, foi mais tarde substituído pelo latino Paulus, ou como dizemos nós, Paulo.³⁸ Em vista de sua designação para levar o evangelho aos gentios, o uso de um nome romano pode ter sido vantajoso, e particularmente por ser ele cidadão romano, podendo assim exigir os direitos e isenções que lhe conferia a cidadania.³⁹

Não faz parte de nosso presente objetivo acompanhar, nem mesmo em esboço, a obra do homem assim peremptória e miraculosamente chamado ao ministério; o fato da manifestação pessoal de Cristo a ele é o único assunto a considerar no momento. Enquanto em Jerusalém, Paulo foi abençoado com uma aparição visual do Senhor Jesus, acompanhada de instruções específicas. Seu próprio testemunho a esse respeito é: “Quando orava no templo, fui arrebatado para fora de mim. E vi aquele que me dizia: Dá-te pressa, e sai apressadamente de Jerusalém; porque não receberão o teu testemunho acerca de mim.” Em explanação de sua rejeição pelo povo, Paulo confessa seu passado iníquo, dizendo: “Senhor, eles bem sabem que eu lançava na prisão ou açoitava nas sinagogas os que criam em ti. E quando o sangue de Estêvão, tua testemunha, se derramava, também eu estava presente, e consentia na sua morte, e guardava as capas dos que o matavam.” A isso, replicou o Senhor: “Vai, porque hei de enviar-te aos gentios de longe.”⁴⁰ Uma vez mais, quando jazia como prisioneiro no castelo romano, o Senhor postou-Se ao seu lado à noite, e disse: “Paulo, tem ânimo;

porque, como de mim testificaste em Jerusalém, assim importa que testifiques também em Roma.”⁴¹

O testemunho pessoal de Paulo, de que havia visto o Cristo ressurreto, é explícito e enfático. Com a enumeração de algumas das aparições do Senhor redivivo, ele associa seu próprio testemunho, ao escrever aos santos de Corinto, da seguinte forma: “Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e que foi visto por Cefas, e depois pelos doze. Depois foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também. Depois foi visto por Tiago, depois por todos os apóstolos. E por derradeiro de todos me apareceu também a mim, como a um abortivo. Porque eu sou o menor dos apóstolos, que não sou digno de ser chamado apóstolo, pois que persegui a Igreja de Deus.”⁴²

Encerramento do Ministério Apostólico — A Revelação Dada a João

O período do ministério apostólico continuou até perto do final do primeiro século de nossa era, aproximadamente sessenta a setenta anos, desde o tempo da ascensão do Senhor. No decurso daquele tempo, a Igreja experimentou tanto a prosperidade quanto a vicissitude. Inicialmente, o corpo organizado cresceu em número de membros e influência de uma forma considerada fenomenal, se não miraculosa.⁴³ Os apóstolos e os muitos outros ministros que trabalhavam sob a direção deles em posições escalonadas de autoridade, esforçaram-se tão eficazmente em espalhar a palavra de Deus, que Paulo, escrevendo aproximadamente trinta anos depois da ascensão, afirmou que o evangelho já havia sido levado a todas as nações, ou, para usar suas próprias palavras: “pregado a toda criatura que há debaixo do céu.”⁴⁴ Pela ação do Espírito Santo, Cristo continuava a dirigir os negócios de Sua Igreja na Terra, e Seus representantes mortais, os apóstolos, viajavam e ensinavam, curavam os aflitos, repreendiam os maus espíritos, e levantavam os mortos para uma vida renovada.⁴⁵

Falta-nos relato de qualquer aparição pessoal de Cristo aos mortais entre as manifestações a Paulo e a revelação a João na ilha de Patmos. A tradição confirma a hipótese de que João fora para lá, banido “por causa da palavra de Deus, e pelo testemunho de Jesus Cristo.”⁴⁶ Ele afiança que o que escreveu, e é agora conhecido como o livro de Apocalipse, a “revelação de Jesus Cristo, a qual Deus lhe deu, para mostrar aos seus servos as coisas que brevemente devem acontecer; e pelo seu anjo as enviou, e as notificou a João seu servo.”⁴⁷ O apóstolo dá uma vívida descrição do Cristo glorificado conforme o viu, e as palavras do Senhor ele registrou da seguinte maneira: “Não temas; Eu sou o primeiro e o último; e o que vivo e fui morto, mas eis aqui estou vivo para todo o sempre. Amém. E tenho as chaves da morte e do inferno.”⁴⁸ João recebeu a ordem de escrever a cada uma das sete Igrejas, ou ramos da Igreja de Cristo, então em existência na Ásia, administrando repreensão, admoestação e encorajamento, conforme a condição que cada uma requeria.

O ministério final de João marcou o encerramento da administração apostólica na Igreja Primitiva. Seus companheiros de apostolado haviam ido para seu repouso, a maioria deles tendo entrado através das portas do martírio, e embora fosse seu privilégio especial permanecer na carne até o advento do Senhor em glória,⁴⁹ ele não deveria continuar seu serviço como ministro reconhecido, aceito pela Igreja e dela conhecido. Mesmo enquanto os apóstolos viviam e trabalhavam, a semente da apostasia havia lançado raízes na Igreja, e havia crescido com a exuberância das ervas daninhas. Essa condição havia sido predita, tanto pelos profetas do Velho Testamento⁵⁰ quanto pelo Senhor Jesus.⁵¹ Os apóstolos também falaram, em predição clara, do crescimento da apostasia que lhes surgia tão aflitivamente diante dos olhos como movimento em franco progresso.⁵² As manifestações pessoais do Senhor Jesus aos mortais parece haverem cessado com o passamento dos apóstolos antigos, e não mais foram testemunhadas até o amanhecer da Dispensação da Plenitude dos Tempos.

NOTAS DO CAPÍTULO 38

1. Autoridade Presidente e Consetimento Geral. — “Outro caso de ação oficial na escolha e designação de homens para um cargo especial na Igreja levantou-se pouco depois da ordenação de Matias. Verifica-se que um aspecto marcante da organização da Igreja nos primeiros dias dos apóstolos era a posse comum das coisas materiais, sendo a distribuição feita de acordo com a necessidade. Como crescesse o número de membros, achou-se impraticável que os apóstolos devotassem a atenção e o tempo necessários a esses assuntos temporais, de maneira que convocaram os membros para selecionarem sete homens de boa reputação, aos quais pudessem indicar para tomarem o encargo especial desses problemas. Tais homens foram designados por oração e pela imposição das mãos. O caso é instrutivo por mostrar que os apóstolos tinham consciência de possuírem autoridade para dirigir os negócios da Igreja, e que observavam estritamente o princípio do consentimento geral na administração de seu alto ofício. Eles exerciam seus poderes sacerdotais no espírito de amor, e com o devido respeito pelos direitos do povo, o qual deviam presidir.” — O autor, *A Grande Apostasia*, 1:19.

2. Pentecostes. — A palavra significa “qüinquagésimo” e aplicava-se à festa judaica que se celebrava cinquenta dias depois do segundo dia dos pães ázimos, ou dia da Páscoa. É igualmente conhecido como “a festa das semanas” (Êxo. 34:22; Deut. 16:10), porque, de acordo com o estilo hebreu, caía sete semanas, ou uma semana de semanas depois da Páscoa; chama-se também “a festa da colheita” (Êxo. 23:16); e “dia das primícias (Núm. 28:26). Pentecostes era uma das grandes festas de Israel, e de observação obrigatória. Sacrifícios especiais eram determinados para o dia, como também uma oferenda adequada à estação da colheita, compreendendo dois pães fermentados feitos com o trigo novo; esses deviam ser moídos diante do altar e depois dados aos sacerdotes (Lev. 23:15-20). Em virtude dos acontecimentos sem precedentes que caracterizaram o primeiro Pentecostes após a ascensão do Senhor, o nome tornou-

se corrente na literatura cristã para expressar qualquer grande despertar espiritual, ou manifestação incomum da graça divina.

3. A posse de todas as coisas em comum. — Nenhuma condição registrada do ministério apostólico dos primeiros dias expressa mais poderosamente a unidade e devoção da Igreja daqueles dias, que o fato de haverem os membros estabelecido um sistema de posse comum da propriedade (Atos 2:44, 46; 4:32, 37; 6:1-4) Um dos resultados dessa comunidade de interesse temporal, foi a marcante unidade em assuntos espirituais; eles tinham um só coração e um só propósito”. Nada lhes faltava e viviam com alegria e santidade. Cerca de trinta séculos antes, o povo de Enoque havia-se rejubilado em idêntica condição de unidade, e suas realizações espirituais tinham sido tão excelsas, que “o Senhor veio habitar com seu povo; (...) e o Senhor chamou seu povo Sião, porque eram unos de coração e vontade e viviam em retidão; e não havia pobres entre eles.” (P.G.V. Moisés 7:16-18.) Os discípulos nefitas cresceram em santidade, “tinham todas as coisas em comum entre eles (...) e procediam justamente uns com os outros”. (L. de M. 3 Néfi 26:19; ver também 4 Néfi 1:2-3.) Um sistema de unidade em negócios materiais foi revelado à Igreja na atual dispensação, (D&C. 82:17, 18; 51:10-13, 18; 104:70-77), cujas bênçãos o povo poderá alcançar, quando aprender a substituir a preocupação egoística pelo altruísmo, e as vantagens pessoais pela devoção ao bem-estar geral — Ver *Regras de Fé*, cap. 24.

4. A conversão de Saulo. — A súbita mudança de coração, pela qual um ardente perseguidor dos santos foi de tal maneira transformado que veio a tornar-se um discípulo verdadeiro, é um milagre para a mente mediana. Saulo de Tarso era um dedicado estudioso e praticante da lei: um fariseu estrito. Não encontramos base para a suposição de que jamais se tenha encontrado com Jesus, ou ao menos o tenha visto, durante a vida do Senhor na carne; seu contato com o movimento cristão parece ter sido iniciado por intermédio do debate com Estêvão. Na determinação do que chamaria certo e do que consideraria errado, seu entusiasmo jovem era guiado muito mais pela mente que pelo coração. O saber, que poderia ter sido servo seu, era, ao contrário, seu senhor. Ele era um dos espíritos de vanguarda na cruel perseguição aos primeiros conversos do cristianismo; entretanto, ninguém pode duvidar de sua crença em que mesmo nisso prestava serviço a Jeová (comparar com João 16:2). Sua energia incomum e capacidade magnífica estavam mal orientadas. Tão logo percebeu o erro de sua orientação, mudou-a, sem levar em conta os riscos, os custos, ou a certeza da perseguição e probabilidade do martírio. Seu arrependimento foi tão genuíno quanto havia sido seu zelo de perseguidor. Durante todo o seu ministério, foi torturado pelo passado (Atos 22:4, 19, 20; I Cor. 15:9; II Cor 12:7; Gál. 1:13); entretanto, encontrou certa medida de consolo na certeza de ter agido de acordo com a própria consciência (Atos 26:9-11). Havia sido “dura coisa para ele recalcitrar contra os aguilhões” (Atos 9:5; 26:14) da tradição, treinamento e educação; entretanto, mesmo assim, não titubeou. Fora um instrumento escolhido para a obra do Senhor (Atos 9:15); e prontamente respondera à vontade do Mestre. Qualquer que tenha sido o erro cometido pelo zelo da juventude de Saulo de Tarso, o apóstolo Paulo deu tudo de si;

tempo, talento, e a vida, para expiar. Ele foi, preeminentemente, o apóstolo do Senhor aos gentios, e essa abertura das portas para outros que não os judeus, havia sido o maior pomo de discórdia entre ele próprio e Estêvão. Em consonância com o decisivo propósito divino, Paulo foi chamado a fazer o trabalho em consequência do qual se havia tornado participante do martírio de Estêvão. Sob a palavra de ordem do Senhor, Paulo mostrou-se pronto a pregar Cristo aos gentios; somente por um milagre poderia o exclusivismo judaico de Pedro e da Igreja em geral ser sobrepujado (Atos 10; e 11:1-18).

5. O rápido crescimento da Igreja Primitiva — Eusébio, que escreveu na primeira parte do século quarto, falando da primeira década depois da ascensão do Salvador, diz: “Assim, então, sob a influência e colaboração celestial, a doutrina do Salvador, como os raios do sol, rapidamente se irradiou por todo o mundo. Em breve, de acordo com a profecia divina, a voz dos inspirados evangelistas e apóstolos havia ido por toda a Terra, e suas palavras por todos os confins do mundo. Por todas as cidades e vilas, as Igrejas regurgitavam de membros de todas as origens, como celeiros muito cheios. Aqueles que, em consequência das ilusões que lhes haviam sido transmitidas por seus ancestrais, haviam sido acorrentados pelo antigo mal da superstição idólatra, eram agora libertados pelo poder de Cristo, por meio dos ensinamentos e milagres de seus mensageiros.” (Eusébio, *História Eclesiástica*, Livro 1, cap. 3.)

6. Patmos. — Uma pequena ilha na parte icariana do Mar Egeu. O Dr. John R. Sterret escreve no *Standard Bible Dictionary* o seguinte: “Uma ilha vulcânica do grupo das Espóradas, atualmente quase desprovida de árvores. Caracteriza-se por uma costa recortada e possui um porto seguro. Foi transformada pelos romanos em lugar de exílio para a classe mais baixa de criminosos. João, o autor do Apocalipse, foi para lá banido por Domiciano, em 94 A. D. Segundo a tradição, ele viveu lá em trabalhos forçados, durante dezoito meses.”

7. A dádiva do Espírito Santo. — Em resposta a uma pergunta sobre se o Espírito Santo havia sido recebido pelos apóstolos no Pentecostes ou antes, uma declaração foi publicada pela Primeira Presidência da Igreja, em 5 de fevereiro de 1916 (ver *Deseret News* da mesma data), da qual tiramos os seguintes excertos: “A resposta a esta pergunta depende do que se entende por “receber” o Espírito Santo. Se a referência é feita à promessa de Jesus a Seus apóstolos a respeito da doação, ou dom do Espírito Santo através da presença e ministração do “personagem de espírito”, chamado Espírito Santo por revelação (D&C 130:22), então a resposta é: somente no dia de Pentecostes a promessa foi cumprida. Mas a essência divina chamada Espírito de Deus, ou Santo Espírito ou Espírito Santo, pelo qual Deus criou ou organizou todas as coisas, e pelo qual os profetas escreveram e falaram, foi dada em eras anteriores, e inspirou os apóstolos em seu ministério muito antes do dia de Pentecostes (...) Lemos que Jesus, depois da ressurreição, soprou sobre os discípulos e disse: “Recebei o Espírito Santo”. Mas lemos também que Ele disse: “E eis que sobre vós envio a promessa de

meu Pai; ficai, porém, na cidade de Jerusalém, até que do alto sejais revestidos de poder.” (João 20:22; Luc. 24:49.) Lemos além disso: “porque o Espírito Santo ainda não fora dado, por ainda Jesus não ter sido glorificado.” (João 7:39.) Assim a promessa fora feita, mas o cumprimento veio mais tarde, de maneira que o Espírito Santo enviado por Jesus da parte do Pai não veio pessoalmente até o dia de Pentecostes, e as línguas repartidas de fogo foram o sinal de sua vinda.

CAPÍTULO 39

MINISTÉRIO DO CRISTO

RESSURREITO NO

HEMISFÉRIO OCIDENTAL

Ao estudarmos o ministério apostólico em seqüência imediata ao estudo da ascensão do Senhor do Monte das Oliveiras, afastamo-nos da ordem cronológica das diversas manifestações pessoais do Salvador aos mortais; porquanto, logo após Sua despedida final dos apóstolos na Judéia, Ele visitou Suas “outras ovelhas”, não pertencentes ao rebanho oriental, e cuja existência havia declarado no impressionante sermão a respeito do Bom Pastor e suas ovelhas.¹ Aquelas outras ovelhas que deveriam ouvir a voz do Pastor e eventualmente ser feitas parte do rebanho unido, eram descendentes de Leí que, com sua família e outros poucos elementos, deixara Jerusalém em 600 A.C., atravessando o grande abismo em direção ao que agora conhecemos como continente americano, onde cresceriam para tornar-se um povo poderoso, ainda que dividido.²

A Morte do Senhor Assinalada por Grandes Calamidades no Continente Americano

Como já foi dito nestas páginas, o nascimento de Jesus em Belém havia sido dado a conhecer à nação nefita do hemisfério ocidental por divina revelação; e o feliz evento tinha sido marcado pelo aparecimento de uma nova estrela, por uma noite sem trevas, de maneira que os dois dias e a noite de permeio haviam sido como um único dia, e por outras ocorrências maravilhosas, todas preditas pelos profetas do mundo ocidental.³ Samuel, o Lamanita, que por sua fidelidade e boas obras se tornara profeta, poderoso em palavras e feitos, devidamente escolhido e comissionado por Deus, havia juntado às suas predições de ocorrências gloriosas que deveriam marcar o nascimento de Cristo, profecias de outros sinais — de escuridão, terror, e destruição — pelos quais seria assinalada a morte do Salvador na cruz.⁴ Cada uma das palavras proféticas concernentes aos fenômenos que deveriam acompanhar o nascimento do Senhor haviase cumprido, e muitos tinham sido levados por isso a crer em Cristo como o prometido Redentor; porém, como é comum entre aqueles cuja fé repousa em milagres, muitos dos nefitas começaram a esquecer-se dos “sinais e as maravilhas de que haviam ouvido falar; e admiravam-se cada vez menos com qualquer sinal ou maravilha dos céus, de modo que começaram a ficar duros de coração e cegos de entendimento e começaram a duvidar de tudo quanto haviam ouvido e visto.”⁵

Trinta e três anos haviam transcorrido desde a noite iluminada e os demais sinais do advento do Messias, e então, no quarto dia do primeiro mês, ou de acordo com o

nosso calendário, durante a primeira semana de abril, no ano trigésimo quarto, levantou-se uma grande e terrível tempestade, com trovões, relâmpagos, e sublevações e afundamentos da superfície da terra, de sorte que as estradas se romperam, montanhas fenderam-se, e muitas cidades foram totalmente destruídas por terremoto, fogo, e invasão do mar. Por três horas, o holocausto sem precedentes continuou, e depois caiu espessa escuridão, na qual se verificou ser impossível acender fogo, a pavorosa obscuridade era como a escuridão do Egito⁶ no fato de que os vapores pegajosos podiam ser sentidos. Essa situação manteve-se até o terceiro dia, de maneira que uma noite, um dia e outra noite foram como uma só noite ininterrupta, e o negror impenetrável mais terrível se fazia pelos lamentos do povo, cujo estribilho de confranger o coração era, por toda parte, o mesmo: “Oh! se nos tivésse mos arrependido antes deste grande e terrível dia!”⁶

Então, varando a escuridão, veio uma Voz,⁷ diante da qual o espantoso coro das lamentações humanas silenciou: “Ai, ai, ai, deste povo”, ressoou por toda a Terra. A Voz proclamava crescentes ais, a menos que o povo se arrependesse. A destruição lhes havia sobrevindo por causa da iniquidade, e o demônio alegrava-se com o número dos mortos, e a punitiva causa de sua destruição. A extensão da pavorosa calamidade foi referida em detalhe; cidades que se haviam incendiado com seus habitantes, outras que haviam mergulhado no mar, ainda outras sepultadas na terra, foram enumeradas; e a divina razão para aquela vasta catástrofe foi claramente explicada: para que a iniquidade e as abominações do povo fossem varridas da face da Terra. Os que tinham sobrevivido para ouvir foram declarados os mais justos dentre os habitantes, e foi-lhes oferecida esperança sob condição de arrependimento e reforma ainda mais completos.

A identidade da Voz foi dada a conhecer da seguinte forma: “Eis que sou Jesus Cristo, o Filho de Deus. Eu criei os céus e a Terra e todas as coisas que neles há. Eu estava com o Pai desde o princípio. Estou no Pai e o Pai está em mim, e em mim o Pai glorificou seu nome.” Ordenou o Senhor ao povo que não mais O servisse com sacrifícios de sangue e ofertas queimadas, porque a lei de Moisés estava cumprida, e de então para diante o único sacrifício aceitável seria o coração quebrantado e o espírito contrito, e esses nunca seriam rejeitados. Ao humilde e ao arrependido, o Senhor receberia para Si mesmo. “Eis que”, disse ele, “por eles dei a vida e tornei a tomá-la; portanto, arrependei-vos e vinde a mim, ó vós, confins da Terra, e salvai-vos!”

Calou-Se a Voz, e pelo espaço de muitas horas de contínua escuridão, as clamorosas lamentações se contiveram, porque o povo estava convicto de sua culpa, e silenciosamente pranteava, perplexo, em face do que havia ouvido, e antecipadamente esperançoso quanto à salvação oferecida. Pela segunda vez a Voz Se fez ouvir, como que pesarosa pelos que se tinham recusado a aceitar a ajuda do Salvador, porque seguidas vezes os protegera, e mais freqüentemente o teria feito se o desejassem, e ainda no futuro os acalentaria, “como a galinha reúne seus pintos sob suas asas”, caso se arrependessem e vivessem em retidão. Na manhã do terceiro dia, dispersou-se a escuridão, cessaram as perturbações sísmicas, e as tormentas se acalmaram. Sendo o

manto levantado de sobre a terra, viu o povo a extensão das convulsões da terra, e a amplitude de sua perda em parentes e amigos. Contritos e humilhados, lembraram-se das predições dos profetas, e souberam que as determinações de Deus haviam sido executadas sobre eles.⁸

Cristo havia ressuscitado, e após Ele, muitos dos justos falecidos no continente ocidental levantaram-se do túmulo, e apareceram como seres ressurretos e imortalizados entre os sobreviventes da destruição que atingira a terra; da mesma forma como na Judéia, muitos dos santos tinham sido ressuscitados imediatamente após a ressurreição de Cristo.⁹

Primeira Visitação de Jesus Cristo aos Nefitas¹⁰

Cerca de um mês e meio ou mais depois dos eventos acima considerados,¹¹ uma grande multidão de nefitas havia-se reunido no templo, na terra chamada Abundância,¹² e estavam gravemente comentando uns com os outros as grandes mudanças por que havia passado a Terra, e particularmente a respeito de Jesus Cristo, de cuja morte expiatória os sinais preditos haviam sido testemunhados em todos os seus trágicos detalhes. O espírito dominante da reunião era de arrependimento e reverência. Enquanto assim estavam congregados, ouviram um som como que de uma Voz, vindo do alto, porém tanto uma segunda quanto uma terceira manifestação foram-lhes ininteligíveis. Como escutassem em embevecida concentração, a Voz fez-Se ouvir pela terceira vez, dizendo-lhes: *“Eis aqui meu Filho Amado, em quem me comprazo e em quem glorifiquei meu nome — ouvi-o”*¹³

Enquanto fitavam o alto em reverente expectativa, viram um Homem, vestido de brancas vestes, que descia e se colocava no meio deles, e que lhes falou, dizendo: “Eis que sou Jesus Cristo, cuja vinda ao mundo foi anunciada pelos profetas. E eis que sou a luz e a vida do mundo; e bebi da taça amarga que o Pai me deu e glorifiquei o Pai, tomando sobre mim os pecados do mundo, no que me submeti à vontade do Pai em todas as coisas, desde o princípio.” A multidão prostrou-se em adoração, pois lembrava-se de que seus profetas haviam previsto que o Senhor apareceria a eles depois de Sua ressurreição e ascensão.¹⁴

Determinando-o ele, o povo levantou-se e, um por um, achegaram-se, viram e tocaram as marcas dos cravos em Suas mãos e pés, bem como o ferimento de lança em Seu lado. Movidos a proclamarem sua adoração, a uma só voz clamaram: “Hosana! Bendito seja o nome do Deus Altíssimo!” e caindo então aos pés de Jesus, adoraram-No.

Chamando Néfi e onze outros para que se aproximassem, o Senhor deu-lhes autoridade para batizar o povo depois de Sua partida, e prescreveu a maneira do batismo com particular advertência contra disputas em relação ao assunto, ou alterações da forma determinada, conforme testificam as palavras do Senhor:

“Em verdade vos digo que desta forma batizareis todos os que se arrependem de seus pecados pelas vossas palavras e desejarem ser batizados em meu nome — Eis que descereis à água e em meu nome os batizareis. E eis que estas são as palavras que deveis dizer, chamando-os pelo nome: Tendo autoridade que me foi concedida por Jesus Cristo, eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém. E então os imergireis na água e depois saireis novamente da água. E desta maneira batizareis em meu nome, pois eis que em verdade vos digo que o Pai e o Filho e o Espírito Santo são um; e eu estou no Pai e o Pai em mim; e o Pai e eu somos um. E segundo o que vos ordenei, assim batizareis; e não haverá disputas entre vós, como até agora tem havido; nem haverá disputas entre vós sobre os pontos de minha doutrina, como até agora tem havido.”¹⁵

O povo em geral, e particularmente os Doze, escolhidos como acima descrito, foram advertidos de maneira impressiva contra disputas sobre assuntos de doutrina, o que foi declarado provir do espírito do demônio, “que é o pai da discórdia”. A doutrina de Jesus Cristo foi estabelecida em resumo simples mas compreensível, nas seguintes palavras:

“Eis que em verdade, em verdade vos digo que eu vos declararei minha doutrina. E esta é minha doutrina, e é a doutrina que o Pai me deu; e dou testemunho do Pai e o Pai dá testemunho de mim e o Espírito Santo dá testemunho do Pai e de mim; e eu dou testemunho de que o Pai ordena a todos os homens, em todos os lugares, que se arrependam e creiam em mim. E os que crerem em mim e forem batizados, esses serão salvos; e eles são os que herdarão o reino de Deus. E os que não crerem em mim e não forem batizados, serão condenados”.¹⁶

Arrependimento e humildade semelhante à da criança inocente e confiante, eram indispensáveis para o batismo, sem o qual ninguém poderia herdar o reino de Deus. Com a agudez e simplicidade que haviam caracterizado seus ensinamentos na Palestina, o Senhor assim instruiu os seus Doze recém-escolhidos:

“Em verdade, em verdade vos digo que esta é minha doutrina e os que edificam sobre isto edificam sobre minha rocha; e as portas do inferno não prevalecerão contra eles. E aqueles que declararem mais ou menos do que isto e estabelecerem-no como minha doutrina, esses vêm do mal e não edificam sobre a minha rocha, mas edificam sobre um alicerce de areia; e as portas do inferno estarão abertas para recebê-los quando vierem as inundações e os ventos açoitarem-nos. Portanto, dirigi-vos a este povo e declarai as palavras que eu disse, até os confins da Terra.”¹⁷

Voltando-se para a multidão, Jesus admoestou-os a que dessem ouvidos aos ensinamentos dos Doze, e continuou com um discurso que abrangia os sublimes princípios que ensinara aos judeus no Sermão da Montanha.¹⁸ As bem-aventuranças, a oração dominical, e o mesmo esplêndido conjunto de enobrecedores preceitos foram apresentados, e a mesma riqueza de comparações atuantes, e de ilustrações adequadas aparece, tanto na versão de Néfi quanto na de Mateus, deste incomparável discurso;

mas uma significativa diferença se observa em todas as referências ao cumprimento da lei mosaica, porquanto onde as escrituras judaicas registram as palavras do Senhor apontando para um cumprimento ainda incompleto, as expressões correspondentes na narrativa nefita encontram-se no passado, tendo a lei sido já cumprida em sua totalidade por intermédio da morte e ressurreição de Cristo. Desse modo, aos judeus dissera Jesus: “até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido”; mas aos nefitas declarou: “Pois em verdade vos digo que nenhum jota ou til foi omitido da lei, mas em mim toda ela foi cumprida.”¹⁹

Muitos se admiravam com o assunto, imaginando o que o Senhor desejaria que fizessem em relação à lei de Moisés; “porque não compreendiam a afirmação de que as coisas antigas haviam passado e todas as coisas haviam-se tornado novas”. Jesus, conhecedor da perplexidade deles, proclamou com clareza ser o próprio doador da lei, que por Ele fora cumprida e portanto ab-rogada. A afirmação é particularmente explícita:

“E eis que vos digo que a lei dada a Moisés foi cumprida. Eis que eu sou aquele que deu a lei e eu sou aquele que fez convênio com meu povo, Israel; portanto a lei se cumpre em mim, porque eu vim para cumprir a lei; conseqüentemente, ela tem um fim. Eis que não destruo os profetas, porque todos os que não se cumpriram em mim, em verdade vos digo, serão todos cumpridos. E porque vos disse que as coisas antigas passaram, não anulo o que foi dito a respeito das coisas que estão para vir. Porque eis que o convênio que fiz com meu povo ainda não se cumpriu completamente; mas a lei que foi dada a Moisés tem o seu termo em mim.”²⁰

Dirigindo-se aos Doze, afirmou que nunca o Pai Lhe havia ordenado informar aos judeus a respeito da existência dos nefitas, senão indiretamente ao mencionar outras ovelhas, não do rebanho judaico; e como, “por causa da obstinação e incredulidade”, haviam falhado em compreender as Suas palavras, o Pai Lhe ordenara que não dissesse mais nada com referência, nem aos nefitas, nem ao terceiro rebanho, compreendendo “as outras tribos da casa de Israel, que o Pai conduziu para fora daquela terra”. Aos discípulos nefitas, Jesus ensinou muitos outros assuntos que haviam sido negados aos judeus, que, por não estarem preparados para receber, tinham sido deixados em ignorância. Até mesmo os apóstolos judeus haviam suposto erroneamente que as “outras ovelhas” fossem as nações gentias, não compreendendo que a divulgação do evangelho aos gentios era parte da missão particular deles próprios, e esquecidos do fato de que nunca Cristo se manifestaria pessoalmente aos que não pertencessem à casa de Israel. Inspirados pelo Espírito Santo, e sob a ministração de homens comissionados e enviados, ouviriam os gentios a palavra de Deus; mas não teriam direito à manifestação pessoal do Messias.²¹ Grandes, contudo, serão as misericórdias e bênçãos do Senhor aos gentios que aceitam a verdade, pois que a eles o Espírito Santo prestará testemunho do Pai e do Filho; e todos dentre eles que obedecerem às leis e ordenanças do evangelho, serão contados com a casa de Israel. A conversão deles e a sua absorção

entre os que pertencem ao Senhor, dar-se-á individualmente e não como nações, tribos ou povos.²²

O povo em adoração, contando cerca de duas mil e quinhentas almas, julgou que Jesus estava para partir, e em lágrimas ansiava por que permanecesse. Ele os confortou com a promessa de que retornaria no dia seguinte, e admoestou-os a ponderarem as coisas que lhes havia ensinado, e a orarem em Seu nome ao Pai, por entendimento. Tendo já informado aos Doze, declarou agora ao povo que Se mostraria e ministraria “às tribos perdidas de Israel, porque não estão perdidas para o Pai, e ele sabe para onde as levou”. Manifestando a compaixão que sentia, o Senhor ordenou ao povo que fosse buscar os seus aflitos, os aleijados, coxos, mutilados, cegos e surdos, os leprosos e os paralíticos, e quantos lhe foram trazidos, curou-os a todos. Então, como ordenara, os pais trouxeram seus filhos pequeninos, e os colocaram em círculo ao Seu redor. A multidão ajoelhou-se em oração, e Jesus orou por eles, “E”, escreveu Néfi, “não há língua que possa expressar, nem homem que possa escrever, nem pode o coração dos homens conceber coisas tão grandes e maravilhosas como as que vimos e ouvimos Jesus dizer; e ninguém pode calcular a extraordinária alegria que nos encheu a alma na ocasião em que o vimos orar por nós ao Pai”. Concluída a prece, Jesus pediu à multidão que se levantasse, e prazenteiramente exclamou: “Bem-aventurados sois, por causa da vossa fé. E agora eis que é completa a minha alegria.” Jesus chorou, e tendo tomado as criancinhas, uma a uma, abençoou-as, orando ao Pai por elas.

“E depois de haver feito isso, chorou de novo; e dirigindo-se à multidão, disse-lhes: Olhai para vossas criancinhas. E ao olharem, lançaram o olhar ao céu e viram os céus abertos e anjos descendo dos céus, como se estivessem no meio de fogo; e eles desceram e cercaram aqueles pequeninos e eles foram rodeados por fogo; e os anjos ministraram entre eles.”²³

O Senhor Jesus mandou buscar pão e vinho, e fez com que o povo se assentasse. Tendo partido o pão, abençoou-o, e deu-o aos Doze; estes, tendo comido, distribuíram o pão à multidão. Tendo sido o vinho abençoado, todos partilharam; primeiro os Doze e depois o povo. Com impressividade semelhante à da instituição do sacramento da Ceia do Senhor aos apóstolos em Jerusalém, Jesus tornou clara a santidade e o significado da ordenança, dizendo que seria dada a autoridade para sua futura administração, e que dela deveriam participar todos os que tivessem sido batizados em fraternidade com Cristo, e deveria ser observada sempre em memória Dele: o pão como símbolo sagrado de Seu corpo, e o vinho em sinal do Seu sangue que havia sido derramado. Por mandamento expresso, o Senhor proibiu o sacramento do pão e vinho a todos os que não fossem dignos: “Porque”, explicou Ele, “todo aquele que come e bebe da minha carne e do meu sangue indignamente, come e bebe condenação para sua alma; portanto se souberdes que um homem é indigno de comer e beber da minha carne e do meu sangue, vós lho proibireis.” Contudo, o povo foi proibido de expulsar de suas assembléias aqueles de quem se retirasse o sacramento, se acontecesse que se arrependessem e buscassem integração pelo batismo.²⁴

A necessidade da oração foi explicitamente acentuada pelo Senhor, tendo sido dado aos Doze e à multidão, separadamente, mandamento de orar. Súplicas individuais, devoção familiar, e adoração em congregação foram assim prescritos:

“Portanto deveis sempre orar ao Pai em meu nome. E tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, que seja justo, acreditando que recebereis, eis que vos será dado. Orai ao Pai no seio de vossa família, sempre em meu nome, a fim de que vossas mulheres e vossos filhos sejam abençoados. E eis que vos reunireis com freqüência; e a ninguém proibireis que se chegue a vós quando vos reunirdes, mas permitireis que se cheguem a vós e não lhes proibireis. Mas orareis por eles e não os expulsareis; e se acontecer que se cheguem a vós freqüentemente, orareis por eles ao Pai, em meu nome.”²⁵

O Senhor tocou então cada um dos Doze com a mão, investindo-os, em palavras que não foram ouvidas pelos demais, com poder para conferir o Espírito Santo pela imposição das mãos a todos os crentes arrependidos e batizados.²⁶ Tendo concluído a ordenação dos Doze, uma nuvem desceu sobre o povo, de maneira que o Senhor ficou oculto a seus olhos; entretanto, os doze discípulos “viram e testificaram que ele novamente subiu aos céus.”

Segunda Visitação de Cristo aos Nefitas²⁷

No dia seguinte, reuniu-se multidão ainda maior, na expectativa da volta do Salvador. Durante a noite, mensageiros haviam espalhado as gloriosas notícias da aparição do Senhor, e de Sua promessa de novamente visitar Seu povo. Tão numerosa era a reunião, que Néfi e seus companheiros fizeram com que o povo se separasse em doze grupos, a cada um dos quais um dos discípulos foi designado para instruir e orientar em oração. O motivo das súplicas era que o Espírito Santo lhes fosse dado. Guiado pelos discípulos escolhidos, o inumerável ajuntamento aproximou-se da água, e Néfi, adiantandose em primeiro lugar, foi batizado por imersão; batizou ele então os outros onze que Jesus havia escolhido. Tendo os Doze saído da água, “foram cheios do Espírito Santo e fogo. E eis que eles foram envoltos como que por fogo, e o fogo desceu dos céus, e a multidão testemunhou-o e testificou-o; e desceram anjos dos céus e ministraram entre eles. E aconteceu que enquanto os anjos ministraram (...) eis que Jesus se pôs no meio deles, e instruiu-os e ministrou entre eles.”²⁸

Dessa maneira apareceu Jesus no meio dos discípulos e dos anjos ministradores. Por ordem Sua, ajoelharam-se os Doze e a multidão em prece, e oraram a Jesus, chamando-o Senhor seu, e seu Deus. Jesus afastou-Se a uma pequena distância, e em atitude humilde orou, dizendo em parte: “Pai, graças te dou por teres conferido o Espírito Santo a estes que escolhi; e é por causa de sua crença em mim que os escolhi dentre o mundo. Pai, rogo-te que dê o Espírito Santo a todos os que crerem em suas palavras”. Permaneciam ainda os discípulos em fervente oração a Jesus, quando Ele retornou ao seu meio, e como os olhasse com sorriso misericordioso e aprovador, foram eles glorificados em Sua presença, de modo que seus semblantes e vestimentas

resplandeceram com brilho semelhante ao das feições e vestes do Senhor, de tal maneira que “não poderia haver coisa alguma na Terra tão branca como sua brancura”. Por uma segunda e por uma terceira vez, afastou-Se Jesus e orou ao Pai; e quando o povo compreendeu o significado da oração, confessou e prestou testemunho de que “tão extraordinárias e maravilhosas foram as palavras com que ele orou, que não podem ser escritas, nem podem ser proferidas pelo homem”. Rejubilou-se o Senhor na fé manifestada pelo povo, e disse aos discípulos: “Tão grande fé eu nunca vi entre todos os judeus, por isso não lhes pude mostrar tão grandes milagres, por causa de sua incredulidade. Em verdade vos digo que nenhum deles viu coisas tão grandiosas como as que vistes nem ouviu coisas tão grandiosas como as que ouvistes.²⁹ Administrou então o Senhor o sacramento da mesma forma como na véspera; mas tanto o pão como o vinho foram providenciados sem ajuda humana. A santidade da ordenança foi assim expressa: “Aquele que come este pão, come do meu corpo para a sua alma; e aquele que bebe deste vinho, bebe do meu sangue para sua alma; e sua alma nunca terá fome nem sede, mas ficará satisfeita.

Isso foi acompanhado de instruções concernentes ao povo do convênio, Israel, do qual os nefitas eram parte, e à relação que deveriam manter com as nações gentias no desenvolvimento do propósito divino. Declarou Jesus ser Ele próprio aquele Profeta, cuja vinda Moisés havia predito, e o Cristo de quem todos os profetas haviam testificado. A supremacia temporária dos gentios, pela qual se cumpriria a dispersão de Israel, e a eventual coligação do povo do convênio foram preditas, com referências freqüentes aos pronunciamentos de Isaías a respeito.³⁰ O futuro dos descendentes de Lei foi pintado como uma degenerescência em incredulidade através do pecado, em consequência do que os gentios se desenvolveriam até tornar-se um poderoso povo no continente ocidental, embora aquela terra tivesse sido dada como final herança à casa de Israel. O estabelecimento da nação americana, então futuro, mas atualmente existente, caracterizada como “um povo livre”, foi predito nas seguintes palavras, sendo os propósitos de Deus explicados a seu respeito: “Pois é sabedoria do Pai que eles se estabeleçam nesta terra como um povo livre, pelo poder do Pai, para que estas coisas cheguem por meio deles a um remanescente de vossa posteridade, a fim de que se cumpra o convênio que o Pai fez com seu povo, ó casa de Israel.”³¹

Como um sinal do tempo em que a reunião dos diversos ramos de Israel de sua longa dispersão, teria lugar, o Senhor especificou a prosperidade dos gentios na América, sua ação em trazer as escrituras aos degradados remanescentes da posteridade de Leí, ou seja, os índios americanos.³² Foi deixado bem claro que todos os gentios que se arrependessem, e aceitassem o evangelho de Cristo por meio do batismo, seriam contados com o povo do convênio e feitos partícipes das bênçãos relativas aos últimos dias, em que a Nova Jerusalém seria estabelecida no continente americano. A jubilosa descrição de Israel coligado, conforme tinha sido dada anteriormente pela boca do profeta Isaías, foi repetida pelo Jeová ressurreto ao seu rebanho nefita.³³ Admoestando-os a que ponderassem as palavras dos profetas, que estavam registradas entre eles, e dessem ouvidos às novas escrituras que dera a conhecer, e ordenando especialmente

aos Doze que ensinassem ao povo mais a respeito das coisas que havia exposto, o Senhor informou-os das revelações dadas por intermédio de Malaquias, e determinou que fossem escritas.³⁴

As profecias assim reiteradas por Aquele que havia inspirado Malaquias a falar naquela ocasião eram obviamente futuras, e até agora ainda não foram cumpridas em sua totalidade. O advento do Senhor, do qual estas escrituras testificam, pertence ainda ao futuro; entretanto, esse tempo está próximo agora: esse “grande e terrível dia do Senhor”, como é atestado pelo fato de que Elias, que deveria vir antes daquele dia, apareceu no desempenho de sua comissão particular, de voltar o coração dos filhos vivos aos progenitores mortos, e o coração dos pais já falecidos à sua posteridade ainda mortal.³⁵

O ministério pessoal de Cristo, na época de Sua segunda visitação, durou três dias, durante os quais deu ao povo muitas escrituras, que anteriormente haviam sido dadas aos judeus, porquanto assim o Pai ordenara; e Ele expôs-lhes os propósitos de Deus, desde o princípio até o tempo em que Cristo deveria voltar em Sua glória: “E até o grande e último dia, quando todos os povos e todas as tribos e todas as nações e línguas se apresentarem perante Deus, para serem julgados por suas obras, sejam elas boas ou más; se forem boas, para a ressurreição da vida eterna; e se forem más, para a ressurreição da condenação; ficando paralelamente, uns de um lado e outros de outro, segundo a misericórdia, e a justiça e a santidade que está em Cristo, o qual já existia antes do princípio do mundo.” Em ministração misericordiosa, curou Seu rebanho ferido, e levantou um homem dentre os mortos. Em ocasiões posteriores, porém não especificadas, mostrou-Se Ele aos nefitas, e “partiu muitas vezes o pão, e abençoou-o e deu-o a eles”.³⁶

Depois de Sua segunda ascensão dentre eles, o espírito de profecia manifestou-se entre o povo, estendendo-se até a crianças e infantes, muitos dos quais falaram de coisas maravilhosas, conforme o Espírito lhes concedia falar. Os Doze entraram vigorosamente em seu ministério, ensinando a todos os que dessem ouvidos, e batizando aqueles que, que por meio do arrependimento buscavam comunhão com a Igreja. A todos os que assim cumpriam os requisitos do evangelho o Espírito Santo foi conferido; e os que assim foram abençoados viviam em amor, e foram conhecidos como Igreja de Cristo.³⁷

Visitação de Cristo aos seus Doze Escolhidos entre os Nefitas³⁸

Sob a administração dos doze discípulos ordenados, a Igreja cresceu e prosperou na terra de Néfi.³⁹ Os discípulos, como testemunhas especiais de Cristo, viajavam, pregavam, ensinavam, e batizavam todos os que professavam fé e demonstravam arrependimento. Certa ocasião estavam os Doze reunidos em “poderosa oração e jejum”, buscando esclarecimento sobre um assunto particular que, a despeito das advertências do Senhor contra as contendas, tinha dado origem a disputas entre o povo.

Enquanto suplicavam ao Pai em nome do Filho, Jesus apareceu no meio deles e perguntou-lhes: “O que desejais que eu vos dê?” A resposta foi: “Senhor, desejamos que nos digas o nome que devemos dar a esta Igreja, porque há controvérsias entre o povo a respeito deste assunto.” Eles haviam chamado, provisoriamente, a comunidade de crentes batizados de Igreja de Cristo, mas aparentemente esse nome verdadeiro e distintivo não havia sido aceito de maneira geral e sem problemas.

E o Senhor prosseguiu: — “Em verdade, em verdade vos digo: Por que é que o povo murmura e discute sobre este assunto? Não leram as escrituras, que dizem que deveis tomar sobre vós o nome de Cristo, que é o meu nome? Porque por esse nome sereis chamados no último dia. E todo aquele que tomar sobre si o meu nome e perseverar até o fim, será salvo no último dia. Portanto tudo quanto fizerdes, vós o fareis em meu nome; por conseguinte chamareis a Igreja pelo meu nome; e invocareis o Pai em meu nome, a fim de que ele abençoe a igreja por minha causa. E como será a minha igreja, se não tiver o meu nome? Porque se uma igreja for chamada pelo nome de Moisés, então será a igreja de Moisés; ou se for chamada pelo nome de um homem, então será a igreja de um homem; mas se for chamada pelo meu nome, então será a minha igreja, desde que estejam edificadas sobre o meu evangelho. Em verdade vos digo que estais edificadas sobre o meu evangelho; portanto tudo o que invocardes, invocai em meu nome; portanto, quando invocardes o Pai em favor da igreja, se o fizerdes em meu nome, o Pai vos ouvirá; e se acontecer de a igreja estar edificada sobre o meu evangelho, então o Pai manifestará nela as suas próprias obras. Todavia se não estiver edificada sobre o meu evangelho, mas edificada sobre as obras dos homens ou sobre as obras do diabo, em verdade vos digo que terão alegria em suas obras por um tempo, porque logo chegará o fim; e eles serão cortados e lançados no fogo, de onde não há retorno. Porque suas obras os seguem, pois por causa de suas obras é que são cortados; portanto, lembrai-vos das coisas que vos disse.”⁴⁰

Por essa maneira, confirmou o Senhor como outorga autoritativa, o nome que, por inspiração, foi assumido por Seus filhos obedientes, *A Igreja de Jesus Cristo*. A explanação do Senhor quanto ao único nome pelo qual a Igreja poderia ser apropriadamente conhecida, é irresistível e convincente. Não se tratava da Igreja de Leí ou Néfi, de Mosias ou Alma, de Samuel ou Helamã; se o fosse, deveria ser chamada pelo nome do homem a quem pertencesse, da mesma forma como atualmente existem Igrejas denominadas segundo os homens;⁴¹ sendo, porém, a Igreja estabelecida por Jesus Cristo, não poderia levar adequadamente nenhum outro nome senão o dele.

Reiterou então Jesus aos doze nefitas muitos dos princípios cardeais que havia dantes enunciado, tanto a eles quanto ao povo em geral; e ordenou que Suas palavras fossem escritas, excetuando-se algumas comunicações mais elevadas que lhes proibiu de escrever. A importância de preservarem como um tesouro inapreciável as novas Escrituras foi-lhes demonstrada, com a afirmativa segura de que nos céus se guardavam registros de todas as coisas feitas por direção divina. Aos Doze foi dito que seriam os juízes do seu povo; e em face de tal investidura, foram admoestados à diligência e à

devoção.⁴² O Senhor alegrou-Se com a fé e pronta obediência dos nefitas aos quais havia ministrado, e às doze testemunhas especiais disse: “E agora, eis que minha alegria é grande, até a plenitude, por causa de vós e também desta geração; sim, e até o Pai se alegra e também todos os santos anjos, por causa de vós e desta geração; porque nenhum deles está perdido. Eis que eu quisera que compreendêsseis, porque me refiro aos desta geração que estão agora vivos; e nenhum deles está perdido; e neles minha alegria é completa.” Sua alegria, contudo, era mesclada com tristeza por causa da apostasia em que as últimas gerações haveriam de cair; isto previa ele como uma condição terrível, que alcançaria seu clímax na quarta geração a partir daquele tempo.⁴³

Os Três Nefitas

Em amorosa compaixão, o Senhor falou aos doze discípulos, um a um, perguntando-lhes: “O que desejais de mim depois que eu for para o Pai?”⁴⁴ Todos, com exceção de três, expressaram o desejo de que pudessem continuar no ministério até haverem alcançado uma idade avançada, e então, no tempo devido, serem recebidos pelo Senhor em Seu reino. A eles deu Jesus abençoada certeza, dizendo: “Quando atingirdes a idade de setenta e dois anos, vireis a mim, em meu reino; e comigo achareis descanso.” Voltou-se então para os três que haviam guardado o pedido que não ousavam expressar: E disselhes Jesus: — “Eis que conheço vossos pensamentos e desejastes aquilo que João, meu amado, que me acompanhou em meu ministério antes que eu fosse levantado pelos judeus, desejou de mim. Portanto mais bem-aventurados sois, porque nunca provareis a morte; mas vivereis para ver todas as obras do Pai entre os filhos dos homens, até que todas as coisas sejam cumpridas de acordo com a vontade do Pai, quando virei em minha glória com os poderes do céu. E vós nunca padecereis as penas da morte; mas quando eu vier em minha glória, sereis transformados num abrir e fechar de olhos, da mortalidade para a imortalidade; e então sereis abençoados no reino de meu Pai.”⁴⁵

Os três abençoados receberam a promessa de que, no decurso de sua prolongada vida, seriam imunes ao sofrimento, e só conheceriam a dor de se afligirem com os pecados do mundo. Por causa de seu desejo de trabalhar para trazer almas a Cristo enquanto o mundo existisse, receberam a promessa de uma eventual plenitude de alegria, semelhante àquela que o próprio Senhor havia alcançado. Jesus tocou cada um dos nove que deveriam viver e morrer no Senhor, mas os três que deveriam permanecer até que viesse em Sua glória, Ele não tocou. “E partiu”.

Uma modificação processou-se no corpo dos Três Nefitas, de maneira que, conquanto permanecessem na carne, estavam isentos dos efeitos comuns da vicissitude física. Os céus foram abertos aos seus olhos; foram arrebatados e viram e ouviram coisas inenarráveis. “E foi-lhes proibido que as externassem; tampouco lhes foi dado poder para relatarem as coisas que viram e ouviram.” Embora vivessem e labutassem como homens entre seus companheiros, pregando, batizando, e conferindo o Espírito Santo a todos os que davam ouvidos às suas palavras, os inimigos da verdade eram

impotentes para os molestarem. A respeito disso, depois de cento e setenta anos após a última visitação do Senhor, maldosa perseguição foi lançada contra os três. Por seu zelo no ministério, foram lançados em prisão; mas “as prisões não os podiam reter, pois partiam-se ao meio”. Foram encarcerados em calabouços subterrâneos; “mas feriram a terra com a palavra de Deus, de modo que, pelo seu poder, eram libertados das profundezas da terra; e portanto, não era possível fazer covas suficientemente fundas para retê-los”. E três vezes foram atirados numa fornalha sem nada sofrerem. E duas vezes foram atirados numa cova de animais selvagens; e “eis que brincaram com as feras como uma criança brinca com um carneirinho que ainda mama; e não se feriram.”⁴⁶ Mórmon afiança que, em resposta a suas orações, o Senhor lhe fizera saber que a mudança operada no corpo dos três era tal, que tirava de Satanás todo o poder sobre eles, e que eles eram “santos e não pudessem ser retidos pelos poderes da Terra. E nesse estado deveriam permanecer até o dia do juízo de Cristo; e nesse dia sofreriam uma transformação maior e seriam recebidos no reino do Pai, para não mais saírem, mas para habitarem com Deus, eternamente, nos céus.”⁴⁷ Durante cerca de trezentos anos, e possivelmente até mais, os Três Nefitas ministraram visivelmente entre seus companheiros; mas como a iniquidade do povo crescia, esses ministros especiais foram retirados, e desse tempo em diante, manifestaram-se somente aos poucos justos. Morôni, o último profeta nefita, quando se ocupava em completar o registro de seu pai Mórmon, e acrescentar a ele assuntos de seu próprio conhecimento, escreveu a respeito desses três discípulos do Senhor, que “permaneceram na terra até que a iniquidade do povo se tornou tão grande que o Senhor já não lhes permitiu permanecer com o povo; e se eles estão ainda sobre a face da terra, ninguém sabe. Mas eis que meu pai e eu os vimos e eles ministraram em nosso benefício.”⁴⁸ Seu ministério deveria estender-se a judeus e gentios, entre os quais trabalham sem que se lhes reconheça a data de nascimento tão recuada; e são enviados às tribos dispersas de Israel, e a todas as nações, famílias, línguas e povos, dentre os quais têm trazido e ainda estão trazendo muitas almas a Cristo, “a fim de que o desejo deles seja satisfeito; e também em virtude do poder convincente de Deus, que está neles.”⁴⁹

Crescimento da Igreja Seguido pela Apostasia da Nação Nefita

A Igreja de Jesus Cristo desenvolveu-se rapidamente na terra de Néfi, e trouxe a seus componentes fiéis bênçãos sem precedentes. Até a animosidade hereditária entre nefitas e lamanitas foi esquecida; e todos viviam em paz e prosperidade. Tão grande era a unidade da Igreja, que seus membros possuíam todas as coisas em comum, e “portanto não havia ricos nem pobres nem escravos nem livres, mas eram todos livres e participantes do dom celestial.”⁵⁰ Populosas cidades tomaram o lugar das desoladas ruínas que haviam dominado, ao tempo da crucifixão do Senhor. A terra foi abençoada, e o povo alegrou-se em retidão. “E não havia contendias na terra, em virtude do amor a Deus que existia no coração do povo. E não havia invejas, nem disputas nem tumultos, nem libertinagens, nem mentiras, nem assassinatos, nem qualquer espécie de lascívia; e certamente não poderia haver povo mais feliz entre todos os povos criados pela mão

de Deus”.⁵¹ Nove das doze testemunhas especiais escolhidas pelo Senhor passaram, no tempo determinado, para o descanso, e outros foram ordenados em lugar deles. O estado de abençoada prosperidade, e de posse em comum, continuou por um período de cento e sessenta e sete anos, mas logo depois surgiu uma transformação extremamente aflitiva. O orgulho expulsou a humildade, a ostentação de vestes custosas substituiu a simplicidade dos dias mais felizes; a rivalidade levou a contendas, e a partir daí não mais “tiveram seus bens e suas posses em comum. E começaram a dividir-se em classes; e começaram a organizar igrejas para si mesmos, a fim de obter lucros, e principiaram a renegar a verdadeira igreja de Cristo”⁵² As Igrejas feitas pelos homens multiplicaram-se, e a perseguição, irmã verdadeira da intolerância, tornou-se generalizada. Os lamanitas de pele vermelha voltaram aos seus caminhos pervertidos, e criaram uma hostilidade assassina contra seus irmãos brancos, e todo tipo de práticas corruptas tornou-se comum entre ambas as nações. Por muitas décadas, os nefitas recuaram diante de seus violentos inimigos, abrindo caminho no rumo nordeste, através do que atualmente constitui os Estados Unidos. Por volta do ano 400 da Era Cristã, a última grande batalha foi travada perto da colina Cumora;⁵³ e a nação nefita foi extinta.⁵⁴ O degenerado remanescente da posteridade de Leí, os lamanitas, ou índios americanos, continuaram até o dia de hoje. Morôni, o último dos profetas nefitas, ocultou o registro de seu povo no monte Cumora, de onde foi tirado, por orientação divina, na corrente dispensação. Esse registro está atualmente diante do mundo, traduzido pelo dom e poder de Deus, e publicado para a edificação de todas as nações, como o *Livro de Mórmon*.

NOTAS DO CAPÍTULO 39

1. A Terra de Abundância — Abrangia a parte norte da América do Sul, estendendo-se até o istmo do Panamá. Ao norte, limitava-se com a Terra de Desolação, que abrangia a América Central, e, mais tarde na história nefita, uma região indefinida ao norte do istmo. O continente sul-americano em geral é chamado de Terra de Néfi, no Livro de Mórmon.

2. A versão judaica e a nefita do “Sermão do Monte” — Conforme apontamos no texto, um dos contrastes mais impressionantes entre o Sermão do Monte e a repetição virtual do discurso por nosso Senhor na época de sua visita aos nefitas, é o da predição concernente ao cumprimento da lei de Moisés na primeira apresentação, e a irrestrita afirmativa na segunda, de que a lei havia sido cumprida. Algumas diferenças aparecem entre as bem-aventuranças, em cada uma das quais o sermão nefita é mais explícito. Assim, em vez de, “Bem-aventurados os pobres de espírito” (Mat. 5:3), lemos, “Benditos são os pobres de espírito que vierem a mim” (3 Né. 12:3). Em lugar de, “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos” (Mat.), encontramos, “E benditos os que padecem fome e sede de justiça, pois eles serão cheios do Espírito Santo” (Néfi). Em vez de, “por causa da justiça” (Mat.)⁵⁵ temos “por minha causa” (Néfi). Para a difícil passagem, “Vós sois o sal da terra; e se o sal

for insípido, com que será salgado?” (Mat.),⁵⁶ temos a expressão mais clara, “a vós é dado serdes o sal da terra; mas, se o sal perder o seu sabor com que será a terra salgada?” (Néfi). E, como já foi dito, em lugar de “nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido” (Mat.), temos: “Nem um jota ou til se omitiu da lei, mas em mim toda ela foi cumprida” (Néfi). As variações nos versos posteriores relacionam-se com o cumprimento previsto (Mat.) e o cumprimento declarado (Néfi). Em lugar da forte analogia referente ao arrancamento de um olho que ofende, ou o decepamento da mão que peca (Mat.), encontramos: “Eis que vos ordeno que não permitais que nenhuma dessas coisas entre em vosso coração. Pois é melhor que desprezeis essas coisas e carregueis vossa cruz, do que serdes atirados no inferno” (Néfi). Acompanhando as instâncias ilustrativas dos requisitos do evangelho substituindo os da lei, o registro nefita apresenta este esplêndido resumo: Portanto, estas coisas da antigüidade, que se achavam sob a lei, em mim foram todas cumpridas. As coisas antigas são passadas e tudo foi renovado. Portanto, quisera que fôsseis perfeitos, assim como eu ou o vosso Pai que está nos céus “é perfeito.”

No relato que Mateus faz do sermão, pouca diferença se faz entre os preceitos dirigidos à multidão em geral, e as instruções dadas particularmente aos Doze. Assim, em Mat. 6:25-34 a expressão foi dirigida aos apóstolos, pelo que se imagina, porquanto eles deveriam deixar de lado todos os interesses materiais, e não o povo; no sermão dado aos nefitas, a diversidade é tornada clara da seguinte forma: “E aconteceu que, após ter dito estas palavras, Jesus olhou para os doze que havia escolhido e disse-lhes: Lembrai-vos das palavras que eu disse. Porque eis que sois vós os que eu escolhi para ministrar entre este povo. Portanto eu vos digo: Não vos preocupeis quanto a vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Não é a vida mais do que alimento e o corpo mais do que vestido?” etc. (Ver 3 Né. 13:25-34). Mateus 7 abre com “Não julgueis, para que não sejais julgados”, sem qualquer indicação quanto ao seu emprego geral ou especial; 3 Né. 14 começa com “E então aconteceu que após ter tido estas palavras, Jesus de novo se voltou para a multidão e, tornando a abrir a boca, disse-lhes: Em verdade, em verdade vos digo: não julgueis, para que não sejais julgados.” Uma cuidadosa comparação verso-a-verso entre o Sermão da Montanha, conforme registrado por Mateus, e o discurso do Senhor ressuscitado a Seu povo no continente ocidental é seriamente recomendada a todo estudante.

3. Batismos entre os nefitas após a visitaçã do Senhor. — Lemos que antes da segunda aparição de Cristo aos nefitas, os Doze escolhidos foram batizados (3 Né. 19:10-13). Aqueles homens haviam, na verdade, sido batizados anteriormente, porquanto Néfi tinha sido revestido de poder não só para batizar mas para ordenar outros à autoridade necessária à administração do batismo (3 Né. 7:23-26). O batismo dos discípulos, na manhã da segunda visita do Salvador, foi um tipo de rebatismo, envolvendo uma renovação dos convênios e a confissão de fé no Senhor Jesus.

É possível que nos primitivos batismos nefitas tivesse surgido alguma irregularidade quanto à forma, ou impropriedade quanto ao espírito da administração da ordenança, porquanto, como já vimos, o Senhor ordenou ao povo, em conexão com as instruções concernentes ao batismo, que acabasse com as contendidas. (3 Né. 11:28-33).

Quanto a um segundo batismo, ou batismos posteriores, o autor escreveu em outra obra (ver *Regras de Fé*, vii:12-17) praticamente o seguinte: Rebatismos registrados nas escrituras, são poucos, e em cada caso as circunstâncias especiais que justificam a ação são visíveis. Assim é que lemos a respeito de Paulo batizando certos discípulos em Éfeso, embora já tivessem sido imersos segundo a maneira do batismo de João. Contudo, nesse caso, o apóstolo evidentemente não estava convencido de que o batismo tivesse sido praticado por autoridade competente, ou de que os crentes tivessem tido a instrução adequada quanto à importância da ordenança. Quando testou a eficácia do batismo deles, perguntando: “Recebestes vós já o Espírito Santo quando crestes?” responderam-lhe, “Nós nem ainda ouvimos que haja Espírito Santo”. Perguntou-lhes então em aparente surpresa: “Em que sois batizados então? E eles disseram: No batismo de João. Mas Paulo disse: Certamente João batizou com o batismo do arrependimento, dizendo ao povo que cresse no que após ele havia de vir, isto é, em Jesus Cristo. E os que ouviram foram batizados em nome do Senhor Jesus.” (Ver Atos 19:1-6).

Na Igreja, atualmente, a repetição do rito do batismo para alguma pessoa é admissível sob certas condições específicas. Assim é que, se alguém, tendo entrado para a Igreja pelo batismo, retira-se dela, ou é excomungado, e posteriormente se arrepende e deseja recuperar sua posição na Igreja, só o pode fazer por meio do batismo. Entretanto, essa é uma repetição da ordenança iniciatória, tal como anteriormente administrada. Não há ordenança de “rebatismo”, na Igreja, de natureza distinta, ou de maneira ou propósito diferente do outro batismo; e, portanto, ao administrarmos o batismo a uma pessoa que tenha sido batizada anteriormente, a forma da cerimônia é exatamente a mesma que no primeiro batismo.

CAPÍTULO 40

A LONGA NOITE DA APOSTASIA

Por mais de dezessete séculos no hemisfério oriental, e acima de mil e quatrocentos anos no ocidental, parece ter havido silêncio entre os céus e a terra.¹ Não temos qualquer registro autêntico de revelação direta de Deus ao homem durante esse longo intervalo. Como já demonstramos, o período do ministério apostólico no continente oriental terminou provavelmente antes do alvorecer do segundo século da Era Cristã. O passamento dos apóstolos foi acompanhado do rápido desenvolvimento de uma apostasia universal, como tinha sido previsto e profetizado.²

Causas externas tanto quanto internas cooperaram para que se manifestasse essa grande apostasia. Dentre as forças desintegradoras agindo de fora para dentro, a mais eficiente foi a constante perseguição a que foram submetidos os santos, em decorrência da oposição judaica, bem como da pagã. Inúmeros dos que haviam professado a fé, e muitos dos que tinham sido oficiais no ministério, desertaram da Igreja, enquanto uns poucos eram estimulados a maior zelo sob o açoite da perseguição. O efeito geral da oposição vinda de fora — de causas externas do declínio da fé e obras, consideradas como um todo — era a defecção individual, resultando numa *extensa apostasia dos que saíam da Igreja*. Mas incomparavelmente mais sério era o resultado da dissensão interna, do cisma e do rompimento, pelos quais ocorreu uma absoluta *apostasia da Igreja* dos caminhos e da palavra de Deus.

O judaísmo foi o mais antigo opressor do cristianismo, e tornou-se o instigador e cúmplice das sucessivas atrocidades inerentes à perseguição pagã. A hostilidade aberta e vigorosa das forças romanas contra a Igreja Cristã tornou-se generalizada durante o reinado de Nero (começando ao redor de 64 A.D.), e prosseguiu, com pausas ocasionais de uns poucos meses ou mesmo de anos, de uma só vez, até o final do reinado de Diocleciano (cerca de 305 A.D.). As crueldades desumanas e o selvagem barbarismo a que foram sujeitos os que ousaram professar o nome de Cristo, durante os séculos da dominação dos pagãos, são pontos conhecidos da história.³ Quando Constantino, o Grande, subiu ao trono, no primeiro quadrante do século quarto, uma transformação radical teve início na atitude do estado em relação à Igreja. O imperador imediatamente fez, do chamado cristianismo da época, a religião de seu reino; e a zelosa devoção à Igreja tornou-se a mais segura recomendação para o imperial favor. A Igreja, porém, já era, em grande parte, uma instituição apóstata e até mesmo nos traços mais gerais, da organização e serviço, apresentava apenas remota semelhança com a Igreja de Jesus Cristo, fundada pelo Salvador e edificada pela instrumentalidade dos apóstolos. Quaisquer vestígios de genuíno cristianismo que tivessem sobrevivido na Igreja até ali, foram sepultados e ocultos da vista humana pelos abusos que acompanharam a promoção da ordem eclesiástica ao favor secular, pelo decreto de Constantino. O imperador, embora não batizado, fez-se a si próprio cabeça da Igreja, e os ofícios sacerdotais passaram a ser mais disputados que os postos militares, ou as vantagens

estatais. O espírito de apostasia, pelo qual a Igreja havia sido impregnada antes de Constantino haver lançado sobre ela o manto da proteção imperial, adornando-a com a insígnia do estado, foi então estimulando a crescente atividade, à medida que o fermento da cultura do próprio Satanás florescia, sob condições das mais favoráveis para aquele desenvolvimentosemelhante ao dos fungos.

O bispo de Roma já havia conseguido supremacia em relação a seus companheiros de episcopado, mas quando o imperador fez de Bizâncio a sua capital, e trocou o nome da cidade em honra de si mesmo, para Constantinopla, o bispo daquela cidade pleiteou igualdade com o pontífice romano. A pretensão foi contestada, a dissensão que se seguiu dividiu a Igreja, e o rompimento tem persistido até o dia de hoje, como se pode ver pela distinção existente entre as Igrejas Católica Romana e Católica Grega.

O pontífice romano exercia autoridade secular ao mesmo tempo que espiritual, e no século onze aplicou a si mesmo o título de *Papa*, significando *Pai*, com o sentido de governante paternal em todas as coisas. Durante os séculos treze e quatorze, a autoridade temporal do papa era superior à dos reis e imperadores, e a Igreja romana tornou-se o despótico potentado das nações, e um autocrata acima de todos os estados seculares. Ainda assim, essa Igreja, tresandando o mau cheiro da ambição mundana e da cobiça de dominação, audaciosamente declarava ser a Igreja estabelecida por Aquele que afirmou: “Meu reino não é deste mundo.” As arrogantes pretensões da Igreja de Roma não eram menos extravagantes na administração espiritual do que na secular. Em seu controle sobre o destino espiritual das almas dos homens, proclamado em alta voz, ela de maneira blasfema fazia crer que perdoava ou retinha os pecados dos indivíduos, e infringia ou suspendia penalidades, tanto na terra quanto além túmulo. Ela vendia permissão para cometer pecado e negociava, por dinheiro, cartas de indulgente perdão por faltas já cometidas. O papa da Igreja, proclamando-se a si mesmo vigário de Deus, sentou-se em posição de julgamento como o próprio Deus; e por essa blasfêmia, cumpriu a profecia de Paulo que se seguiu à advertência em relação às terríveis condições que antecederão a segunda vinda de Cristo: “Ninguém de maneira alguma vos engane; porque não será assim sem que antes venha a apostasia, e se manifeste o homem do pecado, o filho da perdição, o qual se opõe, e se levanta contra tudo o que se chama Deus, ou se adora; de sorte que se assentará, como Deus, no templo de Deus, querendo parecer Deus.”⁴

Em sua irrestrita entrega à liberdade de assumir indevida autoridade, a Igreja de Roma não hesitou em transgredir a lei de Deus, mudar as ordenanças essenciais à salvação, e quebrar de maneira cruel o eterno convênio, desse modo contaminando a terra, exatamente como Isaías havia predito.⁵ Ela alterou a ordenança do batismo, destruindo seu simbolismo e associando-lhe imitações de ritos pagãos; corrompeu o sacramento da Ceia do Senhor e conspurcou-lhe a doutrina com a extravagância da *transubstanciação*;⁶ pretendeu aplicar os méritos dos justos para o perdão do pecador, no dogma antiescriturístico e inteiramente repelente da *supererrogação*; promoveu a idolatria das maneiras mais sedutoras e perniciosas;

condenou o estudo das sagradas escrituras pelo povo em geral; impôs um estado antinatural de celibato ao clero; deleitou-se em união profana com as teorias e sofismas dos homens, e de tal maneira adulterou as doutrinas singelas do evangelho de Cristo, que chegou a criar um credo pejado de superstição e heresia; promulgou doutrinas tão pervertidas a respeito do corpo humano, que fez o tabernáculo de carne, divinamente formado, parecer algo conveniente apenas para ser torturado e menosprezado; proclamou como ato virtuoso, merecedor de rica recompensa, o mentir e enganar, se com isso os seus próprios interesses fossem promovidos; e tão completamente se afastou do plano original da organização da Igreja, que de si mesma fez um espetáculo de pomposa ostentação, elaborada pelo capricho do homem.⁷

As mais importantes das causas internas, pelas quais a apostasia da Igreja Primitiva foi realizada, podem ser resumidas da seguinte forma: (1) A corrupção das doutrinas simples do evangelho de Cristo pela mistura com os chamados sistemas filosóficos. (2) Acréscimos não autorizados aos ritos prescritos da Igreja e a introdução de alterações vitais nas ordenanças mais importantes. (3) Mudanças não autorizadas na organização e no governo da Igreja.⁸

Sob a tirânica repressão que acompanhou o domínio usurpado e injusto da Igreja de Roma, a civilização foi retardada e, durante séculos, praticamente paralisada em seu curso. Esse período de regressão é conhecido na história como Idade Média. O século quinze testemunhou o movimento conhecido como Renascença ou Restauração do Conhecimento; houve um despertar geral e significativamente rápido entre os homens, e um esforço deliberado para sacudir o estupor de indolência e ignorância manifestou-se por todo o mundo civilizado. Pelos historiadores e filósofos, o reavivamento foi considerado como uma instigação inconsciente e espontânea do “espírito do tempo”; tratava-se, contudo, de um desenvolvimento predeterminado na mente de Deus, para iluminar a obscurecida mente dos homens, preparando-os para a restauração do evangelho de Jesus Cristo, que estava designada a realizar-se alguns séculos mais tarde.⁹

Com a renovação da atividade intelectual e do esforço para o aperfeiçoamento material, surgiram como acompanhamento lógico e inevitável, o protesto e a revolta contra a tirania eclesiástica da época. Os albigenses na França tinham-se levantado em insurreição contra o despotismo eclesiástico durante o século treze; e no quatorze, João Wickliffe, da Universidade de Oxford, havia corajosamente denunciado a corrupção da Igreja e do clero romanos, e particularmente as restrições impostas pela hierarquia papal ao estudo popular das Escrituras. Wickliffe deu ao mundo uma versão da Santa Bíblia em inglês. A igreja papal procurou reprimir e punir pela força tais manifestações de crença independente. Os albigenses tinham sido sujeitos a crueldades desumanas e a morticínio irrestrito. Wickliffe foi objeto de severa e persistente perseguição; e embora tivesse morrido em seu leito, a vingança da Igreja romana permaneceu insaciada, enquanto não fez exumar e queimar o seu corpo, espalhando as cinzas aos quatro ventos. João Huss e Jerônimo de Praga tornaram-se preeminentes no continente

européu, na agitação contra o despotismo papal, e ambos tombaram como mártires da causa. Embora a Igreja se houvesse tornado apóstata até o âmago, não faltaram homens corajosos de coração e retos de espírito, prontos a dar a vida pelo avanço da emancipação espiritual.

Uma revolta notável contra o papado ocorreu no século dezesseis, conhecida pelo nome de Reforma. O movimento foi iniciado em 1517 por Martinho Lutero, um monge alemão, e espalhou-se tão rapidamente, que logo envolveu todo o domínio do papado. *Protestos* formais contra o despotismo da Igreja papal foram formulados pelos representantes de certos príncipes alemães e por outros delegados a uma dieta, ou concílio geral, realizado em Spira, em 1529 A.D., e os reformadores passaram a ser conhecidos como *Protestantes* desde esse tempo. Uma Igreja independente foi proposta por João, Eleitor da Saxônia, para o que foi preparada, a instâncias suas, uma constituição por Lutero e seu companheiro Melancton. Os protestantes discordavam entre si. Faltando-lhes divina autoridade para serem guiados nos assuntos de organização e doutrina da Igreja, seguiam os multiformes caminhos dos homens, e eram desunidos internamente, ao mesmo tempo que eram atacados externamente. A Igreja romana, enfrentada por oponentes determinados, não hesitou ante nenhum extremo de crueldade. O tribunal da Inquisição, que fora estabelecido na última parte do século quinze sob o título, infamemente sacrílego, de “Santo Ofício”, tornou-se intoxicado com o sadismo da crueldade bárbara no século da Reforma, infligindo indescritíveis torturas a pessoas secretamente acusadas de heresia.

Nos primeiros tempos da Reforma instigada por Lutero, Henrique VIII, rei da Inglaterra, declarou-se defensor do papa, e foi recompensado pela atribuição papal do elevado título de “Defensor da Fé”. Dentro de poucos anos, esse mesmo soberano britânico foi excomungado da igreja romana, por sua impaciente desconsideração quanto à autoridade do papa em relação ao desejo de Henrique de divorciar-se da rainha Catarina, a fim de que pudesse casar-se com uma de suas damas. O parlamento britânico, em 1534, aprovou o Ato de Supremacia, pelo qual a nação foi declarada livre de toda subordinação à autoridade papal. Por um ato do Parlamento, o rei foi feito cabeça da Igreja dentro dos limites de seus próprios domínios. Assim nasceu a Igreja Anglicana, resultado direto dos amores licenciosos de um rei infame e debochado. Com blasfema indiferença pela falta de comissionamento divino, sem qualquer semelhança de sucessão sacerdotal, um soberano adúltero criou uma Igreja, proveu-a de um “sacerdócio” dele próprio, e a si mesmo se proclamou administrador supremo em todos os assuntos espirituais.

O estudante de história está familiarizado com o conflito entre Catolicismo e Protestantismo na Grã-Bretanha. Basta-nos assinalar aqui que o ódio mútuo das duas seitas contendoras, o zelo de seus respectivos membros, o seu professado amor a Deus e devoção ao serviço de Cristo, eram demonstrados principalmente pela espada, o machado e a fogueira. Deleitando-se com a sensação de, pelo menos, uma emancipação parcial da tirania do sacerdotalismo, homens e nações transformaram em deboche sua

recém-adquirida liberdade de pensamento, palavra e ação, numa orgia de execrável excesso. A era impropriamente chamada de Idade da Razão, e as abominações ateísticas que culminaram com a Revolução Francesa, permaneceram como indelével testemunho do que pode tornar-se o homem, quando se gloria na negação de Deus.

Seria motivo de espanto que, a partir do século dezesseis, as Igrejas de humana invenção se tivessem multiplicado com fenomenal rapidez? Igrejas e organizações eclesiásticas, professando o cristianismo como credo, vieram a ser contadas por centenas. De todos os quadrantes se ouve nesses dias, “Eis aqui o Cristo” ou “Ei-lo ali”. Há seitas cujos nomes se referem às circunstâncias de sua origem, como a Igreja Anglicana; outras recebem o nome de seus famosos fundadores ou inspiradores, como a luterana, calvinista, wesleyana; algumas são conhecidas pelas peculiaridades de sua doutrina ou de seu plano de administração, como a metodista, batista, congregacional; entretanto, até a terceira década do século dezenove não havia Igreja na Terra apresentando-se, em nome ou título, como Igreja de Jesus Cristo. A única organização chamada Igreja, existente por aquele tempo, e que se aventurava a pretender autoridade através de sucessão, era a Católica, que por séculos havia sido apóstata e inteiramente destituída de autoridade ou reconhecimento divino. Se a “Igreja mãe” não possui um sacerdócio válido, e é desprovida de poder espiritual, como podem suas filhas derivar dela o direito de officiar nas coisas de Deus? Quem ousaria afirmar que o homem pode dar origem a um sacerdócio que Deus ficasse obrigado a honrar e reconhecer? Admitindo-se que os homens possam criar, como efetivamente o fazem, sociedades, associações, seitas, e até mesmo “igrejas”, se assim decidirem chamar suas organizações; e admitindo-se que possam prescrever regulamentos, formular leis, e estabelecer planos de operação, disciplina e governo, e que todas essas leis, regras e esquemas de administração tenham poder sobre os que se associam; admitindo-se todos esses direitos e poderes, de onde derivariam tais instituições humanas a autoridade do Santo Sacerdócio, sem o qual não pode haver Igreja de Cristo?¹⁰

A condição de apostasia da cristandade tem sido francamente admitida por muitos representantes eminentes e conscienciosos das várias Igrejas, e até pelas próprias Igrejas como instituições. A própria Igreja Anglicana reconhece o terrível fato em sua declaração oficial de degenerescência, conforme aparece na “*Homília contra o perigo da idolatria*”, nas seguintes palavras:

“De tal forma que o laicato e o clero, sábios e ignorantes, todas as idades, seitas, e graus de homens, mulheres e crianças de toda a cristandade (uma coisa horrível e a mais aflitiva em que se possa pensar) mergulharam de uma vez em abominável idolatria, vício dentre todos o mais detestado por Deus, e mais condenatório para o homem; e isso pelo espaço de oitocentos anos e até mais.”¹¹

Que não se conclua, porém, que durante a noite da apostasia universal, longa e trevosa como foi, haja Deus Se esquecido do mundo. A humanidade não foi deixada inteiramente por sua própria conta. O Espírito de Deus esteve em ação, até onde a incredulidade dos homens o permitia. O apóstolo João e os Três Nefitas¹² ministravam

entre os homens, embora incógnitos. Contudo, por todos os séculos de escuridão espiritual, os homens viveram e morreram sem a administração de um apóstolo contemporâneo, ou de um profeta, élder, bispo, sacerdote, mestre ou diácono. Qualquer que fosse a aparência de religiosidade existente nas Igrejas de origem humana, era entretanto desprovida de poder divino. O tempo previsto pelo apóstolo inspirado havia chegado plenamente: a humanidade recusara-se a suportar a sã doutrina de maneira geral, mas, tendo comichão nos ouvidos, acumulava para si mesma mestres segundo suas próprias concupiscências, e havia realmente afastado seus ouvidos da verdade para andar atrás de fábulas.¹³ O primeiro quadrante do século dezenove testemunhou o cumprimento cumulativo das condições preditas pelo profeta Amós: “Eis que vêm dias, diz o Senhor Deus, em que enviarei fome sobre a terra; não fome de pão, nem sede de água, mas de ouvir as palavras do Senhor. E irão errantes de um mar até outro mar, e do norte até ao oriente; correrão por toda a parte, buscando a palavra do Senhor, mas não a acharão.”¹⁴

Durante todo o período da apostasia, as janelas do céu tinham permanecido cerradas para o mundo, de maneira a impedir qualquer revelação direta de Deus, e particularmente qualquer ministração pessoal ou teofania do Cristo. A humanidade havia cessado de conhecer a Deus, e revestia as declarações dos profetas e apóstolos antigos, que haviam conhecido a Deus, com um manto de mistério e fantasia de tal forma, que o verdadeiro Deus vivente não encontrava quem crese em Sua existência, mas em Seu lugar, os membros das seitas tentavam criar um ser incompreensível, desprovido de “corpo, partes, ou paixões”, um autêntico nada imaterial.¹⁵

Tinha sido determinado, porém, nos conselhos celestiais, que depois de muitos séculos de tenebrosa ignorância, o mundo deveria ser novamente iluminado pela luz da verdade. Por meio da atuação do gênio da inteligência, que é o Espírito de Verdade, a alma da raça viera passando por uma preparação, semelhante à profunda aradura do campo, para o novo plantio do evangelho. O princípio da bússola dos marinheiros foi revelado pelo Espírito; a sua realização material foi inventada pelo homem, e com sua ajuda, os oceanos desconhecidos foram explorados. Aproximando-se o final do século quinze, Colombo foi orientado pela inspiração de Deus para a descoberta do Novo Mundo, onde habitava a degenerada posteridade de Leí, remanescentes de pele escura da casa de Israel — os índios americanos. No devido tempo, os navios *Mayflower* e *Speedwell* trouxeram ao hemisfério ocidental os Pais Peregrinos, como vanguarda de uma hoste que fugia do exílio e buscava um novo lar onde pudesse adorar de acordo com os ditames de sua consciência. A vinda de Colombo e a posterior imigração dos peregrinos puritanos já fora predita cerca de seiscentos anos antes de Cristo; suas missões respectivas tinham-lhes sido tão certamente atribuídas, quanto o tem sido o envio de qualquer profeta, com uma mensagem a transmitir ou uma obra a realizar.¹⁶ A guerra entre as colônias americanas e a mãe-pátria, bem como o seu vitorioso término, pela liberdade da terra americana de uma vez por todas, da sujeição monárquica, fora predita como passos posteriores nos preparativos para a restauração do evangelho. Foi concedido tempo para o estabelecimento de um governo estável,

para o surgimento de homens escolhidos e inspirados para elaborar e promulgar a Constituição dos Estados Unidos, que promete a todo homem completa liberdade política e religiosa. Não seria conveniente que a preciosa semente do evangelho restaurado fosse lançada em solo não arado, endurecido pela violência, e pronto para produzir somente os espinhos da intolerância, e brotar as ervas daninhas da servidão mental e espiritual. O evangelho de Jesus Cristo *é* a corporificação da liberdade; é a verdade que tornará livre cada homem e cada nação que o aceitar e obedecer aos seus preceitos.

No tempo próprio, o Pai Eterno e Seu Filho Jesus Cristo apareceram ao homem na Terra, e inauguraram a Dispensação da Plenitude dos Tempos.

NOTAS DO CAPÍTULO 40

1. Término das revelações no hemisfério ocidental. — “O hemisfério oriental havia perdido o conhecimento do Senhor, antes do mundo ocidental. Nas terras da América do Norte, quatrocentos anos depois do nascimento de nosso Salvador e Mestre havia pelo menos um homem que conhecia o Senhor Deus Todo-Poderoso como personagem distinta, um Ser capaz de comunicar-Se com o homem. Aquele homem era Morôni, o filho de Mórmon, cujo testemunho permanece agora e permanecerá pelos séculos vindouros.” — George Q. Cannon, *Life of Joseph Smith*, p. 21. Ver *Livro de Mórmon*, Morôni 10:27-34.

2. Resultados da grande apostasia divinamente controlados para eventualmente produzirem o bem. — O estudante atento não pode deixar de perceber, no progresso da grande apostasia e em seus resultados, a existência de um poder controlador atuando na direção do bem eventual, por mais misteriosos que fossem os seus métodos. As angustiosas perseguições a que os santos foram sujeitos nos primeiros séculos de nossa era, a angústia, a tortura, o derramamento de sangue sofridos em defesa do testamento de Cristo, o surgimento de uma igreja apóstata, fazendo definhar o intelecto e levando ao cativeiro as almas dos homens — todas essas terríveis condições haviam sido previstas pelo Senhor. Embora não possamos dizer ou acreditar que tais exhibições de depravação humana e blasfêmia do coração estivessem de acordo com a vontade divina, Deus certamente queria permitir total desenvolvimento ao livre-arbítrio do homem, no exercício do qual alguns ganharam a coroa do martírio, e outros encheram a taça de sua iniquidade até a borda. Não é menos marcante a permissão divina nas revoltas e rebeliões, nas revoluções e reformas que se desenvolveram em oposição à influência entenebrecedora da igreja apóstata. Wickliffe e Huss, Lutero e Melancton, Zwínglio e Calvino, Henrique VIII e sua arrogante apropriação da autoridade sacerdotal, João Knox na Escócia, Roger Williams na América; esses e uma legião de outros construíram melhor do que imaginaram, porque seus esforços lançaram, em parte, os alicerces do edifício da liberdade religiosa e de consciência, como um preparativo para a restauração do evangelho, conforme havia sido divinamente predito. — *A Grande Apostasia*, 10:19, 20.

3. Declaração de uma apostasia geral pela Igreja Anglicana. — O *Book of Homilies* do qual tiramos as citações apresentadas no texto, foi publicado pelos meados do século dezesseis. A proclamação oficial de uma apostasia universal foi tornada manifestamente popular, uma vez que as homílias haviam sido “designadas para serem lidas nas igrejas” em lugar dos sermões, em certas circunstâncias. Na declaração citada, a Igreja Anglicana solenemente afirma que um estado de apostasia, atingindo todas as idades, seitas e graus por toda a cristandade, havia dominado por oitocentos anos, antes do estabelecimento da igreja que o declarava. Verifica-se que essa afirmação permanece válida atualmente, como confissão e profissão da Igreja Anglicana, pelo fato de a homília “Contra os perigos da idolatria”, bem como algumas outras serem especificamente ratificadas e endossadas, e ao mesmo tempo prescritas para “serem lidas nas igrejas, pelos ministros, diligente e claramente, para que possam ser compreendidas pelo povo.” Ver “Artigos de Religião” xxxv, em edição atual do *Book of Common Prayer* pela Igreja Anglicana.

4. O “Credo de Atanásio”. — No Concílio de Nicéia, convocado pelo imperador Constantino, em 325 A.D., foi adotada uma declaração formal de crença, concernente à Divindade. Mais tarde, foi publicada uma modificação, conhecida como “Credo de Atanásio”, e embora a autoria seja questionada, o credo tem seu lugar no ritual de algumas Igrejas protestantes. Nenhuma evidência mais conclusiva necessita ser acrescentada para mostrar que os homens haviam cessado de conhecer a Deus, além do credo atanasiano. Na forma como é confessado pela Igreja Anglicana no dia de hoje, e conforme está publicado no ritual oficial (Veja-se *Prayer Book*) “O Credo de Santo Atanásio” é o seguinte: “Adoramos um Deus em Trindade, e a Trindade em Unidade; nem confundindo as Pessoas, nem dividindo a Substância. Pois que há uma Pessoa do Pai, outra do Filho, e outra do Espírito Santo. Mas a Divindade do Pai, do Filho, e do Espírito Santo é toda uma: a Glória é igual, a Majestade co-eterna. Assim como o Pai é, assim é o Filho, e assim é o Espírito Santo. O Pai é incriado, o Filho é incriado, e o Espírito Santo é incriado. O Pai é incompreensível, o Filho é incompreensível, e o Espírito Santo é incompreensível. O Pai é eterno, o Filho é eterno; e o Espírito Santo é eterno. E contudo não são três eternos, mas um eterno. Como também não há três incompreensíveis, nem três incriados, mas um incriado e um incompreensível. Assim, de igual maneira, o Pai é Todo-Poderoso, o Filho é Todo-Poderoso, e o Espírito Santo é Todo-Poderoso. Entretanto, não há três Todo-Poderosos, mas um Todo-Poderoso. De maneira que o Pai é Deus, o Filho é Deus, e o Espírito Santo é Deus. E ainda assim não há três Deuses, mas um Deus. Da mesma forma o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, e o Espírito Santo é Senhor. Contudo, não há três Senhores, mas um Senhor.”

Segue-se aí esta estranha confissão do que é, ao mesmo tempo, exigido pela “verdade cristã”, e proibido pela “religião católica”: “Porque assim como somos compelidos pela verdade cristã a aceitar que cada Pessoa por si mesma é Deus e Senhor, da mesma forma somos proibidos pela religião católica de dizer: Há três Deuses, ou três Senhores.”

5. A missão de Colombo e seus resultados. — A Néfi, filho de Leí, foi mostrado o futuro do seu povo, inclusive a degenerescência de um de seus ramos, posteriormente conhecido como lamanitas, e em tempos modernos como índios americanos. A vinda de um homem dentre os gentios, através das águas profundas, foi revelada com tanta clareza que positivamente identifica tal homem com Colombo; e a vinda de outros gentios a esta terra, fugindo ao cativo, é igualmente explícita. A revelação foi registrada da seguinte maneira por Néfi, a quem foi dada: “E aconteceu que olhei e vi muitas águas; e elas separavam os gentios da semente de meus irmãos. E aconteceu que o anjo me disse: Eis que a ira de Deus está sobre a semente de teus irmãos. E olhei e vi entre os gentios um homem que estava separado da semente de meus irmãos pelas muitas águas; e vi que o Espírito de Deus desceu e inspirou o homem; e, indo esse homem pelas muitas águas, chegou até a semente de meus irmãos que estava na terra da promessa. E aconteceu que vi o Espírito de Deus inspirar outros gentios; e eles saíram do cativo, atravessando as muitas águas. (1 Néfi 13:10-13) O estabelecimento de uma grande nação gentia no continente americano, a subjugação dos lamanitas ou índios, a guerra entre a nação recém-organizada e a Grã-Bretanha, ou “sua mãe gentia”, e a vitoriosa consequência daquela luta pela independência, são expostas com igual clareza no mesmo capítulo.

CAPÍTULO 41

MANIFESTAÇÕES PESSOAIS DE DEUS, O PAI ETERNO, E DE SEU FILHO JESUS CRISTO EM TEMPOS MODERNOS

Uma Nova Dispensação

No ano de nosso Senhor de 1820, vivia em Manchester, no condado de Ontário, estado de Nova York, um cidadão digno chamado Joseph Smith. Sua família compreendia a esposa e nove filhos. O terceiro filho homem, o quarto filho da casa, era Joseph Smith Jr., que ao tempo a que nos referimos, estava com quinze anos. No ano citado, Nova York e os estados adjacentes eram varridos por uma intensa agitação em assuntos religiosos; zelo incomum era demonstrado pelos ministros das numerosas seitas rivais para ganharem conversos para seus respectivos rebanhos. O jovem Joseph estava profundamente afetado pela intensa excitação, e sentia-se particularmente embaraçado e perturbado pelo espírito de confusão e disputa que se manifestava em tudo. Uma vez que nosso assunto presente tem a ver especificamente com ele, e em vista da transcendente importância de seu testemunho para o mundo, damos a seguir a sua própria narrativa do que aconteceu:

No decorrer do segundo ano após nossa mudança para Manchester, houve, no lugar onde morávamos, um alvoroço incomum por questões religiosas. Começou com os metodistas, mas logo se generalizou entre todas as seitas daquela parte do país. Em verdade, toda a região parecia afetada por esse alvoroço e grandes multidões uniram-se aos diferentes grupos religiosos, o que criou considerável agitação e divisão entre o povo, clamando alguns “Eis aqui!” e outros “Eis ali!” Uns contendiam pela fé metodista, outros pela presbiteriana e outros pela batista.

Pois apesar do grande amor que os conversos dessas diferentes crenças expressavam na época de sua conversão e do grande zelo demonstrado pelos respectivos cleros, que ativamente se levantavam para promover esse quadro singular de sentimento religioso com o fim de converter a todos, como se compraziam em afirmar, deixando que as pessoas se unissem à seita que mais lhes agradasse; contudo, quando os conversos começaram a afastar-se, uns para um grupo e outros para outro, verificou-se que os supostos bons sentimentos, tanto dos sacerdotes como dos conversos, eram mais pretensos que reais; pois criou-se um ambiente de grande confusão e animosidade — sacerdote contendendo com sacerdote e converso com converso; de modo que todos os bons sentimentos mútuos, se é que jamais haviam existido, perderam-se inteiramente numa luta de palavras e choque de opiniões.

Nessa época eu estava com quatorze anos de idade. A família de meu pai fora convertida à fé presbiteriana e quatro deles uniram-se a essa igreja, a saber: minha mãe, Lucy, meus irmãos Hyrum e Samuel Harrison e minha irmã Sophronia.

Durante esses dias de grande alvoroço, minha mente foi levada a sérias reflexões e grande inquietação; mas embora meus sentimentos fossem profundos e muitas vezes pungentes, ainda assim me conservei afastado de todos esses grupos, embora assistisse a suas diversas reuniões tão freqüentemente quanto a ocasião me permitisse. Com o correr do tempo, inclinei-me um tanto para a seita metodista e senti algum desejo de unir-me a eles; mas tão grandes eram a confusão e a contenda entre as diferentes denominações, que para alguém jovem como eu, tão inexperiente em relação aos homens e às coisas, era impossível chegar a qualquer conclusão definitiva acerca de quem estava certo e de quem estava errado.

Minha mente, às vezes, alvoroçava-se bastante, tão grandes e incessantes eram o clamor e o tumulto. Os presbiterianos eram decididamente contra os batistas e os metodistas, e valiam-se de toda a força, tanto da razão como de sofismas, para provar os erros deles, ou pelo menos fazer o povo acreditar que eles estavam errados. Por outro lado, os batistas e os metodistas eram igualmente zelosos no esforço de estabelecer suas próprias doutrinas e refutar todas as outras.

Em meio a essa guerra de palavras e divergência de opiniões, muitas vezes disse a mim mesmo: Que deve ser feito? Quem, dentre todos esses grupos está certo, ou estão todos igualmente errados? Se algum deles é correto, qual é, e como poderei sabê-lo?

Em meio à inquietação extrema causada pelas controvérsias desses grupos de religiosos, li um dia na Epístola de Tiago, primeiro capítulo, versículo cinco, o seguinte: *E, se algum de vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente, e o não lança em rosto, e ser-lhe-á dada.*

Jamais uma passagem de escritura penetrou com mais poder no coração de um homem do que essa, naquele momento, no meu. Pareceu entrar com grande força em cada fibra de meu coração. Refleti repetidamente sobre ela, tendo consciência de que se alguém necessitava da sabedoria de Deus, era eu, pois eu não sabia como agir e, a menos que conseguisse obter mais sabedoria do que a que tinha então, nunca saberia; pois os religiosos das diferentes seitas interpretavam as mesmas passagens de escritura de maneira tão diferente, que destruíam toda a confiança na solução do problema por meio de uma consulta à Bíblia.

Finalmente cheguei à conclusão de que teria de permanecer em trevas e confusão, ou fazer como Tiago aconselha, isto é, pedir a Deus. Resolvi “pedir a Deus”, concluindo que, se ele dava sabedoria aos que tinham falta dela e concedia-a liberalmente, sem censura, eu podia aventurar-me.

Assim, seguindo minha determinação de pedir a Deus, retirei-me para um bosque a fim de fazer a tentativa. Foi na manhã de um belo e claro dia, no início da primavera

de 1820. Era a primeira vez na vida que fazia tal tentativa, pois em meio a todas as ansiedades que tivera, jamais havia experimentado orar em voz alta.

Depois de me haver retirado para o lugar que previamente escolhera, tendo olhado ao redor e encontrando-me só, ajoelhei-me e comecei a oferecer a Deus os desejos de meu coração. Apenas iniciara, imediatamente se apoderou de mim uma força que me dominou por completo; e tão assombrosa foi sua influência que se me travou a língua, de modo que eu não podia falar. Uma densa escuridão formou-se ao meu redor e pareceu-me, por um momento, que eu estava condenado a uma destruição súbita.

Mas usando todas as forças para clamar a Deus que me livrasse do poder desse inimigo que me subjugara, no momento exato em que estava prestes a sucumbir ao desespero e abandonar-me à destruição — não a uma ruína imaginária, mas ao poder de algum ser real do mundo invisível, que possuía uma força tão assombrosa como eu jamais sentira em qualquer ser — exatamente nesse momento de grande alarme, vi um pilar de luz acima de minha cabeça, mais brilhante que o sol, que descia gradualmente sobre mim.

Assim que apareceu, senti-me livre do inimigo que me sujeitava. Quando a luz pousou sobre mim, vi dois Personagens cujo esplendor e glória desafiam qualquer descrição, pairando no ar, acima de mim. Um deles falou-me, chamando-me pelo nome, e disse, apontando para o outro: *Este é Meu Filho Amado. Ouve-O!*

Meu objetivo ao dirigir-me ao Senhor era saber qual de todas as seitas estava certa, a fim de saber a qual me unir. Portanto, tão logo me controlei o suficiente para poder falar, perguntei aos Personagens que estavam na luz acima de mim qual de todas as seitas estava certa (pois até aquele momento jamais me ocorrera que todas estivessem erradas) e a qual me unir.

Foi-me respondido que não me unisse a qualquer delas, pois estavam todas erradas; e o Personagem que se dirigia a mim disse que todos os seus credos eram uma abominação a sua vista; que aqueles religiosos eram todos corruptos; que *“eles se aproximam de mim com os lábios, mas seu coração está longe de mim; ensinam como doutrina os mandamentos de homens, tendo aparência de religiosidade, mas negam o meu poder”*.

Novamente me proibiu de unir-me a qualquer delas; e muitas outras coisas disse-me, as quais não posso, no momento, escrever. Quando tornei a voltar a mim, estava deitado de costas, olhando para o céu. Quando a luz se retirou, eu estava sem forças; mas tendo logo me recuperado em parte, fui para casa. Ao apoiar-me na lareira, minha mãe perguntou-me o que se passava. Respondi: “Não se preocupe, tudo está bem — eu estou bem”. Então disse a ela: “Aprendi por mim mesmo que o presbiterianismo não é verdadeiro”. Parece que o adversário sabia, nos primeiros anos de minha vida, que eu estava destinado a ser um perturbador e um importunador de seu reino; senão, por que os poderes das trevas se uniriam contra mim? Por que a oposição e a perseguição que se levantaram contra mim, quase em minha infância?

Alguns dias após dessa visão, encontrei-me, por acaso, na companhia de um dos pregadores metodistas, que era muito ativo no já mencionado alvoroço religioso; e, conversando com ele sobre religião, aproveitei a oportunidade para relatar-lhe a visão que tivera. Fiquei muito surpreso com seu comportamento; tratou meu relato não só levianamente, mas com grande desprezo, dizendo que tudo aquilo era do diabo, que não havia tais coisas como visões ou revelações nestes dias; que todas essas coisas haviam cessado com os apóstolos e que nunca mais existiriam.

Logo descobri, entretanto, que minha narração da história havia provocado muito preconceito contra mim entre os religiosos, tornando-se motivo de grande perseguição, a qual continuou a aumentar; e embora eu fosse um menino obscuro, de apenas quatorze para quinze anos de idade, e minha situação na vida fizesse de mim um menino sem importância no mundo, homens influentes preocupavam-se o bastante para incitar a opinião pública contra mim e provocar uma perseguição implacável. E isto se tornou ponto comum entre todas as seitas — todas se uniram para perseguir-me.

Isso me levou a refletir seriamente, na época, e muitas vezes a partir daí; quão estranho era que um obscuro menino de pouco mais de quatorze anos de idade, que estava, também, condenado à necessidade de obter um sustento escasso com seu trabalho diário, fosse considerado suficientemente importante para atrair a atenção dos grandes das seitas mais populares da época, criando neles o espírito da mais implacável perseguição e injúria! Mas, estranho ou não, assim aconteceu e isso foi, com freqüência, causa de grande tristeza para mim.

Contudo, era um fato ter tido eu uma visão. Tenho pensado que me sentia como Paulo, quando apresentou sua defesa perante o rei Agripa e relatou a visão que tivera, quando viu uma luz e ouviu uma voz; mas poucos foram também os que acreditaram nele; alguns disseram que ele era desonesto, outros, que estava louco; e foi ridicularizado e injuriado. Tudo isso, porém, não destruiu a realidade da visão. Ele tivera uma visão, sabia que a tivera, e toda a perseguição debaixo do céu não poderia fazer com que fosse de outra forma; e ainda que o perseguissem até a morte, ele sabia e saberia até o último alento que tinha visto uma luz e ouvido uma voz falando-lhe; e o mundo inteiro não poderia fazê-lo pensar ou crer de outra maneira.

Assim era comigo. Tinha realmente visto uma luz e, no meio dessa luz, dois Personagens; e eles realmente falaram comigo; e embora eu fosse odiado e perseguido por dizer que tivera uma visão, isso era verdade; e enquanto me perseguiam, injuriando-me e afirmando falsamente toda espécie de maldades contra mim por dizê-lo, fui levado a pensar em meu coração: Por que perseguir-me por contar a verdade? Tive realmente uma visão; e quem sou eu para opor-me a Deus, ou por que pensa o mundo fazer-me negar o que realmente vi? Porque eu tivera uma visão; eu sabia-o e sabia que Deus o sabia e não podia negá-la nem ousaria fazê-lo; pelo menos eu tinha consciência de que, se o fizesse, ofenderia a Deus e estaria sob condenação.

Minha mente já estava satisfeita no que concernia ao mundo sectário — não era meu dever unir-me a qualquer das seitas, mas continuar como estava até nova orientação. Descobrira ser verdadeiro o testemunho de Tiago: que um homem que necessitasse de sabedoria podia pedi-la a Deus e obtê-la, sem ser repreendido.¹

Dessa forma teve início a Dispensação da Plenitude dos Tempos.² As trevas da longa noite da apostasia foram dissipadas; a glória dos céus mais uma vez iluminou o mundo; o silêncio de séculos foi quebrado; a voz de Deus fez-se ouvir novamente na Terra. Na primavera do A.D. 1820, havia um mortal, um rapaz de quinze anos incompletos de idade, que sabia tão certamente quanto sentia estar vivo, que a concepção humana em voga a respeito da Divindade como essência incorpórea de algo que não possuía forma definida, nem substância tangível, era tão distante da verdade a respeito do Pai e do Filho, quanto as declarações dos credos eram incompreensíveis. O menino Joseph sabia que, tanto o Eterno Pai, quanto Seu Filho glorificado, Jesus Cristo, eram Homens perfeitos, tanto na forma quanto em estatura, e que a humanidade havia sido criada, na carne, à semelhança de Sua forma física.³ Sabia mais ainda que o Pai e o Filho eram Personagens individuais, cada um distinto do outro — uma verdade que havia sido plenamente declarada pelo Senhor Jesus durante Sua existência mortal, mas que havia sido obscurecida, senão sepultada, pelos sofismas da incredulidade humana. Compreendera que a união da Divindade era uma unicidade de perfeição em propósito, plano e ação, conforme as escrituras declaram ser, e não uma impossível coordenação de personalidades, como gerações de falsos mestres haviam tentado impor. Aquela resplendente teofania confirmara o fato da apostasia universal, com o inevitável corolário — que a Igreja de Cristo não existia em parte alguma na Terra. Definitivamente dissipara o embuste de que a revelação direta dos céus havia cessado; e positivamente provara a realidade da comunicação pessoal entre Deus e os mortais.

Pela quarta vez, desde o nascimento do Salvador na carne, a voz do Pai havia declarado a autoridade do Filho nos assuntos pertencentes à Terra e ao homem.⁴ Nesta revelação de Si próprio nos últimos dias, o Pai não fizera mais do que afirmar o fato da identidade do Filho, e ordenar que fosse obedecido, como nas ocasiões anteriores.

“Um Mensageiro Enviado da Presença de Deus”⁵

Durante cerca de três anos e meio, desde a gloriosa aparição do Pai e do Filho a Joseph Smith, o jovem revelador fora deixado a si mesmo, sem receber novas manifestações celestiais. Fora um período de provação. Ele havia suportado o escárnio dos jovens de sua idade, e a agressiva perseguição da parte dos homens mais idosos, “que”, como declara com justiça, em tom acusatório, “deveriam ter sido meus amigos e me tratado com bondade — e se supunham eles que eu estava iludido, deveriam ter procurado, de maneira apropriada e afetuosa, reconquistar-me.”⁶ Prosseguiu ele em sua ocupação habitual, nos trabalhos rurais em que se empenhava juntamente com o pai e os irmãos, dos quais recebia bondade, consideração e simpatia; e a despeito da caçoada, dos abusos e das acusações de quase toda a comunidade, permanecia firme e fiel em

sua solene afirmação de que havia visto e ouvido, tanto o Pai Eterno quanto Jesus Cristo, e que recebera instruções de não se ligar a nenhuma das seitas ou igrejas contendoras, porque eram, todas, basicamente erradas.

Na noite de 21 de setembro de 1823, enquanto empenhado em fervente oração a Deus, na solidão de seu quarto, Joseph observou que o aposento começava a iluminar-se até que a luz ultrapassava a do meio-dia. Um personagem glorioso apareceu dentro do quarto, mantendo-se um pouco acima do solo. Tanto o corpo do visitante quanto a vestimenta solta que usava, eram de maravilhosa brancura. Chamando Joseph pelo nome apresentou-se como Morôni, “um mensageiro enviado da presença de Deus”; e informou ao jovem que o Senhor tinha uma obra para ele executar, e que seu nome seria mencionado tanto para o bem como para o mal entre todas as nações, famílias e línguas. O anjo falou de um registro gravado em placas de ouro, que continha uma narrativa sobre os antigos habitantes do continente americano, e a plenitude do evangelho eterno, conforme havia sido entregue pelo Salvador àquele povo antigo; e mais ainda, que juntamente com o registro, havia um peitoral, e o Urim e Tumim, preparados por divina instrumentalidade, para serem usados na tradução do livro. O lugar em que as placas e as outras coisas sagradas estavam depositadas foi mostrado em visão a Joseph, e tão claro o descreveu, que ele prontamente reconheceu o lugar quando o visitou no dia seguinte.

O anjo citou várias passagens do Velho e do Novo Testamentos, algumas nas mesmas palavras, e outras com pequenas variações quanto ao texto bíblico. A declaração de Joseph a respeito das escrituras que Morôni citou, é a seguinte: “Depois de me dizer essas coisas, começou a citar as profecias do Velho Testamento. Primeiro citou parte do terceiro capítulo de Malaquias; e citou também o quarto ou último capítulo da mesma profecia, embora com pequena variação do modo como aparece na Bíblia. Em vez de citar o primeiro versículo conforme está em nossos livros, citou-o assim:

Porque eis que vem o dia que arderá como fornalha e todos os soberbos, sim, e todos os que cometem impiedade, queimarão como a palha; e aqueles que não de vir os abrasarão, diz o Senhor dos Exércitos, de sorte que lhes não deixarão nem raiz nem ramo.

E também citou o quinto versículo assim: *Eis que eu vos revelarei o Sacerdócio, pela mão de Elias, o profeta, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor.*

Citou também o versículo seguinte diferentemente: *E ele plantará no coração dos filhos as promessas feitas aos pais; e o coração dos filhos voltar-se-á para seus pais. Se assim não fosse, toda a terra seria totalmente destruída na sua vinda.*

Além desses, citou o capítulo onze de Isaías, dizendo que estava prestes a ser cumprido. Citou também o terceiro capítulo de Atos, versículos vinte e dois e vinte e três, exatamente como aparecem em nosso Novo Testamento. Disse que aquele profeta

era Cristo, mas que ainda não chegara o dia em que “toda a alma que não escutar esse profeta será exterminada dentre o povo”, mas logo chegaria.

Também citou o segundo capítulo de Joel, do versículo vinte e oito até o último. Disse também que isso não havia sido cumprido, mas logo o seria. E disse mais: que a plenitude dos gentios logo ocorreria.⁷

O mensageiro se afastou e a luz desapareceu com ele. Duas outras vezes na mesma noite, entretanto, o anjo retornou, e a cada vez repetiu o que dissera na primeira aparição, adicionando esclarecimento e advertências. No dia seguinte, novamente apareceu Morôni ao jovem, e aconselhou-o a informar seu pai sobre as visitas e mandamentos que havia recebido. O pai de Joseph instruiu-o a obedecer às instruções do mensageiro e testificou que eram dadas por Deus. Foi então Joseph ao lugar especificado pelo anjo, na encosta da colina que no registro recebe o nome de Cumora, e imediatamente identificou o ponto que lhe havia sido mostrado em visão. Usando uma alavanca, removeu uma pedra grande, que verificou ser a tampa de uma caixa de pedra em que se achavam as placas e demais artigos descritos por Morôni. Nesse momento o anjo apareceu, e proibiu que Joseph retirasse o conteúdo da caixa na ocasião. O jovem tornou a colocar a pesada tampa no lugar e afastou-se.

Quatro anos mais tarde, as placas, o Urim e Tumim, e o peitoral foram entregues aos cuidados de Joseph pelo anjo Morôni. Este Morôni que parecia como um ser ressuscitado, era o último sobrevivente da nação nefita; havia completado o registro e, pouco antes de sua morte, ocultara-o no monte Cumora, de onde foi retirado por sua instrumentalidade e entregue ao moderno profeta e vidente, Joseph Smith, a 22 de setembro de 1827.

Aquele registro, ou para sermos mais rigorosos, uma parte dele, está agora à disposição de todos, tendo sido traduzido por divina instrumentalidade e publicado em muitas línguas como o Livro de Mórmon.⁸

O Sacerdócio Aarônico Conferido por João Batista

A 15 de maio de 1829, Joseph Smith e seu escriba na obra da tradução do registro nefita, Oliver Cowdery, retiraram-se para uma clareira solitária para orar. Seu objetivo especial era consultar o Senhor a respeito da ordenança do batismo para a remissão dos pecados, do qual tinham encontrado algumas narrativas nas placas. Joseph relata o acontecimento da seguinte maneira:

Enquanto orávamos e invocávamos o Senhor, um mensageiro do céu desceu em uma nuvem de luz e, colocando as mãos sobre nós, ordenou-nos, dizendo:

*A vós, meus conservos, em nome do Messias, eu confiro o Sacerdócio de Aarão, que possui as chaves do ministério de anjos e do evangelho do arrependimento e do batismo por imersão para remissão dos pecados; e este nunca mais será tirado da Terra, até que os filhos de Levi tornem a fazer, em retidão, uma oferta ao Senhor.*⁹

O angélico visitante disse que seu nome era João, o mesmo que é chamado de João Batista no Novo Testamento; e que havia agido na ordenação dos dois, sob a orientação de Pedro, Tiago e João, que possuíam as chaves do Sacerdócio Maior, ou de Melquisedeque. Explicou-lhes que o Sacerdócio Aarônico não incluía “o poder de impor as mãos para comunicar o dom do Espírito Santo”,¹⁰ mas predisse que o Sacerdócio Maior, com esse poder, lhe seria conferido mais tarde. Por expressa orientação sua, Joseph batizou Oliver, e este, por seu turno, batizou-o por imersão na água.

O Sacerdócio de Melquisedeque conferido por Pedro, Tiago e João

Pouco depois de sua ordenação ao Sacerdócio Menor, ou Aarônico, Joseph Smith e Oliver Cowdery foram visitados pelos apóstolos presidentes da antigüidade, Pedro, Tiago e João, que lhes conferiram o Sacerdócio de Melquisedeque e os ordenaram ao Santo Apostolado. Numa revelação subsequente, o Senhor Jesus especificamente reconhece as respectivas ordenações como tendo sido feitas por Sua vontade e mandamento:

E esse João envie a vós, meus servos Joseph Smith Júnior e Oliver Cowdery, para ordenar-vos ao primeiro sacerdócio que recebestes, a fim de que fôsseis chamados e ordenados como foi Aarão.

E também com Pedro e Tiago e João, que vos envie, por intermédio de quem vos ordenei e confirmei para serdes apóstolos e testemunhas especiais de Meu nome e para portardes as chaves de vosso ministério e das mesmas coisas que a eles revelei. A quem confiei as chaves de Meu reino e uma dispensação do evangelho para os últimos tempos, e para a plenitude dos tempos quando reunirei em uma todas as coisas, tanto as que estão no céu como as que estão na Terra.¹¹

Estabelecimento de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

No dia seis de abril do A.D. 1830, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias foi formalmente organizada, em Fayette, no condado de Seneca, no Estado de Nova York, de acordo com a lei secular governando o estabelecimento de associações religiosas. As pessoas que realmente participaram da organização foram apenas seis, sendo esse o mínimo exigido pela lei em tal caso; muitos outros, entretanto, estavam presentes, dos quais alguns já haviam recebido a ordenança do batismo para a remissão de pecados. Por revelação a Joseph Smith, o Senhor havia previamente determinado o dia em que a organização deveria ser efetuada, e tornara conhecido Seu plano de governo eclesiástico — com instruções detalhadas quanto às condições exigidas dos membros; a indispensabilidade do batismo por imersão, e a maneira precisa em que a ordenança iniciatória deveria ser administrada; a maneira de confirmar os crentes batizados como membros da Igreja; os deveres dos élderes, sacerdotes, mestres e diáconos na Igreja; a maneira exata de administrar o sacramento da Ceia do Senhor; a

ordem da disciplina da Igreja, e o método de transferir os membros de um para outro ramo.¹² Os conversos batizados, presentes na organização, foram chamados a expressar aceitação ou rejeição de Joseph Smith e Oliver Cowdery como élderes da Igreja, e de acordo com o voto unânime e afirmativo, a ordenação ou designação desses dois homens como, respectivamente, primeiro e segundo élder da nova organização, foi realizada.¹³

Enquanto o Livro de Mórmon estava em processo de tradução, particularmente durante os dois anos imediatamente precedentes à organização da Igreja, várias revelações foram dadas por intermédio de Joseph, o profeta e vidente, relacionadas ao trabalho da tradução e às ações preparatórias indispensáveis ao estabelecimento da Igreja como instituição entre os homens. O Autor dessas numerosas revelações apresentara-se claramente como Jesus Cristo, Deus, Filho de Deus, Redentor, Luz e Vida do Mundo, Alfa e Ômega, Cristo o Senhor, Senhor e Salvador.¹⁴ Logo em 1829, a chamada dos Doze Apóstolos havia sido mencionada, e uma designação fora feita para a busca dos Doze que deveriam postar-se diante do mundo como testemunhas especiais do Cristo; esses foram subseqüentemente ordenados ao Santo Apostolado, e o conselho ou quórum dos Doze foi reconhecido, tendo sido dadas instruções concernentes aos seus elevados deveres, em numerosas revelações de datas posteriores.¹⁵

Dessa maneira foi a Igreja de Jesus Cristo restabelecida sobre a Terra, com todos os poderes e autoridade pertencentes ao Santo Sacerdócio, como conferido pelo Senhor Jesus a Seus apóstolos no período de Seu ministério pessoal. O início de uma nova dispensação do evangelho, com a restauração do Sacerdócio, era absolutamente necessário, uma vez que pela apostasia da Igreja Primitiva, não havia nenhum homem vivo com poder para falar ou administrar em nome de Deus ou do Seu Cristo. João, o Revelador, viu em sua visão dos últimos dias um anjo trazendo novamente “o evangelho eterno, para proclamar aos que habitam sobre a terra, e a toda a nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo com grande voz: Temei a Deus, e dai-lhe glória; porque é vinda a hora do seu juízo. E adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas.”¹⁶

Uma tal visão angélica teria sido apenas demonstração inútil e vazia, e portanto impossível, se o evangelho eterno tivesse permanecido na Terra com seus poderes sacerdotais perpetuados por sucessão. As promessas escriturísticas de uma restauração nos últimos dias, por outorga direta dos céus, é prova conclusiva da realidade da apostasia universal. Morôni veio a Joseph Smith como “um mensageiro enviado da presença de Deus”, e entregou um registro contendo “a plenitude do evangelho eterno”, tal como havia sido conferido ao povo do Senhor em tempos antigos; e a distribuição do Livro de Mórmon e outras publicações que compreendem a palavra revelada em tempos modernos, bem como o ministério de milhares que agem com a autoridade do Santo Sacerdócio, unem-se como uma voz poderosa dirigida a toda nação, clamando: “Temei a Deus, e dai-lhe glória; porque vinda é a hora do seu juízo.”

Comunicações Subseqüentes entre os Céus e o Homem

Logo após a organização da Igreja, conforme descrevemos, a comunicação direta entre o Senhor Jesus Cristo e Seu profeta Joseph tornou-se freqüente, conforme as necessidades da Igreja o requeriam. Numerosas revelações foram dadas, e estão ao alcance de todos que as queiram ler.¹⁷ Uma estupenda manifestação foi concedida ao profeta e seu companheiro na presidência da Igreja, Sidney Rigdon, e encontra-se registrada da seguinte maneira: “Nós, Joseph Smith Júnior e Sidney Rigdon, estando ‘no Espírito, no décimo sexto dia de fevereiro do ano de mil oitocentos e trinta e dois de nosso Senhor — Pelo poder do Espírito abriram-se *nostros* olhos e iluminou-se nosso entendimento, de modo a vermos e compreendermos as coisas de Deus — Até as coisas que existiram desde o princípio, antes de o mundo existir, as quais foram ordenadas pelo Pai, por meio de seu Filho Unigênito, que estava no seio do Pai desde o princípio; de quem testemunhamos; e o testemunho que prestamos é a plenitude do evangelho de Jesus Cristo, que é o Filho, o qual vimos e com quem conversamos na visão celestial.

Pois enquanto trabalhávamos na tradução que o Senhor nos designara, chegamos ao vigésimo nono versículo do quinto capítulo de João, que nos foi dado como segue: Falando da ressurreição dos mortos, com referência aos que ouvirão a voz do Filho do Homem: E ressurgirão; os que fizeram o bem, na ressurreição dos justos, e os que fizeram o mal, na ressurreição dos injustos. Ora, isso nos maravilhou, pois foi-nos dado pelo Espírito. E enquanto meditávamos sobre essas coisas, o Senhor tocou os olhos do nosso entendimento e eles se abriram; e a glória do Senhor cercou-nos de resplendor. E contemplamos a glória do Filho, à direita do Pai, e recebemos de sua plenitude; E vimos os santos anjos e os que são santificados diante de seu trono, adorando a Deus e ao Cordeiro, a quem adoram para todo o sempre. E agora, depois dos muitos testemunhos que se prestaram dele, este é o testemunho, último de todos, que nós damos dele: Que ele vive! Porque o vimos, sim, à direita de Deus; e ouvimos a voz testificando que ele é o Unigênito do Pai, que por ele e por meio dele e dele os mundos são e foram criados; e seus habitantes são filhos e filhas gerados para Deus.”¹⁸

A visão foi acompanhada de revelações posteriores, tanto por vista quanto por ouvido; e o Senhor mostrou a Seus servos e proclamou em alta voz o destino dos iníquos, e os aspectos característicos dos vários graus de glória preparados para as almas dos homens no porvir. Os diversos estados de honra e exaltação escalonados, pertencentes aos reinos telectual, terrestre e celestial foram revelados, e as antigas escrituras que a eles fazem referência foram iluminadas com a nova luz da simplicidade e da literalidade.¹⁹

Aparecimento Pessoal do Senhor Jesus Cristo no Templo de Kirtland

Menos de três anos e meio depois de sua organização, a Igreja iniciou a construção do primeiro templo dos tempos modernos, em Kirtland, Ohio. A obra foi empreendida em obediência a uma revelação do Senhor requerendo esse serviço das mãos de Seu

povo. Os membros da Igreja eram poucos, o povo estava em estado de pobreza, havia ferrenhos opositores e incansável perseguição.²⁰ Compreenda-se que para os santos dos últimos dias um templo é mais que uma capela, igreja, tabernáculo ou catedral; não se trata de lugar para reuniões comuns, nem mesmo para adoração congregacional, mas é um edifício sagrado para as ordenanças do Santo Sacerdócio, característica e essencialmente uma Casa do Senhor. O Templo de Kirtland permanece de pé atualmente, um edifício sólido e imponente, mas não pertence mais ao povo que o levantou com imenso sacrifício de tempo, bens materiais e esforço, que se estendeu por anos de privação e sofrimento. As pedras fundamentais foram lançadas em 23 de julho de 1833, e a construção completa foi dedicada em 27 de março de 1836. O serviço dedicatório foi tornado memorável para sempre por um derramamento pentecostal do Espírito do Senhor, acompanhado da presença visível de anjos. Naquela mesma noite, os vários quóruns do Sacerdócio reuniram-se na casa, e manifestação ainda maior do poder divino foi testemunhada. No domingo seguinte, 3 de abril de 1836, após um serviço de adoração solene, incluindo a administração da Ceia do Senhor, o profeta Joseph e seu conselheiro, Oliver Cowdery, retiraram-se para orar atrás dos véus que circundavam a plataforma e o púlpito reservados para as autoridades presidentes do Sacerdócio de Melquisedeque. Este é o solene testemunho que prestam da aparição pessoal do Senhor Jesus Cristo naquela ocasião e naquele lugar:

Retirou-se o véu de nossa mente e abriram-se os olhos de nosso entendimento. Vimos o Senhor de pé no parapeito do púlpito, diante de nós; e sob seus pés havia um calçamento de ouro puro, da cor de âmbar. Seus olhos eram como uma labareda de fogo; os cabelos de sua cabeça eram brancos como a pura neve; seu semblante resplandecia mais do que o brilho do sol; e sua voz era como o ruído de muitas águas, sim, a voz de Jeová, que dizia: Eu sou o primeiro e o último; sou o que vive, sou o que foi morto, eu sou vosso advogado junto ao Pai. Eis que perdoados vos são vossos pecados; estais limpos diante de mim; portanto erguei a cabeça e regozijai-vos. Que se regozije o coração de vossos irmãos e o coração de todo o meu povo, que, com sua força, construiu esta casa ao meu nome. Pois eis que aceitei esta casa e meu nome aqui estará; e manifestarme-ei a meu povo com misericórdia nesta casa. Sim, aparecerei a meus servos e falar-lhes-ei com minha própria voz, se meu povo guardar meus mandamentos e não profanar esta casa santa. Sim, os corações de milhares e dezenas de milhares grandemente se regozijarão em consequência das bênçãos que serão derramadas e da investidura com que meus servos foram investidos nesta casa. E a fama desta casa espalhar-se-á por terras estrangeiras; e este é o princípio da bênção que será derramada sobre a cabeça de meu povo. Assim seja. Amém.²¹

Depois que o Salvador Se retirou, os dois profetas mortais foram visitados por seres glorificados, cada um dos quais havia oficiado na Terra como servo especialmente comissionado por Jeová, e agora vinha conferir a autoridade de seu ofício particular sobre Joseph e Oliver, ligando assim todos os poderes e autoridades das dispensações anteriores na Igreja de Cristo restaurada, que caracteriza a última e maior das dispensações da história. Assim está registrado:

Depois de encerrar-se esta visão, os céus tornaram-se a abrir e Moisés apareceu diante de nós e conferiu-nos as chaves para coligar Israel das quatro partes da Terra e trazer as dez tribos da terra do norte. Depois disso, Elias apareceu e conferiu-nos a dispensação do evangelho de Abraão, dizendo que em nós e em nossa semente todas as gerações depois de nós seriam abençoadas. Concluída essa visão, outra grande e gloriosa visão abriu-se para nós; pois Elias, o profeta, que fora levado ao céu sem experimentar a morte, apareceu diante de nós e disse: Eis que é chegado plenamente o tempo proferido pela boca de Malaquias — testificando que ele [Elias, o profeta] seria enviado antes que viesse o grande e terrível dia do Senhor — Para voltar o coração dos pais para os filhos e os filhos para os pais, a fim de que a Terra toda não seja ferida com uma maldição — Portanto as chaves desta dispensação são confiadas a vossas mãos; e assim sabereis que o grande e terrível dia do Senhor está perto, sim, às portas.²²

Jesus, O Cristo, Está Com Sua Igreja Atualmente

De maneira gloriosa fez o Senhor cumprirem-se as promessas proferidas pela boca de Seus santos profetas de eras passadas — restaurando o evangelho com todas as suas bênçãos e privilégios antigos; conferindo novamente o Santo Sacerdócio com autoridade para administrar em nome de Deus; reorganizando a Igreja que leva o Seu nome e se alicerça sobre a divina rocha da revelação; e proclamando a mensagem de salvação a todas as nações, famílias, línguas e povos. A despeito das perseguições, tanto das turbas quanto as judicialmente sancionadas, apesar dos ataques, violências, e assassinios, a Igreja desenvolveu-se com maravilhosa rapidez e força, desde o dia de sua organização. Joseph, o profeta, e seu irmão Hyrum, patriarca da Igreja, foram brutalmente chacinados como mártires da verdade em Carthage, Illinois, a 27 de junho de 1844. O Senhor, porém, levantou outros como seus sucessores, e o mundo aprendeu em parte, e ainda o há de aprender além da possibilidade de dúvidas, que a Igreja tão miraculosamente estabelecida nos últimos dias, não é a igreja de Joseph Smith, nem de qualquer outro homem, mas na verdade é, literalmente, a Igreja de Jesus Cristo. O Senhor tem continuado a tornar conhecido o Seu pensamento e Sua vontade por meio de profetas, videntes e reveladores que tem, sucessivamente, escolhido e designado para conduzir Seu povo, e a voz da revelação divina faz-se ouvir na Igreja nos dias atuais. Conforme foi providenciado no plano e constituição revelados, a Igreja é abençoada pelo ministério de profetas, apóstolos, sumos sacerdotes, patriarcas, setentas, élderes, bispos, sacerdotes, mestres e diáconos.²³ Os dons e bênçãos espirituais de antigamente são novamente desfrutados em grande abundância.²⁴ Novas escrituras, primariamente dirigidas para deveres atuais e desenvolvimentos correntes nos propósitos de Deus, e que entretanto iluminam e esclarecem com simplicidade as Escrituras do passado, têm sido dadas ao mundo pela instrumentalidade do Sacerdócio restaurado, e outras escrituras serão ainda registradas. Os membros da Igreja, em uníssono, proclamam:

“Cremos em tudo o que Deus revelou, em tudo o que Ele revela agora e cremos que Ele ainda revelará muitas coisas grandiosas e importantes relativas ao Reino de Deus.”²⁵

A predita coligação de Israel de sua longa dispersão está em andamento sob a ordem dada pelo Senhor por intermédio de Moisés. O “monte da casa do Senhor” já está estabelecido no cume das montanhas, e todos os povos a ele afluem, enquanto os élderes da Igreja vão por entre as nações, dizendo: “Vinde, subamos ao monte do Senhor, à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine seus caminhos, e andemos nas suas veredas; porque de Sião sairá a lei, e de Jerusalém a palavra do Senhor.”²⁶

Em templos sagrados, os vivos estão oficiando vicariamente em favor dos mortos; e o coração dos filhos mortais voltam-se com afetuosa preocupação para seus antepassados que já partiram, ao mesmo tempo que hostes de espíritos que deixaram seus corpos estão orando pelo sucesso de sua posteridade, que permanece ainda na carne, no serviço da salvação.²⁷ O evangelho salvador é oferecido gratuitamente a todos, porque assim o determinou o seu Autor. Através da imprensa, bem como pela ministração pessoal de homens investidos com o Santo Sacerdócio, que a Igreja envia aos milhares, este evangelho do Reino é atualmente pregado em todo o mundo. Quando houver sido completado esse testemunho entre as nações, “então virá o fim”; e as nações “verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória.”²⁸

NOTAS DO CAPÍTULO 41

1. A Dispensação da Plenitude dos Tempos — Agora a coisa que importa saber é o que significa a plenitude dos tempos, e qual é sua extensão e autoridade. O significado é o seguinte: que a dispensação da plenitude dos tempos é constituída de todas as dispensações que já foram dadas desde quando o mundo começou, até o tempo atual. A Adão foi dada uma dispensação em primeiro lugar. Sabemos muito bem que Deus lhe falou com Sua própria voz no jardim, e deu-lhe a promessa do Messias. A Noé também foi dada uma dispensação, pois que Jesus disse: ‘E, como foi nos dias de Noé, assim será também a vinda do Filho do Homem’; e da mesma maneira como os justos foram salvos naquela ocasião, e os iníquos destruídos, assim será também agora. E de Noé a Abraão, de Abraão a Moisés, de Moisés a Elias, de Elias a João Batista, e daquela época até Jesus Cristo, e Dele a Pedro, Tiago e João, os apóstolos, tendo todos recebido em suas dispensações pela revelação de Deus, o dever de cumprir o grande plano de restituição, do qual falaram todos os santos profetas desde que o mundo teve início; cujo final é a dispensação da plenitude dos tempos, na qual todas as coisas que foram faladas desde que a Terra foi feita, serão cumpridas. - Ver *Millennial Star*, vol. 16, p. 220.

2. Limitações do Sacerdócio Aarônico. — Após conferir o Sacerdócio Menor, ou Aarônico a Joseph Smith e Oliver Cowdery o anjo oficiante que fora conhecido na

mortalidade como João Batista, explicou que a autoridade que acabava de conferir-lhes não se estendia até a imposição de mãos para o dom do Espírito Santo, sendo essa ordenança uma função do Sacerdócio Maior, ou de Melquisedeque. Consideremos o caso de Filipe (não o apóstolo Filipe), cuja ordenação lhe dava autoridade para batizar, embora fosse necessária maior autoridade que a sua para conceder o Espírito Santo; e conseqüentemente, os apóstolos Pedro e João desceram a Samaria para officiar no caso dos conversos batizados por Filipe. (Atos 8:5, 12-17). Ver D&C 20:41, 46.

3. O Sacerdócio e seus officios — É importante saber que, conquanto Joseph Smith e Oliver Cowdery tivessem sido ordenados ao Santo Apostolado, e portanto a uma plenitude do Sacerdócio de Melquisedeque, por Pedro, Tiago e João, era necessário que fossem ordenados élderes na Igreja. Ao receberem eles o Sacerdócio de Melquisedeque dos três apóstolos da antigüidade não havia Igreja de Jesus Cristo organizada, e conseqüentemente nenhuma necessidade de officiais eclesiásticos, tais como élderes, sacerdotes, mestres ou diáconos. Estabelecida a Igreja, escolheram-se officiais que foram ordenados ao necessário grau ou officio no Sacerdócio. Além disso, o princípio do consentimento geral na administração dos negócios da Igreja foi observado nessa ação tão antiga de os membros votarem em apoio dos homens indicados para posições officiais, e continuou a ser a regra da Igreja até o presente. Vale indicar também que, ao conferir o Sacerdócio Aarônico a Joseph e Oliver, João Batista não os ordenou ao officio de sacerdote, mestre, ou diácono. Esses três officios estão incluídos no Aarônico, como os de élder, setenta, sumo sacerdote etc., estão no Sacerdócio de Melquisedeque. Ler D&C 20:38-67; *Regras de Fé*, cap. 11.

4. Templos modernos. — A benigna promessa do Senhor no Templo de Kirtland, de aparecer aos Seus servos em ocasiões futuras, e de falar-lhes com Sua própria voz, desde que o povo guardasse Seus mandamentos e não poluísse aquela casa santa, não foi, de maneira nenhuma, ab-rogada, nem retirada como castigo em face do abandono forçado do Templo de Kirtland pelos santos dos últimos dias. O povo fora obrigado a fugir ante a fúria das perseguições do populacho; mas apressara-se em erigir outro santuário ainda mais esplêndido em Nauvoo, Illinois, do qual mais uma vez foi desapossado por multidões fora da lei. Nos vales de Utah, a Igreja edificou quatro grandestemplos, cada qual mais imponente que o anterior, e nessas casas sagradas, as santas ordenanças pertencentes à salvação e exaltação, tanto dos vivos quanto dos mortos, prosseguem ininterruptamente. Os templos da presente dispensação, pela ordem em que foram construídos, e denominados segundo sua localização, são: Kirtland, Ohio; Nauvoo, Illinois, St. George, Logan, Manti, e Salt Lake City, Utah; Cardston, Canadá; e Laie, Havaí. Ver *A Casa do Senhor*, pp. 63-232.

5. Consistência da afirmação de autoridade da Igreja — As provas de ordem e sistema na restauração da autoridade para officiar em funções particulares que pertencem ao Sacerdócio, são esmagadoras, e servem para demonstrar a validez além-túmulo, das ordenanças feitas com autoridade na Terra. As chaves da ordem Aarônica, compreendendo autoridade para batizar para remissão de pecados, foram trazidas por

João Batista, que havia sido especialmente comissionado naquela ordem do Sacerdócio no tempo de Cristo. O apostolado, abrangendo todos os poderes inerentes ao Sacerdócio de Melquisedeque, foi restaurado pelos antigos apóstolos presidentes: Pedro, Tiago, e João. Depois, como vimos, Moisés conferiu a autoridade para prosseguir com a obra da coligação; e Elias, o profeta, que, não havendo provado a morte, mantinha uma relação toda especial tanto com os vivos como com os mortos, entregou a autoridade do ministério vicário para com os que partiram. A essas designações trazidas por autoridade celestial deve ser acrescida a que foi dada por Elias, que apareceu a Joseph Smith e Oliver Cowdery, e “Ihes conferiu a dispensação do evangelho de Abraão”. E, portanto, evidente que a afirmativa feita pela Igreja com relação à sua autoridade, é completa e consistente, no que se refere à fonte dos poderes professados e aos canais pelos quais foram entregues novamente à Terra. Tanto as escrituras quanto a revelação, antigas e modernas, confirmam como lei inalterável, o princípio de que ninguém pode delegar a outrem uma autoridade que o próprio doador não possui.

6. Cessação das administrações do Sacerdócio de Melquisedeque em tempos antigos. — O Sacerdócio Maior, ou de Melquisedeque, foi possuído pelos patriarcas, desde Adão até Moisés. Aarão foi ordenado ao ofício de sacerdote, da mesma forma que seus dois filhos, entretanto é abundantemente demonstrado que Moisés possuía autoridade mais elevada (Núm. 12: 1-80. Depois da morte de Aarão, seu filho Eleazar oficiou na autoridade do Sacerdócio Menor, e até mesmo Josué tinha que receber conselho e autoridade dele (Núm. 27:18-23). Desde o ministério de Moisés até o de Jesus Cristo, somente o Sacerdócio Menor esteve em operação na Terra, com exceção apenas dos casos de autoridade da ordem mais alta, especialmente delegada, como é manifesto nas ministrações de alguns profetas escolhidos, como Isaías, Jeremias, Ezequiel, e outros. É evidente que tais profetas, videntes e reveladores foram individual e especialmente comissionados, mas parece que não tinham autoridade para chamar e ordenar sucessores, porquanto em seu tempo o Sacerdócio Maior não existia na Terra em forma organizada, com quórums devidamente dirigidos. Tal não sucedia, contudo, com o sacerdócio Aarônico ou Levítico. O presente assunto fica particularmente esclarecido por meio de revelação moderna. Ver D&C. 84:23-28; ler a seção toda; também *A Casa do Senhor*, pp. 235-238.

CAPÍTULO 42

JESUS CRISTO RETORNARÁ

O Segundo Advento do Senhor Predito nas Escrituras Antigas

“Homens galileus, por que estais olhando para o céu? Esse Jesus, que dentre vós foi recebido em cima no céu, há de vir assim como para o céu o vistes ir”.¹ Assim falaram os anjos em vestes brancas aos onze apóstolos, enquanto o Cristo ressurreto ascendia de seu meio no Monte das Oliveiras. As escrituras estão cheias de predições do retorno do Senhor.

Por “segundo advento”, não entendemos apenas o aparecimento pessoal do Filho de Deus a uns poucos, tal como Sua visitação a Saulo de Tarso, a Joseph Smith em 1820 e novamente no Templo de Kirtland em 1836; nem manifestações posteriores de Seus servos dignos conforme promessa específica,² mas à Sua vinda ainda futura em poder e grande glória, acompanhado por hostes de seres ressurretos e glorificados, para executar juízo na Terra e inaugurar um reinado de retidão.

Os profetas dos dois hemisférios, que viveram antes do meridiano dos tempos, disseram relativamente pouca coisa a respeito da segunda vinda do Senhor; suas almas estavam demasiadamente tomadas com o misericordioso plano de redenção ligado com o nascimento do Salvador na mortalidade, para permitir-lhes deterem-se na consumação mais longínqua, designada para os últimos dias. Alguns deles, entretanto, tiveram permissão de testemunhar, em visão, como se operariam os divinos propósitos até o fim dos tempos, e esses deram testemunho com fervor inigualável a respeito da gloriosa vinda de Cristo na dispensação final. Enoque, o sétimo depois de Adão, profetizou dizendo: “Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos; para fazer juízo contra todos.”³ Numa narrativa mais extensa das revelações dadas pelo Senhor a Enoque, do que a que se encontra na Bíblia, lemos que, depois que a esse justo profeta haviam sido mostradas as cenas da história de Israel, até a morte de Jesus Cristo, e para além dela, na ressurreição e ascensão, ele pleiteou ante Deus, dizendo: “Portanto te pergunto se não virás outra vez à Terra. E o Senhor disse a Enoque: Como eu vivo, assim virei nos últimos dias, nos dias de iniquidade e vingança, para cumprir o juramento que te fiz concernente aos filhos de Noé (...) E aconteceu que Enoque viu o dia da vinda do Filho do Homem, nos últimos dias, para habitar na Terra, em justiça, pelo espaço de mil anos.”⁴ Isaías, em arrebatada contemplação do eventual triunfo da retidão, exclamou: “Dizei aos turbados de coração: Sede fortes, não temais; eis que o vosso Deus virá com vingança, com recompensa de Deus; ele virá, e vos salvará”; e novamente: “Eis que o Senhor Deus virá com poder e seu braço dominará por ele; eis que o seu galardão está com ele, e o seu salário diante da sua face.”⁵ As condições aí especificadas não se realizaram na vida terrena do Redentor; além do mais, o contexto claramente mostra que as palavras do profeta são aplicáveis somente aos últimos dias — o tempo dos resgatados do Senhor, o tempo da restituição e do triunfo de Sião.

Dentre todas as escrituras bíblicas relacionadas com o nosso assunto, as declarações do próprio Cristo, no decurso de Seu ministério terreno, são as mais diretas e certas. Muitas delas temos já considerado, ao narrarmos a vida do Salvador; as poucas que se seguem são suficientes para a demonstração presente. “Porque o Filho do homem virá na glória de seu Pai, com os seus anjos; e então dará a cada um segundo as suas obras.”⁶ Aos apóstolos e ao povo em geral, ele proclamou: “Porquanto, qualquer que, entre esta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai, com os santos anjos.”⁷ Quando Se apresentou como prisioneiro manietado diante do orgulhoso Caifás, Jesus respondeu à ilegal intimação do corrupto sumo sacerdote, afirmando: “Digo-vos, porém, que vereis em breve o Filho do homem assentado à direita do Poder, e vindo sobre as nuvens do céu.”⁸

Os apóstolos tinham ficado tão impressionados com a afirmativa do Mestre de que retornaria à Terra em poder e glória, que impacientemente o inquiriam quanto ao tempo e aos sinais de Sua vinda.⁹ Ele afirmou explicitamente, embora na ocasião tivessem falhado em compreendê-lo, que muitos eventos importantes teriam lugar entre Sua partida e Seu retorno, incluindo-se a longa era da escuridão relacionada com a apostasia.¹⁰ Porém, quanto à certeza de Seu advento em glória, como Juiz, Senhor, e Rei, Jesus não deixou margem a dúvidas na mente dos apóstolos. Após a ascensão, e durante o período da administração apostólica, a futura vinda do Senhor foi pregada com apaixonada ênfase.¹¹

As profecias do Livro de Mórmon, concernentes ao advento do Senhor nos últimos dias, são específicas e claras. Na época de Sua aparição aos nefitas no continente americano, logo após Sua ascensão do Monte das Oliveiras, Cristo pregou o evangelho à multidão reunida. “E explicou-lhes todas as coisas, do princípio até o tempo em que ele viria em sua glória”; e os eventos que se seguiriam, até “o grande e último dia.”¹² Ao conceder o desejo dos três discípulos nefitas que ansiavam por continuar seu ministério na carne através das gerações futuras, o Senhor disse-lhes:

“Vivereis para ver todas as obras do Pai entre os filhos dos homens, até que todas as coisas sejam cumpridas de acordo com a vontade do Pai, quando virei em minha glória com os poderes do céu. E vós nunca padecereis as penas da morte; mas quando eu vier em minha glória, sereis transformados num abrir e fechar de olhos, da mortalidade para a imortalidade; e então sereis abençoados no reino de meu Pai.”¹³

A Vinda do Senhor Proclamada por Intermédio de Revelação Moderna

À Igreja de Jesus Cristo, restaurada e restabelecida nestes últimos dias, a palavra do Senhor tem vindo repetidamente, declarando a realidade de Seu segundo advento e a proximidade daquele glorioso, ainda que terrível, acontecimento. Poucos meses depois de haver sido organizada a Igreja, a voz de Jesus Cristo fez-se ouvir, admoestando os élderes à vigilância e declarando:

Porque a hora está próxima e logo vem o dia em que a Terra estará madura; e todos os soberbos e os que praticam iniquidade serão como o restolho; e queimá-los-ei, diz o Senhor dos Exércitos, para que não haja iniquidade sobre a Terra; porque a hora está próxima e aquilo que foi dito por meus apóstolos deve ser cumprido; pois como disseram, assim há de acontecer; pois revelar-me-ei do céu com poder e grande glória, com todas as suas hostes, e em justiça habitarei com os homens na Terra por mil anos; e os iníquos não permanecerão.¹⁴

No mês subsequente, o Senhor deu instruções a certos élderes, concluindo com certas palavras portentosas:

Portanto sede fiéis, orando sempre, mantendo vossas lâmpadas preparadas e acesas e tendo convosco óleo, para que estejais prontos na vinda do Esposo — porque eis que em verdade, em verdade vos digo que depressa venho. Assim seja. Amém.”¹⁵

Mais uma vez lemos em revelação posterior:

“E bem-aventurado és porque creste; e mais bem-aventurado és porque foste chamado por mim para pregar meu evangelho — para elevar tua voz como com o som de uma trombeta, longa e estrondosamente, e clamar arrependimento a uma geração corrompida e perversa, preparando o caminho do Senhor para sua segunda vinda. Pois eis que em verdade, em verdade eu te digo: Aproxima-se o tempo em que virei em uma nuvem, com poder e grande glória. E será um grande dia a hora de minha vinda, porque todas as nações estremeecerão.”¹⁶

O Senhor Jesus dirigiu uma revelação geral à Sua Igreja em março de 1831, por meio da qual Suas predições antigas, feitas aos Doze pouco antes de ser traído, foram tornadas claras, e a afirmação de Sua gloriosa vinda foi reiterada com as seguintes palavras:

“Olhais e vedes as figueiras e com vossos olhos as contemplais; e quando começam a brotar e suas folhas estão ainda tenras, dizeis que o verão está próximo; assim também será no dia em que eles virem todas estas coisas; aí saberão que a hora está próxima. E acontecerá que aquele que me teme estará esperando que venha o grande dia do Senhor, sim, os sinais da vinda do Filho do Homem. E verão sinais e maravilhas, pois serão mostrados em cima nos céus e embaixo na Terra. E verão sangue e fogo e vapores de fumaça. E antes que venha o dia do Senhor, o sol se escurecerá, a lua tornar-se-á em sangue e as estrelas cairão do céu. E o remanescente será reunido neste local; E aí me procurarão e eis que virei; e ver-me-ão nas nuvens do céu, revestido de poder e grande glória, com todos os santos anjos; e quem não me procurar será rejeitado.”¹⁷

Tão próxima está a consumação, que o período interveniente é chamado “hoje”; e, ao aplicar esta designação de tempo no ano de 1831, o Senhor disse:

“Eis que o tempo presente se chama hoje até a vinda do Filho do Homem e, em verdade, é um dia de sacrifício e um dia para o dízimo de meu povo; pois aquele que

paga o dízimo não será queimado na sua vinda. Porque depois de hoje vem a queima — falando à maneira do Senhor — pois em verdade eu digo que amanhã todos os soberbos e os que praticam iniquidade serão como o restolho; e queimá-los-ei, pois sou o Senhor dos Exércitos, e não pouparei quem permanecer em Babilônia. Portanto, se credes em mim, trabalhareis enquanto é hoje.”¹⁸

O Tempo e as Circunstâncias da Vinda do Senhor

A data do futuro advento de Cristo nunca foi revelada ao homem. À inquirição dos apóstolos que com Ele insistiam, o Mestre contestou: “Mas daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos do céu, mas unicamente meu Pai”.¹⁹ Na era atual, uma declaração similar foi feita pelo Pai: “Eu, o Senhor Deus, disse-o; mas a hora e o dia nenhum homem sabe, nem os anjos nos céus, nem o saberão até que ele venha.”²⁰ Somente pela vigilância e a oração poderão os sinais dos tempos ser corretamente interpretados e a iminência do aparecimento do Senhor ser percebida. Para o que não estiver vigilante e para o iníquo, o evento será tão súbito e inesperado como a vinda de um ladrão à noite.²¹ Nós, porém, não somos deixados sem informação exata quanto aos sinais precedentes. As profecias bíblicas que tratam do assunto já foram por nós consideradas anteriormente.²² Segundo afirma uma escritura posterior: “Mas antes que venha o grande dia do Senhor, Jacó prosperará no deserto e os lamanitas florescerão como a rosa. Sião florescerá nos outeiros e nas montanhas regozijar-se-á; e será reunida no lugar que designei.”²³ As guerras tornar-se-ão tão generalizadas, que todo homem que não queira tomar armas contra seu vizinho terá que fugir forçosamente para a terra de Sião em busca de segurança.²⁴ Efraim reunir-se-á em Sião, no continente ocidental, e Judá será novamente estabelecido no leste; e as cidades de Sião e Jerusalém serão as capitais do império mundial, sobre o qual o Messias reinará com autoridade indisputável. As Tribos Perdidas serão trazidas do lugar onde Deus as escondeu através dos séculos e receberão suas bênçãos longamente adiadas, das mãos de Efraim. O povo de Israel será restaurado de sua dispersão.²⁵

Dirigindo-se aos élderes de Sua Igreja em 1832, o Senhor insistiu na imperativa necessidade de devotada diligência, e disse:

Permanecei na liberdade que vos faz livres; não vos embarceis no pecado, mas que se conservem limpas as vossas mãos até que venha o Senhor. Pois em pouco tempo a Terra *estremecerá e* cambaleará de um lado para outro, como um homem embriagado; e o sol esconderá sua face e recusará sua luz; e a lua será banhada em sangue; e as estrelas tornar-se-ão muito zangadas e lançar-se-ão para baixo como o figo que cai de uma figueira. E depois de vosso testemunho vêm ira e indignação sobre o povo. Pois depois de vosso testemunho vem o testemunho de terremotos, que farão gemer a Terra em seu âmago; e homens cairão por terra e não poderão ficar de pé. E vem também o testemunho da “voz de trovões e da voz de relâmpagos e da voz de tempestades e da voz das ondas do mar, arremessando-se além de seus limites. E todas as coisas estarão tumultuadas; e certamente o coração dos homens lhes falhará; pois o temor tomará

conta de todos. E anjos voarão pelo meio do céu, clamando em alta voz, soando a trombeta de Deus, dizendo: Preparai-vos, preparai-vos, ó habitantes da Terra; pois é chegado o julgamento do nosso Deus. Eis que vem o Esposo; saí para encontrá-lo.”²⁶

Uma característica da revelação atual é a reiteração do fato de que o evento está próximo, “mesmo às portas”. A hora fatal é repetidamente designada nas escrituras como “o grande e terrível dia do Senhor”.²⁷ Aterrorizante certamente será para as pessoas, famílias e nações que tiverem mergulhado tão profundamente no pecado, a ponto de terem perdido o direito de rogar por misericórdia. Essa não será a época do julgamento final, quando toda a raça humana permanecerá, depois de ressuscitada, ante o tribunal de Deus; não obstante, será uma época de bênçãos nunca vistas para os justos e de condenação e vingança sobre os ímpios.²⁸ Com Cristo, virão aqueles que já tiverem sido ressuscitados, e sua aproximação será o meio pelo qual será inaugurada uma ressurreição geral dos mortos justos, enquanto os puros e retos que permanecerem na carne serão transformados instantaneamente do estado mortal para a imortalidade e serão arrebatados às alturas, juntamente com os recém-ressurretos, para encontrarem-se com o Senhor e Seus celestiais acompanhantes, descendo então com Ele. A esse respeito profetizou Paulo, dizendo: “Assim também aos que em Jesus dormem Deus os tornará a trazer com ele... Porque o mesmo Senhor descera do céu com alarido e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares.”²⁹ Compare-se isso com a promessa feita aos Três Nefitas: “E vós nunca padecereis as penas da morte; mas quando eu vier em minha glória, sereis transformados num abrir e fechar de olhos da mortalidade para a imortalidade.”³⁰ Da glória excelsa que aguarda os justos quando o Senhor vier, temos recebido nestes dias a seguinte descrição parcial: “E a face do Senhor será revelada; e os santos que estiverem na Terra, que estiverem vivos, serão vivificados e arrebatados para encontrá-lo.”³¹ As nações pagãs serão redimidas e terão parte na primeira ressurreição.³²

O Reino dos Céus Que Há de Vir

A vinda de Cristo nos últimos dias, acompanhado pelos apóstolos antigos³³ e pelos santos ressurretos, marcará o estabelecimento do Reino dos Céus na Terra. Os apóstolos fiéis, que estiveram com Jesus em Seu ministério terreno, serão entronizados como juizes de toda a casa de Israel;³⁴ eles julgarão os Doze Nefitas, os quais, por sua vez, serão revestidos de poder para julgar os descendentes de Leí, ou aquele ramo da nação israelita que foi estabelecido no continente ocidental.³⁵

Conquanto as expressões “Reino de Deus” e “Reino dos Céus” sejam usadas na Bíblia como sinônimas e intercambiáveis, revelações posteriores dão a cada uma delas um significado especial. O Reino de Deus é a Igreja estabelecida por divina autoridade na Terra; esta instituição não pretende ter autoridade temporal sobre as nações, seu cetro de poder é o do Santo Sacerdócio, que deve ser usado ao se pregar o evangelho e

na administração de suas ordenanças para a salvação da humanidade, tanto dos vivos quanto dos mortos. O Reino dos Céus é o sistema divinamente ordenado de governo e domínio em todos os assuntos, temporais e espirituais; esse será estabelecido na Terra somente quando seu Cabeça legal, o Rei dos reis, Jesus, o Cristo, vier para reinar. Sua administração será de ordem, operada por meio da ação dos Seus representantes comissionados e revestidos com o Santo Sacerdócio. Quando Cristo aparecer em Sua glória, e não antes, será cumprida inteiramente a súplica: “Venha o teu reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como nos céus.”

O Reino de Deus foi estabelecido entre os homens para prepará-los para o Reino dos Céus que há de vir; e sob o abençoado reinado de Cristo como Rei, os dois serão transformados em um só. A relação entre eles foi revelada à Igreja nas seguintes palavras:

Escutai e ouvi uma voz como a de alguém enviado do alto, que é forte e poderoso, cujas idas chegam aos confins da Terra, sim, cuja voz se dirige aos homens: Preparai o caminho do Senhor, endireitai suas veredas. As chaves do reino de Deus foram confiadas ao homem na Terra e daí rolará o evangelho até os confins da Terra, como a pedra cortada da montanha, sem mãos, rolará até encher toda a Terra. Sim, uma voz clamando: Preparai o caminho do Senhor, preparai a Ceia do Cordeiro, aprontai-vos para o Esposo. Orai ao Senhor, invocai seu santo nome, divulgai suas obras maravilhosas entre o povo. Invocai o Senhor, para que seu reino siga pela Terra e seus habitantes recebam-no e estejam preparados para os dias que virão, nos quais o Filho do Homem descerá do céu, revestido do esplendor de sua glória, para encontrar o reino de Deus que está estabelecido na Terra. Portanto, que o reino de Deus vá avante para que venha o reino dos céus, a fim de que tu, ó Deus, sejas glorificado no céu e na Terra; que teus inimigos sejam subjugados; pois tua é a honra, o poder e a glória para todo o sempre. Amém.³⁶

O Milênio

A inauguração do reinado de Cristo na Terra deverá ser o início de um período que se distinguirá, em muitos aspectos importantes, de todos os tempos anteriores e subseqüentes, e o Senhor reinará com Seu povo por mil anos. O governo das pessoas, das comunidades e das nações durante todo o Milênio, deverá ser uma perfeita teocracia, tendo Jesus, o Cristo, como Senhor e Rei. A parte mais iníqua da raça terá sido destruída, e durante aquele período, Satanás será amarrado “para que mais não engane as nações, até que os mil anos se acabem”; enquanto os justos partilharão com Cristo um governo e domínio de justiça. Os mortos justos terão saído das sepulturas, enquanto os iníquos permanecerão sem ressuscitar até que os mil anos tenham passado.³⁷ Homens ainda mortais conviverão com seres imortalizados; as crianças crescerão até a maturidade e morrerão em paz, ou serão transformadas para a imortalidade “num abrir e fechar de olhos”.³⁸ A inimizade entre o homem e as feras desaparecerá, o veneno das serpentes e a ferocidade dos animais serão anulados, e o

amor será o poder controlador dominante. Entre as mais antigas revelações sobre o assunto, encontra-se aquela dada a Enoque, na qual a volta daquele profeta e de seu povo justo, juntamente com Cristo nos últimos dias, foi prometida nas seguintes palavras:

E o Senhor disse a Enoque: Então irás com toda a tua cidade encontrá-los lá; e recebê-los-emos em nosso seio e eles ver-nos-ão; e debruçar-nos-emos sobre seu colo e eles debruçar-se-ão sobre nossos ombros; e beijaremos um ao outro; e lá será a minha morada e será Sião, a qual sairá dentre todas as criações minhas, e pelo espaço de mil anos a Terra descansará. E aconteceu que Enoque viu o dia da vinda do Filho do Homem nos últimos dias, para habitar na Terra, em justiça, pelo espaço de mil anos.”³⁹

Nestes últimos dias, o Senhor assim falou, exigindo preparação para a era milenial, e descrevendo em parte as glórias correspondentes:

E preparem-se para a revelação que virá quando o véu que cobre meu templo, em meu tabernáculo, que oculta a Terra, for retirado; e toda carne juntamente me verá. E toda coisa corruptível, seja do homem ou dos animais do campo ou das aves do céu ou dos peixes do mar, que habita na face da Terra, será consumida; e também o que for de elementos derreter-se-á com calor fervente; e todas as coisas tornar-se-ão novas, para que meu conhecimento e minha glória habitem em toda a Terra. E nesse dia, a inimizade do homem e a inimizade das bestas, sim, a inimizade de toda carne terá fim de diante de minha face. E nesse dia, qualquer coisa que o homem pedir, ser-lhe-á dada; e nesse dia Satanás não terá poder para tentar homem algum. E não haverá pranto, porque não haverá morte. Nesse dia uma criança não morrerá antes de envelhecer; e sua vida será como a idade de uma árvore. E quando morrer, não dormirá, isto é, na terra, mas será transformada num piscar de olhos e será arrebatada; e seu descanso será glorioso. Sim, em verdade vos digo: No dia em que o Senhor vier, ele revelará todas as coisas.⁴⁰

O Milênio deverá preceder o tempo designado na expressão escriturística como “o fim do mundo”. Quando passarem os mil anos, Satanás será solto por um curto período, e ocorrerá o teste final da integridade do homem diante de Deus. Os que forem propensos às impurezas da alma cederão às tentações, enquanto os justos se manterão firmes até o fim.⁴¹ Uma revelação a respeito disso foi dada à Igreja em 1831, em parte nos seguintes termos:

“Pois o grande Milênio, do qual falei pela boca de meus servos, virá. Pois Satanás será amarrado e, quando for libertado reinará apenas por pouco tempo e então virá o fim da Terra. E aquele que viver em retidão será transformado num piscar de olhos e a Terra passará como se por fogo. E os iníquos irão para o fogo inextinguível, e seu fim homem algum na Terra sabe nem nunca saberá, até que compareçam perante mim em julgamento. Escutai estas palavras. Eis que eu sou Jesus Cristo, o Salvador do mundo. Entesourai estas coisas em vosso coração; e que as verdades solenes da eternidade repousem em vossa mente.”⁴²

A Consumação Celestial

A derrota de Satanás e de suas hostes será completa. Os mortos, grandes e pequenos, todos os que tiverem respirado o hálito da vida na Terra, serão ressuscitados — toda alma que houver habitado na carne, tanto a boa quanto a má — e serão colocados diante de Deus, para serem julgados de acordo com o registro escrito nos livros.⁴³ Assim alcançará glorioso final a missão de Cristo. “Depois virá o fim, quando tiver entregado o reino a Deus, ao Pai, e quando houver aniquilado todo o império, e toda a potestade e força. Porque convém que reine até que haja posto a todos os inimigos debaixo de seus pés. Ora o último inimigo que há de ser aniquilado é a morte. Porque todas as coisas sujeitou debaixo de seus pés.”⁴⁴ Então o Senhor Jesus haverá de “entregar o reino, e apresentá-lo ao Pai imaculado, dizendo: Eu venci e pisei sozinho o lagar, sim, o lagar do furor da ira do Deus Todo-Poderoso. Então será ele coroado com a coroa de sua glória, para assentar-se no trono do seu poder a fim de reinar para todo o sempre.”⁴⁵ A terra entrará em sua condição glorificada e celestializada, como habitação eterna para os filhos e filhas de Deus que tiverem sido exaltados.⁴⁶ Para sempre reinarão eles como reis e sacerdotes do Altíssimo, redimidos, santificados e exaltados por intermédio de seu Senhor e seu Deus, **Jesus, o Cristo**

NOTAS DO CAPÍTULO XLII

1. Enoque, citado por Judas como o sétimo depois de Adão”, foi pai de Matusalém. Em Gênesis 5:24, lemos “E andou Enoque com Deus; e não se viu mais; porquanto Deus para si o tomou”. Da revelação do Senhor a Moisés depreendemos que Enoque foi um homem poderoso, favorecido por Deus em virtude de sua retidão e um líder e revelador para seu povo. Por seu intermédio foi construída uma cidade, cujos habitantes de tal maneira se distinguiram por seu viver correto, que tinham um só coração e um só pensamento, e não havia pobres entre eles. Ela foi chamada Cidade da Santidade, ou Sião. Todo o restante da raça estava corrompido diante do Senhor. Enoque e seu povo foram retirados da Terra e deverão retornar com Cristo em Sua vinda. (P. G. V., Moisés 7:12-21, 68, 69; comparar com D&C 45:11,12.)

2. Pagãos na primeira ressurreição — “E então as nações pagãs serão redimida, e os que não conheceram lei alguma tomarão parte na primeira ressurreição; e ser-lhesá tolerável.” (D&C 45:54) Tal é a palavra do Senhor a respeito daqueles povos entenebrecidos que vivem e morrem ignorando as leis do evangelho. Esta afirmação é apoiada por outras escrituras, e por uma consideração dos princípios da verdadeira justiça, segundo a qual a humanidade há de ser julgada. O homem será considerado inocente ou culpado de acordo com seus feitos, quando interpretados à luz da lei sob a qual se lhe exige que viva. Seria inconsistente com nossa concepção de um Deus justo acreditarmos que Ele seria capaz de infligir condenação a qualquer pessoa por desobediência a princípios dos quais a pessoa não tivesse tido conhecimento. Apesar disso, as leis do evangelho não podem ser suspensas nem mesmo no caso daqueles que

pecaram em trevas e em ignorância; mas é razoável crer que o plano de redenção ofereça a esses entenebrecidos uma oportunidade de aprender as leis de Deus; e tão logo hajam aprendido, deles será exigida obediência, sob pena de castigo. Ver *Regras de Fé*, cap. 21.

3. Regeneração da Terra. — Falando das glórias escalonadas e progressivas, providenciadas para Suas criações, bem como das leis regeneradoras e santificantes, o Senhor assim Se pronunciou por meio de revelação nos tempos presentes: “E também, na verdade vos digo que a Terra vive a lei de um reino celestial, porque cumpre o propósito da sua criação, e não transgride a lei. Portanto, será santificada; sim, embora vá morrer tornará a ser vivificada, e suportará o poder pelo qual será vivificada, e os justos a herdá-la-ão. (D&C 88:25, 26) Esta transformação determinada pela qual a Terra passará a um estado de mundo celestializado, é citada em várias escrituras como “um novo céu e uma nova terra” (Apoc. 21:1, 3, 4; L. M., Éter 13:9; D&C 29:23).

